



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**RESENHA MENSAL (ART. 269, II, DO RISF)
(PERÍODO DE 1º A 31 DE JULHO DE 2008)**

**E
ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES**

VOLUME II/II

ANO LXIII - SUP. AO Nº 112 - SÁBADO, 2 DE AGOSTO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)
1º VICE-PRESIDENTE
Tião Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Alvaro Dias - (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO
Efraim Morais - (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO
Gerson Camata - (PMDB-ES)

3º SECRETÁRIO
César Borges - (PR-BA) (1)
4º SECRETÁRIO
Magno Malta - (PR-ES)

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges ⁽¹⁾ Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 24 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽²⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu ⁽²⁾ Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ^(3,4) Maria do Carmo Alves ⁽⁵⁾ Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena ⁽⁶⁾
PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Dalcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
2. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
3. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
5. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I		
1 SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – RESENHA MENSAL (período de 1º a 31 de julho de 2008).....	7	
2 – ATAS DE COMISSÕES		
2.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE		
ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.	125	243
ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.	160	
ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.	182	
ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2008, ÀS 11H30MIN. NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.....	200	
ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.	224	
ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.		243
2.1.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA		
ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EM 18 DE JUNHO, DE 2008, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.		267
2.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS		
ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, CONJUNTA COM A 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 1º DE JULHO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS.		293
ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 2 DE JULHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.		321
ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 9 DE JULHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.		346
ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.		364
		370

2.2.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 09H30MIN..... 373

2.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2008. 391

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2008. 414

ATA DA 34ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2008..... 427

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2008. 462

2.4 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 14ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – SF; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CD; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE – CD, DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – CD E MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CN, EM 28 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 15H30MIN..... 472

ATA DA 21ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2008, ÀS 11H30MIN..... 485

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JULHO DE 2008, ÀS 11H30MIN..... 488

2.4.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

ATA DA 4ª REUNIÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2008, ÀS 14H30MIN..... 497

2.5 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 10 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II. 502

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 17 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II. 527

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 17 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, APÓS A 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II..... 542

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 24 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, APÓS AS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II. 567

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 30 DE ABRIL DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II..... 601

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA,

CONVOCADA PARA O DIA 6 DE MAIO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA, ANEXO II.....

632

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 7 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 14H30MIN., NA SALA DE REUNIÃO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

658

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 8 DE MAIO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

696

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 8 DE MAIO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

728

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 14 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

752

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 15 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

771

VOLUME II

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 21 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

823

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

861

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 5 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

893

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 12 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

926

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 12 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 14H30MIN., NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

940

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 19 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

964

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 26 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

987

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 26 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 14H30MIN., NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

1021

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA/ CONJUNTA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA COM A 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E A 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA

O DIA 1º DE JULHO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

1045

2.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

ATA DA 11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS **(re-publicação)**.....

1070

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2008, ÀS 9 HORAS ...

1081

ATA DA 19ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS.....

1102

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DO ANO DE 2008, ÀS 10 HORAS.....

1128

ATA DA 21ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 3 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS

1134

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,

DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE JULHO DE 2008, ÀS 14H30MIN., NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO DO SENADO FEDERAL.

1170

ATA DA 23ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS

1193

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DO ANO DE 2008, ÀS 10 HORAS.....

1221

2.7 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2008.

1228

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2008.....

1246

2.8 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2008.....

1266

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 2008.....

1293

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 21 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e oito, na sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senhores Senadores: **Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, José Nery, Leomar Quintanilha, Geovani Borges, Eduardo Suplicy, Mão Santa, Heráclito Fortes, Virgílio de Carvalho, Lúcia Vânia** e o não membro Deputado Federal Antônio Roberto. Os Senadores Cristovam Buarque, Cícero Lucena, Marcelo Crivella e Romeu Tuma justificam suas ausências. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais, explicando como serão conduzidos os trabalhos. Pauta. Item Único: A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 06, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 21/02/2008, com vistas a tratar das questões atinentes ao Povo Negro. O Senhor Presidente convoca, para compor a mesa e fazer uso da palavra, os seguintes convidados: Hilda Cipriano de Acácio, José Araújo Wagner, Marinalva Velozina dos Santos Moreira, Presidenta da Federação Brasileira Entorno de Umbanda e Candomblé; Ari Antônio dos Reis, Padre e Assessor da Pastoral Afro Brasileira da CNBB; Francisco Alves da Silva, Presidente do Ilê de Owa Isan; Albert Silva, Pastor da Igreja O Brasil para Cristo/SP; Bentinho Jorge da Silva, Teólogo e Pastor da Igreja Batista Projeto e Cristo; Marcos Rezende, Coordenador Geral do Coletivo de Entidades Negras – CEN – Ogan do Ilê Axé Oxumaré; Maria Palmira da Silva, Diretora de Programas da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, representando Alexandro da Anunciação Reis, Subsecretário de Políticas para as Comunidades Tradicionais – SEPPIR; e Carlos Alves Moura, Professor e Secretário-Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz – CNBB. O Convidado Marcos Rezende faz denúncias de intolerância religiosa e apresenta dois vídeos acerca das religiões de matrizes africanas. O primeiro, “Segunda Caminhada pela Vida e Pela Liberdade Religiosa” e, o segundo, “Trechos do documentário sobre a demolição do Oyá Unipo Neto – fevereiro de 2008”. O Senhor Presidente,

após as exposições dos Senhores convidados, franqueia a palavra aos Senhores Senadores para suas considerações. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Extrapauta. **Item 1.** Requerimento nº 44, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim que requer à Mesa do Senado Federal Voto de Pesar pelo falecimento do operador de câmera, Senhor Alípio Vieira Cruz, ocorrido ontem. Resultado: **Aprovado.** **Item 2.** Requerimento nº 45, de 2008, de autoria do Senador José Nery, para a realização de diligências nas regiões brasileiras, como extensão do Ciclo de audiências para discussão de políticas públicas de igualdade racial. Resultado: **Aprovado.** Fazem o uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: **Paulo Paim, Eduardo Suplicy, José Nery, Leomar Quintanilha, Inácio Arruda, Mão Santa** e o não membro Deputado Federal Antônio Roberto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item único...

Peço aos nossos convidados que podem ir isentando na primeira e na segunda fila, estejam à vontade.

Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 6 de 2008 – CDH, de autoria desse Senador, aprovado em 21/02/2008, com vistas a tratar as questões atinentes às religiões, às matrizes religiosas. É claro que estamos aproveitando os cento e vinte anos da abolição da escravatura para fazermos esse debate. Entre nossos convidados, já confirmados, Marinalva Velozina dos Santos Moreira, Presidente da Federação Brasileira de Entorno de Umbanda e Candomblé; Ribamar Fernandes Veleza, Diretor de Projetos e Pesquisas da Federação Brasileira de Entorno, também, de Umbanda e Candomblé; Francisco Alves da Silva, Presidente do Ilê de Owa Isan; Sérgio Santos Melo, Reverendo – Igreja Azusa-SP; Maria Palmira da Silva, Diretora de Programa da Subsecretaria de Política para Comunidades Tradicionais, representando Alexandre

de Anunciação Reis, Subsecretário de Políticas para as Comunidades Tradicionais. Só para dizer que nós convidados aqui representante de todas as religiões, católica, evangélica, enfim, matriz africana, todos foram convidados para expor o seu ponto de vista nesses cento e vinte anos da abolição não conclusa.

Dizer também que nós teremos num primeiro momento, ainda, a apresentação da Sra. Hilda Cipriano de Acácio e também do Dr. José Araújo Wagner. Ambos farão uma pequena apresentação, no prazo máximo de quinze minutos. Cada convidado terá quinze minutos, que são dez minutos com mais cinco, para fazer a sua exposição, depois nós teremos então o debate. Ainda como introdução dessa Audiência Pública esclareço: Audiência Pública, 21 de maio de 2008. Tema: As questões da comunidade negra em matrizes religiosas, de todas as posições religiosas que existem no Brasil e, naturalmente, a nível internacional.

Antes mesmo de convidar para a Mesa eu vou de imediato abrir para que a Sra. Hilda Cipriano de Acácio use o seu tempo em conjunto com o Sr. José Araújo Wagner. Está com a palavra, não sei quem vai falar primeiro. A Sra. Hilda, por favor.

SRA. HILDA CIPRIANO DE ACÁCIO: Exmo. Sr. Presidente e Senador Paulo Paim, Exmos. senhores aqui presentes autoridades das matrizes religiosas. Agradecemos ao Exmo. Senador Paulo Paim a oportunidade de deixar registrado, nesse parlamento, o manifesto que levamos ao STF a favor das cotas e do ProUni, pela sua aprovação.

Matrizes afro-asiáticas. O slide, por favor. Matrizes afro-asiáticas. A presença do homem branco, colonizador europeu, na África e na Ásia deixou um rastro de destruição irreparável. Dez mil anos de educação oral, por meio dos Babalorixás e Bramanivégicos(F) não desapareceram completamente graças aos achados arqueológicos do sábio indiano Teitane Mahaprabhu(F) no período de 1486 a 1534. Compilados nos idiomas pancrito(F) e derronagare(F), lineares estes anteriores aos lineares da mesopotâmia e aos lineares gregos.

Vejam bem, senhores, dez mil anos de educação oral codificados no Código de Mano(F), que deu origem ao Código de Hamurabi e que foi transmitido oralmente nos vários continentes pelos pândavas, os cinco filhos da rainha-mãe, da rainha-mãe negra Contideve(F) há três mil anos antes de Cristo.

Karl Marx, o criador da economia socialista, ao perceber que poderosos opressores e escravocratas usavam os fundamentos da religião para intimidar o avanço dos movimentos sociais, declarou: "A religião é o ópio do povo".

Não resta dúvida de que, se não fosse a vitória do Exército Vermelho sobre os soldados alemães, a

humanidade estaria hoje dominada pelo totalitarismo branco, cujas religiões e manifestações culturais de matrizes afro-asiáticas não teriam hoje o pouco espaço que tem na sociedade globalizada.

Nessa oportunidade mostraremos o nosso estudo que deu origem ao Manifesto favorável ao sistema de cotas para as Universidades e ao ProUni.

Estudos dos fundamentos do histórico sócio-econômico da sociedade afro-brasileira. Entendemos que a história da civilização brasileira é, no atual momento, o melhor modelo existente que temos para estudarmos a história geral de toda a humanidade. Aqui no nosso Brasil, dos seus quinhentos anos, temos de um lado, senhores, os segmentos dos acadêmicos restritos, acadêmicos que ainda insistem em manter o discurso neoliberal do universo das desigualdades, contrários às cotas nas Universidades e ao ProUni. E do outro lado temos o seguimento de líderes dos movimentos sociais e acadêmicos progressistas do qual fazemos parte. Temos uma posição sim definida, contrária ao modelo de estruturalismo de Lévi-Strauss e também somos contra a sociologia da fome e do analfabetismo.

Acreditamos que com as políticas públicas no atual Governo veda-se uma dívida moral, vejam bem senhores, veda-se uma dívida moral, fazendo valer o princípio da razoabilidade. Acreditamos sim na superação crítica e definitiva da ideologia do empirismo antológico superado pela ideologia de Hegel que já foi dimensionada na economia revolucionária de Karl Marx. Nestes termos defendemos sim o atual sistema de cotas com o resgate da mais-valia, historicamente seqüestrada pelo Estado brasileiro, seqüestro da mais-valia generalizada, acumulada entre 1500 e 1888, dívida do Estado brasileiro com o homem negro e seus afro-descendentes.

No Século XIX, com a Revolução Industrial, houve um salto qualitativo do homem branco trabalhador primário e o homem branco trabalhador proletário. A mais-valia na relação do homem branco, a burguesia versus o homem branco proletariado – é bom fazer-se um parêntese de que a mais-valia é toda riqueza, renda gerada em forma de trabalho transformado em bens de produção e bens privados. Quando houve a transferência da mais-valia de renda do Estado brasileiro para o homem branco houve uma redução da mais-valia generalizada para a mais-valia restrita. De que forma? Através do trabalho remunerado, através do trabalho assalariado, Leis Trabalhistas, a saúde, a assistência social, enfim, tudo com relação e vantagem para o homem branco a partir principalmente do Governo Vargas. Já entre o homem branco, burguesia e homem negro trabalhador primário não houve transferência de renda de hipótese alguma. A Revolução

Industrial não facilitou a transformação do trabalhador negro primário, o alfabeto(F), o escravo, o agregado, em trabalhador proletário.

A burguesia brasileira proprietária das terras, dos engenhos, da cana-de-açúcar, dos bens de produção, continuou usando a mão-de-obra, o trabalho do homem negro sem transferir renda. Esse homem negro continuou sem que essa renda fosse transferida para ele. Houve aí o seqüestro da mais-valia. A burguesia, formada de homens brancos e seus descendentes, congelou – até hoje, senhores – a mais-valia generalizada de fé e de direito do homem negro, do trabalhador escravo e dos seus descendentes. A não transferência de renda ou o seqüestro da mais-valia resultou na não formação de uma classe média do homem negro no Brasil. Senhores, aí há o eixo da questão, a não transferência de renda ou o seqüestro da mais-valia resultou na não formação de uma classe média do homem negro no Brasil.

Nos nossos estudos, pesquisando, verificando, nós constatamos que nos anos de 1986 e 89(F), resistimos na Bahia às várias tentativas do Governo local de expulsar vinte e cinco mil famílias negras dos casarões do bairro do Pelourinho, em Salvador. Vejam bem, senhores, foram vinte e cinco mil famílias negras que o Governo local queria retirar para que o Centro Histórico de Salvador, no Pelourinho, se torna-se um Centro Turístico, mas sem a presença das vinte e cinco mil famílias negras. Resistimos, criamos um movimento e elas se encontram até hoje lá. Hoje elas fazem parte desse Centro Histórico, pois aonde há um ponto de cultura em toda a parte do nosso Brasil, aí está a presença do negro. Não tem como ser diferente.

Continuando os nossos estudos, em todo o recôncavo baiano, nas regiões dos canaviais do Nordeste, no Rio Grande do Sul, nas favelas do Rio de Janeiro não existe, senhores, uma classe média economicamente bem abonada de afrosdescendentes. Vejam bem, até hoje não existiu e não existe uma classe média economicamente bem abonada de afrosdescendentes. Portanto, aqueles que são contrários às cotas, que questionam o fato do sistema de cotas, alegam a possibilidade de que os negros de classe média tomariam os espaços dos brancos e pobres, está extremamente derrubada, descartada, porque nós não temos realmente essa classe média abonada negra no Brasil.

Para finalizar, concluindo, nós sugerimos um modelo unificado. Para quê? Para a redução da mais-valia generalizada, que é a dívida do Estado brasileiro com os afrosdescendentes. Nesta oportunidade sugerimos um urgente PAC Unificado da Negritude, que nós chamamos de PAC Unificado da Negritude. O que é que seria isso, para que seria isso? Para que

ele reúna, ele unifique todos os assuntos projetados e programas pendentes, tais como: a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que já está inclusive na Câmara e que é do Senador, de autoria do Senador Paim; entrega dos títulos escriturais dos quilombolas; aprovação, senhores, generalizada do sistema [soa a campainha] de cotas. Aonde? Nas universidades, nas três Forças militares, nos serviços públicos; aprovação do ProUni; aposentadoria para mães e pais negros acima de cinquenta e oito anos; e demais políticas públicas sociais desenvolvimentistas.

Neste momento eu encerro a minha palavra no que tange às cotas, no que tange à matriz afro-asiática.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora tem mais cinco minutos para que o Dr. José Araújo Wagner explicita, resuma o Manifesto que ele entregou no Supremo Tribunal Federal a favor do ProUni e à política de cotas.

SR. JOSÉ ARAÚJO WAGNER: Pois é, entregamos aos senhores Ministros do Supremo Tribunal Federal este Manifesto, que fala sobre as cotas da mais-valia, mostrando que durante três séculos o trabalho escravo no Brasil teve cor negra, não teve cor branca. Nesse Manifesto nós mostramos ao Supremo que o Manifesto que está sendo assinado por alguns intelectuais, por alguns cientistas, por alguns sábios, esse Manifesto não tem consistência científica. Mostramos ao Supremo que estamos vivendo o século da ciência, que estamos vivendo o século da educação informatizada, que estamos vivendo o século da humanização das leis. Mostramos ao Supremo, aos senhores do Supremo, que temos um parlamento, que temos uma administração no Brasil socialista, uma administração que realiza bolsas, que entrega bolsas para alimentação e ao mesmo tempo faz um investimento maciço na educação. É o primeiro Governo brasileiro que sobe as favelas levando um PAC, levando vida, levando educação. Por quê? As favelas brasileiras, a palavra favela surgiu quando os sobreviventes da Guerra de Canudos vieram para o Morro São Bento, no Rio de Janeiro, e eles não tiveram a mínima infra-estrutura. Até hoje continuam como cães, que me perdoem a expressão. As nossas mães pretas, os nossos avós pretos, as nossas crianças continuam não conseguindo realizar três refeições diárias. E o Governo que aí está, o Governo socialista, o Governo do Presidente Lula está levando isso. O Governo do Presidente Lula está transformando o Brasil de baixo para cima, virando, e isso significa transferir para todo o povo brasileiro a chamada mais-valia, o trabalho excedente do trabalho que o povo, o trabalhador, o proletariado acumulou durante esses quinhentos

anos, como a Dra. Hilda explica na sua declaração. E o que é que mostramos ao Supremo? Que eles tentam apoiar o Manifesto deles em últimas aquisições da ciência, só que a ciência de alta energia constatou que é impossível reduzir a molécula da albumina, a soma dos seus aminoácidos. Eles não podem especular em termos de mecânica quântica ou da Teoria da Relatividade quando as últimas experiências mostraram que todo movimento que existe na natureza é de origem material, que existe a possibilidade de uma psicologia humana, uma sociologia humana independente da colocação que Karl Marx colocou, que a religião é o ópio do povo, no sentido de que a burguesia estava explorando. Quando no momento nós sentimos que o mundo todo vendeu e vende até hoje os brasões – está mostrado no Manifesto – os brasões das religiões no mundo, quando as religiões de matrizes africana e afro-asiática foram discriminadas por todos os grandes cientistas que estão aí, os cientistas da modernidade. Então concluímos, mostramos ao Supremo, entre outras coisas, estamos mostrando ao Supremo, mostramos dizendo: por definição, certamente, a raça não existe. A teoria do racismo é uma falsidade científica. Tudo bem. A palavra ariana em sânscrito significa o devoto puro. Erroneamente os germânicos traduziram como raça pura. A teoria das raças puras e impuras foi criada como forma de um grupo social impor domínio sobre o outro grupo antropológicamente [soa a campainha] definido. Egípcios dominaram o povo hebreu; alemães praticaram genocídios contra o povo judeu; e o colonizador europeu e seus descendentes praticaram a exploração da força de trabalho produtiva do homem africano e dos seus descendentes no Brasil.

E aí encerramos o nosso Manifesto, que não temos tempo para ler, e com a autorização do Senador podemos passar para todos vocês.

Então a luta é grande e vamos continuar nessa bandeira, porque a vitória histórica é nossa [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu convido ambos a retornarem ao Plenário e nós vamos agora, depois da exposição do Manifesto entregue ao Supremo Tribunal Federal, demonstrando que é fundamental o ProUni e as cotas para os afro-brasileiros, para os indígenas e para os mais pobres.

Eu quero dizer que esse momento foi mais uma forma de deixar claro para o país que nós acreditamos que a política de cotas é uma política de inclusão. A política de cotas, eu dizia outro dia, que foi usada em diversos países no mundo. Foi usada na Ásia, foi usada no próprio Estados Unidos. O próprio Barack Obama hoje, que tudo indica será o futuro Presidente da República daquele país, que é a maior economia do mundo, ele é fruto desse processo da política de cotas. A po-

lítica de cotas foi adotada nos Estados Unidos ainda em 1964. Enquanto que o Brasil passava naquele momento histórico por uma ditadura, os Estados Unidos, com aquela caminhada sobre Washington, liderada por Martin Luther King, aprovava na Suprema Corte e depois no Congresso norte-americano as políticas afirmativas que garantiram as cotas para o povo negro naquele país. Claro que nos Estados Unidos, voltando de 1964 a hoje, passado décadas e décadas, as políticas de cotas estão até superadas já. A população norte-americana de afro-brasileiros é em torno de 12%. Hoje há um número bem maior que 12% de negros nas universidades.

Então é um processo de transição. Ninguém adota política de cotas como um fim, mas como um meio para que as portas das universidades sejam abertas e, Oxalá, queira Deus que daqui uns anos a gente possa chegar numa reunião como essa e dizer: “Olha, não queremos mais política de cotas”. Por que diremos isso? Diremos porque já ocupamos o espaço que é nosso por direito. Vejam bem que dados do IPEA e do IBGE, demonstrados recentemente, disse que a população afro-brasileira será, no máximo em vinte anos, 54% da população brasileira. Hoje está em torno já de 50%. Isso é bom porque também o negro, mais do que nunca, valorizando a sua auto-estima começou, o que não existia no passado, a assumir a sua pele, enfim, a sua negritude, o que é muito bom. Eu sempre digo que ninguém tem vergonha de dizer que é branco, como ninguém tem vergonha de dizer que é negro ou ninguém tem que ter vergonha de dizer que é índio. Isso é natural. Eu quando falo nas universidades e quando falo mesmo em escolas, eu peço: “Levante o braço os que são negros”. Eu vejo que timidamente o nosso povo começa a levantar a mão, mas um levanta, o outro levanta, daí quase todos levantam. Eu digo lá nas escolas. Naturalmente que lá nas universidades nós somos no máximo em 5%, mas mesmo na universidade eu vejo com uma certa timidez. Via mais no passado. Hoje eu vejo já o nosso povo assumindo mais a sua identidade e isso é muito bom. Ninguém tem que ter vergonha de dizer “meus antepassados vieram da Itália”. “Vieram da Alemanha”, porque ninguém tem culpa dos erros do Hitler. Ninguém tem que ter vergonha de dizer que os seus antepassados eram palestinos, eram judeus, como nós negros não temos que ter vergonha nenhuma de dizer “meus antepassados vieram da África”, com a maior tranquilidade. Eu sempre conto a história do meu menino, que quando começou a ir no colégio que ele estuda, um colégio de classe média, por eu ser Senador e posso pagar, ele dizia: “Pai, me chamam de negro lá. Como que é isso, por que me chamam de negro?” “Diga sou negro

sim senhor, que teus avós e bisavós vieram da África". A partir disso passaram a respeitar ele muito, muito mais, que viram que isso não nos ofende. A mim não me ofende. Se quiserem chamar "o negro, o Senador Paulo Paim", eu digo: "Legal, muito obrigado", é um elogio para mim.

Eu estou falando isso para a gente iniciar o nosso debate. Eu quero de imediato chamar para a Mesa, daí eu vou fazer a introdução do tema de hoje, que são mais as matrizes religiosas. É a nossa intenção aqui que todos falem, enfim, da sua matriz, seja católica, seja evangélica, seja matriz africana. Todos aqui farão esse debate que, para mim, é fundamental, nos cento e vinte anos da abolição não conclusa, nós combateremos todo tipo de discriminação e de preconceito, e no caso de hoje contra a visão religiosa de cada um de nossos convidados.

Eu vou chamar de imediato o Padre e Assessor da Pastoral Afro-Brasileira, da CNBB, o Padre Ari Antônio dos Reis, representando a CNBB; chamamos também Marinalva Velozina dos Santos Moreira, Presidente da Federação Brasileira de Umbanda e Candomblé. Federação Brasileira, está certo. Eu quis ampliar, quis por a senhora já na presidência da Federação brasileira, mas eu sei que estará representando aqui, com certeza e futuramente chegará lá; e chamo também para participar dessa primeira Mesa, nós teremos diversas Mesas, o Sr. Francisco Alves da Silva, Presidente do Ilê de Owa Isan, participando dessa primeira Mesa.

Permitam-me fazer uma pequena introdução sobre esse momento que eu entendo importantíssimo, dizendo que a Declaração dos Direitos Humanos define no seu art. 18 que todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância isolada ou coletiva em público ou em particular. Declaração dos Direitos Humanos assegurando a plena liberdade religiosa a todos os habitantes do Planeta Terra. A nossa própria Constituição também prevê isso, em seu Capítulo I, art. 5º, incisos VI e VII, onde diz: inciso VI: "É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de cultos e a suas liturgias". Diz ainda mais a nossa Constituição aqui no inciso VII: "É assegurada, nos termos da lei, a prestação da assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva". E no art. 8º: "Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se da obrigação legal correspondente a recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em

lei". Diz mais: autonomia do indivíduo. Aqui tem uma série de outras autonomias que dá a plena liberdade. Mas eu vou me recorrer, ainda da introdução, agora à Constituição norte-americana. A primeira Emenda à Constituição norte-americana, ainda de 1991, dispõe que "O Congresso não editará nenhuma lei instituindo uma religião ou proibindo o livre exercício dos cultos, nem restringirá a liberdade de palavra ou de imprensa ou o direito do povo de reunir-se pacificamente ou de petição ao Governo para a correção de injustiças". Podemos, assim, compreender, porque a liberdade de consciência e de crença e de opinião representou o fundamento ou a pedra angular sob a qual se buscou construir uma sociedade livre para os habitantes da América do Norte e também do mundo.

Sobre a liberdade religiosa, a questão da liberdade religiosa claro que é complexa e delicada, porque é uma opção individual e que naturalmente acaba em muitas áreas, conforme a manifestação da maioria, uma manifestação coletiva. Complexa porque a compreensão desse tema depende de uma abordagem interdisciplinar, além da ciência jurídica. Precisam ser levadas em consideração a história, a teologia, a antropologia, a ciência da religião, a filosofia. É um assunto delicado porque traz como desafio a convivência e o mundo plural e atualmente a intolerância religiosa ainda está presente em vários países do mundo, inclusive aqui no nosso. Mas um exemplo internacional, que podemos aqui lembrar, é a questão recentemente do Tibete e a própria China.

Quero destacar também aqui, não por ser gaúcho, mas um dado que eu achei importante e que é até, padre e meus convidados aqui de todas as matrizes religiosas africanas e evangélicos, de que a Revista Época publicou a seguinte matéria. A Revista Época dessa semana traz a matéria "Sul de todos os santos". Ela fala sobre o Estado em que as pessoas mais auto se declararam praticantes de religiões de matrizes africanas. O Estado do Rio Grande do Sul, que é o meu Estado, segundo o Censo de 2000, 1,6% da população se dizem adeptas de religiões matrizes africanas. No país inteiro o número é 0,3%. Na Bahia é 0,8%. Eu estou dando um dado porque o meu Estado é o Estado que elegeu o primeiro Deputado Federal negro, que foi Carlos Santos, elegeu o primeiro Governador negro, que foi o Governador Colares, e elegeu o primeiro Senador negro, que no caso é esse que vos fala. E aqui nesse aspecto eu achei importante, porque aqueles que são adeptos das religiões afro-brasileiras assumem claramente a sua posição. E comparando com a Bahia, que em tese seria o grande berço das religiões de matrizes africanas, o Rio Grande do Sul, o dobro de pessoas assumem a sua convicção nes-

sa questão. E eu terminaria, para iniciar aqui, com as frases de alguns líderes. Disse Mahatma Gandhi: “Deus não tem nenhuma religião; Deus aglutina todas as religiões”. Disse Nelson Mandela: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou por sua religião. Para odiar as pessoas aprendem, precisam aprender, e se podem aprender a odiar, por que não serem ensinadas a amar?”, Nelson Mandela. Eu acho que é uma frase bonita que fala da cor da pele, mas fala também da religião. Dalai Lama disse recentemente: “Seja a mudança que você quer ver no mundo”. Disse ele mais: “Amarás a Deus e ao teu próximo assim como amas a ti mesmo”. Eu aqui eu fico com uma frase final agora, que é de Chico Xavier: “A vida, como a fizeres, estarás contigo em qualquer parte”. Enfim, eu poderia aqui falar... Claro que eu não estou citando aqui aquele que para mim é o mestre dos mestres, que é Deus, que é Jesus, mas isso eu sei que vocês todos vão falar, já que na minha concepção o Senhor do Universo, na minha concepção, ele olha para todas as religiões e respeita a todas. Cada um apresente a sua visão que tem em relação à forma da sua liturgia.

Eu de imediato passo a palavra, começando da esquerda para a direita, para a nossa convidada Marinalva. Dez minutos, com mais cinco minutos.

SRA. MARINALVA VELOZINA DOS SANTOS

MOREIRA: Bom dia. É um prazer estar aqui compondo essa Mesa, agradeço ao seu convite, Senador Paulo Paim, agradeço a todos que aqui estão, a todo povo de santo, povo afro-brasileiro. A nossa religião, infelizmente, ainda tem vergonha de comparecer a um ato público, ainda tem medo de ser recriminado. Eu lamento não ter mais gente enchendo aqui esse Plenário, mas como eu disse, fazer o quê, não é? Aos poucos eu tenho certeza absoluta que nós, afro-brasileiros, vamos nos acostumando. Precisamos nos acostumar.

E o que eu quero dizer é pouco porque eu falo pouco, às vezes; às vezes falo demais. Peço desculpas por alguma coisa e quero dizer o seguinte, eu estou lutando, batendo na mesma tecla: a nossa religião tem que ser reconhecida. Nossa religião afro-brasileira tem que ser reconhecida, nós temos que ser respeitados. Nós temos que vestir os nossos achós(F), quer dizer, nossas roupas. Nós temos que comemorar os nossos Orixás, os nossos Aledás sem repreensão, sem medo, sem vergonha, de cabeça erguida, como eu quero a Prainha, que está deteriorada. Agora mesmo eu passei por lá. Está jogada às traças. Quero aquela Prainha bonita como era antes. Por que é que só agora, quando viram que tinha alguém à frente da Federação gritando pela nossa religião, começaram a deteriorar? Então o que eu estou lutando e batalhando nessa Federação

é justamente os nossos Orixás todos em seus monumentos locais, aquela Prainha conservada para nós, afro-brasileiros, e a qualquer um visitante que queira visitar, seja evangélico, seja católico, seja ateu, seja quem for, mas que seja respeitada, porque agora não podemos ir lá. Quem é o afro-brasileiro que tem coragem de chegar ali naquela Prainha depois de sete horas da noite? Meio difícil, a não ser que vá com seguranças. Por quê? Porque depois de sete horas da noite ali está jogado às traças, vagabundos, marginais, e nós não vamos poder, apesar e confiar nos nossos Orixás, nos nossos Aledás, nos nossos Santos, mas não podemos ficar, arriscar as nossas vidas e nem a vida do nosso próximo ali para fazer as nossas homenagens aos nossos Orixás.

E queremos pedir, mais uma vez nesta oportunidade que estamos aqui, pedir que as autoridades locais olhem a Prainha com mais amor, com mais respeito, porque se as outras igrejas têm respeito, por que é que o nosso local de fazermos as nossas orações, a nossa devoção para os nossos Aledás, os nossos Orixás, não pode ser respeitada? Temos que ser respeitados e é só isso que eu queria pedir. Que nós pudéssemos andar de cabeça erguida, chegarmos no emprego e dizer: “Somos da religião afro-brasileira”. Chegar em um ambiente vestido em nossos achós(F), ninguém nos olhar como se estivesse olhando para um bicho-papão. Podermos usar nossas contas livremente, não como fantasia. Poder usar nossos contegruns sem ninguém perguntar: “Para que isso? Isso é coisa do demônio”. Vamos respeitar nossa religião, porque eu, Marinalva, respeito a religião de todos e amo a todos porque nós todos temos um só objetivo, Deus, que é o nosso onipotente e Ele é o pai de todos nós. Então a nossa religião é tanto quanto a religião católica apostólica romana, como a brasileira, como a ortodoxa, como o protestante, o evangélico.

É só isso que eu gostaria e agradecer, pedir desculpas porque um dos diretores que ia compor à Mesa não pode vir, eu peço desculpas, é o Ribamar Fernandes Veleza, ele não pode vir, não pode comparecer, então mandou pedir, Senador, as desculpas e, através de mim, eu estou pedindo as desculpas dele. Muito obrigado e era só isso que eu queria dizer, porque se eu for falar mais coisa fica pior.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Padre Ari Antônio dos Reis, Assessor da Pastoral Afro-Brasileira, representando a CNBB.

SR. ARI ANTÔNIO DOS REIS: Estimado Senador Paim, estimados irmãos das diferentes religiões que estão aqui. Deixa eu dizer um axé para todos nós, e

quando nós falamos a palavra axé, esse jeito negro de nos cumprimentarmos, por trás dessa palavra está todo um desejo de energia, de força, de coragem que uma pessoa quer transmitir para a outra, que quer colocar na vida e na caminhada do ser, dessa pessoa.

Lembrando, Senador Paim, esses dados que o senhor colocou ali para nós, eu também sou gaúcho, a população do Rio Grande do Sul é em torno de 15% negros. É um dos três Estados com a menor população negra. O primeiro é Santa Catarina com 11%, Rio Grande do Sul com 15% e o Paraná em torno de 25%. Então o fato de nós termos um Senador negro é significativo. Eu também digo, a partir da ótica da Igreja Católica, nós num Estado com 15% de negros, num universo de vinte bispos, nós também temos um Bispo negro, Dom Gilio [palmas], que é criado do Rio Grande do Sul. Como que eu leio isso? Não é no sentido de falar em vantagem, mas dizer para vocês como Deus, na sua sabedoria, vai querendo nos ajudar a trabalharmos com as diferenças, com as contradições e vai querendo orientar os nossos caminhos, quer dizer, é a força de Deus que vai nos ajudando a buscarmos o rumo para as nossas vidas, é que eu digo a caminhada e o sonho de toda comunidade afro que há séculos marcam as terras brasileiras.

Quando nós falamos na relação do povo negro, dos afro-brasileiros com as igrejas, e eu falo aqui a partir da Igreja Católica, eu lembro que quando nós falamos dos negros e Igreja Católica nós vamos colocar aqui também a dimensão da cultura. A nossa irmã aqui traz, por trás das suas vestes, do seu diálogo, toda uma história cultural e que precisa no Brasil ser respeitada e valorizada, quer dizer, quando os negros se encontram com a Igreja Católica, apesar ali dessa marca horrível da escravidão, ali aconteceu o encontro de duas culturas: uma cultura que vinha das terras africanas, com toda a sua riqueza, com todo o seu valor, e a cultura que a Igreja Católica, de certa maneira, representava de onde ela vinha, que era o mundo da Europa.

Mas voltando ainda atrás, a gente recorda que Jesus Cristo também nasceu em uma cultura, a cultura judaica, e durante a sua missão, quando se fala ali dos três anos, Jesus enfrentou outras culturas e foi nesse enfrentamento com outras culturas – aqui o enfrentamento no sentido positivo – é que ele olhou com outros olhos para a sua missão. Quando ele se encontra com uma samaritana e conversa com ela sobre a água, algo tão precioso para nós, quando ele coloca como grande exemplo de amor ao próximo um samaritano que desce da sua montaria e vai acolher alguém que está ali na estrada com a vida ameaçada. Vocês notem que ele não pegou um exemplo da cul-

tura judaica. Ele pega o exemplo de um samaritano, de outra história, de outra cultura e de outra tradição religiosa. Então Jesus também dialogou com outras culturas. Mais adiante, quando Jesus tinha enfrentado a morte de cruz e ressuscitado, os seus seguidores, os Apóstolos, precisaram também dialogar com outras culturas. E precisaram fazer um encontro, que nós chamamos de *Concilium*, para ver como é que eles iam sintonizar, colocar em comunhão o cristianismo com pessoas que eram de outras culturas, mas que estavam aderindo à fé cristã.

Mais à frente, então, nós vamos ver a discussão atual. A comunidade negra, os afro-brasileiros que são católicos e que querem pertencer à Igreja Católica, assim como também muitos negros pertencem às diferentes igrejas e diferentes tradições. E a Igreja Católica, nos últimos, digamos, trinta anos, ela tem olhado com muito carinho para essa questão. A Igreja Católica tem descoberto que, dentre todos os seus fiéis, esses 15% gaúchos, esses 49% brasileiros e que se tornarão mais tarde a maior população do Brasil, eles professam a fé católica, mas eles querem um carinho e uma atenção toda especial de parte da igreja.

Então a igreja, nos seus documentos, nos seus encontros, ela tem conversado sobre isso. Como nós vamos estar juntos da população negra? Como nós vamos viver juntos com essa população, as suas dificuldades, os seus problemas, as discriminações, as perseguições, o racismo? Como trabalhar com isso? E a igreja se coloca, então, do lado da população negra na sua caminhada no sentido de ajudá-los, de ajudar a nossa gente, de ajudar o nosso povo a encontrar aqui no Brasil a Terra onde eles vão viver a cidadania plena.

Então aqui eu mostro para vocês o documento de Santo Domingo, de 1992, ele tem presente esta reflexão. É interessante que nesse ano, em 1992, o Papa João Paulo II, de saudosa memória, ele num pronunciamento pediu perdão a toda a população, não só do Brasil, mas de todo continente latino-americano pelo mal da escravidão por muitas pessoas que se diziam cristãs, mas que optaram por escravizar seus irmãos porque eles eram negros. Então o pedido de perdão do Papa é sintomático, é significativo. Mas ao mesmo tempo o Papa, falando pela igreja, ele se coloca de exposição, se coloca ao lado dos afro-americanos numa perspectiva de diálogo.

Também no documento de Aparecida, Conferência que aconteceu no ano passado, está fazendo um ano agora no mês de maio, aparece também essa reflexão e o desejo da igreja estar do lado dos afro-brasileiros não só na perspectiva da experiência religiosa, que é muito significativa, mas o estar do lado dos afro-brasileiros

na perspectiva de viver a cidadania plena, quer dizer, a igreja reconhece que os negros ainda no Brasil não têm a sua inclusão totalizada. Nós não somos vistos ainda como cidadãos brasileiros. Basta ver os níveis de emprego, a questão educacional. O Senador falava das cotas, a nossa irmã falava das cotas antes, não é? Quer dizer, tudo isso diz para nós que o Brasil tem um déficit muito grande com a população negra, um déficit que não vai ser pago, uma dívida que não vai ser paga nos próximos anos, mas que precisa de uma longa caminhada para poder sanar essa dívida.

A questão séria é que por causa dessa dívida nós temos muitos negros e negras vivendo a situação do abandono e da exclusão. Então não é o Brasil deve para os negros e essa dívida fica assim, não tem muita consequência. Por causa dessa dívida, que vem do período da escravidão, nós vamos encontrar, dentre as crianças abandonadas, a maioria negros; dentre as crianças que morrem sem completar um ano de idade, a maioria são negros; dentre os jovens e adolescentes que não conseguem completar o ciclo escolar, a maioria são negros; dentre as pessoas que têm a sua saúde ameaçada e vivem em condições insalubres, a maioria são negros e negras, quer dizer [soa a campanha], então são as consequências dessa dívida, são as consequências dessa dívida do Brasil.

E a igreja olha isso com muita atenção, com muito respeito, olha isso com muito carinho. Mas ao mesmo tempo em que olha, nós, como igreja, nós perguntamos: o que nós vamos fazer para ajudar a população afro-brasileira, é claro os católicos, mas também das outras pertencças religiosas a recuperar esse espaço de cidadania que, na verdade, nunca tiveram? É como ajudar no sentido da inclusão social de todos os afro-brasileiros dessa população de 49% e que logo mais será a maioria do Brasil? Então esse é o olhar da igreja, é um olhar para o passado no sentido de reconhecer essa dívida que existe em relação à população negra, mas, também, é um olhar no sentido de buscar alternativas, é um olhar propositivo, de ter uma proposta de ajuda. É muito interessante, então, esse diálogo sobre as cotas, sobre as ações afirmativas que são muito importantes.

Uma outra questão também: a igreja se coloca disposta a dialogar com as tradições de matrizes africanas numa proposta de respeito, de muita atenção. Todas as lideranças religiosas de matrizes africanas têm em relação a nós, Padres, um respeito muito grande por aquilo que representam, mas também por aquilo que significam na vida do povo negro e nas ações que vão tomando no sentido da caminhada e no sentido de propostas afirmativas. E quando eu falo isso, meus estimados irmãos, eu falo no sentido de fato nós dialo-

gamos, nós conversamos. Não a partir das diferenças, que às vezes a gente não vai chegar a lugar nenhum, mas dialogarmos a partir daquilo que nos une, a partir daquilo que é comum para todos nós. E aquilo que nos une é o sangue negro e é o desejo de nós ajudarmos a comunidade negra, os afro-brasileiros a terem respeitada a sua condição de cidadãos dessa Nação.

Então eu colocaria para vocês, para encerrar a minha fala, alguns pontos que para nós, para a Igreja Católica, são fundamentais na sua relação com a população negra, e a maioria dos negros são católicos. O primeiro ponto é a defesa da vida da comunidade negra, a luta pelos direitos fundamentais. O segundo ponto é a busca da inclusão social. O documento de Aparecida, ele fala nisso a nível de América Latina e Caribe, mas isso vale para o Brasil. Um terceiro ponto é o apoio às ações afirmativas, o apoio às ações afirmativas, ações que vão permitir que os negros possam ocupar o lugar que lhe é de direito na sociedade. Não como esmola, não como favor, mas um direito a ser reconhecido. O quarto ponto é a ação pastoral da igreja voltada aos afro-brasileiros. É como prática, como atitude concreta e não apenas como um discurso. O quinto ponto, e isso é muito importante, é o incentivo às vocações oriundas da população afro-brasileira e aqui nós também falamos da população indígena. Nós temos em torno de dezoito mil Padres no Brasil, de quinhentos a mil são Padres negros. Aqui nós temos uma dificuldade, que têm muitos negros que têm dificuldade de assumir a sua identidade como negro. Por toda essa questão de discriminação é muito difícil às vezes para uma pessoa dizer que ela é negra, que ela tem o sangue negro. Isso também está nos nossos Padres. Por isso que eu coloco esse número, de quinhentos a mil sacerdotes da igreja são negros, mas nós queremos fazer que a população, que os Padres, Bispos, sejam mais negros, que aumente essa população. Então o incentivo às vocações oriundas da tradição afro-brasileira. Também o apoio às populações quilombolas. Nós temos um órgão da Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra, que nos últimos anos tem uma atenção especial voltada às populações quilombolas. Por último, isso interessa muito a todos nós, é o diálogo inter-religioso com as religiões de matrizes africanas, também a proposta do ecumenismo, de fato nós dialogarmos com essas igrejas. Há um exemplo concreto em Salvador, nós temos já há anos um projeto de diálogo Igreja Católica com o Candomblé, que está andando na cidade de Salvador.

Então é essa a fala, nós compreendemos que o fato da população católica ser diversa, ter negros, ter brancos, ter outras populações, para nós não é um motivo de medo, nem de insegurança, mas significa a

diversidade, uma diversidade que enriquece, uma diversidade que fortalece e que, se está aí no meio de todos nós, é porque Deus quer. Deus nos fez diferentes e a diferença não é sinônimo de medo, não é sinônimo de menosprezar ou de ser menos, mas a diferença é graça de Deus e essa graça é que a gente tem que perpetuar [soa a campainha] vivendo plenamente. Então eu agradeço a oportunidade, eu acho que era essa a questão sobre a Igreja Católica.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Como nós estamos desde as nove horas ao vivo para todo o Brasil, para aqueles que estão ligando a TV agora nós estamos aqui nessa Audiência Pública discutindo a questão das matrizes religiosas de todos os segmentos. Podem ver que aqui na Mesa agora falou o Padre Assessor da Pastoral da CNBB, Ari Antônio, falou a Sra. Marinalva, que é Presidente da Federação Brasileira, e eu tinha dito do Brasil, quem sabe vai chegar lá, quero reafirmar isso, e agora eu vou passar a palavra ao Francisco Alves da Silva, Presidente do Ilê de Owa. Tem também dez minutos, com mais cinco.

SR. FRANCISCO ALVES DA SILVA: Eu quero agradecer à Mesa, ao Sr. Senador, a todos os presentes e ao outro Senador ali do lado.

Eu escrevi alguma coisa para falar, mas eu não vou falar nada, não vou ler nada do que eu escrevi porque eu seria repetitivo e só iria tomar tempo.

Não se fala da cultura negra, do negro, sem falar do preconceito. Tudo que se tem aí, que se luta, que se busca, em primeiro lugar tem a barreira do preconceito que tem que ser derrubada.

Eu vou contar um episódio que aconteceu comigo, parece coisa de Gugu, mas não é do Gugu não. Realmente aconteceu comigo. Eu sou servidor público federal e há nove anos atrás, eu acho que nove anos, eu fui trabalhar numa comissão em Salvador. Trabalhei a semana toda, e como as minhas origens de família, a minha mãe de santo é de lá de pertinho de Salvador, eu levei na minha mala toda a minha roupa branca para trabalhar todas as sextas-feiras de branco. Com uma colega sai para o almoço, ao meio-dia, vestido de branco, do jeito que o baiano gosta, de linho, e um coordenador do meu serviço comentou e perguntou a uma outra colega: "O que é que o Francisco está fazendo aqui na Bahia vestido de branco?" Aí ela disse: "Ele está participando de uma comissão aí e ele está vestido de branco, porque ele é macumbeiro". Aí eu fiquei quinze dias. Quando eu retornei a Brasília, o coordenador tinha virado diretor. Uma semana depois Salvador me convocando novamente para continuar os trabalhos lá na comissão, o diretor negou, ele in-

deferiu a minha ida. Eu sou de Iansã e gosto de lutar pelos meus direitos, eu quis saber dele o porquê do indeferimento. Uma semana depois ele me recebeu, às dezenove e trinta, sem secretária, sem assistente e sem ninguém, só eu e ele na sala, e ele disse: "Francisco, você é um homem espírita. Eu te vi na Bahia todo vestido de branco". Eu disse: "Sim, sou". "Pois eu sou o novo diretor, eu sou evangélico, e enquanto eu for diretor você não viaja". Eu olhei os quatro cantos da sala para ver se tinha uma testemunha, porque eu iria processá-lo por preconceito religioso, e não achei ninguém. Não levei à frente porque seria a palavra de um apoio administrativo contra um diretor. Não iria dar em nada. Aí eu falei: "Tá bom". Rei morto, rei posto, viva o novo rei enquanto vida tiver. E este diretor durou oito meses. Deve ter sido abortado, porque normalmente se nasce com nove. Isto é um exemplo de preconceito aqui dentro de Brasília. Eu moro aqui em Brasília desde 1960, eu enfrentei a GEB, não apanhei da GEB porque na época eu era criança, mas eu vi pessoas, espíritas adultas, levarem cacetadas da GEB. Quem não sabe, quem não conhece o que é a GEB, foi a Guarda Especial de Brasília, criada por Juscelino Kubitschek.

O que nós temos que lutar é, em primeiro lugar, o preconceito, derrubar essa vergonha de dizer que é macumbeiro, que é do santo, todo mundo tem, mas é por conta do preconceito. Até hoje em dia eles identificam um anel de búzio no dedo, "Ah, aquele ali é pai de santo, está com anel no dedo; é mãe de santo". Se estamos lutando por uma igualdade, por uma união de religiões, temos primeiro que bater em cima do preconceito, porque senão não vamos chegar a lugar nenhum.

Eu tenho amigos, eu tenho um amigo Bispo, vários amigos Padres, entrei dentro desse Senado rapaz jovem entregando cartas como Vice-Presidente de um orfanato em Anicuns, e um Senador, eu acho que na época Alexandre Costa, eu fui apresentado como vice do Padre, aí ele disse: "Um pai de santo e um Padre trabalhando juntos?" "Sim, trabalhando juntos em prol de cinquenta e seis meninos sem pai e sem mãe". Não estávamos trabalhando em prol da religião. Tenho vinte e três irmãos, oito irmãos carnis são pastores e a gente não briga, nós não temos preconceito. E o preconceito, se você derruba ele em casa, tem que trabalhar para derrubar ele na rua. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Esse que falou nesse momento foi o Francisco Alves da Silva, Presidente do Ilê de Owa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento eu vou passar a palavra para o nosso convidado. Eu quero só mostrar o quanto que é plural essa Mesa, que é o Albert Silva, que é Pastor da igreja O Brasil para Cristo, mas antes dele o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu vou ouvi-lo e em seguida--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas se quiser, o Senador sabe que V. Ex^a. tem sempre direito à palavra. V. Ex^a. é um dos Senadores que mais prestigia essa Comissão. Se me permitirem, eu quero dar esse depoimento.

[palmas]

O Senador Suplicy está sempre aqui colaborando, participando de todos os debates, como outros Senadores que por motivos que estão me avisando não estão aqui presentes, como o Flávio Arns, o Mesquita Júnior e, também, o Senador Marcelo Crivella. O Senador Marcelo Crivella mandou, inclusive, um requerimento aqui. "Requeiro nos termos do art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerado como missão política de interesse parlamentar a minha ausência na Sessão desse dia 21 do mês, onde vai ser discutida a questão das matrizes religiosas". Ele só não está aqui porque teve que estar no Rio de Janeiro. O Senador Flávio Arns e o Mesquita Júnior também informaram que estão com dificuldades devido ao trabalho de outras Comissões. Mas eu passo a palavra, então, ao Pastor da igreja O Brasil para Cristo, de São Paulo, o Sr. Albert Silva.

SR. ALBERT SILVA: Bom dia a todos. Obrigado, Senador Paulo Paim, obrigado à Mesa que compoñho nesta manhã. Eu agradeço por esta oportunidade, uma vez que militamos na causa do movimento negro, representamos este movimento negro. Como Pastor já dezesseis anos, eu tenho percebido de que tem sido uma luta, tem sido uma dificuldade para conseguirmos chegar em um ponto de convergência, em um ponto aonde as diferenças não podem impedir com que o objetivo maior dessa luta do movimento negro, que é a erradicação da pobreza, da desigualdade, da opressão, do racismo velado, sutil, e como Pastor eu posso dizer--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Permita-me?

SR. ALBERT SILVA: Pois não, pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou descontar do seu tempo. É que temos aqui o Senador José Nery [palmas], sempre presente nesta Comissão, estava inclusive na África numa missão representando a Comissão de Direitos Humanos. Seja bem-vindo, Senador, do seu retorno da África tem muito

a nos contar, já que lá V. Ex^a. representava a Comissão de Direitos Humanos, como sempre, não é?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, Pastor. Volto a palavra ao Pastor.

SR. ALBERT SILVA: -- E essa luta que nós temos, ela é percebida a partir do momento em que nós olhamos para as nossas lideranças no Brasil, para os representantes de Governo, representantes de lideranças religiosas. A minha família é de origem do Togo, fui Pastor na África por três anos, Pastor em Portugal dois anos, estudei sobre a rota do escravismo, e quando eu cheguei no Brasil com a malária cerebral, em coma, com a *falciparum quarticulis*(F), eu fiquei aqui no Hospital Universitário, Senador, vinte e um dias em coma. E graças a Deus me recuperei e fui designado a pastorear uma igreja em Salvador. A primeira igreja que eu pastorei foi ali na Pituba. Era difícil ver um pastor negro na Pituba pastoreando. Quando eu levantava de manhã para tomar café na padaria, as pessoas olhavam, maneavam a cabeça, não entendiam o que é que um Pastor negro estava fazendo na Pituba, porque Pastor negro, em Salvador, só tem lá na suburbana, lá no Píripíri. Não tem Pastor na Pituba e muito menos no centro de Salvador. Foi aonde que eu comecei um trabalho, reuni com a liderança de Pastores, na época Batista, uma igreja que completou agora cento e vinte e um anos de existência no Brasil. E quando nós vemos o movimento negro querendo lutar, querendo ter expressividade, liberdade de expressão, eu sei o que o meu amigo passou aqui, por um chefe evangélico, mas infelizmente nós sofremos também o contrário. Tivemos aqui uma Ministra da SEPPIR que na oportunidade em que eu pude falar com ela, eu falei: "Ministra, o que é que nós podemos cooperar, de que maneira nós podemos contribuir com essa Promoção da Igualdade Racial? Eu sou um Pastor, sou líder de um movimento o qual estamos organizando em todo o Brasil e já na América Latina também a liderança de Pastores e negros pentecostais, neopentecostais", ela falou: "Aqui não tem lugar para negro evangélico".

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quem falou?

SR. ALBERT SILVA: A Ministra. Por quê? Por quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pastor, só para ajudar. Como nós temos aqui uma representante da SEPPIR, depois ela vai ter direito também de expor o seu ponto de vista, como é que a SEPPIR vê essa questão, porque eu acho gravíssimo e eu fico com o direito da dúvida, porque a SEPPIR, que é a Secretária Especial de combate a todo tipo de

racismo e preconceito, não poderia discriminar um Pastor evangélico, como nenhum, de nenhuma matriz. Por isso que a sua denúncia é grave. Eu gostaria só que V. Ex^a. continuasse a sua exposição naturalmente, mas eu quero que, como nós estamos para todo o Brasil, eu quero ter o direito da dúvida, porque depois nós vamos ouvir a representante da SEPPIR. Mas V. Ex^a. continua com a sua exposição que está brilhante.

SR. ALBERT SILVA: E eu disse para ela, eu falei: “Mas por quê? O negro evangélico não tem como representar a SEPPIR?” Ela falou: “Na SEPPIR eu não sei, agora você pode ter o movimento negro, vocês sempre debateram contra o negro na igreja”, e eu fiquei sem saber. Isso foi em 2003, na Primeira Conferência da Promoção da Igualdade Racial, eu lembro que eu vim, eu estava em Mato Grosso do Sul, a minha esposa grávida, o Deputado João Grandão que proporcionou para mim esse encontro, pagou a minha passagem. E eu digo, Senador, olha, foi uma luta muito grande, a gente tentou cooperar, tentamos participar, projetos meus foram enviados para a SEPPIR e não foi contemplado, não foram contemplados os projetos nossos de São Paulo. Sabe por quê? Porque lá no *currículo* estava lá bacharel em teologia. E por várias vezes, eu sei que pode até haver discordância, as pessoas podem até dizer: “É, Pastor, mas o quê que acontece? O movimento negro evangélico não é politizado, não é organizado politicamente”. Opa, espera aí. Então a gente tem uma dificuldade muito grande, e eu volto a agradecer a oportunidade de poder estar falando isso aqui, porque nós, negros... Por favor, passa para mim aquela tela lá. Preste bem atenção nisso daí, isso daí é dado do IBGE: pentecostais é maioria negra? Pode passar. Olha quantos milhões de negros tem dentro das igrejas pentecostais: onze milhões, novecentos e cinquenta e um mil e trezentos e quarenta e sete. É uma massa. São vinte e seis milhões e cento e oitenta e quatro mil evangélicos nesse país. Como é que nós não temos representação política aqui? Agora procura dentro da SEPPIR um representante do movimento negro evangélico lá dentro? Não tem. Não tem representante dentro da SEPPIR, Sr. Senador.

Eu fui do PT doze anos, hoje sou do PRB, e eu quero dizer para vocês de que essa luta não pode ser baseada em ideologia religiosa, gente. Essa luta, ela não é por uma questão de ideologia, de crenatismo, de credo. Nós estamos falando de preconceito de pele, é de epiderme que nós estamos falando [palmas]. Nós não estamos falando aqui de preconceito de cor, de quem é crente, quem é do terreiro e quem não é. Nós não estamos falando disso, porque se formos falar de representação, olha os números lá, estão ali os nú-

meros do IBGE, não é inventado isso não. Passe para mim, por favor.

Os negros, como já observamos, fizeram uma opção à igreja pentecostal por diversas razões, mas não se pode desprezar o fato de que parte significativa da população negra está nas religiões de origens africanas e outras, com as raízes orientais. Mesmo assim, fica evidente que a maioria dos negros que professam e se envolvem com alguma religião no Brasil está participando da igreja pentecostal. Eles se revezam entre as denominações do pentecostalismo clássico.

Há anos que a igreja vem crescendo no Brasil, ela vem absolvendo(F) essa classe, ela vem trazendo esse povo para um relacionamento, para um convívio.

Mas eu tomei a ousadia, Senador, de fazer uma outra pesquisa. Passa para mim, por gentileza.

Religião do Candomblé. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostra nos Censos de 1980 a 2000 que o Candomblé, avaliado junto com Umbanda, passou de 0,57% para 0,34% da população brasileira. Percebe-se que as religiões perderam fiéis [soa a campainha]. Hoje, segundo o IBGE, o Candomblé tem setenta e sete mil, cento e doze adeptos ativos e a Umbanda cento e setenta e cinco mil e cinquenta e quatro. Mesmo juntando os números oficiais de duzentos e cinquenta e dois mil, no total, nota-se que as religiões de matrizes africanas estão cada vez mais distante do povo que se costumam ser associados. Se tornou um trabalho elitista, aonde a referência ali, vocês vejam, a maioria são brancos, o custo é alto, e eu falo isso porque eu tenho família no Candomblé, eu tenho gente envolvida nisso. Eu não estou falando aqui de coisas que eu não conheço.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ALBERT SILVA: Por favor. Passa para mim, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero só garantir a vocês que todo painelista tem direito a se expressar. Depois nós teremos o contraditório e o debate. Não pense que aqui...

SR. ALBERT SILVA: Está um debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por isso que eu quero tranquilizar o Plenário. Todos terão direito ao debate. E eu quero garantir o seu tempo.

SR. ALBERT SILVA: Queremos apresentar, a partir da estatística, quanto os evangelhos cresceram no Brasil e em que proporção os negros espalharam-se entre eles, da mesma forma mostrar que as religiões de matrizes africanas sofreram mutações, transformou-se em religiões elitistas, nas quais o negro já não é

a maioria e já não tem o mesmo espaço. Prossegue, por favor.

A constatação exige uma ação urgente. A maioria dos negros religiosos estão nas igrejas evangélicas? Sim, principalmente nas denominações pentecostais. Conduz a uma nova realidade, assim como a constatação de grande responsabilidade da igreja e com essa parcela da sociedade é possível concluir que a igreja não tenha outra alternativa se não reavaliar cuidadosamente o papel dos negros que participam dos cultos e das denominações. Entretanto, essa constatação pode servir de motivação para uma ação mais agressiva da igreja evangélica no Brasil em favor da diminuição das disparidades sociais entre negros e brancos. Prossegue.

É bom e sensato dizer que quando a igreja evangélica de fato compreender que ser cristão é viver constante luta contra todo tipo de violência, injustiça, segregação e opressão, que ferem a imagem e a semelhança de Deus, quando entender o seu papel crucial nessa sociedade, quando colocar como agência que promove os princípios do evangelho, a Nação brasileira perceberá a força dos evangélicos nas grandes transformações que eles provocarão na sociedade.

Para concluir, a questão igualdade/diferença toma proporções que obrigam um maior número de reflexões. A afirmação do sociólogo português Boaventura Santos nos auxilia nessa discussão: "Temos o direito de sermos iguais sempre que as diferenças nos inferiorizam. E temos o direito de sermos diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza". Então eu não estou aqui para falar do que é essa verdade, mas eu estou aqui para dizer o que nós vivemos na pele. Nós sabemos que a maioria da liderança de religiões, uma lei(F) que é liderada por homens brancos, nós estamos falando de um contexto histórico da igreja, mas nós sabemos do número de discriminação, de indiferença que nós sofremos. Eu estudei, me formei, mas isso não representa simplesmente uma conquista de todos. Nós temos que lutar por uma igualdade, mas de uma unidade de igualdade. Então quando se fala da luta de diferentes, de religião, nós estamos falando do quê? De uma crença? Só as pessoas que não têm consciência é que defendem a desigualdade social e racial pelo cunho religioso. Eu não estou aqui para defender a questão da minha ideologia de crença, eu estou aqui para mostrar o quanto--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Pastor me permita mais uma vez, eu vou descontar do seu tempo, é que chegou aqui para mim, para orgulho nosso, o Deputado Federal Antônio Roberto, que é o Relator do Estatuto da Igualdade Racial [palmas], está fazendo um belíssimo trabalho, está

defendendo a comunidade negra e defendendo os brancos também, porque você ali está combatendo... E eu vi uma entrevista, um debate de V. Ex^a. ontem na TV Câmara. V. Ex^a. foi brilhante. Quero com alegria, quando essa Mesa for mudada, V. Ex^a. virá para a Mesa para participar do debate com a gente, já que esse Capítulo está lá no Estatuto e V. Ex^a. me disse que vai manter na íntegra. Esse debate nós fizemos em diversos Estados, inclusive na Bahia, que é a liberdade de crença dos credos religiosos. Por favor, Pastor, continuei. Eu vou descontar porque eu interrompi V. Ex^a. duas vezes já.

SR. ALBERT SILVA: -- Uma vez que nós somos hoje uma massa e temos uma representação, por que é que nós não nos unimos numa luta? Por que é que nós não venhamos a somar dentro dessa luta? Por que essa diferença? Por que é que o negro do Candomblé tem que lutar por uma coisa que nós negros evangélicos também estamos lutando, também estamos buscando? Estamos conscientizando, estamos dando conceito para os jovens: "Você pode estudar, você pode ser um líder, você pode ser um conquistador". Nós sabemos que o país tem que mudar, mas essa mudança não se dará na divisão, ela não se dará na divergência. Nós temos que nos unir dentro desse único propósito.

Esses dados que eu mostrei para vocês é para que vocês tivessem pelo menos a clareza do que é a minha visão, do que eu penso hoje. Todos têm a mesma liberdade, nós estamos num país laico, aonde a religião tem liberdade. Nós vemos o Estatuto da Igualdade Racial, tem algumas prerrogativas ali buscando a liberdade de expressão, religiosa, mas nós sabemos da luta, como o nosso companheiro aqui nos disse, os adeptos da religião do Candomblé às vezes tem vergonha de admitir que são do Candomblé por causa da inserção, por causa da discriminação. Eu quando estive em Salvador, eu incentivava, eu falava: "Fala que é do Candomblé, fala que você é da Umbanda, que quando pergunta para você, você diz que é católico, você não diz que é da Umbanda" [soa a campanha]. Então você tem que auto-afirmar, e essa auto-afirmação nós negros é que temos que ter independente da crença, independente da religião. Por muitas vezes eu fui discriminado porque eu dizia que era Pastor: "Ei, Pastor, você está no lugar errado. Como é que você é Pastor? Está do lado dos brancos". Essa incriminação eu sofri porque as pessoas acham que o negro tem que estar no terreiro, tem que estar na Umbanda, não tem liberdade. Então espera aí, nós temos liberdade sim, nós estamos num país democrático sim e temos esse direito. Agora nós temos que entender que todo tipo de discriminação... A igreja, ela passa sim por discriminação. Todo mundo viu na televisão o Rabino judeu foi

pego roubando lá nos Estados Unidos. Não foi? Não foi pego roubando nos Estados Unidos, o Rabino? Ele ficou preso lá? Não ficou, mas o Apóstolo Estevam e a Sônia Hernandez ficaram.

Então nós não podemos olhar para esse racismo, maquiado, aonde as pessoas pegam e falam: “Não, porque o evangélico, porque isso, porque aquilo”. Nós sofremos sim, sofremos e há muitos anos o evangelho não era visto como está sendo visto hoje. Amanhã nós temos a Marcha em São Paulo para mais de quatro milhões de pessoas. E os evangélicos não são vistos assim [soa a campainha]. Nós vamos marchar amanhã lá em São Paulo. A Igreja Universal está conosco, Assembléia de Deus, como nós também trabalhamos na Marcha do Zumbi, nós estivemos lá junto também. Agora já pensou se nós conscientizamos todos os negros mesmo e não ficarmos com grupinho diferentes querendo chegar no mesmo propósito? Aonde é que nós vamos chegar? Em lugar nenhum.

Eu agradeço a oportunidade e estou aberto, eu quero cooperar e quero ajudar com esse movimento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a palavra do Pastor da Igreja O Brasil para Cristo São Paulo, que fez a sua exposição, o seu ponto de vista, eu concluo os trabalhos dessa Mesa. Então eu convido aos nossos painelistas que retornem ao Plenário e vou chamar a segunda Mesa.

Em primeiro lugar eu queria receber com uma salva de palma o Antônio Roberto, Deputado Federal, Relator do Estatuto da Igualdade Racial [palmas], que está segurando lá na Câmara com muita coragem o debate; convido também a Diretora de Programa da Subsecretaria de Políticas para a Comunidade Tradicional, representando o Alexandre de Anunciação, Subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR, que representa aqui o Ministro Edson Santos também da SEPPIR [palmas]; e convido, também para essa Mesa, o Luiz Ricardo Menezes de Magalhães, Ilê Axé Oni Bô Araikô(F), que também vai fazer a sua exposição.

Eu mais uma vez, para aqueles que estão ligando a TV Senado neste momento, nós estamos aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado fazendo um debate amplo com todas as matrizes religiosas. Então aqui já falaram católicos, evangélicos, umbanda, enfim, de todas as matrizes afro-brasileiras ou não. E cada um aqui, por isso que estamos num país democrático e cada um diz o que pensa. Naturalmente teremos o debate num segundo momento e cada um poderá se expressar. O importante é isso, é combater a discriminação que ainda existe no nosso país em relação à opção religiosa de cada um. O que nós queremos nos

cento e vinte anos da abolição não concluída é fazer esse debate mantendo a total transparência. Também foi convidado para essa Mesa, que eu estava aqui vendo, faltou um convidado, o Pastor da Igreja Batista. Quem é que vai representar a Igreja Batista? O Bentinho. O Marcos Rezende está aqui. Marcos Rezende, por favor, venha para a Mesa. O Marcos Rezende é Coordenador-Geral do Coletivo de Entidades Negras (CEN) e Ogan do Ilê Axé Oxumarê. Senta ali, Marcos, por favor. Tem, ainda, Bentinho Jorge da Silva, da Igreja Batista. O Pastor Bentinho é da Igreja Batista e que também vai poder fazer uso da palavra. Eu peço que bote uma cadeira no canto da mesa ali para ele poder fazer uso da palavra também. Dá uma apertadinha para cá os nossos amigos para colocarmos mais um. Eu começo de lá para cá agora e peço já ao Pastor Bentinho que faça a sua exposição.

SR. BENTINHO JORGE DA SILVA: Em primeiro lugar bom dia a todos e a todas. É um momento histórico para o Brasil nesses cento e vinte anos de escravidão, eu agradeço em primeiro lugar a Deus e a Oxalá em estar aqui para esse debate para o Brasil e agradecendo ao Senador Paulo Paim, à Comissão de Direitos Humanos por estar debatendo questões muito sérias, a questão religiosa, negra e o culto de matriz africana.

Eu volto a falar o seguinte, da minha história, neto de escravos no Estado do Rio de Janeiro. Minha formação, eu sou Pastor teólogo, eu tenho dezessete anos de formação Batista e eu sou Pastor Presidente do Ministério Avivamento da Igreja Batista – Projeto de Cristo. Nascido no Rio de Janeiro, em Niterói, ver a situação do povo negro como vemos, vivendo nesse Século XXI, perdura ainda o desamor, o desrespeito à religiosidade que é cultuada no nosso país. Voltando num momento histórico do nosso país, eu vejo ainda há uma situação de intolerância. Eu acho que nós, como religiosos, que pregam o amor como Jesus fala, amar o próximo como a si mesmos, nós temos que ter essa palavra em nosso interior para nós estarmos contribuindo para um Brasil sem racismo.

O que me busca aqui nessa manhã de estar falando aqui, Senador Paulo Paim, é fazer uma reflexão sobre a história da humanidade. Eu vejo lá em Gênesis, quando Deus fez o primeiro homem, feito da terra. Então quando Deus criou o homem como imagem e semelhança dele, saiu da terra. Então eu acho que isso, num momento que várias palavras foram faladas aqui, em primeiro lugar eu também quero pedir desculpas, perdão em algumas coisas que foram colocadas aqui de desrespeito, até o irmão colocou, desse evangelho que desrespeito o irmão, para mim é um evangelho que precisa crescer, precisa crescer.

Isso que o Pastor colocou também, o Pastor Albert, sobre a situação que ainda está dentro das igrejas evangélicas, nós negros, mas eu como Pastor, a minha formação Batista, pegando o próprio pensamento do Martin Luther King, "Eu tive um sonho onde brancos e negros podemos caminhar", mas com respeito, mas infelizmente ainda há uma desrespeito em todos os setores da sociedade. O desrespeito está geral, nos três setores, Legislativo, Executivo e Judiciário. As três esferas de poder no Brasil mostram a história, as próprias religiões também, católica, que contribuiu com a escravidão, ganhou muito dinheiro, nós não estamos querendo polemizar, mas vamos fazer uma reflexão, que a minha mãe, também umbandista, está lá com oitenta e dois anos, meu primo tem um centro de terreiro também lá em Niterói, mas nós sempre se demos bem. Por quê? Ele luta contra o racismo.

Eu acho que esse momento, Senador Paulo Paim, é o momento de nós, junto com o Deputado Relator, parabenizando o Antônio Roberto, de fazer uma grande discussão a nível nacional, em vinte e sete Estados da Federação do Brasil. Como está acontecendo a Comissão do Cárcere lá, na Câmara dos Deputados, falando a questão dos presidiários. Não querendo fugir do tema, mas a grande parte da população presa, encarcerada do Brasil, são negros. Isso é o reflexo do racismo em nosso país, tanto da matriz africana, os irmãos, mas são todos negros. Pode ser de Candomblé, pode ser de Umbanda, pode ser de qualquer religião. O negro é sempre mal visto.

Então eu acho que o momento em que o Senador Paulo Paim está junto com a Comissão de Direitos Humanos, vai ser um momento de todo o Brasil estar vendo, chamar à Mesa as Convenções Batista, o assessor dele, eu parabenizo também toda a sua assessoria, Senador, eu acompanhei junto com o Carlos, o convite para todos de metodistas, todos de Assembléia de Deus, Manoel Ferreira que é o líder. Manoel Ferreira, venha para cá. A própria Igreja Renascer, eu fiz um convite também, era para estar aqui, o Bispo "Ge", como vai acontecer a Marcha para Jesus. Jesus chama a todos para ter uma reflexão para nós combatermos esse mal que está não só na pele, mas está na alma ainda. Isso é histórico.

Eu acho que o Brasil, a comunidade branca, ela teve um papel muito feio sempre de dividir, dividir tanto a etnia cigana, árabes, índios e negros. Quanto mais dividida essas etnias é melhor para dominar. E o domínio branco vem a ser há séculos, desde o Século XVI para cá.

Então eu vejo que esse momento que nós estamos aqui debatendo essa situação da questão religiosa, é uma situação que eu acho que já poderia

estar superada, mas vai ser superada em nome de Cristo, junto com Oxalá, o nosso Pai. Eu vejo, Senador Paulo Paim, Deputado Antônio Roberto e Senador José Nery, com o Estado do Pará, eu acho que tem que haver uma grande movimentação no Brasil para estar em cada setor e chamar os judeus, tem agora os nossos irmãos também, os muçulmanos negros que estão aqui também no Brasil. Então eu acho que para tentar suavizar essa situação é o Estatuto da Igualdade Racial ser aprovado. E eu chamo também as bancadas, esse ano é de eleição para Prefeitura, para cada pessoa que for votar, refletir "qual é o seu papel, Prefeito, para os cultos de matrizes africana e a religiosidade do povo negro", independente da sua religião. Pode ser protestante, pode ser Umbanda, Candomblé, Espírita Kardecista, eu também chamei até os Espíritas Kardecistas para estarem aqui, que querem ser diferentes.

Mas eu vejo que esse momento, esse debate, está sendo gostoso. Me permita falar, Paulo Paim, Senador, porque nunca aconteceu isso na história do Brasil, está acontecendo dentro dessa Casa, e nessa Casa também é preciso haver uma mudança no que diz respeito aos nossos irmãos também. E eu, como Pastor formado, a minha história de luta também vem desde os meus dezessete anos, o meu pai foi preso político junto com o saudoso Batistinha, morto em 94, até hoje ninguém soube quem matou ele, o meu pai diretor, e eu vi isso quando tinha seis anos de idade, um policial branco falou que ia matar o meu pai, eu falei: "Se você matar o meu pai, eu vou te matar". Você vê que graças a Deus o meu está vivo, está com 92 anos, está lá o negão. Pai, que Deus te abençoe, minha mãe também.

Mas eu quero conclamar aqui ao Brasil, nesse momento que está sendo visto em todo o mundo, grandes líderes do G-7 estão aqui observando o nosso país. Olha o problema que está acontecendo lá na Raposa do Sol, não é verdade irmãos? Nossos índios lá. Olha o problema que está acontecendo agora no Pará [soa a campainha]. Olha o problema que está acontecendo lá no Rio de Janeiro e no sul do Brasil.

Eu quero concluir a minha fala aqui, eu quero que fique marcado na história do Brasil. Esse debate, tem que haver mais constantes debates, tem que haver outros debates sobre esse encontro da religiosidade de matriz africana e no que diz respeito a nós evangélicos. Como o Pastor Albert falou, nós evangélicos queremos ser respeitados também junto com os nossos irmãos também, Candomblé, Umbanda, Quimbanda, todos. Agora eu quero chamar à reflexão também tanto dos protestantes católicos brancos, que tem uma dúvida conosco. A dívida é irreparável, é dar acesso a

nós. Acesso a quê? À cultura, educação, e isso graças hoje ao Governo Lula que está fazendo isso, uma revolução no nosso país. E isso está sendo o quê? Está sendo combatido e está nascendo outro grupo que é contra as cotas. Eu acho que vai ser muito importante, Senador Paulo Paim, que eu quero salientar, para que essa Audiência Pública seja reproduzida em cada Estado do Brasil, na Bahia, em Minas, em Goiás, no Rio Grande do Sul. Criar uma Audiência como essa, Senador Paulo Paim, junto com o Relator, o Antônio Roberto, que eu parabenizo, falar do Estatuto da Igualdade Racial e falar também junto líderes evangélicos, protestantes, irmãos de matrizes africana, Candomblé, Umbanda, Quimbanda, para estar discutindo a situação do racismo no Brasil. Eu acho que o momento é muito rico, eu estou muito feliz, estou até emocionado, porque há quinhentos e oito anos nós estávamos presos, algemados, mas graças a Deus nós estamos começando a se libertar. A Bíblia diz: "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará". A verdade está começando a nascer agora, Senador Paulo Paim, Deputado Antônio Roberto.

E eu quero fechar a minha fala aqui, que o meu tempo está terminando, fechar a minha fala para conclamar todo o Brasil, religioso que for, até os ateus, para fazer um grande mutirão, um mutirão "O Brasil livre de verdade". Eu quero chamar a todos os brasileiros. Pode ser rico, pobre, negro, branco, qualquer um, é fazer um movimento para salvar o nosso país, porque os países mais ricos, o G-7, estão de olho na nossa água, o que nós temos de melhor, é o ouro, e nós temos que andar junto, viu Palmira, juntos, junto com o Presidente, junto com as Forças Armadas, eu também tenho vários... convidei alguns Coronéis negros, Generais, que não puderem estar aqui, que também está dentro desse processo também.

Eu quero agora fechar a minha palavra, agradecer a Deus por esse grande debate que vai pegar fogo, mas é bom porque é salutar. Eu agradeço essa oportunidade. Obrigado, meu Deus.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como é a última Mesa, eu iria convidando aqueles que já falaram, que se pudessem retornar ao Plenário, na medida que vão falando, para dar oportunidade para que outros venham falar ainda. Então eu convido o Pastor Bentinho, que já fez a sua exposição, se ele puder retornar... E já vem para a Mesa o Carlos Moura. Convido aqui Carlos Alves Moura, Professor e Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CNBB), que vai poder, em seguida, também fazer uso da palavra. Passo já a palavra já para o Marcos.

Marcos, dez minutos com mais cinco, como teve o Pastor Bentinho.

SR. MARCOS REZENDE: Bom dia a todos e todas. Eu gostaria de começar a fala pedindo a benção aos mais velhos, saudando aos nossos ancestrais, saudando aos Orixás e pedindo para que ele possa nos iluminar para que a gente tenha aqui uma fala compromissada e cuidadosa em respeito aos nossos ancestrais. Eu queria também solicitar ao Babalorixá Ricardo do Omolu que pudesse fazer uma cantiga em homenagem a Xangô, o Orixá do Dia, que mostra o nosso respeito também para com aquele que nos rege. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode ser agora ou--

SR. MARCOS REZENDE: Pode ser agora sim, para mim é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aproveita o tempo dele.

SR. RICARDO DO OMOLU: Então Ok. Bom dia a todos, motumbá aos meus mais velhos, motumbá ao meu irmão Marcos, que é meu irmão de santo, somos descendentes da mesma Casa. Você quer que eu faça um hino a Xangô, é isso, um Cântico a Xangô? Então vamos embora. Todos me ajudem por favor.

[cantado o Cântico a Xangô]

Gente, Xangô é o Santo da Justiça, é o Orixá da Justiça e é um Santo que, Iroco é o Orixá, é a árvore, é a árvore que o homem quer abarcar e não consegue. Então que nós nos peguemos nas raízes de Iroco e na justiça de Xangô para chegarmos ao nosso objetivo. Muito obrigado Senador, muito obrigado a todos aqui presentes.

[palmas]

SR. MARCOS REZENDE: Bem, a gente não está perdendo tempo, já percebemos que nós estamos ganhando tempo e tempo é um [ininteligível] importante para a gente, não é?

Nós trouxemos, Senador, dois pequenos vídeos e pedimos permissão para passar. Um primeiro é um vídeo de seis minutos e outro de dez minutos. O primeiro tem uma conotação mais política de uma mobilização do povo de santo e o segundo é uma denúncia. Então eu gostaria que fosse passado, se possível.

[exibição de 1º vídeo]

>> *Nossa resistência começa desde o instante em que nossos antepassados foram trazidos para cá e foram tornados escravos. Desde a senzala é que a gente resiste.*

>> *Até de década de 70 a nossa religião era sobre o volume da polícia, Delegacia de Jogos e Costumes. Ali na Rua da Misericórdia até hoje ainda me lembro do chefe de censura que iria atirar [ininteligível]*

>> No ano de 1989, com o art. 275, tudo foi oficializado. A nossa religião, Candomblé.

>> Os santos católicos têm menos de dois mil anos, vem depois do Cristo. Os Orixás têm milhões de anos, foi quando a terra foi criada e foram criadas as energias da natureza.

>> Por que no momento em que está lá no documento religião não se põe Candomblé?

>> Vamos caminhar sim, vamos fazer como nós sabemos fazer, que a gente não é parado, a gente canta, a gente dança, associado ao que a gente grita, ao que a gente exige, mas vamos fazer no sentido não de um festejo, porque muita coisa ainda tem que ser conquistada.

[Cântico]

>> A gente tem que fazer para se organizar(F). Orixá, Deus, dá força, luz, energia, mas a gente tem que fazer as coisas que eles querem que a gente faça.

>> Todos nós que somos povo, o povo que cultua Orixá, Gudum, [ininteligível] é discriminado por quê? Ser um negro ainda é discriminado dentro da sociedade. E a gente tem que pensar nas políticas tão discutidas, as políticas para negro, o povo de santo(F) tem que estar presente. É essa a nossa luta conforme a realidade hoje.

>> Porque quando os evangélicos enchem a Fonte Nova, eles não enchem a Fonte Nova somente para falar de Deus não; eles enchem a Fonte Nova para mostrar para as autoridades que eles têm força política.

>> Nós estamos trabalhando para uma caminhada clara, objetiva, com amor, com carinho, com afeto.

>> Porque essa caminhada não é uma caminhada do Coletivo de Entidades Negras. É bom que fique bem nítido, bem transparente que essa caminhada é uma proposição feita pelo Coletivo de Entidades Negras, mas é uma caminhada do povo de santo.

[Cântico]

>> Mais uma vez. E axé é força, é vida, e não é do povo que canta carnaval não; axé é o povo de Candomblé.

[Cântico]

>> Botar os meninos na faculdade, brigar por cotas para ocupar os espaços que a gente têm em sonho, para ocupar os espaços da sociedade.

>> O que nos une é maior do que o que nos separa.

>> É, a Bahia como sempre se põe à frente do movimento, nas lutas políticas, através do que tem de melhor que é a cultura e a sua diversidade maravilhosa. Então que a gente saia para a rua para pedir a [ininteligível]

[Cânticos]

[Fim da exibição do vídeo]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Como essa aqui é a última Mesa, eu já conversei aqui com todos os convidados para a gente ter nesse encerramento um representante da comunidade evangélica, e eu quero agradecer ao Luiz Ricardo, ele abriu mão da sua fala, ele vai ceder seu tempo ao Marcos Rezende, daí o Luiz Ricardo volta ao Plenário e eu convido o Pastor da Igreja O Brasil para Cristo [palmas], Albert Silva, para fazer essa mudança. Ele deu uma demonstração que a gente conversando se entende, não é? Eu quero dizer que o Marcos foi fundamental para essa negociação aqui. Marcos, a palavra voltou a você.

SR. MARCOS REZENDE: Rapidamente antes de começar o segundo vídeo, Senador, eu queria dizer que esse vídeo é de um filme, um documentário que nós estamos fazendo sobre o terreiro Oyá Onipó Neto, que foi demolido em Salvador em fevereiro de 2008. Salvador é a Meca do Candomblé para nós que somos das religiões das matrizes africanas. Então nós ainda não temos... Foi feito anteontem corrido, que nós fomos fazer um documentário pequenininho, mas já temos mais de dez horas de filmagem. Então a primeira fala é de mãe Rosa, que é a Mãe de Santo de Yansã, que teve o terreiro demolido; a segunda é de João Reis, que é o Presidente do Conselho Municipal das Comunidades Negras; o terceiro é do Promotor Almiro Sena; o quarto é da Aibome Sidalha(F), do Terreiro do Cantuá; o quinto é de Macota Valdina, do terreiro Tanuri-Junçara; depois o Babalorixá PC do Oxumarê, do Terreiro do Oxumarê. Então é só assim uma legenda porque lá não vai aparecer, que lá foi uma coisa muito corrida, mas que a gente achou muito importantíssimo trazer também para que o Brasil tomasse conhecimento disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De quanto tempo é esse vídeo?

SR. MARCOS REZENDE: São dez minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dez minutos, está dentro do seu tempo.

SR. MARCOS REZENDE: Justamente.

[exibição do 2º vídeo]

>> Quando eles chegaram aqui, chegaram por volta de nove e meia, dez horas, e aí falou: "Não, você tem que desocupar a área porque essa área é uma área da Prefeitura". Eu falei: "Como é uma área da Prefeitura se eu já moro aqui há mais de vinte anos? E o senhor vai chegar assim tirando tudo sem me dar direito de defesa?" Ele disse: "É, vamos embora, vamos embora, vamos embora". Aí já foi correndo, invadindo, entrando os fiscais, entrando dentro dos quartos, pulando a janela, e aí metendo o martelo, quebrando,

quebrando, eu gritando, e os policiais aqui, os policiais “Eu vim para apaziguar”, eu digo: “Meu senhor, não é assim, calma, eu tenho o direito de defesa, eu vivo num país democrático, num país livre, como é que o senhor faz isso comigo?” Aí já foi quebrando, quebrando, quebrando, massacrando, aí quebrou Xangô, quebrou Oxum, quebrou Iemanjá, quebrou Oxalá, aí quebrou o guarda-roupa, aí foi jogando as paredes no chão a pontapé, e eu chorando, eu desespera. Aí saí correndo, fui na casa da minha Mãe de Santo para pegar ela, trazer reforço, gritei por Tâmara, chamei Marcos, “Marcos, correndo, ligeiro, vem aqui, Marcos”, chamei Leonel. E aí o povo foi chegando, o povo foi chegando, chegando, “Não é assim, não é assim”, até que eu liguei para o meu marido, aí a gente ligou para a Prefeitura, a Prefeitura pediu que parasse, aí não parou, aí foi quebrando, quebrando, quebrando. Foi isso daí que aconteceu.

>> Isso foi que dia?

>> Dia 27.

>> Dia 27 de fevereiro?

>> Dia 27 de fevereiro.

[Cântico]

>> Mas oito dias antes eles já tinham ameaçado que vinham, que iam demolir, eu disse: “Eu vou ficar tranquila porque eu pago IPTU, eu moro aqui há mais de vinte anos e eu acho que eles não vão fazer. Eu acho que deveria vir, conversar comigo, entendeu, poder ver o quê que ia fazer, indenizar, conversar, falar”. Não, já foi chegando e já foi saqueando, quebrando. Aí a minha filha se enraivou, entrou em distúrbio, o soldado queria dar um tiro no meu filho, eu entrei na frente desesperadamente e disse: “Se vão atirar nele, vão ter que atirar em mim”. Entrei no meio, “Atira em mim, atira em mim”, eu gritando, chorando, desesperada, “calma, calma”, aí foi botando tudo para o lado de fora, quebrando tudo e, assim, destruiu tudo, acabou tudo. Eles começaram por lá, até o barracão, e o intuito deles foi mais quebrar os Orixás, foi quebrar o quarto do santo, quebrar os Orixás, quebrou, acabou, e aí vê aí o guarda-roupa, porta, janela, mala, roupa. Logo uma semana depois, que viram que foi feita uma coisa brutalmente, né, e a gente correndo, pedindo ajuda, pedindo socorro. Aí quando eles viram que isso não existe dentro de uma Terra Santa, dentro de uma Terra Africana, descendente de escravos que nós somos, história de antepassados que nós temos, que nós temos a história dos escravos, a história da escravidão, que isso não poderia acontecer em um país que a gente vive. Caíram na realidade e aí tentaram reparar o erro.

>> ... que estava no lugar, né?

>> Ah, está fazendo a mesma coisa que tinha?

>> A mesma coisa que tinha. É que você sabe que isso daqui foi plantado uma raiz de uma história descendente de afro. Aqui foi plantada a história de Ajunsun, entendeu? Que isto é uma história que não é morta, ela é viva.

[Cântico]

>> Foi aqui que a minha Mãe de Santo, D. Ana de Oliveira [ininteligível] que através do Jogo do Ifá que disse que os meus Orixás iam ser plantados aqui e aqui ia ficar.

[Cântico]

>> Aqui, aqui começou pela minha avó. Aqui eu cultuo a continuidade de uma raiz e aí ele vai comprar o terreno num lugar, eu vou lá, jogo, vejo aonde é que o Orixá quer ficar, ali se plantam as raízes e ali ele dá o procedimento. Tanto é que isso daqui é um lugar que era pequenininho, hoje cresceu. Não é porque o lugar cresceu que eu vou me tornar pequena, que era pequeno e aqui eu fui dando continuidade, continuidade, quer dizer que cresceu e agora aí vem um partido, vem o PDDU, vem a Prefeitura, vem um rico, sai de lá da África, da Austrália, de outro país, chega aqui, “nesse lugar eu vou ficar”. Não é assim, isso não existe.

[Cântico]

>> Isso daqui eu estudei, me aprofundei, me preparei, me formei dentro do Ariaxé e aqui eu venho criando a minha história, a minha história afro.

[Cântico]

>> Tudo isso que eu estou vivendo é por causa desse Shopping aí.

>> Como assim?

>> Esse Shopping foi inaugurado, isso é uma questão imobiliária. Esse Shopping aí foi construído agora em outubro. Então o mesmo dono desse Shopping é desse pedaço de terra aqui, está entendendo?

>> Hum-hum.

>> Então é bem viável para ele que me tirasse daqui.

>> Ah, ele quer fazer uma coisa só?

>> Uma coisa só, justamente. Mas não precisava ser tão brutalmente, não é? Eu quero tudo meu no lugar. Eu não pedi nada a ninguém, eu não tirei nada de ninguém. Isso daqui foi comprado, não foi invadido. Agora a cidade cresceu, eu não posso sair daqui para satisfazer ao Barão, não é? Ao Barão, eu não posso fazer isso. Essa história já existe desde o início do mundo, que existia os escravos e existia os Barão, e a história africana continua, o Barão e o empregado.

[Cântico]

>> No dia 29 o Conselho se reuniu e deliberou que seria representado ao Ministério Público. Antes, antes, porém, seria informado ao Exmo. Sr. Prefeito

dessa cidade sobre a atitude vil de uma das suas subordinadas e dessa forma o Conselho procedeu.

>> E após ouvir várias testemunhas, tanto pessoas ligadas ao terreiro, à comunidade, autoridades, como a própria secretária, num procedimento instaurado aqui na Promotoria, a conclusão nossa é que efetivamente houve um crime de intolerância religiosa, já que foi derrubado um templo religioso, especificamente ligado ao Candomblé, mas a questão inclusive não é que é ligado ao Candomblé ou deixa de ser ligado, é que um templo religioso, e no art. 5º, inciso VI, da Constituição Federal, está escrito que cabe ao poder público garantir o livre exercício e culto de qualquer crença ou atividade religiosa, assegurando, inclusive, a proteção dos objetos segurados.

>> Uma funcionária do Município manda que se derrube um terreiro e chega lá com todo aparato, com toda a força e derruba com as pessoas dentro, com os objetos sagrados. Eu não tenho palavras para isso. O Terreiro de Oxumarê se indignou, porque isso não foi feito só com aquele terreiro não; isso foi feito, agrediu a todo o espaço de terreiro dentro dessa cidade do Brasil e do mundo.

>> Não tenho nota nenhuma para dar. É um absurdo, é um absurdo aquele trator suspender tudo e derrubar assim de uma hora para outra. Que coisa, mas que falta de respeito, viu?

>> Destruíram até imagem, né?

>> É muita falta de respeito, muita falta de respeito e falta de reconhecimento, porque essas pessoas que fez isso devia se lembrar que se hoje nós somos gente, nós somos assim, nós comemos cozido, nós comemos feijoada, nós comemos tudo, agradeça aos africanos que vieram num navio negreiro para ser escravo e precisa saber que não veio mendigo não. Veio rei e rainha, senhores e senhoras para vir fazer esse Brasil, essa Bahia.

>> Nós achamos que esse episódio do terreiro, ele não está dissociado desse processo mais histórico que nós identificamos, nós do Círculo Palmarinho, identificamos como uma faxina étnica na nossa cidade, uma definição clara de territórios, de interesses, aonde as populações mais pobres e fundamentalmente as populações mais negras são expulsas dos centros ou das áreas consideradas nobre ou de interesse da especulação imobiliária.

>> Eu acho que o povo de santo tem que mais é que se espelhar nessas coisas, se juntar mais ainda dentro de seus terreiros, terreiro com terreiro, discutir, não é, discutir politicamente, se organizar politicamente. A gente tem Zumbi, a gente tem... Mais hoje, hoje... A gente tem um Abidia(F) do Nascimento que está aí vivo. Abidia(F) foi..., você entendeu, incorpora, entendeu?

Está aí. E a gente tem no dia-a-dia mulheres, homens, jovens. Temos, nós temos nossos referenciais, nossos próprios referenciais. Nós temos.

[Cânticos]

>> Quando eles chegaram aqui, chegaram por volta de nove e meia, dez horas, e aí falou: "Não, você tem que desocupar a área, porque essa área é uma área da Prefeitura". Eu falei: "Como é uma área da Prefeitura se eu já moro aqui há mais de vinte anos?"

[Fim da exibição do vídeo]

SR. MARCOS REZENDE: Então nós trouxemos esses vídeos, mas para além dos vídeos nós trouxemos também aqui uma série de documentos e a própria presença do Babalorixá Ricardo de Omolu que cedeu a vez ou a palavra para um irmão negro evangélico, ele veio aqui fazer uma denúncia também. Nós estamos vendo ali um Babalorixá que foi expulso do seu terreiro, no Rio de Janeiro, e que veio morar em Brasília. Ele foi expulso pelo tráfico. O que nós estamos falando aqui são de coisas sérias. O que nós estamos aqui falando são de denúncias de uma gravidade sem precedentes na história do Brasil. Existe uma estranha aliança que estão sendo noticiadas em todos os jornais do país. Nós trouxemos casos do país todo, e aí quando o Senador Paulo Paim coloca da grande quantidade ou da quantidade maior da comunidade do Rio Grande do Sul em se afirmar de Candomblé e um número menor em Salvador, nós sabemos o que significa isso. Nós sabemos que isso significa racismo [palmas], porque no Rio Grande do Sul muitos dos que se afirmam das religiões de matrizes africanas são não negros. Então para eles é mais simples, não quer dizer que seja fácil, são nossos irmãos também. Nós não estamos aqui fazendo um combate entre brancos e negros, nós não estamos aqui fazendo esse tipo de combate, mas nós sabemos que o fato de ser das religiões de matrizes africanas em Salvador é algo bastante complexo, assim como ser negro em qualquer lugar desse país e desse mundo é algo que não é fácil.

Então nós sabemos quem são os nossos inimigos e certamente não é a Ministra Matilde Ribeiro, certamente. Nós sabemos que é a nossa aliada de todos os tempos [palmas], independente da religião que seja e que esteja, porque nós sabemos que a SE-PPIR abraça todo mundo, nós conhecemos de perto [soa a campanha] e nós temos orgulho da Ministra Matilde Ribeiro, uma mulher negra que levou as nossas demandas durante anos para essas Casas, para as demais e para o mundo todo de forma bastante valorosa. Não tenho carta de defesa da Ministra Matilde, mas não posso deixar de falar o que ela representa para todos os negros e negras desse país [palmas]. É o mínimo, é o mínimo.

Muitos desses documentos são feitos com a câmara na mão e sem nenhum recurso. Nós não fomos só para a SEPPIR pedir dinheiro não. Nós fomos para a SEPPIR ou falar com a SEPPIR com manifestação ideológica. Nós também não temos nenhum representante do CEN ou do terreiro tal, do Oxumarê tal dentro na SEPPIR. Para é para isso que a gente pensa a SEPPIR, porque pensar política não significa precisar ter um evangélico, um judeu, um católico, um espírita, se não nós teríamos ali um Ministério religioso [palmas] e não é isso que a gente quer. Não é isso e não é isso que a gente pretende.

Então em Salvador nós percebemos... Nós conversamos com o Ministro Paulo Vannuchi para falar com ele da importância de se colocar nesse próximo Censo que vai acontecer em 2010 o termo religião afro-brasileira ou religiões de matrizes africanas, porque lá no Censo o que nós temos são católicos, protestantes, evangélicos e outros. Então outros, sabe, é muito difícil se afirmar quando se vê outros, porque essa própria denominação já nos coloca numa situação de desvantagem, mas se aquela pessoa do Censo tiver lá o quadradinho para falar religiões afro-brasileiras, essas pessoas vão falar "Eu sou essa". A gente também vai fazer uma campanha de conscientização e pedimos a ajuda dessa Casa para que a gente possa conscientizar os religiosos de matrizes africanas do orgulho que nós temos dessa religião que a gente processa, apesar de nós não fazermos proselitismo. Nós não precisamos ser milhões, mesmo porque o Candomblé não é uma religião de milhões. Nós não podemos fazer conversão em massa porque nós temos, inclusive, um trabalho imenso de fazer com que as pessoas possam passar por um processo de iniciação e a gente não pode iniciar cem ou mil pessoas ao mesmo tempo. Não é isso que a gente quer, a gente não vai fazer proselitismo. Nós queremos respeito. A gente não precisa de números. Esse Senado não tem o número de milhões de brasileiros aqui dentro, mas nós temos a representatividade do total dos brasileiros que têm respeito à diversidade ou que votam para compor um Senado. Então o Candomblé entende que essa diversidade religiosa é importante. Poder conversar com a diversidade é uma coisa linda. Sem o direito de ter o outro, a gente não consegue descobrir ou discutir sobre essa multiplicidade de possibilidades religiosas que existe [palmas] e é isso que a gente deseja sempre, sempre.

Então o que nós trazemos aqui, o que nós fizemos questão de trazer para esse momento, Secretário, é o que nós estamos chamando de dossiê da intolerância religiosa. São casos de intolerância religiosa em vários Estados do Brasil que nós queremos entregar para essa Casa porque nós queremos pedir uma CPI. Não é uma

CPI para condenar a igreja "a", "b" ou "c", não é isso. Mas uma CPI urgente para que o Brasil não venha a se transformar ao que nós vemos em qualquer canal de televisão em alguns países do mundo: conflitos religiosos estourando e nós fechando os olhos aqui. É como se não fosse com a gente, é como se estivesse distante. O que antes acontecia no Oriente Médio, o que antes acontecia na Inglaterra entre protestantes e católicos, ou no Oriente Médio entre judeus, católicos, mulçumanos, está acontecendo aqui dentro. E aqui nós temos diversos casos. Temos aqui um caso de São Paulo de um terreiro que não pode mais tocar porque a área onde ele está inserida virou uma área residencial, mas tem todas as outras igrejas que continuam fazendo os seus cultos, mas só o terreiro foi proibido de tocar, e nós temos aqui todos os elementos, todos, todos, nós estamos aqui passando para o senhor um caso de São Paulo. Nós temos aqui também casos do Rio de Janeiro, um caso que é importante de um suspeito de matar um turista italiano quando ele foi roubar um cordão do pai desse turista e esse turista se atracou com ele, ele caiu na frente de um ônibus e morreu, e quando ele foi se entregar à polícia, ele se entregou acompanhado de um Pastor dizendo: "Na verdade não fui eu não, foi Zé Pilantra, foi Exu Caveira que fez isso comigo". Então coloca nos nossos Orixás, nas nossas entidades, naquilo que nós acreditamos, a culpa dos seus crimes. Então é isso que é intolerância religiosa, é isso [palmas].

Então está aqui um outro caso muito sério do Rio de Janeiro. Nós temos um outro caso [soa a campainha] também aqui, uma série de casos do Rio de Janeiro, que é do pai Ricardo de Omolu, que está aqui também relatado, que naquele momento não quis se identificar, eu conversei com ele: "Você precisa se identificar, meu pai; chega de ficar calado". No caso dele, ele foi expulso do Rio por causa do tráfico numa estranha aliança do tráfico com igrejas neopentecostais. É uma aliança estranha que está sendo colocada no Jornal O Extra, está aqui no Jornal O Globo. Isso não está saindo da minha cabeça. Isso é noticiado, isso sai no Fantástico, gente. Isso sai no Fantástico. E uma Comissão séria como essa, num espaço sério como esse, está recebendo esses documentos porque nós sabemos que vão ser analisados. Nós queremos sentar aqui para discutir isso, a dimensão da seriedade disso. O que é que está acontecendo? O que é que está acontecendo com esse país?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Inclusive, Marcos, eles se apresentam, quando eles chegam na porta, como evangélicos desviados, viu?

SR. MARCOS REZENDE: Pois é.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: “Nós não entramos porque somos evangélicos desviados”. Ele não entra no seu terreiro e do portão ele convida a se retirar, entendeu?

SR. MARCOS REZENDE: Aqui nós temos uma decisão do Ministério Público Federal sobre o livro do Bispo Edir Macedo em que o Desembargador Souza Prudente faz uma colocação dizendo da dimensão do crime quando ele vai nos chamar aqui no seu livro [ininteligível] dele, de que terreiro de Candomblé é lugar, e nós não temos nada contra. Ainda bem, ainda bem que é. Está ali o livro, Orixás, Caboclos e Guias. Ainda bem que é um lugar de homossexuais, um lugar de prostitutas, um lugar de drogados, ainda bem que lá é esse local também. Ainda bem que nós sabemos amar a todos, ainda bem [palmas]. E principalmente porque esses terreiros são comandados por mulheres negras, imponderadas, que sabem o que é o valor de ser mãe, e os terreiros são a recriação da família africana que foi destruída com a escravidão com esse processo monstruoso, e é por isso que lá tem o Pai de Santo, porque no dia 13 de maio, Senador, e nobre Deputado, no dia 14 de maio, quando foi decretado o final da escravidão, tirando todos os dispositivos que nos dava condições de dignidade, com aqueles dois artigos, que é revogar todas as disposições em contrários e a partir desse dia está acabada, extinta a escravidão no Brasil, nós tivemos que andar de um lado para o outro e encontrar o Pai de Santo para ser o nosso pai também, a Mãe de Santo para ser a nossa mãe também, o Irmão de Santo para ser o nosso irmão também, o Filho de Santo para ser o nosso filho, porque a gente não tinha família. Eu falo emocionado porque a gente não tinha família [palmas]. Nós recriamos a família dentro dos terreiros de Candomblé. Nós temos que ter essa sensibilidade para entender isso.

Então está aqui também essa denúncia que é coisa séria. Aqui nós temos um caso de Goiás, em que o membro, uma pessoa do Candomblé, que passou num concurso público, ele quer ser um oficial, porque nós temos oficial capelão que é da Igreja Católica, nós temos oficial e tal, mas do Candomblé não pode ser oficial confessional. Nós não temos esse espaço. Então tem aqui mais uma denúncia de Goiás. Nós temos aqui uma outra denúncia, uma outra denúncia que é sobre a Igreja Universal do Reino de Deus, em que um fiel da Igreja Universal entra numa Igreja Católica, entra numa Igreja Católica em Salvador e diz estar tomado, possuído por uma legião de demônios, perseguido por uma legião de demônios – isso são notícias de jornal, viu gente -, e quando ele diz que está sendo perseguido por uma legião de demônios ele quebra uma imagem de São Benedito segurando o Menino Jesus para

salvar Jesus do diabo, porque ele não vê santo preto, porque santo preto é o diabo, é um demônio segurando Jesus e ele foi liberar Jesus do demônio. Então está aqui mais uma denúncia. No Rio Grande do Sul, uma denúncia sobre a proibição com relação ao sacrifício de animais e nós temos casos em Alagoas, em São Paulo, enfim, no Maranhão, e esses são os que vêm a público, porque nós do Coletivo de Entidades Negras nós pesquisamos e fazemos um observatório desses casos para que isso não fique só uma pessoa falando. Mesmo falando a gente sabe que é importante, mas que a gente entenda isso.

Então o que nós viemos pedir aqui, Senador, para essa Comissão e também aproveitar já que o Deputado, o Relator do Estatuto da Promoção da Igualdade Racial e se faz presente, é que a gente possa abrir um dossiê e que todas as religiões aqui presentes, porque a gente não quer um dossiê das religiões de matrizes africanas não, a gente quer uma CPI, nós queremos uma CPI de Combate à Intolerância Religiosa, que essa Casa e que a outra Casa [palmas] possam ir de Estado em Estado falar isso. É isso que nós queremos. Nós não temos nenhum problema não [soa a campanha] de conversar com ninguém, seja evangélico, judeu, ateu. O Candomblé não faz... a gente não quer converter ninguém. Agora nós sabemos, nós conhecemos quem entra nas nossas Casas para converter os nossos [palmas]. Nós sabemos quem são. Sabemos e, melhor do que nós sabemos, é que nós respeitamos e falamos: “Está equivocado, não é por aí, não é por aí”. Nós não entramos na igreja de ninguém para jogar ácido sulfúrico, nós não entramos nas casas de ninguém para quebrar nada, nós sabemos os nossos espaços e os nossos espaços são quaisquer espaços que se têm aqui nesse país ou em qualquer país, mas nós pedimos para as pessoas que fizeram da sua fé religiosa a conversão, reconheçam o que o Papa João Paulo II falou: “A Igreja Católica pecou, errou e pede perdão para o povo negro”.

Então está na hora, está na hora [soa a campanha] de algumas religiões pentecostais e neopentecostais pedirem perdão para a gente pelo que tem feito nas televisões da vida, pelo que tem falado da gente no cotidiano e que está na hora também desse Senado, do Presidente da República e também da Câmara dos Deputados rever a concessão, a concessão da veiculação de TVs, de licença de TVs para alguns empreendimentos que fizeram o que nós vimos há um mês atrás, complementando, terminando, o que fizeram no mês passado, em que convidaram os seus fiéis a entrarem com representações na justiça, no Brasil todo. Por quê? Porque estavam sendo colocados casos de intolerância religiosa, de desrespeito por Elvi-

ra Lobato, do Jornal A Folha de São Paulo, e também pelo Jornal A Tarde [soa a campainha], por Cleidiana Ramos. Então que tipo de concessão é essa? É para incitar o povo a uma guerra religiosa?

Nós estamos aqui falando de amor, para complementar, o Candomblé é uma religião de amor e nós deixamos essa mensagem, deixamos um axé para todos e agradecemos a oportunidade. E nos colocamos, enquanto Coletivo de Entidades Negras, enquanto religiosos que somos, a fazer parte de uma Comissão que possa discutir essas questões aqui no Senado e na Câmara. Muito obrigado pela oportunidade e até a próxima [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos a palavra, nesse momento, representando a SEPPIR, representando o nosso amigo Edson Santos, que é o Ministro da SEPPIR, à Dra. Maria Palmira da Silva.

SRA. MARIA PALMIRA DA SILVA: Bom dia e obrigada, Senador Paim, bom dia ao Sr. Relator do Estatuto da Igualdade Racial, Deputado Antônio Roberto. Quero pedir a benção para as lideranças religiosas, nossos Orixás aqui presentes, quero cumprimentar a todos os irmãos e irmãs que lutam em prol da Política de Promoção da Igualdade Racial nesse país e dizer que para mim é uma honra poder estar aqui representando a SEPPIR, a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, a Subsecretaria de Políticas para as Comunidades Tradicionais, na qual eu sou diretora, e quero iniciar a minha fala, considerando que o tema dessa Audiência Pública é questões da comunidade negra e das religiões, as matrizes religiosas, para falar um pouco do por que é que surge essa Secretaria, por que estou lá hoje, não é, ocupando esse lugar que é resultado de um longo processo histórico de luta, não posso me esquecer nunca disso, e dizer que eu fui convidada para essa Secretaria ainda na gestão da Ministra Matilde Ribeiro, em 2006, eu a conheço de São Paulo, da militância do movimento negro e do período em que militávamos no movimento e no período em que eu estudava também, ao mesmo tempo em que militava na temática das relações raciais, para entender e compreender e fazer o registro do alcance político das lutas sociais de combate ao racismo no Brasil, eu a conheci também na Academia. É uma mulher, uma liderança valorosa, emprestou o meu tempo, a sua energia, o seu compromisso e a sua dignidade enquanto mulher negra para uma causa coletiva [palmas].

Então aqui eu não poderia deixar de render as homenagens à nossa ex-Ministra que colocou, sedimentou, na verdade, a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial. Por isso hoje essa

temática dentro do Governo, por isso hoje essa temática dentro do meio político entrou de fato para a agenda. A Política de Promoção da Igualdade Racial está de fato dentro da agenda governamental e dentro da agenda do Legislativo como resultado desse longo processo histórico, iniciado com Zumbi dos Palmares, não é, mantido por nossas lideranças, por muitas lideranças religiosas do Candomblé, que durante muito tempo foram impedidas de realizar as suas manifestações religiosas, Salvador em especial até a década de 70 não podia realizar o seus toques, então o que vivemos lá hoje, eu fiquei emocionada quando eu vi esse vídeo de destruição já no início do Século XX, a gente ainda tem manifestações de uma atrocidade extraordinária que acreditávamos que já tinham sido superadas.

Bom, como eu estou aqui na condição de representação institucional para falar um pouco do papel da SEPPIR na relação, na interlocução com as matrizes religiosas, eu quero dizer que a SEPPIR é uma formuladora, articuladora de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e no que tange à questão do combate à intolerância religiosa, ela segue os princípios da ONU que afirma que ninguém será sujeito a discriminação de qualquer Estado, instituição, grupo de pessoas ou indivíduo com base em religião ou crença. Então esse é o nosso desafio, esse é o desafio de qualquer assessor, de qualquer técnico, de qualquer servidor e dos nossos dirigentes maiores, subsecretários, o nosso Ministro, que conduz a Política de Promoção da Igualdade Racial no Brasil.

E a gente entende a intolerância religiosa como qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada em religião ou crença, cuja finalidade ou efeito seja nulidade ou cerceamento do reconhecimento, gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais em bases igualitárias. Então esse é o desafio da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. E todos os Estados, então, para dizer por que é que o Estado brasileiro tem que se dedicar a essa temática? É porque também a gente parte do entendimento e somos signatários da Resolução de que todos os Estados devem tomar medidas efetivas para evitar e eliminar a discriminação baseada em religião ou crença no reconhecimento, exercício e gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais em todas as áreas da vida civil, econômica, política e cultural. Então esse é o desafio da SEPPIR, não é um desafio pequeno, e ela só pode incorporar também esse desafio por conta das mobilizações sociais, das lutas sociais, seja das lideranças religiosas, seja das lideranças do movimento negro de uma maneira geral.

Em 2003, por ocasião da realização da 12ª Conferência Nacional de Saúde, nós tivemos um ganho

importante que foi a inclusão nas Resoluções daquela Conferência do reconhecimento dos espaços dos terreiros, das religiões de matrizes africanas como espaços de promoção de saúde. Porque considerando que o terreiro é o espaço de recriação da família brasileira, como bem colocado por Marcos Rezende, o terreiro é também espaço de acolhimento, de toda sorte de dor, sofrimento, busca de afirmação de uma coletividade que se vê ofendida, prejudicada, atacada socialmente por uma sociedade que teima, ainda, em praticar e manifestar discriminação racial ou preconceito racial. Então muitos que buscam o terreiro, além de fortalecimento da sua fé espiritual, buscam também o terreiro para solucionar esses sofrimentos relacionados à questão da saúde. Então as lideranças religiosas dos terreiros já vinham trabalhando no sentido de estender as práticas de promoção de saúde e em 2003, numa conquista extraordinária, todos os segmentos que participavam da Conferência, sejam eles trabalhadores, sejam eles gestores dos serviços de saúde, sejam lideranças dos movimentos sociais, reconheceram no Plenário de mais de cinco mil pessoas essa transformação. Então hoje as ações de saúde são também praticadas nos espaços dos terreiros das religiões de matrizes africanas, o que é mais um dos motivos para que esses espaços sejam preservados, sejam conservados e sejam respeitados.

De 2003 para cá, uma das informações, a gente tinha pouca informação sobre a identificação das localizações dos terreiros, porque o Censo, os nossos Censos, eles trazem essa deficiência, tudo aquilo que diz respeito à identificação de fato das religiões de matrizes africanas, dos praticantes das religiões de Candomblé, da Umbanda, como isso não acaba sendo considerado dentro do Censo, a gente iniciou um trabalho de mapeamento. Começamos por Salvador, esse trabalho está se entendendo hoje e a gente vai encaminhar as informações também que temos para essa Comissão para que ela possa orientar, ajudar na orientação também [soa a campainha] dos debates, da preservação aí das religiões de matrizes africanas, mas a gente começou um trabalho de mapeamento dos terreiros por Salvador. Agora estamos estendendo para outras cidades e para outras localidades.

Nós estamos apoiando a organização, a realização dos seminários públicos para debate da intolerância religiosa na sociedade brasileira e sempre com o entendimento de que nós só fazemos isso porque a sociedade brasileira, apesar das conquistas alcançadas desde o Quilombo de Zumbi de Palmares, ela ainda é uma sociedade que precisa avançar muito na formulação e na implementação de políticas públicas de combate ao racismo. Só apoiamos essas iniciati-

vas porque temos o entendimento de que o racismo na sociedade brasileira vem se sofisticando a cada dia que passa. Então o racismo contemporâneo, ele não é mais um racismo aberto como fora no passado, como fora nos tempos da segregação na África do Sul, como fora nos tempos da escravidão da sociedade brasileira, mas isso não significa que ele tenha perdido a sua letalidade ou a sua perversidade. Ele é um racismo que se manifesta de uma forma mais sutil, como preferem alguns, de uma maneira meio velada, aonde vai corroendo a teia das nossas relações sociais quando exclui a participação negra no mercado de trabalho, quando destrói os espaços de fortalecimento espiritual da nossa população, porque é importante que as pessoas se fortaleçam espiritualmente e se fortaleçam a partir da sua referência histórica. Um povo que não sabe de onde veio não pode definir os caminhos a trilhar no futuro. É uma sociedade extremamente perversa quando elimina as nossas crianças por meio da violência e a violência recai preferencialmente sobre as crianças e jovens negros.

Então é uma sociedade extremamente... é um racismo e uma sociedade ainda extremamente perversos quando não abre a razão pela exclusão das pessoas na participação dos processos de distribuição da riqueza produzida por essa sociedade. É uma riqueza que é produzida pelo trabalho, desde os tempos da escravidão, com mão-de-obra do trabalhador negro. Então a riqueza de um país só se constrói com o trabalho. Só que no processo de distribuição de riqueza, mesmo reconhecendo todas as conquistas que tivemos ao longo desses seis anos do Governo do Presidente Lula, a nossa dívida ainda é extraordinária. Daí a necessidade de implementação das cotas nas universidades públicas, daí a importância de ampliar a participação da população negra no mercado de trabalho, daí a importância de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, porque ali tem orientações jurídicas para a preservação de outras garantias como, por exemplo, orientações para o serviço de saúde, trabalhar no sentido de reduzir a mortalidade precoce entre a população negra, porque o Brasil é um país que tem conseguido dia-a-dia aumentar a expectativa de vida da sua população de uma maneira geral, só que quando recortamos a expectativa de vida desagregando entre população negra e população branca, nós observamos que a população negra vive em média, ainda, seis anos menos quando comparado com a população branca, por causas evitáveis. Então essas doenças que a ciência já venceu e já consegue prorrogar a expectativa de vida da população por meio do atendimento, do acesso à saúde, ainda não é um direito igualitário quando recortamos os dados considerando negros e brancos na

sociedade brasileira. A mortalidade materna, que não deveria acontecer, porque se a mulher engravida é sinal de boa saúde [soa a campainha], ela ainda atinge de maneira também extraordinariamente as mulheres negras em relação às mulheres brancas.

Então é um conjunto na verdade de medidas de políticas públicas que precisam ser adotadas para que a nossa sociedade seja mais justa, mais igualitária e seja uma sociedade que possa, na verdade, considerar todos independente das suas crenças, independente da sua religião, independente da cor de sua pele, independente da sua idade, independente da localidade onde mora e independente de viver na cidade, independente de viver no meio rural.

Então as questões negras, elas só podem ser pensadas se considerarmos que nós somos uma sociedade que estamos em luta para a superação do racismo da nossa sociedade. As questões negras, elas só podem ser consideradas se entendermos que o racismo é uma espécie de câncer que corrói a teia das nossas relações sociais, que mina a confiança dos indivíduos, que destrói emocionalmente a confiança emocional e o desenvolvimento das nossas crianças e que nós estamos projetando um país onde todos possam viver de uma maneira mais solidária, onde não haja acirramento de disputas. Então nós não estamos trabalhando, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial não trabalha em prol de um seguimento ou de outro, mas trabalha para incluir aqueles que historicamente foram alijados do processo [soa a campainha] de participação política da nossa sociedade e que foram e têm sido alijados do processo de distribuição da riqueza que se produz nessa grande Nação, como é a Nação brasileira.

Eu quero uma vez uma vez uma vez mais agradecer ao Senador Paim por essa oportunidade, quero uma vez mais cumprimentar o Antônio Roberto, que é o Relator, que vai fazer com que a gente chegue a 20 de novembro com esse Estatuto da Igualdade Racial aprovado no Brasil. Muito obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero mais uma vez situar a todos que essa Audiência Pública faz parte de um ciclo de debates que a Comissão de Direitos Humanos está fazendo lembrando os cento e vinte anos da abolição não concluída. A primeira atividade foi no dia 30/04, que antecedeu o dia 1º de maio, que discutiu cento e vinte anos da abolição não concluída e a questão do trabalhador negro – O negro no mercado de trabalho. Depois realizamos, no dia 08/05, pela manhã, Audiência Pública para discutirmos os projetos que versavam e versam, meu Relator, sobre a questão do negro, pegando como eixo o PL 73 que a Câmara está debatendo com dificuldade, e eu entendo

as dificuldades e porque, e V. Ex.^a é defensor do PL 73, de 1999, que trata da política de cotas, como também o PL do Estatuto da Igualdade Racial, que o Relator inclusive esteve conosco aqui naquele dia. Depois tivemos no dia 08/05, ainda à tarde, Audiência Pública para tratar da Lei 10.639, a Lei da Educação na Sala de Aula, contando a verdadeira história da participação do povo negro na formação do povo brasileiro. Depois tivemos no dia 13/05, no Plenário do Senado Federal, uma Sessão especial sobre os cento e vinte anos da abolição não concluída. Depois tivemos no dia 15/05 Audiência Pública para tratar da anistia a João Cândido [palmas] e o feriado de Zumbi dos Palmares que nós queremos que seja no dia 20 de novembro. Dizer que tive a alegria junto com o nosso Relator, junto com o Carlos Santana, Capietá, enfim, de no dia 13 de maio, lá no Plenário da Câmara, nós aprovamos o projeto da nossa querida e ex-Ministra, mas sempre Ministra e sempre Senadora Marina Silva. Essa merece uma salva de palmas [palmas]. A Marina é um ícone, ela é a mulher, é a cabocla, é a índia, é a nossa lutadora em defesa do meio ambiente.

Então no dia 13 de maio a Câmara aprovou, retornou ao Senado, porque teve uma Emenda, e agora só a pauta estando desobstruída, já há um acordo, não é José Nery, para que o Senado vote definitivamente a anistia ao nosso Almirante negro João Cândido e que nós queremos que no dia 24 de junho, que é a data do aniversário do João Cândido, o Presidente Lula possa sancionar. Quero dizer que a SEPPIR e o Ministro Edson Santos foi fundamental, porque eu estive com ele junto com o Presidente Arlindo e depois estivemos com ele em outras oportunidades na Câmara e no Senado para que o João Cândido tivesse a sua anistia consagrada, João Cândido, grande herói do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, não é? Do Rio Grande do Sul e do Brasil, é claro, mas essa minha raiz, minha raiz regionalista do meu Rio Grande. Na hora que eu falei Rio Grande, já falei Rio, e aqui ela lembrou: do Brasil. Muito bem lembrado. João Cândido é um herói brasileiro, tanto que o Senado já aprovou um projeto de minha autoria que inclui o João Cândido como Herói da Pátria. Ele está lá no livro Os Heróis da Pátria. E no dia 21, então, temos essa Audiência Pública de hoje para discutir as questões das matrizes religiosas, e quero reafirmar que aqui na Mesa estão tanto os evangélicos como a religião católica pela CNBB, como as religiões de matrizes africanas, representadas pelo Marcos, nesse momento, e a SEPPIR que aqui representa o nosso Governo, o Governo do Presidente Lula. E nesse momento eu passo a palavra--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): — ao Dr. Carlos Moura, diretor e Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz – CBJP. Senador José Nery, se V. Ex^a. permitir, só falta o Carlos Moura, todos já falaram, daí V. Ex^a. será o primeiro a fazer uso da palavra. Pode ser? Então Carlos Moura, em seguida o meu Senador José Nery, que aqui fala sempre quando ele quiser. Foi uma tolerância dele comigo agora. “Está bom, Senador, fala o Carlos Moura, depois eu falo”.

SR. CARLOS ALVES MOURA: Cumprimentos ao Senador Paim, que desde que chegou a este parlamento luta no sentido da transformação do país para que possamos viver num país menos injusto, sobretudo menos injusto com a comunidade negra. Portanto, mais uma vez os meus cumprimentos ao Senador Paim. Cumprimentos ao Deputado Antônio Roberto, que eu não diria que é um aliado de última hora, porque pelas posições assumidas por ele, em decorrência do Estatuto da Igualdade Racial, só nos leva a crer de que é um antigo e um aliado de sempre [palmas]. Eu quero saudar o Senador José Nery, sempre atento a atividades idênticas a essa. E se ele me permitisse e também o Senador Paim, convidar a todos para um evento que será promovido às duas e meia da tarde aqui no Senado com relação ao trabalho escravo, promovido pelo Senador José Nery. Eu quero, também, saudar o Eurípides Camargo, integrante também desta Casa, mas também referir-me ao Pastor Albert Silva, compadre Ari Antônio dos Reis, ao Pastor Bentinho Jorge da Silva, que quando eu aqui cheguei estava fazendo a sua comunicação, ao Marcos Rezende, já conhecido de longa data e que trouxe esses vídeos que são um exemplo evidente da resistência, da persistência, e encantou-me muito porque revi a mãe Valdina com os seus conselhos, com aquela santa arrogância. Ela não se deixa dobrar, mãe Valdina está sempre presente e pronta a apresentar as suas sugestões, os seus protestos. Eu quero cumprimentar a Marinalva Moreira, também o Francisco Alves da Silva, Presidente do Ilê de Owa Isan, e a Maria Palmira, que trouxe uma realidade já conhecida de todos nós, bem como o trabalho que vem sendo desenvolvido pela SEPPIR.

Mas eu creio que estamos nesta Reunião abençoados por Deus, abençoados por Olorum, porque essa Reunião é um esforço muito grande de fraternidade, é um esforço muito grande de entendimento, é um esforço muito grande de comunicação, não só, Senador Paim, a comunicação verbal, mas a comunicação por intermédio da espiritualidade, a comunicação por intermédio daquilo tudo que nos une. Nos une a nós negros, discriminados, vítimas do preconceito e do racismo aqui já revelado muitas vezes, mas também

nos une um sentimento de brasilidade, um sentimento de transformação de situações de injustiça das quais as vítimas maiores pertencem à comunidade negra. Não é uma reunião de exclusão, não é uma reunião para responder intolerância com intolerância [palmas], mas sim um encontro que busca superar a intolerância com exemplos de tolerância, com exemplos de generosidade, sem se deixar abater e nem submeter pela intolerância.

Eu penso, Senador Paim, que há tempos, quando juntos tivemos a oportunidade de elaborar, evidente que sob a sua liderança, os arts. 215 e 216 da Constituição Federal, que determinam o respeito às manifestações afro-brasileiras e à cultura afro-brasileira, talvez naquele instante nós não pudéssemos supor que ainda tivéssemos que fazer uma sentada dessa para que se reivindicasse um respeito às religiões de matrizes africanas. Talvez pensássemos nós que já àquela altura tudo isso já estivesse sido superado. Mas é importante despertar não só as autoridades do Congresso Nacional, mas a sociedade de um modo geral para esses valores contidos nas religiões e nas religiões de matrizes africanas. Eu não poderia, por exemplo, por inspiração das matrizes africanas pedir licença ao mais velho desta Reunião, porque seria, não é Senador, uma repetição, mas poderia como faço agora solicitar licença aos sacerdotes e às sacerdotisas. Falou-se aqui na responsabilidade [soa a campainha] no dever do Estado e eu quero dar um testemunho do cumprimento ou de um esforço para um cumprimento do Estado por intermédio de Governos do que determina a lei no sentido das religiões e, mais especificamente, os arts. 215 e 216 da Constituição no que se refere às religiões de inspiração ou de matrizes africana ou de afro-brasileiras. Quando Presidente da Fundação Cultural Palmares tive a oportunidade de ajudar na recuperação material do Bogum da casa da saudosa Mãe Olga de Araketu, do Ilê Axé Jitolu, do bate-folha, do Ilê Axé Opô Afonjá, do Gantuá e, ainda, tive a oportunidade de há vinte e tantos anos atrás assessorar, depois de muito lutar para o que acontecesse, no tombamento da Casa Branca. Foram quase cinco anos de luta para que se convencesse o IPHAN a considerar patrimônio nacional e, conseqüentemente, a tombar a Casa Branca, porque até então só se tombavam as Igrejas Católicas. E é preciso dizer que como filho de Ogum não poderia fugir à responsabilidade. E, ainda que não o fosse, a responsabilidade de um afro-brasileiro no trabalho de preservação material das Casas de culto de matrizes afro– brasileiras.

Mas, senhores membros da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, em função desta resistência demonstrada por intermédio do vídeo, em função

dessa resistência trazida aqui pela garra do Marcos, as coisas caminham, as coisas caminham. Porque vejam bem: a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro vem de elaborar um projeto de mapeamento das Casas de religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro. Mas não é só isso, não é um mapeamento para um diletantismo ou para um trabalho antropológico. É muito mais que isso. É no sentido de um encontro, de um encontro de espiritualidade, cada qual mantendo o seu caráter, cada qual mantendo a sua integridade, cada qual mantendo o seu sentimento religioso inviolável, mas unidos na perspectiva da espiritualidade. Este encontro é muito promissor porque deste encontro de religiosos também nasce uma parceria que é uma parceria no sentido da construção e/ou da promoção de uma cultura de paz [soa a campanha], na perspectiva da superação de todas as violências, porque se incumbe ao Estado prevenir, combater, reprimir as violências, também cabe a nós enquanto crentes, enquanto religiosos, enquanto homens e mulheres de Deus e de Olorum trabalharmos nesse sentido, e quanto mais juntos estivermos, nos reconhecendo enquanto pessoas diferentes que somos em quaisquer circunstância, nós estaremos contribuindo para um cultura de paz e para a superação das violências, porque é a partir de contatos iguais a esses que nós iremos transmitir nas nossas famílias, nas nossas ruas, nos nossos bairros, nas nossas cidades, nos nossos Municípios, nos nossos Estados, nos nossos locais de trabalho, este sentimento do respeito ao outro, do respeito ao diferente e sentimento esse que tem por base uma religião, sentimento esse regido por Deus, regido por Olorum.

E nessa oportunidade eu desejo, Senador Paim, agradecer o espaço que me foi concedido para essa breve comunicação e tenho a certeza de que todos nós que estamos à Mesa e de que todos que compõem e este Plenário sairemos daqui com este compromisso, com o compromisso de continuarmos trabalhando no sentido de uma cultura de paz para a superação de todas as violências. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está conosco desde já o Senador Leomar Quintanilha, que é o Presidente da nossa Subcomissão do Idoso e é um lutador contra todo tipo de discriminação. Por isso aceite as nossas palmas aqui [palmas]. Eu de imediato passo a palavra ao Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Meus cumprimentos ao Senador Paulo Paim, Senador Leomar Quintanilha, aos representantes das diversas entidades e instituições que nos dão a satisfação da presença na data de hoje dentro desse ciclo de debates a partir de requerimento apresentado pelo Senador Paulo Paim

que, durante todo o mês de maio, dedicado a discutir temas e questões atinentes e relacionadas ao povo negro, buscando justamente construir as condições para completar a abolição proclamada formalmente há cento e vinte anos, mas que ainda exige muitas mudanças para que a abolição se realize de forma completa e integral.

Esse encontro de hoje mais uma vez demonstra a grandeza dessa proposição do Deputado Antônio Roberto, em que diversas religiões de matrizes africanas, diversos credos, religiões católicas, evangélicas, podem aqui se manifestar livremente, apresentar toda uma leitura sobre a situação de intolerância, discriminação e violência ocorridas por conta das convicções manifestadas por cada um e ao mesmo tempo representa esse encontro, ao lado de tantos outros realizados, todas as Audiências realizadas este mês, um importante processo de afirmação e de luta para a verdadeira eliminação de todo tipo de discriminação e de violência entre nós brasileiros e brasileiras.

Então a minha primeira palavra é de absoluto regozijo por essa experiência magnífica, em que todos podem sentar à Mesa, Governo, parlamento, instituições da sociedade, igrejas, movimentos, religiões, movimentos sociais, da educação e tantos outros, num painel dos mais completos de diagnóstico, de avaliação sobre a integração racial, sobre a integração completa do povo negro, a vida nacional e aos seus direitos, dos mais elementares e mais fundamentais.

Eu queria, no contexto dessa Audiência, acolhendo a sugestão apresentada pelo Pastor Bentilho Jorge da Silva, sugerir requerimento, Sr. Presidente, para que pudéssemos realizar nas cinco grandes regiões do país um debate como esse convidando as religiões, as igrejas diversas, judeus, evangélicos, as religiões de matrizes africanas, os índios, os indígenas, para grandes encontros como este, presenciarmos isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Judeus, palestinos. Eu entendi a grandeza.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Isso de forma mais ampla possível, sem esquecer ninguém. E ao mesmo tempo as entidades de movimento negro dessas regiões que tratam de outras questões relacionadas aos direitos dos povos negros do nosso país, sugerir que elas fossem realizadas, Sr. Presidente, na região Sul em Porto Alegre, na região Sudeste no Rio de Janeiro, no Nordeste na Bahia, no Centro-Oeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, se me permitisse, quem quer fazer um aparte à sua proposição que eu achei interessantíssima, aproveitando aqui a presença do Deputado Antônio Roberto, que é o Relator, faríamos o debate de toda a questão religiosa e no eixo, com a presen-

ça do nosso Relator, o Estatuto da Igualdade Racial [palmas]. Seria um bom momento eu acho.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente, Sr. Presidente. Nós muitas vezes não combinamos as coisas, mas falamos às vezes pelo mesmo tom e às vezes... Exatamente, o eixo central, além de ouvir, de socializar preocupações, de afirmar convicções e construir consensos, o eixo justamente desses debates, dessas grandes Audiências, de diligência nos Estados das grandes regiões brasileiras, porque o ideal seria fazer em cada Estado da Federação, mas não é possível. A idéia é fazer por regiões e aqui já indicando os Estados que acolheriam esses encontros. No Centro-Oeste há a possibilidade de ser em Goiás e na Amazônia sugeri que essa Audiência ocorresse no Estado do Pará, com a presença dos Estados da região Norte do país. E o eixo justamente do grande debate seria o debate sobre a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, o debate também e a afirmação da necessidade da aprovação do Projeto de Lei da política de cotas e um debate, muito necessário, sobre a afirmação da política de regularização das terras das comunidades quilombolas que sofrem um duro ataque [palmas] de quem não conseguiu compreender a necessidade do resgate da nossa dívida com as populações afrosdescendentes, regularizando então as terras das comunidades quilombolas. Projeto esse que já vem se realizando em várias partes do país, mas que sofre um duro ataque quando é questionado o Supremo Tribunal Federal. Então esses três pontos centrais, ao lado do debate mais amplo sobre as questões dessa realidade, da situação do povo negro, das religiões, das lutas, dos movimentos sociais ligados à causa do negro, da luta contra a discriminação em nosso país, faríamos isso pelo país afora com a presença do Deputado Antônio Roberto, Relator do Estatuto, quem sabe poderíamos convidar o Relator dos outros Projetos da política de cotas e etc. Fazer esse grande movimento e aí construir de forma muito substantiva as condições e a necessária pressão social organizada para aprovar esses mecanismos legais no Congresso Nacional, seja na Câmara, seja no Senado. É a proposta que eu tenho a fazer relacionada ao tema que estamos debatendo de forma tão extraordinária durante todo o mês de maio de 2008.

Mas eu queria, para encerrar, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Leomar Quintanilha, representantes das diversas entidades, homenageando a todos, mas aqui eu queria reforçar o convite feito pelo Dr. Carlos Moura sobre a Reunião importante de hoje à tarde, mas antes me referir, Sr. Presidente, à missão da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal que participou de um conjunto de visitas a parlamentos,

Governos, instituições de sete países africanos [palmas]. A Comissão que foi integrada pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Heráclito Fortes, Senador Marconi Perillo, Senador João Pedro e a mim, integramos a Comissão, inclusive fazendo questão de destacar em cada encontro, Sr. Presidente, que ali me encontrava, além de membro suplente da Comissão de Relações Exteriores, como membro titular da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. E pudemos nessa importante missão, primeiro, constatar o verdadeiro sentimento de irmandade que une o povo africano ao povo brasileiro. Constatar, dito por eles em cada Reunião, em cada encontro, algo de fato de emocionar, porque lá estão nossas raízes, raízes essas que contribuíram, o povo africano contribuiu para a formação social brasileira, mas nem por isso nós, o Brasil, ainda foi capaz de honrar todas as dívidas que temos para com o povo negro, para com os nossos irmãos africanos que aqui vieram trabalhar, construir riquezas, sofrer as humilhações da escravidão, mas estamos, eu sou otimista, estamos avançando. Apesar do quadro às vezes muito difícil que nos é apresentado, que a realidade denuncia todos os dias. E pudemos conviver com desafios e fortalecer as relações do parlamento brasileiro, especialmente do Senado, com as instituições dos jovens países africanos, cujas independências foram realizadas entre trinta e quarenta anos. São países muito jovens, estão num processo de afirmação, de reconstrução nacional em cada país, de afirmação das instituições democráticas, muitos convivendo com enormes tensões, com certa instabilidade política e em todos os lugares fizemos um apelo à busca da estabilidade política, da organização pela reafirmação de direitos, enfim, o que nós fazemos aqui todo dia proclamamos lá nesses encontros com um número significativo de parlamentares de sete países. Visitamos Cabo Verde, Nigéria, Senegal, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e onde estivemos encerrando a visita, em Gana. De todos os lugares trouxemos uma mensagem e uma declaração de amor ao Brasil e de irmandade de todos que encontramos, sejam dos governantes, dos Presidentes, Primeiros-Ministros, os parlamentares e de instituições que visitamos. Então é muito forte esse afeto, esse sentimento de irmandade com o Brasil.

Mas disse em todas as oportunidades também, Sr. Presidente, ao constatar as mazelas da pobreza, da miséria do continente africano dos países que visitamos, da concentração de renda perversa em alguns daqueles países, como aqui, mas num país como a Nigéria, com cento e quarenta milhões de habitantes, o nono mais populoso do mundo, é um país hoje que tem o petróleo na sua economia, mas ainda com muita

desigualdade, como a situação da Guiné-Bissau, uma das que chamou mais a atenção. Para nossa solidariedade e a cooperação do Brasil em várias áreas eu assumi o compromisso, Sr. Presidente, de apressarmos o nosso Presidente, Senador Heráclito Fortes, da Comissão de Relações Exteriores, em conjunto com a delegação brasileira assumi o compromisso de apressarmos os protocolos, acordos de cooperação entre esses países que estão aqui no Congresso Nacional. Vamos fazer um grande diálogo para apressar esses procedimentos. Mas disse também em toda e qualquer oportunidade, das mazelas, das dificuldades, apesar dos avanços que conseguimos na luta contra a escravidão, na luta contra a miséria, na luta contra a desigualdade, na luta contra a discriminação, fiz questão de dizer que a nossa presença ali também devia mobilizar a todos nós, líderes, membros de quatro partidos aqui no Congresso Nacional, o DEM, PSDB, PT e PSOL, deveria sensibilizar cada vez mais para fazermos de forma urgente, correta, transparente, o dever de casa, de aqui no Brasil apoiar de forma urgente a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial [palmas], aprovar a política de cotas, reafirmar a luta pelo direito à terra das comunidades quilombolas e afrodescendentes [palmas]. Essas três questões, Sr. Presidente, Sr. Relator, fizeram parte da nossa fala em todas as Audiências que foi possível, especialmente nos parlamentos e com os membros de Governos, para ficar bem claro que ao mesmo tempo que queremos reforçar esta nossa vinculação com a África, estreitar relações, queremos e lutamos também para cumprir o nosso dever aqui, porque a solidariedade, para ser completa, se realiza na cooperação entre os países, e o Governo brasileiro, o Itamaraty, ao longo das últimas décadas, tem dado bastante importância a essa cooperação. Tivemos de forma magnífica a participação dos Embaixadores e Embaixadoras do Brasil nos sete países que visitamos e percebemos em todos o vigor como eles tratam dessas relações Brasil/África, o entusiasmo e fortalecimento das relações, mas eu sempre disse que a solidariedade será mais completa na cooperação e a nós do Brasil, o parlamento brasileiro, cumprindo e realizando o dever de casa.

Para encerrar, queria transmitir ao Presidente Paulo Paim uma mensagem especial e um abraço caloroso do Presidente de Cabo Verde, o Presidente Pedro Pires, que nos recebeu em Audiência e pediu, eu estou fazendo aqui não em meu nome, mas transmitindo, porque estamos nos encontrando nesse primeiro momento, que a delegação brasileira dos quatro Senadores e os assessores que nos acompanhavam, mais os quatro Senadores, pediu que trouxesse ao senhor um abraço muito caloroso de agradecimento,

reconhecimento pela forma tão gentil e calorosa com que foi recebido quando estive no Brasil, quando estive aqui no Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu entreguei a ele uma cópia do Estatuto da Igualdade Racial [palmas]. Ele disse que ia levar para lá para estender para os outros países quando estiver reunido com os outros países do continente africano.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente. Então, Presidente, eu fiz questão de mencionar porque na nossa Audiência com ele, ele fez questão de se referir e lhe enviar, e eu estou transmitindo aqui de forma pública o reconhecimento de um dos líderes da independência africana, porque eles fizeram juntos a luta principalmente para a independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau, e o Presidente Pedro Pires fez questão de mencionar com muito entusiasmo o encontro e a forma como foi recebido aqui no Senado Federal por V. Ex^a. São estas as minhas considerações, Sr. Presidente, a par de que possamos na próxima reunião votar esse requerimento que propus à pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos votar hoje, meu Senador, extrapauta. Iniciativa de V. Ex^a.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Então eu agradeço enormemente essa forma como o senhor sempre trata temas, questões e proposições dessa natureza, e dizer que todos aqui que estão participando, já estiverem no dia 30 de abril, nesse ciclo de debates, de encontros, representa a mais viva perspectiva da construção da verdadeira cidadania no Brasil: a integração de todos nós, de brancos, negros, amarelos, indígenas, de todas as cores e raças num projeto comum de afirmação da construção da verdadeira democracia, de um país livre e que possamos vencer tudo aquilo que significa indiferença, tudo que significa intolerância, para construirmos o que muitos aqui disseram, mas a palavra fundamental dita aqui pelo nosso companheiro, o Dr. Carlos Moura, Presidente da Comissão de Justiça e Paz, para que possamos de fato construir uma cultura de paz no nosso país e no mundo.

E hoje à tarde, Sr. Presidente, como parte dessa grande luta também, uma importante Reunião às catorze horas aqui na Sala 9, aqui nessa mesma ala das Comissões, às catorze horas uma Reunião de mobilização de mais de quarenta entidades nacionais, aquelas mesmas que promoveram o ato pela aprovação da PEC 438. A Câmara dos Deputados já colocou na pauta, falta entrar para a Ordem do Dia nas próximas semanas, e é preciso, Deputado Antônio Roberto, a Câmara dos Deputados, onde está a PEC 438, que vai expropriar a terra de quem se envolver com a prática

criminosa do trabalho escravo [palmas], merece, nesse momento, a participação e o esforço de todo esse Congresso Nacional, especialmente dos nossos Deputados e Deputadas que têm a missão de aprovar em segundo turno essa Lei. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, eu queria que V. Ex^a. lê-se o requerimento, eu já proponho que ele entre extrapauta e nós já votamos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim. Nos termos regimentais requero a realização de diligências externas, como extensão do Ciclo de Audiência para a discussão de políticas públicas e de igualdade racial, a realizar-se nas grandes regiões brasileiras, na região Nordeste no Estado da Bahia, na região Sudeste no Estado do Rio de Janeiro, na região Sul no Estado do Rio Grande do Sul, na região Centro-Oeste no Estado de Goiás e na região Norte no Estado do Pará, convidando para estar presente o Relator do Estatuto da Igualdade Racial, o Deputado Federal Antônio Roberto, com a participação nesses Estados de entidades de movimento negro, entidades religiosas de matrizes africana, católicas, budista, judaicas, muçulmanas, entidades evangélicas, ciganos, sacerdotes, indígenas, entre outras, com o objetivo de discutir o Estatuto da Igualdade Racial, a política de cotas e a regularização das terras de comunidade quilombolas, além de outros assuntos de interesse social para a existência da plena igualdade racial em nosso país. Senador José Nery.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só pergunto, Senador, se a gente pode fazer o adendo à caneta, se está contemplado na redação o que foi o autor principal desse debate que esteve no palco, que é o combate a todo e qualquer tipo de preconceito em relação às religiões?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está contemplado?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Está contemplado na medida que todas as religiões estão convidadas, mas podemos melhor aqui o texto--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então nós aprovaríamos nos termos, mas que fizesse um adendo para que fique muito clara a importância do debate que queremos fazer nos Estados da intolerância religiosa. E botaríamos aqui, já por contribuição da nossa Ministra... Eu vou chamar de Ministra, aí o Edson--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Poderíamos convidar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A SEPPIR para estar presente.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): A SEPPIR, é claro, é um requerimento para ser aqui adendado e enriquecido, com certeza, da SEPPIR é fundamental a presença, bem como é fundamental e seria uma forma, Sr. Presidente, de a Comissão de Direitos Humanos do Senado, como promotora dessa diligência nos Estados, convidar a representação de todas as Comissões de Direitos Humanos das Assembléias Legislativas do Pará, Amazonas, Roraima [palmas], Acre, enfim, todas as Comissões de Direitos Humanos da Amazônia brasileira, além de convidá-los, também aqui, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro. Então de pronto os que concordam que eu coloque extrapauta o requerimento do nobre Senador permaneçam como se encontram. Aprovado. Agora vamos ao mérito. Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento conforme exposto pelo Senador José Nery permaneçam como se encontram. Também aprovado. Então já está aprovado o seu requerimento [palmas], vamos ao trabalho.

Eu queria rapidamente também aproveitar esse momento, antes de passar a palavra ao meu Relator e depois ao Senador Quintanilha, encaminhar, e eu vou resumir se assim me permitir, Senador Quintanilha, a realização de uma Audiência Pública assinada pelo Senador Quintanilha como o ator principal, e eu estou assinando, sei que todos os Senadores assinariam juntos, para que a gente realize uma Audiência Pública para discutir a violência contra o idoso. Aqueles que concordam que esse requerimento seja colocado em votação permaneçam como se encontram. Em votação o requerimento. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Está aprovado também esse requerimento.

O outro requerimento, aproveitando o momento, eu quero colocar em votação, o convite que nós queremos fazer ao economista Márcio Pochmann, que tem apresentado um belíssimo trabalho como Presidente do IPEA em relação à distribuição de renda no país, a concentração de renda e as políticas de combate à fome, que tem tudo a ver na questão dos Direitos Humanos, inclusive a preocupação com a inflação, que nós sabemos que pode estar se aproximando e ninguém quer que isso aconteça, como tem dito o Presidente Lula. Então os que concordam com esse outro requerimento, que eu coloque extrapauta, permaneçam como se encontram. Em votação o mérito, convidando o Presidente do IPEA, Márcio Pochmann, para que venha fazer uma exposição aqui no dia 05 de junho, que seria a próxima quinta-feira pela manhã.

Os que concordam permaneçam como se encontram. Também aprovado.

E por último eu vou encaminhar já ao Plenário, mas eu gostaria muito que tivesse o aval dessa Comissão. Eu queria aprovar aqui o seguinte requerimento: Nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado, requeiro voto de pesar pelo falecimento do operador de câmera, Sr. Alfbio Vieira da Cruz, ocorrido ontem. Alfbio morreu aos cinquenta e seis anos, deixou a esposa Antônia Maria da Silva Cruz e dois filhos. Dos cinquenta e seis anos de vida, trinta anos de profissão trabalhando aqui no Senado, dos quais catorze desempenhou com muito zelo o trabalho aqui na nossa TV Senado. Ele trabalhou até ontem à noite. Eu posso dizer que ele era amigo pessoal de cada Senador, dialogava conosco todos os dias, foi para casa, teve um infarto e morreu. Então aqueles que concordam com o requerimento extrapauta, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora é com o voto de pesar, o voto de solidariedade a toda a família que essa Comissão então remete ao Senado para aprovar ainda hoje à tarde. Era um trabalhador impecável, companheiro de todas as horas. Conversávamos muito com ele no Plenário do Senado. Infelizmente faleceu ontem. Em votação o requerimento. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu passo a palavra--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Paulo Paim, só para dizer que cometi um equívoco ao anunciar o requerimento. Eu faço questão que esse requerimento seja subscrito por V. Ex^a., pelo Senador Leomar Quintanilha e demais Senadores da Comissão de Direitos Humanos que queiram cancelar essa iniciativa que eu considero conjunta e não apenas de minha autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E eu diria, se me permitir, até simbolicamente vai ter a assinatura do Deputado Antônio Roberto, o qual eu passo a palavra nesse momento, que é o Relator do Estatuto.

DEPUTADO FEDERAL ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Meu querido Presidente Senador Paulo Paim, Senador Leomar Quintanilha, Senador José Nery, Pastor Albert Silva, Padre Ari Antônio dos Reis, Professor Carlos Alves Moura, Pastor Bentilho, Marcos Rezende, que nos trouxe uma denúncia muito importante na questão da discriminação religiosa, Marinalva Velozina dos Santos Moreira, Ribamar Fernandes Veleda, Francisco Alves da Silva, Sérgio Santos Melo, Maria Palmira da Silva, Diretora dos Programas da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais.

Eu serei breve. "Quando duas ou mais pessoas estiverem reunidas em meu nome, eu estarei junto delas". Essa é a frase de Jesus Cristo e eu tenho certeza que nesse momento Deus, os Orixás, Cristo, está presente nessa Reunião. Nós estamos tocando, Paulo Paim, Presidente, num dos pontos mais bonitos do Estatuto, mais importantes, mais estéticos e éticos do Estatuto, que é a questão da liberdade de cada coração se ligar ao seu Deus, a fazer a verdadeira religação, religião é *religare*, significa religar aquilo que separaram, e ainda forças tentando desligar, nos desligar das nossas crenças, dos nossos caminhos e da ligação com o próprio Deus, quer dizer, que direito tem qualquer pessoa de impedir o seu desejo natural de se encontrar com as forças fundamentais da natureza? [palmas] E é nessa parte que se situa exatamente a grande contradição entre os religiosos e os não religiosos mesmo se dizendo religiosos.

Paulo Paim, eu tenho certeza, eu sempre admirei V. Ex^a., sempre admirei. Eu tenho certeza que esse Estatuto não é mais uma lei, não é mais um conjunto de leis. É uma história, é uma página da história que V. Ex^a. está liderando na escrita e que nós temos a honra de estar participando dela. Qual que é o grande problema se nós perguntarmos, o grande problema, o problema final de todas as questões que nós temos no mundo, seja questões mundiais, seja econômicas, financeiras? Perguntar, assim, qual é o grande problema. Sabe qual é o grande problema? É a falta de amor [palmas], a falta de amor. Esse Estatuto é uma escrita sobre o amor. E a religião basicamente, fundamentalmente, nuclearmente, a grande seiva religiosa é o amor, quer dizer, então quando você tem uma intolerância religiosa, mesmo em nome de uma religião, o que está sendo pregado é o ódio, é a discriminação, é o desrespeito, é a guerra [palmas]. Quando alguém chega a matar ao outro por causa do seu Deus, quando chega a destruir um templo por causa do seu Deus, quer dizer, essa pessoa não tem Deus no coração [palmas].

Eu sempre gosto de fazer algumas comparações. Imagina uma paisagem, uma pintura, uma pintura muito bonita. Essa pintura, para ela ser exposta, aí tem a moldura em torno. A pintura é o amor, é a religiosidade; os rituais, a religião, as carências são a moldura. A intolerância religiosa é quando eu esqueço dessa seiva, desse desproduto interno da religião, do amor, do respeito, da autonomia, da liberdade, e eu me apego à forma e à moldura. Ou em outras palavras, quem veio da roça sabe de uma coisa que existia antigamente chamada lamparina. O que conta na lamparina é a chama. A lamparina pode ser de bronze, de ouro, de latão, não importa. O que importa é a religiosidade. E

essa religiosidade é essa que me impede de ser intolerante com o meu irmão, de ser intolerante.

As religiões de matrizes africanas têm muita religiosidade, tem muita. São religiões ligadas à natureza, ligadas ao sublime, ligada à diversidade, às fontes, aos caminhos, às cachoeiras, quer dizer, são religiões muito vivas, tanto que não conseguiram matá-la, apesar de tudo [palmas]. O que incomoda fora a questão racista, o que incomoda na religião africana, nas religiões de matrizes africanas o que incomoda é esse amor, é esse elân(F), é essa pulsação vital que nós encontramos no terreiro da Umbanda [palmas]. É onde há o acolhimento, onde há, como diz o Marco, a recriação da família, muito bonito isso, e você falou, Palmira, da recriação do acolhimento, é onde eu recebo o meu irmão, onde eu recebo as suas dores, suas angústias, seus descaminhos, suas dificuldades.

Então nós temos que lutar mesmo e nós estamos lutando por um princípio maior do que apenas a questão da raça, porque nós estamos lutando pelo direito de cada pessoa encontrar-se com o seu próprio Deus. E tenho certeza que assistidos nós vamos conseguir, Paulo Paim, é uma honra para mim estar aqui presente ao lado de V. Ex^a. nesse caminho e todos nós juntos procurando, na verdade, a comunicação e a comunhão com Deus. É isso [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Depois das palavras do nosso querido Relator Antônio Roberto, nosso Deputado, que eu tenho certeza que vai nos acompanhar nesses debates, vamos fazer quantos debates sejam necessários. Eu tenho dito sempre ao nobre Relator Antônio Roberto, que ele era a favor de votar exatamente como está para ganharmos tempo, sem prejuízo de Emenda no Estatuto no futuro. Mas eu, conversando com ele hoje, quero dizer só o seguinte: querem alterar o Estatuto, sem problema nenhum, vamos alterar. Mas alterem e votem. Não venham com discurso de querer alterar, não querer votar e daqui há vinte anos nós estamos aqui ainda falando do Estatuto. Isso nós conversamos muito hoje. E eu conheço muito bem alguns que, com o discurso de alterar, não querem é votar o Estatuto, porque ali trata das matrizes de raízes africanas, ali tratada dos direitos da mulher negra, ali trata da terra dos quilombolas, ali trata das doenças que atingem a comunidade negra, ali trata da política de cotas. Então alguns com o discurso – desculpe a expressão -, alguns, não todos, um discurso desonesto, vem com um discursinho: “Não, mas tem que alterar aqui, tem que alterar ali, tem que alterar aqui”. Não todos, tem muita gente séria que quer alterar para melhorar e nós sabemos disso, mas nós temos que ter também essa visão crítica de que setores conservadores, toda vez que você vai votar

eles inventam: “Não, mas tal artigo não está bom, tem que ser melhorado”. E aí não vota. Primeiro disseram para mim que era o problema da política de cotas. Daí fizemos uma articulação e jogamos para o PL 73 que resolve a política de cotas. Depois me disseram que era a questão do fundo. Daí nós também, conversando com toda a assessoria, apresentamos uma PEC, a PEC nº 2, que garante o fundo constitucional para que todas as políticas do Estatuto possam ser aplicadas. Então não era mais a questão do fundo. Daí era o artigo tal porque não sei quem disse não sei o que. Eu quero só dizer para vocês o seguinte: eu quero é coragem, eu quero é coragem. E coragem, para mim, significa o seguinte, meu Relator: discutam o Estatuto e votem o Estatuto. Alterem o Estatuto. Agora não querer votar, aí não nos chame(F) para bobo, porque bobo nós não somos. Alterem e mandem para a gente aqui no Senado, não é Senador Quintanilha? Aqui no Senado, se chegar o Estatuto alterado, nós votamos em um mês [palmas], nós votamos aqui no Senado em um mês. Agora não façam como fizeram com o Estatuto dos Povos Indígenas, que está há quase trinta anos guardado lá porque toda hora alguém inventa que não pode ter a redação do artigo tal e aí os povos indígenas estão atravessando a realidade que todos nós conhecemos. Então o apelo que eu faço ao meu querido Relator é somente isso, meu amigo Relator, meu caro Deputado, e sei do seu compromisso com essa idéia e com essa proposta. Eu sei que V. Ex^a. tem que sair. Se tiver que alterar, eu não tenho problema nenhum que alterem. Alterem e remetam para nós, discutam com todos os setores que querem algum tipo de alteração, agora não podem com o discurso, repito isso de novo, com o discurso que favorece os setores conservadores dizer que tem que mudar aqui, tem que mudar ali e não votar nunca. Eu acho que aqui é unanimidade entre nós e eu conheço, claro, inúmeros setores, meu Relator, comprometidos com as mudanças, e querem mudanças para melhorar. Agora nós temos que fazer essas mudanças, o Relator eu tenho certeza que vai acatar e a Câmara vote. Com esse rápido apelo, eu sei que V. Ex^a. tem que sair, eu confio plenamente na sua relatoria, que V. Ex^a. vai construir o que for de melhor para todo o povo brasileiro, porque o Estatuto é de interesse de negros e brancos, de negros, brancos e índios. Todos homens de bem desse país com certeza querem a aprovação do Estatuto e V. Ex^a. há de construir uma redação da melhor qualidade e eu assumo junto com o meu querido Senador Quintanilha, que vai falar agora, que chegando aqui, Senador José Nery com certeza, nós aprovaremos. Nós queremos o Estatuto sancionado em 20 de novembro, a data do

grande Zumbi dos Palmares [palmas]. Era isso, passo a palavra ao Senador Quintanilha, por favor.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Meu caro Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim, meu caro colega Senador José Nery, ilustre Deputado Antônio Roberto.

Eu gostaria, Presidente Paim, embora já tenha sido isso feito por várias vezes, de cumprimentar pessoalmente cada um dos ilustres convidados que enriquecem com as suas presenças e as suas inteligências este ciclo de debates, a quinta Reunião, que enriquecem o debate travado nesta Comissão hoje, que visa tratar das questões atinentes ao povo negro e as relações entre os seres humanos. Minhas homenagens ao Pastor da Igreja O Brasil para Cristo, de São Paulo, Albert Silva, Ari Antônio dos Reis, Padre e Assessor da Pastoral Afro-Brasileira da CNBB, Carlos Alves Moura, Professor e Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz – CBJP, Bentilho Jorge da Silva, teólogo e Pastor da Igreja Batista Projeto de Cristo, Marcos Rezende, Coordenador-Geral do Coletivo de Entidades Negras – CEN – Ogan do Ilê Axé Oxumarê, Marinalva Velozina dos Santos Moreira, Presidenta da Federação Brasileira Entorno da Umbanda e Candomblé, Ribamar Fernandes Veleda, Diretor de Projetos e Pesquisas da Federação Brasileira Entorno de Umbanda e Candomblé, Francisco Alves da Silva, Presidente do Ilê de Owa Isan, Sérgio Santos Melo, reverendo da Igreja Azusa, de São Paulo, e Maria Palmira da Silva, Diretora de Programas da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais e que aqui representa Alexandre de Anunciação Reis, Subsecretário de Políticas para as Comunidades Tradicionais (SEPPIR).

Vejo com muita alegria, meu caro Presidente Paim e ilustres convidados, o vigor e a pujança desta Reunião e deste debate. Lamento profundamente que acabei chegando atrasado e não pude exatamente ouvir as exposições que trouxeram os representantes das diversas entidades, em razão de outros compromissos já assumidos, a multiplicidade de compromissos que temos nessa Casa muitas vezes nos deixam impedidos de comparecer a Reuniões, a debates tão importantes como o de hoje e entendo ser este aqui o prioritário, talvez o mais importante. É muito prováveis que eu esteja envolvido na parte desta manhã com questões que eram menos importantes das que foram tratadas aqui, eu estou seguro disso, mas nós às vezes temos que nos revezar e eu quero renovar e reiterar a minha admiração, o meu respeito e os meus cumprimentos a esse grande brasileiro, a este extraordinário parlamentar que é o meu colega Paulo Paim. Eu sinto um orgulho muito grande de poder privar do

seu relacionamento e poder privar da sua amizade, sobretudo por essa--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele é meu amigo mesmo [palmas].

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): — Sobretudo por essa determinação, essa obstinação com que o Paulo Paim carrega os seus compromissos e as suas obrigações. Não tem nenhuma Comissão neste Senado que trata dos diversos temas e que tenha uma atuação tão objetiva, tão ativa, tão pró-ativa como a da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. E, Nery, nós que freqüentamos outras Comissões, sabemos da dificuldade para ter o seu funcionamento até no horário. Aqui a Comissão do Paim, o relógio bateu no horário é como futebol, é organizado, bateu o horário ela funciona.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): E às vezes, me permita Senador Quintanilha, às vezes há burocracia, há dificuldade para aprovar um requerimento, e aqui há um tratamento que é regimental, respeitoso, e a vontade aqui, o desejo de qualquer um dos parlamentares que traz um requerimento à coordenação da Comissão de Direitos Humanos, o senhor sabe, é testemunha como eu de como nós temos sempre a aquiescência de pronto, a palavra, o empenho e a determinação de Paulo Paim. Então o que o senhor está dizendo, isso aqui é consenso no Senado Federal, como na Comissão de Direitos Humanos, dessa extraordinária atuação do Senador Paulo Paim. Desculpe interrompê-lo assim, mas é porque--

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu sei que mexi no fundo do seu coração também.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): — Com certeza. A homenagem que o senhor faz ao Senador Paulo Paim é essa que nós fazemos todos os dias e não nos cansamos disso, porque é justo e merecido. Obrigado ao senhor [palmas].

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): E veja que ao verificarmos, assim, essa presença tão rica e tão plural representativa aqui de diversos estados sociais, diversos segmentos da nossa sociedade, é que nos dá uma alegria em ter uma consciência de que o parlamento brasileiro ainda tem jeito, porque na verdade isto aqui é a agenda positiva do parlamento [palmas]. Aqui nós estamos discutindo temas de real importância para o cidadão e para o ser humano, muito diferente do que nós temos visto nessa sociedade consumista tomando conta da agenda, sobretudo da agenda do parlamento, sobretudo da agenda do Senado. Quando nós vemos aí câmeras, a imprensa toda enchendo os corredores e correndo atrás de questões de sua menos importância, que fazem parte sim da

nossa vida, mas seguramente não tratam do relevo, não tem o relevo, não tem a importância dos temas que estão sendo aqui tratados.

Há poucos dias nós, reunidos, falando sobre a água. Veja o significado da água para o ser humano, para o Planeta. Nós não tínhamos seguramente a presença da imprensa. Mas na sala vizinha havia uma discussão, aliás, estava funcionando a CPI tratando de cartões corporativos. As atenções estavam todas para lá. A muvuca estava lá. O povo, o *frisson*, e eu fico imaginando: aqui sim nós estamos discutindo as coisas que interessam a todos nós, ao cidadão brasileiro, ao cidadão do Planeta, as questões das relações entre as pessoas, porque nós precisamos efetivamente continuar aprofundando a luta para abolir toda forma de preconceito, forma violenta. O preconceito e a discriminação são duas formas muito violentas de agressão a qualquer forma razoável de relacionamento entre os seres humanos.

Então, Senador Paim, eu estou feliz mesmo chegando atrasado, mesmo pegando só uma nesga da Reunião eu fico feliz em poder estar participando desta Reunião, deste ciclo de debates, com a presença enriquecedora do Deputado Antônio Roberto, Relator deste importante Estatuto da Igualdade Racial, de autoria de V. Ex^a., que num momento de iluminação, num no momento de inspiração extraordinária resolveu trazer à baila a discussão nesta Casa, no Senado e agora vai para a Câmara. E nós não vamos deixar adormecer lá não. Nós estaremos instigando, buscando aos nossos parceiros, o Relator, não só o Relator, mas outros Deputados, os das nossas unidades da Federação, mas outros com quem nós temos relacionamento para que este Estatuto, pela importância do seu significado, não possa dormir nas discussões intermináveis da Câmara dos Deputados.

Veja que as questões que nós estamos tratando aqui nesta e em outros ciclos de debates diz respeito a uma forma do relacionamento que nós estamos vivendo e que a vida consumista a cada dia que passa, essa vida materialista a cada dia que passa tem aumentado. Veja o grau de intolerância que nós estamos experimentando no trânsito. Pessoas desconhecidas no trânsito, se der um esbarrão no carro, já descem os dois condutores dos veículos num clima de guerra, beligerante, querendo um esganar o pescoço do outro. Olha, por um deslize, por um desacerto, dado esse distanciamento desse relacionamento que as instituições religiosas, todas elas, têm feito um esforço permanente para que as pessoas aprendam a condução, a sua autocondução, a sua condução própria no caminho da honradez, da seriedade, mas, sobretudo, do respeito ao próximo.

Então eu fico imaginando, Paim, se não houvesse tantas religiões disseminadas entre a comunidade nas diversas cidades. Eu acho que a população humana já teria sido extinta, porque as igrejas, os ambientes religiosos fazem um esforço permanente para difundir o amor, sobretudo o amor entre as pessoas, e, no entanto, na convivência diária nossa aqui que nós vivemos, e relatou assim de forma muito clara o Deputado Antônio Roberto, o desamor, que não há razão para a sua sustentação e medra nas áreas em que vivemos, no ambiente em que vivemos com uma força brutal.

Então nós cumprimos todos os representantes das instituições religiosas que participam desse debate, que trazem a sua contribuição efetiva, positiva, para que os cidadãos, o ser humano, independente da raça, da cor, do credo, possa efetivamente encontrar-se consigo mesmo, com o próximo, com Deus e possa viver com harmonia. Os meus cumprimentos mais uma vez a todos vocês por essa participação efetiva e positiva nesse debate [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já está conosco aqui o nobre Senador Inácio Arruda. Antes mesmo que ele peça a palavra eu vou passar a palavra a ele, porque ele é um lutador também, sempre junto com a gente. Eu tenho orgulho de dizer, Senador Inácio Arruda, me permita, que ainda lá na Câmara dos Deputados, entre tantas histórias, de termos feito aquela PEC junto, que é a PEC da redução de jornada para quarenta horas semanais, e no dia 28 vamos ter aqui uma grande concentração em Brasília aonde todo o movimento sindical vem pedir a aprovação da PEC de redução de jornada que eu tenho a alegria de ter assinado junto com V. Ex^a. Passo a palavra a V. Ex^a.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Deputado, convidados todos aqui presentes.

Eu acho que uma questão importante para nós podermos aprofundar o debate, o debate do Estatuto, mas o debate da igualdade, da não discriminação de nenhuma corrente religiosa e de nenhuma organização, nem política, nem social e, sobretudo, racial. Há pouco discutíamos aqui na Comissão de Assuntos Sociais uma questão que tratava da criminalização da xenofobia, que é exatamente a discriminação, através da violência, contra homossexuais, sejam homens ou mulheres. Então é uma luta da sociedade humana para poder alcançar, digamos assim, alcançar a paz, a paz interna nos seus países, a paz entre as religiões, mesmo porque eu posso afirmar, eu sou Inácio Francisco, meu pai é Francisco, minha mãe é Francisca, minha irmã é Francisca, eu tenho cinco ou seis tios que são todos Francisco e Francisca porque estavam ligados à fé, o

meu avô era de uma cidade chamada Canindé, onde está a maior basílica de São Francisco de Assis fora de Assis, na Itália. Então é uma relação religiosa muito grande, muito intensa. A paróquia do bairro também, a paróquia de São Francisco lá no Dias Macedo, em Fortaleza, no bairro Dias Macedo, também a paróquia de São Francisco. Então a nossa relação na formação toda nossa foi religiosa e da religião católica.

Mas é preciso a gente registrar que na luta pelo poder no mundo o envolvimento das religiões tem sido intenso. Em determinados momentos sendo usadas para poder aterrorizar os povos, podemos citar as Cruzadas e a nossa colonização em toda a América, espanhola, portuguesa, holandesa, francesa, toda esses povos que vieram para “colonizar” a nossa América, vieram também em nome de Deus, e era em nome de Deus que Domingos Jorge Velho, o Caramuru, podia retirar do peito das mães as crianças, espetá-las, assá-las e comê-las. Isso é coisa recente, porque trezentos, quatrocentos anos, não é nada do ponto de vista da história. Então é uma luta de uma justeza imensa que os nossos povos, sejam os africanos, sejam os nossos nativos, as nossas tribos que existiam, como também com a sua fé, quer dizer, cada um tinha a sua fé, para humanizar as religiões, para que elas também se tornassem humanizadas, que não fossem apenas o centro de disputa de poder, para que elas pudessem ser fonte de congraçamento entre os povos. E no aspecto da discriminação de raça nós vivemos também, até o final do Século XIX, ainda se admitia cientificamente, se fazia um estudo científico e se admitia que havia ali as raças superiores, e a superioridade, inclusive, estava designada pela cor. Então o branco era superior. Negros, amarelos, mesmo os vermelhos da América, esses eram inferiores. Depois o estudo da ciência foi desmascarando tudo isso, tratava-se de uma luta grande pelo poder.

Então o Senador Paulo Paim, nós temos nos irmanados em muitas causas e essa é uma daquelas que ele tem trabalhado intensamente, mas intensamente. Não é o problema de ser o primeiro signatário de um Projeto, de uma Emenda Constitucional, nada disso. O Paim adotou isso como causa, como bandeira. Então se um Deputado tomar a iniciativa e chegar aqui no Senado, é causa do Paim. Se for um Senador, também vira causa do Senador Paim. E nós temos nos irmanados a esse espírito de combatividade para desmontar o discurso da discriminação, acabar com ele, liquidar com esse discurso da discriminação, e usar todos os meios para incluir os discriminados, o máximo que a gente puder, porque aqui também há um combate. Eu vejo, por exemplo, só para a gente pegar um exemplo assim bem discutido entre nós, que

é do acesso dos negros e dos pobres à universidade. Quando se estabeleceu o regime de cotas, propôs o regime de cotas, por que é que nós estabelecemos o regime de cotas? Porque existe ainda hoje, na maioria das universidades públicas brasileiras, uma reserva de quase 90 a 100% das vagas para ricos e remediados, ou muito ricos ou uma classe média abastada. Eles já têm a reserva, é deles. Nós apenas estamos querendo dividir essa reserva: “Vocês ficam com uma metade e nós ficamos como outra metade”, para poder incluirmos em contingente grande, como às vezes brincando o Lula fala, ele diz assim: “Nós temos que trocar o pneu do carro com ele andando”, porque alguns dizem: “Não, vamos primeiro fortalecer intensamente o ensino fundamental, o ensino básico agora, a alfabetização, o antigo primário, o ensino médio; depois vocês chegam na universidade, que já aprenderam bem e têm condições de competir então conosco, sem discriminação”. Ora, mas é uma brincadeira, está certo? Nós queremos resolver agora.

Resultado, Paim, resultado do MEC, do Ministério da Educação. É que os alunos que têm sido incluídos nesses programas têm sido alunos de destaque na universidade, de destaque, em todos os cursos, medicina, odontologia, psicologia [palmas], são alunos de destaque, negros e pobres de grande destaque hoje na universidade brasileira.

Por isso que nós temos que trabalhar intensamente o desmonte dessa discriminação na prática. Nós só desmontamos na prática se nós encontrarmos os instrumentos de inclusão e é isso que o Estatuto busca alcançar e é isso que a nossa causa comum aqui também busca alcançar, e ela se fortalece quando nós encontramos um contingente tão expressivo de personalidades religiosas, da vida política brasileira, de movimentos sociais engajados com tanta intensidade.

E encerro dizendo que o nosso partido tem isso como quase como uma obrigação primeira, porque dentre todos, talvez na disputa política no nosso país e mesmo nos mais diversos países do mundo, os socialistas e os comunistas foram muitos discriminados e na luta contra a discriminação por exigirem a participação política muitos pagaram com a vida. Aliás, muitos mesmo pagaram com a sua vida, aqui e em toda América do Sul, na América Latina, em alguns países esses partidos continuam proscritos por pregarem uma outra doutrina do ponto de vista político. Então a batalha contra a discriminação, ela é em todos os terrenos e vocês contam com o apoio integral do nosso partido, o Partido Comunista do Brasil. Obrigado, Paim [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero me dirigir ao Plenário, eu estou

com um problema. Eu mais ou menos há um mês, eu não falei para ninguém, mas eu dei uma pancada na perna, foi um pouco para baixo do joelho, por isso eu estou com a perna suspensa aqui, deu uma infecção, e eu não consigo ficar no hospital devido aos compromissos assumidos aqui na Casa, mas eu sou obrigado hoje à tarde, na hora que terminar aqui, às duas horas [ininteligível] lá na CNTC o Congresso das Secretárias do país todo, Secretárias Executivas ligadas à CNTC e depois eu sou obrigado a ir lá para o hospital para ver o que eles vão fazer com essa infecção que deu. Eu tomei antibiótico, mas não parou e começa a complicar. Então eu vou ter que acelerar um pouco agora no encerramento. Então eu faria da seguinte forma. O Ogan Luiz, o Luiz Alves, pediu um minutinho, depois eu daria dois minutos para cada um dos painelistas, mas eu vou pedir que ficasse exatamente em dois minutos. Quero que vocês entendam que eu estou há um mês para ir ao médico e não consegui ir, só tomando antibiótico e a coisa está complicando. Então eu daria dois minutos para cada um dos painelistas para fazerem as considerações finais, nós encerramos, eu vou ao Plenário ainda porque eu tenho que levar o voto de pesar ao nosso cinegrafista que faleceu aqui na Casa, foi para a CNTC e daí vou para o hospital. Então, Luiz, eu te conheço há muitos anos, sempre foi um lutador por essa causa, então não podia deixar de abrir a possibilidade, você pediu aqui inclusive muito rapidinho. O Luiz há muitos anos, eu era Deputado ainda, sempre foi um lutador por essa causa. Por favor, Luiz.

SR. LUIZ ALVES: Que Eguinobarejô(F), o Exu da língua falante, me oriente para que minha palavra seja de engrandecimento do trabalho e de todos. Eu solicito à mãe Marinalva a sua benção, colofé(F), a qual eu cumprimento a todos da religião de matrizes africana.

A minha palavra, eu quebro o protocolo e cumprimento primeiro aos meus irmãos das religiões de matrizes africanas por entender da importância do que esse ato significa. Nós que muitas vezes somos tratados folcloricamente ou quando então demoníacos, principalmente pela mídia, a qual temos visto nesses últimos momentos, e o que eu quero ressaltar aqui, num trabalho aqui nessa conversa sobre a intolerância, é que temos visto ultimamente instituições religiosas que utilizaram da ferramenta da intolerância, principalmente acharcando [soa a campainha] os membros das religiões de matrizes africana hoje se dizem vítimas da intolerância religiosa.

E eu quero aqui pedir ao Senador algumas atitudes. Primeiro no que tange em relação aos cultos religiosos nos espaços públicos. Nessa Casa nós temos... Nas duas Casas nós temos culto evangélico, temos missa, temos tudo. Então, nós membros das religiões

de matrizes africanas, queremos a garantia do livre exercício da fé também dentro dessa Casa [palmas].

Outra coisa: queremos a garantia do atendimento espiritual aos presos, nos hospitais e nas escolas, principalmente porque os meus filhos não são obrigados a dizer nas escolas que são cristãos só para poderem ser aceitos nas escolas [palmas]. Eles têm que ter a sua religiosidade respeitada e nós não queremos mais isso, entendeu? Esse é um ponto ao qual eu queria que nós privássemos também, que nós tivéssemos aqui, que pontuássemos.

Outra coisa em relação à questão... Porque enquanto nós estamos discutindo aqui, nós sabemos muito bem que há emissoras de TV ligadas a determinados segmentos religiosos que nos atacam diuturnamente, colocando-nos como Casa de Espírito, Casa de Egum, coloca tudo quanto é nome nas nossas costas, e nós exigimos respeito e infelizmente nós não vimos, por parte da ANATEL, nenhum procedimento para coibir isso, porque o senhor é de um Estado aonde uma lalorixá foi colocada num presídio por desrespeitar um lei sancionada estadualmente onde proibia o corte de animais dentro dos terreiros e nas suas Casas, e enquanto que nós não temos notícias sequer de um presidente de emissora, de nenhum dono de programa na cadeia ou mesmo [soa a campainha] processado por desrespeitar as religiões de matrizes africanas. Então nós queremos tratamento de igualdade, nós queremos respeito, apenas isso, e o respeito, ele passa por aí.

E só para concluir eu quero dizer aqui, inclusive aos membros das religiões cristãs, que eu sei que já por estarem aqui não tem a atitude que muitos deles possuem, mas queremos que levem o seguinte: não é o dogma religioso que nos coloca ou não ao lado de Deus, mas são as nossas atitudes, principalmente perante os nossos irmãos. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos passar agora... Eu vou fazer o apelo mais uma vez, eu sei que todo mundo gostaria de falar um tempo maior, que cada um use exatamente dois minutos.

SR. TATA GUNZETALA: Eu saúdo a todos, eu sou Tata Gunzetala, sou da família Tumba Junsara, que é um seguimento do Candomblé Bantu, também nem sempre contemplado, nós vemos em toda mídia a hegemonia Nagô, Iorubá Nagô, mas nós estamos aí também na história e lutando junto.

Uma ressalva que eu quero fazer é a questão que foi invocada que o Candomblé hoje embranqueceu e talvez, é claro, a minha pele é mais clara, não tem tanta melanina, mas eu entendo que a questão negra ou racial, ela tem muito mais a ver com o pertencimento do que com a cor da pele [palmas]. Com essa cor de pele fui Pastor da Assembléia de Deus, quase fui Padre, eu sou teólogo também, hoje eu sou sacerdote

do Candomblé, sem nenhuma hierarquia entre elas, nenhuma delas foi mais importantes, todas foram importantes na minha vida. Hoje eu sou realizado como sacerdote e me sinto na obrigação de defender os direitos, as igualdades [soa a campainha] em todos os ramos, em todos os campos e na religiosidade também. Eu acho que é essencial, porque a religiosidade é a nossa essência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus cumprimentos, você ficou exatamente nos dois minutos. O mesmo apelo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu quero agradecer à mesa, ao Senador Paulo Paim, Presidente dessa Comissão de Direitos Humanos, a todos os irmãos nessa grande tarefa mostrada agora, pela Audiência que vai percorrida pelo no nosso Brasil. Eu conclamo a todos os religiosos do Brasil que estão me vendo no canal da TV Senado e parabenizar também ao Presidente Lula, que tem feito um grande trabalho com os nossos irmãos da África. Também quero dizer que brevemente teremos um Presidente negro, eu estou empenhado junto aos nossos irmãos latinos, negros e brancos dos Estados Unidos, que é o Barack Obama, com a sua esposa Michelle Obama. Obrigado, Senador, eu conclamo todos os brasileiros a fazer frente ao racismo aqui mesmo no nosso país. Obrigado, Senador Paulo Paim, o meu axé também e Oxalá que abençoe o Brasil. Eu sou pastor da Igreja Batista, que Deus te abençoe. Obrigado, Senador [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente no tempo. Olha aqui, meus parabéns. Por favor, a senhora.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu quero também agradecer ao nosso nobre Senador Paulo Paim pela oportunidade que nos deu e que está nos dando. Mas tem uma pessoa que eu quero agradecer, apesar que não está aqui, eu quero agradecer ao Dr. Zulu, Presidente da Fundação Cultural Palmares, que foi quem nos abriu as portas para estarmos aqui, e ao Dr. Evair, da Secretaria dos Direitos Humanos. Foram essas duas pessoas que nos abriram as portas para estarmos aqui agora. Muito obrigado a todos, muito axé, que Olorum abençoe a cada um, seja evangélico, seja católico, seja espírita.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parabéns pela disciplina do tempo, arrasou. José Araújo, o apelo que eu faço é o mesmo.

SR. JOSÉ ARAÚJO: Eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a. que conseguisse que esse parlamento reunisse um representante dos latolás, um representante dos Supremos Evangélicos, um representante do Supremo do Vaticano, um representante do Supremo dos Judeus e representantes do Babalorixás Supremos também. Por quê? Porque a questão dessa discriminação passa historicamente pela questão do patriar-

ca [soa a campainha]. Lutero colocou que as religiões de matrizes africana e afro-asiática não tem patriarca. Abrahão é colocado como patriarca de todas as religiões e se você busca os fundamentos de Abrahão, Abrahão passa pelos elementos do mosaico e a estrutura mosaica passa pelo Vale do Indo e o Vale do Indo é o berço da cultura da mesopotâmia. Eu sou um sacerdote afro-asiático, eu sou um sacerdote da cultura do Bagavagita, sou um jornalista e um cientista político, minha esposa, e nós durante trinta anos na Bahia lutamos na questão que nós mostramos do Pelourinho, e a minha avó negra, Maria, na Bahia, em Cachoeira, foi queimada viva. Nézinho Boa Bunda, me desculpa o termo, que é o Pai de Santo que fez praticamente mãe-menininha e que lá trabalhamos, levamos Vinícius, levamos todos os grandes intelectuais do Brasil para ver se a gente construía um discurso.

Quando Satri(F) estive na Bahia [soa a campainha], não encontramos portas abertas porque os intelectuais, esses intelectuais modernos, depois da contracultura, aquela coisa da esquerda, não aceitavam o discurso. Tudo bem. O próprio desenvolvimento das forças populares, da dialética das forças produtivas, botaram Lula no poder, nós colocamos, essas forças populares, e vamos conseguir acabar com a intolerância econômica, mas se não mexermos na estrutura crítica do discurso, o mundo todo... Eu estive na Suíça, ela viu, a nossa sobrinha chamada Gorrome Bederck(F), "vocês não tem patriarca". A questão toda é uma questão estrutural, eu não tenho tempo, infraconstitucional na teoria geral do conhecimento. O Brasil não tem filósofo. O Brasil pensa como os filósofos da escola agora de Frankfurt, do pós-moderno, que querem negar a dialética das forças produtivas e querem negar que o Capital de Marx não tem fundamento. Tem fundamento. Agora com referência à parte filosófica, temos que brigar, porque o CNPq está aí para quê? Por que as instituições científicas estão aí? Para quê? É para brigar com a teoria. Porque o que está em jogo é a vida da mãe preta, o que está em jogo é as nossas crianças pretas, o que está em jogo é a identidade dessa moça e de todas as nossas senhoras que são desonradas.

Inclusive me desculpe, Pastor, eu assisti a sua palestra na Bahia. Tem quantos anos? Dez anos, seis anos atrás, ali que o senhor me dizia, me desculpe lhe dizer isso no parlamento brasileiro, mas o senhor disse--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só queria dizer que o senhor já está com cinco minutos. Se estabelecer uma polêmica agora eu não vou conseguir chegar ao final.

SR. JOSÉ ARAÚJO: Só uma palavra, ele dizia assim: "tu quer vida? Tira esse Exu de dentro de tu, tira esse Xangô". Não pode. Falou, falou na Bahia. De-

pois nós vamos conversar particularmente com todos os Pastores--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se V. Ex^a. puder concluir... Depois vocês conversam pessoalmente e tiram a dúvida. Eu passo de imediato a palavra aqui ao Albert Silva, Pastor da Igreja O Brasil para Cristo. Eu vou fazer o mesmo apelo que eu fiz inclusive agora para o doutor, que V. Ex^a. fica dentro do tempo.

SR. ALBERT SILVA: Primeiramente eu quero agradecer pela oportunidade, Senador Paim, mais uma vez parabenizo por essa iniciativa e quero aqui deixar bem claro e manifestar aqui a minha insatisfação e o meu repúdio por tudo aquilo que foi demonstrado aqui e dito, até pelo Marcos Rezende, acerca do papel que os Pastores e líderes se manifestam diante da crença e da ideologia do Candomblé e de outras entidades. Eu sei que é muito difícil a gente querer consertar o não dito ou o mal dito, enfim. Eu não me recordo dessa fala minha, mas quero aqui deixar bem claro que se eu tinha uma postura, hoje a minha postura é de somar com todos vocês [palmas] e quero pedir perdão em nome dessa igreja [soa a campainha] que se colocou de uma forma imprudente. Eu quero rechaçar isso aqui agora, porque eu estou aqui como negro, como cidadão e como Pastor também. Eles não tiveram coragem de vir aqui, porque eu convidei todo mundo. Então se eles têm emissoras, se têm televisão, olha, eu não vou entrar nesse mérito aqui. O que eu quero dizer, mais uma vez, nós precisamos nos unir como militantes, como herdeiros dessa história. Então nós não temos problema nenhum. Eu falo abertamente aqui no canal ao vivo, nós não temos problema nenhum e queremos sim fazer parte dessa história de construção de uma igualdade racial no Brasil. Eu quero fazer parte sim. E quando eu digo que nós queremos representação, não queremos cargo não, nós queremos participar de construções propositivas e a igreja não foi convidada para nenhuma dessas ações porque somos negros [soa a campainha] e somos a maioria.

Portanto, muito obrigado, me perdoe alguma palavra, mas eu fui muito claro e quero ser transparente com todos vocês. Que Deus abençoe [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra à nossa líder Maria Palmira da Silva, que representa a SEPPIR.

SRA. MARIA PALMIRA DA SILVA: Obrigada, Senador. Eu quero agradecer a oportunidade de ter estado aqui, agradecer a cada liderança religiosa do movimento negro pelas questões aqui levantadas que nos engrandecesse, nos faz refletir e melhorar a proposição, a formulação de Políticas da Política de Igualdade Racial no Brasil.

E nesses dois minutinhos eu quero lembrar de duas coisas: a nossa história que revela que nós so-

mos o povo da aglutinação, do acolhimento e não da separação, do conflito. O primeiro é no Século XII, no Reino de Timbuktu, no Mali, na África. Ali nós temos registros, contrariando a idéia de [interrupção no áudio] para deixar para a humanidade. Toda essa produção de conhecimento, seja na área de Direitos Humanos, é muito bonito, Senador, direito das mulheres, direito das crianças, ficou registrado e por muito tempo ficou negligenciado do pensamento das ciências humanas mais contemporâneas. Então ali tinha cerca de cem mil habitantes no Século XII, por volta do Século XII, Século XIII, e vinte e cinco mil pessoas eram estudantes. Então eram estudantes vindo de todas as localidades do mundo em busca de conhecimento. É uma história bonita que eu acho que aqueles que militam na área de Direitos Humanos vale a pena conhecer. E ali já se delineava os primeiros escritos sobre Direitos Humanos [soa a campainha] no Século XII. E a outra é o acolhimento que Zumbi dos Palmares promoveu na sociedade brasileira. Ali no Quilombo de Palmares viviam negros, viviam índios, viviam brancos que fugiam das situações de opressão e dominação na sociedade brasileira.

Então é esse legado, é essa experiência que nós queremos transmitir e registrar para cada um. Enfim, é esse o propósito da luta de Promoção da Igualdade Racial no Brasil. Muito obrigado, obrigado Senador e parabéns por essa experiência [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar para o Marcos. Vocês podem ter certeza que ele chega sempre na hora certa, mas ele não vai deixar de dar uma mensagem para nós, que é o Senador Mão Santa, que é companheiro nosso nessa caminhada [palmas]. Marcos, por favor.

SR. MARCOS REZENDE: Eu queria aproveitar esses dois minutos agradecendo, primeiramente, à minha mãe, porque a gente às vezes está aqui no Senado, ao vivo e tal e a gente esquece de alguns fatos que são importantes para a nossa vida. E minha mãe é uma figura importante, ela está meio adoentada, mas dizer que eu a amo, tá, para o Brasil todo saber disso mesmo. Ao meu pai também, e ao Babalorixá Bessei(F) e Macota Valdina, que o Carlos Moura falou assim: "Não, porque você lembra um pouco Macota". É porque nós andamos muito juntos e na semana passada nós estávamos juntos chorando, falando assim: "Pôxa, Marcos, todo dia da semana, toda noite a gente faz um trabalho meio de formiga, a gente vai de terreiro em terreiro falar de política, falar da importância de fazer essa coisa, mas é um trabalho que tem dez pessoas, um lá cinco, oito", a gente fala: "A gente tem que ver as estratégias para ver aonde vai". E na semana passada, foi retrasada, a gente estava meio que chorando porque falta um pouco de avanço na luta e de repente vem o Carlos Paraguassu, liga

e fala assim: “Marcos, vocês não querem vir para cá não?” Eu falei: “Tudo bem, mas não temos condições de vir”. Ele: “Não, a gente também não tem não, mas se virem”. Então o Deputado Estadual Bira Coroa, que é da Comissão Especial de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia, que deu, concedeu a passagem aérea para a gente poder estar aqui, ao meu irmão Ricardo que ontem foi me pegar no aeroporto depois de Márcio Alexandre no Rio ligar às duas da tarde, eu dormi na casa dele, cedeu a casa dele para eu dormir. Então todas essas coisas são coisas importantes na nossa luta, porque nós sabemos das nossas dificuldades. Ao meu Babalorixá e também falar que no dia 21 de setembro, no Rio de Janeiro, tem uma caminhada pela vida e liberdade religiosa que está sendo coordenada pelo Centro de Articulação das Populações Marginalizadas – CEAP, do Ivanir dos Santos, que faz uma luta há mais tempo, um Babalaô que a gente considera, o CEN – Coletivo de Entidades Negras, o CETRAB, da Professora Dolores Lima, a ONEGRO, a CONEM, uma série de entidades que vem lutando para mudar esse quadro.

E deixar uma pergunta, Senador: nós fizemos aqui um dossiê, nós trouxemos aqui uma denúncia. Nós gostaríamos de saber se o Senado vai dar prosseguimento a isso se tem espaço aqui nesse Senado, eu gostaria que o senhor nos desse essa resposta também pública, que é importante para a gente, de instalar uma Câmara técnica para discutir isso, fazer uma Comissão com o Padre Ari, que já se colocou à disposição, o Carlos Moura, o companheiro aí e diversas outras religiões, o nosso irmão que há tempos também faz essa luta, para ver se a gente faz uma Comissão aqui dentro para fazer esse debate e fortalecer essas nuances. E mais, que a ação que vai acontecer no Estado da Bahia dessa Audiência Pública, pudesse ser num terreiro de Candomblé, para fazer já, adendar, fazer o adendo, num terreiro de Candomblé pelo que os terreiros de Candomblé da Bahia representam para a luta de todo o movimento negro do Brasil e do mundo. É um pouco disso e agradecendo isso [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço e, respondendo já ao Marcos, duas coisas, Marcos: claro que toda essa é uma questão técnica. Eu recebo a demanda, eu tenho que encaminhar para a direção da Casa para que seja avaliado. Agora com certeza o requerimento aqui aprovado, nós vamos fazer as Audiências Públicas nos Estados. E quanto ao dossiê que você me entregou, eu o entreguei também para o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, que pediu para mim uma cópia, e o nosso papel aqui é de interagir, é de abrir as portas, receber a denúncia e encaminhar para o Ministério Público. Nós não temos o poder de, digamos, de interferir no fato e nem fazer o julgamento. A denúncia é grave, é

verdadeira, eu não tenho nenhuma dúvida, e o nosso papel é encaminhá-la para o Ministério Público. Normalmente a Comissão de Direitos Humanos recebe as denúncias e encaminha para a justiça para que tome as providências. Quanto a uma Câmara técnica, aí é uma coisa que eu tenho que encaminhar regimentalmente, foge da alçada simplesmente da Comissão de Direitos Humanos. Mas foi importante toda a denúncia que você fez aqui. Por outro lado, no debate que faremos nos Estados, normalmente esse debate se faz na Assembléia Legislativa. A Assembléia Legislativa cede o espaço, que são grandes Audiências Públicas, e lá então são chamadas todas as religiões, todas as matrizes para fazer o debate sobre o tema. Normalmente é esse o caminho. Agora se todos chegarem ao atendimento que pode ser num Templo Evangélico ou se pode ser numa Igreja Católica ou pode ser num Terreiro de Candomblé, de nossa parte não há problema nenhum, desde que todas as forças que compõem o movimento construam esse entendimento. Passo a palavra, nesse momento, ao Padre Ari.

SR. ARI ANTÔNIO DOS REIS: Num primeiro momento eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar hoje dialogando com vocês. De fato essas partilhas que aconteceram foram extremamente enriquecedoras e certamente abre para nós, se não desafios, mas várias possibilidades de uma caminhada em comum.

Eu também lembraria, aqui se falou muito em intolerância, intolerância, eu penso que ajuda muito a nós, nós usarmos a palavra respeito, porque eu tolero significa que eu fico com o pé atrás. Agora quando eu falo que eu respeito à pertença religiosa do outro, aí abre a possibilidade para um outro caminho, para uma outra relação.

Também no que diz respeito ao diálogo, que nós possamos dialogar a partir dos negros e negras que estão ameaçados, que estão feridos, que estão machucados. Eu acho que esse compromisso concreto, esse estar junto, a experiência que o irmão aqui partilhou lá de Salvador, isso vai nos colocar no mesmo caminho certamente, e as diferenças, elas vão ser resolvidas nesse compromisso com os ameaçados [soa a campainha], com aqueles que estão feridos.

Num terceiro momento também eu insisto naquilo que eu falei na minha primeira fala, que nós possamos conversar a partir daquilo também nos une, aquilo que nos faz próximos, aquilo que nos coloca na mesma caminhada. As diferenças serão resolvidas no caminho.

Então muito obrigado pela oportunidade, obrigado, Senador Paim, por essa chance que o senhor deu para todos nós [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu é que agradeço. Só quero registrar a presença entre nós também da Professora Adjunta Denise

Botelho, da Universidade de Brasília(F) – UNB, Faculdade de Educação – Departamento de Planejamento e Administração.

Antes de encerrar eu quero passar a palavra para o Senador Mão Santa, que está sempre presente conosco, tem sido um Senador que tem nos acompanhado em todos os temas, numa demonstração clara do seu compromisso no combate a todo tipo de preconceito e às questões sociais. Senador Mão Santa, por favor.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Paulo Paim, minhas senhoras e senhores aqui presentes. Eu entendo que a figura do nosso Paulo Paim é muito importante. Eu não tenho... Eu já disse no dia que ele comemorava aí, no dia 15 de maio, que eu nunca tive preconceito e nem a minha cidade, porque o melhor Professor que eu tive na minha vida era de cor negra, Professor José Rodrigues e Silva. Ele foi o pai do saber de João Paulo dos Reis Velloso, menino pobre, filho de carteiro com costureira, que foi o melhor Ministro do Planejamento desse país. No período revolucionário nós tivemos progresso e o progresso deveu-se a João Paulo dos Reis Velloso, que também foi educado pelo Professor José Rodrigues.

Então e quero dizer o seguinte: o Paulo Paim significa muito, ele como líder, ele significa para nós, ele revive patrocínio, ele revive para as Américas o que foi Martin Luther King e eu vou mais além, eu vou dar assim de profeta: ele merece a vir o nosso Obama, o primeiro Presidente de cor negra do Brasil [palmas]. Mas o que eu entendo e eu ali, qual é a ordem do Padre ali?

SR. ARI ANTÔNIO DOS REIS: Credo Diocesano.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Diocesano, então muito bem. O meu nome é Francisco, é um nome cristão, nós fomos colonizados pelos portugueses que trouxeram essa religião, Francisco é o meu nome, foi o que mais se aproximou de Cristo para nós, não é? Andava num mundo com uma bandeira Paz e Bem. Eu não sou um Mão Santa, um cirurgião, mãos humanas guiadas por Deus, agora eu digo sempre que sou filho de mãe santa. Ela era a terceira Franciscana, escreveu um livro publicado pela Vozes, que é um Editora Cristã, Católica, "A Vida é um Hino de Amor".

Mas o que eu entendo é o seguinte: nós somos é brasileiras e brasileiros. Esse é o sonho, eu entendo, eu encaro assim. Brasileiros todos nós. Nós tivemos essa fusão aí de raças, não só o branco que veio de Portugal, não só aqueles habitantes que foram chamados de índios porque o próprio chegou aqui e achava que estava na Índia, errou o roteiro, e depois nós tivemos, eu não sei, mas, mas Deus escreve certo por linhas tortas, a felicidade de buscar alguns africanos para fazer essa beleza de raça que somos nós, brasi-

leiros e brasileiras. Depois vieram outros orientais aí em São Paulo.

Mas todos nós, o que eu entendo, Paim, que nós precisamos agora, porque eu estava ali na Comissão que eu sou titular, essa o Paim me escalou, eu sou reserva, sou substituto, mas eu estou sempre aqui quando posso. Eu entendo que nós todos--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É um suplente sempre titular.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Nós viemos da Educação, que eu sou titular, o nosso Presidente não estava, o Cristovam Buarque, que eu quero que ele vá e fique, ele está cotado para a UNESCO, todos nós temos que trabalhar para ele ser [soa a campainha], porque ele merece, é competente, mas mais ainda, como o Padre Antônio Vieira diz, "Um bem nunca vem só, sempre acompanhado". Aí entra esse suplente, que é outro aí, moreno, que foi um dos extraordinários Senadores já dessa República. Tanto é verdade que eu já vi muito, nós assistimos, entra suplente, sai suplente, às vezes entra e não aprende nem o nome. Esse foi o primeiro suplente que quando saiu houve um bastante dos Senadores oferecido a ele. Então é uma boa, vamos todos trabalhar por Cristovam Buarque para a UNESCO, inclusive o Presidente da República, porque aí ele volta a ser Senador. Mas o que eu entendo é que nós precisamos desses valores, eu dizia, na educação. Mas na família, é importante que todos tenhamos. A escola e a religião, seja qual for. Eu entendo que religião é um caminho que nos leva a Deus, a um mundo melhor. Nós, oriundos lá de Portugal, nós chamamos Deus. Os índios que estavam aqui chamam esse Deus de Tupã, também é um Deus, a gente imagina, tem fé, tem dogma, e vocês chamam de Oxalá. Então isso aí é o que se chama de sincretismo, automaticamente uns estão se incorporando aos outros, aceitando, e esse eu acho que é o bem do Brasil, é o bem que todos nós sonhamos.

E eu quero comunicar, então, que nós, o Paim, merece os nossos aplausos e o nosso apoio. Ele tem defendido as causas mais justas, o trabalho, valoriza o trabalho, o labor, o que resulta disso, o salário. Defesa dos mais velhos, dos idosos, dos deficientes e isso, essa união de raça. Nós não vamos buscar coisas que ninguém vê que nos separam, religião, cor, não sei o que. Nós vamos buscar o que nos une. Todos nós somos brasileiras e brasileiros e o que nos une é esse amor. Nós temos que buscar, como o próprio Deus da nossa religião, "Eu sou amor e amor é a vida".

Então eu quero cumprimentá-lo e confirmar aqui, Paim, a minha presença hoje, quando o Paulo Paim, além dessa liderança que ele tem, dessa capacidade de trabalho, ele é um intelectual. Hoje ele lança mais um livro e eu estarei lá [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O livro, Senador Mão Santa, vem muito para este momento, que o livro chama-se “Pátria Somos Todos”, numa demonstração é que nós que fizemos--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): A Pátria é a família unificada e esse é o meu sonho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por isso que V. Ex^a. vai estar lá e outros doze Senadores confirmaram a presença, num momento em que eu explico porque do título “Pátria Somos Todos”. Eu aqui posso simplificar, Senador Mão Santa. No livro eu falo da importância do povo africano na formação do povo brasileiro, eu falo da importância do italiano, eu falo do alemão, falo do polonês, falo do espanhol, falo do português, enfim, falo de todos aqueles que de uma forma ou de outra formataram o que é hoje essa Nação belíssima chamada Brasil e, claro, que o caminho no livro também é sobre o tema que falamos hoje aqui, ou seja, de combate a todo tipo de preconceito, e dou um destaque ao preconceito religioso. É um absurdo alguém discriminar outra pessoa porque ela fez a opção de uma religião que não é a mesma que a dele. Isso é o absurdo do absurdo. E, claro, pela livre orientação sexual, pela cor da pele, enfim, o livro é um livro que fala do povo brasileiro, da sua formação, como eu dizia, e aponta caminhos, caminho na linha da paz, da liberdade, na linha da justiça e da igualdade.

E eu, para concluir, porque mais do livro eu vou falar hoje à noite, eu vou terminar, Senador Mão Santa, exatamente como eu comecei. Eu usei a frase de alguns líderes. Usei uma do Mahatma Gandhi aqui quando iniciei a Sessão e que V. Ex^a. praticamente na sua fala, sem citar, reproduziu, que mostra a identidade com este momento. Disse Mahatma Gandhi um dia: “Deus não tem nenhuma religião”. O que ele diz? “Deus é de todas as religiões”. Disse Nelson Mandela: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, ou por sua origem, ou por sua religião. Para odiar as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, por que nós não as ensinamos a amar?” Como foi tão falado aqui a importância da palavra amor. Disse também Dalai Lama num outro momento: “Seja a mudança que você quer ver no mundo”. É muito fácil falar, então faça essa mudança internamente, espiritualmente, que você vai estar contribuindo para que todo o mundo modifique. Diz mais: “Amarás a Deus e ao teu próximo assim como amas a ti mesmo”. E a última é do Chico Xavier, ele diz: “A vida, como a fizeres, estará contigo em qualquer parte”, ou seja, aquilo que você fizer, você será, você terá que responder.

Um abraço a todos, a Audiência Pública está terminada [palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente Paim, por favor, o senhor poderia me registrar, por gentileza?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou registrar, embora já encerrou, mas V. Ex^a. chegou aqui no último minuto e não dá mais tempo. V. Ex^a. não apresentou o cartão, mas está aqui também o Dr. Pedro presente.

Sessão encerrada às 13h32.

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e oito, na sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores, **Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Wellington Salgado, Geovani Borges, César Borges, Eliseu Resende, Romeu Tuma, Gilberto Goellner, Valter Pereira, Jayme Campos, Virgínio de Carvalho e Papaléo Paes**. O Senador Cícero Lucena justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta, dividida em duas partes. **Primeira Parte: Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 06, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 21/02/2008, com vistas a tratar das questões atinentes as Políticas do Governo Lula para as Comunidades Quilombolas. Comparecem os seguintes convidados: Oraidá Abreu, Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, representando Maria Palmira da Silva, Diretora de Programas da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais; Rui Leandro da Silva Santos, Coordenador Geral de Regularização de Territórios de Quilombolas – INCRA, representando Rolf Hackbart, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Givânia Maria da Silva, Coordenadora da Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq; Pedro Sadi Monteiro, Professor Doutor em Ciência da Saúde – UnB; Sandra Pereira Braga, Representante Quilombola da Comunidade Mesquita; Débora Duprat, Subprocuradora Geral da República da Procuradoria Geral da República – 6ª Câmara de Coordenação e Revisão; Johnny Ferreira dos Santos, Coordenador-Geral de Engenharia

Sanitária do Departamento de Engenharia de Saúde Pública – FUNASA, representando Francisco Danilo Bastos Forte – Presidente da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA – Ministério da Saúde; Antônio César Ramos, em representação de Inês da Silva Magalhães, Secretária Nacional de Habitação – Ministério das Cidades; e Maria Auxiliadora Lopes, Coordenadora de Quilombos da Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional do Ministério da Educação. **Segunda Parte:** Discussão e votação das **Emendas de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa** apresentadas ao Projeto de Lei nº1, de 2008-CN, que “Dispõe

sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária de 2009 e dá outras providências”.

Relator: Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente ao iniciar a segunda parte, às doze horas e quatro minutos, passa a presidência ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. O Senhor Presidente, Geraldo Mesquita Júnior, passa a palavra ao Relator das emendas, Senador Paulo Paim, que lê o relatório. Após a discussão da matéria o Senhor Presidente põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim, que é **Aprovado**, indicando que a **Comissão deverá apresentar as seguintes emendas a LDO de 2009, conforme tabelas abaixo:**

EMENDAS ADITIVAS AO TEXTO DO PLDO 2009.

REFERÊNCIA	TEXTO INCLUIDO
Artigo 34	IX – voltadas para ações de promoção social à família, à maternidade, às crianças, aos adolescentes, aos idosos, às pessoas com deficiência ou pessoas em situação de risco pessoal ou social.
Artigo 36 – Inciso I	d) apoio à aquisição de veículos para entidades que atendam a família, a maternidade, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência ou pessoas em situação de risco pessoal ou social.
Artigo 36 – Inciso I	e) ampliação, modernização e conclusão de obras de entidades que atendam a família, a maternidade, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência ou pessoas em situação de risco pessoal ou social.

EMENDAS AO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES DO PLDO 2009.

ATENDIMENTO (SENADOR – N° DA EMENDA)	AÇÃO	ACRÉSCIMO DE META	PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)
INTEGRAL: PAULO PAIM – 03 PARCIAL: FÁTIMA CLEIDE – 07 INÁCIO ARRUDA – 08 SERYS SLHESSARENKO – 27	2D48 – APOIO A CENTROS DE REFERÊNCIA QUILOMBOLA EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	10	CENTRO DE REFERÊNCIA APOIADO (UNIDADE)
INTEGRAL: PAULO PAIM – 01	8801 – APOIO A IMPLANTAÇÃO DE CONSELHOS DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ESTADOS E MUNICÍPIOS	8	CONSELHO IMPLANTADO (UNIDADE)
INTEGRAL: PAULO PAIM – 04 SERYS SLHESSARENKO – 19 PARCIAL: SERYS SLHESSARENKO – 23, 24, 20 FÁTIMA CLEIDE – 06	8932 – APOIO A INICIATIVAS DE PREVENÇÃO À VIOÊNCIA CONTRA AS MULHERES	50	INICIATIVA APOIADA (UNIDADE)
INTEGRAL: GERALDO MESQUITA JÚNIOR – 17 PARCIAL: SERYS SLHESSARENKO – 21	2383 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOÊNCIA, ABUSO, EXPLORAÇÃO SEXUAL E SUAS FAMÍLIAS	5.000	PESSOA ATENDIDA (UNIDADE)
INTEGRAL: INÁCIO ARRUDA – 09 PARCIAL: SERYS SLHESSARENKO – 20 FÁTIMA CLEIDE – 06	8362 – APOIO A INICIATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	300	INICIATIVA APOIADA (UNIDADE)

Extrapauta: Item Único: **Requerimento nº47, de 2008**, que requer “a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores (CRE), a fim de debater as relações bilaterais entre o Brasil e a França na Fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa”. Com os Seguintes convidados: Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores; Embaixador Antoine Pouillete, plenipotenciário representante da França no Brasil; Dr. Paulo de Tarso Vannuchi, Secretário Especial de Direitos Humanos, da Presidência da República; e o Deputado Camilo Capiberibe, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia do Estado do Amapá. Autoria: Senador Papaléo Paes. Resultado: **Aprovado.** Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, José Nery, Geraldo Mesquita e Fátima Cleide. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Geraldo Mesquita Júnior encerra a reunião, às doze horas e doze minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 23ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. **Aprovado.**

A audiência de hoje tem item único. Depois dessa audiência nós teremos um segundo momento, que nós vamos votar os encaminhamentos da LDO à audiência pública, nos termos do Requerimento nº. 6 de 2008, da CDH, de autoria desse Senador, aprovada em 21/02/2008, com vistas a tratar das questões atinentes à política de governo para as comunidades quilombolas. Já se encontram conosco uma série de convidados. Eu, antes mesmo de iniciar o debate, eu farei aqui uma pequena introdução, só para atualizar os que estão assistindo a TV Senado sobre a importância desse debate. Os quilombos... Já se encontram conosco aqui entre os convidados o Sr. Johnny Ferreira, que é... Sr. Johnny Ferreira dos Santos, Coordenador Geral de Engenharia Sanitária do Departamento de Engenharia de Saúde Pública, FUNASA, representando Francisco Danilo Bastos Forte, Presidente da Fundação Nacional de Saúde, FUNASA e Ministério da Saúde. Queria convidá-lo para que fizesse parte da mesa. Já está conosco aqui Maria Auxiliadora Lopes, Coordenadora de Quilombo da Coordenação Geral

da Diversidade e Inclusão Educacional do Ministério da Educação. Está também conosco Rui Leandro da Silva Santos, Coordenador Geral de Regularização de Território de Quilombolas, INCRA, representando aqui o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, companheiro Rolf. E também o Sr. Pedro Sadi Monteiro, Professor Doutor em Ciência e Saúde da UNB.

Bom, todos sabem que essa questão quilombola é uma questão que envolve, e muito, a todos nós que lutamos pelos direitos humanos e queremos, claro, de forma incisiva, baseado inclusive no que manda a própria Constituição, de garantir a titularidade da terra dos quilombolas, não só a titularidade da terra, mas como também toda a infra-estrutura. Eu vou fazer aqui só uma introdução desse tema e vou fazer um comentário, que eu quero que sirva depois de debate para o tema, porque recebi aqui um Manifesto, fruto de uma audiência que foi realizada em São Paulo, intitulado “Pela Garantia do Direito das Comunidades Remanescentes de Quilombos”. *“As entidades abaixo assinadas vêm a público alertar para o risco de retrocesso da garantia de direitos das comunidades quilombolas. Após serem alvo de intensos ataques, que questionou a legitimidade de seus direitos e a sua luta, os quilombolas correm o risco de terem os seus direitos territoriais cerceados por meio de aprovação de uma nova Instrução Normativa, que altera o texto de Introdução Normativa 20/2005, que estabelece o procedimento administrativo para a identificação e titulação dos territórios quilombolas.”* E diz mais: *“A justificativa dada para a modificação da Instrução vigente baseia-se na necessidade de evitar que iniciativas em curso junto ao Judiciário e ao Congresso Nacional, suspendam ou anulem o Decreto 4.887/2003, que regulamentou o processo administrativo de reconhecimento dos direitos territoriais previstos no art. 68, da ADCT, da Constituição Federal.”* A proposta da nova Instrução, elaborada atualmente, na visão deles, é uma regressão, em relação ao estabelecido na IN INCRA 20/2005, quanto às concepções sobre identidade quilombola e conceito de território aos mecanismos para a concentração de interesse do Estado e à solução de conflitos que se sobreponham aos territórios quilombolas, à efetividade, a celeridade processuais para a obtenção do título de propriedade. Diz a nota: *“Discordamos que a solução para enfrentar as ameaças em curso seja retroceder na garantia de direitos por meio da alteração da Instrução Normativa do INCRA. Na defesa de normas vigentes temos recentes decisões do Judiciário que reconhecem a auto-aplicabilidade do art. 68 da ADCT, da Constituição Federal e a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003. Preocupado em cumprir a determi-*

nação da consulta prévia estabelecida pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a OIT, sobre povos indígenas e tribais, o Governo Federal convocou uma consulta aos quilombolas entre 15 e 17 de abril em Luziânia, Goiás, para discutir a nova norma. Mesmo discordando do conteúdo proposto para a nova Instrução e do procedimento pouco democrático de sua elaboração, que não envolveu a sociedade, os quilombolas, por meio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, CONAQ, aceitaram participar da consulta. Cerca de 250 quilombolas e 12 assessorias participaram do encontro, reafirmando o caráter deliberativo do evento e apresentando propostas concretas para nova Instrução Normativa. Ressaltamos que a Convenção 169 da OIT determina, no seu art. 6º, 'que a consulta deve ser efetuada com boa-fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas'. No entanto, foram poucos os dispositivos consensuados e, até o momento, entre as Instituições, o Governo e os quilombolas. A maioria das propostas da alteração da atual IN INCRA 20/2005 sugeridas pelo governo não obtiveram o consentimento, não tiveram o entendimento com os quilombolas. Por outro lado, as mais importantes propostas dos quilombolas ainda não foram acatadas. Destacamos aqui: a não obrigatoriedade da certidão da Fundação Cultural Palmares para início do processo de titulação e adequação dos requisitos do relatório destinado a identificar o território a ser titulado. De acordo com o Governo, as propostas de alteração não consensuadas nas consultas serão analisadas pessoalmente pelo Presidente da República e os Ministros nas pastas afins. Nesse sentido, as Organizações abaixo assinadas vêm a público reivindicar que as propostas apresentadas pelos quilombolas sejam realmente consideradas e, mais, aprovadas pelo Governo Federal." E termina com uma conclusão dizendo: "A não observância pelo governo brasileiro dos requisitos da validade da consulta estabelecida pela Convenção 169, da OIT, chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas, colocará, se não houver o entendimento, o acordo, enfim, o encaminhamento na linha de um grande pacto, colocará em risco a validade da própria consulta bem como dos resultados objetivos a produzir". Assinam o documento: a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG, Associação de Apoio às Comunidades Afrodescendentes – AACADE, Associação de Combate aos Poluentes, Associação da Consciência e Prevenção Cooperacional, Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte – Paraná, Associação do Advogados dos Trabalhadores Rurais

do Estado da Bahia, Associação Nacional de Ação Indígena, Associação Terra Laranjeiras, Centro de Cultura Luiz Freire, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, Centro de Cultura Luiz Freire, Centro de Cultura Negra do Maranhão, Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae – CEPIS, Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA, Centro de Estudos Bíblicos do Rio Grande do Sul – CEBI/RS, Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos, Centro pela Justiça e Direito Internacional, Comissão Pastoral da Terra-CPT, Comissão Pastoral da Terra – Regional Maranhão, Comissão Pastoral da Terra – Minas, Comissão Pró-Índio São Paulo, Conselho Nacional Iyalórisás de Comunidades Negras, Coordenação Continental do Grito dos Excluídos, Coordenação Estadual da Comunidade Negra dos Quilombolas, Coordenação das Nações Indígenas da Amazônia Brasileira, Coordenadora Ecumênica de Serviço – CESE, Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM, Educafro, Dignitatis, Fórum Nacional da Reforma Urbana, Instituto Amma Psique e Negritude, Instituto de Assessoria e Comunidades de Remanescentes de Quilombos, Instituto de Estudos de Direito e Cidadania, Instituto de Estudos Socioeconômicos, Instituto Socioambiental. Aí tem a sigla, INESC, ISA, IDEC, Instituto Terramar, Justiça Global, Federação das Associações Assistenciais, Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional-FASE, Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, Fórum de Mulheres Negras do Estado de São Paulo, Fundação Direitos Humanos Bento Rubião, Grupo Ação Mobilização e Desenvolvimento – ABAKÊ, Grupo de Estudos Rurais e Urbanos, Grupo de Trabalho Amazônico, Grupo de Trabalho Sobre Regularização de Territórios Quilombolas em Minas Gerais, GT Combate ao Racismo Ambiental, GT Ambiente AGB – Rio e AGB – Niterói/Associação de Geógrafos Brasileiros, Instituto Pólis, Koinomia Presença Ecumênica e Serviço, Movimento Negro Unificado, Movimento Negro Unificado – Seção do Maranhão, Movimento Negro Unificado – Seção Rio Grande do Sul, Movimento dos Atingidos por Barragens, Observatório Negro – Recife, Oriashé – Sociedade Brasileira de Cultura e Arte Negra, Organização Consciência Negra do Maranhão, Plataforma DHESCA, Projeto Território de Quilombolas do Espírito Santo, Rede de Informação e Ação para o Direito de se Alimentar – FIAN Brasil, Rede de Integração Verde, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Relatório Nacional para Direitos Humanos e Meio Ambiente, Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Terra de Direitos, União Nacional de Moradia Popular.

Para os que chegaram agora e vão participar do Debate, foi um apelo que eu recebi que eu lesse essa moção, essa carta pela garantia dos direitos das comunidades remanescentes quilombolas, assinado por cerca aqui de, eu fiz a leitura rápida, por mais de 50 entidades, que estão questionando as mudanças que estão sendo previstas em relação ao direito dos quilombolas. Com essa rápida introdução eu cumpri a minha parte, que foi o apelo do movimento social que eu recebi que eu lesse o documento. Quero dizer que li o documento na íntegra, com a rapidez exigida pelo momento e vamos iniciar o debate.

Todos nós sabemos, a nossa preocupação, essa audiência pública, ela faz parte de um ciclo de debates. Durante todo o mês de maio nós debatemos questões relacionadas à comunidade negra. Começamos, na verdade, no dia 30 de abril, que antecedeu o dia 1º de maio. Dia 30 de abril, discutimos o negro e o mercado de trabalho, depois toda quarta ou quinta-feira e fizemos também a sessão dos 120 anos da abolição não conclusa, no dia 13 de maio, nós debatemos o mundo e a comunidade negra, claro, com o enfoque aqui no Brasil, desde a discriminação contra a livre opção religiosa, ou seja, principalmente a discriminação forte contra as religiões de matriz africana. Discutimos, num outro dia, a questão de João Cândido e Zumbi dos Palmares. João Cândido, a anistia, que acho que vamos consolidar se Deus quiser até no dia de hoje, se a pauta for desobstruída, já votamos na Câmara, voltou para cá com uma emenda e talvez a gente vote ainda hoje à tarde essa questão no plenário já do Senado para consagrar, definitivamente, a anistia a João Cândido, que deve ir para a sanção do Presidente. Estamos trabalhando com a data dia 24 de junho, que é a data de aniversário do grande João Cândido. Existe essa possibilidade real de até lá estarmos com a votação final feita e o Presidente poder sancionar, então, a anistia para o João Cândido. Discutimos nesse dia também, a questão do dia 20 de novembro. É uma proposta de feriado nesse dia, não só para discutir a questão do negro, mas que seja na figura de Zumbi dos Palmares um dia de reflexão contra todo o tipo de preconceito, contra negro, contra branco, contra pobre, contra índio, contra a livre orientação sexual, contra as mulheres, contra as crianças, contra os idosos, mas a referência seria 20 de novembro, um dia de reflexão e de discussão que o país faria em relação a todo o tipo de preconceito e, claro, que o símbolo maior, nesse caso, seria o nosso inesquecível e líder, sempre, da comunidade negra Zumbi dos Palmares. Fizemos um dia também aqui de debate sobre a lei da educação, 10.639 que trata para que, verdadeiramente, os municípios comecem a adotar... Infelizmente, pelos dados

que nós recebemos naquela oportunidade, somente 20% dos municípios brasileiros adotam, efetivamente, a política voltada, a política, na sala de aula, a verdadeira história a ser contada da participação do negro na formação do povo brasileiro, que passa por essa Lei que a senhora participou, inclusive, e com muita competência, deu uma verdadeira aula para nós aqui e por isso que voltou hoje, é a segunda vez que a senhora volta aqui, como a Déborah Duprat também está voltando, enfim, todos estão sendo convidados para esse momento. Debateremos também o Estatuto da Igualdade Racial numa outra oportunidade, como também o PL 73, que trata não só da política de cota, mas, no fim, as políticas afirmativas, foi também um belo debate. Enfim, foi um mês muito rico de debate tanto aqui no Senado, como também na Câmara dos Deputados.

E hoje nós queremos discutir a questão quilombola. Estamos encerrando, praticamente, e aqui demonstrando já nessa carta que eu introduzi, as nossas preocupações. Eu, pelo menos extra-oficialmente, os dados que eu tenho são que em torno de cinco mil comunidades quilombolas, extra-oficial, sei que os dados oficiais trabalham com torno de 3 mil e quinhentas e outros trabalham com até com mil e quinhentas, mas, o dado que eu tenho trabalhado é que esse número, com torno de cinco mil comunidades quilombolas e me preocupa, claro, aqui os dados que eu recebi de que dessas cinco mil, somente noventa e oito é que estão efetivamente regulamentadas até o momento. Embora haja já o reconhecimento de 1137, mas somente noventa e duas. Segundo os dados divulgados pela Fundação Palmares, o mês passado, o país tem hoje, 1218 comunidades certificadas e somente noventa e duas tituladas, mais ou menos isso. Bom, o debate é esse, nós encerramos com essa audiência de hoje esse ciclo de debates sobre a questão da comunidade negra.

Alguns notam que a sala, às vezes, não está lotada, mas isso é uma demonstração clara do embate que nós estamos fazendo e por isso que a sala não está lotada, porque não são tantos, como nós gostaríamos, que se interessassem efetivamente de um debate tão importante como esse que atinge, eu diria, o conjunto do povo brasileiro. Porque a luta da comunidade negra é a luta de 180 milhões de brasileiros, se já não mudou o número, já é mais de 180 milhões, ou seja, é de brancos e negros. E o último dado do IPEA que nós todos recebemos recentemente, demonstra que no máximo mais vinte, trinta anos, os negros serão 50% da população brasileira. Nós estamos tratando aqui, diretamente eu digo, porque indiretamente interessa a todos, de um debate que trata da maioria da população

brasileira, com certeza absoluta. Mas, para ficar mais coerente, digamos, na minha visão de politicamente correto, é um debate que interessa a todo o povo brasileiro, no mínimo, que tem toda a sua repercussão, além de internacional, já que o Brasil é considerado o segundo país que tem o maior número de negros do mundo, depois dos países, tirando, fora a África naturalmente, o continente africano.

Baseado nisso, vamos ao debate e eu começaria, de pronto, e cada um, claro, vai falar da sua visão, dentro desse enfoque da nação quilombola. Eu começaria, de acordo com a ordem que eu recebi aqui, o primeiro na minha ordem aqui é o Sr. Rui Leandro da Silva Santos, Coordenador Geral de Regularização dos Territórios dos Quilombolas – INCRA, representando, eu diria meu amigo Rolf, o qual eu tenho muito carinho. Está aqui o Marangon também, não é Maragon? Eu te vi aqui, ia te citar, estou te citando agora; fomos Deputados federais juntos, fomos companheiros, fomos militantes juntos e eu sei que você luta pelas mesmas causas que eu luto, então, como você quanto o Rolf, eu tenho certeza que o Rolf tem o mesmo compromisso que nós temos, e por isso que esse debate fica muito mais rico com vocês todos aqui presentes. Claro, eu sei que o Dr. Rui é que é o titular, estou fazendo uma referência a ele porque é parceiro de sindicalismo, de caminhada, enfim, de campanhas junto lá no Rio Grande do Sul, e, naturalmente, o Dr. Rui, eu conheço ele também de muitos debates e não tenho nenhuma dúvida quanto a competência dele. Estive também junto com o senhor, não é, Dr. Rui, lá no Rio Grande do Sul, estivemos numa comunidade quilombola.

SR. RUI LEANDRO DA SILVA SANTOS: Mostarda, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mostarda, exatamente e sei também, naturalmente, da sua capacidade. Mas você não fique chateado fazer uma referência a você, Marangon, estou falando como parceiro aqui, bem dizer crescemos juntos lá no Rio Grande, atravessando aqueles pargos lá. Então, Dr. Rui, com alegria Dr. Rui, a palavra à V.Exa. para falar em nome do Presidente do INCRA, o meu companheiro, e também de longas jornadas, porque liderou, bem dizer, a bancada. O Rolf foi assessor direto da bancada do PT quando o Lula era Deputado Federal. Lula, Olívio Dutra, Tarso Genro, enfim, eu estava lá também. Mas, Rui, uma alegria enorme passar a palavra para você. Você tem o tempo de dez minutos, com mais cinco, mas se for necessário, naturalmente, nós seremos tolerantes.

SR. RUI LEANDRO DA SILVA SANTOS: Bom dia a todas as pessoas que estão aqui, em especial queria agradecer ao Senador Paim, por mais essa

oportunidade que está dando ao INCRA de poder estar debatendo a questão da regulação dos territórios quilombolas. Queria, em nome do Presidente Rolf, trazer o abraço, na verdade ele teve de última hora um compromisso, tanto é que ele já tinha confirmado a presença e, infelizmente, teve um outro compromisso e teve que desfazer então essa estada aqui.

Senador e demais, para nós do INCRA é uma satisfação ter espaço para discutir essa questão, porque hoje a principal reivindicação das comunidades quilombolas é por sua regularização, pelo menos uma das maiores, e nós não temos nenhum problema de discutir as nossas dificuldades, que não são as dificuldades do INCRA, mas são as dificuldades da política, as dificuldades do governo, as dificuldades da sociedade, inclusive o senhor já falava disso, as dificuldades da própria sociedade em admitir direitos, inclusive direitos garantidos na Constituição e que de alguma forma dão visibilidade, e dão a necessária, a devida importância da contribuição do povo negro para a construção desse país. E tira essas comunidades da invisibilidade e um outro grande problema, mexe com questões simbólicas importantes da construção da identidade do povo do país e, principalmente, da possibilidade de mobilidade social do povo negro e, conseqüentemente, da disputa de poder. Então, essas questões, elas são muito importantes e quando se mexe em terra nesse país, a gente sabe a importância que tem.

Então, terra é poder e, principalmente, o momento hoje onde o mercado de terra está muito aquecido, e o próprio fato de ser o título coletivo e impossibilitado depois de ser vendido, de ser repartido, enfim, com uma série de questões que tem o título, ele é um título fora de mercado, fora do mercado. Então, eu acho assim, que a gente tem que entender que nós começamos, esse governo, efetivamente a trabalhar com a regulação a partir de 2004, já que o decreto do Presidente Lula é de 20 de novembro de 2003. O INCRA não estava sensibilizado, digamos assim, aparelhado, para essa demanda que começou, mas, mesmo assim, já em 2006, na sua nova estrutura nacional, cria a Coordenação de Quilombos, faz concurso para a admissão de antropólogos, profissionais fundamentais no apontamento do território quilombola e o governo como um todo dá demonstrações efetivas de que essa é uma política de Estado, é uma política que veio para ficar. Então, não nos causa nenhum constrangimento colocar aqui as dificuldades que encontramos, as dificuldades que temos no debate. Não é também segredo de ninguém o quanto tem... uma resistência hoje de setores da sociedade em função das políticas de promoção da igualdade racial colocadas pelo governo e, em especial, a questão das cotas e a regulação dos

territórios quilombolas. Então, não nos causa nenhum constrangimento colocar aqui, eu trouxe algumas lâminas para a gente discutir, as nossas dificuldades e o que avançamos ou porque até onde avançamos, até porque, com certeza, essa Casa e os senhores são fundamentais para a continuidade dessa política de governo, de política de Estado e é fundamental que essa Casa entenda em que situação estamos e a demanda que temos pela frente e as dificuldades.

Eu queria pedir ao companheiro que pudesse passar, por favor. Então, o Senador Paulo Paim falava na questão dos títulos. Nós temos hoje então, na verdade Senador, 97 títulos que contemplam 150 comunidades quilombolas. E aí nós fomos ver a partir dos anos, como é que evolui isso, e as nossas titulações, aí nós colocamos, elas foram mais precisas, graças, então e esse aí depois a gente vai voltar, a uma parceria com os governos estaduais, em função muitas vezes, e essa é uma constatação que inclusive o movimento faz, da dificuldade que o governo tem de regularizar, a não ser em terras devolutas ou em terras públicas e aí a importância dos governos estaduais na titulação. Aí a quantidade de área, em termos de hectare, nós temos hoje 94 mil, nesses últimos anos do governo do Presidente Lula. Então, é nova, elevada a área titulada em 2006, dá para ver no quadro, ela reflete de novo a importância das parcerias com o Instituto de Terras, o que não aconteceu, até para a gente ter um parâmetro, em 2007. O número de famílias beneficiadas, esse é um grande problema para nós, porque, embora tenhamos iniciado cerca de 2.356 famílias, elas não contam como metas, beneficiadas pela reforma agrária como está colocada hoje nas metas da reforma agrária, enquanto títulos, é uma outra questão também, porque um título de uma comunidade quilombola muitas vezes abarca dezenas de famílias e é um título, não é? Aparentemente, é muito pouca coisa, mas, na verdade, ali dentro, como eu disse, nós temos 97 títulos hoje e abrangendo 150 comunidades. Mesmo assim, isso reflete o trabalho do INCRA hoje. RTID, os relatórios técnicos de identificação e delimitação. Então, hoje nós já temos encaminhados, mesmo que nós temos trinta e um títulos, setenta e um relatórios publicados, ou seja, para quem não conhece um pouco do fluxograma, o INCRA faz um relatório técnico, publica, até para que seja oferecido o contraditório. Então, nós estamos hoje, publicado, na verdade, assim, efetivados ou prestes a chegar numa fase já de quase de título, mais de 71 relatórios. Essas parcerias geralmente com as universidades, têm sido importantes, porque eu acho que aí, nós colocamos ali embaixo um pouco da nossa dificuldade, nós temos hoje grande dificuldade em construir os relatórios porque os antropólogos que nós, que o

INCRA contratou, eles são insuficientes para construir, junto com os demais técnicos do INCRA, esses relatórios técnicos. E hoje nós temos grande dificuldade, em função de termos na casa antropólogos, de contratação de outros antropólogos para dar conta dessa demanda, uma vez que os órgãos de controle e a nossa Procuradoria entende que não tem como, tendo na casa antropólogos, fazer novas contratações. Esse é o grande, nosso problema hoje, a não ser que fosse através de concursos que a gente, nesse momento, não vislumbra a curto prazo.

Então, nossa grande dificuldade hoje é essa: a necessidade de contratação de profissionais, antropólogos, para ajudar no Relatório, porque não é só o antropólogo que faz o relatório técnico, são demais profissionais que, na casa, já têm o suficiente. Essa é uma das ações: pagamento de indenização de ocupantes de terras. Inclusive, nós vamos ver no final, a gente tem, é também uma crítica dos movimentos sociais, muitas vezes devolvido alguns recursos porque nós não conseguimos fazer chegar o procedimento final de desinstituição. Essa é uma das questões que naqueles 97 títulos, e nos 66 que nos antecederam, porque nós temos 31, é da... antigamente, nós... a Fundação Palmares emitia os títulos, mas, não fazia as desinstituições, não tirava as pessoas que não eram quilombolas do território. Então, hoje nós temos várias comunidades que o INCRA ainda está fazendo esse procedimento, quer dizer, de pagamento das desapropriações das propriedades, pagamento das benfeitorias, quando for o caso. Então, existe vários passivos que ainda temos que dar conta. Inclusive, a Gilvânia, eu vi que estaria aqui, o próprio território da Comunidade da ex-Subsecretária da SEPPIR, que é Conceição das Crioulas, tem título, mas é um título inconsistente, uma vez que ainda existe dentro da área fazendeiros a serem desapropriados. Bom, as dificuldades, e aí a importância da gente estar aqui, mais uma vez agradecer esse espaço e até também, de alguma forma já respondendo--

[soa a campainha].

--A que o Senador, está bom, vou ser bem rápido, é as dificuldades do marco legal. Nós temos hoje uma ADIN, que está no Supremo Tribunal Federal e na Casa, aqui o PDL 44, do Deputado Valdir Colatto. Então, essa discussão da Instrução Normativa, ela se dá em resposta exatamente a essas questões do marco legal que, entendemos, tem algumas fragilidades e o Governo, através do Presidente Lula, então solicitou à AGU e à Casa Civil, que reunisse Ministérios e pudesse discutir a questão. Esse grupo então, muito rapidamente, entende que nós não podemos, não devemos, mexer no Decreto 4.887, até porque para nós

ele é perfeito juridicamente, ou quase isso, mas que a gente poderia dar algumas respostas, um aperfeiçoamento à segurança jurídica através de Instrução Normativa do INCRA, onde que, na verdade, regulamenta os procedimentos que fala o decreto 4.887. Então, o que a gente está fazendo na nova IN, na proposta de nova IN, é adaptar os procedimentos administrativos que tenham uma certa fragilidade, para que a gente possa fazer frente exatamente a isso, à ADIN e ao PDL e, de alguma forma, poder defender o Decreto 4.887, para nós ele é fundamental. Então, essa aí é a grande importância da gente estar discutindo a Instrução Normativa que, para nós, é fundamental. Bom, ausência de normatização interna de desinversão, a obtenção, que nós já falamos. A gente tem ainda uma falta de previsão das Superintendências regionais do INCRA, SR – Superintendências Regionais do INCRA, do trabalho de regulação, de desinversão de áreas quilombolas. Como eu disse, é um trabalho que veio agora para o INCRA, isso, quatro anos para um órgão como o INCRA, que tem trinta e cinco, ou mais de trinta e cinco anos, trabalhando com os trabalhadores sem terra é uma grande, é um grande trabalho. Inovador. A grande demanda dos processos, entre as dificuldades operacionais então das Superintendências, aliada às dificuldades de contratação dos relatórios técnicos. Vou tentar ser mais rápido. A gente acha que um dos grandes avanços e importâncias desse ano, principalmente, é a inclusão da regulação dos territórios quilombolas no programa Território da Cidadania, do Governo Federal, então isso dá peso político, a Casa Civil, o Governo como um todo está de olhos para isso e cobrando metas e empenhado, com mais uma sinalização do Governo da importância que ele dá para a regularização fundiária dos territórios quilombolas. A celebração de alguns convênios com instituições para a elaboração dos relatórios, algumas universidades e institutos de terras, principalmente na Bahia, que a gente tem hoje mais de quatrocentas comunidades, e lá nós conseguimos com uma parceria com a Secretaria, colocar mais de oito equipes em campo.

Então, assim, para fazer a regularização, enquanto as demais Superintendências estão também tentando fazer essas adaptações. E a capacitação que a gente está fazendo para os servidores do INCRA poderem sensibilizar, se capacitarem, para essa demanda que a gente também que é um outro INCRA. Na verdade, assim, é um outro INCRA a gente tem o tempo todo falado disso, o Presidente conseguiu falar disso. Bom, nós temos questões emblemáticas, que depois eu vou só citar e talvez no debate a gente possa fazer a discussão, que é Alcântara, inclusive amanhã nós temos uma reunião de Governo para... está esperando uma

decisão de governo, a parte do INCRA está pronta, mas a gente, como quase todas essas questões, tem sobreposição de interesses. Então, área de sobreposição, áreas de preservação. Áreas de... áreas indígenas, interesse de segurança nacional e agora também a área de mineração com... setor de mineração também, também área de sobreposição. Nós temos criado na AGU, uma Câmara de Conciliação em função dessas sobreposições, e uma delas é a ilha de Marambaia, tem uma discussão com a Marinha e cinco áreas de preservação que estão sendo discutidas hoje com o Instituto Chico Mendes. Nós temos também uma grande área emblemática--

[soa a campainha].

Eu estou encerrando, mais um minuto. É a desinversão da área Kalunga, que necessita de uma discriminatória, e uma Comissão que vem também ajudar na discussão é a Comissão, a criação o ano passado, a criação da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, que também tem reivindicado a criação dos territórios quilombolas, que a gente pensa, que vai ajudar na discussão para fora com a sociedade e para dentro do Governo nas áreas de regularização dos territórios das comunidades tradicionais, entre elas, a comunidade quilombola. A promoção do novo IN, que eu já falei, a gente pode retornar, com certeza vai voltar. Bom, a nossa proposta da Coordenação para poder dar visibilidade frente a essa grande campanha pública de alguns setores é criar formas de divulgação, então, do trabalho, estreitamento da relação com a CONAQ, a Coordenação Nacional das Associações Quilombolas. A ampliação da estrutura operacional da Coordenação que já está, foi criada em 2006, mas já está pequena para a demanda, a publicação esse ano de 64 Portarias de Reconhecimento, essa é a idéia, é o que está na P.O. e ampliar as parcerias com institutos de terras dos estados e universidades. A última lâmina, por favor! Não tem mais nenhuma lâmina? Ah, está isso um pouco aí para a gente ver o orçamento e o que é que a gente tem hoje de recursos para essa tarefa. Então, para a regularização mesmo nós temos, nós saímos de... em 2007 de três milhões e meio e passa para 2008 para sete milhões, cento e vinte. Isso é pouco, é pouco, mas demonstra também a importância que está tendo a regularização para o governo e--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Desculpa te atrapalhar, mas me tira só uma dúvida que eu sempre estou com isso na cabeça.

SR. RUI LEANDRO DA SILVA SANTOS: Vamos lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não foi lançado o PAC Quilombola uma época e

não foi falado em 2 bilhões de reais? Fiquei com isso na cabeça.

SR. RUI LEANDRO DA SILVA SANTOS: Mas, o PAC Quilombola, ele quer dizer, talvez a SEPPIR possa responder, ele quer dizer todas as ações de todos os Ministérios. Então, nós estamos falando só da área de regulação. Aí a ação aqui embaixo, que é a Ação 0859, que é só o pagamento das indenizações, que era 27 milhões em 2007, a gente passa para 56 milhões. É pouco? É pouco. Mas, a gente também não chegou ainda a uma fase, infelizmente, suficiente para gastar e aí tem uma... tem uma discussão dos movimentos, essa última... esse último recurso. A gente espera, esse ano, poder chegar num avanço na política para poder usar todos esses recursos. Então, era isso. Eu queria agradecer mais uma vez, Senador, essa possibilidade de estar aqui podendo discutir e a gente está à disposição.

[soa a campainha].

SR. RUI LEANDRO DA SILVA SANTOS: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dr. Rui, meus cumprimentos pela exposição. Eu quero registrar a presença entre nós do nosso Senador Virginio de Carvalho. Senador Virginio de Carvalho está sempre conosco aqui, mas a disputa aqui na quarta-feira, para ter uma idéia, todas as salas estão ocupadas com o trabalho das Comissões. [risos]. E ele tem que ir lá na CPI, mas, eu queria registrar a presença dele, sempre tem vindo aqui conosco dar presença e dar o apoio. E aproveito também, o Senador Geovani Borges, que também está conosco aqui, prestigiando a Comissão nesse momento, eu mesmo cumprimento a ambos aqui, alegria tê-los com a gente, e passo de imediato a palavra para o Dr. Pedro Sadi de Monteiro, Professor Doutor em Ciência da Saúde da UNB.

SR. PEDRO SADI MONTEIRO: Bom dia a todos. Senador Paulo Paim, em nome do qual eu cumprimento toda a Mesa. Dentro do que nos foi feito o convite para tratar sobre as políticas do Governo Lula para as comunidades quilombolas, nós vamos apresentar um trabalho que estamos fazendo na comunidade quilombola dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre. Pode passar, por favor. Pode passar.

Então, na verdade, essa iniciativa da atenção voltada para essas comunidades que habitam esses três municípios em sua área rural, são em torno de quatro mil pessoas que habitam e a atenção se deu a partir da visita do Presidente Lula ao município de Cavalcante, à localidade de Engenho II, em 2004. Então, as condições de moradia, de acesso a água, continuavam como a 300 anos passados e com a visita do Presidente, então, deu-se início a uma série de

iniciativas visando possibilitar então o acesso dessas populações ao mínimo de conforto, por assim dizer. Pode passar.

Uma outra vista da localidade Vão de Almas, Engenho II, melhor dizendo, onde é apresentado o tipo de moradia, as casas feitas de barro e sem a mínima condição de higiene e sob o ponto de vista de instalação sanitária e assim por diante. Pode passar.

Percebam que com a ida do Presidente ao local, deram-se início à construção de moradias e a melhoria das instalações sanitárias que não existiam à época nessas localidades. Esses quatro, três municípios compreendem cerca de sessenta e duas comunidades e ainda hoje a maioria permanece sem a mínima infraestrutura de instalação de água e também de energia elétrica. Pode passar.

Então, aqui uma outra demonstração do efeito da, digamos, da ida do Presidente ao local é a instalação de água potável, que até então não existia. Então, a introdução de melhorias sanitárias dentro de um projeto maior chamado "Projeto de Mobilização Social de Educação em Saúde". Pode passar.

Então, na verdade, a medida em que foi e está sendo implementada a melhoria de... das habitações e também das instalações sanitárias, foi feito um projeto então chamado "Mobilização Social de Educação e Saúde visando, uma vez implantada a água, bom, então tem que capacitar as pessoas, orientá-los no sentido de como utilizar, porque se você tem a água e não tem a forma de utilizar, então, pode não ter o efeito desejado. Dessa forma, nós constituímos um grupo multidisciplinar formado por representantes da área, de todas as áreas de saúde e também das áreas de antropologia. Esta é uma reunião que está sendo realizada e por meio de uma oficina de trabalho. Nestas oficinas, com a presença de antropólogos, participando das discussões, a metodologia foi de organizar as pessoas, colocar as questões, quais eram os problemas mais frequentes no local e para, em cima desse problema, quais eram as soluções que poderiam ser propostas. Dessa forma, as respostas que foram emitidas, elas foram respostas construídas pela discussão entre os moradores locais. Na verdade, nós servimos apenas como moderadores, no sentido de encaminhamento, mais de organização das discussões. Pode passar.

Bom, dentro também desse trabalho, além das reuniões, nós fizemos a visita às casas das pessoas e por meio da coleta de dados, chamados quantitativos, para ver, por cada habitação, quantas pessoas residiam no local, quantos cômodos, se existia já a instalação de sanitária, o acesso a água ou não, e fizemos um grande diagnóstico sobre o grau de instrução dessas populações. Nós sabemos que dentro da população

mais idosa, nós temos mais de 70% de pessoas não alfabetizadas. Então, o Projeto, quando buscou, na verdade, fazer o levantamento dos problemas que foram encontrados, os problemas que tinham no local, de um outro lado possibilitou também aos estudantes, tanto de graduação da Universidade de Brasília quanto de pós-graduação, um contato com uma realidade que até então não era conhecida. Ao mesmo tempo, então, que os alunos foram fazer o repasse de informações, os alunos também aprenderam uma realidade que não conheciam e nós esperamos, com isso, que esses futuros profissionais possam, então, ter uma sensibilidade, uma atenção quando estiverem, então, trabalhando junto com essas populações, que foi uma oportunidade de eles poderem conhecer. Pode passar.

Bom, aqui eu estou apenas mostrando o deslocamento da equipe, aqui está aparecendo a líder Ester, líder kalunga do município de Teresina, e nós estamos mostrando uma ida até Vão de Almas. Pode passar, por gentileza.

Então, vejam bem, que nós andamos lá uns três ou quatro quilômetros no meio do mato a pé, depois andamos de barco para poder chegar. Pode passar.

E depois andamos a cavalo, com sol de duas horas da tarde, não é brincadeira. Pode passar.

E aqui nós estamos, então, na localidade chamada Vão de Almas, conversando com as populações para ver, nós estamos apenas colocando aqui Vão de Almas como apenas um exemplo onde nós trabalhamos, e a localidade mais longe dentro do município de Cavalcante. Então, na verdade, dentro dos problemas que nós detectamos lá, o primeiro já foi colocado aqui, que é o problema relacionado à terra, a regularização e a terra em pequena quantidade que, ou seja, não é suficiente para cultura de... de... da terra, mesmo como cultura de subsistência, não é suficiente. Outro problema relacionado é a falta de água. Não existe água. Quando as comunidades estão mais próximas de um rio, têm a água, mas a qualidade da água é muito comprometedor. Por quê? Na verdade, as comunidades que habitam mais próximo às nascentes dos rios, elas têm, digamos assim, uma qualidade melhor de água, mas não uma água com qualidade. Por quê? Durante as chuvas, então, os inseticidas que são aplicados durante as plantações nas fazendas, com as chuvas migram para o rio. Mais do que isso, as pessoas utilizam os rios para a coleta de água para a alimentação, para banhar-se e também não existindo, pessoal, instalação sanitária, as necessidades fisiológicas são feitas no meio ambiente. Quando chove, também isso é drenado para os rios e as pessoas ingerem essa água para matar a sede. Então, vejam que essa situação é extremamente difícil, eu diria subumana. Uma outra questão que

nós colocamos, que eles, estamos relatando, que eles colocaram foi relacionada à questão de falta de orientação em relação às culturas: qual é o período mais propício para que eles possam fazer então, e também qual a cultura mais adequada para o local? Então, outra colocação que eles nos fizeram, que nós estamos aqui relatando. Uma outra questão também, por ser uma área, assim, com grande potencial turístico, ela, aos poucos, vem sendo degradada, especialmente por pessoas que não são do local, por pessoas que vão conhecer e os lixos que são produzidos, como garrafa de água mineral ou de refrigerante, são jogadas lá no meio ambiente. Os próprios moradores quilombolas, à medida em que vão se aproximando ou se adentrando mais para as cidades, então, eles naturalmente passam a consumir produtos industrializados e por falta de uma orientação para a comunidade, então começam a jogar — [soa a campainha] --Também então esses resíduos lá no meio ambiente. Então, precisa isso ser discutido junto com eles, no sentido assim de que se possa dar um encaminhamento, que possa preservar esse meio ambiente que é, com esse potencial turístico que eu aqui relatei. Na verdade, com a introdução do turismo também, começam a aparecer, agora, os primeiros casos de doenças sexualmente transmissíveis. Então, durante a ida da equipe a essas localidades nós tivemos a possibilidade de levar, por algumas por três vezes, equipes médicas que examinaram as pessoas e também foram distribuídos medicamentos que... De acordo com cada caso. O outro, iniciativa, outra ação também que foi feita foi o exame, tem um grande percentual de pessoas com problemas de... Ocular, de visão. Então, nós distribuímos mais de 150 óculos para os moradores. Pode passar, por gentileza.

Então, na verdade, a partir das discussões, surge então “fazer o quê?” no momento em que foi feito esse grande diagnóstico relacionado às áreas kalungas. Dentro das proposições, elas vêm então, por exemplo, o que se fazer para atender a questão da água que é a mais crucial em localidades como Diadema, por exemplo, no município de Teresina de Goiás? As soluções que eles sugeriram foi fazer, por exemplo, um poço artesiano; isso precisaria ser discutido. Ou, drenar a água a partir do rio, com grande depósito de distribuição para as localidades. As distâncias lá são muito grandes, então, isso também dificulta essas iniciativas. De qualquer forma, foi colocada por eles, está chegando então às autoridades, para que possam refletir e ver como poderia isso ser encaminhado. Então, dentro de cada ponto que nós elencamos, que nós detectamos, se faz necessário que possam ser então... a aplicação de ações que atendam a essas demandas, nesses diversos segmentos que eu aqui

coloquei. Então, na verdade, eu estou apresentando apenas alguns... elencando alguns pontos que nós detectamos, naturalmente que são muito mais e durante o debate nós poderemos assim esclarecer e colocar outras informações que possam completar essa necessidade que as populações quilombolas têm. Então, eu gostaria de frisar, para encerrar, que foi um marco a partir da ida do Presidente Lula à comunidade de Engenho II, em 2004, que se deu todas essas ações que estão em curso. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu que agradeço ao Dr. Pedro Sadi Monteiro, que é Professor de Ciências e Saúde da UNB. Passamos a palavra ao Coordenador Geral de Engenharia Sanitária do Departamento de Engenharia de Saúde Pública-FUNASA, representando Francisco Danilo Bastos Forte, Presidente da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA, Presidente da Saúde, Dr. Johnny Ferreira dos Santos.

SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS: Bom dia a todos. Eu queria, em nome do doutor Danilo e de toda a Diretoria da FUNASA agradecer o convite por estar aqui presente nessa audiência. Queria cumprimentar o “Deputado” Paulo Paim e todos os demais colegas de mesa para dizer que para nós é uma satisfação muito grande estar aqui participando desse debate. A questão quilombola para a FUNASA está colocada como uma das nossas prioridades. Para quem não sabe, a FUNASA é uma entidade hoje do Ministério da Saúde que tem basicamente duas grandes missões, que é a questão de implementar ações de saneamento básico dentro de um enfoque de saúde, com base em indicadores de saúde, priorizando as comunidades mais carentes em termos sociais e sanitários, e a atenção integral à saúde dos povos indígenas. Bom, a nossa atuação na área quilombola, ela, pode se dizer, que ela se iniciou mesmo de uma forma mais efetiva a partir de 2004. Houve uma decisão dentro do Governo e do corpo dirigente da Instituição, no sentido de focar a atuação para determinados grupos sociais, aí nós entramos com a questão do atendimento às comunidades quilombolas, já, nós já tínhamos um trabalho junto às comunidades indígenas, que já vem de cerca de dez anos, e também implementar as ações em projetos de assentamento— [soa a campainha] de reforma agrária. Também atendimento a comunidades tradicionais de reservas extrativistas. Então, a partir de 2004 nós criamos uma ação de saneamento rural no sentido de implementarmos essas iniciativas. Pode passar, por favor.

Bom, pode passar. Então, de 2004 até 2006 nós iniciamos esse trabalho, trabalhamos cerca, na área

quilombola, cerca de 75 comunidades, implantando serviços de abastecimento de água, solução adequada do destino de dejetos, saneamento domiciliar, com ações de educação e saúde. Agora, dentro da elaboração do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento do Governo, um dos eixos do PAC é o componente de infra-estrutura social e urbana, no qual está inserido o saneamento. E todas as ações da FUNASA foram colocadas neste eixo, então, faz parte do PAC. Então, nesse sentido nós formatamos, no final do primeiro semestre do ano passado, toda a nossa atuação dentro do período de 2007/2010. E nosso, o PAC da FUNASA, está estruturado em cinco eixos. O primeiro eixo seria o que nós denominamos saneamento de áreas especiais, onde nós estamos priorizando a população indígena, saneamento junto às comunidades indígenas, ação que a gente já fazia e também a área de comunidades remanescentes de quilombos. Bom, tem outros eixos, como saneamento em áreas de interesse epidemiológico, a questão, programas voltados para o controle da malária, ações de manejo ambiental, de drenagem urbana, a questão de áreas endêmicas de Doença de Chagas, que é um programa de recuperação de moradia. Aí também entra algumas comunidades quilombolas que estão localizadas nessas áreas e também a parte de saneamento em área urbana, em municípios com população até 50 mil habitantes, onde foi os critérios que nós adotamos para escolher esses municípios seriam os mil municípios brasileiros com as mais altas taxas de mortalidade infantil, mais alguns com os menores índices de cobertura. São cerca de 1.350 municípios que estão selecionados para serem trabalhados aí no período até 2010. Pode passar. Pode passar.

Bom, então dentro do primeiro eixo, saneamento em áreas especiais, no qual está inserida a questão do saneamento em áreas remanescentes de quilombo, esse eixo, dos 4 bilhões de reais, que são os recursos que a FUNASA, estão previstos pela FUNASA aplicar no âmbito do PAC, 370 milhões serão alocados nesse eixo. 200 milhões para a área indígena, onde a gente pretende elevar a cobertura do serviço de saneamento de 62% para 90% da população indígena. Hoje no país, em aldeias, nós temos cerca de 480 mil índios, dos quais, nós já conseguimos levar abastecimento de água e alguns serviços básicos de saneamento para 62% da população. Então, a meta seria ampliar esse serviço e ampliando o atendimento chegar a 90% da população indígena. São 200 milhões previstos de investimento e na área quilombola, a meta seria trabalhar 380 comunidades, com investimentos previstos de 170 milhões de reais. Pode passar.

Bom, aí como eu havia mencionado anteriormente, o critério que nós adotamos para se trabalhar as comunidades quilombolas seria trabalhar basicamente as comunidades que estão certificadas pela Fundação Palmares. Em maio do ano passado, nós tínhamos 1.114 comunidades certificadas naquele momento. Hoje esse número, um ano depois, ele subiu para 1.218. Então, esse é o último dado que a Fundação Palmares nos passou. Então, dessas 1.218, no âmbito do PAC a nossa meta será trabalhar 380. No período de 2003 a 2006, ou seja, desde a posse do governo Lula para cá nós tínhamos trabalhado 75 comunidades. Além disso, nós temos 71 comunidades dentro de um projeto com recursos externos, recursos do Banco Mundial que é o projeto BID-SUS(F), onde nós estamos já numa fase de diagnóstico, de mobilização social, um trabalho em 71 comunidades, nos estados Bahia, Maranhão e Pará. Então, essa é uma ação fora das comunidades previstas no âmbito do PAC. Dentro do PAC então seriam as 380 comunidades, de modo que no período de 2003 até 2010, se nós implementarmos toda a meta que está proposta, nós chegaríamos a 526 comunidades, ou seja, próximo a 500 comunidades, com as ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, mobilização social e educação sanitária. Pode passar.

Bom, em 2007, no... essa... todo o planejamento das ações ocorreram, nós concluímos o planejamento em mais ou menos agosto de 2007. Neste final, nós selecionamos, naquele momento, 145 comunidades, num primeiro momento para se trabalhar. O critério de seleção foram 90 comunidades indicadas pela SEPPIR, o pacote de cidadania da SEPPIR e nós pegamos também as comunidades de maior população, de modo a ter um ganho de escala na intervenção. Das 145 selecionadas, nós contratamos, no final de 2007, as ações em 92 comunidades. Então, nós conseguimos, em termos de investimento foram 23,4 milhões de reais e essas ações que estão em andamento, após a conclusão de todas elas, irão beneficiar 8.092 famílias. Essas 92 comunidades, elas estão em 49 municípios de 14 estados. Bom, hoje dessas 92 nós temos, em obras, cerca de 15 comunidades que estão em obras, algumas em fase de conclusão e outras estão em fase de início, início das obras. Pode passar.

Bom, em 2008 nós já selecionamos agora no mês de abril, mais 182 comunidades para serem... Já iniciar esse trabalho. Os investimentos previstos aí seriam da ordem de 90 milhões de reais, em torno de quase 40 mil famílias nessas comunidades. Os critérios adotados foram privilegiar as comunidades localizadas nos 60 territórios da cidadania do MDA, que aí envolve um conjunto de ações de governo, vários Ministérios,

e algumas comunidades fora, nos Territórios da Cidadania, que seria aquelas comunidades que tivessem mais de 200 famílias, de modo que você também tem um ganho de escala. Então, dessas 182 comunidades selecionadas, algumas já estão em vias de contratação, já têm projetos já elaborados, já em tramitação, mas, a maioria está em fase de mobilização, mobilização dos governos municipais, dos governos estaduais e das próprias comunidades. Então, a projeção é que até o final do exercício, nós consigamos contratar a maior parte dessas comunidades, trabalhar no sentido de tentar a totalidade delas. Pode passar.

Bom, então, se somarmos o que foi selecionado até o presente momento, das 380 comunidades da meta do PAC, nós teríamos já 274 comunidades selecionadas para se fazer as intervenções, incluindo as 92 que já têm as ações contratadas, que foram contratadas em final de 2007. Já há um comprometimento em termos de investimento de 115 milhões de reais dos 170 milhões previstos, dá em torno de 67% dos recursos. Em termos de famílias [soa a campainha] 46 mil famílias serão beneficiadas com esse lote de comunidades selecionadas. Pode passar.

Bom, em relação ao restante que se falta para selecionar, nós estamos aguardando a ampliação do número de Territórios da Cidadania, então o MDA vai expandir. Hoje nós temos 60 territórios, a tendência é que passe para 120 territórios prioritários e aí nós vamos fechar a programação no sentido de termos as 380 comunidades. Bom, como algumas dificuldades nesse processo, nós temos a questão ainda de um baixo nível de mobilização de estados e municípios. A maior parte das comunidades nós temos dificuldades de informação, de dados, falta de projetos. Temos a preocupação também com aspectos relacionados a operação e manutenção do serviço, que aí é fundamental uma mobilização da comunidade, um envolvimento da comunidade nesse processo. Mas... além disso, nós temos também alguns problemas até internos no âmbito da própria FUNASA e problemas de estrutura. Isso já começou... está sendo, se iniciou a resolução desses problemas dentro do governo. Nós estamos já na fase final da contratação de técnicos, através da conclusão do concurso da carreira de infra-estrutura, que vai beneficiar vários Ministérios para a implementação das ações do PAC, então, a previsão é que nós tenhamos um aporte de recursos humanos já no mês de julho. Então, isso, de certa forma, vai melhorar um pouco a nossa capacidade de ação no sentido de nossas, a melhoria das condições de operacionalidade da própria FUNASA. Então, é uma intervenção que ela... embora as obras não sejam tão sofisticadas do ponto de vista

técnico, mas envolve uma complexidade em termos de logística, em termos sociais.

Então, um exemplo, e até o professor da UNB acabou de mostrar, da comunidade Kalunga, onde para se implantar o sistema de abastecimento de água foi necessário abrir estradas, construir toda uma infraestrutura enorme. Então, é uma ação que realmente requer um esforço grande de vários parceiros, então é fundamental nesse processo essa articulação com os municípios, com o estado, uma mobilização muito grande por parte das comunidades nesse sentido. Então, nós estamos conseguindo avançar bem nessa discussão com alguns governos dos estados também têm sido nossos parceiros, no sentido de implementar essas ações. É uma meta ambiciosa, mas, se nós olharmos o resultado já de 2007, já supera o que se foi feito no período de 2004, 5 e 6. Já supera o que havia sido feito nesses três anos. Bom, então, a estratégia que nós estamos usando, algumas iniciativas de execução direta da própria FUNASA e outras em parceria com estados e municípios. Então, basicamente era isso que eu queria mostrar fico a disposição para os debates, obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece o Dr. Johnny Ferreira dos Santos, Coordenador Geral da Engenharia Sanitária do Departamento de Engenharia de Saúde Pública da FUNASA e vou de imediato à Coordenadora de Quilombos, que ela faz parte da Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional do Ministério da Educação, professora Maria Auxiliadora Lopes.

SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES: Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer o convite, Senador, em meu nome e em nome da Coordenação de Diversidade da SECAD. Para quem não sabe, nós temos a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. E aí dentro tem uma Coordenação Geral de Diversidade. E essa Coordenação Geral de Diversidade trata exclusivamente da educação da população negra brasileira com recorte de gênero. E nós tentamos, aí dentro, trabalhar com subcoordenações ou coordenações. A Coordenação geral é uma coordenação, nós temos uma Coordenação de Educação em Áreas de Remanescente de Quilombo, da qual eu faço parte. Talvez seja um dos temas mais difíceis de todos os que foram tratados na mesa até agora, seja a educação em áreas remanescentes de quilombo. Por quê? Não está na mão do Ministério da Educação, felizmente também, porque se tivesse seria quase que impossível este país tem 36 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental. Então, seria impossível e até constitucionalmente a oferta

de ensino fundamental, a oferta de educação está na mão do sistema de ensino, tanto o sistema estadual quanto o sistema municipal. E, diga-se de passagem, que a educação em áreas de remanescentes de quilombos está quase que exclusivamente na mão dos municípios. Nós temos 97% das comunidades, das escolas em áreas quilombola na zona rural. E quase que exclusivamente na mão dos pequenos municípios, municípios que têm até 50 mil habitantes. Daí dá para calcular o número de dificuldades que nós temos na área de educação e o número de dificuldades, quando o representante aí, o Professor Pedro Sadi, coloca o problema da educação, o problema da saúde, e o Rui coloca o problema da educação, vocês têm que pensar que isso tudo reflete lá na escola. Isso é um problema para nós, por exemplo, eu acrescentaria para o Dr. Pedro, um problema seriíssimo na área Kalunga, que é uma comunidade que eu mais conheço, que é o problema do alcoolismo.

Então, nós temos problema de alcoolismo inclusive com professores. Então, imagine para se trabalhar tudo isso. Nós temos grande parte da comunidade de Cavalcante, aqui nos kalungas, que estão funcionando as salas de aula em locais indevidos, por quê? Porque nós não temos como construir escolas nessas áreas, por um problema da própria legislação brasileira. Então, dá para se imaginar quais são os problemas nossos, nessas comunidades. Você quer passar para mim, por favor. Bom, nós começamos pela base legal, que eu acho desnecessário que a gente fale, mas, para nós isso é muito importante, porque eu só posso trabalhar oficialmente com comunidades que estão certificadas. Para nós, não estamos dizendo que não existam as outras, nós estamos dizendo que nós temos que ter um norte, e aí o nosso Norte são as comunidades certificadas. Então, por isso que a gente chama sempre a atenção, em que base legal nós estamos trabalhando. Pode passar.

Bom, isso aí é um dado da Fundação Cultural Palmares, com todas as comunidades que até agora estão certificadas e publicadas no Diário Oficial. O que foi publicado no Diário Oficial está ali. Bom, outro dado importante e que muitas vezes serve de critério para o nosso atendimento. O maior número de comunidades está localizado nos estados da Bahia, em primeiro lugar, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Pernambuco. Nós fizemos o cálculo ontem, então, 59% das comunidades remanescentes de quilombos estão localizadas nesses quatro estados. Diga-se de passagem, que nós temos seriíssimas dificuldades em alguns desses estados, principalmente Minas Gerais. Nós temos uma forte resistência no estado, nós temos essas áreas de remanescentes de quilombo concentradas nas regiões

mais pobres do estado, que são os três vales pobres: o Pardo, o Mearim e o Jequitinhonha, é onde está localizada a maior parte dessas comunidades e nós não temos escolas, nós não temos nenhuma área, não é Rui, em Minas Gerais, que esteja com as terras tituladas. Nenhuma área, ou melhor, tem uma. Uma área titulada no estado de Minas Gerais, somente uma titulada no estado de Minas Gerais. Agora, pode passar. Bom, essa aí é uma das dificuldades. Nós temos, por exemplo, um relatório da UNICEF que nos mostra que no estado do Maranhão, 35% das crianças de sete anos não estão na escola e nunca foram à escola e pelos nossos estudos e pelas nossas observações, isso pode ser considerado para o país inteiro e não só para o Maranhão. Tendo em vista essas dificuldades que eu coloquei aqui, agora, principalmente da não regularização fundiária, estas foram as únicas construções que nós fizemos no atual governo, tá, gente? Foram essas que houve possibilidade de fazer. Então, nós construímos de 2004 em 2004/2005, 64 salas de aula.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Salas ou foram colégios com salas?

SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES: Não, foram salas de aula que nós construímos. Escolas que eu coloquei? Desculpe. 64 salas de aula, ou seja, escolas, normalmente elas são escolas de uma sala. Então, a gente quase que poderia... são, porque as comunidades, elas são muito dispersas, então, a gente pega a comunidade Kalunga, eu vou ter prédios escolares atendendo 12 alunos, que é a outra dificuldade porque aí eu tenho classes multisseriadas, o que dificulta o ensino, a aprendizagem dessas comunidades. Então, essas foram as únicas... foram construídas em 14 municípios, mas, são municípios grandes, com comunidades grandes, por isso foram beneficiados 3.941 alunos. Pode chegar o momento que o Ministério da Educação não tenha recursos para atender a todas as demandas de construção.

Mas, nesse momento, como eu sou responsável pela área, todo o ano eu tenho que justificar porque foi que eu não gastei o dinheiro de construções escolares, apesar de eu achar que não precisava justificar porque são os impedimentos legais que não... faz com que a gente não possa construir essas escolas. Bom, aí--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não é falta de verbas?

SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES: Não é falta de verbas, até o momento não, Senador. Nós tivemos, nesses últimos anos, como a construção de escola, nós tivemos ações de formação de professores e de materiais didáticos. Essas ações, elas podem ir para todas as comunidades certificadas. Elas não precisam ser tituladas. Elas são certificadas. Tem um motivo

muito sério para a gente trabalhar com certificadas só. Veja bem, o Ministério da Educação, de quatro anos para cá vem repassando um valor para a alimentação escolar diferenciado para indígenas e quilombolas. A alimentação escolar na zona urbana e na zona rural em geral, o valor per capita é 22 centavos por aluno. Nas áreas quilombolas e indígena o valor é de 44 centavos por aluno. Então, nós, de acordo com o Censo, essas... nós repassamos essa alimentação escolar. Se nós começarmos a pensar dos diversos números que nós temos aí, cinco mil, três mil áreas remanescentes de quilombos, nós não temos como calcular sequer o orçamento para essa alimentação escolar. Por isso, nós só trabalhamos com comunidades certificadas, aquelas que a Palmares, quem nos dá essa listagem é a Fundação Cultural Palmares. Então, a alimentação escolar, materiais didáticos e formação continuada de professores, podem ser para todas as comunidades certificadas. Vocês vão ver, eu vou descer a mais detalhes mais no final, mais rapidamente possível, é preocupante os entraves que nós temos em relação a isso. Principalmente porque há essa, como eu disse, as escolas são municipais e há os gestores, não estão preparados para trabalhar com essas comunidades. Não estão preparados, a gente diz para ser educada, porque, muitas vezes, não tem realmente é interesse em trabalhar com essas comunidades. Ao ponto de a gente ligar para alguns municípios e falar: "Professor, aqui nós não temos áreas de remanescentes de quilombos. Aqui nós não temos." Quando nós conhecemos as áreas de remanescentes de quilombos. Para que ele faça o Censo escolar nós precisamos dizer à Prefeitura, mandar para ela a listagem diária de remanescentes de quilombos que existe na Prefeitura, porque o gestor municipal não sabe. E manda em branco o Censo e a gente está mandando para eles isso. Pode passar. Pode passar mais uma vez.

Bom, aí nós temos uma outra coisa que é recente: é a publicação de materiais didáticos. Nós poderíamos dizer assim: "Não, mas, todos os alunos recebem livro didático". Sim, todos os alunos recebem livro didático. Só que esses livros didáticos, até o presente momento, antes nós tínhamos discriminação mesmo, no livro didático, que já foi feito alguns levantamentos num bairro da Bahia, em que nós temos ilustrações com crianças, essas ilustrações, 314 ilustrações com crianças, com livro didático em um único bairro. Dessas 314 ilustrações, 6 eram crianças negras e as 6 crianças em atitude negativa, ou mentindo ou roubando. Então, isso já saiu do livro didático, sim. Mas, o negro também desapareceu do livro didático. E o que é que eles nos dizem? Eles não sabem, "Nós não sabemos o que é que vocês querem, porque quando vocês es-

tavam no livro vocês diziam que nós discriminávamos. Agora que vocês não estão o que é que vocês querem que a gente faça?”

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [ininteligível] sacanagem.

SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES: Exatamente [risos]. Então, nós desaparecemos do livro didático. E uma das preocupações com a área quilombola é porque nós temos lá a cultura, nós temos que respeitar a história e a cultura dessa comunidade. O primeiro livro feito foi uma história do povo Kalunga, que eu acho interessante que, se possível, todos tivessem um livro desse na mão que é muito importante que a gente conheça como pensa. É um livro feito, [soa a campainha] é um livro de pesquisa e que é muito interessante e o Ministério da Educação tem esse livro. Depois tem as orientações e ações, que é com sugestões como o professor trabalhar comunidades quilombolas. Nós temos agora, que foi lançado essa semana, nós lançamos essa semana quatro livros, entre eles Histórias Quilombolas. É uma valorização da história oral, é uma valorização da história oral que é contada por uma comunidade do Osório, no Rio Grande do Sul, pelas pessoas mais idosas de Osório. É uma comunidade Pombal, aqui em Goiás, Santa Rita do Nordestino, e uma comunidade em Minas, em Jaboticatubas, Minas. E essas histórias foram contadas para as crianças de Diadema, aqui nos kalungas. A pesquisadora passou essa história para os alunos e os alunos ilustraram o livro e que foi lançado essa semana que é esse aqui. “Histórias quilombolas”. Então, esse livro foi lançado esta semana. Lançamos também, como eu disse anteriormente—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] comissão.

SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES: Sim. Na vez passada eu falei sobre o problema de como nós costumamos trabalhar o negro na escola. Nós, todas as vezes que nós falamos de população negra, nós falamos de escravo. Não há alternativa. A gente começa como se o negro tivesse surgido na escravidão no Brasil. Então, nós resolvemos questionar um pouco isso e fizemos este livro aqui, IOT(F) o jogo da nossa história. É o livro, o tabuleiro e as peças para o jogo. Esse é um jogo africano, foi pesquisado e as crianças vão jogar esse jogo com o tabuleiro, só que são personalidades negras brasileiras: Mãe Menininha do Gantois, Mãe Senhora, Nilton Santos, Valdemar Ferreira da Silva e sugestões para o professor como é que o professor pode usar isso em matemática? Vou dar o exemplo de Valdemar Ferreira da Silva. Pega quantos metros ele pulou. Vai medir o pátio, vai fazer cálculo matemático em cima disso. Então, também esse livro

foi lançado agora e está à disposição de quem quiser conhecer no Ministério da Educação. Temos outros dois livros. Esses aqui já são mais livros, mais teóricos, resultado de pesquisa, “Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior” e esse outro “Programa Diversidade na Universidade e a Construção de uma Política de Educação Anti-racista”. Esses são os livros que nós lançamos. Esses dois não estão ali no quadro porque... só coloquei ali aqueles específicos para as áreas de quilombo. Nós temos dois livros no prelo já “Minas e Quilombos”. E temos “As Forças da Natureza”, que é voltado para a área de ciência, esse das forças da natureza, mas também com base em pesquisa das áreas de quilombo. E temos um... Que o nome está errado ali, desculpa, são “Os Gurutubanos”, que é uma área de remanescentes de quilombo no Vale do Jequitinhonha, que agrega sete municípios do Norte de Minas. Então, essas são as publicações. O “Gurutubano” ainda está em fase de correções, mas, os outros dois já estão a ponto de ir para as gráficas para ser imprimidos. Pode passar, por favor.

As metas para 2007/2008, 2007/2010, haja vista que, quando eu estou falando dessas metas, elas, nós temos um programa específico no plano plurianual que chama “Brasil Quilombola”. A SEPPIR, é coordenado pela SEPPIR esse programa “Brasil Quilombola” e o Ministério da Educação está aí com as ações. Três ações: Formação continuada de professores, materiais didáticos e ampliação e melhoria da rede física escolar. Então, essas ações já estão no PPA e todo o ano nós temos recurso previsto no orçamento para essas ações que aí estão discriminadas. Na verdade, essas 950 salas de aula a gente espera que a gente consiga construir. Mas, a continuar nesse ritmo, nós não vamos conseguir construir as 950 salas de aula pela questão da legislação, pela questão da IN 01, do Tesouro. [soa a campainha]. Os principais entraves. Primeiro: despreparo dos gestores municipais para atender as escolas quilombolas. Como eu disse antes, o despreparo é só para ser gentil. Nós temos despreparo e temos resistência ao atendimento, a atender essas comunidades. Falta de professores qualificados: nós lutamos para ter professores quilombolas nas escolas quilombolas, mas, enquanto isso não for possível, nós queremos lá educadores, professores que estejam, educadores que estejam preocupados com a valorização da cultura, com a história daquele local e, principalmente, com o desenvolvimento da auto-estima dessas crianças quilombolas.

Outra coisa, falta de materiais didáticos, que nós temos problemas sérios. Estou colocando aí alguns dos materiais. São materiais que ficam caros porque a tiragem é muito pequena. Que é uma tiragem para

a comunidade, para a zona urbana e zona rural, mas, assim mesmo, ela é... se destina àquela comunidade. Por isso, é um material didático caro. E o nosso entrave maior da construção, que é a Instrução Normativa 01, do Tesouro Nacional, que ela diz que nós só podemos construir, eu preciso de um documento de posse. Documento, eu não sei dizer o nome, o Rui pode ajudar, é um documento, nós pedimos uma certidão de "dominialidade" do terreno e isso as prefeituras não têm. E as comunidades também não têm. Por isso nós não conseguimos, por isso só aquelas 64 escolas foram construídas neste período. Então, a gente tem uma série de coisas que a gente tinha que lembrar. Primeira coisa: a educação é dever do estado. Ela não é, o ensino fundamental, por exemplo, não é uma política de governo é política de Estado. O art. 206 diz que: "A oferta de ensino fundamental é obrigatória e gratuita inclusive para os que não tiveram acesso em idade própria". E isso não está sendo considerado, Senador. Então, quando ele coloca, o Dr. Pedro coloca que a comunidade de Cavalcante tem 70% da população analfabeta, eu tenho comunidades que têm 85% da população adulta analfabeta. Agora, isso não é de estranhar. Se eu tenho no país, catorze, arredondando os números, catorze milhões de analfabetos, e desses catorze milhões, 80% são negros. Se na zona urbana eu tenho uma quantidade incrível de analfabetos, a gente pode imaginar o que acontece nas áreas de remanescentes de quilombos. Então, eram essas as considerações. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Queria agradecer a nossa querida Maria Auxiliadora Lopes pela sua exposição, como sempre brilhante e... Convidá-los para que retornassem a primeira fila aqui para participar dos debates e, nesse momento, eu vou formatar a segunda Mesa chamando a Dra. Duprat, Subprocuradora-Geral da República, da Procuradoria-Geral da República, 6ª Câmara, Coordenação e Revisão. Convidar também Sr. Antônio César Ramos, Secretário Nacional de Habitação, Ministério das Cidades e, ainda, representante quilombola da comunidade Mesquita, Sra. Sandra Pereira Braga. E queria registrar a presença conosco aqui do Senador Gilberto. Senador Gilberto sempre assíduo aqui, preocupado com a questão dos direitos humanos. Sobre a questão de índio, de negro, de pobre, de branco, de deficiente, de idoso, da opção sexual, todos esses temas que nós temos debatido aqui, desemprego, salário-mínimo. Dr. Gilberto está sempre aqui conosco, Senador que muito orgulha essa Comissão. Eu... já está presente também a Sra. Gilvânia Maria da Silva, coordenadora da Comissão Nacional da Articulação

das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, CONAQ. Se ela puder também, queria convidá-la já para vir para a mesa. A Dra. Déborah Duprat me disse que tem um outro compromisso em seguida sobre a Raposa Serra do Sol, não é? Vai participar de uma outra mesa. Então, de imediato eu passo a palavra à Dra. Déborah Duprat, Subprocuradora-Geral da República, da Procuradoria-Geral da República, 6ª Câmara, Coordenação e Revisão.

SRA. DÉBORAH DUPRAT: Bom dia a todos os presentes, agradecer ao Senador Paim pelo convite e por essa oportunidade recorrente que ele nos dá de participarmos desses debates sobre a questão quilombola, ainda que, mais uma vez, seja um debate entre nós mesmos. Nos ressentimos dos nossos opositores, que são muitos nessa Casa. Então, vou pedir desculpas porque, realmente, eu tenho, eu coordeno uma Câmara que é de índios e outras minorias, essa expressão bastante equivocada, ela foi ficando ao longo do tempo e passou a identificar a Câmara, e por conta disso eu tenho realmente essa discussão sobre Raposa Serra do Sol. Mas, enfim, a 6ª Câmara, o Ministério Público Federal, começou a tratar da questão das comunidades remanescentes de quilombos, logo no início da década de 90. Demoramos algum tempo diante da perplexidade do texto constitucional. Não conhecíamos que fosse isso, não sabíamos que realidade... que artigo 68 do ADCT estava a tratar e começamos, basicamente, no Vale do Ribeira, em São Paulo, e Oriximiná, no Pará, e com muitas dúvidas a respeito do que era realmente isso, de que havia uma definição a respeito disso. Tínhamos apenas o art. 68 do ADCT e procuramos, portanto, construir com algumas entidades que aparentemente tinham alguma pertinência com essa matéria, algumas práticas, antes de ser política, porque o Ministério Público não constrói a política, algumas práticas que acelerassem esse processo. Falei de Oriximiná, me esqueci de Kalunga, Kalunga já desde essa época também, era objeto de preocupação. E reunimos, portanto, naquela ocasião, bem no início da década de 90, Fundação Cultural Palmares, INCRA, IBAMA, SPU, várias entidades, para ver se conseguíamos movimentar essa coisa. E nessa época já havia, se estabeleceu uma disputa muito grande entre duas instituições que era o INCRA e a Fundação Cultural Palmares. A Fundação Cultural Palmares dizia: "Olha, isso aqui é uma questão étnica, é uma questão do movimento negro." E o INCRA dizia: "Não, isso é uma questão agrária, é uma questão fundiária." Então, quem vai ficar com isso? E pouco conseguimos avançar na questão da titulação, que era própria do art. 68, por essa disputa entre instituições, por falta do tal do marco legal. E aí, no governo Fer-

nando Henrique Cardoso, é editado um Decreto. Um Decreto que, basicamente, ele já começava dizendo o seguinte: "Bom, quais são os destinatários do art. 68 do ADCT? São aquelas comunidades descendentes de negros fugidos." Era a definição. E a outra definição era a seguinte: Para ter direito ao título, que estava previsto no art. 68, era preciso que aquela comunidade estivesse cem anos naquele espaço físico. Desde 1888, época do final da escravidão, até 1988, que era o marco da Constituição, 5 de outubro de 1988. E nós, imediatamente, produzimos um texto mostrando a inconstitucionalidade desse Decreto. Inconstitucionalidade por quê? Primeiro, porque a definição do que era a comunidade remanescente de quilombo, é uma definição estranha ao grupo e uma definição do período da escravidão. Para os quilombolas, aquilo nunca foi um espaço de fuga e sim um espaço de resistência, um espaço de afirmação da sua identidade, um espaço de autodeterminação.

Então, quando você permite que uma definição própria de um regime de opressão, de um regime escravocrata, ele se integre num ordenamento plural, nós temos aí uma situação de inconstitucionalidade. A outra é porque ao estabelecer, primeiro, essa questão da permanência por cem anos, ela, o Decreto criava uma hipótese de usucapião racista, porque para o restante da população brasileira era possível ter acesso à área se houvesse uma permanência nela, sem contestação, pelo prazo de dez, vinte anos, a depender aí da situação. Com relação aos negros se estabelecia um prazo de cem anos. Além disso, era o desconhecimento do processo histórico. Da diáspora a que foi condenada, a que foram condenadas as comunidades negras rurais. A impossibilidade de títulos pelos negros da antiga Lei de Terras, antiga Lei de Terras impedia a população negra de ser proprietária. Então, esse decreto todo, ele era inspirado pela própria, ele era a própria personificação, o próprio retorno do regime escravocrata. Ou seja, para ter direito, era preciso condenar aquelas comunidades ao imobilismo, elas precisavam estar segregadas e imóveis num único espaço geográfico. E, curiosamente, esse Decreto, curiosamente não, obviamente, esse decreto nunca sofreu nenhuma oposição nessa Casa. Quando o governo Lula assumiu, nós estivemos na Casa Civil mostrando o absurdo desse Decreto: "Olha, esse decreto é absolutamente inconstitucional." Conversamos na ocasião, que estava na Casa Civil, o hoje Ministro da Advocacia Geral da União, o Dr. Toffoli, e a primeira atitude do Governo Lula foi revogar esse Decreto. Revogou o Decreto e instituiu uma Comissão no âmbito da Casa Civil, uma Comissão multi-institucional, digamos assim, para formatar um novo Decreto. E aí essa Comissão, esse é

um processo bastante interessante, porque além de multi-institucional, essa Comissão contou com forte presença quilombola. A CONAQ esteve presente, representantes de várias comunidades estiveram presentes na construção desse decreto, que veio a ser o Decreto 4.887. E antes da aprovação, antes desse Decreto ser assinado, houve uma audiência pública em que representantes de várias comunidades também estiveram presentes. Então, ou seja, a própria metodologia do Decreto, da construção desse Decreto já incorporava as diretrizes da convenção 169, da OIT, que dizia que os povos atingidos, inclusive por legislações, por leis que lhes digam respeito, devem ser consultados e participar do processo de formulação dessas leis. Então, o decreto 4.887, ele tem a cara do movimento quilombola. Ele acaba, portanto, num primeiro ponto, com essa definição externa e incorpora aquilo que a convenção 169, da OIT, diz que deve ser, ou seja, num Estado plural, cada grupo tem o domínio da sua própria definição, da sua própria atribuição. É a chamada auto-atribuição. Porque apenas em sociedades hegemônicas é que cabe a um único grupo definir o que os outros são. E foi o que a nossa sociedade fez durante muito tempo. Quem são os brancos, quem são os negros, quem são os índios, quem são os caboclos, os mulatos, e emprestando um valor positivo aos brancos e um valor negativo a todos os demais. A Convenção 169 acaba com isso. Cada um tem o poder e o direito de se auto-atribuir. A designação externa, como eu disse, é própria de sociedades hegemônicas e de práticas de limpeza étnica. Quem classifica é quem tem poder.

Então, acaba com isso, o Decreto acaba com isso e institui, portanto, uma política de estado que leva à titulação das terras quilombolas. Obviamente, um decreto desse tipo fez recair sobre ele e sobre as comunidades e sobre o movimento quilombola, toda a ira da sociedade branca, dessa sociedade hegemônica. Nós começamos aqui nesse próprio Congresso Nacional. Houve um, nós temos aqui, foi referido pelo Rui, um PDL, o 44, para suspender os efeitos desse Decreto. [soa a campainha]. E o principal argumento é de que se trata de um decreto autônomo. O mais curioso é que enquanto vigorou o tal do Decreto que condenava as comunidades ao imobilismo e restringia a sua definição àquilo que era próprio do regime escravocrata, essa Casa aqui não abriu a boca para dizer que o Decreto era inconstitucional. E era um Decreto. Agora, o que se diz sobre o Decreto é que ele é autônomo, ou seja, não existe uma lei, mas, anteriormente, nunca se disse isso. E ele não é... ele é autônomo pela simples razão de que esse dispositivo do art. 68 do ADCT ele é auto-aplicável, porque ele

veicula uma norma típica de direito fundamental, de direitos humanos, entendeu? Essas normas, elas têm aplicação direta, imediata, não precisam da intermediação da lei, enfim, uma discussão que todo mundo que milita na área de direitos humanos sabe. Mas, houve, portanto, toda uma ira, começando desse Congresso. Nós temos, hoje em dia, a mídia, a imprensa fortemente impressionada aí... fortemente procurando formar uma opinião pública adversária do Decreto, como é mais correto e adversária dos quilombolas. E a outra grande contestação tanto nesse PDL, quanto na ADIN do DEM, do antigo PFL, ainda era PFL quando entrou com a ADIN contra esse Decreto é a disputa sobre identidades. Eles querem dizer o seguinte: "Não, mas como? Como é que eles vão dizer quem são? Isso aí somos nós que vamos dizer quem são. Quilombo, afinal de conta é escravo fugido e tal." Então, insiste-se, portanto, nos padrões da escravidão para orientar toda e qualquer política em relação a esses grupos, essa sociedade hegemônica.

Então, eu acho que o grande mérito que nós temos da política do Governo Lula para as populações quilombolas foi colocá-los como protagonistas do próprio acervo normativo sobre a matéria. E esse é um ganho enorme. Os quilombolas assumiram o controle das suas próprias identidades, dos seus próprios projetos de vida e, principalmente, esse conjunto de medidas, de leis, tanto no plano da educação quanto no plano da saúde, e temos aqui Ministério das Cidades, enfim, a questão quilombola, ela se tornou visível, ela saiu da invisibilidade para fazer parte de uma política de Estado. E nessa linha também, o outro grande, o grande mérito é que além das populações quilombolas, todos os outros grupos que têm, que se organizam de uma forma diferente daquela sociedade hegemônica ganharam também visibilidade por meio daquele decreto que criou a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, onde também estão inseridas as comunidades quilombolas. Então, nós temos, hoje em dia, efetivamente, práticas de Estado, práticas de Estado que tendem a conduzir, que tendem a dar efetividade ao comando constitucional de uma sociedade plural, em todos os sentidos, em especial, em termos étnicos. Se temos esse ganho enorme e é enorme, temos nossas, cá as nossas críticas. A primeira delas, obviamente, é com relação ao processo de titulação. A seguirmos esse ritmo que vimos aqui, que o Rui traçou, nós teremos mais, enfim, duzentos anos aí pela frente e não teremos essas comunidades tituladas. Demorou-se muito e mesmo aquelas que estão tituladas estão com seus territórios invadidos. Não há nenhuma comunidade quilombola que não tenha problema de invasão de seus territórios. E, a despeito dessa situação

nós tivemos, por dois anos seguidos, talvez mais, Rui você me corrija aqui, execução zero de orçamento para desintrusão de territórios quilombolas. Então, há uma dificuldade ainda da Administração Pública de tratar convenientemente a questão quilombola na parte da regularização fundiária. Temos, acho que também há uma forte incompreensão na questão de saúde e de educação. Por quê? Nós trabalhamos, quando vem uma... Vou ser muito rápida a respeito disso, quando vem uma Constituição— [soa a campainha] Que muda tudo. Um minuto, dois minutos. Que muda tudo, nós, a Constituição mudou, mas, o Direito que está por trás é o direito que foi produzido antes dela, de uma sociedade que, como disse, hegemônica. E se nós continuamos a produzir políticas com base nesse direito sem a crítica desse direito, nós não vamos avançar muito, porque ele foi feito para excluir.

Então, essa exigência, por exemplo, só vamos fazer escolas onde houver prova de domínio. Aí você fala: "Bom, estamos... vamos, não vamos fazer escola nunca." Ou, então, vamos demorar duzentos anos para fazer escolas. A outra coisa é o seguinte: só se deixa fazer escola em terra pública, não é só domínio, é terra pública. Escola é um investimento do Estado. Estado aí considerado Estado União, Estado, Município. Aí, alguns anos atrás, não sei como está hoje em dia, obrigavam aquelas comunidades que foram tituladas, um título de brincadeira, porque esse título nunca foi de verdade, a ceder parte do seu território para a construção da escola. Mas, esse território é indisponível, é um território que tem a ver com pertencimento, com identidade étnica. Então, é preciso pensar que nós temos que ter um olhar crítico sobre essa legislação e chamar essas outras instâncias de governo, principalmente os órgãos de controle, para a discussão. Saneamento: eu pergunto se há alguma obra de saneamento fixa, obra fixa, definitiva, em área que não foi titulada? Não tem, porque a legislação não permite. Ora, então é preciso fazer um olhar crítico. Nós temos recomendação com relação a isso, em relação à questão indígena, dizendo: "Olha, não pode ser assim." Então, é preciso um olhar crítico, acho que nós precisamos nos reunir, chamar as instituições e, principalmente, TCU, Controladoria e os órgãos de controle interno, para essas discussões de olhar crítico sobre a legislação. O INCRA mesmo tem amarras, porque tem que cumprir metas da reforma agrária e a população quilombola não entra dentro dessas metas. Aí, nenhuma Superintendência Regional do INCRA quer tratar da questão quilombola, porque ela não entra na meta ali daquela unidade, ele trabalha com meta. E questão quilombola realmente não é questão de reforma agrária, mas, por que não é? Não é só de reforma agrária e não é, principalmente, de re-

forma agrária. Eu quero que tudo seja, no fundo. Mas, entra na meta, faz qualquer coisa aí. Minas Gerais, que é a situação mais grave de quilombos, nós temos um problema grave do INCRA lá. De um INCRA que não gosta de quilombo. E numa região onde a mineração está avançando sobre os territórios quilombolas. Não bastassem todos os problemas, nós temos vários outros. Então, é preciso que o INCRA também, que as Superintendências do INCRA, elas sejam sensibilizadas e mudem. Um superintendente que não quer saber de quilombo! Espera aí, hoje em dia é uma missão do INCRA [palmas]. Tira! Mas como é isso? É missão hoje em dia do órgão, é missão importantíssima. Eu quero aqui louvar o trabalho do Rolf, é um trabalho excelente, o Rolf se empenhou nessa questão, isso daí é fato, mas, vamos enfrentar esses caras.

Enfim, eu já falei mais do que devia e, enfim, se der tempo aqui, eu tenho que sair em dez minutos, no máximo. Mas, enfim, agradeço mais uma vez o convite e espero que nós estejamos juntos, nós todos, com frequência para levarmos mais adiante essa questão. [soa a campainha] Obrigada. Desculpa.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço mais uma vez a Dra. Déborah Duprat que toda vez que é convidada vem, e por isso as palmas [risos]. Aí eu disse tudo. Eu tinha deixado porque eu queria que fizesse parte, efetivamente, da última Mesa. Mas, como nós... Da forma que organizamos aqui, essa será a última Mesa. Eu achei que teriam mais dois convidados, mas os outros dois não vieram.

Então, eu quero convidar ainda para essa Mesa, com muita satisfação, a Secretária Executiva do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, SE-PPIR, representando Maria Palmira da Silva, Diretora de Programa da Subdiretoria de Políticas das Comunidades Nacionais, a Dra. Oraida Abreu. [palmas]. Seja bem-vinda! Que ela vai ter que sair, a Dra. Duprat vai ter que sair, em seguida a senhora já senta aqui. Só desloca a plaquinha da senhora para cá. Então, eu passo a palavra, de imediato a Sandra Pereira Braga, representante quilombola da Comunidade Mesquita.

SRA. SANDRA PEREIRA BRAGA: [pronunciamento fora do microfone] Todos aqui presentes e é um motivo muito... fico muito feliz em estar aqui representando a nossa comunidade, principalmente o quilombo mais próximo de Brasília, nós estamos aqui a 60 quilômetros de Brasília, a Comunidade Mesquita. E um dos problemas levantados aqui é que eu fico assim muito preocupada, com as nossas comunidades, realmente é a perda da nossa identidade. Vejo que é um problema muito sério que nós estamos enfrentan-

do, o problema hoje da titulação, realmente é um problema sério. Eu acredito assim: estamos esperando a demarcação da nossa comunidade e vejo que há um caminhar muito grande, e já enfrentamos problemas sérios em nossa comunidade com a perda da nossa identidade, a especulação imobiliária muito grande, então, nós estamos lutando com muita resistência em nossa comunidade. Então, eu vejo que é um problema seriíssimo e volto também a acrescentar o problema seriíssimo que é a educação. As nossas escolas precisam de um trabalho mais voltado com a participação das comunidades, mas, vejo que as nossas lideranças precisam abraçar melhor as causas e não só esperar pelos nossos municípios, que muitas das vezes não chegam nas nossas comunidades aquilo que, verdadeiramente, deveria chegar, que é a informação, é o trabalho com a comunidade.

Então, peço desculpas porque eu estou um pouco rouca, mas, é devido à gripe. Mas, vou ser breve. E acho assim que todos os problemas de nossas comunidades são os mesmos. Problemas de educação, problemas de saúde, então, é um amplo, geral. E o que nós esperamos aqui? O governo Lula tem investido muito nessas comunidades, mas, infelizmente, os nossos municípios não estão abraçando a causa quilombola como realmente deveriam abraçar. Veja que o papel do INCRA hoje é um papel importantíssimo de regularização, porque daí é que nós vamos poder brigar mais pelos nossos direitos. Mas, temos aqueles direitos enquanto comunidade, de resistência de lutarmos por ele. E vejo que os nossos municípios não estão abraçando as causas como realmente deveriam. E a educação, gente, é um problema importantíssimo, se nós não focarmos nesse trabalho, nas nossas comunidades, que já fomos decadentes há tantos anos, é um reparo e esse reparo ele terá que ser feito o mais breve possível. Então, vejo que é um foco importantíssimo: a educação, a saúde é um foco, que nós não podemos deixar de abraçar essa causa, mas, com muita urgência em nossos quilombos. O INCRA, ele tem sim mostrado esse trabalho, mas, eu acho que nós devemos ainda abraçar mais, cobrar mais. Tem, assim as deficiências, mas nós precisamos desse trabalho o quanto antes, porque senão nós teremos uma perda muito grande em nossos territórios quilombolas, porque hoje é o maior problema que nós enfrentamos. Porque enquanto não temos a titulação, a demarcação, nós ficamos mercê de alguns benefícios que não chegam em nossas comunidades. Então, é um papel primordial que o INCRA abrace essa causa o mais rápido possível, que busque alternativas, que dessa forma é que nós vamos alavancar. Obrigada a todos.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Queria registrar a presença entre nós desta mulher, como tantas outras mulheres, mas ela eu queria dar um destaque agora, nesse momento, é a Senadora Fátima Cleide. Uma lutadora, uma guerreira aí que sempre está na linha de frente, em defesa não das minorias, das maiorias com certeza. Então, uma palma para a nossa Senadora aqui.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Em defesa das maiorias, com todo o respeito às minorias [risos]. E com todas as diferenças, complementou muito bem. Então, de imediato passo a palavra para o Sr. Antônio César Ramos, Secretário Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

SR. ANTÔNIO CÉSAR RAMOS: Está ligado? Só corrigindo um pouco, Senador, estou representando a Inês Magalhães, que é Secretária Nacional de Habitação. Ainda não cheguei lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Com certeza, a assessoria corretamente diz que você tem todas as condições de ser Secretário Nacional. Essa foi a indicação aqui [risos]. Mas, aqui ele diz que você aqui representa a Secretaria Nacional em nome da Inês da Silva Magalhães. Mas, para nós aqui você é o titular, na falta dela [risos].

SR. ANTÔNIO CÉSAR RAMOS: Obrigado, Senador. Mas, eu quero agradecer a oportunidade dessa grande iniciativa de discussão das políticas públicas quilombolas do governo Lula e tentar trazer um pouco da contribuição para essa discussão. Em princípio, a parte da ação que foi referida aqui pelo companheiro da Universidade de Brasília, a ação inicial desde o governo Lula, foi aquela ação Kalunga nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina, quando várias instâncias governamentais, FUNASA, junto, Secretaria de... Ministério da Educação, da Saúde etc. e o Ministério das Cidades se juntaram para fazer uma ação integrada naquele que constitui o maior quilombo, um dos maiores do país talvez com mil pessoas, mil famílias e quatro mil pessoas. Dessa ação que ainda acontece até hoje, apesar de quatro anos já de desenvolvimento, resultou frutos muito interessantes como aquela casa que também foi mostrada pelo... Pedro, que é uma casa de 60 metros quadrados, que é construída em articulação com a comunidade quilombola e que se desdobra até hoje. Nossa perspectiva inicial era fazer em dois anos e vamos para cinco, porque a dificuldade foi muito subestimada em relação às condições de trabalho lá, já que, como aquele Vão das Almas, é uma distância muito grande, tem que atravessar cinco rios para chegar lá, em época de cheia nunca se consegue atravessar. Imagine chegar com

material de construção nessas cidades. Essa ação é promovida pela FUBRA, como agente implementador do Ministério das Cidades com recursos do OGU, do Orçamento Geral da União. Essa casa hoje está custando 21 mil reais. O que demonstra o grande peso que tem uma ação dessa no orçamento público. Então, é preciso que a gente entenda que o recurso de habitação, embora se compute muitos bilhões de reais, hoje ele deve estar em 50 bilhões/ano, aproximadamente, sendo que 30 bilhões disso, em números redondos, são recursos de poupança. Então, vai para a classe média. Os outros vinte são, também números redondos, recursos do FGTS, somados aos recursos do OGU. Agora, nesse bolo o recurso do OGU é... chega a uns três... chega a dois bilhões e meio de reais, basicamente dois bi, no PAC, e mais meio bi de... de outros fundos que complementam. Esses dois e meio bi mostram bem, de cinquenta bi, a gente tem dois e meio bi de recursos do OGU, ou seja, é um recurso ainda insuficiente para atuar em, para atuar numa área dessas que requer uma alta dose de subsídios. Ou seja, requer recursos sem perspectiva de retorno. Daí que nossa capacidade de ação é limitada nessa área. Mas, de qualquer sorte, o problema central não é dinheiro. A gente tem esses dois bilhões e meio, que se fosse, se houvesse uma articulação coordenada dos movimentos com os governos estaduais, com os governos municipais, seria possível capturar uma boa fatia desse recurso. Isso não acontece. Infelizmente, as ações de habitação em área quilombola ainda são pontuais, têm efeito demonstrativo como a Ação Kalunga, como a ação em Alcântara do Maranhão, que é importante. Como a ação... um São Luís também com aquele... com o rio Anil e... que vale a pena registrar aqui que ontem foi dada ordem de serviço, 360 milhões de reais, constituído pelo PAC para atender a 1.500 palafitas em torno ao rio Anil, em São Luís, que é um imenso quilombo urbano, na verdade.

Então, essa ação está... foi dada a ordem de serviço ontem e está se desenvolvendo. Era uma briga antiga para se conseguir recursos para lá. Agora, apesar disso as ações ainda são pontuais, elas não são massificadas, não há um programa fechado de atendimento, como tem a FUNASA, de atendimento à população quilombola. Nossa... nossa visão é que a ação de habitação é uma ação universalista, ela não tende, não é possível segmentar ela, seja para quilombola, índio, pescador etc., várias comunidades que têm necessidades mais vulneráveis e que demandariam uma política de incentivo. O que a gente tem é uma priorização, uma determinação em todos os programas, no sentido de priorizar ações que venham dessas comunidades. Agora, nossa grande dificulda-

de é que apesar dessa definição de priorização etc., esses projetos, eles não chegam em quantidade que seria eficiente para ter um impacto maior. O principal problema eu acho que é a questão da assistência técnica, da capacitação, do apoio às entidades no sentido de que transformem essas demandas em demandas contratáveis, em condições de contrato pelos agentes financeiros, pela Caixa Econômica, porque elas morrem no caminho, elas não conseguem se corporificar em projetos. A gente tem algumas iniciativas muito bem, muito bem feitas pelos diversos programas. A gente tem, por exemplo, com recursos do FGTS, lá em Sergipe, quatro, cinco municípios se juntaram com entidades da sociedade civil, a ONG "Lugar ao Sol", e conseguiram contratar recursos do FGTS para 450 quilombos em quatro municípios e acho que é quase metade dos quilombos de Sergipe. Então, isso a gente conseguiu fazer, está em fase de conclusão, para quatro ou cinco municípios. Outras iniciativas também, no estado de Tocantins, por exemplo, com o apoio da Secretaria de Habitação do Governo do Estado, também uma ação integrada em... seis ou sete municípios que chega a quase mil casas, Mato Grosso do Sul. Então, se nota que há a necessidade de um órgão intermediário entre a União e os beneficiários que façam essa ponte, que façam o projeto, que dêem assistência técnica, que mobilizem os recursos complementares para, geralmente contrapartidas, para que esses recursos sejam mobilizados para essas comunidades. Onde isso acontece, e os estados têm desempenhado um papel importante nisso, vide Tocantins, Mato Grosso, o próprio Paraná, por exemplo, também é um estado exemplar nesse sentido, está zerando o seu déficit habitacional quilombola. Onde há esse... onde o estado faz esse papel, então, isso tem andado bastante. A passos gigantes. Agora, onde não faz, como o Maranhão, por exemplo, a gente fica só em ações pontuais como Alcântara. Foi feita uma reunião lá com vários representantes de comunidades quilombolas, se assinaram um protocolo no sentido de fazer oito mil casas, ou quase isso, e disso não resultou quase que absolutamente nada, em termos de projeto e de execução.

Então, é importante que tenha essa dose de realismo na política pública, que as entidades, que os órgãos encarregados de fomento dessas políticas setoriais como SEPPIR, FUNAI, no caso dos índios, Fundação Palmares, sei lá, tantas outras aí, que tenham uma ação focada na construção desses projetos e uma assistência técnica que resulte um projeto, que resulte em captação de contrapartida, porque, para o município sozinho ou para a comunidade quilombola sozinha capturar um recurso aqui é quase que uma missão impossível. Embora haja o recurso, embora

haja o recurso. E se ela apresentar o recurso ela será priorizada. O Prefeito tem mil outras prioridades no município e a gente sabe que a prioridade para quilombo, para índios, para outras populações mais vulneráveis, é a última prioridade dele no município, então, já fizemos, por exemplo, no mesmo município projetos para quilombos e projetos para a área urbana, como em Cachoeira, na Bahia, por exemplo, que tem uma população quilombola imensa, na região do Distrito, e a prioridade que a Prefeitura, na hora da contrapartida, a Prefeitura priorizou a demanda urbana em detrimento da demanda quilombola que está no município, que é muito mais representativa e de montante muito maior. Então, eu queria mais levantar esses problemas para que a discussão [soa a campainha] possa, possa rolar. Eu acho que entre nós, além dessa necessidade de articulação e objetividade, a focalização maior dos órgãos, acho que seria importante priorizar essa parceria com estados, no sentido de que esses estados façam a ponte com as comunidades, com as prioridades do estado, da região estadual e incrementar a articulação com as organizações sociais representativas dos quilombos para potencializar eles e, inclusive, possibilitar que eles próprios apresentem demandas, porque pode acontecer, nos diversos programas, as demandas não precisam ser, necessariamente, apresentadas por município ou estado, pode ser pela entidade representativa, contanto que haja, se houver a parceria melhor, mas, é possível a própria entidade também apresentar essa demanda. No mais, agora estamos iniciando a contratação, ainda esse mês do FNHIS, do Fundo Nacional de Habitação em Interesse Social, que é o fundo que concentra o recurso da União, ou seja, aquele recurso sem necessidade de retorno completo. Esse recurso está sendo selecionado para as entidades, especificamente para entidades. São 100 milhões que estão sendo distribuídos, a chamada pública está aberta e seria interessante que, 20% disso vai para o rural, que seria aonde se dá a participação quilombola, era importante que, se houver mobilização, que essas entidades, com assessoria pública ou não, apresentem suas demandas a esse fundo, e, além disso, temos também agora no segundo semestre a seleção, a seleção também para o programa de subsídios e habitação de interesse social, que é um programa muito voltado para a habitação rural, 50% dele é rural, ele fornece subsídios no valor de 6 a 8 mil por casa no espaço rural e esse recurso precisa de alguma complementação, em torno de 1500 reais para se transformar num projeto. Para isso é necessário, são 50 mil unidades que serão distribuídas esse ano, aproximadamente isso e isso significa 25 mil unidades ou 30 mil unidades no rural e isso possibilita dar um salto

de resultados. Como fruto dessas ações com relação à habitação, embora haja outros, por exemplo, dentro do âmbito da ação do Ministério como a ação junto aos espaços de terreiros de Salvador, na Bahia, no bairro da Federação, que é muito interessante. É uma rede de terreiros que existe e que estão sendo articulados através de um tratamento com relação às vias e as escadarias que articulam esse circuito de vinte e três terreiros, casas, aproximadamente.

Além disso, há todo um trabalho de regularização fundiária que prioriza. Temos trabalhos também de infra-estrutura urbana para esses quilombos e também o trabalho com habitação em quilombos urbanos, já identificados em várias cidades do país, Porto Alegre, Minas, Rio, Salvador, onde estamos buscando construir projetos para a intervenção, embora eles ainda não tenham se materializado. Para habitação, que eu falo, construir projetos para a qualificação e construção de habitações, nesses quilombos urbanos. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Dr. Antonio César Ramos, representando Inês da Silva Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. Passamos a palavra agora a Gilvânia Maria da Silva, Coordenadora da Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, CONAQ.

SRA. GILVÂNIA MARIA DA SILVA: Bom dia a todas e a todos. Queria agradecer ao Senador Paulo Paim, esse incansável militante da questão racial, pelo convite e dizer que a minha única preocupação nesse debate é um pouco o que a Dra. Déborah Duprat já trouxe à Mesa, que é a ausência daqueles que, na nossa ausência fazem o debate contrário, eu acho que era muito importante que os Senadores e Senadoras que são oposição a esse debate, que pudessem estar aqui para a gente dialogar e até para eles conhecerem dados importantes que foram apresentados aqui. Eu peço desculpas para o Rui, eu cheguei atrasada, eu estou no sertão do estado do Pernambuco, 500 quilômetros do Recife, obviamente. Então, não pude chegar, perdi, certamente, parte importante dos dados que foram apresentados aqui. Mas, dados apresentados aqui, tanto pelo Professor Pedro como pela Professora Maria Auxiliadora, seriam dados riquíssimos, são dados riquíssimos e importantes para fomentar esse debate, para poder a gente dialogar entendendo o papel nosso de militante, o papel do Governo e o papel do Poder Executivo, nessa construção, do Poder Legislativo na construção de uma sociedade mais igualitária. Então, o prejuízo de não termos aqui Senadores que têm ido para a mídia e Senadoras, Deputados e Deputadas que têm feito esse debate pela Rede Globo, de não

estarem aqui, isso inviabiliza, porque todos que estão nessa sala aqui são aliados a essa política e era importante que os não aliados tivessem para a gente dialogar com eles e, quem sabe--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para ajudar no seu raciocínio, eu sei, claro, o bom seria que os opositores estivessem aqui e eles fazem efetivamente esse debate aqui dentro quando não estão aqui os representantes do movimento social e, aqui no caso, da comunidade quilombola, mas, pelo menos a TV Senado está reproduzindo os argumentos para todo o país--

SRA. GILVÂNIA MARIA DA SILVA: Então, esperamos que...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Tanto no dia de hoje como também provavelmente no fim-de-semana. De uma forma ou de outra a Comissão de Direitos Humanos cumpre esse papel. Nós convidamos a todo e aqueles que não vierem, bom, pelo menos nós temos o espaço para que o Brasil saiba o que é que o governo, enfim, o que é que os que estão aqui estão fazendo em prol da comunidade quilombola e as teses que defendem para avançarmos muito mais. Já que, no nosso entendimento, avançou muito pouco ainda.

SRA. GILVÂNIA MARIA DA SILVA: É. Bom, dito isso, eu queria trazer alguns dados, e óbvio, eu não vou me deter aqui a apresentar dados do movimento, porque, em linhas gerais, tanto o Johnny como a Maria Auxiliadora e o César já trouxeram quais são os dados que hoje estão sendo trabalhados pelo governo, tentando a implementação dessa política. Mas, eu me sinto na responsabilidade de... de como o tema é a política para quilombo no Governo do Presidente Lula, eu gostaria de trazer alguns elementos bastante significativos. Primeiro, dizer que foi neste governo que começou esse desenho que nós costumamos dizer que ainda não é um desenho tão bem elaborado. Por que é que ele não é tão bem elaborado? Porque nós ainda não convencemos, não é Professora Auxiliadora? Os gestores municipais e os gestores estaduais, dado o que determina a constituição, ainda não sensibilizamos para que eles entendam o papel deles na construção dessa política e isso é um elemento dificultador. Mas, até 2002, nós não tínhamos qualquer ação que pudesse ser considerada como política pública para quilombo por parte do Estado Brasileiro, com exceção desse Decreto, que mais atrapalhava do que ajudava. E aí nós sabemos da importância que teve o Ministério Público, através da 6ª Câmara, a importância que teve, o papel que teve a coordenação do movimento. Mas, também, o que foi é... o que houve de sensibilidade dentro do governo para, primeiro, dirimir uma questão

interna que era de quem era o papel de regularizar a terra, e nós sempre achamos que o papel era do órgão responsável pela regularização de terra no país, portanto, é o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da sua autarquia, o INCRA. E, segundo, tratar isso não como programas isolados, mas, criar uma política. O desafio nosso agora está em como essas políticas estão chegando e é sobre isso que eu gostaria de usar o meu tempo, das dificuldades que elas têm, parte já foram apresentadas aqui, mas, do desafio que esta Casa tem, Senador, tanto no fortalecimento dos instrumentos legais que já existem, como também de busca de alternativas para sair de impasses importantes e que temos aí, como é o caso já citado pela... pela ajudar nessa construção, como o caso já citado pela professora auxiliadora, da Instrução 01, do Tesouro Nacional, que numa passagem bastante rápida que estive no Governo, nós ajudamos a conduzir um grupo de trabalho que apresentou uma proposta ao Tesouro Nacional, houve um momento de sensibilização e essa Instrução gerou a Instrução 09 e uma lettrinha “e”, a letra “e”, voltou à estaca zero todo o processo. Ou seja, um “ezinho”, Senador, apenas, tirou de novo, voltou o processo à estaca zero. Hoje eu não posso dizer como é que está, isso era conduzido pela SEPPIR, eu não sei, não posso afirmar se isso está sendo discutido ainda, como está essa relação com a Casa Civil e com o Tesouro Nacional. Mas, o que nós temos percebido, e aí eu não vou falar da passagem rápida que estive no governo, eu vou falar de onde eu sempre estive, que foi no quilombo, nascida, criada, experimentada ali, enfim. Quais são os desafios dessa política? Me parece que nós temos duas grandes batalhas a serem travadas. Uma é de consolidar os instrumentos legais que já existem. O art. 68 que trata da questão da regularização fundiária, ele é fato, ele é real, da mesma forma que o Decreto que o regulamenta, o Decreto 4.887 é real, mas, tem sofrido por esta Casa, pela mídia, pelo Poder Legislativo como um todo e pela mídia, pela grande mídia, tem sofrido um ataque dos mais racistas que eu já pude, nos meus anos de vida, que não são ainda tantos, mas já não são tão poucos também, tenho percebido. Eu nunca vi um povo ser tão massacrado, tão chacoalhado na mídia, como a população quilombola nos últimos três anos. Para qualquer um militante negro é importante saber que isso dói muito. Agora, para quem é um quilombola ou uma quilombola, ninguém tem a dimensão do que é o caso de São Francisco, a forma que é tratado aquele povo, como a mídia tratou. A forma como a mídia trata a questão do Sapê do Norte, porque nós botamos, o grande problema nosso é Alcântara e Marambaia. Esses territórios são conflituosos, Senador,

isso é verdade. Mas, nós temos, por exemplo, Minas Gerais, casos em que a polícia chega lá, bate, prende, tortura e a mídia não diz que isso é por uma questão de regularização fundiária. Nós chegamos, foi constatado no Sapê do Norte, por intervenção da Aracruz Celulose, a polícia chegar a atirar em quilombola pelas costas. O Ministério Público constatou que foi atirado, atirou para matar. Ninguém sabe disso nos nossos, isso não aparece nos nossos dados. Então, eu penso que nós temos essa tarefa de consolidar os instrumentos legais que já existem, Apontar novas ações, por exemplo, eu fico sempre pensando que a questão dos quilombos urbanos, ela está dada, ela está posta, mas, ela não está resolvida [soa a campanha], porque o Decreto 4.887 fala muito pouco, aliás, não fala da questão urbana, nós precisamos pensar nisso. Eu acho que é importante a gente se debruçar sobre isso, porque, por mais que tenhamos tido participação na construção do Decreto 4.887, ali estavam os representantes quilombolas rurais.

Então, a concepção que foi para dentro do Decreto, e aí eu digo isso porque eu fui uma das pessoas que participei em todas as suas etapas, a concepção que estava ali era a concepção rural. Então, nós temos aí um elemento ausente e isso tem sido um elemento dificultador, então, eu acho que a gente precisa repensar e não sei em que pé está a discussão do Estatuto da Promoção da Igualdade Racial, a gente dá uma olhada naquele texto que nós melhoramos bastante, o Senador sabe disso, quando tentaram inclusive enfiar o Decreto 3.912 como texto do... do Estatuto. O senhor ainda era Deputado Federal e nós fizemos uma força tarefa, é claro, com a sua ajuda, e retiramos aquele decreto que atrapalhava para nós imensamente e está lá um texto mais adequado, eu não sei, eu não tenho acompanhado de forma mais de perto isso. Uma outra tarefa, por isso que eu disse que nós tínhamos duas frentes, uma outra é essa da relação com os outros poderes, com os governos municipais e com os governos estaduais. Porque a sensação que eu tenho é que essa política existe aqui. A sensação que dá para a gente que está lá e existe lá na ponta, caso o gestor ou a gestora tenha o mínimo de sensibilidade. E os estados, eles não têm qualquer intervenção. Eles não... não... são poucos e aí nós vimos, não é Johnny, estávamos... eu estava nessa passagem rápida, lidávamos com essa questão. O ano passado o quanto o Johnny, toda a sua equipe ligava para mim e dizia: “Gilvânia, pergunta onde é que tem projeto em qualquer lugar desse país para saneamento, melhoria habitacional para quilombo e indica para a gente, porque nós vamos deixar de empenhar.” E deixou-se de empenhar mais de 25... uns 20 milhões de reais deixaram de ser

empenhados porque não havia nos municípios, e nem nos estados, acho que os estados foram dois ou três que apresentaram, e os municípios era na base do... assim, de dois, três telefonemas, por dia, para tentar arrancar um projeto. É óbvio que a gente sabe que essas estruturas municipais, elas são também bastante fragilizadas. Isso é verdade. Mas, isso ao mesmo tempo não justifica porque outros programas são aceitos e se encontra alternativa de se implementar. Ninguém deixa de implementar programas importantes para o seu município, mas, se ele for para quilombo, não tem contrapartida, não tem técnico para fazer, os projetos são caros, por isso que a gente não consegue.

Então, eu acho que uma grande... uma grande batalha que está posta para nós aí não só para o movimento, mas, também para o governo como um todo, é quais são os mecanismos que nós vamos utilizar para fazer essa sensibilização? Porque as escolas, as 950 escolas que a professora Maria Auxiliadora apresentou como meta para 2010, isso está na agenda social quilombola. Isso é meta oficial deste governo, e a minha preocupação, se não resolvermos questões que na nossa avaliação são pequenas, nós não vamos conseguir fazer talvez as 50 até 2010. E isso é péssimo. É péssimo para as populações que estão lá excluídas sem acesso a essa educação, é péssimo para o Governo, que apresentou como meta e não pode apresentar como resultado. Então, eu acho que, além disso, de que forma que a gente pode trazer os Deputados, os Senadores, que são pessoas que estão aqui nessa Casa representando não apenas, não só os quilombolas, mas, todas as pessoas, para esse debate? Porque quando a gente vai para a execução, tem estado que... tem estado que não se colocou um só centavo, um só centavo no orçamento, para tratar da questão racial no seu estado. Então, se nós temos por um lado um engessamento e aí a reconhecer que o INCRA precisa melhorar, isso não podemos deixar de reconhecer, precisa melhorar a sua execução, o seu trabalho nessa questão da regularização fundiária. Isso acho que está... acho que isso não é nem um conflito [soa a campainha] e nenhum constrangimento para os companheiros do INCRA, porque tem uma avaliação que ela está posta aí de que os mecanismos que foram apresentados ainda não dão conta, não deram conta dessa regularização fundiária. Mas, também, outras ações que poderão ser feitas, que estão postas aqui, que estão orçadas, elas não saem, não saem do papel. Então, acho que nós temos que trabalhar nessas duas grandes frentes, e mais ainda, chegando na implementação dessas políticas, e aí eu queria dialogar de forma mais precisa com o professor Pedro, é de que nós precisamos ainda ter um outro cuidado, que não

é só fazer a casa, não é só fazer o banheiro, não é só fazer é... qualquer coisa, é preciso fazer respeitando a identidade daquele povo, e Kalunga foi um dos povos que perdeu muito dos seus traços, dos seus modelos de casa. Se você pega [soa a campainha] os registros africanos, Kalunga era o único território que ainda guardava as casinhas. E isso nós perdemos, isso nós perdemos. Então, nós precisamos, para além de brigar para que as políticas sejam implementadas, nós precisamos dialogar para que elas não retirem as características, elas possam ser casas confortáveis, elas possam ser casas bonitas, mas as nossas casas africanas também são bonitas.

Então, eu acho que esse é um cuidado também na hora da construção das escolas e aí nós já vamos nos deparar com um problema, não é, Professora Auxiliadora, que, dada a situação dos municípios não apresentarem projetos, o próprio Ministério tomou a iniciativa de fazer, fazer plantas para oferecer, projetos para oferecer aos municípios, como facilitador dessa política. Mas, o "faz aqui" se o município é lá no Paraná, é óbvio que ele vai ter uma característica diferente do município lá no Sertão de Pernambuco. É um mecanismo importante? [soa a campainha]. É importante. Mas, nós precisamos perceber essa... essa diferença, essa diversidade que existe, por exemplo, uma escola no Sul, eu estive com o Senador na região, num quilombo lá no estado dele, no estado do Rio Grande do Sul e assim... É completamente diferente da minha realidade, do quilombo aonde eu nasci e me criei.

Então, a escola também tem que pensar, as casas têm que ser pensadas assim. Então, eu acho que essa é uma das tarefas que nós temos que... E aí como lidar com isso? Se os nossos engenheiros, se nossos técnicos todos foram pensados para fazer construção urbana. Construção urbana. E ontem, antes de ontem, eu participava de um debate lá na Câmara de Vereadores na minha cidade, eu sou vereadora e um vereador fazia o discurso o seguinte: "Olhe, eu acho que para melhorar a questão, resolver o problema habitacional [soa a campainha] tem que pegar essas casas", que a gente chama de casa de taipa, na zona rural, "e agrupar todas em forma de vila." Isso não é, isso para um quilombo que viveu a vida toda tendo o seu quintal, criando a sua galinha, criando a sua cabra, criando o seu porco, criando suas coisas ali, isso é uma ruptura profunda. Você urbaniza o cara ou a cara pela política que você acha, pela política que está posta. Então, esses olhares, eles são importantes. Eu penso que esse governo tem, penso não, tenho certeza que esse governo tem investido bastante na visibilidade, está na pauta, mas, nós precisamos acelerar mais ainda essa questão. E quando, para finalizar, quando o Cé-

sar traz essa discussão das casas que elas não são direcionadas, elas são... elas terão que ser induzidas [soa a campainha] e eu experimentei isso, na verdade, mesmo sendo induzidas, César, nós precisamos criar, eu não sei qual é o formato. Eu sei que não é fácil criar um formato diferenciado. Mas, eu acho que é importante que essas habitações, elas venham para fortalecer a identidade daquele povo naquele território. E não para desconstruir aquele modelo que eles estão lá, que foi o modelo que foi capaz de fazer com que a gente, há mais de duzentos anos, estejamos lá no nosso território. Foi esse modelo nosso, que envolve as nossas moradias, os nossos espaços de plantio, os nossos espaços de culto, enfim, envolve todo o nosso, o que nós colocamos hoje dentro de uma palavra, que é muito cara para nós, que é a nossa territorialidade. Não é só o espaço terra, mas é o jeito de morar, é o jeito de plantar, é o jeito de viver. E o jeito de educar e de [soa a campainha] construir com o processo de organização. Então, muito obrigada. Espero que a gente possa, em espaços como esse, poder contribuir, estar contribuindo com esse debate, que é importante não para este Governo, mas, é importante para o Brasil e o Brasil precisa entender que essa não é uma política do Governo Lula, é uma política do Estado Brasileiro.

Portanto, tem que ter compromisso o Estado Brasileiro, até porque quando o Brasil vai condenado lá fora, não é o Presidente Lula que vai condenado por não fazer escola, por não titular terra, por não fazer saneamento, é o Estado e o Estado não é só o Executivo. É o Executivo, é o Legislativo, é o Judiciário e somos nós, os cidadãos que habitamos aqui nesse, e cidadãs, que habitamos aqui nesse país. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu agradeço a Gilvânia Maria da Silva, Coordenadora da Comissão Nacional da Articulação das Comunidades Negras Rurais de Quilombolas, e o ênfase, inclusive, que ela dá nessa questão do debate, que se encontra no Estatuto da Igualdade Racial, que comparando com o movimento que existe hoje, eu acho que dá para fazer um belo debate para garantir, efetivamente, a aprovação do Estatuto com a redação adequada, que você aqui apontou com muita clareza. Eu passo então a palavra, nesse momento, a Oraida Abreu. A Sra. Oraida Abreu, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial, SEPPIR, representando Maria Palmira da Silva, Diretora de Programas da Subsecretaria de Políticas para as Comunidades Tradicionais.

SRA. ORAIDA ABREU: Bom dia a todos e todas. Minha saudação inicial vai para os nossos antepassados, a todos aqueles que nos antecederam nesta luta

e quero louvar a iniciativa do Senador Paulo Paim, que é um grande aliado nessas discussões e tem nos apoiado sempre nas nossas lutas, e saudar também a todos os companheiros aqui que compõem a Mesa, aos senhores e senhoras presentes. Eu gostaria, com a permissão de todos, fazer uma saudação especial à Gilvânia, que até bem recentemente, era quem coordenava o programa, a Subsecretaria de Comunidades, de Políticas para as Comunidades Tradicionais, na SEPPIR e muito contribuiu para a construção da agenda social quilombola. E, assim como ela bem colocou, nós temos a certeza de que ela estará sempre contribuindo para essas discussões seja dentro do Governo ou enquanto sociedade civil, ou enquanto parlamentar que é, liderança expressiva na sua região.

Eu gostaria, então, de colocar, de uma forma bastante breve, a agenda social quilombola e mais uma vez agradecer ao Senador por essa oportunidade de “publicizar” essa agenda que foi lançada pelo Presidente Lula, em 20 de novembro de 2007 e que tem recursos disponíveis em metas também já definidas para implementação de ações, seja na área da saúde, educação, enfim, é pensando no desenvolvimento e na qualidade de vida dessas comunidades. Fui, me sinto contemplada e acho que não há a necessidade de frisar e de enfatizar a realidade dessas comunidades, porque isso já foi sobejamente colocado pelos que me antecederam, mas, vale ressaltar, que esses recursos estão disponibilizados e há a necessidade de se “publicizar”, de se divulgar, porque essa é mais uma estratégia do Governo Federal no sentido de dar qualidade de vida a essas comunidades e essas ações, elas se desenvolvem em parceria com os governos estaduais, prefeituras, iniciativa privada e sociedade civil, em geral. Então, é importante que possamos “publicizar” e que as prefeituras e os estados possam, então, acessar esses recursos que estão disponibilizados no âmbito da agenda. Em relação ao formato do trabalho a ser desenvolvido pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, pela SEPPIR, eu gostaria de ressaltar o empenho do Ministro Edson Santos na implementação dessas ações. Foi então criado um comitê interno de implementação da agenda social quilombola, que é coordenado pela gerente de projetos, Ivonete Carvalho e consta, integram esse comitê interno, outras pessoas, cada um de uma área da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. São a Roberta, a Ana Cláudia, o Geovani, eu e a Léa. Então, essa equipe está com a incumbência de acompanhar, de monitorar e de trabalhar na implementação da agenda social quilombola. O desafio, ele é imenso, em que pese, inclusive, os recursos disponibilizados, mas, por tudo o que já foi colocado anteriormente. Os senhores não de

convir comigo que nós temos um grande desafio para todos nós. A ausência da Maria Palmira e dos demais que integram esse comitê se deve exclusivamente pelo lançamento da agenda social, que tem sido feito nesses dias. Já foi lançada agenda em Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Sul, Maranhão e Pernambuco. As agendas, elas vão trabalhar num diálogo bastante próximo com os Territórios da Cidadania. Então, a gente tem procurado acompanhar inclusive o lançamento do Território fazendo, quando possível, essa coincidência de agenda, fazendo o lançamento também da agenda social quilombola nesses estados. E o diálogo, ele se dá com todos os atores que envolvem também o colegiado do Território da Cidadania. Por gentileza, pode passar o próximo.

Então, o objetivo da agenda é articular as ações existentes no âmbito do Governo Federal, através do programa Brasil Quilombola que, fazendo referência aí àquela ação que foi já citada no... na Comunidade Kalunga, que foi lançada pelo Presidente Lula em 2004, que era o piloto do programa Brasil Quilombola, com vistas a melhorar as condições de vida e ampliar os direitos das pessoas que vivem em comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Os eixos de atuação são: acesso à terra, infra-estrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos de cidadania. O próximo.

O diagnóstico hoje, existem 3.524 comunidades remanescentes de quilombos identificadas no território nacional. Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Sul concentram a maior quantidade de comunidades quilombolas do país. O próximo, por favor.

A base legal, também não vou me ater, porque isso já foi colocado anteriormente, acho que são desafios que estão colocados, inclusive os entraves que alguns instrumentos desses têm causado na implementação das ações. Por favor, o próximo!

Os resultados do programa Brasil Quilombola. Certificações: 1215 comunidades certificadas. Processo de regularização: 590. Títulos de propriedade: 27 títulos emitidos entre 2003 e 2007, beneficiando 34 comunidades. A gestão democrática é o estímulo à criação de associações das comunidades quilombolas, alcançando 17 coordenações estaduais, uma ação da SEPPIR e Fundação Cultural Palmares. A agenda social quilombola tem abrangência em 22 estados, 330 municípios, 128 territórios da cidadania, 1.739 comunidades, sendo 614 certificadas. Agora, para esse primeiro período, nós estamos trabalhando na perspectiva de 60 territórios. O próximo, por favor.

Aqui os recursos disponibilizados por órgão e por área. Então, direito à titulação das terras: isso já foi

abordado pelo Rui Leandro, que é do INCRA, as metas e o recurso disponibilizado para essa ação. Pode passar o próximo.

Eu não vou me ater na leitura, porque esse material fica aqui, está disponibilizado para todos e também no sítio da Secretaria. Ações de promoção da saúde nas comunidades: são aí as ações que envolvem o Ministério da Saúde, atendem 47 municípios, também em atenção à saúde da população quilombola; em cima envolve saúde bucal e saúde da família. FUNASA: também já foi abordado aqui pelo representante da FUNASA e tem as metas e os recursos disponibilizados. Por favor, o próximo.

Na área da educação também já foi amplamente colocado pela Maria Auxiliadora, do MEC. Aí estão as ações, as metas, a construção de salas, que é a grande preocupação de todos nós, e que a perspectiva de se atingir até 2011, são 948 salas de aula. Oxalá possamos chegar nesse número. O próximo.

A universalização do acesso à alfabetização. Também foi colocada pela Auxiliadora, a meta, são 120 mil alfabetizando até 2011. O próximo.

No Programa Luz para Todos, também a meta aí é de universalização desse programa para toda a população, e a meta são 19.846 domicílios. Aí nesse aspecto específico, eu gostaria de fazer uma ressalva, no sentido de que todos ficassem atentos porque eu estive, semana passada fomos ao lançamento da agenda no Estado do Piauí, foi lançada no Município de Queimada Nova. E uma das colocações, Senador, da comunidade, uma das reclamações, é em relação ao acesso ao Programa Luz para Todos. Porque eles não estão chegando às comunidades que, enfim, que precisam e há uma... um uso político dessas, desse programa em determinadas regiões. Então, foi uma grande reclamação [soa a campainha] lá no Estado do Piauí, que as pessoas apresentaram em relação ao Programa Luz para Todos. Então, eu acho que nesse sentido é importante solicitar a todos que, se tenham dificuldade dessa ordem, busquem os órgãos competentes, para que possamos auxiliar na superação dessas dificuldades. Em relação à recuperação ambiental também tem uma ação já prevista com o Ministério da Integração Nacional. Pode passar o próximo.

Só para que a gente tenha uma idéia geral do que está colocado. E no eixo infra-estrutura e qualidade de vida, a construção de cisternas em comunidades quilombolas, uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Próximo.

Ações de fomento ao desenvolvimento local, também é uma ação da SEPPIR. Ação com o MDS também na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar. O próximo, por favor.

Ministério do Trabalho e Emprego, também ações de fomento ao desenvolvimento local, com esse valor disponibilizado ali, é aquela meta a ser alcançada, de 61.300 quilombolas beneficiados. O próximo, por gentileza.

A informação para o fortalecimento da gestão democrática, também uma ação da SEPPIR com recursos já lá, limite orçamentário disponibilizado. Do MDS aí é o Bolsa-Família e o Segurança Alimentar, também a previsão, a meta de 1.160 municípios, a distribuição de cestas de alimentos a 36.600 famílias. O próximo, por favor.

Ainda ação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são os Centros de Referência e Assistência Social, os CRAS, privilegiando aí os municípios que tenham comunidades quilombola. Benefício de prestação continuada também, 110 mil novos benefícios. E a chamada nutricional quilombola, que também é uma ação importante no sentido de avaliar, avaliar aí o aspecto nutricional dessas comunidades. O próximo.

E aí o Orçamento Geral disponibilizado para essa agenda, aí por eixos, acesso à terra, infra-estrutura, inclusão produtiva e desenvolvimento local, cidadania, totalizando dois bilhões de reais. Então, essa era uma questão que o senhor havia colocado no início. Então, essa é a agenda social quilombola, e eu gostaria de ressaltar, também, o papel da SEPPIR nessa, na implementação e na coordenação dessas políticas. A SEPPIR, ela não é um órgão finalístico, então, ela trabalha a transversalidade, trabalha com os diversos órgãos e Ministérios e no sentido mesmo de estar implementando e acompanhando e monitorando a implementação dessas políticas. Temos um diálogo constante, inclusive a construção dessa agenda, não é, Gilvânia, que você coordenava à época, ela foi fruto de intensas conversas e diálogos com os Ministérios envolvidos para que se pudesse chegar nesse formato. E ressaltar essa, a necessidade realmente de que se, de que tenhamos esse diálogo permanente, toda a sociedade, no sentido de superação dessas dificuldades e, enfim, de toda a deficiência existente em diversas áreas e na implementação de diversas políticas. Sabemos que as ações e que a política implementada pela SEPPIR, ela, na verdade, ela impacta muito a sociedade brasileira. Talvez, por isso, nos últimos tempos, os quilombolas saíssem da invisibilidade, passam a ser aí alvo de muitas matérias, e a população negra também, os demais segmentos que a SEPPIR trabalha. Nós trabalhamos também com ciganos, com indígenas e com outros segmentos. E essa mudança na forma, na cultura, porque a gente está trabalhando mudança de cultura e isso envolve, é uma desconstrução a

médio e longo prazo. Então, é importante que toda a sociedade brasileira, que Legislativo, Executivo, todos se empenhem na superação dessas dificuldades, dessas mazelas deixadas aí, que o próprio racismo, ele impõe a toda a sociedade. E ao ser criada a SEPPIR, o governo brasileiro, ele assume que o Estado brasileiro é racista. Então, essas ações, as ações que vêm sendo desenvolvidas desde 2003, elas apontam no sentido de uma construção de política de Estado, na superação de todas essas desigualdades raciais e sociais existentes, para que a gente possa, de fato, ter um país que seja inclusivo e que abarque e que tenha, que todos tenhamos, qualidade de vida, seja morador do campo, da cidade, ou das comunidades quilombolas, enfim, que contemple toda a diversidade e a pluralidade que faz desse país ser a potência e a grandeza que é. [soa a campanha].

Então, mais uma vez eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim por essa oportunidade e ressaltar da importância de que todos possam ficar atentos e estimular que seus estados e prefeituras busquem acessar os recursos que estão disponibilizados na agenda social quilombola, porque nós temos um limite esse ano, por ser um ano eleitoral, os convênios, eles terão até junho para serem efetivados. Daí, esse cronograma bastante... apertado que nós temos aqui e intenso, no sentido de que a gente possa implementar até junho e efetivar algumas ações e aquelas que não forem possíveis, elas serão retomadas lá no período pós-eleitoral. Então, muito obrigada, Senador, pela oportunidade. E nos colocamos à disposição na SEPPIR, para dialogar sobre as questões que envolvem a agenda social quilombola.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito bem. Obrigado à Sra. Oraida Abreu, Secretária Executiva do Conselho Nacional da Promoção de Igualdade Racial, SEPPIR, representando Maria Palmeira da Silva, Diretora de Programas da Subsecretaria de Políticas para as Comunidades Tradicionais. Bom, nós estamos encaminhando já para o final da nossa audiência pública. A intenção é essa mesmo, é dar visibilidade à questão quilombola, mais uma vez. E, ao mesmo tempo, chamar todos os agentes públicos e não públicos para essa questão tão importante para todos nós que é do interesse de todo o povo brasileiro. E nesse aspecto então eu darei, para as suas considerações finais, aos nossos convidados. Cada um, eu peço que fique no tempo máximo de dois a cinco minutos. Começamos com o Dr. Rui, para suas considerações finais.

SR. RUI LEANDRO DA SILVA SANTOS: Bem, na verdade, mais uma vez agradecer, não é, essa

oportunidade dada pelo Senador Paim de trazermos aqui, como eu disse no início, as nossas dificuldades, que é, não só uma dificuldade da instituição INCRA, mas, a dificuldade, inclusive já colocada muitas vezes aqui, da própria sociedade brasileira, em reconhecer direitos das comunidades aqui colocadas, das comunidades quilombolas frente, principalmente, também, a uma política de Estado, mas também muito, desse governo, de promoção da igualdade racial. E isso tem trazido inquietudes muito grandes à sociedade brasileira. E retomando, mais uma vez, no que diz respeito à formação da identidade desse povo e das consequências dessas políticas, ou seja, da ascensão ou da mobilidade social do povo negro e [soa a campanha] seu legítimo lugar nesse cenário, principalmente no que diz respeito à questão da divisão ou do compartilhamento do poder, é coisa que até hoje essa população ainda não conseguiu. Então, queria dizer também, novamente, de que entendemos e sabemos nossas dificuldades e gostaríamos que essa Casa pudesse ser também, nos ajudar muito nessas questões que foram colocadas pela Gilvânia e pela Dra. Déborah, que são as questões dos marcos legais e da pressão que essas políticas sofrem, sofre na mídia, principalmente, mas, também, e é importante isso ressaltar, nessa Casa. Então, queria aqui parabenizar o Senador Paim e agradecer mais uma vez e deixar o abraço ao Presidente Rolf que, infelizmente, não pôde estar aqui. Muito obrigado.

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço, Dr. Rui, dizendo que essa é mais uma audiência pública do tema 120 anos da Abolição Não Concluída, e uma das maiores preocupações nossa, sem sombra de dúvida, é a questão quilombola. Passo a palavra ao Dr. Pedro Sadi Monteiro, Professor da UNB.

SR. PEDRO SADI MONTEIRO: Muito obrigado, Senador. Eu gostaria de fazer uma colocação no sentido de... Sobre os problemas que nós detectamos na comunidade quilombola. A Dra. Maria Auxiliadora falou: "Olha, tem problema de alcoolismo." É verdade, mas tem problemas de tabagismo também, tem problemas de gravidez em adolescente. Então, os problemas são muitos, nós aqui nos limitamos a colocar alguns, listamos alguns problemas. Com relação a colocação da Sra. Gilvânia, também eu gostaria de frisar que nosso trabalho é feito, voltado na educação e saúde. Nós não trabalhamos com engenharia, mas, eu, em conversas com líderes Kalungas locais, eu posso repetir que essas casas foram construídas ouvindo a comunidade. Inclusive, o fogão fica no meio da casa ou fica junto à parede. Então, foram questões que foram discuti-

das e eu penso que devem ter sido seguidas. [soa a campanha].

Então, nós estamos de acordo no sentido assim de que devem ser preservados os modelos de casas há muito construídos da população e... eu quero crer que isso foi seguido, porquanto o nosso trabalho é um trabalho voltado para a educação em saúde. Além dos problemas que nós relatamos aqui, teríamos outros vários também com relação à saúde bucal, a saúde mental, a questão bioética da população. Então, nós estamos dispostos e temos propostas a colocar para as autoridades, no sentido de que isso possa ser, digamos assim, viabilizado, serem atendidas essas necessidades que foram detectadas. Então, para o Senador, era isso que eu gostaria. Agradeço mais uma vez pelo convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Dr. Pedro, até porque me avisam que nós vamos ter que suspender todas as atividades do Congresso devido a missa [soa a campanha] mais do que justa do sétimo dia da morte do nobre Senador Jefferson Peres, que, infelizmente, perdemos a semana que passou. Então, passo a palavra, depois da fala do Dr. Pedro, ao Dr. Johnny Ferreira dos Santos.

SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS: Bom, queria mais uma vez agradecer a oportunidade de participar do debate. Acredito que vários temas que foram tratados aqui são temas comuns, que nós todos enfrentamos na questão da implementação dessas ações. Temos a questão institucional, acho que tanto o Governo Federal tem suas deficiências, esse governo tem procurado resolvê-las. É um processo lento, de questão de próprio reforço de quadro, perfil de trabalho, como diz o Presidente Lula: "Trabalhar com os povos, com a questão social é muito mais difícil". Então, nós temos uma legislação, um modelo extremamente burocrático, que a gente tem que superá-lo. Esse modelo impacta bastante todas as políticas, mas, principalmente, as políticas voltadas mais para a área social, em função dessas complexidades que essas políticas têm e foi citado aqui pela Dra. Déborah, as questões de ordem fundiária, você tem uma série de entraves burocráticos. A própria visão do, dos órgãos de controle externo, controle interno, controle externo, essa compreensão, então, nós temos que trabalhar no sentido de mudar um pouco essa cultura e eu acho que isso, de certa forma, tem sido feito, mas, o ideal que se a gente consiga acelerar esse processo. Eu entendo também a necessidade de uma maior mobilização por parte das comunidades, um envolvimento quilombola no sentido de ter uma atuação mais efetiva para mobilizar o poder público municipal, [soa a campanha] os governos estaduais, porque essas ações

requerem, é uma ação integrada, portanto, da União, como dos estados e como do município, então, isso é importante. A gente tem essa dificuldade de mobilizar, muitas vezes, as prefeituras e às vezes vários governos dos estados que poderiam contribuir muito nesse processo, a gente tem uma certa dificuldade em mobilizá-los, mas, a gente acha que... entendo que... os passos estão sendo dados, a gente tem condições de ampliar essas ações aí, de colocar em prática todo esse programa.

A FUNASA, ela começou ano passado a intensificar essas ações no âmbito do PAC, a Gilvânia mencionou, nós tivemos dificuldades no primeiro momento, até porque a definição ocorreu mais no segundo semestre, mas, eu queria também alertar que aqueles recursos que não foram, a gente se programou, [soa a campainha] em torno de 40 milhões de investimento e empenhamos 23, contratamos 23. Esses recursos continuam assegurados, eles simplesmente foram remanejados para os próximos três anos, então, há uma flexibilidade, então, não houve uma perda até o momento desses recursos. Agora, se nós não conseguirmos superar as dificuldades, a tendência é que nos próximos dois anos não tenha condições de recuperar essas perdas, por isso, a necessidade que este é um ano importantíssimo para a gente, assim principalmente o ano que vem também. Acho que 2008/2009, são fundamentais nesse processo de implementar essas ações. Eu agradeço a todos, e um prazer ter participado aqui desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço. De imediato, devido ao nosso tempo que está tão... e comunicando que está estourando, passo a palavra à Professora Maria Auxiliadora Lopes, para seus dois minutos.

SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES: Eu gostaria de agradecer o convite, colocar-me à disposição para os próximos debates e simplesmente, é que nós precisamos nos reunir mais vezes, até para criar algum mecanismo com relação aos gestores municipais, no nosso caso. Porque, são eles os responsáveis por essa educação. Só vou dar um exemplo rápido, nós temos mandado a informação pelo Rui, 53 municípios titulados que poderiam estar construindo prédios escolares e sabendo da dificuldade que eles têm para montar os projetos, convidamos esses municípios para Brasília, com passagem, estadia, tudo pago pelo Ministério, para fazer os projetos. Apenas 35 compareceram. A gente... sem nenhuma justificativa por que é que os outros não compareceram. Então, a gente tem muitas dificuldades e, dos 35 que vieram [soa a campainha] nem 10% conseguiu mandar a documentação para assinar convênio.

Então, isso, para nós, é muito importante que a gente esteja conversando. E, outra coisa, é a parte dos entraves da legislação. Que isso também está emperrando o processo. Então, muito obrigada, e eu me coloco à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Professora Maria Auxiliadora e já vamos para a nossa mesa aqui, os últimos. Antônio César Ramos, por favor. Seus dois minutos.

SR. ANTÔNIO CÉSAR RAMOS: Mais uma vez agradecer a iniciativa muito oportuna e faço meu(F) as falas da professora. É importante que essas reuniões aconteçam mais e mais freqüentemente. No mais, é reafirmar aquela questão com relação aos recursos disponíveis, eles existem, embora eles pareçam, eu tinha falado aqui em 50 bi, na verdade [soa a campainha] e somente 22 bi dos recursos da União, mas, na verdade, boa parte dos recursos do FGTS, por exemplo, pode ser alavancado por esses 2 bi para fazer frente a essa, a esses... A essas necessidades. Então, dinheiro não é o principal problema. O principal problema é como se dá esse acesso e como se... e as bases necessárias para isso, que são os projetos, que são as contrapartidas, a mobilização, esse aspecto. Então, mais uma vez, fazendo eco aqui a outras falas que foram feitas, há necessidade de articulação com o estado e município, mas, especialmente, com o estado como organizador e, entre nós, do Governo Federal, as diversas entidades que foquem um pouco na qualificação dessa demanda e na produção desses projetos. No mais, ah sim, sobre a casa Kalunga que a minha amiga falou aqui, ela foi feita dialogando um pouco com a comunidade. O projeto foi discutido, reflete um pouco a cultura deles, [soa a campainha] o que nem sempre acontece. Aquele foi uma iniciativa, digamos, de cima para baixo. Mas, quando vem de baixo para cima, isso tem que ser discutido lá na base e aí a gente fica meio de mãos atadas. E também uma coisa que foi discutida aqui, que é a questão da legalidade da área. A gente tem vários mecanismos para superar essa coisa da questão legal, da propriedade escriturada e titulada, porque, normalmente, isso não acontece. A gente tem... como foi falado aqui, cem anos para conseguir legalizar tudo isso. Mas, acredito que a gente tem mecanismos, por exemplo, havendo um processo de reconhecimento e um protocolo aberto no INCRA, a gente considera que é possível investir lá, e aí, por conta disso, ninguém nunca... não houve maiores questionamentos. Muito obrigado e até a próxima.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Dr. Antônio. Eu vou passar já de imediato aqui à Gilvânia. Gilvânia Maria Silva, por favor.

SRA. GILVÂNIA MARIA DA SILVA: Bom, eu quero parabenizar o Senador Paim por essa iniciativa. Dizer que os 120 anos realmente nós temos que sempre colocar no final essa palavrinha que o senhor pronunciou, inacabada, porque a abolição não significou distribuição de terra, não significou inclusão na educação, no mercado de trabalho e muito mais nas grandes favelas, nos presídios. Esse é que é o retrato brasileiro, infelizmente. Mas debates como esses podem ajudar a gente a encontrar alternativas de saída. E aí, de forma bastante rápida, Professor Pedro, quando eu me referi ao senhor, é porque a UNB, através da Fundação, coordenou uma ação importante de construção de casas naquele território. E há de se convir que uma família com dez pessoas ter aquela casinha bem organizadazinha como é na cidade, no quilombo não é assim. O banheirinho é ali dentro de casa. O quartinho pequenininho. Então, o jeito quilombola de ser é um jeito mais espaçoso. A gente costuma dizer que nós somos espaçosos. Mas, é pela “numeridade” que somos. Tem famílias, no meu quilombo, por exemplo, tem uma família que tem 23 filhos. Então, óbvio que dentro de uma casa daquela fica impossível de se abrigar essa família. Mas é no sentido que a gente percebe esses detalhezinhos e cada vez mais, não tem nada contra o trabalho importante que a UNB fez através das suas fundações, da Fundação lá, mas é no sentido da gente trazer esses traços que são importantes para a qualificação dessas políticas. E ainda dizer, professora e Professor Pedro, Professora Maria Auxiliadora, que além do alcoolismo, da gravidez, nós ainda temos, são inúmeros problemas. Inclusive um problema de mineração, de extração de minério ilegal dentro do território. Então, é um outro problema que nós temos que lidar lá dentro do território do Kalunga, [soa a campainha] que é a extração do minério, são as mineradoras se aproveitando dos quilombolas, trabalhando, os colocando como escravo para trabalhar na mineração ilegal. Isso a gente precisa assumir e denunciar, ter a capacidade de denunciar isso, porque o que está acontecendo lá é um trabalho escravo, onde os quilombolas vão trabalhar para as mineradoras para receberem feiras ou, muitas vezes, chegou denúncia para mim, quando estava na SEPPIR, de que o pagamento muitas vezes seria inclusive com a bebida. Então, isso é regime escravo, eu não tenho dúvida disso.

Então, nós precisamos assumir isso e ter coragem de denunciar e acho que é um pouco isso que a gente está fazendo. No mais, é colocar à disposição, Senador, de contribuir não só com esta Casa, mas, com todos os espaços seja do Governo, do Executivo ou não, para que a gente possa estar levando essas informações [soa a campainha] e construindo, e dan-

do qualidade a essa política que está posta aí e que é inédita e que, certamente, servirá inclusive de espelho para outros países. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço mais uma vez a Gilvânia e passo de imediato à Sandra para que, no máximo, os seus dois minutos. Os Senadores estão aqui, está o Senador Geraldo Mesquita Júnior, José Nery, ambos ajudando, naturalmente, para dar o quorum. E daqui nós temos que ir para outra atividade em seguida, não é? E temos que votar rapidamente só a lei de diretrizes orçamentárias que compete à Comissão. É uma questão mais de redação e de orientação. E na hora de votar mesmo as emendas orçamentárias, podem procurar o Geraldo Mesquita Júnior, que vai ser ele o Relator. Na hora do pegar mesmo ele vai ser o Relator, viu? [risos]. A pressão vai ser nele. Por favor.

SRA. SANDRA PEREIRA BRAGA: Bom, Senador, eu agradeço a oportunidade por participar dessa audiência e fico muito feliz de estar aqui representando a nossa comunidade, e agradecer a Mesa. Faço aqui as palavras da Oraída, da Gilvânia, da Professora Auxiliadora, que tem tanto nos ajudado. E a nossa realidade é essa e as comunidades não mudam, e temos muito que crescer, alavancar e lutar e vejo que nós temos um comprometimento muito grande das nossas comunidades. Fico muito feliz pela oportunidade e agradeço a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Sandra. E passo de imediato à Oraída para os seus dois minutos.

SRA. ORAÍDA ABREU: Mais uma vez, os nossos agradecimentos ao Senador Paulo Paim, por oportunizar a socialização e a divulgação da agenda social quilombola e estar aí, a estados e municípios, sociedade civil e iniciativa privada, que busquem acessar os recursos que estão disponibilizados na agenda social, que como eu coloquei, inicialmente, essa é mais uma estratégia do Governo Federal em parceria com esses entes que eu citei. Então, é importante que a sociedade busque, que todos tenham a informação, que multipliquem essa informação porque o sucesso na execução e na implementação dessa agenda, na verdade, ele não está só afeto à SEPPIR e aos demais órgãos envolvidos, mas, a toda a sociedade brasileira bem como à superação do racismo e das desigualdades raciais e sociais existentes na nossa sociedade. Eu entendo que diálogos como esses são extremamente proveitosos, ricos, porque possibilitam que outras pessoas, que outros atores, [soa a campainha] participem, entendam, compreendam e partilhem conosco as informações, porque quem detém a informação, detém o poder. Então, nós gostaríamos

de socializar e de compartilhar todos esses itens que estão definidos na agenda social quilombola para que, de fato, possamos, ao final do nosso, do período aqui de governo e assim ao final também da nossa passada aqui pela terra, que possamos sair todos com a sensação de dever cumprido, de que tenhamos contribuído, efetivamente, para ter um país, um Brasil de todos e de todas. Muito obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço à Dra. Oraide e, nesse momento então, eu me despeço de todos os nossos convidados. Só peço aos dois Senadores que permaneçam, só para a gente [fala sobreposta]--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu queria, Sr. Presidente, um minuto apenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou lhe dar. Eu quero dispensar eles já, para poder nós entrarmos, porque nós estamos no programa do meio-dia aquele. E agora entramos com... Os senhores todos estão liberados. Muito obrigado por essa parte da Audiência Pública. Vamos para o segundo momento. Obrigado a todos.

No segundo momento agora. Eu vou passar primeiro a palavra porque eu sei que V.Exa. tem que sair, nós vamos apenas aprovar o Requerimento do Senador Papaléo Paes, porque ele quer debater um pouco o assassinato de uma brasileira na Guiana Francesa. Então, nós aprovaremos esse requerimento e o outro, as Emendas que os Senadores encaminharam sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Como eu sou o Relator, um de vocês vai ter que presidir, e daí eu faço o relatório rapidamente. E enquanto fizermos essa transição está com a palavra o Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Senador Geraldo Mesquita, quero cumprimentar a todos os expositores, infelizmente não tive como participar dessa audiência, embora tenha participado de todas, quase todas as que aconteceram durante o mês de maio. Mas, eu queria fazer aqui um convite muito especial a cada uma das organizações, das instituições que estão aqui presentes. Justamente nesse tema que significa a luta para concluir a abolição da escravidão no Brasil, num aspecto muito importante que é do combate ao trabalho escravo. Na próxima terça-feira, dia 3, às 10h00 da manhã, uma Comissão Representativa de um conjunto de entidades nacionais, todas as centrais sindicais e um conjunto de parlamentares envolvidos com essa luta pela aprovação da PEC que vai expropriar as terras de trabalho escravo, eu queria sugerir que às 10h00, quem puder nos acompanhar na visita aos Deputados e no dia 4, quarta-feira, às 15h30, no Salão Verde da Câmara, o convite para que todos vocês, todas as entidades,

somem conosco na visita aos líderes partidários para conseguir o convencimento para aprovar a chamada PEC do Trabalho Escravo. Estejam todos convidados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Nery. Quero rapidamente aqui--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): [fala sobreposta] desculpe a correria que está dando aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): --Apresentar as minhas desculpas pela ausência aqui numa reunião tão importante, Senador Paim. Mas, eu tinha compromisso fora aqui do Congresso Nacional e só conseguir chegar agora. Peço desculpas pela ausência e pretendo participar da segunda fase da nossa reunião. Mas, temos aqui um requerimento de autoria do Senador Papaléo, já mencionado pelo Senador Paim, que presidia essa sessão. Coloco em votação, em primeiro lugar, a possibilidade de incluirmos extrapauta o referido requerimento. As Sr^{as}. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Em seguida, vamos submeter o requerimento, propriamente dito, a essa Comissão. Nos termos do inciso II, do §2º, do art. 58 da Constituição, combinado com os incisos II, IX e X, do art. 90 do Regimento Interno do Senado, o Senador Papaléo requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, a fim de debater as relações bilaterais entre o Brasil e a França na fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa. Há uma série de convidados, inclusive o Ministro Celso Amorim e outros. Sendo assim, submeto à apreciação dos Srs. Senadores o referido requerimento. Algum comentário? Alguma...? Srs. Senadores que concordam com a realização da audiência solicitada permaneçam como estão. Aprovado o requerimento.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, que é Relator de uma importante matéria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu avoquei para mim, devido à pressa, que foi nos destinado ontem aí, porque a Comissão de Orçamento decidiu rapidamente de que nós teríamos que fazer as nossas propostas na Comissão, no que tange à Lei de Diretrizes Orçamentárias e eu procurei, peguei todas as emendas que recebi, eu praticamente contemplei a todos em cinco blocos. As emendas que vieram: Paulo Paim, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, estou citando por nome só, mas não estou repetindo, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita, Serys Slhessarenko, que eu não havia citado, Fátima Cleide e José

Nery também encaminhou emenda, está aqui também contemplado. Eu acabei atendendo, só podia atender cinco. Então, eu aglutinei elas em 5 grandes blocos. Um deles foi apoio a centro de referência quilombola em comunidades quilombolas, que é relacionado a esse, questão discutida ontem e, conseqüentemente, a questão racial. Apoio à implantação de conselho de direitos às pessoas com deficiência, que é a questão das pessoas com deficiência, que é tão voltado para essa Comissão. Apoio à iniciativa de prevenção de violência contra as mulheres, que tem tudo a ver também com essa Comissão. E serviço de proteção social às crianças, adolescentes e vítimas de exploração, de abuso sexual e suas famílias.

Então, nós praticamente atendemos aos principais pontos, quero dizer aqui que a comunidade quilombola está contemplada aqui, com apoio à iniciativa de promoção da igualdade racial e comunidade quilombola. E depois ainda a questão de texto, nós acatamos mais três recomendações aqui. Primeira: art. 34 – voltando para a ação de promoção social e família, maternidade, as crianças e adolescentes, os idosos, aqui contemplados também, e as pessoas com deficiência ou pessoas em condição de risco social. Depois, outro lá no art. 36 – apoio à aquisição de veículos para entidades que atendem a família, maternidade, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, ou pessoas com situação de risco pessoal ou social. Depois, último, a ampliação e a modernização da conclusão de obras para entidades que atendam a famílias, a maternidade, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência. Ainda, emendas ao anexo de metas e prioridades da nossa PLDO 2009. Apoio a centro de referência das comunidades quilombolas, que a intenção aqui, depois a gente pode explicar, posso até dar a cópia do projeto para vocês, qual é a nossa intenção? É fazer que cada comunidade quilombola desse país tenha o que eu chamaria de um Centro de Convivência. O que que seria esse centro? Um ginásio de esportes, onde você teria espaço para lazer, ali mesmo teria um centro médico. Seria espaço também para as escolas, no próprio, nesse centro, que eu chamo centro de referência da comunidade quilombolas.

Enfim, nós teríamos o espaço adequado para a educação, cultura, lazer e saúde. Esse é o objetivo que seria, se dêssemos, se desse certo. Enfim, Senador Geraldo Mesquita Júnior, V.Exa. foi um dos autores das propostas que nós aproveitamos. Esse é

o resumo do Relatório que eu submeto à apreciação dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em apreciação o Relatório do Senador Paim. Os Senadores que concordam com o mesmo permaneçam como estão. Aprovado o relatório, Senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero de pronto, Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu quero convocar V.Exa, porque aqui são as diretrizes, depois nós vamos discutir a peça orçamentária, porque aí sim nós vamos ter que discutir se é 100 milhões, 200 milhões, 300 milhões, 500 milhões para cada área que nós entendermos lá, que são bem mais amplas do que está aqui. Isso aqui é apenas uma contribuição da Comissão. Eu queria convocar V.Exa., aqui de público, para ser o Relator desta Comissão com o tempo adequado, devido, para fazer o Relatório tão competente como V.Exa. já fez em outra oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu aceito com humildade a indicação, Senador Paim, até porque aqui eu sou um soldado de V.Exa., V.Exa. sabe disso. Quero dizer, inclusive, aos representantes dos quilombolas aqui presentes, pedir mais uma vez desculpas pela ausência, mas, saibam que o assunto é muito caro para todos nós, porque o Senador Paim não deixa que a gente esqueça. Ele permanece numa vigília permanente aqui, lembrando a todos nós, principalmente os que fazem parte dessa Comissão, esses assuntos que são muito caros aqui. Assunto relativo aos quilombolas, aos negros, aos índios, aos excluídos de uma maneira geral na sociedade. O Senador Paim não permite que a gente esqueça dos assuntos, entende? Então, mesmo com a ausência eu estou, eu estou sintonizado com a questão, sensibilizado com a questão das senhoras e dos senhores, porque aqui nós nos perfilamos sob a condução e a orientação do Senador Paim, na defesa dessas questões tão caras e tão importantes para o nosso país. Nada mais tendo a tratar, Senador Paim, a não ser alguma manifestação de V.Exa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria só dar uma salva de palmas a V.Exa., porque V.Exa. merece mais do que ninguém, se me permitir, [palmas] e aí a sessão V.Exa. encerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mereço coisa nenhuma. Está encerrada a sessão. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 12h12.

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 05 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 03, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas do dia vinte e um de maio de dois mil e oito, na sala nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senhores Senadores: **Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Wellington Salgado, Geovani Borges, Romeu Tuma, Magno Malta, Seris Shessarenko, Eduardo Suplicy, Valter Pereira, Heráclito Fortes, Virgínio de Carvalho e Lúcia Vânia**. Os Senadores Cristovam Buarque, Sérgio Zambiasi e Cícero Lucena justificam suas ausências. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e faz suas considerações iniciais, explicando como serão conduzidos os trabalhos, em duas partes, primeira parte Audiência Pública e segunda parte deliberativa. **PAUTA**. Primeira parte: **Item Único**: A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 46, de 2008 – CDH, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Leomar Quintanilha, aprovado em 21/05/2008, com vistas a tratar do impacto da tributação na distribuição de renda e na qualidade de vida dos pobres e assalariados. O Senhor Presidente convoca, para compor a mesa e fazer uso da palavra, o Senhor Convidado Márcio Pochmann – Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. O Senhor Presidente, após a exposição do Senhor convidado, franqueia a palavra aos Senhores Senadores para suas considerações. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e do convidado, o Senhor Presidente dá a palavra ao Senhor José Augusto da Silva Filho, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST, que entre ao Senhor Presidente a Carta de Brasília. Segunda parte, deliberativa: **Item 01. Requerimento n.º 48, de 2008**, de realização de Audiência Pública para discutir reportagem levada ao ar pela Rede Paranaense de Comunicação (RPC) no dia 18 de maio, acerca do trabalho de menores no cultivo e preparo das folhas de fumo no Paraná, onde segundo a denúncia, 80 mil crianças e adolescentes perdem a saúde e a juventude nas estufas e barracões das fazendas onde é feita a separação e classificação das folhas que serão vendidas para os fabricantes de

cigarros. Tendo como convidados: um representante do Ministério Público do Trabalho, um representante do Ministério do Trabalho, um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, , um representante do Ministério da Saúde e um representante das Famílias citadas na reportagem. Autoria: Senador Flávio Arns. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 02 – **Projeto de Lei da Câmara nº. 20, de 2008**, (PL. 7460, de 2006, na origem), que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência, para caracterizar a visão monocular como deficiência visual”. Autoria: Deputada Mariângela Duarte. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 03. **Projeto de Lei do Senado nº. 668, de 2007** – Terminativo na CAS – que “Altera a lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência”. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 04 – **Projeto de Lei do Senado nº. 202, de 2006** – Terminativo na CCJ – que “Altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente”. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 05 – **Projeto de Lei do Senado nº. 14, de 2008** – terminativo na CAE – que “Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, para incluir os portadores de deficiência auditiva.” Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 06 – **Projeto de Lei do Senado nº. 315, de 2007** – terminativo na CAS – que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso e dá outras providências.” Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Paulo Paim. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 07 – **Projeto de Lei do Senado nº. 339, de 2007** – terminativo – que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre pessoas portado-

ras de deficiência, para incluir as anormalidades decorrentes da visão monocular entre as que caracterizam a deficiência visual". Autoria: Senador Papaléo Paes. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **Adiado**. Item nº 08 – **Projeto de Lei do Senado nº. 417, de 2007** – terminativo – que "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes". Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **Adiado**. Item nº. 09. **Projeto de Lei do Senado nº. 596, de 2007** – terminativo – que "Altera a redação do art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) de forma a garantir aos idosos a liberdade de escolha de assento objeto dos benefícios criados por esta Lei.". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. Item nº. 10 – Projeto de Lei do Senado nº. 38, de 2008 – terminativo – que "Altera § 2º do art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente.". Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria: Senador Magno Malta. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. Item nº. 11 – **Projeto de Lei do Senado nº. 50, de 2005** – terminativo – que "Cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senadora Patrícia Saboya Gomes. Parecer: Pela aprovação da matéria nos termos da Emenda nº 01 – (substitutivo) aprovada na CCJ. Resultado: **Adiado**. Item nº. 12 – **Sugestão nº. 29, de 2005**, que "Institui o voto facultativo no processo eleitoral brasileiro.". Autoria: Associação Comunitário de Chonin de Cima – ACOCCI. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta. Resultado: **Aprovado**. O Senador Paulo Paim solicita a inclusão de itens extrapauta, que é aprovado. **Extrapauta**: Item nº. 01. **Requerimento nº. 50, de 2008**, de realização de Audiência Pública para "tratar dos reflexos do acidente da Gol no ano de 2006 e o da TAM ocorrido no ano de 2007, na vida dos familiares das vítimas e na população brasileira.". Com os seguintes convidados: representantes das vítimas, das empresas envolvidas, do Governo Federal e outros

a serem definidos. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 2. **Requerimento nº. 49, de 2008**, que requer "a criação de Comissão temporária externa composta por 03 (três) membros, com o desiderato de acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.". (SIC). Autoria: Senador Inácio Arruda. Resultado: **Aprovado**. Às onze horas e vinte dois minutos, o Senhor Presidente assume a presidência para o Senador José Nery. Às onze horas e trinta e quatro minutos o Senador Paulo Paim reassume a presidência. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores: **Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, José Nery, Magno Malta e Lúcia Vânia**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

A presente reunião será realizada em duas partes, audiência pública e deliberações de matéria. Primeira parte, item único. Audiência pública nos termos do requerimento nº 46 de 2008, CDH, de autoria desse Senador e o Senador Leomar Quintanilha, aprovada no dia 21/05/2008 com vista a tratar do impacto das tributações na distribuição de renda, na qualidade de vida dos assalariados. Convidados, nós convidamos o Senador Geraldo Mesquita Júnior, sempre presente aqui prestigiando a Comissão de Direitos Humanos. O nosso convidado especial hoje, Senador Mesquita Júnior, é o Presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, IPEA, que deverá fazer uma demonstração muito interessante sobre esta questão da distribuição de renda, tributos, impostos e principalmente demonstrando que quem mais paga impostos infelizmente são os mais pobres.

Teremos também alguns requerimentos na pauta. Teremos requerimento nº 48 de 2008, requerimento de audiência pública para discutir reportagem levada ao ar pela Rede Paranaense de Comunicação acerca do trabalho de menores no cultivo de preparo de folha

de fumo no Paraná, onde, segundo denúncia, 80 mil crianças e adolescentes perdem a saúde, a juventude nas estufas e barracões das fazendas onde é feita a separação e classificação das folhas a serem vendidas para os fabricantes de cigarros. Teremos convidado o representante do Ministério do Trabalho, o representante do Ministério Público, representando do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o representante do Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento e um representante das famílias, autor Senador Flávio Arns. Teremos também alguns projetos não terminativos. Senador Flávio Arns é relator de um deles, Deputada Maria Ângela Duarte autora. Temos outro, Senadora Marisa Serrano é autora, relatora Senadora Lúcia Vânia. Temos outro que eu sou autor, Flávio Arns é relator, temos outro que o Senador Antonio Carlos Valadares é o autor e o Senador Geraldo Mesquita Júnior é o relator e deu o parecer favorável. Temos outro da Senadora Lúcia Vânia que eu sou o relator. E também do Senador Papaléo Paes, relator Flávio Arns, Marcelo Crivella, relatora Lúcia Vânia, Expedito Júnior, relator Senador Flávio Arns, Demóstenes Torres, relator Senador Magno Malta e um do Cristovam Buarque com a relatoria da Senadora Patrícia.

Eu queria na abertura dos trabalhos dizer Senador Geraldo Mesquita Júnior, simplesmente sumiu aqui da minha frente o meu documento, uma pasta que eu trouxe lá de cima que fala sobre a questão da TAM. Acho que o Canindé acabou pegando. Muito bem. Mas o que eu quero, na verdade, Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu vou apresentar um requerimento hoje, quero também aproveitar enquanto o outro documento chega, para registrar a presença conosco aqui do Sr. Itamar Revoredo Kunert da Central Sindical de Profissionais que é Secretário-Geral e também o senhor Lúcio Flávio Costa, Presidente da FEBRAD, Federação Brasileira de Administradores filiados a CNPL. E lembrar que hoje à tarde nós teremos uma sessão de homenagem na hora do pequeno expediente dos 54 anos da CNPL que é a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais e se eu não me engano é o Senador, Senador Camata que entrou com requerimento, então, teremos uma sessão hoje à tarde sobre esse importante segmento organizado dos trabalhadores. Eu também aproveito o dia para lembrar a todos, Senador Geraldo Mesquita se quiser usar da palavra poderá já fazê-lo, senão eu vou adiantando até chegar aos nossos outros convidados que hoje é dia 5 de junho, é o dia do meio ambiente. Acho que é uma data importantíssima, hoje se fala tanto da importância, e com justa razão, do meio ambiente e V. Exa., Senador Geraldo Mesquita Júnior, que conhece muito bem essa área, ontem mesmo fazia um belo pronunciamento no plenário com referência à

volta da ex-Ministra Marina, agora como Senadora, e fez uma bela declaração eu diria de carinho e respeito à história da Senadora. Eu me lembro que eu no aparte que fiz falei um pouco de uma carta que o Frei Beto remeteu que era Carta a Marina e o título era: "Você caiu de pé". Achei muito bonito o espírito da carta, eu posso não concordar na íntegra, mas sem sombra de dúvida quando ele fala que a Marina representa a mulher, a cabocla, a índia, a Amazonas, enfim, falava que eu me lembro dessas partes eu li, eu comentei lá que a Marina representa o sangue, a água caudalosa dos rios. Enfim, foi um... Eu estou mais falando aqui uma fala do Frei Beto. Mas Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Exa., nos contornos do Acre que eu sei que o seu coração também, viu? Quero estender. Mas se quiser fazer alguma consideração sobre meio ambiente, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É verdade. Cumprimento os nossos ilustres visitantes. É um dia realmente muito importante. A Senadora Marina ontem naquele seu jeito simples ela disse algo que a gente é forçado a contradizer, viu, Paim? Ela ontem naquele seu jeito simples, a Marina, eu achei linda a carta do Frei Beto também, sabe Paim. Quando ele fala que o coração da Marina tem os contornos do... Eu achei fantástico. É uma licença poética...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele escreve muito bem o Frei Beto, né?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nossa, que coisa linda, não é, rapaz! Nas suas veias o sangue corre, tem a consistência dos rios caudalosos do Amazonas. É uma coisa muito bonita. Mas eu estava dizendo aqui que a Senadora Marina ontem afirmou algo na sua modéstia e simplicidade que a gente é forçado a discordar, Paim. Disse ela que não tinha feito nada de novo no Ministério. Ora, ela fez algo de novo, sim no Ministério e foi algo que repercutirá por muito tempo nesse país. Ela conseguiu colocar a questão do meio ambiente no centro como ela mesma disse, no centro da agenda política, econômica desse país. Esse é um feito, Paim. Se há muitas coisas novas que ela introduziu no Ministério, mas se há uma que eu destaco, assim, como muito relevante foi essa. Na sua atuação persistente; corajosa, sabe? E grandiosa. Ela conseguiu colocar o tema meio ambiente, preservação da Amazônia, desenvolvimento que eu prefiro chamar de continuado. Que essa história de desenvolvimento sustentável está ficando um negócio meio esquisito, Paim, porque lastimavelmente está virando uma grife e a grife está, assim, se auto-sustentando, vamos dizer. Porque lá no Estado em que pese todo o esforço tem sido feito ultimamente, mas se você for

traduzir mesmo o que se trata de desenvolvimento sustentável é a grande população ainda sustentando o desenvolvimento de poucos, Paim. É um negócio complicado isso.

Então, eu prefiro chamar de desenvolvimento continuado, não é? Mas eu destaco no dia do meio ambiente, eu destaco a homenagem que foi prestada ontem a Senadora Marina que merecia que ficássemos ali como eu disse até meia-noite acariciando a Marina com palavras porque ela merece muito mais do que isso entendeu, Paim? Pelo que ela fez ao país, ao estado dela e eu destacaria exatamente isso, ela introduziu a questão, introduziu fortemente. Não se pode dizer que isso não fazia parte da agenda do país. Mas ela introduziu fortemente a questão do meio ambiente, a questão da preservação da floresta conjugada com um desenvolvimento racional, além das nossas riquezas da Amazônia e do nosso povo que vive ali, muitas vezes a gente esquece de mencioná-lo, mas estão lá, 25 milhões de pessoas. E precisamos apurar o nosso discurso sempre que falarmos de Amazônia, falarmos em primeira mão nas pessoas que estão ali tentando sobreviver com muita dificuldade, as vezes contra tudo e contra todos sem estarem envolvidos e incluídos, Paim, num grande projeto nacional para aquela região. Eu pergunto, tenho perguntado insistentemente. Qual é o projeto nacional para a Amazônia que nós temos? Há uma dificuldade de se responder a essa questão. Nós estamos no rumo de formularmos um grande projeto, mas ele não existe ainda, Paim. Lastimavelmente. Então, eu quero festejar com você com todos que nos ouvem, com os nossos convidados esse dia que é um dia importante. É o dia que a gente deve lembrar fortemente das pessoas que estão--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, me permita, só a visita do Senador na nossa Comissão já é uma satisfação.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Justifica qualquer coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria dar só um abraço porque eu sei que ele tem outro compromisso.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Saudações. Grande figura. Eu o chamo de Dom Pedro Simon. [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dom Pedro Simon. É que ele vai para a CPI.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Então, Paim, era isso. Eu queria festejar com você, com todos essa data, que é uma data significativa que está sendo uma data cada vez mais significativa, essa data antigamente, Paim, era uma data que convocava, às vezes tão somente a garotada

para fazer um desfile nos municípios pequenos, a garotada saía em desfile cívico para comemorar o dia do meio ambiente, tal, mas hoje toda a população do país está convocada para refletir nessa data. Eu não diria festejar, mas para refletir sobre o que ela representa, uma data simbólica, tem um significado muito grande, cada vez maior hoje em dia. E a Senadora Marina é a grande responsável por ter introduzido fortemente esse assunto, essa questão tormentosa, na agenda política, econômica e social do nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Mesquita Júnior, se me permitir, chegada já do Senador Flávio Arns. Senador Flávio Arns nós estamos introduzindo, como dia cinco hoje é o Dia Internacional do Meio Ambiente, enquanto que o nosso convidado especial que é o Presidente do IPEA chega, que é o Márcio Pochmann, ele já está chegando, nós estamos conversando. E eu vou me permitir, se os senhores me assegurarem esse direito, já que eu estou com a palavra, eu recebi aqui que eu achei muito interessante algo que foi escrito pelo chefe indígena chamado Seattle, em 1854. Naquela época o Presidente dos Estados Unidos, Presidente Franklin propôs comprar a terra da tribo desse setor dos povos indígenas. E propôs conceder-lhe uma reserva; e ele respondeu ao Presidente dos Estados Unidos da seguinte forma: "Como é que se pode comprar ou vender o céu? Alguém acha que pode comprar ou vender o calor da terra?" Diz, o chefe indígena. "Essa idéia nos parece estranha. Se não possuímos o frescor do ar e o brilho da água como é possível comprá-los? Dizer-lhe mais. Cada pedaço dessa terra é sagrado para o meu povo. Cada ramo brilhante de um pinheiro, cada punhado de areia das praias, a penumbra da floresta densa, cada clareira é em cento e estão a zumbir, são sagradas à memória, as experiências do meu povo. A seiva que percorre o corpo das árvores carrega consigo a lembrança dos homens vermelhos. O ar é preciso para o homem vermelho, pois todas as coisas compartilham o mesmo sopro, o animal, árvore, o homem, todos compartilham o mesmo sopro". E termina o chefe indígena dizendo, em relação ao meio ambiente e repito quando quiser comprar sua terra. "Há uma ligação em tudo. Vocês devem ensinar a suas crianças que o solo a seus pés é a cinza de nossos avós para que respeitem a terra, digam aos seus filhos que ela foi enriquecida com as vidas do nosso povo. Ensinem as suas crianças o que nós ensinamos, as nossas terras, que a terra é a nossa mãe, tudo que acontece à terra acontecerá aos filhos da terra". Eu achei esse final aqui muito interessante de um chefe indígena defendendo o seu solo, a sua terra, a sua floresta, os animais, a vida. Mas esse finalzinho eu acho que é simbólico. Tudo o

que acontecer à terra acontecerá aos filhos da terra. Achei muito interessante.

Queria convidar os companheiros da CNTC para sentarem mais próximos aqui da gente. E eu aproveitei nesse momento para convidar o nosso painelista, Dr. Márcio Pochmann que é o Presidente do IPEA. Dr. Márcio Pochmann nós estávamos falando aqui já do dia 5 que é o Dia Internacional do Meio Ambiente e, na verdade, estamos defendendo a vida em toda a sua extensão. E a sua palestra tem tudo a ver com a questão da vida já que vai falar da questão de tributos, impostos, distribuição de renda, concentração. Logo que o Dr. Márcio Pochmann puder ele já vai fazer uso da palavra, mas enquanto o Dr. Márcio Pochmann já com a presença aqui dos nossos Senadores Flávio Arns e Mesquita Júnior, e aqui ainda representando o Movimento Sindical, está o pessoal da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, já registrei os outros que estão aqui presentes, o pessoal da Nova Central também está aí. Eu queria dizer, Senador Flávio Arns, eu já li aqui na abertura, só para dizer que vamos votar também os requerimentos de sua autoria, aquele principalmente voltado à questão do Paraná e também vamos votar alguns projetos não terminativos. Mas eu queria também dizer, aproveitando ainda logo que o nosso painelista Márcio Pochmann esteja à nossa disposição, que houve em Porto Alegre um grande movimento ainda sobre aquele acidente da TAM e que fez com que ocorresse também o acidente da GOL. Não tem nada haver com essa notícia de ontem, de VARIG, outro debate que vai acontecer, que aconteça e que fique tudo esclarecido. É outro acidente.

Houve um grande movimento em Porto Alegre, foi a denominada 9ª Reunião Familiar de Vítimas do Vôo TAM JJ 3054 organizado pela Associação de Familiares e Amigos das Vítimas vôo TAM JJ 3054 AFA-VITAM, foi uma reunião entre familiares que recordaram, naturalmente, a perda dos seus entes queridos, foi um momento terrível onde 199 pessoas perderam a vida, a maioria jovens e também idosos, tinha lá uma delegação de idosos que representava, inclusive, as tricoteiras, assim chamadas, uma luta antiga contra os precatórios. Em São Paulo houve um movimento semelhante, a programação em Porto Alegre iniciou pela manhã, teve reunião com o PROCON, Defensoria Pública e reunião com criminalista Dr. Eduardo César Leite, nessa reunião ficou demonstrada a indignação dos familiares, dos amigos, da população geral que não estão satisfeitos com as providências tomadas até o momento em relação a esse grave acidente. Diversos documentos foram entregues naquele momento, muitas flores, faixas, com dizeres, vergonha, enfim, vida não tem preço, negligência, descaso, exigimos o fim do

caos, nunca mais Congonhas, acorda Brasil... Depois fizeram no outro dia ainda, uma celebração em frente ao Aeroporto Salgado Filho de onde partiu o fatídico vôo. Lá foram iniciados os plantios de 199 árvores, representando cada uma das vítimas daquele vôo. As quatro árvores iniciais representaram aqueles corpos que não conseguiram ser encontrados. Tem uma frase de um familiar que diz: "Com essa árvore eu recebo de volta o corpo do meu filho".

Também junto das árvores foi colocada uma pedra fundamental que fará com que todos que passem por ali façam sua reflexão e escolham e trabalhem para mais segurança não só nos Aeroportos, mas também nas Rodovias, o que há de morte hoje no trânsito é algo até meio que incalculável. Eles me entregaram todo esse documento, e eu depois de receber o documento, preocupado, eu até coloquei aqui no final que um dos passageiros desse vôo era um colega meu e era do PSDB, colega meu, foi deputado comigo, Senador Flávio Arns acho conheceu ele foi o Júlio Redek, acho que todos nós o conhecemos, era muito ligado à política internacional, um jovem deputado, em ascensão, defendia com muita competência as suas convicções e que faleceu também nesse vôo. Mas mediante todos os fatos e nós vamos votar no final eu vou entrar hoje com requerimento para que a Comissão de Direitos Humanos faça um debate sobre o que aconteceu com a GOL e também com esse acidente da TAM que levou a morte de quase 400 pessoas. Senador Mesquita Júnior, no final nós votaremos requerimentos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Com relação ao acidente da TAM, Senador Paim, não sei quando aconteceu esse encontro aí que V. Exa. menciona, mas há poucos dias as Comissões Administrativas encarregadas de apurar responsabilidades naquele acidente da TAM em São Paulo, chegaram as suas conclusões. Não há como reparar a perda de vítimas. Isso é verdade. Todos nós lamentamos profundamente o que houve, mas, contudo as famílias interessadas já têm nas mãos, já dispõem de elementos para aqueles que pretendendo propor ações cíveis, penais até, já têm elementos nas mãos, elementos conclusivos nas mãos que podem instruir essas ações, esses processos. É uma informação...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Podemos convidá-los para fazer um depoimento aqui com esses documentos, para agilizar o processo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Eu creio que seria interessante. Já há definições, conclusões dessas Comissões administrativas que foram constituídas para apurar responsabilidade naquele acidente e nesse sentido já chegaram,

já finalizaram os seus trabalhos e há farto material que podem se constituir em valioso subsídio para as famílias das vítimas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, então de imediato eu passo a palavra ao nosso convidado, agradeço mais uma vez o Márcio Pochmann, e o Márcio me permita, eu chamo direto o Márcio Pochmann, ele me deu as primeiras aulas de economia, viu, eu sindicalista... e olha que eu sou mais velho que ele. E ele já era um assessor do movimento social. Então, eu tenho um carinho, um respeito muito grande pelo Márcio, ele sabe disso. Ele me deu as primeiras aulas da macroeconomia, eu um sindicalista, operário, então, ele tinha um grupo de outros jovens, estudantes na época e reuniu alguns dirigentes sindicais e davam as primeiras aulas porque entendia a importância desses operários, desses trabalhadores um dia atuarem de forma mais incisiva na política nacional. Então, eu conheço o Márcio, eu diria, vou ficar só com 30 anos, se eu falar mais eu complico ele e complico minha idade também. [risos]. Márcio, uma alegria muito grande recebê-lo aqui no Senado, na Comissão de Direitos Humanos para que você faça uma exposição sobre a questão de tributos, impostos, concentração, impacto na situação principalmente dos mais pobres. Pelo tempo que for necessário.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Bom dia a todas e a todos. Caro Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, prezados senadores, senhoras e senhores. É para nós certamente uma enorme alegria compartilhar desse momento em que trazemos um conjunto de elementos, resultados de um esforço que o IPEA, os colegas do IPEA, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada estão fazendo em torno da temática da tributação um olhar do ponto de vista da justiça tributária. E isso se dá justamente no momento em que os Srs. Senadores e Srs. Deputados têm à frente o debate e a decisão de uma Reforma Tributária da maior importância e sabemos de forma já antecipada que o objeto maior desta Reforma Tributária é buscar uma maior eficiência econômica e uma desburocratização e simplificação do ponto de vista administrativo da tributação impactando evidentemente a tributação do ponto de vista do federalismo brasileiro.

E nós estamos aqui colocando um pouco de ênfase a respeito do papel que possui a tributação no enfrentamento da pobreza e da desigualdade. Então, quero agradecer ao Senador Paim por abrir essa oportunidade de nós trazermos aqui elementos que no nosso modo de ver deveriam ser considerados porque grande parte de decisões que poderiam ser tomadas, inclusive, dizem respeito a medidas de ordem legal e jurídica que são infraconstitucionais, não necessitam,

tal como a Reforma Tributária, de uma mudança na Constituição, elas poderiam ser perfeitamente realizadas com base em decisões infraconstitucionais. Então, eu vou dividir aqui a minha exposição em duas partes, uma primeira dizendo tão somente de como nós identificamos, o quanto nosso sistema tributário ajuda a aumentar a desigualdade de renda e ampliar a pobreza.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse pessoal todo que está chegando não é devido ao Senador Paim, é o prestígio a tua palestra, viu, são dirigentes sindicais que souberam ontem que poderiam assistir, está aqui o José Augusto da Nova Central, da CNTC e outros companheiros que pediram para assistir a palestra.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Muito obrigado. Fico muito honrado com a presença de todos e todas. Então, numa primeira parte vamos apresentar de forma muito rápida as características do nosso sistema tributário e de como ele impacta, negativamente, no aumento da desigualdade de renda e riqueza e simultaneamente no aumento da pobreza no país. E na segunda parte nós vamos, então, de forma hipotética oferecer uma primeira simulação demonstrando como seria possível nós atuarmos com o objetivo de reduzir a desigualdade e reduzir ainda a quantidade de pobres chamando a atenção para a necessidade do Brasil construir uma nova geração de políticas públicas, enfrentamento à desigualdade e a pobreza, sabemos do sucesso que as políticas de transferência de renda estão tendo no país e tiveram. Mas o que nós vamos oferecer aqui, isso não se trata de uma proposta porque o IPEA não tem esse caráter de fazer propostas, é uma instituição de pesquisa, de análise, de assessoramento. Então, nós estamos apenas oferecendo como há um espaço para combater a desigualdade de pobreza e a simulação que nós vamos apresentar aqui tem um efeito equivalente a três bolsas famílias sem ser no programa de transferência de renda. Então, de forma muito rápida eu queria, então, apresentar em primeiro lugar uma característica do nosso país que é a desigualdade. Então, pode passar pelo primeiro elemento, primeiro gráfico, que mostra de uma forma bastante clara como nós temos dificuldades de redistribuir a riqueza e a renda no país. E aí é uma série que se inicia lá no Século 18, passando pelo Século 19 e chegando ao Século 20, ao ano 2000 demonstrando justamente como os 10% mais ricos se apropriam de uma parcela significativa da riqueza, do estoque de riqueza, a gente está olhando patrimônios, posse de ativos financeiros, das mais diferentes formas de ativos.

Então, ainda quando o Brasil era um país colonial, predominantemente agrário e escravista nós tínhamos

na experiência da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, quase 70% do estoque de riqueza concentrado nos 10% mais ricos. Ao final do Século 19 quando nós estávamos abandonando o Império e, sim, indo para a República, mas ainda numa situação de mercado de trabalho transitando do escravismo para o mercado de trabalho livre, olhando essas três cidades, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, nós percebemos o quanto à riqueza permanecia concentrada nos 10% mais ricos, naquele momento, inclusive, o escravo era considerado um ativo, porque tinha valor de mercado, tinha custos e tinha um preço. E ao final, então, do Século 20, no ano 2000 nós percebemos que no estudo que fizemos a respeito do Brasil nós temos 10% mais ricos concentrando 75% do estoque de riqueza do país. Ou seja, um país que se transformou do ponto de vista econômico, deixou de ser uma economia primária exportadora, se transforma numa economia industrializada, 8ª economia do mundo nos anos 70 e hoje vive um quadro de economia pós-industrial onde ganha a dimensão os serviços, nós percebemos que essas transformações econômicas praticamente não impactaram a repartição da renda no país.

Tampouco somos um país com toda a experiência democrática, mas em toda a maneira tivemos experiência de autoritarismo, democracia e isso, infelizmente, não foi suficiente para alterar o padrão distributivo no país ao longo do tempo. Podemos ver o próximo gráfico que na verdade nos indica como vem sendo repartida a participação dos salários na renda nacional. Aí é uma outra forma de olhar, nós estamos olhando a distribuição funcional da renda e isolando a renda do trabalho, inclusive, trabalho dos empregadores no que diz respeito à renda auferida na forma de pró-labore. Então, aquela renda absorvida na forma de trabalho vem perdendo participação na renda total em comparação com a renda do capital, dos juros, lucros, aluguéis, entre outras formas de apropriação da renda que não do trabalho, diríamos, a renda da propriedade em última análise. Então, a renda dos trabalhadores de maneira geral, lá em 59, 60, chegou a representar quase 57% da riqueza da renda nacional e estamos vendo aí uma tendência de queda, inclusive, 2005, último dado que o IBGE nos permite analisar, chegamos a 39,1% da renda do país está na mão dos trabalhadores.

Então, realmente é uma tendência que precisaria ser melhor considerada do ponto de vista da repartição da renda nacional entre trabalhadores e proprietários, digamos assim. Depois nós temos o próximo gráfico que nos permite analisar, então, a distribuição da desigualdade, a desigualdade, a distribuição pessoal da renda e aqui basicamente é no interior da renda do trabalho. Nós estamos tratando basicamente daqueles 39% da

renda nacional. A renda dos trabalhadores, digamos assim, como é que ela se distribui por percentil, ou melhor, dizendo aqui no caso do Índice de Gini.

Índice de Gini é um indicador que mede, de zero a um, o tamanho da desigualdade. Quanto mais próximo de um, maior a desigualdade, quanto mais próximo de zero menor a desigualdade. E aí tem uma série longa que se inicia em 1960 e que nos permite justamente observar que em 1960 o primeiro dado que nós temos, o censo de 1960 foi o primeiro a medir renda no país, renda declarada e nós temos o Índice de Gini de 0,5%. Quer dizer, o período antes do Regime Militar nós tínhamos esse padrão de desigualdade. Com o Regime Militar, com o ano dos milagres e etc, nós aumentamos a desigualdade para 0,6; 0,63 para ser mais preciso. Aí nós temos uma variação que impõe uma queda no período da crise dos anos 80, depois tivemos o período inflacionário, hiperinflacionário que chegamos, então, a 89 a ter 0,64, o grau de desigualdade no interior da renda do trabalho, depois vem a recessão no Governo Collor, depois vem a estabilidade monetária e temos agora uma trajetória de queda, última informação que temos de 2006 dá um Índice de Gini de 0,56. Índice de Gini de 0,56 equivale ao Índice de Gini de 1970. Ainda estamos longe do Índice de Gini de 1960 que foi 0,5. Eu poderia dizer aqui sem medo de errar que todo o Índice de Gini acima de 0,4 mostra o grau de primitismo e selvageria de uma sociedade. Então, para ser uma sociedade civilizada do ponto de vista da desigualdade precisaríamos ter um Índice de Gini abaixo de 0,4.

Muito bem, agora podemos, entrar, então, no sistema tributário brasileiro chamando atenção, pode passar isso que eu não vou tratar da situação nacional. Aqui tem uma série que mostra a evolução desde 1995 até o ano de 2006 da evolução da carga tributária no Brasil; uma evolução de elevação da carga tributária bruta, ou seja, a somatória de toda a arrecadação dos tributos, taxas e contribuições e chegamos ao ano de 2006 com 34% da tributação. O que... Eu não vou entrar no mérito para mostrar como é que evoluiu essa carga, como é que ela rebateu, talvez fosse interessante ir basicamente, pode avançar, por favor, vai avançando até a carga tributária líquida. Pode avançar, pode avançar, pode avançar. Avança, avança, avança, avança, avança. Mais um, mais um, mais um, mais um, mais um, mais um.

Discutir como é que a carga tributária aumentou, quem está pagando mais, quem são as grandes empresas, pequenas empresas, são as famílias, são os proprietários, etc, mas o que eu quero mostrar é o seguinte, a despeito da carga tributária bruta ter se elevado no Brasil, quando nós analisamos do ponto de

vista do líquido, isto é, aquilo que de fato os Governos, o Estado tem para efetuar do ponto de vista das políticas públicas é algo diferente daquilo que ele arrecada, porque nós utilizamos aqui o conceito de carga tributária líquida que seria aquela carga tributária efetiva para manejo de políticas econômicas sociais de maneira geral. Então, nós estamos tirando da carga tributária bruta tudo aquilo que o Governo repassa imediatamente, quase que imediatamente ao arrecadar, por exemplo, na forma de subsídios e isenções fiscais, ele arrecada e depois devolve, na forma de transferências como, por exemplo, as transferências para instituições filantrópicas, transferências para aposentados e pensionistas, quer dizer, é algo que o Governo não tem manejo, esse é um recurso que entra e praticamente é repassado assim como o repasse feito anualmente na forma de juros da dívida. Gastamos 6 a 7% com pagamento de juros da dívida e possivelmente vamos começar a pagar mais em função da elevação dos juros no período recente da dívida.

Então, são recursos, na verdade, que não compreendem o manejo da política econômica social dos Governos nas diferentes esferas governamentais. Então, de fato quando a gente vai olhar esse gráfico nós vamos perceber que, na verdade, o Governo tem para gastar 12,1% do PIB a despeito de arrecadar 34% do PIB, ou seja, para cada três reais que o Governo arrecada apenas um, ele tem de livre provimento, digamos assim, para as ações na área da saúde, educação, habitação e transporte. 2/3 do que ele arrecada, ele transfere na forma de subsídios, isenções, pagamentos de juros e transferências. Depois podemos passar para a próxima e vamos ver... Mais uma. Aqui. Como, na verdade, rebate a carga tributária do ponto de vista daqueles que efetivamente pagam os tributos no país. Então, nós temos aqui uma distribuição, digamos, por rendimento, começando aí a ter dois salários mínimos e avançando para mais de 30 salários mínimos o peso efetivo da tributação. Então, nós vamos perceber, por exemplo, que lá em 1996, quem recebia até dois salários mínimos comprometia 28% da sua renda com pagamento de impostos. Em 2003, isso é pesquisa de orçamento familiar, aumentou para 48,9%.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De quanto para quanto?

SR. MÁRCIO POCHMANN: De 96 para 2003.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Qual é a diferença de percentual?

SR. MÁRCIO POCHMANN: Quem ganhava até dois salários mínimos pagava 28,2% de sua renda, agora está pagando 48,9. Não, aumentou em cima, está lá, 73,4% a carga tributária para quem ganha até dois salários mínimos. Aí vamos pegar quem ganha

mais de 30 salários mínimos, de uma forma muito mais simplificada pegar outro extremo. Quem ganha 30 salários mínimos, pagava, quer dizer, em termos de carga tributária representava 17,9% de sua renda em 1996 e em 2003 foi para 26,3. Houve um aumento na carga também mais de 46,9%. Ou seja, o pobre neste país, de cada dois reais que ele ganha, um ele compartilha com o setor público. O rico de cada três reais ele compartilha um.

Vamos olhar, avançar a próxima carga tributária, a próxima lâmina. Aqui nós vamos ver, então, o efeito de alguns impostos, especialmente o que a gente está repartindo, a tributação indireta e a tributação direta e a tributação total. Na tributação total nós temos aqueles tributos que indiretamente são pagos pela população que de maneira geral não percebe o impacto do tributo porque ele está incluído no preço. Ao comprar um quilo de feijão, ao comprar um automóvel, o tributo está lá incluído no preço, não se sabe quanto paga. E como a população mais pobre tem uma maior proporção de gastos em bens básicos, esses bens básicos no Brasil são muito tributados e bens de maior valor unitário, em geral não são tão tributados quanto os bens básicos. Por isso que os pobres terminam pagando mais em relação, digamos, o tributo direto que é aquele tributo que é pago sobre a propriedade como o IPTU, como o ITR. O ITR no Brasil é uma coisa muito esquisita porque é o único tributo que tem redução nominal de arrecadação. Não é nem... Além de real é nominal.

Então, o que nós percebemos? No primeiro desliza o mais pobre. Se nós pegarmos toda a população e dividir por 10, dos 10% mais ricos aos 10% mais pobres. Nós vamos ver o seguinte. Do ponto de vista da tributação indireta, a tributação indireta diz respeito o seguinte. Nós temos 32,8% é a carga tributária para quem ganha 10% os 10% mais pobres e nós temos a tributação direta representando apenas 3,7% do seu rendimento. E a tributação indireta representa 29,1%. Então, aqui no começo da coluna, o impacto da carga tributária e lá no... Tomaram os 10% mais pobres como a carga tributária menor. Eles pagam menos em relação à tributação indireta e pagam um pouquinho mais em termos da tributação direta. No entanto, o total da carga tributária ela onera justamente os mais pobres. Podemos passar para a próxima.

Aí vamos poder observar o efeito da tributação indireta. Vejam como ICMS, o IPI, o PIS/COFINS, são impostos muito regressivos porque eles oneram fundamentalmente os pobres. O ICMS, a carga tributária, o peso do ICMS no rendimento das famílias pobres até 10 salários mínimos... São famílias pobres, 10%. São famílias que vivem com renda de 40 reais mensais. Tá certo? Eles pagam 16% do seu rendimento com ICMS.

As famílias com rendimento a partir de 2500 reais, a partir dos 10% mais pobres, a partir disso, pagam com ICMS 5,7% de sua renda. Então, a tributação direta ela é muito regressiva. Podemos passar para o próximo? E vamos ver aqui, então, o efeito da tributação direta. Veja, o IPTU, imposto predial territorial urbano em tese é o imposto progressivo, ele deveria atuar justamente sobre os que têm propriedades, as propriedades privilegiadas, propriedades que são bem atendidas, digamos assim, do espaço municipal e o que a gente percebe, o IPTU é aquela linha em vermelho que infelizmente o morador da favela, o mais pobre paga mais IPTU do que o morador da mansão, das nossas cidades, na média. O IPTU pesa para quem ganha... os 10% mais pobres pesa 1,8% de sua renda, enquanto que os 10% mais ricos, o IPTU pesa 1,4%. Nós temos parte importante das cidades brasileiras que nem IPTU cobram.

Então, veja o pouco uso que nós fazemos no Brasil de uma tributação tão importante que é a tributação direta. A mesma coisa em relação ao IPVA, que é o Imposto sobre a Propriedade Imóvel. Não são os pobres infelizmente que têm automóvel, mas o peso da tributação do IPVA é praticamente equivalente proporcional, enquanto que a experiência de outros países avançados indica justamente que os impostos sobre propriedades são muito progressivos. O imposto mais progressivo que nós temos é o Imposto de Renda que é em preto que mostra basicamente que Imposto de Renda os 10, 20%, 30%, 40% mais pobres praticamente não paga Imposto de Renda e ele é bastante relativamente progressivo, mas não é tanto quanto poderia ser, lembrando que o nosso Imposto de Renda só tem duas faixas de alíquotas. E a experiência internacional mostra que é importante ter mais faixas de tributação, especialmente quando existe uma enorme desigualdade de rendimento. O Brasil em outros anos chegou a ter 13 faixas de rendimento, de alíquotas. Nosso Imposto de Renda começa a se pagar numa faixa muito alta aos 15% e a faixa limite que é a segunda faixa, 27,5 é muito baixa comparativa aos níveis de renda. Em geral nas experiências internacionais começa a se pagar uma taxa de 5% e chega a 60, 70% do rendimento. Avançar mais um pouco, eu não vou cansá-los com tanto. Pode passar mais um. Mais um.

Aqui, só para dar uma memória, do período de 79 a 85 nós tínhamos 12 a 13 alíquotas do Imposto de Renda que variavam de zero a 60%. E a situação de 98 para cá, na verdade de 1996 para cá em apenas duas faixas de 15 a 27,5%. Muito bem, e agora a segunda parte de maneira mais rápida eu gostaria, então, de apresentar uma possível ação no que diria respeito ao enfrentamento da desigualdade da pobreza. Por favor. Bem, aqui nós temos a evolução do Índice de

Gini, um período mais recente, de 94 para cá e podemos observar que o Índice de Gini já começa basicamente a ter uma redução a partir de 2001, 2002 e eu queria dizer o seguinte. O programa bolsa-família que teve um papel muito importante; está tendo um papel muito importante no enfrentamento da desigualdade, e, sobretudo na pobreza, ele permitiu a redução no índice de Gini de um ponto percentual, permitiu sair de 0,57 para 0,56 o Índice de Gini. O que nós vamos apresentar aqui basicamente é... Porque a gente fez uma série de testes econométricos para poder isolar o efeito de bolsa-família do salário mínimo, de outros programas. O IPEA tem estudos nesse sentido. Se o Senador tiver interesse podemos disponibilizar. Alguma coisa de 0,1 a 0,15.

Muito bem, então o que nós vamos apresentar é o quê? Algo que de forma hipotética, tá certo, permitiria sair de um Índice de Gini de 0,56 para 0,53. Certo? Efeito de três bolsas-família. E como é que seria isso? Podemos passar para o próximo. Seria em primeiro lugar atuando fortemente sobre a COFINS. Isso, volto a dizer, não é uma proposta, é apenas uma simulação para ver que grau de liberdade se tem e efeito de decisões a serem tomadas. Isso aí é a linha da distribuição sobre a pobreza com a presença do COFINS e sem a presença do COFINS. Com a presença do COFINS nós temos atualmente 32,5% da população considerada pobre. Isso significa dizer que nós temos atualmente 59,6 milhões de pessoas na condição de pobreza, dada justamente pela identificação de 0,5 salários mínimos *per capita*. Muito bem, se nós retirarmos a COFINS que é o imposto regressivo, como foi apresentado antes, não é o principal imposto regressivo que nós temos, é o ICMS que é a maior arrecadação do país. A COFINS é a segunda maior tributação, maior arrecadação. Na hipótese de sair a COFINS, nós teríamos condições de reduzir a pobreza para 29% da população, ou seja, nós teríamos condições de sair de 59,6 milhões de pobres para 53,2 milhões de pobres, uma redução de 10,7% da pobreza. Isso equivaleria a retirar da condição de pobreza 6,4 milhões de pessoas. Alguma coisa equivalente à população da cidade do Rio de Janeiro sairia da pobreza com uma atuação forte sobre a COFINS. Além, então, da redução da pobreza nós teríamos, então, a possível redução do Índice de Gini, da desigualdade 0,56 para 0,53. O que nós estamos trabalhando é justamente na hipótese de uma recomposição da arrecadação. Nós temos hoje um forte peso da arrecadação nos impostos indiretos. A experiência internacional, sobretudo países desenvolvidos OCDE, mostra que há uma evolução crescente da tributação direta porque ela que arrecada sobre quem mais de fato recebe, quem mais propriedade tem e assim por

diante. Então, nosso movimento seria justamente mostrar que há um espaço para reduzir o peso dos impostos indiretos e simultaneamente aumentar o peso dos impostos diretos. Certo? Podemos passar para a próxima? Que eu acho que não vai dar...

Como é que nós compensaríamos a COFINS? A estimativa de arrecadação para este ano é de 115,3 bilhões de reais, 18% da arrecadação Federal. Qual é nossa... Uma possibilidade de compensar essa redução da arrecadação do COFINS? Era justamente elevar o Imposto de Renda e implementar o imposto sobre grandes fortunas. Certo? O Imposto de Renda arrecadou, a estimativa de arrecadação para esse ano é de 132 bilhões de reais. Isso porque ele atua apenas e tão somente em duas faixas de alíquotas. Se nós tivérmos, sairmos de duas para 12 faixas, iniciando com o mesmo grau de isenção, isto é, até 1.257 reais, população ficaria isenta de pagar impostos. E começando de 1.257, a faixa de 5% até oito mil reais não teria elevação na carga tributária, ou seja, quem ganha até 8% pagaria ou vem pagando em termo de arrecadação. Mas a partir de 8% nós teríamos alíquotas crescentes de 30% chegando a 60% para quem ganha acima de 50 mil reais mensais. Isso nos permitiria elevar a arrecadação do Imposto de Renda, passando de 4% do PIB para 5% do PIB e compensar a parte restante do COFINS com introdução do imposto sobre grande fortuna. Nós não temos os dados ainda precisos, estamos em conversação com a receita, para ter os dados mais precisos. Mas até onde nós conseguimos chegar, o imposto sobre grandes fortunas com uma alíquota média de 1% dos bens declarados e com valores médios permitiria a arrecadação em torno de 70 bilhões de reais, ou seja, quantia mais do que suficiente para compensar a COFINS, veja, isso é uma simulação, podemos trabalhar com ICMS, de forma mais amplamente.

Aqui, apresentando a título de reflexão, o espaço que se tem para se reequilibrar sem alterar a carga tributária você estaria reduzindo o peso dos impostos indiretos e aumentando o peso dos impostos diretos, o que teria um efeito fantástico do ponto de vista da redução da desigualdade e, sobretudo na redução da pobreza no Brasil, ou seja, seria uma alternativa, um novo padrão de políticas de enfrentamento à desigualdade que se daria de forma coincidente com os programas já em vigor nos dias de hoje. Senador Paim seria isso que nós tínhamos para apresentar e ficamos à disposição. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou de imediato abrir a palavra...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Só uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy, Senador Flávio Arns, Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Queria só consultar o Dr. Márcio se ele pode disponibilizar para a Comissão para que a gente reproduza esse material...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já está aqui, já está aqui, o colega tem aqui já gravado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu peço a assessoria da Mesa.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Se puder distribuir agora, por favor.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pudessem tirar cópia para os parlamentares.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas eles precisam agora, estão pedindo. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, de fato como o Dr. Márcio colocou, em primeiro lugar quero saudá-lo também, por estar aqui na Comissão de Direitos Humanos, Legislação Participativa pelo trabalho que vem sendo desenvolvido no IPEA sobre sua coordenação. E também o seu compromisso como o Senador Paulo Paim já ressaltou, histórico, com a luta, na luta contra a desigualdade, contra a pobreza. Então, é uma satisfação. Agora, é como o senhor colocou também, que é um debate que tem que ser feito, simulações que têm que ser feitas, o aprimoramento. E eu penso, Sr. Presidente, que nós poderíamos até nessa Comissão nos dedicar mais a essa situação, assim, num sentido não necessariamente só em termos de audiências públicas, mas em termos, assim, até de um grupo de trabalho para as pessoas interessadas analisarmos um quadro, analisarmos o outro, cotejarmos, compararmos, vermos outros dados, tirarmos dúvidas para que se a gente pensa em termos de Comissão de Direitos Humanos sem dúvida a carga tributária como foi apontado pelo Dr. Márcio faz com que haja menos Direitos Humanos em função de uma carga tributária injusta. Porque se a pessoa paga mais, tem menos dinheiro para comida, para educação, para saúde, para transporte, enfim, para suas necessidades fundamentais. Então, eu sugiro, assim, que a gente possa fazer isso. Eu queria, assim, só que o Dr. Márcio ainda esclarecesse um pouco melhor porque tem, se bem que eu já tenha participado de debates, mas também

em função do Índice de Gini, né? Quer dizer, redução da pobreza, da desigualdade, que é o objetivo a ser perseguido, sem sombra de dúvida, existe o impacto do bolsa-família, acredito, sem dúvida alguma, assim detalhar um pouco mais que eu sei que existem esses estudos dentro do IPEA, o impacto do salário mínimo comparado com a questão do bolsa-família e a própria, e o próprio impacto do desenvolvimento econômico propriamente. Quer dizer, de geração de emprego, renda, pelo crescimento econômico que aqui também, se a gente pudesse, assim, pensar, assim, em termos da entrada dessas pessoas, a participação dessas pessoas. E se, assim, medidas, assim, por exemplo, em relação a essas pessoas, quer dizer, o COFINS, quer dizer, diminui-se o COFINS, mas discute-se muito, também, assim, medidas que possam ser tomadas, por exemplo, em termos de necessidades fundamentais da pessoa, por exemplo, energia elétrica, muitos Estados têm políticas públicas voltadas para a isenção de muitas pessoas que, por exemplo, gastam até 100 quilowatts/mês, por exemplo, isenção absoluta das taxas, das tarifas, desde que isso não esteja em zona a separar um pouco, por exemplo, para não ter a questão de casa na praia, casa no campo aonde a pessoa não vai durante o ano, não gasta e não pagaria a luz também, eu sei que o Paraná tem isto também, políticas, assim, voltadas inclusive para a questão de saneamento, de água. Esse entrosamento de políticas públicas que poderiam permitir com que houvesse uma maximização, pelo menos, discute-se, eu estive um outro dia participando de uma reunião da frente parlamentar pela agricultura também e um dos pontos levantados pelos deputados da Reforma Tributária, particularmente pelo Deputado Haully era no sentido de isenção total de todos os aspectos relacionados à alimentação ou, por exemplo, remédio, tem certas coisas, assim, que às vezes a gente se surpreende, dentro do espírito que o senhor colocou que a gente não sabe se é direto, se é indireto.

Então, eu acho, assim, que estas distorções todas, até que ponto que isso afeta a pobreza, a desigualdade, por exemplo, a distorção tributária. Nós estamos discutindo aqui mais um imposto, que é... Não é imposto, seria contribuição, a CSS que vem substituir a CPMF, quer dizer, aumento da carga tributária novamente, quer dizer, isso vai aumentar um pouquinho lá no índice final, lá também. É claro que a pessoa pode dizer, isso vai para particularmente para a população mais pobre, para o SUS, mas a experiência com o CPMF, inclusive, já indicou que isso não ia para a área da saúde, ia para outras finalidades.

A questão dos juros, por exemplo, a taxa SELIC que 6, 7% como foi falado, isso significa aproximada-

mente 140 bilhões de reais, quer dizer, isso tem um impacto, eu diria, assim sobre a desigualdade, sobre a renda, sobre a falta de recursos para a questão do combate a desigualdade social, a pobreza. Então, ontem mais meio por cento. Será que este é o caminho? Será que isso não vai aprofundar a pobreza, a desigualdade? Será que nós não teríamos um outro caminho, eventualmente, de superávit primário, alguma coisa assim que pudesse substituir para que nós estamos transferindo 10 bilhões de reais por ano de novo para o pessoal do capital, puxa, dez bilhões de reais por ano é o que nós queremos para a área da saúde, quer dizer, ontem nós tiramos 10 bilhões, vamos dizer, do setor público, das necessidades e passamos para os 10% mais ricos. Quer dizer, a dívida do Brasil está aí, 10 bilhões foram para o setor mais rico da sociedade. Quer dizer, são decisões, a gente sabe que são decisões difíceis por um lado, mas por outro lado eu acho que está, assim, havendo a necessidade de se discutir mais, não é? Quer dizer, numa tacada 10 bilhões ontem, até o final do ano de 12.25 a expectativa é que chegue a pelo menos a 14% a taxa SELIC, quer dizer, 14% significaria mais 20 bilhões, cria-se a CSS para compensar com 10 bilhões a saída de 30, 40 bilhões que já foram para os 10% mais ricos. Quando, não sei, a gente poderia ter algum outro debate sobre, assim, uma discussão melhor.

Então, eu penso, assim, como é que essa dinâmica, esses fatos recentes, essa carga tributária, esta questão da isenção total de acesso dos pobres, a coisa, a isenção de impostos, mesmo contribuições, essas distorções, quer dizer, CSS significaria contribuição. Contribuição o Governo Federal arrecada 100%. Não vai nada para o Estado, não vai nada para o Município. Alega-se. Não, mas vou repassar recursos através do médico da família, do CAPS e tal que o município vai receber. Mas isso reforça as distorções da área das relações políticas em que o Estado e o Município têm que chegar, pedir o favor e tal. Então, acaba sendo um conjunto de coisas, assim, em que a área política; a área econômica poderia dar uma reviravolta em termos da melhoria do prognóstico de Brasil. Então, eu queria só ouvir a sua parte. Admiro muito as suas opiniões, a sua história, o seu trabalho, assim a gente pensa, fica pensando. Mas como esse debate, inclusive, é um debate que o Brasil acompanha não só pela TV Senado, mas é um debate permanente. Todo mundo se questiona sobre isto. E nós precisamos no mínimo que a gente deve fazer é não pensar, assim, também nesse Governo, no Governo anterior, ou no próximo Governo, quer dizer, o quê que a gente tem que fazer para, assim, o Brasil dar uma mudada que permita

com que as coisas fiquem mais claras em nosso país. Mas quero parabenizá-lo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou passar a palavra ao Senador Mesquita Júnior e depois ao Senador Suplicy e o nosso convidado Presidente do IPEA, o companheiro Márcio, ele tem que sair no máximo, ele falou 10:15, 10:20. Eu estou dando para ele 10:30. Eu disse para ele, 10:30. Mas antes mesmo de passar para o Senador, só quero registrar, me permita, da alegria de estar conosco aqui os dirigentes da CNTC, da FST, Central, CCP, FENATEST, CNTT, o Omar, FETRACEC(F), Federação de Empregados do Comércio, Distrito Federal, e outros companheiros que chegaram agora lá no final. Então, sejam todos bem-vindos. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Rapidamente dentro do espírito que V. Exa. colocou aí de urgência na saída do Dr. Márcio, é só para dizer da minha satisfação de ouvir uma exposição sobre um tema árido como esse, mas de forma didática; clara, objetiva, rápida, inclusive, me surpreendeu demais, a forma como o Dr. Márcio retratou a nossa vida nesse país em face da carga tributária, o que ela representa, o retrato da concentração de riqueza no nosso país que ainda é acentuado.

E eu aproveito o restinho da fala aqui do meu querido companheiro Arns, ontem, Dr. Márcio, eu gostaria, se eu tiver tempo para ficar assistindo, eu tenho que sair também para o nosso Embaixador Régis Arslanian ele é o nosso representante junto a ALADI e o MERCOSUL. Ele vai estar aqui agora, Paim, na nossa representação do Parlamento do MERCOSUL. E a gente precisa ouvi-lo também. Mas ontem, Dr. Márcio, assistindo o último jornal da televisão, eu vi o Sademberg que é comentarista econômico e é aí que entra a sua fala.

Ele também, de forma muito clara... Primeira vez que eu vi essa simulação, essa exposição, Paim, ele falando também do cruzamento da carga de juros, as duas curvas, da carga de juros com a curva da inflação, não é. Ele mostrando que de uns 10 anos para cá, aproximadamente, nós tivemos picos de inflação, a carga de juros também acompanhou esse pico, mas ao longo do tempo ocorreram picos tanto inflacionários como da carga de juros, mas ao mesmo tempo há uma curva em declínio da própria carga de juros. Eu achei interessante, que o próprio Senador Arns, agora, a fala dele ele demonstra preocupação com relação a essa constante elevação da carga de juros, mesmo que em pequenas montas, em pequenos percentuais, mas eu gostaria que V. Sa. comentasse isso, porque eu acho que tem tudo haver com essa exposição que V. Sa. faz, não é, se é realmente isso, porque é a fala de um

comentarista econômico, ele expôs lá as duas curvas, mesmo com os picos essas curvas vêm decrescendo, vêm decrescendo. Hoje se não me engano 12,5%. Não é isso? 12,25, ele projeta que até o final do ano chegue a 14 e tal, mas que daqui há mais dois, até 2009, 2010, 2012, a própria carga de juros, a tendência em face da economia é também decrescer em que pesem os picos inflacionários. Gostaria também de ouvir um comentário seu a esse respeito e parabéns pela palestra muito produtiva. Gostei muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Eduardo Suplicy, em seguida o nosso convidado.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Paulo Paim, caro Presidente do IPEA, Márcio Pochmann, quero cumprimentá-lo também pelo seu trabalho, acho tão importante que possa estar o IPEA realizando os estudos sobre como erradicarmos a pobreza e elevarmos o patamar de justiça em nosso país. Eu o tenho acompanhado há muitos anos. Em especial quando foi o Secretário de Trabalho e Solidariedade da Prefeita Marta Suplicy, pude acompanhar de perto o desenvolvimento de um dos principais programas de transferência de renda no município de São Paulo que guarda relação com o desenvolvimento do bolsa-família. Eu queria lhe contar um episódio recente. No sábado passado eu fui dialogar com um grupo de famílias, havia mais de 100 famílias no Jardim São Paulo em Guaianazes, numa das regiões, no Extremo-Leste de São Paulo que V. Exa. que o senhor conhece, é das mais carentes. Pediram-me que justamente falasse dos programas de transferência de renda. E conhece o senhor que lá em São Paulo há uma aplicação do bolsa-família, mas juntamente com renda cidadã do Governo do Estado e com o programa de renda mínima que ali é mais generoso ao invés de serem as famílias com renda *per capita* até 120 reais hoje pela lei, as famílias com renda *per capita* até 175 reais são contempladas, com as devidas contrapartidas de exigência de frequência à escola e assim por diante. Mas eu conversando com as mães e pais, mais de 100 e pareciam que todos eram potenciais candidatos. Primeiro perguntei: "Quem aqui sabe definir bem quem tem o direito ao bolsa-família ou à renda mínima ou à renda cidadã?" E notei que nenhuma das pessoas presentes sabia definir com exatidão o direito que elas próprias têm.

Segundo. Eles tinham idéias de que, ah, tem que colocar as crianças na escola. Mas não sabiam elas próprias definir os limites. Segundo. Pedi para que dessem exemplos e verifiquei que grande parte das famílias presentes estariam contempladas. "Mas a senhora está contemplada?" "Não. Não estou". "A senhora foi lá

na Subprefeitura?” “Sim. Mas lá disseram que agora é preciso aguardar a presença do equivalente, digamos, ao Assistente Social que vai à residência verificar se a pessoa tem as condições de fato exigidas de acordo com a lei. E pedem, então, para ligar no número 156”. Daí, diante delas eu liguei para 156. E falei que estava naquela situação. “A senhora poderia, por favor, informar, estou aqui diante das famílias, como é que faz para ter direito?” Aí ela me explicou, ela sabia informar os dados da lei e dizendo que havia o renda cidadã. O renda mínima associado à educação e o bolsa-família. Mas as famílias estão dizendo que agora se não forem as Subprefeituras como era antes não tem como fazer tem que aguardar em casa.

Muito bem, e eu disse a elas: “eu vou conversar com o Secretário que agora o sucede naquele...” Agora se chama, Secretário do Desenvolvimento Social ou algo assim, do Município de São Paulo, era Floriano Pesaro e agora é o senhor Paulo César de Oliveira e Costa que foi inclusive, foi Presidente da FEBEM que ontem me atendeu muito atenciosamente, e eu fiquei de ter uma conversa mais prolongada. E ele me disse que havia de fato muitos problemas em se verificar: quem é que tinha as condições ou não e que, por isso, agora estão fazendo as visitas domiciliares, mas por etapa. E primeiro numa região depois noutra e tal. Tinham contratado por licitação uma empresa, mas para fazer as visitas não deu certo. Agora contrataram o IBOPE para fazer a pesquisa.

Bem, eu cito este episódio em São Paulo, na cidade mais desenvolvida do país para dizer aquilo no que eu tanto acredito sobre o qual temos tanto conversado, porque em seguida para as mães e os pais eu expliquei para elas o que será a Renda Básica de Cidadania já aprovada como lei para ser instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados até que o dia chegue que toda a pessoa no Brasil não importa a origem, a raça, o sexo, a idade, a condição civil, sócio econômica, o Presidente Paulo Paim, o Márcio Pochmann, Presidente do IPEA, o José Augusto da Silva Costa da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio todos aqui presentes, seu filho, seu avô, sua irmã, a ninguém será negado. Mas como assim até o mais bem-sucedido empresário brasileiro Antonio Ermírio de Moraes que fez ontem 80 anos, o Pelé, a Xuxa, o Presidente Lula, assim. Mas por que razão? Porque obviamente iremos nós que temos mais contribuir para que todos demais venham a ter. E com isso eliminando exatamente essa problemática que mesmo na cidade mais desenvolvida do país não se tem resolvido até hoje adequadamente. Eliminar a burocracia envolvida em saber quanto cada um ganha no mercado formal, no mercado informal. Ali

no cadastro do MDS hoje há em princípio 13 milhões de pessoas, 13 milhões de famílias de 11 a 13 se diz, mas cuja renda varia bastante em torno de 100, de 120 por causa do que se recebe na formalidade ou na informalidade ficando difícil de se saber e aqueles que estão na informalidade às vezes ganham ligeiramente mais do que os 120, num mês, no outro mês bem abaixo e assim por diante.

Então, para eliminar toda essa dificuldade, eliminar o estigma, o sentimento de vergonha de a pessoa precisar dizer: “eu só recebo tanto por isso mereço tanto”. Eliminar a dependência que resulta quando se tem um programa que diz, quem não recebe até X reais por mês passa a ter o direito de receber tanto. E a pessoa está por decidir. “Ah! Vou ou não fazer esse trabalho?” E daí se for fazer o trabalho e receber tanto e vem o Governo emitir o que estava ganhando, aí a pessoa decide. “Ah, então, eu acho que eu não vou fazer” E entra na armadilha do desemprego ou da pobreza. E do ponto de vista da dignidade, da liberdade, do ser humano, o que é o mais importante e, sobretudo daquilo que tem nos preocupado também, a questão do trabalho escravo, seja lá no meio rural, ou onde for, se a pessoa tiver a Renda Básica de Cidadania suficiente para atender suas necessidades vitais, diante de uma oferta de trabalho que possa significar a ofensa à dignidade da pessoa, digamos, ter que vender o seu corpo ou um risco extraordinário, ter que entrar na quadrilha de narcotraficantes para sobrevivência da família ou ter que se submeter às condições lá como no Sul do Pará de trabalho escravo que tem se verificado ou diante da existência da Renda Básica o trabalhador, a trabalhadora poderá dizer: “Olha, graças a isso eu tenho mais tempo para decidir e numa situação como a que você está me oferecendo eu não preciso aceitar. Eu vou aguardar até que tenha um trabalho com maior dignidade de acordo com a minha vocação e aceitar”.

Caro Presidente, Márcio Pochmann, conhece tão bem esse debate poderia ainda acrescentar muito mais. Mas ainda outro dia eu conversava com o José Augusto da Silva Filho sobre o projeto que tramita já aprovado no Senado e está na Câmara dos Deputados na Comissão de Finanças e Tributação onde o Deputado Ciro Gomes é o relator desde agosto designado ainda não apresentou o seu parecer. O Projeto de Lei que institui o Fundo Brasil de Cidadania que poderá justamente criar os recursos necessários para que dentro de algum tempo venhamos a criar a Renda Básica de Cidadania com os recursos decorrentes, 50% dos *royalties* da exploração de recursos naturais, 50% das receitas de concessões de serviços públicos, 50% dos aluguéis dos imóveis da União que pertence ao povo e outros. Eu queria fazer uma sugestão, que possa o

IPEA fazer um estudo pormenorizado até como subsídio para o relator, o Deputado Ciro Gomes, sobre a viabilidade e em que medida será adequado aprovar esse projeto também na Câmara. Há poucos dias eu conversei com o Presidente Lula e falei desse estágio de que o Deputado Ciro Gomes é o relator e eu perguntei a ele. Posso dizer ao ex-Ministro e ao Deputado Ciro Gomes, o Presidente Lula e também a Ministra Dilma Rousseff com quem conversei uma hora e meia a semana passada, quinta-feira explicando em detalhe tudo isso? Ela se mostrou muito simpática e achou ótima a idéia. E disse até que quem sabe pudéssemos iniciar em Municípios citou Macaé, para dar um exemplo. Eu falei: Ótimo. Eu, inclusive, estou recomendando a cada candidato a Prefeito e a Prefeita, mesmo em São Paulo, ou cidades de seis mil habitantes que venham a instituir uma Renda Básica de Cidadania através de um fundo, começando por aquele Município e até que tenhamos tantas experiências como, aliás, os programas de renda mínima, bolsa-escola iniciaram-se, primeiro por Municípios, por regiões, Campinas, Distrito Federal, São Paulo e tantos outros, até que universalizemos. Então, a sugestão que eu quero formular.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se puder concluir porque ele tem que sair 10:30. Eu faço um apelo a V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quer fazer duas perguntas específicas. No que diz respeito ao Coeficiente de Gini, felizmente que estamos diminuindo desde 0,60 e tantos que tínhamos um dos mais altos do mundo, agora 0,57, mas por vezes o IBGE ainda outro dia aqui apresentou, o Presidente do IBGE, como se estivesse diminuindo de 0,57 para 0,54, mas ali notei, eram os rendimentos do trabalho e aqui os rendimentos como um todo. Eu pediria que esclarecesse bem a diferença. E, na verdade, a diminuição do Coeficiente de Gini vem ocorrendo para os dois casos. Mas acharia importante do ponto de vista didático diferenciado. E a segunda pergunta objetiva com respeito à questão da tributação sobre os ganhos. Hoje a alíquota do Imposto de Renda pessoal 0,27,5 e a proposta ali mesmo para simular está em 0,60, 60%, seria um pulo grande.

Então, eu acho que neste caso eu queria externar o seguinte. É preciso que nós cheguemos, sim, ao princípio da progressividade, está, inclusive, na Constituição, os que têm mais contribuem mais. Já se tendo, quer dizer, os que têm mais, mesmo com uma alíquota fixa, já se têm isso, porque quem ganha mais paga mais. Agora, quando nós pensarmos nestas alíquotas progressivas, avalio que precisamos pensar no seguinte. Se chegarmos a uma alíquota tão alta que eventualmente venha a desestimular o esforço de

quem possa ter sucesso na vida pelos mais diversos, pelas mais diversas qualidades, talentos, vamos supor uma Xuxa, um Pelé, um Antonio Ermírio de Moraes, é preciso considerar que para a sociedade às vezes é importante que essa pessoa tenha um estímulo para progredir. E aí eu me lembro do princípio da diferença de John Rawls juntamente a seus dois outros princípios, que nós precisamos numa sociedade criar e colocar em prática os princípios primeiro de igual oportunidade, de igual liberdade para todos. Todas as pessoas têm que ter um conjunto de liberdades pessoais que a todos tem que ser estendidas. E o princípio de diferença diz: Qualquer diferença socioeconômica pode existir, desde que em benefício dos que menos têm.

Então, nós poderemos até dizer. Olha, nós vamos permitir que vocês tenham grande progresso, de tal forma aqui os que têm menos venham progredir também. E como compatibilizar isso e de maneira a assegurar igualdade de oportunidades para todos que é o terceiro princípio. Então, era esta a reflexão que gostaria cumprimentando pelo trabalho que venho realizando à frente do IPEA.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero passar a palavra ao Presidente do IPEA, ao companheiro Márcio Pochmann, mas ainda registrar a presença conosco aqui da CNTC, da CUT-DF, CNTS, CONTTMAF e CSP. Presidente Márcio do IPEA tem a palavra para as considerações finais pelo tempo que entender necessário.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Bom, começo aqui agradecendo as considerações e questões e também pedindo desculpa porque infelizmente não vou ter condições de permanecer mais aqui, mas deixar aqui para o Senador Paim e os demais membros da Comissão a plena disponibilidade do IPEA, da sua diretoria, a todos os nossos colegas pesquisadores para poder participar aqui em outras oportunidades quando for de interesse, mesmo, inclusive, considerando a sugestão do Senador Flávio de constituir um grupo de trabalho, o papel do IPEA é justamente esse, o papel de uma instituição pública de oferecer e ampliar o conhecimento a respeito da realidade nacional. Especialmente quando agora está envolvido no desenho de uma agenda de desenvolvimento do país conforme solicitação do nosso Presidente, Luiz Inácio ao Ministro Mangabeira e por sua vez ao próprio IPEA. Eu diria, assim, de forma muito telegráfica, primeiro lugar, quer dizer, nós temos do ponto de vista do sistema tributário, várias possibilidades, várias opções que poderiam ser feitas. Infelizmente não tem sido a nossa tradição de olhar o sistema tributário como um mecanismo de redução da desigualdade e de combate à pobreza. Temos tido avanços no Governo Lula atual, inclusive, de redução

de isenção tributária sobre determinados bens da Cesta Básica, é importante que a gente avance nesse sentido, mas eu diria, assim, há ainda um horizonte muito grande de possibilidades. Certamente esse é um esforço que nós estamos fazendo para dizer o seguinte: A tributação não pode ser vista tão somente como elemento de arrecadação, de aumentar a capacidade de gastos, digamos assim, do setor público, não pode ser vista apenas e tão somente pelo lado da eficiência econômica. Ela precisa ser vista, inclusive, do ponto de vista da justiça tributária porque nós estamos tratando de um país das maiores desigualdades do mundo. Então, precisamos dar ênfase, colocar luz sobre esse aspecto justamente porque a tributação é o elemento assim como outros ajudam a enfrentar a desigualdade. E nessa perspectiva mesmo muitas vezes eu tenho visto argumentos relacionados ao porquê o Brasil não implementa a tributação sobre grandes fortunas? Porque o recurso arrecadado seja pequeno.

O que está em jogo aqui não é arrecadação, é o princípio da justiça tributária. Muito bem, então, temos evidentemente outras possibilidades que não foi o nosso objeto aqui, mas nós estamos fazendo um esforço para poder oferecer para a sociedade, então, essa perspectiva de olhar a tributação como elemento de enfrentamento a desigualdade e temos já elementos bastante evidentes de que é possível fazer isso e ter resultados bastante exitosos. É preciso também considerar o seguinte, os ricos no Brasil praticamente não pagam impostos. Quer dizer, a grande experiência das reformas civilizatórias do séc. XX dos países avançados foi fazer com que os ricos começassem a pagar impostos. Esta ainda não é a realidade brasileira infelizmente.

Na temática dos juros como o Senador Mesquita levantou aqui, precisamos considerar que nós temos 20 mil clãs de família que absorvem, talvez, 80 ou 70% dos recursos que são transferidos na forma de juros. Para cada um real transferido para o bolsa-família se transfere 12 a 13 reais para aqueles que têm hoje a possibilidade de aplicar os seus recursos no Mercado Financeiro. Então, há uma enorme desigualdade nesse sentido. Há uma desproporção em termos de recursos comprometidos do ponto de vista do gasto público. O Senador Suplicy nos coloca uma questão, que já é, há uma enorme convergência, aprendi lendo os seus trabalhos e ouvindo a respeito de um papel de um programa como o renda cidadania, me lembro, inclusive, no início desta década que a nossa perspectiva na cidade de São Paulo que era justamente iniciar com o programa renda mínima, mas ele não era um fim em si mesmo, era um programa que deveria ser sucedido por novas gerações de programas apostan-

do justamente numa renda de cidadania para todos. Infelizmente nós não conseguimos avançar lá em São Paulo nesse sentido, mas inegavelmente há uma singularidade, eu diria assim, na experiência brasileira, exitosa e reconhecida mundialmente pela introdução de programas dessa natureza. Mas eu acredito que os programas que temos hoje não são o fim em si mesmo, precisamos pensar nessa perspectiva de abolir, justamente, o custo burocrático que representa as condicionalidades, o acompanhamento, as medidas e os critérios para concessão de programas dessa natureza especialmente para população de baixíssima renda que não tem condições de comprovar os seus recursos e a sua instabilidade de renda. Então, evidentemente que a opção seria nesse sentido.

Fizemos justamente na apresentação uma breve diferenciação no que diz respeito ao Índice de Gini. No caso brasileiro as informações que temos são derivadas da pesquisa nacional por amostra a domicílio que é uma excelente pesquisa feita anualmente no Brasil, no mês de setembro. No entanto, como é característica de pesquisa desse tipo, elas praticamente conseguem auferir porque é declarado isso, a renda derivada do trabalho, 94% da renda percebida pela PNAD diz respeito à renda de trabalho. Então, o Índice de Gini está na verdade apontando o grau de desigualdade na renda do trabalho. E a renda do trabalho quando apresentamos no início, apresenta em 2005, 39% do PIB brasileiro, da renda nacional. Então, evidentemente que o Índice de Gini é um indicador importante para medir a desigualdade, mas ele não permite nos dizer algo sobre a desigualdade no total da renda do país. E o que nós temos percebido é justamente que há um aumento da renda dos proprietários. E essa renda dos proprietários não é analisada do ponto de vista do indicador de Gini.

Evidentemente que o que nós estamos aqui apresentando como uma possibilidade de compensação da COFINS seria justamente uma maior progressividade no Imposto de Renda. Quer dizer, como não se trata de uma proposta, nós estamos abrindo a perspectiva de pensar nesse sentido. Nós já tivemos a experiência até 1985 de um Imposto de Renda com mais alíquotas. Não acho justo, não entendo ser justificável um país com uma desigualdade tamanha como temos hoje apenas duas alíquotas. Se for mais, se for menos, isso, evidentemente, temos que analisar, inclusive porque temos a possibilidade de compensar a COFINS com um imposto sobre grandes fortunas que representaria aí um potencial arrecadatário que permitiria justamente tirar o peso que os impostos indiretos têm atualmente sobre a renda dos mais pobres. Então, evidentemente que a gente precisa considerar os aspectos decorren-

tes de uma opção em nome do Imposto de Renda. Nós precisamos pensar de forma mais articulada e perceber como o IPTU, como o IPVA, como o Imposto Territorial Rural poderiam, ao serem mais progressivos, ter um impacto ampliador do ponto de vista da arrecadação que permitiria reduzir os impostos indiretos não apenas a COFINS que nós tomamos aqui como exemplo, mas, sobretudo também o IPI, imposto de propriedade, produtos industriais, o ICMS, o ISS, enfim, olhar um pouco a tributação do ponto de vista da sua injustiça e como poderíamos avançar no enfrentamento da desigualdade e da pobreza. Eram basicamente essas colocações que tínhamos para fazer. Fiquei muito honrado em ter participado dessa audiência na Comissão de Direitos Humanos e o IPEA assim como fez no passado continuará estando presente nesses debates que são fundamentais a serem feitos no país. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não esquece da minha sugestão do IPEA estudar o Fundo Brasil de Cidadania, o impacto, por favor.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Perfeitamente, perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria muito agradecer ao Presidente do IPEA, nosso amigo, companheiro, economista Márcio Pochmann. Dizer, Senador Flávio Arns, que ele acolheu com alegria aqui a sua sugestão. Disse que o IPEA está à disposição de nós formatarmos aqui na Comissão de Direitos Humanos um grupo de trabalho para aprofundar esse debate nos moldes que foi aqui colocado e aceitando na íntegra a sugestão de V. Exa. Eu agradeço ao nosso Presidente e nós vamos continuar com a nossa sessão, até um segundo momento e vamos apreciar alguns requerimentos e teremos ainda a fala depois do José Augusto aqui. Márcio, muito obrigado, viu.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um momento que nós vamos aproveitar aqui o Senador Flávio Arns, ele é relator de uma série de projetos e nós vamos apreciar esses projetos e depois ainda vamos entrar num terceiro tema aqui nessa mesma audiência de hoje. Eu queria de imediato passar a palavra ao Senador Flávio Arns. Ele é autor de um requerimento nº 48. Se V. Exa. puder fazer a exposição e em seguida colocaria em votação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até leio o requerimento, Sr. Presidente. Requeiro que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realize audiência pública para discutir reportagem levada ao ar pela Rede Paranaense de Comunicação RPC no dia 18 de maio a cerca do trabalho de menores no

cultivo e preparo das folhas de fumo no Paraná onde segundo a denúncia 80 mil crianças e adolescentes perdem a saúde, a juventude nas estufas e barracões das fazendas onde são feitas a separação e classificação das folhas que serão vendidas para os fabricantes de cigarros. Tendo como convidados; representante do Ministério Público do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e um representante das famílias citadas na reportagem. Quero dizer, Sr. Presidente, que gostaria de acrescentar aqui o Ministério da Saúde também representante do Ministério da Saúde e dizer que no decorrer dessa semana fizemos, assim, bastante diálogo, um diálogo intenso com as pessoas que estão envolvidas com acompanhamento da Convenção-Quadro que é para controle da plantação para consumo, essencialmente com a atividade envolvida com a plantação de fumo. Então, essa audiência pública seria direcionada no sentido de se analisar os resultados, as práticas, os trabalhos que vêm sendo feitos, inclusive como consequência da assinatura do Brasil pelo Brasil da Convenção-Quadro. E este problema não é específico do Paraná, quer dizer, foi divulgado em termos de Paraná, mas sem dúvida alguma se acontece lá acontece em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Alagoas, Bahia, nos locais onde existe a plantação de fumo. E por ser um trabalho complexo, uma análise que tem que levar em conta aspectos culturais, trabalhistas, de Direitos Humanos então, seria feita, tendo como pano de fundo a própria Convenção-Quadro. Então, este é o requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria colocar em votação o requerimento nº 48 do Senador Flávio Arns, mediante a exposição por ele aqui apresentada. Senadoras e senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Também um outro encaminhamento, item nº 2, Projeto de Lei da Câmara não terminativo, autoria Deputada Mariângela Duarte, relatoria Senador Flávio Arns. Como também não é terminativo, se o Senador Flávio Arns puder apresentar seu relatório, nós colocaremos em votação. Nós só votaremos os não terminativos e também os requerimentos. Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Este é um Projeto de Lei de iniciativa da Deputada Mariângela Duarte que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência para caracterizar a visão monocular como deficiência visual, visão monocular se nós fôssemos pegar em termos cotidianos seria a pessoa ser cega de um olho e não do outro olho. E estas pessoas, mui-

tas vezes, vão fazer, ser candidato a concursos, por exemplo, na polícia e em outros locais e, na verdade, não são aceitas por serem pessoas com deficiência. Em outros concursos não são aceitas por serem consideradas pessoas que não apresentam deficiência. Então, numa situação tem deficiência e na outra situação não tem deficiência.

Quero dizer a V. Exa. que a visão monocular está incluída no Projeto de Lei de autoria de V. Exa. que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência como uma das deficiências. Então, nada mais justo na nossa ótica do que incluir esta situação de deficiência visual no rol de pessoas com deficiência visual. Eu quero dizer que as pessoas com deficiência auditiva unilateral, quer dizer, só de um lado já estão incluídas, já são consideradas pessoas com uma deficiência, uma deficiência auditiva unilateral, quer dizer, o nome que se daria. Esta questão da visão monocular é uma questão que, inclusive, está nos Tribunais Superiores sendo debatida e discutida e em termos da deficiência auditiva unilateral, nós incluímos, inclusive, no estatuto porque já existe uma decisão dos Tribunais superiores nesse sentido. Então, a gente, nós estávamos lá incluindo no texto legal alguma coisa que a justiça já havia decidido nessa direção. A visão monocular não existe, mas sem dúvida a tendência vai ser a mesma. Se considera deficiência auditiva unilateral uma deficiência, a visão monocular também é uma deficiência. Existe um movimento muito grande no Brasil de todas as associações que reúnem pessoas nesta condição, nesta circunstância de que este Projeto de Lei seja aprovado porque tem origem na Câmara, está aqui no Senado, é não terminativo, porque tem origem na Câmara, irá ao plenário e o plenário votará na sequência o Projeto de Lei. Por todas estas considerações, inclusive o Senador Papaléo Paes tem um projeto de mérito idêntico e eu também estou relatando, está, inclusive, na pauta, mas só que lá é de natureza terminativa. Então, não será objeto de apreciação hoje. Portanto atendendo a solicitação da sociedade, inclusive, que eu poderia, talvez, incluir este projeto ou apensar o do Senador Papaléo Paes, para continuarmos esse processo o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 20 de 2008 na forma como se encontra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão o relatório do Senador Flávio Arns. Não há quem queira discutir. Em votação. Srs. Senadores, Senadoras, concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Um outro projeto também com a relatoria do Senador Flávio Arns. Projeto de Lei nº 202 de 2006 não terminativo, altera o art. 241 da Lei 8069 de 3 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. É de minha autoria

e o Senador Flávio Arns é relator. Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Projeto de Lei é de autoria de V. Exa. E havia sido solicitado na reunião anterior da Comissão de Direitos Humanos que nós retirássemos de pauta para que houvesse uma discussão maior com o próprio Ministério da Justiça, o Ministério do Desenvolvimento Social, enfim, porque haveria algumas dúvidas ainda. Naquela ocasião nós estávamos realmente dispostos a não relatar atendendo o pleito dos Ministérios. Porém não houve qualquer contato entre a reunião anterior e esta reunião.

Então, eu acho muito melhor, Sr. Presidente, relatarmos o projeto ainda mais que ele não tem natureza terminativa, ainda irá para a Comissão de Constituição e Justiça e havendo a necessidade de se fazer eventualmente fruto desse debate algum reparo, alguma modificação, poderá ser feito lá na Comissão de Constituição e Justiça. O projeto é da mais alta relevância que pretende dar nova redação ao art. 245, 241 digo da Lei 8069 que é o Estatuto da Criança e do Adolescente para acrescentar na tipificação do delito a conduta de adquirir, ainda que gratuitamente, fotografias ou imagens com pornografia ou sexo, cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente. Eu quero dizer, Sr. Presidente, que a Polícia Federal entrou em contato, inclusive, dizendo da dificuldade que eles têm ao adentrar recintos e procurar pessoas que explorem sexualmente crianças e adolescentes, pelo fato de você ter imagens tiradas do computador, da Internet e isto não tipificar crime. Então, a partir desta mudança haverá, ainda que adquirir gratuitamente fotografias ou imagens com pornografia, ou cenas de sexo explícito envolvendo criança e adolescente passará a ser tipificado como crime. Então, é uma coisa, assim, que eu acho que toda a sociedade tem que, assim, estar atenta a isto, punir as pessoas e fazer com que novas alternativas de apreensão de material de consideração de condutas como criminosas e que isto aqui auxilia o trabalho da polícia.

O problema que o Ministério vinha levantando era, assim, evitar eventuais abusos nisto. Mas isso é uma coisa, então, que se discute na Comissão de Constituição e Justiça. Eu quero dizer, no mérito temos que a modificação proposta é conveniente e oportuna, segundo a justificação do PLS, do Senador Paulo Paim, o agente que atire material pornográfico envolvendo criança ou adolescente financia, está financiando em última instância as condutas criminosas que produzem, comercializam esse tipo de material e acaba por estimular o desenvolvimento da prática delituosa. Quer dizer, isso é uma justificativa mesmo. Concordamos

integralmente com o autor da proposição, sem dúvida tipificação da conduta de quem adquira, ainda que gratuitamente, material pornográfico envolvendo criança ou adolescente terá um efeito inibitório. Vamos inibir, tentar proibir, quer dizer, com isto de maneira até direta, eu diria não só indireta que ele terá menos arrecadação, aquele que vier a eventualmente vender o produto. E mesmo que seja gratuito, porque a pessoa tem a obrigação de denunciar mesmo que seja gratuito, inibitório sobre as redes organizadas que faturam as custas dessa prática criminosa. Portanto, entendemos que o projeto colabora para o aperfeiçoamento da Legislação, pois será mais um instrumento para coibir a ação de criminosos. Diante do exposto somos pela aprovação do Projeto de Lei com a emenda a seguir apresentada para adequá-la à técnica Legislativa. Uma emenda, esse é o caput do art. 241 da lei 8069, a seguinte redação, mantendo-se como se encontram as demais disposições. Art. 241. Apresentar, adquirir, ainda que gratuitamente, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou Internet fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente. Este é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão o parecer. Não há quem queira discutir. Já está há tempo na pauta. Vamos a votação. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu passaria de imediato, agora, inclusive eu agradeço a ele porque ele ficou aqui aguardando a nosso pedido porque ele é relator também do projeto, é o Senador Eduardo Suplicy, que é a sugestão da Emenda 29 de 2005, institui o voto facultativo no processo eleitoral brasileiro, autoria Associação Comunitária de Xonim de Cima, ACOXI(F) essa é daquelas iniciativas que é permitida aqui na Comissão, diretamente das entidades. Senador Suplicy com a palavra para relatar a matéria legislativa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo por ter aberto este procedimento que é tão importante para as entidades no Brasil inteiro; estarem conscientes que podem nos encaminhar para esta Comissão uma sugestão que se por nós for acatada poderá, então, se transformar em sugestão da Comissão. E justamente a Associação Comunitária de Xonim de Cima ACOXI(F) de Governador Valadares de Minas Gerais, nos encaminhou sugestão no sentido de que venhamos a instituir voto facultativo no Brasil, vedando a aplicação de sanções, a eleitores faltosos, prevendo a entrada em vigor desta lei logo que aprovada. O art. 102 do Regimento Interno do Senado admite o encaminhamento a esta Comissão de suges-

tões conforme V. Exa. acaba de explicar. E é louvável a iniciativa da Associação Comunitária de Xonim de Cima ACOXI(F) no sentido de aperfeiçoar o sistema democrático brasileiro mediante a instituição do voto facultativo. O ato de votar deve representar um direito de cidadania, para ser exercido espontaneamente por eleitores conscientes da importância de sua participação na escolha de representantes legitimados, a exercerem o poder estatal. Mas a obrigatoriedade de voto está determinada na Constituição. O voto facultativo não pode ser instituído por lei ordinária, somente através de proposta de emenda a Constituição que deverá ser subscrita por 1/3 dos membros desta Casa, ou seja, 27 senadores. Então, se, porventura acatarmos deveríamos colher as assinaturas de, pelo menos, 27 senadores. O total de nossos membros quantos somos, Presidente? Titulares e mais suplentes, somos nesta Comissão? 36.

Então, se 27 de nossos membros resolverem acatar seria transformada, pelo menos, numa proposta. E quero dizer que, muitas vezes ouvi argumentos inclusive dos Constituintes a favor do voto obrigatório. Mas eu avalio que se trata de algo que foi como que didático para o povo brasileiro. E que quem sabe possamos num estágio agora pensar na instituição do voto facultativo. Eu, por exemplo, tenho já essa percepção de que nós poderíamos passar para a fase de modificação a nossa Constituição de instituir voto facultativo. Trata-se de algo que merece muita reflexão. Mas eu aqui dou o parecer favorável, uma vez que no sistema atual, somente votos de eleitores interessados já que existe a opção de pagar a multa em valor irrisório cobrada pela justiça, então, o eleitor dirige-se a cidade para justificar o voto, anulá-lo, votar em branco e depois ele pode pagar a multa que muitas vezes tem sido anistiada. Dados do Tribunal Superior Eleitoral no 2º turno das eleições presidenciais de 2006 indicam, que dos 125,9 milhões de eleitores brasileiros, 23,9 milhões se abstiveram, 4,8 milhões votaram nulo, 1,3 milhão em branco. Como avalio que possamos sim, sempre estar instando a população exercer o seu direito e facilitarmos ao máximo que todos venham a exercer esse direito, que isso tem sido o propósito da Justiça Eleitoral, inclusive, nos diversos momentos da eleição, conclamando a todos a bem votarmos. Mas acho que a proposição é adequada. Então, meu parecer é favorável, acho que precisaríamos um dia ter o nosso plenário cheio e sugeriria, Sr. Presidente, que na primeira oportunidade, que possa aqui ser feito um indicativo hoje do voto favorável. Mas que V. Exa. aguarde um dia de plenário cheio para confirmarmos se todos, se V. Exa. e todos os colegas também iam considerar adequado. Dada a relevância deste voto, eu

gostaria que tivéssemos um grande número de senadores presentes pela relevância da proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Suplicy, V. Exa. já leu o relatório. Ele não é terminativo aqui porque é uma sugestão, simplesmente. Eu acho que nós poderíamos colocar em votação já por simbolicamente pela Comissão.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Sem prejuízo de numa outra sessão nós fazermos o reforço, inclusive, do tema. Senador, Flávio Arns com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): O número de senadores que já chegaram, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Já, já.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): V. Exa. pode colocar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito obrigado, em seguida eu vou passar ao Senador Geraldo Mesquita para fazer o seu relatório. Ele que saiu da Comissão do MERCOSUL para vir aqui porque ele é relator de um projeto importantíssimo também do Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria, Sr. Presidente, de destacar que esta Comissão é Direitos Humanos e Legislação Participativa. Então, uma associação legalmente estruturada no Brasil pode perfeitamente sugerir Legislação para esta Comissão que será apreciada. E é o que aconteceu nesta situação sendo relatada pelo Senador Suplicy. E independente de entrarmos no fato, se somos a favor ou contra o voto facultativo é uma possibilidade de tramitação. Quando nós assinamos no plenário, a proposta, algum Senador quer apresentar uma proposta de emenda à Constituição normalmente nós assinamos. Normalmente porque eventualmente algum assunto a gente, talvez, não assinasse. Mas normalmente a gente assina. Por quê? Para que a idéia do Senador possa ser debatida, possa ser discutida. A assinatura da gente não significa concordância ou não com o texto propriamente, mas é a possibilidade por ter a Emenda Constitucional de ser debatida. Por isso eu quero votar a favor também nesse sentido destacar que a assessoria caso aprovada a assessoria coletaria as assinaturas para tramitar como Proposta de Emenda Constitucional, a partir da sugestão da sociedade, dentro do esboço dos parâmetros desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Muito bem Senador Flávio Arns, que deixou bem claro o encaminhamento que essa proposição passa-

rá a ter a partir da aprovação. Eu quero só registrar a presença aqui também da CTB que veio prestigiar também os debates dessa manhã na Comissão de Direitos Humanos e fazer uma correção. Na verdade, não são 39, nós somos 19 titulares, 19 suplentes, nós somos 31 senadores nesta Comissão. Senador José Nery queria discutir a matéria. Em seguida o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presi-

dente Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, senhoras e senhores. É muito importante acolher uma manifestação da sociedade através de uma organização de uma associação e verificarmos o nosso, o avanço do nosso país na formulação Legislativa, tendo em vista a iniciativa das leis pode ser do poder executivo, de autoria do próprio poder Legislativo por seus Parlamentares, nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como por iniciativa popular, por iniciativa da sociedade. E esse é um exemplo importante dessa participação quando temos aqui sob a forma de sugestão, a apreciação de uma proposta que tem um sentido fundamental no aprofundamento da democracia brasileira, ou seja, conquistarmos o patamar de cidadania e de participação política onde os cidadãos e cidadãs deverão livremente decidir se devem votar ou não votar. O voto facultativo, portanto, tem uma importância fundamental e nesse sentido eu não só voto favorável ao parecer ao relatório oferecido pelo Senador Suplicy e pela proposta de emenda à Constituição somando-se evidentemente as demais propostas em discussão tanto na Câmara quanto no Senado. Dizer que esse tema ele tem importância fundamental no âmbito da chamada a Reforma Política que todos em concordam, em tese.

É como aquela questão do trabalho escravo, todo mundo é contra trabalho escravo, mas não quer votar à medida que vai punir os escravagistas contemporâneos. Todo mundo é a favor da reforma política, muitos dizem: esta é a mãe de todas as reformas. Porém temos encontrado aqui enormes avanços para evitar. Embora considere que o arcabouço jurídico institucional do nosso país, conquistado em 20 anos da Constituição cidadã de 88. Registro em assinar os avanços. Mas quero registrar também a nossa inquietação com a demora em promover aquela que consideramos a reforma mais importante para aperfeiçoar a democracia brasileira. Portanto gostaria até de sugerir, Senador Suplicy, Sr. Presidente por que não pensarmos após o processo eleitoral de 2008, que o fazer do ano de 2009 um ano em que o Congresso Nacional pudesse se dedicar de forma mais decisiva sobre o tema da Reforma Política e o voto facultativo, com certeza, é um desses instrumentos fundamentais para o aperfeiçoamento da democracia em nosso país. Voto favorável. Parabéns

a associação que encaminhou a sugestão, sugestão de Minas Gerais e ao Senador Suplicy pelo relatório apresentado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Não há mais quem queira discutir. Eu coloco em votação. O Senador Mesquita Júnior antes da votação.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Senador Paim, Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, pegando aqui o finzinho da palavra do Senador Nery eu acho interessante sua proposta de que em 2009 nos debrucemos sobre tais questões. Eu temo só que não consigamos porque vamos estar mais uma vez engolfados na apreciação de Medidas Provisórias que é só o que o Congresso faz ultimamente. Então, não vai restar tempo para mais nada. Fique V. Exa. sabendo disso. Com relação à sugestão relatada aqui pelo Senador Suplicy, em sua consciência, Senador Paim, eu creio que ninguém pode projetar, pode prever, pode imaginar esse cenário do voto facultativo no país. Ele é obrigatório desde que nós nos entendemos por gente, e eu acho que ninguém consegue projetar com segurança como seria o comportamento da sociedade brasileira em face da instituição do voto facultativo. No entanto, eu creio que eu sou tentado a acreditar que essa seria uma experiência que nós deveríamos vivenciar. Ela vai de encontro às liberdades que nós precisamos ampliar cada vez mais no nosso país, essa seria uma iniciativa que a meu ver acrescentaria muito ao aperfeiçoamento do processo democrático. Eu confesso que voto com a maior tranquilidade. Tanto a aprovação de uma sugestão como essa como de fato a instituição mesmo do voto facultativo no nosso país, que eu acho que é uma experiência que nós vamos ter que vivenciar, mais dia menos dia, quer queira quer não. Portanto, estou aqui declinando também meu voto favorável à aprovação da sugestão para que ela cresça, tramite em outros fóruns aqui nessa Casa e que possa de fato desbordar numa proposição Legislativa que venha a ter a aprovação do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Os que concordam com o relatório do Senador Suplicy que institui o voto facultativo no processo eleitoral mediante a sugestão da Associação Comunitária de Xonin de Cima ACOXI(F), permaneçam como se encontram. Está aprovado. Será transformado numa proposta de Emenda Constitucional que vai continuar o debate. De imediato passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior para relatar o item nº 5, Projeto de Lei do Senado nº 14 de 2008, não terminativo. Senador Geraldo Mesquita Júnior, por favor.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Senador Paim, esse projeto de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, poderia ter sido de autoria do Senador Arns, não é, poderia ter sido de V. Exa, do Senador Nery, do Senador Suplicy, porque é um tema que preocupa a todos e apaixona a todos nós e que vincula a todos nós. Aqui, diga-se de passagem, em especial o Senador Arns que é um baluarte nessa campanha, nessa luta junto com V. Exa na defesa dos interesses do conjunto daquelas pessoas que por uma razão ou outra apresentam alguma deficiência. Trata-se, aqui, de incluir no rol dos beneficiados pela isenção do IPI para compra de automóvel de fabricação nacional aquelas pessoas com deficiência auditiva que a lei atualmente não é clara, não é explícita nesse sentido e provoca uma exclusão desse conjunto de cidadãos e cidadãs na colheita desse benefício que é estendido as pessoas com deficiência física, visual, mental, severa ou profunda e autistas. Mas até agora, até então as pessoas com deficiência visual estão, auditivas estão excluídas desse benefício. Portanto, o projeto é nesse sentido, tem a nossa... o nosso voto de aprovação, contanto, no entanto apresentamos aqui duas emendas para o seu aperfeiçoamento e melhor clareza, a emenda nº 1 que dá a redação à ementa do Projeto de Lei do Senado, que fica da seguinte forma: Altera o Inciso IV e o § 2º do art. 1º da lei nº 8998, 989 de 24 de fevereiro de 95, para estender às pessoas com deficiência auditiva a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis. E a emenda nº 2 dá a seguinte redação ao art. 2º ao mesmo projeto, que passa a ser da seguinte forma. Art. 2º, o § 2º do art. 1º da Lei 8989 passa a vigorar com a seguinte redação. O § 2º do art. 1º diz o seguinte. Para a concessão do benefício previsto no Inciso IV desse artigo considera-se: 1. Deficiência visual, a acuidade visual igual ou menor do que 20/200 no melhor olho após a melhor correção ou campo visual inferior a 20 graus ou ocorrência simultânea de ambas as situações. E o item 2. Deficiência auditiva, o grau de surdez mínimo de 20 decibéis. São questões técnicas que se fazem necessárias introduzirmos para que a análise da deficiência seja um fator decisivo para a concessão do benefício. E o nosso voto com essas duas emendas é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Em discussão a matéria, se alguém quiser discutir. Ninguém quer discutir, vamos à votação. Senadoras e senadores que concordam com o projeto do Senador Antonio Carlos Valadares, relatado pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, que altera a Lei 8989 de 24 de 95 que dispõe sobre a inserção de Imposto sobre Produtos Industrializados de IPI na aquisição de au-

tomáveis para utilização no transporte autônomo de passageiros bem como por pessoas portadoras de deficiências físicas e dá outras providências para incluir os portadores de deficiência auditiva. Em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu passo nesse momento ao Senador José Nery para que relate o item nº 3. O item nº 3, autoria, Senadora Marisa Serrano, a relatora foi a Senadora Lúcia Vânia, Senador José Nery seguindo nosso Senador... ah, chegou, chegou. Senador José Nery, por favor, com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Não, mas eu queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a palavra, para fazer a introdução da nossa relatora.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Homenageando a Senadora Lúcia Vânia pelo relatório, iria ler essa tarefa honradamente pertence a V. Exa, por favor. Muito obrigado à senhora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Chegou em cima da hora. Então, eu vou passar a palavra à relatora que é a Senadora Lúcia Vânia de um projeto da Senadora Marisa Serrano que altera a lei nº 8900 de 30 de junho de 1994 para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego, dos trabalhadores que são responsáveis legais de criança portadora de deficiência. Senadora Lúcia Vânia com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sob análise nessa Comissão Projeto de Lei do Senado nº 668 de 2007, acima ementado de autoria da Senadora Marisa Serrano, vazada em dois artigos que altera a Legislação de regência do seguro desemprego para estender em dois meses a duração do benefício para os trabalhadores em situação de desemprego que sejam pais, mães ou responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência. A autora justifica a proposição argumentando que esses trabalhadores têm maiores dificuldades de recolocação no mercado de trabalho, pois além de buscar um novo emprego tem que atender as necessidades especiais do filho, desse deficiente tais como consultas médicas e tratamentos continuados. Análise. Compete a essa Comissão a teor do que dispõe o art. 58, § 2º, inciso I da Constituição Federal e art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre as matérias que lhe forem submetidas.

O projeto não apresenta vícios de constitucionalidade nem de legalidade. A iniciativa no âmbito do direito do trabalho está em harmonia com os preceitos Constitucionais, jurídicos e regimentais. No mérito de fato existe razão a autora. A lei deve realizar o princípio Constitucional da igualdade fazendo com que no

caso sob análise de condições Jurídicas que possibilitem aos que têm maiores dificuldades e a oportunidade de competir pelo teu tão sonhado emprego de uma maneira mais equânime possível. É também de se reconhecer a grande carga que se coloca sobre aqueles que têm sobre os seus cuidados portadores de necessidades especiais. Entendo, entretanto, que a redação do § 6º nos termos do projeto pode ser melhorada para que não restem dúvidas que a dilação somente será defendida para os trabalhadores que têm sob sua guarda e responsabilidade não só crianças, mas qualquer parente que seja incapaz ou relativamente incapaz, portador de deficiência nos termos defendidos no artigo do Código Civil Lei 10406 de 10 de janeiro de 2002 porque objetivamente estão submetidas às mesmas condições e limitações objetivas. Essa razão da emenda que a seguir apresento. Voto. Diante do exposto meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei 668 de 2007 com a seguinte emenda. Dê-se ao § 6º o art. 2º nos termos do PLS nº 668 de 2007 a seguinte redação. Parágrafo 6º do art. 2º. Se o trabalhador desempregado tiver sob sua guarda a responsabilidade incapaz, sob sua guarda responsabilidade sobre incapaz ou relativamente incapaz portador de deficiência, o período máximo estabelecido no caput é de sete meses de forma contínua ou alternada a cada período aquisitivo contados da data de dispensa que originou a primeira habilitação.

Eu gostaria de encerrar minhas palavras, meu relatório, Sr. Presidente, elogiando o projeto da Senadora Marisa Serrano e dizendo da importância desse projeto. Este é mais uma conquista das pessoas portadoras de deficiência que têm tido nesta Casa uma atenção muito especial, não só pela ação de V. Exa. que tem sido um defensor intransigente dessa causa como também do Senador Flávio Arns que é, sem dúvida nenhuma, o símbolo daqueles que... [palmas] Daqueles que têm lutado para fazer prevalecer a nossa Constituição no que diz respeito à igualdade de oportunidades. E a pessoa portadora de deficiência tem tido sob a Presidência do Senador Flávio Arns um carinho muito especial e nós temos conseguido aqui um avanço que nós mesmos não acreditávamos que chegávamos ao ponto que chegamos. Portanto, esse projeto vem coroar mais uma dessas ações que todos nós trabalhamos na área social em busca desta igualdade a que se refere o projeto. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria.

[palmas]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu quero agradecer as palavras, assim, de amizade, não é, da Senadora Lúcia Vânia, mas sempre ressaltar

que o bom trabalho é fruto do envolvimento de muita gente. A própria Senadora Lúcia Vânia que já foi Secretária Nacional de Assistência Social que é o que equivalente atualmente ao Ministério do Desenvolvimento Social, sempre se dedicou a isto. Senadora Marisa Serrano que é autora desse projeto e que é uma batalhadora nessa área, V. Exa, com o estatuto da pessoa presidindo esta Comissão de Direitos Humanos e tantos outros. Eu até noutro dia nós tivemos uma Sessão Solene pelos 60 anos da Pestalozzi de Niterói, e lá todos, se ressaltava um clima positivo que existe dentro do Senado, supra partidariamente a favor dessas causas, criança e adolescente, idoso, pessoa com deficiência, dependente químico. Como? Negro, índio. Quer dizer, eu acho que nessa legislatura se criou, assim, uma... Um contexto, uma circunstância muito favorável a se debater, a se discutir e graças à presença de tantas pessoas que estão ligadas de maneira particular aos trabalhos desenvolvidos nessas áreas.

Então, eu acho que o Projeto de Lei também é da maior importância. Eu só fiquei um pouco na dúvida na emenda lá, se a Senadora Lúcia Vânia concordar se o trabalhador desempregado tiver sob sua guarda e responsabilidade. Eu acho muito importante que não tenha sido só de criança. Eu acho que tem criança, adolescentes, adulto, idoso, que às vezes sob sua guarda e responsabilidade. Isso é fundamental. Se o trabalhador desempregado tiver sob sua guarda e responsabilidade, eu colocaria pessoa incapaz ou relativamente incapaz com deficiência, tirando portador de deficiência porque o CONADE, o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência adotou a expressão pessoa com deficiência, não é que seja errado não, mas, assim, só para tentarmos gradativamente ir sistematizando. Então, tiver sob sua guarda e responsabilidade, pessoa incapaz ou relativamente incapaz com deficiência aí o resto seria igual. É mais de redação.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu concordo plenamente com a sugestão do Senador Flávio Arns e acrescento as observações que ele fez e gostaria que V. Exa considerasse essa nova redação, se o trabalhador desempregado tiver sob sua guarda, sob sua responsabilidade...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sob sua guarda e responsabilidade.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pessoa incapaz ou relativamente incapaz, portador...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com deficiência.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com deficiência.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se o trabalhador desempregado tiver sob sua guarda e res-

pensabilidade, pessoa, quer dizer, pode ser criança, adolescente, adulto, idoso, até uma pessoa que viva com ele, quer dizer, sob sua responsabilidade, e declara isso no Imposto de Renda, inclusive, não é, pode ser tio, tia, eventualmente, pessoa sob sua guarda e responsabilidade. Pessoa incapaz ou relativamente incapaz com deficiência, o período máximo estabelecido no caput de sete meses, de forma contínua e fica tudo igual.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se ninguém mais quiser discutir esse ponto nós colocaremos em votação com a devida adequação já combinada com a relatora e a proposta do Senador Flávio Arns. Em votação o relatório da Senadora Lúcia Vânia. Senadoras, senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Flávio Arns hoje é o dia de homenageá-la, me parece. [risos]. Porque eu estava vendo essa moçada aqui, eles estavam lá atrás de forma muito tranqüila com o cartaz deles. E eu perguntei. Mas quem que é o cartaz lá atrás. Não, esse aqui é um cartaz porque o relatório do Senador Flávio Arns e de um projeto de autoria da Deputada Mariângela Duarte, teve aprovação no momento anterior ainda. Agora eu os convidei, então, fiz sinal e eles sacaram logo, vieram todos rapidamente, vieram aqui na frente para a TV Senado, inclusive, pegar, demonstrando a sua satisfação em nome da Associação Brasileira dos Deficientes Portadores de Visão Monocular pela aprovação do relatório do Senador Flávio Arns mediante projeto da Deputada Mariângela Duarte. Então, uma salva de palmas a eles aí, ao autor, ao relator, a Comissão. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora a pressão continua na outra Comissão. Vai direto para sanção agora, não é. Plenário, plenário, isso porque eu vi que era não terminativo. Então, mas no plenário, com certeza, no plenário do Senado há de aprová-lo também. Nós temos...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, em função da fala, da presença nós poderíamos requerer urgência nesse Projeto de Lei para que o Senador Garibaldi Alves que é, assim, extremamente solidário com a área também, mas como pedido de urgência possa ser apreciado mais rapidamente no plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa Presidência recebe o requerimento de urgência encaminhado pelo Senador Flávio Arns e outros senadores, já coloca em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram, aprovado a urgência para o projeto hora relatado pelo Senador Flávio Arns da Deputada Mariângela.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu convidaria o Senador José Nery, se pudesse presidir porque eu sou relator de um projeto, eu faria a relatoria aqui do lado e faço uma síntese também, nós votamos rapidamente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Para relatar o item 6 da pauta com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou tentar sintetizar o relatório. Veio ao exame dessa Comissão Projeto de Lei do Senado nº 315 de 2007 que acrescenta ao capítulo 4^a A da CLT instituída pelo decreto lei 5452 de primeiro de maio de 1943, para estabelecer normas de proteção ao idoso no seu ambiente de trabalho. Projeto de autoria da nossa Senadora Lúcia Vânia que está aqui presente, viu.

Então, é com muita satisfação que eu vou sintetizar aqui o relatório, sou totalmente pela aprovação. Só apresentei uma emenda que faz somente o ajuste. Na emenda eu digo que o art. 1º da CLT aprovado pelo decreto lei 5452 de primeiro de maio de 1943 passa a vigorar acrescido do seguinte capítulo IV letra A. Em síntese, visa o presente projeto estabelecer por meio de aperfeiçoamento da Legislação Trabalhista medidas que viabilizem a inclusão de um número maior de pessoas idosas no mundo do trabalho. Constitui medida cujo alcance vai além do seu caráter humanitário e de cumprimento da determinação escrita no art. 230 da Carta Magna de garantir a dignidade e o bem-estar dos idosos. Representar também iniciativa que vai contribuir significativamente para preservar e transmitir as gerações mais novas à experiência e o conhecimento que essas pessoas acumularam ao longo de toda uma vida laboral assegurando em muitas empresas o processo de aperfeiçoamento técnico e profissional. Eu diria, Senadora Lúcia Vânia, ainda quando eu era sindicalista eu tive a oportunidade de ficar um mês no Japão. E lá no Japão eu visitei inúmeras empresas. E o que eu vi foi exatamente isso. Os mais velhos, idosos lá se tornavam professores, mestres, instrutores de uma empresa para a outra, não eram nem demitidos. A empresa acaba cedendo ele para outra para que ele pudesse lá ministrar, enfim, devido a sua sabedoria, os seus conhecimentos. E a outra empresa fazia algo semelhante.

Então, havia toda uma política de intercâmbio entre os profissionais mais idosos mantendo eles no mercado de trabalho, inclusive, com incentivos. É mais ou menos isso que o seu projeto aponta. Enfim, julgamos oportuno ressaltar que estamos tratando de um segmento populacional numeroso. Segundo as

expectativas e também último censo aponta que nós seremos rapidamente um dos países do mundo com maior número de idosos. É crescente no conjunto da sociedade brasileira. Precisamos ficar atentos à mudança do perfil democrático do país. Em 1970 o percentual de pessoas com mais de 65 anos era de 3.1. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – o IBGE, esse percentual, dado que eu comentava, chegará a 11.4 em 2020. Olha o crescimento em tão pouco tempo. Correspondendo a um contingente de 25 milhões de pessoas em uma população total de 219,1 milhões de habitantes.

A sociedade brasileira tem dado mostras de amadurecimento no que se refere à inclusão social da pessoa idosa, então, aí nós temos a alegria de poder aqui resgatar que eu fui o autor do Estatuto do Idoso e que todos os Srs. Senadores que estão aqui ajudaram para aprovação. É fundamental que esse movimento se amplie estimulando-se cada vez mais a participação dos idosos no mundo do trabalho, no exercício pleno da cidadania, até porque todo mundo sabe que um dos que mais reclama do valor da aposentadoria que é tão pequeno que se nós não melhorarmos a qualidade de vida e permitir que o idoso tenha até outros rendimentos, cada vez mais ele fica numa situação difícil. Com esses comentários, visualizamos, entretanto, um reparo formal a ser feito na proposição faz-se necessário alterar somente o art. 1º onde se encontra grafado o capítulo VI A, quando se trata na realidade de incluir a lei a ser modificada do capítulo IV A.

Então, Senadora Lúcia Vânia, é só uma questão de redação. Eu faço aqui uma adaptação. Pelo exposto voto pela aprovação na íntegra do projeto da nobre Senadora Lúcia Vânia, cumprimentando, inclusive, pela felicidade do projeto apresentado. É esse o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Em discussão. Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, autora do presente Projeto de Lei.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim pela relatoria desse projeto, acredito que este também é mais um passo que damos em relação à nossa preocupação com a pessoa idosa. Eu quando Secretária Nacional de Assistência Social eu tive o prazer de regulamentar o benefício para o idoso e para a pessoa portadora de deficiência. Tive o prazer de regulamentar a lei nacional do idoso que estabelece as políticas públicas para o idoso e posteriormente participei ativamente da discussão do Estatuto do Idoso de autoria do Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Lúcia Vânia, me permita até para fazer um... o devido registro a V. Exa. A política nacional do idoso que V.

Exa. foi uma das principais articuladoras ela foi incluída na íntegra dentro do Estatuto do Idoso. Então, o mérito...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu pude recentemente, Senador Paim, estar na solenidade do Ministro Marinho onde ele conseguiu fazer uma cartilha em que ele colocava todas essas conquistas e onde é que se acham os programas relativos as políticas públicas do idoso. É uma cartilha muito interessante que está sendo distribuída pela OMSS e que revela toda a ação que vem dessa... Todas as ações que vieram dessa Legislação promovida por nós aqui no Congresso Nacional. Este é mais um passo, uma preocupação que damos em relação à questão do trabalho.

Acho que a questão do trabalho ela é complexa não só em relação à pessoa idosa como também a pessoa portadora de deficiência. Acho que é o grande desafio que nós temos pela frente. Como também para o jovem. Nós temos um desafio nessa área e acredito que a sociedade brasileira vai devagarzinho, se conscientizando da necessidade do aproveitamento dessa mão-de-obra constituída pelas pessoas da terceira idade que trazem consigo como V. Exa. colocou uma bagagem de experiência que não pode ser desprezada. E acredito que as empresas à medida que nós formos insistindo na Legislação e cobrando, e o estatuto está aí para isso, nós vamos conseguir os avanços necessários porque como o próprio projeto nos informa teremos até 2010 um país... Não mais um país jovem como se condicionou ao longo desse tempo. Mas já somos um país com a população expressiva na terceira idade. Portanto, o país tem que se aparelhar para essa nova realidade. E essa... e esse Projeto de Lei vem ao encontro dessa necessidade que acreditamos será importante para o futuro. Portanto, agradeço a V. Exa. Quero dizer da minha satisfação em ver o projeto aprovado. É um projeto que me é muito caro. E acredito que é a minha contribuição aqui à área social que tanto nos preocupa aqui no Senado da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir a matéria coloco em votação. Os Srs. Senadores, Senadoras que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. Aprovado. Matéria...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem Senadora Lúcia Vânia.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): A matéria vai para a Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa. Parabenizo a autora do projeto Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Paulo Paim pela relatoria. E nesse momento a Presi-

dência volta a ser exercida pelo nosso Comandante chefe, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, antes mesmo de eu assumir a Presidência eu queria solicitar a V. Exa que se pudesse colocar em extrapauta para a votação de hoje dois requerimentos um de minha autoria que eu já comentei sobre o incidente da TAM e da GOL e outro do Senador Inácio Arruda que é, que ele gostaria que se formasse uma Comissão Especial de três senadores para acompanhar junto ao Senado da Colômbia uma série de... eu vou ler aqui o que fica melhor. O meu eu já expliquei, o do Inácio Arruda é o seguinte. Requeiro nos termos do art. 64, segundo do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Temporária Externa composta de três membros com o desiderato de acompanhar *in loco* junto ao Senado colombiano o atual estágio do processo de paz e de defesa de Direitos Humanos. Esse é do Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Primeiro solicito aos Srs. Senadores para se manifestar quanto ao acolhimento do requerimento extrapauta, Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Em votação o requerimento, primeiro requerimento apresentado pelo Senador Inácio Arruda e aqui lido pelo Senador Paulo Paim. Srs. Senadores, Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado. Segundo requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou fazer a leitura rápida do requerimento porque eu tinha feito já a defesa dele quando nós abrimos a sessão. Só diz o seguinte. Com fundamento no disposto do art. 58, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso 2º, requeiro a realização de audiência pública com vista a tratar dos reflexos do acidente da GOL, ano 2006 e da TAM ocorrido em 2007, na vida dos familiares das vítimas, enfim, e na população, e na vida dos familiares das vítimas e na população brasileira. Para tanto gostaríamos que fossem convidados representantes das vítimas, das referidas Empresas Aéreas, do Governo Federal, da Aeronáutica e outros a serem definidos pela própria Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Em discussão requerimento apresentado pelo Senador Paulo Paim. Em votação. Srs. Senadores, Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Devolvo aqui a Presidência ao nosso magnânimo Presidente Senador Paulo Paim. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de encerrarmos essa sessão, eu quero

agradecer ao DIAP que acompanhou todo esse debate e ainda deixou aqui para a Comissão uma agenda 2008 que dá uma visão clara de toda a estrutura dos três poderes e deixa à Comissão uma contribuição como entregou aos sindicalistas aqui presentes. Eu tinha conversado com o José Augusto que veio com uma delegação aqui visitar essa Comissão que ele pudesse, antes de encerrarmos os trabalhos dar também a sua contribuição tanto quanto ao debate que tivemos aqui quase que da Reforma Tributária, ou seja, da concentração de renda como também das reivindicações que ele queria apresentar aqui em nome da confederação. Passo a palavra ao José Augusto, Secretário-Geral da CNTC.

SR. JOSÉ AUGUSTO: Senador Paulo Paim, José Nery, Flávio Arns, nosso amigo e companheira Senadora Lúcia Vânia. [soa a campainha].

Primeiramente agradecer ao convite à oportunidade de estar aqui representando o Fórum Sindical dos Trabalhadores. Com relação à primeira matéria discutida do nosso professor Márcio Pochmann, que direciona para uma provável pesquisa que está sendo elaborada pelo IPEA e posteriormente uma reforma, um subsídio, uma sustentação para a defesa de algumas teses dentro da Reforma Tributária, gostaria de deixar bem claro aqui, Senador Paulo Paim, que nós trabalhadores nós vamos acompanhar de perto esse processo todo de Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, José Augusto me permita, Senador José Nery, o Senador Flávio Arns, antes de se retirar, faz uma sugestão à Mesa que eu quero submeter ainda com a presença dele e de V. Exa. Ele está propondo que o requerimento apresentado pelo Senador Inácio Arruda seja remetido à Comissão de Relações Exteriores para que nessa Comissão, então, nós possamos, seria uma posição do Senador, a Comissão referendou, mas que passe, primeiro, pela Comissão de Relações Exteriores. Senador Flávio Arns, Senador José Nery, em seguida volta para o nosso convidado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para justificar, inclusive, porque eu, inclusive, assinei, foi aprovado, e todos nós assinamos, contudo se refere a uma questão de acompanhamento do processo de paz e de Direitos Humanos na Colômbia. Isso pode parecer uma intromissão, vamos supor; indevida, do Senado Federal em país vizinho, quer dizer, com o qual a gente mantém relações e que a gente sabe que existem dificuldades. A mesma coisa aconteceria em relação ao Brasil, se vier uma missão da Colômbia para acompanhar os Direitos Humanos no Brasil. A gente vai dizer: o quê que está acontecendo? Então, tem que haver um processo de entendimento, de ne-

gociação, passar pelas Relações Exteriores também junta para haver uma sincronia, um esforço coordenado de apoio. Inclusive, talvez, o Governo da Colômbia vendo se quer isto ou não, não é? Mas de qualquer forma acharia na minha ótica, pelo menos, prudente para evitar que uma boa intenção se transforme num problema, na seqüência. Mas eu acho que o encaminhamento de V. Exa. está correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery sobre o mesmo tema.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns. Quero dizer que sobre esse tema a contribuição do Senado, do Legislativo brasileiro, do Governo Brasileiro para a construção de um processo de paz na Colômbia motivou a apresentação por mim como membro da Comissão de Relações Exteriores e um requerimento para a realização de uma audiência pública convidando para tal audiência que deve ser realizada na semana entre 17 e 19 de junho, convidando a Comissão de Paz do Congresso Colombiano integrada por um grupo de deputados e de senadores, para que, a nosso convite, venha ao Senado Federal expor o atual contexto da crise colombiana bem como os contornos para a firmação desse processo, afirmação desse processo de paz tão difícil e tão doloroso porque a base fundamental para esse processo de paz, Senador Paim, implica naturalmente em que as partes possam encontrar um ponto de equilíbrio e ambas as partes precisam ceder.

O nosso apelo que será renovado no âmbito desta audiência pública com a presença do Embaixador colombiano, com a presença do Itamarati, queremos, então, oferecer uma contribuição nesse debate e creio que a iniciativa do Senador Inácio Arruda de propor a formação de uma Comissão Temporária Externa para visitar a Colômbia seja adequada. Mas em retribuição à visita que nos farão o Congresso Colombiano, a Câmara e o Senado da Colômbia em resposta ao que nós construímos durante aquele debate. Portanto, a percepção e as opiniões aqui manifestadas pelo Senador Flávio Arns é de absoluta coerência e guarda como princípio fundamental o nosso entendimento da não interferência, da autonomia dos países e da não interferência nossa em assunto externo de país vizinho ou de qualquer país do mundo. Então, muito oportuna que esse requerimento seja submetido à apreciação da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. E gostaria por último, Sr. Presidente, de registrar aqui com muita satisfação a presença do Vereador Iran Moraes, vice-Presidente da Câmara Municipal de Belém, capital do nosso Estado, que vem a Brasília naquele amplo movimento dos Vereadores do Brasil para discussão, tramitação da PEC 333, a chamada

PEC dos Vereadores, então, quero além de registrar a presença dizer da satisfação em contar com o senhor aqui nesta sessão da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seja bem-vindo, Vereador, aceite os nossos cumprimentos também. Eu sei que essa PEC dos Vereadores está criando como diz o gaúcho um imbróglio a nível nacional. Eu espero que a gente construa um grande entendimento que não traga prejuízo para ninguém, para o povo que tem uma expectativa sempre de que não se aumente o gasto, mas também que não se deixe as Câmaras de Vereadores numa situação de penúria que não vai conseguir nem pagar a folha de pagamento até dos funcionários da Câmara pelas informações que recebi. Para se ter uma idéia, Porto Alegre na mesma situação que eu sei que vocês se encontram, Porto Alegre aumenta o número de Vereadores e a receita diminui para 1/3, praticamente. Canoas a mesma coisa. Enfim, eu acho que temos que fazer um ajuste para resolver. Da forma que está não pode ficar. Então, seja bem-vindo, sabemos que a sua caminhada aqui é por uma causa justa. Senador José Nery eu conversava com a assessoria da Mesa e eles me informavam o seguinte. O ideal seria que V. Exa. apresentasse um requerimento com o mesmo teor lá na Comissão de Relações Exteriores para que fosse na linha que eu acho que V. Exa. foi feliz aqui, na linha de uma retribuição da visita que eles farão aqui para que não fique somente uma posição, como se essa Comissão, pela forma que está o requerimento isolado sem o contorno correto e político que V. Exa. fez, daria a impressão que nós estaríamos interferindo indevidamente. Então, se V. Exa. aí nos ajudaria, inclusive, porque já foi votado o requerimento, apresentasse um mesmo requerimento, requerimento com o mesmo teor naquela Comissão da forma de retribuição à visita que eles nos farão, aí seria a forma regimental adequada.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, a sugestão que o senhor apresenta eu considero adequada, porém queria conversar diretamente com o Senador Inácio Arruda porque ele sendo autor da proposta aqui, poderia lá com muita satisfação ser co-autor com ele, poderia tratar como vou tratar com o Senador Inácio Arruda porque já tinha manifestado esse entendimento de que mesmo pessoalmente eu tenho a opinião muito crítica em relação aos fatos que ocorrem na Colômbia. Porém tenho consciência de que se nós quisermos efetivamente buscar um acordo que leve a libertação dos reféns das FARCS e ao mesmo tempo a libertação de 1300 presos da guerrilha colombiana que se encontram nos cárceres daquele país ou

se procura um acordo em que ambas as partes cedam e para isso é fundamental o papel do Brasil por isso, e chamamos essa audiência pública, não com a idéia de criar uma situação Diplomática, uma crise entre nossas instituições, nossos países. A idéia é justamente é essa. Oferecer a contribuição do Senado, do Congresso Brasileiro ao processo de paz do nosso país irmão vizinho. Aceito a sugestão de V. Exa. para tratar do assunto com o Senador Inácio Arruda e evitarmos que uma ação bem intencionada como essa e desse empenho que eu sei que tem o Senador Inácio Arruda nesse tema. Mas nós temos que fazer da melhor forma para não parecer intromissão em assuntos internos de outro país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery já é quase que um... Como é que eu diria? Um Embaixador da Comissão de Direitos Humanos. Seguidamente ele viaja pelo país representando não somente a Comissão do Trabalho Escravo, de Combate ao trabalho escravo que ele é o Presidente dessa Subcomissão, mas eu sempre peço a ele que fale em nome, inclusive, da Comissão de Direitos Humanos. E é mais uma missão agora, junto ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente é a sua generosidade que faz com que o senhor me torne um Embaixador sempre de boas causas. E, inclusive, eu disse ao senhor e comuniquei na reunião anterior, na Comissão de Direitos Humanos o quanto foi importante na missão da Comissão de Relações Exteriores do Senado à África que visitou sete países. Missão para qual o senhor foi insistentemente convidado, mas em razão de vários compromissos aqui no país, inclusive, a luta pela aprovação dos direitos dos aposentados que realizou no dia 14 de maio uma importante audiência pública aqui no Senado Federal, junto com a Câmara dos Deputados, o senhor não foi e lá naquele momento sempre que me pronunciei fiz questão, além de membro da Comissão de Relações Exteriores, tenho aqui a delegação da Comissão de Direitos Humanos do nosso Presidente para também tratar de questões atinentes aos direitos humanos que é uma preocupação fundamental, para cada país internamente e na construção de Relações Internacionais sólidas e duradouras para construção de um processo de paz, de solidariedade no mundo. Muito obrigado ao senhor por essa sempre sua generosidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço a V. Exa. Eu vou passar a palavra ao Senador Magno Malta porque ele quer fazer um depoimento e muito mais que um depoimento é um apelo para que a Comissão de Direitos Humanos possa votar na semana que vem um projeto que ele é

relator e quero aqui Senador Magno Malta, aproveitar esse momento, para cumprimentá-lo pelo excelente trabalho que está fazendo na Presidência da Comissão da Pedofilia. V. Exa. está fazendo um trabalho belíssimo e hoje à tarde, inclusive, vai ser recebido pelo Presidente Lula e está aqui de forma muito clara, mas muito firme, me lembrando da importância de o Presidente da Comissão de Direitos Humanos que faço parte da Comissão que ele preside, estar lá com ele. E eu, diria, se me permitirem, só pelo trabalho que ele está fazendo nessa linha do combate duro, firme, rígido daqueles que exploram de uma forma ou de outra, sexualmente as nossas crianças, ele merece a nossa salva de palmas. [palmas].

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu agradeço o carinho, Sr. Presidente, senhor Senador, os presentes nessa audiência pública. Mas acho que a gente realmente, os aplausos eu quero transferir para todos aqueles que resistem, que enfrentam e que não se conformam com esse tipo de crime hediondo. Aliás, para mim a pedofilia é a mãe dos crimes hediondos. Esse tipo de abuso que nos colocou no podium da pedofilia no mundo. Infelizmente, Senador Paim, nós estamos no podium. A nação brasileira está no podium do abuso da pedofilia hoje no mundo, nos envergonhando a todos, não é um abuso quando você pensa em abuso contra a criança eu fico imaginando um cara que explora uma criança na beira da estrada, uma criança de 13, de 14 anos, uma menina abusada de 11 anos, na cabeça da gente só registra isso.

A gente não imagina de gente que está abusando de criança de 30 dias de nascido, criança com a mamadeira na mão, a gente não imagina de quatro, cinco homens abusando de uma menina de três anos de idade ou de um menino de oito anos de idade, a gente não imagina e todas essas lesões e essas misérias nós temos encontrado nessa investigação, na CPI da Pedofilia, nos álbuns quebrados do Orkut que foi o grande feito dessa CPI que foi quebrar o sigilo dos álbuns fechados desse crime e ontem quebramos o sigilo de 805 pedófilos para... E eles, então, agora terão sobre o seu encalço a partir daí a Polícia Federal, as polícias Estaduais e os Ministérios Públicos e ontem quebramos a sala de bate-papo chamado incesto de uma empresa tão importante como a UOL, tem um link chamado incesto, é o fim do mundo, é a morte da família, é a morte da sociedade e há aqueles que não são previsões apocalípticas, mas realistas, de pessoas que lidam com emoções e psicologia e que acumulam dados e fazem pesquisas que se nós não dermos um freio agora com o advento da Internet, nós daqui a 10 anos teremos uma sociedade absolutamente lesiona-

da nas suas emoções, no seu psicológico, de famílias completamente desequilibradas.

O que tem nesses álbuns e é o que nós vamos mostrar hoje ao Presidente Lula. V. Exa. que faz parte dessa Comissão como titular tão bondosamente cedeu o seu lugar a um colega, mas agora volta como titular dessa Comissão. Vamos mostrar ao Presidente alguma coisa e eu tenho certeza que ele não suportará o que vai ver. Porque é absolutamente pior e maior do que aquilo que eu falo. Quando eu falo, as pessoas falam ou esse cara está exagerando ou é o fim do mundo mesmo. É um pouco mais. O que pode imaginar é mais vendo, não é. Vendo. Quando eu falo abusando de criança de 30 dias de nascido, como é que você imagina uma coisa como essa? Como é que você imagina uma coisa como essa? Então, a Internet de uma certa forma foi um mal, mas foi um bem. Foi um bem porque permitiu que esses desgraçados colocassem a cara de fora, o pescoço de fora achando que eles nunca seriam pegos. Mas graças a Deus nós tivemos a possibilidade de fazer esse enfrentamento, só na rede desse Tenente que se suicidou em São Paulo e outros vão se suicidar também quando souberem que seus sigilos estão quebrados, se põem com casca e capa de ovelha, na verdade são verdadeiros lobos, eles não suportarão essa pressão. E não é gente pobre de periferia, não é, como se vinculou na mídia o tempo inteiro, desempregado, pedreiro que abusou da enteada, essas coisas todas, tem isso também. Mas é muito mais, é gente de cobertura, de condomínio, de coluna social que tem mandato, gente que estudou em Harvard, gente que de uma certa forma ostenta uma capa que nós vamos criar mecanismos de combate a crime cibernéticos e crime organizado contra criança de maneira que essas pessoas possam responder pelos seus crimes. Eu vim para fazer o apelo porque eu queria levar esse projeto votado nos Direitos Humanos, que isso fica marcado, foi votado em Direitos Humanos, mas hoje já foi votado aqui nos Direitos Humanos o projeto que criminaliza a posse de material pornográfico, porque no Brasil a única lei que tem de crime cibernético é essa que você pode ter material pornográfico, acinte contra criança, você pode acumular, você pode ter mil computadores em casa, 10 mil *pen drives*, você não é criminoso. O cara que fez essa lei devia ser preso, devia ser investigado. E o Projeto de Lei já determina, foi votado aqui que o projeto é seu e é muito importante. Então, está mais reforçado ainda. Você tem obrigação de estar lá. [risos]. Você tem obrigação de estar hoje com o Presidente Lula que a partir de agora será criminalizada a posse e nós estamos fazendo agora terminando com os Promotores um outro criando um viés nessa lei com o mesmo texto porque as operadoras, ou seja, essas...

Esses sites, por determinação dessa nova lei eles terão que acumular por um ano as imagens, e com base na lei aqui, da criminalização da posse essas empresas terão dificuldades porque estarão cometendo crime.

Então, nós estamos com esse texto preparando um outro Projeto de Lei com esses vieses para poder proteger quem precisa guardar e proteger as imagens para acesso da justiça, acesso da polícia, acesso da investigação. Por exemplo, eu tenho no meu laptop o que eu vou mostrar para o Presidente Lula agora. Uma vez essa lei sancionada já é um crime, eu não tenho que ter aquilo lá. Então, a gente não pode processar a investigação. Então, quer dizer, nós criamos, então, um viés, um viés no sentido de que aqueles que precisam guardar os provedores que precisam ter, por exemplo, ontem nós quebramos o sigilo da UOL, da sala de bate-papo da UOL, desde que o link incesto foi criado. E a UOL me comunicou ontem que está preservado todo o material, todo o material está preservado. Aquele Pai-de-Santo que foi preso lá, nada contra Pai-de-Santo, mas ele foi preso no terreiro, abusando de criança, iniciando criança de 10, nove anos de idade, era uma iniciação que tinha que fazer. E nós não podemos aceitar isso. E o Tenente era da rede dele, o Tenente era da rede dele. Esse Tenente que se suicidou. Então, a UOL estaria cometendo um crime agora se tivesse guardando esse material. Então, nós não podemos dar a eles a chance de deletar o material que a polícia precisa para pegar o criminoso. Então, quer dizer, tem que proteger os provedores tem que proteger quem faz a investigação, senão a partir daqui a Polícia Federal, todo mundo, tem que deletar tudo o que tem, porque senão já é crime você ter a posse. Mas já temos o avanço de criminalizar a posse e as pessoas já têm que tomar conhecimento de que se tem isso em casa está tomando veneno e quem toma veneno sabendo sabe que vai para o outro lado. E o projeto que eu venho fazer apelo é o projeto do Senador Demóstenes que é relator da Comissão da CPI que é para declarar, com efeito, da condenação a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente.

Então, o sujeito vai ter os seus bens declarados como perdimento em favor da causa, em favor do Estado para a causa, porque é muito interessante você criar o mecanismo e o instrumento de combate, de enfrentamento e de punibilidade. Mas mais interessante é atender o abusado. Porque o abusado nunca se fala. Prendeu um pedófilo. Depois você não vê a reportagem seguinte do que foi feito com o abusado, quem foi assistir o abusado. O Estado se apresentou? Quem se apresentou para assistir o abusado. Tivemos um caso agora na Bahia, Itaem, que três elementos

abusam de uma criança, um de 19 anos e dois de 17, dopam, joga no chão desacordada, estupram, fazem 57 fotos, põe na Internet e despacha para o pai dela assistir nos Estados Unidos, um homem que está lá limpando o chão para sustentar a família aqui, e dois desses mais de 17 anos.

Aí é outro debate que a gente diverge, eu divirjo com V. Exa. eu sou completamente a favor da redução da maioridade penal até porque no crime, o crime gosta, o crime fala, o crime trata com isso com ganho, o crime faz os seus generais na capacidade do cometimento do crime maior ou do abuso maior. Esse vira General independente de ter 15 anos, de ter 13, de ter 12. Cometeu o crime com natureza hedionda vira General. A sociedade acha que não. Um macho de 17 anos que estupra, que mata, a polícia põe a mão nele, ele fala: "Tira a mão de mim que eu sou criança, eu conheço meus direitos". E conhece os direitos. Vai para cima e conhece os direitos.

Então, para mim quem comete o crime hediondo não tem que ter idade. Crime com natureza hedionda é um debate e quem tem crime não tem natureza hedionda. O presídio está cheio de gente que cometeu um crime circunstancial e não é criminoso. Não tem mente criminoso. Tem gente que está no presídio que é criminoso. Tem gente cumprindo pena que não é criminoso.

Então, o seguinte: na minha visão quem comete crime com natureza hedionda, estupra, estupro seguido de morte, seqüestro, tem que perder a menoridade e ser colocado na maioridade e pagar as penas da lei. Essa é uma exceção da regra, porque nem todo o crime é hediondo. Então, quer dizer, esse é um outro debate, esse é um outro debate, mas imagine que um pai recebe lá um sujeito de 19 anos, dois de 17, você vira as costas, você fica, quem é pai e mãe fica tentando imaginar uma miséria como essa. E essa menina passou três dias desacordada. Mas cadê o Estado? Esse pai entrou anteontem com o Datena na linha de São Paulo. A primeira coisa que ele falou foi: "Governador", pedindo ao Governador da Bahia. "Eles não conseguem prender. Mas eu não estou preocupado com prender, eu estou preocupado com minha filha. O quê que vocês vão fazer pela minha filha?" Cadê o Estado? Então, nós precisamos construir instrumentos que obriga o Estado atender o abusado. E que obriga o Estado até a atender o estuprador, o pedófilo quando ele se entender como pedófilo, reconhecer o seu crime, reconhecer a sua doença e pedir ajuda. O Estado tem que ajudá-lo. E a melhor ajuda que se tem é fazer uma pena desse tamanho porque lá não tem criança e ele não vai fazer mais nada. Porque pedófilo normalmente fica preso um ano, um ano e meio, ele

sai com bom comportamento porque não tem criança perto. Ele tem bom comportamento sempre. Ou colocar nele a pulseira eletrônica que ele vai ser monitorado até o resto da vida que é minha proposta na lei.

O satélite tem que olhar para ele o resto da vida que vai ajudá-lo a segurar a sua compulsão. De maneira que esse projeto é muito importante para a nação brasileira, é importante para todos nós, é importante para a família, declarar o perdimento dessa gente que se levanta e comete, nós temos gente aqui na investigação da CPI riquíssima, construíram patrimônio, mas nas madrugadas, Deus sabe, fazendo a miséria, as desgraças e lesões de crianças, abusando crianças.. Eu tenho denúncias de gente, de mulheres que hoje estão na vida, trabalhando, com filhos, professoras universitárias, médicas, homens, advogados, médicos, líderes religiosos, mandam e-mail aqui depois de 30, 40 anos, dizendo: Eu não suporto. Eu tenho traumas, eu sou frio, tenho de madrugada pesadelos, um médico fala para mim, quando eu começo a fazer cirurgia, eu tenho que sair, todo mundo acha aquilo estranho, eu tenho que ficar 15 minutos lá fora respirando para depois voltar, mas ninguém sabe que eu fui abusado na minha infância. E essas mulheres diziam: Mas eu não consigo, estou na mesma cidade ver esse sujeito passar, ver o patrimônio dele crescer, saber que ele continua abusando de pessoas, abusou de mim e da minha irmã e ninguém fez nada porque nós não tivemos coragem de denunciar. E agora, como mãe de família ela denuncia por quê? Porque a CPI está dando coragem às pessoas, está encorajando para que elas possam fazer isso. De maneira que é muito importante que essa gente que pensa que realizou tudo, que construiu tudo, que construiu um patrimônio enorme é importante que eles percamos isso tudo em favor dos abusados, em favor dos lesionados. É meu apelo, Sr. Presidente. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fica o nosso cumprimento mais uma vez ao Senador Magno Malta que é o Sr. Presidente da CPI da Pedofilia e me lembro dele logo que ele começou esse trabalho, me convidou, fez questão. Paim, quero que você esteja lá comigo como Presidente da Comissão de Direitos Humanos porque nada tem mais haver com a Comissão de Direitos Humanos como esse tema, você me dizia. Esse é o argumento. E eu concordei na íntegra de fazer parte da Comissão, como você disse, teve um outro Senador que queria muito uma vaga lá, eu cedi a vaga, fiquei na suplência. Mas agora parece que ele mesmo entendeu que é melhor que eu volte para lá.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Ele não foi a nenhuma reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas é importante que ele conversou com você, entendeu que gostaria que eu voltasse para lá.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Ele não conversou não. Eu liguei para ele, olha, pede para sair. Pega o lugar de Paim, pelo amor de Deus. Pega o lugar de Paim. Você não vem aqui, meu irmão. A verdade é essa, quem ligou foi eu, falei: Pega seu chapéu. Você não vem, velho. Pega o lugar do Paim, está precisando do Paim aqui, o Paim foi bom com você, tal, você prestar um grande serviço e nós vamos estar no seu Rio Grande do Sul segunda e terça. E como teremos um dia de audiência pública para ouvir os Conselhos Tutelares, ouvir o projeto sentinela, ouvir Direitos Humanos da OAB, quer dizer, nada melhor do que o Presidente da Comissão de Direitos Humanos para ir lá, para nesse dia de audiências públicas onde nós vamos tratar com a população do seu Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado Senador Magno Malta. Então, nesse momento eu havia me comprometido abrir um espaço para o José Augusto para que ele pudesse fazer algumas ponderações.

SR. JOSÉ AUGUSTO: Bom, devido ao adiantado até da hora e os compromissos dos senadores, Paulo Paim, com relação à primeira parte da audiência que foi com o Márcio Pochmann. O Márcio foi meu professor na UNICAMP, já há um bom tempo. E a competência indiscutível, esteve conosco no dia 13 de maio, no Encontro Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores aqui em Brasília, como palestrante também. Mas eu vou resumir para ganhar tempo, Paulo Paim. Tem um texto na Bíblia, é a epístola de São Paulo aos Coríntios, que diz assim, eu acho que para resumir isso aí, essa discussão. De que Deus abençoe a cabeça dos senadores e deputados dessa Casa para que façam uma Reforma Tributária realmente justa, não é, com justiça tributária e considerando, principalmente a questão das desigualdades plenamente explícitas que nós temos no Brasil. O texto da Bíblia diz o seguinte. "O que colheu muito não teve demais. E o que colheu pouco não teve de menos". Então, é com essa orientação até de Deus, essa orientação bíblica que a gente espera que com grande responsabilidade em nome da população brasileira abençoe todos vocês aí, Paulo Paim, todos os parlamentares indistintamente na condução desse trabalho que é emergencial, não é? A questão social no Brasil como colocou o Márcio Pochmann aqui é uma coisa tão crítica que ela ataca além dos atos do Executivo que nem sempre é simpático à sociedade, através do Ministério da Fazenda, planejamento e, graças a Deus, ainda existe uma política pública de renda mínima que colabora um pouco com essa população mais

carente. O quê que a gente vê? O aumento da miséria, a violência urbana, a delinquência juvenil como foi colocada agora a pouco pelo Senador; a precariedade das condições de vida no estado de miséria em que vivem esses trabalhadores; o trabalho escravo, aumento da prostituição e, naturalmente, um outro assunto que está havendo também um grande debate dentro dessa Casa aqui, até àquela hora eu assoprei para o senhor aqui, o senhor estava falando, com o Senador Magno Malta, sobre a questão do trabalho infantil também no Brasil. E fazendo justiça a Patrícia, que, inclusive, faz parte dessa Comissão aqui. A Patrícia é lá do Ceará, representante do Ceará aqui o Marvão, lá da Federação, outro companheiro da Federação dos Trabalhadores dos Empregados do Comércio lá do Ceará, a Patrícia tem demonstrado aqui uma garra enorme com relação a essa questão do trabalho infantil, da questão da pedofilia, tem sofrido muito na questão emocional dela. Eu já a vi chorando várias vezes no plenário do Senado, aquele sentimento mesmo e chegar a bater. Falar assim: "Nós temos que tomar uma providência, essa Casa aqui tem que resolver".

Num momento de desespero até marcante para o Congresso Nacional que eu tive a oportunidade de ver ao vivo, pessoalmente. E os absurdos, Paulo Paim, com relação aí a remédio, alimentação, Equipamento de Proteção Individual que era nossa área, de segurança e saúde no trabalho, proteção coletiva, você pega IPI, 17, 20, 25%, quer dizer, equipamentos que servem para salvar a vida, não é não, Milton? Da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho, equipamentos para salvar a vida, Paulo Paim. É subsidiado lá com alíquota de imposto enorme, tirando totalmente o interesse do próprio empregador investir na área de segurança. Porque fazer Segurança do Trabalho é um investimento. Então, é com esse espírito, com essa solidariedade da nossa parte, Paulo Paim, eu falando em nome do Fórum Sindical dos Trabalhadores que congrega 16 confederações e 5 Centrais Sindicais, que nós fazemos esse encaminhamento pedindo a Deus que abençoe, que ilumine o caminho de vocês aí para que faça realmente uma Reforma Tributária justa condizente com a realidade brasileira e com a nossa necessidade do povo brasileiro cada vez mais pobre, cada vez mais injustiçado e cada vez mais carente perante essas desigualdades econômicas e até mesmo sociais. O outro ponto, Paulo Paim, gostaria de fazer a entrega aqui, oficialmente ao Senador que preside uma Comissão importantíssima como essa, que é a Comissão de Direitos Humanos, a documentação que nós entregamos ao Ministro Lupi ontem, que é a carta de Brasília que foi tirada no Encontro Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, no dia 13 de maio

com a participação de 3034 sindicalistas de todo o Brasil, de todas as Centrais Sindicais, o único Presidente que não teve problema, acho que de saúde foi o Arthur, que não teve, mas os demais Presidentes, os senhores tiveram a oportunidade de fazer a sua fala, do Geraldo Mesquita também, por sinal é o DVD que está mais saindo do Fórum Sindical é a fala do Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero uma cópia desse DVD, falam tanto desse DVD que eu quero uma cópia.

SR. JOSÉ AUGUSTO: Já estão pedindo uma tiragem, daqui a pouco tem que botar nas lojas, nas bancas porque está demais. Mas, foi, assim, uma fala muito importante, deu ânimo, quem veio de longe lá do Macapá, do Amazonas, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina voltaram revigorados com as palavras aí, principalmente, do Senador Paulo Paim e do Senador Geraldo Mesquita, ambos dessa Comissão de Direitos Humanos. Então, Paulo Paim, primeiramente eu entrego oficialmente ao senhor, aqui, a carta de Brasília, em nome de todas as Confederações Nacionais de Trabalhadores e as Centrais Sindicais que também compõem e que são signatários no final desse documento com as suas respectivas assinaturas.

A outra, o outro encaminhamento que é preocupante, de todo o Movimento Sindical, indistintamente, não existe unanimidade e não é à toa que existe o Fórum Sindical dos Trabalhadores justamente para fazer a discussão, e os encaminhamentos políticos, até mesmo na área jurídica através das confederações que podem até acionar juridicamente quando existe uma ameaça junto ao Supremo Tribunal Federal. Mas como a gente é do Movimento Sindical de conciliação, de entendimento e não de porrada, nós estamos tentando de todas as formas negociar com o Governo Federal, através do Ministério do Trabalho. Estivemos dia três em audiência com o Ministro Lupi com toda a sua assessoria, Consultoria Jurídica, dizendo, assim, um não para a portaria 186 com relação a registro sindical. Uma tentativa, eu acho, que abusada, inoportuna, Paulo Paim, porque nós saímos daqui de um trauma muito grande com a aprovação da 1990 que nós tivemos que fazer várias emendas para aprovação novamente lá na Câmara dos Deputados e o senhor participou desse momento junto com a Dra. Lúcia Vânia, o Dornelles, os senadores que entraram também com... O Demóstenes Torres, o Flexa Ribeiro, o Bispo lá que é Senador também, o Crivella, Marcelo Crivella, e vários outros senadores que entraram com as emendas para salvaguardar, o modelo e a estrutura sindical no Brasil e nós conseguimos através do Congresso Nacional, legitimamente brigando, ali brigando entre

aspas, no bom sentido. E conseguimos mostrar para os parlamentares que a nossa tese é a tese de acordo com a realidade brasileira, não adianta introduzir para o modelo alemão que aqui não é a Alemanha, aqui é um país transcontinental, aqui é Brasil. Não adianta vir com modelo da França, dos Estados Unidos que por sinal é bancada até pelo Governo, o Sindicato, nós temos um modelo que está dando certo, que está evoluindo, não pode generalizar. Quem é bandido tem que ser processado e preso. Não é não, Omar? E não cometer injustiça como andam fazendo com perseguição em cima de dirigentes sindicais. Sindicato feito nas coxas como fala o próprio Ministro Lupi no seu pronunciamento em audiência pública lá com nós lá. E não é regra, são exceções. E quem deve, quem é criminoso deve pagar. Eu não tenho rabo preso com ninguém, tenho minha vida limpa, graças a Deus. Adoro o Movimento Sindical, sou respeitado por todas as entidades sindicais independente de Central Sindical. Sou bem-vindo em todas e transito nelas de cabeça erguida. Agora, aquele que não tem essa postura que deve alguma coisa e que é bandido, que não faz um sindicalismo sério e cidadão, então, que se enquadre perante a justiça, né, que a polícia prenda, que responda a processo, que o Ministério Público interfira, agora não pode nivelar por baixo dizendo que todos nós somos bandidos, que é Sindicato feito escondido, lá embaixo da ponte, dentro de um galpão no final de semana, que acione o próprio Ministério do Trabalho através das DRTs, que acione o Ministério Público. Agora, não pode generalizar todo o Movimento Sindical pensando em meia dúzia.

Então, essa primeira tentativa, Paulo Paim, foi feita, e companheiros aqui presentes na audiência, no Fórum Nacional do Trabalho. Nós derrubamos. Foi aí que nasceu o Fórum Sindical dos Trabalhadores, sobre a excelente condução do companheiro Schultz, seu grande amigo e hoje se encontra afastado, problema de saúde, encontra-se em Pelotas lá no Rio Grande do Sul, juntamente com os demais companheiros, né, não é, Caetano, o Omar, o Calixto, o Moacir e tantos outros. Montaram o Fórum Sindical dos Trabalhadores justamente para bater contra essas investidas de enfraquecimento da estrutura sindical brasileira. Para os trabalhadores perde a força. Para não ter o que reivindicar mais, para engolir tudo, para ser gado como o admirável gado novo, a música lá do Zé Ramalho, engolir tudo goela abaixo do que vem desses pacotes não liberais. A segunda tentativa foi dentro dessa Casa, 1990. E nós conseguimos derrubar aonde? Dentro do Senado, que na Câmara não teve condição. Houve um trabalho muito, nós devemos muito ao senhor, Paulo Paim, a Lúcia Vânia e ao Dornelles que com sabedoria

e inteligência, juntamente conosco, com esse verdadeiro Movimento Sindical sério e que tem proposta, conseguimos através de emendas consertar aquilo que era maléfico e ia prejudicar a estrutura sindical brasileira. E na Câmara conseguimos bem apertado na votação, mas conseguimos. Hoje o reconhecimento das centrais foi feito de uma forma democrática. Porque nós do Fórum Sindical dos Trabalhadores provocamos essa discussão. Aonde, Campanella? Aqui dentro do Congresso Nacional, começando aqui no Senado. Mais uma vez, lá na Câmara no início não teve condições de discutir que veio como um rolo compressor. Bom, como houve duas vitórias, inclusive, com o advento anterior, antes da virada do ano, a 293, a Medida Provisória 293 que custou mandatos de alguns senadores e deputados que não conseguiram se reeleger; e o DIAP sabe muito bem do que eu estou falando, não conseguiram reeleger pela malfadada Medida Provisória 293. E há aqueles que realmente vestiram a camisa, nós conseguimos reeleger em Minas, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, não é, Paulo Paim, que tinha essa identidade conosco e nós fizemos campanha. Esses homens têm que voltar para o Congresso. E os derrotados tiveram que se acertar em algum local, se ajeitar. Aí o que aconteceu? Veio a terceira tentativa. Quer dizer, a terceira que, na verdade, é quarta. A terceira tentativa é através da portaria 186. Então, não conseguiram no Fórum Nacional do Trabalho. Não respeitaram essa Casa porque as leis são aprovadas nessa Casa, Senador Paulo Paim. Não respeitaram essa Casa. Por quê? Vieram com a portaria 186, desrespeitando o Congresso Nacional. Nós já definimos isso na aprovação do Projeto de Lei de reconhecimento das centrais. Não é isso, companheiros? Tá. Nós já resolvemos essa questão. Então, está insistindo, está persistindo, mas a gente vai acompanhar até a última consequência. Então, a primeira tentativa foi essa negociação, fizemos, o Ministro atendeu muito bem, disse que para em 30 dias a gente vai tomar uma solução e pediu esse prazo pela Convenção da OIT, que ele teve que se ausentar e vai participar em Genebra da Convenção, deve estar viajando ainda hoje.

A segunda tentativa nossa eu vou deixar até público aqui que não é segredo não. Nós vamos até o fim. É a petição junto ao Congresso Nacional porque o Executivo não pode legislar, gente e está extrapolando. Quem faz o trabalho de Legislação é aqui dentro do Congresso Nacional, não é o Executivo não. Não pode deformar uma Legislação. Quer discutir novamente? Vamos discutir aqui na grande Casa aqui das leis que é o Congresso Nacional e não fabricar lei dentro do Executivo. Isso nós deixamos bem claro. Se não houver negociação na primeira tentativa que o Ministro deu 30

dias de prazo, vão aumentar com a petição junto ao Congresso Nacional. É um direito nosso, é uma nova ferramenta jurídica que nós temos. Nós vamos entrar. Inclusive, está pronto o documento. É só os Presidentes de confederação assinar. E nós vamos dar entrada aqui no Congresso Nacional para rever isso aí. Está tendo invasão de competência, companheiros.

E o terceiro e último ato vai ser ação direta de inconstitucionalidade porque aí já é guerra mesmo, não tem jeito, último recurso. Mas nós temos sabedoria e consciência que o caminho tem que ser esse, do entendimento, da negociação, mostrar para aqueles que foram afoitos e não se conformam desde o advento da Medida Provisória 293 e a 294 que foram derrotados dentro dessa Casa também, dentro do plenário, com apoio político nosso, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, os inconformados tentam na calada da noite estar produzindo Legislação contrariando a própria CLT e a Constituição Federal. Isso é inadmissível. E nós não vamos perdoar não. Enquanto tiver sangue nas veias correndo e vontade de lutar; vamos a luta até o fim. E o segundo e último ponto, Paulo Paim, é com relação à regulamentação dos trabalhadores comerciários aos Domingos por Convenção coletiva. Nós tivemos aquela derrota através da Medida Provisória na Câmara e nós achamos, ali, que foi uma briga muito desigual porque a patronal através de All Shoppings(F), APAS, Associação Brasileira de Supermercados vieram em peso mesmo, com aquela força muito grande e nós, assim, por uma questão pequeníssima de votos não conseguimos fazer com que os trabalhadores comerciários de todo o nosso país trabalhassem através de um processo de Convenção coletiva de trabalho e não... e justificando aqui perante aos telespectadores e vocês da plenária, que a discussão nossa era funcionamento. Como seria a questão do funcionamento dos trabalhadores aos Domingos e feriados? E os parlamentares que eram contrários a nossa idéia, inclusive, um deles relator da matéria, dizendo que nós éramos preguiçosos, que a gente não queria trabalhar, que o comerciário não queria trabalhar. Não é bem isso. Nós entendemos que o funcionamento hoje, principalmente nos grandes centros, principalmente em instância turística abre, não tem como. Nós queremos discutir, Paulo Paim, através da Convenção coletiva as condições de trabalho e as normas de proteção a trabalho e os benefícios que os trabalhadores terão quando forem convocados para trabalhar num domingo e num feriado. Então, nós estamos retomando essa discussão, o senhor foi solidário, até te agradeço, na oportunidade o senhor ligou o celular, até passei para o Carlos Lupi, o senhor dando um voto de solidariedade apoiando os comerciários do Brasil junto ao Ministro e também

um outro agradecimento que eu gostaria de fazer em público aqui que está dando uma força muito grande aqui na Casa que é a Senadora Ideli Salvatti de Santa Catarina.

E o outro ponto lá que nós discutimos é a questão do ponto eletrônico que está tendo fraude e burlando, mania de deletar no computador através do sistema as horas dos trabalhadores. Então, nós estamos entrando com um pedido, Senador, provavelmente essa matéria pode até não passar aqui, mas a gente vai tentar através de portaria, que o trabalhador todo, periodicamente ele tem o romaneio, o resumo, das horas que ele trabalhou. Não é só bater o cartão. Tem que entregar uma folha dizendo, olha, dia primeiro eu entrei tal hora, saí tal hora. Porque tudo isso tem a ver com hora extra e banco de horas. Os caras assinam uma Convenção coletiva para banco de horas que deveria ser extinto da fase da terra esse negócio de banco de horas, isso nasceu no ABC Paulista, por força dos alemães em cima da Volkswagen, vocês lembram disso. E aí o trabalhador não descansa, Paulo Paim, através do banco de horas, e também não recebem as horas extras. E não têm direito acesso à informação, porque se ele for lá no departamento pessoal, o senhor já foi operário como nós, trabalhadores, vai procurar sua turma, aqui não tem informação nenhuma para te dar não. Mal mostra o cartão de vocês, mas se o ponto é eletrônico nós temos várias denúncias, em todo o país, do Norte ao Sul, que está havendo, André, a invasão, você que é um cara de informática, lá dentro, tirando as horas lá, burlando aquilo que você efetivamente trabalhou para não ter que dar descanso, quer dizer, é um absurdo, é mais um tipo de escravidão e para que você trabalhe de graça as horas extraordinárias. Então, esses foram os encaminhamentos e principalmente com relação ao decreto 605 que na outra oportunidade como a negociação interna que a gente ainda não avançou, com relação ao trabalho aos domingos dos supermercados e *Shopping Centers*. Mas essa matéria a gente vai ter que tratar novamente aqui dentro do Congresso Nacional. Gostaria de aproveitar e agradecer em nome do Fórum Sindical dos Trabalhadores, a oportunidade que o senhor nos deu. E dizer, Senador, assim que o senhor precisar de nós na luta, na defesa de projetos que é relevante para a sociedade brasileira e pra classe trabalhadora, a gente sempre estará de plantão e será uma honra muito grande, um prazer estar atendendo ao seu pedido, através de um chamado, através de uma convocação. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria na figura do Zé Augusto, agradecer a todo o Fórum Sindical dos Trabalhadores, as Centrais

Sindicais, as confederações, pela mobilização permanente que têm feito aqui no Congresso. Eu acho que nós conseguimos trazer o social para dentro do Senado.

O Senado hoje está debatendo todos os temas de interesse efetivamente do nosso povo, da nossa gente, o Senador Flávio Arns falava há pouco tempo aqui, nós aqui temos aprovados a maioria dos projetos que são de interesse efetivamente dos trabalhadores do nosso país, dos aposentados, dos pensionistas... Vejam o caso do fator previdenciário que eu vejo aqui no documento do fórum que tiraram aqui o apoio geral, total e restrito para que a Câmara também aprove o fim do fator previdenciário, que aprove que o aposentado tem que receber, pelo menos, o mesmo reajuste concedido ao salário mínimo, mesmo a PEC da redução de jornada não se surpreendam que a gente aprove primeiro aqui no Senado e depois na Câmara, porque como nós apresentamos junto com o Senador Inácio Arruda, quando éramos deputados, as PECs lá que reduz de 44 para 40 e depois para 36, eu reapresentei aqui em 2003, já tem um parecer favorável há três anos na CCJ do Senador Marcelo Crivella e falei com o Senador Valter Pereira e nós vamos trabalhar agora para ver se aprovamos a PEC da redução de jornada, essa PEC 75 que está aqui ela reduz num primeiro momento de 44 para 40, depois uma hora por ano até chegar a turno de seis horas para todos. Quero dizer também que o projeto que regulamenta de forma definitiva a situação do comerciário, nós apresentamos, há dois anos atrás está pronto para ser já apreciado na Comissão de Assuntos Sociais. Foi fruto de um grande Congresso Nacional dos comerciários de todo o país, me trouxeram o projeto, eu apresentei e ele está já, digamos, em condição de ser aprovado. Mas, enfim, não vou falar aqui como eu digo são mais de 1350 projetos entre a Câmara e o Senado. Mas sempre é gostoso a gente ver que o próprio "Alô Senado" fez recentemente uma pesquisa entre a recepção dos senadores junto à sociedade brasileira e esses projetos eu diria que eles estão em destaque nessa avaliação da população brasileira e a nossa... O nosso centro de formação do Senado me passou esse material que nos deixa numa situação, eu diria, de alegria, pelo menos.

A população está entendendo o trabalho que nós estamos fazendo aqui dentro do Senado e a população de todo o país. E o próprio Jornal O Globo acabou publicando no final de semana, teve acesso a uma parte desse material e demonstra que o Movimento Sindical tem proposta, porque eu sempre digo que eu não in-

vento proposta, não é que eu vou dormir, sonho lá e de manhã venho aqui e apresento um projeto. Todos os projetos que eu apresentei tanto para aposentado, como para pensionista, para papeleiro, para idoso, para índio, para negro, para branco, enfim, para todos os setores da sociedade, eles são o reflexo da vontade das ruas. A sugestão chega para mim. Quando eu apresentei o Estatuto do Idoso há muitos anos atrás, hoje graças a Deus é lei, a primeira proposta que eu recebi foi de um senhor do interior do Rio de Janeiro, não foi do Rio Grande do Sul. Eu achei que tinha fundamento, apresentei e aprovamos e hoje é lei.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência foi fruto de um debate muito amplo das pessoas com deficiência e de todo o país que me trouxeram a proposta original. Aprovei no Senado, está na Câmara, Estatuto da Igualdade Racial é fruto de um acúmulo de centenas de anos da comunidade negra buscando as leis afirmativas. Alguns são contra, alguns setores minoritários não chega a 1% é contra a política de igualdade, eu tenho dito que os Estados Unidos aplicou a política de igualdade, inclusive, as políticas afirmativas, a partir de Martin Luther King, aquela famosa marcha sob Washington, depois a Suprema Corte reconheceu e o Congresso aprovou por unanimidade e hoje nós temos lá o Obama. O Obama é fruto das políticas afirmativas. E Obama poderá ser o primeiro negro a vir presidir, queiramos ou não, um país da força mundial como é os Estados Unidos. E foi graças às ações afirmativas que buscaram, política de inclusão dos excluídos que nós podemos com alegria ao encerrar essa reunião já poder anunciar que o Obama venceu, venceu de forma definitiva a disputa no Partido Democratas e será ele que vai enfrentar o representante do Partido Republicano e todos os indicativos até o momento demonstram que ele poderá ser o Presidente dos Estados Unidos.

Enfim, quero mais agradecer a presença de todos vocês e com essa fala rápida do Obama que eu não poderia deixar de falar, eu encerro a presente reunião e audiência pública, foram dois momentos e não deixando de lembrar a todos vocês que eu iniciei essa reunião de hoje falando que hoje, dia cinco, é o Dia Internacional do Meio Ambiente, que todos nós possamos assumir cada vez mais a luta em defesa do meio ambiente e defender o meio ambiente é defender a vida. Está encerrada a presente audiência pública.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h30.

ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 12 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e dois minutos do dia doze de junho de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senhores Senadores: **Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, José Nery, Leomar Quintanilha, Wellington Salgado, Eliseu Rezende, Romeu Tuma, Gilberto Goellner, Eduardo Suplicy e Jaime Campos**. Os Senadores Cristovam Buarque e Cícero Lucena justificam suas ausências. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais, explicando como serão conduzidos os trabalhos. **PAUTA**. Item nº. 01. **Requerimento nº 51, de 2008**, que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar da questão Dependência Química. Para tanto, gostaria que fossem convidados os senhores Paulo César Caju e Cláudio Adão, ambos, ex-jogadores de futebol. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 02. **Requerimento nº 52, de 2008**, que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a debater a situação de prisão ilegal de índios no Brasil, principalmente em áreas de conflito como Mato Grosso. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, representante do Governo estadual e federal, representante do Conselho de antropologia e outros a serem definidos pela própria Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 03. **Requerimento nº 53, de 2008**, de realização de “Audiência Pública, com vistas a debater a situação de segurança de vida dos oficiais de justiça e condições de desempenho de suas funções. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados o representante da associação nacional dos oficiais de justiça, representante Governo federal, representante do Conselho Nacional da OAB e outros a serem definidos pela própria Comissão”. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 04 – **Projeto de Lei do Senado nº. 339, de 2007** – terminativo – que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência, para incluir as anormalidades decorrentes da visão monocular entre as que caracterizam a deficiência visual”.

Autoria: Senador Papaléo Paes. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **adiado**. Item nº. 05 – **Projeto de Lei do Senado nº. 417, de 2007** – terminativo – que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **adiado**. Item nº. 06. **Projeto de Lei do Senado nº. 596, de 2007** – terminativo – que “Altera a redação do art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) de forma a garantir aos idosos a liberdade de escolha de assento objeto dos benefícios criados por esta Lei”. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **adiado**. Item nº. 07. **Projeto de Lei do Senado nº. 38, de 2008**, – terminativo – que “Altera § 2º do art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente”. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria: Senador Magno Malta. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **adiado**. Item nº. 08 – **Projeto de Lei do Senado nº. 50, de 2005** – terminativo – que “Cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente.” Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senadora Patrícia Saboya Gomes. Parecer: Pela aprovação da matéria nos termos da Emenda nº 01 – (Substitutivo) aprovada na CCJ. Resultado: **adiado**. **EXTRAPAUTA**: Item nº. 01 – **Requerimento nº 54, de 2008**, para a realização de “Audiência Pública, com vistas a tratar da Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e seus reflexos na vida das pessoas com deficiência. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas entidades ligadas aos Direitos Humanos e outros a serem definidos pela própria Comissão”. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Item nº. 02 – **Requerimento nº 55, de 2008**, que requer a realização de diligência e reunião na cidade Porto Alegre – RS, com a finalidade de apurar denúncia de maus tratos em conflitos ocorridos entre movimentos sociais e a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Resultado: **Aprovado**. Fazem o uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: **Paulo Paim, Flávio Arns, José Nery, Eduardo Suplicy, Wellington Salgado e Romeu Tuma**. Nada mais havendo a tratar, encerra-

se a reunião, às dez horas e vinte e três minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

No dia de hoje, nós temos como pauta uma série de requerimentos e também projetos terminativos. Ao requerimento que foi uma proposta encaminhada pelo Senador Heráclito Fortes, que eu assumi, em nome da Comissão, onde nós vamos convocar, convidar os ex-jogadores Paulo César Caju e Cláudio Adão, ambos ex-jogadores de futebol.

Paulo César Caju teve dependência química, se recuperou, teve uma grande ajuda do ex-jogador de futebol Cláudio Adão e é um exemplo a ser seguido. Por isso, Senador Flávio Arns, nós, no momento adequado, voltaremos a falar mais desse requerimento pela sua importância. Eu acho que o Paulo César Caju, que tem feito palestra no mundo todo pela experiência triste que ele teve, mas, felizmente, se recuperou, fará, então, a nosso convite, uma palestra nesta Comissão: “Como se recuperar da dependência química”.

Depois, vamos encaminhar um outro requerimento, no momento adequado, Senador Flávio Arns, que visa discutir, mais uma vez, os conflitos com os povos indígenas. Vamos também ter um outro requerimento que visa discutir a situação dos oficiais de justiça.

Teremos um projeto terminativo, que o Senador Papaléo Paes é o autor, o Senador Flávio Arns é o relator, que acrescenta dispositivo à Lei 7.853, de 24 de outubro de 89, que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência, para incluir as anormalidades decorrentes da visão monocular entre as que caracterizam a deficiência visual.

Teremos um outro projeto, de autoria do Senador Marcelo Crivella, também terminativo, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem em seus quadros pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes.

Teremos, ainda, um outro projeto do Senador Expedito Júnior, relator Senador Flávio Arns, que altera

o Estatuto do Idoso, de forma a garantir aos idosos a liberdade de escolha de assento, objeto de benefícios criados pela Lei do Estatuto.

Teremos outro do Senador Demóstenes Torres, relator Senador Magno Malta, que trata de alterar o § 2º, do art. 244ª, da Lei 8.069, de 3 de julho de 90, para declarar, com efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente. Projeto interessante, de autoria do Senador Demóstenes Torres, Senador Magno Malta também é relator, e que vem na mesma importância dos outros.

E um outro projeto, ainda, que cria Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senadora Patrícia.

E vamos ter extrapauta, ainda, conforme conversa que tive ontem com o Senador Flávio Arns e também com o Senador Eduardo Azeredo, que é o relator da Convenção Internacional sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiências e seus Reflexos. Faremos uma audiência pública aproveitando o período que a pauta está trancada, devido às medidas provisórias. Disse-me o Senador Eduardo Azeredo que o seu parecer está pronto em 15 dias. Então, antes de 15 dias nós faríamos uma audiência pública convidando, aqui, o Ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria de Direitos Humanos, para colocar a posição, inclusive, do Governo que, claro, eu sei, é totalmente favorável a esse requerimento.

Mas, Senador Flávio Arns, antes mesmo de entrar na pauta de votação dos requerimentos e esperando, inclusive, assinatura suficiente para que a gente possa apreciá-los, porque não serão votados nominalmente, eu gostaria de lembrar e quero, se possível, um comentário de V. Exa., que hoje, 12 de junho, tem tudo a ver com essa Comissão, é o dia mundial contra o trabalho infantil. Lembrar que, em 1983, a UNICEF lançou a proposta Revolução para a Sobrevivência da Criança e, ainda, o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio 4. O Objetivo de Desenvolvimento do Milênio 4 é reduzir a taxa global de mortalidade infantil entre 1990 e 2015.

Em 1990, número absoluto de morte de criança chegou, infelizmente, ainda a cerca de 13 milhões. Sobrevivência infantil, dados da UNICEF informam que, a cada dia, em média, mais de 26 mil crianças menores de cinco anos morrem em todas as partes do mundo. Um outro dado: quase todas vivem em 60 países em desenvolvimento; mais de 30% dessas crianças morrem em seu primeiro mês de vida, morrem, normalmente, em casa, sem acesso ao serviço de saúde, saúde essencial e recursos básicos que poderiam salvar suas

vidas. Um outro dado: crianças bem nutridas que recebem cuidado e vivem em ambientes seguros e estimulantes têm maior probabilidade de sobreviver, de contrair doenças com menor frequência e desenvolver habilidades emocionais, sociais, de raciocínio e de linguagem. E, ainda, aqui diz que, quando ingressam na escola, têm maior probabilidade de ter sucesso, desde que tenham bastante assistência na sua infância. Ao longo da vida, têm mais chance de se tornar membros criativos e produtivos da sociedade. Aqui me lembra, Senador Flávio Arns, de um projeto que V. Exa. apoiou tanto da Senadora Patrícia, que eu tive a alegria de ser o relator, que amplia o período que a mãe fica com a criança na gestação.

Ainda tem um dado do Banco Mundial que diz que investir na criança também é uma atitude mais do que sensata em termos econômicos. A imunização e a suplementação de vitaminas, principalmente da vitamina A, são duas das intervenções em saúde pública com melhor relação a custo-benefício disponível atualmente. Então, investir na criança é, além de salvar vidas, é muito positivo na relação custo-benefício. A maioria dos status da vitamina A pode fortalecer a resistência da criança a doenças e reduzir a probabilidade de morte infantil.

A Convenção das Nações Unidas sobre o direito da criança, direito econômico: direito da criança ao padrão de vida adequado, direito social, direito das crianças ao padrão mais alto, isenção à saúde, seguridade social e educação; direito cultural: direito das crianças a serem respeitadas em seu idioma, sua cultura e sua religião. Em maio de 2008, Organização não Governamental Britânica denuncia que crianças sofrem abusos por parte de ativistas e soldados da paz. Olha que denúncia grave! Algumas das acusações são: estupro, prostituição e troca de sexo por comida.

Trabalho infantil. Estimativas globais da Organização Internacional do Trabalho dizem que 165 milhões de crianças de 5 a 14 anos de idade são vítimas de trabalho infantil, muitos dos quais trabalham longas horas em condições perigosas. Veja esse dado. Hoje, 12 de junho, Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, a gente ter ainda que dizer que dados da OIT demonstram que 165 milhões de crianças de 5 a 14 anos de idade são vítimas, ainda, do trabalho infantil.

Cerca de uma em cada sete crianças do mundo está envolvida em alguma forma de trabalho infantil. O número de crianças envolvidas em atividades econômicas na África subsaariana corresponde à região do Continente Africano a sul do Deserto do Saara, ou seja, os países que não fazem parte do Norte da África. É o mais elevado em qualquer região do mundo, com quase 50 milhões de crianças trabalhando. Olha

bem esse dado. A região do Continente Africano, a sul do Deserto de Saara, mais de 50 milhões de crianças trabalham, o que representa 26% do número total de crianças no mundo.

O número mais elevado de crianças trabalhadoras verificara-se ainda na região da Ásia Pacífica, com 122 milhões de crianças com idades compreendidas entre 5 a 14 anos estão a trabalhar. Quer dizer, cada dado é mais surpreendente. Esse da Ásia ultrapassou o da África, região Ásia Pacífica, 122 milhões. A América Latina e o Caribe fizeram muitos processos diminuindo para 5% o número de crianças com idades entre 5 a 14 anos envolvidas em atividades laborais.

Quase sete de cada criança trabalhadora estão no setor agrícola; cada sete de cada crianças trabalhadoras estão no setor agrícola. O setor dos serviços emprega 22% das crianças, e o setor industrial, incluindo minas, construção e produção, 9%.

Em um outro dado, entre 2000 e 2004, as ações empreendidas pelas comunidades internacionais ao longo da última década revelam resultados positivos na luta contra o trabalho infantil. As estimativas globais mais recentes da OIT indicam que o trabalho infantil, pelo menos, diminuiu 11%, registrando 218 milhões de crianças a menos. O trabalho infantil está diretamente vinculado à pobreza. Uma família com baixa renda, muitas vezes, não tem meios suficientes para garantir a educação do filho e aí acaba fazendo com que a criança trabalhe. A criança trabalhadora, a família depende da contribuição financeira que a criança traz para complementar a renda familiar. E aí acaba cometendo essa violência: em vez da criança estar na escola, está trabalhando.

E aqui tem, Senador Flávio Arns, uma série de outros dados, mas eu vou ficar só com o último: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) na educação até 2015. As Nações Unidas e a Comunidade Internacional estipularam metas para garantir que todas as crianças complementem a educação básica e para que se reduzam as desigualdades de gênero na educação. E aí tem uma série de medidas que seriam tomadas para atingir esse objetivo.

Enfim, Senador Flávio Arns, fiz esse breve comentário de um resumo, como uma mensagem no Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, dizendo que a educação seria a resposta mais adequada. Lugar de criança é na escola. E nós temos o dever, não só no Brasil, no mundo todo, de dar essa oportunidade a nossas crianças, que serão aqueles que vão dirigir o planeta no futuro. Senador Flávio Arns, por favor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero parabenizar V. Exa. V. Exa. é um batalhador de vida, não é de hoje, por ser Presidente da Comissão de Di-

reitos Humanos, mas um batalhador pela vida toda a favor da realização dos direitos humanos, cidadania, dignidade, respeito, oportunidades.

Hoje, de fato, como foi mencionado é o Dia Mundial e Nacional Contra o Trabalho Infantil. Eu tive até a ocasião de me manifestar sobre isso no plenário ontem, que V. Exa. estava--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fui testemunha. Estava lá.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --Estava presenciando, justamente, naquele momento a sessão.

E eu acho que um dia nacional é um momento, assim, de parada, de reflexão para as pessoas poderem debater o assunto, fazer com que isto seja lembrado no Brasil inteiro, entidades, associações. Eu acho que um dia, assim, bem organizado serve para levantar a consciência da sociedade a respeito de problemas sérios, entre eles o trabalho infantil.

Nós aprovamos, Sr. Presidente, só para lembrar, na semana passada, a realização de uma audiência pública aqui na Comissão de Direitos Humanos em função de uma notícia que o Jornal Gazeta do Povo, de grande circulação no Estado do Paraná, apresentou em termos da produção de fumo e, depois, da separação e classificação das folhas. E a quantidade, a reportagem, que depois foi produzida, também, em função disto, pela Rede Paranaense de Comunicação, que é da Rede Globo, inclusive apareceu no programa Fantástico, mostra que 80 mil crianças estão envolvidas, crianças, jovens, adolescentes estão envolvidos na questão do fumo. Se a gente pensar que essas plantas do fumo, as folhas passaram por um processo de melhoria genética para se tornarem mais resistentes, menos suscetíveis a pragas, a gente vai ver que existe uma quantidade enorme de crianças e de jovens com níveis de nicotina iguais ou superiores aos fumantes. Quer dizer, além de trabalhar, de ter dificuldade na escola e tudo, também acarretando graves problemas para a saúde.

Fizemos esse debate, aqui, e vamos fazer até para ver, observarmos como que a Convenção Quadro, que é a convenção aprovada no mundo e também por este Congresso Nacional em relação à comercialização do fumo, como é que isso vem sendo colocado em prática. Porque a gente assina o que falta, na verdade, até V. Exa., agora há pouco, disse que lugar de criança é na escola, e concordo inteiramente, só que eu uso uma outra expressão também: "Lugar de criança é no orçamento", quer dizer...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para estar na escola precisa de orçamento também.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois é. No orçamento. Se a criança está no orçamento, ela tem que ter saúde, tem que ter assistência, educação, o apoio todo necessário.

Mas, de qualquer forma, esta Comissão vai se debruçar sobre esse assunto não só neste dia, e não pode ser só num dia. Quando a gente tem um dia nacional é para gente se conscientizar, mas trabalhar o ano inteiro na sequência, em função dos debates que acontecem.

Então, isso já foi aprovado, vai ser discutido. A gente tem que apoiar os agricultores também que fazem isso, muitas vezes, premidos por uma circunstância de trabalho. Tem que haver uma política de diversificação. Mas eu citei o Paraná, mas isso acontece no Paraná, até no requerimento a gente disse isso, deve acontecer no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, na Bahia, em Alagoas. Então, a partir de um caso concreto, a gente observar a Convenção Quadro, que é para o Brasil inteiro, não é só para o Paraná, que é o objetivo desta Comissão.

Também destacar, em termos de direitos humanos, que ontem nós aprovamos, na Comissão de Assuntos Sociais, e tem a ver muito com direitos humanos, um debate sobre a questão da saúde mental, doença mental, distúrbio psíquico, porque, por um lado, é uma política pública que tem que ser voltada para esta população, que é em torno de 20% da população tem algum problema de saúde mental, depressão, ansiedade, psicose, casos sérios, muitas vezes assassinatos de perversidade e que estão relacionados à saúde mental, esquizofrenia, que entra nessas áreas também. Enfim, uma série de problemas mais graves ou menos graves. E V. Exa., inclusive, mencionou requerimento para os dois jogadores virem aqui, ex-dependentes químicos. Quero enaltecer os jogadores por dizerem: "Eu fui dependente químico" ou "Estou lutando contra isso, preciso de apoio, preciso de ajuda".

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É o caso do Paulo César Caju, que conseguiu se recuperar, e o--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cláudio Adão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): -- E o Cláudio Adão foi o que ajudou ele. Acolheu ele, levou para a sua casa e ajudou a fazer todo o tratamento para recuperá-lo, que é um gesto nobre de solidariedade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso é super importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em homenagem ao dois, um como dependente

e o outro que foi o salvador, quase, da vida do Paulo César Caju.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não. Exatamente. Eu acho isso importante até para mostrar para a sociedade, porque têm muitos pais agoniados com os filhos, filhas ou parentes com dependência química, seja de álcool ou de drogas, e não sabendo o que fazer, para onde mandar, quem que atende, quem que atende com qualidade. E as entidades que atendem sem ter qualquer tipo de apoio do Poder Público. O Ministério da Saúde tem o CAPS, o Centro de Atendimento Psicossocial, que é muito importante. O Dr. Pedro Delgado é uma pessoa, um expoente, uma liderança nessa área, mas não é suficiente isso. E a gente precisa até apoiá-lo para dizer: "Olha, vamos repensar", repensar propriamente, não, mas vamos ampliar esse debate para que mais soluções apareçam.

Eu quero só, finalmente, Sr. Presidente, lembrar uma coisa que teve muita repercussão nesta Comissão de Direitos Humanos, já há algum tempo, que nós recebemos as denúncias de pessoas que têm doenças crônicas no Brasil e que exigem medicamentos de alto custo. E as pessoas vieram fazer a denúncia de que não estavam tendo acesso aos medicamentos. Quando a saúde... São medicamentos caros, excepcionais, de alto custo para doenças crônicas. E, nesse caso, ou a pessoa tem acesso ao medicamento e vive, e vive, muitas vezes, muito bem, contribuindo para a sociedade, ou, em boa parte dos casos, tem uma vida complicada, difícil e morre.

E eu cito, por exemplo, fibrose cística, que você identifica no teste do pezinho, que tem que fazer o exame, tem que fazer o tratamento. Se você não tratar, você vai estar todo mês na UTI, todo mês, quer dizer, um gasto para a saúde, para a família, um problema; a criança depois morre. Agora, você tratando, a pessoa vai trabalhar, vai para a faculdade, vai ter uma vida praticamente normal.

Nós fizemos um projeto de lei, quer dizer, até eu costume dizer que esta Comissão é de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Chamamos como Comissão Ministério Público, Ministério da Saúde, os grupos de doentes dessa área e, a partir dos problemas apresentados, elaboramos uma legislação, um projeto de lei. E os grupos e doentes são totalmente favoráveis à aprovação desse projeto de lei que prevê, por exemplo, que esses medicamentos sejam dados.

O Ministério da Saúde fica toda hora dizendo: "Não, porque é medicamento experimental". Não tem nada de medicamento experimental, medicamentos autorizados pela ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Mas, principalmente, quando o Ministério da Saúde faz uma lista de medicamentos, esse

projeto de lei diz como que esta lista vai ser elaborada, com a participação da sociedade dando prazos, envolvendo médicos, fazendo consulta pública. Hoje em dia ninguém sabe como é que essa lista é elaborada. E o pior de tudo: já faz seis anos que neste Governo a lista não foi atualizada. Então, têm remédios novos, têm doenças que poderiam ser atendidas com esses remédios, e a lista nunca foi atualizada.

Esse projeto de lei, a partir desses problemas, legislação participativa, a gente diz: a lista tem que ser atualizada, pelo menos, uma vez por ano. Aí as pessoas dizem: "Ah, mas não tem dinheiro para comprar medicamento caro". Eu até sugeriria para todo mundo que colocasse, como a gente costuma dizer, na ponta do lápis, para dizer quanto que você gastaria com medicamento e quanto que você gastaria com UTI, com outras coisas, porque essa pessoa que tem o medicamento, além de tudo, vai trabalhar, vai contribuir, vai gerar emprego, vai pagar imposto e coisa semelhante.

Então, esse debate, infelizmente, continua. O Governo está muito resistente em relação à mudança. Mas "água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Vamos continuar a falar e tudo.

O Senador Tasso Jereissati, que é extremamente sensível à área, bom espírito público, muito importante, interessante, ele é relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e está procurando também aproximar os pontos de vista, que, na minha ótica, a gente tem que aproximar, principalmente, do ponto de vista do doente.

E nós fizemos uma audiência com a Presidente do STF Ministra, na época, Presidente Ellen Gracie, e o Ministério da Saúde disse que não é problema do dinheiro, é problema do medo, do receio, porque a força dos laboratórios e não sei o que. Eu digo: "Olha, a melhor forma para gente combater força, lobby e não sei o que mais é ter um processo transparente". Na hora que o processo é transparente é aquilo, faz aquilo, cumpre aquilo e, se não está bom, muda o critério, mas nada de ficar escondido. Hoje ninguém sabe qual que é o critério, quem que escolhe, como é que você faz, é tudo escondido. A gente diz: "Não, a sociedade tem que saber, tem que participar".

Então, esse debate, eu quero dizer para todos, que começou aqui na Comissão de Direitos Humanos. Só para as pessoas saberem que não foi esquecido, porque às vezes demora para se chegar a uma conclusão. Mas só para dizer, assim: "Olha, estamos acompanhando, estamos trabalhando, estamos brigando, estamos discutindo a esse respeito para chegar a uma conclusão que atenda à pessoa com doença crônica e que precisa de medicamentos". Até para dizer que, muitas vezes, as pessoas dizem: "Eu não uso

o SUS". Ninguém no Brasil pode dizer que não usa o SUS. Mesmo a pessoa extremamente rica ela usa o SUS. Por exemplo, Programa de Vacinação. Inclusive no sábado é o programa de vacinação contra paralisia infantil, poliomielite. Todo mundo vai tomar vacina. Quem é que paga a vacina? É o SUS. Teste do pezinho. Toda criança que nasce no Brasil – pode ser da mais rica a mais pobre – tem que fazer o teste do pezinho. Quem paga o teste do pezinho? É o SUS. Medicamentos excepcionais de alto custo. Nós não estamos discutindo se a pessoa é rica ou se a pessoa é pobre. Porque a Constituição diz que o tratamento tem que ser universal. Então, nós temos que discutir sério e transparente para que... Não é favorecer quem quer que seja. É do SUS. Se você faz transplante de qualquer órgão no Brasil é SUS. Então, todos nós temos que defender o SUS, porque, infelizmente, as pessoas que precisam do SUS no cotidiano, no dia-a-dia, essas são as que mais sofrem porque o SUS não está, em termos financeiros, em termos de gestão, aparelhado para atender às necessidades diárias dos nossos cidadãos.

Mas eu acho que são coisas todas importantes, com o envolvimento da Comissão. E espero que V. Exa. fique bom logo. Estou vendo que está com a perna na horizontal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A perna na tipóia 35 dias.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A perna na tipóia. Como?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Há quase 40 dias.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para quase 40 dias. E nós queremos que a perna fique boa, porque a sua presença na Comissão, no Congresso, no Brasil, é fundamental. Então, queremos ver V. Exa. com saúde. Cuide-se, porque o senhor, você – se me permite dizer assim – é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, eu vou, antes de passar a palavra ao Senador José Nery, que ele poderá também, tenho certeza, fazer um comentário sobre isso. Eu quero usar uma expressão sua: “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, em relação até ao nosso próprio Governo. Porque a Câmara aprovou ontem, por unanimidade, aquela proposta, a Comissão Especial da Câmara. A Comissão Especial da Câmara aprovou, por unanimidade, aquela proposta que estende aos aposentados o mesmo percentual concedido ao salário mínimo. O relator da matéria foi o Deputado Edgar Moury do PMDB de Pernambuco. O Presidente da Comissão foi o Júlio Delgado, do PSB de Minas Gerais. Eu tinha conversado já com o Júlio Delgado, e ele tinha me dito que a comissão ia aprovar, exata-

mente nos moldes que o Plenário do Senado aprovou o PL 42, dizendo que o reajuste do salário mínimo seria correspondente à inflação mais o PIB e se estenderia também aos aposentados e também aos pensionistas. E hoje, pela manhã, eu falei com o Deputado Edgar Moury, e ele me disse que fez o relatório com muita consciência e tem certeza absoluta que esse reajuste para o aposentado não terá nenhum impacto negativo junto ao orçamento da União. Ele convenceu a todos os deputados da Comissão que estavam presentes e que o projeto foi aprovado por unanimidade. Eu acho que é uma notícia boa, já que nós estamos, aqui, pela nossa TV Senado, ao vivo, para todo o Brasil, que ontem a Comissão Especial da Câmara aprovou, vai agora ao plenário, e eu espero que o plenário, por coerência, aprove também. Até porque... Não vou entrar no mérito da segunda questão. Mas o plenário, ontem, da Câmara, aprovou a questão da CSS, dizendo que agora vamos ter mais 11 bilhões de investimento na área da saúde. Bom, mas 11 bilhões de investimento na área da saúde significa que se retirará menos dinheiro da Previdência da própria assistência social.

É mais um motivo, até porque eu, embora não acompanhei esse debate, sempre digo que a nossa Previdência é superavitária. Só a Seguridade Social teve no ano passado um superávit de mais de 62 bilhões. Enfim, eu quero aqui render minhas homenagens à Comissão Especial da Câmara – eu vou comentar isso hoje à tarde também no Plenário –, que, por unanimidade, aprovou o projeto que nós aprovamos aqui no Senado estendendo a cerca, hoje, daria para dizer de 30 milhões de aposentados e pensionistas o mesmo percentual concedido ao mínimo. Repito, foi aprovado na Comissão Especial e agora tem que ser aprovado no plenário.

Eu já solicitei aos membros da Comissão que me informem o dia da votação no plenário para a gente poder acompanhar.

Enfim, passo a palavra, então, ao Senador José Nery que havia solicitado. Hoje o Dia Mundial de Combate ao Trabalho da Criança tem tudo a ver com a sua Comissão, que é o trabalho escravo, que, para mim, trabalho de criança acaba sendo semelhante, infelizmente, ao trabalho escravo.

SENADOR JOSE NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Romeu Tuma já está conosco, só para lembrar que eu vou passar a palavra em seguida.

SENADOR JOSE NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns, Senador Tuma. No dia em que o mundo não comemora, mas marca com lutas e debates o Dia Mundial de Combate e o Dia Na-

cional de Combate ao Trabalho Infantil, ocorre a idéia de fazermos um balanço sobre os esforços do nosso País para combater o trabalho infantil, tendo em vista que registramos alguns avanços, como programas oficiais, como o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil, existente no País desde 1999. Mas os dados estatísticos informam, e a realidade comprova, que no Brasil ainda tem na condição vinculado ao trabalho infantil mais de 2,5 milhões de crianças e adolescentes, o que é um dado ainda muito forte que compõe essa tragédia ligada ao trabalho infantil, que revela o quanto ainda temos que avançar nesse campo.

Em 1999, na Amazônia, especialmente no Pará, lá em Abaetetuba, o Brasil tomou conhecimento da situação das crianças que trabalhavam nas olarias na região ribeirinha, mais de 300 olarias, em que o trabalho infantil naquele equipamento que é utilizado para fabricar telha e tijolo, dezenas de crianças durante muitos anos foram mutiladas. E essa denúncia que correu o mundo fez com que o Governo brasileiro, à época, depois de muita pressão, implantasse no Pará o PETI, o Programa de Erradicação do Trabalho infantil.

Creio que seria oportuno fazermos, aqui, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, já sugiro e vou apresentar com a concordância dos senhores senadores e senadoras que podíamos fazer um requerimento para realização de uma audiência pública para um balanço dos programas e iniciativas que muitas delas que contam com o apoio decisivo de organizações da sociedade civil, com o apoio dos conselhos dos direitos das crianças e adolescentes, dos conselhos tutelares. Creio que seria uma ocasião oportuna, ainda nesse final dos trabalhos legislativos, aqui, no Senado e na Comissão de Direito Humanos, creio que seria oportuno fazermos um balanço dessa nossa experiência, que, inclusive, por mais que ela não seja perfeita, mas nós temos que reconhecer como uma política pública que tem uma incidência positiva na vida de milhares de famílias, de milhares de crianças.

Muito embora a Bolsa oferecida ainda seja muito pequena, no entanto, é uma iniciativa com a qual podemos dialogar e, inclusive, incorporando, aqui, e considerando essa frase, esse lema que o Senador Flávio Arns gosta de repetir: "lugar de criança é no orçamento". Então, esse debate, esse balanço sobre Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, diante dessa realidade da existência de mais de 2,5 milhões de crianças no trabalho infantil no País, quem sabe nos ajuda quando da elaboração do orçamento. E mesmo nas emendas que apresentamos na LDO para 2009 e na votação do orçamento de 2009, quem sabe nós possamos incrementar um maior volume de recursos para proteger as crianças, para impedir

o incremento ao trabalho infantil e, efetivamente, garantir a cidadania de nossas crianças e adolescentes. Creio que essa seja uma forma do Senado Federal e, em especial, a Comissão de Direitos Humanos associarem-se à celebração do que, na verdade, é um dia de luta mundial e um dia de luta nacional em apoio a todas as iniciativas para combater e erradicar o trabalho infantil no País.

Creio que é uma proposta que faço aqui verbalmente, mas formulando, logo em seguida, Sr. Presidente, no sentido de que possamos avançar nesse tema numa questão bastante importante, tendo em vista que o trabalho infantil gera mazelas de consequências inumeráveis, porque, na medida em que se nega o direito da criança à escola, ao tempo, ao seu lazer, a sua formação física, psicológica, num momento importante da sua vida, nós estamos negando o futuro digno, decente, cidadã, dessas crianças. Portanto, é a forma que teria, aqui, para propor a idéia de uma audiência pública, esse balanço e quem sabe, senhores senadores, possamos, para 2009 e consoante o lema do Senador Flávio Arns, poder colocar de forma mais decisiva as nossas crianças no orçamento público nacional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador José Nery, V. Exa. deve encaminhar o requerimento, e nós botaremos em votação no momento adequado.

Com satisfação e alegria ao nobre Senador Romeu Tuma para que coloque o seu ponto de vista.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vou ser rápido, Presidente, porque tem a outra reunião nesta sala, e, apesar de que são audiências públicas, estou com a audiência e, sem dúvida, aprovarei a sugestão de V. Exa.

Quando aqui cheguei, V. Exa. explicava a sua satisfação em ver aprovada pelas Comissões Técnicas da Câmara o projeto que atende os aposentados, principalmente o fator previdenciário, que era alguma coisa que havia atravessado a nossa garganta, desde a reforma da Previdência, na qual tenho tranqüilidade, porque eu votei contra, por uma série de razões e V. Exa. conhece bem. E sabia da angústia profunda que V. Exa. sentia naquela hora pela defesa permanente que fazia em favor dos aposentados, objetivamente, porque tem muita gente que diz que é a favor do aposentado, mas pela garganta só, não pelas mãos, colocar as mãos nos fatores que possam melhorar a vida do aposentado, alcançar a tese de que eles merecem uma vida melhor, por terem prestado grandes serviços à pátria. E não tem uma família que não tenha um aposentado. E hoje, às vezes, Senador José Nery e Senador Arns, são sustentáculos da família; a família,

às vezes, desempregada e é o aposentado, com aquele salário, que faz a sustentação da família.

E outro fato é o que traz o Senador José Nery o trabalho infantil. No meu ponto de vista, os dois se casam perfeitamente. São dois fatores importantes: começo de vida e final de vida, em que a pessoa precisa muito mais assistência do que aqueles que estão profissionalmente realizados, trabalhando com saúde.

E até eu acredito que, quando eu estava no Orçamento, a Senadora Lúcia Vânia, que foi do Ministério do Presidente Fernando Henrique, cuidava dessa parte do trabalho infantil. E ela foi designada para relatar essa parte do orçamento, que é dividida em vários sub-relatores. E ela pôs uma verba para manter esta atenção do Governo para com a possibilidade de evitar o trabalho infantil e oferecer às crianças a oportunidade de se sentirem criança, porque, hoje não, se sentem como adulto porque têm que levar o dinheiro para casa. Pouco importa se no trabalho se queimam, se cortam suas mãos, se não conseguem ver um joguinho de futebol, porque eles passaram a ter obrigado de ajudar no sustento da família. E não há uma dedicação completa de atividades de Governo que evite que isto aconteça.

Então, quando ela viu cortada pelo relator do orçamento, ela chegou às lágrimas, e eu diria que ela conseguiu me deixar emocionado também, porque foi cortado o orçamento que estava na base do que ela calculava necessário para continuar esta atividade. E ela chorou copiosamente, porque não conseguiu vencer as barreiras de manutenção, como diz o Senador Arns: "a criança no orçamento".

Então, são fatos que nos entristecem bastante. Acho que o Senador Paim hoje liderando esses movimentos, por ser respeitado dentro do PT, dentro de todos os partidos. E eu ouvi anteontem, se não me engano, na votação do projeto de V. Exa., se V. Exa. não tivesse relatado, eu estava na presidência, ocasionalmente, e senti que, se não fosse a palavra de V. Exa., estaria derrotado o projeto da sua relatoria. Então, devemos ao senhor a consistência, a elegância e a convicção que passava da importância daquele relatório, daquela medida provisória.

Eu, hoje, Senador, se me permitir...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, me permita. Eu estava achando que ia dar empate, mas eu tinha confiança no Presidente da Comissão, naquela plenária que era o Senador Romeu Tuma e ia desempatar favorável ao projeto que garantiu o Ministério da Igualdade Racial.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu fui criticado...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu digo, se depender dele eu sei que vai passar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Serviu de encomenda para mim. Disse que, se eu não tivesse segurado os cinco minutos que o senhor pediu, não teriam entrado dois senadores, estaria empatado. Mas eu ia decidir, teria que decidir pelo desempate.

Mas outra coisa que tem me causado, assim, um pouco de angústia. Eu não tenho falado nada, porque a gente... É difícil falar nesse plenário. Ontem, ainda agradeci à Comissão de Infra-Estrutura a presença da Ministra Denise, porque os líderes ficaram lá e deixaram livre o plenário para nós, que quase não tem oportunidade de falar.

Mas um assunto que está me trazendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Às vezes foi o mais positivo da audiência, porque eu fiquei um pouco aqui e foi cansativo. Olha, remoendo, remoendo e não saiu nada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É. Mas não saí. Bom, não adianta a gente... não tem crítica nem elogio. Tem que se buscar aquilo que realmente possa servir ao país.

Agora tem uma coisa, Senador Arns, Senador Paim e José Nery. Desculpa a liberdade pela amizade que a gente... Mas uma coisa tem me trazido um pouco de angústia. A TV Record, há mais ou menos uns 15 dias, todos os dias, durante o jornal matinal, tem mostrado a situação da saúde. E o tema é: "Saúde, salve-se quem puder". Então, a coisa tão desagradável, hospitais em decadência, sem reforma, equipamentos de 40 mil reais que estão há dois anos esperando ordem de um governador para salvar a vista de quem tem diabetes e tem o risco de ficar cego. Outra menina que esperava há três anos uma cirurgia de câncer no joelho e não teve a oportunidade e veio a falecer nesta semana. E gente nas filas esperando dois, três anos; então, em plena vigência da CPMF. Não há uma discussão de que a CPMF, rejeitada, causou um impacto de prejuízo à saúde. Não. Ela não tinha nenhuma... É porque hoje estão mostrando a necessidade de uma visão diferenciada à saúde. Porque, Senador, quem tem médico na família, eu tenho meu filho, sabe que uma coisa é simples: sem assistência ela vai agravar cada vez mais, e o custo para o Governo vai triplicar para o tratamento. Quando a assistência é rápida, provavelmente salve uma vida. O sofrimento é que... O meu filho diz assim: "Pai, ninguém... Deus não pôs ninguém no mundo para sofrer. Dor é uma coisa que indica que está vivo. Mas nós temos que tratar e impedir que ela maltrate o corpo humano". Então, se o Governo não investir na saúde pública...

Quando eu fui candidato a prefeito, eu propus um projeto que teria seis consultas no bairro onde a pessoa morava, porque tem gente que não tem dinheiro para a condução para ir a um hospital. Não tem mesmo. Vai a pé, pede um dinheiro emprestado ou alguma esmola para poder chegar até o hospital para pegar três comprimidos e não tem.

Então, eram seis consultas gratuitas. E aí vieram para cima de mim por quê? Porque é universalizado o atendimento da saúde. Então, citaram dois ou três grandes empresários que teriam direito a isso. Eu falei: "Vocês são loucos". Isso é para quem ganha o salário mínimo, é para quem não tem a possibilidade de sair do seu bairro e procurar qualquer médico e ser ressarcido pela prefeitura com o valor baixo que foi aceito, porque da consulta que eu fiz a vários médicos e várias clínicas que tinham nos bairros aceitavam perfeitamente que era cinco vezes mais que o SUS, que o SUS era dois reais, e eu propunha pagar dez, que a prefeitura teria todas as condições de fazer isso.

O vale saúde, que era para poder ter um atendimento. Às vezes, para pegar um atestado médico a pessoa tem que se deslocar o dia inteiro para justificar aquele que faltou. Desculpe-me eu estar falando isso. Mas hoje eu fiquei muito triste com a morte da menina. Fiquei profundamente amargurado, porque tinha uma entrevista dela anterior. Ela disse: "Pelo amor de Deus, arrumem um médico para ver se eu consigo melhorar dessa dor profunda que eu sinto". Uma menina já com desassistência até social, porque com 16, 17 anos já tinha duas filhas. E a mãe dizia: "Agora eu perdi. Fica a saudade, e vou cuidar das minhas netas".

Então, é um quadro que avança de uma forma tão dramática e que não foi o CPMF que foi derrubado que causou tudo isso, porque ele já vem há alguns anos, e não é só do Governo Lula. Nós não podemos falar mal total do Governo Lula, porque ele tem feito boas coisas na área econômica, no desenvolvimento industrial; tudo isso nós temos que respeitar. Emprego, tudo isso. Mas a coisa da saúde eu acho que abrange alguma coisa maior do que só a presença do Governo Federal. Acho que os estados começaram a dar aquilo que é obrigação dela: segurança, saúde, educação, a jogar sobre as costas do Governo Federal e começam a enfraquecer a sua responsabilidade, que é polícia, coisa que não dá voto. Sempre foi uma crítica grande o problema de assistência à saúde é aquela pessoa que sofre, porque quem não precisa do médico não sente necessidade de votar a favor. Então, são coisas que a consciência do administrador tem que se manifestar.

Peço desculpa a V. Exa., mas eu acho que nós estamos na hora de dar um grito contra essa decadência da saúde pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar ao Senador José Nery e depois nós vamos à votação, então, dos nossos requerimentos e os projetos não terminativos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se V. Exa. pudesse votar antes de ele falar, porque eu sou relator do nosso embaixador, que é assessor parlamentar, e ele vai para a Irlanda, e eu sou o primeiro. O senhor permitiria?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, quem sabe a gente vota os requerimentos e depois continuaríamos com o debate desse tema tão importante.

O primeiro requerimento que eu vou colocar em votação. Eu vou fazer a leitura, com fundamento no art. 58, inciso II, da Constituição Federal, combinado com art. 90, inciso II: *"Requeiro a realização de audiência pública com vista a tratar da questão da dependência química. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados os senhores Paulo César Caju, ex-grande jogador do Brasil da Seleção Brasileira"*--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Fiz referência a ele ontem na nossa sessão lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Isto. E ele era um dependente químico. Recuperou-se e está dando palestra hoje no País e no mundo sobre a sua história--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Esteve no Programa do Jô contando.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Exatamente. *"E convidaríamos também o jogador Cláudio Adão pela solidariedade que ele teve na recuperação do Paulo César Caju"*. É uma história bonita, também que eu acho que nessa questão da dependência química todos nós conhecemos, até nossos familiares surgem, não todos, mas eu digo que 90% quase, 80% das famílias têm alguém, amigo ou parente, que é dependente químico, amigo ou parente, eu digo, da família de um amigo tem alguém que tem dependência química.

Então, esse exemplo dado pelo Cláudio Adão e da sua família de apoio total ao Paulo César, acolhendo-o na sua casa, no momento em que todo mundo virava as costas para ele, e a solidariedade de outras figuras, até na ajuda financeira para recuperação, eu acho que é uma experiência que seria muito bom que se contasse aqui, ver o lado bom da história, ou seja, da recuperação e da solidariedade.

Quero dizer com justiça que essa iniciativa que eu assinei é do Senador Heráclito Fortes; ele que levou o tema ao plenário, ele fez o pronunciamento e, no plenário, ele me provocou possivelmente, e, na

hora, eu acatei que encaminharia aqui essa audiência pública.

Então, se alguém quiser comentar, se não, nós vamos convocar em votação--.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É totalmente favorável, porque eu ontem ainda levantei o problema em outra Comissão e acho importantíssimo que a sociedade brasileira, através do Congresso, tome conhecimento desse fato triste e alegre, ao mesmo tempo, pela solidariedade, pela recuperação do Paulo César Caju.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou colocar em votação o requerimento, sem prejuízo. Se o Senador Suplicy quiser comentar, poderá comentar, o Senador Flávio Arns. Então, aqueles que concordam que a gente tenha--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Que nós possamos realizar uma audiência pública para discutir a questão da dependência química e com o convidado específico o ex-jogador Paulo César Caju, um ex-dependente, e o ex-jogador Cláudio Adão, que foi aquele que ajudou na recuperação do Paulo César. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): De acordo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy.

Segundo requerimento.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Permita-me dar uma informação, Sr. Presidente. Às 4h30 da tarde de hoje, o Prêmio Nobel da Paz Mohammad Yunus fará uma exposição de aproximadamente 15, 20 minutos no plenário sobre o *Gramming Bank*, o desenvolvimento do microcrédito em Bangladesh e então fará uma síntese. Ele hoje está fazendo uma palestra em Brasília e, depois de falar por 15, 20 minutos no plenário, terá uma audiência com o Presidente Lula às 17h30. Então, gostaria de avisar e convidar os senadores para estarem presentes no plenário exatamente... Vai ter que ser pontual às 16h30 por causa da audiência que ele tem em seguida com o Presidente Lula.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza todos nós estaremos lá, e a Presidência agradece já pela recomendação e o aviso dado, neste momento, pelo Senador Suplicy.

O segundo requerimento vai na mesma linha, o mesmo artigo do regimento. Nós queremos audiência pública com vista a debater a situação da prisão ilegal de índios no Brasil, principalmente em áreas de conflito, como o Mato Grosso. Para tanto, gostaríamos que

fossem convidados o CIMI, Conselho Indigenista Missionário, representante do Governo Estadual e Federal, representante do Conselho de Antropologia e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Nós temos uma série de conflitos com a comunidade indígena em todo o País. Então, nós queremos uma audiência pública para aprofundar esse debate, com a presença da FUNAI e todos os órgãos correspondentes. De acordo? Então, se não há discussão. Coloco em votação. Senadores e senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Temos mais um requerimento. Requeremos a realização de audiência pública com vista a debater a situação da segurança devida dos oficiais de justiça e condição de desempenho em suas funções. Para tanto, queríamos que fossem convidados representantes da Associação Nacional do Ministério da Justiça, representante do Governo Federal, representante da OAB e outros a serem definidos nesta Comissão.

O que é que está acontecendo? Os oficiais de justiça estão trazendo uma série de denúncias que eles estão sendo agredidos quando eles levam a intimação. V. Exa. que é da área conhece muito bem a situação deles.

Então, eles estão pedindo um espaço para que eles possam contar o que é que está acontecendo e o que é que poderia ser feito. Eles não podem usar arma. Isso é proibido. E está havendo uma série de violências. Eu achei por bem trazer o tema para esta Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, é difícil o trabalho de oficial de justiça, principalmente num ponto em que o José Nery tem lutado aqui no trabalho escravo. Então, eles têm poder de requisitar o acompanhamento policial quando têm dificuldade de cumprir uma ordem judicial. Mas, se eles vierem aqui, nós vamos sentir de perto quais são as dificuldades para encontrar, através desta Comissão, e, se necessário, mudar a legislação para que eles tenham tranquilidade no trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Encerrada a discussão. Vamos à votação. Senadoras e senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Nós temos só mais dois requerimentos. O primeiro deles foi de comum acordo com o Senador Eduardo Azeredo e Flávio Arns. Nós faríamos uma audiência pública e também com o ministro Paulo Vannuchi. Foi uma solicitação também do Ministro Paulo Vannuchi para que a gente discuta a Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência, aprovado já na Câmara dos Deputados e agora viria, então, para o Senado. Como o Senador Eduardo Azeredo precisaria de 15 dias para

dar o parecer, segundo ele me disse, nesse período nós faríamos uma audiência pública para debater a questão da Convenção sobre Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência e seus reflexos na vida de todos nós. Enfim, foi votado com brevidade, com muita rapidez lá na Câmara dos Deputados, a pedido dos movimentos sociais, e nós, aqui, já que temos esse espaço de 15 dias e a pauta está trancada, devido essa MP, poderíamos fazer, então, essa audiência pública.

Senadoras e senadores que concordam que eu inclua extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado. Está incluído em extrapauta. Vamos à votação do mérito. Senadoras e senadores que concordam com a votação do requerimento pela exposição aqui por mim apresentado permaneçam como se encontram. Aprovado.

E, por fim, eu também queria colocar extrapauta o requerimento, esse eu me envolvi diretamente, todos nós estamos acompanhando, o Senador José Nery, no dia de ontem, me acompanhou, que está havendo um conflito muito grande lá no Rio Grande do Sul com a Polícia Militar, a brigada militar, e os movimentos sociais, devido às denúncias apresentadas à CPI do DETRAN de corrupção em algumas estatais. Nós não entramos aqui no mérito político do que está acontecendo. Mas, sim, da violência que houve contra os movimentos sociais. E, por isso, se os senhores concordarem, eu colocaria o requerimento extrapauta, em primeiro lugar para que a gente possa fazer uma diligência.

Em nome da comissão de Direitos Humanos, faremos parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia e teríamos uma reunião em Porto Alegre chamando o Secretário de Segurança, representante do Governo do Estado, dos movimentos sociais, do Ministério Público para buscar um clima de paz.

Eu acho que o combate à corrupção, seja onde for. Eu falo com muita tranquilidade, mesmo quando houve denúncias em relação, Senador Suplicy, ao nosso próprio Governo, tanto V. Exa. como eu dissemos o seguinte: "Doa a quem doer. Investigue-se tudo".

Em relação ao Governo do Rio Grande do Sul, nós estamos usando a mesma frase que sempre usamos aqui: "Doa a quem doer. A CPI faça o seu papel e se investigue tudo". Quem cometeu qualquer tipo de delito vai ter que responder mediante a CPI, mediante o Ministério Público, mediante a Polícia Federal.

Bom, as consequências somente a investigação que apontará. Então, aqueles que concordam que eu coloque extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora vamos à votação do mérito. O Senador José Nery gostaria de discutir o mérito desse requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou pedir licença. Eu sou favorável a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ok, Senador.

O Senador Wellington Salgado veio, como sempre presente, substituir inclusive o Senador Romeu Tuma, aqui, a pedido dele.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O que houve na perna de V. Exa?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estou com problema de uma infecção na perna há mais ou menos 40 dias. Estou tentando buscar saídas. Vamos torcer para que dê certo.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, não só concordei com a votação extrapauta do requerimento de autoria de V. Exa., como no mérito absolutamente favorável, depois que tomamos conhecimento, ontem, do relato feito por V. Exa. na Presidência do Senado das atrocidades promovidas pela Polícia Militar, pela brigada militar do Rio Grande do Sul e das imagens que acompanhamos pelos telejornais de ontem e de hoje pela manhã, não deixam dúvidas que a atuação da brigada militar do Rio Grande do Sul, nesse episódio, não deixou a dever àqueles tristes momentos de violência policial, de criminalização dos movimentos ocorridos na ditadura militar.

Portanto, ao manifestar aqui a minha inteira e integral solidariedade aos movimentos sociais do Rio Grande do Sul, aos partidos políticos que não se calam diante do descalabro da corrupção e da utilização do poder do Estado para falcaturas e maracutaias de toda ordem. O que os movimentos sociais do Rio Grande do Sul estão exigindo é apuração das denúncias no qual o Governo do Estado, dirigido pela Governadora Yeda Crusius do PSDB, merece a apuração imediata, sem meios-termos. E não se pode compreender que a exigência da apuração daqueles fatos graves, e aqui falo a partir do que o Brasil todo conhece ou quem está informado de que vários órgãos do Governo se transformaram num balcão de negociata de corrupção, de desvio de recursos públicos, que devem ser apuradas todas as responsabilidades.

E, nesse sentido, o nosso partido, o PSOL, inclusive, apresentou à Assembléia Legislativa um pedido de *impeachment* da Governadora pelos fatos amplamente denunciados. Então, a brigada militar do Rio Grande do Sul deveria estar acompanhando, sim, porque é seu papel, mas promover a violência que fez ontem, batendo em trabalhadores, como vi vários deles, violentamente, agradecidos, com ferimentos graves. Prenderam 11 militantes dos movimentos sociais. Essa é uma prática que não podemos aceitar de forma alguma.

Então, não só voto a favor do requerimento de diligência proposto por V. Exa., como na Comissão que for composta para visitar o Rio Grande do Sul e se for compatível com a...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para ajudá-lo, Senador José Nery, e concordando com a sua linha de argumentação. A intenção nossa é convidar um representante de cada partido, e V. Exa., naturalmente, irá representando o seu partido. Já está o convite feito. Vamos pedir que cada partido indique um representante para que a gente possa fazer essa visita ao Estado.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente. Até porque essa composição que o senhor expressa é bastante democrática e ampla e permite que vários representantes dos partidos políticos, com presença aqui no Congresso e, em especial, da Comissão de Direitos Humanos, possam, efetivamente, acompanhar, exigir os esclarecimentos necessários, a apuração de tudo, porque nós vamos lá também para que não só na solidariedade, para exigir respeito às manifestações populares, mas também para dizer ao Rio Grande do Sul e ao País que nós não toleramos corrupção, venha de onde vier.

A apuração tem que ser feita de forma clara, transparente para que não restem dúvidas de que nós acompanhamos os fatos. Sejam aqui nos fatos que tenham relação com o Governo Federal, mas também qualquer fato danoso ao interesse público que ocorra em qualquer Estado da Federação. É nosso dever, é nossa obrigação. E essa Comissão de Diligência da Comissão de Direitos Humanos tem esse papel. Portanto, apóio, voto a favor e acho que é a melhor forma de fazer com que o movimento social seja respeitado, exigir a apuração, inclusive das responsabilidades. Tem que exigir da Governadora do Estado quem se envolveu naquele exato, naquela cena triste e lamentável de violência, tem que ser também rigorosamente punido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery. Senador Eduardo Suplicy, por favor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, quero também votar a favor novamente ao requerimento, avalio que seja muito importante que seja feita averiguação, que seja transmitida à Governadora Yeda Crusius a preocupação desta Comissão. E ontem, ainda, alguns movimentos sociais me procuraram perguntando se eu poderia acompanhar a Comissão no Rio Grande do Sul, mas eu vou amanhã para o Timor Leste, Sr. Presidente, a convite do Presidente José Ramos-Horta, para lhe expor a proposta garantia de uma renda básica e, em seguida, para a

Irlanda. Então, sinto, nessa semana, não poder acompanhá-los. Dia 23 estarei de volta. Mas sou favorável ao requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado.

Senador Suplicy, se me permitir. Eu, ontem, fiz uma série de comentários no plenário do Senado sobre a crise do Rio Grande do Sul, mas, ao mesmo tempo, disse que gostaria muito que todos os senadores e senadoras nos ajudassem na crise do Rio Grande do Sul, nesse momento, por esse aspecto. Há uma crise econômica, também, grave. E nós estamos, há muito tempo, trabalhando para que haja um empréstimo do Banco Mundial de cerca de um bilhão de dólares para o Estado do Rio Grande do Sul. Esse dinheiro não tem como ser usado indevidamente, porque é um dinheiro que vai, na verdade, pagar uma dívida do Estado com a União, e, conseqüentemente, o Estado pagará juros bem menores em relação àquilo que aporta todo ano para o poder central.

Eu tenho dito que nós não vamos permitir, e essa é a posição dos três senadores gaúchos, que se ligue uma coisa com a outra, trazer prejuízo para o povo gaúcho, inviabilizando o empréstimo que está sendo articulado há muitos anos pelos governos que se sucederam e que, nesse momento, está chegando à Casa, deve chegar no dia de hoje.

Então, ao mesmo tempo que nós vamos exigir, como foi colocado muito bem pelos dois senadores, que se apure a fundo essa questão, desde a violência cometida contra os movimentos sociais, como também as denúncias de corrupção, mas que isso não inviabilize o empréstimo para o povo gaúcho que está sendo articulado e já tem o aval, inclusive, do Governo Federal.

Faço esse depoimento para que fique bem claro que nós não estamos misturando uma coisa com outra. Corrupção se investigue, e vamos punir quem cometeu os delitos, seja quem for. Eu sempre digo: de vereador a prefeito, de governador a presidente, seja quem for, para mim em qualquer país do mundo, e, naturalmente, aqui no nosso e no caso, agora, o Rio Grande do Sul. Agora, o empréstimo eu faço o apelo. V. Exa. eu sei que é da Comissão de Economia, Senador Suplicy que nos ajude lá a aprovar, com a mesma urgência, que foram aprovados os empréstimos para todos os outros Estados. Já conversei com o Senador Aloizio Mercadante, ele entende essa linha de argumentação de que nós podemos aprovar, sim. Mas é importante também que a Comissão de Economia saiba o que está acontecendo no Rio Grande do Sul.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está certo. Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Aloizio Mercadante concorda com essa tese que eu aqui levantei nesse momento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, eu preciso me levantar para outra...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

Senador Wellington Salgado, nós estávamos falando aqui de diversos temas, e aproveitamos para votar uma série de requerimentos; os requerimentos foram votados. Nós não votaremos os terminativos, porque não há número suficiente.

Mas V. Exa., se me permitir ainda, Senador José Nery, V. Exa. ontem aqui participou ativamente daquele debate que houve aqui sobre a questão da Varig, e a Varig, queremos ou não, está ligada ao Rio Grande do Sul também. E V. Exa. foi testemunho e V. Exa. me apresentou, inclusive, um relatório que eu achei muito interessante que demonstrou que eu fiz 21 pronunciamentos em defesa da Varig e cobrando e pressionando, mesmo, que eu queria uma solução, e foi real. Pressionamos todos os setores do Governo, e eu acho que isso houve, houve, sim, um encaminhamento, a sociedade gaúcha exigia uma resposta da questão Varig.

Eu quero só dizer que eu assisti parte da audiência e fiquei até o final. E eu diria que, depois da audiência pública, o Milton Zuanazzi, que é também gaúcho, e eu ouvi fala, inclusive, da própria convidada, Denise, elogiando tanto o Zuanazzi, e no final, aqui, da reunião que o Zuanazzi saiu daqui com aval até para voltar para a presidência da ANAC, se assim ele quisesse, de tão positiva que foi a exposição feita aqui pelo Milton Zuanazzi, no qual eu tenho um enorme respeito, não só por ser gaúcho. Eu conheço o Milton Zuanazzi há mais de quatro, cinco décadas. E vou ficar por aqui, se eu falo quatro, cinco décadas, não dizer que eu tenho mais de 50. Por favor, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Paim, V. Exa., como eu bem mostrei no estudo que eu estava fazendo sobre a questão da Varig, e até mesmo porque nós aprovamos, aqui, vamos dizer, a nova Lei de Falência, para ficar bem no popular.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Ramez Tebet que foi o relator participou, inclusive, da comissão da Varig e defendeu com muita firmeza a Lei de Falência.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O nosso querido amigo Ramez Tebet, o rábula do agreste.

Mas, Senador Paim, essa situação da Varig, na verdade, foi a primeira onde se foi aplicada a nova Lei de Falência, digamos assim. E essa Lei foi criada dando

sensibilidade ao juiz para que ele possa tirar uma parte que, digamos, podre para poder salvar empregos e a empresa e falir o dono da empresa, digamos assim. Essa é a idéia central dessa nova Lei de Falência. E, no caso da Varig, foi a primeira vez, por isso que não tem jurisprudência, e o juiz de 1ª Instância e 2ª Instância vem dando as decisões em cima do que ele interpreta, porque não tem já uma decisão no STJ que possa servir como referencial para os demais juízes de instâncias inferiores. Então, é uma experiência nova.

Eu fico muito preocupado, Senador Paim, quando nós – eu digo nós, porque eu sempre fui um homem que militei na iniciativa privada e há três anos que eu estou na iniciativa pública. O Sr. Mário, um homem de bem, e teve a falta de sorte, digamos assim, de estar no momento crítico da nossa aviação civil. A verdade é essa. Então, eu não o conhecia muito bem, mas ontem já tínhamos despachado algumas vezes, mas ontem eu vi, realmente, o quanto ele era competente à frente da ANAC. Foi a primeira diretoria criada, visto que a agência foi criada recentemente.

Agora, em função de tudo aquilo que aconteceu, Senador Paim, eu obtive informações de que ele vem sofrendo muito. Ele falou, inclusive, aqui ontem que ficou marcado por aquele acidente da TAM que ele não tem nada a ver com isso, o acidente foi, realmente, uma falta de manutenção, a gente sabe disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os inquéritos já apontam, e eu fiz um pronunciamento no plenário que a empresa, a responsabilidade é da empresa, na fabricação do avião, a falha estava ali.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro. E a mesma coisa com o acidente da Gol. Ele sempre tem uma responsabilidade sobre aquilo, embora ele seja o presidente, ele tinha que tomar as decisões. E ele ficou marcado por esses dois momentos ruins da aviação brasileira. E, inclusive, ele vai para o emprego e está sempre marcado, então, ele não está conseguindo ter um emprego fixo. E isso é uma coisa simplesmente absurda, porque, no momento que entra o aspecto político, claro que o sentimental também, muitos perderam parentes, filhos, esposa; então, fica marcado também para o resto da vida. Mas ele está sofrendo muito, eu sinto isso. Ontem, ele chegou até um momento que ficou emocionado. E isso deixa a gente muito triste, porque, realmente, você ter a inteligência de saber que não tem nada a ver com aquele acidente, tem o cargo de responsabilidade, mas não que ele tenha dito para o avião: “Vai para lá, vai pra cá, desliga esse aparelho ou aquele”. E, no entanto, ele está marcado, para o resto da vida, por esta situação.

Quer dizer, eu pediria, já que nós estamos sendo transmitidos pela TV Senado, que as pessoas tivessem... Não tirando o sofrimento, porque ninguém tira o sofrimento de tudo o que aconteceu, isso é impossível. Mas que tentassem ter uma certa sensibilidade com relação ao ex-presidente da ANAC, porque, realmente, ele dedicou muito tempo da sua vida ao poder público, ao bem de todos, e, agora, por duas fatalidades durante a sua gestão, ele acaba sendo marcado o resto da vida.

Então, o pessoal que está... O telespectador da TV Senado pense um pouco sobre o assunto, para que veja nele um bom homem e que não merecia passar pelo que está passando.

E, quanto aos nossos requerimentos, Senador Paim, estando presente V. Exa., o Senador Suplicy e também o outro Senador José Nery, são homens ligados às ações sociais, homens que defendem os menos favorecidos. E, votando a favor desse requerimento, eu nem penso duas vezes, eu simplesmente acompanho o voto de V.Exas. Então, pode contar também com o meu voto, e essa Comissão tem trabalhado bastante pelas pessoas que, realmente, são muito sacrificadas pela sociedade, digamos assim. Então, é esse o meu voto também nesses requerimentos, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Wellington Salgado. A questão da Varig eu acompanhei mais do que muitos imaginam. Eu participei de, no mínimo, umas duas dezenas de reuniões, desde reuniões fechadas, reuniões abertas, mas sempre com senadores, inclusive, com a presença permanente do Senador Heráclito Fortes, que é testemunha do nosso movimento a favor de que não fosse decretada a falência da Varig.

Eu relatei ontem, aqui, que houve um momento em que eu fiquei muito esperançoso, quando os próprios trabalhadores formaram um consórcio e compraram a Varig; seriam os maiores acionistas, mas, infelizmente, não conseguiram saldar o compromisso assumido e voltou, e a possibilidade do leilão retornou. Enfim, e aí todos nós sabemos o que é que aconteceu.

Mas sabe que, durante todo o debate da Varig, o que eu mais ouvia é que havia um plano secreto arquitetado pelo Governo para entregar a Varig para a TAM. O que eu mais ouvia das denúncias que eram feitas. E foi exatamente o contrário, a TAM não compra a Varig; quem compra a Varig, agora, pelo que percebemos, é a Gol, no fim de todo esse processo.

Então, às vezes, as pessoas fazem denúncias totalmente improcedentes, e fica o dito pelo não dito.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E vira verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E vira verdade.

Hoje está comprovado que o processo não era por aquele viés. E nós gaúchos, claro, nós estamos sempre na torcida de que a Varig volte a voar com normalidade. Tomara que volte a ser a grande potência que foi no passado.

E eu estou aqui me referindo, em primeiro lugar, aos trabalhadores da Varig, que querem continuar nos seus empregos. Segundo lugar, é importante também ao Aéros, aos aposentados e pensionistas que ficarão sem salários, se não tiver uma resposta conseqüente que atinja também ao interesse deles, desde uma ação no Supremo Tribunal Federal de que eles não estão na expectativa.

E, claro, na mesma linha de importância, aqueles que dependem das companhias aéreas, que somos todos nós, que é o povo brasileiro, aqueles que utilizam as companhias. Por isso que nós estamos torcendo para que dê certo. Por isso que eu cheguei a dizer ontem como seria bom que naquele momento que nós estávamos discutindo saídas efetivas para que a Varig voltasse a voar dentro da normalidade, tivéssemos uma audiência com tantos senadores e que durou quase 16 horas para debater, para mim, denúncias que não se sustentaram.

Eu estou muito tranqüilo, porque na primeira vez que levantaram, mais uma vez, a questão envolvendo a Ministra Dilma, eu disse e repito aqui de novo, com muita segurança, que eu tinha certeza absoluta que a Ministra Dilma não faria um ato incorreto, porque isso é a história da sua vida. Então, eu falo isso com a maior tranqüilidade. E ontem ficou comprovado, aqui, enfim, pela própria resposta que deram, não só o Milton Zuanazzi, mas os outros dois convidados, inclusive o ex-deputado, não é?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que também era diretor da...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que também era diretor da Varig.

Enfim, com esse rápido esclarecimento, não sei se V. Exa. quer algum comentário, se não eu encerro a presente reunião.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Paim, veja bem, eu fico muito preocupado quando uma mentira torna-se verdade publicada por vários veículos de comunicação e atacando pessoas que eu sinto que trabalham pelo Brasil.

A Ministra Dilma, eu costumo até falar que ela não tem tanta embocadura para ser uma grande política, mas ela é alguém que trabalha pelo país.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Honesta, séria, competente, uma grande gestora.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vejo. Toda vez que nós temos uma reunião para ela apresentar o que o Brasil está fazendo, ela cita tudo de cabeça, Senador Paim. Fala onde é que é a estrada, onde é que é a represa, qual é a empresa que está trabalhando, as linhas de energia, saneamento básico.

Já tive várias exposições do trabalho do PAC, por exemplo, e muitas coisas ela sabe de cabeça e vai falando. Quer dizer, é alguém que se dedica, realmente, a administrar este País.

O Presidente Lula não tem como fazer toda a política e ainda administrar. Ele conseguiu – e aí dizem que o Presidente tem sorte – ele conseguiu ter num determinado momento uma grande Ministra técnica que trabalha junto a ele e dando um bom resultado para o País.

O que é que se faz? Ela poderá ser uma candidata em 2010? Ora, e aí vai se destruir essa candidata. É isso que está acontecendo em política hoje. Destrói-se, a oposição tenta destruir alguém para que ela não seja candidata.

Ora, mas o que é que nós queremos, Senador Paim? Eu quero um país bom. Eu estou indo para o meu sexto filho, Senador Paim. Então, quer dizer, eu quero um país bom para os meus filhos. O país que eu vivo hoje é um país que era o meu futuro, e hoje já é o meu presente e vai ser o futuro dos meus filhos. As coisas que eu não tive no meu futuro, que hoje é o meu presente, eu quero para o futuro dos meus filhos.

Então, se é um país melhor, não me importa se é Tucano, se é DEM; mas hoje é PT, hoje é Dilma, hoje é Lula, e está dando certo. Então, nós temos que lutar por um trabalho que está dando certo, não simplesmente ficar por questões, não são nem ideológicas, Senador Paim. Porque eu sinto, muitas vezes, que a oposição ideologicamente tem muitas coisas a ver com isso. É questão política, política de poder, ou seja: “Vamos tirar esse grupo para que outro grupo que já esteve no poder volte”. E aí começa a se fazer mal ao País.

Então, eu não concordo com isso. Não aceito, muitas vezes, até o meu jeito de ser não é politicamente correto, mas é o meu jeito, e eu não vou mudar os 50 anos, não há como mudar. Você já formou uma personalidade, acredita nos seus ideais. Então, Senador Paim, eu não vou mudar. Defendo o Presidente Lula, não tenho compromisso, não tenho cargo no Governo, não sou do PT; mas eu sinto o Brasil indo bem. E, se o Brasil vai bem, está bom para o senhor, está bom para mim, está bom para todos nós, Sena-

dor Paim. E nós vamos resolvendo esses problemas como o da Varig.

A Lei de Falência, a nova Lei de Falência, eu sinto que, nesse caso, foi um sucesso, porque, queira ou não queira, Senador, foram preservados alguns empregos. E a empresa, todo mundo fala assim: “Ah, mas perdeu um dinheiro, perdeu-se um dinheiro do Governo, meu, seu, de todos que estão aqui”, mas um dinheiro que não existia. E, quando essa parte da empresa consegue continuar, está gerando novos impostos, que também não existiriam se ela não existisse.

Então, esse conjunto todo. Nós estamos de parabéns por ter feito, o Senador Ramez Tebet, esteja onde estiver, porque foi, realmente, uma coisa inovadora essa nova Lei de Falência, poder de administração judicial. O Senado está de parabéns. A lei começa a dar realmente... Eu, quando me dediquei nesse caso, eu vi, a todo o momento, a lei sendo aplicada. Então, a lei foi muito bem criada pelo Congresso Nacional. Só isso, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador Wellington Salgado, com a sua fala eu encerro a presente sessão, lembrando a todos que nós teremos hoje à tarde uma audiência pública aqui na Comissão de Direitos Humanos. O Senador Quintanilha é quem provocou essa audiência pública; ele preside a Subcomissão do Idoso sobre a violência contra o idoso. A audiência pública inicia às 14h.

Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 10h23.

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 12 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia doze de junho de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador **José Nery**. Os Senadores Cristovam Buarque, Sérgio Zambiasi, Leomar Quintanilha e Cícero Lucena justificam suas ausências. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior, faz suas considerações iniciais e explica como serão conduzidos os trabalhos. **PAUTA. Item Único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 21, de 2008 – CDH, de autoria do Senador

Paulo Paim, aprovado em 19/03/2008, com vistas a **discutir a violência contra o idoso, bem como os temas: saúde, segurança, igualdade de tratamento e de não discriminação**. Comparecem os seguintes convidados: **Perly Cipriano** – Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, representando Paulo de Tarso Vannuchi – Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; **Maria Cecília Minayo** – Coordenadora Científica do Centro Latino-Americano de Violência e Saúde; **Emídio Rebelo Filho** – Representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) no Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos – CNDI; **Terezinha Tortelli** – representante da Pastoral do Idoso – CNBB e **Jussara Rauth** – Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG. Às 16h03, o Senhor Presidente passa a presidência dos trabalhos ao Senador José Nery. O Senhor Presidente, após a exposição do Senhores convidados, franqueia a palavra a pessoas da platéia. Às 16h45, o Senhor Presidente passa a presidência dos trabalhos ao Senador Paulo Paim. Em ato contínuo, o Presidente passa a palavra aos convidados que compõem a mesa para responderem os questionamentos das pessoas da platéia e para suas considerações finais. Encerradas as falas dos Senhores Senadores, dos convidados e pessoas da platéia, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Fazem o uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: **Paulo Paim e José Nery**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezessete horas e treze minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 26ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item único. A presente audiência pública é fruto do Requerimento nº. 21/2008, de autoria desse Senador, aprovada em 19/03/2008, com vistas a discutir a violência contra o idoso, bem como os temas: saúde, segurança, igualdade de tratamento e a não-discriminação.

Nós faremos, aqui, conforme foi combinado, duas Mesas. Então, para a primeira Mesa, se já se encontra-

rem presentes, eu convido o Sr. Perly Cipriano, Subsecretário da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, representando Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Convido também, por favor...

[palmas].

Perly, nosso amigo, aqui. Convido também Laura Mello Machado, Instituto Internacional de Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa – INPEA.

Convidamos também Emídio Rebelo Filho, representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP.

[palmas].

Que participa do Conselho Nacional do Direito dos Idosos – CNDI.

E convido, ainda, Sra. Terezinha Tortelli, da CNBB.

[palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, eu ia passar direto para os painelistas, mas eles acharam que eu não estava preparado, mas eu estou preparado para fazer uma abertura, agora vão me agüentar, aqui, porque eu vou falar uma hora, aqui, agora. Eles: “Não, faça uma abertura o senhor primeiro, depois passe para nós.” Pois eu, na verdade, eu tinha... A assessoria preparou, aqui, alguns dados que eu vou apresentar somente como uma introdução; em seguida, eu passo a palavra aos painelistas que se encontram conosco. Se chegar algum outro painalista, por favor, informe, aqui, à nossa assessoria que nós convidaremos para a Mesa.

Bom, 15 de junho é o dia mundial do combate à violência contra o idoso. A velhice é uma conquista da humanidade. Mas ainda há muitas falhas quanto à garantia dos direitos fundamentais da pessoa idosa. Envelhecimento, reconhecimento da autoridade, sabedoria, dignidade, prudência, fruto da experiência de toda uma vida.

Em 1950, o número de idosos totalizava 8% da população mundial; em 2050 saltará para 21%, mais de dois bilhões de idosos. Século XX: a esperança de vida ao nascer mais que dobrou; ela era de 33 anos de idade e, no início deste século, Século 21, passa de 72 anos. De 1991 a 2000, o número de pessoas com mais de 60 anos cresceu 35%; e a população mais jovem cresceu 14%.

Pesquisa do PENAD/IBGE 2005, o Brasil tem 18 milhões e 500 mil idosos, 10,5 da população brasileira. A cada ano, mais de 600 mil pessoas ingressam na faixa etária de mais de 60 anos, o que evidencia o

dinamismo do envelhecimento do nosso país, o que, para mim, é muito positivo.

Abril de 2002: à 2ª Conferência Mundial de Envelhecimento foi elaborado, ali, então, o Plano Internacional para o Envelhecimento.

Maio de 2006: a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, tema: “Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa – RENADI”.

Outubro de 2008: 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, tema: “Avaliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa: Avanços e Desafios”.

O Brasil vivencia hoje três transições: demográfica, epidemiológica e social. Demográfica: expectativa de vida, 73,1 anos para o homem e 75,6 para a mulher. Epidemiológica: elevado grau de doença crônico-degenerativa. Sociais: novos arranjos familiares, novas relações intergeracionais, novas exigências por serviço e educação, proteção e seguridade social, na busca por oportunidade de trabalho e renda e por acesso a outros bens.

Aspectos que pioraram na vida dos idosos, conforme o documento que recebi aqui, elaborado pelos assessores: falta de respeito, sobretudo, de jovens; saúde: piorou qualidade de atendimento; preconceito contra a velhice ainda existe.

Vários são os segmentos que precisam ser envolvidos para mudanças: gestores municipais, estaduais, prefeitos, governadores, passando pelos gestores das políticas setoriais, dirigentes das instituições públicas, dirigentes de instituições não-governamentais que atuam na área do envelhecimento, instituições não-governamentais que congregam pessoas idosas.

Avançamos nos Conselhos de Idosos e políticas setoriais e congêneres. Profissionais e equipes técnicas e funcionários dessas instituições, profissionais e serviço das famílias, as famílias dos próprios idosos. A cada um desses atores cabe uma iniciativa, uma responsabilidade, uma competência.

Aqui, tem mais uma série de dados. Mas eu acho que, como introdução, dá para ficar por aqui. Depois eu posso, no longo do debate, aqui... Naturalmente, vocês vão até aperfeiçoar esse documento pelo conhecimento que cada um de vocês, que eu sei que são especialistas na matéria.

Então, de pronto, eu chamo para a Mesa, ainda, a senhora Dra. Jussara Rauth, Vice-Presidente da SBGG.

[palmas].

Que nos ajudou muito, aí, na elaboração da Política Nacional do Idoso. Nos ajudou, não, foi uma das formuladoras. E, depois de muita discussão, chegamos

ao acordo, ela foi incluída na íntegra dentro do Estatuto do Idoso. Então, eu diria que o coração do Estatuto do Idoso é a Política Nacional do Idoso, e que a Jussara foi fundamental para que ela fosse inserida na íntegra lá dentro, não é, Jussara? Depois de muita discussão.

Então, eu passo de imediato a palavra à Dra. Terezinha. Emídio. Está bom. Já fizemos um acordo, aqui, democrático. Todo mundo apontou para o Emídio. Dr. Emídio, por favor, V.Exª está com a palavra por dez minutos, com mais cinco, se necessário.

SR. EMÍDIO REBELO FILHO: Senador Paulo Paim, membros da Mesa, meus senhores e minhas senhoras. É uma grande satisfação estar aqui no Senado, pela segunda vez, para levantar essa questão da violência contra a pessoa idosa.

Em 2006, nós estivemos aqui e apresentamos uma carta à Nação, a convite, novamente, do Senador Paulo Paim, um defensor intransigente das pessoas idosas, dos aposentados e de pensionistas. Na ocasião, o Senador não pôde estar presente, mas foi representado pelo Senador Cristovam Buarque, a quem foi delegada a função de representar as pessoas idosas, aposentados e pensionistas neste Congresso e em todo o Brasil, principalmente na questão educacional. Nós, aqui, no final, vamos até... trouxemos até frases deste Senador que relacionam à questão da educação.

Mas eu quero fazer, primeiramente, um retrospecto, porque, este ano, a Declaração de Direitos Humanos estará completando 60 anos; a nossa Constituição Federal, 20 anos; as nossas constituições estaduais, 19 anos; as nossas leis orgânicas municipais, menos um ano, também. Além disso, outras... outra legislação foi formulada, como, por exemplo, a Lei Orgânica de Assistência Social, o que aconteceu em 1993; a Lei de Política Nacional do Idoso, em 1994; o Decreto que regulamentou, com muito atraso, a Lei de Política Nacional do Idoso, de 94. Ela estava prevista para ser regulamentada com 60 dias, no entanto, demorou 30 meses para ser regulamentada. Junto à sua regulamentação, nós tivemos o Decreto de Regulamentação da Política Nacional do Idoso. Posteriormente, o Programa Nacional de Direitos Humanos e o nosso instrumento principal, o Estatuto do Idoso, que veio em 2003, com vigência em 2004. Tivemos, agora, mais recentemente, o Plano Nacional de Implementação das Deliberações da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e o Guia que foi distribuído pelo Ministério da Previdência, mais recentemente, agora, em 2008.

Mas a Declaração de Direitos Humanos, eu quero fazer uma ressalva, aqui, à mulher, quero fazer uma deferência especial à mulher. Porque foi uma mulher que mais trabalhou para que a declaração fosse concretizada, que foi a Eleanor Roosevelt.

E já dizia na Declaração, no seu primeiro artigo, em 1948, dizia o seguinte: “*A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos, como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades e pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e as suas observâncias universais e efetivos, tanto que, entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob a sua jurisdição*”.

Então, nós tivemos, depois disso, a nossa Constituição, que vai completar em outubro 20 anos. E a nossa Constituição nos dá uma informação fantástica sobre a questão dos direitos humanos.

No entanto, a violência que nós dissemos e asseveramos que acontece começa pela não aplicação da legislação vigente. Começa por aí. Temos os elogios de toda essa legislação, no entanto, não há a implementação, e nós entendemos perfeitamente que, por exemplo, a Política Nacional do Idoso, ela não pode ser implementada na sua totalidade, de uma vez só.

Mas, também, nós entendemos que alguns pontos poderiam ser efetivamente implementados para resolver muitas das questões dessa violência. Por exemplo: por que nós não inserimos, ainda, depois de 14 anos, o ensino sobre o envelhecimento nos cursos formais? Por que nós ainda não temos a formação de profissionais da área de Gerontologia e de Geriatria o suficiente para cobrir esse grande contingente de pessoas idosas que estão se aglomerando? O contingente cresce celeremente, e as providências têm que ser tomadas. E como diz, aqui, a declaração, “*através do ensino e da educação*”.

Então, nós temos, e urge que se faça, através dos órgãos competentes, Sr. Senador, urge que se faça a implementação desta legislação, o cumprimento desta legislação. O ensino fundamental, conforme diz a nossa Lei de Política Nacional do Idoso, de 94 e, mais recente, o Estatuto do Idoso, estabelece disciplinas obrigatórias nos cursos superiores, de Geriatria e Gerontologia. Nós ainda não temos essa obrigatoriedade. Nós ainda não estamos formando esses profissionais. É preciso, urge que se faça.

Assim como nós entendemos, senhor Senador, que a violência, a discriminação, a falta de respeito com as pessoas que construíram esta Nação, e ainda colaboram para o seu desenvolvimento, há a necessidade premente de se inserir, imediatamente, para se cobrir essa lacuna, para que as pessoas, no futuro – e

eu quero que seja próximo –, não sejam mais discriminadas, não sejam mais discriminadas.

As pessoas que estão hoje com a idade de mais de 60 anos, contribuíram e continuam a contribuir, tanto assim que existem estudos [soa a campanha], existem estudos comprobatórios de que o idoso ainda contribui decisivamente para o engrandecimento deste País, desta Nação.

Nós dissemos, aqui, e retiramos isso da nossa Constituição: “*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos fundamentais*”. E que nós deveremos exercer esses direitos cotidianamente. A cidadania, ela tem que ser exercida cotidianamente. E que nós temos, nos nossos direitos fundamentais e que aqui nós queremos fazer esta referência sobre a questão educacional, para nós, nós temos essa convicção, depois de muitas discussões com idosos, com jovens, com adultos, com crianças, até, nós temos a plena convicção que todos os demais direitos fundamentais irradiam da questão da educação.

A Constituição também nos diz que a ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e justiça sociais. Eu... Como, aqui, o nosso Senador é o defensor intransigente, como eu já disse, dos idosos, dos aposentados, dos pensionistas, eu trouxe o mais recente levantamento, a mais recente análise da seguridade social, que nós reputamos que a violência, até a indignidade e a insensatez, acontece com as pessoas que durante a sua vida laboral contribuíram para ter este benefício, ou melhor, resultado daquilo que investiu durante a sua vida laboral.

Eu trouxe para cá, e aqui eu quero dizer para os senhores, traduzindo o que está na nossa Constituição, que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações, de iniciativa dos poderes públicos e das sociedades, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social. É um tripé formado. Diz na Constituição Federal, ainda: “*Saúde é o direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação*”.

Nós temos, muitas vezes, conhecemos muitos dos casos de pessoas que não têm o atendimento adequado pelo que prevê a nossa Constituição. E nós estamos aqui para verificar e propor, pugnar para que isso seja revisto o mais rápido possível. Que a saúde é uma questão do Estado e também da sociedade. Mas, ainda, diz a Constituição: “*A Previdência social será organizada sob a forma de regime geral, em caráter*

contributivo". Deste tripé, é a única que é contributiva. E é a única, é a previdência social, que faz com que, no interior, os benefícios pagos por essa arrecadação do trabalhador... faz com que as pessoas do interior e os municípios tenham este rendimento, essa disponibilidade de recursos [soa a campanha] em maior quantidade do que... o que é fornecido pelo Estado, que é o Fundo de Participação. As pessoas idosas, no interior, quem já assistiu comprova, é um verdadeiro auê, vamos dizer assim, quando está se pagando a contribuição, o benefício previdenciário.

Sr. Senador, a mais recente informação colhida por nós é sobre a seguridade social. Vou dar, aqui, este número, porque, aqui, nós, no nosso entendimento, quem mais entende de contabilidade são os auditores, e a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social nos analisa a conta seguridade social, e eu tenho aqui os dados, não trouxe além disso, bastando oito anos, para mostrar para os senhores o quanto tem de recurso na seguridade social para previdência, saúde e assistência social. Nós temos um superávit de 339 bilhões, quase 340 bilhões, no período de 2000 a 2007. Não há contestação, inclusive sobre isto. Parabenizo—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quantos bilhões? Porque é importante enfatizar.

SR. EMÍDIO REBELO FILHO: 339,9 bilhões de reais de superávit nos últimos oito anos. Vamos... vamos aqui relacionar. Eu tenho... vamos aqui relacionar por esses anos. Em 2000: 26,7 bilhões de reais; 2001: 31,5 bilhões de reais; 2002: 33; 2003: 31; 2004: 42,5 bilhões; 2005: 62,7; 2006: 50,9; e 2007 foi o mais recente agora: 60,9 bilhões de reais. E não se pode pagar—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só estou interrompendo para ajudar. Como a TV Senado, aqui... Se não está ao vivo ela grava, mas vai para todo o Brasil, será para todo o Brasil. Fique bem claro que ele está falando em bilhões.

SR. EMÍDIO REBELO FILHO: Bilhões de reais. Bem, a análise que se faz todo o ano da seguridade social, meu Conselheiro Telles, veja bem, da saúde, veja bem que na saúde o recurso, na conta da seguridade social, está registrado no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, no SIAF, juntamente com o Ministério da Previdência Social e o fluxo de caixa do INSS. Esses dados são de lá retirados, e não contestados. Ainda não vi nenhum dar nenhuma contestação sobre isso.

Mas eu queria aqui relatar, também, destacar que, quando criada a Contribuição Provisória de Movimentação Financeira, eu só trouxe os três últimos anos: 29 bilhões, em 2005; 32 bilhões, em 2006; e

36,3 bilhões, em 2007. Quase 100 bilhões de reais. Eu não posso afirmar, porque eu não tenho, mas a informação que eu tenho é que destes valores da CPMF só foram aplicados na saúde quase, quase 20%. Hã? Bem, vocês estão recebendo, aí, esta informação, e eu estou trazendo isso porque é onde eu me baseio para defender inclusive essa questão da violência, porque nós estamos sendo violentados. Os aposentados e pensionistas estão sendo violentados por essa política discriminatória.

Nós temos um regime geral de previdência, por que discrimina o que ganha salário-mínimo e o que não ganha salário-mínimo, se quem mais contribuiu foi quem ganha acima do salário-mínimo? Nós temos oito milhões. Não sou contra, é bom que se destaque: não somos contra que os rurais recebam da previdência. Não somos contra que aquelas pessoas que não têm renda recebam da seguridade social, da conta seguridade social. E não sou contra que aqueles remanescentes da renda mensal vitalícia também recebam. Então, são perto de 14 milhões de pessoas que não contribuíram, mas recebem da conta seguridade social. E você vai verificar, neste levantamento que está aí, que já foi me fornecido pela Frente Parlamentar de Defesa da Previdência Pública. Vocês vão verificar, aí, que tem já aposentado que já vai passar para ganhar um salário-mínimo. Olha, veja que violência, que insensatez, você diz que fazer uma discriminação dessas. Eu não sei... Eu esperava, inclusive, que na nossa Câmara Federal, os senhores deputados federais nos contemplassem com isto. Aliás, não era nem para contemplar, era para reconhecer os nossos direitos. Porque recursos existem. Temos, já, aqui, no próximo ano, mais, mais ou menos, um milhão de pessoas entrarão para ganhar um salário-mínimo. Por quê? Porque, neste ano de 2008, com o aumento do salário-mínimo de 9,21, e o aumento daquele que ganha um pouquinho mais do que um salário-mínimo, passou a ter só 5%, e o que ganha salário-mínimo passou a ter 9,21%.

Então, vejam aí! Vamos chegar, se continuar esta política, todos recebendo um salário-mínimo, todos recebendo um salário-mínimo, porque nós já temos colegas nossos ganhando... com... 94,5% de perdas. Dou meu exemplo. Fui aposentado com 10,25 salários-mínimos. Hoje não recebo cinco. Mas... Vou dizer aqui o que nos dizem, vou dizer aqui, ler, aqui, para vocês, transcrito da análise dos auditores fiscais da previdência social e que eles não fazem segredo, está lá, ANFIP, www.anfip.org.com.br, www.fundacao.org.br, Fundação, que é a Fundação ANFIP, também, está lá, disponibilizado na Internet. Vou ler para vocês, aqui, o que nos dizem os auditores: "*Uma vez mais os ditames da política econômica fizeram do orçamento*

da seguridade social a principal fonte de superávit do Governo Federal, prejudicando ações prioritárias para a população na área da saúde, da assistência [soa a campanha] e previdência social. Repete-se a inadequada utilização dos recursos da seguridade social na obtenção de resultados primários, maiores a cada exercício, com a intenção precípua de utilizá-los como garantia para o pagamento da dívida pública”.

Meus senhores, Sr. Senador, companheiro Pery, eu vou voltar, aqui, antes, mais uma vez à questão da educação: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania”, que eu digo que nós deveremos exercer a cidadania cotidianamente, “e sua qualificação para o trabalho”.

Mas eu tenho aqui uma... um dado sobre a previdência social, essa eu quero enfatizar mesmo. Porque esse é um estudo que já foi apresentado, aqui, Senador, pela professora Eli Gurgel Andrade, em um Seminário promovido, aqui, na Câmara Federal. Então... quando, quando a ANFIP diz que os recursos são colocados à disposição de outros programas de governo, eu só quero relatar, aqui, para vocês o seguinte, de 99, eu tenho esse dado até 2006, estou aguardando de 2007. Mas eu tenho esse dado desde 1999, que foram desviados da conta seguridade social para pagamento de despesas de Ministérios e outros programas de governo. Está aí. Em 99: 3,3 bilhões de reais; 2000: 2,7; 2001: 13,2; 2002: 13,6 – repito, bilhões de reais –; 2003: 7,3; 2004: 10,2; 2005: 12,4; 2006: 18,9. Até 2006, 81 bilhões de reais foram retirados da conta seguridade social, de forma legal, porque foram feitos através de lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aprovada pelo Congresso.

SR. EMÍDIO REBELO FILHO: Aprovada pelo Congresso Nacional. Está reforçando aqui a minha informação o Senador Paulo Paim. Então, recursos retirados da conta de seguridade social.

Mas eu quero terminar a minha exposição dando para vocês, é pena não ter aqui um quadro, mas eu digo, aqui, vou dizer aqui para vocês. Foi feito um levantamento, só da Previdência Social, eu não estou falando agora na Seguridade Social. Só da Previdência Social. Do ano de 2023 a 2002 não houve, na Previdência Social, déficit. A exceção—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Qual é o período? Ficou uma dúvida aqui.

SR. EMÍDIO REBELO FILHO: 1923.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 1923.

SR. EMÍDIO REBELO FILHO: 1923 a 2002 não houve déficit. Por que eu digo que não houve déficit? Porque os saldos anteriores cobriram o que se retirou a mais em 1987 e mais alguns três ou quatro anos. Está aqui o gráfico que foi apresentado. Está aqui a conta da Previdência Social, não é da Seguridade Social. Eu quero finalizar a minha exposição mostrando que isto aqui tudo é pela violência, é pela discriminação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita fazer um aparte, porque agora nós temos aqui mais um Senador, o Senador José Nery [soa a campanha] veio prestigiar, aqui, o nosso evento aqui.

[palmas].

E, me permitam, eu vou lhe conceder ainda a palavra, e aproveitar esse momento para dizer que o Senador Leomar Quintanilha, e que é o Presidente da Subcomissão do Idoso, ele só não está aqui, fez questão de falar comigo hoje pela manhã ainda, participou da reunião da manhã, porque ele foi para a Espanha representar o Congresso Nacional em uma Conferência Internacional sobre meio ambiente, principalmente a questão da água, que é o direito à vida. Então, eu quero fazer esse registro. Está aqui o representante do Senador Leomar Quintanilha, que vai poder fazer uso da palavra depois, porque, depois que nós terminarmos o painel, eu vou estender a palavra, também, para que alguns companheiros do plenário que quiserem fazer algum depoimento possam também fazer, sobre um tema tão importante. Então, já está aqui o José Nery. Está aqui o representante do Senador. E dizer que a Senadora Lúcia Vânia, a pedido, também, do Senador, ela virá aqui e vai participar também da nossa Audiência por um período. Por favor, volto a palavra a V.Ex^a.

SR. EMÍDIO REBELO FILHO: Eu fico muito satisfeito porque é um representante do meu Estado que está chegando aqui. Mas eu vou terminar citando, aqui, frases daquele senhor que está ali, que é o Senador Cristovam Buarque. Ele diz o seguinte: “Educação é o melhor passaporte para a inclusão”. Veja bem, melhor passaporte para a inclusão, a educação. “No mundo em que não é mais possível a distribuição de bens materiais, há de se assegurar o pleno acesso aos vetores das oportunidades de futuro, como saúde, educação e infra-estrutura básica”. E esta aqui, esta frase, este pensamento, essa reflexão do Senador: “O grau de educação de um povo é que indica o quanto este é rico ou pobre”. E diz mais: “Que a modernidade é uma população educada e culta”.

Então, nós deveremos evitar toda essa discriminação, toda essa violência que existe contra as pessoas idosas somente através da educação. Porque nós temos

plena certeza, vou repetir, que todos aqueles direitos fundamentais que estão estabelecidos na nossa Constituição, estão estabelecidos nas Leis Complementares, como a Lei de Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, eles vão... ser, eles são irradiados simplesmente pela educação e, nós dissemos aqui, quando fundamos a Federação dos Aposentados Pensionistas do Estado do Pará, aquelas pessoas humildes, pessoas idosas que hoje ainda têm, muitos deles na nossa Federação, se chega à seguinte conclusão: que somente como verdadeiro cidadão a pessoa idosa pode participar com segurança e desenvoltura do processo político de mudança social de um estado injusto para um estado de justiça social. Só como cidadão. Sem ser cidadão, sem nós lutarmos por essa cidadania, nós não chegaremos a isso aí.

Olha, eu agradeço a atenção dos senhores. Agradeço a oportunidade que foi me dada pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Quintanilha, por estar aqui pela segunda vez, pugnando por justiça. Não é para o idoso, eu estou vendo muitos jovens aqui. Nós estamos trabalhando para quem vem atrás de nós. É por isso que nós estamos aqui. Eu já estou com 72 anos de idade, pretendo trabalhar muito mais ainda nessa questão do idoso, da pessoa idosa. É por isso que eu estou aqui. E agradeço, mais uma vez, penhoradamente, o convite, o honrado convite de estar nesta sala do Senado fazendo este pronunciamento. Muito agradecido.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu quero cumprimentar o Sr. Emídio, pela sua brilhante palestra. E digo mais, Sr. Emídio, esse material que o senhor leu aqui e que o Brasil todo vai ouvi-lo e vê-lo pela TV Senado, a TV Senado eu quero dar aqui os meus elogios. Na TV Senado nada é cortado. Tudo o que é dito aqui pode saber que vai para todo o Brasil, e nós avisamos, inclusive, quando vai ser reproduzido. Mas seria muito importante que esse seu material, na íntegra, se assim a COBAP também entender, fosse distribuído uma cópia para cada senador e deputado, na questão do reajuste dos aposentados e pensionistas e também do fator previdenciário.

Eu posso dar uma notícia boa, que talvez os senhores já obtiveram essa notícia. Ontem à noite, a Comissão Especial que estuda o PL 42, com a emenda que nós apresentamos e o Senado aprovou por unanimidade, já foi instalada, e o Relator foi o Deputado Edgar Moury, do PMDB de Pernambuco, ele defendeu a proposta, e o Presidente da Comissão, Deputado Júlio Delgado, do PSB de Minas Gerais, também defendeu e colocou em votação e foi aprovada por unanimidade. Então, o reajuste dos aposentados e pensionistas,

nos mesmos moldes do que é dado ao salário-mínimo, foi aprovado ontem na Comissão Especial. Uma vez, agora, aprovado no Plenário, vai para a sanção do Presidente.

E esses dados serão importantes que os deputados tenham acesso, para entenderem que não vai criar caos nenhum na Previdência, se você assegurar o reajuste idêntico ao que é dado ao salário-mínimo, que daria algo em torno, este ano, de 3,5 bilhões. E os seus dados demonstram que, só no último ano, tivemos um superávit de mais de 60 bilhões. E que o acumulado ultrapassa mais de 300 bilhões, pegando os últimos oito anos.

Então, eu faço o apelo à V.Ex^a e quero também cumprimentar o Deputado Arlindo Chinaglia, porque disseram que essa Comissão que ele montou era uma Comissão de faz-de-conta e que não ia analisar o PL 42. A Comissão reuniu, deu quorum, votou e aprovou. Queira Deus, agora, que o plenário também aprove.

[palmas].

Eu passo, então, de imediato, a palavra ao nosso colega e amigo Perly Cipriano, que vai falar representando, aqui, o Ministro Paulo Vannuchi.

SR. PERLY CIPRIANO: Senador Paulo Paim, Senador José Nery, Conselheiras Terezinha Tortelli, Jussara, Conselheiro Emídio. Tratar da violência contra a pessoa idosa é um tema que é necessário de um cuidado extremamente grande, porque é necessário políticas públicas para combater a violência, a discriminação e o preconceito nas instituições e na sociedade.

As principais violações e violências contra a pessoa idosa se dá na família. Portanto, é algo mais complexo do que a gente possa imaginar. Se a violência se dá na família, não é simples, não é uma ação policial, nem uma medida judicial, é uma mudança na cultura de um país.

Alguns povos têm respeito mais pela pessoa idosa, outros povos, por suas tradições, respeitam menos. E, como ninguém é preconceituoso ao nascer, ele aprende a ser assim, significa que esta sociedade que vivemos ensinou as pessoas terem preconceito contra pessoas idosas. E, se ensinou a ter preconceito, elas podem ser ensinadas a não ter preconceitos e não praticar violências, nem nas instituições e nem no poder público. Porque o Brasil é um país que assinou praticamente todos os tratados e convenções internacionais, tem uma Constituição cidadã, tem um Estatuto do Idoso, tem a Política Nacional do Idoso, tem Conselhos em todos os estados brasileiros, realizou a 1ª Conferência para construir a Rede Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa Idosa, vai realizar a 2ª Conferência este ano, dia 28 e 29 de outubro, a

2ª Conferência que é para avaliar o que produzimos. Depois da 1ª Conferência, foi feito um Plano de Implementação, onde definia, com uma certa precisão, o papel do Executivo, Legislativo e Judiciário, nos seus três níveis, portanto, e também da sociedade civil.

Não é possível pensar em erradicar a violência contra a pessoa idosa, se nós não mudarmos profundamente a maneira de ver e encarar o envelhecimento. Portanto, na escola é preciso, na igreja, no sindicato, na associação, mas, fundamentalmente, na família.

Esse jovem, ou esta jovem que hoje pratica a violência contra o idoso foi educada de maneira não devida. Então, é necessário que nós da geração... que já somos idosos, precisamos entender que talvez a gente não tenha preparado bem as gerações que vieram depois de nós. Mas, agora, nós temos o desafio: é preparar bem as que virão. Então, eu acho que esse é um primeiro desafio nosso.

As Conferências têm ajudado muito. Cerca de 40, de 30 a 40 mil pessoas participaram daquela, da 1ª Conferência. Não sei exatamente quantas vão participar agora. As conferências serão conferências estaduais, e também nós teremos conferências, algumas municipais, regionais. É uma grande discussão sobre a implementação da rede.

E a rede também não será implementada só por Decreto, se os Conselhos não atuarem de maneira insistente, persistente. Mas não apenas o Conselho do Idoso, o Conselho da Mulher tem que estar atuando, o Conselho da Pessoa com Deficiência, o Conselho da Criança... Todos os Conselhos precisam atuar juntos; se não atuarem juntos a gente vai imaginar um ser humano fragmentado.

Então, nesse sentido, é importante, é importante que as prefeituras, as câmaras de vereadores, as assembleias legislativas, os governos dos Estados e... os Ministérios e o Executivo Nacional. Mas, também, que o Ministério Público tenha uma atuação permanente, regular e não... deixar de atuar. Que as Defensorias Públicas tenham uma ação permanente e regular e acompanhem. E entidades também como a OAB precisam estar presentes.

Então, nesse sentido, nós temos muitos avanços e temos muito a avançar. Ontem mesmo estive no Ministério da Saúde, que realizava um grande Seminário sobre violência contra a pessoa idosa. E produziram um manual, que eu considero de alta qualidade. Um manual que serve para um gestor, mas serve também para um Conselho, para uma ONG, para uma Entidade, para uma Instituição. Então, precisamos começar produzir alguma coisa que seja compreensível para as pessoas. E que a gente esteja, também, de maneira regular, atento a tudo aquilo que ocorre entre nós.

A Conferência... 1ª Conferência, que falou e tratou da Rede, ela teve vários eixos; teve da Previdência, saúde, educação, transporte, enfim, todas as políticas. E precisamos fazer uma discussão muito ampla, como houve uma mudança profunda no envelhecimento das pessoas, que, 100 anos atrás, viviam cerca de 30 a 35 anos. Machado de Assis disse que viu muitos poucos idosos na sua época. Então, mas hoje não: 72 anos para os homens, 75 para as mulheres, e outros países já têm 80 anos. Veranópolis, no Rio Grande do Sul, a média já é de 80 anos. Então, precisamos fazer uma discussão e uma nova reflexão sobre a revolução do envelhecimento. Fazer uma reflexão: o papel e a importância das pessoas idosas na sociedade.

Precisamos, de uma vez por todas, varrer a visão equivocada que falava: "Tem que ter o lugarzinho para a pessoa idosa, para o velhinho e a velhinha". Precisamos erradicar isso de uma vez por todas. É dizer: "O idoso tem que estar em todos os lugares", no trabalho, na escola, no sindicato, na associação, passeando, trabalhando, discutindo, protestando, questionando e fazendo parte do Senado e da Câmara também e da Presidência da República.

[palmas].

Só assim nós teremos condições de avançar. Enquanto acreditávamos, no passado havia muitas pessoas que acreditavam que o idoso era uma pessoa enferma, era como se para o idoso eu me dirigia a ele com uma receita ou com medicação. Não! Não é dessa maneira. Primeiro é dirigir-se a ele com respeito e com dignidade. E, mesmo para morrer, é necessário que o idoso tenha dignidade, condições dignas para morrer. Ninguém tem pressa, mas é necessário que a gente compreenda.

Por isso, é preciso ter políticas para as instituições de longa permanência. Só agora vamos saber quantas são, como são e onde estão e como funcionam. Era difícil fazer política pública num país onde não se sabia sequer quantas existiam, como funcionavam. Então, ao existir, seja ela... seja ela, seja ela pública, seja ela filantrópica, seja ela até, até lucrativa, é preciso que ela obedeça preceitos. É preciso que essas pessoas sejam tratadas, ali, com dignidade, com respeito. Não basta ter nutricionista. Não basta alguém ficar dizendo que a minha vózinha e o meu avôzinho é muito bom. É preciso respeitá-lo na sua identidade, na sua religião, nos seus sonhos. Muitos deles estão numa instituição dessa e resolvem se casar; é preciso levar em consideração. Muitos deles têm diferentes religiões. Muitos deles são saudáveis e, eventualmente, um ou outro não tem condição, às vezes, nem de se alimentar. Mas, em qualquer circunstância, é preciso lidar com o idoso com esta... com esta visão.

E, assim, precisamos preparar o nosso país para o fenômeno do envelhecimento, como algo natural, necessário, biológico e social. O envelhecimento não é apenas uma questão biológica, é uma... A Velha Guarda da Portela, possivelmente, é mais bem tratada do que um jovem da própria favela. Então, nós precisamos entender, é socialmente, de como essa pessoa é vista na sua sociedade. É isso que dá a essa pessoa mais dignidade. Necessariamente, não é mais dinheiro. Eu quero... sem nenhum preconceito, mas eu quero dizer que, às vezes, você encontra uma comunidade, Veranópolis, a forma como eles vivem 80 anos, vivem mais do que em outras comunidades, é bem provável que vivam mais do que em camadas sociais que ganham mais, mas que tratam mal os seus idosos.

Imagine alguém de classe média que tem um grande apartamento, tem uma geladeira cheia, eu repito isso sempre, e tem uma geladeira cheia, uma televisão muito moderna, mas onde o filho, a filha, o genro e a nora sequer cumprimentam esse casal de idosos. Ele precisa mais de carinho, mais de respeito e de atenção. Ele não quer ser tratado como criança, que, também, às vezes, uma visão equivocada de lidar com as pessoas idosas como se eles não tivessem identidade [soa a campanha].

Então, é necessário que a gente possa avançar em políticas públicas. Para isso, nós já criamos 119 Centros de Referência de Combate à Violência. Mas é pouco. É preciso chegar em todos os Estados, chegar em bom número de municípios. Por isso tem o CRAS, que já dá atenção à família. Então, é necessário que todos os Ministérios tenham uma ação articulada. E é necessário que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário trabalhem articuladamente. Não para os idosos; é com os idosos.

Todas as vezes que fizerem política para os outros será um favor; o dia que a gente decidir não mais fazer, as coisas não serão feitas. E sim discutir com esta comunidade, que é extremamente numerosa. Fala-se em... 19 milhões e meio, eu acho que já deve ter uns 20 milhões; teremos 40 milhões, breve. O mundo com 600 milhões; serão dois bilhões, como já foi citado aqui. Essas pessoas estão no mundo. Aqui eu vejo representante da CONTAG, portanto, dos trabalhadores rurais.

Grande parte dos municípios brasileiros vive graças à renda das pessoas idosas. Grande parte dos municípios, não apenas das famílias; dos municípios. Então, precisamos trabalhar no sentido de que essas pessoas possam ter atendimento com dignidade por suas famílias, por sua comunidade, pelo Poder Público. Precisamos também trabalhar, agora, nessa Conferência, e eu quero, aqui, talvez até me aventurando um

pouco, assinar os nossos pactos pelo envelhecimento com os estados. E... se possível, o primeiro pacto ser assinado no Rio Grande do Sul, em homenagem ao Senador Paulo Paim, o primeiro pacto.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Rio Grande do Sul agradece.

SR. PERLY CIPRIANO: E assinar também pactos em todos os estados brasileiros, porque eu acho que é fundamental que façamos. E possamos, depois, evoluir para fazer os pactos nos municípios. E também um pacto nacional. Estaríamos trabalhando intensamente para que, durante a Conferência, nossa 2ª Conferência Nacional, que estará avaliando a 1ª Conferência, a Rede... a implementação, que a gente pudesse assinar o pacto nacional, onde os três Poderes tivessem juntos com a sociedade civil, assinando um documento de um compromisso.

É claro que só o pacto não é suficiente. Mas o pacto é um compromisso, é uma sinalização para a sociedade e é uma referência para que a sociedade possa cobrar e possa propor e possa sugerir. Nós recebemos, não faz um tempo distante, logo no final do ano passado, aqui, a Conferência Madrid + 5, da CEPAL, que, durante três dias, debateu, dos países da América Latina e Caribe e também países da África, da Ásia, nós tivemos gente da África, Ásia e Europa também participando. Foi um debate extremamente importante, onde mostrava que o Brasil tinha muitos avanços, e temos muito o que aprender também.

A questão da aposentadoria dos rurais, que às vezes as pessoas se lamentam, eu, pessoalmente, considero que é um dos maiores avanços que esse país tem é assegurar que os rurais, mesmo aqueles que não pagaram a previdência, possam ter vida digna. Significa: a sociedade precisa assumir responsabilidades com as outras partes.

[palmas].

Assim como o BPC, é importante que uma pessoa com deficiência que não possa trabalhar, mesmo que ele não tenha podido contribuir, que ele possa ter um atendimento com dignidade. Portanto, é a sociedade que tem que assumir esse tributo. Então, nós precisamos trabalhar nesse sentido. O pacto vai nos ajudar, porque vai forçar a reflexão. E também olharmos para além das nossas fronteiras.

Nessa Conferência Madrid + 5, um dos... uma das coisas mais importantes aprovadas, pessoalmente considero, foi, por unanimidade, aprovar, encaminhar para a ONU para que tenha o pacto, a convenção mundial da pessoa idosa. Até hoje a ONU tinha recebido já uma demanda da Costa Rica, mas era um país que tem uma tradição democrática extremamente impor-

tante no nosso continente e no mundo, mas era um país. Agora, foi toda a América Latina e Caribe e os países que estiveram presentes.

Então, a ONU precisa ter uma convenção da pessoa idosa. Já tem a pessoa com deficiência, tem várias outras... Será extremamente importante que nós teremos um referencial. Lá nós podemos, teremos que ir buscar saber, conhecimento, experiência e inspiração e também vamos levar a nossa contribuição. Portanto, é trabalhar de maneira intensa.

E fazer também uma discussão, num país como o nosso, é extremamente importante, que a gente não trate o idoso como se ele fosse uma coisa única, ou com tábula rasa. Devemos sempre perguntar: de que idoso ou idosa estou falando? Pode ser rico, pode ser pobre, pode ser negro, branco, idoso com deficiência, analfabeto [soa a campanha], universitário, enfim. É de que idoso nós tratamos? Porque às vezes tem comunidade que lidam muito bem com seus idosos. Os quilombolas, tradicionalmente, Senador Paim, cuidam bem de seus idosos, porque é um patrimônio cultural que eles têm ali. E boa parte das tribos indígenas também cuida muito bem, boa parte dela cuida bem dos seus idosos. Os ciganos também cuidam bem de seus idosos. Possivelmente, nunca ninguém viu um cigano abandonado no asilo e em qualquer lugar. Então, nós... e são populações discriminadas, altamente discriminadas, mas têm essa dignidade e esse comportamento.

Então, precisamos trabalhar no sentido de fazer essa mudança no nosso país. Reconhecer os avanços. Trabalhar com... difundir as experiências exitosas. Eu cito, aqui, a Pastoral do Idoso, que tem um trabalho que eu considero, repito como um dos mais importantes nesse país, visitando, discutindo, propondo, cobrando e agindo. Então, nós precisamos trabalhar nesse sentido. Precisamos valorizar mais o que nós realizamos, se não nós ajudamos a diminuir a auto-estima da pessoa idosa.

Precisamos trabalhar nesse sentido, no sentido que ela possa sentir valorizada. Muitos idosos querem aprender ler. E as pessoas: "Mas para quê vai aprender ler?". Ela diz exatamente: "Quero aprender ler que eu quero começar a enxergar, eu quero escrever uma carta." É tão importante uma pessoa poder ler e escrever uma carta para o filho e ler alguma coisa, ler uma placa. Para quem tem o curso, tem curso, talvez não veja tão importante, mas outros resolvem fazer um curso. Já, Senador, com 65 anos, eu estou terminando pós-graduação de gestão em direitos humanos. Então, eu vou continuar estudando e acho que outros têm que continuar estudando também.

Então, eu quero já... Agenda social, nós temos que trabalhar de maneira intensa. O Executivo, Legislativo, Judiciário e a sociedade civil, no sentido de implementarmos uma Agenda Social do Idoso, que seria o pacto. Seria o pacto... O Presidente Lula tem anunciado o PAC. Então, nós teríamos a nossa Agenda Social do Idoso. Mas a Agenda Social do Idoso não poderá ser uma ação de apenas um Ministério. É necessário que todos os Ministérios se somem nas políticas e que essas políticas tenham interface nos estados, nos municípios e com a sociedade civil.

E também queremos, estamos trabalhando no sentido de, num prazo muito curto, lançarmos o observatório da pessoa idosa. É uma parceria que a secretaria está fazendo com a, com a Fiocruz, onde nós teremos um espaço, embora Internet, e é para mostrar que o idoso não pode ter preconceito, ele precisa trabalhar nessa área, onde pudesse ter toda a legislação, tudo o que diz respeito ao idoso em um espaço próprio para pesquisa, para estudo, até para fazer denúncia, se eventualmente tiver uma lei que não estiver sendo cumprida. Então, com a Fiocruz nós estamos trabalhando nesse sentido.

Então, eu quero já encerrar, dizendo que eu quero saudar essa... a realização dessa Audiência Pública, do reconhecimento da Secretaria Especial e dizer que eu tenho certeza que todos os Ministérios estão motivados, mas precisam ser permanentemente motivados no sentido de ter uma política pública. E política pública não pode ser só para as instituições, é para a instituição e fora dela.

Então, nesse sentido nós precisamos trabalhar mais com as famílias, seja ela qual for a organização familiar. Muitas pessoas estão vivendo com seus avós, pai e mãe já se separaram, mas precisamos trabalhar com todas essas formas de organização familiar, precisamos trabalhar. Precisamos trabalhar com a comunidade.

Muitas vezes a comunidade finge que não vê a violência contra uma pessoa idosa. Finge que não vê. É preciso que ela esteja atenta. Que esse idoso que está sofrendo na sua vizinhança, amanhã, poderá ser essa mesma pessoa, o pai, a mesma mãe e a mesma criança. E educar desde cedo as crianças para o processo do envelhecimento como algo natural, necessário e bom. Eu sei que tem muitas pessoas jovens aqui e talvez estejam com medo da idade. Todas as idades são boas, se a gente for tratado com dignidade e sentir que ninguém está nos impedindo a realizar nossos sonhos. E todo mundo tem sonhos.

Então, eu quero, Senador, mais uma vez, parabenizar por essa Audiência e também parabenizar... ao trabalho, à atuação do Senador Paulo Paim e de

todos os senadores dessa Comissão, que tem sido intenso. Mas, e dizer que devemos caminhar muito. Realizamos muita coisa, mas, muito mais precisa ser realizado, vai depender de cada um de nós. Nós já temos curso, a Secretaria está fazendo um curso já em convênio com a UNB para cuidadores de idosos. Nós já fizemos levantamento das instituições. Nós vamos fazer capacitação. Enfim, é preciso ir multiplicando até chegar a todos os lugares onde tenha o idoso. Como eu disse que idoso não pode ter o seu cantinho, ele tem que estar em todo o lugar, então, as políticas públicas têm que chegar a todos os lugares onde tiver um ser humano.

O envelhecimento com dignidade é importante para todos nós. A sociedade, a democracia precisa, exatamente, que nenhuma pessoa sofra nenhum tipo de discriminação pela sua idade [soa a campanha], pela sua orientação sexual, pela sua geração, por condição... pela sua cor, enfim, que as pessoas sejam tratadas com dignidade e respeito. Acho que é isso que nós estamos realizando aqui nessa Audiência Pública. Parabéns a todos!

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência cumprimenta o Dr. Perly Cipriano pela sua palestra. Os dois foram brilhantes, o Emídio também. Eu só peço, se a assessoria conseguiu reproduzir aí o material que o Dr. Emídio deixou conosco, pela sua importância, que eu mesmo vou me encarregar, se a COBAP me autorizar, de remeter o material para todos os deputados e senadores.

O Senador José Nery gostaria de usar a palavra nesse momento. E aqui nessa Comissão é praxe, de um Senador falar à hora que ele bem entender. O Senador José Nery é um Senador comprometido com essa causa. Ele preside, aqui, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo. Está fazendo um belíssimo trabalho em nível nacional, e é com alegria que a gente passa a palavra a ele nesse momento.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Paulo Paim, ilustres convidados e painelistas nessa audiência pública, Sra. Jussara Rauth, Sr. Emídio Rebelo Filho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Aposentados e Pensionistas, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Sra. Terezinha Tortelli, aqui representando a CNBB, e o cumprimento especial ao Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Dr. Perly Cipriano. Uma saudação especial às representações das entidades dos idosos e entidades da sociedade civil aqui presentes.

Saudar a iniciativa do requerimento que tem como autor o Senador Paulo Paim, incansável na defesa dos direitos humanos, em especial, dos segmentos mais

fragilizados ou mais empobrecidos, mais... oprimidos da sociedade brasileira. Essa audiência pública, ao tratar de um tema bem específico, a violência contra o idoso, mas articulado com temas, com questões fundamentais que têm a ver com a garantia de uma cidadania plena às pessoas da melhor idade, porque a terceira idade, aos poucos, os movimentos das pessoas idosas vão, assim, caracterizando as pessoas, a cidadania das pessoas da melhor idade. A idade da experiência, da satisfação, também, e mesmo, muitas vezes, não tendo os seus direitos reconhecidos, mas a satisfação de, ao longo da vida, terem participado da construção do nosso país, no exercício das mais diversas e difíceis atividades sociais, econômicas, políticas, enfim.

Então, o tema específico precisa obter a situação que envolve a violência contra o idoso. É preciso alcançar um patamar muito maior de consciência e de envolvimento das pessoas – e até faria um parâmetro aqui com outra faixa etária da vida –; no caso das nossas crianças e adolescentes, o segmento que tem conseguido, apesar da violência também contra a criança, mas a sociedade tem sido muito mais vigilante, hoje, do que era a algum tempo em relação aos abusos contra a criança e o adolescente. Então, diria que em relação aos idosos, precisamos avançar no país nesse patamar de indignação, de denúncia e de busca efetiva para a superação do estado de violência contra as pessoas idosas.

Então, creio que as diversas iniciativas, a participação do poder público em todas as suas instâncias, no Governo Federal, nos estaduais e municipais, das diversas entidades da sociedade, que tenham uma preocupação efetiva na garantia desses direitos, são várias... sobre as mais variadas questões, e aqui eu assinalo, em especial, a questão relacionada à saúde.

Não existe algo que seja mais deprimente quando a gente vê pessoas idosas mendigando um recurso para comprar um medicamento. E, às vezes, até pessoas que são aposentados ou pensionistas que ganham, que recebem um salário-mínimo. Aí... esse fato que acontece todos os dias em nosso país, ainda no dia de hoje, ultraja a dignidade da pessoa idosa.

Os esforços para melhorar esse quadro, eles são evidentes, porque mesmo o direito à aposentadoria especial dos trabalhadores em regime especial da previdência especial, especialmente no campo, tem uma importância nesse contexto. A luta, por exemplo, para equiparar os reajustes das aposentadorias e pensões dos aposentados ao patamar de reajuste do salário-mínimo, medida essa já aprovada aqui no Senado, projeto de iniciativa do Senador Paulo Paim e agora sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, adotar um posicionamento firme, porque, se há

recursos para pagar juros da dívida pública, da dívida externa, vamos dar um freio nisso e carrear recursos para as políticas sociais, entre elas a política de valorização dos idosos.

[palmas].

Então, essas são questões que merecem de todos nós a maior atenção, e creio que a idéia do fortalecimento desses mecanismos para o comprometimento das diversas esferas do Estado brasileiro, da política nacional do idoso, que deve acontecer em cada município, em cada lugar onde eles estão. A idéia de o pacto e defesa do direito da pessoa idosa ser celebrada com os estados. Dr. Perly sugeriu o Rio Grande do Sul, numa homenagem ao nosso grande mestre, mas eu queria sugerir, então, se o primeiro é o Rio Grande do Sul, por justa razão é o primeiro, porque tem aqui um combatente da marca e da extirpe de cidadão, Senador e irmão Paulo Paim, o Pará, não em homenagem a mim, mas acho que em homenagem ao nosso Vice-Presidente da Confederação Nacional—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, em homenagem aos dois, pronto.

[palmas].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Poderíamos—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ao Senador e ao líder da COBAP.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Poderia, também, trabalhar nesses fóruns, Dr. Perly. É claro nós queremos que seja uma realidade com todos os estados brasileiros, porque temos que trabalhar aqui uma noção de brasilidade nacional, que não está vinculada aos... ao território A, B ou C, a esta ou aquela região. E, por último, eu gostaria que um aspecto fosse trabalhado pelos Conselhos de Direito da Pessoa Idosa, em todos os níveis, nacional, estadual e os municipais, as organizações de aposentados e pensionistas.

Creio que nós temos hoje um arcabouço jurídico legal que já nos dá muitos instrumentos para fazer valer os nossos direitos. Mas há ainda pouco, ou diria, um tênue controle social sobre as políticas, as políticas públicas para os idosos. E, em relação ao cumprimento da legislação existente, ainda há, assim, muito, eu diria, no meu ver, certa acomodação.

Era preciso fazer os instrumentos legais que temos uma bandeira para cada organização, para cada conselho construir, de forma mais efetiva, uma mobilização e uma consciência no sentido da cobrança mais efetiva dos direitos daquilo que está legalmente previsto na Constituição, nas leis ordinárias, no Estatuto, nas convenções internacionais de que o Brasil é signatário. Eu creio que esse aspecto fortalece em muito a cidadania das pessoas idosas, a cidadania de pessoas tão

especiais que não poderiam, de forma alguma, serem vítimas de violência atroz em que, recorrentemente, temos notícia, denúncia e registro.

São essas considerações que faço, cumprimentando a todos que participam dessa audiência pública, no sentido de fortalecer os mecanismos de cobrança cidadã para fazer valer, na prática e no dia-a-dia, o direito das pessoas idosas. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador José Nery, pela sua contribuição a um tema tão importante como esse que é uma luta permanente de todos nós em relação ao idoso e contra essa violência e todo o tipo de violência. Eu passo a palavra de imediato a Sra. Terezinha Tortelli, que falará pela CNBB.

SRA. TEREZINHA TORTELLI: Excelentíssimo Senador Paulo Paim, defensor incansável da política nacional do idoso, demais autoridades aqui presentes, nosso caríssimo Dr. Perly Cipriano, Subsecretário da Secretaria Especial de Direitos Humanos, um defensor incansável também dos direitos humanos, e não poderia ser diferente também, da pessoa idosa. Demais colegas aqui da Mesa, do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, senhoras e senhores aqui presentes.

Eu gostaria de me fazer porta-voz dos mais de 20 mil líderes voluntários da pastoral da pessoa idosa, um organismo de ação social da CNBB, que fazem o acompanhamento domiciliar a pessoas idosas, acompanhando hoje a mais de 112 mil pessoas idosas visitadas todos os meses. A minha fala vai ser breve, mesmo para poder deixar espaço para a participação da plenária aqui. Então, temos como objetivo principal nessa pastoral a visita domiciliar mensal. Cada líder comunitário, voluntário, acompanha em média dez pessoas idosas, visitando-os todos os meses. O objetivo desses voluntários é ser ponte entre a família e os serviços existentes na comunidade de apoio à pessoa idosa. E um outro objetivo é criar rede de solidariedade entre as famílias e na própria comunidade. Então, onde não existe um serviço organizado, praticamente vai se forçando a que se organizem esses serviços, mesmo porque, entrando em contato com a realidade, o líder comunitário se depara com uma infinidade de necessidades, entre elas, como dar encaminhamento às muitas formas de violência sofridas pelas pessoas idosas.

Os líderes comunitários, nas suas visitas domiciliares mensais, como dizia, eles entram em contato com uma série de necessidades das pessoas idosas, entre elas, uma eu destacaria aqui, é o fato de muitas pessoas idosas viverem sós. E aí a violência maior, eu acredito que todos nós temos parte, é a questão

da negligência. Então, pessoas idosas vivendo sós. Vivendo todo o tipo de abandono, de negligência e de não contar com ninguém que os apóie, que os ajude, que seja a voz dessas pessoas.

Então, eu tenho plena convicção da importância desse trabalho, uma vez que se pode organizar entre as próprias famílias uma rede de solidariedade. As famílias vizinhas. É claro que nós devemos ir forçando a organização de muitos serviços voltados a essa população idosa, mas, também, o compromisso nosso enquanto cidadãos, cidadãos comuns que somos, e não tendo em vista nenhum segmento preferencial a outro. O nosso Estatuto da Pastoral da Pessoa Idosa afirma que devemos acompanhar preferencialmente os mais desfavorecidos, seja pela pobreza ou pelo abandono. E, quando se fala abandono de todas as classes sociais, encontramos pessoas vivendo sós e sofrendo uma série de afrontas, principalmente a questão da negligência familiar; familiar ou da própria sociedade que também deve ser convocada a se envolver.

Então, de nossa parte, nós queremos ser parceiros também, organizando os serviços, que devem ir se organizando em nível de cada comunidade local, de cada município, e isso vai se estendendo para os estados e até chegar a uma grande rede nacional, da qual – Dr. Perly já mencionava – o tema principal da 1ª Conferência Nacional, a criação da rede, a RENADI, a Rede Nacional de Apoio e Defesa à Pessoa Idosa, e que, nessa 2ª Conferência a ser realizada este ano, justamente a avaliação dessa mesma rede, da RENADI.

Então, fazendo-me porta-voz dessas lideranças comunitárias que doam do seu tempo, nós queremos também ser parceiros na construção dessa grande rede de solidariedade, de apoio. Mas que isso passa também pelas políticas públicas, onde se reconhecem os direitos das pessoas idosas. Somos partícipes também na elaboração das políticas públicas, e é possível, então, chegar realmente à solução de grandes problemas enfrentados pelas pessoas idosas.

Nosso papel fundamental é despertar nas próprias pessoas idosas o interesse pela luta em reconhecer os seus próprios direitos. Não fazemos pelas pessoas idosas, queremos fazer conjuntamente, com elas, com as pessoas idosas para que elas sejam as protagonistas no reconhecimento dos seus direitos e nos fazer somar com elas, nos fazendo também porta-vozes, quando não possível pelas próprias pessoas, nós também somarmos com elas.

Eu diria, aqui, que, segundo a visão do incansável, também, e defensor das pessoas idosas e fazendo-se também ele mesmo entre as pessoas idosas, João Paulo II, quando reconhecia as pessoas idosas como

os guardiões da memória coletiva de uma sociedade. Então, reconhecendo todo o valor das pessoas idosas e com elas somarmos para que nós possamos criar, realmente fortalecer essa rede de apoio às pessoas idosas, apoio, defesa e implantação de fato de políticas públicas que defendam e protejam as pessoas idosas.

Então, aqui apenas quero registrar a importância do trabalho voluntário dos líderes comunitários da pastoral da pessoa idosa, esse organismo de ação social da CNBB e que, juntamente com eles, também, os capacitadores, multiplicadores e coordenadores, que já somando todos já são mais de 30 mil pessoas voluntárias espalhadas por quase 600 municípios de 25 estados, estamos quase atingindo a totalidade dos estados brasileiros, faltando apenas 2. E essa rede, nós temos plena convicção, que vai se estender cada vez mais e queremos simplesmente somar com aqueles que também se empenham pela mesma defesa dos direitos das pessoas idosas.

Gostaria de fazer um registro, aqui, ao apoio que contamos do Ministério da Saúde, que juntos nós estamos conseguindo elaborar materiais educativos e dar encaminhamento à capacitação desses mais de 20 mil líderes comunitários, hoje, mas que pretendemos dobrar essa... dentro de... nos próximos dois anos, dobrar a nossa abrangência, e, claro, isso é quase que um número insignificante. Quando se diz 112 mil pessoas idosas acompanhadas mensalmente através de visita domiciliar, frente a 20 milhões de pessoas idosas; então, temos que caminhar muito ainda para atingir pelo menos a 1% das pessoas idosas hoje.

Então, agradeço a atenção e a possibilidade de expressar, aqui, o reconhecimento que se tem aos voluntários que fazem esse trabalho hoje na pastoral. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E dizer para a senhora que foi fundamental para a aprovação do Estatuto do Idoso o apoio que a CNBB tirou, na época, fazendo campanha, inclusive nas paróquias, nas Igrejas. E, depois, vieram ao Congresso Nacional, numa delegação de bispos, pedindo que ele fosse aprovado. Eu queria, se me permitirem, dar uma salva de palmas à CNBB por aquele momento histórico que eu jamais esqueci.

[palmas].

Eu recebi, aqui, uma cartinha muito bonita de Walmary Dias Pimentel. Está aqui? É dele, não é? Me convidando para uma palestra, se for possível, na região Nordeste, e você pede o contato. Fica aqui o meu cartão, se você quiser, se alguém puder entregar para você. Se quiser pegue aqui. A assessoria.

[risos].

Aqui tem todo o endereço para correspondência e telefone. E eu, com certeza, vou fazer de tudo para estar lá. É em setembro, não é? Na Bahia? Está bom. Vou passar a palavra de imediato à Jussara Rauth, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, que muito ajudou na elaboração do Estatuto do Idoso.

SRA. JUSSARA RAUTH: Boa tarde, Senador! Boa tarde ao Dr. Perly, à Terezinha, ao seu Emídio, a vários outros colegas conselheiros que aqui estão, há muitas pessoas representantes de instituições, colegas que participam da própria sociedade brasileira de geriatria e gerontologia. Enfim, boa tarde a todos.

Penso que, em primeiro lugar, a gente tem que reconhecer o esforço e, efetivamente, o empenho que o Senador Paim tem demonstrado é... No sentido de ser um grande parceiro nessa causa do idoso que começou lá na luta pelo Estatuto, não é? O Senador Paim, antes de Senador, é um grande e querido amigo, e não tem nada com o fato de sermos conterrâneos. Não... nenhum, até porque nem gaúcha eu sou, em verdade. É... mas, enfim, sempre se mostrou um grande parceiro quando é... Me lembro, pela primeira vez, em 1997, tu apresentaste o Estatuto do Idoso na Câmara Municipal de Porto Alegre. Nós fomos extremamente contrários àquela proposta que tu estavas levando do Estatuto, muito... me parece, muito mal discutida naquele momento, mas, enfim, nós temíamos muito por uma coisa que me parece, hoje continua o nosso temor, que é de poder efetivar o atendimento e os direitos das pessoas idosas. E aí o que, o temor que nós tínhamos na época era justamente de estarmos é... pensando no Estatuto do Idoso e, com isto, fragilizando o instrumento que lutamos muito para conseguir, que era a Lei 8.842, que traçava a Política Nacional do Idoso e mal implementada naquilo que ela dispunha, e aí já se passava praticamente três anos desde que a lei havia sido sancionada.

E o Senador, então, na época Deputado, humildemente pegou o seu projetinho de lei do Estatuto, botou embaixo do braço, levou para casa, botou dentro de uma panela em banho-maria, não é, e aquele projeto ficou até que... eu acho que mais maduros também todos nós, com certeza, o Senador também e muitos dos seus colegas podemos lá em... 2001, 2002? 2002, resgatarmos a discussão do Estatuto e hoje termos, então, o Estatuto efetivamente como é, um arcabouço importante reunindo direitos contemplados para os idosos em várias outras áreas, podendo trazer para garantia nacional algumas ações, algumas legislações, que eram garantidas nos estados, em alguns municípios, enfim, que deram certo e a gente trouxe para todo.

Então, mais uma vez, pela segunda vez, a gente está nesse ambiente em uma audiência pública defendida, não é, pelo Senador para discutir a questão da violência contra as pessoas idosas. O ano passado, quando aqui estávamos, me lembro, estava aqui a Laura Machado, estava aqui Cecília Minayo, estávamos aqui apontando muito os atos violentos, não é, o mau-trato que se comete contra as pessoas idosas pelos seus familiares, enfim.

E me parece que hoje nós estamos nas falas até agora feitas, estamos denunciando um outro tipo de violência. A violência que é cometida pelas próprias instituições e pela instituição pública, pelo próprio governo, pelas instituições da sociedade civil, no sentido de efetivamente não avançarmos na garantia dos direitos das pessoas idosas. E penso que talvez esta seja a maior violência que nós podemos estar cometendo. Então, ter este dia de hoje, que em verdade ele antecipa o dia 15 de junho, que nós temos desde o ano passado como o dia que marca a possibilidade de darmos visibilidade a esta violência toda cometida contra as pessoas idosas, penso que rapidamente nós temos que fazer uma reflexão histórica, não é, de como se desenvolveu esta trajetória de pensar o idoso, de pensar o envelhecimento nas políticas e, enfim, na sociedade brasileira.

Lembro que, ao início da década de 80, quando me envolvi na questão do idoso, de pensar o idoso, da ação do idoso, como muitas das pessoas que estão aqui presentes, uma questão fundamental nos preocupava, que era o conhecimento. Quer dizer, temos que trabalhar, temos que atuar ou diretamente com as pessoas idosas, ou junto ao envelhecimento. E o que é que nós conhecemos disso? Do que nós estamos falando? O que é a velhice? O que é envelhecimento? O que é ser idoso? Afinal de contas, era um fenômeno que começava a surgir na sociedade brasileira com significação. E aí nós tivemos, então, que começar a envolver vários atores e vários agentes na busca da compreensão deste envelhecimento, deste velho, desta velhice e dos diferentes aspectos que envolvem esse processo.

De lá para cá, penso que nós avançamos muito, cresceram as alternativas de atendimento, as alternativas de inserção do idoso, de diversificação de atividades, enfim, muito especialmente pelas instituições da sociedade civil, pelos movimentos dos aposentados, enfim, e este idoso, hoje, então, de certa forma, ele tem "n" alternativas de participação. Nós chegamos a ter idosos que a cada dia da semana buscam um serviço, buscam uma instituição, exatamente compreendendo a amplidão, o aspecto extremamente amplo, que é viver uma velhice e os diferentes aspectos, quer dizer, dife-

rente daquele idoso lá de 1980, quando conseguia se enxergar que velhice era muito igual à doença e que ele tinha um sentimento grande de inutilidade, que a sua vida já tinha passado, que ele tinha que ficar mais... de pijaminha na frente da televisão descansando.

Cresceram também e me parece de extrema importância, os estudos, as pesquisas sobre, então, tudo isso, sobre este envelhecimento e este velho. E nós temos, aqui, desculpem não mencionar a todos, mas vejo figuras fundamentais nesse processo de estudar, de pesquisar para poder conhecer e entender—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Jussara, me permita só uma interrupção. Eu vou convidar o Senador José Nery, nós já havíamos conversado, para que ele presida um período aqui. Porque eu vou atender aqui ao lado o Ministro da Igualdade Racial, da SEPPIR, o Ministro Edson Santos, que veio visitar a Comissão de Direitos Humanos. Eu só vou atendê-lo e volto de novo, porque depois dessa mesa nós vamos abrir o plenário. O Senador José Nery, depois da fala da Jussara, então, vai abrir a possibilidade do plenário, então, fazer perguntas à Mesa e interagir para continuar o nosso trabalho. Então, me aguardem que eu já volto.

[troca de presidência].

SRA. JUSSARA RAUTH: Então, eu dizia que avançamos muito também nos estudos e nas pesquisas que permitem compreender este processo todo.

E aí a gente tem aqui a professora Anita Liberalesso Nery [soa a campainha], uma grande parceira, uma pessoa que busca entender este envelhecimento enquanto forma de expressão das pessoas, enquanto... compensação, enquanto compreensão do que a gente perde, o que a gente ganha, enfim, como que se torna ou como que a gente transforma estas perdas que são inevitáveis pelo processo de envelhecimento, em experiências bem sucedidas. Tem a Ruth, que eu vejo bem aqui na minha frente, da PUC São Paulo é uma contribuição fundamental. Tem a Dina Frutuoso, tem o João Batista Lima Filho, lá atrás, enfim, “N” pessoas que vêm exatamente trabalhando nesta área e que de forma a nos permitir esta compreensão melhor.

Podemos dizer, também, que cresceram e com este crescimento fortaleceram-se as instituições técnico-científicas, a exemplo da instituição que eu integro e que ainda é... Estou na condução do Departamento de Gerontologia, que é a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. O quanto a gente vem, acabamos de sair agora de quarta a sábado da semana passada, do 16º Congresso Brasileiro, que a sociedade realizou lá em Porto Alegre. E conversávamos entre nós durante o Congresso, de como a sociedade, efetivamente, tem crescido nesta produção do conhecimento a partir dos

profissionais que ela congrega, mas o quanto a sociedade tem se aberto para poder levar a quem efetivamente importa, idosos, instituições, comunidade enfim, todo este conhecimento e essa produção científica que ela reúne, mas o quanto ainda ela tem que se abrir para isso. Porque, senão, não tem sentido o trabalho das universidades, o trabalho das instituições científicas, o trabalho das instituições, enfim, se ela não... se este trabalho todo, se esta produção toda não estiver a serviço das pessoas idosas, de uma melhor forma de viver a velhice e de uma forma de compreender este processo todo.

Cresceu, também, um entendimento, me parece, de que sozinhos a gente sai do nada para lugar nenhum. Portanto, fortaleceu, mais do que nunca, o entendimento da articulação, da intersetorialidade, que não é nada mais do que complementariedade.

Quando a irmã Terezinha falava dos agentes comunitários da CNBB, da Pastoral do Idoso a serviço de uma comunidade, e aí ela dizia: “Bom, são só 120 mil idosos atendidos num contingente de 20 milhões”. Mas, se nós compreendermos que a Pastoral do Idoso está atendendo 120 mil, enquanto o Ministério da Saúde, através da suas Secretarias Estaduais e Municipais está atendendo mais 120 mil. Enquanto as universidades, enfim, quer dizer, nós todos estaremos atendendo aos 20 milhões de pessoas idosas, desde que, efetivamente, tenhamos a compreensão de que precisamos estar articulados, de que precisamos ter uma ação intersetorial para que, efetivamente, nós tenhamos esta complementariedade no atendimento das pessoas idosas.

E aí é... Disto me parece que vem um entendimento e um discurso, ainda é muito discurso, hoje numa reunião da Comissão de Políticas pela manhã, lá no Conselho, nós víamos que ainda muitas das nossas falas são tão somente discursivas, não é, precisam efetivamente ser colocadas em prática, e aí que é uma coisa chamada rede. Se nós evoluímos para a produção do conhecimento, se nós evoluímos nas atividades que são oferecidas aos idosos, se nós evoluímos na compreensão, na capacitação dos profissionais que estão atuando junto à terceira idade, nós, inevitavelmente, evoluímos para a intersetorialidade e chegamos nesta idéia de rede.

E aí, há pelo menos dois anos, quando, já foi dito aqui pelo Dr. Perly, já foi dito pela irmã Terezinha, em 2006, maio de 2006 quando realizou-se a 1ª Conferência Nacional do Idoso e que nós tínhamos como mote a construção da Rede de Defesa e Proteção das Pessoas Idosas, nós exatamente queríamos fortalecer este entendimento da articulação e da intersetorialidade. Dois anos depois, quando nós estamos nos municí-

pios e nos nossos estados já praticamente finalizando o processo de realização das conferências municipais e estaduais, nós vemos, cujo tema, cujo mote deste ano é a avaliação, então, desta rede, que avanços e desafios nós tivemos, nós constatamos que os nossos avanços foram muito pequenos e que os nossos desafios continuam se interpondo de forma significativa.

Só que os desafios que nós temos hoje, em verdade, eles são desafios que estão sendo colocados para nós já há muitos anos. Então, puxa vida, qual é o nosso problema? As nossas estratégias estão inadequadas? Nós estamos só sendo discurso então? Dizendo que articulados e intersetorialmente nós avançamos, mas, em verdade, nós estamos só discursando, isso? Estamos cada um lá no seu cantinho, fazendo o seu trabalho e não importa o contexto todo? Será que é isso?

Então, eu acho que neste momento, ou nestes momentos como o de hoje, o importante é que nós tenhamos a possibilidade de refletir exatamente sobre o nosso papel, a nossa ação para dentro da nossa instituição, para dentro da nossa competência. Mas, também, aquilo que nós estamos conseguindo levar para fora, para além daquilo, daquele ambiente, daquele espaço em que a gente está colocado.

E uma das formas colocadas já aqui pelo Dr. Perly, de que nós possamos consolidar, efetivar, este trabalho em rede, é a pactuação. Então, talvez, efetivamente, a importância destes pactos de gestão que estão, está sendo proposto pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e que, *a priori*, não é, Dr. Perly, as conferências estaduais estão assumindo a responsabilidade, talvez, efetivamente, eles sejam mais um instrumento, ou mais uma estratégia para que nós consigamos efetivar esta idéia, da importância da participação do Poder Executivo, mas, também, do Poder Legislativo, mas também do Poder Judiciário, também com o Ministério Público, também com as instituições da sociedade civil e também com os próprios idosos.

Então, penso que os pactos são uma alternativa bem importante para não só estabelecer, definir compromisso, como comprometer os diferentes responsáveis pelos processos, mas, mais do que isso, talvez de provocar a efetiva tomada de decisão dos governos, porque nós falamos de política pública, política pública é primazia de governo. Então, os governos, definitivamente, têm que tomar a sua decisão de cumprirem o arcabouço legal que a gente tem, extremamente avançado, e colocar em prática aqueles direitos que estão assegurados pela pessoa idosa. Porque isto é rede. Rede nada mais é do que efetivamente executarmos as ações, os programas, os serviços, os projetos, enfim, que tenham como conteúdo, que tenham como foco as ações, a garantia do direito voltado para o idoso. E aí

eu me permito, assim, ao final, ainda colocar uma outra indagação também que é a seguinte: Como que nós vamos evoluir também neste processo da articulação e da intersetorialidade, da compreensão da importância disso quando, no nível nacional, nós estamos sem coordenação de uma política do idoso?

Então, assim, cada um, cada Ministério fazendo o seu trabalho, cada instituição pública da esfera nacional fazendo o seu trabalho. O Conselho Nacional numa tentativa de articular, de acomodar, de harmonizar essas ações todas, mas deixa a desejar, porque isso não é competência, não é função de um conselho. Então, me parece, assim, que a importância desta coordenação, das coordenações que promovam, que efetivamente consigam fazer um trabalho de rastreamento, de monitoramento, de acompanhamento da execução das ações, não deu para colocar de um jeito, vamos colocar de outra forma. A busca dos orçamentos, a abertura dos planos plurianuais, a revisão das propostas orçamentárias a cada ano.

Enfim, isto só se faz se houver, efetivamente, mecanismos de gestão. E mecanismos de gestão passam por uma coordenação das ações de política. Passa por conselhos fortalecidos, por conselhos onde, efetivamente, se tenha a participação efetiva da representação pública e privada compreendendo o seu papel, compreendendo a sua função. A gestão passa por fóruns de discussão onde a gente possa ampliar, onde a gente possa agregar conhecimentos e informações para além daqueles espaços privilegiados que cada um tem, que cada um participa, enfim, que cada um de nós domina.

Então, penso que isto é... É falar, é tomar consciência disso, é tomar consciência de que desta forma nós também cometemos violência contra o idoso, com certeza, porque, negligenciamos enquanto gestores, enquanto dirigentes de instituições, enquanto produção de conhecimento, enfim, negligenciamos essa efetivação, essa garantia do acesso dos idosos aos seus, aos seus direitos.

Então acho que esta era a reflexão que eu gostaria de fazer, enquanto alguém que participa do Conselho Nacional, enquanto Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia também e observamos este processo e aí penso que é uma crítica que fazemos a todos nós. Todos nós temos a responsabilidade de tornar melhor esse processo, de poder perceber também que as próprias pessoas idosas precisam ser mais envolvidas, mais preparadas, tornadas mais cômicas do que significa este ser cidadão, exercer a sua cidadania, garantir os seus direitos e, enfim. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado à Dra. Jussara Rauth Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. A exposição da senhora cobra de forma muito contundente que os nossos discursos, em todos os espaços do poder público e mesmo da sociedade, efetivamente, transformem-se em ações concretas, em práticas concretas para fazer valer inclusive o que nós já conseguimos avançar em termos de elaboração de políticas bem como do cumprimento da legislação em relação ao direito da pessoa idosa.

Concluída a exposição dos painelistas e convidados dessa Mesa, nós queremos, então, abrir à participação dos convidados que estão no plenário. Gostaria de receber as inscrições para a identificação do nome da entidade, os que pedem a inscrição. Sugerir que para uma maior participação pudéssemos utilizar um tempo aí em torno de três minutos, com alguma tolerância, tendo em vista a possibilidade da maior participação dos convidados e estudiosos, pesquisadores e representantes de entidades que nos honram com a presença nessa audiência pública. Vamos... Pode usar o microfone. Só para a inscrição dos...

SR. VICENTE FALEIROS: Vicente Faleiros da Universidade Católica de Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Vicente Faleiros. Pois não, com a palavra. Pois não.

SR. VICENTE FALEIROS: Eu queria propor que houvesse uma campanha, todos os anos, no dia 15 de junho, articulada pela Secretaria de Direitos Humanos, o Dr. Perly pode ver essa possibilidade. Em segundo lugar, queria propor que houvesse, por parte do Senado, uma... Um acompanhamento do orçamento da pessoa idosa. O Senador sabe muito bem que sem orçamento não há política e então, que houvesse uma Comissão do Senado para acompanhar o orçamento, como se faz o Orçamento da Mulher, da Criança e é necessário criar uma Comissão que acompanhe todas as ações do Governo Federal destinadas à pessoa idosa. E gostaria de perguntar ao Dr. Perly, qual é o orçamento existente para a pessoa idosa nesse momento? E, em terceiro lugar, queria propor também um banco de dados integrado sobre a violência. O Ministério da Saúde faz um esforço de notificação, mas as Delegacias têm também. A minha pesquisa, o ano passado, viu que há dados de violência em várias fontes, polícia, disque idoso, mas é tudo disperso, descordenado. Então, é necessário um banco de dados integrado e queria ver com o Dr. Perly também, se é possível.

E, finalmente, ver a questão, em relação ao idoso dependente. Porque nós temos 80% dos idosos que são autônomos, mas há a necessidade de uma política

mais articulada para o idoso dependente. E que, pela Constituição, o art. 226 a 230, o 226 estabelece que o atendimento tem que ser domiciliar. Então, o Brasil não está cumprindo a Constituição. Então, é necessário fazer um trabalho de atendimento domiciliar integrado. E o Dr. Perly falou no pacto. Queria saber se tem dinheiro para o pacto? Porque não adianta mais é... também fazer pacto sem dinheiro. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Dr. Vicente. Esclarecemos que a um bloco de cinco intervenções, retornaremos à Mesa para a resposta às perguntas que forem formuladas. Com a palavra, o Sr. João Batista de Medeiros para as suas considerações.

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: Obrigado. Eu sou Gerontólogo Social que participou do I Curso Internacional de Gerontologia Social realizado no Brasil, patrocinado pela ONU, em 1986. Portanto, vou completar 22 anos, isso em outubro agora, esse ano, trabalhando com idosos no Distrito Federal. Aqui, nós trabalhamos de 87, no Governo do Distrito Federal, assessorando o Governador para assuntos da terceira idade... Foram cinco Governadores: Aparecido, Roriz, Vallim, Roriz, Cristovam. E fomos convidados em 99 para vir aqui para o Senado, para assessorarmos a Subcomissão Permanente do Idoso, e cujo Presidente, o Senador Leomar Quintanilha, que viajou, infelizmente não pôde estar presente e pediu que eu o representasse e falasse das suas reivindicações também. Eu gostaria de deixar bem claro a questão do que se mencionou aqui da melhor idade.

Melhor idade, terceira idade, idoso. Eu venho do campo, eu trabalho diretamente com os idosos. Aqui no Distrito Federal nós temos 35 grupos e 15 associações, cerca de 10 mil idosos mobilizados em reuniões semanais e em grupos. Desses aí, eu criei pessoalmente 21 grupos, então, eu tenho a fonte. Quando o Ministério do Turismo quis criar um departamento para a terceira idade, então criou clubes da terceira idade. Eu colaborei com os idosos do Distrito Federal, 500 vieram ao Centro de Convenções, onde foi criado e lançado clubes da terceira idade. Lançado o programa, aparece no Ministério do Turismo uma reivindicação, uma ação de um cidadão de São Paulo, que registrou como idéia dele clubes da terceira idade. Foi aí que o Ministério de Turismo tinha que mudar para não pagar *royalties* para o cidadão. Então, passou a Clubes da Melhor Idade. Eu era assessor do Governador, naquele tempo, participei de todas as reuniões.

Então, eu quero dizer, deixar bem claro, hoje a maioria dos idosos com quem eu trabalho, trabalhei e trabalho, não gostam, dizem que não é melhor idade. É a terceira idade, sim, senhor. É idoso, sim, senhor.

E quando me perguntam com que idade se chega à terceira idade eu criei uma trovinha que diz assim: “A vida é muito distinta, não é como se apresenta, alguns são velhos com 30, outros jovens com 70”. Porque não é a idade cronológica que torna a pessoa velha e sim a forma de viver. Tem pessoas vivendo como idosas, como até um termo mais pesado, velha, pela forma que enfrenta a vida. E nós, eu estou com 75 anos, comecei quando tinha 53 a trabalhar. Então, eu me sinto em condições de apresentar aqui uma preocupação do Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Subcomissão Permanente do Idoso aqui do Senado.

Nós temos, no Brasil, cerca de 400, eu vou ser generoso, 400 gerontólogos sociais para atender vinte milhões e alguns mais. Temos cerca de 600 ou 700 geriatras, médicos geriatras, com formação em Geriatria. Tem muita gente dizendo que é geriatra, dando consulta. Inclusive levei a minha esposa numa geriatra que estava anunciando um trabalho maravilhoso, estava escrito lá o diploma, “Faculdade Contra o Envelhecimento”, ela se formou nessa faculdade. Saímos da sala de espera e fomos embora, não consultamos. Então, fica aqui o apelo que o Senador faria se estivesse aqui presente. Senhores Reitores das Universidades, senhores responsáveis por todos os órgãos que batalham pelo idoso, vamos forçar as universidades a criarem mais cursos para formar médicos geriatras e mais gerontólogos, porque é difícil do jeito que está. E, no caso principalmente do Distrito Federal e do Tocantins, que é o Estado onde o Senador é originário, Senador Leomar Quintanilha é do Tocantins. Lá são 139 municípios. Já conseguimos criar 90 Conselhos Municipais do idoso, são 139 municípios e 22 estão com as leis aprovadas na Câmara, tudo pronto, só não implantaram. E tem... 27 que os Prefeitos não quiseram nem falar sobre idosos. Nem as primeiras damas que nós acionamos, eles não querem saber.

Então, eu quero deixar, aqui, o apelo para que as universidades que formam 2.500 pediatras por ano consigam atender o nosso apelo, criarmos, formarmos geriatras e gerontólogos.

Eu agradeço e faço aqui o apelo para todos: vamos trabalhar com idosos sem assistencialismos e sem paternalismos. Esta é a filosofia que eu adotei desde 86, valorizando o cidadão idoso sem assistencialismo e paternalismo. Porque o doutor Nilton Rossi, Presidente que faleceu agora, Presidente do SESC de Brasília, foi nos Estados Unidos e estava fazendo uma palestra, falou sobre que os idosos daquele local eram os mais felizes do mundo, que eram... era uma Vila, com até heliporto, restaurantes, médicos residentes, enfermeiros permanentemente, tudo, ele disse: “Vocês são os idosos mais felizes do mundo.” Quando foram para

o coquetel, depois da palestra, um cidadão puxou ele pelo braço e levou para um grupinho de cinco e disse: “Olha, foi uma palestra maravilhosa, só tem uma coisa, o senhor errou num ponto. Nós não somos os idosos mais felizes do mundo. Eu trocaria todo esse conforto que tenho aqui pelo quartinho de empregada da minha mansão para ver todos os dias o meu filho pegar o helicóptero e dirigir as minhas empresas.” Então, a família é a base sólida para o idoso feliz. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Sr. João Batista. Passo a palavra ao Sr. José Luiz Telles, coordenador da área técnica de saúde do idoso.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES: Boa tarde, boa tarde a todos os presentes, nobre Senador Nery... Nery.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Nery.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES: Nery. Inclusive parabenizar a iniciativa de fazer essa audiência pública. Nós que agora comemoramos aí 15 de junho, Dia Internacional, se comemora para lembrar que a violência, ela perpassa todos os segmentos da nossa sociedade, todas as faixas etárias. A violência é uma questão de gênero e nessa fase da velhice ela se torna um fenômeno extremamente complexo e de difícil manejo.

Eu quero só fazer, aqui, o depoimento do Ministério da Saúde na preocupação de estabelecermos políticas mais sustentáveis de acordo com as diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde, que esse ano nós comemoramos 20 anos desde que foi colocado na Constituição que... Saúde é um direito de todos e um dever do cidadão, algumas iniciativas que estamos implantando, em todo o território nacional, com o apoio das secretarias estaduais e municipais de saúde que visam buscar uma maior qualidade na assistência da população idosa que busca o Sistema Único de Saúde, o alívio de suas doenças, dos seus sofrimentos e dos seus agravos.

Aliás, eu não sei da onde o Senador Paulo Paim, quando ele iniciou essa audiência, falou que a assistência à saúde piorou. Eu não faria uma afirmação dessa natureza, na medida em que nós, nesses 20 anos de Sistema Único de Saúde, conseguimos, com grande investimento e, particularmente, investimento nesse... nessa gestão do Governo Lula, de mudar o modelo de assistência que era centrado no hospital, baseado nas doenças, para um modelo voltado para a saúde, baseado nas comunidades e utilizando a estratégia Saúde da Família como o principal elemento estruturador dessa atenção, que é a atenção primária em saúde.

Essa atenção básica, hoje, tem cadastrado, recebendo uma visita pelo menos por mês de um agen-

te comunitário de saúde, 11 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, da área rural e da área urbana. São essas equipes que nós temos o desafio de qualificar. São essas equipes que nós temos o desafio de construir uma gerontocultura, que o preconceito, que as atitudes preconceituosas sejam transformadas em atitudes solidárias e que tenha uma maior competência técnica para entender que nesse momento específico das nossas vidas, que todos nós chegaremos à velhice, tem especificidades, tem singularidades e são essas especificidades e singularidades que devem ser vistas.

E, corretamente colocado aqui, as universidades ainda não acordaram para o processo de envelhecimento rápido que o nosso país e a América Latina vêm vivenciando. Mas isso não quer dizer que nós tenhamos que formar mais geriatras. Eles são importantes, os gerontólogos são importantes, mas, se nós olharmos o mapa da iniquidade nesse país, nós vamos perceber que os médicos formados, os especialistas formados, eles continuam concentrados nos grandes centros urbanos, no eixo Sul-Sudeste. Não é formando mais médico, muito menos formando mais especialistas que nós iremos acabar com a iniquidade nesse país. A região Norte talvez seja uma das mais difíceis de fixação de profissionais médicos, enfermeiros e outros, e outros profissionais da saúde, de tal maneira que o Estado do Acre hoje não conta com nenhum geriatra, apesar de ter um hospital do idoso em seu território.

Portanto, nós temos que qualificar e bastante essas estratégias na atenção primária. Qualificar os nossos profissionais em saúde. Eu deixarei aqui, Senador Nery, um material que o Ministério da Saúde produziu, o “Caderno de Atenção Básica Sobre o Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa”, nós estamos distribuindo agora 70 milhões desses exemplares. Significa um exemplar para cada equipe de saúde da família em todo o território nacional e um exemplar para cada unidade básica de saúde. Esse material é um material que será referência de todos os processos de capacitações, de processos de treinamento, qualificações dos nossos profissionais, inclusive estimulando para que eles, futuramente, ingressem num curso de especialização em geriatria e gerontologia e contribuam para a mudança de uma cultura que leva o preconceito.

Nós, esse ano, vamos fechar dez milhões de cadernetas de saúde da pessoa idosa. Essa caderneta, ela fica com o cidadão idoso. Com ela, ela permite um vínculo maior com o seu serviço de saúde, com o nome dos profissionais e o acompanhamento melhor do seu estado de saúde. E ontem nós lançamos um que talvez seja o instrumento mais importante, dos mais importantes, na discussão que hoje se trava aqui, que é

a violência, que é o “Guia Prático do Cuidador”, essa pessoa que cuida de outra pessoa idosa, em casa, que muitas das vezes, invisível para o sistema de saúde, invisível para o sistema de assistência social, sofrendo um estresse crônico, implacável no seu horário de cuidado. E muitas das vezes esse cuidado não é um cuidado de opção, é exatamente por falta de opção de ter outra pessoa que o cuide. Normalmente uma mulher e normalmente uma pessoa também idosa, cuidando de outro idoso. Esse guia será distribuído para todas as secretarias estaduais e municipais de saúde e irá induzir ações das secretarias não só de treinamento, mas fundamentalmente de acolhimento dessas pessoas que cuidam dessas outras pessoas incapacitadas. Porque essas também necessitam serem cuidadas e aí, falando, aproveitando a fala do Dr. Perly Cipriano, ressaltando que a maioria das violências hoje praticadas nas pessoas idosas e aí corroborando com os dados do Professor Vicente Faleiros, a maioria é feita na residência, é intrafamiliar e, muitas vezes, são os filhos, as filhas que provocam essa violência.

Portanto, uma maior, uma maior ação de buscar segurança, infra-estrutura, apoio às famílias é uma ação de prevenção à violência. E eu gostaria de finalizar, esse cartaz nós distribuiremos para todas as secretarias estaduais e municipais. É um cartaz que trata da violência, mas sem colocar a pessoa para baixo, quer dizer, mostrando para todas as idades, de que o respeito às pessoas idosas é o respeito ao próprio futuro. E se eu pudesse fazer um alerta como nós fazemos nos maços de cigarro, nas bebidas alcoólicas nós poderíamos estar dizendo o seguinte: “O Ministério da Saúde adverte: a violência contra a pessoa idosa faz mal à sociedade”.

Portanto, creio que todos os órgãos de governo, todos os órgãos não governamentais devem traçar, traçar políticas integradas, coro faço com a Jussara, quer dizer, é inadmissível que até hoje nós não tenhamos uma coordenação da política nacional do idoso que permita uma coordenação de governo, de Estado Brasileiro para que essas políticas possam ser potencializadas e que nós não gastamos os poucos recursos, duplicando ações entre outros Ministérios. Portanto, parabênz Senador, parabênz a todos aqui presentes e acreditamos que estamos num caminho de cada vez mais unirmos esforços e a Secretaria Especial de Direitos Humanos tem toda a competência e a qualidade para assumir essa coordenação e unir esses Ministérios numa... num esforço solidário e coerente com os direitos de cidadania colocados na Constituição Federal. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Dr. José Luiz Telles, Coordenador da área técnica sobre o idoso do Ministério da Saúde, a quem agradecemos pela exposição realizada e agradecemos os documentos apresentados e as iniciativas que o Ministério vem coordenando nessa área do direito à saúde da pessoa idosa. Concedo a palavra à Dra. Christina Veras, do Conselho Federal de Psicologia, para suas considerações.

SRA. CHRISTINA VERAS: Bom, Christina Veras, Conselho Federal de Psicologia, representando, nessa situação, o Conselho Federal e também os Conselhos Regionais de Psicologia do Brasil. Nós queremos aqui registrar os nossos parabéns ao “Deputado” Paim e dizer que estamos aqui num grupo de trabalho sobre envelhecimento, do Conselho Federal de Psicologia.

Registrar que esse grupo está aí atuando, trabalhando em cima de questões diversas que dizem respeito à psicologia nas diversas dificuldades que têm sido enfrentadas nesse segmento.

Compõem... a nossa, o nosso grupo de trabalho também a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia, que também está aqui representada e... Jussara até já citou também alguns psicólogos que estão, outros que também estão, não foram citados como ela falou, não conhece todos, mas que são pessoas que estão dentro das universidades nesse país e que estão trabalhando arduamente produzindo para que a gente possa estar dando a nossa colaboração enquanto categoria profissional. Obrigada. Era só isso.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado, à Dra. Christina Veras. E passamos a palavra ao Sr. Sebastião Chaves, membro do Conselho Nacional do Direito da Pessoa Idosa.

SR. SEBASTIÃO CHAVES: Bem, meu boa tarde a todos presentes e aos ausentes. Este seminário está tratando da questão da violência e eu gostaria que, em breves palavras, dizer uma forma de violência que atinge os idosos e que os idosos contribuem para a sua permanência.

Há pouco eu tive a oportunidade de ouvir o senhor João Batista, que apresentou uma bela quadrinha e havia ali, para mim, uma manifestação de uma violência contra o idoso e é uma pessoa que defende os idosos. É que nós, nem sempre, percebemos que o discurso, a linguagem é... É uma linguagem comprometida ideologicamente com uma série de valores. Disse o nosso companheiro aqui: “Tem pessoas de 30 que são velhos e tem velhos de 70 que são jovens”. Isso eu me sinto agredido, porque eu, se eu fosse novo, quisesse ser um novo, eu seria antigo, seria velho. Porque eu fui... O meu novo foi 40 anos atrás. Esses

meus 40 anos atrás, no hoje, é velho. Não é isso que eu quero. A gente tem que tomar cuidado, medir muito essas palavras.

Quando ele fala “melhor idade”, isso é uma mentira. Não é verdade. Todas as idades são melhores idades porque em cada idade da minha existência eu tive uma dimensão que me fez melhor, que me foi mais prazerosa, que eu tive mais rentabilidade. Agora, o melhor, na minha idade, aos 66 anos, não é que eu seja um atleta, que eu tenha uma capacidade para as noites, nada disso, é que a minha idade me fez somar a experiência e vivência e fazer que os meus faróis não sejam faróis traseiros, que iluminam o que passou, mas, sim, faróis dianteiros, que me dizem sobre o amanhã. Então, vamos tomar cuidado.

Essa questão que eu estou trazendo aqui, nós temos que ser vigilantes. Ano passado estava eu numa reunião de diretores do SESC e foi apresentado um vídeo sobre um trabalho feito aqui em Brasília. Um senhor de setenta e tantos anos que praticava natação, era um campeão na faixa da idade dele e disse duas coisas que me assustou e impressionou: “Eu descobri o segredo da juventude. Eu estou rejuvenescendo.” Eu descobrir o segredo da juventude não me serve mais para nada. A minha juventude ficou lá atrás e eu não quero rejuvenescer, eu quero envelhecer com dignidade, com decência, dono das minhas capacidades físicas e mentais.

Então, não façamos a palavra o discurso da nossa opressão, façamos dela sim, o discurso da nossa libertação, que é compreendermos o que somos e para que é que servimos. É só.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Sr. Sebastião Chaves. Passamos a palavra à Dra. Marília Fragoso, da Associação Nacional de Gerontologia. Logo em seguida, a palavra será concedida aos membros da mesa para responder aos questionamentos apresentados e encaminhamentos que, eventualmente, sejam necessários adotarmos nessa audiência pública. Com a palavra Dra. Marília.

SRA. MARÍLIA FRAGOSO: A Associação Nacional de Gerontologia, ela foi fundada em 18 de outubro de 1985, então, este ano, está completando 23 anos de atuação por esse Brasil afora e a sua atuação tem se dado, ela como organização técnico-científica, de âmbito nacional, atuante na defesa e garantia dos direitos da pessoa idosa do nosso imenso Brasil.

Então, a atuação da Associação Nacional de Gerontologia tem se dado, basicamente, compondo o Conselho Nacional do Idoso, os Conselhos Estaduais do Idoso, conselhos municipais, conselhos de assis-

tência social, integrando clubes de serviço, mobilizando os conselhos de categorias profissionais e também fazendo um trabalho integrado nas... junto às universidades. Os cursos de pós-graduação em Gerontologia Social têm tido também uma participação efetiva da Associação Nacional de Gerontologia, como é o caso de Santa Catarina, que implantou o seu primeiro curso de especialização em Gerontologia Social e, atualmente, está caminhando para o oitavo curso e toda essa movimentação tem como objetivo a melhoria de qualidade de vida da população idosa brasileira.

Então, queremos deixar aqui registrado ao nosso Senador Paulo Paim, o nosso agradecimento por essa luta que vem enfrentando em todo o território nacional e deixar registrado o nosso apoio muito grande para essa luta que é de todos nós, a busca por um envelhecimento saudável e uma melhor, cada vez mais uma conscientização quanto... contra... conscientização pela melhoria do direito da pessoa idosa e com isso combatendo a violência que vem ocorrendo por esse imenso território. Muito obrigada.

[palmas].

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu queria primeiro agradecer ao Senador José Nery, que ficou durante esse período aqui. Eu atendi aqui ao lado o Ministro Edson Santos, da Igualdade Racial, e o Senador José Nery, como sempre, é um parceiro nosso de todas as caminhadas. Já me disseram aqui, que ele assumiu o meu posto aqui com muita competência. Fiquei preocupado já. Ele vai tirar o meu lugar.

[risos].

Então, para suas considerações finais o Senador José Nery, depois eu passarei à Mesa.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador José Paim, obrigado pelas suas ponderações e só para fazer as entidades, instituições que estão representadas aqui e até, de certa forma... de acordo com o anúncio que o senhor fez no início da... no momento da minha chegada aqui a essa audiência, o fato de presidirmos a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, que é... integrante da Comissão de Direitos Humanos do Senado, embora não tenha diretamente ligado ao tema que estamos discutindo aqui, mas uma questão tão atual, tão necessária do envolvimento da sociedade brasileira, e todos os segmentos da sociedade brasileira, no combate ao trabalho escravo.

Eu queria, depois que... Só sugerir, que as entidades dos aposentados, pensionistas, as que prestam apoio, se desejarem participar da Campanha Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que é coordena-

da pela Subcomissão e por mais de cinquenta entidades da sociedade brasileira, que pudessem entrar em contato com o nosso gabinete, entrar em contato aqui com a Comissão de Direitos Humanos para integrarem-se à mobilização nacional para a aprovação de uma Lei, 120 anos após a abolição oficial da escravatura, que é a Lei que está lá na Câmara dos Deputados, que vai expropriar as terras dos escravagistas contemporâneos em qualquer lugar do país onde seja constatada a prática do trabalho escravo.

É um tema que pode parecer extemporâneo ao debate aqui, mas é uma questão de cidadania e de brasilidade. E, em sendo um tema também da Comissão de Direitos Humanos, uma convocação para os que aqui desejarem se integrarem a essa campanha, as diversas associações e movimentos aqui representados, estão convidados a estar conosco no combate ao trabalho escravo contemporâneo. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Mais uma vez os meus cumprimentos ao Senador José Nery, que só não vai ficar conosco porque tem uma série de atividades que ele suspendeu para que eu pudesse atender o Ministro.

Eu vou passar a palavra aqui para as considerações finais da Mesa e, nas considerações finais, cada um já responde os questionamentos que vieram do plenário. Me parece que ainda tem um questionamento que o companheiro da COBAP gostaria de fazer à Mesa. Então, eu passo a palavra a V.Exa. Por favor, o microfone, e só diga a entidade que representa e o nome completo para registro da...

SR. HERMÉLIO SOARES CAMPOS: Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas-COBAP.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senhor Hermélio, não é?

SR. HERMÉLIO SOARES CAMPOS: Eu sou o Presidente em exercício, tendo em vista que o companheiro Benedito Marcílio se afastou para disputar uma cadeira--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Hermélio.

SR. HERMÉLIO SOARES CAMPOS: Hermélio Soares Campos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Companheiro Hermélio, então. Hermélio, de Minas.

SR. HERMÉLIO SOARES CAMPOS: Nós estamos aqui muito agraciados com a presença de um nosso ilustre representante, que é o nosso companheiro Emídio, que é do Conselho dos Idosos e que representou muito bem nesse momento aqui a Confederação

Brasileira pelo entendimento, pelo conhecimento que ele tem e pelo trabalho que ele vem fazendo a longo tempo no Conselho Nacional dos Idosos. Nós nos congratulamos com o Senador Paulo Paim, esse líder, maior líder das minorias, na defesa das minorias brasileiras e até mesmo do mundo. E, quando se fala em trazer para o conhecimento do povo que existe em todas as áreas pessoas sofrendo as discriminações, aí está a pessoa do Senador Paulo Paim defendendo.

Nós, então, estamos aqui com muita satisfação, porque a COBAP está presente entre os idosos, por ser uma representação de 25 milhões de aposentados e pensionistas brasileiros e temos aí milhões de aposentados que já chegaram à maioria de 60 anos e muitos deles vêm sofrendo discriminações de toda a ordem. Quer seja por familiares, quer seja pela falta de condições financeiras e, principalmente, aquela que é... as condições físicas de saúde e outras coisas mais. Por isso, Senador Paulo Paim, a Confederação Brasileira estará sempre somando com V.Ex^a e com todos aqueles que defendem toda e qualquer minoria, porque nós não só estamos inseridos nessas minorias em muitos casos, como também temos a obrigação de cobrar, porque se cobramos que somos discriminados nos nossos benefícios, benefícios que pagamos com árduo sacrifício durante anos e anos a fio e hoje vimos cair, a cada dia, o nosso poder de compra exatamente no momento em que mais precisamos de termos condições de comprar o remédio, de termos condições de uma alimentação melhor, de termos condições de estarmos presentes com os nossos familiares, e, por isso mesmo, somos discriminados diuturnamente. Então, parabéns Senador e conte conosco sempre.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito obrigado, Sr. Hermélio, companheiro nosso de longas jornadas. Representa Minas Gerais muito bem junto à COBAP e sempre está conosco aqui no plenário do Senado apoiando, pressionando, ajudando na mobilização e defesa dos aposentados e pensionistas.

Então, nós vamos para as considerações finais. Como eles estão chamando no Plenário, nós vamos ter que limitar o tempo de 5 minutos para cada um, os nossos painelistas, e vamos começar pela Dra. Terezinha Tortelli. E daí vamos vindo da esquerda para a direita, até a nossa conclusão. Por favor, Dra. Terezinha.

SRA. TEREZINHA TORTELLI: Eu gostaria de destacar aqui, na fala do Professor Vicente Faleiros, e reforçar realmente o que ele levantou com muita propriedade sobre o idoso dependente, que tenhamos de fato uma política mais articulada para o atendimento do familiar, domiciliar.

Eu acredito que aqui está um foco talvez onde se possa somar esforços e combater realmente a violência intra-familiar. Eu tenho plena convicção que muitas das violências acontecem por estresse do cuidador, geralmente um cuidador familiar, como já foi mencionado aqui. E nós necessitamos, eu concordo plenamente com o senhor e quero apenas dar um reforço aqui à necessidade de termos políticas mais articuladas nesse sentido do atendimento familiar às pessoas idosas. Era essa a minha consideração, obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Por favor, Dr. Perly.

SR. PERLY CIPRIANO: Professor Vicente Faleiros: eu primeiro falei inicialmente, que eu acho que o lugar do idoso é em todos os lugares, se o orçamento ficar só numa Secretaria ou num Ministério, seria um desastre. Por isso que eu achei muito bom, o Luiz Telles falou, ele falou de ação, recursos e atividade no Ministério da Saúde. Eu acho que todos os Ministérios teriam muito para falar sobre isso. Ele fala só de atendimento de onze milhões, só esses livros etc., eu não vou descer muito a detalhe porque eu tenho a impressão que não é o número apenas de recursos e sim das políticas. Porque eu vejo alguns lugares que às vezes tem muito dinheiro e não tem política. O fundamental é ter política.

Eu repito essa questão por experiência, por experiência de vida, né, eu estou dizendo, nós citamos Veranópolis, onde as pessoas vivem mais e não são mais ricos lá, porque existe além do número de dinheiro, essa é a tradição brasileira achar que muito dinheiro é apenas construir os grandes hospitais, não tinha nenhum médico e nenhuma enfermeira lá e não tinha nem medicação.

Primeiro, então, eu acho que a saúde já deu a boa resposta do que é feito. Mas, quando o MEC cuida da alfabetização, onde inclui idosos na universidade, também é política para o idoso. Quando tem o benefício da prestação continuada, que poucos países no mundo têm, isso é política do idoso, isso faz parte de política que nós estamos defendendo. E é bom que se diga, até o empréstimo consignado que algumas pessoas são contra, eu digo que isso é política pública de alta importância para que o idoso não caia na mão de agiota e não fique aí na dependência, ele tenha meio de decidir a sua vida e de ajudar os seus.

Eu queria chamar, que esta é bastante ampla. Quando faz a política de turismo. Turismo é política pública sim. O idoso tem direito de participar da política e pode ser um dirigente também nessas políticas públicas. Quando ele pode ter acesso ao crédito também. Então, eu queria só discutir essa questão de

maneira mais ampla. Quando o MDS lida com BPC, que é algo extremamente importante ou a gente não considera importante? Ou quando cria os CRAS, ou até o Ponto de Cultura, é onde o idoso tem participação. Então, nós temos que trabalhar nesse sentido. A SEPPIR tem política nessa área. A Secretaria da Mulher tem política nessa área. Então, eu acho que todas as áreas têm políticas. Pode não ser a melhor do mundo, mas é preciso que na reforma agrária já tenha política que leva em consideração as pessoas idosas. A política de habitação já leva em consideração as pessoas idosas.

Então, eu acho, Professor Faleiros, eu quero fazer essa discussão de uma maneira mais ampla, porque eu tenho a visão de que nós temos que estar em todos os lugares, se ficar apenas em um lugar nós estamos equivocados.

E a política também é na legislação que nós temos, de como a nossa legislação está, já avançamos bastante, tem que avançar mais. Então, eu acho... De como são julgados nos Tribunais? Aí diz que é prioridade... eu chamo política pública de maneira mais ampla. É preciso saber, não é só o que é prioridade, é que de fato o processo dele ande mais rápido. Senão transforma o idoso apenas de... em cortar as filas, que, aliás, os filhos e as filhas costumam aproveitar o avô e a avó para fazer, aproveitar aquele tempo dele, em vez de esperá-lo envelhecer também.

Então, acho que nós temos que trabalhar nesse sentido em todos os locais. Se, do contrário, nós corremos o risco de fazer uma discussão que chamo enviesada. Ela está presente em todos os lugares.

Na cultura tem que estar existindo. Nós precisamos ter na cultura, de como os meios de comunicação lida com o idoso. Para mim isso também tem a ver com políticas públicas que pode... então, as decisões, a capacitação dos conselheiros também tem, a criar conselhos também tem, integrar os conselhos para conversar entre si tem também, a mobilização da sociedade para uma conferência isso para mim é política pública do ponto de vista mais amplo. Quando se reúne 20, 30 mil pessoas discutindo a sua política é algo novo, que mobiliza essas pessoas para começar a ser pessoas, ser cidadão que tem direito e deveres e vai cobrar de alguém. Então, é nesse sentido valorizar, com gerontologia, geriatria.

Eu acho que não tem um Ministério que pode estar isento e ausente nessa atividade. Assim como também precisa que haja nos estados, nos municípios e na sociedade civil. Acho que a cobrança é essa. Então, o enfrentamento, o preconceito e esse seminário é mais para preconceito e a violência.

E quanto à questão da coordenação, eu acho que também sempre batalhei por isso, desde que eu estou lá. Mas não foi possível ainda passar. Estava no MDS [soa a campainha]. Nós queremos passar para a coordenação. Mas, pessoalmente, eu acho, passando para a coordenação ajuda. Mas o fundamental é que as coisas não esperem, primeiro, ter a coordenação para ter a política. É ter a política exatamente para ter força para cobrar.

Então eu acho que a universidade está avançando, todos os lugares. Nós não podemos ter esperança que é apenas muito dinheiro e eu quero aqui falar com o Sebastião Chaves, estou de pleno acordo. Acho horrível esse negócio de melhor idade, vocês me perdoem, para mim toda a idade é boa, qualquer época, se eu tiver doente qualquer idade é ruim, criança é ruim, com 30 anos é ruim, com 100 anos é ruim. Então nós... Tirar essa mania de melhor idade. Nós temos que viver com decência e dignidade em qualquer idade. Eu acho que é trabalhar com isso, isso é fundamental. É nosso espaço. Cada uma pessoa, cada geração tem os seus espaços adquiridos. Ele adquire e conquista, ele não pode estar aí por favor. Eu acho que é isso que política pública tem a fazer e uma audiência como essa contribui para isso.

É discutir com o país inteiro, o idoso não pode estar restrito a um cantinho, ele tem que estar em todo o lugar, cobrando política e exigindo do Poder Público, Executivo, Legislativo e Judiciário e das suas entidades também. Não pode ter uma central sindical [soa a campainha] que cuida do idoso só na época da votação. É preciso que eles lidem do idoso em toda a sua temática, da violência, do preconceito e da discriminação. Então, eu quero agradecer e parabenizar essa audiência. Considerar que isso é extremamente importante para nós. É um passo a mais na luta que precisamos travar, juntos, numa batalha incansável: o envelhecimento com dignidade. É isso, a conquista da humanidade tem que ser tratada sempre de maneira séria, conseqüente e participativa como estão realizando. Parabéns.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, Sr. Emídio.

SR. EMÍDIO REBELO FILHO: Como representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, nós queremos reafirmar a posição desta entidade que representa mais de 25 milhões de pessoas e que a maioria está na idade de maior de 60 anos. E, como nós fizemos a exposição e destacamos a questão da educação, que nós consideramos inclusive nós, da COBAP, consideramos essa questão como também prioritária.

Nós perguntamos ao Senador Paulo Paim se haveria a possibilidade de outras audiências públicas como esta e uma específica para tratar da questão da educação ou, melhor dizendo, da inserção do ensino sobre o envelhecimento, do ensino da Gerontologia Social que trata... É a ciência do envelhecimento, assim como a Geriatria, para fazer com que as pessoas tenham esse tratamento geriátrico que tanto necessitam nesta idade.

Então, uma audiência, se haveria a possibilidade, esta é a nossa proposição, para que nós possamos fazer o mais rápido possível porque a população idosa está crescendo celeremente. Nós, brevemente, seremos 40 milhões de pessoas. Hoje nós estamos na faixa de 20 milhões de pessoas. Mais de 10% da população brasileira. E, portanto, urge que se faça este processo do ensino, do conhecimento sobre o envelhecimento. Então, esta que é a nossa, terminamos, aqui, fazendo esta proposição para o Senado Federal, através do Senador Paulo Paim. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu já quero adiantar que acato. Ele já havia conversado comigo sobre essa proposta e nós vamos encaminhá-la. Por favor, Jussara. Dra. Jussara.

SRA. JUSSARA RAUTH: Eu gostaria de fazer as minhas considerações finais em cima de duas colocações feitas pelo professor Faleiros. A primeira quando ele levanta... Dr. Perly, a questão que ele questionou, qual é o valor do orçamento hoje destinado à pessoa idosa... e quando ele diz, pergunta, quais são os recursos que estão disponíveis para o pacto.

Em verdade, o professor Faleiros está falando... de um aspecto extremamente importante quando se fala em política pública, que é a questão de orçamento. Não é só com boa vontade, não é só com parcerias, não é só com patrocínios, com recursos externos, enfim, que se faz política pública, mas, com comprometimento de orçamento, mesmo que sejam dois reais, há de ter dois reais apontados no orçamento público para a gente poder dizer que a gente está investindo numa política pública.

Obviamente, ainda há outros aspectos e um aspecto fundamental é a questão de equipe de trabalho. Também não podemos pretender fazer política pública eu e mais eu e mais eu dentro da minha instituição, dentro do meu órgão. Então, me parece assim que esse aspecto do orçamento, ele é fundamental.

E quando... o Vicente faz este questionamento, me parece que é um pouco para tornar consciente a todos nós a importância de nós efetivamente irmos buscar, compreender este orçamento, buscar se ele existe,

enfim, porque é um fator extremamente importante. E outro questionamento que o Vicente fez, ou sugestão, quando ele fala no banco de dados integrado sobre a pessoa idosa. Penso que é fundamental. Eu tenho um pouco de dificuldade de compreensão, mas me parece que quando o Dr. Perly falou do observatório, banco de dados e observatório, se eu não estou enganada, eles podem caminhar juntos, se não forem a mesma coisa. E acho fundamental isso.

Penso que nessa questão de conhecermos efetivamente as condições de vida, de estabelecermos indicadores das pessoas idosas, em nível nacional a gente teve um avanço importante, com aquela publicação do IPEA que levantou a realidade dos indicadores nacionais das pessoas idosas.

Mas, bem, nós temos que avançar nessa questão dos indicadores porque falamos e defendemos uma política integrada, articulada e intersetorial. Portanto, temos que ter também indicadores que sejam articulados, integrados e interssetoriais. Não são com os indicadores usados pela saúde ou com os indicadores que a assistente social está fazendo um esforço incrível de estabelecer, que nós vamos efetivamente dar conta do monitoramento e do acompanhamento da política nacional do idoso. Precisamos pensar nesses indicadores específicos e aí vejo que o observatório da pessoa idosa ele efetivamente é um instrumento de gestão da política fundamental.

Reforçando e, enfim, agradecendo mais uma vez a oportunidade de estar aqui, colocando a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e toda a competência que ela reúne do ponto de vista técnico científico... a serviço, né, e à disposição do Senado, e, mais uma vez, cumprimentando tanto o professor, o Dr. Perly e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, como ao Senador Paim, que tem aberto sempre esses espaços para nós podermos estar discutindo, refletindo [soa a campainha] e tentando garantir os avanços na política do idoso. Obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradecer a todos que tiveram nessa audiência pública. Agradeço a Jussara e, como ela disse aqui, de décadas já de debates sobre o Estatuto do Idoso, e a importância que foi aquele debate, eu me sinto gratificado, principalmente, Jussara, quando você foi muito firme, só terá Estatuto colocando na íntegra a política nacional da pessoa idosa. E isto foi fundamental, e nós sabemos que foi um grande avanço para todo o nosso povo e toda a nossa gente.

Agradeço o Emídio, aqui, Presidente da COBAP. A COBAP, eu me lembro que, quando iniciamos o debate

do Estatuto do Idoso, a COBAP fez a apresentação, na primeira redação inicial.

E quero dizer, também, para vocês que às vezes eu comento que eu não invento projeto, eu tenho 1.350 projetos tramitando nas duas Casas. Eu devo ser o Senador, o parlamentar, que mais apresentou e mais aprovou projeto pelo menos nas últimas duas décadas, já que eu tenho 23 anos de Casa. E essa proposta do Estatuto do Idoso foi de um senhor do Rio de Janeiro, não foi nem do Rio Grande do Sul. Ele me manda uma carta, ele faz toda a defesa do Estatuto do Idoso. Eu li a carta dele no Plenário e daí começamos a... Enfim, com esse longo debate que hoje culmina com essa audiência tão importante para todos nós.

Perly já é amigo de velhas jornadas. Dialogamos muito, conversamos muito e fico mais uma vez feliz de estarmos nesse espaço aqui.

A CNBB, aqui representada pela Terezinha Tortelli, também não deixa dúvida, eu já fiz a ilustração quando eu abri aqui, do apoio que sempre tivemos nessa longa caminhada, não só pela aprovação do Estatuto do Idoso, mas de todas as políticas voltadas para o nosso idoso.

E eu quero terminar, primeiro aceitando o desafio aqui do Emídio, dizendo que nós vamos sim fazer uma audiência pública só para discutir essa questão que não está ainda aplicada, manda a Constituição e manda também o comando do Estatuto, que é a questão da sala de aula e as políticas voltadas para o idoso. Mas eu quero ir mais além.

Vocês podem ver que os dados aqui apresentados... sempre fica aquela dúvida: essa tal de Previdência é deficitária ou é superavitária, não é? Eu não tenho dúvida. Mas aqueles que assistirem ao programa vão dizer sempre isso. E os dados que você mostrou aqui, e eu pedi para reproduzir e vou encaminhar para os deputados e senadores, são claros, no meu entendimento. Então, o que eu estou querendo propor, a gente realiza tantas conferências. Por que é que a gente não faz uma conferência só sobre Previdência?

[palmas].

E aí estabelecer um debate fraternal, carinhoso, com todos os agentes públicos. Daí vamos ver. É superavitária? É deficitária? Todos dizem que o dinheiro da Previdência, no longo das décadas, é usado para o superávit primário. É ou não é? Você fala em 300 bilhões de reais, 340 bilhões de reais, com dados da ANFIP, se eu não me engano, em quantos anos? Oito anos, então... a população passa, digamos, a não entender mais nada.

Então, por que é que a gente não faz um raio-X, eu diria, com todo o respeito, carinhoso e respeitoso, com todas as instâncias da sociedade civil organiza-

da, do governo, enfim, do parlamento, do Judiciário e um debate claro: O que é que entra para a caixa da previdência? O que é que não entra? O que entrou? Quem deve a quem? E, a partir daí, com certeza, na minha avaliação, nós teremos mais recursos para os aposentados e pensionistas e para as políticas dos idosos.

Eu lhe confesso, eu confesso a vocês que eu tive um diálogo hoje com o Ministro Temporão, em relação à nova sigla da CPMF, como é que ficou agora? Da CSS. E eu tinha a idéia, e confesso aqui a vocês, de apresentar uma Emenda dizendo que dessa verba, um percentual poderia vir para a Previdência, mas, conversando com ele e depois com os outros deputados, eles me disseram o seguinte: "Paim, raciocina conosco. Se nós aprovarmos como saiu de lá, porque você defendeu aquela que nós perdemos". Defendi. Fiz um discurso, eu acho que até emocionado, de quase 40 minutos na Tribuna. Se nós aprovarmos como saiu de lá, e o Fontana também conversou comigo, Henrique Fontana, líder do governo, significa que são dez bilhões a mais que não serão retirados da seguridade. De dez a 11 bilhões que entrarão.

Conseqüentemente, isso reforça a idéia de políticas para o idoso, para a Previdência, para o aposentado e pensionista. Aí eu fiquei convencido. Então, conversei com ele e vamos trabalhar; o meu voto eu nunca escondo. A imprensa já me perguntou. Eu votarei a favor, como votei na primeira vez. Agora, se tudo isso é verdadeiro, eu acho que nada mais justo do que fazermos, então, essa Conferência Nacional só sobre previdência. Com o olhar voltado para o idoso e para o aposentado e pensionista. Mas uma conferência produtiva, construtiva e afirmativa. Eu tenho certeza que, do fim dessa conferência, nós estaremos com muito mais verbas para investir em políticas para o idoso.

E, por isso, esta audiência pública me deixa feliz: pela forma carinhosa, fraternal como todos trataram esta questão. Porque a gente faz uma audiência pública e vira um debate entre quem é mais pró-governo ou não. E esse não foi o quadro que aqui eu vi. Eu vi um quadro afirmativo, positivo e que a gente pode levar essa contribuição até de uma conferência só sobre Previdência, organizada pelo Legislativo, pelo Executivo, pelo Judiciário e pela sociedade civil organizada.

Com isso, eu encerro esta audiência pública cumprimentando a todos por estarem aqui até essa hora. E viva, viva os nossos idosos!

[palmas].

Sessão encerrada às 17h14.

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 19 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e quatro minutos do dia dezanove de junho de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Flávio Arns), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador **Flávio Arns, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Cristovam Buarque** e os não membros **Senadores Garibaldi Alves Filho, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo**. O Senador Cícero Lucena justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **PAUTA. Item Único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 54, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 12/06/2008, **com vistas a tratar da Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e seus reflexos na vida das pessoas com deficiência**. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior, faz suas considerações iniciais e explica como serão conduzidos os trabalhos. O Senhor Presidente chama à Mesa os convidados. Comparecem os seguintes convidados: **Nicola Speranza** – Chefe da Divisão de Temas Sociais em representação de Celso Amorim – Ministro de Estado das Relações Exteriores – MRE; **Flavia Maria de Paiva Vital** – Organizadora da publicação – “A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada”; **Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior** – Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE em representação de Paulo de Tarso Vannuchi – Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH; **Alexandre Carvalho Baroni** – Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE; **Regina Maria Melo Atalla** – Presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias – RIADIS; **Ricardo Tadeu Marques da Fonseca**, Procurador Regional do Trabalho, 9ª Região, MPT. O Senhor Presidente às onze horas e quatro minutos passa a presidência ao Presidente do Senado Federal Garibaldi Alves Filho. O Senhor Presidente, Garibaldi Alves Filho, toma lugar à mesa e menciona o nome de todos os convidados citando a importância da Audiência Pública e a significativa presença de todos.

Às onze horas e dez minutos, o Senhor Presidente, Garibaldi Alves Filho, passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Após a exposição dos Senhores convidados, o Senhor Presidente, Flávio Arns, franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e convidados anuncia as entidades presentes e agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. **EXTRAPAUTA.** Item único: **Requerimento nº 57, de 2008**, de realização de “Audiência Pública, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, para debater o episódio da tortura e morte de três jovens na Favela Morro da Providência no Rio de Janeiro/RJ, por traficantes com a participação de militares do Exército Brasileiro. Para tanto são convidados: Ministro da Defesa Nelson Jobim, o Comandante do Exército General Mauro César Lorena Cid, o Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro Deputado Alessandro Molon e o Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República Paulo de Tarso Vannuchi”. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Fazem o uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: **Garibaldi Alves Filho, Flávio Arns, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita Júnior e José Nery**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e as coloco em votação. Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas.

No dia de hoje esta Comissão em conjunto com a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, realizará Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 54, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos, requerimento de autoria do Senador Paulo Paim, que foi aprovado em 12/06/2008, com vistas a tratar da Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e seus

reflexos na vida das pessoas com deficiência. Antes de compormos a Mesa com os expositores para esta Audiência Pública, eu quero justificar em primeiro lugar, a ausência do Senador Paulo Paim, uma pessoa sempre presente, atuante, um batalhador a favor da área dos Direitos Humanos, num conjunto de áreas. Ele foi o autor do Estatuto da Pessoa Idosa, autor do Estatuto da Igualdade Racional e autor também do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que já foi aprovado aqui no Senado Federal e que está agora lá na Câmara dos Deputados para discussão, aprofundamento, reflexão e votação naquela Casa do Estatuto, que naturalmente tem que ser à exaustão debatido com a sociedade, como aliás, aconteceu aqui no Senado Federal.

No Senado Federal houve, eu diria, dezenas de reuniões com os órgãos governamentais, com o CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com entidades, Ministério Público, juízes, e tudo isto resultou no texto aprovado aqui no Senado. O Senador Paulo Paim, apesar de ser o autor do requerimento, por vários problemas, entre eles de saúde também, ele não pode estar presidindo esta Sessão, esta Audiência Pública, e pediu, então, que eu o substituísse e eu o faço com alegria, com prazer, porque o requerimento que ele apresentou e que foi aprovado por esta Comissão, é um requerimento da maior importância, um documento que vai ser apresentado e discutido hoje com reflexos não só no Brasil, mas em todo o mundo, e para uma população que necessita muito do atendimento do poder público como outros setores e outras camadas mais marginalizadas, mas a pessoa com deficiência precisa da atenção da sociedade e dos poderes públicos. É como todos sabem uma população grande, vinte e quatro milhões, vinte e cinco milhões, em números arredondados, de brasileiros em todas as faixas etárias e em todas as áreas de deficiências. Se pensarmos nessa população de vinte e cinco milhões de brasileiros e ao mesmo tempo vislumbrarmos que cada uma dessas pessoas está numa família, vamos dizer, de quatro pessoas, considerando o pai, a mãe e um irmão, nós veremos que cem milhões de pessoas no Brasil têm um interesse direto na discussão desse tema e nos encaminhamos concretos decorrentes do debate.

Também esta Comissão está se reunindo hoje em conjunto com a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais, que é uma outra Comissão do Senado. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a gente sempre procura destacar que legislação participativa significa – e nós estamos enfatizando isto bastante nesta Comissão – que a sociedade pode participar da elaboração da legislação,

seja já mandando texto para apreciação ou a idéia para apreciação por parte do Congresso Nacional. Esta Comissão, que é de Legislação Participativa, recebendo essas idéias, a Comissão as encaminhará para a consultoria para a transformação em Projeto de Lei, que seguirá a tramitação normal de um Projeto de Lei dentro do Congresso Nacional. Então isto é muito importante porque muitas pessoas da sociedade, da população em geral, pensam que a única alternativa seria através daquela que é também enfatizada da coleta de um milhão de assinaturas, e não é só através deste caminho. Nós temos apreciado inúmeros Projetos de Lei, aceitando-os ou encaminhando como sugestões a Poderes diferentes ou a Ministérios ou tramitando, fazendo a tramitação, apoiando, aceitando ou não a idéia, porque naturalmente passa a ser um Projeto de Lei com todos os debates que têm que ser feitos, então é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Na Comissão de Assuntos Sociais, a Subcomissão permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, eu quero também destacar que é muito importante que um Congresso nacional tenha, em sua estrutura, uma Subcomissão Permanente, quer dizer, sempre está se reunindo, para os Assuntos Sociais, porque é a Comissão de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, e o título é adequado porque um dos grandes desafios no mundo inteiro para a pessoa com deficiência é a inclusão social da pessoa com deficiência em todas as áreas, na educação, no trabalho, na saúde, no esporte, no lazer, na cultura, enfim, num conjunto de aspectos. Então a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais, presidida por um Senador, a exemplo do Paulo Paim, que é Presidente dessa Comissão, a Subcomissão é presidida por um Senador da mais alta qualidade também, que é o Senador Eduardo Azeredo, com alta sensibilidade, disposição para a área, querendo também, através dos caminhos legislativos, contribuir para que a pessoa com deficiência tenha a sua cidadania assegurada. Então esta Audiência Pública, como eu mencionei, é em conjunto desta Comissão com a Subcomissão Permanente para Assuntos da Pessoa com Deficiência.

Eu quero dizer a todas as pessoas que estão aqui presentes e esse Plenário está, assim, repleto de lideranças importantes desta área no Brasil, com a participação de muitos órgãos, entre eles o CONADE, é o Conselho Nacional de Direitos das Pessoas com Deficiência, e no CONADE estão representadas todas as áreas de deficiências, além, naturalmente, das áreas governamentais também, então eu quero realmente dizer que é um momento importante, necessário. Esta Audiência Pública está sendo transmitida pela TV Se-

nado para todo o Brasil, diretamente, neste momento para todo o Brasil, e quero dizer, inclusive para as pessoas que nos acompanham nas suas casas e nos seus trabalhos, através da TV Senado, que também podem perfeitamente enviar sugestões, discussões, posicionamentos que serão na sequência, sem dúvida alguma, apreciados, analisados e refletidos pelas Comissões que estão organizando essa Audiência Pública. Então são todos bem-vindos à participação. Além disso, eu quero dizer que esta Audiência Pública, em outros momentos a TV Senado tem como hábito, inclusive, repetir a Audiência em outros horários para que mais pessoas, enfim, possam participar desses debates e dessas discussões. Além da TV Senado, os outros veículos de comunicação do Senado também participam desta Audiência e dos outros momentos, quero destacar a Rádio Senado, a Agência Senado, o Jornal do Senado, enfim, todos os meios de comunicação. Quero, também, dizer que o próprio Senado Federal constituiu Comissões dentro do Senado Federal de acessibilidade e de valorização dos assuntos relacionados à pessoa com deficiência para fazer todas as adequações e adaptações necessárias dentro do Senado Federal, sejam banheiros adaptados, em termos arquitetônicos, banheiros, rampas, acessos, elevadores, em termos de atitudes, em termos de cursos para os funcionários, em termos de cadeiras de roda motorizadas para que as pessoas ou com deficiência ou com dificuldade de saúde ou problema de mobilidade possam circular pelo Senado, em termos de empregos, porque o que nós estamos dizendo, e há um cronograma para implantação de tudo isso gradativo, a gente faz esse alerta também para o Brasil, de que quando nós pensarmos nas adequações físicas no caso para que o prédio seja totalmente adequado e pensamos isto no momento da organização da planta, antes da construção, se torna uma tarefa fácil. Agora se nós construirmos e não observarmos o que as leis determinam, as adaptações são sempre muito mais complicadas, muito mais onerosas, inclusive. Mas a lei tem que ser cumprida e o debate aqui no Senado sempre, que vem sendo enfatizado pelos Senadores e Senadoras que têm, assim, uma tendência, uma simpatia, uma sensibilidade, não é nem simpatia, não seria a palavra certa, mas uma sensibilidade e uma consciência para com a pessoa com deficiência, esses Senadores e Senadoras vêm participando de uma maneira muito ativa em todos os debates, em todos os encaminhamentos.

Então nós estamos aqui, "A Convenção dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e seus reflexos na vida das pessoas com deficiência" é o tema do debate do dia de hoje. Esta Convenção com o sta-

tus de Emenda Constitucional, ou seja, aprovada por 3/5 do Congresso Nacional já teve a sua tramitação na Câmara dos Deputados, onde foi aprovada em duas votações, com 3/5 dos votos conforme determina a nossa Constituição, e agora esta Convenção está para apreciação no Senado Federal, foi encaminhada para a Comissão de Relações Exteriores, normalmente seria na Comissão de Constituição e Justiça, mas talvez por ser uma Convenção internacional tenha sido direcionada para a Comissão de Relações Exteriores e na Comissão de Relações Exteriores tem como Relator justamente o Senador Eduardo Azeredo, que eu mencionei agora a pouco, que é o Presidente da Subcomissão Permanente para Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência. O Senador Eduardo Azeredo deve estar a qualquer momento chegando também, ele inclusive estava fora de Brasília, mas retornaria em função desta Audiência Pública.

Muito bem. Então eu gostaria, nesse momento, de chamar as pessoas convidadas e que faziam parte do requerimento para participarem, nesta Mesa, como expositores e expositoras. Em primeiro lugar gostaria de chamar a Dra. Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior, que é Coordenadora da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência – CORDE, representando o Secretário de Direitos Humanos Paulo Vannuchi. Eu acho que a Dra. Izabel deve estar chegando, mas o Dr. Paulo Vannuchi é Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Mas já na sequência, ela vindo, ela já será chamada à Mesa também, pois é uma pessoa sempre muito presente, uma liderança importante nesta área no Brasil. Quero, em seguida, chamar Nicola Esperanza, que é Chefe da Divisão de Temas Sociais, representando o Ministro Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Seja muito bem-vindo. Quero chamar também o nosso companheiro e amigo do Paraná, em primeiro lugar é do Paraná, mas Presidente do CONADE, quer dizer, é brincadeira, em primeiro lugar Presidente do CONADE e do Paraná, que é Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, que é o Alexandre Carvalho Baroni. Seja bem-vindo, Alexandre, é lá de Maringá e uma das lideranças também no Paraná e no Brasil na área da pessoa com deficiência. Chamar a Flávia Maria de Paiva Vital, que é organizadora da publicação "A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência comentada". Seja bem-vinda, Flávia, minha quase xará, os nossos nomes são muito bonitos, não é [risos]. Em seguida quero chamar a Regina Maria Melo Atalla, Presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e Suas

Famílias – RIADIS, Regina Maria Melo Atalla, seja bem-vinda. E quero também chamar o Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, que é Procurador Regional do Trabalho – Ministério Público da União, é Procurador Regional. O Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca que já está tomando assento à Mesa.

Na sequência eu vou mencionar, e peço que a Secretaria nos ajude nisso para eu poder mencionar as pessoas e as entidades que estão presentes, porque, como eu mencionei antes, há muitas lideranças importantes nesta área e que sem dúvida alguma poderiam estar aqui na Mesa expondo o tema, discutindo o tema, pensando, orientando, enfim, fazendo todo o trabalho, mas sempre uma Audiência Pública tem por objetivo trazer algumas pessoas que representem esse pensamento das pessoas em geral, e a Audiência Pública é sempre no sentido de se aprofundar no tema, de se discutir o tema, de servir como subsídio, de orientação para que isto ajude os Senadores aqui no caso, já que a Convenção está sendo objeto de deliberação aqui no Senado, mas ajude o Brasil inteiro a pensar sobre o assunto, discutir o assunto, ver a importância e como é que isso pode refletir depois no cotidiano das famílias e das pessoas com deficiência, não é verdade? Então sejam todos, novamente, muito bem-vindos, os que estão aqui no Plenário, bem-vindos e bem-vindas, os expositores e expositoras. Eu quero combinar com vocês, assim, habitualmente a gente dá um tempo para a fala, dez minutos estaria bom para uma, duas, três, quatro, cinco, sempre com uma tolerância, se a pessoa disser: “Olha, eu preciso concluir o pensamento, mais alguma coisa”, a gente dá uma tolerância, mas se pensarmos em dez ou quinze minutos, o que daria aproximadamente uma hora, uma hora e quinze minutos. Estaria bem assim? Está bom? Então tá bom.

Muito bem. Então em primeiro lugar eu passo a palavra ao Nicola Esperanza, Chefe da Divisão de Temas Sociais, representando o Ministro Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Com a palavra.

SR. NICOLA ESPERANZA: Muito obrigado ao Sr. Presidente, muito bom dia a todos. A alegria é muito grande em estar aqui para, mais uma vez, falar sobre a Convenção das Pessoas com Deficiência, o protocolo facultativo. O Itamaraty acompanhou a negociação desse instrumento, enfim, desde o seu início, que foi em 2001, quando foi apresentada a Resolução das Nações Unidas, e inicialmente eu gostaria de fazer um breve apanhado de como tem sido tratado o tema no âmbito das Nações Unidas e no contexto internacional de um modo geral.

A discussão a respeito dos direitos das pessoas com deficiência, a discussão remonta da década de 70 praticamente, nas Nações Unidas, e com o resultado desses debates foi estabelecido, em 1981, o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, na época da Pessoa Deficiente, como foi chamado. Em 1982, já no ano seguinte, foi lançado o Programa de Ação Mundial da Pessoa com Deficiência, onde pela primeira vez as Nações Unidas trataram da questão, enfim, definiram uma estratégia de como lidar com a questão das pessoas com deficiência, definindo ali algumas das prerrogativas que viriam a alimentar o debate, como o acesso a condições e oportunidades de igualdade das pessoas com deficiência em relação aos demais cidadãos e também estabelece diretrizes básicas no que concerne a políticas de saúde, educação, emprego. E no período subsequente, de 1983 a 1992, a ONU também viria a definir a Década das Nações Unidas para a Pessoa com Deficiência. E isso, de alguma forma, serviu de ímpeto para outros órgãos das Nações Unidas, para os órgãos das Nações Unidas, se envolverem na questão da pessoa com deficiência, por exemplo, a Organização Mundial da Saúde criou em 1989 a classificação internacional de deficiência, incapacidades e desvantagens, em 1997 ela revisou, ampliou, enfim, essa classificação. Há também instrumentos criados no contexto da Organização Internacional do Trabalho, outros na Organização Mundial da Saúde e também, para citar algo fora do sistema das Nações Unidas, no Sistema Interamericano foi criada, e o Brasil é parte dela, a Convenção Interamericana Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com Deficiência.

Chegando finalmente ao movimento que deu início à criação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, é importante mencionar que em 2001 o México apresentou um Projeto de Resolução que criava um Comitê *ad-hoc*, especialmente designado para tratar da elaboração da Convenção. Esse Comitê, do qual o Brasil fez parte, se reuniu, teve oito Sessões desde 2002, quando foi a primeira, até 2006, e em 2006, em dezembro mais exatamente, esse Comitê entregou às Nações Unidas o texto final, tal como nós o conhecemos, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu protocolo facultativo. O protocolo facultativo é basicamente um instrumento que, ao assiná-lo, o país se submete de alguma forma a um monitoramento mais próximo por parte das Nações Unidas.

O Brasil assinou a Convenção das Pessoas com Deficiência logo no dia do seu lançamento. Ela foi lançada, foi colocada para assinatura no dia 30 de março de 2007, o Brasil estava presente e assinou na

pessoa do Dr. Rogério Sottili, Secretário-Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos, e no momento ela se encontra, como é do conhecimento de todos, aqui em processo de ratificação por parte do Poder Legislativo.

Voltando a falar do processo de negociação, Sr. Presidente, se o senhor me permitir, o processo de negociação, as oito rodadas de negociação, do ponto de vista do Governo, foi um trabalho conjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos e do Ministério das Relações Exteriores e toda a negociação se deu em Nova Iorque, na sede da ONU, mas é também importante frisar a participação da sociedade civil. Em todas essas oito rodadas de negociação a sociedade civil mandou representantes a Nova Iorque que ao participarem dos eventos designados especialmente para a sociedade civil, manteve contato estreito com a delegação brasileira. Então do ponto de vista do Brasil, a Convenção das Pessoas com Deficiência é resultado de uma consertação, de uma articulação entre o Governo, vamos dizer assim, o poder público, e os representantes da sociedade civil, o que confere ao texto da Convenção mais legitimidade, enfim, e poder propriamente.

Até o presente momento cento e catorze países assinaram a Convenção das Pessoas com Deficiência, entre esses sessenta e quatro assinaram o protocolo facultativo, vinte e três países já ratificaram a Convenção e, entre esses, catorze já ratificaram o protocolo facultativo. A título de exemplo, Sr. Presidente, de países que já ratificaram o instrumento eu citaria a África do Sul, México, Bangladesh, Croácia, Cuba, Chipre, Equador, Espanha, Hungria, Jordânia, Jamaica, Peru e outros.

A Convenção prevê que ela entra em vigor internacionalmente a partir do vigésimo instrumento de ratificação, ou seja, ela já está em vigor do ponto de vista da ONU, do ponto de vista internacional ela já se encontra em vigor.

Só para concluir, portanto, sobre o que o Itamaraty considera, a importância da ratificação desse instrumento é que segundo a *Disability International*, que é uma Organização Não Governamental, o Brasil é o terceiro país mais inclusivo das Américas. Então a eventual ratificação desse instrumento só viria, com fórum qualificado, naturalmente, só viria a dar mais destaque, proeminência ao país no destaque das Políticas das Pessoas com Deficiência e dos Direitos Humanos em geral. Como poucos países ainda já ratificaram, o Brasil teria, portanto, uma postura de vanguarda nesse sentido, e ratificá-la nesse momento nos parece ideal e desejável. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu agradeço, então, a participação nesse primeiro momento do Nicola Esperanza, Ministério das Relações Exteriores. Passo, em seguida, a palavra ao Presidente do CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que é o Alexandre Carvalho Baroni. Vamos inverter a ordem, a pedido do Alexandre, só para termos um microfone com pedestal também para facilitar a fala. Então passo a palavra a Flávia Maria de Paiva Vital, que é organizadora da publicação “A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência comentada”. Com a palavra, Flávia.

SRA. FLÁVIA MARIA DE PAIVA VITAL: Bom dia a todos e a todas. Eu agradeço o convite de estar aqui, cumprimentando o Senador Flávio Arns cumprimentando toda a Mesa, agradeço também à empresa que eu trabalho, a Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo, que permitiu que eu estivesse aqui neste momento, a CORDE que viabilizou a minha vinda até aqui e a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, que tem fortalecido o movimento da sociedade civil em São Paulo, instrumentalizando para que a gente possa acompanhar mais de perto a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Desde que a Convenção foi assinada pelo Secretário-Adjunto Rogério Sottili em Nova Iorque, numa cerimônia na ONU, nós da sociedade civil nos preocupamos muito em como divulgar o conteúdo dessa Convenção, principalmente para as pessoas com deficiência e às pessoas que de alguma forma trabalham, prestam serviço para essas pessoas. No início a gente fez via Internet, nós criamos um site que é o www.assinoinclusao.org.br e lá contém o texto da Convenção, a importância da sua ratificação por quorum qualificado. Hoje esse movimento do “assinoinclusao” tem cinquenta e uma entidades diretamente ligadas às pessoas com deficiência do Brasil inteiro, é um instrumento bastante importante, que é a Internet, mas não cobre toda a população com deficiência porque o Brasil ainda vive um período de exclusão digital.

Então a Ana Paula Crosara de Resende, que é uma advogada de Uberlândia, em Minas Gerais, e eu, resolvemos solicitar a algumas pessoas especialistas dentro da área da deficiência, nos seus diversos temas, que escrevessem sobre a Convenção e fizesse um pouco um paralelo do que tem hoje a legislação no Brasil.

Então a nossa preocupação sempre é levar à população mais excluída da informação o conteúdo da Convenção e, com isso, nós pegamos, são trinta e quatro especialistas na área que escreveram sobre os diversos temas da Convenção. E como o processo

da Convenção, principalmente aqui no Brasil, foi um processo conjunto da sociedade civil com o Governo, mais uma vez o Governo Federal se sensibilizou com essa necessidade de estar se levando essa informação às pessoas, fez a edição do livro que é por parte e por meio digital para as pessoas com deficiência visual e, ainda, pretendemos, não é Izabel, fazer algumas edições(F) em braile para as pessoas cegas que não têm acesso à Internet.

Mas quando a gente pensa quais seriam os reflexos da Convenção na vida das pessoas com deficiência, ao invés de falar eu vou pedir a paciência de vocês para assistirem um DVD, é bem curtinho, de seis minutos, para demonstrar na prática aquilo que realmente a gente quer que aconteça para todas as pessoas com deficiência no Brasil. É possível passar o DVD?

[Nesse momento passa-se à exibição do referido DVD]

SR. MARCO ANTÔNIO PELEGRINO: Veio muito rápido, né, era a moto que eu usava no dia-a-dia e estava casado já, ela esperando um filho e tinha um outro de um ano de idade, estava concluindo um curso de matemática também, estava no penúltimo ano do curso, trabalhava já no Metrô nessa época, na área de projetos, eu cheguei em casa e fui assaltado na porta de casa, dois indivíduos me renderam, pediram a moto e acabaram me dando um tiro que me acertou no pescoço e isso me deixou imobilizado, me levou a uma condição de tetraplegia. É difícil você se ver como você era antes, você saber que é o mesmo.

INTERLOCUTOR: Parar era simplesmente insuperável. Ainda no hospital voltou a estudar.

SR. MARCO ANTÔNIO PELEGRINO: Eu pedi para os colegas que me visitaram negociar isso com a faculdade, eu continuar fazendo as provas e tocando o curso, a turma ia se revezando, levando as coisas para mim, e assim aconteceu.

INTERLOCUTOR: Agora era preciso se adaptar, reaprender tudo.

SR. MARCO ANTÔNIO PELEGRINO: Depois do acidente a gente crescia, eu precisei descobrir como andar de novo, andar agora significa rodar, né? Eu precisei descobrir também coisas muito básicas como tomar banho de novo, como usar o banheiro, passa a não ser uma coisa mais automática, como conseguir estar dentro de um ambiente e usar os recursos que eu tenho em volta. Chegando em casa, ou eu estava na casa ou estava sentado no sofá da sala. Poucas vezes na cadeira de rodas, era desconfortável. Tudo que eu precisava eu chamando, eu chamava para mudar o canal da televisão, chamava para abrir a janela, para fechar, para desligar uma luz. Quando eu saí do

hospital, eu saí com uma cadeira completamente inadequada, né, todo manual, toda mecânica, uma cadeira que fechava, mas era ruim para as costas, quadril, era muito ruim aquela cadeira. Eu saí assim achando que estava bom, né? Aí ficando mais tempo sentado a gente vai percebendo que está ruim e vai pesquisando. Eu tinha uma convicção grande que eu tinha que tocar a minha vida e que tocar a minha vida dependia de eu ter um pouco de independência, de autonomia para fazer as tarefas que eu precisava fazer. Com isso eu acabei buscando uma cadeira que eu pudesse, eu acho que foi o primeiro passo, o mais importante, foi buscar uma cadeira que me desse condição de me deslocar sozinho, sem ninguém precisar me empurrar.

INTERLOCUTOR: Voltar a trabalhar também estava em seus planos.

SR. MARCO ANTÔNIO PELEGRINO: Os colegas de trabalho iam me visitar eu dizia: "Olha, esvazia as minhas gavetas que eu vou voltar lá, hein!" Todo mundo olhava assim, era até curioso, porque eu ia no INSS, eles queriam me aposentar, mas eu falava: "Pô, mas eu não quero". "Pô, mas como que você não quer? Não, chama a psicóloga aí, conversa com a psicóloga um pouco". E assim ia, eu fui de psicóloga em psicóloga, há cada seis meses, três meses eu voltava lá e assim foram os três anos que eu estive afastado do trabalho, foi assim.

INTERLOCUTOR: A empresa concordou em fazer algumas mudanças. Hoje Marco recuperou o seu espaço.

SR. MARCO ANTÔNIO PELEGRINO: Eu descobri uma feira que existia na Alemanha, viajei para lá em busca de uma solução para mim. É uma feira de equipamentos para pessoas com deficiência, tem todo tipo de coisa, é impressionante, é muito grande aquilo. Quando eu cheguei lá terminou a minha dúvida, né, se era possível de fato levar uma vida ou não era. Eu vi que era, que era uma questão de aprender, de conhecer uma série de coisas e usar esses recursos.

INTERLOCUTOR: A partir daí a adaptação dos recursos disponíveis e a busca de novas alternativas passaram a ser uma obsessão.

SR. MARCO ANTÔNIO PELEGRINO: Pela minha informação básica de eletrônica, de técnico, eu comecei a buscar outras coisas e ver que eu podia ter mais autonomia. A partir daí eu passei a pesquisar muito, isso em tecnologia assistiva, essa tecnologia que facilita a vida da gente. A tecnologia assistiva é cadeira de rodas, são os equipamentos de interface com o ambiente, né? Eu sempre busco pegar recursos que existem no mercado porque tem aplicação e por isso são mais baratos, tem escala de produção, para adaptar para aquilo que eu preciso, que isso facilita,

ao invés de partir do zero, de desenvolver alguma coisa específica.

INTERLOCUTOR: *Com a ajuda dos filhos desenvolveu um software e montou um sistema de automação que lhe devolveu o prazer de realizar as coisas mais simples do dia-a-dia.*

SR. MARCO ANTÔNIO PELEGRINO: *Eu desenvolvi esse software que ele aciona uma placa na saída do computador, uma placa que eu usei de experiências aí de robótica, que eu consigo atuar relés e com esses relés é que eu interajo com o ambiente. Esse software me possibilita ligar e desligar a televisão, mudar de canal, volume, consigo também abrir e fechar o portão, consigo receber ligações e fazer ligações, consigo ligar um ventilador. Eu tenho uma forma de digitar através do Palm, eu uso o Palm para digitar no computador, tem um receptor de infra(F) no computador e um teclado desenhado na tela do Palm. Ou, também, eu uso o meu Joystick para digitar um teclado virtual na tela do micro. Em todas essas coisas básicas do dia eu consigo me virar sozinho e isso me trouxe de volta um direito à intimidade, uma concentração melhor, um trabalho, uma produtividade e uma independência, quer dizer, eu hoje colabo muito mais e dependo muito menos. Eu diria que a vida tem solução e a vida vale a pena, a gente precisa buscar a solução e viver a vida plenamente. Eu acho que a vida vale a pena em qualquer condição.*

[palmas]

SRA. FLÁVIA MARIA DE PAIVA VITAL: Eu preferi mostrar para vocês uma realidade que é uma exceção no nosso Brasil. O que nós queremos, nós pessoas com deficiência, com a ratificação da Convenção, e que todos os Marcos, todos os Antônio, todos os Pedros, Marias, Suzanas e Flávias tenham a mesma oportunidade de acesso a essas tecnologias que o Marco Antônio teve. Eu acho que o Brasil, ele apesar de ser considerado, como o Nicola falou, um dos países mais inclusivos, nós ainda encontramos muita dificuldade no acesso à igualdade com as pessoas com não deficiência. E os reflexos que essa Convenção vai trazer para as nossas vidas, pessoas com deficiência, são de enorme valor. Porém, eu sempre afirmo que a Convenção vai tornar as nossas cidades, principalmente, cidades melhores para todos.

Eu sempre conto o exemplo do banheiro que é feito para a pessoa com deficiência, que hoje ele é de uso exclusivo ou uso prioritário, e que na verdade todos os banheiros deveriam ter aquelas dimensões e aquele conforto, porque as pessoas, quando vão ao banheiro, elas têm que se encostar na parede, fechar a porta e respirar fundo para caber e tal. Aí você tem aquele espaço que para nós, pessoas com deficiência,

se não existir, ainda mais para nós cadeirantes, a gente não consegue fazer a circulação da cadeira e a gente não conseguir no banheiro. Mas é um conforto, é uma segurança para todo mundo. Você ter uma barra de apoio para uma pessoa [soa a campainha] com uma certa idade já é muito importante. A própria cidade, se ela tem os equipamentos mobiliários acessíveis, com certeza vão ser equipamentos com maior segurança e conforto para toda a população, porque toda pessoa em algum momento de sua vida, no seu dia, tem a sua mobilidade reduzida. É a hora que você vai no mercado e vem com um pacote, é a hora que você vai levar o neném para passear com o seu carrinho, é a hora que você está falando no celular, você perde a visão espacial urbana normal, então se você tem uma rampa para acessar, você vai estar muito mais seguro.

Então a gente tem que pensar em políticas públicas, hoje a gente ainda pensa para o segmento das pessoas com deficiência, mas dentro de uma cidade e de um ambiente melhor para todo mundo. Então não é o investimento que vai vim só... E não é só porque a população com deficiência no Brasil é muito grande, contando ainda seus familiares, seus amigos, a gente tem a nossa vida social, nós saímos com outras pessoas, mas que a paisagem urbana, ela seja realmente produto dessa composição plural da cidade. Tem um estudo dizendo que em 2050 2/3 da população vão viver em cidades, existe essa tendência da saída do campo para a cidade e que se isso não se transformar, se não houver um planejamento urbano adequado, nós vamos viver a realidade que a França viveu no ano passado, começo desse ano, que são esses bolsões degradados e que aumentam a violência urbana. Eu não sei se vocês se lembram, saiu muito nos jornais, ainda mais porque era em Paris, então teve uma repercussão maior, que a população queimavam os veículos e tal. Era uma violência descabida e que realmente foi fruto desse desenvolvimento não planejado da cidade. Então eu vejo que a Convenção, que traz no seu bojo o desenho universal como um princípio da acessibilidade, ela vem e muito melhorar até o aspecto da violência urbana.

Toda vez que eu leio a Convenção, eu estive lá junto com a Izabel, com a Regina em Nova Iorque, nós conhecemos o texto, mas cada vez que eu leio, eu vejo um texto em outra perspectiva e sempre para melhor. Eu sempre creio e eu acredito que é possível, através dos princípios dessa Convenção, que é a primeira Convenção do século de Direitos Humanos, fazer com que as comunidades vivam melhor e que elas sejam mais justas, não apenas para as pessoas com deficiência, Senador, mas para toda a população. Obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço a participação nesse primeiro momento da Flávia Maria de Paiva Vital, que é organizadora desta publicação “A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência comentada”.

Eu quero destacar a presença do Senador Geraldo Mesquita, sempre atuante, presente, solidário, uma pessoa importante dentro desse Senado Federal em todas as questões relacionadas a Direitos Humanos, e o Senador Cristovam Buarque, um conhecido de todos também e Presidente da Comissão de Educação aqui do Senado Federal, além de já ter sido Presidente desta Comissão de Direitos Humanos. É uma pessoa, um companheiro importante nesta área.

Quero destacar a presença do Marcos, que é o Presidente do Centro de Vida Independente de São Paulo e que foi, para efeitos assim de contextualização, mostrado no vídeo. Também seja muito bem-vindo aí, Marcos, e parabéns pela mensagem mesmo a favor da vida, a vida é importante.

Passo, em seguida, a palavra à Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior, que está aqui à minha direita, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. A Dra. Izabel, que hoje está representando o Dr. Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Seja muito bem-vinda, Izabel.

SRA. IZABEL MARIA MADEIRA DE LOUREIRO

MAIOR: Bom dia Senador Flávio Arns, Srs. Senadores, Senador Geraldo Mesquita, Senador Cristovam Buarque, demais autoridades, assessores, companheiros aqui da Mesa.

Antes de mais nada, em nome do nosso Ministro Paulo Vannuchi, eu gostaria de agradecer a todo esse empenho da Comissão de Direitos Humanos, da Comissão de Assuntos Sociais também, por terem em tempo recorde determinado a realização dessa Audiência no Senado Federal. Obviamente pela presença maciça de pessoas tanto da área como aqueles que tenham um interesse muito grande na inclusão de todos e na valorização da adversidade, nós já vemos aqui as marcas do sucesso desse evento do Senado Federal.

Graças ao empenho da sociedade, do Governo, seja ele do Poder Legislativo, do Poder Executivo, nós teremos o Brasil, em breve, entre aqueles países signatários da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O Senador já tem conhecimento de que há um grande risco de a Argentina passar à nossa frente [risos]. Isso daqui fica como um alerta para que todos nós possamos, com mais rapidez ainda, nos envolvermos na aprovação, seja [falha no áudio]. Bem, perdoem-me a questão, mas é porque de fato sim já

foi aprovada no Congresso argentino a Convenção e basta apenas o gesto de depósito junto à Organização das Nações Unidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu estou só pedindo a liberdade para fazer um pequeno aparte para a Izabel, só para não ficar muito triste também com esse fato que ela está mencionando, mas tudo depende da forma de aprovação. É que o Brasil optou por uma forma diferente, permitida pela nossa Constituição, que é a aprovação com status de Emenda Constitucional. Então isso é uma coisa naturalmente mais trabalhosa e surpreendente rápida, considerando o processo na Câmara e aqui no Senado.

SRA. IZABEL MARIA MADEIRA DE LOUREIRO

MAIOR: Exatamente, o senhor está coberto de razão, Senador Flávio Arns, mas agora eu foi lhe dar mais uma preocupação. Lá também é com o status de Emenda Constitucional, então nós vamos ter que correr mesmo [risos]. Então nós temos mais um motivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Retiro o que falei.

SRA. IZABEL MARIA MADEIRA DE LOUREIRO

MAIOR: Não [risos], mantenha, mantenha, não faz diferença, o que importa é que todos os países façam essa ratificação.

E por que é que eu quero começar falando, muito rapidamente, sobre os países? Eu não sei se já foi mencionado pelos colegas que me antecederam, o fato de a ONU ser composta por cento e noventa dois países, nações, e desses, em torno de 1/3 somente terem algum tipo de legislação voltadas às pessoas com deficiência. Nós estamos entre esse conjunto de países e de pessoas com deficiência, de alguma maneira, felizardos, porque temos nossos direitos gerais resguardados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que nós comemoramos os sessenta anos agora em 2008, mas temos também a legislação própria, a legislação nacional, a legislação interna que garante esses direitos desde a Constituição Federal de 1988 e até mesmo antes, com alguma legislação específica que já trazia essa questão.

Gostaria também, Senador Flávio Arns, de apresentar o conjunto de pessoas que está aqui conosco hoje, que além de o CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que o nosso Presidente Alexandre Baroni daqui a pouco fará uso da palavra, mas gostaria de apresentar uma outra instância da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que é o Comitê de Ajudas Técnicas, formado por pesquisadores, professores universitários, especialistas no tema de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, a nomenclatura que o Decreto 5.296, o Decreto cha-

mado de Decreto de Acessibilidade adotou. E na Convenção, a terminologia, assim como o próprio Comitê hoje já se autodenomina e vamos fazer uma alteração da própria legislação quando por oportuno, chama-se tecnologia assistiva. Temos, nesse Comitê, a possibilidade de estudar o que é melhor para as pessoas com deficiência em termos de autonomia, segurança e desempenho.

E aqui talvez eu pedisse uma atenção muito especial do Senador Cristovam Buarque, sendo da área da educação, que tão bem representa o nosso país. A área de tecnologia assistiva vem, Senador, lutando pela sua inclusão como área de conhecimento, como área de concentração para que nós possamos ter as pesquisas e os laboratórios apoiados por todos os Centros, como CNPQ, pela CAPS(F), pela questão das bolsas, e que possamos também ter mais recursos para o desenvolvimento dentro das escolas técnicas, dentro das universidades, dos Centros de Pesquisas Nacionais para que esse material mostrado no vídeo, esse material, essa necessidade toda que o Marco e muitos outros brasileiros têm, possa realmente chegar ao alcance da nossa população. Em suma, nós precisamos pesquisar, precisamos desenvolver protótipos, precisamos avançar em tecnologia e chegar a um produto com qualidade e que tenha um preço razoável, que é a palavra da Convenção, não é uma palavra muito precisa, mas significa aquele custo adequado para o produto de forma que tanto o Sistema Único de Saúde como o sistema educacional possam oferecer como um direito à pessoa com deficiência.

A Convenção nos ajudará nesse sentido muito, porque a Convenção vem nos trazer algo de novo em relação à legislação brasileira, que não a contradiz, mas a reforça, no sentido de a falta de acessibilidade passa a ser considerada discriminação. Esse é um ponto extremamente interessante da Convenção. Nós sempre fizemos força para que toda a política pública se apoiasse em acessibilidades, daí o grande peso do Decreto e das Leis para os quais esse Decreto foi feito, para regulamentá-las, 10.098 e 10.048, de 2000. Mas até agora parece que todos nós encarávamos acessibilidade como algo importante e imprescindível, mas não como algo que na sua ausência significa discriminação. E a Convenção vem falar sobre isso.

O outro aspecto que me chama a atenção, e a todos nós, é o fato de a ONU ter colocado a área da pessoa com deficiência, a questão das políticas de pessoas com deficiência em definitivo e de forma inarredável como uma questão de Direitos Humanos. As dúvidas, alguns países têm a área da pessoa com deficiência ligada ao setor saúde, outros ligados ao setor de assistência social, outros ligados ao setor de

educação e por aí vai, uma miscelânea bastante grande que se reflete inclusive nos países do Cone Sul, onde nós já temos um grupo de trabalho sobre a área das pessoas com deficiência, recente, criado agora neste ano por uma influência direta do Ministro Paulo Vanuchi, atendendo a uma solicitação da sociedade civil e, agora, com todo o apoio e respaldo da Presidência Pro Tempore da Argentina e que virá para o Brasil, a Presidência Pro Tempore estará conosco no segundo semestre e aqui então teremos a oportunidade de desenvolver o Plano de Ação do MERCOSUL para as Pessoas com Deficiência.

Bem, nesses países, como vinha dizendo, há também essa diferença e só o Brasil já tem a questão da pessoa com deficiência, na verdade desde 1995, vinculada à área dos Direitos Humanos. Então, portanto, essa Comissão tem toda a pertinência, é a Comissão adequada para todos os debates vinculados às pessoas com deficiência, o que não quer dizer que as outras também não possam fazer, obviamente que nós estamos em todas as áreas e o importante é que isso fique aqui registrado.

Aproveito para saudar a chegada do Senador Eduardo Azeredo, do Senador Nery, que já estava aqui à minha frente, o Senador Mesquita já havíamos mencionado, e o importante é que os Srs. Senadores, na verdade, quando estivemos aqui há mais ou menos quinze dias, eu achei muito interessante o que os senhores fizeram, me permitam colocar assim de uma maneira bastante coloquial: os senhores vieram a nós. Sabendo da importância dessa Convenção para o segmento das pessoas com deficiência eu vi no rosto de cada um o entusiasmo por essa matéria ter chegado à Casa do Senado Federal e aqui se decidir. E por isso no menor prazo de tempo essa Comissão se reúne, tenho certeza que a Comissão de Relações Exteriores o fará também brevemente, com todo o entusiasmo do Relator, e para isso nós estamos todos mobilizados, o Brasil inteiro espera por essa questão, o Brasil inteiro sabe do peso que agora representa conseguirmos uma votação de preferência antes do recesso parlamentar, em dois turnos, como já foi dito. E por que isso? Porque nós ficaremos tranquilos em relação a toda a questão das pessoas com deficiência daqui para diante. Estando no status de Emenda à Constituição não significa, como eu vou reprisar e somente porque nós temos a oportunidade através da nossa TV Senado, estar falando para um maior número de pessoas, não significa que a Constituição brasileira vá ser renumerada, não é isso. É o status de Emenda ou equivalência de Emenda à Constituição, que é o termo que está no inciso III, do art. 5º, depois da Emenda 45, de 2004.

Houve no início um pouco de confusão em relação a isso, até mesmo entre nós, de como seria esse processo, e isso poderia até dificultar o entendimento na hora da votação, mas com certeza isso não vai acontecer no Plenário e tão pouco na Comissão, nem no Plenário do Senado Federal.

Eu gostaria de mais uma vez agradecer todo o empenho de todas as pessoas que participam, dos assessores. Quero fazer uma menção, Senador Flávio Arns, especial ao Ayres, um batalhador dessa Casa, companheiro em todas as horas, que não mede esforços com a sua cadeira motorizada, gastando bateria para cá e para lá. O Ayres nos acompanha e nos orienta como uma pessoa que faz essa ponte permanente entre o movimento de pessoas com deficiência, entre os senhores parlamentares, os assessores dessa Casa e também com a Coordenadoria e o CONADE. Então, Ayres, fica aqui o nosso agradecimento de coração a todo o seu trabalho e a uma série de outras pessoas que também permanentemente estão, do nosso ponto de vista, muito avançados ao perceberem que a diferença é que engrandecesse a humanidade, ao perceberem que essa diferença, ela faz com que cada um de nós tenha mais flexibilidade no tratar também o igual. Quem sabe lidar com aquele que difere de si, com certeza é mais fraterno com aquele que lhe é igual também.

E para finalizar, dessa vez mesmo finalizando, gostaria de dizer que nós temos um trabalho pela frente. A Convenção, ela vai alcançar os seus resultados à medida em que todos nós estejamos imbuídos de fazer com que as políticas públicas, em especial começando com aquelas que já foram priorizadas pelo Governo Federal e compõem a agenda social, elas consigam utilizar todo o recurso que foi incrementado, todo aquele recurso que foi adicionado ao orçamento do Brasil até 2010, de fato através de um pacto federativo que alcance os Estados, cada um dos Municípios, através dos termos de compromisso, e nós, então, possamos sair do patamar atual, em que nós sabemos que a cobertura de atendimento às pessoas com deficiência não é completo, está longe disso [soa a campainha], nós temos os recursos, tanto humanos como cada vez mais os recursos materiais para tornar a Convenção um grande instrumento de implementação e de qualidade de vida. Muito obrigado pela atenção de todos [palmas].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu, como tenho uma Comissão de Relações Exterio-

res às dez horas, vou ter que me retirar, eu gostaria de saber se eu poderia fazer uso da palavra um minuto ou voltar depois, porque eu poderei voltar sem nenhum problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu acho que o Senador Eduardo Azeredo, inclusive, deve permanecer aqui, a gente já quer—

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Tem lá também, pois é, esse é o problema aqui do Senado, mas por favor, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro eu peço desculpas porque hoje eu estou um pouco portador de alguma deficiência, além das outras que eu tenho, de óculos e etc.

Mas eu não poderia deixar de vir aqui para, primeiro, manifestar o meu apoio a essa luta inteira. Segundo, para manifestar uma opinião: é de que a relação direta que há entre educação e aquilo que a Convenção quer conquistar para os direitos. É completamente diferente a situação de o cadeirante, por exemplo, ou um portador de deficiência visual ou qualquer outra com educação e sem educação. O grau de dificuldades fica muito maior àquele que não consegue, por causa da falta de educação, acesso aos instrumentos necessários para enfrentar os seus problemas. Segundo, eu não esperava assistir a um filme tão impactante como esse do Marco que me tocou profundamente, mas aí também tudo isso é fruto da educação, que a ciência e a tecnologia vem da educação, e a gente, eu estou de acordo com a Izabel, tem que aumentar ao máximo o número de apoio às pesquisas científicas em direção a dar essas coberturas e compensações.

Eu quero dizer que eu lancei um jornalzinho aqui, esse é o primeiro número, chamado “O Educacionista”, e o editorial é em cima desse jovem sul-africano que corre graças a equipamentos que ele coloca nas pernas. Eu coloco que as Olimpíadas, hoje, só se faz com o conhecimento. Sem conhecimento não se chega lá, porque esse é o mais óbvio, ele teve que colocar uma prótese que permite correr e isso é altíssima tecnologia. Mas mesmo aqueles que se consideram são, usando essa palavra, eles estão ali por causa de médicos, nutricionistas, cientistas e especialistas em desempenho físico. Não existe mais uma atleta que desempenha com base no seu corpo. Ele está ali por causa do engenheiro mecânico que inventou o sapato ou que inventou a vara de saltar ou que inventou o calçamento da pista onde se corre. Tudo hoje é resultado de conhecimento, que é o produto da educação. Agora no caso daqueles portadores de deficiências,

ainda mais. Seja para dar suporte para eles, seja para que eles tenham acesso a esse suporte.

Eu uma vez já disse que essa Comissão deveria se chamar Comissão de Educação e Direitos Humanos, porque as duas coisas são praticamente a mesma. Eu queria dizer isso, parabenizar ao Presidente que está, Flávio Arns, ao Presidente Paim que não pode estar e dizer que essa Comissão, para mim, como Senador, é uma das coisas que mais eu gosto de estar presente. Não fico o tempo todo porque as obrigações exigem que esteja na outra, que lá tem votações e, se a gente não volta, não dá quorum, não dando quorum não aprova e aí interrompe o processo Legislativo. Parabéns a todos vocês, parabéns pelas conquistas e parabéns, sobretudo, ao Marco, pelo que ele está conseguindo e servindo de exemplo do uso da ciência e da tecnologia na compensação de deficiências que cada um de nós têm de um tipo ou de outro [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço a participação também do Senador Cristovam Buarque, figura importante aqui e no Brasil e Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal. Quero destacar a presença, que já foi mencionada no início da Audiência, do Senador Eduardo Azeredo, que é Relator da Convenção na Comissão de Relações Exteriores e do Senador José Nery, sempre presente, sempre atuante e batalhando incansavelmente num conjunto de áreas relacionadas a Direitos Humanos também. E o Senador Paulo Paim, que até eu atendi o telefone durante uma das falas, porque ele estava acompanhando também pela televisão, a ausência dele já foi justificada, mandando também a solidariedade, o abraço dele para todos que estão aqui presentes e acompanhando pelo Brasil.

Passo, em seguida, a palavra ao Alexandre Carvalho Baroni, que é Presidente do CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. É da Pessoa Portadora de Deficiência, mas já o debate lá consolidado que precisa se alterar para Pessoa de Deficiência, mas está ainda escrito Pessoa Portadora, por isso que eu estou lendo o que está escrito aqui, mas a gente sabe do debate que existe para que a expressão utilizada seja a Pessoa com Deficiência.

SR. ALEXANDRE CARVALHO BARONI: Bom dia a todos, bom dia a todas, Senador Flávio Arns, nosso amigo e companheiro do Paraná. Ainda que eu não seja paraense, vii Senador, mas já estou lá e já sou de coração com certeza. Senadores presentes, na verdade amigos da Mesa, Regina, Nicola, Izabel, Flávia, Ricardo. E aqui na platéia me parece, Senador, que esse momento para o Senado Federal passa a ser um momento já ímpar no início do processo que chega a essa Casa e a importância de se ratificar a Conven-

ção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu protocolo facultativo com quorum qualificado.

A presença nesse momento do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas – ainda oficialmente – Portadoras de Deficiência, mas já introjetada o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, como assim traz a terminologia da Convenção, é nesse momento maciça por quê? Porque na verdade nós estamos, o Conselho está em reunião plenária desde na verdade terça-feira, hoje nós viemos todos à Audiência Pública entendendo que esse momento, na verdade, é como foi no dia 28 de maio passado, quando nós reunimos, por intermédio do Conselho Nacional, com o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, todos os Conselhos Estaduais e as Coordenadorias Estaduais dos Direitos das Pessoas com Deficiência do país, numa reunião para tratar de um tema que é nesse momento para o CONADE de extrema importância, que é a realização da Segunda Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que acontecerá de 1º a 04 de dezembro deste ano, aqui em Brasília, e aonde nós temos um grande desejo, um desejo na verdade que se dá a partir da necessidade de algumas coisas que já foram colocadas aqui e fundamentalmente da necessidade de que as políticas para as pessoas com deficiência sejam de fato efetivadas no nosso país.

O Brasil, e eu tenho dito isso por onde a gente tem passado, nós estamos vivendo agora os momentos das Conferências Municipais, as etapas municipais, e vamos dar início na semana que vem às etapas estaduais da Conferência Nacional, teremos Conferências Estaduais nos vinte e seis Estados e no Distrito Federal e em todas essas Conferências nós estaremos, o CONADE estará representado com a seguinte preocupação e a seguinte missão eu diria até: a de que obviamente nós sabemos, como já foi aqui colocado, que o Brasil é indiscutivelmente um país extremamente avançado no que tange à questão da legislação relativa às pessoas com deficiência, mas nós também sabemos, e eu falo isso porque represento no CONADE a sociedade civil, o movimento das pessoas com deficiência a partir da sociedade civil organizada, nós sabemos que, como a Flávia mostrou, falou e a partir da lógica de que o Brasil é um país indiscutivelmente de diferenças e um país na verdade que tem ainda muitas desigualdades sociais, e aí faço coro com o Senador Cristovam Buarque, que acaba de sair, mas que deixa uma mensagem de que as pessoas com deficiência que têm a oportunidade diferente pela educação e conseqüentemente a partir da educação, do trabalho, do lazer, do esporte, enfim, de tudo aquilo que um cidadão brasileiro deveria ou tem na verdade direito garantido, muitas dessas pes-

soas com deficiência hoje têm direitos, mas não os vêem cumpridos. E vou além. Muitos desses cidadãos brasileiros com deficiência não sabem que possuem esses direitos. E para nós, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, urge que todos os cidadãos brasileiros e inclusive e prioritariamente os cidadãos brasileiros com deficiência, conheçam, saibam dos seus direitos e, mais do que isso, usufruam dos seus direitos, vivam como disse o Marco Antônio no vídeo, vivam uma vida plena e uma vida com qualidade. Não nos cabe aqui dizer qual é a qualidade que cada um de nós desejemos para a nossa própria vida, mas cabe sim dizer que não é justo que poucos ou alguns tenham direitos de fato e que outros tantos não os tenham, sejamos nós cegos, surdos, deficientes físicos, pessoas com deficiência intelectual, pessoas portadoras dos mais diversos tipos de outras deficiências, e aqui também não cabe a discussão nesse momento sobre quem somos ou quem não somos, mas mais do que isso a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência muda a lógica de que a deficiência é um problema exclusivamente meu, e aí estou falando da minha deficiência.

É preciso mais do que nunca que a sociedade brasileira entenda, e isso foi discutido e a Convenção nada mais faz do que trazer isso num texto, que com certeza será ratificado como foi pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, com quorum qualificado para que ela se torne uma lei brasileira com força de Emenda Constitucional. Com que função? De dizer à sociedade brasileira de que a minha limitação física não pode me impedir ou não pode ser simplesmente imputada a mim mesmo, ou seja, o tempo em que, Senador Flávio Arns, eu tivesse que entrar por aquela porta e ter que ser levantado, digamos assim, ou carregado para, por exemplo, estar mais alto, no nível quando não havia rampa ou alguma coisa muito simples de se fazer, se foi, porque a minha capacidade de estar aqui é igual à de todos, mas a minha limitação estaria aonde? No meio, na sociedade e não na minha pessoa.

Então, Senador Eduardo Azeredo, o senhor tem um desafio indiscutivelmente grande de convencer os seus pares, que eu acredito, e nós estaremos com o senhor sem sombra de dúvidas o tempo todo para quê? Para que se em algum momento houver algum tipo de dúvida de que ratificar a Convenção nos trará mais do que o óbvio, ou seja, mais do que a idéia de que somos sim pessoas com alguma limitação, como todos, brincamos muito no nosso meio quem é que não tem uma limitação, quem é que é capaz de se dizer uma pessoa sem deficiência para alguma ou outra questão?

Então nesse aspecto, eu quero ser bem breve, o CONADE vem, a partir do seu Colegiado, um Colegiado representado por dezenove entidades da sociedade civil e dezenove membros de representação do Governo Federal, trabalhando em todos os seus momentos, em todas as suas Reuniões e nas suas discussões, a partir da lógica de que nós temos sim que apoiar a ratificação da Convenção no Brasil e, mais do que isso, nós temos que agir, nós temos que atuar nesse processo. E para isso nós temos feito o quê? Nota aos congressistas, documentos a cada reunião que reforçam a idéia e a proposta na verdade que está aqui colocada nessa Mesa hoje e que está colocada no Senado Federal e que foi objeto do nosso grande trabalho na Câmara dos Deputados para que houvesse e conseguíssemos essa ratificação já na Câmara dos Deputados. Então me parece que é bastante e muito tranquilo dizer nesse momento de que o Senado Federal não tem apenas uma tranquilidade para discutir a matéria, mas mais do que isso tem um argumento que é bastante sólido, que é o fato de que nesse momento, quando ratificamos a Convenção e colocamos o Brasil para não mais discutir simplesmente aquilo que já nos parece bastante óbvio, mas sim de garantirmos o direito de todas as pessoas e de todos os cidadãos brasileiros a terem direitos, ou seja, nós temos aqui agora um momento ímpar no Brasil, onde nós podemos de fato não resolver o problema no sentido simplesmente de acharmos que ratificando a Convenção nós vamos então aí termos todos os problemas resolvidos, mas mais do que isso.

A Izabel coloca sempre, e é importante ressaltar, de que a questão da acessibilidade, que não é uma questão obviamente só de rampas, mas também acessibilidade à comunicação, mas também acessibilidade de outra natureza, nesse momento passa também a ser o quê? A ausência dela passa a ser crime, porque não há mais como admitir que a sociedade, que eu tenho que pedir ou que nós tenhamos, as pessoas com deficiência, que pedirmos favor para lermos, para nos comunicarmos se não ouvimos, para acessarmos algum espaço, seja ele qual for. Não há mais sentido que nós vivamos no Século XXI pedindo favores, quando nós temos o direito de estar e participar.

Então a nossa Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a nossa Segunda Conferência trata do tema desenvolvimento, participação e inclusão, e nesse sentido nós queremos simplesmente fazer exatamente isso, garantir que os cidadãos brasileiros com deficiência, os seus familiares, enfim, que toda a sociedade tenha aquilo que nós vimos no vídeo, e eu fico muito tranquilo para falar do vídeo porque o Marco Antônio é mais do que alguém especial, mas é

um amigo [soa a campainha] com quem eu na verdade aprendi, porque nós começamos quase essa história junto, não é Marco, nós estamos um pouquinho mais limitados mais ou menos na mesma época, por motivos um pouco diferentes e com uma limitação um pouquinho diferente, mas muito parecida do ponto de vista médico na verdade, somos duas pessoas com lesão medular, mas fomos desde o início... O Marco foi um exemplo, na verdade, de perseverança para mim, de que eu também podia e talvez se vocês não tenham percebido ou reparado, mas como o Marco está aqui, é muito gostoso de falar isso, eu ainda tenho algum movimento de braços e de ombro, o Marco nem isso tem. Então algumas tecnologias que ele já criou, eu disse a ele: "Olha, para mim não serve, que essa história de trabalhar com a boca é complicado", mas ele disse que é mais fácil, eu pretendo ainda tentar usar um pouco da mão.

Mas é possível, é possível termos sim vida e qualidade de vida, vida com qualidade, mas para isso também é imperioso que nós possamos ter acesso aos nossos direitos e possamos ter mais do que isso, a garantia de que a sociedade brasileira nos reconhece como cidadãos de primeira categoria.

Por muitos e muitos anos, eu aqui falo só a partir de dezesseis anos de cadeira, então alguns costumam, nós temos aqui uma brincadeira no meio das pessoas com deficiência que aqueles que já passaram de vinte anos ou um pouco mais já são um pouco dinossauros ou jurássicos e aqueles que estão entrando são os babysauros. E aí a gente que está no meio da história aí, quinze anos, catorze, não sabemos ainda aonde nos enquadrados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vocês estão mais para adolescentes.

SR. ALEXANDRE CARVALHO BARONI: É, é um problema da adolescência. Mas o fato é que nós percebemos, sem dúvida, e eu posso dizer isso, porque conheço pessoas como a Izabel que está há trinta ou quase isso na cadeira e tantos outros que estão há mais de trinta anos na cadeira e tantos outros que são cegos há mais de trinta anos, nós conhecemos as pessoas, conversamos com essas pessoas, estamos trabalhando na verdade com essas pessoas na perspectiva do quê? Do que essas pessoas fizeram e construíram, nós temos e podemos dar continuidade a isso. E aí eu tenho aqui a missão de dizer que o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência estará como sempre esteve ao lado do Senado Federal e dos Srs. Senadores para absolutamente trabalhar para que nós possamos ratificar o mais rápido possível, ainda que tenhamos a preocupação de ganharmos aí a nossa... de tentarmos, na verdade,

conseguir passar a Argentina nesse caso, mas eu acho que não é o problema, mas que nós tenhamos de fato essa Convenção ratificada como Emenda Constitucional. E para isso, Senador Flávio Arns, nós já aqui de antemão queremos dizer que o CONADE estará com o Senado Federal em todos os momentos que isso se fizer necessário, para que sem sombra de dúvidas nós tenhamos, nesse momento, a nossa Convenção ratificada e o seu protocolo facultativo também como Emenda Constitucional.

Então o meu muito obrigado pela oportunidade e que daqui em diante nós possamos ter esse processo o mais rápido possível terminado no sentido aqui da Casa, do Congresso Nacional, e, obviamente aí da sociedade, iniciado na sociedade para que ela tenha efeito. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação neste momento do Alexandre Baroni, que é Presidente do CONADE. Eu quero destacar, já o havia feito no início, que o Senador Eduardo Azeredo é o Relator da Convenção e Presidente da Subcomissão Permanente para Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência aqui no Senado. Eu quero até dizer pessoalmente que não poderia estar em melhores mãos esse debate todo.

Passo a palavra, para uma consideração, para o Senador Eduardo Azeredo, que pede a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente Flávio Arns, eu quero saudar a todos que aqui comparecem hoje, também assim como o Senador Cristovam vou ter que pedir licenças para poder dar algumas votações lá na Comissão de Relações Exteriores, onde inclusive será votada, não hoje, esta Convenção.

Eu quero dizer que nós não temos nenhuma dificuldade, Alexandre, em votar essa Convenção. Nós vamos correr contra o tempo, esse que é o problema, é um pouco a questão de quorum de Comissão, quorum de Plenário, nós temos aí realmente até a primeira quinzena só de julho e vamos tentar, esse é o objetivo de aprovarmos tanto na Comissão quanto no Plenário até o dia 15, por aí, que é quando nós temos duas semanas de recesso aqui, depois retomamos em agosto.

A importância da Convenção é realmente enorme, o Brasil não pode demorar, nós vamos fazer isso rapidamente, eu fiz questão de estar aqui hoje, eu tinha dito ao Presidente Flávio que eu talvez não viesse porque eu fui a Belo Horizonte, a minha terra natal, para assistir ao jogo do Brasil. Então ficou zero a zero, mas aqui nós vamos dar uma goleada [risos], pode deixar que aqui nós vamos ganhar fácil mesmo [palmas]. Aqui não tenho dúvida, eu acho que o Senado tem

mostrado sensibilidade, o Congresso tem mostrado sensibilidade para essas questões e nós temos então essa convicção.

Eu quero até lembrar que são então questões que acontecem, que ajudam muito essa percepção assim da necessidade de valorização das pessoas com deficiência. Nós estamos com o Senador, o Senador Eptácio Cafeteira, que tem se locomovido pelo Senado todo com a cadeira. Então ele vai, ele tromba na gente, vai para cá, vai para lá, entra nas Comissões. Esse lado é muito positivo, quer dizer, o Senador já está mais idoso, está trabalhando em tudo quanto é lugar, vai, e isso ajuda todas aquelas pessoas a entenderem a importância de todos os aspectos que dizem respeito à pessoa com deficiência.

De maneira, Presidente Flávio, que eu queria só exatamente deixar essa mensagem e estarei rapidamente me debruçando, já estou me debruçando ao assunto e espero que nós possamos votar o mais breve possível. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está ótimo. Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita também quer fazer uma colocação.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Se possível eu agradeço, Senador Arns, porque para que as pessoas não interpretem mal o que está se passando no Senado, porque de fato hoje é um dos dias em que várias Comissões se reúnem e a gente, como faz parte de algumas Comissões, por exemplo agora estão lá nos convocando para a votação em outra Comissão, mas eu não gostaria de sair daqui sem dizer alguma coisa.

Assim como o Senador Buarque falou do prazer dele de fazer parte dessa Comissão, eu acho que esse prazer é comum a todos os membros dessa Comissão, é um prazer muito grande, Izabel, porque aqui são tratados temas de extrema importância e de extrema relevância em Audiências conduzidas ora pelo Senador Paim, ora pelo Senador Arns, ora pelo Senador Eduardo Azeredo, que são pessoas que estão à frente de algumas causas nessa Casa.

Eu saúdo a todos aqui presentes a essa Audiência, os meus colegas de Senado, falo de uma coisa que faz parte da minha vida inclusive. Eu tenho uma irmã, um pouco mais velha do que eu, nascida em 1944, que foi acometida na tenra idade de paralisia infantil. Ela hoje usa cadeira de roda, usa andador, usa muleta nas diversas situações e é uma pessoa que ama a vida também como o Marco.

Eu acho importante, Izabel, todo o nosso empenho na tramitação dessa matéria aqui no Senado Federal, conduzida pelo Senador Eduardo, acho im-

portante a ratificação, mas eu creio que a gente precisa voltar a nossa preocupação para aspectos assim mais práticos. Tudo isso é muito importante, mas às vezes deixa de ser importante, Senador Arns, quando Convenções da ONU são rasgadas e jogadas na lata do lixo quando um país, por exemplo, resolve invadir o outro, como aconteceu no caso dos Estados Unidos e Iraque e a ONU simplesmente silenciou. Eu fico muito preocupado com esse tipo de coisa.

Acho importante toda a nossa movimentação em torno de uma questão como essa, até porque como lembrou a Izabel, essa Convenção consagra agora como discriminação, não é, a falta de acessibilidade. É um avanço, é uma conquista à acessibilidade. Um dia desses eu estive em Aracajú, não conhecia, fui lá para um ato e fiquei vivamente impressionado. Uma coisa que me chamou a atenção, a coisa é tão interessante que me chamou a atenção vivamente. Pelo menos ali por onde eu andei, no centro, na orla, não foi nem a praia, que é muito bonita, foi a acessibilidade promovida eu não sei por quem, pela Prefeitura ou Governo, não importa, eu sei que está lá, eu achei interessante andando por ali. Na capital do meu Estado também a coisa começa a acontecer, é claro que isso ainda se circunscreve a uma pequena área das cidades, às vezes eu fico... Esse é um tema que eu acho que a gente deveria colocar todo o nosso empenho, colocar todo o nosso empenho. Por exemplo, Izabel, eu tenho dificuldade de execução de Emenda, aloquei já por diversas vezes, Senador ambos, queria até a sua ajuda, uma questão que a gente deveria se bater nesse Congresso, com a ajuda de vocês inclusive, para que o Governo brasileiro também, que a gente estabelecesse um mecanismo que se libertasse um pouco dessa burocracia absurda que a gente tem. Eu não consegui, eu já perdi, por exemplo, alocação de Emendas para as APAEs e etc. por excesso de burocracia na execução de uma Emenda como essa. Essa é uma questão importante, Izabel, porque de repente aqui nessa Casa há movimentos que... Eu vou dar um exemplo. Todo ano nós colocamos recurso, eu acredito que de todos os Senadores, há uma Convenção aqui, todo ano a gente coloca recursos de Emenda pessoal para o Hospital Sara Kubitschek, eu tenho certeza que todos os Senadores fazem isso, e a execução dessa Emenda é tranqüila, pelo que eu tenho acompanhado é tranqüila. Era o caso, por exemplo, de a gente inaugurar uma ação dessa natureza voltada para organismos que acompanham, que tratam, que se preocupam, que promovem na área da pessoa com deficiência de alguma forma. Mecanismo ágil, mecanismo desprovido de tanta burocracia. Eu acho que

essa é uma discussão que a gente precisa travar, a gente precisa travar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu concordo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu tenho certeza absoluta que conduzido por você aqui, uma campanha como essa, todos os Senadores passam a aderir e a gente passa a fazer isso todo ano como uma coisa ordinária aqui nossa, uma coisa normal, corriqueira, como já é feito, por exemplo, como o Hospital Sara Kubitscheck.

Por último, a questão da acessibilidade me preocupa muito. Olha, uma pessoa com deficiência aqui, eleita Senador, se for eleito para a Mesa do Senado Federal, das duas uma: ou ela terá que ser conduzida ou ela possivelmente até desista de ser eleita membro da Mesa porque aqui nós temos essas rampas, temos alguns avanços, mas eu falo isso de forma simbólica. A gente chega, mas esbarra com tanta dificuldade, parece até que em algum lugar está escrito que: "Olha, vocês só vão até aqui. A partir daqui, negativo". Eu estou dando um exemplo muito claro: uma pessoa com deficiência, cadeira de rodas, para ser membro da Mesa do Senado Federal do Brasil, terá imensa dificuldade de exercer a sua função, Senador Arns. É preciso que a gente pense nisso. Eu estou falando de acesso ao Poder já. Poder significa você ter um instrumento para transformar a realidade de muita gente, entende? Esse é um simbolismo, isso é uma coisa simbólica, mas que representa muito.

Então eu acho que o Congresso Nacional, por exemplo, se mobiliza para... Eu não estou aqui criticando a matéria, nem o assunto, mas se mobiliza, por exemplo, para discutir aumento de número de Vereador. Acho que a gente deveria se mobilizar aqui, por nossa vez, mobilizar Vereadores e Prefeitos desse imenso país para que a questão da acessibilidade fosse um dos três itens mais importantes de uma administração municipal, pra que isso fosse entranhado nas administrações públicas municipais e estaduais, forçar uma barra mesmo, forçar uma barra.

Eu fico por aqui, o assunto é apaixonante, mas eu gostaria de, pelo menos, tecer essas considerações e me colocar à disposição, mais uma vez humildemente, para que a gente possa dar efetividade a algumas coisas. Na teoria a gente avança, mas a gente precisa consolidar muita coisa, tornar prático muita coisa. Prático que eu digo é a gente mencionar, falar, requerer condição diferenciada e essa coisa acontecer mesmo efetivamente. É claro, a gente avançou muito, a gente avançou, agora isso não deve nos satisfazer, não deve nos satisfazer. O desafio é grande, acho que necessita do envolvimento de todos, Senador Arns, agora

o aspecto prático dessa questão é que me preocupa muito, me preocupa muito. Eu acho que devemos nos mobilizar mais ainda no sentido de tornar fato concreto possibilidades como aqui o Marco conseguiu. A Flávia mencionou ali, isso é um caso raro, o caso do Marco é um caso raro, não é o comum. Então a gente precisa fazer com que isso seja comum de forma prática. Eu queria pedir desculpas pelo alongado e agradecer a possibilidade de tecer essas considerações [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Geraldo Mesquita e a manifestação de todos é no sentido realmente de dizer que concordamos todos. Somos solidários com os argumentos. Até eu peço desculpas à Regina e ao Ricardo, que ainda vão se manifestar como expositores, só para poder passar antes a palavra ao Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Flávio Arns, Senador Geraldo Mesquita, Senador Eduardo Azeredo. Quero saudar a participação de todos os convidados nessa Audiência Pública e me manifestar em apoio para a urgência quanto à aprovação da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, dizer que quando recebemos a visita da Dra. Izabel e toda uma comissão que foi ao Plenário do Senado conversar com os Senadores, naquele momento já conversamos com o Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, onde será votada a Convenção, e há o compromisso do Presidente Heráclito Fortes no sentido de conceder à matéria a urgência, a pressa para que possamos concluir a votação ainda nesse primeiro semestre, antes do final dos trabalhos legislativos do Senado.

Portanto, ao manifestar o meu integral apoio à luta das diversas organizações do Conselho Nacional das entidades que estão presentes em cada uma das nossas cidades, dos Conselhos específicos, dos Governos, seja da União, dos Estados e dos Municípios, que já incorporaram e tem a sensibilidade necessária para tratar com dignidade as pessoas com deficiência a partir da aplicação concreta das diversas políticas públicas, dizer que contem com o nosso voto lá na Comissão de Relações Exteriores, para onde eu me dirijo agora em razão de votação que acontece nesse momento, onde eu sou Relator da indicação de um Embaixador, dizer que eu tenho certeza que essa é uma matéria para a qual todos os Srs. Senadores e Senadoras têm a mais absoluta sensibilidade, eu tenho certeza que não haverá nenhum óbice à aprovação dessa matéria até o final dos trabalhos legislativos do primeiro semestre de 2008. Um grande abraço a todos, estímulos à luta e a muitas conquistas. Obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço ao Senador José Nery, também membro muito atuante dessa Comissão de Direitos Humanos. Antes de passar a palavra à Regina Atalla eu quero destacar dois aspectos. Mencionar as entidades presentes: Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE, Associação Brasileira dos Deficientes de Visão Monocular – Deficientes Visuais, Ministério da Previdência, União Brasileira dos Cegos, Associação Brasileira dos Ostomizados, OAB Nacional, Centro de Vida Independente Brasil, Confederação Nacional do Comércio, Federação Nacional das Associações Pestalozzi, Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, Ministério da Educação, Movimento de Reintegração de Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MORHAN, Acessibilidade Brasil, Ministério da Cultura, Associação Brasileira de Autismo e Ministério Público do Trabalho. Caso alguma entidade não tenha sido mencionada, por favor, a gente gostaria depois de mencionar e a assessoria pegará o nome também da entidade.

O segundo aspecto que eu quero destacar, só para se entender a tramitação, o Projeto está, como já foi dito, na Comissão de Relações Exteriores, o Presidente é o Senador Heráclito Fortes, mencionado pelo Senador José Nery, o Relator dessa matéria é o Senador Eduardo Azeredo. Após aprovado o Projeto, a Convenção no caso, a Emenda, na Comissão de Relações Exteriores, ela terá como destino o Plenário do Senado Federal. De acordo com o Regimento da Casa existe a necessidade de se ter um interstício de cinco Sessões para debates e discussões. Havendo o consenso como certamente vai haver entre todas as lideranças, esses interstícios podem ser ultrapassados rapidamente, em um dia, em uma Sessão, inclusive como já aconteceu na apreciação de outras matérias. Então quando o assunto é convergente, vamos dizer assim, as pessoas pensam no mesmo objetivo, debatem, percebem a importância, a necessidade para a sociedade, esses prazos podem ser assim bastante diminuídos, para um dia, dois dias ao invés de ser um mês, dois meses, três meses. Então existe realmente, como o Senador José Nery colocou, salvo melhor juízo, porque sempre temos muitas Medidas Provisórias aqui também, temos oito, dez Medidas Provisórias na pauta e a pauta sempre fica trancada, é a expressão que se usa quando existe uma Medida Provisória, mas sem dúvida alguma havendo assim esse entendimento das lideranças, algum caminho, o que se costuma dizer abrir-se uma janela, votar-se a Medida Provisória que já está trancando a pauta e não se ler a nova

Medida Provisória até que certos assuntos sejam votados. Isso significaria abrir uma janela. Mas é possível, tudo depende do entendimento e das conversas que houver entre as lideranças, só para explicar para que vocês saibam como é que, vamos dizer, o fluxo desse processo vai acontecer aqui no Senado.

Passo, em seguida, a palavra a Regina Maria Melo Atalla, é Presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias.

SRA. REGINA MARIA MELO ATALLA:

Bom dia. Eu queria agradecer o convite do Senador Paulo Paim, lamentar a sua ausência, esperar que tenha uma breve volta a esta Casa, ao Senador Flávio Arns, agradecer a presença de todos os Senadores que estiveram aqui presentes. Eu já falei com o Senador Geraldo Mesquita, por favor, me assista, que algumas coisas eu vou falar e quero ser ouvida porque nós temos coisas importantes a dizer aos Senadores e quero, também, cumprimentar a todos amigos, colegas, profissionais, líderes, militantes e dizer que com grande contentamento vejo essa sala lotada, porque isto é uma mensagem que hoje no Brasil existe uma grande e firme unidade em torno desta bandeira: a ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Então essa eu acho que é uma mensagem clara. É muito difícil, vocês sabem, nós vivemos num país continental, vinte e sete Estados da Federação, eu venho do Nordeste, tem gente de todo o lugar aqui. Agradecer a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia que, enfim, possibilitou a minha estada aqui.

Eu vou fazer um pequeno, um breve histórico sobre esse processo. Eu sou Presidente dessa Rede, uma Rede Latino-Americana que reúne dezenove países da América Latina e mais de cem Organizações Não Governamentais de pessoas com deficiência e que teve uma atuação muito forte na negociação desse Tratado Internacional.

Eu queria rememorar um pouco, Izabel, enfim, Flávia, tiveram a oportunidade também de participar como eu em parte desse processo, dizer que foi um grande diálogo e um fato inédito nas Nações Unidas, porque até então, antes da chegada do Século XXI, e essa é a primeira Convenção, Direitos Humanos, do Século XXI, não havia esse diálogo e essa participação tão intensa da sociedade civil. Ao terminar a Oitava Sessão no Plenário, na Secretaria-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, Dom Makey, que era o Embaixador que presidia esse Comitê *ad-hoc*, eu vou dar a seguinte informação para vocês, ao final ele dizia: “Agradeço a participação de mais de oitocentos líderes de pessoas com deficiência do mundo inteiro, que co-

meçaram, terminaram e persistiram essa Convenção até o último momento”. E ele dizia o seguinte também: que ele via com quando contentamento esse Tratado Internacional que vinha proteger o direito de seiscentos e cinquenta milhões de pessoas no mundo e dizia que essa minoria foi a maior minoria do mundo que foi colocada às margens da sociedade por demasiado tempo e que os resultados dessa marginalidade são os indicadores que nós temos: 82% de seiscentos e cinquenta milhões de pessoas vivem na linha de pobreza; 70% das crianças na América Latina, com deficiência, estão fora da escola; 90% desse grupo não tem acesso ao trabalho ou emprego e as condições de acessibilidade nem se fala.

Então esse é um processo, é claro que é um processo de construção, e isso aconteceu nas Nações Unidas, quando nós chegamos lá, nós éramos vistos como bichos raros. Quem são essas pessoas? Cegos e pessoas das... Eu me lembro assim das deficiências mais variadas e limitantes, mas que estavam lá fazendo um papel de defesa de direitos, com uma propriedade muito grande, porque foram líderes que tiveram que conhecer todos os Tratados Internacionais para sentar na mesa e discutir com os Embaixadores, com as delegações oficiais e dizer: “Olha, isso é melhor do que isso”. E nós conseguimos, e essa Convenção, ela não é perfeita, mas ela traz avanços e traz mudanças de paradigmas que são fundamentais para essa implementação desses direitos.

Eu queria dizer que em relação à América latina, hoje nós já temos, se não me engano, dez países que ratificaram essa Convenção. Nós temos cerca, aproximadamente, porque as estatísticas não são muito confiáveis, cerca de setenta a oitenta milhões de pessoas com deficiência na América Latina. Cerca de mais de 1/3 dessa população vive no Brasil. Então a nossa magnitude, o nosso peso em relação ao continente indica e deve indicar uma posição de liderança nesse processo, como foi na Convenção da ONU quando a gente formou essa Força-Tarefa que uniu sociedade e Governo para trazer esses resultados que a gente considera que foram excelentes e a gente considera que no futuro a gente espera ter essa aplicação.

E eu diria que, em relação a essa Convenção, ela afirma essa mudança de paradigma e traz eu acho o que os Senadores falaram. Qual é a consideração que eu faço no Brasil? Bom, nós fomos avaliados, o Nicola disse isso, a Flávia participou desse estudo, como um dos países mais inclusivos, mas isso foi feito baseado somente na legislação, não se olhou a prática. Então o que é que existe no Brasil de fato hoje? Existe uma grande distância entre o que está na lei e o que está na realidade das pessoas com deficiência e é isso

que a gente tem que mudar. A lei diz que as pessoas têm que ser tratadas como prioridade, mas isso não acontece, a gente está sempre no último lugar da fila, como provou o Senador. Se alguém quiser subir à Mesa do Senado hoje, é impossível. Na ONU isso já é possível, que a gente conseguiu. O Secretário-Geral, tivemos uma reunião no último dia 12 de maio, toda a sociedade civil foi convidada, para celebrar a entrada em vigor da Convenção e todas as lideranças subiram ao palco onde o Presidente e o Secretário-Geral Ban Ki-moon estava em condições de igualdade.

Então eu quero dizer o seguinte: que essa falta de acessibilidade, de modo velado e de diversas formas, ela é o principal ingrediente de discriminação contra as pessoas com deficiência. Aqui tudo bem, nós temos condições básicas de acessibilidade que permite, mas se eu tenho uma sala e uma escada, eu não tenho uma lei dizendo que pessoas com deficiência física são proibidas de entrar, mas é como se houvesse uma lei, porque o resultado é esse. Se eu tenho uma sessão onde não há intérprete de Libras para as pessoas com deficiência auditiva, é como se houvesse uma tabuleta e uma lei dito: “É proibido que pessoas com deficiência auditiva entrem nesse recinto”. E do mesmo modo para as pessoas cegas, que não têm acesso à literatura em Braille ou em formatos digitais alternativos, o resultado é o mesmo, é como se houvesse uma lei dizendo que é proibido a essas pessoas o acesso a esses bens e serviços. Então é isso que a gente tem que mudar e essa foi a fala que nós fizemos com todos os países nas Nações Unidas, da necessidade dos Governos tomarem essa questão como prioridade. Sabe por quê? Porque inclusive altos funcionários e pesquisadores, não da sociedade civil, mas do maior Banco Mundial já alertaram que os grandes projetos de desenvolvimento, inclusive os oito objetivos do milênio não vão ser alcançados se não houver uma política dirigida à inclusão de pessoas com deficiência, por exemplo, a questão da educação da escola, porque a magnitude é tão grande que vai ser possível até 2015, se não me engano, cumprir o compromisso de que todas as crianças estejam na escola. Por quê? Nós temos 70% de crianças com deficiência fora da escola. E eu costumo dizer o seguinte: que em nenhum outro grupo populacional você encontra esses indicadores tão graves de exclusão. Isso não aconteceu a acaso, não foi um desígnio divino, isso foi resultado de uma omissão, de uma invisibilidade do Estado, da sociedade, em permitir que a gente chegasse a esse estágio que nós chegamos.

Então, em relação à Convenção, nós temos a esperança, e acreditamos nisso firmemente, que ele é um pedaço de papel [soa a campanha], mas ele vai

ajudar a gente a mudar essa realidade, porque traz uma projeção para esse contingente mundial que durante muito tempo, como disse o nosso Embaixador, foi completamente esquecido e marginalizado.

Eu queria dizer a vocês que hoje, até para o Senado atualizar essas informações, nós já temos, além dos dez países que ratificaram na América Latina, nós temos seis país em processo de ratificação: nós temos a Argentina, nosso grande rival, Paraguai, Chile, Guatemala, Brasil e Costa Rica, que acabou de fazer a primeira votação. O Senador tem razão, de país para país difere os processos de votação, mas dizer o seguinte: que essa é uma questão, a votação da Convenção, que ela reúne uma unanimidade que nós conferimos também no parlamento brasileiro na Câmara e esperamos conferir no Senado. Ninguém votou contra essa Convenção. Todas as votações nos parlamentos da América Latina têm ocorrido com a unanimidade dos votos dos parlamentares nesses países. Então a gente espera que isso ocorra e a gente pede e agradece a compreensão do Senador Eduardo Azeredo de apressar a votação dessa Convenção porque no final de outubro já está marcada a Conferência dos Estados Partes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Regina, eu me desculpo com você, até para fazer um pequeno aparte, porque com muita alegria nós temos aqui a presença do Presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, que eu inclusive [palmas] disse a ele que seria uma honra para toda a área, para as famílias, para as pessoas com deficiência e para o Brasil se ele estivesse nesse momento presidindo esta Audiência Pública. E quero dizer também, e posso dizer isso, até na condição também de familiar, de pai de pessoa com deficiência, que nós temos no Senador Garibaldi Alves um grande aliado desta área e é muito importante termos o Presidente do Senado Federal junto com a construção de direitos humanos para a pessoa com deficiência. Por isso que eu, inclusive, não só pela formalidade do cargo, que é uma honra, mas também pelo compromisso do Senador Garibaldi Alves. Então eu gostaria que V. Ex^a. só assumisse a presidência [palmas].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu agradeço a Flávia Arns essa deferência, mas eu não quero interromper os trabalhos aqui. Eu quero que eles continuem a ter o seu andamento, inclusive presidido por ele. Então eu vou encontrar outra cadeira, porque eu não vim tomar a cadeira dele [risos], mas eu quero inclusive dizer que tenho acompanhado, nós estamos acompanhando de perto todo esse trabalho visando realmente fazer

com que prevaleça a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nós já estivemos juntos lá conversando sobre isso na presidência do Senado e estamos empenhados nesse objetivo e eu quero dizer que essa Audiência é importante porque está ouvindo pessoas que têm uma contribuição muito importante a dar, como Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior, Coordenadora da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, representando inclusive o Sr. Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nicola Esperanza, Chefe da Divisão de Temas Sociais, representando o Chanceler Celso Amorim, Alexandre Carvalho Baroni, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Flávia Maria de Paiva Vital, organizadora da publicação “A Convenção sobre direitos da pessoa com deficiência”, justamente isso que nós temos aqui em mãos, esse trabalho, Regina Maria Melo Atalla, Presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não Governamentais e mais o Procurador Regional Ricardo Tadeu Marques da Fonseca.

Portanto, muitos já foram ouvidos, só faltam dois, e vamos prosseguir com os trabalhos, eu realmente estou preocupado em não se constituir minha presença nenhum embaraço para que tudo continue bem.

SRA. REGINA MARIA MELO ATALLA: Ao contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E vou possibilitar que Flávio Arns reassuma aqui [risos]. Ele está praticamente me botando para fora porque [risos] ou eu fico na cadeira dele, que eu não quero ficar, ou eu vou embora [risos]. Mas reassume aqui, eu vou assistir, vou ouvir o que se tem a dizer aqui, que é muito importante para essa grande causa que é a causa do deficiente, para que eles cada vez mais possam participar mais ativamente da nossa sociedade [palmas].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu estava dizendo para o Senador que eu também não quero pegar a cadeira dele [risos], há bom relacionamento. Mas que bom, então Dra. Regina, por favor, para completar.

SRA. REGINA MARIA MELO ATALLA: Bom, prosseguindo, para também mim é um prazer, Senador Garibaldi Alves, ser interrompida pelo Presidente desta Casa, demonstrando a importância que tem esse assunto e essa consideração para o nosso movimento, é uma grande honra.

Eu vou voltar atrás só um pouquinho, aproveitando a sua presença, nós estávamos falando sobre a distância que há entre o que há na legislação e na

prática e na realidade das pessoas com deficiência, e alguns indicadores demonstram isso. Eu sou Presidente dessa Organização Latino-Americana e nós dividimos uma realidade muito similar na América Latina e essa realidade nos diz que 70% de crianças e adolescentes com deficiência estão fora da escola. Isso é um dado que devia indignar a todos os brasileiros e tomarmos realmente medidas efetivas para mudar isso, porque perde não só as pessoas com deficiência que estão de modo desigual em estados de pobreza em relação a outros grupos sociais, mas perde o país porque deixa de receber a contribuição valiosa dessas pessoas na sua produção de bens e de toda a ordem para a sociedade. Então nós estamos chamando a atenção, por exemplo, que esta sala tem condições de acessibilidade mínimas que permitem todas as pessoas com deficiência chegarem aqui, mas uma escada, numa reunião pública, onde há uma escada, é como se houvesse um cartaz e uma lei dizendo: "Aqui é proibido que pessoas com deficiência física adentrem a este recinto". Isso é o que ocorre muito em nosso país. Então é isso que a gente tem que mudar.

Retomando a parte onde eu parei, nós temos na América Latina, no conjunto, como disse o Nicola, vinte e três países no mundo até agora ratificaram essa Convenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Até eu gostaria de transmitir, se me permita, ao Presidente, que foi mencionado que existem duas Comissões no Senado de acessibilidade e valorização para mudar o ambiente do Senado, mas as pessoas levantaram, durante essa Audiência Pública, como uma questão inclusive simbólica e importante, o acesso da pessoa com deficiência à Mesa do Senado, que lá existem só escadas e se alguém chegar numa cadeira de rodas ou com uma dificuldade de locomoção, essa pessoa não teria a possibilidade de chegar e isto seria assim de um simbolismo muito forte também, porque a gente sabe que todo o conjunto está sendo modificado no Senado. Eu acho, até eu iria sugerir a V. Ex^a. depois desta Audiência Pública, que esta questão, talvez dentro do cronograma de reformas, pudesse ser priorizado como consequência, inclusive, deste fato ter sido levantado aqui na Audiência Pública.

SRA. REGINA MARIA MELO ATALLA: Então, prosseguindo, no dia 12 passado de maio, as Nações Unidas, sob a Presidência do Secretário-Geral Ban Ki-moon, realizaram uma Sessão de celebração pela entrada em vigor da Convenção, e eu dizia que lá, na mesa principal, onde estiveram várias pessoas com deficiência ao lado do Secretário-Geral, já se tem acessibilidade, e isso foi um processo conquistado nos quatro anos de construção dessa Convenção, porque

a ONU também, o edifício da ONU em Nova Iorque tinha muitos problemas de acessibilidade, inclusive eles vão entrar em reforma agora e nós da sociedade civil estamos vigilantes para que eles sejam os primeiros a cumprir os requisitos de acessibilidade que estão nessa Convenção e sejam coerentes com tudo que nós trabalhamos durante quatro anos.

Bem, então retomando o processo de ratificação, vinte e três países no mundo ratificaram, se não me engano a República Dominicana acaba também de fazer ou está em vias de ratificar, e mais cinco países na América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Guatemala, Costa Rica estão nesse processo de ratificação. E por que é importante nós apressarmos esse processo? O art. 34, que fala sobre a criação de um [soa a campanha] Comitê de vigilância dessa Convenção, ele diz que a Secretaria-Geral da ONU, seis meses depois que a Convenção começa a vigorar internacionalmente, as Nações Unidas tem que convocar uma Conferência dos Estados Partes. Para que essa Conferência? Para eleger esse Comitê de monitoramento que vai contar com a presença de doze especialistas, divididos equitativamente por regiões, por gênero, e nós temos até no final de junho, o Secretário-Geral da ONU envia uma comunicação a todos os Estados Partes que assinaram essa Convenção e os Estados têm dois meses para indicar o seu representante. E nós gostaríamos muito que o Brasil, com a importância que tem no continente, pudesse indicar um especialista para compor esse Comitê. Então é esse o apelo que eu faço, essa Conferência dos Estados Partes está prevista para o final de outubro, até agosto nós teríamos esse prazo e aí os países têm que ter ratificado a Convenção para participar e para enviar o seu representante, porque se os países não ratificarem, não participam da Conferência dos Estados Partes.

Bom, eu queria agradecer a vocês, me colocar à disposição e terminar uma frase que marcou esse processo de construção dessa Convenção: "Nada sobre as pessoas com deficiência sem as pessoas com deficiência". Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação da Regina Atalla e passo, em seguida, a palavra ao Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, que é Procurador Regional do Trabalho. Muito prazer também ao recebermos, Dr. Ricardo.

SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA: Senador Garibaldi Alves, Presidente dessa Casa, Senador Flávio Arns, amigos da Mesa. Quero dizer que é uma alegria, uma honra a esse Procurador do Ministério Público do trabalho poder lhes falar.

Antes, no entanto, de dar início à minha fala, Presidente Flávio Arns, eu gostaria de pedir ao senhor que distribua aos presentes um pequeno texto que eu elaborei para embasá-la e queria pedir também que o senhor replique, por favor, aos demais Senadores se possível, que possam todos ler, para que isso facilite a minha argumentação. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Vamos providenciar.

SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA: Muito obrigado. Senhoras e senhores, estamos vivendo aqui no Senado do Brasil um momento histórico, um momento histórico porque os Direitos Humanos estão se aperfeiçoando, estão se tornando mais eficazes. O preâmbulo da Convenção deixa bem claro que a intenção da ONU ao votar essa Convenção não foi apenas de proteger os seiscentos e cinquenta milhões de deficientes do mundo, foi sim de aperfeiçoar a eficácia dos Direitos Humanos, porque na medida em que uma pessoa não tenha direito humano reconhecido, todos perdemos. Na verdade essa Convenção retoma todo o processo de aperfeiçoamento dos Direitos Humanos. Estamos nesse ano a comemorar sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos que afirma, no seu art. 1º, que todo ser humano nasce livre e igual em direitos e dignidade.

Até hoje, porém, senhoras e senhores, os direitos básicos das pessoas com deficiência, como direito de livre expressão, direito de ir e vir, direito de opção religiosa, direito de orientação e participação política, direito de votar e ser votado, esses direitos básicos até hoje não foram eficazes a esse segmento de pessoas. Na verdade a ONU estabelece princípios e instrumentos jurídicos que fazem com que esses direitos, antes declarados e não eficazes, se tornem viáveis.

Um dos momentos mais importantes da Convenção é quando ela define pessoa com deficiência, estabelecendo que pessoa com deficiência é aquela que tem um impedimento de caráter físico, mental, intelectual ou sensorial, mas ela não pára por aqui. Esse seria o conceito tradicional de pessoa com deficiência. Ela coloca uma vírgula e diz que, em que razão de barreiras diversas, não tem acesso aos seus direitos. Também no art. 3º, da Convenção, ela estabelece vários princípios que são hoje em dia reconhecidos pelo direito constitucional como normas, como regras que devem ser aplicados tanto quanto as leis tradicionais. Os princípios que estão enumerados na Convenção são muito importantes. O primeiro princípio no art. 3º é aquele que dá à pessoa com deficiência direito à autonomia, direito a ser e exercer por si os seus direitos, ser senhor dos seus direitos, o direito ao princípio também de não discriminação, ao princípio de participação

política e social, ao princípio de que a deficiência deve ser vista como algo inerente da diversidade humana. Senhoras e senhores, aqui a Convenção revoluciona a concepção de direitos da pessoa com deficiência, porque define, efetivamente, que a deficiência física, mental ou sensorial é um atributo da pessoa, tal como o gênero, tal como a orientação política, tal como a orientação sexual, tal como a raça e etc. A deficiência, então, a limitação física e mental ou sensorial é um atributo da pessoa, mas ter ou não acesso aos direitos, isso sim é deficiência e esta não é uma responsabilidade da pessoa e sim da sociedade.

É possível, então, se afirmar que a partir da Convenção da ONU se pode dizer que a deficiência não está na pessoa, mas sim na sociedade de que não cria instrumentos para que a pessoa tenha acesso aos seus direitos. Então os cegos não têm uma deficiência, eles na verdade terão essa deficiência se a sociedade não lhes assegurar o livro acessível, não lhes assegurar os instrumentos para que ele possa exercer o seu direito de ir e vir e de livre expressão. A mesma coisa com relação às pessoas com deficiência física ou auditiva.

Recentemente, Senador Flávio Arns, recentemente, Senador Garibaldi Alves, eu fui incumbido, pelo Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho, de cuidar de um assunto básico, só para os senhores terem uma idéia, a inserção de pessoas que interpretem Libras no Judiciário. Por que isso? Porque até hoje o surdo, se for a uma ação judicial, o Juiz não tem como entendê-lo, então pouco ele, surdo, poderá entender o que aconteceu no processo, porque as sentenças são dadas em português, em português escrito, e muitos surdos não entendem português, expressam-se por Libras. Ora, se jurisdição é o ato do Estado de dizer o direito, não haverá jurisdição plena se os surdos não tiverem a sentença proferida em Libras, não haverá jurisdição plena se o Juiz não puder entender o que o surdo diz, com um intérprete oficial de Libras, como acontece com qualquer cidadão estrangeiro que vá ao Judiciário, o Juiz nomeia um intérprete da língua respectiva. Isso deve acontecer também com relação ao surdo. Até hoje, porém, não acontece. Então por causa das discussões que hoje se travam com relação à pessoa com deficiência é que o Judiciário trabalhista aprendeu que deve nomear um intérprete de Libras, isso hoje, em pleno Século XXI apenas.

Ora, é muito importante que tenhamos essa Convenção ratificada com força de Emenda Constitucional. Isso não é apenas uma vitória de alegoria política, é uma vitória que se pede para que nossos direitos sejam reconhecidos de forma eficaz. São vinte e quatro milhões e quinhentas mil pessoas com deficiência no

Brasil. Se poderia dizer: “Bom, é um minoria expressiva”. Mas eu posso dizer mais: além das pessoas com deficiência, como bem já se disse aqui, há os seus familiares, os seus cônjuges. Na verdade essa Convenção, quando vier a ser aprovada, afetará, eu posso afirmar com muita tranquilidade, cerca de cem milhões de pessoas, no mínimo, porque hoje as famílias no Brasil arcam com o ônus que não deveriam arcar porque o Estado até hoje se omite, até hoje a sociedade brasileira é sim deficiente com relação ao reconhecimento das pessoas com deficiência.

É crucial, portanto, que se aprove essa Convenção com força de Emenda Constitucional, é importante que se abram as janelas, as portas, os portões, todos os caminhos do Senado para que as Medidas Provisórias sejam colocadas num ponto de espera para que essa Convenção tenha a acolhida que merece. Nós, pessoas com deficiência, não toleramos mais o descaso, o esquecimento que nos é dirigido. Sabemos que o Senado tem mostrado com galhardia que isso tem que acabar, o Senado foi o primeiro a aprovar o Estatuto da Pessoa com Deficiência. No entanto, recebe agora da Câmara uma mensagem importante, Srs. Senadores, que os senhores aprovelem também a Convenção como a Câmara já o fez com força de Emenda Constitucional. Será a primeira vez que isso ocorrerá, isto é extremamente necessário, será muito importante que isso ocorra com a maior brevidade possível para que o Brasil possa participar desse Conferência que a ONU brevemente realizará, como bem disse a Regina.

Eu lhes falo não apenas como Procurador, como membro do Ministério Público, mas eu tenho algo a lamentar, tenho algo a lamentar: até hoje não há nenhum cego no Judiciário, não há nenhum cego no Ministério Público além de mim, quer dizer, eu sou uma exceção que confirma uma regra muito triste: as pessoas com deficiência não têm acesso ao trabalho, não têm acesso à participação política. Todos os que fazemos hoje as coisas, a Regina, a Izabel, a Flávia, todos nós que estamos aqui, o Alexandre, somos pessoas com deficiência que provamos que somos exceções e é importante que não sejamos mais exceções e que sim todas as pessoas com deficiência possam ter acesso às conquistas que nós já tivemos e isso vai depender, Srs. Senadores, dos senhores. Está na mão dos senhores o destino das pessoas com deficiência no Brasil e isso me deixa muito feliz porque eu sei que esse Senado honrará essa expectativa. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço ao Dr. Ricardo, que é lá do Paraná também [risos], quer dizer, adotado pelo Paraná, ele adotou o Paraná.

SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA: Eu sou paranaense por opção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, paranaense por opção, foi ele que adotou o Paraná e nós o adotamos no Paraná também, sendo que faz um trabalho extraordinário, é uma pessoa com convicções, assim, profundas sobre as necessidades da área e compartilhadas pela manifestação de vocês, com todo o Plenário e com todo o Brasil certamente. Parabéns.

Eu gostaria de destacar a presença, também, de mais algumas entidades, além daquelas que eu já li antes: Secretaria Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo, Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil, Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, Central Única dos Trabalhadores – CUT, Associação de Amigos do Autista em Sergipe, ANATEL, Associação Pró-Inclusão de Porto Alegre, Conselho Nacional de Assistência Social, Associação de Pais e Amigos do Sial(F) – Agência Inclusiva e Associação do Distrito Federal – DFDOWN. Parece que havia mais uma folha aqui com uma ou duas entidades, então se por um acaso eu não tiver lido, mas que conste depois no registro todas as entidades presentes e, caso alguma não tenha sido mencionada, por favor, a assessoria da Comissão aqui de Direitos Humanos tomará esses nomes.

Nós estamos chegando ao final desta Audiência Pública, que foi coordenada através desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, através do requerimento do Senador Paulo Paim, que já foi mencionada as razões por ele não estar presente hoje, mas que participou inclusive à distância deste evento, agradecer a presença dos vários Senadores que estiveram presentes, já se manifestaram, há outras Reuniões acontecendo, agradecer a participação de todas as entidades que estão aqui neste Plenário e que representam, assim, esta força, esta energia, esta construção de cidadania pelo Brasil todo, porque cada entidade está presente em todos os Estados do Brasil, agradecer a participação dos expositores e das expositoras que clarearam não só para o Senado, para as entidades, mas para o Brasil todo, através dos meios de comunicação do Senado, a importância desta Convenção de Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência da ONU e que está para ser votada agora no Senado Federal, e dizer, assim, que a minha certeza é aquela certeza de que nós teremos, também, o máximo, sem dúvida, de urgência na apreciação dessa matéria. Há acordos, sempre esses

acordos têm que ser construídos entre os líderes dos partidos, o Senador Garibaldi Alves sempre se empenha muito nesse aspecto, que a gente possa ter desdobramentos práticos em termos do Senado Federal continuar demonstrando assim um compromisso de fazer as alterações todas para que acessibilidade seja realidade dentro do Senado Federal. Muitas coisas foram feitas, existe um cronograma, inclusive, de implantação de mudanças e isto vem sendo acompanhado pelas Associações de Pessoas com Deficiência para que tudo isso não seja, no fundo, como foi ressaltado, não só uma questão de legislação, de Constituição, de leis, mas que a gente possa um país com leis boas e realidade que cumpra aquilo que a legislação determina, não é verdade?

A pedido do Senador Paulo Paim – e é bem rápido – eu peço permissão para aprovar um requerimento extrapauta. As pessoas que estiverem de acordo da inclusão do assunto como extrapauta permaneçam como estão. Está aprovado. O requerimento de autoria do Senador Paulo Paim é o seguinte: “Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, c.c. o art. 90, inciso III, do Regimento Interno, requero a realização de Audiência Pública, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, para debater o episódio da tortura e morte de três jovens na Favela Morro da Providência, no Rio de Janeiro, por traficantes, com a participação de militares do Exército brasileiro. Para tanto gostaríamos que fossem convidados o Ministro da Defesa Nelson Jobim, o Comandante do Exército General Mauro César Lorena Cid, o Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, Deputado Alessandro Molon, e o Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo de Tarso Vannuchi”. Está em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Está aprovado.

Para mim foi uma alegria muito grande ter participado desta Audiência Pública. Foi um momento importante para o Senado Federal, para as Comissões, para o Brasil, um debate do mais alto significado a favor de cidadania. Quando nós pensamos em dignidade, respeito, cidadania para a pessoa com deficiência, que foi objeto específico da discussão nesta manhã, sem dúvida alguma isto abrirá todas as portas para que dignidade, respeito e cidadania aconteçam com todas as pessoas, como foi dito inclusive nesta Audiência Pública, para as pessoas com deficiência e para todos. Então foi um momento importante e Oxalá todos nós possamos nos orgulhar dos desdobramentos e da

concretização no cotidiano das pessoas, fruto desse debate da Convenção.

Só quero mencionar, ainda, presentes o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF, Associação Brasil Síndrome Pós-Pólio, CREA Distrito Federal. Então ressaltar a alegria.

E gostaria muito, Sr. Presidente, que V. Ex^a. pudesse dar a mensagem final e encerrar essa Audiência Pública. Presidente do Senado, amigo, solidário da área e uma pessoa que vem fazendo um trabalho extraordinário dentro do Senado Federal, o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero agradecer a Flávio Arns a possibilidade que ele me dá de, através dessa Audiência Pública, entrar em contato com todos vocês. Senti de perto o que representa essa Convenção, que a despeito de ser uma Convenção Internacional, uma Convenção votada na ONU, mas nós só temos a verdadeira repercussão dela quando ela é discutida assim pelas pessoas, as pessoas revelando todo o seu desejo de uma integração que não pode mais ser postergada. A integração das pessoas deficientes na nossa sociedade é uma exigência dos tempos de hoje, é uma exigência por quem tem no seu coração os melhores sentimentos. Não é uma questão de caridade, é uma questão de direito claro. Então por mais que eu pudesse ter, e ainda ontem eu falava com o Chanceler, num jantar no Itamaraty oferecido ao Príncipe japonês, sobre essa Convenção, sobre a importância dela, eu repito: ela só tem importância quando ela é vista aqui junto às pessoas.

Então, meu caro Flávio Arns, vamos tratar de fazer, correr isso daí, de apressar, de votar. Aqui foi dito até que as Medidas Provisórias poderiam atrapalhar. O nosso Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, se não me engano foi ele que falou sobre isso, mas eu acho que isso no momento, no parlamento, está acima de outra e qualquer proposta, deve ser a prioridade [palmas]. Deve ser a prioridade número um e eu, como Presidente, usando as prerrogativas de Presidente, designo você para que, passada essa semana, na outra semana, destrancada a pauta, se possa votar a ratificação [palmas]. Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado pela acolhida [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com essas palavras e esse compromisso está encerrada a presente Audiência Pública. Obrigada [palmas].

Sessão encerrada às 11h38

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 26 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às nove horas e três minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Paulo Paim, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior e Sérgio Zambiasi**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justifica ausência o Senador, Romeu Tuma. A Presidência abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e faz suas considerações iniciais, explicando como serão conduzidos os trabalhos. **Item Único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 20, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 13/03/2008, com vistas a tratar das melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos Motoristas de caminhão (Caminhoneiro), ônibus e transporte de modo geral, enfocando questões como a elevada carga de horário de trabalho com reflexos na saúde pelo uso de drogas para execução de seu trabalho, bem como a segurança de trânsito. Convidados que compareceram: **Marco Antônio Ferreira de Carvalho** – Presidente do Sindicam/POA; **Paulo Roberto Barck** – Presidente do Sinecarga; **Luides Fernandes Leopoldo** – Presidente do Sindirodoviários; **Telmo Saraiva Lopes** – Presidente da Cooperativa dos Transportadores Autônomos do Rio Grande do Sul – Cootargs; **Nélio Botelho** – Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro – MUB; **Jeová Pereira** – Presidente do Sindicam e Delegado do FENACAM; **José Carneiro**, Presidente da Federação das Cooperativas de Transporte de Minas Gerais – FETRANSCOOP, em representação de **Carlos Roberto Dellarosa** – Presidente do Sindicato dos Transportes Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região; **Luiz Antônio Festino** – Consultor de Política Sindical da CNTTT/FTTRESP; **Laertes José de Freitas** – Vice-Presidente do Sindicam/PR; e **José Pedro dos Reis** – Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região – Mato Grosso. O Senhor Jeová Pereira entrega documento denunciando situações irregulares referentes aos caminhoneiros. O Senhor José Pedro dos Reis solicita ao Senhor Presidente a exibição do vídeo “Quem aceita o trabalho escravo, ajuda a cavar esta cova”,

produzido pelo Ministério Público do Trabalho da 23ª Região – Mato Grosso e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Em resposta, o Senhor Presidente determina a Secretaria da Comissão providenciar a exibição do vídeo ao final da Audiência Pública. O Senhor Presidente, após a exposição dos Senhores convidados, franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Encerradas as falas dos Senhores Senadores, dos convidados e pessoas da platéia, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais e solicita o início da exibição do vídeo. Fazem o uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: **Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, José Nery, Cristovam Buarque e Sérgio Zambiasi**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permanecem como se encontram. Aprovada.

Item único: audiência pública. Nos termos do Requerimento nº 20, de 2008 da CDH, de autoria deste senador, aprovado em 13/03/2008, com vistas a tratar das melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde e carga horária dos motoristas de caminhão, caminhoneiros, ônibus e transporte de modo geral, enfocando questões como a elevada carga horária de trabalho com reflexo na saúde e na segurança. Enfim, esse é o objetivo dessa nossa audiência pública.

Nós convidamos, como painelistas, eu vou primeiro fazer a leitura daqueles que virão à Mesa e eu vou convidar de dois em dois, virão dois, farão sua exposição, depois mais dois. Nós vamos convidar... Depois, vou seguir a ordem no momento adequado. Sr. Marco Antônio Ferreira de Carvalho, Presidente do SINDICAM Porto Alegre e o Sr. Telmo Saraiva Lopes, Presidente da Cooperativa dos Transportadores Autônomos do Rio Grande do Sul, COOTARGS. E depois, na sequência, digamos, desses dois, peço que um sente à minha direita, outro à minha esquerda, sem nenhum rótulo de direita ou de esquerda, é posição apenas na Mesa, e depois no segundo momento nós

vamos chamar o Sr. Nélio Botelho, Presidente do MUB, Movimento União Brasil Caminhoneiro e chamaremos, também, no segundo momento, na segunda Mesa, o Sr. Jeová Pereira, Presidente do SINDICAM e Delegado do FENACAM. E também nessa outra Mesa viria, então, o Sr. José Carneiro, Presidente da Federação das Cooperativas dos Transportes de Minas Gerais, FETRANSCOOP/Minas Gerais, representando Carlos Roberto Dellarosa, Presidente do Sindicato dos Transportes Rodoviários Autônomos de Bens de Londrina e Região. E depois, também está aqui na lista, não sei se já chegou, Laertes José de Freitas, Vice-Presidente do SINDICAM/Paraná.

Embora, nesse momento, a gauchada tomou conta aqui da Mesa, pelo que eu percebo, só tem gaúcho na Mesa, e como nós estamos ao vivo, pela nossa TV Senado, para todo o Brasil, eu quero dizer que, no Plenário, também temos líderes de outros Estados, e são de referência nacional, que virão no segundo momento. Apenas segui aqui a ordem de chamada que foi me apresentada pela Secretaria Geral da Mesa.

Me permitam e vocês, depois, podem me ajudar aqui, nessa introdução que eu vou fazer, que eu sempre, antes de iniciar uma audiência pública, acabo comentando o que é que nos levou a essa solicitação. Eu peguei algumas informações com os líderes dos trabalhadores motoristas do país e outras, naturalmente, foram construídas pela própria assessoria.

O objetivo dessa audiência pública, entre outros, naturalmente, é melhorar as condições de trabalho dos motoristas. Há uma preocupação enorme com a questão salarial também, que é fruto desse debate, e melhorar as condições de segurança no trabalho e de saúde. Uma das preocupações da categoria é a elevada carga horária do trabalho, que tem reflexos na saúde, por meio da carga horária exagerada e ainda terem que, muitas vezes, os motoristas, principalmente, de caminhão, creio eu, ter que tomar algum tipo de incentivo para se manter de olhos abertos e aqui eu vou ler algumas denúncias que me chegaram, que depois vocês podem confirmar, ou não, ou aprimorar a exposição primeira que farei.

Em 2006 o Centro de Estudos e Logística da Universidade Federal do Rio de Janeiro mostrou que, a cada ano, são registrados 200 mil acidentes e 34 mil mortes nas estradas brasileiras. Números superiores aos registrados nos países europeus. Eles colocam o Brasil na triste terceira posição entre os países da América Latina que mais acontece acidentes no trânsito. Ainda de acordo com esse estudo, o prejuízo com a perda de carga em razão de acidentes, soma por ano mais de dois bilhões de reais. Quase três vezes a despesa com roubos.

Se forem considerados os prejuízos à vida, em parte, porque a vida não tem preço, ao patrimônio e ao veículo, as estimativas de perdas alcançam até a nove bilhões de reais. A idade média das frotas é 18 anos. A melhoria nas condições de trabalho dos caminhoneiros pode contribuir para a redução do número de acidentes. Hoje, todo o Brasil está debatendo a questão dos acidentes no trânsito. Há todo tipo de campanha.

Mas, uma das formas que nós aqui vamos debater para diminuir o número de acidentes e mortes, enfim, e que levam à perda de vidas ou mesmo seqüelas, às vezes irreversíveis, passa, também, por melhorar as condições dos nossos profissionais e aqui está sempre dando muita ênfase nessa Audiência, nós vamos tratar de toda a questão dos caminhoneiros. Uma outra pesquisa, essa da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, em 2007, aponta a jornada excessiva de trabalho dos caminhoneiros como uma das causas do aumento da violência no trânsito rodoviário.

Eu confesso a vocês que eu defendo o turno de seis horas. E a PEC que deixamos na Câmara com o Senador... O hoje Senador e ex-Deputado Inácio Arruda, de minha autoria e dele é, no primeiro momento de 44 para 40, mas depois é turno de seis horas. Aqui no Senado, eu rerepresentei essa PEC que, no primeiro momento, reduz de 44 para 40, reduz, no segundo momento, uma hora por ano até chegar a turno de seis horas para todos. Poderia dizer, também, ainda aqui, pelos dados que eu tenho, o estudo aponta o uso de anfetaminas, substância utilizada para manter o trabalhador acordado, como uma das causas, inclusive, de acidente.

Quero dizer que o nosso companheiro aqui, Senador Geraldo Mesquita Júnior, sempre presente, aqui, na Comissão, está aqui para prestigiar esse debate. Senador, muito nos orgulha a sua presença aqui, todas as quintas de manhã, prestigiando o debate desta Comissão. Estou fazendo uma pequena introdução do debate de hoje sobre a situação dos motoristas, com ênfase na questão dos caminhoneiros, diz aqui ainda: O ciclo, redução do prazo de entrega, prazo cumprido ou perda de frete, levam ao uso do tal de "rebite", isso eu quero que vocês expliquem, naturalmente vão explicar depois aqui, e as conseqüências dele: acidentes, mortes, doenças, doenças psicológicas e físicas. Muitos motoristas que sofrem acidentes são assombrados pelo chamado "black dog", cachorro preto – estou ouvindo isso pela primeira vez, vocês vão poder explicar – razão: sonolentos, perdem o controle, pela carga horária excessiva, ou vêem um cachorro preto na estrada, ou um carro que os fecha, os que recorrem aos "rebites" para, às vezes, não enfrentar um momento, digamos, assombroso como esse.

O Ministério Público do Trabalho do Mato Grosso concedeu, em janeiro desse ano, liminar que reduza a horária desses trabalhadores. De acordo com o Ministério Público, o Governo Federal – aqui tem outro dado interessante – de acordo com o Ministério Público do Trabalho, o Governo Federal gasta cerca de 25 bilhões/ano com tratamento de acidentados e mortos, devido ao descontrole do setor de transportes na estrada. Aí, naturalmente, há todos os acidentes na área dos transportes. Chega a 25 bilhões/ano e nós, aqui, a partir dessa audiência pública e dos projetos que já recebi aqui, inclusive têm alguns de minha autoria, um foi arquivado, outro não, mas enfim, vamos construir com grande entendimento a partir dessa audiência pública.

Aqui o dado que eu falava antes: média de trabalho. Pode chegar, Senador Geraldo Mesquita Júnior, veja bem, isso acho que nem no tempo da escravidão não tinha; porque, mesmo o senhor dos escravos sabia, se o camarada trabalhar 24 horas, ele vai morrer rapidamente e, conseqüentemente, ele teria prejuízo. Média de trabalho. Média não, chega a ser, em alguns casos, e vocês poderão confirmar aqui ou não, mas eu recebi aqui, 19 horas por dia. Muitas vezes com sobrecarga no caminhão. A falta de conservação das estradas chega a encarecer em 30% o valor do frete rodoviário.

O Conselho Nacional do Trânsito, CONTRAN, publicou uma norma para tentar diminuir o número de acidentes provocados pelo sono ao volante. Assim, para tirar ou renovar a carteira de habilitação das categorias C, D e E, os motoristas terão que passar por oito novos testes, para avaliar possíveis problemas de sonolência excessiva, os exames incluem testes físicos e o questionário sobre os hábitos do motorista. Quem não passar no teste terá que fazer um exame mais complexo, ou seja, pode perder a carteira.

Essa questão gera polêmica apesar dos representantes da categoria concordarem com as medidas, em tese. Eles reclamam dos valores entre 500 e 1.000, em rede particular, e na demora do atendimento pelo SUS. Enfim, aqui há uma série de outros dados e números que, se for necessário, no momento adequado, a gente usaria para enriquecer o debate.

Tudo pronto, com a presença, já, do nosso Senador Geraldo Mesquita Júnior aqui, nessa importante audiência, Senador Geraldo Mesquita Júnior, porque a gente fala tanto de acidente no trânsito, mas não chama os profissionais, aqueles que, muitas vezes, estão no trânsito, até, com trabalho forçado e ainda sofrem, digamos, a ação desse ou aquele motorista amador sem carteira ou sem carteira, dirigindo de forma irresponsável e causando acidente. Não estou

me dirigindo aqui aos profissionais do volante, estou me dirigindo ao cidadão comum que, às vezes, o pai dá o carro para o filho, sai dirigindo e acaba acontecendo tudo isso.

Eu vou passar aos painelistas. Mas se o Senador Geraldo Mesquita Júnior, para situar aos senhores, em toda audiência pública, todo momento em que o Senador entender que ele deve usar a palavra, ele usa. Então, nesse momento, antes de passar para os nossos primeiros dois convidados, depois teremos mais uma Mesa com outros três, eu, nesse momento, com satisfação, passo a palavra ao nosso amigo e companheiro e Senador comprometido com o nosso povo, nossa gente, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, querido amigo, primeiro uma pergunta que me levou, à noite, para casa, a sua saúde. Como está a sua saúde?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Graças a Deus, Senador Mesquita, eu tinha uma série de agenda no Rio Grande do Sul, mas eu disse que não deixaria de vir aqui, participar da Audiência, pela manhã e, pela tarde, que vai tratar da questão dos povos indígenas.

E, ao mesmo tempo, eu marquei um *check up*. Estou medindo a pressão de duas em duas horas. Inclusive, V. Ex^a. vai estar aqui comigo, quando for mais ou menos 10 e meia, 11 horas, eu terei que sair um pouquinho daqui para medir a pressão mais uma vez, mas está sob controle.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Então está aí por força do *check up*?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por força do *check up*.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Porque fiquei preocupado que, ontem, a gente estava no Plenário, V. Ex^a. saiu para fazer uma aferição, fui para casa e minha mulher disse: “Olha, o Senador Paim foi fazer mais uma...” Diabo, o que está acontecendo? Felizmente está tudo bem com V. Ex^a.

Mas eu queria, a par de cumprimentá-lo, Senador Paim, cumprimentar nossos convidados e louvar a feliz iniciativa de V. Ex^a. de trazer aqui profissionais que vivem o drama, entendem da questão, para nos orientar, para discutir conosco essa questão. Eu me lembro, muitos anos atrás, Senador Paim, quando os ônibus interestaduais faziam viagens com apenas um motorista e que o índice de acidentes era brutal, era enorme. E que se cogitou da necessidade de se limitar o horário, e que os motoristas de ônibus coletivos interestaduais teriam que cumprir, eu lembro que foi uma chiadeira geral. Que isso ia importar em mais despesas para as empresas, e tal. Sei que a coisa foi resolvida,

as empresas de ônibus, hoje você viaja daqui para o Rio, por exemplo, há pontos em que motoristas são substituídos. Ou seja, uma coisa razoável.

Digo isso em relação à grande maioria de empresas de ônibus. Em relação aos motoristas que operam caminhões de carga, de transporte, me parece que ainda não há, essa prática ainda não é efetiva, essa prática ainda não é consolidada. Pode ser que um caso ou outro exista, mas, ao que me consta, motorista sai daqui para o Acre, por exemplo, do Rio Grande do Sul até o Acre, tomando “rebite” e tal e com o risco de sua própria vida.

É por isso que eu louvo a iniciativa de V. Ex^a., de trazer esses profissionais aqui, para discutir conosco esse assunto e eu acho que, a partir de agora, temos condições de elaborar algo mais preciso, algo mais determinante, para que as empresas de transporte de carga no nosso país sejam levadas, ou obrigadas de fato, a proceder de forma a garantir a integridade dos profissionais que dirigem esses caminhões, esses veículos, e eliminarmos substancialmente o índice alto, que eu acho que é elevado, ainda, de acidentes, de fatalidades, inclusive. Não é, Senador Paim?

Então, eu não podia deixar, de perder essa Audiência, eu sabia da pauta e acho que é um assunto muito importante, muito interessante e vou ficar aqui quietinho, agora, ouvindo os nossos estimados convidados. Era o que eu tinha a dizer no momento, Senador Paim. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Geraldo Mesquita Júnior, a Mesa me comunica que o Dr. José Pedro dos Reis, procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho da 23ª Região, do Mato Grosso, informa que também que está vindo e vai participar conosco aqui. Eu tinha já o convite feito, mas não tinha confirmado, é com satisfação que poderemos ouvi-lo também, já que eu acabei citando o nome dele aqui, inclusive, pelo brilhante trabalho feito lá no Estado.

Então, de imediato, eu passo a palavra ao Sr. Marco Antônio Ferreira de Carvalho, Presidente do SINDICAM lá de Porto Alegre, capital de todos os gaúchos. Eu fui forte aqui no... Como é que chama? No bairrismo, aqui. Então, vamos lá.

SR. MARCO ANTÔNIO FERREIRA DE CARVALHO: Nossa querida Porto que te quero Alegre, não é, Senador? Porto que te quero Alegre. Senador, bom dia. Senador Geraldo, bom dia. Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores, Sr. Omar. Nélcio Botelho, presentes os meus companheiros de jornada, aí, na luta da questão da nossa categoria. Só lembrar, Senador Geraldo, uma coisa que o senhor falou, de alguns anos atrás, de fato era verdade, hoje ainda se-

gue, só que, anos atrás o motorista trocava, eu que fui motorista de ônibus da Cometa, aqui em São Paulo, fui motorista da Andorinha, e nós trabalhávamos nove, dez horas de viagem num percurso, mas descansávamos 48. Então era tranquilo.

O que está existindo hoje é uma coisa que se chama crime, na minha opinião. O passageiro está no ônibus... Existem as pontes de troca. Só que ele rodou... Vou dar um exemplo assim: ele saiu de São Paulo para o Rio de Janeiro, ele vai trocar ali, mais ou menos, perto de... Deve ser a ponte da troca dos motoristas ali em Volta Redonda, Barra Mansa, por ali, 200 km.

O passageiro que está dentro do ônibus fala: “Ó, está trocando o motorista, vai pegar um motorista descansado”. Ao contrário. O motorista saiu de São Paulo, foi até lá, ele desce com a malinha e embarca no outro para voltar para São Paulo. E aquele que veio do Rio, que desceu para descansar, ele está embarcando no outro que está voltando para o Rio. Isso acontece lá no sul, Senador, com a Planalto e algumas outras empresas. Motorista sai, por exemplo, com destino a Uruguaiana, ele vai até--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quantas horas para ter uma idéia?

SR. MARCO ANTÔNIO FERREIRA DE CARVALHO: Dá quatro horas e meia.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Chega lá, tem que voltar direto.

SR. MARCO ANTÔNIO FERREIRA DE CARVALHO: Ele chega em São Gabriel, ele desce daquele ônibus e pega o ônibus que está voltando. E volta para Porto Alegre naquele ônibus que está vindo, que é o mesmo horário que sai o de Porto Alegre, sai o de Uruguaiana.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem dormir, descanso, sem nada?

SR. MARCO ANTÔNIO FERREIRA DE CARVALHO: Sem nada. Então, o passageiro está crente que está--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que está andando com motorista sem dormir e cansado.

SR. MARCO ANTÔNIO FERREIRA DE CARVALHO: --que está andando com motorista tranquilo e descansadinho. Então, essa é a situação. Quer dizer, que é uma coisa... É um engodo; está sendo tampado, mostrando uma realidade que não é.

Mas a questão de coletivo, aí, nós temos representantes da categoria do rodoviário aí. Eu quero, como eu já disse, cumprimentar a todos os presentes e quero relatar um caso emblemático, questão de cargas embarcadas, por exemplo, na Bahia, ou lá em Porto Alegre, com destino a São Paulo.

Hoje temos um fator muito crítico, que é a carga horária que é imposta ao caminhoneiro. Então nós temos aí--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dr. Marco Antônio, me permita, só para situar todo o Plenário e os convidados, vamos dar 10 minutos, é aquele relógio do fundo, com a tolerância de mais cinco se necessário. E, depois, vamos estabelecer, inclusive, o debate com o Plenário e a Mesa no momento adequado.

SR. MARCO ANTÔNIO FERREIRA DE CARVALHO: Está bom. E o motivo maior da gente participar, na qual nós tivemos a conversa, lá em Porto Alegre, numa Reunião em seu gabinete, foi que nós, além de estarmos com uma dificuldade financeira muito grande em relação às questões de frete, está sendo imposta ao caminhoneiro, tanto autônomo e o caminhoneiro empregado, uma carga horária excessiva.

E o Senador deve ter acompanhado, lá na região nossa, no Rio Grande do Sul, pela mídia, no caso a Zero Hora, que fez um trabalho durante quase uma semana em relação ao "rebite", que o caminhoneiro está tomando "rebite". O "rebite" é anfetamina, que é uma substância... Normalmente ela é receita para conter... Para emagrecimento. Então ela corta o sono. Aí o caminhoneiro toma seu "rebite" porque tem 17, 18 horas para fazer Porto Alegre-São Paulo, sendo que um ônibus, trocando cinco motoristas durante o percurso, faz em 22 horas. Aí uma carreta com 23, 24, 25, 26 toneladas, o motorista é obrigado a fazer em 18, 19 horas. Então acho um absurdo.

Houve a oportunidade de nós levarmos ao conhecimento do Senador Paim, então nós viemos aqui, nessa Comissão, para nós debatermos a essa questão da carga horária. Para nós é crime, caminhoneiro trabalhando e o que vai acontecer? Ele tem que fazer esse horário, ele vai tomar "rebite". O "rebite" vai dar para ele um determinado tempo acordado. Daí quatro; três, quatro horas, cinco horas, ele continua, como a gente diz na gíria do caminhoneiro, com o olho estalado. Mas, psicologicamente, ele está apagado. É onde, às vezes, a gente vê determinados acidentes que o pessoal fala: "Mas como é que esse cara tombou nessa reta?" Ele está na reta... Ou ele passou em cima de um veículo que está com uma família. É que o reflexo psicológico dele não existe mais. Ele não freia, ele não pisou no freio, ele não viu uma curva, ele não viu um outro caminhão na frente dele.

Nós tivemos, recente, agora em São Paulo, na marginal, um caminhão que entrou na traseira do outro e, no dia seguinte, não conseguiu entender porque que aquele caminhão entrou na traseira daquela maneira. Então isso aí, Senador, a gente tem, aí, um período,

temos mais palestrantes, chegou mais gente, damos continuidade para não expandir muito.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parabéns. Então passo a palavra, de imediato, ao Sr. Telmo Saraiva Lopes, Presidente da Cooperativa dos Transportadores Autônomos do Rio Grande do Sul, COOTARGS e, em seguida, viria para a Mesa, então, o Sr. Nélcio Botelho, Presidente do MUB, e o Sr. Jeová Pereira. E a última Mesa seria o Sr. José Carneiro e o procurador José Pedro dos Reis. Por favor, Sr. Telmo.

SR. TELMO SARAIVA LOPES: Bom dia Senador Paim, bom dia às autoridades presentes, a toda a classe sindical, a todos... Todos os líderes de classe, sindicatos, cooperativas, como eu estou representando aqui.

O que nos preocupa muito, Senador, é a carga horária do motorista. O motorista autônomo, seja ele do ônibus ou do caminhão, como falou o Sr. Marco, ele é obrigado a fazer um determinado horário, muitas vezes contra a vontade.

Porque a carga... Você carrega uma determinada firma, ele tem horário para entregar a carga. Muitas vezes o que acontece? Ele já está com o seu horário vencido e acaba usando, às vezes, de remédios, de comprimidos e outros tantos, aí, para poder cumprir o horário. Então, o que preocupa muito a gente? Como o pessoal ali, como o sindicato, eu como cooperativa... Então... Porque, muitas vezes, o motorista, ele se obriga a fazer... Ele já não tem mais ânimo para fazer aquele trabalho, ali. Porque a carga horária, ela deixa a gente muito estressado. Porque, muitas vezes, o senhor fica, às vezes, sem dormir, mal alimentado...

E toda a estrada, hoje, mesmo, tanto BR como estrada estadual, ela está muito... Como é que vou dizer? Muito superlotada, muito movimento, movimento de caminhões, carro, entendeu? Então, a gente está preocupando e trazendo, pedindo essa solução, para que a gente venha a ter um retorno em breve, para que... Todo motorista, seja ele do caminhão ou do ônibus, uma redução de horários. Que vai ser... Beneficiar todo o caminhoneiro e todo motorista de ônibus, no caso, que estiver na estrada.

Porque, muitas vezes você, com o excesso de horário, você começa a se preocupar, de repente, pelo horário que tem que fazer, têm muitas preocupações que elevam o estresse.

Aí, o que acontece? Você não consegue cumprir o seu horário e a firma lhe cobra. Você é cobrado um determinado tempo. Então você se obriga, de repente, a usar de... De comprimidos, de... Até mesmo... Agora mesmo está saindo essa lei da bebida, também... Para quê? Para que venha restaurar o seu organismo

e seguir em frente. Então, o que a gente busca hoje? A gente, hoje, está buscando mais segurança, para o motorista, também, o motorista autônomo, que ele está meio...

Nossas estradas oferecem perigos, e é o que a gente veio em busca, aqui, Senador. Para que a gente venha dar mais um aval, a nossa própria família. Que muitas vezes, quando, às vezes que a gente está na estrada, eu mesmo fui caminhoneiro, a gente lembra que muita coisa passa pela mão do motorista. E, muitas vezes, a gente esquece que o motorista tem uma família que ficou em casa, muita gente depende do motorista; motorista autônomo, seja lá o frentista do posto, seja lá o eletricitista, seja lá o borracheiro, seja lá o restaurante de beira de estrada. Todas essas pessoas dependem do motorista.

Então é uma classe que ela merece um pouco de carinho, ela merece um pouco de valor e, até então, ela... Eu diria assim... Peço até desculpas se não for a colocação que eu iria colocar, ela é um pouco desvalorizada. Diria que a gente... Diria que o motorista, mesmo... Trabalhei 24 anos com o caminhão, então sei bem da carência que o caminhoneiro autônomo passa. E, hoje mesmo, a gente... Como dirigindo por exemplo, assim, esse pessoal, a gente entra em contato todo dia e a gente vê o que eles passam para a gente, o sofrimento. É gente toda hora se acidentando, acidente e aí gera uma série de gastos às vezes desnecessários. A gente mesmo teve, agora mesmo, agora nessa safra da maçã, em Vacaria, a gente teve um caminhão tombado também, por um fechamento na estrada, passou um veículo e simplesmente barrou ele, acabou tombando. Então, já nos causou um transtorno. A gente teve que acionar a seguradora, cliente, esse tipo de coisa que o caminhoneiro, às vezes, passa na estrada.

E nós, que às vezes estamos nos nossos lares, nossas casas, ou seja mesmo, a gente muitas vezes nem se liga para o que está acontecendo. Aí que a gente vê o valor que a gente vai dar aos motoristas. Por isso que a gente está pedindo, a gente veio nessa Reunião, aqui, pedindo para que a gente venha ser atendido. Ser atendido nessa redução de horário, e... E também salários de motoristas... Tem diversos itens que a gente tem, inclusive... Eu como fui convidado pelo Sr. Marcos, foi um convite meio em cima da hora e eu não... A gente não teve muito... Não conversamos muito a respeito. Então, o que eu diria é isso aí, Senador Paim.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou solicitar aos meus dois convidados que retornem à primeira fila e eu convidaria, nesse momen-

to, vou fazer aqui uma ordenação, ao Sr. Nélio Botelho, Nélio Botelho que eu conheci pelo grande movimento que fez num período da vida nacional, foi um grande protesto, no meu entendimento, tinha que fazer mesmo, em relação à situação dos caminhoneiros.

E então eu convido o Dr. Nélio Botelho, Presidente do MUB, Movimento União Brasil Caminhoneiro e já, que está presente conosco, eu já queria convidar, de imediato, para a Mesa também, o procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho, da 23ª Região, do Mato Grosso, Dr. José Pedro dos Reis, e dizer que já está conosco, também, o Sr. Paulo Roberto Barck, Presidente do Sinecarga, que também vai fazer uso da palavra.

Então, eu passaria, nesse momento, pela ordem de chegada, primeiro a palavra ao Presidente do MUB, Movimento União Brasil Caminhoneiro, o Sr. Nélio Botelho. E, em seguida, o procurador vai poder, muito melhor do que eu, falar do trabalho que ele vem fazendo, que eu citei o seu nome aqui na abertura dos trabalhos, a pesquisa realizada lá no Ministério. Seja bem-vindo, Nélio, a palavra é sua.

SR. NÉLIO BOTELHO: Bom dia a todos, eu gostaria de fazer um cumprimento todo especial ao Senador Paulo Paim por essa iniciativa que ele tomou aqui, em nome do Senado, para essa audiência pública, que vem em muito boa hora. Porque hoje, caminhoneiro envolvido em acidente, essas questões todas, está na moda, está na mídia e nós vemos aí uma situação quase que totalmente distorcida em relação aos fatos.

Procura-se, de toda forma, transformar o motorista do caminhão em um grande vilão que vive... Digamos assim, um irresponsável que saindo por essas rodovias provocando acidente, matando pessoas, congestionando o tráfego dentro de cidades, como São Paulo e assim sucessivamente, e nós não tínhamos, até então, uma oportunidade tão extraordinária, Senador, para poder esclarecer bem esses fatos, e todos os companheiros que estão aqui presentes vão concordar plenamente com a argumentação que nós vamos apresentar, porque é preciso que a gente coloque as coisas nos seus devidos lugares.

Quando se fala, por exemplo, eu gostaria até de... Esses índices, por exemplo, que o Senador Geraldo apresentou, ou foi o Senador Paulo que apresentou, realmente, o Brasil, ele tem que ter um índice bastante elevado de envolvimento de acidentes e mortes, envolvendo caminhões porque nós somos um dos países com uma das maiores malhas rodoviárias do mundo. A dependência rodoviária no Brasil ela chega a liderar, quase, que a nível mundial. Pode fazer uma comparação, aí, com Europa, com Estados Unidos que nós vamos verificar que existem modais em atuação que

no Brasil não existem, praticamente. Nós, aqui, não temos ferrovia, não temos hidrovia, tudo depende do caminhão. Então, evidentemente, que nós temos um tráfego muito maior e os índices serão sempre muito maiores.

Agora, nós vamos atentar aqui para fatos impressionantes. Vamos, primeiramente, considerar a questão do envolvimento do caminhão em acidente. Eu diria, mesmo, que o motorista de caminhão, pelas circunstâncias que ele opera no país, ele é, talvez, um dos melhores profissionais que existem, a nível mundial. Porque tudo é contra, é problemático, para a sua profissão. Problema de rodovia, problema de assalto, problema de abandono. Porque esses governos que passaram por aí, quando decidiram tornar o país dependente do caminhão, deveriam ter dado um tratamento compatível com essa opção. Mas não se viu nada disso. E nós temos aí a causa de tudo que acontece envolvendo caminhão no Brasil, está relacionado a uma palavrinha chamada “frete”. Tudo está ligado ao problema chamado frete. A essa famigerada condição de livre negociação, onde o caminhoneiro, principalmente o autônomo, ele é totalmente explorado. Explorado. Pelo embarcador da carga, explorado pela empresa transportadora, que o está subcontratando. E aí nós temos uma frota envelhecida, ultrapassando aos 20 anos de idade média, que é um absurdo total.

Agora, a questão do acidente. Quando se fala que existe um índice “x”, elevado, de envolvimento de caminhões em acidentes rodoviários, causando inclusive mortes, vamos primeiro analisar, bem cuidadosamente, essa palavra “envolvimento”. Porque, se nós fizéssemos um levantamento em todos os acidentes onde o caminhão esteve envolvido, ele esteve envolvido num envolvimento peculiar, ou seja, envolveram ele no acidente. Façam um levantamento. Se alguém fizesse o levantamento como o UFRJ, no Rio de Janeiro, tem mania de apresentar, dados estatísticos, levantamento de dados, ela devia se preocupar em fazer isso, porque ela denigre muito a imagem do caminhoneiro, através de divulgações que não coincidem com a realidade.

Normalmente o que nós temos aí? Motoristas de automóveis sem nenhuma condição de pilotar um veículo automotor. Sujeito que não sabe, sequer, que não pode trafegar na esquerda que aquilo ali é pista de ultrapassagem, ele fica ali numa velocidade bastante reduzida, às vezes com pessoas idosas, com crianças, e o caminhão, que é um veículo pesado, que não tem aquela mesma condição de segurança de freio, ou coisa semelhante, que um automóvel, que é veículo leve, ele vai ser envolvido, ele vai bater, ele vai matar e, muitas das vezes, Senador, aquele causador do aci-

dente, ele vai embora, ele não sofre nada e nem faz parte do evento. Ele causou o acidente, foi embora; o caminhoneiro é o grande vilão, foi ele que matou, ele que causou o acidente, ele é que fez a bobagem.

Agora, fala-se muito em carga horária. Muito bem. Temos um projeto, aí, do Senador Osmar Dias, que está aí desde 96, 12 anos atrás, que eu acho, até, um projeto muito superficial, não deveríamos ter tempo de direção, deveríamos ter carga horária ou jornada de trabalho, isso que deveríamos ter, nem esse projeto foi votado, mas o que nós temos no Brasil? Nós temos, no Brasil, duas categorias específicas, de acordo com a regulamentação da Lei 11.442, agora regulamentada pela Agência Nacional de Transporte Terrestre, a categoria das Empresas de Transportes de Carga, que é a ETC, temos a CTC, que é a Cooperativa de Transporte de Cargas, que está, digamos, comparada à ETC e temos o TAC, Transportador Autônomo de Carga. Essas as categorias que temos.

Mas a questão das empresas e das cooperativas, Senador, há todo um critério... Eu estava até falando com o José Carneiro hoje de manhã, vai chegar um momento em que uma empresa transportadora só será contratada por um embarcador de carga se tiver o SASMAC(F), que é a certificação internacional de segurança, saúde, qualidade e meio ambiente. E hoje essas transportadoras estão voltadas para isso. Essas cooperativas estão voltadas para isso. Então, digamos assim, orientando seus motoristas, fazendo cursos profissionalizantes, cuidando da saúde, cuidando do meio ambiente, fazendo tudo que pode com relação a essa empresa. Há critério para isso.

Por outro lado, nós temos aí o Transportador Autônomo de Carga, que é aquele profissional, geralmente aquele que dirige seu próprio caminhão, ele não pode estar se envolvendo em acidente, não pode estar cumprindo carga horária absurda, porque se ele, por um acaso, parar sua ferramenta de trabalho, ele vai cessar, até, seu meio de sobrevivência. Então, ele não é de fazer loucura em rodovia.

Agora, vamos alertar, e os companheiros que estão aqui comigo sabem que existe aí uma classe de motoristas de caminhão intermediária, que nós chamamos de motorista comissionado, é aquele motorista que é contratado por um dono de caminhão que não é caminhoneiro, que não é empresa de transporte, ele compra o caminhão, põe na mão daquele motorista, diz: “Ó, sai por aí fazendo frete, vou te pagar x% de comissão, quanto mais você faturar mais você vai ganhar”. Esse usa “rebite”. Esse sai fazendo loucura pelas estradas. E o frete, que é baixo, vai botar excesso de carga, ele vai fazer carga horária complicada, ele vai tomar “rebite”, ele vai fazer tudo que não tem direito.

Por quê? Porque é um frete baixo, está ganhando comissão, quanto mais ele trabalhar mais ele ganha, ele vai fazer suas 19 horas de serviço aí e não vai dormir, não fazer absolutamente nada.

O tempo é curto para nós fazermos uma análise completa de uma situação. Mas eu diria aos senhores o seguinte: há um quadro, aí... Quem sabe, esse importante evento aqui, que mais uma vez eu cumprimento o Senador por essa iniciativa, pudesse fazer com que a gente caísse numa realidade. A gente vê, no Brasil, as coisas muito folclóricas. A gente não vê despontar aquilo que é a verdade. Aquilo que realmente acontece. A mídia, ela consegue fazer uma lavagem cerebral em todo mundo e todo mundo diz: "hoje o caminhoneiro é o vilão". Mas é o tal negócio: o Senador chegou até citar aquele evento que fizemos em 1999, quando nós provamos que o caminhão é fundamental no Brasil. Sem o caminhão, essa irresponsabilidade dos governos ter conduzido a uma dependência rodoviária, não existe nada. Não vai haver economia, não vai haver absolutamente nada, entendeu? Então, vamos colocar o caminhão, dar ao caminhão aquele valor que ele tem.

Questão de, digamos, de saúde do caminhoneiro, que está na pauta, inclusive, da discussão. Existe um órgão no Brasil que tem uma arrecadação extraordinária e fenomenal, chamado SEST/SENAT, que tem a obrigação de cuidar dessa parte de saúde do caminhoneiro, tem obrigação de colocar os PAT nas rodovias, constituir seus CAPT(F) nos grandes centros. Está construindo, não tenho dúvida nenhuma sobre isso, mas talvez esteja alguém daquilo que é obrigação de eles fazerem. Então, existe toda uma estrutura montada para se corrigir isso que aí está. O que não pode é sair dizendo: "Ah, por que o caminhoneiro é um irresponsável, ele sai por aí matando todo mundo, causando acidente, tomando "rebite". Não posso concordar com essas afirmações que isso é um absurdo, isso é uma calúnia. Isso não existe.

Eu acho que nós temos que partir daqui hoje, estou vendo grandes lideranças daqui, grandes companheiros, tanto da área de passageiros, como de caminhões, que nós temos que aproveitar essa oportunidade que o Senador nos dá, para a gente poder sair daqui com uma bandeira levantada, mas não de dizer que esteve em Brasília, discuti esse assunto, que o Senador foi muito gentil, que os demais parlamentares estiveram conosco, não. É ser verdadeiro, ser real. Há uma questão séria aí no ar que está denegrindo a imagem de todo mundo? Há. Então nós temos que pegar os focos. E procurar mostrar para a mídia principalmente, que não é nada disso que está se divulgando por aí não. Eu acho que o caminhonei-

ro não é isso que dizem que é. Tanto o motorista de empresa, motorista empregado, quanto o autônomo. Não é nada disso.

Eu discordo, plenamente, quando se fala que a UFRJ fez índices, fez não sei o que lá, não concordo. Conheço o Paulo Fleury lá, que trabalha nessa área, há uma distorção de fatos. Nós não podemos concordar com isso. Se nós somos representantes de caminhoneiros, se nós somos representantes de motoristas de caminhão, nós temos que defender a classe que nós representamos por que é uma classe honrada. Ela não está aí, não é nenhum irresponsável como costuma demonstrar, não. Pode estar certo, Senador.

Eu quero até me colocar a sua disposição, virei a Brasília quantas vezes for necessário, mas nós temos que colocar as coisas nos seus devidos lugares. O quadro que nós temos não é esse. Agora, vamos reduzir acidente? Vamos. Vamos continuar fazendo nossas campanhas? Vamos fazer.

Agora mesmo, aí, por exemplo, estão dizendo aí que a inflação está crescendo nesse país, que de repente está se perdendo o controle, por quê? Porque, simplesmente, por uma questão de incompetência provavelmente, o Governo resolve não aumentar o preço da gasolina e descarrega todo o custo da crise internacional do petróleo em cima do óleo diesel. Claro que aumentou o óleo diesel, vai aumentar o alimento, vai aumentar tudo. Porque tudo roda em cima de caminhão e a inflação vai disparar lá para cima. Mas ninguém divulga isso. Ninguém fala nada disso. Então, quer dizer, está tudo errado Senador.

E eu gostaria, inclusive, de dizer ao senhor que eu me sinto muito bem de estar aqui presente, agradeço muito o convite de poder apresentar minhas considerações, mas que não parasse por aqui, que nós tomássemos a atitude de dar prosseguimento a isso que está acontecendo aqui hoje. Estou vendo companheiros que vieram de longas distâncias, Ijuí está ali, Lulite(F) está ali, vieram de longe, com sacrifício para participar disso aqui, não vamos deixar, meus amigos, que tenha sido apenas um simples evento. Que isso aqui seja uma iniciativa que traga resultados que nós precisamos. De momento é o que gostaria de dizer para os senhores. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu queria cumprimentar um dos líderes dos caminhoneiros, o Botelho, que eu conheço há muito tempo o Botelho, porque vim do movimento sindical, então não tem como não conhecer o Botelho, pela sua trajetória e dizer que eu fiquei aqui, antes de passar para o procurador, pela fala que ouvi dos outros dois convidados, agora de você, dizer que nós vamos aceitar

esse desafio. Nós vamos fazer um grupo de trabalho, aqui na Comissão de Direitos Humanos. Isso, às vezes, rende mais do que as pessoas podem imaginar.

Nós vamos fazer esse grupo de trabalho, a partir dessa audiência pública, tenho certeza que os Senadores que estão aqui já estão conosco, o Senador Mesquita Júnior, o Senador José Nery e Senador Zambiasi. Todos têm compromisso com essa causa. Não tenho nenhuma dúvida e nós podemos combinar no fim da audiência pública. Que a audiência pública, ela é fundamental, para que o Brasil saiba efetivamente o que é que pensam os profissionais. Os trabalhadores, tanto em caminhões, como em ônibus, enfim, táxi, em todas as áreas. O que os profissionais pensam da importância.

Eu sei que há projetos, como esse do Osmar Dias, há um projeto meu, há um projeto aqui do Deputado Tarcísio Zimmermann, que estou conhecendo também, e que foi feito com cinco outros Deputados. Agora, esse grupo de trabalho poderá, mesmo, contribuir para respostas concretas na linha daquilo que você aqui colocou. Nós tivemos algumas experiências nessa área, em outros setores, que deu um resultado muito bom. Daí o grupo de trabalho, apresenta à Comissão a sua visão do que pode ser, efetivamente, encaminhado, levado ao Presidente da República, levado ao Ministério dos Transportes, fazer uma parceria com a Câmara dos Deputados e fazer um trabalho conjunto.

Então, quero dizer que, à sua provocação positiva, eu diria, sem medo de errar, já está aceita e nós vamos fazer que a partir dessa Reunião nós discutamos essa questão que envolve a vida de todos os brasileiros, de uma forma direta ou indireta.

SR. NÉLIO BOTELHO: Caminhoneiros agradecem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado. Eu passo, de imediato, a palavra ao procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho, da 23ª Região, do Mato Grosso, Dr. José Pedro dos Reis e dizer, Dr. José Pedro dos Reis, excelentíssimo Sr. procurador, que eu tinha aqui comentado o trabalho do Ministério Público do Mato Grosso. Então uma alegria ver que V. Ex^a., mais do que ninguém, vai falar do trabalho dos senhores lá.

DR. JOSÉ PEDRO DOS REIS: Muito obrigado, Excelência. Antes de mais nada, eu gostaria de entregar uma camiseta para o senhor da nossa campanha de combate ao trabalho escravo no Mato Grosso, e...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): José Nery, olha, uma camiseta do "Combate ao Trabalho Escravo". Como você é o Coordenador, eu queria que você viesse aqui na frente. O José Nery é o Coordenador...

DR. JOSÉ PEDRO DOS REIS: Vamos entregar outra para ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele vai receber a sua aqui agora. Ele é o Presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo. Então, se me permitir... Essa é sua e essa é minha. De forma indireta nós estamos estendendo ela a todos os Senadores, e aqui estão conosco o Senador Zambiasi, o Senador...

DR. JOSÉ PEDRO DOS REIS: O mote da campanha é: "Quem aceita o trabalho escravo ajuda a cavar esta cova". Cova; são dos direitos fundamentais da pessoa humana, que são enterrados ali quando não se respeita o ser humano na sua dignidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Uma salva de palmas pela iniciativa.
[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Repito, só para que todos saibam, por que é que eu convidei o Senador José Nery, como poderia ter convidado o Senador Mesquita, Senador Zambiasi, porque o Senador José Nery é o Presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, e está fazendo um belíssimo trabalho em todo o país, e inclusive viajando, e quero dizer, Senador Zambiasi, que o Senador José Nery o representou muito bem. Que V. Ex^a. me representou aqui no debate e aprovação do nosso empréstimo ao Rio Grande do Sul, eu saio da Comissão e V. Ex^a. assumiu, tenho certeza, votou por nós dois e por todo o Rio Grande e o Senador José Nery esteve lá no Rio Grande do Sul comigo, naquela grande audiência pública.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): E estaremos depois, Sr. Presidente, todos no Plenário, votando a favor do empréstimo ao Rio Grande do Sul, com certeza, creio, à unanimidade. Mas depois eu comento sobre a...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse momento e essa camiseta.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O momento, o debate dessa audiência pública e essa camisa que simboliza a luta dos procuradores, de todos os brasileiros e brasileiras que estão nessa campanha nacional pela aprovação da PEC 438 e de apoio à luta contra o trabalho escravo no Brasil. Depois eu comento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, procurador.

DR. JOSÉ PEDRO DOS REIS: Excelentíssimo Dr. Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, excelentíssimos Srs. Senadores presentes, deputados, senhores do meio de transporte, tanto os trabalhadores que representam os

trabalhadores quanto os empregadores. Dentro desse processo que nós vivenciamos no Mato Grosso, eu conheci muito, conversei com bastante trabalhadores e também empresários. E verifiquei que todos estão imbuídos do mesmo espírito, de resolver a situação. São... Os trabalhadores não são vilões, são vítimas do sistema. Bem como os empregadores também não são vilões. Nenhum é vilão. São vítimas do sistema.

Esse sistema de transporte, dessa regulação que não existe hoje. Por isso vocês estão aqui pedindo para ser regulamentado o sistema. O sistema da relação de trabalho no transporte. Conversando com vários empresários de respeito no Mato Grosso, da questão do transporte, eu conversando, eles disseram: "Não queremos explorar o trabalhador de forma alguma. Mas o sistema, a concorrência que existe hoje, que não existe limites, nós somos obrigados a colocar". E, ao mesmo tempo, o trabalhador vai para as estradas, os salários são por produtividade, faz com que eles, querendo ganhar cada vez mais, usem desses meios nocivos à saúde deles, trazendo insegurança tanto para ele quanto para a sociedade em que convive.

Então, o trabalho do Ministério Público do Trabalho, que tem feito, que fez no Mato Grosso, não foi contra empregadores ou somente a favor de trabalhadores. Foi a favor da sociedade que precisa que seja regulamentado, Excelência. Nós já viemos aqui na Câmara umas duas vezes, em Audiências Públicas, reunidos, e a gente vê que é uma causa que todos falam na mesma direção. Tanto o trabalhador quanto o empregador. Nós precisamos regulamentar o setor. É preciso identificar os atores sociais e por que é que esse setor ainda não foi regulamentado. Nós temos a questão do empresário que...

Empregador que quer pagar, quer que o trabalhador trabalhe oito, no máximo 10 horas por dia, mas tem a questão da carga e descarga. Que o trabalhador fica cinco, seis horas carregando e descarregando e, aí a jornada vai... Se ficar cinco horas, se for dez horas, ele só vai rodar cinco horas, não é? E, se descarregar, mais cinco horas para descarregar a carga. Então, é preciso identificar todos os atores desse processo, desde o momento do carregamento até o descarregamento, e verificar quem é responsável por cada fase desse processo. Isso, acho que é de suma importância.

E lembrando, só lembrando bem, a nossa intenção, quando fizemos uma Ação Civil Pública em Rondonópolis, após duas pesquisas realizadas naquela região e verificamos um alto índice de drogas no organismo do trabalhador, vítima desse sistema e, ao mesmo tempo, nós identificamos longas jornadas desse trabalhador nas estradas, nós ficamos preocupados e o procurador daquele local impetrou, ajuizou uma Ação

Civil Pública onde o Juiz determinou em liminar que fosse controlado o horário de trabalho. Ele não limitou jornada, ele disse apenas que teria que preencher a ficha ou através de tacógrafo para que pudesse ter uma noção de quanto, realmente, de jornada, o motorista estava sujeito. Entretanto, os empresários ficaram preocupados com isso, pela questão de horas-extras. Quando tem, realmente, registrado no cartão, no tacógrafo, ele vai ter um ônus maior e a preocupação em aumentar o frete. Então, isso tudo são problemas que precisam ser debatidos e numa interlocução sadia, de boa convivência, se chegar à solução.

Eu creio que existe solução para esse problema. Entretanto, é preciso tratar de cada um desses... Dos casos individualmente. O trabalhador empregado tem que ser tratado de uma forma, o autônomo tem que ser tratado na sua especificidade, as cargas de determinados Estados, a forma de tráfego dessas cargas... Quem trabalha carregando essas cargas precisam ser tratados de uma forma diferenciada. Então, é um setor complexo, é um setor que carrega a nossa mercadoria por esse Brasil todo, pelo mundo inteiro, e nós sabemos bem que eles são responsáveis pela nossa economia; nossa economia está crescendo graças a esses trabalhadores de estradas, que a gente encontra trabalhando aí muitas e muitas horas.

Lembrando, nós estávamos falando de trabalho escravo, a jornada exaustiva é um dos critérios que caracteriza o trabalho escravo. Então o trabalhador, quando submetido a jornada exaustiva, ele é um trabalhador escravo. E quem o submete pode ser punido pelo crime de situação análoga de escravo. Então, são situações que precisam ser corrigidas. E eu creio que há consenso para isso.

Todas as reuniões nós falamos a mesma linguagem, mas saímos brigados. É interessante. Todos querem a mesma coisa, mas ninguém consegue conciliar por causa dessas especificidades.

Eu quero lembrar, também, que as pesquisas que realizamos, duas pesquisas no Mato Grosso, da Polícia Rodoviária Federal nacional, identificou o trabalhador com a droga. Então as pesquisas não mentem. Não quer dizer que o trabalhador é bandido... Não é. O caminhoneiro é um trabalhador que merece todo o nosso respeito. Só que ele está dentro, debaixo desse sistema submetido a essas condições. E essas condições têm levado, essa classe trabalhadora, a problemas, desde a relação de trabalho até questões sociais, de famílias. Trabalhadores que, com 40 anos, dão têm mais vitalidade nenhuma, não tem condições nenhuma para trabalhar e, muitas vezes, não tem a Previdência recolhida, muitos autônomos, e não conseguem mais

dirigir caminhão, não conseguem e o Estado vai cuidar dele de alguma forma.

Então, a questão do: por que é que o motorista, o próprio trabalhador, muitas vezes resiste a essa questão da jornada? Porque acha que, diminuindo a jornada, vai diminuir seu salário. Essa questão da produtividade tem que ser combatida. O ganho por produtividade faz com que esses trabalhadores queiram trabalhar cada vez, cada vez, cada vez, cada vez mais, então tem que chegar ao meio, tem que chegar num valor onde ele não necessite se matar nas estradas e matar outras pessoas para conseguir ganhar seu pão de cada dia.

Então, o nosso trabalho no Mato Grosso foi nesse sentido de alertar, até, as autoridades legislativas para a questão. E os próprios setores, tanto dos trabalhadores, a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transporte Terrestre, a Confederação dos empregadores, todos querem que essa situação seja resolvida, Excelência. E têm propostas aí. Têm propostas, como eu disse, propostas, às vezes, incompletas e que esse grupo de pessoas que aqui estão hoje são pessoas comprometidas e, se reunidas, poderão fazer sugestões que podem, realmente, melhorar o setor.

Nós tivemos várias reuniões na procuradoria Regional do Trabalho em Mato Grosso, muitas delas foram produtivas, outras não. Mas a solução só se consegue nesse setor, por aqui, por essa Casa Legislativa que consiga implementar uma lei que possa atender aos setores e à sociedade em especial. Então, o nosso trabalho... O Ministério Público do Trabalho está à disposição para colaborar, para sentar, para conversar, discutir, ajudar na solução do problema. Nós somos defensores da sociedade, nós defendemos os trabalhadores, os empregadores. Porque tem que haver geração de renda no país. Mas uma geração de renda com trabalho decente. É isso que nós lutamos. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): [Soa a campainha] Nesse momento convido para a Mesa o Sr. Paulo Roberto Barck, Presidente do Sinecarga. Convidamos também o Sr. Jeová Pereira, Presidente do SINDICAM e Delegado do FENACAM. E ainda o Sr. José Carneiro, Presidente da Federação das Cooperativas de Transporte de Minas Gerais, FE-TRANSCOOP/Minas Gerais, representando Carlos Roberto Dellarosa, Presidente do Sindicato dos Transportes Rodoviários Autônomos e Bens de Londrina e Região. Não, pode ficar aqui, porque agora são os últimos três, vocês podem, só, aproximar aqui. Tem lugar. Como é a última Mesa, não há problema de os senhores continuarem aqui. Eu passo a palavra, de

imediato, ao Sr. Paulo Roberto Barck, Presidente do SINECARGA.

SR. PAULO ROBERTO BARCK: Bom dia Senador Paim, bom dia companheiros e companheiras que estão presentes nessa Audiência. Fazer uma referência especial. Nós que somos lá do Rio Grande do Sul, ao Senador Paim e o nosso grande companheiro, também, Senador Zambiasi. Em nome desses dois Senadores quero, também, homenagear todos os parlamentares aqui presentes. É com grande satisfação, companheiro Paim, que a gente vê esse assunto discutido numa audiência especial aqui do Senado. Numa época que a nossa Capital Federal está com festa junina, inclusive a própria morte da esposa do Ex-Presidente Fernando Henrique, esvazia um pouco a Capital. Mas a gente vê, aqui, parlamentares e lideranças muito preocupados com o assunto e não deixaram de vir a essa audiência especial.

Concordo com o procurador, Senador, onde nós somos submetidos a um trabalho escravo. Totalmente trabalho escravo. Onde o trabalhador, hoje, é obrigado a cumprir uma carga horária de 18 a 20 horas ainda no nosso País. Dar aqui um exemplo para até trazer subsídios, Senador. Porto Alegre a São Paulo, 1250 quilômetros em termos absolutos. Ainda se obriga gente a fazer em 18 horas. Companheiro Nélio lembrou muito bem. Acidentes, acidentes fatais, de onde vem isso? Que pergunta que nós temos que fazer nesse momento? Companheiros que são obrigados a essa jornada extremamente estafante. Companheiros com problemas de estresse. Problemas cardiovasculares. Hoje temos vários companheiros com a pressão lá em cima. E, às vezes, até esquece de tomar o remédio. Mesmo já medicado diariamente.

Um outro problema sério e estamos aqui na Comissão de Direitos Humanos, Senador Paim, vários companheiros, motoristas com problemas ergométricos. Isso vem em tudo provar isso que a gente está falando aqui. Jornada estafante. Jornada grande demais. Sem falar que, hoje, o motorista, tanto de transporte de passageiros como transporte de carga, não tem mais tempo com a família. Não consegue mais conviver com os filhos na época escolar, na época que mais precisa, às vezes, da figura paterna e hoje vivemos numa sociedade que a própria mulher tem que ir para o mercado de trabalho.

Então, fica com a falta da mãe, momentaneamente, e do pai, em longos períodos. Hoje ainda temos problemas, por exemplo, lá no Rio Grande do Sul, do transporte internacional principalmente, companheiro Luis trabalha lá em Guaíba, sofre bastante isso, ninguém quer mais trabalhar. O cara fica três, quatro, cinco meses fora. Obrigado a ficar fora de casa. Es-

tamos com um problema sério lá para conseguir, até, mão-de-obra para isso.

Hoje, e concordo com quem me antecipou aqui na fala, temos que ver os dois lados da moeda? Claro. Não estamos aqui só para dizer que hoje o motorista tem que trabalhar quatro horas, tem que trabalhar seis horas, descansa quatro, descansa seis e volta mais seis, de novo, de direção. Não é isso. Nós queremos é fazer uma grande discussão, uma grande reflexão, porque nós, do movimento sindical, não conseguimos mais, nem através de movimentos, de atos públicos, nas próprias convenções, não conseguimos entrar em acordo com a classe patronal, porque a parte comercial exige.

Hoje, a indústria não tem mais estoque, não trabalha mais com estoque. O estoque está lá na fábrica. Por exemplo, lá no Rio Grande do Sul nós temos uma grande produtora de juntas, de pontas de eixo. Aí vocês imaginem, a fábrica da FIAT é em Betim, Minas Gerais. Aí estão fabricando, lá, os carros e a fábrica lá em Gravataí, no Rio Grande do Sul, está produzindo a ponta de eixo. No outro dia tem que estar lá para montar. Outra coisa que é importante, também, de reflexão é: muita gente achou que as empresas resolveram o problema colocando dois motoristas. Engano. Infelizmente, um grande engano. Eventualmente, alguma coisa muito especial até pode funcionar.

Agora, o segundo motorista não consegue descansar dentro de uma cabine de caminhão. De jeito nenhum. E os companheiros que já trabalharam, aqui, em cabine de caminhão sabem muito bem do que estou falando. Senador, não tem um caminhão hoje, e estou falando, ainda, naquela parte das estradas que já são boas, não vamos nem falar como é que é o estado das estradas. O caminhão vai assim... Sempre, sempre, sempre. O segundo motorista não consegue descansar. Não adianta. Nós conseguimos, com a Federação, com o próprio companheiro Omar, que está aqui, da nossa Confederação, em 2001, 2002, não é Luiz, fizemos uma paralisação lá na BR-101, chamando a atenção. Até um dos slogans era: vamos abrir a caixa-preta dos acidentes nas estradas. Onde o companheiro Nélio, com muita propriedade, colocou, o vilão é o motorista de caminhão! Não é. Não é. Não é. De jeito nenhum. Ele pode ser, até, um instrumento que está participando disso que está acontecendo hoje. Por causa de todo esse envolvimento que tem na parte comercial.

Uma outra questão importante, Senador, que acho que tem que trazer aqui para reflexão, é a questão da Previdência. Hoje não se consegue mais conseguir aposentadoria, e não estou falando aqui dos 35 anos, com esse trabalho estafante, não tem mais

formas. Antigamente nós dizíamos: ah, com 25 cinco anos, o motorista de caminhão, de viagem, e aqui eu quero relatar bem transparente, que eu acho que tem que ser considerado aquele que, realmente, está num trabalho de longo percurso, muito fora de casa, exposto ao estresse, à poeira, ao ruído e assim vai em diante, todos os problemas ergométricos, cardiovasculares que tem. Hoje a Previdência não reconhece mais isso. É muito difícil. E às vezes, a própria Justiça, que também é morosa, se recorre lá, não consegue se comprovar esse trabalho estafante, esse trabalho penoso, vamos dizer assim. Acho que nós temos, também, que refletir em cima desse ator, porque o trabalhador rodoviário, o motorista de caminhão, motorista de ônibus, tem direito à aposentadoria ou não tem direito?

Um outro ponto que faz muito, parte, também para reflexão, de se criar uma legislação ou se discutir bastante para se criar uma legislação, Senador, e aqui já foi referido, é o nosso "S". O nosso SEST-SENAT. Se montou já uma grande estrutura, lá também eu tenho discutido bastante nesse sentido de... Lá também tem um caixa único, Senador, que vem tudo aqui para Brasília e os Estados, e a gente tem ainda a sorte de morar num Estado que é bem organizado e até um dos Estados mais politizados, a gente tem tentado lá trazer vários cursos de profissionalização e tem muita verba. Tem muita verba. Só que esbarramos nesse caixa único que, hoje, o SEST/SENAT e aqui estou falando, até [soa a campainha] estendendo para os outros "Ss", todos os cursos profissionalizantes, de qualificação, vão ter que ser pagos. Têm que ser pagos. Quando nós mesmos, no movimento sindical e o próprio "S" ajuda na fiscalização da Previdência. Todo mundo sabe que tem a arrecadação da Previdência lá, 1%, mais 1,5% que vai para os "Ss". Esse também é uma caixa-preta que eu acho que a gente tem que refletir, inclusive o movimento sindical tem que partir para abrir essa caixa-preta e também trazer à luz. Porque tem uma estrutura muito boa para se trabalhar em requalificação, em mostrar esse trabalho penoso, ou até mesmo de trazer novas formas de como o motorista tem que se proteger disso.

Para encerrar, Senador, esse momento é muito importante. Muito importante para nossa categoria. E não podemos ficar, como o companheiro Nélio falou, na retórica, na viagem a Brasília, no passeio de vir aqui, de ficar aqui todo mundo aqui de gravata, de terno, discutindo. Não podemos ficar só nisso, companheirada. Nós temos que sair daqui com o propósito de, se necessitar fazer atos públicos novamente nós vamos ter que fazer, se juntar a esses companheiros parlamentares que estão interessados nesse assunto e, efetivamente, criar uma legislação.

Carecemos urgentemente, Senador Paim, de uma legislação bem discutida, nós somos a favor de comissão tripartite, de comissão bipartite, de qualquer forma que for, que todos esses atores, venham para Mesa trazer os seus problemas, trazer suas aflições, mas, efetivamente, que nós tornamos uma legislação para balizar isso. Nós não podemos mais ser considerados como estamos sendo considerado hoje, e deixamos de ser, como o procurador José Reis falou aqui, trabalho escravo. Hoje nós, do transporte rodoviário no país, no Brasil, somos de um trabalho escravo. Temos que ser considerado como trabalho escravo e assim tem que ser combatido, Senador Nery. Muito obrigado por enquanto, Senador.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Paulo Roberto, só te dizer, Paulo Roberto, que, só por exemplo, tem diversas propostas e muito boas. Esse Projeto de Lei que eu apresentei, ainda em 2003, o 91, ele garante a aposentadoria especial, garante o adicional de periculosidade, garante a redução de jornada; isso apresentei aqui, e como eu falava antes, se não me engano foi com o Luiz Antonio, não foi? Ô Luiz Antonio, até te convido para Mesa, Luiz Antonio já está aqui, que esta será a última Mesa, então estou colocando todos.

Mas é importante eu dizer que existem muitos projetos. De Deputados e Senadores. Por isso a idéia desse grupo de trabalho que, como eu coordeno também, eu presido a Subcomissão de Trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais. Então nós faríamos um grupo de trabalho, reunindo a Subcomissão de Trabalho e Previdência, e a Comissão de Direitos Humanos, e vamos fazer um estudo sobre todos os projetos que existem na Casa, esse do Osmar Dias, esse do Tarcisio Zimmermann que vai ser, inclusive, colocado, não há porque não fazer um estudo de todo esse material e vamos tentar fazer, quem sabe aqui mesmo, nessa coordenação, mas a proposta que você falou, até uma Reunião tripartite, chamando todos os setores.

A gente há de encontrar uma saída, com certeza absoluta, que fortaleça o nosso motorista. E para mim, motorista é do caminhão, é do ônibus, é da van, é do táxi, enfim, é do transporte coletivo. Esse eu acho que é o objetivo. Eu diria que essa audiência pública, para mim, é uma das mais importantes que essa Comissão realizou, pela importância do tema. Se fala tanto em trânsito nesse país e não se chama os profissionais. Que são os senhores que estão aqui representados.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vocês são os profissionais. Vocês é que tem que dialogar e apontar para o Congresso Nacional.

Bom, aí é uma pilha de projetos, de Senador e de Deputado. Mas vamos ver o que, efetivamente... Aí essa idéia tripartite me é simpática, também. O que os empresários pensam, o que os líderes dos trabalhadores pensam, o que o Governo pensa e a partir daí, ver se nós conseguimos... Ir ao Presidente Garibaldi, ao Presidente Arlindo Chinaglia, ir ao Presidente Lula se necessário, com uma formulação que seja o entendimento de todos.

Por isso meus cumprimentos pela iniciativa e quero cumprimentar a todos vocês que foi com alegria que quando eu recebi aquela comitiva, que foi ao meu gabinete no Rio Grande do Sul, me mostraram a grandeza dessa proposta e eu, de pronto, disse que teríamos condições de iniciar, então, esse debate, a partir dessa audiência pública. Quer dizer, a iniciativa foi dos líderes. Então, o mérito não é do Paim, não é do Zambiasi, não é do José Nery; o mérito é de vocês, que vocês provocaram: "Nós queremos discutir esse tema com a profundidade devida".

E agradecer aqui, ao procurador, que se dispôs, também, a vir dialogar conosco. Então passamos, aí, para o nosso convidado nesse momento, ao Sr. Jeová Pereira, Presidente do SINDICAM e Delegado da FENACAM.

SR. JEOVÁ PEREIRA: Bom dia Sr. Senador e todos que estão presentes, vou ser mais prático. Até porque eu quero confessar aos senhores que eu não sou líder sindical por profissão, mas, sim, por necessidade, porque eu sou um caminhoneiro, eu viajei 28 anos nessas estradas, do Brasil, dos países vizinhos e sinto na minha própria pele a necessidade que haja mudança. Eu quero dizer, e confessar a todos, que fiquei muito satisfeito quando o Marcos me ligou dizendo dessa audiência pública, dessa grandeza, Sr. Senador.

E eu até trago algumas denúncias, que eu vou lhe entregar em suas mãos, que isso vai até, com todo respeito, lhe dar uma direção da realidade vivenciada pelos caminhoneiros, o porquê parte dos acontecimentos nas estradas, acidentes, Sr. Senador.

Começando, então, dizer ao senhor que eu apresento o SINDICAM e a Federação, a FENACAM, na região oeste de nosso país, que é uma região produtiva, que todos sabem, é uma região onde passa todo o transporte dos países vizinhos, praticamente, da Argentina, Uruguai, Chile, Peru, e daí por diante. E nós... Eu estou bem no foco dos acontecimentos e quero dizer que parte das coisas que vem acontecendo é a própria, assim, vamos dizer, o desleixo de alguns governantes, de alguns representantes dos nossos Estados.

Veja bem, nós temos um problema seriíssimo que essa Comissão, que será formada conforme o Senador já disse, precisa ser acompanhado, investigado e fiscalizado, é a questão das aduanas na fronteira, os abusos de poder dos Auditores Fiscais. Eu já estive protocolando documento, pessoalmente, junto ao Secretário, Dr. Jorge Rachid(F), informando dessa situação.

Chega caminhão, fica lá dez, quinze dias, parado, naquelas aduanas, abandonado por simples falta de interesse de alguns Auditores em serviço. E o caminhoneiro, ele fica ali sem ter alguém que possa lhe orientar aí, até acalmar seus ânimos, não é, daquele tempo que ele fica parado. Ele liga para a empresa, porque a empresa também não tem nenhum representante dela dentro, para atender o caminhoneiro; porque ela não tem interesse. O interesse dela é colocar a carga em cima do caminhão, colocar dentro da aduana e deixar por conta dos seus despachantes.

O caminhoneiro não sabe quem é o despachante, não conhece o representante da aduana, não conhece o representante da IAD(F), que é o que regula o comportamento ali. Aí ele pergunta para um, não sabe, o outro, não sabe; e, aí, ele passa um dia, dois, três, às vezes até com família, quando ele vai pela primeira vez, que não sabe como funciona, leva a família, a família fica sofrendo, o dinheiro acaba, o caminhoneiro fica ali passando necessidade, quantas vezes foi feita coleta para o caminhoneiro mandar sua esposa e seu filho de volta para casa. E ninguém se solidariza com isso.

A Receita, simplesmente, ela quer arrecadar a qualquer custo. Os empresários também, com todo respeito, eles querem saber de ser competitivos. E eles não têm uma frota para ser competitivos. Então eles usam a frota dos caminhoneiros autônomos. Que nós vivemos disso. Mas nós queremos ser respeitados e queremos ser, realmente, tratados como deve ser tratado um ser humano. Como todos já falaram aqui, Sr. Senador e os demais presentes, eu só quero lembrar que o caminhoneiro, ele vive ausente de sua família. Os filhos crescem e ele não vê crescer. Muitos perdem a sua família por causa do trabalho. E isso ninguém vê.

E o caminhoneiro faz uma sustentação muito grande, ele que é a engrenagem principal da arrecadação desse país. Hoje está provado que mais de 70% de tudo que gira, eu diria até 100%, é em cima de caminhão. Porque o navio não vai lá buscar no silo, o avião não vai no silo, o trem não vai no silo. Quem vai somos nós, os caminhoneiros, que fazemos a ponte. E 70%, 75% é, diretamente, transportado em cima do

caminhão. Do local da colheita até as grandes empresas que vão industrializar o produto.

Gente, então eu acho que esses caminhoneiros precisam ser tratados de uma maneira... Ser diferenciado. Não que sejamos melhores, mas temos que ser tratados de uma maneira justa. Sem perseguição. Nós vemos aí que nós temos a ANTT, que é uma Agência que regulamenta o transporte, que ela poderia atender essa situação das aduanas, que compete a ela; nós temos dificuldades nessas aduanas. Eu vou dizer, as aduanas que eu frequento, principalmente, que é Foz do Iguaçu, Guaira, Capanema, Santa Helena, nós estamos com problema até para nós entrarmos dentro da aduana, para nós vermos um problema que o caminhoneiro está vivendo lá dentro.

E o que acontece? Aí onde acontece o acidente? O caminhoneiro fica ali 10 dias, mas ele não consegue descansar. Porque ele está preocupado com as dívidas, com o cheque que ele deixou no posto, com o cheque que ele deixou na recapadora, na oficina mecânica e a família em casa para se sustentar. O que acontece? Então, ele fica ali naquela ansiedade, acaba não descansando e, quando ele sai dali, ele quer ir até o final da entrega da mercadoria. Seja para dentro do Brasil ou para um país vizinho.

E aí, ainda acontecem os acidentes, o motorista acaba o seu estado físico, não suportando, acabam alguns pegando no sono, ou cometendo algumas barbaridades. Mas por que isso? Então o que precisa, realmente, não é só uma redução do horário do trabalho. É um acompanhamento nos locais, nas grandes empresas aonde se embarca e desembarca a mercadoria.

As empresas, o que elas fazem? Elas contratam vários caminhões, para completar a sua frota e mandam esses caminhões. Os caminhões delas ficam na garagem. Elas mandam os contratados para a porta do cliente para mostrar que elas são competitivas, que elas têm competitividade. Então o caminhão fica lá. Vai carregar daqui a dois, três dias e elas mandam o caminhão dois, três dias antes. Eles não respeitam a logística, a programação de embarque. São essas as resposta que as empresas tem nos dado.

E o que acontece? O caminhoneiro acaba se sentindo de uma maneira que ele não consegue mais suportar aqueles acontecimentos e acaba até se prejudicando mais, porque ele acaba, até, faltando um pouco, com a tranquilidade, quando ele vai perguntar... Ele pergunta hoje, ninguém responde, pergunta amanhã, ninguém responde, pergunta depois, ele acaba ficando nervoso e se alterando. E as aduanas, quando os caminhoneiros se alteram, chamam a Polícia Federal. Porque é um território federal. Chamam a Polícia Federal, a Polícia Federal de fronteira, que

estão acostumados a combater o crime, ela dá o mesmo tratamento para os caminhoneiros.

Por isso estou com esse documento aqui, para deixar na mão do Senador, que eu fiz uma denúncia no Ministério Público Federal em Foz do Iguaçu e até hoje não tivemos a resposta. Os caminhoneiros apanharam, deram tiro de bala de borracha, soltaram bomba de efeito moral, dentro da aduana, contra os caminhoneiros, que já estão em cárcere privado há dias. Senhores, eu pergunto: isso seria um tratamento a um trabalhador? Que representa a economia desse país? Está aqui, Sr. Senador. Eu quero fazer a entrega desse documento para o senhor mandar investigar por que é que o procurador não tomou as providências.

E lá, o senhor pedindo, o senhor vai encontrar as fotos dos caminhoneiros ensangüentados; tem caminhoneiro, Marco, no Rio Grande do Sul, que ficou até “tã-tã” da cabeça, que levou um tiro de bala de borracha. E está lá a sua família passando necessidade. [soa a campainha]. Então eu peço. O Nélio é um conhecedor do meu trabalho e outros, o Marco, o Sr. Laerte, o Sr. José Carneiro que aí está.

E veja bem, eu não vim aqui para pôr um paletó nem uma gravada. Para os senhores saberem da minha situação, eu vim de carro. 1600 quilômetros. Carro dando problema nas estradas. Para pedir que esse país que tem mudar, Sr. Senador. E os Srs. Senadores podem fazer com que isso aconteça. Me desculpa por eu me emocionar. Porque nós sofremos muito, os caminhoneiros, Sr. Senador.

[Palmas].

SR. JEOVÁ PEREIRA: Por isso estou aqui hoje, desabafando, e pedindo que providências sejam tomadas. Principalmente na fronteira. Porque a Receita não pode ser a dona do país. Ela já nos humilha nos tributando triplamente, então, que nos trate com respeito, porque somos nós que damos sustentação para esse país. Senhores, não quero me exceder mais, muito obrigado, e me coloco à disposição, Sr. Senador, cada vez que o senhor precisar de alguma informação referente à fronteira e fazer parte dessa Comissão que será criada, com certeza. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, o líder Jeová Pereira. Dizer, líder Jeová Pereira, que a sua emoção mostra seu coração. Sempre digo que quando a pessoa fala com a alma, fala com o coração, ela fala só a verdade. E as pessoas não têm que ter medo da verdade. Por isso meus cumprimentos, pela sua emoção nesse momento, nós acompanhamos o drama dos caminhoneiros, inclusive na greve dos Auditores, que me levou a ir à Tribuna do Senado, no final daquele movimento, fazer um apelo,

quase que emocionado, a V. Ex^a., pelo relato que eu estava recebendo das entidades dos caminhoneiros.

E eu fiz um apelo aos Auditores e conheço bem os líderes Auditores, que dessem a oportunidade desses milhares de caminhoneiros voltar para suas casas, que estavam quase sitiados onde se encontravam, porque não podiam atravessar, tinham que ficar ali, eram filas de quilômetros e quilômetros, e felizmente, pelo movimento claro, de todos Senadores e Deputados e do próprio movimento, se chegou ao entendimento e a greve termina naquele momento. Por isso eu entendo, aqui, sua preocupação e nós sabemos o quanto que é... É um sofrimento para cada um de nós. Querendo voltar para casa, às vezes meses e meses na estrada e não podendo avançar, devido a um movimento de contestação de uma outra categoria.

Claro que nós... E eu diria nós, falando nos caminhoneiros, não somos contra qualquer tipo de movimento, mas gostaríamos de ver a possibilidade real que essa regulamentação, que a gente pode sair depois desse grupo de trabalho que vamos formatar, aponte até caminhos como esse. Bom, se há uma greve, uma situação como essa que você falou das fronteiras e que a greve se estende por meses e meses, como é que fica o caminhoneiro? Que direito ele tem nesse momento? O que a gente pode assegurar a ele? Tudo isso pode debater no grupo de trabalho porque é uma realidade de quem está na estrada.

Então, de imediato, passamos a palavra ao Sr. José Carneiro, Presidente da Federação das Cooperativas de Transportes de Minas Gerais.

SR. JOSÉ CARNEIRO: Senador, bom dia. Bom dia a todos. O Sr. Nélio Botelho me fez um convite até ontem de manhã, não é Nélio? E por incrível que apareça eu, por conta própria, diante das representações, não só de uma cooperativa, mas também dos caminhoneiros junto com o Nélio Botelho e mais outros companheiros presentes e, também, o Presidente da Federação das Cooperativas de Transporte. Eu quero parabenizar ao senhor e a todos os companheiros aqui presentes que tomaram essa iniciativa. Eu quero me identificar aqui, que sou caminhoneiro há 41 anos, inclusive o nosso companheiro Jeová se emocionou e eu tenho me emocionado várias vezes, viu, Jeová.

Porque a nossa classe de caminhoneiro, eu até comento entre os grupos, parece que nós somos ninguém depois de ninguém. E a felicidade que o senhor teve de tomar essa iniciativa nesse momento, porque pra mim, como caminhoneiro há 40 anos e representante de outras... Não só dos caminhoneiros, mas de outros segmentos sociais, a gente tem a felicidade de ter um país hoje na mão de uma pessoa que me orgulho, que é nosso companheiro Lula, que até falo que não

tenho um dedo faltando, mas estou quebrado, também, de trabalhar. E parece que a nossa economia explodiu, está crescendo dia-a-dia. Por exemplo, o senhor sabe, hoje, para comprar um caminhão novo, o cara está esperando oito meses, talvez até um ano, para conseguir esse caminhão. E a felicidade que o senhor teve dentro dessa Casa, que é o Senado Federal, que acho que eu me orgulho com o nosso Senado, não vou questionar os deputados, mas acho que o Senado tem mais facilidade de resolver.

Então o momento é difícil. Quando o senhor questionou o custo Brasil hoje para o caminhoneiro, eu quero ampliar isso. Não é o custo do caminhoneiro só não. É o custo, porque o caminhoneiro hoje, diante das dificuldades que está tendo com o seu caminhão, para pagar a prestação, ele está colocando em risco a vida de terceiros e a vida da família dele em casa. Que quando um caminhoneiro acontece um acidente que ele morre, a responsabilidade do governo e de nós todos brasileiros é com a família dele em casa. É com a família daquele que o caminhão bateu, que vinha no sentido oposto ou que mesmo o caminhão perdeu a direção e foi em cima de uma casa ou em cima de qualquer outro obstáculo e causou morte.

Então, isso igual eu falei com o senhor na entrada, nós tivemos dois problemas desses na semana passada e, em todos os dois, foi considerado e foi comprovado que foi o motorista que dormiu no volante. Um deles provocou um acidente que deve gerar, mais ou menos, um custo de quase 200 mil reais de danos materiais. E só não teve vida porque Deus é muito grande e ele tem olhado muito para nós brasileiros. Então, a felicidade que o senhor teve de ter essa iniciativa e dos companheiros de solicitar essa Audiência, nesse momento, porque nós realmente precisamos.

O senhor sabe que... Eu não tenho nada contra, mas diante dos equipamentos que foram envolvidos hoje, principalmente esses caminhões de 30, 40 metros de distância, isso também a gente está vendo o transtorno que está trazendo às rodovias, primeiramente são caminhões de primeiro mundo, mas as nossas rodovias não são de primeiro mundo. Essa situação que nós sabemos, que existe um Código de Trânsito dos mais avançados do mundo. Mas o quê que foi colocado em prática? Quero, até, parabenizar o nosso, hoje... O Alfredo Peres, que é Diretor do DENATRAN, tem tomado todas as providências, a gente sabe o trabalho que ele tem feito à frente do DENATRAN, o nosso companheiro Nélcio sabe disso, inclusive, não é Nélcio, nós temos uma reunião marcada com ele lá, mas muito mais tem que ser feito.

É igual eu falei para vocês. Eu tomei iniciativa, na semana passada, de procurar o nosso Chefe da

Polícia Rodoviária Federal e falar com ele. Alguma coisa tem que ser feita. Não podemos mais aceitar. Nós não podemos mais esperar pelas nossas autoridades lá em cima, que é o Congresso Nacional, o Governo Federal. Alguma coisa tem que ser feita. Aí eu quero questionar a pessoa do senhor. Porque se nós já temos a legislação da manutenção preventiva dos equipamentos, da inspeção veicular, que ainda não está em vigor e nós sabemos muito bem, eu tenho só 45 anos que eu sou mecânico. Que eu conheço, eu sei fazer e desfazer um equipamento. Nós não sabemos o risco que nós estamos correndo de estar trafegando na rodovia. Independente de a gente estar num carro zero, num carro novo ou num carro velho. Então isso tem que ser tomada uma providência.

Questão da carga horária. Essa é a principal. Por quê? Hoje, diante da economia do país e a facilidade dos financiamentos, né Nélcio, acho que o companheiro Jeová, todos que estão aqui presentes sabem disso. Todo mundo está se um comprando caminhão. Os Bancos estão financiando os caminhões e não querem saber se o cara pode pagar ou não. Então, o que ele está fazendo? Está financiando 60 meses, 100 meses, 50 meses e o cara começa a virar dia e noite para poder pagar essa prestação. Porque vence a prestação hoje, amanhã o Banco está ligando e quer cobrar, e quer cobrar, hoje tem um pessoal que liga para o cara 24 horas por dia cobrando. E diante desse desespero, o que eles estão fazendo? Estão indo para a rodovia e rodando 16 horas, 20 horas e não vou dizer nem de "rebite". O cara está alucinado. E vocês podem estar notando, o índice de acidente está aumentando demais. Viu procurador? Questionei a respeito da inspeção veicular que não existe. Que tem que ter.

Outro negócio, que eu tenho até amigos do Ministério do Trabalho, eu tenho questionado. Diz que não existe uma legislação. Mas quando que o Ministério do Trabalho, ou o próprio Ministério Público, foi para as rodovias parar um caminhoneiro e falar: "Quantas horas de trabalho você tem?" Isso eu questionei com o nosso Chefe da Polícia Federal, nosso Chefe da Polícia Estadual. "Ó, cara, eu não posso fazer porque não existe uma legislação". Então precisa sim, viu procurador, porque nós, à frente da Cooperativa da qual eu sou Presidente, nós exigimos dos cooperados, e aqueles que têm funcionário, o cumprimento da carga horária e não só isso, Senadores, igual eu questionei, nós temos que nos preocupar com o motorista, mas também nós temos que nos preocupar com terceiros, nós temos que nos preocupar com a família. Em todos os sentidos.

Por quê? Nós como cooperativa nós lá temos: plano de saúde, seguro de vida, inspeção veicular,

que nós exigimos, se o caminhão não fizer não roda. E o senhor sabe quem teria que fazer hoje? Não vou dizer que seja o Governo; os embarcadores e os tomadores de serviço. Tem que exigir que o empregado, o carreteiro dele lá, que seja pessoa física ou jurídica, que ele tenha esse compromisso. De colocar o cara para trabalhar, o cidadão para trabalhar e preocupar que ele está trabalhando ali e a família dele e se ele tem as garantias constitucionais, que é o direito de sobreviver. Então nós exigimos seguro de vida, plano de saúde e o vínculo empregatício.

Uma coisa muito grave, Senadores. Está aqui o procurador. Quem que garante, nosso companheiro Jeová ali falou, Sr. Nélio, nosso companheiro, quem garante que todos os profissionais que estão na rodovia têm sua carteira profissional assinada, têm os seus direitos constitucionais respeitados? Ninguém garante. O senhor é procurador do Trabalho. Algum momento, dentro do Ministério do Trabalho, dentro do Ministério Público, foi para a rodovia saber as condições que o motorista está trabalhando? Depois o senhor vai responder. Isso é o que eu quero, porque estou falando como caminhoneiro e como representante de caminhoneiros.

E às vezes, por muitos embarcadores, igual fui questionado aqui por vários companheiros, que a empresa não quer saber. Ela quer saber que pega a carga aqui, leva, e entrega ali. Ela não quer saber as condições do trabalhador, ela não quer saber o que está passando com a família dele [soa a campainha] em casa e isso eu creio que a legislação já existe. O senhor sabe que existe as NEs(F), ele é procurador do Ministério do Trabalho, sabe disso. E quais os embarcadores que seguem as NEs(F)? Apesar que agora está sendo cobrado.

Então eu creio... Eu creio, não, eu tenho certeza, que hoje, diante dessa audiência pública, o senhor que está aqui junto com outros Senadores, junto com o próprio nosso Presidente da República, o Lula, que é um trabalhador também, o senhor está dando a iniciativa igual o senhor falou, é uma das Audiências mais importantes, não, eu considero a mais importante. Porque aqui está envolvendo a vida, não só dos caminhoneiros, está envolvendo a vida de todos nós cidadãos que pisamos das rodovias. E está envolvendo a vida daqueles que estão em casa, esperando o alimento de cada dia, que é dos pais de família, igual eu, pelo menos, quantas vezes eu saí... Viu Jeová, não é só você que está emocionando.

[palmas].

Que quando vocês vêm, no posto de gasolina, aquele motorista que está ali ganhando um salário, que não é um salário digno, não. Mal dá para levar o

arroz com feijão para família. Sendo que o patrão dele não está preocupado em assinar a carteira dele, não está preocupado que a família dele está em casa, não tem um plano de saúde, não tem nada. Não tem assistência nenhuma. Isso eu gostaria de fazer um apelo ao nosso procurador aqui, que levasse essa idéia, vamos colocar o Ministério do Trabalho na rodovia e o Ministério Público? Para saber as condições desses motoristas. Porque nós somos considerados como vilões. Não é Jeová? E nós, simplesmente, estamos pagando um custo muito caro com a nossa imagem perante um país que está caminhando para o primeiro mundo, desprezando aquilo que nós... Desprezando aquilo que é o melhor, que é a condição de vida nossa e de nossa família.

Então, Senador, quero fazer um apelo não só ao senhor, inclusive ao Presidente Lula, que nos ajude nisso. Porque a legislação, às vezes, ela é feita de acordo com a necessidade de cada segmento. Então nós temos que fazer a legislação dentro daquilo que é a necessidade do povo. Porque não precisa pensar que ninguém está sentado debaixo de um ar-condicionado, ninguém está sentado dentro de uma sala, ninguém está não sei o que, não. Todos nós estamos expostos à segurança.

E a gente vê na rodovia, igual fui para o Rio ontem, de carro, e do Rio vim para cá, porque o Nélio pediu que viesse. Eu estou vendo o movimento nessas rodovias. Então, tem hora que o senhor passa perto de três, quatro carretas, que está atingindo quase cem metros de distância. E o senhor vê, assim, retrovisor com retrovisor. Então, todos nós, eu tenho certeza, que Senadores, Deputados, outras autoridades, também elas andam de carro na rodovia. Então, vamos colocar em prática a inspeção veicular e vamos colocar em prática, também, a nossa legislação trabalhista que tem, cobrando das empresas que hoje, dentro das empresas, existem muitos gestores que, às vezes, lá em cima, os acionistas não sabem. Ela está preocupada com o faturamento e de colocar na imprensa, na mídia os bilhões e bilhões de lucro que elas tiveram no fim do ano.

Isso nós brasileiros hoje, principalmente pessoas humildes igual a nós, representantes de sindicato que estão aqui, eu sei a origem dos senhores, sei a origem do nosso Presidente, nós não podemos permitir mais. Porque nós somos humilhados. Principalmente nós do cooperativismo. Eu tenho levado essa situação para o Dr. Márcio de Freitas, que hoje é o representante nacional, junto com o Nélio, que o Nélio também era, que nós temos que fazer alguma coisa. E de que forma? Primeiro, usufruir, usar a legislação que já existe. E segundo, se não tiver, eu tenho certeza que os

Senadores, os Deputados e o próprio Presidente está empenhado nisso.

E quero questionar uma situação muito grave, Senador. Está o Nélcio Botelho, outros companheiros que estão aqui, não sei se o Tide(F) está ali, quando o Presidente Lula assumiu o primeiro Governo dele, o senhor sabe que o Fernando Henrique deu um aumento de 39% de aumento no diesel. Ficou 21 para o Lula. Acho que todo mundo sabe disso. Nós estivemos, junto com o nosso ex-Ministro Anderson Adauto, não é, ô Nélcio, e pedimos, pelo amor de Deus, Lula, se der esse aumento de 21% no aumento do óleo diesel, nós vamos parar as rodovias de novo. Porque não tem condições. Acho que todos nós sabemos, principalmente eu, que tenho conhecimento não só na agricultura, mas no transporte, tanto faz [soa a campainha] de coletivo, transporte de carga, transporte de passageiro, o óleo diesel, gente, é o sangue que corre na veia aqui. Todos os órgãos dependem dele. E senhor está vendo agora porque esse pulo que deu a inflação aí. Por causa do aumento do óleo diesel e o aumento do preço do minério. Porque as duas coisas que mantêm a economia do país.

Eu vou aqui, não tenho nada contra, tenho carro, acho que todos têm. Foi o que nós sugerimos. Aumenta o preço da gasolina, porque não tem onde pôr mais carro e deixa o óleo diesel com o preço lá embaixo. Se não o nosso país vai voltar a ser o país do passado. Isso nós estamos falando. Nós não conseguimos produzir nada na agricultura e transportar nada e tudo que mover nesse país, na economia, é em cima do diesel. Tem subsídio? Então, cobra de um e tira de outro. O óleo diesel é a saída para o país. Estou no Senado Federal, quero deixar isso claro. Inclusive existe, já convidei o Nélcio, se houver aumento do óleo diesel nós vamos fazer uma outra movimentação. Porque nós não podemos deixar o nosso país ir para o buraco por causa do preço do diesel. Viu Nélcio? Só completando o que você está falando.

[palmas].

E quem paga esse custo do diesel, hoje, somos nós caminhoneiros. Porque estou vendo lá, poucas empresas reconheceram que o diesel aumentou e aumentou o frete. Caminhoneiro não tem mais nada o que tirar. Não tem mais nada o que tirar. Ele está tirando, simplesmente, hoje, aquele pouquinho que vai para mesa da família dele em casa. Eu quero terminar fazendo um apelo ao nosso Presidente, ao nosso Senado, aos nossos Deputados. Que olhem para essa classe de caminhoneiro. Porque olhando para os caminhoneiros, está olhando para toda a sociedade brasileira. Porque vou repetir a frase do meu amigo Nélcio: "Sem caminhão o Brasil pára". [Soa a campainha].

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Nós vamos passar a palavra, de imediato, ao nosso último convidado que é o Luis Antonio Festino, que representa aqui a CNTT. E dizer também, pessoal, o efeito positivo da nossa audiência pública, eu recebi informação aqui, já, na Presidência, que o Presidente da CNT, a Confederação Nacional dos Transportes, disse que também gostaria muito que tivesse um representante da CNT nesse grupo de trabalho. E também, por isso, eu estava aqui, toda hora, com o telefone tocando, o Ministério do Trabalho também faz questão que tenha alguém representando e, também, o Ministério dos Transportes. Acho que estamos caminhando para—

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): --que esse grupo, efetivamente, seja tripartite como foi colocado. Por favor.

SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO: Bom dia a todos.

Queria agradecer em nome do Sr. Omar, à Confederação, por estar participando. A princípio a gente não tinha sido convidado, mas é um agradecimento, é mais uma oportunidade. E eu vou tocar lá, direto, a questão da regulamentação da profissão de motorista. O projeto mais antigo é de 1988. Está na pauta do Plenário há 19 anos. O segundo projeto era do Senador Paim, que nós conseguimos passar na Câmara e foi arquivado aqui no Senado, depois de uma luta de uns seis anos, quando o Senador ainda era Deputado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Me permite, Luis Antonio. Foi uma batalha para aprovar esse projeto na Câmara. O movimento sindical todo ajudou, aprovamos lá por unanimidade, veio para o Senado, eu era ainda Deputado, e por mais que a gente trabalhou aqui, as forças ocultas trabalharam, me lembro, e o projeto acabou sendo arquivado. Mas nós vamos desarquivar o projeto, em cima de todo esse trabalho, e vamos ver onde é que podemos chegar junto aqui.

SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO: E, passado todo

esse tempo, questão de quatro anos, mais ou menos, uns quatro ou cinco anos, a Confederação, naquela questão da reforma sindical, nós colocamos para o Deputado Tarcísio Zimmermann, que não adianta fazer só a reforma sindical se você, também, não fizer uma reforma trabalhista. E, entre outras coisas, está a questão do motorista, que a gente colocou. E ele: "Por que vocês não apresentam um novo projeto?" E a Dra. Clair(F), do Paraná, com todo o apoio, conseguimos o Deputado Walter Barelli, Babá, Sérgio Miranda, Vitor Arce(F), do Paraná e tem mais um Deputado. Cinco Deputados de partidos diferentes. E tiramos um projeto

em consenso, onde não adianta aprovar a regulamentação somente do motorista do ônibus urbano, que é a maior parte dos projetos que estão tramitando. É para ônibus ou é para o rodoviário ou é para o caminhoneiro. Fizemos o contato com vários Deputados e conseguimos chegar ao consenso de um projeto. Infelizmente, a legislação aqui da Câmara, os cinco Deputados não foram reeleitos. Então, depois de uma batalha de dois anos, você conseguir aprovar, chegar na Comissão de Justiça, nenhum dos cinco foi reeleito e o projeto foi arquivado. Depois de toda essa batalha.

O Deputado Tarcísio Zimmermann, de imediato, pegou esse projeto e reapresentou o ano passado. Em 2007. Conseguimos já, apesar de várias mudanças na Comissão de Transportes, mas conseguimos aprovar, também, na Comissão do Trabalho e hoje ele está tramitando na Comissão de Justiça. O Relator é o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que está dando o parecer favorável, em agosto ele apresenta, e acredita que, até o final do ano, a gente consiga aprovar no Plenário. E um dos pontos principais desse projeto, que o consenso foi a questão da redução da jornada de trabalho.

Com os empresários, a gente tinha um problema, aprovar um projeto onde você regulamenta a profissão e ainda mais a redução da jornada de trabalho. Tirou do projeto a redução da jornada de trabalho e passamos a apoiar o projeto, também, do Senador Paulo Paim, que é o 4653 de 1994. Então vocês imaginam, o projeto é de 1994, que regulamenta as 40 horas de trabalho. Descobrimos mais um projeto do Senador Paim, que é o 2334, que regulamenta, também, a condição do caminhoneiro e tudo mais. Apresentamos um novo projeto, o 6991, através, também, da Dra. Clair(F) e todos esses projetos estão tramitando. E tivemos agora um reforço, um apoio das centrais sindicais, que tirou, por consenso, a discussão das 40 horas.

E por que é que nós tiramos o projeto da regulamentação? Devido a essa diversidade do trabalhador em transporte. O caminhoneiro, ele não dá para você pegar e falar: "Olha, as mesmas seis horas do motorista urbano". Como rodoviário, como fretamento em turismo. Porque eles têm cargas horárias totalmente diferenciadas. Como que um fretamento de turismo, que leva o trabalhador para fábrica, ou para universidade, como é que ele pode ter uma jornada de seis horas? Se torna difícil. O caminhoneiro é a mesma situação.

Então, esse consenso, estamos brigando aí, lutando pela PEC, a 231, e mais o projeto 4653. Aí, eu até faço parte da Comissão das Centrais Sindicais e faço uma crítica, porque nas centrais não aceitaram incluir, junto com a PEC, o 4653. Alegaram que uma PEC, ela tem uma força maior e tudo mais. Agora o

Deputado Vicentinho, que é o Relator, já deu todos os pareceres favoráveis, inclusive para o 6991, que controla a jornada de trabalho do motorista do setor de carga e passageiro. Na questão do controle de jornada, nós estamos na luta pela aprovação do 2660 de 1996, que gerou toda essa polêmica lá no Mato Grosso e, na semana passada, retrasada, estivemos numa reunião no Ministério da Justiça, com a assessoria, é a segunda reunião, junto com o procurador, Dr. Paulo Douglas, do Mato Grosso, tivemos essa Reunião e há um consenso, vai ser encaminhado para o Ministro, que essa questão da jornada já não dá mais para ficar esperando um Projeto de Lei.

Então, a princípio, será levado para o Ministro Tarso Genro, e que se saia através de uma Medida Provisória. Por quê? No Brasil, a Polícia Rodoviária não pode fiscalizar jornada de trabalho. Então esse é um dos motivos. E o Ministério Público não tem, também, condição de fiscalizar toda a jornada de trabalho. O Ministério do Trabalho também não tem. E por que não a Polícia Rodoviária? Aí a gente encontra algumas incoerências. O DENATRAN, no Governo Lula, eu apoio o Governo Lula, o DENATRAN foi transferido para o Ministério das Cidades. Então o órgão que controla todo o trânsito está no Ministério das Cidades. Então a gente tem uma dificuldade de marcar as audiências. Então você marca uma audiência no Ministério da Justiça, mas tem que marcar outra com o DENATRAN que está no Ministério das Cidades. Então são as dificuldades que a gente está encontrando.

O Senador Geraldo Mesquita falou da questão do motorista do transporte rodoviário. A situação não está tão diferente do caminhoneiro. Hoje, um dos que tem aumentado mais o consumo de drogas, de "rebite", é o motorista rodoviário de passageiros. O controle de jornada não é essa maravilha que se parece, mesmo no eixo São Paulo-Rio. Tem empresa que o motorista sai de São Paulo, chega no Rio de Janeiro, a jornada teria que ser de quatro horas, parando, tudo mais, mas aí você tem trânsito, tem tudo mais, ele chega no Rio de Janeiro e vai ser colocado num alojamento com 10 motoristas, 12 motoristas. Quem é que consegue descansar num alojamento desses? Aí o que ele faz? Ele aceita voltar por 30 reais a mais. Isso a gente já denunciou, está denunciando ao Ministério Público, não vou citar nem as empresas, mas está acontecendo isso. Então, para ele não dormir... Na realidade ele não consegue nem dormir. Então, para não ficar nesse alojamento ele aceita retornar.

E ontem teve uma audiência pública sobre a licitação do transporte rodoviário, na Câmara, e mais outros pontos foram levantados. Por incrível que pareça, o Brasil tem 40 empresas de transporte de passa-

geiros que tem uma linha só. Então, como é que essa empresa consegue dar o mesmo tratamento para a condição de trabalho desse motorista? Então isso tudo foi levantado ontem.

Uma outra questão que aqui foi levantada por alto, é a categoria diferenciada. Os motoristas no setor sucroalcooleiro. Em São Paulo está um desastre. Chega a ter caminhões com cinco... O bi-trem. O bi-trem, agora, já chega a ter cinco. O rodo-trem. Então, a coisa está um absurdo. A categoria diferenciada ela é deixada de lado também. Porque nós acostumamos trabalhar o setor de carga, o setor de passageiro e acaba esquecendo aquele motorista que é contratado de uma usina, de uma indústria. Então, a categoria é diferenciada.

Na questão da Resolução 168, que é a qualificação dos motoristas. Aí eu concordo com todo mundo, é a questão SEST/SENAT. Conseguimos aprovar, não do modo correto, o Presidente Lula aprovou, através de um decreto, o Conselho do Sesi/SENAI, o sistema S. O SEST/SENAT, por ele ser lei, teria que partir de um Projeto de Lei da Casa Civil do Governo. Mas o Deputado Gilmar Tatto acabou colocando numa medida provisória, aliás não concordo, mas conseguimos aprovar participação deliberativa do setor de transporte na Câmara, no Senado, e voltou para a Câmara e foi aprovado novamente. Mas o Presidente Lula vetou a participação nossa como Conselho Deliberativo do SEST/SENAT. Então, essa é uma outra luta que a gente está levando, que é, tivemos uma reunião à semana passada com a assessoria do Jair Meneguelli, para acelerar essa participação no SEST/SENAT.

Na questão da resolução 267, Senador, que é a questão dos exames de aptidão física e psicológica, nós não estamos contra, a princípio. Mas estamos fazendo alguns questionamentos. Uma vez que esse motorista, ele pode ser penalizado por uma anotação na sua carteira, que ele não pode dirigir por um certo motivo. Ou ele pode ter sua carteira retida por um prazo até ter sua recuperação. Ou ter a carteira retida definitivamente. Ao mesmo tempo que a Previdência não vai atuar com a mesma agilidade. Então, hoje, em São Paulo, nós temos 4 mil motoristas, só do setor urbano, afastados. E a Previdência está retornando esses motoristas através da alta programada. Fizemos já dois pedidos para o Ministro Marinho, que não recebemos retorno, estamos fazendo novo pedido agora, como é que fica quando o DENATRAN, no exame, ele for reprovado, ele vai ter sua carteira cassada ou suspensa, ao mesmo tempo em que a Previdência não vai estar afastando. Ao mesmo tempo em que a Previdência vai fazer uma alta programada, ele vai ter aquele prazo e: "olha, agora você está bom". Então, esse questiona-

mento que a gente vem fazendo. Por que é que... Dos dois lados. Da Previdência e tudo mais.

E teria mais, outras coisas que não foi levantado aqui. A questão do tanque de combustível com mil litros, a gente já recebeu caminhoneiro que sai do sul, vai até o norte e não pode abastecer nem nada. E esse vilão que se tornou motorista, em São Paulo, agora, a partir do dia primeiro, o Prefeito também resolveu colocar o caminhão como o grande vilão. Devido aos congestionamentos de São Paulo, ele colocou uma medida, um decreto e está proibida circulação de caminhão em São Paulo. Pegou uma pesquisa, aí, uma consulta do jornal O Estado de São Paulo onde falou que a população, 80% é contra o caminhão na cidade. E ele simplesmente, nós vamos ter um congestionamento ali na Via Anchieta... O caminhão não vai circular em São Paulo. Simplesmente, através de um decreto; sem ter base, aonde que você tem pontos de apoio em São Paulo? São Paulo só tem um terminal de cargas que é o Fernão Dias, para quem conhece, é o Fernão Dias. Aonde esse motorista vai ficar? Aonde... Como é que vai se formar filas? O produto perecível, ele vai poder entrar até meio-dia. Se eu estou com uma carga de tomate, onde fico com esse caminhão? Então, é um decreto que também, mais uma vez, acaba se jogando em cima de quem? Do transporte de carga e não vendo que São Paulo tem seis milhões de automóveis e caminhões, circula na cidade 230 mil. Mas virou, agora, o grande vilão, também, novamente, não verificando nada de abastecimento, não verificando nada. Eu teria muito mais coisa. E parabenizar o Senador por mais essa iniciativa.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento nós vamos desdobrar a nossa audiência pública da seguinte forma: primeiro, vamos passar a palavra aos nossos dois Senadores, para que façam seus comentários, enfim, perguntas, se assim entenderem, e depois vamos abrir a possibilidade de que os outros líderes que estão aqui presentes, que não puderam usar a palavra, que todos não poderiam falar, que possam fazer algum questionamento, enfim, explicitar a sua posição em relação a esse tema que é tão caro a todos nós. Então, pode ser pela ordem de chegada? Então, escolham um dos dois e falem. Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O José Nery está completando as anotações dele, por isso passou a palavra a mim. Mas eu agradeço a oportunidade e quero cumprimentar ao companheiro Paim pela iniciativa e a todos aqui presentes. Eu não pude acompanhar as primeiras duas manifestações, mas as que eu ouvi já são suficientes para mostrar

o quanto nós temos que trabalhar nesse setor. É um setor que, efetivamente, especialmente o autônomo, ele é um solitário, me pareceu. Há uma certa solidão na sua atividade. Quando ouço a emoção do Sr. Jeová relatando essas experiências lá das fronteiras e das aduanas, do José, que se emociona falando dos seus colegas e vendo como não há...

Está faltando uma série de coisas, Paim, acho que a principal conclusão daqui, é, exatamente, esse grupo de trabalho que deve trabalhar de alguma maneira, Dr. José, à harmonização das nossas leis. Não há harmonização de leis. Então, nós encontramos, ainda, essas falhas todas que acabam, de alguma maneira, implicando no cotidiano desse profissional. Nós temos o autônomo que, infelizmente, ele é submetido a um peso e uma carga horária completamente desumana, sob pena de não sobreviver. Nós temos o profissional que está empregado numa empresa de transportes, que é submetido a regras internas da empresa absolutamente desumanas. Então, quer dizer, sobra sempre para a parte mais fraca, a parte mais frágil, que deveria ser aquela mais e melhor atendida, que é exatamente aquele que tem a responsabilidade de conduzir, de conduzir o veículo.

Tem situações, assim, que muitas vezes um ato, um ato que, de alguma maneira, tenta beneficiar a atividade profissional, ela acaba, pela circunstância, alcançando um objetivo financeiro de uma empresa. Então um fato muito interessante, eu reconheço e quero aqui, publicamente, falar, da atuação de um cidadão, que é o Presidente do CONTRAN, Dr. Alfredo Peres, que é uma pessoa de altíssima sensibilidade, ele tenta agir rapidamente nas demandas, procura estar presente nas discussões. Acho que nós temos que referir esta pessoa como um dos grandes acertos do Governo ao designá-lo para presidir o CONTRAN e o DENATRAN. E, muitas vezes, nós encontramos... Muitas vezes, a solução de algumas questões depende da sensibilidade, da nossa sensibilidade e da autoridade.

Eu acompanhei, há poucos dias, um fato: o CONTRAN, ele expediu uma norma, eu nunca tinha ouvido falar, eu não havia ouvido falar no PBTC. Peso Bruto Total Combinado, que são os chamados bi-trens, aí, etc. e tal. Então, o CONTRAN baixa uma norma para facilitar, exatamente, para regulamentar essa questão. Porque as Polícias Rodoviárias estavam multando em função de uma inexistência de norma. Aí o CONTRAN baixa a norma, autorizando esses 12 mil quilos a mais, 12 toneladas a mais, por bi-trem... Bom, o que aconteceu? A Polícia Rodoviária, seguindo a norma, entendia que o caminhão tinha que ter, na cabine, uma plaquinha identificando o limite do peso possível. Bom, aí o caminhão sai da fábrica, como chama,

lá, o "toco" e diz que ali pode carregar tantos mil quilos. Ele põe o bi-trem, mais uma tonelagem em cima e não está naquela plaquinha. Um caminhoneiro me liga, lá de Erechim, faz um mês e pouco, um mês, mais ou menos, dizendo o seguinte: "Olha, vamos ter que parar o Brasil. Porque a Polícia Rodoviária exige que a gente tenha, na cabine do caminhão, essa plaquinha da tara. Aí nós vamos fazer a alteração, uma determinada fábrica de caminhões exigia 2800 reais para colocar uma nova plaquinha dizendo que o caminhão podia puxar o bi-trem". Quer dizer, sobrava para o caminhoneiro. O pessoal estava paralisando. Eu tive uma conversa, então, lá, com o Dr. Alfredo que, em 24 horas baixou uma nova norma, alterando, dando novo prazo e autorizando, inclusive, achei interessante, ele incluiu, aqui, o Art. 4º, dizendo que, para os próximos 120 dias, a inscrição pode ser por pintura na cabine do caminhão, ali no lado, por pintura resistente ao tempo, na cor amarela sobre fundo preto, altura mínima, pá, pá, pá, pá, para evitar que as Polícias Rodoviárias de Estados diferentes aplicassem multas, especialmente em relação ao caminhoneiro autônomo que, digamos, é o que fica mais fragilizado nesse processo. Então, veja que, na expectativa no sentido de atualizar uma norma, uma desarticulação pode provocar um prejuízo enorme na vida profissional de quem está, como eu disse, solitariamente carregando esse progresso que está acontecendo, esse "bum" de desenvolvimento que nós estamos, felizmente, tendo agora. Então, eu entendo, Paim, que é urgente que se forme essa Comissão, acho que a Comissão, esse grupo de trabalho, com a Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Direitos Humanos, de maneira que nós possamos trabalhar uma harmonização de normas e leis, a questão do transporte internacional.

Casualmente ontem, Jeová, ontem, eu estive na ANTT falando com o Dr. Noboru, que é um dos Diretores da ANTT. Porque eu recebi uma informação que os caminhoneiros brasileiros que tem que atravessar a Cordilheira dos Andes, os nossos caminhões não estão preparados para enfrentar as temperaturas de 10, 12, 15 graus abaixo de zero na Cordilheira. O que acontece? Quando o caminhão chega ali, e muitas vezes a Cordilheira fecha e não dá trânsito, fica cinco, seis dias parado na neve, os caminhões não têm aquecimento. Não tem aquecimento. Não tem... O caminhoneiro não tem como se proteger do frio. Os nossos caminhões não estão preparados para enfrentar a Cordilheira dos Andes com temperaturas abaixo de zero. O caminhoneiro, o senhor deve ter atravessado tantas vezes ali, sai com uma pneumonia e não há... Nós temos um seguro chamado Carta Verde, que é o seguro internacional do MERCOSUL, que prevê só acidentes. Ele não prevê

saúde do caminhoneiro. Não prevê a possibilidade do caminhoneiro pegar uma pneumonia, lá na Cordilheira, tem que deixar o caminhão parado 10, 15 dias, baixar um hospital, não há nenhum tipo de proteção prevenindo essa condição do caminhoneiro no seguro Carta Verde que prevê o seguro da carga do caminhão, do acidente... Não prevê a proteção ao caminhoneiro. Eu me surpreendi, realmente.

É algo que, veja como a gente vai conversando e se dando conta das muitas situações do cotidiano que esse solitário enfrenta na sua longa e penosa jornada de trabalho. A harmonização de leis na Argentina, cada Província tem uma lei. A Província de Entre Rios tem um tipo de lei. Então eles estabelecem lá e o caminhoneiro brasileiro que chega, ele é submetido à lei local e, muitas vezes, fica apreendido ali e estou recebendo essa informação para o MERCOSUL tentar discutir, junto com a nossa chancelaria, aí tem que entrar a chancelaria brasileira em ação, junto com a nossa ANTT e com os grupos de trabalho, para tentar minimizar essas questões de cotidiano.

Nas aduanas, nós sabemos também, por ocasião da greve dos Auditores, que mexeu, profundamente, com milhares de pessoas em todos os sentidos, nós nos damos conta da precariedade dos portos secos das aduanas. Porque nas aduanas formam-se portos secos, onde o caminhão chega e tem que fazer todo um processo de liberação de cargas e é uma burocracia absurda. Acaba estourando, novamente, na parte mais fraca, que é o condutor do caminhão.

Então, é urgente esse grupo, eu quero me incluir nesse grupo, porque eu acho que nós temos que, realmente, voltar a nossa atenção e vou insistir numa expressão. Ou nós harmonizamos as normas e leis internas e as do MERCOSUL, ou nós vamos caminhar por um processo de conflito, inclusive, com a questão de fronteiras, que é muito delicada e muito séria e também internamente pela... Por estes processos burocráticos lentos, difíceis, de difícil cumprimento e, em consequência, submetendo a um sofrimento assim... Um sofrimento absolutamente...

Não há sofrimento justo, mas esse é o mais injusto de todos, porque pega, exatamente, esse profissional cuja família, muitas vezes, fica ausente dele por muitas jornadas e acaba resultando em doenças... Doenças psicológicas, tensionamento, além das doenças físicas normais. Eu quero cumprimentar, Paim, então, pela iniciativa, dar bem-vindas a todos aqui.

Eu digo que esta semana que, aparentemente, seria a semana que nada aconteceria no Congresso, aqui no Senado especialmente, está sendo uma semana riquíssima em discussão, extremamente importante e a minha convicção de que, é aqui nas comissões, re-

almente, que nós podemos tomar conhecimento dessas questões, bem-vindos todos aqui, que estão trazendo a realidade, o cotidiano, é o dia-a-dia desses profissionais que nós estamos incorporando aqui no cotidiano do Congresso, para que daqui, como seus representantes, a gente possa ir em busca das soluções e das expectativas de todos. Muito obrigado, Paim.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Zambiasi, eu conversava aqui com a Mesa e, de pronto, já acordamos aqui, nem que seja informalmente, essa proposta de uma Comissão, que eu traria a Subcomissão de Assuntos Sociais e, também, a Comissão de Direitos Humanos, eu posso tomar a liberdade porque, como eu presido a Subcomissão de Trabalho e Previdência, de que a primeira Reunião, nem que seja para organizar os trabalhos, pela urgência dos fatos, nós faríamos já na segunda-feira pela manhã. Segunda-feira teríamos a primeira reunião para entabular o trabalho. Sabemos que, depois, faremos as outras reuniões à tarde, de preferência, terça, quarta e quinta, quando os Senadores estarão aqui.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Vair ter que justificar minha ausência segunda-feira. [manifestações simultâneas] Eu chego somente à noite na segunda-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Não se preocupe que segunda-feira, acho que nós faríamos a reunião para começar a organizar os trabalhos. Reunião técnica. E depois faríamos a reunião a partir desta, de preferência nas terças, até eu diria, naquele horário de duas às quatro. É um horário que não tem Plenário, não prejudica trabalho em Comissão e podemos até combinar se vai ser terça, quarta ou quinta. Senador José Nery com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero cumprimentar e saudar as lideranças do movimento dos trabalhadores de transportes das mais diversas áreas, Sr. procurador do Trabalho da 23ª Região, Dr. José Pedro dos Reis, quero dizer que esta Comissão é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vive, nessa manhã, que aparentemente seria uma manhã sisuda, quieta, aqui do Congresso Nacional, especialmente do Senado, porque essa semana não tivemos as votações em Plenário, mas as Sessões todos os dias.

Mas eu diria que a produção do Senado, nessa dita semana em que muitos atribuíram a semana sem nenhum significativo para o país, no trabalho das Comissões do Senado, eu registro como muito importante as decisões da Comissão de Assuntos Econômicos, que permitiu e aprovou empréstimos para dois Estados e três Municípios brasileiros, entre os quais o Estado

do Rio Grande do Sul, que o Senador Zambiasi e V. Ex^a., Senador Paim, aqui representam.

Ontem, na Comissão de Relações Exteriores aprovamos a Convenção que o Brasil passa a adotar na condição de uma Emenda, como se fosse uma Emenda à Constituição Brasileira, a Convenção para o respeito às pessoas com deficiência. O direito das pessoas com deficiência. E nessa manhã, de forma tão significativa, aqui na Comissão de Direitos Humanos, estamos discutindo uma questão que, por mais que alguém queira considerar menos importante, mas é uma questão prioritária para o país. Porque não há funcionamento no país, a economia pára, de todos os segmentos, todas as áreas, se não estiver atento ao importante trabalho que fazem os transportadores; não as empresas.

Mas eu falo aqui dos trabalhadores, sejam eles autônomos ou vinculados a empresas, mas aqui vamos muito mais além, tratamos dos trabalhadores rodoviários, caminhoneiros, dos que trabalham nos transportes coletivos nas cidades, enfim, de todas as áreas do segmento de transporte no Brasil. Nada disso funciona sem a participação direta e decisiva dos trabalhadores em transporte de todas as categorias de transportes em nosso país.

Portanto, o que estamos discutindo aqui, nessa manhã, em que está identificado e ratificado, aqui, os mais graves problemas que essa categoria enfrenta com muito vigor, mas também aproveito essa ocasião aqui para externar, como fez através das palavras do Sr. José Carneiro, do Sr. Nélcio, do Luis Festino, do Jeová Pereira e do Sr. Paulo Roberto Barck, quando transmitiram a nós, e para o país inteiro, a situação em que sobrevivem, em que exercem suas atividades profissionais, transmitindo, para nós, não apenas a realidade, no que diz respeito às suas condições de saúde, de Previdência, de respeito aos direitos trabalhistas, mas também transmitindo a nós como o exercício, a vivência à sua dignidade humana, quando são privados do convívio familiar, do acompanhamento de sua família, de seus filhos, da educação, tão necessários a um processo de desenvolvimento em que pensar de forma integral, e não apenas aquele processo que valoriza os lucros, o crescimento econômico.

Então, podemos aqui perceber nessa manhã, além das questões específicas da categoria dos transportadores, dos trabalhadores em transportes, mas também essa dimensão humana que precisa ser respeitada e que não tem sido levada em conta, em tantos anos como vocês, muitos aqui, com experiência de mais de 40 anos nessa atividade profissional. Nós temos a compreensão de que o crescimento econômico do país não tem sido acompanhado igualmente

pelo crescimento e respeito à dignidade do trabalhador e, sobretudo, respeito à legislação trabalhista. E é preciso estar atento às diretrizes daqueles que, no mundo, pensam o desenvolvimento econômico a partir dos interesses dos banqueiros, dos setores que movimentam a economia, dos empresários das mais diversas áreas, dos organismos internacionais que estabelecem regras, diretrizes para o chamado desenvolvimento, que a meu ver é um modelo de desenvolvimento anacrônico, porque se gera crescimento, se gera lucro, se movimenta a economia, mas trabalha diuturnamente para desregulamentar as conquistas dos trabalhadores.

Aquilo que é conquista para nós, para eles, os agentes do lucro e da acumulação, para eles é entulho autoritário, é algo que trabalha contra a competitividade das empresas, que as empresas têm que ser enxutas, tem que enxugar, justamente, do lado do trabalhador, de suas necessidades. Então, essa dinâmica, que eu diria cruel, que leva com a categoria dos senhores, em algumas circunstâncias exercer a função em condições análogas, sim, às de escravos. A jornada exaustiva é uma das condições previstas no Art. 149 do Código Penal para ser considerado trabalho análogo à escravidão.

Então, nós estamos aqui diante de um momento muito importante dessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, mediante convocação dessa audiência pública, por iniciativa do Senador Paulo Paim, podemos, sim, trabalhar a harmonização da legislação existente, mas principalmente um chamamento a todos os órgãos governamentais, que têm a tarefa de organizar essas... O trabalho dessas profissões, dos transportadores, os trabalhadores em transporte, verificarmos que, talvez, a tarefa nº 01 seria, Senador Paim, trabalhar para o cumprimento daquilo que já está estabelecido na nossa legislação. Seria a tarefa nº 1. A tarefa nº 02: regulamentar e aí fazer através do grupo de trabalho que V. Ex^a. acaba de propor, um ordenamento das diversas proposições que tramitam na Câmara e no Senado. E daquelas proposições que possam vir dos trabalhadores, das suas organizações, mas também do setor empresarial, porque encaramos esse debate ouvindo a todos, como tem sido de praxe nessa comissão e a atuação aqui, do Senador Paim, prima por isso, ouvir a todos para construir projetos que sejam exequíveis e viáveis a partir das necessidades de vários segmentos.

Mas para nós, aqui, a prioridade é o respeito ao direito inalienável do trabalhador e da trabalhadora. E aqui, em especial, dos trabalhadores do setor de transportes. Então dizer, Senador Paim, que eu sou, inclusive, Relator de um dos projetos de V. Ex^a. na Comissão

de Assuntos Sociais, que trata da regulamentação da atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos, projeto que o senhor apresentou em 91, teve, na gestão anterior, Relatoria do ex-Senador e hoje Governador de Alagoas Teotônio Vilela, mas como não foi votado, foi remetido a mim, na Comissão de Assuntos Sociais, a tarefa de relatar e, inclusive, ontem mesmo assinei um Requerimento solicitando uma audiência pública para tratar essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Qual é o número desse?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): É o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2003.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para ajudar, Senador José Nery, que, nesse grupo de trabalho, V. Ex^a. vai ser fundamental. Que eu mandei fazer uma pesquisa, agora mesmo, em todo o Senado, existiam muitos projetos sobre essa questão. Mas todos foram arquivados. A não ser o 91 de 2003. O do Osmar Dias foi arquivado, um outro meu foi arquivado, que eu havia aprovado na Câmara. Eu entendo que esse projeto nº 91, de 93, que é o único que está tramitando no Senado, é o mais antigo, digamos, que está tramitando no Senado, ele agora e sob a sua Relatoria, vocês podem saber que um compromisso, eu sei, que o José Nery tem.

Já que V. Ex^a. já foi indicado o Relator, e não teve minha mão aqui, porque se tivesse minha mão seria, com certeza, um dos Senadores dessa Comissão. Eu entendo que ele pode ser o grande berço, o grande rio que vai acolher as propostas de todos, já que aqui ele aponta já, sei que V. Ex^a. chegou a comentar, para a aposentadoria especial, para a redução de jornada e é importante que os senhores entendam, que aqui no Senado, pela forma como nós trabalhamos, é muito mais rápido do que na Câmara. É muito mais rápido do que na Câmara, os projetos andarem.

Aí podemos fazer uma combinação, naturalmente, com as iniciativas que têm já na Câmara dos Deputados. Acho que esse grupo de trabalho já tem o Relator, o Relator do grupo de trabalho, já que V. Ex^a. é o Relator do PL, vai poder fazer um grande substitutivo, já que existe já a idéia de uma nova audiência pública e naturalmente a gente se sente contemplado, não é, Senador Geraldo Mesquita Júnior, pela forma como está sendo conduzido.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Então, Senador Paim, no debate do grupo de trabalho que vai ser composto por parlamentares, por Senadores de diversos partidos e pelas diversas organizações dos trabalhadores, os sindicatos, federações, cooperativas, bem como com o setor empreendedor, também estará presente nos debates, os organismos governamen-

tais que regulamentam e tratam da questão, desde a questão da saúde, Previdência, Receita Federal e outros, então creio que será uma iniciativa fundamental e se, nesse processo, esse projeto de autoria de V. Ex^a. que tenho a honra de relatar, inclusive, ontem havia sugerido, tem um Requerimento encaminhado à Comissão, mas eu queria, até, dizer que suspendo a apresentação do Requerimento para aguardar esta primeira reunião de trabalho e conduzir, a partir daquele que for indicado, pela reunião desse grupo de trabalho, inclusive ampliando e criando várias oportunidades para o debate desse projeto de autoria de V. Ex^a., e evidentemente podendo, aqui, concatenar um conjunto de idéias, de propostas, que amplia o projeto de tal maneira que ele possa servir quem sabe como essa âncora, das diversas proposições que venham no âmbito desse debate.

E dizer que, se assim for do entendimento desse grupo de trabalho que, com certeza, V. Ex^a. vai presidir, tanto por ser Presidente da Comissão de Direitos Humanos, como Presidente da Subcomissão de Trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais, onde atualmente o projeto se encontra, eu creio que poderemos ter aí, harmonizar essas proposições e, se couber a mim essa tarefa de ajudar na aglutinação dessas propostas e poder contribuir mais efetivamente com essa tarefa, eu queria dizer que seria, para mim, uma honra e uma satisfação de poder contribuir dessa forma com uma... A melhoria da legislação e, com certeza, no âmbito desse debate, que vai, com certeza, ajudar com que os trabalhadores em transportes do nosso país possam ter um patamar de dignidade à altura da sua contribuição ao desenvolvimento do nosso país. E isso nós devemos reconhecer ao melhorar, ao aprimorar a legislação. Sem, contudo, dizer: a nossa primeira tarefa, nesse grupo de trabalho, procurar também fazer cumprir a legislação já em vigor. Então, dito isso...

[palmas].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Dito isso eu queria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Geraldo Mesquita, que tanto tem contribuído aqui nos mais diversos debates, assim como eu e tantos outros Senadores, é cadeira cativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Geraldo Mesquita está convocado a fazer parte desse grupo e, com certeza, ele ajudará na montagem, na coordenação. Quero dividir, com V. Ex^a. se me permitir, a coordenação desse grupo de trabalho.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Então, praticamente tem uma indicação, ter o senhor, Senador Paulo Paim, Geraldo Mesquita coordenando esse

grupo de trabalho é a garantia de que trabalharemos muito, porque os senhores são muito zelosos por essa atividade intensa das comissões de que participam, em especial eu posso dar o testemunho, permanente, diário, do trabalho dessa Comissão de Direitos Humanos, porque nós estamos aqui, a essa hora, discutindo a situação e as medidas para melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores no setor de transporte, mas às 14h00 já estaremos aqui de novo, tratando da situação das populações indígenas, especialmente das populações que são submetidas aos rigores da lei, das prisões ilegais, injustas muitas vezes, no país afora, que agredem a dignidade das populações indígenas, que são os mais legítimos donos dessa terra e que hoje são tratados com tanto desprezo e com tanta discriminação.

Então, para ver que, no dia de hoje, estamos aqui discutindo os trabalhadores, o setor de transportes, suas necessidades, suas angústias e tarefas para melhorar a situação dessa categoria, mas daqui a pouco estaremos discutindo a situação das populações indígenas do nosso país. O que demonstra o vigor e a participação, dessa Comissão de Direitos Humanos, no tratamento de temas, de questões que envolvem o povo brasileiro, especialmente os setores mais excluídos ou que tem mais dificuldades de sobrevivência e de garantir direitos nessa sociedade brasileira. Mas eu queria por último, Sr. Presidente, na condição de--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, fique bem a vontade V. Ex^a.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Já vou encerrar, que já estou abusando...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não precisa nem abusar. Só queria dizer que aproveitando o momento, já temos quatro Senadores que fazem parte desse grupo de trabalho que vai discutir, com profundidade, essa questão. Senador Geraldo Mesquita, Senador José Nery e o Senador Zambiasi e eu naturalmente como coordenador da Subcomissão.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com certeza, Senador Paim. E na condição de Presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, aqui da Comissão, Comissão integrante da Comissão de Direitos Humanos, eu queria fazer uma proposta, um pedido, uma solicitação a essa magnífica representação dos trabalhadores, os trabalhadores em transportes do nosso país aqui presentes nessa audiência pública. Nós estamos numa luta para aprimorar a legislação e existem várias propostas no Congresso Nacional em relação ao combate e à erradicação do trabalho escravo.

Então, tem um movimento nacional que hoje é integrado por mais de 50 entidades nacionais da sociedade civil brasileira e por diversos Senadores e Deputados, que é a Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, e mais especificamente, de luta pela aprovação da chamada PEC 438. É um Projeto de Emenda Constitucional, de autoria do ex-Senador do PSB, aqui no Senado Federal, Senador Ademir Andrade, do Estado do Pará, que prevê a expropriação das terras onde for constatada a prática de trabalho escravo ainda existente no Brasil. Nos últimos 13 anos foram libertados 30 mil brasileiros nessa condição, especialmente nas fazendas da Amazônia, e o meu Estado do Pará, infelizmente, lidera essa triste estatística de trabalho escravo.

Qual é o pedido? Solicitar que as organizações que se fazem presentes aqui hoje, o Ministério, a procuradoria do Trabalho já está presente nessa Frente Nacional através da ANPT, mas eu queria pedir às organizações que a adesão nessa Frente Nacional se juntasse a essa frente para trabalhar junto à Câmara dos Deputados pela aprovação, ainda em 2008, da PEC que vai expropriar, que vai confiscar sem direito a indenização, as terras daqueles que permanecem com a mentalidade e com a prática escravagista, apesar de estarmos completando, este ano, 120 anos da Abolição da escravidão no país.

E convidar os senhores, as suas entidades, para integrarem a Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e pela aprovação da PEC 438 porque assim estaremos unindo forças para libertar e garantir a dignidade daqueles que trabalham distante, nas fazendas, no campo, longe da gente, mas também, nessa Frente, integrando e trabalhando para melhorar a dignidade, em busca do trabalho decente dos caminhoneiros, dos transportadores, dos rodoviários, dos trabalhadores em transporte no nosso país. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, vou passar a palavra ao nosso Senador Geraldo Mesquita Júnior, mas antes quero dizer que, quem viu o Bom Dia Brasil hoje pela manhã, viu mais cenas lamentáveis do trabalho escravo junto aos canavieiros em São Paulo. La-men-tá-vel. Condições degradantes, os trabalhadores falando que nem o 13º recebem, não recebem salário adequado, salário efetivamente aviltante, filmaram ali o ônibus, o estado... Sem a mínima condição o ônibus que transporta os trabalhadores.

Eu diria, Senador José Nery, porque eu quero passar para o Senador Geraldo Mesquita Júnior, para ter a oportunidade de, pelo menos, fazer uma colocação hoje, mas eu quero dizer que, numa homenagem

a essa luta do grupo móvel do Ministério do Trabalho, que fez esse brilhante trabalho e que hoje pela manhã mais uma vez foi divulgado, nós, no encerramento aqui dessa Sessão, nós vamos passar esse vídeo. “Quem aceita o trabalho escravo ajuda a cavar essa cova”.

Que o procurador me passou aqui em mãos, é uma campanha que eles vão lançar a nível nacional e ele, em primeira mão, gostaria que a Comissão... Diz ele que é dois, três minutos. Então, no encerramento da Sessão, depois de exaurimos o debate sobre essa questão tão importante, nós vamos concluir. E daí, podemos voltar, Senador José Nery, V. Ex^a., inclusive, a usar a palavra de novo.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, para anunciar, aqui na Comissão, que a próxima visita de diligência da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, segundo Requerimento aprovado, será ao Estado de São Paulo. E essa denúncia e esse trabalho do grupo móvel, que o senhor acaba de relatar, só reforça a necessidade de convocação para que a nossa Subcomissão realize, de maneira mais imediata possível, essa visita de diligência aos canaviais, ao setor sucroalcooleiro, aos trabalhadores, em São Paulo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador José Nery tem me convidado para acompanhá-lo sempre nessas diligências. E é tanta denúncia de trabalho escravo em São Paulo que, Senador José Nery, eu vou fazer de tudo e tenho certeza que o Senador Mesquita Júnior, de nós estarmos com V. Ex^a. nesse caso de São Paulo. Senador Geraldo Mesquita Júnior, por favor.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, Senador Paim. Rapidamente. Primeiro, pedir desculpas pela minha ausência parcial. Eu fui ajudar os colegas do Distrito Federal ali a abrirem uma Sessão de homenagem aos Bombeiros do Distrito Federal. Aqui a gente precisa de um *quorum* mínimo para abrir uma Sessão, mesmo comemorativa ou solene. Mas atento aqui, desde o início, à presença dos senhores, eu quero aqui resgatar um trecho da fala do Sr. Nélio Botelho, quando ele, acertadamente, Sr. Nélio, ressalta a importância dessa Audiência. E, na sua fala, o senhor diz: “olha, não se trata de a gente voltar para as bases e “olha, participamos de uma Audiência no Senado” e ficar por isso mesmo”. O senhor tenha certeza que não vai ficar por isso mesmo.

Para que a gente promova mudanças é necessário que vários fatores se conjuguem. Aqui nós estamos conjugando vários fatores. Um deles, eu quero dizer que tenho até uma certa inveja de vocês, porque vocês tiveram... Um dos fatores é sorte também, sabia? Vocês tiveram a sorte de cruzarem com a pisada do

Senador Paim. Eu vou dizer por que essa Audiência não vai ficar por isso mesmo. Para vocês terem idéia. Isso aqui, o Senado, olha, pra mim tem sido uma escola. Um aprendizado constante. Eu tenho tido o privilégio de conviver com companheiros, assim, como o Senador Paim, o Senador Nery, são dois parlamentares que pegam assuntos assim pela munheca e levam até o fim.

O Senador Nery, há pouco tempo atrás, esse assunto que o empolga, que o motiva, que o anima, que é extrairmos aqui do Congresso Nacional uma legislação dura contra o trabalho escravo, o Senador Nery, há pouco tempo atrás, lotou um auditório, aqui no Congresso Nacional, de pessoas que se preocupam com o assunto, com parlamentares, com autoridades no assunto. Essas Audiências que nós realizamos aqui, e era simplesmente o que eu queria assegurar a vocês, é que vocês saiam daqui hoje com a certeza de que isso terá desdobramento. Eu vou dar um exemplo. Do denodo, da dedicação desses parlamentares em relação aos quais, por exemplo, eu, particularmente, me sinto assim feliz da vida quando o Paim diz olha, o Senador Geraldo está convocado. Eu me sinto feliz da vida de participar disso tudo, porque eu sei das conseqüências disso tudo, eu sei onde vai levar e onde vai dar.

O Paim é daqueles parlamentares que eu digo sempre, não canso de repetir, está aqui no Congresso, assim como o Senador Nery, em defesa de causas e não coisas. Bem diferente. Tem gente que se dedica a defender coisas e esses cidadãos estão por aqui em defesa de causas. Como a de vocês. E eu me comprometi de dar exemplos aqui. De que o desdobramento de uma Audiência como essa.

Os senhores acompanharam pela imprensa, certamente, a pisada do Senador Paim, por exemplo, coordenando a nossa atividade, aqui, no reconhecimento de certos direitos, aqui. De algumas pessoas, de algumas categorias. De alguns conjuntos de cidadãos e cidadãs brasileiras. A pisada conseqüente. Por exemplo, há poucos dias atrás a luta do Senador Paim envolvendo grande parte de parlamentares nessa Casa fez com que aprovássemos aqui, como último estágio no Senado Federal, matérias de relevantíssima importância para o país e para o conjunto de trabalhadores brasileiros.

Por exemplo, o fim do fator previdenciário, que diz respeito inclusive a vocês. Isso surgiu de Audiências como essa. Foi, foi, foi, pá, pá, pá... Chegou lá no final. A equiparação do aumento dos aposentados com o aumento que é concedido àqueles que percebem salário mínimo. Outra pisada dele. Pá, pá, pá... Foi até o final. Eu queria, com isso, dizer tão-somente aos senhores que saíssem hoje daqui, eu não digo com a certeza,

porque certeza a gente só tem da morte, mas com a convicção de que essa Audiência terá desdobramentos e terá conseqüências. Esse grupo de trabalho para o qual o Senador Paim nos convoca a participar, e não pode atuar sem a participação de alguns de vocês, são os principais interlocutores que devemos ter, não é Paim, para nos esclarecer alguns pontos e tal.

Esse grupo de trabalho vai ter uma importância muito grande. Porque caberá a ele, com a relatoria do Senador Nery, já designado, verificar toda a proposição legislativa que há nas duas Casas do Congresso, o que é que pode ser aprimorado, o que pode ser atualizado, o que pode ser colocado segundo a visão dos senhores e tenham a certeza de que isso vai chegar ao Plenário do Senado Federal. Entendeu? Vai chegar ao Plenário do Senado Federal. Proposição, partida da Comissão de Direitos Humanos, tendo, digamos, a palavra de categorias importantes que os senhores representam, tendo o denodo, a aplicação, a seriedade de parlamentares que estão, aqui, debruçados na busca de soluções para essas situações difíceis.

O senhor, mais uma vez, tem razão quando menciona aquilo que eu também considero como um equívoco inominável cometido nesse país durante anos e anos, que foi o desprezo do Estado Brasileiro com a implantação de uma rede ferroviária nesse país, eficiente, eficaz, correta; com o desprezo do Estado Brasileiro com outras opções de transporte. Aí poderia alguém dizer: Mas o Nélcio propugnando isso, ele atrai o desemprego para a categoria. Negativo. Negativo. Ninguém pode pensar dessa forma. Porque esse país de dimensão continental, ele comportaria, como comporta mesmo, redes que se interligam, que se articulam, que se comunicam no sentido de transportar pessoas, bens, mercadorias, etc., com mais eficiência, com mais eficácia.

Portanto, eu queria apenas deixar aqui a minha... Com os senhores o meu abraço, a minha alegria de poder ter participado dessa Audiência e o nosso compromisso, modesto aqui, de contribuir agora com o Relator designado, com o Senador Paim, com os membros dessa Comissão, na busca de uma proposição moderna, enxuta, correta, justa, que resolva problemas crônicos vividos pela categoria e resolvendo essas questões.

A gente possa resolver grande parte dos problemas desse país. Vocês são formiguinhas que estão espalhadas por esse país afora, nas entranhas desse país e a gente precisa fazer com que o trabalho de vocês seja adequadamente reconhecido e seja coberto de mecanismos que permitam que esse trabalho possa continuar sendo feito, mas em condições melhores, decentes, dignas, para os senhores, para as suas fa-

mílias, porque tudo isso resulta em grande benefício para o país. Eu queria parabenizar o Senador Paim pela realização da Audiência e me colocar, aqui, como um soldado no sentido de trabalharmos muito em prol desse projeto que acaba de nascer nessa Comissão. Muito obrigado.

[palmas].

[falha no áudio]

SR. NÉLIO BOTELHO: Nós estamos vivendo um momento histórico, meus companheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero concordar, aqui, com o líder Nélcio, de fato é um momento importantíssimo. Se fala tanto em trânsito, acidente nas estradas, os dados que eu apresentei na abertura aqui, de fato são alarmantes, e vocês confirmaram e ampliaram, e estamos chegando na reta final da nossa audiência pública, ainda vou permitir, se alguns dos líderes no Plenário quiser usar da palavra vai usar, com a maior tranquilidade. Pela importância do momento. Eu diria que, na segunda-feira, pela manhã, faremos uma reunião mais interna, de trabalho para articular como é que vai ser a dinâmica. E claro que vocês, no final, vão conversar comigo para ver quais os líderes que podem já estar na segunda-feira conosco. Mas Senador Geraldo Mesquita Júnior, queria cumprimentar mais uma vez V. Ex^a., pela bondade como se dirige a todos nós. Mas V. Ex^a. sabe que o respeito que V. Ex^a. tem a nós é o mesmo que nós temos a V. Ex^a. E isso aqui não é rasgação de seda. Todos os momentos mais complicados aqui que tivemos, que nós tivemos, em encaminhamentos de propostas e projetos, V. Ex^a. foi sempre parceiro, inclusive para relatar projetos intrincados.

Não, se é para o bem de trabalhadores, conte comigo e como tenho certeza que V. Ex^a. pela sua experiência, como advogado, homem que, quando não era ainda senador, atuava junto ao Ministério Público, mais do que ninguém poderá nos dar uma contribuição fundamental na construção desse projeto que, casualmente, o mais antigo em circulação é o nosso, que é o 91 e, casualmente, o Senador José Nery é o Relator. Não foi nada foi combinado. Que quem indicou o Relator desse projeto foi a Senadora Patrícia Saboya Gomes. Então, foram coincidências. Eu quero dizer que a coordenação desse grupo de trabalho, Senador Geraldo Mesquita Júnior, faço aqui, de público, um apelo. Que fique sob a minha e a sua responsabilidade. Nós dois vamos coordenar o grupo de trabalho porque sabemos da correria na Casa. Um ou outro estará sempre na coordenação permanente com o apoio de todos os senadores que quiserem trabalhar nesse grupo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não se preocupe que é com muito prazer

que participei desse trabalho sendo convocado por V. Ex^a. Eu, mais uma vez, queria pedir desculpas por ter que me ausentar, Paim, ontem você estava presidindo a Sessão e eu assumi a tribuna para expressar minha preocupação com relação à possibilidade de um importante organismo, o IPEA, estar manipulando informações. E para minha surpresa, eu fui avisado agora de que o presidente do IPEA, de forma democrática e muito gentil, se encontra no meu gabinete para me prestar algumas informações e eu pediria licença e desculpas a todos por ter que me ausentar, mais uma vez, para poder conversar com o Presidente do IPEA.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu quero, primeiro, cumprimentar o presidente do IPEA. Eu conheço o Márcio Pochmann, sei da sua seriedade, da sua responsabilidade. V. Ex^a. levantou questionamentos, achei bonito da parte dele, que ele, de pronto, sabendo o Senador de envergadura que é V. Ex^a. se dispôs a vir aqui lhe dar as explicações. Eu só lamento não poder acompanhá-lo, mas me comprometo ainda, se o Márcio Pochmann estiver ainda no seu gabinete, terminando a Audiência eu me desloco para o seu gabinete que vou acompanhar essa conversa, com muita satisfação. Vi o seu pronunciamento ontem, fiquei preocupado, conheço o Márcio Pochmann, e vi que ali V. Ex^a. foi respeitoso. Vossa excelência demonstrou preocupações mediante, inclusive, um artigo se não me engano leu da Tribuna. E achei muito bom. Porque o Márcio Pochmann, eu conheci lá no meu Rio Grande, porque me deu as primeiras aulas de economia. Foi ele que me deu. Ele, um menino me dava aulas de economia. Porque ele, perto de mim, claro, eu estou lá com mais de 50 eu vou dizer e vou parar por aqui, o Márcio está bem abaixo dos 50, ele me deu, como estudante, as primeiras aulas de economia. Então ao saber que ele vem visitá-lo, Senador Geraldo Mesquita Júnior, diga a ele, mande a ele, se puder, V. Ex^a. vai estar lá, mande nele, aquilo que eu chamo um “abraço de quatro costados”. Eu sei que vocês dois vão se entender e muito bem.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, só para comentar. Esse gesto do Sr. Márcio Pochmann. É um economista respeitadíssimo, tem uma excelente contribuição, foi Diretor do DIEESE, foi na coordenação do IPEA, dizer que, se todos os questionamentos que nós fazemos aqui no Senado ou na Câmara, pudessem ser respondido dessa forma eu tenho certeza que o avanço na vida política institucional no país seria extraordinário. O problema é que as nossas autoridades, via de regra, em geral, têm muita dificuldade de conviver com a crítica, com o questionamento. E esse gesto do Sr. Márcio, o economista Márcio

Pochmann nos dá a dimensão do que poderiam ser as relações políticas, institucionais entre o Parlamento e o Poder Executivo, onde o questionamento feito, de forma justa e correta e respeitosa, como o senhor costuma fazer, se respondido dessa forma, isso só o engrandece cada vez mais, a despeito de haver, no debate sobre os levantamentos apresentados e os números contestados, haver, continuar a haver divergência, se for o caso. Quem sabe haverá um absoluto esclarecimento. Mas, esse gesto, eu diria que o senhor tem que levar a ele o abraço e as considerações de todos nós aqui, não só do Senador Paim, mas leve as minhas também por achar que isso só o engrandece e o Brasil, com certeza, avançaria muito se cada questionamento feito com seriedade, como o senhor faz, fosse respondido dessa forma. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Geraldo Mesquita Júnior, antes de sair, eu quero se possível aqui assinar embaixo ao que disse o Senador José Nery. V. Ex^a. é testemunha, V. Ex^a. foi à Tribuna, inclusive, fazer a defesa desse Senador quando, por discordar de uma outra autoridade, a resposta que eu recebi não foi esse diálogo que o Márcio Pochmann está propondo. Foi um ataque desrespeitoso e com ataques pessoais. E V. Ex^a. foi à Tribuna, inclusive, fazer a defesa desse Senador. Por isso meus cumprimentos a V. Ex^a. e meus cumprimentos ao economista Márcio Pochmann. Eu vou passar a palavra ao Plenário. Por favor, na hora de usar a palavra seria importante a identificação para registro nos anais da Casa.

SR. RAUL: Desde já agradecendo a essa Casa, ao Senado, aos Senadores e aos outros colegas que nos convidaram para hoje estarmos aqui junto para discutir um problema sério da nossa categoria, então, conhecendo o Senador Paim, que há muito tempo nos acompanha não só o Senador, mas também com o seu filho, nos acompanha em grandes movimentos dentro do transporte de carga líquida, que eu sou o Raul, sou o presidente do sindicato, como todos os colegas conhecem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Tu está se referindo ao Jean. Aquele que sofreu onze operações, mas salvamos. Está de pé lá, firme.

SR. RAUL: A gente sempre teve, em qualquer discussão, sempre o amparo do Senador. Eu quero dizer aqui, Senador que nos traz a essa Casa com preocupação sobre a carga horária, que é um grande caos na nossa vida. Nós temos, junto com o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região, duas ações civil pública ajuizadas contra a Shell e contra a PETROBRAS, e tem mais uma ação que está andando aqui no STJ contra a Ipiranga.

Quero salientar, Senador, que essas distribuidoras trabalham 24 horas por dia. Tanto a BR, quanto a Shell, como a Ipiranga. Então, se a situação é crítica na carga seca, na carga líquida também é muito pior. Temos lá, Senador, faz uns três meses para cá, já fomos buscar quatro companheiros completamente carbonizado, saiu para trabalhar de manhã e voltou sem poder a família, pelo menos, olhar o rosto dele para poder se despedir. Mas isso só existe um culpado. Dentro da nossa discussão existe um culpado, que é fundamental, Senador e eu quero deixar registrado nessa Casa que são as distribuidoras. A BR Distribuidora, a Shell e a Ipiranga, como todo um agregado que ela tem ali, ela não exige sequer uma qualificação do motorista. Ela exige uma qualificação somente de um transportador ao qual ela contrata. Ali ela exige que ele cumpra uma jornada de 11 horas, que ele cumpra toda uma regra, para aquela transportadora que ela contrata. Por exemplo, uma Stefani, uma Dalçóquio. Essa transportadora ela exige.

Fora isso, Senador, tem o chamado FOB. Que o "FOB" é o motorista que é o do posto, entre aspas, que não é motorista. Ele é um frentista. Ele trabalha o dia todo no posto, de frentista e chega a noite, ele pega o caminhão e vem para base carregar. Por exemplo, se ele é de Santa Maria, sai de Santa Maria e vem a Canoas, carrega e de Canoas ele volta a Santa Maria. Que nós sabemos que é um trecho violento.

Então, Senador, eu queria fazer um apelo aqui para essa Casa que também se botasse nessa Mesa de reunião a ANP. Porque a ANP, ela faz toda uma regra que o Inmetro e a FEPAM cobram. Mas aquilo que a ANP determina. A ANP determina que o caminhão tenha que estar todo dentro dos padrões, senão não pode carregar. Esse caminhão quando chega, Senador, na base, esse caminhão é conferido. Se o estepe está bom, se o pneu está bom, se o freio está bom, se tudo está funcionando. Mas esquece a palavra principal, que é o motorista. Ali no checklist da empresa, do Inmetro, que a ANP regulamenta, não tem um parágrafo que fala nas condições do motorista. Se ele está com a carga horária dele excessiva, se ele tem a carteira de trabalho assinada, se cumpre um piso... Tem nada.

E nós, Senador, nós puxamos um produto altamente tóxico. Que dentro da nossa cadeia produtiva, meu Senador, tem o chamado benzeno. E eu lhe faço isso, está anotado pela Ação Civil Pública, o Ministério Público está nos apoiando, sequer foi feito um exame para ver como é que estava o índice de contaminação de "benzenismo" com esse motorista. Sabemos que o benzeno é o produto mais cancerígeno que existe na face da terra, é o que mais causa leucemia dentro da nossa atividade.

Então, Senador, eu queria se pudesse anexar, chamar aqui a ANP, que ela baixe uma norma para essa nossa atividade, que é uma atividade altamente de risco, e que dentro do checklist, [soa a campainha] na hora que o caminhão chegasse lá na base de carregamento, quem fosse conferir seria a distribuidora. Se esse motorista não tivesse condições de transportar, que ele voltasse ou ele ficasse ali. E que ela faça a mesma exigência que ela faz para o transportador dela. Grato.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência acata a sua solicitação, vamos convidar também o representante da ANP para que a gente possa, nessa discussão, construir uma redação, tanto no projeto ou até como sugestões que poderíamos encaminhar a outras áreas do Governo, se for o caso. E, com certeza, esse trabalho compilado, resumido e apontando respostas eu confesso a todos vocês, que farei de tudo para que entregue em mãos, inclusive, o resultado do trabalho, ao próprio Presidente da República. Passo a palavra ao companheiro, por favor se identifique.

SR. CARLOS ALBERTO DANER(F) LITI(F): Carlos Alberto Daner(F) Liti(F), sou de Ijuí, no Rio Grande do Sul. Senador Paim, Senador José Nery, Nélcio Botelho, companheiros do movimento União Brasil Caminhoneiro, companheiros do SINDICAM, Laerte, Jeová, Zé Carneiro, Paulo, outros que já se ausentaram, como o Senador Geraldo e o Senador Zambiasi.

Quero ser muito rápido, muito objetivo, até pelo adiantado da hora, mas dizer que saímos do Rio Grande do Sul ontem, à uma hora da tarde, para chegarmos, como disse o companheiro Nélcio, atrasados na reunião, mas muito feliz. Vamos sair daqui muito felizes, porque vimos com a seriedade que sempre tratou os temas, o Senador Paulo Paim, o já Deputado Federal Paulo Paim, e hoje Senador, como disse, os companheiros de Casa, isso não vai ficar de forma ao vento. Então isso nos dá uma alegria muito grande. Sabendo que o tema é muito difícil, o tema é bastante complicado, a complexidade dele, pela especificidade que tem, como dizia o procurador José Pedro, somos conhecedores disso, mas é um tema que tem que ser debatido, tem que ser enfrentado e tem que buscar a solução. Acho que isso, não, tenho certeza que isso, lá no Rio Grande, vai repercutir muito bem na região onde nós estamos e vamos tentar colaborar com sugestões, com opiniões, de uma forma participativa.

A segunda questão, é pena que o Senador Zambiasi já saiu, eu queria me referir à questão da Resolução 258, que o Senador colocava, a questão do peso e que originou a Deliberação 64, como disse o Senador, com uma agilidade extremamente grande, a gente

acompanhou muito de perto isso, através do CONTRAN, do Sr. Alfredo Peres, aonde, à tarde estaremos lá, para tentar reverter a questão das penalidades que ficaram. Porque, com certeza, mais de 50 mil autuações no Rio Grande do Sul foram feitas nesse período de novembro até agora, 30 de maio, quando saiu a Resolução e a multa mínima, para caminhão truncado, ela girou em 700 reais e ao bi-trem chegou a 4.500; também por desconhecimento da lei e por um certo exagero no cumprimento da lei, a Resolução, quando não nos beneficia, ela é duramente aplicada. E quando há possibilidade de ter, ela não é aliviada. Isso faz parte do sistema, como já dizia o procurador também, o sistema é que está nos abafando o setor todo.

A terceira questão que eu quero levantar e que foge um pouco do nosso tema mas é de extrema preocupação é quanto ao óleo diesel. Esse é o grande vilão, esse sim, não o caminhoneiro, mas o óleo diesel é o grande vilão de todo o segmento. E é inaceitável que o nosso Governo, o Governo do qual eu defendo e acho que tem grandes avanços, como nunca se viu no país, tenha a possibilidade de colocar esse nosso óleo diesel na Argentina a R\$1,25. Nós que somos "auto-sustentável". E não tem capacidade de colocar na bomba do brasileiro, daquele que está carregando a riqueza do país, a menos de 2,09 em qualquer posto.

Então, o Governo anuncia um novo aumento agora e eu quero dizer, quero defender junto como já disse para vários companheiros, se for necessário puxar um novo movimento, movimento pela redução do óleo diesel e pela dignidade do trabalhador. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento eu queria só passar a palavra à Mesa, ainda antes de passarmos o vídeo, eu pediria a cada um, devido ao nosso limite, aqui, da audiência pública, para as suas considerações finais, eu daria dois minutos para cada um. Se todos ficarem dentro dos dois minutos, nós encerramos, passamos para o vídeo e deixando claro que essa audiência pública não termina aqui. Ela recomeça, eu diria, no grupo de trabalho já na segunda-feira. Eu começo da direita para a esquerda, passando a palavra para o líder Jeová, para seus dois minutos.

SR. JEOVÁ PEREIRA: Sr. Senador, eu só quero, simplesmente, agradecer, mais uma vez, a sua postura, e a dos demais Senadores presentes e dizer, mais uma vez, que estou à disposição no Estado do Paraná, na região oeste do Estado, à sua disposição, à disposição da Comissão criada por V. Ex^a. E dizer que eu estou saindo daqui, realmente, dizendo que valeu a pena o meu sofrimento para chegar até aqui.

E que vai valer a pena eu voltar esse 1.600 quilômetros, novamente, de carro para levar essa informação àqueles que nós representamos, inclusive eu tenho um filho meu na estrada, que é caminhoneiro também, que seguiu, deu continuidade, [soa a campainha] E meu muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, líder Luis.

SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO: Queria agradecer, novamente, em nome do nosso Presidente, Sr. Omar, e cada vez que a gente debate a questão do transporte a gente vê sempre uma coisa nova. Foi falado aqui a questão do transporte rural. E nós temos, aí, também um problema no Brasil que é o transporte rural escolar. Que está precaríssimo, só o trabalhador, chega a ter o tanto de trabalhadores, 36 milhões de estudantes que necessitam desse transporte. E é tão precário quanto aquele ônibus que foi mostrado hoje de manhã. Então essa Comissão vai ter uma importância muito grande porque o transporte, ele está em todos os setores. Então não tem como não surgir sempre uma novidade, alguma coisa que não está funcionando no setor. Ok?

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, passamos ao líder Nélcio Botelho.

SR. NÉLIO BOTELHO: Meus amigos, vocês sabem que nesses mais de 30 anos de luta que nós temos em prol do nosso setor, eu já participei de inúmeras reuniões, inúmeros congressos, simpósios, com todos os governos federais, municipais, estaduais, dentro da Câmara, dentro do Senado e a gente sempre carregou conosco uma sensação, assim, de que muitas vezes de perda de tempo e enfim, sempre saímos frustrados. Hoje eu estou tendo, aqui, uma convicção nova. Eu, pelo que eu vi aqui, dos nossos parlamentares, os quatro Senadores que usaram da palavra aqui nos deu uma confiança muito grande. Tenho a impressão que todos os problemas que nós enfrentamos no nosso setor, até hoje, vão começar a ter um novo formato de solução a partir de hoje, porque eu estou sentindo, sinceramente, que nós acertamos na mosca ao atender o convite do Senador Paulo Paim e participar dessa audiência pública, [soa a campainha] porque nós vamos conseguir, se Deus quiser, estou sentindo essa sensação que tudo vai dar certo e vamos começar a resolver nos problemas a partir de hoje. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, procurador José Pedro.

DR. JOSÉ PEDRO DOS REIS: Bem, na palavra de todos, a gente verifica a importância de verificar-

mos, efetivamente, o cumprimento da legislação. E eu estou, hoje levarei ao Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes, a proposta para que a gente faça o movimento nacional nesse sentido, juntamente com os parceiros de toda hora, o Ministério do Trabalho e a Polícia Rodoviária Federal.

No Estado do Mato Grosso eu também confirmo a minha autonomia naquela região para fazer esse trabalho e já estamos fazendo. Inclusive, no Rio Grande do Sul também, juntamente com os trabalhadores nessas Ações Cíveis Públicas.

Vamos fazer de tudo para restaurar os efeitos da liminar que foi cassada, que impedia o controle de jornada dos motoristas. Estamos fazendo isso nos Tribunais Superiores. E a importância de regulamentação da jornada, não simplesmente do tempo de direção. Por isso a sugestão que venha, para o debate, aqueles outros empresários envolvidos, as empresas envolvidas no processo. Motorista pega o caminhão, vai carregar, fica ali duas, três, quatro horas, mais até, depois sai para as estradas e fica para descarregar. É importante que essas empresas de cargas e descargas estejam no processo e construam locais para que esses trabalhadores não fiquem ao relento, quando vão descarregar ficam cinco, seis horas sem ter onde descansar, sem ter condições nenhuma, que se crie os portos secos, como o Jeová falou, a importância de onde colocar a mercadoria, mas principalmente o trabalhador ter condições dignas ali naquele local, de alojamento, um alojamento básico. Nós fizemos isso em Rondonópolis com uma empresa e foi muito bem aceito nesse sentido. A empresa construiu os alojamentos e tem um tempo máximo de carga e descarga.

Então verifico que a legislação hoje, que nós temos que seguir, com base a CLT, é uma boa legislação na questão de controle de jornada de trabalho de oito horas, no máximo 10, nós vamos fazer, buscar esse cumprimento. Eu sei que entra em conflito com muitos interesses. Mas nós somos do Ministério Público do Trabalho, somos do Ministério Público e o nosso trabalho no momento em que [soa a campainha] entramos nessa causa foi para o enfrentamento. Nós sabemos disso. E nós vamos enfrentar firmemente essa situação, essa questão que é importantíssima para o nosso país.

E eu fico muito satisfeito de estar aqui, participar dessa Comissão e a sugestão minha, Excelência, é que se chamem os representantes dessas empresas de carga e descarga que são parte do processo que causa todo esse problema, essa polêmica. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado procurador e pode ter certeza que a Presidência se compromete, já, junto à nossa Secretaria para que, tanto o Ministério Público seja convocado e V. Ex^a. me lembrava antes, para estar com a gente, e V. Ex^a. disse que se dispõe, como também as empresas aqui solicitadas pelo senhor. Então de imediato passamos ao líder José Carneiro, para suas considerações finais, durante os dois minutos.

SR. JOSÉ CARNEIRO: Senador, não só nós presente, lideranças, mas eu tenho certeza que o povo brasileiro hoje está agradecendo, na pessoa do senhor e todos os Senadores. Acho que essa causa é das mais importantes que já se discutiu aqui. Porque envolve a vida de todos nós brasileiros, nós caminhoneiros, usuários, a economia, envolve todo o transporte.

Tenho certeza que, se Deus quiser, hoje o senhor vai ver a repercussão disso, nacional. O senhor tocou no ponto principal que é o transporte. E eu tenho certeza que Deus vai iluminar você e todos os Senadores e todas as autoridades brasileiras, inclusive o Ministério do Trabalho e nós vamos conseguir, realmente, mudar essa cara do transporte brasileiro.

E a situação que o companheiro colocou ali, Ministério do Trabalho, chegou a hora de ir para rua. Fazer o levantamento, a situação do caminhoneiro lá no trabalho dele e dentro dessa Comissão, se o senhor ver que, realmente, há necessidade de uma pessoa que conhece, tanto faz na parte [soa a campainha] de transporte, como dirigir, manutenção e tudo, eu conheço e estou à disposição. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Por favor, Paulo Roberto.

SR. PAULO ROBERTO BARCK: Bem, Senadores, é uma grande satisfação a gente, quando fez o uso da palavra antes, esse momento histórico que nós estamos vivendo. Acima de tudo, Senador Paim, estamos aqui, hoje, representantes de empregados, representantes de caminhoneiros autônomos, a nossa Confederação, as Federações de Cooperativas, despidos de suas cores, despidos de suas ideologias, despidos de suas filiações partidárias, inclusive, despidos, inclusive, de suas filiações de Centrais, para tratar de um assunto de bem comum. E assim tem sido ultimamente, [soa a campainha] inclusive faço parte de uma Central de Trabalhadores, onde temos feito várias atitudes, vários atos, várias caminhadas, de mãos dadas, por um bem comum dos trabalhadores.

Então Senadores, estamos todos de parabéns, estamos torcendo que essa Comissão, como é de praxe já, do histórico dela, que não fique só na retórica e nesses discursos de hoje, que nós partimos para uma

ação e nós, do movimento sindical, estaremos abraçados a vocês, Senadores, aos parlamentares dessa Casa para levar esse assunto adiante, que é de suma importância. Sendo que o nosso país adotou o transporte rodoviário como seu principal meio de transporte das nossas riquezas, seja tanto a nível nacional como para fora do território. Então, nós temos que ter uma reflexão muito mais forte, um disciplinamento e quiçá uma legislação que venha a contemplar todos os nossos anseios e aflições. Vejo com muito bons olhos, estamos juntos nessa luta, Senador. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Encerrando essa parte da nossa audiência pública, eu falava aqui com o nosso procurador, ele dizia, veja o seguinte, tiveram que entrar com uma ação para ganhar uma liminar para que não houvesse excesso de carga horária. O mínimo de controle, quando está na Constituição que o máximo é 44. E eu queria cumprimentar, inclusive, a entidade e peço aqui para a TV, se puder filmar esse material que está sendo divulgado defendendo o controle da jornada de trabalho. É um absurdo que um caminhoneiro tenha que trabalhar 19 horas. Estou falando 19 em 24. Não estou falando 19 durante a semana ou coisa parecida.

E esse material da Confederação Nacional dos Trabalhadores é muito claro, regulamentação da profissão de motorista já, eu espero que a gente possa, a partir desse grupo de trabalho que, pelo que percebi, que propus, todos os Senadores concordaram, todos dirigentes concordam e a gente começa a trabalhar não o mês que vem, não, como diria aqui, terça, quarta, quinta ou sexta, mas já na segunda-feira, pela manhã. Teríamos a primeira reunião nessa mesma sala, que essa é a sala da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, segunda-feira pela manhã, e vamos tentar convidar a todos, os que puderem estar representados, sabemos da distância e de muitos líderes que estão aqui de todo o país, que não poderão estar aqui na segunda, mas sei que representantes das Confederações, alguns aqui da Mesa já confirmaram que na segunda-feira, pela manhã, 09h00, nós iniciaremos a primeira reunião sobre esse grupo de trabalho que vai discutir, com profundidade, desde a regulamentação definitiva do trabalho dos nossos profissionais do volante, e aí eu quero, de forma bem abrangente, estou falando de motorista de caminhão, estou falando de motorista de ônibus, estou falando do autônomo, estou falando porque não ter aqui, também, nesse debate a questão do nosso taxista, que sofre tanto.

Vamos fazer um trabalho completo. Todos profissionais que dedicam sua vida ao volante, de uma

forma ou de outra. O que puder entrar no Projeto de Lei, estou apenas adiantando o meu ponto de vista, entrará. O que não for possível faremos outros encaminhamentos. Pode ser por Medida Provisória, pode ser por norma que regulamente. Pode ser por sugestão, tem algumas medidas que não podem ser de iniciativa do Legislativo. Então nós encaminharíamos ao Executivo como sugestão. E, naturalmente, essa Comissão que trabalhar nós pretendemos ir ao Executivo, até o Presidente se for necessário, apresentar essa série de sugestões. Dizer que os empresários serão convidados, de todos setores que envolvem essa questão tão importante.

Porque nós estamos trabalhando também aqui, procurador, nós estamos tratando também não só da questão do motorista, mas da vida. Da vida de milhões de brasileiros e eu diria que, infelizmente, de milhares que perdem sua vida no trânsito. E que os motoristas, mais do que ninguém, podem contribuir com sugestões e com os encaminhamentos nesse sentido.

Então, nesse momento eu terminaria essa parte da nossa audiência pública, nós vamos, agora, assistir o vídeo que é um lançamento do Ministério Público a nível nacional e que nesse momento, tenho os exemplares desse documento que eu mostrei aqui, quem quiser poderá receber, inclusive do projeto apontando o caminho já.

Mas antes de passar para o segundo momento da nossa Audiência, que será esse lançamento não oficial, porque já nos deram a camiseta aqui, Senador Cristovam, Campanha Nacional Contra o Trabalho Escravo, já foi feito algo semelhante em Mato Grosso e que, nesse momento, aproveitariam aqui para passar um pequeno vídeo da luta permanente contra o trabalho escravo. Mas antes passamos a palavra ao nosso querido me permita, querido Senador Cristovam Buarque, que, além de presidir a Comissão de Direitos Humanos, tem cumprido um papel fundamental aqui, além de presidir no passado a Comissão de Direitos Humanos, está ali atrás no quadro, preside hoje a Comissão de Educação e é... Se me permitir, um militante permanente, aqui nessa Comissão e na sociedade, em defesa dos Direitos Humanos. Senador Cristovam com a palavra. Satisfação.

[palmas].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Como militante permanente, quero pedir desculpas pelo atraso. É que hoje nós prestamos uma grande homenagem aqui, aos Bombeiros do Distrito Federal. E eu tinha que estar lá, não só pelo meu carinho e respeito aos bombeiros, mas também porque é a minha base, o Distrito Federal. Mas mesmo assim encontrei tempo

de vir aqui para dizer que fiquei muito satisfeito, Presidente Paim, quando eu vi essa Audiência.

Porque há escravos que a gente sabe que são escravos visivelmente, e há outros disfarçados. E os motoristas, hoje, têm uma carga de trabalho que está próxima da escravidão. Eu fui Governador dessa cidade e tenho o orgulho de dizer que tive uma relação privilegiada com os rodoviários. Primeiro porque foram eles que transformaram meu nome de professor em nome de candidato. Foram os rodoviários do Distrito Federal que colocaram minha foto na frente dos ônibus, contra a vontade, às vezes, dos donos das empresas e o meu nome que ficava só lá dentro do campus da UnB virou um nome, uma cara, de toda a cidade.

Como Governador, eu creio que eles reconhecem que foi um governo que olhou para os rodoviários. Muitas coisas. Eu acompanho, portanto, com muito cuidado a situação deles. E vejo que aqui no DF eles estão perdendo direitos e, no Brasil inteiro, não estão ganhando os direitos que deveriam. Quanto à carga, eu tenho acompanhado, e a tendência vai ser ter problemas ampliados. Problema do aumento do preço do combustível, que vai chegar a vocês, o problema da violência nas estradas, que já está num ponto que, às vezes, a gente tem vontade de dizer que não consegue crescer mais, mas tudo de ruim termina podendo crescer ainda mais, então o problema da violência crescente; hoje é uma atividade de altíssimo risco de vida e de risco da propriedade roubada nas estradas brasileiras.

O risco da degradação das estradas que foram até melhoradas recentemente, eu acho, pelo Presidente Lula, mas não na condição que deveria e risco também do emprego, pela alternativa necessária, é verdade, mas, quando chegarem uma nova, como se diz por aí, e o Presidente Lula gosta, matriz de transporte com mais trens, pode haver um problema até de emprego também.

Então, é uma categoria que precisa ser olhada. Agora, sobretudo essa sobrecarga de trabalho. Que a gente, de vez em quando, vê programas de televisão, motoristas que têm que tomar remédio para continuar acordado, e isso parece que não é uma exceção. Motorista que não tem mais condições de família, porque não conseguem estar presentes junto à família e realizar a sua atividade. Então, Presidente Paim, eu fiquei muito feliz. Agora, tem um ponto que eu queria chamar atenção que, ou estou enganado, ou a gente vai ter que fazer outra Audiência. Por aqui eu não vi representante específico dos taxistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É que o projeto que está em debate que é o PL 91, ele trata muito mais da questão do trans-

porte urbano, que é motorista de ônibus e taxistas, e nós, essa intenção em cima do PL 91 de 2003, que eu apresentei, o Relator é o Senador José Nery, nós aprovamos aqui um grupo de trabalho, que vai começar na segunda-feira pela manhã, com a presença de taxistas, de todos os setores, inclusive dos empresários da área. Qual é a nossa intenção, só para sintetizar, Senador Cristovam? É fazer um substitutivo global que contemple todos os motoristas em todas as áreas. Inclusive, aquilo que entendermos que não cabe em Projeto de Lei, nós apresentaríamos como sugestão ao Executivo, para uma norma ou se necessário for, até uma Medida Provisória.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Por que eu digo isso, de qualquer maneira me antecipando? Eu sou um usuário de táxi, com muita regularidade aqui no Distrito Federal. Posso dizer que tenho amigos taxistas. E o trabalho do taxista, do ponto de vista da força física, é menor do que de um motorista de ônibus. A força física usada. É provável que seja menor que um motorista de caminhão. Mas o número de horas de trabalho, no caso de um taxista, termina sendo maior ainda. Porque hoje eles dormem no táxi. A diferença é que talvez não tenham que tomar remédio para não dormir. Mas dormem enquanto o celular não toca. Eu conheço taxistas daqui ao lado, Taguatinga. Taguatinga, os que não são daqui, não sabem, mas é 20 minutos. E passam semanas, às vezes, sem ir visitar a família. Porque, se saírem do ponto, eles perdem a vez.

Eu recomendo os de fora que visitem o Centro aqui, que é chamado o Iraque, para que vejam as condições que eles estão ali. Que é onde ficam os motoristas que atendem o aeroporto. Até que melhorou recentemente, mas durante algum tempo, às vezes fazia uma viagem por dia, mas tinha que dormir ali, tinha que ficar ali. Construíram banheiro, jogo de dama, mas moram ali. Não vêem as famílias. Não faz muito um taxista, também de Taguatinga, morreu. No volante. E morreu de cansaço. Morreu de esgotamento. E a mim me tocou especialmente, porque ele morreu de esgotamento porque tinha que pagar a mensalidade de duas filhas na faculdade. Ou seja, isso aí não pode continuar assim.

E alguns que têm essa carga é por algo que a lei podia resolver. É o fato do taxista que tem que pagar o dono do carro, que até aí tudo bem, porque é um capital; nesse país, o capital é privado e você tem que pagar. Agora, o que eu não admito é ter que pagar pela licença, a alguém que recebeu essa licença nos governos anteriores. Sem licitação nenhuma. Há proprietários de 200, 300 licenças de táxis no Distrito Federal. E recebem o pagamento da mesma maneira,

meu caro Paim, que antigamente se alugava escravo. Havia dono de escravo que alugava o escravo. Hoje escraviza o motorista alugando a licença do carro. Isso tem que acabar. E, por incrível que pareça, tem um *imbróglia* legal que dificulta. Porque também tem o problema da viúva que ficou com a licença. Como é que a gente cuida da viúva? Como é que a gente diferencia a viúva, que ficou com a licença de carro, daquele que é um explorador de licenças?

Então, eu creio que os taxistas, a gente precisa trazê-los, para ver o sofrimento e ver como dar a saída legal a esse problema do taxista que tem que pagar para usar a licença de alguém, que não fez nenhum esforço para ter a licença. Que é apenas uma concessão que o governo deu em algum momento. Como é que a gente vincula a licença ao motorista, por exemplo. Como é que protege as viúvas.

E, no caso dos taxistas, também o problema do preço do combustível e o problema da violência. Que eu creio que hoje, em algumas cidades, é menor do que de caminhoneiro, mas em algumas cidades é maior do que de caminhoneiro. Eu pergunto sempre para os taxistas sobre assalto. É comum ter sido assaltado uma ou duas vezes. E esses os que contam a história para a gente. Eu perdi um amigo taxista cuja praça é lá onde eu moro, aqui na 215-Norte. Assassinado brutalmente. Assaltado, seqüestrado e assassinado.

Então fica aqui minha preocupação com todos. Rodoviários, por um carinho especial. Caminhoneiros por uma solidariedade muito grande, e taxistas por um sofrimento que eu vivo mais direto ainda, porque são pessoas com quem eu convivo e que me contam sua situação.

Nos últimos meses, inclusive, houve uma mudança das minhas conversas com motoristas de táxi. Por incrível que pareça, o que eu mais converso hoje com os taxistas, sabe o que é? É pedido de emprego para deixarem de ser taxistas. É o jovem que fez um curso de vigilante e quer um emprego de vigilante. É aquele que não fez curso de nada, mas não agüenta mais o táxi. Há uma migração da carreira de taxista para não taxista. E aí é outra coisa que a gente pode entrar também. Creio que deveríamos ter um programa de reaproveitamento de motoristas de táxi para outras profissões. Porque eles não treinaram. O motorista de táxi, ele entra muito jovem. Às vezes por causa do pai, às vezes por causa do tio, às vezes por que não gosta da escola, às vezes pela liberdade. E de fato é uma profissão atraente do ponto de vista de liberdade. E aí entrou muito cedo, não estudou, e agora quer mudar de profissão e não consegue. Mas fico feliz, que vai ter um espaço, então. Quando vai ser?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): A primeira reunião que iremos fazer, é uma reunião para organizar o trabalho, será na segunda pela manhã. Nessa reunião, a nossa intenção é já ter representantes dos taxistas, dos caminhoneiros, do transporte coletivo, no caso de ônibus, enfim, nós falávamos aqui até como é que fica a situação daqueles que dirigem o trator nos canaviais. Vamos tratar de todo esse tema na sua amplitude. Todos profissionais de volantes estarão contemplados em cima do substitutivo global que faremos ao Projeto 91 que apresentei em 2003, e que o Relator foi indicado pela Senadora Patrícia, que é o Senador José Nery.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Para concluir, não sei se o Senador Nery quer falar ainda, mas para concluir, eu não posso nunca falar sem tocar em educação. Eu creio que a gente deveria tentar trabalhar um programa de reciclagem, rapidamente, para todos os motoristas do Brasil. Por um lado que alguns têm tempo livre. Livre que eu digo não de fazer o que quer, porque ele quer ficar em casa e com lazer, mas é obrigado a ficar num táxi esperando o próximo passageiro. Poderíamos ter um programa que eles aproveitem. Hoje tem curso a distância em DVD, que pode ter um pequeno DVD no carro. Ou tem muito curso por audição. Hoje se aprende inglês só com CDs. Então, a gente ter um programa de reciclagem.

E a outra é a reciclagem pela obsolescência profissional. Não vai dirigir mais trator quem não tiver um mínimo de conhecimento de computação. Porque hoje as colheitadeiras de trigo, de soja, são hoje informatizadas. Precisamos da formação. E táxi também. Tomei um táxi outro dia em São Paulo, disse a rua, dessas difíceis em São Paulo, ele escreveu o nome e apareceu o caminho todinho ali. Negócio de GPS. E perguntei a ele se todos os taxistas estavam tendo isso. Ele disse: "poucos". Eu perguntei se era pelo preço. Que aí a gente cria um sistema de financiamento. Disse não, é porque muitos taxistas não conseguem ter usado.

E aí é uma coisa que eu vi, quando era reitor, e descobri que tinha 70 analfabetos trabalhando na UnB como jardineiros. E decidi alfabetizá-los. E uma das dificuldades é fazer com que a mão deles fosse capaz de usar o lápis. Sabia disso? Porque, de tanto usarem enxada, não conseguem usar o lápis. Como você e eu, se der um bisturi na mão da gente, a gente faz o maior estrago. O médico tem uma sensibilidade com o bisturi. A bordadeira tem uma sensibilidade que a gente não tem. Tanto que o primeiro passo do curso, para analfabeto, foi botar os jardineiros para bordar. Bordar. Alguns até não aceitavam, achando que isso não era coisa para homem.

Então, nós vamos ter um programa de reciclagem de motoristas. O motorista tradicional, que era um operário, vai ser substituído por um motorista operador, que vai usar os dedos. E alguns não têm condições. No Maranhão, hoje, tem dificuldade de operadores de trator para soja porque não têm condições de usar o computador, onde diz tudo que ele está fazendo e vai para o registro diretamente. E o GPS também, que exige usar os dedos.

Tudo isso faz com que eu tenha meus elogios, Senador Paim, a essa Sessão, e eu espero que daqui a gente tire projetos de lei que possam mudar a realidade dessa categoria, que hoje vive uma forma de escravidão, porque não são vendidos nem comprados, mas o tempo deles é completamente escravizado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Cristovam, quero dar mais uma boa notícia à Casa. O Senador Garibaldi me ligou agora, ele se encontra em São Paulo e estava no aeroporto, e acabou sendo informado do desenrolar dessa Audiência. Pede que eu informasse a todos que dará todo apoio para que esse grupo de trabalho, o mais rápido possível, apresente uma proposta, que ele entende que isso também é combater a morte no trânsito.

Então posso anunciar para vocês que teremos todo o apoio do Senador Garibaldi para esse grupo de trabalho.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): E me permitam, antes de passar para o segundo tema, eu aproveitei a oportunidade que o Senador Garibaldi me ligou, sei que terei o apoio de todos Senadores, e fiz um apelo para ele para que não fossem lidas as três MP que estão na pauta para serem lidas no Plenário, sem que se vote primeiro os empréstimos para os Estados. Ele também disse que podia assegurar, e falo aqui em nome dos três Senadores do Rio Grande e de outros Estados, que ele assegurou que, uma vez votado os três projetos com urgência constitucional, que estão na pauta, trancando a pauta, ele fará um apelo a todos os líderes que não sejam lidas as MPs que estão já na Mesa do Senado, para que os empréstimos para o Rio Grande do Sul e o Piauí, enfim, mais dois Estados possam ser lidos e votados ainda na próxima terça-feira.

Então quero agradecer, de público, ao Presidente Garibaldi por essa, por esse apoio a esse grupo de trabalho e, ao mesmo tempo, o compromisso de trabalhar, pelo menos naquilo que tange no espaço do Presidente, para que os três Projetos de Emenda Constitucional, os três projetos com urgência constitucional, já que vem da Presidência da República, sejam votados, não sejam lidas as MPs e a gente poder votar

os empréstimos para os Estados. Então essa parte da audiência está concluída, eu peço aqui à secretaria que, nesse momento, passe o vídeo do trabalho escravo que nos trouxe aqui o Ministério Público. Se puderem apagar as luzes...

[exibição de vídeo].

“Essa é uma realidade que você já conhece. Essa é a outra realidade. Quem aceita o trabalho escravo, ajuda a cavar esta cova. Comidas em péssimas condições, ameaças por dívida, ferramentas estragadas ou falta de equipamentos de proteção. Isso é desumano. Isso é trabalho escravo. Denuncie este crime. Iniciativa: Ministério Público Estadual e Ministério Público do Trabalho”.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito bem.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Agradecemos a todos pela participação ativa aqui nessa audiência pública que tratou da vida, da história, da caminhada dos trabalhadores do volante, aqui foi demonstrada a preocupação em relação aos caminhoneiros, em relação aos motoristas de ônibus, de táxi, enfim, até dos tratoristas, como foi lembrado aqui e fica, então, como decisão, e decisão para encaminhar, para fazer, que já segunda-feira pela manhã, 09h00, todos aqueles que puderem, nós vamos, também, mandar um convite, 09h00 da manhã iniciaremos a primeira reunião de trabalho para buscarmos a regulamentação definitiva da profissão e o controle, principalmente, da carga horária, e com todos seus desdobramentos.

Está encerrada a presente audiência pública.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h44.

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 26 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às quinze horas e oito minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador **Paulo Paim**. Os Senadores Cícero Lucena e Romeu Tuma justificam suas ausências. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os

trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e faz suas considerações iniciais, explicando como serão conduzidos os trabalhos. **Item Único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 52, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 12/06/2008, com vistas a debater a situação de prisão ilegal de índios no Brasil, principalmente em áreas de conflito como Mato Grosso. Convidados que comparecem: **Carlos Macedo** – Coordenador do Projeto Situação dos Detentos Indígenas/MS – Centro de Trabalho Indigenista; **Andrea Flores** – Coordenadora do Projeto Situação dos Detentos Indígenas/MS – Universidade Católica Dom Bosco; **Deborah Duprat** – Coordenadora da 6ª CCR/MPF, em substituição à Nicole Soares Pinto – Assessora de Imprensa do Projeto Situação dos Detentos Indígenas /MS – Centro de Trabalho Indigenista e **Cristhian Teófilo da Silva** – Representante da Associação Brasileira de Antropologia. O Senhor Presidente, após a exposição do Senhores convidados, franqueia a palavra a pessoas da platéia. Fazem uso da palavra: Awamirim – Presidente da Associação Cultural dos Povos Indígenas (ACPI); Carlos Matekin; Bernardo Herurich Perondi – Centro de Trabalho Indígena – CTI; Roberto Costa Araújo – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Aloysio Guarindua – Diretor Administrativo da FUNAI; Marco Pólo Fróes S. – Ministério Público Estadual e Paulo Celso de Oliveira – Coordenador Geral de Defesa dos Direitos Indígenas – CGDOI/FUNAI, que apresentam alguns encaminhamentos à mesa: revisão do Código Penal; o fortalecimento da Funai, mediante a aprovação do plano de cargos e salários, em tramitação no Congresso Nacional; verificação da necessidade de contratação de procuradores da AGU em Manaus-AM; encaminhamento ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e à CPI do Sistema Carcerário na Câmara dos Deputados das sugestões apresentadas nesta audiência pública, bem como a inclusão no Projeto do Estatuto do Índio, também em tramitação no Congresso Nacional, dessas mesmas sugestões. Encerrados os encaminhamentos, o Senhor Presidente autoriza a reprodução de vídeo sobre a situação dos índios da região do Bananal no DF. Encerradas as falas dos Senhores Senadores, dos convidados e pessoas da platéia, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Faz o uso da palavra o Senhor Senador: **Paulo Paim**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezessete horas e trinta e três minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do

Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item único, Audiência Pública. Nos termos do Requerimento nº. 52, de 2008-CDH, de autoria deste Senador, aprovado em 12/06/2008, com vistas a tratar e debater a situação da prisão ilegal de índios no Brasil, em diversas áreas de conflito; aqui cito o Mato Grosso, mas com certeza a situação dos povos indígenas que nos preocupa não é só no Mato Grosso.

Eu, se me permitirem, antes de situar um pouco o objetivo desta Audiência Pública, que será reproduzida com certeza absoluta para todo o país, eu já quero convidar para a Mesa o Sr. Carlos Macedo, Coordenador do Projeto da Situação dos Detentos Indígenas/MS – Centro de Trabalho Indigenista. Peço, aqui, os nossos cumprimentos ao nosso convidado [palmas].

Convido, também, a Sra. Andréa Flores, Coordenadora do Projeto Situação dos Detentos Indígenas, da Universidade Católica Dom Bosco [palmas].

Convido, com muita satisfação, eu diria a minha eterna convidada, é uma declaração, aqui, de respeito e carinho à senhora, porque V. Exª. tem sido brilhante também, como os outros painelistas, é que a senhora mais vezes tem atendido a esta Comissão, e, por isso, eu, antes de chamá-la, peço um abraço. Sabem para quem? Para a nossa querida coordenadora do 6º CCR/MPF, em substituição a Nicole Soares Pinto, Assessora de Imprensa do Projeto Situação dos Detentos Indígenas, Procuradora Deborah Duprat. É uma satisfação tê-la aqui conosco.

Convidamos, também, Cristhian Teófilo da Silva, representante da Associação Brasileira de Antropologia [palmas].

Eu pergunto se a Comunidade dos Povos Indígenas aqui do entorno, que me pediram que gostariam que um representante também tivesse, se já chegaram. Bom, no momento em que chegarem, eu peço à Secretaria Geral que encaminhe para que ele possa conversar conosco.

Permitam-me que eu faça uma pequena introdução, como eu tenho feito em todas as Audiências Públicas desta Comissão. Tivemos, hoje, pela manhã uma situação muito, muito difícil, eu diria desesperadora, quase, dos caminhoneiros no Brasil. A notícia

que me chegou, que fez com que eu fizesse essa Audiência Pública, com a presença do Ministério Público, pela manhã, é que os caminhoneiros, em centenas de casos, são obrigados a trabalhar 19 horas por dia; obrigados a trabalhar 19 horas por dia.

Eu chego a dizer que nem no tempo da escravidão o senhor de escravo fazia isso, porque ele estava matando, com isso, o seu investimento. E nós, nos 120 anos da abolição da escravidão, ainda ter que ouvir e ver lideranças, aqui, de todos os segmentos dizendo que, em média, 19 horas por dia eles são obrigados a trabalhar. Aí usam o tal de rebite e dá os acidentes que todos nós sabemos.

Então, tivemos uma Comissão Especial para acompanhar esse debate e formular uma legislação para, de uma vez por todas, aniquilar esse tipo de procedimento. Permita-me, Dra. Deborah, dar esse depoimento, Dr. Carlos e Dra. Andréa, que ele diz o seguinte: estava um Procurador que disse que no estado dele, ele teve que entrar com uma liminar para manter a carga horária constitucional. Só que a liminar, depois, caiu. Para que não se ultrapassasse o que manda a Constituição, nós que estamos brigando por uma carga menor, ele teve que entrar com uma liminar menor para garantir o regime de 44 horas semanais, e a liminar ainda caiu num segundo momento. Então, mostra que há muito por fazer ainda nesse país.

Enfim, o tema desta Audiência, deste momento, entre eles eu tenho aqui: prisão ilegal dos índios, principalmente em área de conflito, e aqui cita o caso do Mato Grosso, que, naturalmente, fala de todos aqueles que vão participar deste debate, aí fala, infelizmente, há aqui um breve relato da situação dos povos indígenas, que não é só no Mato Grosso e que eu poderei, aqui, no momento adequado, comentar, que nos preocupa muito, desde suicídio, morte de criança nas aldeias, a situação do álcool, exploração de mão-de-obra, violência nas aldeias sobre os índios pelos não-índios, apropriação de terra dos índios, a questão Guarani, aqui, é levantada, também.

Como consequência desse quadro que rapidamente aqui eu procurei demonstrar, temos uma situação perversa: um número alarmante de indígenas presos ou detidos. A situação dos detentos indígenas, no caso, aqui, naquele estado, nunca foi objeto de necessária atenção dos Poderes Públicos e da própria sociedade civil. O número de detentos desses povos, muito maiores do que em qualquer outro do Brasil, reflete o drama social vivido pelos povos indígenas.

E aqui tem outra série de denúncias, mas muito mais do que eu ler esse resumo, eu vou passar a palavra aos nossos convidados, que, mais do que ninguém, têm condição de esclarecer ao país o que é

que está acontecendo, o que é que o Congresso pode fazer a partir desse debate e o que é que o Executivo também poderá fazer ou, se não está fazendo, como que nós podemos pressionar para que de fato medidas sejam tomadas.

Eu passo a palavra, de imediato, a um dos nossos convidados, eu vou passar para o Dr. Carlos Macedo, mas dizer que também nós vamos interagir com o Plenário. O Plenário poderá, num segundo momento, nós temos poucos senadores na Casa, mas, com certeza, teremos aqui, ainda, que já confirmaram a presença, tanto o Senador José Nery como o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Por favor, Carlos Macedo, Coordenador do Projeto Situação dos Detentos Indígenas/MS – Centro de Trabalho Indigenista, com a palavra, por 15 minutos, com mais cinco, se necessário.

SR. CARLOS MACEDO: Muito obrigado, Presidente. Eu gostaria, primeiro, de dar as minhas saudações a todas e a todos e agradecer a sua gentileza de incluir na agenda da Comissão esse assunto tão importante e tão pouco conhecido no país.

Essa história do levantamento de detentos em alguns estados do Brasil começou em 2005, por solicitação da Cruz Vermelha Internacional. Chegaram ao nosso escritório, aqui, em Brasília, e perguntaram: “Vocês têm registros de detentos indígenas?”. A gente disse: “Não, não temos, não trabalhamos com esse assunto especificamente”. Ao comentar isso, disseram: “Mas nós gostaríamos de fazer uma parceria com vocês, porque precisamos dessas informações para o nosso escritório lá em Genebra. Vocês concordam em participar nessa pesquisa?”.

Nós, naturalmente, aceitamos esse desafio, e a nossa grande surpresa é que no primeiro levantamento, o levantamento preliminar em Rondônia, Roraima, Mato Grosso do Sul, não encontramos, em nenhum órgão público, nem privado, algum registro, algo sistematizado de informações. Então, a partir daí, em conversa, também, com o próprio Ministério Público, levantamos a possibilidade, então, de fazer um levantamento mais aprofundado no Mato Grosso do Sul, principalmente por ser um estado de muitos conflitos fundiários e por ser também o segundo estado, depois do Amazonas, de maior população indígena no país.

O trabalho foi feito em conjunto com a Universidade Católica Dom Bosco, principalmente porque eles têm núcleos de trabalhos especializados também na população local, no Mato Grosso do Sul.

Com recursos da União Européia, através de em edital de um concurso público, digamos, conseguimos os recursos para financiar as atividades de campo. Eu sei que não foi muito fácil esse trabalho, por questões óbvias. Tivemos que garimpar por tudo quanto é lugar

onde estavam as informações certas. O trabalho foi limitado a exatamente 16 meses de atividades de campo, que começou em janeiro de 2007 e finalizou o trabalho com um diagnóstico, agora em abril de 2008.

Gostaria de passar a palavra para a Andréa, porque ela tem os dados, então, desse levantamento. Obrigado.

SRA. ANDRÉA FLORES: Exmo. Senador Paulo Paim, Dra. Deborah Duprat, Dr. Cristhian, meu colega Carlos Macedo, senhoras e senhores. É com prazer que a gente apresenta esse trabalho que foi iniciado, como o Carlos disse, 18 meses atrás e, acima de tudo, foi um prazer executá-lo.

A gente vai fazer uma apresentação no *data show*, para que todos possam visualizar melhor o que foi esse trabalho, de que forma que ele se desenvolveu e quais são os resultados que nós obtivemos. Esse trabalho é importante ressaltar que foi feito através de uma parceria da Universidade Católica Dom Bosco com o Centro de Trabalho Indigenista, mas com recursos da União Européia.

Nós, primeiramente, fizemos uma análise, pedimos dados a determinados órgãos ou vários órgãos, e esses órgãos nos informaram quais seriam esses detentos indígenas em Mato Grosso do Sul. Nós fizemos uma delimitação, em que nós analisaríamos os processos em que constavam índios detentos no ano de 2006. Pode passar.

Então, nós fizemos o levantamento junto à AGE-PEN, que é a nossa Agência Penitenciária, Secretaria de Justiça, FUNAI, Ministério Público Federal, FUNASA, CIMI, Aldeia Marçal de Souza, Reserva Indígena de Dourados, Associação Caguatoca de índios desaldeados.

As principais informações nos foram cedidas pela AGE-PEN e pela Secretaria de Justiça, nos informando um número de 149 índios detentos. Pode passar.

Nós, com base nisso, fizemos um levantamento, então, nas varas criminais, tirando cópia de todos os processos em andamento e guias de recolhimento que dizem respeito aos processos findos. Tiramos cópia disso e, depois de analisados esses processos, nós fomos até as aldeias, aos presídios para falar com os próprios detentos e com as instituições que foram envolvidas. Pode passar.

Como eu havia dito, foram 149 processos; desses 149, 130 eram indígenas. Então, a gente já começa, aí, apontando um pequeno problema: não existe essa informação determinada nesses autos. Então, a gente tem que, muitas vezes, ler todo um processo, ver onde aconteceu, de que forma, quem são os envolvidos, para que a gente possa dizer se realmente é indígena ou não. Então, às vezes, a gente se baseia

por um apelido, e a própria Agência Penitenciária, ela nos apontou uma listagem que constavam não-indígenas. Então, mostra que não há realmente um critério de seleção desse tipo de informação. Desses processos, 16 tramitavam em segredo de justiça, e aí algumas varas nos cederam, outras não, mas de 16 não obtivemos acesso, alguns já estavam arquivados e seis, posteriormente, nós descobrimos que não era de indígena. Pode passar.

Cento e três então processos foram analisados, correspondendo a 96 detentos. Então, é importante que a gente aponte que alguns detentos têm mais de um processo; alguns processos têm mais de um detento. Então, a gente até optou por fazer em porcentagem a apresentação dos resultados, justamente porque nem sempre se encaixa no número final. Pode passar.

Então, aqui, os primeiros resultados obtidos. Com relação à natureza da detenção, eu sempre reforcei, ali, grifei aquilo que parece na maior porcentagem. Então, a maior parte dos presos foi em razão de flagrante. Somente 3% estavam presos em virtude de sentença condenatória, ou seja, foram presos só depois de todo o devido processo legal. E, aí, a gente pode já ensinar, aqui, mostrar que essas prisões em flagrantes, elas geralmente são apontadas pela própria comunidade, pelo próprio poder de polícia da aldeia. Então, eles são muito pacíficos nesse momento da prisão. A partir do momento em que o capitão da aldeia, ele chega lá e fala: "Você foi apontado como um autor de crime", ele se deixa prender, ele se deixa conduzir até a delegacia. Então, por isso que um número maior aparece como prisão em flagrante. O próximo.

Com relação a local do crime. A gente também aponta que a maior incidência é dentro da comunidade; somente em 10% se deu na cidade. E, aí, a gente vai perceber que é sempre envolvendo pessoas do convívio, familiares dos próprios indígenas. Então, isso mostra que é uma violência interna. O próximo.

A situação processual desses indígenas. A maior porcentagem foi de condenado cumprindo pena no fechado, e esse dado se deve a uma informação que nós vamos ter depois: a maior parte dos crimes que aparecem – que nós vimos os processos – são de crimes que a gente pode apontar como hediondos ou assemelhados, ou seja, homicídio, na maior parte, qualificados, crimes de relação sexual, crimes de violência sexual, estupro e atentado violento ao pudor, e tráfico.

Então, esses crimes, por serem hediondos, até aquele momento em que a gente começou a fazer a colheita, eles eram cumpridos integralmente em regime fechado. Depois, até a gente teve, no decorrer da pesquisa, vários deles progrediram para o semi-aberto,

em virtude da reforma que nós tivemos em 2007, permitindo essa progressão de regime.

Então, a grande parte se encontra no regime fechado, mas a gente analisou processos em todas as fases processuais, desde o início, aqueles que ainda estavam na fase de interrogatório, porque a nossa base de pesquisa foi: quem eram os detentos indígenas em 2006, e, aí, nós fomos buscar, nesses processos, aqueles dados que nos interessavam. O próximo.

Nos processos que a gente analisou, 97%, então, foram reconhecidos como indígenas, 97%, e 97% foi reconhecido também já no órgão de prisão, mas isso a gente tem que buscar. Uma das propostas que, inclusive, nós fazemos é que hoje essas fichas de vida pregressa e esses documentos que sejam preenchidos na delegacia já apontem se é indígena ou não, a qual etnia pertence, porque nós temos um dado que, muitas vezes, nos leva a engano, a gente tem que estudar o processo para saber que realmente ele é indígena ou, então, se chega a isso pela localidade. Então, a gente aponta que ficou fácil ver porque era indígena, no momento da prisão foi detectado, porque o crime foi praticado dentro da comunidade, porque, a partir do momento que o crime é feito fora da comunidade, aí a coisa já se embola um pouco, não dá para saber se é indígena ou não, esse dado não vem, porque muitos deles não têm a carteira na FUNAI, não tem o registro. O próximo.

Acompanhamento. Esses índios, infelizmente, a gente vê que há uma deficiência no acompanhamento. A gente tem que 67% foram acompanhados pela Defensoria. Eu gostaria até de ressaltar, aqui, que a Defensoria no meu Estado, no Mato Grosso do Sul, ela é extremamente atuante, mas obviamente que não consegue fazer milagre. A gente teve só 22% de acompanhamento pela FUNAI, e, na maioria dos casos, é o mesmo Procurador. Então, ele se desdobra principalmente na região de Dourados, e as outras regiões ficam desprotegidas. A gente sabe que não é uma falta de qualidade, mas de quantidade que nos leva a isso: 9% de advogado particular, que é raro, realmente; e 2% que foram do Conselho Tutelar, por serem adolescentes. O próximo.

A reincidência. A gente vê que nós estamos trabalhando com um público que não tem grande periculosidade, 83% não é reincidente, somente uma parcela e a outra a gente não teve a informação, porque não havia registro, certidão de antecedentes no processo. O próximo.

Testemunha. Reforçando aquele dado inicial, como os crimes na maioria das vezes ocorrem dentro da comunidade, a maior parte das testemunhas são também indígenas. O próximo.

Vítima. 55% da mesma etnia. Então, mais um dado que reforça isso. Têm processos em que não há vítima, é importante reforçar, então a gente até mudou em não dar em número de processos, porque isso complica; às vezes a gente tem processo com vítima, têm processos que não têm vítima. Então, como esse número não se encaixava nos 103, a gente apresenta tudo em porcentagem. O próximo.

E, aí, os crimes que são praticados: 11% de tráfico de drogas, ali duas tipificações, em razão da recente alteração em 2006; porte de arma 1%, inclusive a maior parte dos crimes de homicídio são praticados com arma branca, é difícil o emprego da arma de fogo; homicídio tentado, também; lesão corporal, mas são em menor número.

No próximo. Pode passar. A gente vê também os crimes de cunho sexual. Então, tanto estupro e atentado violento ao pudor na forma simples, com causa de aumento por haver uma relação de parentesco, por presunção de violência, porque a vítima é não maior de 14 anos; então, somam-se os crimes sexuais em 31%.

Mas aqui é importante fazer a ressalva de que, num primeiro momento, nos chamou muito a atenção que eles só praticavam crimes graves, crimes que, na maior parte, ali, na maior porcentagem, são hediondos, e aí, depois, quando nós fizemos a segunda parte, que foi o acompanhamento, as entrevistas na comunidade, nós descobrimos que outros crimes também são praticados, principalmente lesão corporal, violência doméstica, pequenos furtos, mas, por serem praticados dentro da comunidade, a própria comunidade, com o seu poder de polícia, ela resolve a situação.

Inclusive, tem um caso, aqui, que a gente relatou que a comunidade, ela fez um conselho, era um marido que reiterava na violência doméstica, a mulher estava com o filho recém-nascido, e ela teve que passar a noite inteira fora de casa porque ele queria agredi-la. E aí o conselho se reuniu, fez então uma ata, que foi encaminhada à delegacia, dizendo que, pela comunidade, até o terceiro crime, eles toleravam e resolviam com as próprias sanções, mas, a partir dali, eles tinham que encaminhar aquele sujeito, aquele elemento à Justiça dos brancos, como eles disseram, porque eles não conseguiam mais, eles temiam pela vida da mulher e da criança. Então, a gente vê que esses são os crimes que realmente eles falam: "Nós não temos condições [soa a campainha] de resolver, eu vou passar adiante". O próximo.

Acompanhamento por advogado nos interrogatórios. Aqui, a gente vê que 6% não teve acompanhamento nenhum; 6% só teve na fase policial; 10% em ambas as fases, que seria o correto, ter o acompanhamento

tanto na polícia quanto em juízo; e em 78% nós temos o acompanhamento somente na fase judicial.

Então, significa que aquele primeiro momento em que o indígena é ouvido, ele não está assistido de um profissional da área jurídica. E, aí, cabe ressaltar uma situação que envolve nove réus. É um caso famoso no nosso estado, em que esses nove réus foram ouvidos sem advogado em interrogatório, foi feita uma prisão em flagrante, e, posteriormente, eles foram reinquiridos na delegacia e, aí, nessa reinquirição, houve o acompanhamento de um Procurador Federal, só que o interrogatório, ele simplesmente menciona assim: "Que o interrogando ratifica aquilo que foi falado no primeiro". Então, na verdade, ele não teve acompanhamento, ele não teve a possibilidade de contar a versão dele, de ser instruído no que falar ou o que não falar como lhe garante a ampla defesa.

Então, a gente vê que aqui há um ponto que deve ser realmente observado com cautela e que as autoridades devem tomar alguma atitude com relação a isso, ou seja, garantir. E é até interessante, porque, na maior parte dos interrogatórios feitos na fase policial, tem lá a frasezinha: "Que ele toma conhecimento que lhe é garantido um advogado, mas ele abre mão e contratará em juízo". É lógico que ele não tem nem noção de qual é a consequência jurídica de que essa frase pode lhe trazer no decorrer do seu processo. O próximo.

Se há evidências de bebida alcoólica, a gente aponta, ali, que, em 36%, autor e vítima estavam alcoolizados; e, em 42%, não. Então, aqui, a gente, embora não seja a porcentagem maior, mas a gente vê, assim, que, hoje, há muita entrada de bebida nas aldeias, e inclusive as lideranças, elas apontam como sendo uma das maiores preocupações com relação aos jovens, porque os jovens estão tendo muito acesso a isso, e aí acaba havendo alguns processos em que a gente vê que o indígena, ele se deixa conduzir até a polícia, na prisão em flagrante, ele conta exatamente o que aconteceu, mas ele realmente é incapaz de justificar por que ele praticou o crime, porque nem ele sabe. E aí a gente vê que há a influência da bebida alcoólica. Então, não é um caso de embriaguez patológica ou de caso fortuito ou força maior que exclua a culpabilidade, mas é algo que tem que ser visto, porque é uma atitude que nós temos que tomar cuidado. O próximo.

E aí, aqui, que eu considero, são os pontos principais da nossa pesquisa, em que a gente fez a análise do respeito ou não da Convenção 169, nesses processos. E o art. 12, da Convenção 169, ele fala que medidas deverão ser tomadas para garantir que os membros desses povos possam compreender e se fazerem com-

preender em processos legais, proporcionando-lhes, se necessário, intérpretes ou outros meios eficazes.

Então, é necessário, aqui, que a gente tome até o seguinte cuidado: uma primeira situação é o indígena não ter domínio da língua portuguesa e, aí, ser efetivamente necessária a presença do intérprete, mas a própria Convenção fala: "intérprete ou outro meio eficaz", e é lógico que a gente tem muito mais naturalidade e tem muito mais condições de raciocinar no que dizer quando eu não tenho que me preocupar em como dizer, porque eu domino aquilo que eu estou falando. Então, é importantíssimo que eles tenham esse acompanhamento, até mesmo quando eles saibam falar a língua portuguesa, mas não deixa de ser outra língua que eles têm um domínio maior, e é nessa língua que ele vai conseguir se expressar melhor.

Então, isso, infelizmente, foi um dos pontos principais que a gente detecta, que em 78% dos casos não houve acompanhamento e, conseqüentemente, o respeito a esse dispositivo da Convenção 169. Até é interessante, aqui, tem um processo em que a Juíza, a ré era uma mulher, ela foi ouvida na delegacia, descreve minuciosamente a prática do delito, confessando, depois, quando ela chega em juízo, a juíza fala: "Mas eu não estou entendendo nada do que ela diz. Eu preciso de um intérprete. Então, eu vou re-designar essa audiência". Aí vem, na nova audiência, com a presença de um intérprete, e, depois, na sentença, o juiz a condena, dizendo que ela fala perfeitamente a língua portuguesa e que isso é uma demonstração de que ela é aculturada; conseqüentemente a condena, com base no depoimento de uma testemunha. Então, a gente vê uma tremenda contradição dentro de um processo, que ela falou na delegacia, o delegado entendeu, transcreveu, tomou a termo aquilo, depois a juíza fala que não, e, depois, o juiz que condena fala que sim.

Então, isso mostra que a gente tem que tomar um cuidado muito grande com isso, com esse desrespeito que está havendo a esse dispositivo da Convenção 169. O próximo.

Preferência ao não-encarceramento se aparece na definição da pena. Aqui, dos 103 processos, nem todos tinham sentença condenatória, porque, como eu disse, eles estavam em várias fases processuais, mas aqueles que tinham sentença, a gente encontrou apenas uma sentença em que o juiz mencionava a Convenção 169 e falava dessa preferência ao não-encarceramento e realmente atendeu isso, determinando que ele cumprisse, em regime de semiliberdade, num posto da FUNAI.

Então, aqui a gente vê que, embora a gente veja que só uma sentença tratou disso, algumas poucas o

juiz ele sabe da existência da Convenção 169, mas ele nega; ele entende que não, que é crime hediondo e que, conseqüentemente, deve prevalecer a Lei 8.072, que é a Lei dos Crimes Hediondos, que determina o regime inicialmente fechado.

Mas, em outros tantos processos, o que a gente pode apontar é que existe um profundo desconhecimento dos operadores do direito, e aí eu coloco todas as pessoas que trabalharam naquele processo, não exclusivamente o juiz, mas defensor, advogado, promotor de justiça, no que diz respeito a essa Convenção 169 e no que diz respeito ao Estatuto do Índio. Então, não é respeitado por desconhecimento, nem sabe que existe isso, conseqüentemente, não pode aplicar. Então, esse é um ponto também que eu acho que também tem que ser trabalhado, e é essa a nossa missão, quer dizer, o trabalho encerrou a fase de pesquisa de campo, mas agora começa o trabalho verdadeiro, que é a gente tentar resolver isso que nós detectamos. O próximo.

O terceiro aspecto da Convenção 169 é se o juiz levou em conta as formas de punir que acontecem na comunidade. Conforme preceitua o art. 9º, da Convenção 169, desde que compatíveis com o sistema jurídico nacional e com os Direitos Humanos internacionais reconhecidos, deverão ser respeitadas as medidas a que tradicionalmente recorrem esses povos para punir delitos cometidos por seus membros. Nesses casos, as autoridades e Tribunais solicitados a se pronunciarem sobre questões penais deverão levar em conta os costumes desses povos. Aqui, a gente percebe, de novo, que é aquela mesma sentença, é a que se manifesta a respeito disso. Então, em todos os processos em que houve uma sentença, apenas uma levou isso em consideração. E, de novo, a gente percebe que há esse desconhecimento da Convenção 169, e, acima de tudo, é um aspecto que sequer é perguntado e colhido na fase instrutória. Então, o juiz, ele não interroga o réu perguntando: "Escuta, você já foi punido lá na comunidade onde você praticou o crime?". "Testemunha, você sabe se ele já foi punido lá na comunidade onde o crime aconteceu?". Então, a partir do momento em que esse dado não é colhido, conseqüentemente, ele não pode ser usado. Ainda que se saiba da Convenção 169, eu não colhi isso para poder depois afirmar. Então, infelizmente, esse é outro aspecto que chama a atenção; dentro desse volume de processos analisados, somente em um ter havido essa menção, esse respeito da Convenção 169. O próximo.

E, aí, depois, se houve ou não solicitação de perícia. Em 67% dos casos não houve, e a gente tem, inclusive, alguns processos em que houve o pedido por parte da Defesa, e o juiz entendeu que não era

necessário, porque, através das provas já colhidas nos autos, já tinha prova suficiente de que ele era aculturado. Então, ele dizia desnecessária a perícia e que alguém que tenha competência técnica para informar venha a se manifestar, como se já tivesse: "Não, eu já entendo disso, eu já estou afirmando que não precisa de perícia". Dessas perícias que foram feitas, 17 foram psicológicas, quatro psiquiátricas e 12 antropológicas. Então, aqui, também há uma necessidade de a gente fomentar isso, é necessário, é necessário que veja, porque são momentos em que o direito é insuficiente, a gente precisa de outra área técnica para nos dizer de que forma fazer justiça, como é que a gente realmente consegue implementar a justiça. O próximo.

E os resultados obtidos com relação à controvérsia de autoria do crime, que está intimamente relacionado àquela questão de não ter sido acompanhado, às vezes, por um advogado no processo. Então, em 23% houve confissão, em todos os momentos; em 35% confessou somente na fase policial.

Então, o que a gente vê é que como ele não teve acompanhamento lá na fase judicial, ele confessa, depois, quando ele tem a instrução há uma mudança da versão. E, aqui, é importante ressaltar o seguinte: às vezes até é consignado que o promotor de justiça, ele chega para o réu e fala: "Olha, é importante você saber que, se você confessar, você vai ser beneficiado", fazendo menção a uma circunstância atenuante que existe no Código Penal. Então, é aquela indução, ele não fala exatamente como, e o índio não tem a menor noção de que forma, que atenuação é essa, que favor é esse. Então, eles são induzidos a confessar, muitas vezes, na expectativa de um presentinho lá no final, e esse presentinho é meramente uma atenuação de pena que sequer pode passar da pena mínima fixada em abstrato. Pode passar.

Agora, a gente vai apresentar o resultado não dos nossos trabalhos exclusivos de campo, mas de um seminário que aconteceu no UCDB, em maio, em que nós chamamos aquelas pessoas que podiam contribuir de alguma forma. Nós oficiamos vários órgãos, e aí a gente tem algumas recomendações a fazer daquilo que pode ser mudado e algumas alterações legislativas, também, na sequência. Pode passar.

Então, aqui, uma das recomendações é a implementação de mini-cursos ou reuniões nas comunidades indígenas, levando o conhecimento sobre os direitos dos povos indígenas na área penal. Isso a gente teve uma possibilidade de ver, quando nós fomos às comunidades, em que a gente percebeu como eles queriam saber, como eles estavam interessados. Nós tivemos a oportunidade de ir numa aldeia próximo a Aquidauana, nós havíamos marcado a nossa visita, e

toda a comunidade estava reunida, toda a liderança indígena, e aí eles aproveitaram para fazer várias perguntas. Então, é necessário que eles que eles tenham o conhecimento, até para que, num momento crucial, eles saibam o que exigir. O próximo.

Direitos dos indígenas devem ser tema das escolas indígenas, tanto no ensino médio quanto no ensino superior. Então, isso ser levado, que também é uma forma de incentivar a própria manutenção da cultura, começa e também pode passar pelo direito. O próximo.

Criação de disciplina nos curriculums das Faculdades de Direito que contemplem o direito indígena. Uma das nossas preocupações, inclusive na elaboração do nosso projeto, foi que acadêmicos indígenas de direito e de história participassem desse levantamento de campo, e eles têm idéias maravilhosas, eu acho que começa por eles, porque o advogado de manhã, que vai batalhar na área indígena, pode ser o próprio indígena. Eu acho que, acima de tudo, são eles que têm que lutar por esses direitos. O próximo.

Que as universidades públicas e privadas fomentem estágios com atendimento às comunidades indígenas, envolvendo, preferencialmente, os acadêmicos indígenas. E aí aqui a gente coloca não só na área do direito, mas até uma quebra de preconceito, porque hoje, infelizmente, a gente vê que há um desinteresse nesse ponto, porque quem veste a camisa é brávil, é arraigado o direito indígena em algumas pessoas, mas é pouco. As pessoas que a gente tem que trabalham na área indigenista são muito fortes, são muito atuantes, mas, numericamente, eu acho que a gente pode estender a partir do momento que a gente fomenta isso nas instituições para quebrar alguns preconceitos. Então, o próprio estágio de nutrição, de direito, vai ser feito dentro dessas áreas, que é para a gente poder quebrar essas barreiras. O próximo.

Necessidade da capacitação dos quadros administrativos regionais da FUNAI sobre os dispositivos contidos na Convenção 169. Então, o que a gente percebe é isso, nós temos que difundir isso que já existe, até porque uma legislação, uma alteração legislativa leva tempo, então, a partir do momento que a gente já tem algo, que é a Convenção 169, se pelo menos a gente garantir que ela seja respeitada, a gente já teve um avanço, já conseguiu algum fruto nesse nosso projeto. O próximo.

Formação de equipes interdisciplinares, com a presença de antropólogos que atuem na capacitação dos profissionais que trabalhem em Delegacias de Polícia, para um atendimento especializado ao indígena. A gente, num primeiro momento [soa a campainha], até imaginou que talvez fosse necessário a gente criar

delegacias especiais de atendimento a indígena, mas, às vezes, vira utopia, talvez a gente consiga num estado, e no outro não. Então, fica muito mais barato, muito mais viável, muito mais concreto, se a gente capacitar as pessoas que trabalham, principalmente naqueles pólos em que há uma maior densidade de indígenas, para que eles saibam desses direitos indígenas. O próximo.

Capacitação dos profissionais que trabalham nos Juizados Especiais, varas criminais e varas de execução penal sobre os direitos indígenas, ou seja, as regras constantes no Estatuto do Índio e na Convenção 169 da OIT. Então, é a mesma coisa, o Poder Judiciário e aqueles que trabalham nessas áreas têm que tomar conhecimento urgentemente desses direitos. O próximo.

Contratação e formação de especialistas em direito indígena nas Defensorias Públicas. Justamente porque a gente apontou que, pelo menos no nosso estado, é a mais atuante nesses casos. O próximo.

Necessidade de que haja representantes indígenas nos Conselhos de Segurança Pública municipais. Então, eles é que podem falar o que é realmente preocupante dentro daquelas comunidades. Eles que vivem, eles que sabem onde atacar esses problemas. O próximo.

Que na ficha de vida pregressa, documento preenchido nas delegacias, tenham campos que contemplem a informação de ser o agente indígena e a qual etnia pertence. Então, hoje, a gente não tem essa pergunta, conseqüentemente, às vezes a gente fica sem essa informação. E isso a gente pode perceber pelo seguinte: nós analisamos aqueles 103 processos, mas nós continuamos buscando, mesmo fora desse dado oficial, e a gente sabe que tem muito mais detento indígena no nosso estado. Não são só esses 96 que a gente apontou dos 103 processos.

Destinação de um espaço destinado a detentos indígenas dentro dos estabelecimentos prisionais já existentes, seguindo o modelo da PHAC, é a Penitenciária Harry Amorim Costa, de Dourados. Então, é necessário que eles tenham um lugar deles, porque a cultura faz com que eles tenham hábitos diferentes, e eles, através de relatos dos diretores de penitenciária e até de cadeias públicas do nosso estado, eles colocam que eles estão extremamente dóceis, que eles são extremamente acessíveis a trabalho, não dão problema, então, a gente tem que salvá-los, até, de um envolvimento maior. Hoje, a gente sabe que o nosso estado não está livre do crime organizado, de determinadas organizações criminosas que podem tomá-los em razão dessa docilidade. O próximo.

Estabelecer políticas públicas que tenham como objetivo a reintegração dos ex-detentos às suas comunidades de origem, porque é necessário que eles sejam aceitos, inclusive, no direito consuetudinário, uma das penas é o banimento. Então, a gente tem que trabalhar para que depois eles possam voltar e continuar a vida, até para garantir uma não reincidência. O próximo.

Agora, as propostas de alterações legislativas. Que, no interrogatório, seja garantido o acompanhamento de intérprete ou outro meio que permita ao indígena entender e se fazer entender. Então, é dentro daquilo que a gente viu. Hoje, nós já temos isso na Convenção 169, mas eu acredito que vai ser muito mais fácil difundir se houver uma mudança no próprio CPP, tanto em interrogatório na polícia quanto em juízo. O próximo.

Que no interrogatório de indígena que fale a língua portuguesa seja facultado a ele falar o seu próprio idioma, sendo-lhe garantida a presença de um intérprete. Então, em razão daquilo, da maior liberdade e capacidade de raciocínio quando você domina a língua que você está falando. O próximo.

Que nos processos em que houve a necessidade de acompanhamento de intérprete durante o interrogatório, também haja intérprete durante os demais atos processuais, ou seja, durante as audiências de oitivas de testemunhas de defesa e acusação. Então, até porque várias testemunhas são também indígenas, e ele tem que tomar conhecimento do desenrolar do processo, ele tem que continuar recebendo informação do que é que as testemunhas estão falando a respeito do fato que ele praticou, que está sendo imputado a ele. O próximo.

No interrogatório e na oitiva das testemunhas, que seja perguntado pelo juiz a existência ou não da aplicação de sanção pela própria comunidade do réu. Foi aquilo que eu havia apontado, a gente detectou que isso não é feito, que não é levado em consideração, mas, acima de tudo, que seja perguntado isso ao réu no momento oportuno. O próximo.

Que, durante o interrogatório, seja perguntado se o réu tem dependentes e de que forma que esses dependentes terão sua subsistência, em caso de condenação do réu, até para que depois outras medidas possam ser tomadas. O próximo.

Em processos de competência do Tribunal do Júri, em que o réu ou a vítima seja indígena, que o corpo de jurados seja composto de representantes dos povos indígenas, da mesma etnia do autor do fato e da vítima. Os crimes dolosos contra a vida são aqueles de competência do Tribunal do Júri e justamente o são porque é aquele momento em que é necessário que a gente julgue os nossos pares. Ninguém melhor do que

o próprio povo julgando um do povo, e aí a gente tem que ter, então, pelo menos, ainda que não de forma integral, mas pelo menos alguns componentes dos jurados sejam indígenas, para entender a problemática, porque é um crime que sempre tem uma motivação, e quem pode entender o motivo do crime e julgar é o próprio indígena. O próximo.

Criação de dispositivo legal que reconheça a punição aplicada na aldeia como causa de extinção de punibilidade. Então, que a gente tenha isso na legislação infraconstitucional, dizendo: "Olha, dependendo da punição que for aplicada, o juiz está apto a extinguir a punibilidade". Deixa de condenar pela justiça dos brancos, como eles dizem, em razão de já ter havido essa punição pela própria comunidade.

Criação de um dispositivo legal que descreva o regime de semiliberdade previsto na Convenção 169, porque a gente tem essa previsão, mas falta, também, o que regulamente; o que é essa semiliberdade e onde seria cumprida. O próximo.

Então, esses são os nossos resultados, as nossas recomendações e as nossas propostas de alteração legislativa. Eu gostaria de agradecer a toda a equipe que trabalhou nesse projeto, porque ele foi um trabalho de muitos, e declarar, aqui, que foi um projeto delicioso de ser feito. Eu nunca tinha tido nenhum envolvimento com a questão indigenista, na verdade, eu sou da área penal, Direito Penal, mas foi uma grande paixão poder trabalhar nisso, e a gente já está, inclusive, com outro projeto que vai dar continuidade a esse. Então, eu agradeço à equipe que trabalhou comigo e até mesmo àquelas pessoas que já haviam participado prestando informações e dando, também, as suas recomendações para que a gente pudesse fazer um trabalho que venha a frutificar no futuro. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu quero agradecer tanto ao Dr. Carlos Macedo, Coordenador do Projeto Situação dos Detentos Indígenas/MS – Centro de Trabalho Indigenista, como também à Dra. Andréa Flores, Coordenadora do Projeto Situação dos Detentos Indígenas/MS – Universidade Católica Dom Bosco, pelo belíssimo trabalho apresentado, além de comentários com muita clareza, deixando que o povo brasileiro, via TV Senado, possa ver como é que está a situação e apresenta as sugestões, inclusive de alteração na própria legislação, que para nós é bom isso. Esse material vai ficar com a Comissão, creio eu, porque, às vezes, as pessoas vêm na Audiência Pública, trazem a denúncia, e a gente pergunta o que fazer, porque nós também não sabemos sempre o que fazer, e aqui eu noto que a doutora e o Dr. Carlos apresentam caminhos, apontam caminhos

para resolver o impasse, que eu tenho certeza que a Dra. Deborah vai também contribuir com esse debate, como também o Cristhian.

Então, eu passo a palavra, de imediato, à Dra. Deborah Duprat, Coordenadora, que, nesse momento, substitui, aqui, a Nicole Soares Pinto.

SRA. DEBORAH DUPRAT: Boa tarde a todas e a todos, muito grata ao Senador Paim pelas palavras carinhosas que proferiu no início desta sessão e o registro que faço, mais uma vez, desse espaço sempre acolhedor da Comissão de Direitos Humanos do Senado. O Senador Paim está, a todo o momento, acolhendo os nossos pleitos e abrindo, aqui, esse espaço para as questões indígenas, quilombolas e de tantas outras populações.

Bom, a Sexta Câmara, ela começou, já há bastante tempo, a se deparar com algumas situações bastante curiosas, digamos assim, de processos envolvendo índios, e os casos chegavam muito fortuitamente, chegavam por acaso, e nós nos limitávamos a entrar com *habeas-corpus* em favor desses índios, porque verificávamos: primeiro, que não tinha especificidade nenhuma naquele processo, nenhuma. Quando muito, havia uma perícia antropológica para determinar se o índio conhecia o caráter criminoso do delito. Essa determinação de perícia, nesses moldes, é um resquício do regime tutelar, do regime anterior. Por quê? O índio era considerado – vocês lembram – relativamente incapaz. Então, como todo relativamente incapaz, era preciso saber se aquele índio, em especial, ele tinha condições de saber que aquilo que ele estava fazendo era crime.

Então, os processos penais, quando muito, eles tinham essa única cautela. Só que essa perícia, nesses moldes, ela ficou com o regime que foi embora, no sentido de que não é só isso o que se pretende. O índio não é mais relativamente incapaz; o índio é um ser com todas as suas capacidades em pleno funcionamento, é um sujeito de direito pleno. Agora, que, por pertencer a uma cultura distinta daquela em que foi forjado o nosso sistema penal, precisa ser entendido.

Então, o que nós sempre lutamos nesses processos foi que houvesse uma perícia antropológica não limitada a reconhecer o caráter criminoso do crime, mas, principalmente, para revelar em que contexto esse fato se deu; na visão daquele índio e na visão do grupo que o acolhe como aquilo se desenvolveu. Um exemplo para vocês: nos casos de Mato Grosso do Sul que são trazidos aqui, nós temos situações, várias situações de índios que estão respondendo a processos ou inquéritos por conta dos processos de retomada de suas áreas. No olhar do direito penal tradicional, isso significa invasão de propriedade privada, é um crime.

No olhar do índio, é o exercício de um direito de recuperar a sua área tradicional; então, está longe de ser um crime. Isso tem que ser revelado para o juiz.

Mas havia outro problema, que é um problema do equilíbrio das partes no processo. Nós temos um, o acusador, que conhece todas as regras daquele processo, do sistema, que fala aquela linguagem, e, de outro lado, alguém que vive num mundo em que as regras podem ser diferentes, em que aquele processo, em que tudo aquilo ali é muito diferente. Então, era preciso, também, da figura do tradutor, do antropólogo, que revelasse para o índio e revelasse para o juiz, para o Ministério Público, como aquilo tudo está sendo entendido e o que aquilo significa; mostrar para o índio, acusado, o que significa aquele ritual todo nosso do direito penal, para permitir, primeiro, que num processo que vai resultar ou numa condenação ou numa absolvição, o juiz, ele esteja compreendendo perfeitamente o réu, e o réu, por sua vez, esteja compreendendo perfeitamente o que aquilo tudo significa, principalmente o que lhe está sendo perguntado.

A outra coisa que precisava ser revelada, nesse processo – eu estou indo muito, aqui, na linha do que a Andréa falou –, era se essa pessoa não tinha sido punida na sua comunidade de origem. Nós tínhamos tido um caso, em Roraima, que um índio foi submetido a júri – isso há muito tempo atrás, antes da Convenção 169 ser ratificada –, foi um júri federal, e nós tínhamos uma colega, uma procuradora, que resolveu solicitar uma perícia antropológica. E, nessa perícia antropológica, se revelou que esse índio, ele já tinha sido punido pelo próprio grupo, inclusive com uma pena degradante para nós, que é a pena de banimento. Então, tinha sido imposto a ele um banimento temporário, por um período tal, que ele não poderia voltar para a aldeia. E isso foi revelado para o corpo de jurados, e o corpo de jurados entendeu, a procuradora sustentou que é uma regra de direito interno e internacional que ninguém pode ser punido duas vezes pelo mesmo fato. Uma condenação nossa para essa pessoa significa você ofender gravemente um direito, um princípio de direito fundamental, que a todos é assegurado. Então, há vários detalhes no processo que precisavam ficar evidenciados, sob pena de nós estarmos tratando igualmente um réu pelo simples fato dele ser índio.

E outro dado é aquele que nós temos do Estatuto do Índio e da Convenção 169, já, agora, que garante sempre o regime de semiliberdade. O Estatuto do Índio tem um resquício nesse dispositivo também do regime anterior, que determina que o recolhimento seja na casa do índio, na sede da FUNAI mais próxima da aldeia. É um resquício do regime anterior. Agora,

é preciso, de todas as maneiras, encontrar um regime compatível com essa situação dos índios.

Pois bem. Na maioria dos processos o juiz ignorava essa perícia, mesmo aquela do regime anterior, dizendo que eles eram aculturados. Então, nós entrávamos com *habeas-corpus*, e essa questão chegou ao Supremo. Então, finalmente, o Supremo disse: “Olha, ninguém é aculturado pelo simples fato de a sua aldeia estar próxima da cidade ou pelo fato de ele falar a língua portuguesa ou de até realizar alguns negócios com a sociedade do entorno. Isso não significa aculturação”.

Então, via de regra, essa é a perícia antropológica, a não ser no caso do próprio índio dispensá-la. Isso é um precedente bem recente do Ministro do Supremo antes de ele se aposentar.

Então, enfim, essas várias questões permeavam o processo, mas isso está no plano da abstração do processo, que a gente via ali folheando as páginas. Até que houve aquele episódio com os “Cinta-Larga”; vocês se recordam, vários índios são acusados de matarem garimpeiros, naquela questão daquela mina de diamantes que existe na área. E, aí, o próprio delegado do inquérito, Mauro Sposito, liga para a Sexta Câmara e fala assim: “Olha, está acontecendo um fato curioso. Eu chamei os índios, aqui, os presumíveis culpados, e fiz uma porção de perguntas para eles. Aí eles responderam ‘sim’. No dia seguinte, eu fiz as mesmas perguntas, reformulando as perguntas, de modo que a resposta deveria ser ‘não’, e eles continuaram respondendo ‘sim’. Então, eu percebi que eles não estão entendendo nada”. Eu falei: “E não devem estar mesmo”. E, aí, pela primeira vez no inquérito, surge a figura do antropólogo para, enfim, como tradutor, revelando aquilo tudo o que é, o que não é; enfim, essa perícia está em curso.

Na sequência, o Azanha, aqui presente, liga para a Sexta Câmara e pergunta: “O que é que vocês têm a respeito da situação prisional dos índios no Brasil?”. Eu falei para ele: “Olha, não temos absolutamente nada”, apesar dessa perplexidade de nós estarmos vendo que é possível termos um processo de criminalização por absoluta cegueira do nosso processo penal para esse segmento étnico, mas, de qualquer maneira, a pedido do Azanha, nós consultamos alguns colegas, onde presumíamos que houvesse uma incidência maior de índios presos e elegemos três Estados – Azanha, me corrija se eu estiver errada –, que foi Roraima, Mato Grosso do Sul e Maranhão.

Eu fiz a pergunta aos Procuradores da República que estão nesses locais, e eles falaram: “Olha, Deborah, não temos esse dado e é muito difícil levantá-lo. Por quê? Porque a maioria das questões criminais in-

dígenas, ela vai para a Justiça estadual”. Por que para a Justiça estadual? Porque, nessas coisas malucas de juiz, começaram a distinguir o que é individual e coletivo e dizia: “Olha, só quando é alguma coisa coletiva é que vai para a Justiça federal; quando é individual, vai para a Justiça comum”. Só que essa relação entre individual e coletiva é uma relação que não é linear, ela é uma relação de várias implicações. Então, às vezes, um único indivíduo mata outro, mas num contexto de várias relações, enfim, que determinam aquele ato. Mas isso dificulta, esse é um dado que dificulta enormemente essa avaliação do quantitativo de índios presos. Nós temos um volume enorme de processos que não passam pelo Ministério Público Federal.

E, por fim, uma última preocupação que começou a também a nos impressionar fortemente foi que, ao lado dessa presumível criminalização dos índios, havia outras consequências muito graves. Mato Grosso do Sul volta a ser um exemplo. Nesse caso da criminalização dos índios pela retomada dos seus territórios, havia ainda outras consequências que começavam a surgir, a se apresentarem de forma muito clara para a Sexta Câmara, que era a retirada do pátrio poder dos pais que nesses processos de retomada se faziam acompanhar das suas crianças. Por quê? Alegava-se que eles estavam praticando crimes, estavam aliciando menores para a prática dos crimes. Isso, no Estatuto da Criança e do Adolescente, é uma causa de perda do pátrio poder.

Bom, diante desse cipoal de problemas, desse quadro horroroso, nós resolvemos procurar a Escola Superior do Ministério Público da União e a Associação Brasileira de Antropologia para ver se nós conseguíamos fazer uma pesquisa que desse conta desse levantamento, aí, da situação dos índios presos. Logo após nós termos feito esse convênio, tivemos notícia dessa iniciativa no Mato Grosso do Sul. Chamamos a Associação Brasileira de Antropologia, chamamos essa equipe, aqui, de pesquisadores e até afastamos o Estado do Mato Grosso do Sul, que era um estado prioritário para a gente, na nossa pesquisa, para não haver a duplicidade de trabalho. Verificamos que a metodologia seria basicamente a mesma, então, pretendemos incorporar os resultados da pesquisa do Mato Grosso do Sul – não é, Cristhian? – nesse trabalho que está sendo feito pela Associação Brasileira de Antropologia.

Agora, o curioso... Bom, a Associação Brasileira de Antropologia já está há um ano, o Cristhian coordena esses trabalhos, há um ano mais ou menos, diante de várias dificuldades, fazendo, primeiro, uma pesquisa exploratória, e essa pesquisa, enfim, o resultado dela, eu não vou entrar em detalhes, mas uma primeira coisa

que dificulta ainda mais o nosso trabalho de propor qualquer coisa é que, nos três estados, mais do que três estados, depois eu vou fazer uma referência a isso, nos lugares pesquisados, em todos eles, o índio está invisível no sistema penitenciário.

Só para vocês terem uma idéia, no Amazonas inteiro há, nos sistemas informatizados penitenciários, o registro de três índios que respondem a processos, no Estado do Amazonas. Aí, você vai para a Bahia, são dois. Aí, você vai para Sergipe, que só tem uma área indígena, são 33. Então, têm umas incoerências!

Agora, a situação da invisibilidade que eu queria trocar é o seguinte: nesses casos pesquisados pela Associação Brasileira de Antropologia, é uma pesquisa bastante interessante, depois o Cristhian vai dar os maiores detalhes, porque, como ela é exploratória, ela foi atrás de várias fontes e todas essas fontes não têm esses dados, ela pegou os registros, como eu disse, do DEPEN, de alguns órgãos do sistema penitenciário, e, aí, tem o campo assim: “cor da pele”, “etnia”. E, aí, têm casos, assim, curiosíssimos: “cor da pele: pardo” – aí, enfim, não é índio, é pardo – “residência: Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha”. Aí você fala: “Bom, tem alguma coisa curiosa”.

Então, eu acredito, por essa pesquisa exploratória feita, que nós temos, até agora, no Amazonas, no Nordeste, com enfoque basicamente na Bahia, mas com abordagem em alguns lugares, e no Sul do Brasil, o grande problema, o que nós temos que enfrentar já de início, é que o índio está invisível no sistema penitenciário.

Na última reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista, nós identificamos, eu acho que essa pesquisa vem em reforço a uma intuição que tínhamos, que um grande problema é que a classificação quanto a ser índio ou não é externa. Então, aqui está se ignorando mais um dispositivo da Convenção 169, da OIT, que é o critério da autoatribuição. Enquanto for terceiro que vai determinar se é índio ou não, ele vai continuar invisível nesse sistema, entendeu?

Então, eu acho que uma das primeiras recomendações para o sistema penitenciário, a Comissão Nacional de Política Indigenista está fazendo isso também para o Conselho Nacional de Justiça, essa recomendação de que a qualificação de ser ou não índio siga o critério da auto-atribuição. Com todos os problemas, é ainda o único critério possível numa sociedade plural.

Bom, eu estou vendo, aqui, que o tempo está acabando, eu quero fazer algumas observações a respeito das propostas também sugeridas pela Andréa. Eu concordo com elas todas, em grande parte. Agora, eu acho que nós temos, hoje em dia, um instrumento

poderosíssimo, que é a Convenção 169. Nós deveríamos conseguir meios e modos de torná-la conhecida no meio jurídico. Ela é absolutamente desconhecida no meio acadêmico jurídico, ela é absolutamente desconhecida no nosso sistema judiciário, ela é absolutamente desconhecida no nosso sistema policial e no nosso sistema penitenciário. Então, é preciso um trabalho de divulgação dessa Convenção 169.

Ontem mesmo nós tivemos uma reunião na Sexta Câmara, e está nessa Casa, em curso, uma Comissão para analisar um novo Código de Processo Penal ou alterações substanciais no Código de Processo Penal, e alguns membros da Sexta Câmara sugeriram que nós entrássemos nessa discussão para propor essas alterações em relação a índios, em relação a quilombolas, em relação a todos os grupos étnicos, que eu acho que não é um problema exclusivo de índio, não, em relação a processo penal.

Eu tenho cá as minhas reservas em relação a essa proposta, porque eu acho que a questão penal, ela talvez seja mais grave de todas elas, agora, nós temos, diante de uma mudança constitucional de tal vigor, que muda o formato de uma sociedade nacional, que deixa de ser supostamente homogênea e hegemônica, para uma sociedade plural, nós temos todo um ordenamento pretérito, anterior à Constituição em desconformidade com o paradigma constitucional.

Se nós formos esperar reforma legislativa para aplicar todos os direitos indígenas na dimensão que eles devem ser aplicados, nós não vamos avançar nunca. Então, nós temos que deixar claro para o Judiciário que é preciso ler, reler todas essas leis, e isso aí, eu mostro para vocês aqui um outro exemplo, que, além do direito penal, a questão possessória que os índios estão hoje em dia disputando. Se o juiz aceita que o instrumento processual que vai disciplinar a disputa judicial de terras seja a ação possessória, ele já está prestigiando uma das partes, que é a parte que tem a posse civil, porque a ação possessória é uma ação vocacionada para a proteção do direito civil, ele não dá conta de uma posse que tem estatuto constitucional. Então, eu acho que é muito interessante, se vai ter uma atração no Código de Processo Penal, que essas coisas sejam contempladas. Agora, não vamos, aqui, cair na cilada de que todos os direitos indígenas estão dependendo de reforma legislativa, porque não estão. Nós temos uma Constituição bastante analítica a respeito, temos a Convenção 169, que é fantástica, é um documento poderosíssimo; enfim, é essa a minha posição.

Na última reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista também houve um encaminhamento para a criação da Defensoria Pública Indígena. Nessa

perspectiva, ela pode funcionar bem em Mato Grosso do Sul, mas o que se percebe, a percepção dos próprios índios, na maioria dos estados, é que há: primeiro, uma falta de vontade no atendimento a esses povos e, mais do que isso, um desconhecimento muito grande. Então, eles acreditam que é preciso criar um segmento que tenha capacidade intelectual, também, que tenha preparo na matéria indígena.

Eu concordo com a Andréa, nós vamos só vencer isso quando os cursos de direito incorporarem a temática indígena. Há um longo caminho a ser percorrido. Enquanto isso não ocorre, tem que ser na marra, tem que criar mesmo, sabe, tem que ter gente ali que tem que ter conhecimento, não adianta a gente ter... Porque a Andréa estava me dizendo que um jornalista, ontem, ele me ligou dizendo: "Mas falta de defesa?". E aí foi deixar o juiz, o Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente do Tribunal de Justiça ficou indignado: "Mas como, lógico que eles foram assistidos aqui nesses processos o tempo todo". E a gente reafirma: falta de defesa sim, porque o procurador da FUNAI, porque o advogado não estava capacitado, não tinha conhecimento; o procurador da AGU. Entendeu? É o que acontece no mais das vezes, infelizmente. O quadro tende a mudar, tende a melhorar? Tende. Gente, até no Ministério Público Federal, que é o órgão, a instituição competente para tratar dessa matéria, nós temos em várias Procuradorias procuradores que não entendem nada da questão indígena e não estão dispostos a estudá-la. Entendeu?

Enfim, para não me alongar, aqui, estamos até botando um curso de iniciação e de capacitação dos procuradores como obrigatório: só passa, só é vitaliciado após dois anos se aprender direito sobre índios e outras minorias, entendeu? Mas, enfim, é esse o quadro.

Eu falei demais, Senador, eu vou encerrar por aqui, mas mostrando que o problema é enorme, é enorme e está gerando todas essas situações, talvez das mais graves violações aos direitos humanos, que é a privação da liberdade, sem o devido processo legal. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa presidência, mais uma vez, cumprimenta a Dra. Deborah pelo brilhantismo da sua exposição, e passamos de imediato a palavra ao Sr. Cristhian Teófilo da Silva, representante da Associação Brasileira de Antropologia.

SR. CRISTHIAN TEÓFILO DA SILVA: Boa tarde. Eu gostaria de primeiro cumprimentar o Exmo. Senador Paulo Paim; a senhora coordenadora da Sexta Câmara, Deborah Duprat; Carlos Macedo e Andréa Flores,

coordenadores da pesquisa Situação dos Detentos Indígenas no Mato Grosso do Sul; e também a todos e a todas aqui presentes assistindo a essa questão, de certa forma, inédita dentro da discussão sobre questão indígena, direitos indígenas, no cenário brasileiro.

A minha fala será breve e, em larga medida, repisando vários pontos que já foram mencionados a partir da apresentação da Andréa Flores e também da recente exposição da Dra. Deborah Duprat, no sentido de sublinhar, principalmente, que, no âmbito mais abrangente ou nacional da questão, os mesmos temas voltam a acontecer, por mais que a gente esteja lidando com uma configuração pluriétnica em cada estado no Brasil, ou seja, por mais que você tenha estados onde se registra uma única população indígena, reconhecida, e outros com mais de 65, como é o caso do Amazonas, o retrato de que a inserção de indivíduos indígenas no sistema de Justiça no Brasil tem sido extremamente precário e complexo se confirma. Então, o que a gente pode, hoje, afirmar num cenário mais amplo é o que também está sendo afirmado a partir de um cenário específico e complicado como o do Mato Grosso do Sul.

Então, um pouco o que eu vou falar é situar ou trazer a público, para um público mais amplo, essas orientações da pesquisa realizada pela ABA, sensibilizada pelas questões apresentadas no âmbito da Sexta Câmara e, nesse sentido, apresentar, também, um comentário geral, resultado dessas primeiras explorações dessa pesquisa.

Eu diria que a situação de indígenas presos no Brasil constitui um tema inédito até agora e de extrema relevância para o campo do direito e das ciências sociais. Isso causa já uma surpresa que eu gostaria de ressaltar, em que a própria associação científica da área Antropologia foi mobilizada a se dedicar ao tema, por uma iniciativa da Procuradoria-Geral da República, apesar de o tema envolvendo a criminalização de indígenas ser um tema de profunda densidade histórica e cultural na história do país, ou seja, causa uma surpresa o pouco envolvimento da comunidade científica, dos antropólogos e demais cientistas sociais com relação ao que se passa nas terras indígenas e nos grandes centros urbanos para onde também estão migrando muitos povos indígenas. Então, é um pouco no sentido de suprir [soa a campainha] essa lacuna que essa pesquisa foi iniciada.

Sua principal preocupação foi fazer uma pesquisa comparada de abrangência nacional sobre o tema, na alçada do edital da Escola Superior do Ministério Público da União, a partir de um enfoque antropológico, com o propósito de reunir dados e informações preliminares sobre esta realidade que subsidiassem

a realização de pesquisas e ações futuras de caráter mais denso e objetivo, por parte da Procuradoria-Geral da República e também grupos de pesquisas de universidades, centros e segmentos organizados da sociedade civil.

A escassez de pesquisas e reflexões sistemáticas sobre o tema, em particular após a promulgação da Súmula 140, do Superior Tribunal de Justiça, que delega ao âmbito da Justiça Estadual o tratamento dos crimes em que índios figurem como autor e vítima, levou à circunscrição do universo de pesquisa, a partir da redução da abrangência de pesquisa. Ao invés de se tomar o país como área a ser investigada, optou-se por considerar os estados do Amazonas, Bahia e Rio Grande do Sul como representativos de suas respectivas regiões, ao mesmo tempo em que são reconhecidos pela recorrência de conflitos inter-étnicos entre os respectivos povos indígenas e segmentos da sociedade regional nacional, além de registrarem um número significativo de índios em regime de cumprimento de pena, conforme os dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, o INFOPEN, do Ministério da Justiça.

O Estado do Mato Grosso do Sul, como já foi mencionado, destacável por reunir os aspectos mencionados, não foi tratado nessa pesquisa por ser alvo da pesquisa já apresentada e coordenada pelo Centro de Trabalho Indigenista e pela Universidade Católica Dom Bosco.

Diante da complexidade dos casos e distância entre os estados selecionados, formou-se uma equipe de pesquisadores, composta pelo coordenador e três pesquisadores, de modo a viabilizar deslocamentos a cada estado. Estes deslocamentos visavam desvelar o potencial e eventuais obstáculos para a realização futura de pesquisas jurídicas sobre os inquéritos policiais e de campo sobre os processos de criminalização e as condições prisionais relacionadas aos índios. A equipe foi responsável, então, pelo levantamento de dados e a sistematização ainda em curso, daí não ser possível entrarmos em maiores detalhes no momento, a partir desses estados.

Então, só para fechar, a pesquisa foi desenhada com vistas a se desdobrar em dois momentos, daí ela ser uma pesquisa ainda em andamento no atual momento. O primeiro, em 2007, cumpriu a finalidade de identificar, contatar e engajar na pesquisa os principais interlocutores locais e estaduais para a viabilização das pesquisas jurídicas e antropológicas no ano seguinte. Estes interlocutores compuseram um conjunto heterogêneo de pessoas: lideranças indígenas, procuradores estaduais e federais, delegados, comandantes de polícia, secretários de segurança pública, bem como

pesquisadores, docentes e membros de organizações dedicadas ao tema dos Direitos Humanos e indígenas, ou seja, a preocupação da ABA, nesse primeiro momento, foi na inacessibilidade de um contato direto com os índios encarcerados ou em cumprimento de pena lidar com aqueles que seriam os principais interlocutores dos indígenas envolvidos com processos de criminalização nesses estados.

E um pouco a nossa surpresa foi constatar – como já foi mencionado pela Dra. Deborah – a imprecisão de informações, de conhecimento acerca da realidade dos índios, que deveriam estar sendo assistidos por esses mesmos secretários, delegados, policiais, procuradores, e assim por diante, ou seja, há um desconhecimento não só legal a respeito da legislação aplicável aos casos envolvendo criminalização de índios no Brasil, como um desconhecimento da própria população indígena encarcerada em delegacias, em prisões, em albergues, em prisões manicomiais, e assim por diante. Então, não há muitas informações, apesar das muitas denúncias nesse sentido.

Bom, um resultado comparativo que nós pudemos inferir, então, de um cenário de tantas informações imprecisas e pouco consolidadas, a respeito da população carcerária indígena, ou seja, a pesquisa se deslocou de uma ênfase nos processos de criminalização ou a busca de uma hipótese do que estaria levando os índios às prisões no Brasil para uma ênfase na situação prisional do detento indígena, ou seja, qual é a situação de assistência legal a eles nessa situação. Houve esse deslocamento e é em cima dessa análise de uma situação penal ou prisional que a gente concluiu o nosso levantamento.

Os dados e informações e impressões apresentadas nos relatórios de pesquisa individual permitiram esboçar um primeiro quadro de inferência, que, esperamos, sirva de base para investigações futuras sobre a criminalização de índios nos referidos estados e outras regiões do Brasil. O primeiro resultado comparativo observado refere-se à inconsciência das informações oficiais com relação ao perfil étnico indígena da população carcerária, bem como sobre o número de índios residentes em áreas urbanas.

O desconhecimento de autoridades policiais, judiciais, políticas e acadêmicas sobre o contingente de índios presos em diferentes estados revelam um problema mais amplo de desinformação e desinteresse sobre a situação da população carcerária de modo geral e indígena, em particular, e sobre os processos sociais que geram criminalização das comunidades indígenas aldeadas ou não.

Em segundo lugar, não se observou a correspondência direta ou causal entre confrontos fundiários entre

índios e não-índios e o perfil da população carcerária indígena presa. Isso significa dizer que, por mais que existam casos de índios presos em decorrência de embates fundiários com não-índios, a população indígena presa em diferentes estados é composta, majoritariamente, por indivíduos que cometeram crimes em meio à sua própria comunidade de origem ou em circunstâncias sociais adversas, como aquelas em que se encontram os índios nos grandes centros urbanos. Esta observação é de ordem geral, e não é descritiva de situações locais que afetam diferentes povos indígenas e suas respectivas demandas fundiárias ligadas às suas formas de organização social.

Entretanto, visando uma hipótese geral para o aprofundamento da reflexão sobre a criminalização e aprisionamento de indígenas no Brasil, será mais apropriado afirmar que os crimes cometidos por índios no Brasil e seu conseqüente aprisionamento têm sido decorrentes da baixa qualidade de vida existente nas aldeias de origem, mesmo em áreas regularizadas, sendo este fator um somatório às dificuldades das formas tradicionais de resolução de conflito operarem em contextos de desorganização social, como são aqueles resultantes do impacto de frente de expansão econômica, regiões de fronteira internacional na periferia de grandes cidades.

Observa-se, também, que o sistema judicial de execução penal tem sido mobilizado por indígenas de diferentes culturas e regiões, mesmo aquelas com relativa disponibilidade de acesso à terra, como forma de resolver conflitos internos às suas famílias e comunidades, entre outros casos envolvendo relações inter-étnicas.

Também se observa o desconhecimento de policiais, agentes carcerários, delegados, promotores, procuradores, juízes e indigenistas de órgãos oficiais ou da sociedade civil acerca da legislação aplicável aos índios acusados de crimes e as recomendações da Convenção 169, que, entre outras coisas, propõe considerar as formas tradicionais de resolução de conflito e punição, evitando a prisão como forma de punição em casos de crimes que firam os Direitos Humanos, propor o regime semi-aberto, e assim por diante, que, no Brasil, assumiram o estatuto de lei, após a sua ratificação pelo Congresso Nacional.

Ainda não foi possível, até o momento, aferir se as estatísticas oficiais com relação às categorias nas quais os índios estão sendo enquadrados correspondem à realidade que se passa nas aldeias e nos grandes centros urbanos, onde esses índios estão presentes, daí não podemos ainda apresentar esses dados.

Entretanto, pelo acima exposto, recomenda-se a realização de pesquisas em profundidade e de lon-

ga duração, com o intuito de produzirem informações substantivas sobre o teor do processo social que vem conduzindo indígenas à realização de crimes e infrações. Neste contexto, observações poderão ser feitas sobre formas indígenas de resolução de conflitos e punição, assim como permitirão reconhecer os fatores de ordem social, política ou econômica que estejam contribuindo para a criminalização indígena. Também se faz necessário e urgente aferir o real contingente indígena encarcerado em delegacia, prisões, penitenciárias ou que estejam cumprindo pena em regime semi-aberto.

Para o levantamento dessas informações, torna-se necessária a realização de pesquisas sobre as relações inter-étnicas, pertinentes ao contato de populações indígenas com as instituições policiais, legais e penais no Brasil. É isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como havíamos combinado, eu vou abrir para cinco intervenções do Plenário, se assim o Plenário entender, tanto para explicitar o seu ponto de vista ou para fazer alguma pergunta para a Mesa.

Se tiver algum dos nossos convidados no Plenário que quiser fazer uso da palavra... Se não tivermos, eu vou abrir, como havia me comprometido com eles, uma janela nesta Audiência Pública para o representante da Associação Cultural dos Povos Indígenas, aqui representado por Auá-Mirim, Reserva Bananal, setor nordeste aqui do entorno. Mas, antes de abrir a oportunidade para que ele se pronuncie, eu repito: alguém do Plenário quer fazer uso da palavra? Então, eu convidaria ao Auá-Mirim para que ele viesse aqui para a primeira fila para que ele possa fazer o seu pronunciamento. Se tem alguém acompanhando ele, não há problema nenhum... É que nós tínhamos reservado a primeira fila para...

Antes de eu passar a palavra para os nossos convidados, também aqui do entorno de Brasília, ele pode usar a palavra e se identifica na hora que ele falar, sem problema nenhum. Pode. Aí mesmo.

SR. CARLOS MADRIS(F): Bem, meu nome é Carlos Madris(F), eu faço parte também do início do movimento da política indígena lá em São Gabriel da Cachoeira, na década de 70 para 80, eu vim, obviamente, a conviver com a sociedade, adquirir alguns conhecimentos, quando me revelei na questão da política indígena. Foi uma surpresa, porque era uma indiginação.

O que acontecia de fato com o nosso povo na região vem desde o princípio do século XVI, isso já é público e notório, que o primeiro batismo dos nossos indígenas naquele período foi a crucificação da socie-

dade européia que aqui chegou, arrogantemente, e nós que tínhamos, conforme dizem os meus avós, que nós acreditávamos que esse povo que aqui chegava nos nossos territórios, nas nossas regiões, viessem, de fato, contemplar e nos orientar com outros conhecimentos. Mas é também do nosso conhecimento e de vocês, da sociedade, que nós temos uma mitologia, uma tradição cultural, temos os nossos mitos, como Jurupari, na amazônica brasileira, para nós é o nosso legislador, é o nosso orientador pedagógico, possamos, assim, dizer. E nós também temos uma forma de punição dentro das nossas comunidades indígenas de observação dentro desse contexto, mas o impacto da civilização criou essas anomalias, devido ao excesso exagerado da religiosidade.

As organizações representativas dessas entidades que aqui chegavam no contato das décadas de 70 e 80 eram também contemplativas, de uma certa forma, foram orientadoras, como temos, aqui, o CIMI, Conselho Indigenista Missionário; na época era o CEDI e hoje é o ISA, sempre foram os intelectuais interlocutores dos povos indígenas.

E nós ficávamos indignados, porque toda a nossa cultura, todo o trabalho do nosso movimento, o nosso trabalho, transformava-se em literaturas para os birôs de compêndio e de estudo na universidade no aspecto também antropológico.

E, hoje, eu vejo com muito, assim, conteúdo, de que forma esse povo da sociedade, os antropólogos, os juristas, bem acordados, depois de quinhentos anos, acordaram por um tema que faz parte dos Direitos Humanos. A gente lê sobre Direitos Humanos, entende sobre Direitos Humanos, agora vem a Resolução da ONU com relação às terras, também, que dá o parecer favorável ao indicativo do tradicional originário povos indígenas, que o art. 231 complementa muito bem, com muito esclarecimento. Nós temos, aqui, o Afonso Silva, um grande jurista que fala sobre o direito originário, que nos advoga toda a trajetória do nosso povo. Entretanto, a sociedade envolvente, a sociedade do poder, ela ignora em todas as instâncias.

Eu lamento muito, porque nós temos um problema lá na Raposa do Sol, eu deixei até um relatório aqui bem recente, que está aí na mesa para quem quiser tomar consciência disso, explicando esse fato, e fico surpreso, mais uma vez, em ter sido convidado a participar dessa Audiência Pública, ter aqui presente os meus amigos, está ali o Curuba, aquele jovem índio, que, naquela época, no conflito lá na fronteira da Amazônia, teve um programa com a garimpagem. Eu já passei, também, por esse problema de enfrentar garimpeiro, fazer de guerreiro e entrar, porque não tínhamos assistência nenhuma.

Agora, recentemente, de dez anos para cá, essas assistências estão mais próximas, mas tem aquele problema da defesa nacional, os interesses também conjugados com as políticas internacionalistas, intervenientes do poder em relação às reservas indígenas, porque nós estamos assentados na maior mineração do país, na maior reserva potável das águas, mas, aí, o Governo defende uma bandeira. Uma bandeira do quê do Governo? Da monocultura, a bandeira, isso tudo está incluso nos direitos dos cientistas, isso tudo está incluso nessas nossas reivindicatórias, no grande conflito da criminalidade do povo em relação às nossas nações indígenas. Eu falo nação no direito da nossa originalidade, no direito de reivindicar a identidade desse nosso povo de ser reconhecido na sociedade envolvente. É o que tenho dito.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Como havíamos combinado, eu quero dizer que os companheiros indígenas, aqui do Bananal, setor oeste de Brasília, me procuraram por duas vezes, e eu havia me comprometido de abrir o espaço para que eles possam, aqui, apresentar, digamos, seus questionamentos, a sua denúncia, e me informa, aqui, a Secretaria que vocês teriam, inclusive um pequeno vídeo para passar, que estaria entre outros, agora. Se você não tiver condições operacionais de mostrar agora, eu me comprometo a vê-lo num segundo momento. Mas, se tiver condição, eu me comprometo a botar agora, e nós assistimos aqui, já que você fala que não é longo, inclusive.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, é curto. Acho que...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu peço que a técnica veja se há condição. Disseram-se que tinha que escolher. Se tiver condições, vamos ver, sim. Pode falar o meu amigo lá atrás. Aperto o botão e fale. Aperte o botão preto à sua frente, e vai acender uma luz verdinha. Isto.

SR. BERNARDO: Meu nome é Bernardo, eu trabalho no Centro de Trabalho Indigenista, também, que é membro do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas. Inclusive, queria agradecer, aqui, ao fórum, que ajudou a intermediar, aqui, na realização dessa Audiência, junto à assessoria do Senador.

Bom, antes que a gente encerrasse o assunto, eu acho que não só eu, como outros que estão aqui na Comissão, estão se questionando do que seria possível que a Comissão encaminhasse, do que ela poderia tomar de iniciativa em relação ao que foi apresentado, aí, do relatório, antes que a gente passasse a outro assunto e outros temas dos Direitos Humanos. Eu queria saber quais seriam as--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse é exatamente o objetivo da Audiência Pública. Nós estamos permitindo, na verdade, que os nossos convidados façam a exposição. Eu abri a palavra ao Plenário para cinco intervenções, houve uma, você está caminhando uma pergunta agora.

A Audiência Pública tem esse objetivo. Eu presido a Comissão de Direitos Humanos, mas eu preciso receber de vocês, que são da área, as sugestões, para que eu posso encaminhá-las, então. Por exemplo, a Dra. Andréa deu uma série de sugestões no campo que pode ser da legislação. Se for isso, não há problema nenhum. Eu recebo, acato, transformo em proposta legislativa e encaminho.

Agora, têm outras iniciativas que dependerão do Executivo, outras dependem do Judiciário. O que a Comissão faz, na Audiência Pública, é receber as contribuições, no caso, da plenária e também dos nossos convidados. Eu recebo o material e darei o encaminhamento que o movimento entender, que esperam, que é essa a expectativa, seja junto ao Judiciário, seja ao Executivo, seja no processo Legislativo.

Então, nós estamos aqui para debater este tema. Eu não tenho, claro, resposta pronta para nenhuma das propostas que, em Comissões, nos tenham apresentado.

Eu vou te dar um exemplo. Hoje pela manhã, tivemos uma grande Audiência, aqui, sobre a situação dos motoristas no nosso país. Eles apresentaram uma série de sugestões que nós vamos transformar, então, num projeto. Eu tenho um PL, o chamado PL 91, e vai ser construído um substitutivo que contemple [soa a campanha] a situação – isso é para mim, eu estou falando demais, que eu também sou controlado, aqui – dos profissionais do volante no nosso país.

Então, essa é a intenção. Nós estamos aqui para acatar e encaminhar tudo aquilo que nós da Comissão pudermos fazer, de forma a auxiliar os povos indígenas.

Vamos ao debate. Tem outro companheiro, aqui, que já pediu a palavra, e isso é bom. Enquanto isso, eles vão vendo, ali, o vídeo.

SR. ROBERTO ARAÚJO: Sr. Presidente, componentes da Mesa. Roberto Araújo, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Foram-nos apresentadas, pós-exposição do relatório, algumas propostas, em que nelas nós já poderíamos estar contemplando algumas ações realizadas ou em realização pelo Poder Executivo, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Esse ano foi implantado em Mato Grosso do Sul, precisamente para a região de Dourados, um balcão de direitos, e, nesse balcão, foi contemplada a contra-

tação de profissionais para atuar diretamente com a população indígena.

Em primeira fase desse balcão, nós conseguimos alocar recursos para a contratação de um advogado, um intérprete e um estagiário da área do direito. Na primeira reunião que fizemos em abril, lá em Dourados, chegamos à conclusão de que esses números desses profissionais, pela quantidade de casos, eram muito reduzidos. Em primeira instância, nós estamos ampliando esse quadro para dois advogados, um antropólogo e mais dois estagiários de direito.

Pelo que nós estamos sentindo, agora, diante de todas essas denúncias, diante de todo esse relato, estamos presenciando que é pouco. Eu acho que nós temos que começar a fazer um esforço redobrado dentro da Secretaria, de uma tentativa de alocar mais recursos, na expectativa de ampliar o quadro de profissionais.

O que se quer dizer, nesse momento, é que pelo menos já começamos. O Poder Executivo ele está sensível à causa, está trabalhando através da Secretaria de Direitos Humanos e já alocando profissionais para atuar com o balcão de direitos no atendimento, precisamente, para os indígenas de Dourados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência pergunta se alguém mais no Plenário quer fazer uso da palavra. Por favor, só peço que se identifique para situar o Plenário.

SR. ALOÍSIO GUAPINDAIA: Presidente, eu sou Aloísio Guapindaia, Diretor de Assistência da FUNAI.

Primeiro, parabenizar aos expositores pela apresentação dessa pesquisa, realmente nos traz, aqui, um quadro gravíssimo ao índio no Mato Grosso do Sul, em que todos nós temos tentado enfrentar da melhor forma possível. De fato ali é uma região de conflito, de muitos anos, em que a FUNAI, a partir de um comitê gestor que o Governo Federal implantou e que têm assento no comitê gestor vários órgãos do Governo Federal, já tem atuado ali naquela região e já tem produzido alguns resultados importantes.

O trabalho que o CTI desenvolveu junto com a Universidade Católica Dom Bosco de fato é um trabalho que vem contribuir fortemente não só para a apresentação de uma realidade que todos nós precisamos ainda conhecer de forma mais profunda, mas também que possa estar apontando soluções. É disso que agora todos nós dependemos. Ao conhecer a realidade, precisamos adotar as devidas soluções, e nós, do Governo Federal, temos nos organizado de forma a ter essas soluções.

Agora, o Estado brasileiro como um todo precisa assumir a sua responsabilidade. É essa a observação que eu gostaria de fazer, diante das populações indígenas. Ao longo dos anos, ao longo da história, o Estado brasileiro, infelizmente, sempre se ausentou das principais questões que estão colocadas para as populações indígenas, e essas populações sofrem e têm sofrido toda ordem de marginalizações nesse contato com o Estado nacional.

Precisamos, então, e aí eu acho que o Congresso Nacional também tem, aí, um papel importantíssimo nesse processo, porque, nessa questão de assegurar direitos, é preciso também trabalhar um conjunto de normas, melhorá-las, aperfeiçoá-las para que, justamente, a relação do Estado brasileiro seja uma relação mais qualificada.

Não está colocado, aí, para a gente, não está colocada somente a questão fundiária, que, em particular, em Mato Grosso do Sul, essa problemática é bastante acentuada. É uma população grande para pouco território e aquela população não tem condições, a gente sabe disso, de se manter, de se sustentar e de elaborar processos produtivos que permitam a sua vida e a sua sobrevivência. Por isso o Estado brasileiro precisa estar assistindo.

Então, nessa direção, quero aqui afirmar que a FUNAI está procurando se reestruturar para enfrentar essas problemáticas, para enfrentar não só as questões fundiárias, mas as questões também do desenvolvimento dessas populações, para enfrentar, também, os preconceitos que estão colocados. É muito evidente, aqui, nesse trabalho aqui apresentado os preconceitos como são tratados os próprios processos desses indígenas que respondem por crime, e a FUNAI tem procurado se reestruturar para que isso ocorra. É necessário, para isso, nessa reestruturação, que a instituição tenha um plano de carreira para que os seus técnicos possam ser melhor preparados e formados e a contratação também de novos técnicos para atuar nas diversas regiões. E aí o projeto de lei do plano de carreira estará chegando brevemente aqui nesta Casa para análise e aprovação.

Então, eram essas as palavras que eu gostaria de deixar em nome da FUNAI e colocar a FUNAI à disposição para outros momentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós ouvimos, aqui, a palavra da Secretaria Especial da Presidência da República e ouvimos, também, a palavra da FUNAI. Eu acho que ajuda se nós balizarmos um pouco os encaminhamentos. Respondendo ao Bernardo, claro que procede também o teu questionamento. Então, eu quis provocar o Plenário e me socorri também aqui da Mesa um pouco para ver:

“Bom, está feita a denúncia”. E, conversando, aqui, um pouco, alguns encaminhamentos, além desses dois que o Executivo está se pondo a fazer, tanto a FUNAI como--

SR. ALOÍSIO GUAPINDAIA: O plano de carreira da FUNAI. Pois não.

SR. ROBERTO ARAÚJO: Só uma observação que eu esqueci. A AGU, ela formou um grupo de trabalho que fez uma chamada para procuradores que quisessem atuar na região do Rio Grande do Sul, através de um edital, 14 procuradores se inscreveram já, e nós vamos, então, a AGU vai começar a atuar naquela região, inicialmente com cinco procuradores, está certo? Justamente para atacar essas problemáticas situadas e colocadas junto com a FUNAI, está certo?

Então, vai ser feito um rodízio durante o tempo que for necessário para que a gente possa dar conta dos processos que estão ali sem a assistência jurídica do Estado brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu queria, também, dizer que eu posso, naturalmente, claro, mediante o trabalho belíssimo que vocês fizeram, importante e também de denúncia, eu poderia dizer que eu posso encaminhar ao Ministério da Justiça um ofício oficial aqui da Comissão de Direitos Humanos, mas eu não sei se já não haveria também a intenção de vocês encaminharem ao Ministério da Justiça. Mas o Dr. Carlos quer dar também a sua contribuição. Dr. Carlos, por favor.

SR. CARLOS MACEDO: Obrigado, Presidente. Justamente essa publicação, aqui, está resumindo o que foi feito durante esses 18 meses e os dados que a Dra. Andréa Flores apresentou, através do PowerPoint.

Esse documento, aqui, está sendo, a partir de hoje, encaminhado a todos os órgãos envolvidos diretamente com a questão indígena, inclusive aos órgãos não-governamentais e dos próprios representantes indígenas que estão ativamente atuando na questão dos direitos dos seus povos.

Então, as pessoas que não receberam esta publicação, por favor, está aqui à disposição, e aquelas pessoas que queiram discutir também essas recomendações, para esclarecimentos ou, inclusive, para ampliar um pouco mais, estamos à disposição.

Eu quero dizer que esse projeto teve um caráter, digamos, piloto, porque é pioneiro, mas também demonstrativo, que os direitos indígenas no Mato Grosso do Sul se faz réplica em outros estados e em outras regiões do país. Estamos conferindo com os colegas da ABA que as situações dos detentos são mais ou menos semelhantes em todos os estados, embora existam componentes determinantes das condições dessas regiões diferenciados.

Nesse sentido, nos colocamos à disposição para debater, inclusive, sobre cada região e sobre cada povo, inclusive. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não. A Dra. Deborah também quer dar a sua contribuição nos encaminhamentos pelo questionamento feito de forma adequada pelo Plenário.

SRA. DEBORAH DUPRAT: Eu queria sugerir dois encaminhamentos bem específicos para esta Comissão, para o Legislativo. Um seria encaminhar a esta Comissão de Revisão do Código de Processo Penal as sugestões constantes desse documento, das alterações legislativas em relação aos povos indígenas. E o outro, deixar claro, também, para esse Congresso que a visibilidade dessa questão e de tantas outras que afetam os povos indígenas passam pelo fortalecimento institucional da FUNAI, como está chegando esse plano de cargos e salários, a importância de levar isso em consideração. Então, são essas duas propostas para o Congresso.

Deixar, aqui, um dado que essa situação de invisibilidade é tão grande que, agora as populações atingidas, que a pesquisa ainda não chegou até elas, mas a FUNAI não tem os dados, os Ministérios Públicos não têm os dados, as organizações de apoio ao movimento indígena não têm os dados. Então, a situação é muito grave mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, Dr. Cristhian.

SR. CRISTHIAN TEÓFILO DA SILVA: Bom, seria a respeito do comentário que foi feito de que uma mobilização para contratação de procuradores e advogados pela AGU no Mato Grosso do Sul, eu gostaria, assim, seria exatamente ao senhor o meu comentário, de que nós recebemos a informação, que merece ser confirmada, do administrador regional da FUNAI em Manaus, de que o Estado do Amazonas estaria sem procurador naquele Estado, e que, por essa razão, os processos penais estariam seguindo para Belém, onde eles aguardariam cerca de seis meses para o cumprimento.

Então, eu acredito que seria apropriado também uma mobilização no sentido de averiguar se essa informação é correta e, em segundo lugar, se for correta, também uma mobilização no sentido de ter um procurador da AGU junto à administração regional no Amazonas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Olha, o que eu anotei aqui, então. Vamos ver. As contribuições todas são bem-vindas, por favor, se identifique e pode usar a palavra.

SR. MARCO PAULO: Marco Paulo, eu sou antropólogo do Ministério Público Federal.

Uma pergunta à Mesa: como que está sendo pensado o debate, a divulgação desses dados da pesquisa junto ao Judiciário e outros operadores do direito e se o Congresso Nacional, na figura da Comissão, tem condições ou algum mecanismo de estabelecer esse diálogo junto ao Judiciário, para apresentação e debate dessa pesquisa?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais uma senhora lá atrás que levantou o braço. Por favor.

SRA. ELA CASTILHO: Ela Castilho, Ministério Público Federal.

Eu queria fazer uma sugestão, também: que fosse formalmente encaminhada ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, é um órgão que está vinculado, é um órgão, assim, vinculado ao Ministro da Justiça, e ele está numa fase nova, eu, inclusive, faço parte desse Conselho, eu posso levar essa questão, mas eu acho que formalmente seria interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Qual é o órgão, por favor, só para mim--

SRA. ELA CASTILHO: É o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

SRA. DEBORAH DUPRAT: Ah, mais uma idéia.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fale.

SRA. DEBORAH DUPRAT: Eu também me lembrei agora que tem na Câmara dos Deputados uma Comissão sobre o sistema penitenciário brasileiro, até o Deputado Domingos Dutra, salvo engano, que--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse é o relator.

SRA. DEBORAH DUPRAT: --que é o relator. Eu acho que seria interessante também encaminhar para essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu tentar fazer um resumo, aqui, para ver se a plenária entende que todos estão contemplados.

A Dra. Deborah propôs que eu encaminhe, junto à Comissão da Câmara, que está estudando o novo processo do Código Penal, para que as sugestões aqui apresentadas sejam encaminhadas por lá, sem prejuízo de que nós aqui também possamos, junto à consultoria do Senado, transformar alguma dessas propostas em Projeto de Lei, se for o caso. Naturalmente, eu vou passar pelos consultores do Senado.

A outra proposta é fortalecer a FUNAI, e, nesse fortalecimento da FUNAI, seria o plano de cargos e salários da FUNAI que está chegando, pela aprovação do Congresso Nacional, para termos mais pessoas habilitadas nessa questão dos povos.

Encaminhar ao Ministério da Justiça, em nome da Comissão de Direitos Humanos, independente de vocês também encaminharem, o que naturalmente o farão.

A pergunta que foi feita junto ao Judiciário. Nós podemos tranquilamente encaminhar junto ao Judiciário, em nome da Comissão de Direitos Humanos, e, se for necessário, provocar um debate, mesmo aqui na própria Comissão, sobre o tema. Isso também nós podemos fazer sem nenhum problema.

E a outra é encaminhar junto ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que faremos também com um ofício da Comissão.

E o outro e último encaminhamento, pelo que eu percebi, encaminhar para a CPI da questão carcerária, em que o Deputado Domingos Dutra é o relator.

Eu acho que esses são os procedimentos que até o momento chegaram à Mesa. Se alguém tiver alguma outra sugestão, pode ter certeza de que essa presidência vai encaminhar.

Por favor, Bernardo, pode usar a palavra.

SR. BERNARDO: Eu sou o Bernardo, novamente. Eu queria só lembrar que essa discussão também deve estar inserida na construção do Projeto de Lei do Estatuto do Índio, que está na Casa. Então, sempre lembrar a todos que estão aqui presentes e também para a Comissão que há uma luta, uma das principais reivindicações, aí, do movimento indígena atual.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Bernardo.

Estava na minha cabeça, mas eu estava aqui pensando como é que ia fazer para que não ficasse, simplesmente, remeter tudo para o Estatuto do Índio, e você, com a tua contribuição, você fechou, agora.

Vieram os outros encaminhamentos, e nós nos comprometemos de encaminhar para o relator do Estatuto do Índio todo o material que ora a Comissão recebe.

Boa contribuição, Bernardo.

SR. PAULO CELSO DE OLIVEIRA: Sr. Presidente, meu nome é Paulo Celso de Oliveira, eu faço parte do povo indígena Pankararu, Estado de Pernambuco. Eu sou advogado, em formação e, no momento, estou coordenando a CGDDI, que é a Coordenação-Geral de Defesa dos Direitos Indígenas.

Esse tema é um tema bastante preocupante, já tinha escutado diversas informações, embora não sistematizadas, enquanto advogado das organizações indígenas, e, em muitas dessas situações, lidando diretamente com familiares de pessoas indígenas que se encontram encarceradas.

Recordo de uma dessas situações, em que o indígena foi preso na véspera da Semana Santa, da

Sexta-Feira Santa, isso significa que, no mínimo, ele ficaria preso sexta, sábado e domingo, durante o recesso do Judiciário, e a mãe dessa pessoa chegou desesperada, no final da quinta-feira, em uma dessas organizações indígenas, atendendo a uma ligação de um celular, quando os outros presos diziam que iriam matar o filho dela se não recebessem dinheiro.

Então, são várias as situações, as famílias indígenas têm muitas preocupações quanto a essa questão e, ao meu modo de ver, é importante que tenha um esforço amplo dos diversos setores do poder público e dos diversos Poderes do Estado. E, por isso, eu parabeno, mais uma vez, o Legislativo por essa iniciativa.

Quero parabenizar, também, as instituições que organizaram o trabalho, em especial a Dra. Andréa, de fato é um trabalho com um rigor bastante científico, mesmo para quem é formado na área do direito, nós percebemos que há detalhes bastante técnicos para diferenciar os tipos de prisão, o andamento em que se encontra a forma de aplicação da pena, e que tudo isso deve ser levado em conta.

Eu recordava, aqui, uma das lições do professor Carlos Frederico Marés de Souza Filho, em que ele comentava a situação dos direitos indígenas no Brasil e ele conta que no Código Penal da década de 40 não foi mencionada a questão indígena no campo normativo, embora a parte da exposição de motivos tenha dito que não se tratava, ali, das questões indígenas porque o Brasil não podia mostrar que havia índios aqui. Era para mostrar que tinha um Código moderno, mas não podia se falar em indígenas.

Então, essa invisibilidade que a Dra. Deborah nos apresenta, menciona muito bem, ela tem todo o sentido, não é uma coisa por acaso, mas a própria legislação, enquanto elaborada, buscou omitir os povos indígenas.

Eu vou concluir e apenas gostaria de mencionar uma questão bastante específica em relação à criação de um laboratório de direitos indígenas por advogados indígenas. Teve uma reunião, recentemente, em Brasília e hoje existem cerca de 20 advogados indígenas formados, e esse grupo de pessoas se reuniu e decidiram pela criação de tal laboratório, para acompanhar a situação dos direitos indígenas no país. A FUNAI está em contato com esse laboratório, inclusive a partir da coordenação que eu estou atuando, e vamos incentivar a atuação dos profissionais indígenas. Eu sugiro, aqui, também, que o Congresso Nacional busque a participação desses indígenas e das comunidades em todo esse processo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Pelo que percebi, nós estamos

já na nona sugestão. Eu conversava, aqui, rapidamente também com a Mesa de nós realizarmos outra Audiência Pública, e a Dra. Deborah falava em, quem sabe, um seminário, para discutir exatamente esse material, e convidando, aí, sim, o representante do Judiciário; oficialmente, a FUNAI, aqui na mesa com a gente; oficialmente, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; o Ministro Tarso Genro ou o seu representante; e, também, o representante, por exemplo, dos advogados que representam esse laboratório que está discutindo a situação dos povos indígenas, porque, claro, as denúncias são da maior gravidade.

A gente recebe a denúncia, para nós é muito fácil dizer o seguinte: “Recebi e estou encaminhando para denunciar, sei lá, junto à ONU, junto à OIT”. Mas e daí? O problema continua o mesmo, e, nos cárceres, a situação da nossa gente continua exatamente sem nenhuma mudança.

Então, se vocês entenderem, eu caminho por aí. Eu sempre tenho dito e vou repetir aqui de novo: muita gente é discriminada neste país. Negros, a orientação sexual, mulheres, crianças, mas ninguém é tão discriminado quanto os povos indígenas. Eu tenho consciência disso e falo como Senador negro. Ninguém é tão discriminado. Inclusive para recebê-los aqui no Congresso Nacional, eu recebo com todo carinho, tem lá o Paulo André que está cuidando dessa área, é um jornalista, toda vez que tiver pessoal aí das lideranças, das entidades indígenas, sabem que nós fizemos isso com o maior carinho, mas sabemos que não é fácil. Não é só aqui no Congresso, como em todo o país, em todo o país.

Então, eu quero dizer que contem conosco, o espaço que a gente pode aqui assegurar para garantir a visibilidade e interagir junto à sociedade. Então, o que eu posso, por final, aqui, é assegurar essa outra Audiência Pública para debatermos o material que hoje aqui chegou, claro que os senhores estarão convidados para mais uma vez fazerem a exposição, estabelecermos um debate e, a partir daí, fazer com que o Executivo, naturalmente, aprofunde o debate e tome todas as medidas cabíveis e necessárias dentro das limitações que cada um de nós tem. E me comprometo, também, que esta Comissão é Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Toda vez que a comunidade indígena, como é o caso aqui em debate, tiver algum projeto que entenda que deve iniciar pelo Senado, não precisa sem procurar nenhum Senador e nem a mim, é só apresentar o projeto aqui em nome de uma entidade, um projeto relacionado à vida, enfim, à qualidade, à história e à dignidade dos povos indígenas que ele passa a tra-

mitar de forma imediata. Eu recebo, indico o relator, e o relator, então, vai dar o parecer, e esse parecer faz com que o projeto, de imediato, vá para o debate das Comissões; aprovado, ele vai em nome da Comissão de Direitos Humanos para o Senado da República.

Se alguma entidade entender que pode usar esse procedimento, é só consultar depois, aqui, a assessoria da Comissão para ver qual é o procedimento que deve ser feito.

Enfim, eu, agora, neste momento, antes de passar ainda para os companheiros de Brasília, eu vou assegurar, aqui, aos companheiros da Mesa, se assim entenderem, três ou cinco minutos para as suas considerações finais. Em seguida, vamos ver o vídeo e dar a palavra aos companheiros de Brasília.

SRA. ANDRÉA FLORES: Bom, respondendo a uma pergunta que foi feita, aqui, nós pretendemos fazer com que esse projeto, a partir de agora, tome o seu caminho mais importante, que é o da visibilidade, a visibilidade dos problemas que foram detectados e a tentativa de solução.

Eu só queria ressaltar, Dra. Deborah, que realmente eu acredito que as mudanças legislativas sejam muito morosas, e a gente não pode ficar no aguardo disso. Então, a primeira proposta que a gente faz, e está ali como recomendação, é justamente difundir o direito indígena, levando a todos, não só à população indígena, mas ao Judiciário, aos operadores do direito, o conhecimento daquilo que já existe.

Então, o que a gente quer, aqui, é justamente chegar ao Judiciário, à Defensoria Pública, ao Ministério Público, a todos os lugares onde se opera o direito e falar: “Olha, já existe”.

Se a gente conseguir, neste momento, fazer com que se aplique o que já existe, eu vou ficar extremamente satisfeita com o resultado, realmente, desse projeto. E, aí, um passo futuro é que aquilo possa vir mais detalhado na legislação infraconstitucional, porque, aí, realmente a gente vai conseguir dar uma maior visibilidade. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dr. Carlos, para as suas considerações finais.

SR. CARLOS MACEDO: Obrigado. Eu gostaria de apoiar também as considerações de Andréa, em relação à implementação dessas recomendações, e eu gostaria, também, de ressaltar que o CTI trabalha com a sua equipe no Mato Grosso do Sul, principalmente na questão fundiária, dos direitos fundiários dos povos daquele estado.

No contexto das recomendações da situação dos índios no Mato Grosso do Sul, evidentemente, uma interpretação é que é resultado da convivência pouco

tradicional que têm esses povos que estão confinados em terras muito pequenas.

Nós vamos conferir nos resultados, que não foram demonstrados, agora, nessa oportunidade, mas que neste relatório estão quais são as aldeias, as reservas indígenas que têm mais pessoas em prisões, mais índios detentos. Justamente, são aquelas aonde existe uma superpopulação de índios, aonde foram trazidos de outros lugares do estado e foram confinados nessa região.

Para aquelas pessoas que sabem como vivem os Caiovós e os Guaranis, que são os grupos étnicos mais atingidos por essa situação, a convivência em pouca terra é praticamente inconcebível por eles. Temos indicadores dessa situação não somente através dos detentos, através dos suicídios que existem nos jovens, aonde não conseguem projetar as suas vidas sem terra.

Nesse sentido, eu acho que a questão fundiária no Estado do Mato Grosso do Sul seria a principal questão a ser resolvida paralelamente à questão das mudanças legislativas e a regulamentação de outras leis que existem por aí e que não estão sendo aplicadas, além da situação objetiva de falta de condições da FUNAI, falta de condições dos órgãos públicos de implementar o que já foi aprovado.

Não adianta inventar novas histórias para que fique no papel. Eu acho que a questão fundiária no Mato Grosso do Sul é uma coisa emergencial e não pode esperar meses, não pode esperar anos, e é uma história, uma dívida do Estado brasileiro de mais de quinhentos anos com esses povos. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dra. Deborah.

SRA. DEBORAH DUPRAT: Bom, eu quero lhe dizer que eu acredito muito nas audiências promovidas pelo Senador Paim. A última que nós fizemos aqui foi sobre a Hidroelétrica de Estreito e, na semana seguinte, por um milagre, conseguimos parar a obra. O processo era o mesmo, os índios estavam invisíveis no processo, as outras populações também.

Então, eu insisto nessa idéia de uma nova Audiência, onde outras pessoas possam vir a se sentar nessa mesa, principalmente o Poder Judiciário, é importantíssimo que o Judiciário venha para esse debate; o Ministério da Justiça, com os seus órgãos de segurança, penitenciários, Conselhos, enfim, todos aqueles que possam ajudar a mudar esse quadro.

Quero parabenizar o trabalho, a qualidade do trabalho, esperar que o nosso também possa produzir resultados, e eu acredito que já produziu; essa pesquisa exploratória já revela muitas coisas, e queria pedir,

Paulinho, que os nomes e localizações dos advogados que compõem o observatório, nos fossem disponibilizados, porque eles eventualmente podem vir a ajudar nessas pesquisas. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dr. Cristhian, por favor.

SR. CRISTHIAN TEÓFILO DA SILVA: Bom, primeiramente, em nome da Associação Brasileira de Antropologia, eu gostaria de, em público, agradecer imensamente à Sexta Câmara, na pessoa da Dra. Deborah Duprat, por ter provocado a comunidade científica a se debruçar sobre um tema tão importante e urgente como a criminalização e a detenção de indígenas no Brasil. Agradecer, também, ao CTI e à Universidade Católica Dom Bosco pela felicidade do encontro e da iniciativa de realização tanto do Seminário no Mato Grosso do Sul como, agora, desta Audiência Pública e, finalmente, mas não por último, ao Senado Federal pela receptividade a esse tema que é absolutamente cheio de controvérsias, polêmicas e imprecisões com relação ao que realmente se passa no país como um todo. Então, de fato é uma questão de interesse de todo o país. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu, antes de passar a palavra para os companheiros de Brasília, eu queria rapidamente pegar o gancho, aqui, da Dra. Deborah. De fato as Audiências Públicas, como disse o Lula uma vez, é preciso ter sorte também, vai ver que a gente também tem sorte, porque, aqui, nós discutimos o fim do fator, e o fim do fator foi aprovado, está lá na Câmara; aqui discutimos a questão(F) dos aposentados, foi aprovada, está lá na Câmara; aqui nós discutimos o Estatuto do Idoso e, graças a Deus, já é lei; aqui nós discutimos uma situação muito complicada do Rio Grande do Sul, da Brigada Militar, do que estava acontecendo lá, naquele momento, aí fomos numa Audiência Pública para lá, e o Alto Comando caiu. Agora estamos incomodando com o Comando Atual. Só para registrar, mas caiu pelo menos, e as condições da própria Brigada foram melhoradas, como estamos lá discutindo a situação dos movimentos sociais. Eu falo isso porque eu fui numa diligência, agora, lá, para ouvir o outro lado.

No confronto, a Polícia Militar agrediu os movimentos sociais. Bom, eu tinha toda a autoridade. Como eu fui lá no momento em que a Brigada estava numa situação de penúria internamente, e, não tendo a mínima condição de operar, e 36 soldados foram mortos, eu estive lá, em nome da Comissão de Direitos Humanos.

Agora, quando se inverteu, e eles acamparam em frente da praça principal, em frente ao Palácio Piratini. Eu estive lá, mas agora eu fui, também, lá no momento ao contrário, e, com toda a autoridade, esperamos que a violência lá acontecida, a partir dessa nossa ida, efetivamente termine.

Aqui nesta Comissão nós debatemos política para o salário mínimo, aprovamos o salário mínimo conforme a inflação e mais o dobro do PIB; não passou o dobro do PIB, mas passou o PIB, e temos uma política permanente, agora, de salário mínimo para o país. Aqui nós discutimos e aprovamos o Estatuto da Igualdade Racial. Por isso que eu dizia que os mais discriminados são os povos indígenas. O Estatuto da Igualdade Racial aqui foi discutido, foi aprovado e está na Câmara. O Estatuto sobre Deficiência a mesma coisa; enfim, e tantas outras leis.

Agora, temos que lembrar, e me dirijo mais uma vez a você, que o Estatuto dos Povos Indígenas está em debate há mais de 20 anos; é o que tem mais resistência para ser aprovado no Congresso Nacional. Eu era Deputado, aqui, eu estou aqui há quase 30 anos; parece que tem cinco só parlamentares que entraram e não saíram para nada, eu sou um desses cinco. Eu entrei como Deputado e fui ficando, fui ficando, vim da Constituinte e estou agora no Senado. Mas isso eu percebo, a maior dificuldade, aqui, foi sempre para termos um debate claro, transparente, propositivo e que avançasse em relação ao Estatuto dos Povos Indígenas, que eu espero que comece a avançar.

Por isso, Dra. Deborah, na sua palavra, aí, que essa Comissão tem pé quente, eu espero que também a gente avance a partir do belíssimo trabalho aqui realizado.

Eu passaria, nesse momento, e vamos continuar todos aqui na linha da solidariedade para ouvir e assistir ao vídeo da situação que está acontecendo aqui em Brasília em relação ao povo indígena.

Com a palavra Auá-Mirim.

SR. AUÁ-MIRIM: Eu sou Auá-Mirim, da Associação Cultural Povos Indígenas, lá do Santuário Sagrado dos Pajés, junto com o professor Santiê Tapu(F) e a comunidade.

Agradeço o espaço colocado pelo Senador Paulo Paim, que havia nos prometido uma oportunidade de levar o problema da comunidade. Fico feliz por vocês falarem de sorte e peço e acredito que sorte terá também a comunidade indígena do Bananal.

Nós viemos aqui falar um pouco... Vocês falaram da questão dos detentos indígenas, e a gente poderia também falar de outro processo inverso, que é um processo, em virtude de um racismo institucionalizado, que torna as minorias invisíveis e que também criminaliza

essas minorias. Parece que hoje, atualmente, hoje, em junho, 26 de junho, ser índio em Brasília é crime.

Nós estamos assistindo a isso, um processo de perseguição pelos meios de comunicação, ignorando totalmente os direitos indígenas, não respeitando a sua cultura, não respeitando a sua identidade, passando por cima, não dando o mesmo espaço para apresentar a sua posição e numa situação, eu diria, de desespero, de pânico, pressionados pelo GDF, pela TERRACAP, pelas empresas imobiliárias, a tomar uma decisão sob pressão, uma espécie de tortura psicológica.

E ser índio e defender os Direitos Humanos, o que é mais importante ainda, em Brasília, parece ser sinônimo de criminoso. É assim que a imprensa vem tratando os índios e os não-índios, os estudantes que vêm apoiando a luta indígena da comunidade do Bananal. Então, era isso que eu queria falar, eu acho que o vídeo pode esclarecer um pouco.

E, só para finalizar, eu queria solicitar ao Senador Paulo Paim que olhasse de coração mesmo a situação do pessoal do Bananal e que pudesse nos ajudar, como o senhor disse mesmo, na defesa dos Direitos Humanos.

Essa invisibilidade, Brasília deixou os índios do Bananal invisíveis por quase 40 anos; só se tornaram visíveis, agora, porque são bodes expiatórios de um projeto imobiliário, atendendo à especulação imobiliária, em que os índios se tornam os principais entraves do progresso econômico da cidade, ocultando uma série de violações e irregularidades ambientais nos processos do IBAMA, e os indígenas acabam se tornando culpados por esse processo todo e colocando a cidade inteira contra os índios do Santuário Sagrado dos Pajés, que convivem ali há mais de 40 anos, uma convivência com várias etnias, que passam pela capital, ali ocupam tradicionalmente, mantêm a sua identidade como indígenas que são.

E, por Brasília ser a capital dos brasileiros, patrimônio cultural da humanidade, a cultura indígena também é um patrimônio cultural da humanidade e deve ser respeitada, e o que nós estamos vendo é uma violação desse direito. Eu passaria, agora, para vocês assistirem o vídeo.

[palmas]

[exibição de vídeo]

>> *Eu continuo lutando, defendendo o meio ambiente. Assim, o Distrito Federal tem que obedecer à Lei do Meio Ambiente, à Lei da Água; vai faltar no futuro água. Nós, índios, continuamos preservando o meio ambiente. Eu agradeço a todo mundo.*

>> *A história de Brasília é uma história assim vergonhosa, de assédio. Colocaram o lixão da cidade junto ao Parque Nacional de Brasília, ou seja, coloca-*

ram os excrementos da cidade logo ao lado do lugar onde você bebe água; quer dizer, isso qualquer povo veria que há uma imprudência profunda aí. Quer dizer, a cidade revela certa psicologia, no sentido de ocultar aquilo que desagrada, ela oculta. O lixo se tornou invisível como a água é invisível. Então, as pessoas abrem as torneiras e não sabem de onde vem a água.

>> E essa área, que é comum à área do Parque Ecológico Norte, aonde se insere a terra indígena Bananal, tem a função ecológica de alimentar uma área de recarga, insumos, para que essas nascentes, aqui, mantenham o seu regime hídrico e possibilitem essa qualidade do Lago Paranoá.

A ocupação proposta pela expansão urbana, ela desconsidera o comportamento desse aspecto, primeiro o entorno da unidade de conservação, que é o Parque Nacional, e, depois, ela desconsidera a existência de uma terra indígena, de ocupação tradicional, que historicamente existe desde quando existe Brasília. Seus aspectos fundiários de posse têm que ser levados em consideração também, porque aqui era uma fazenda, e, por fim, uma mudança de destinação de Parque Ecológico, com esses atributos da vegetação e das áreas de recarga, do solo, de cerrado, para uma expansão urbana que não leva em consideração absolutamente esses aspectos.

Isso significa que mais essa expansão urbana feita dessa forma coloca de novo o Lago Paranoá em risco. Antes, era parque e agora é área de expansão urbana, ele existe em função dessa preocupação, da preocupação de que se mantenha ao lado, no entorno do Parque Nacional, que é uma grande unidade de conservação, que traz para Brasília todos os efeitos positivos que a cidade tem com relação ao seu clima, com relação à manutenção da qualidade do Lago Paranoá, que é de uso intenso pela população do Distrito Federal, não só do plano-piloto, mas de todo o Distrito Federal, e tem os efeitos climáticos, que tanto o Parque Nacional como o lago possibilitam, e eles estão interligados pelo Córrego Bananal, ou seja, as nascentes do Córrego Bananal que alimentam o lago estão dentro do Parque Nacional, e parte dessa alimentação das nascentes é do Parque Ecológico Norte, tendo em vista que é lá uma área que sobrou da expansão urbana, no entorno do Parque Nacional, que ainda infiltra as chuvas, que infiltra as águas das chuvas para alimentar nascentes importantes do Bananal.

>> Quarenta mil pessoas naquela área. O Lago Paranoá já está com os níveis de fósforo comprometido. O sistema de abastecimento de água de Brasília está comprometido. A gente tinha que agradecer aos índios por acordar, por estar lá cuidando e falar: "Olha,

'stop', o seu papel de preservação ambiental; quer dizer, deveria ser exaltada a sua função. Não, a gente simplesmente tira os índios, eles ficaram esses 40 anos lá para agora os tratores irem e matarem, como vocês viram, aquela beleza que está lá, matarem aquilo que foi que permitiu eles lá.

>> Como o maquinário faz aí para acumular água de doença, Brasília está sofrendo de doença, malária, mosquito. Aí, índio põe denúncia, aí ele é ameaçado de morte.

>> Então, o que é que nós temos? Efetivamente, o Governo tem um arrazoadado sobre a eliminação do impacto que é absolutamente mentirosa. Ela mente porque não considera o regime freático, não considera o aquífero do Distrito Federal; ela mente porque não considera o real impacto que haverá no trânsito da cidade e na maneira como a cidade se organiza, que o plano-piloto original do Lúcio Costa era um plano linear, extremamente elegante, e, com esses acréscimos, vai engordando, vai se transformando numa Aparecida de Goiás, numa coisa descontrolada, num mosaico de loteamentos, e o setor noroeste é mais uma peça nessa desconstrução de Brasília. Ele não tem fundamento, ele agrava a situação ambiental da Bacia do Paranoá, que é muito delicada, que merecia o status de reserva ambiental e vai impactar tudo que nós conhecemos. Quer dizer, essas coisas elas são cumulativas. O setor noroeste sozinho, ele tem um impacto que deve ser somado ao impacto noroeste, que deve ser somado, naquela região, à maneira como se vêm assediando o Parque Nacional de Brasília.

>> Assim, o grande espírito é aquele que eu continuo com outros mais defendendo o meio ambiente, defendendo as almas dos rios e nascentes, porque tudo vem sobre o grande espírito. Amazonas também eu continuo lutando. Amazonas é território brasileiro. Continua índio aqui Brasília, Distrito Federal. Obrigada, saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, depois de ouvir e ver o vídeo, a gente não pode simplesmente encerrar essa Audiência Pública sem termos encaminhamento.

Eu aproveito, aqui, a presença do representante da FUNAI, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e creio que eu também e o IBAMA. Essa questão tem que ser analisada, vista, e nós apontarmos o caminho. Eu proporia, aqui, se me permitirem, eu não sei se vocês foram recebidos já pela FUNAI. Foram recebidos pela FUNAI? Qual é a posição da FUNAI, qual é a posição da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e qual é a posição do IBAMA? Eu acho que nós temos

que fazer dessa denúncia também um processo de encaminhamentos.

SR. ROBERTO ARAÚJO: Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SR. ROBERTO ARAÚJO: A Secretaria Especial de Direitos Humanos propõe uma Audiência Pública específica para o caso, convocando o Governo do Distrito Federal para se pronunciar a respeito da problemática.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, a FUNAI?

SR. ALOIZIO GUAPINDAIA: Sr. Presidente, a FUNAI tem acompanhado o caso, inclusive um dos nossos técnicos faz um relato ali naquele mapa que aparece; é técnico da FUNAI que está ali se pronunciando sobre a problemática. A FUNAI tem acompanhado, e também acho que a proposição do Roberto é pertinente: devemos convocar uma Audiência Pública para discutir essa temática, que, de fato, é muito séria, e a FUNAI sozinha não tem como resolver essa questão. Nós estamos acompanhando e dando o apoio necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, eu peço, aqui, à Secretaria Geral da Mesa que já tome todos os procedimentos para que na próxima Reunião da Comissão de Direitos Humanos a gente aprove dois requerimentos: um da Audiência Pública já acertada entre nós do primeiro debate, vamos discutir esse relatório, com a finalidade de resolver a situação dos indígenas que estão nos presídios ainda sem nenhum tipo, no meu entendimento, de tratamento adequado e de defesa adequada; e o segundo requerimento para discutirmos, especificamente, a questão de Brasília, convidando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, convidando o IBAMA, convidando a FUNAI e convidando o GDF, o IPHAN, o Ministério Público Federal, o Dr. Peterson.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um pouquinho que ele havia pedido a palavra, lá, eu assegurei a ele, em seguida eu passo a você. Por favor.

SR. MATEKIN: Pelo que se sabe, eu vi, eu não tenho certeza absoluta, eu gostaria que a Mesa encaminhasse direito para saber, que no Governo Roriz, ele afixou essa área da Reserva Bananal para o BIRD e tem um dinheiro, houve improbidade administrativa, inclusive ele está nessa improbidade, nesse aspecto todo, e é preciso ver se de fato isso procede.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu proporia o seguinte: como vai vir o represen-

tante do DF, nesse dia nós faremos o questionamento, e, como essa Audiência vai ser transmitida a todo o Brasil, já está feito o questionamento, e eu espero que no dia, aqui, eles respondam. Por favor.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O que o Matekin falou procede. O BNDES está com essas áreas hipotecadas e também mereceria estar na Audiência. E o IPHAN se colocou, falou que nunca houve indígena no Brasil. A invisibilidade ela é também cultural, assim, ela ignora que houve indígenas, rotas de fugas ancestrais, de modo que, nesse fim de semana, a gente vai fazer a jornada tribal de arqueologia, convidando vários pesquisadores arqueólogos que vão dar o seu parecer sobre o destino dessa área e desses artefatos que estão ali. Pelo IPHAN, é um crime mostrá-los, criminalizaram representantes da nossa Associação pelo fato de a gente estar levando isso aos órgãos, mas não se colocaram em relação ao fato do levantamento arqueológico. Bom, é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Então, eu acho que está encaminhado, faremos as duas Audiências Públicas, com o objetivo de que se resolvam as duas questões, nós queremos resoluções e encaminhamentos concretos. Então, a Mesa vai providenciar o convite às autoridades já listadas para as duas Audiências Públicas.

Então, com esse encaminhamento, eu agradeço à presença de todos, com um carinho especial aqui à Dra. Andréa, Dr. Carlos, Dra. Deborah, Dr. Cristhian e a todos vocês que participaram deste debate.

Queira Deus que, quando nós falamos aqui em sorte, que a energia do universo ajude a todos nós e que a nossa gente não fique nos presídios, e a terra dos povos indígenas seja consagrada. Muito obrigado, está encerrada a presente Audiência Pública.

[palmas]

Sessão encerrada às 17h36

ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA/CONJUNTA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA COM A 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E A 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 01 DE JULHO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 03, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia primeiro de julho de dois mil e oito, na sala nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência da CCJ, Senador (Marco

Maciel), reúnem-se conjuntamente a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Jarbas Vasconcelos, Valter Pereira, Inácio Arruda, César Borges, Magno Malta, Jayme Campos, Cristovam Buarque e das Senadoras Marina Silva, Ideli Salvatti e Lúcia Vânia**. O Senador Cícero Lucena justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. **Item Único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 38, de 2008-CDH, aprovado em 24/04/08, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, Senadora Patrícia Sabóya e Senador Paulo Paim, de realização de audiência pública conjunta com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (PL nº 04126, de 2004, na Câmara dos Deputados), que “Acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal”. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e faz suas considerações iniciais, explicando como serão conduzidos os trabalhos. Convoça os convidados a tomarem seus lugares à mesa para procederem suas explicações. Convidados que comparecem: Esther Arantes Integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia; Maria Luiza Moura Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); Fernando Lejdermani Presidente da Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul; Carmem Silveira de Oliveira Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH); José Antônio Daltoé Cezar Juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre/RS. Encerradas as falas dos Senhores Senadores e dos convidados, o Senhor Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada,

será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, EM CONJUNTO COM A 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E COM A 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 1º DE JULHO DE 2008, ÀS 14 HORAS E 25 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Havendo número legal e regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e com a 30ª Reunião de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa, como faço habitualmente, da dispensa da leitura da ata da reunião anterior. As senhoras senadoras e os senhores senadores que a aprovam queiram permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara 35/07, sobre depoimento sem dano. Os convidados são os seguintes: Dr. José Antonio Daltoé Cezar, juiz titular da 2ª Vara da infância e juventude de Porto Alegre/RS; Fernando Luiz Carvalho, representante da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; da Dra. Velela Dobke, promotora de Justiça, representante da Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul; do Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), a Dra. Maria Luiza Moura; e a Sra. Esther Arantes, integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

Eu, então, vou convidar os integrantes da referida Audiência Pública para que venham à Mesa, para que nós possamos começar a oitiva dos depoimentos. Nós temos uma limitação de tempo, em virtude de haver, hoje, reunião do Plenário de caráter deliberativo. E teremos que encerrar a reunião tão logo ocorra o início da Ordem do Dia.

Então, gostaria que os expositores pudessem ocupar o lugar à Mesa, para que nós possamos iniciar as nossas exposições.

Então, eu vou conceder, inicialmente, a palavra... Eu quero registrar a presença do nobre Senador Edu-

ardo Suplicy e quero dizer que há número regimental; 12 senhores senadores subscreveram, já, a pauta de presença, e vou começar colhendo o depoimento da Dra. Esther Arantes, integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

S.S.^a disporá de dez minutos para a sua exposição, podendo prorrogar caso haja necessidade de alguma colocação adicional.

Portanto, concedo a palavra à Dra. Esther Arantes.

SRA. ESTHER ARANTES: Muito obrigada. Boa tarde, senhoras e senhores, Presidente e demais presentes.

Estamos aqui para um debate difícil, porque o que vamos aqui discutir são diferentes entendimentos do que seja a proteção integral à criança e ao adolescente.

É um debate difícil não apenas pela importância e complexidade do tema, como também pelo respeito e admiração que temos por todos aqueles que não pensam como nós.

Não estamos aqui combatendo inimigos, mas divergindo, democraticamente, de companheiros, pessoas que, como nós, estão igualmente interessadas e comprometidas com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi o resultado de ampla mobilização de setores da sociedade em prol dos direitos da criança e do adolescente.

Posto essas considerações iniciais, passemos ao que está estabelecido na Legislação nacional sobre a proteção integral. Tal proteção encontra-se claramente formulada no estatuto, sendo que seu art. 1º diz exatamente isto: *“Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”*.

Podemos dizer que a proteção integral de que trata o estatuto se organiza em torno de três fundamentos ou princípios básicos, sem os quais não existe tal proteção integral: 1) crianças e adolescentes são sujeitos de direitos; 2) pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; 3) prioridade absoluta.

É condição para a proteção integral que esses três princípios venham juntos e nunca separados ou em oposição. Portanto, não se deve opor, por exemplo, proteção especial e responsabilização, no caso do adolescente autor de ato infracional, bem como não se deve opor sujeito de direitos e pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, particularmente em situações de vulnerabilidade, quando, mais do que nunca, esses dois princípios devem vir juntos, como nos ensina Wanderlino Nogueira Neto.

Esse é o desafio imposto para todos nós: o de entendermos o caráter ético, jurídico, político e social

do Estatuto da Criança e do Adolescente. O estatuto assegura à criança e ao adolescente a condição de sujeito de direitos, retirando-os da condição de objeto, que por muito tempo lhes foi imposta. No entanto, em nenhum momento o estatuto abole a diferença entre crianças e adultos. Ao contrário, em seu art. 2º, o estatuto distingue, inclusive, a criança e do adolescente, considerando criança a pessoa até 12 anos de idade incompleta e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.

Estas não são distinções burocráticas; elas produzem efeito. Não fosse assim, não seriam penalmente inimputáveis os menores de 18 anos sujeitos às normas da Legislação especial, conforme dispõe o art. 228 da Constituição Federal. Não fosse assim, a Legislação também não imporá restrições ao acesso de crianças e adolescentes a determinadas situações reservadas apenas ao adulto.

Não se trata, evidentemente, de infantilizar as crianças e os adolescentes, de reduzi-los à condição de objeto, numa retomada do chamado “menorismo”. Trata-se apenas de assegurar, ao mesmo tempo e no mesmo movimento, a condição da criança e do adolescente como sujeito de direitos, pessoa em desenvolvimento e prioridade absoluta.

Isto posto sobre a proteção integral, passemos ao PL. Se aprovado, o PL significará o acréscimo de toda uma Sessão VIII ao Título VI do Capítulo III do estatuto, alterando, também, o Código de Processo Penal.

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova nas situações que envolverem crianças e/ou adolescentes vítimas e testemunhas de crimes.

Não consideramos este um acréscimo menor, uma vez que, em lugar algum, o estatuto menciona que crianças e adolescentes devam ser inquiridos judicialmente para a produção antecipada de prova, seja como vítima ou testemunha.

No Capítulo VI, relativo ao acesso à Justiça, o art. 142 do estatuto diz que os menores de 16 anos serão representados, e os maiores de 16 e menores de 21 anos, assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da Legislação civil ou processual.

O Parágrafo Único diz que autoridade judiciária dará curador especial à criança ou adolescente sempre que os interesses destes colidirem com os de seus pais ou responsáveis ou quando carecer de representação ou assistência legal, ainda que eventual.

Portanto, entendemos que o PL não trata da regulamentação de matéria existente no estatuto, mas sim acrescenta matéria nova, qual seja: a inquirição judicial de crianças e adolescentes, vítima ou testemunha, para a produção antecipada de prova.

Além do mais, tal procedimento previsto quando se tratar de crimes contra a dignidade sexual poderá também ser utilizado para apuração de crimes de natureza diversa, de acordo com o PL.

Curiosamente, o procedimento de inquirição denominado “depoimento sem dano” não é previsto para o único caso em que o estatuto menciona uma situação que o permitiria. Trata-se do Capítulo III relativo às garantias processuais, onde se lê: art. 110: “*Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal*”; art. 111: “São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias: pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional; igualdade na relação processual; direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente; direito de solicitar a presença de seus pais ou responsáveis em qualquer fase do procedimento”. Isto porque o adolescente está, aqui, nesse caso, sendo acusado de ato infracional, então, ele tem como garantias esse contraditório processo.

Assim, antes de decidirmos sobre a técnica ou o modo da inquirição, devemos, primeiro, decidir se o direito da criança de se expressar e de ser ouvida, tal como está no estatuto, significa o mesmo que ser inquirida judicialmente como vítima ou testemunha para a produção de prova antecipada, podendo tal prova se voltar, inclusive, contra seus pais e familiares.

Perguntamos: estaria o PL equiparando o direito de ser ouvido à obrigação de testemunhar? Estaria a criança obrigada a depor? Os pais podem se opor e não permitir que seus filhos testemunhem? Poderão se recusar a falar? Assumem crianças e adolescentes na condição de testemunho o compromisso de dizer somente a verdade? Tem a criança pequena condição de entendimento do contexto no qual se encontra? Entende as consequências de seu depoimento? Podem crianças e adolescentes serem colocados na situação de depor contra os seus pais?

São neste mesmo sentido os questionamentos feitos pela procuradora de Justiça Maria Regina Fay de Azambuja, especialista em violência doméstica pela USP, para quem: expressar as próprias opiniões, como menciona o documento internacional, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança, tem sentido diverso de exigir da criança, em face de sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, em juízo ou fora dele, o relato de situações extremamente traumáticas e devastadoras ao seu aparelho psíquico.

Segundo ela, não há que confundir a hipótese inovadora do art. 28, § 1º do estatuto, com a oitiva coagente da criança. Nesses casos, a oitiva visa, essencialmente, à produção de prova da autoria e ma-

terialidade, recaindo na criança uma responsabilidade para a qual não se encontra preparada.

Entendemos que, com esta metodologia de inquirição, busca o PL, principalmente, responsabilizar o agressor, não deixando impunes os crimes contra crianças [soa a campainha] e adolescentes nas situações em que não existam terceiros adultos como testemunhas ou quando não acham indícios materiais revelados pela perícia médica.

No entanto, ressalvadas as boas intenções de seus proponentes, é legítimo perguntar se, para reparar um dano, podemos causar outro dano.

Alega-se injustamente que a filmagem do depoimento da criança evitaria que ela repetisse inúmeras vezes a sua história, o que poderia causar-lhe um dano secundário. É ilusório acreditar que a filmagem do depoimento por si elimina o dano que existe numa tal situação, tornando-se inevitável perguntar o que vem a ser um dano, pois essa pergunta antecede a análise desse dispositivo inventado justamente para proteger a criança de possíveis danos.

Quanto a esse aspecto, o Conselho Federal de Psicologia e sua Comissão Nacional de Direitos Humanos vêm há muito demonstrando suas preocupações em relação a esse dispositivo, tanto nos aspectos relativos ao exercício da profissão de psicólogo quanto em relação aos Direitos Humanos de crianças e adolescentes.

Sobre o que seja um dano, pondera o Conselho Federal de Psicologia que, em resposta a uma situação traumática, inúmeros sintomas podem se colocar no universo infantil, dentre eles, o silêncio. Se a criança se cala, é preciso respeitar o seu silêncio, pois é sinal de que ainda não tem como falar sobre isso.

Todos os esforços, no entanto, devem ser feitos pelos psicólogos para que este tempo de falar para elaborar se apresente no universo infantil, e, mesmo depois dessa elaboração, é preciso que a criança tenha o direito de decidir se quer continuar falando sobre o fato na Justiça, na escola ou mesmo, se for o caso, na terapia.

Nós psicólogos devemos caminhar junto à criança, seguindo as alternativas de suas possibilidades, para que o tecido subjetivo não se esgarce, já que se encontra bastante fragilizado, agindo como facilitadores para que a criança possa dar sentido à experiência traumática e, conseqüentemente, utilizar a fala como modo de expressar verbalmente tais sentidos.

Contudo, se a criança apresentar as condições psíquicas de falar sobre a experiência traumática, em situação de abuso, é importante perguntar-lhe se ela deseja falar, se deseja dar o seu depoimento sobre o fato perante o juiz. Se a criança ou o adolescente

apresenta a condição e o desejo de falar, poderá falar diretamente ao juiz, pois decidiu por estar diante dele para falar sobre o fato, tendo uma história para lhe contar.

Assim, diante dessas ponderações, causa-nos incômodo e apreensão que o PL sequer mencione uma idade mínima para que a inquirição possa acontecer, como também não menciona como será feita a segurança dessas gravações para que não venham a cair em mãos inescrupulosas e ser, por exemplo, divulgadas na internet. Também não limita a inquirição de crianças e adolescentes aos casos em que o depoimento da vítima seja a única prova possível de ser produzida, não descartando, inclusive, a possibilidade de reinquirição.

De acordo com o PL, a inquirição judicial de criança, na forma prevista, tem o objetivo de evitar que uma perda de memória dos fatos prejudique a apuração da verdade real. No entanto, cabe também perguntar o que vem a ser a verdade real, principalmente, quando contrastada com a subjetividade da criança e do adolescente.

Em nome dessa verdade real ou dessa “verdade verdadeira”, o PL propõe que a inquirição da criança ou do adolescente seja feita em recinto especialmente projetado para tal finalidade, contendo equipamentos próprios à idade do depoente.

No entanto, gostaríamos de perguntar se a utilização de tais equipamentos, como brinquedos, fantoches, bonecos, não se constituiriam, antes, em técnicas da extração da verdade, sem que a verdade se dê conta de que está sendo inquirida.

Sobre isso, consideramos pertinente o que diz a professora de Direito, Clélia Aleixo, quando pergunta se tal dispositivo, na medida em que esconde o juiz, o promotor, o advogado e, eventualmente, o réu, os quais estariam na sala de audiência, não induziria a criança a acreditar que está em companhia apenas de uma pessoa de sua confiança, nada modificando essa situação dizer à criança que o juiz e demais pessoas encontram-se na sala ao lado.

Não seria a técnica do depoimento sem dano – pergunta a professora – uma forma de enganar o depoente, buscando angariar sua confiança no sentido de que ele revele o ocorrido e assim produza a prova judicial, ainda que mal compreenda o contexto em que se encontra e as consequências de sua fala? Não feriria tal procedimento o princípio da dignidade, do respeito à criança e ao adolescente, submetendo-os a uma teatralogia que subverte o próprio papel do psicólogo e de sua intervenção?

Ainda de acordo com as considerações da professora, em nome da verdade real, o PL autoriza o juiz a

determinar de ofício à produção de prova, antes mesmo da existência do processo penal. Permite-se ao juiz que atue com parte na produção da prova, recolhendo material que vai constituir o seu convencimento, o que compromete de maneira irreparável a sua imparcialidade no julgamento da causa.

Neste sentido, tanto a impunidade do agressor quanto a busca de responsabilização a qualquer custo devem ser evitados, remetendo-nos à necessidade de primeiro avaliar a quê se deve tão altos índices de condenação nessa modalidade de inquirição tecnológica, em comparação com a modalidade tradicional, antes de propormos o depoimento sem dano como lei para todo o Brasil.

Segundo a psicóloga e professora da UERJ, Leila Brito, o fato de técnicas semelhantes existirem em outros países não significa que tenha havido consenso para a sua implementação.

Na Argentina, por exemplo, a alteração do Código de Processo Penal para que os depoimentos de criança e de adolescente fossem possíveis suscitou árdua polêmica entre os profissionais; da mesma forma na África do Sul e na França.

Para finalizar, permitam-nos a referência a um exemplo tomado de uma situação trágica acontecida recentemente no Brasil: o da menina Isabella, que teria sido morta, de acordo com as investigações até agora realizadas, pelo próprio pai e madrasta, na presença de dois irmãos pequenos, um de 11 meses e outro de três anos de idade. Alguém teria ouvido a voz de uma criança, possivelmente esse irmão de três anos, dizer algo mais ou menos assim: “Pára! Pára! Pai! Pai!”.

A morte da menina Isabella tem sido noticiada exaustivamente pela mídia escrita e televisiva, diga-se que, algumas vezes, de maneira sensacionalista, criando pânico nas crianças; muitas, agora, amedrontadas por terem que conviver com o pai e a madrasta. O sentimento de desproteção que tomou conta das crianças pequenas brasileiras deve nos preocupar e nos fazer pensar.

Também se aventa, de vez em quando, a hipótese de ouvir essa criança de três anos como testemunha, ainda mais agora, quando veio a público a fala de uma pessoa que teria conversado com a criança logo após a morte de Isabella. Essa pessoa teria se perguntado se havia mais alguma pessoa no apartamento, ao que a criança teria respondido que não. À outra pergunta sobre o que teria acontecido naquela noite com a irmã, o menino apenas soluçou.

Este caso doloroso talvez possa nos ensinar algumas lições. Acreditamos que, se o PL já tivesse sido aprovado, não haveria impedimento legal para que essa criança de três anos fosse ouvida como testemunha.

Não há, no PL, menção alguma à faixa etária ou idade mínima em que crianças e adolescentes podem ser inquiridos como testemunhas. O PL também não se limita aos casos de abuso sexual, desde que autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes, assim o determine, conforme já mencionado.

Esta criança de três anos não apenas perdeu a sua irmã pela morte, como foi retirada do convívio de seus pais, dado que estes se encontraram presos, foi retirada de sua casa, de seu quarto, de seus brinquedos e, também, salvo engano, da escolinha que freqüentava e, conseqüentemente, do convívio com seus coleguinhas.

Se é verdade que essa criança encontrava-se presente na cena do crime, por que nos opomos a que ela seja constituída como testemunha? Não vamos responder, apenas perguntar, já que a pergunta é também dirigida a nós. Em que mundo queremos viver? Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Concedo, agora, a palavra à Dra. Maria Luiza Moura, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Com a palavra a Dra. Maria Luiza Moura.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): É, nós tivemos... A secretaria da Comissão pode tirar cópia das palavras da Dra. Esther Arantes. Vou recomendar à secretária que providencie as cópias.

SRA. MARIA LUIZA MOURA: Obrigada, Sr. Presidente Senador Marco Maciel, pelo chamado. E cumprimento, na vossa pessoa, todos os componentes desta Mesa, nesta importante Audiência, e estendo o meu "boa tarde" a todos os presentes, Senadora Marina e os senadores que aqui também nos apóiam nessa importante audiência.

Inicialmente, agradeço, em nome do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o convite para participar desta Audiência Pública que se realiza por meio da reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a Comissão de Assuntos Sociais e com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cujo objetivo é instruir o Projeto de Lei nº. 35/07, PL 4.126/04, na origem, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de crianças e produção antecipada de prova, quando se trata de delitos tipificados no Código Penal, com vítima ou testemunha crianças e adolescentes, e acrescenta o art. 469-A ao Código de Processo Penal,

de autoria da Comissão Parlamentar Mista de exploração sexual, no momento, sob exame da CCJ, conforme Requerimento nº 12/07 da CCJ e termo aditivo de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Arthur Virgílio, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo.

Gostaria de, nessa oportunidade, manifestar o nosso reconhecimento especial ao trabalho desenvolvido pela Senadora Lúcia Vânia, do PSDB-GO, por sua postura firme em favor da garantia dos Direitos Humanos da população infanto-juvenil, marca de sua atuação política, bem como dos demais integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Chegou na hora, Senadora. Participativa, em que se empenham em pautar as demais relevantes temáticas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SRA. MARIA LUIZA MOURA: ...Referentes à infância e adolescência brasileira, de forma permanente e atual; esforço que se soma à luta do CONANDA e nos traz, aqui, a este relevante debate.

Cumprimento, também, de forma especial, a Senadora que pertence ao Estado de origem meu, que é Goiás [risos] e que tem sido parceira em temas extremamente delicados que a população infanto-juvenil enfrenta nesse país, haja vista a própria redução da maioridade penal.

Destaco que, em 2008, ano em que comemoramos 70 anos de declaração de Direitos Humanos, 20 anos de Constituição Federal e também de celebração do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, que, há exatamente 18 anos e daqui a 13 dias, completará quase duas décadas de conquista pelos Direitos Humanos de crianças e adolescentes.

Eu diria que o estatuto nos leva a uma importante reflexão, pois estamos falando sobre uma das mais importantes conquistas da sociedade brasileira, justo pelos avanços significativos da pauta de reivindicações políticas e da implementação das políticas sociais em torno dos Direitos Humanos no país.

A partir da ênfase social nos direitos, tem-se, no estatuto, um divisor de águas, cujo marco jurídico e social traduz o reconhecimento da criança e do adolescente em sua condição de ser humano e sujeito social, portanto, possuidores de direitos e deveres próprios, previstos em diversos instrumentos internacionais e na Legislação brasileira, que enfatiza a condição dessa população como titulares de direito, como sujeitos concretos.

Nesse contexto, o Estatuto da Criança e Adolescente inaugurou o novo paradigma ético, político e jurídico na sociedade brasileira, pois colocou os direitos da população infanto-juvenil inscritos na agenda contemporânea dos Direitos Humanos, haja vista essa nossa audiência de hoje.

Essa construção revolucionária foi resultado de um longo processo de mobilização social que promoveu transformações profundas, principalmente na concepção da criança do que é ser criança e adolescente: como seres humanos em desenvolvimento, reafirmando sua condição peculiar que lhes assegura proteção especial, integral e especial.

Crianças e adolescentes, pela sua condição de seres humanos e sujeitos sociais, possuem direitos e deveres próprios. Esses todos – como já havíamos dito – inscritos nesses vários instrumentos legais.

No plano internacional, ressaltamos a Convenção sobre Direitos da Criança e do Adolescente, aprovada pela ONU em 1989 e em vigência no Brasil desde 90, que conclama os direitos nacionais, os Estados nacionais, desculpe, a proteger a criança de todas as formas de violação de direitos.

No Brasil, a Constituição Federal, em seu art. 227, é clara ao conceder às crianças e adolescentes absoluta prioridade, exigindo, para tanto, uma lei específica que regulamentasse. Esta lei é o estatuto, aprovado em 13 de julho de 90, que passou a exigir direito à vida, à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária, lazer, profissionalização, liberdade, integridade, etc.

No corpo da lei, encontra-se incorporada a responsabilidade compartilhada, ao afirmar: “É dever de todos, Estado, família e sociedade, em livrar e proteger a criança e o adolescente de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

A complexidade das relações que envolvem a violação de direitos de crianças e adolescentes exige que o sistema de garantias de direitos da crianças e do adolescente funcione em sintonia com o conjunto com a sociedade no estabelecimento de interlocuções flexíveis e criativas. Sendo, assim, ele não é algo isolado da realidade, mas se encontra profundamente inserido em um macrocontexto.

Esse movimento foi responsável também pela concepção do desenho do sistema de garantia do direito, demarcou princípios básicos que orientam o atendimento para a municipalização, a participação direta da sociedade e a criação dos conselhos de direitos de composição paritária, envolvendo o Estado e a sociedade civil.

Nessa perspectiva, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) é o órgão do Estado brasileiro de caráter deliberativo e controlador das ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, incumbindo-se, assim, de zelar pela efetivação das políticas sociais públicas destinadas à criança e ao adolescente.

O CONANDA congrega importantes 14 Ministérios como titulares e 14 suplentes e também 14 entidades na condição de titulares e 14 outros suplentes, representando a sociedade civil e os movimentos sociais, que se reúnem, permanentemente, em esforços pela luta da cidadania de crianças e adolescentes; nossa prioridade absoluta.

O Relatório Mundial sobre Violência contra Criança e Adolescente, da Organização das Nações Unidas, mostrou que, entre janeiro de 2003 e novembro de 2004, foram registrados 70.568 denúncias de violência contra crianças. Dessas, 55.578 agressões apresentaram envolvimento familiares. Em 81,3%, os pais são identificados como os autores das agressões.

Os dados apresentados pelo relatório foram registrados pelos “disque denúncia”, um serviço da Secretaria Especial de Direitos Humanos que recebe denúncias sobre agressões contra crianças e adolescentes.

Em média, segundo dados da secretaria, 93 ligações dão relatos de maus-tratos e agressões, por dia, dão relatos de agressões, maus-tratos e espancamentos são recebidos. Crianças são as principais vítimas de violência no país; crianças e adolescentes. Ao lançar luz sobre essa temática da escuta ou do que está em questão, do PL, do depoimento sem dano, em processos judiciais, o CONANDA dá seqüência ao movimento permanente de luta por Direitos Humanos, aqui, materializado no enfrentamento [soa a campanha] de uma realidade que convoca e recoloca todos os profissionais, frente a frente, com o compromisso ético, político e social com milhões de crianças e adolescentes brasileiras que, infelizmente, cotidianamente, vivem tais violações.

Participar dessa audiência consiste-se em uma forma de contribuir com a produção de conhecimento que amplie e aprofunde e qualifique a compreensão e atuação dos gestores, dos conselheiros e profissionais que lidam com a problemática da violação de Direitos Humanos nessa faixa etária, nessas faixas etárias.

Vários documentos retratam a magnitude e o impacto da violência contra a criança, mostram claramente que ela representa um problema global, sério, e de grandes proporções. Tais situações ocorrem em todos os países do mundo, sob diferentes formas, em diferentes situações. Encontram-se marcadas e assimiladas nas práticas culturais, econômicas e sociais.

Ao entender as múltiplas faces implicadas nas situações de violência sexual em que são submetidas crianças e adolescentes, enquanto questão social, cultural, econômica e política, abrem-se possibilidades para a revisão de concepções, muitas vezes cristalizadas ou intocáveis, bem como para a possibilidade de construir propostas e alternativas concretas para enfrentar e prevenir tais violações.

Compreender que a violência cometida contra a criança e o adolescente é um fenômeno complexo deve ser objeto de um trabalho coletivo, contemplando suas diversas dimensões, cuja abordagem, em decorrência disso, deve ser sempre multiprofissional e interdisciplinar. Por isso, a necessidade de diversas áreas do conhecimento na apreensão e compreensão das relações, favorecendo a leitura da realidade a partir de vários olhares, traduzidas no conjunto das ações interventivas, evitando a fragmentação e possibilitando a real intervenção com os diversos campos do saber.

Discutir esse tema, então, supõe situar a criança e o adolescente em um mundo real, em que os mesmo comparecem como sujeitos concretos, portanto, históricos e sociais. Dentre as denúncias registradas, as mais frequentes são relativa à violência doméstica, situações reveladoras de uma ocorrência no mundo intrafamiliar.

Diante desse contexto, vale refletir sobre a situação que as famílias também se encontram, por isso o CONANDA, em dezembro de 2006, aprovou um Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, justo na perspectiva de olharmos para as relações familiares e garantir, aí, o direito da criança à convivência familiar e comunitária.

Diante dessas considerações iniciais, conclui-se que a violência é um problema muito sério e grave, é uma realidade a se enfrentar. Fica, também, demarcado que a violência possui historicidade, não é algo natural e nem é uma fatalidade. Portanto, trata-se de uma situação que atravessa fronteiras geográficas, raciais, de classe, de religião e cultura. Ela ocorre na humanidade.

Em relação à temática da violência contra a criança e o adolescente, sexual, o CONANDA aprovou o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, cujo objetivo prima pelo estabelecimento de ações articuladas entre Governo e sociedade civil, que permita a intervenção técnica, política e financeira para o enfrentamento de tal situação.

Penetrar nesse universo trouxe à tona grandes desafios. Vale salientar que o CONANDA, ao se fazer presente nesse debate, se inscreve em valiosas reflexões da vida pública, numa pauta reveladora de

questões nacionais. Tal movimento desparticulariza e desmistifica temas relevantes, como este que nos une nesta tarde e que possibilita-nos aprofundar a importância do mesmo e construir interlocuções com as políticas públicas e sociais, na perspectiva da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

O CONANDA, nessa perspectiva, ele tem uma posição de aprofundar nesse debate. Nós ainda não colocamos como pauta a questão da escuta de crianças nesses processos, crianças que vivem em situação. Então, em nossa última plenária, nós definimos e deliberamos que vamos colocar em pauta essa temática, até para nos aprofundarmos, nos colocarmos, como nos demonstra essa nossa atitude, aqui, de ampliar-mos o debate para, assim, reunir mais elementos para essa temática de tamanha complexidade, que é o ato de inquirir ou de escutar crianças nesses processos.

O CONANDA avalia que, pela complexidade e as especificidades decorrentes das situações que envolvem escuta de criança, aqui destacada pelo método do depoimento sem dano, exigem dos conselheiros e conselheiras a proposta de ampliação do debate na direção da construção de diálogo com diversas áreas do conhecimento e com os operadores do sistema de garantia. Para esse fim, chama atenção de diferentes profissões que não podemos mais abordar o problema isoladamente e de maneira estanque.

Para a concretização dessa tarefa, o CONANDA toma como referência a matriz desta Audiência Pública, que parte de uma reunião conjunta para debater este tema. Nesse sentido, sugerimos que o debate que aqui se inicia, no formato público, também se estenda envolvendo demais operadores do sistema: conselhos estaduais, municipais, tutelares, fóruns estaduais e nacionais, órgão do poder jurídico, da área jurídica, do Ministério Público, Defensoria Pública, delegacias especializadas e demais parceiros, pois tal movimento de interlocução abre possibilidades para as diversas áreas do saber e experiências em curso nos favorecem uma leitura da realidade mais rica, pois, ao reunir vários conhecimentos, amplia-se a visão do todo, evitando a fragmentação da realidade.

O desenho dessa proposta revela-se importante por seu objetivo, que possibilita ser capilar o suficiente para capacidade de acionar os parceiros. A complexidade das relações que envolvem a violação de direitos de crianças e adolescentes exige que o sistema funcione em sintonia com o conjunto da sociedade, no estabelecimento de interconexões flexíveis e criativas.

Nessa direção, são compreensíveis os desafios postos nesse processo de construção dialética de um serviço de enfrentamento à violência, ao abuso, à exploração e às demais formas de violência, tendo como

base a interdisciplinaridade nas perspectivas de atuação em rede, que, muitas vezes, assim se assentam em bases por vezes idealizadas e metafóricas.

Por fim, é relevante saber que, em relação à proteção integral, tem-se um caminho importante a fazer, que, sobretudo, exige reconhecimento de Direitos Humanos de criança e adolescente, em sua dimensão política e na conquista diária da construção da humanidade, da cidadania por essa população específica; processo este bem recente em nossa realidade social.

Portanto, o CONANDA se propõe a ampliar o debate. Ele já se manifestou uma vez publicamente no caso já citado pela psicóloga Esther, quanto ao depoimento do irmão de Isabella Nardoni, onde publicamente o CONANDA se manifestou contrário à acolhida de depoimento daquela criança, porque ela tem três anos, mas ela, vivendo na idade nossa, que compomos essa Mesa, ela vai, realmente, carregar muitos conflitos. Então, a gente coloca que estamos diante de um tema de extrema delicadeza que envolve como vamos conjugar e construir uma forma de ouvir crianças, uma metodologia de ouvir crianças, já tem um em curso, que é o depoimento sem dano, mas outros mais.

Quais são as formas de depoimento que têm a ver, que têm consonância com o nosso sistema de garantias de direito, com a proteção integral? Porque o Brasil é o único nesse processo; o Estatuto de Criança e do Adolescente dá lição ao mundo. Então, assim, como construir esse diálogo e afirmar essas relações nessa direção?

Então, são essas as palavras que eu trago do colegiado do CONANDA, em que o nosso pedido a essa CCJ é de que ampliemos o debate e criemos essa publicidade para os vários parceiros que compõem a questão de criança e adolescente no Brasil.

Assim encerro e agradeço a atenção de todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agradeço às palavras da Dra. Maria Luiza Moura, Presidente do Congresso Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e concedo, a seguir, a palavra à Dra. Vele da Dobke, que é promotora de Justiça e que representa o Presidente da sociedade de psiquiatria do Rio Grande do Sul, o Dr. Fernando Lejdermani.

Concedo, então, a palavra a S.S.^a para que possa fazer sua manifestação.

SRA. VELEDA DOBKE: Exm^o Sr. Senador Marco Maciel, no momento em que o cumprimento, cumprimento a todos os colegas que compõem a Mesa e os demais presentes. Peço a V.Ex.^a, Presidente, autorização para ser informal.

Sou promotora de Justiça há 24 anos e estou em vésperas de me aposentar. E, hoje, certamente é um dos dias mais felizes da minha vida profissional, porque aqui estou reunida com pessoas que querem debater uma das maiores preocupações que tive ao longo da minha vida profissional: a inquirição das crianças em juízo.

Como nós, operadores do Direito, ouvimos a criança? Como nós, com nossa capacitação técnico-jurídica, somos capazes de realizar esse ato processual?

Em 93, quando passava por uma comarca do interior, me deparei com a atuação, em processo de abuso sexual intrafamiliar, onde eu e o juiz com quem trabalhava tivemos que atuar e ouvir a adolescente que ali estava para depor.

Muitas questões, muitos episódios aconteceram naquela audiência que nem eu, nem o juiz de Direito entendíamos bem por que é que aquilo acontecia. Movida nesta ânsia de saber o que existia naquela dinâmica que nós do Direito não tínhamos capacitação para entender perfeitamente e para atuar adequadamente naquele ato, me dispus a estudar, desde então, o abuso sexual intrafamiliar, mais especificamente, a inquirição das crianças em juízo.

Para falar em inquirição de criança em juízo, nós precisamos lembrar de dois grandes objetivos que nós, operadores do Direito, temos no processo. E os dois objetivos são: primeiro, primeiríssimo lugar, não causar dano à criança; e, em segundo lugar, não podemos esquecer nunca, é o de produzir prova naquele processo. Porque nenhum abusador, nenhum acusado será responsabilizado em processo algum se não houver prova segura do cometimento daquele fato.

Não podemos esquecer, também, de outro princípio constitucional, que é o princípio do *"in dubio pro reo"*; o princípio que nos diz que, com qualquer dúvida, o réu será absolvido.

Nos crimes sexuais, nos crimes contra a liberdade sexual, muitas vezes, na maioria das vezes, não há vestígios e não há testemunhas. Por quanto estes delitos ocorrem sempre na clandestinidade. E, nestes processos, então, a palavra da vítima assume uma importância imensa, porque é, com base neste depoimento, é com base na escuta da criança que nós iremos responsabilizar aquele que ofendeu o seu direito.

Após feito o estudo, então, no 2º Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre, o Dr. Daltoé Cezar, sensível a esta questão e a esta preocupação, idealizou, então, uma nova metodologia de ouvir as crianças. Esta metodologia ficou conhecida como depoimento sem dano. Nome e conceito com o qual não concordamos e pensamos que melhor seria conceituá-lo como "redução de danos". Mas, por outro

lado, sabemos, também, que conceituar não é o mais importante, o que importa são as mudanças no comportamento profissional.

Uma das críticas que se faz a esta nova metodologia é de que seria uma metodologia de extração da verdade, de que a criança seria responsabilizada e obrigada a depor. Esta argumentação não é verdadeira, porque a criança é consultada e acolhida previamente por técnicas, para saber se ela deseja e pode ser ouvida naquele momento.

A culpabilização que a criança sente, o sentir-se culpada por estar condenando pai ou parente deve ser pensado, penso, de outra maneira; a questão de proteger essa criança, de modo a que ela pense que não é ela a responsável, que não é ela que está sendo a responsável pela condenação, mas sim aquele que ofendeu o seu direito.

Deixar de condenar um abusador ou de alguém que ofende um direito seu por conta de não querer fazer com que ela se sinta culpada não nos parece bom. Bom será que ela seja protegida psicologicamente para que entenda que ela está ali por conta de garantir um direito seu e ver aquele que ofendeu seja condenado e tenha a sua punição.

O depoimento sem dano, como ficou conhecido, então, ele não ignora, em hipótese alguma, a vontade da criança. Não a obriga a depor. Ao contrário, como já disse, deixa os profissionais que estão capacitados para ver se ela pode ou não depor em juízo. Se ela não puder, então, outra audiência será determinada.

O depoimento sem dano, senhores, mostra a humildade intelectual e demonstra que nós, operadores do Direito, estamos vendo que, nesta questão, nós precisamos de um trabalho interdisciplinar. E estamos pedindo ajuda a profissionais de outra área do conhecimento para que possamos realizar adequadamente esse ato processual.

Outros países, com menores índices de punição, utilizam também profissionais para a escuta da criança nos tribunais. E isto tem contribuído sensivelmente na América do Norte e na Europa.

Senhores, as crianças precisam ter voz; as crianças precisam ser ouvidas; as crianças precisam ser protegidas. Não apenas por nós da Justiça, por todos os profissionais, por toda a sociedade.

Aqueles que querem calá-la, resta a pergunta: a quem interessa não ouvi-la? A quem interessa que ela não fale? Com a sua "ouvida", com a sua palavra, podemos, em muitos casos, ter prova, sim, para condenar aquele que ofendeu os seus direitos.

Eram estas as colocações. Para terminar, digo que a Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul se coloca a favor dessa nova metodologia de "ouvida"

das crianças, após ter assistido a várias audiências no 2º Juizado, após ter ouvido as técnicas que trabalham junto ao Juizado e ao juiz, Dr. Daltoé Cezar, que aqui se encontra e que irá tecer maiores considerações.

Obrigada, Sr. Presidente, e obrigada a todos pela atenção.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Ao agradecer a manifestação da Dra. Velleda Dobke, promotora de Justiça e representante do Presidente da Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, eu concedo, a seguir, a palavra ao Dr. Fernando Luiz Carvalho, que representa a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Sra. Carmem Silveira de Oliveira.

Concedo, pois, a palavra ao Dr. Fernando Luiz Carvalho.

SR. FERNANDO LUIZ CARVALHO: Boa tarde a todos e todas, Sr. Senador, em nome de quem a gente cumprimenta essa Mesa e os demais senadores e senadoras presentes.

Na qualidade de representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos, com relação ao projeto de lei de aprovação do depoimento sem dano, a gente entende que seria interessante, antes de entrar propriamente no projeto, fazer um resgate de um estudo que foi realizado no âmbito tanto do comitê nacional de enfrentamento da violência sexual como no âmbito da Comissão intersetorial de enfrentamento da violência sexual, por ocasião do 18 de maio do ano passado, de 2007, que foi o estudo "Proteger e Responsabilizar".

Esse estudo teve como objetivo fazer uma avaliação e um acompanhamento atualizado dos casos emblemáticos da CPMI da exploração sexual, de 2003 e 2004. Naquela ocasião, foram elencados 80 casos no país todo como emblemáticos, dada a complexidade da situação, o envolvimento de redes de exploração organizadas como aliciadores, agenciadores e, também, muitas vezes, a presença do poder político e econômico, o que foi um critério para elencar esses casos como emblemáticos.

A partir da análise da resposta da Justiça e do sistema de segurança a esses casos, a gente teve uma elaboração de uma crítica da atuação desses órgãos e da falta de integração dessas políticas; digamos, aqui, a segurança, os órgãos de segurança, os órgãos de Justiça e, principalmente, os órgãos de proteção.

Como conclusão, a gente pode ter que as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, elas são ouvidas, hoje, pelo processo penal, no Brasil, da mesma forma que um autor de um homicídio, por exemplo. Isso a gente não tem como dizer que está correto

e, de alguma maneira, já é parte de um ponto inicial: essa questão tem que ser mudada.

A partir dessa análise, também houve algumas proposições do estudo que basicamente se condensam em duas questões: o apoio e o fortalecimento de procedimentos de inquirição diferenciados, especiais, com redução de dano – no caso da experiência de Porto Alegre, chamado de depoimento sem dano –, assim como também outras experiências que já acontecem nesse país; em segundo lugar, a necessidade da integração das diversas políticas dos sistemas de segurança e Justiça e proteção, como a gente falava aqui, também, principalmente, aí, a saúde, pensada nesse âmbito da proteção de direitos dessas vítimas.

Na prática, várias alternativas de redução da revitimização de crianças e adolescentes já estão acontecendo neste país. A título exemplificativo, a gente coloca, aqui, a própria experiência do depoimento sem dano; uma experiência muito interessante, também, que acontece em Manaus, no Amazonas, numa maternidade em que a integração da saúde é fundamental para a produção de perícias e provas para o processo penal, nos casos de crimes de violência sexual; a própria experiência de acolhimento diferenciado do Instituto Médico Legal de Salvador, na Bahia, também com a produção de provas técnicas diferenciadas para também compor o processo penal; as próprias... as experiências das delegacias especializadas, a experiência, a exemplo, do Pará, da delegacia especializada, onde há uma unidade funcionando dentro da Santa Casa.

Então, você tem um atendimento articulado da saúde com os órgãos de segurança e também a produção de provas, de elementos no inquérito, que podem ser levados, também, à composição do processo; enfim, outras experiências, também, de redução de dano, a exemplo da experiência do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, que já são implementadas no Rio Grande do Norte, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Goiás e Espírito Santo; algumas delas, inclusive, apoiadas pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Partindo desse ponto, também, algumas ações eu acho que merecem destaque da secretaria, com relação ao apoio a esse tipo de iniciativa. Nós acreditamos que essas experiências merecem ser melhor testadas e aprofundadas e que, para isso, a gente precisa construir, cada vez mais, a implantação dessa experiência em novos locais, para entender e, aí, conseguir chegar ao modelo melhor possível que posamos formular.

Nesse sentido, a secretaria, no seu edital de apoio de projetos, criou uma linha específica para o apoio de experiências de depoimento com redução de danos, experiências de inquirição especial. Além

disso, a gente, em parceria com outros órgãos, aqui, o próprio CONANDA e a WCF, a ONG WCF, está um intercâmbio com a pesquisa de levantamento, tanto dessas experiências nacionais como também de algumas experiências internacionais referenciais nos procedimento de inquirição diferenciada. E isso culminará, logicamente, com a realização de um seminário e com a capacitação de técnicos de Varas, tanto que já desenvolvem esse projeto como também de técnicos da Justiça naqueles estados da agenda social do Governo Federal.

Com relação ao foco do projeto, a gente entende que o foco do projeto não é a culpabilização, a criminalização do agressor, e sim a proteção e a redução dos danos causados à vítima de violência sexual. Nesse sentido, a gente entende, assim como a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, que fala da criança, o direito... da criança e do adolescente de participar no processo; de fato constitui um direito, e não obrigação. E vemos que esse projeto não fere o que está preconizado na própria Convenção dos Direitos da Criança, entendendo que a criança ou o adolescente, vítima, não é obrigada a falar nesse processo. Existe um acolhimento, existe um entendimento, na perspectiva de conseguir buscar a realidade dos fatos e ter uma resposta definitiva, que não, necessariamente, será a culpabilização de um possível agressor.

É verdade que a oitiva ainda é o principal meio de prova no nosso sistema de Justiça, e esse é um ponto muito negativo que a gente avalia. Numa análise geral do sistema de Justiça no país, a gente percebe que a nossa produção de provas ela ainda é muito pouco técnica, deixando a cargo de produção de provas testemunhais, basicamente o principal veículo de alimentação, de formação da opinião de um juiz no processo. E isso, de fato, tem que mudar, e acredito que o projeto vai ao encontro dessa perspectiva, no ponto em que apóia, no ponto em que define a produção antecipada de provas, que, a nosso ver, é a maior inovação desse projeto, que é o grande diferencial, tanto pelo fato de garantir a produção de provas mais técnicas e com atendimento diferenciado, um atendimento mais humanizado, mas, principalmente, por evitar a re-vitimização, evitar todo o percurso percorrido, normalmente, por uma vítima de violência sexual neste país.

Para exemplificar, a gente sabe, aí, que pelo menos Conselho Tutelar, Departamento ou Instituto Médico Legal, delegacia, Vara, enfim, vários órgãos, a criança vai ter que prestar seu depoimento e vai ter que reviver toda a situação pela qual passou. E, nesse ponto, a produção antecipada de provas é um instrumento riquíssimo que a nossa Legislação pode ganhar

na perspectiva de conseguir reduzir a re-vitimização de crianças e adolescentes.

Quanto à atuação da equipe técnica de suporte ao projeto, voltando à experiência do depoimento sem dano, especificamente, não entendemos que é uma atuação de um mero tradutor, de um mero condutor de uma opinião de um juiz. É um técnico judiciário que não necessariamente é um psicólogo, um assistente social; enfim, um técnico que terá condição de conduzir aquela oitiva de uma forma humanizada, de garantir [soa a campainha] um suporte àquela vítima que está sendo ouvida.

Por fim, eu acho que, como falei, todas essas experiências elas precisam ser testadas, elas precisam ser aprofundadas; nós não temos, ainda, uma verdade pronta com relação a isso. O fato é: precisamos construir essa experiência o quanto antes, porque, enquanto debatemos, crianças e adolescentes em todo este país estão sendo ouvidas de forma completamente constrangedora, colocadas dentro de uma sala de audiência, na frente do agressor e na frente do advogado, que, por essência, vai tentar desqualificar o seu depoimento e tentar garantir a defesa do seu cliente. Então, resta essa preocupação, que acho que é de todos, de caminhar para construir a melhor perspectiva possível, o quanto antes, evitando a re-vitimização de crianças e adolescentes neste país. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Desejo agradecer à interação do Dr. Fernando Luiz Carvalho, que falou, aqui, como representante da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, e concedo, agora, a palavra ao último expositor, após o que, nós vamos iniciar os debates, como deseja a Senadora Lúcia Vânia, autora do requerimento da presente Audiência Pública.

Eu gostaria, então, portanto, de conceder a palavra ao juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Dr. José Antonio Daltoé Cezar.

Com a palavra S.Exª, e, após a sua exposição, nós vamos ouvir as interpelações das senhoras e senhores senadores.

SR. JOSÉ ANTONIO DALTOÉ CEZAR: Senador, obrigado pela oportunidade, senhores e senhoras senadores.

Vou pedir para começar a exposição com um pequeno vídeo, porque a imagem tem condições de mostrar um pouco melhor como funciona isso. É uma reportagem que foi veiculada publicamente pela TV Ulbra, no Rio Grande do Sul.

[exibição de vídeo]

>> *Uma fase da vida que deveria ser de fantasia e sonhos pode ser destruída em poucos minutos. Mais de 168 crianças e adolescentes, por dia, em todo o Brasil, só no ano passado, tiveram essa perda, vítimas do abuso sexual. Em grande parte do país, os menores de idade são obrigados a passar por outro sofrimento ao denunciar a violência.*

>> *A criança era ouvida dentro de uma sala de audiência como um adulto é até hoje, onde estão presentes: o juiz, o promotor de Justiça, o advogado, mais um servidor da Justiça e, em alguns casos, o próprio réu. Ela senta, fala e é inquirida com perguntas diretas sobre o fato. Não tem diferença nenhuma de como um adulto presta depoimento.*

>> *Os registros de abuso sexual na infância são altos. Em Porto Alegre, uma iniciativa deste juiz mudou as estatísticas na região metropolitana. Cerca de 59% dos suspeitos de violentar menores de idade acabam punidos; seis vezes mais que a média de presos por esse tipo de crime em todo o país. Há cinco anos, a 2ª Vara de Infância e Juventude da capital realiza o depoimento sem dano. Crianças vítimas dessa violência no corpo denunciam isoladas, em uma sala decorada com o colorido da infância, tudo somente na mira das lentes desta câmera. Acompanhados por uma psicóloga ou assistente social, os menores tentam desabafar as marcas que podem ficar por toda a vida.*

>> *O ambiente é acolhedor, embora o fato que ela tenha que relatar não seja agradável para ela. É uma forma de reconstruir essa criança que foi vitimada, e ela tem a oportunidade de se manifestar.*

>> *Nesta sala, distante da outra, o juiz e o advogado do suspeito acompanham ao vivo o depoimento pela televisão. Apesar de a criança saber de todo o procedimento, é como se ninguém estivesse acompanhando. O juiz e até os advogados podem fazer perguntas durante a audiência. Se sentindo mais seguro, o menor de idade, aos poucos, revela o que pode ter acontecido.*

>> *Acho que foi duas ou uma, mas só que lá no sítio ele fazia um montão de vezes. Eu queria que ele fosse preso, ouvido, ele ficou surpreso quando eu falei que eu vinha(F).*

>> *Desde a implantação, em 2003, são quase mil casos que já passaram por esta sala. Hoje, seis estados brasileiros já levaram adiante esse procedimento. Agora, a expectativa é que esta técnica, que já foi transformada em projeto de lei, seja aprovada o quanto antes no Senado brasileiro, permitindo que as Varas judiciais de todo o país ofereçam este trabalho. Em 41% dos casos de violência sexual infantil em Porto Alegre, os suspeitos não são condenados. Um dos*

principais motivos é o silêncio. Confusa ou intimidada, a criança evita falar a verdade.

>> Existe uma confusão entre o carinho e aquele ato sexual, até onde pode, até onde vai, até onde é um carinho e quando começa a ser algo proibido. E a criança muitas vezes ela sente prazer pelo toque, pelo... Acha que é um carinho. E a pessoa é conhecida, ainda mais quando é um familiar. Então, ela fica confusa.

>> Hoje, a iniciativa permite que as famílias possam ter confiança e vontade na hora de denunciar quem, por muitas vezes, roubou a inocência e os sonhos de quem ainda está no começo da vida.

>> É muito cruel. É uma coisa muito cruel. É muita maldade, é muita crueldade. Eu acho que, a partir do momento que tu agrides um adulto, esse adulto tem condições de pelo menos tentar se defender, mas uma criança, não. Ele tinha quatro anos, na época. E a coisa já acontecia há muito tempo; então, acho que bem antes dos quatro anos. E eu não hesitei em denunciar, porque, mesmo com as chantagens que ele tenta fazer, medo, eu jamais iria conseguir encarar meu filho um dia se eu tivesse me omitido. Se eu tivesse... Se eu omitisse, eu seria conivente com que aconteceu.

Essa aí foi uma reportagem que foi feita pela TV Ulbra, lá no Rio Grande do Sul, e eu complementaria aos senhores com as seguintes palavras. Srs. Senadores, eu agora, mês passado, completei 20 anos de magistratura. Naquela época, eu me lembro, nós éramos nomeados pelo Governador do Estado, fui nomeado pelo então Governador Pedro Simon, porque a Constituição de 88 ela começou a vigor no mês de outubro. E, também, naquela época, o que vigia era o código de menores e a Constituição de 1969.

E o que é que dizia? Qual era a grande transformação que veio com a Constituição e veio com o Estatuto da Criança e Adolescente? Todos já ouvimos falar, aqui. A criança deixou de ser objeto de direito para ser sujeito de direito. E quem já leu o Código de Menores – e eu recomendo a todos que um dia dêem uma lida no Código de Menores –, falava que quem defendia a criança era o juiz, com o seu prudente arbítrio. E se não era prudente? E se não era um bom arbítrio, se era arbitrário?

Essa mudança é que transformou que a criança fosse sujeito de vês, porque aquilo está previsto, o que é bom para ela está previsto em lei; está previsto na Constituição que ela tem direito à convivência familiar ou comunitária, à escolarização, à saúde e assim por diante.

E o que também essa lei diz? A Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no art. 12, que é direito interno, foi incorporado à nossa Legislação, diz que: “É assegurada à criança a

oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhes digam respeito”.

Então, não é uma prerrogativa do juiz, não é uma faculdade do juiz. O juiz tem a obrigação de garantir que ela, de forma acolhedora e profissional, tenha a oportunidade, se quiser falar. Ela jamais vai ser obrigada a exercer esse direito, mas nós temos que garantir esse direito.

E a Dra. Veleda escreveu uma monografia e citou alguns exemplos de processos que ela pesquisou, e todos os juízes já fizemos isso. Eu tomei posse em 88 e eu fui para a comarca de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, terra do Ministro Nelson Jobim, Tarso Genro, e, no primeiro mês, eu era obrigado a ouvir criança dentro da sala de audiência, como são ouvidos em mais de 99% das comarcas, hoje, do Brasil: é colocada na frente da gente, com promotor de Justiça, com advogado e, no mínimo, mais um serventuário, sem a mínima preparação para que isso ocorra.

E nós passamos pelos concursos públicos, somos questionados em direito constitucional, processo penal, processo civil, nos tiram o sangue, mas ninguém sequer toca como validar e respeitar a criança como ser em desenvolvimento. Os concursos públicos a mesma coisa; as universidades sequer oferecem, a maior parte delas, isso como uma disciplina facultativa, opcional. E, nessas circunstâncias, nós tivemos... Por óbvio que a pessoa se sente constrangida em ver uma criança que já teve dificuldade de notificar aquela agressão, e chegar em juízo, naquele momento, e não ser acolhida e a sua palavra não ser validada.

Os dados que existem hoje no mundo dizem que apenas 10% dos delitos de violência sexual são notificados. Por quê? Porque 90% deles ocorrem dentro do ambiente familiar. É muito difícil a pessoa quebrar o silêncio, a síndrome do silêncio, o segredo. Por quê? Porque ela sabe que vai ser responsabilizada [soa a campainha] pela destruição da família.

Então, nessa circunstância, quando a criança consegue notificar, e nós a acolhemos de uma forma inadequada, por certo, ela vai se sentir mais vitimizada. Quando ela consegue verbalizar aquela agressão, nós temos que dar condições de que aquela palavra seja ouvida de forma satisfatória.

Eu poderia... O projeto, como foi falado aqui pelo Dr. Fernando, ele contempla mais do que a inquirição numa sala diferente, numa sala acolhedora e por um técnico que estuda para fazer isso, para respeitar esse momento, ele contempla a produção antecipada de prova. Porque a criança, quando fala – e 80% é criança, 80% tem menos de 11 anos –, essa criança, quando ela começa, ela consegue verbalizar, ela vai falar no colégio. E, depois, a professora ela vai falar no cen-

tro de orientação educacional. E, depois, vão chamar o conselho tutelar. E, depois, vão encaminhar para a polícia; depois para o IML; e, depois, vão encaminhar para o Ministério Público. E, se tiver sorte, ela vai ser ouvida só sete vezes.

Então, isso nós temos que trazer, e existe em outros países, eu vejo. Eu estive em Cuba, a convite da embaixada britânica no mês janeiro, e vi como eles respeitam as crianças. A Costa Rica já está produzindo a produção antecipada de prova que vale para todos esses organismos, para o Conselho Tutelar, para o Inquérito Policial e para todos esses demais. E a criança só é ouvida, em regra, uma vez, porque, a partir daí, ela vai ser encaminhada para ser tratada, para passar, superar aquele dano que não é dano decorrente do depoimento, é dano decorrente de quem violou o direito dela.

Então, nessas circunstâncias, eu acho que, quando nós temos... Esse dado, Senadora Lúcia Vânia, depois que eu tive conversando com a senhora, eu fui buscar, e não existia, o CNJ não sabia quantas comarcas da Justiça comum existiam no Brasil. Eles fizeram o levantamento: 2.580 e alguma coisa assim; 2.579, não, tem mais; 2.596 comarcas, quase 2.600. Dessas, só 17 cidades têm esse tipo de entrevista. Em 2.579, as crianças são ouvidas na sala de audiência, por gente não preparada, e isso ocorre quando o estatuto... foi referido hoje aqui, está completando 18 anos de idade.

Esses documentos internacionais e nacionais, a Constituição, a Constituição está completando 20 anos. Ela trouxe esse cabedal jurídico para a gente observar. A Convenção Internacional é de 89, o estatuto é de 90, em 13 dias vai completar 18 anos, e nós não conseguimos atualizar a Legislação processual para que a gente consiga ouvir de forma mais adequada.

Eu vejo, hoje: tem como melhorar? Por óbvio que tem. Nós, junto com a Secretaria de Direitos Humanos, vamos pesquisar em outros países. Amanhã, eles estão em Porto Alegre, vamos realizar quatro audiências; quinta e sexta; vamos para a Argentina, e depois eles vão para Cuba, vão para a Inglaterra, Canadá e a Lituânia. Vão buscar para, em setembro, fazer um seminário internacional aqui.

Tem como melhorar. Agora, não dá para deixar do jeito que está, porque são 2.579 comarcas que ouvem de forma inadequada a criança. Por melhor que seja a boa vontade dos operadores do Direito ou de pessoas que a eles auxiliem, nós não estamos fazendo isso. Isso invalida a palavra dela, não responsabiliza o agressor e o Direito não tem efetividade.

Muito obrigado pela atenção dos senhores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Finda a etapa dos depoimentos, eu gostaria de conceder a palavra, como primeiro orador inscrito, ao nobre Senador Eduardo Suplicy. E, posteriormente, ouviremos as manifestações, inclusive, sobretudo, da relatora da matéria, Senadora Lúcia Vânia, que propôs a referida Audiência Pública [soa a campainha].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, V.Ex^a conhece tão bem o regimento, mas, até pela iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e sendo ela quem requereu, ela tem o direito antes do que eu. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Mas, como V.Ex^a tinha solicitado...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu me inscrevi primeiro. Mas ela tem...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Está certo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tem direito a...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Se V.Ex^a quiser...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu gostaria que o Senador Suplicy falasse, a Marina, se, porventura, quisesse, porque eu fecharia com a opinião... que não deveria ser só minha.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Eu também acho que é melhor, porque teria a soma...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu acho que é melhor. É uma soma melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Teria a soma. É nesse sentido que eu entendi que seria melhor, já que ela é relatora da matéria.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mesmo porque também eu não escutei a psicóloga. Mas seria bom que os senadores falassem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Exatamente. Então...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, Senador Marco Maciel, V.Ex^a observou... Eu tenho que estar no Plenário daqui a pouco. Sou o relator do projeto dos sacoleiros.

V.Ex^a me convidou com o olhar, insistindo para que eu aqui ficasse. Eu quero agradecer a V.Ex^a, porque o Congresso, o Senado Federal, para nós, é uma universidade, de tantas coisas que nós aprendemos.

Eu quero lhes dizer, eu não conhecia o tema, mas, desde o momento que eu cheguei aqui até agora, eu quero, sobretudo, agradecer, porque eu aprendi muito. Mas também achei importante, há uma característica comum dos cinco depoimentos. Cada um com sua experiência, a sua história, a Dra. Esther Arantes, como

membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos, do Conselho Federal de Psicologia, psicóloga; a Dra. Maria Luiza Moura, como Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; a Juíza Dra. Veleda Dobke, com sua história e experiência de quem esteve, enfim, ouvindo situações de pessoas que foram objeto... de crianças que foram... crianças e adolescentes objeto de maus-tratos e que nos trouxe um depoimento tão importante; Dr. Fernando Luiz Carvalho, também com o seu cuidado, que é comum a todos, de... para com a criança e o adolescente; e agora o Juiz Dr. José Antonio Daltoé Cezar, que nos traz uma experiência concreta. Ele, como juiz, percebendo as situações em que crianças e adolescentes precisavam ser ouvidos, em situação que não fosse aquela descrita por todos, da sala, ali, onde normalmente são feitas as audiências, mas, para a criança e para o adolescente, de fato, tão melhor será se houver o ambiente adequado, conforme V.S^a, Dr. Juiz José Antonio, nos mostrou.

Pode ser, inclusive esta, e me parece, então, ser uma experiência nova, e é algo que o Rio Grande do Sul, por sua iniciativa, inova, como também a Dra. Veleda, porque me parece que se trata de algo novo, mas de extrema relevância, e, conforme a Dra. Esther Arantes lembrou o caso da criança que foi infelizmente tragicamente morta e que abalou tanto a opinião pública brasileira, então, que possam pessoas estar prestando depoimento, sendo elas crianças e adolescentes, de uma maneira mais adequada possível e sem dano.

Eu apenas quero agradecer. Eu aprendi muito. Felizmente fiquei aqui, embora tenha que estar já no Plenário.

Presidente Marco Maciel, quero informar que eu até convidei para estar aqui o Deputado Estadual Pedro Teruel, do Mato Grosso do Sul, e que é Presidente da Comissão do Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos e veio aqui porque ele também é coordenador da Frente Parlamentar Sul-Mato-Grossense de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Então, eu o convidei para sentar aqui, Sr. Presidente, para que ele também esteja aprendendo conosco.

Meus parabéns pelo excelente conjunto de depoimentos com que nos brindaram.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu, após a... Após as colocações do Senador Eduardo Suplicy, eu consultaria se, antes da palavra da relatora, Senadora Lúcia Vânia, se há senador ou senadora.

Nesse caso, então, já a Senadora Marina Silva... Eu concedo a palavra a S.Ex^a.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores.

Primeiro, eu acho que nós estamos diante de um problema que tem uma natureza complexa, para a sua abordagem, sob todos os aspectos, e talvez essa audiência – que já quero, aqui, parabenizar a relatora, Senadora Lúcia Vânia – ela possa nos trazer o espaço para um ponto de inflexão, em que seja possível mediar essa aprendizagem que vem acontecendo com essa experiência do Rio Grande do Sul.

O que eu pude sentir, aqui, tanto no depoimento da Dra. Esther, da Maria Luiza e de todos os demais, é que não temos uma situação em que se quer calar, de qualquer jeito, a criança e nem uma situação em que se quer escutar de qualquer jeito a criança; há dois espaços a serem protegidos e um processo a ser re-significado de ambos os lados; uma re-significação que precisa acontecer no espaço do depoimento, das autoridades do direito, das autoridades judiciais, e que louvo esse esforço e essa capacidade quase que intuitiva, a partir de uma experiência prática, de uma vivência, transformar em uma nova competência, em um novo processo, que, como muito bem disse o Dr. José Antonio, há que ser, digamos, assim, aperfeiçoada, e o cuidado daqueles que querem, igualmente, proteger o aparelho psíquico dessas crianças.

Na verdade, o que eu vejo que essa audiência nos traz, Senador Marco Maciel, é a possibilidade de que possamos entender que, da forma como está sendo feito, vem sendo feito esse depoimento, eles não são suficientes nem eficientes para promover a proteção e o cuidado que o Conselho Federal de Psicologia quer. E, da forma como se está propondo atualmente, talvez a gente já esteja no começo do caminho.

E, aí, nesse caso, não é apenas mudando a maneira de caminhar, não, é criando um novo caminho, em que esses diferentes olhares das pessoas que lidam com os aspectos da psicologia, preocupadas de que elas não são capacitadas para serem inquiridores, mas para ajudar essas crianças a re-significar, a simbolizar essa experiência, e que tem toda uma escuta que precisa ser feita num espaço qualificado, e daqueles que querem qualificar o espaço do depoimento, que não é necessariamente o da escuta psicológica.

Há uma diferença incompleta nos dois espaços. É como a gente faz essa mediação, e, aí, vou me ater, talvez, a uma... digamos assim, a uma percepção que é muito do campo da psicologia e da psicanálise: o que nós estamos buscando, aqui, é a sustentação do outro; só que é desse outro institucional.

As autoridades do Direito, as autoridades judiciais já perceberam que, sem a sustentação dos psicanalistas, dos psicólogos, dos psicopedagogos, das pessoas que têm a capacidade de acolher a criança na sua inteireza psíquica, já que ela foi, digamos assim, comple-

tamente invadida e se encontra numa situação que ela própria não consegue simbolizar e, se não consegue simbolizar, não tem como verbalizar, porque é quase impossível nós transformarmos em palavra aquilo que nós não conseguimos compreender, como é que isso pode ser feito com a ajuda desses profissionais, nesse espaço da Justiça, e como a Justiça pode significar, também, a oportunidade de que essas crianças não sejam apenas depoentes para instruir um processo judicial? Que é essa a preocupação que vejo aqui. Que elas tenham o encaminhamento adequado.

Eu sei o quanto é difícil para as vítimas diretamente envolvidas, as crianças, para a família e para todos aqueles que se envolvem com uma demanda dessa natureza.

Eu fiquei impressionada com o aumento para 59% dos casos em que de fato se consegue penalizar o criminoso, em relação aos demais estados, também, que não têm essa qualificação.

Então, o que eu posso dizer, aqui, é que, talvez, desta audiência, se a gente pode tirar alguma, digamos assim, alguma questão de imediatamente já concreta, é a possibilidade dessa mediação entre os dois olhares, que eu acho que isso é o que o conselho esteja nos dizendo: "Olha, há um esforço importante que está sendo feito no Rio Grande do Sul e que precisa considerar todas essas questões que nós estamos dizendo".

E a experiência louvável do Rio Grande do Sul está dizendo, aqui, na própria voz do Dr. José Antonio, de que pode ser aperfeiçoado, de que estão buscando em outros países, em outras referências. Que a gente possa, aqui, talvez, fazer uma síntese de algo que é muito difícil, complexo, mas que, no meu entendimento, não dá para ficar como é feito, porque não protege, não alcança o objetivo com que os psicólogos e as pessoas que lidam com as crianças, sob esse aspecto, estão preocupados e, ao mesmo tempo, também não atende às pessoas que querem promover a justiça.

E à medida que aumenta a criminalização – não sei se o termo técnico é esse –, diminuem também as infrações, porque existe, a certeza da impunidade leva também ao cometimento do crime.

Ainda, que tenhamos que ter clareza, também, de que as pessoas que praticam esses atos são pessoas doentes. E o olhar para essa doença não é como se quiséssemos tirar a culpabilidade, mas é de saber que não é apenas uma questão de justiça. Às vezes, têm pessoas que precisaram ser paradas pela Justiça, interditas pela Justiça, porque elas podem ficar 50, 30 anos na cadeia, no dia em que elas saírem, elas vão cometer o crime de novo, porque elas não têm controle sobre a sua doença, sobre a sua perversão.

Então, é algo de natureza complexa. Eu louvo o esforço da Senadora Lúcia Vânia e louvo, sobretudo, aqueles que, de forma inovadora, estão propondo um novo caminho e louvo também o esforço e a preocupações daqueles que diziam: "Olha, nesse novo caminho é preciso também uma nova maneira de caminhar".

Então, eu quero mais é agradecer e me colocar à disposição para que possamos fazer a intermediação, para que não usemos, em hipótese nenhuma, as dificuldades para ficarmos onde estamos. É preciso que possamos promover esse avanço com o respeito ao olhar de cada um, porque acho que são pessoas altamente comprometidas com os dois aspectos: o aspecto da criminalização, da proteção; e o aspecto da proteção subjetiva dos aspectos emocionais, psíquicos dessas crianças e dos familiares.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A seguir, eu concedo a palavra ao nobre Senador Magno Malta, e, após a palavra do Senador Magno Malta, nós vamos ouvir a palavra do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, eu cheguei atrasado, infelizmente, mas é exatamente por causa de uma criança abusada, de 12 anos, que eu fui socorrer, grávida de um homem de 70 anos de idade.

Eu, na verdade, quero parabenizar essa iniciativa, e não é a primeira vez que o Rio Grande do Sul tem uma grande iniciativa. Quando discutimos a lei de narcotráfico, o hoje procurador do Rio Grande do Sul veio assessorar a mim, naquela ocasião; e a chamada justiça terapêutica, onde se separava o usuário do dependente veio do Rio Grande do Sul, que calhou na novela da Glória Perez, quando tratou da questão das drogas e nos ajudou a escrever o texto da lei de narcotráfico, que, depois, virou um monstro na Câmara, mas que não invalida nada do que esse trabalho positivo do Rio Grande do Sul.

Eu estou vivendo na pele, com a CPI da pedofilia, a necessidade de tratarmos com seriedade e celeridade esse assunto. Queria até pedir socorro, não sei se dá para botar um profissional desse à disposição da CPI, aqui. Até estamos indo para uma oitiva em Roraima, que tem mais de 15 crianças, e que, nesse exato momento, é como se o depoimento delas fosse a pior miséria do mundo, não vale nada, é mentira, a criança desqualifica, e chega a ponto de alguém dizer que a criança aliciou o cara. Urge a necessidade da tomada de posição.

Eu fui a Uberaba, ouvi um pedófilo que abusou de 27 meninos de nove anos de idade. Quer dizer, ele foi pegado com os 27. A ocasião não faz o ladrão, reve-

la. O delegado acha que tem mais de cem. E eu me vi com aqueles meninos, com a angústia no coração, olhando nos olhos daquelas crianças, e minhas filhas vindo tudo para a minha cabeça, as minhas sobrinhas, os meus sobrinhos. E eu tenho pedido todos os dias, Senadora Lúcia Vânia, a Deus para não ser movido a ódio nesse processo e querendo perguntar às crianças e sem sabem por onde começar.

Esse debate é absolutamente importante. Eu não tenho condições de usar termos técnicos e, se tivesse, não o faria, porque, nesse momento, eu estou é no meio do lodo, mesmo. Eu estou encarando essa lama com as mãos. E olha para uma criança de apenas 12 anos grávida de um homem de 70 e você não sabe por onde começar com essa criança, porque ela te olha, os olhos dela entram nos seus e, lá, no fundo, você começa a ouvir um grito de socorro, um de “me ajuda!”, de timidez, de vergonha e tentando fazer postura para dizer que não está com vergonha, uma série de coisas que você começa a ler, e não sabe por onde começar.

De maneira, Sr. Presidente, que esse debate, a proposta da Senadora Lúcia Vânia é de extrema importância para o Brasil, não tão-somente por esta Casa; por esta Casa, porque é a partir daqui.

Eu não ouvi, ouvi um pouco o Dr. José Antonio Daltoé, mas conheço já um pouco da experiência do Rio Grande do Sul. De maneira que penso que no mundo espiritual há uma determinação de fulminar as crianças nessa última dispensação. A cada dia mais a minha fé me conduz a acreditar nisso.

E, quando a gente pensava que eram as pessoas de periferia, desempregados, aquele padraço bêbado que abusou da criança porque a mãe foi trabalhar, porque fazia a limpeza na casa de alguém; quando a mídia mostrava só isso, parecia que era uma coisa, mas é mais do que nós imaginamos. As crianças são abusadas pelas pessoas que estão nas colunas sociais, que vestem toga, que vestem estola, têm anel no dedo, religiosos, políticos... E a gente não sabe como proceder.

De maneira que eu sou grato, muito obrigado, obrigado, Senadora Lúcia Vânia, pelo debate. Espero que nós tenhamos rapidamente efetivada essa proposta, em função da necessidade que urge nesse país, porque é avassalador. O sentimento que a sociedade vive hoje com relação a abuso de criança vai crescer muito mais. A sociedade está encorajada à denúncia, e vai crescer muito mais, Sr. Presidente, vai crescer muito mais.

Lá no seu Estado, Pernambuco, mataram um pedófilo ontem, e as pessoas fizeram uma ciranda em volta dele cantando: “Matamos um cachorro, matamos

um cachorro”. E a polícia veio, protegeu as pessoas e largou o corpo lá, porque a sociedade rejeita, absolutamente, esse tipo de procedimento, e as coisas vão tomando corpo de maneira que deixa a gente numa situação muito difícil.

Eu fiz, com um tom de brincadeira, no começo, Dr. José Antonio, mas eu quero dizer que é muito sério. Eu quero votar na CPI um pedido, e o senhor me oriente, para que nós tenhamos um profissional desse à disposição dessa nossa CPI, uma vez que nós temos “n” casos que nós estamos dentro deles e precisamos ir fundo neles, onde envolve crianças que nós precisamos realmente ouvi-las. De maneira que o senhor, por favor, me oriente, porque nós precisamos já dessa experiência, efetivamente, nesse trabalho que está fazendo. Muito obrigado, Sr. Presidente [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agradeço à intervenção de V.Ex^a, nobre Senador Magno Malta, e concedo, a seguir, a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro, para se manifestar sobre o assunto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marco Maciel, senhoras senadoras, senhores senadores, senhores convidados.

Lamento, Presidente, não ter assistido às palestras dos nossos convidados, das nossas convidadas. Estava no Plenário, inicialmente, presidindo a sessão e depois fazendo um pronunciamento sobre a situação por que passa a saúde do meu Estado do Pará.

Lamentavelmente, é notícia na mídia internacional e nacional pela morte de 22 bebês, em cinco dias, na Santa Casa de misericórdia; fato este que já tivemos oportunidade de denunciar, inúmeras vezes na Tribuna do Senado Federal, pedindo clemência, pedindo misericórdia para a Santa Casa, e, lamentavelmente, não fomos atendidos pela Governadora. E, agora, somos manchete nacional e internacional por um episódio lamentável que não representa realmente o que é o Estado do Pará, o que são os paraenses. E, por isso, não pude estar aqui para ouvir, mas farei a leitura das notas taquigráficas, porque quero realmente me inteirar do assunto, que é da maior importância, como aqui foi registrado pelos senadores e senadoras que me antecederam.

Até porque o Projeto de Lei que se discute nesta audiência, o PLC 35/07, recebeu várias manifestações ao longo da sua tramitação. Aqui, tenho o registro de inúmeras manifestações – e que tenho certeza que foram consideradas pela nobre relatora.

E, aí, a gente perguntaria por que o entusiasmo em relação ao chamado depoimento sem danos, DSD? A resposta que se tem, aqui, na prática, é que

ele poupa crianças e adolescentes dos rigores do rito judicial.

Eu vou fazer três questionamentos. Apenas um, se o Presidente permite, apenas uma observação inicial: porque essa proteção à criança e aos adolescentes, porque o local das indagações será em sala, diverso da sala de audiências. Os menores têm contato com um profissional especialmente capacitado para a decodificação das perguntas, que interessa ao deslinde da causa. Mas não participo do calor dos debates que, em muitos casos, podem gerar mais traumas e sequelas psicológicas.

Por outro lado, os defensores do DSD estão convencidos de que o novo procedimento diminui os efeitos da chamada re-vitimização. Isto é, quando a vítima é chamada a colaborar com a Justiça, é obrigada a reviver, perante pessoas estranhas, todos os sofrimentos causados pela ofensa, verbalizando-os em minúcias. É o que se chama de dano psicológico secundário.

Sensível a essa vantagem que o DSD, em tese, oferece, o relatório da nobre Senadora Lúcia Vânia, como é já é do conhecimento de todos, conclui pela aprovação do PLC nº 35/07, alterando, assim, o Código de Processo Penal.

Aí eu pergunto, primeiramente, à senhora Esther Arantes, da Comissão Nacional de Direitos Humanos: o PLC nº 35/07 determina que *“a inquirição seja intermediada por profissional devidamente designado pela autoridade judiciária, o qual transmitirá ao depoente a pergunta do juiz e das partes”*. A rigor, portanto, quem formula as perguntas são as partes e o juiz. Cabe ao profissional apenas a função de intermediário, de tradutor. Tecnicamente, não é ele quem está inquirindo a testemunha. Ademais, a proposta fala em “profissional”, e não necessariamente de psicólogo.

Sendo assim, indagamos, Dra. Esther, se a redação proposta não contorna as preocupações levantadas pelo Conselho Federal de psicologia. E mais, se o Conselho Federal teria uma proposta alternativa para a tomada de depoimento nas instâncias judiciais, com menor custo emocional para crianças e adolescentes.

Ao Dr. José Antonio Daltoé Cezar perguntaria, Dr. Antonio, o art. 202 do Código de Processo Penal determina que: *“toda pessoa poderá ser testemunha”*. A particularidade é que os menores de 14 anos estão dispensados do compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 208 do CPP. Ou seja, eles têm o dever de depor, mas, ao mesmo tempo, não estão obrigados a prestar formalmente o aludido compromisso. V.Exª entende que a atual temática do CPP é adequada? Ou seria necessário prever situações em que a criança

nem mesmo teria o dever de depor? Ou, na prática, isso fica a critério do magistrado?

Gostaria, ainda, da opinião de V.Exª sobre o valor do depoimento da criança, considerando especialmente as hipóteses de crimes sexuais, como bem colocou aqui o Senador Magno Malta. O procedimento do DSD já foi contestado por advogados, por meio de recursos às instâncias superiores dos tribunais?

E, finalmente, à Dra. Carmem Silveira de Oliveira. Ela não se encontra. Mas quem puder fazer a... Responder ao questionamento. O Governo Federal tem destinado recursos financeiros à “exportação”, digamos assim, da experiência gaúcha a outros estados da federação? Do ponto de vista logístico, qual é o custo para se dotar uma Vara judicial com os equipamentos técnicos necessários à realização do DSD? Quanto tempo em média leva-se para a capacitação dos profissionais? A aprovação do PLC nº. 35/07 pode facilitar a liberação de recursos?

Eram essas as questões, Sr. Presidente [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Flexa Ribeiro, gostaria de dizer a V.Exª, com relação à interpelação que V.Exª faz com relação à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, à Dra. Carmem Silveira de Oliveira, poderá ser respondida pelo Dr. Fernando Luiz Carvalho, que é o representante dela na presente Audiência Pública.

Então, eu gostaria de saber se há senadora ou senador ainda desejando, antes da relatora, fazer alguma interpelação.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu só queria... O relato que foi colocado pelo Senador Magno Malta do que aconteceu no seu estado... Tem um livro de dramaticidade da nossa miséria humana, de uma forma muito, muito chocante. Porque, em qualquer hipótese, eu vou me ater, aqui, nas palavras do Sherrington(F): “Não há erro em punir. O erro é não nos importarmos com aqueles que punimos”. Porque a punição, a justiça, não é vingança. O ato de justiça é um ato de parar o criminoso e, no meu entendimento, é um ato também de amor, para que ele pare com o crime, o dano que ele faz à sociedade e, principalmente, a ele mesmo, mesmo quando ele não tem consciência.

Então, a fraqueza, a incapacidade dos sistemas que temos, em termos da estrutura do Estado para mediar a violência, para mediar o conflito, a contravenção, o crime, o dolo, nos leva a situações que são terríveis do ponto de vista humano, porque qualquer forma de “justiçamento” é terrível. Nós temos instituições. E eu acho que o esforço que está sendo feito, aqui, é para que as instituições funcionem, para que os cidadãos

não se sintam vulneráveis e não tenham que praticar atos desesperados, que são também desconstitutivos do gesto que queremos praticar, que é de fazer justiça. Porque justiça não é vingança, justiça é um ato de parar, de corrigir aquele que está cometendo o dolo.

Então, de fato, nós estamos diante de uma situação dramática, em relação a esses casos e outros que deixam as pessoas estarrecidas, em que as autoridades, que somos nós, aqui, e vocês em outros espaços, temos que começar a repensar que tipo de sociedade adoecida nós temos que está nos levando a isso. Porque está comprometendo a nossa continuidade no futuro, que é desconstituindo as nossas crianças e nos desconstituindo, no presente, quando não temos os meios adequados para tratar, em todos os aspectos, a violência que está nos dilacerando. É muito mais porque, digamos, a força do relato, o que aconteceu é algo que nós temos que receber com um imenso sentido de responsabilidade, do ponto de vista das instituições que queremos aperfeiçoar e transformar. Porque têm algumas coisas que não dão nem para ser aperfeiçoadas, têm que ser, mesmo, transformadas, que eu acho que é o esforço que está sendo feito aqui [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo, pois, agora, a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia, que foi autora do requerimento para que se realizasse a presente Audiência Pública, e eu quero cumprimentá-la pela iniciativa e concederei a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, senhores expositores, senhores e senhoras parlamentares.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero agradecer a V.Ex^a a oportunidade que me dá para dirimir algumas dúvidas que ainda tenho, tinha e continuo tendo alguma dúvida, ainda, em relação ao projeto.

Talvez, aqui, nas respostas ao questionamento do Senador Flexa, eu não vou repeti-las, talvez possa esclarecer alguma coisa, principalmente em relação ao Conselho Nacional de Psicologia.

Eu quero apenas dizer que o projeto é fruto de um trabalho, foi colocado aqui pelo Dr. Fernando, da CPMI da exploração sexual de crianças, e adolescentes; foi um exaustivo trabalho feito por esta Comissão, na ocasião, levantando alguns projetos que pudessem de certa forma minorar o que nós conseguimos detectar durante todo o processo daquela CPMI.

Portanto, é um projeto pensado, não é um projeto que surgiu da vontade desse ou daquele parlamentar. Mas é um projeto nascido da experiência e da vivência que aquela CPMI pôde observar durante todo esse processo.

Em relação à questão do depoimento sem dano – que acho que o melhor seria o segundo termo, “menor dano”, “redução de dano”, e não “sem dano”, eu acredito também –, eu queria colocar que o que me preocupou, que eu ouvi tanto o Dr. José Antonio como ouvi as psicólogas, ouvi o CONANDA, e há uma dúvida. Mas é importante colocar, aqui, e eu gostaria, depois, de ouvir o contraditório das duas, porque esse projeto, o objetivo dele visa garantir direitos da criança. Ele não está inovando, ele não está colocando nada além do que a preocupação de garantir os direitos da criança, quando esse depoimento é feito de maneira inadequada.

Então, acho que a Marina foi muito feliz, e o que nós podemos fazer, agora, com o projeto é primeiro caracterizá-lo como um direito, mas também com a preocupação de aprimorá-lo cada vez mais, para que essa redução de dano seja cada vez maior.

A minha dúvida é em relação aos demais estados. Eu vou colocar uma dúvida que me atormenta em relação à prática do nosso cotidiano, dos diversos estados, estados menos desenvolvidos... Se, porventura, a aprovação desse projeto não poderia suscitar, de repente, a presença mais frequente de crianças nesses depoimentos, às vezes até sem muita necessidade. Então, eu gostaria de saber, é a primeira coisa.

O fato, por exemplo, do caso da Isabella Nardoni: uma criança de três anos, uma família extremamente traumatizada, um quadro o pior possível para uma vida saudável dessa criança. Colocar essa criança, neste momento, para um depoimento não seria muito, muito ruim para o futuro ou para a saúde psicológica dessa criança?

O meu único receio é não ter profissionais capacitados nos demais estados para poder fazer um trabalho no nível que está sendo desenvolvido no Rio Grande do Sul. Mas, como o Dr. José Antonio disse que, naturalmente, existem em todas... Em todos os estados esses depoimentos sem nenhum cuidado, eu acredito que o projeto, buscando esse cuidado, ele dá um passo à frente, na minha visão.

Agora, como a gente fazer para que o projeto seja realmente, contemple as duas áreas? Essa preocupação levantada pelo conselho das psicólogas e a preocupação dos promotores, da Justiça, no sentido de penalizar o agressor. Porque, na verdade, eu acho que nós temos uma responsabilidade enorme nesse caso, porque penalizar o agressor é, sem dúvida nenhuma, um dos grandes objetivos de todos aqueles que trabalham com a proteção da criança e do adolescente.

E o que nós podemos detectar, da CPI para cá, é que muito pouco foi feito no sentido de penalizar este agressor. Então, nós temos que buscar qual é o ca-

minho que vamos fazer para que esse agressor seja penalizado. Seria este o caminho, mas observando as preocupações relativas à saúde psicológica dessa criança. O que fazer mais? O que acrescentar mais no projeto que pudesse favorecer esses... o encontro desses dois pontos de vista?

Esta é a colocação que eu faria. Quero dizer, de antemão, que a tendência, por ser uma pessoa que participou ativamente da CPMI, a minha tendência é a aprovação do projeto, porque a experiência tem me mostrado que, de lá para cá, nós conseguimos pouquíssimo avanço ou quase nenhum. E talvez este seja o grande passo que possamos dar.

Mas, ao mesmo tempo, eu quero dizer da minha preocupação de não se generalizar, com a aprovação desse projeto, o depoimento de crianças em qualquer outra situação que não seja essa do abuso sexual.

Portanto, deixo aqui essas perguntas, deixo a minha preocupação e quero, se possível, se a gente conseguir, hoje, com as respostas das duas posições, dirimir essas dúvidas, nós poderemos aprovar esse projeto no dia que vamos comemorar os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Acredito que o Presidente fará tudo para nos ajudar a acelerar a tramitação, uma vez encontrado o caminho que possibilite ao projeto agradar a todos que aqui trabalham a questão da criança e do adolescente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agradeço à palavra da Senadora Lúcia Vânia, relatora da matéria, e a cumprimento pelo trabalho que realiza nesse campo tão sensível. E, ao mesmo tempo, aproveitar a ocasião para agradecer à contribuição trazida pelos expositores: Dra. Esther Arantes; Dra. Maria Luiza Moura; Dra. Veleida Dobke; Dr. Fernando Luiz Carvalho; e Dr. José Antonio Daltoé Cezar.

E, antes de encerrar a presente Audiência Pública, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença de todos, inclusive de membros de outras comissões, além da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e fazer meus votos, como assim deseja a Senadora Lúcia Vânia, de que se possa concluir com brevidade a elaboração do projeto e, mais do que isso, a sua aprovação, para que nós possamos, dentro do quadro de comemorações dos 20 anos da Constituição de 88 e da criação do CONANDA, nós possamos ter um instrumento legal capaz de aperfeiçoar a Legislação brasileira nesse difícil território, que é da proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Então, nada mais havendo a tratar... Pois não.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de ouvir as respostas dos expositores [risos]. E, se

possível, Presidente, eu gostaria de ouvir, em primeiro lugar, a representante do Conselho Federal de Psicologia, que eu não a ouvi. Não ouvi seu depoimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Certo. Então, com a palavra a Dra. Esther Arantes.

SRA. ESTHER ARANTES: Bom, quero agradecer à Senadora Lúcia Vânia pela convocação da audiência, dizer que eu também sou goiana, embora atualmente residindo no Rio de Janeiro. Faço parte da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, sou também professora da PUC do Rio de Janeiro e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Agradecer muito às palavras da Senadora Marina Silva, que teve que se ausentar, e agradecer às perguntas do Senador Flexa Ribeiro, também endossada pela Senadora Lúcia Vânia.

Então, inicialmente, a questão desse projeto do depoimento sem dano, ele nos chamou atenção, porque foi proposto que os profissionais que realizariam a inquirição seriam psicólogos e assistentes sociais, o que parece que efetivamente acontece. Não todos, mas alguns psicólogos e assistentes sociais parecem que participam desse modo de inquirição.

Mas, depois, a nossa preocupação cresceu, porque se trata, no nosso entendimento, de uma técnica, de um modo de inquirição que está se propondo como lei. E eu acho que há uma questão de princípio, uma questão ampla a ser discutida não apenas do modo como deve ser inquirida, que já coloca uma série de questões técnicas, mas também questões de fundamento jurídico, ético, político, da própria questão do estatuto, da própria questão do Direito Penal.

Então, acho que é uma questão mais ampla, e que toda essa questão... Porque o projeto, como ele está redigido, ele é muito amplo. Inicialmente, ele parte de uma preocupação com as vítimas de abuso, mas ele se estende para testemunhas, ele se estende para outros crimes que não apenas os crimes de abuso sexual. Ele não delimita a idade da criança.

É óbvio que o Dr. Daltoé, como uma pessoa sensível, uma pessoa inteligente, uma pessoa comprometida, ele fará a entrevista com a criança e com o adolescente, a escuta da criança, com a maior sensibilidade, independente de ser depoimento sem dano ou com dano ou de qualquer outro modo. Mas um Projeto de Lei ele não é feito para o Dr. Daltoé, ele é feito para todos os juízes do Brasil, para todas as crianças, para... Então, se ele está aqui permitindo que crianças sejam inquiridas como vítimas e testemunhas de abuso e outros crimes, ele está facultando isso a todos, inclusive a pessoas que não terão a sensibilidade e o

preparo do Dr. Daltoé, porque é uma lei, e uma lei é geral, para todo mundo, em todas as circunstâncias, para ser cumprida.

Então, o Dr. Daltoé talvez não chamasse essa criança de três anos para ser ouvida como testemunha. Mas, estando na lei, nada impede que outro o faça, porque não há nada que impeça no PL. Então, nós acreditamos que há muitas questões problemáticas, e não é apenas o Conselho de Psicologia; nós temos debatido também com outros profissionais, e eles também, igualmente, estão preocupados; inclusive pessoas da própria área jurídica também estão preocupados.

Então, eu acho, Senadora, que não devíamos ter essa pressa de aprovar esse projeto para os 18 anos do estatuto, não, porque talvez a gente cause muito dano às crianças e adolescentes aprovando este projeto sem a necessária discussão de todos aspectos, chamando, inclusive, outros interlocutores, a OAB, o Conselho de Serviço Social, o fórum DCA, as diversas entidades que lidam com a questão da criança e do adolescente.

Então, o que nós até estaríamos propondo, endossando uma proposta que o CONANDA também parece que tem, de um seminário em que nós discutiríamos isso em profundidade, levando em conta os diversos aspectos, os diversos problemas, e que, quem sabe, esse seminário poderia ser, começar, inclusive, nesta Casa, proposto, para o qual nós, com o maior prazer, contribuiríamos e o CONANDA também, creio que o Dr. Daltoé e todos os aqui presentes, porque, como disse, nós não estamos aqui combatendo inimigos, mas divergindo democraticamente de pessoas que, como nós, também estão interessadas na questão da criança. Apenas temos diferentes entendimentos do que seja a proteção. Óbvio que não são posições absolutas. Não existe a verdade absoluta inquestionável, mas também não queremos, açodadamente, admitir um procedimento técnico sem discutir questões mais amplas do que seja a própria questão do depoimento da criança na Justiça. É isso [soa a campainha].

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu posso fazer uma pergunta--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pode, eu apenas, eu gostaria--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): --à Dra. Esther?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Eu só gostaria de fazer uma observação que não se dirige à senhora, mas também pedir aos demais expositores que sejam concisos, porque nós estamos começando a Ordem do Dia [soa a campainha].

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Dra. Esther, tomando por base a situação que existe hoje. Esses depoimentos são colhidos de qualquer forma. Como V.S.^a vê isso e se o projeto não viria, nesse momento, se limitado.

Eu concordo perfeitamente com a sua posição, quando diz que isso generaliza; não é caso apenas de abuso. Essa era a minha grande preocupação: em todo tipo de crime cometido dentro de Casa, como esse que eu citei, poderia ser levada a criança a depoimento. Eu acho que isso é uma coisa muito complicada. Outra coisa que V.S.^a coloca, que também eu concordo, é o fato de que não ter uma limitação de idade. Eu acho que isso também é uma questão importante. Eu gostaria de, então, que V.S.^a pudesse me responder, tomando por base a situação atual, que o depoimento da criança é tomado de qualquer forma, e como a senhora veria isso em relação ao projeto.

SRA. ESTHER ARANTES: Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente [soa a campainha]. Poderia complementar rapidamente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Rapidamente. Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só também para a Dra. Esther.

Porque o projeto prevê, como fiz o questionamento, fala em profissionais, não fala em psicólogo. Mas, mesmo psicólogo, eu perguntaria a V.S.^a se não teria que ter um treinamento específico para fazer essa intermediação, que tipo de treinamento e quanto tempo teria e se haveria, em nível do Brasil, o atendimento necessário a todas as necessidades?

SRA. ESTHER ARANTES: Bom, [soa a campainha] posso responder?

Bom, nós estamos, aqui, tratando de questões complexas. Evidentemente, não há respostas simples para nenhum desses questionamentos. Óbvio que a questão é da violência contra criança e adolescentes é muito grave.

Quando nós estamos fazendo análise crítica desse projeto, isso não significa que nós não estejamos preocupados com a questão da violência contra a criança. Ao contrário. O Conselho Federal de Psicologia tem uma longa tradição nos Direitos Humanos da criança e do adolescente. Então, é até em nome dessa tradição, dessa preocupação que a gente solicitou esta audiência. Pode ter sido solicitada por outras pessoas também, mas o Conselho de Psicologia foi um dos que solicitou a audiência por achar necessário o debate público dessa questão.

Então, ela é muito complexa. E nós, psicólogos, estamos muito preocupados com isso e querendo

contribuir. Mas também não achamos que o modo de inquirição como ele está proposto, ele é ético para o psicólogo e nem com o treinamento nem sem treinamento. Não se poderia usar as técnicas da psicologia para propósitos que ferem a dignidade da profissão e que, eventualmente, ferem a dignidade da criança.

E é isso que a gente quer discutir, independente do profissional. Claro que nós estamos na berlinda, porque nós fomos chamados a participar. E nós já participamos das Varas da Infância, porque o Estatuto da Criança e do Adolescente designa para a equipe técnica uma função. E a gente acredita que, quando esse psicólogo está na inquirição, essa função está sendo desvirtuada.

Então, por isso, nós estaríamos propondo um adiamento dessa votação, que não tenhamos tanta pressa; óbvio que as questões são urgentes, mas, às vezes, a pressa, tomar uma decisão de qualquer jeito pode não gerar o efeito que a gente pretende. Então, é muito melhor esperar um pouquinho mais, mas realmente ter um debate muito mais qualificado e muito mais amplo, envolvendo outros atores, tomando essas questões na dimensão complexa que elas são. E, óbvio, o Dr. Daltoé, por quem nós temos o maior respeito, obviamente não temos problema nenhum em debater, em chamá-lo para um debate, desde que esteja colocada essa possibilidade de abertura, de debate— [interrupção no áudio] em todos os aspectos [soa a campainha].

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu concederei, agora, a palavra à Dra. Maria Luiza Moura, que fez uma referência elogiosa às suas iniciativas, mas V.Ex^a não tinha chegado ainda ao Plenário da Comissão. Mas eu não gostaria de deixar de fazer esse registro.

SRA. MARIA LUIZA MOURA: Então, eu quero me somar, aqui, às preocupações levantadas, que também são do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, já manifestas pelos senadores e por esta Mesa, e dizer que também achamos que podemos correr riscos, e não podemos correr riscos. E, por isso, o CONANDA, em nota pública – eu acho que já tentando responder a uma questão que a senadora levanta –, ele manifestou um posicionamento sobre a participação de crianças de três anos como testemunhas em processo criminal do Tribunal de Justiça.

Eu vou só pegar um trecho, na tentativa dessa resposta.

“O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, principal órgão do sistema de garantia dos direitos da infância e adolescência do país, vem manifestar sua preocupação, e posicionar-se de for-

ma contrária à participação de crianças em processos criminais, perante o Tribunal do júri, prestando depoimentos na condição de testemunhas.

Os casos de violência contra criança e adolescente não são isolados. Eles ocorrem com significativa frequência na sociedade brasileira e precisam ser enfrentados de forma exemplar e prioritária, no âmbito preventivo e punitivo. Essa certeza é a principal preocupação do CONANDA.

Bom, o art. 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que: ‘é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-as a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório e constrangedor’.

Certamente, a inquirição de qualquer criança acataria consequências para o seu desenvolvimento psíquico, independente da forma utilizada. Em um caso complexo e de tanta repercussão, onde todas as informações são exaustivamente tornadas públicas, imediatamente, certamente geraria grande constrangimento para uma criança de três anos. Eis que, além de ter uma imagem, a sua imagem e privacidade extremamente devassada, acentuaria as dificuldades de convivência familiar e comunitária. Além disso, avaliamos as dimensões e repercussões emocionais ao longo do desenvolvimento dessa criança, ao se culpar e/ou ser culpada pela possível prisão dos pais.

Isso não significa que o crime e a superação dos traumas não devam ser tratados nos processos psicoterapêuticos. O que não podemos aceitar é a exposição dessa criança perante a Justiça e, conseqüentemente, perante toda a sociedade brasileira. Considerar a proteção do mundo subjetivo da criança também é pensar na garantia dos Direitos Humanos de uma pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, que tem direito de calar e elaborar seus conflitos.

Outra reflexão é o risco da exposição do universo psicológico de uma criança, e, com isso, romper as fronteiras da proteção, em momento de extrema fragilidade psicológica. A questão que se coloca nessa problematização é a de que inquirir qualquer criança é algo polêmico e muito delicado.

No caso específico, nos parece que a criança aos três anos de idade se encontra no período de estruturação psíquica e vivenciando repetidos acontecimentos traumáticos. Portanto, não vislumbramos qualquer benefício a este processo e, principalmente, à criança, que se encontra extremamente vulnerável, a citada inquirição como testemunha.

Neste sentido, respeitando as competências e atribuições, além da imparcialidade e discricionariedade do Ministério Público e do Poder Judiciário, apresentamos o presente posicionamento e recomendações.”

Esse documento foi enviado ao juiz e ao promotor de Justiça, que acataram essa decisão e, recentemente, quando a mãe foi em julgamento, agora, o casal, a primeira solicitação foi de que essa criança fosse a depoimento. E, por conta dessa posição nossa, a gente conseguiu criar proteção.

Então, o que a gente diz é que estamos num limite, numa fronteira, como bem disse e colocou a Senadora Lúcia Vânia e a Senadora Marina e os demais participantes desta audiência de que estamos num momento polêmico. E, diante desse, acho que nos cabe a prudência de, nos 18 anos de estatuto, de fato tentarmos trazer o depoimento sem dano, trazer outras experiências, como é a proposta do CONANDA, de a gente ampliar esse debate e dele a gente poder depurar a melhor decisão da sociedade junto às crianças e aos adolescentes brasileiros, em especial, nessas condições [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra a Dra. Velela Dobke. Promotora de justiça do Rio Grande do Sul.

[palmas]

SRA. VELEDA DOBKE: Então, realmente a questão é complexa, muito complexa e polêmica.

Evidente que nenhum Promotor de Justiça ou Juiz de Direito irá determinar que uma criança com três anos de idade seja ouvida, sem que um profissional capacitado para isso nos diga que isso é possível e que a criança tem condições.

Parece que, aqui, os profissionais que vão atuar nesta intermediação do juiz e da criança deverão ter capacitação, qualquer que seja ele: seja o profissional, seja a assistente social, seja psicóloga, seja pedagogo, seja médico, seja enfermeiro, deverá ter essa capacitação, para, no momento em que chegar a criança e houver o acolhimento, seja verificado se ela realmente tem condições disso.

Em nenhum momento nós da Justiça pensamos diferente. Nós queremos sempre, em primeiríssimo lugar, a proteção da criança. Claro que queremos a prova, mas, se tivermos que optar entre a prova e a proteção da criança, evidentemente, ficaremos com a proteção da criança.

[palmas]

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de fazer uma pergunta. É normal, em caso de depoimento de uma criança, o juiz buscar um especialista para opinar se a criança deva ou não depor, deve ou não depor?

[pronunciamento fora do microfone]

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Por exemplo, da menina, no caso Isabella, por exemplo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, eu concederei a palavra ao Dr. José Antonio Daltoé.

SR. JOSÉ ANTONIO DALTOÉ: São várias as questões que a Senadora fez. Mas isso ocorre, Senadora, isso ocorre de crianças, e eu recomendo. Nós fazemos muitas precatórias lá em Porto Alegre de juízes, ao redor de Porto Alegre que pedem para nós ouvirmos as crianças.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas o senhor acha que isso seria o normal em todos os estados do Brasil?

SR. JOSÉ ANTONIO DALTOÉ: Mas isso... Não. Eu acho, Senadora... A lei é geral. A Dra. Esther disse que a lei do depoimento sem dano não pode ser feita para o Dr. Daltoé. A lei atual também não é feita para mim. E crianças são ouvidas. E são ouvidas como vítimas e são ouvidas não como testemunhas, porque não prestam depoimentos, mas também são ouvidas; e são ouvidas daquela outra forma a que nós referimos aqui, com toda essa preocupação. E são muitas crianças.

Ocorre de crianças pequenas, com dois, três anos, nós temos essa... Abaixo de três anos é complicado. É muito difícil. Agora, vai surgir complicador. E se a defesa pedir essa... Ela não vai alegar cerceamento de defesa? Então, são vários complicadores que têm que ser resolvidos. No caso em concreto, não dá para fixar três anos em lei, porque tem crianças com cinco anos, e não vão ter condições de prestar depoimento; e têm outras que com quatro têm condições.

Tem que fazer a avaliação do caso em concreto e tem direito a recurso, se a parte, se o responsável legal não concordar, pode recorrer dessa decisão. Então, isso vai ter... Pode juntar um laudo, algo nesse sentido. Agora, é muito difícil, porque crianças com quatro anos têm crianças que conseguem falar e têm crianças que não conseguem falar.

Só para... O Senador Flexa, o técnico ele é um facilitador do depoimento. Ele não repete perguntas. Ele tem autonomia técnica, e isso está dentro do art. 151 do Estatuto da Criança e do Adolescente. O sistema de audiência presidencial é presidido pelo juiz, mas o técnico não repete, ele adapta a pergunta e, inclusive, diz: "Essa não dá", porque ele é mais um filtro daquilo que vai chegar para a criança. Então, isso está previsto já no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O art. 202 do Código de Processo Penal, ele fala que não pode prestar depoimento, mas o nosso sistema processual penal – é complicado aqui falar – ele não tem a prova tarifada, não tem prova que valha mais do que outra. Pode-se ouvir uma criança dessas, e o juiz, na decisão judicial, fundamentar, com base num

depoimento, que não foi tomado compromisso. Nós vemos nos filmes americanos: não tomou compromisso. Então, não tem validade, retiro daqui. O nosso sistema não é assim. Não existe a prova tarifada.

Os crimes sexuais, por óbvio, por não terem testemunhas e, em 90% dos casos, não terem exame, prova da materialidade, a palavra da vítima é muito importante. Outras poderão se somar a ela, mas ela se faz indispensável. Não tem como.

Tempo de capacitação. O Fernando pode dizer, eu acho que dá para em duas semanas, com *full time*, oito horas por dia, quem já tem iniciação nessa matéria, lendo o material com antecipação, com um curso, dá para ter alguma coisa, melhorar.

A idéia do Rio Grande do Sul, Senadora, nós estamos começando lá. Não é ter técnico em toda cidade; não existe para isso. O que nós fizemos, botamos 14 cidades regionalizadas no Estado, e colegas vão até lá, que querem fazer dessa forma. Ele não é obrigatório, ele é preferencial, onde ele existe.

Agora, a idéia é que cada vez mais se capacitem técnicos. Isso aí vai levar um bom tempo. A lei da Argentina é de 2004, e eles não têm essa capacitação até agora. E essa questão, como vai ser regulamentada até a questão da eliminação de ceder a guarda, o acolhimento inicial, isso pode ser feito na via administrativa. O próprio CNJ pode abrir um debate a respeito e regular: "A criança que vai ser ouvida por esse método tem que chegar tanto tempo antes; depois vai ser encaminhada para a rede de proteção, se houver necessidade".

A lei não precisa entrar em tanta minúcia. Isso pode ser feito por regulação administrativa. Todos esses que apoiaram o projeto, que constam do depoimento, eles foram lá, Senadora. Eles auditaram o programa. Eles participaram, propuseram. Esse debate já vem sendo realizado há cinco anos. O Conselho de Psicologia, Dra. Esther, foi convidado, nenhuma vez foi lá. Foi convidado desde o início, que começou em 2003. Reiterados os convites para o Conselho Regional, não quis participar, não quis verificar *in loco*, não quis propor alternativa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ ANTONIO DALTOÉ: Não, estou falando o regional. E o... E a Sociedade de Psiquiatria, até na moção de apoio que falo, ela disse que não é uma proposta acabada, mas tem que implantar e propõe a rediscussão dentro de cinco anos. É algo que consta dentro da moção.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pelo que eu pude entender [soa a campanha], é que a questão da psicologia é uma questão de princípios; eu

acho que é o que rege. Eu acho que jamais o conselho de Psicologia iria se adequar a esse projeto, uma vez que o objetivo do trabalho da psicóloga, no caso, é inteiramente diferente. Ela vai trabalhar a criança na recuperação. E dar o tempo da criança. Ela não vai fazer com que o tempo seja diminuído ou visto, ali, sem que a criança esteja preparada para isso. Ela vai dar um tempo, que é um tempo muito mais longo. Se a criança não quiser falar, ela não vai falar nunca [soa a campanha].

Então, eu acho que a preocupação dela é exatamente essa, porque, de certa forma, o depoimento induz à fala. O cuidado para se conseguir, que o objetivo é conseguir a prova, e, obviamente, ele vai forçar ou pelo menos buscar um tempo para que essa prova exista, e da psicologia, não. Ela trabalha com o tempo que a criança quer se dar. Eu acho que é isso [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu concedo à nobre Dra. Esther Arantes para uma breve intervenção, lembrando que já estamos na Ordem do Dia.

SRA. ESTHER ARANTES: Apenas para esclarecer, porque o Dr. Daltoé disse que o conselho foi chamado inúmeras vezes, eu não posso dizer, talvez seja o Conselho Regional, mas, aqui, nós estamos tratando do Conselho Federal e nós gostaríamos muito que esse convite fosse feito, Dr. Daltoé, e aceitaríamos com o maior prazer [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo, agora... Pois não.

SRA. VELEDA DOBKE: Eu gostaria de me manifestar, aqui, no sentido de entender que o Conselho Federal de Psicologia está, evidentemente, muito preocupado, assim como nós do Direito e preocupados, assim, com esse novo papel do psicólogo. Cada vez que temos uma nova demanda e precisamos dar uma nova resposta, nós ficamos atentos, preocupados, com toda a razão; queremos sempre fazer o melhor possível.

E, agora, examinando, então, a documentação que nos foi entregue, aqui, vimos no parecer, no manifesto da Dra. Lúcia Cavalcanti Albuquerque Williams, que é coordenadora do Laboratório de Prevenção da Violência, da Universidade Federal de São Carlos, pessoa que estuda muitíssimo o abuso sexual intrafamiliar, uma pesquisadora que tem publicado no exterior muito, ela diz o seguinte: que o psicólogo não tem apenas um verdadeiro papel, e sim múltiplos.

Por exemplo, um profissional poderia especializar-se na inquirição de criança; outro, em avaliação e elaboração de laudos; outro, em intervenções com crianças vítimas de abuso.

Então, é isso o que nós pensamos, o profissional da psicologia ele tem tantos conhecimentos sobre o desenvolvimento da criança, como ouvir a criança, em que momento ouvir, como pode ser feito; eu penso que ele é um profissional, vamos dizer, com mais possibilidades de auxiliar do que outro. Mas isso não quer dizer que outro profissional da área da saúde, com esta capacitação, que é necessária para ouvir a criança, o faça.

Então, eu penso que nós temos que estar atentos, assim, às novas demandas. Nós estamos num processo acelerado, estamos com mudanças muitíssimo aceleradas e precisamos estar atentos a essas novas demandas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo, agora, ao fim ao Dr. Fernando Luiz Carvalho, para a sua intervenção final, e possamos, assim, dar por encerrada a Audiência Pública convocada pela Senadora Lúcia Vânia.

SR. FERNANDO LUIZ CARVALHO: Apenas respondendo, aqui, anteriormente, ao questionamento quanto às ações do Governo Federal, na perspectiva da expansão da experiência do depoimento sem dano, o equipamento para se constituir, para se compor essa sala de inquirição diferenciada, ele deve custar em torno de 20 mil reais.

A capacitação, como o Daltoé falou, inicial, para essa equipe técnica que deve acompanhar o projeto, ela... se pensa em uma capacitação inicial em torno de duas semanas, como dito, e, além disso, também todo um processo de capacitação continuada, de supervisão, de avaliação dos casos, da intervenção desses técnicos para o aprimoramento da técnica.

Quanto às experiências já apoiadas, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos apóia, através de convênio, uma experiência no Rio Grande do Norte, outra no Acre e a própria experiência do Rio Grande do Sul, e estávamos com o edital aberto, até ontem, o edital da Secretaria Especial de Direitos Humanos, em que havia uma linha de financiamento para experiências voltadas para os procedimentos de inquirição especial, no recorte do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, complementou, ainda, dizendo que estamos com um projeto, em parceria com o CONANDA e com a ONG WCF, de realização de uma pesquisa, tanto de avaliação das experiências em nível nacional como em nível internacional, culminando, aí, com um encontro, onde essas experiências vão ser amplamente debatidas e, logicamente, esperamos compor esse debate da maneira mais democrática e mais ampla possível, e o CFP é um integrante fundamental.

Além disso, a gente vai ter uma capacitação para técnicos que já estão atuando nesses projetos. Além dos que nós estamos financiando, existem outros projetos sendo implementados, através de outros apoios, e, então, vai haver um projeto de capacitação, em que a gente tem conversado, basicamente, a partir da experiência já adquirida no projeto de Porto Alegre, por ser uma experiência pioneira aqui no país.

E, por fim, lembro que esse assunto ele vai voltar à pauta, ele vai ser amplamente discutido também no III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, que o Brasil sediará em novembro, no Rio de Janeiro.

Fazendo as considerações finais, tentando ser o mais breve possível, eu queria muito agradecer o espaço. Acho que o debate é muito rico, e estamos de acordo com o Conselho Federal de Psicologia e com o CONANDA de que esse debate tem que ser ampliado, mas também dizemos que estamos a favor do projeto de lei que hoje se encontra aqui nesta Casa.

A gente acha que esse projeto tem muito a contribuir e que a gente não pode ficar pendente de mais debates, lembrando que ele já é oriundo de uma CPMI de 2003 e 2004. Então, já tem um longo tempo de tramitação. Lógico que outras experiências, outras discussões podem enriquecê-lo, podem alterá-lo e podem chegar a uma proposta cada vez melhor; o que não impede que não caminhemos com o que já temos hoje. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu acho que a Senadora Lúcia Vânia--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu acho que todos os senadores, aqui, estão divididos. Mas, de qualquer forma, eu quero agradecer.

A gente vai refletir mais. Eu acho que realmente o projeto demanda um pouco mais reflexão. Acho que todos os que colocaram a sua fala aqui puderam mostrar a complexidade do projeto. Eu, pessoalmente, não obtive resposta se isso generalizaria o depoimento das crianças, se poderia generalizar o projeto ou se seria mais prudente a gente aproveitar, e aí o Governo é que poderia falar ou responder, aproveitar a experiência do Rio Grande do Sul e implementar aos poucos essa nova experiência, antes de se tornar lei. E daria tempo, nesse intervalo, de se fazer o debate mais amplo.

SR. FERNANDO LUIZ CARVALHO: Isso já está acontecendo. Temos três experiências que estão sendo apoiadas atualmente. Eu só acho que a gente precisa fazer uma ressalva, a sensibilidade dos magistrados e promotores deste país não vão vir a partir de um projeto de lei.

A gente sabe que, por exemplo, hoje, existem Varas especializadas, em que o próprio magistrado faz questão de colocar a vítima na frente do acusado, na frente do seu advogado, numa sala de audiência extremamente constrangedora.

Então, a questão da sensibilidade dos nossos profissionais que estão atuando no sistema de Justiça, de fato, não será jamais resolvida com um projeto de lei [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, eu gostaria também de dizer, ao final, que, na realidade, pelas palavras do Dr. Fernando Luiz Carvalho, eu acho que os questionamentos da Senadora Lúcia Vânia, em parte, foram atendidos, na medida que ele anunciou uma série de providências que serão tomadas que vão ajudar e instruir o projeto de lei.

Eu sempre tenho presente que o Brasil não quer muitas leis, quer boas leis. A gente não deve ter, como disse, em certa feita, o poeta: “nós não podemos ter a pressa que aniquila o verso”. Entendeu? Nós temos que estar sempre atentos a essa questão.

Houve, no começo do século passado, um jornalista chamado Pedro Dantas; na realidade, o nome dele era Prudente de Moraes Neto, neto do Prudente de Moraes que foi Presidente da República, como sabem. Ele, de certa feita, num artigo que ele fez num jornal – e esse artigo está parcialmente transcrito na obra de Gilberto Freyre –, que diz assim: “*O Parlamento não é fábrica que se deva caracterizar pela produção. Sua maior virtude estará sempre naquilo que depura, discute, analisa*”. Porque, de fato, depois que um projeto vira lei, ele passa a ser cogente, obrigatório, e uma série de conseqüências. E por isso que eu fico muito preocupado, às vezes, quando nós estamos muito... Aqui na Casa, também na Câmara, em às vezes medir produção, etc., e que, na verdade, isso é importante, mas não é o ideal. O ideal, talvez, seja fazer o que a senhora está mesmo procurando fazer e que eu acho que é esse o caminho: fazer uma reflexão, discutir, ouvir e chegarmos a um caminho que, inclusive, possa colocar o país, quem sabe, numa posição de vanguarda na solução desse problema. Porque esse também não é um problema especificamente brasileiro.

Então, agradecendo à presença de todos, inclusive dos que participaram desta assembléia e desta Audiência Pública, e dizer que declaro encerrada a presente reunião e convocando uma ordinária para amanhã às dez horas da manhã, hora regimental.

[palmas]

Sessão encerrada às 16h57.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia oito de maio do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JOÃO RIBEIRO, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, ALMEIDA LIMA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, VIRGÍNIO DE CARVALHO, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, JOÃO TENÓRIO, FERNANDO COLLOR, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, FRANCISCO DORNELLES, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, GEOVANI BORGES, CÉSAR BORGES, ROSALBA CIARLINI, FLEXA RIBEIRO E JEFFERSON PÉRES**. Justificou a presença o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O presidente faz a leitura do aviso Nº 26, de 2008, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do inteiro teor do Comunicado feito pelo Ministro Marcos Vinícios Vilaça, em 23 de abril de 2008, na Sessão Ordinária do Plenário do Tribunal de Contas da União. Cópia do referido expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. O Presidente coloca em votação o Requerimento nº 28, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que *Requer, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ministro Marcos Vinícios Vilaça, para, em Reunião de Audiência Pública, prestar esclarecimento perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a revisão das tarifas pactuadas pela utilização da energia produzida pela hidrelétrica binacional de Itaipu*. Aprovado. O presidente convida o embaixador João Batista para compor a mesa. O presidente inicia a apreciação dos itens fazendo a inversão da pauta. **Item 3:** Mensagem (SF) nº 73, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Raul de Taunay,*

Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malaui.” O Presidente concede a palavra ao Senhor Senador **JARBAS VASCONCELOS** para fazer a leitura de seu Relatório. **Item 1:** Mensagem (SF) nº 60, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia”. O Presidente abre o processo de votação e concede a palavra à Senadora **ROSALBA CIARLINI** para fazer a leitura de seu Relatório. O Presidente faz a apreciação dos itens Extrapauta. **Item 1:** Requerimento nº 27, de 2008 – CRE, de autoria do Senador João Tenório, que “requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta entre a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir os recentes questionamentos feitos principalmente pela União Européia na questão preço de alimentos versus biocombustíveis e o trabalho da força tarefa designada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, com a participação dos seguintes convidados; 1 – Sr. Miguel Jorge, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; 2 – Sr. Guilherme Cassel, Ministro do Desenvolvimento Agrário; 3 – Sra. Marina da Silva, Ministra do Meio Ambiente; 4 – Sr. Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 5 – Sr. Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores”. Aprovado. **Item 2:** Requerimento nº 14, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, que “nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, requer sejam apresentados ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, Exmo. Sr. Almirante-de-Esquadra Álvaro Augusto Dias Monteiro, votos de louvor e congratulações pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais, tradicional Força da Marinha do Brasil.” Aprovado. Os Senadores PEDRO SIMON, EDUARDO SUPPLY FERNANDO COLLOR E ROSALBA CIARLINI fazem uso da palavra. O Presidente pauta o Requerimento nº 29, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy que *Requer nos termos Regimentais que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa, Senhor Nelson Jobim, com a finalidade de prestar esclarecimentos acerca de questões relacionadas à demarcação da*

área indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Aprovado. **Item 3:** Requerimento nº 26, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros, que “requer, nos Termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado a prestar esclarecimentos nessa Comissão o Comandante Militar da Amazônia, General Augusto Heleno. A Imprensa publicou nos últimos dias declarações do General proferidas no seminário: “Brasil, Ameaças a sua Soberania”, onde ele fez duras críticas à política indígena brasileira e considerou uma ameaça à soberania nacional a reserva contínua de 1,7 milhão de hectares na região de fronteira. o General acrescentou ainda que a política brasileira é caótica e lamentável.” Aprovado. Os Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon fazem uso da palavra. O Presidente concede a palavra ao Embaixador João Batista para fazer sua explanação. **Item 2:** Mensagem (SF) nº 72, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Carlos Antonio da Rocha Paranhos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o Cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Geórgia e à República do Uzbequistão.” O Presidente concede a palavra ao Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. O Presidente faz um comunicado sobre a viagem à África. O Senador Eduardo Suplicy faz uso da palavra. Senador Eduardo Azeredo assume a Presidência. O Presidente em exercício relata sua viagem ao Japão. A Senadora Rosalba Ciarlini faz uso da palavra. O Presidente em exercício torna a reunião secreta às onze horas e quarenta minutos. O Presidente em exercício reabre a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. O Presidente em exercício comunica a aprovação dos embaixadores. O Presidente em exercício nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **HERÁCLITO FORTES**, Presidente.

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS e 47 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro

aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de iniciar a pauta de apreciação, comunico aos membros que esta Comissão recebeu, para conhecimento, o Aviso nº 26, de 2008, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do inteiro teor do Comunicado feito pelo Ministro Marcos Vinícios Vilaça, em 23 de abril de 2008, na Sessão Ordinária do Plenário do Tribunal de Contas da União. Esclareço ao Plenário que o pronunciamento do Sr. Ministro se refere às notícias de que o Governo do Paraguai tem como prioridade a revisão das tarifas pactuadas pela utilização de energia produzida na Hidroelétrica Binacional de Itaipu. O Ministro Marcos Vilaça propõe àquele Tribunal ações referentes ao acordo bilateral no contexto do acompanhamento geral das contas públicas. Cópia do referido expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Eu queria aproveitar esta oportunidade e, se houver concordância de todos, apenas nós formalizáramos que se fizesse um convite ao Ministro Vilaça para vir a esta Comissão falar sobre o Tratado, uma vez que está sob sua responsabilidade um relatório sobre a matéria. Todos concordam? Então eu pediria apenas que se providenciasse e assinaríamos. Portanto, está aprovada a sugestão pelo Requerimento nº 29, de 2008 – CRE.

Dando prosseguimento à nossa Reunião, convido para compor a mesa o Sr. Embaixador João Batista Cruz, que representará o Brasil, se aprovado, como Embaixador em Santa Lúcia.

Nós temos hoje a aprovação do nome de três Embaixadores. Porém, os Embaixadores Carlos Antônio da Rocha Paranhos e Raul de Taunay já são Embaixadores e as respectivas Mensagens em apreciação, que são os Itens 2 e 3, são para aprovação de cumulatividade com outros países. Sendo assim, não há necessidade de suas presenças nesse dia.

Eu vou inverter a pauta, com permissão da Senadora Ciarlini, e colocar o Item 3, uma vez que o Senador Jarbas tem compromisso no Plenário agora, é o primeiro ou o segundo orador. Então vou atendê-lo.

Portanto, passaremos aos Item 3, Mensagem nº 73. “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Raul de Taunay, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do

Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República dos Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malauí”. Com a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Mensagem Presidencial encaminhando à Casa o nome do Embaixador Raul de Taunay para, cumulativamente, exercer a embaixada do Brasil junto à República do Malauí.

Recentemente, Sr. Presidente, apenas por uma questão de economia, recentemente o aludido Embaixador já foi submetido, seu nome foi submetido à apreciação aqui para representar os interesses do Brasil junto à República do Zimbábue. Agora vem a complementação para que ele possa, também, representar os interesses do país junto à República do Malauí.

Aqui já foi analisado o *Curriculum Vitae* dele, o seu histórico, a sua carreira diplomática junto ao Itamaraty, de forma que, Sr. Presidente, daí inclusive se dispensa a presença de S. Exª. Nós não vislumbramos nenhum obstáculo para que a Comissão de Relações Exteriores possa aprovar o nome do Embaixador para, cumulativamente, representar o Brasil junto à República do Malauí. É o Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse é o Parecer, não há necessidade de esclarecimentos.

Passaremos, então, agora ao Item 1, Mensagem nº 60. “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia”. A autoria é da Presidência da República e a Relatora é a Senadora Rosalba Ciarlini, a quem concedo a palavra.

Quero antes, excepcionalmente, Srs. Senadores, tendo em vista a Sessão deliberativa marcada no Plenário para logo mais, abrir, optativamente, o processo de votação. Os Senadores estão com o processado em mãos e poderão, se tiverem convicção de voto, exercê-lo, portanto, a partir de agora. Com a palavra a Senadora.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O indicado, Sr. João Batista Cruz, é Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores. Ele é mineiro, ingressou no Instituto Rio Branco em 1975, tornando-se Terceiro Secretário no ano subsequente. Tornou-se Segundo Secretário em 1979, por merecimento foi promovido a Primeiro Secretário em 1986, a Conselheiro

em 1994 e a Ministro de Segunda Classe em 2001. Em 2004 tornou-se Ministro de Segunda classe do Quadro Especial. Exerceu cargos e missões importantes em que participou. Cumpre destacar: Assessor do Departamento de Cooperação e Divulgação Cultural e no Departamento da África; Cônsul Adjunto e Encarregado do Consulado-Geral em Montevideú; Primeiro Secretário Encarregado de Negócios da Embaixada de La Paz; Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado; Conselheiro na Embaixada em Roma; Cônsul-Geral Adjunto e Encarregado do Consulado Geral em Assunção; Embaixador em Bissau. Missões e cargos que ele exerceu com grande excelência. O Sr. João Batista Cruz possui as seguintes condecorações: Ordem Bernardo O'Higgins, do Chile, no grau de Cavaleiro, e a Ordem de Rio Branco no Grau de Grã-Cruz. Na área acadêmica possui o curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, onde apresentou tese versando sobre o Paraguai pós-Stroessner – Autoritarismo e Democracia. Foi, ainda, um dos organizadores da obra CPLP, oportunidades e perspectivas publicadas pelo Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais e Fundação Alexandre Gusmão.

Consta, ainda, do processado, além do *Curriculum Vitae*, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre Santa Lúcia. Entre outras informações o documento contempla dados básicos, econômicos e, ainda, sobre relações bilaterais com o Brasil. Trata-se, Santa Lúcia, de democracia parlamentar que integra a Organização dos Estados do Caribe Oriental. Primitivamente habitada por índios da tribo Aruaque, a ilha foi submetida ao domínio britânico em 1814, após ter sido explorada por Espanha e França. Tornou-se independente em 1979 e tem a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado. A economia de Santa Lúcia é extremamente dependente do turismo, do setor de serviços e da lavoura da banana. As relações bilaterais entre Brasil e Santa Lúcia caracterizam-se pela cordialidade, nos pedidos de apoio em eleições de organismos multilaterais dirigido pelo Brasil à Comunidade do Caribe – CARICOM. Santa Lúcia, como regra, tem seguido posição de consenso, alcançada dos demais membros. A Agência Brasileira de Cooperação, em 2005, ofereceu auxílio na área de biocombustíveis. Além disso, Santa Lúcia manifestou interesse em estabelecer laços de cooperação bilateral em áreas como combate à pobreza e desigualdade, habitação, urbanização e atendimento de necessidades básicas da população, com especial interesse em bolsas de estudos de ensino técnico.

O comércio bilateral é irregular. As importâncias brasileiras nos anos de 2002, 2003 e 2005 foram insignificantes. De outro lado, em 2007, as exportações

ultrapassaram um milhão de dólares, em virtude da compra de óleos brutos de petróleo. Os Principais produtos brasileiros vendidos em Santa Lúcia são materiais cerâmicos, combustíveis minerais e produtos derivados da madeira.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório. É esse o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Lido o relatório, antes de passar a palavra ao Embaixador, nós temos dois requerimentos que serão lidos.

Item 1, Requerimento nº 27. “Requer nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta entre a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa com o objetivo de discutir os recentes questionamentos feitos, principalmente pela União Européia, na questão preço de alimentos versus biocombustível e o trabalho da força-tarefa designada pelo Exmo. Sr. Presidente da República com a participação dos seguintes convidados: Sr. Miguel Jorge, Ministro do Desenvolvimento das Relações Exteriores, Sr. Guilherme Cassel, Ministro do Desenvolvimento Agrário, Sra. Marina Silva, Ministra do Meio-Ambiente, Sr. Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o Sr. Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores”. O autor do requerimento é o Senador João Tenório. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 2, Requerimento de nº 14. “Nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado, requeiro seja apresentado ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa do seu Comandante, o Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Álvaro Augusto Dias Monteiro, os votos de louvor e congratulações pela passagem por duzentos anos dos fuzileiros navais, tradicional força da Marinha brasileira”. A autoria é do Senador Fernando Collor. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não tinha um requerimento que foi apresentado, se eu não me engano, pelo Senador Arthur Virgílio, mas V. Exª. viajou, para convidarmos o General Comandante da Amazônia para vir fazer uma análise sobre o pronunciamento dele com relação àquela região?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É um requerimento de autoria...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): ...Do Senador Arthur Virgílio. Eu apresentei, também, em Plenário, só que eu referendi o dele, S. Ex^a. que falou em primeiro lugar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, colocaremos em pauta na próxima Sessão, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não dá para apresentar agora, Presidente, porque faz tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É que não está elencado aqui agora e o Senador Arthur Virgílio não estaria em Plenário. Mas eu posso contatar com o Senador Arthur Virgílio e--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas eu acho que é unanimidade, é só convidá-lo e marcar quando quiser. Eu não estou pedindo que marque, eu estou pedindo que se delibere em convidá-lo e V. Ex^a. depois marca quando quiser. Eu não estou pedindo para marcar agora não, pelo amor de Deus.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite-me.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. presidente, apenas para aqui dialogar com o Senador Pedro Simon. Outro dia, foi por ocasião da posse do novo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, em que o Ministro da Defesa Nelson Jobim me disse que gostaria até de dialogar com os Senadores a respeito do propósito sobre o convite feito ao Comandante da Amazônia, que ele gostaria de estar se dispondo a vir aqui com respeito a este assunto e dialogar. Eu até recordei a ele que há alguns requerimentos de informação que foram encaminhados ao Ministro da Defesa que estão para serem respondidos por ocasião da presença dele. Salvo engano já foi aprovado, há mais de um requerimento sobre possíveis indagações que Senadores desejam fazer ao Ministro da Defesa, e ele incluiria o diálogo a respeito desta questão do General Heleno. Mas, apenas esta é uma observação, uma informação que eu estou dando ao Senador Pedro Simon e à Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Fernando Collor, sobre o mesmo assunto.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu gostaria de dizer que acho muito oportuno o requerimento apresentado pelo Senador Arthur Virgílio e referendado pelo Senador Pedro Simon. O General Heleno é uma das melhores

figuras do Exército brasileiro. Ele é tríplice corado. Ele é um homem de uma grande envergadura intelectual, um nacionalista que defende o nosso território e, sobretudo, agora, com esse arco de instabilidade que nos cerca, manifesta a sua preocupação com o que está acontecendo naquela região. Por isso eu acredito que a presença dele, dele pessoalmente aqui na Comissão de Relações Exteriores, seria de muita utilidade para esclarecer diversos aspectos do problema que estamos vivenciando naquela região.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, houve algum entendimento para V. Ex^a. e o Senador Pedro Simon ou colocaremos em votação?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sou totalmente favorável. Eu não sei apenas se é de se ouvir o General primeiro. O mestre está aí, tem que tirar o chapéu para o Presidente Collor, que teve a coragem de mexer nessa residência. Depois dele, o Ministro da Justiça Jobim fez um levantamento muito importante que discutia essa matéria. Quando o Ministro Jobim saiu, entrou o Ministro Íris e mudou. E o Presidente Fernando Henrique apresentou a proposta que, se não me engano, é essa que está aí. Então há uma discussão e eu acho que a presença do Ministro Jobim seria importante porque, quando Ministro da Justiça, ele apresentou um quadro que é mais ou menos o que está sendo debatido hoje. Eu acho que o Presidente Collor, o Jobim e o General são figuras muito importantes porque eu acho que, com toda sinceridade, nós temos que entrar nessa matéria, eu não sei se o Presidente concorda comigo, com seriedade e com profundidade, sem a paixão. Eu quero o que é bom para o Brasil. Eu não estou dizendo nem que é "a" e nem que é "b". Eu não concordo com o General ter feito da maneira que fez, eu tenho que reconhecer que não foi correto, mas o conteúdo do que ele disse eu acho nós tínhamos que analisar. Uma coisa não é concordar a matéria de fazer e outra coisa é analisar e debater como é esse conteúdo. Eu sou muito sincero nessa questão. Eu acho que de um lado eu sou defender dos índios, de paixão, a favor, eu acho que eles têm direito, nós temos que dar solidariedade. Mas a dúvida que eu tenho, eu vou ser muito sincero, é na área de fronteira. Eu acho que essa história de botar lá a Nação Yanomâmi na área de fronteira e do lado de lá também a Nação Yanomâmi, daqui a pouco o mundo vem aí pedir que... Eu acho isso delicado. Eu acho que deixar na fronteira uma área de todo o Brasil e os Yanomâmi e os índios dê... Na minha opinião pode dar o dobro do que estão dando, não estou discutindo o tamanho, eu só estou discutindo área de fronteira. Eu acho que na área de fronteira, olha o que

está acontecendo lá? O Ministro da Justiça está lá, eu quero cumprimentá-lo, ele fez muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É um assunto que V. Ex^a., até pela origem, fala de cadeira, porque sabe que de um Estado onde a vida inteira o Rio Grande preservou as suas fronteiras. V. Ex^a. tem autoridade para falar pela história que o seu Estado representa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Modéstia à parte, aquela região foi o Plácido de Castro que teve uma grande colaboração na vida do Acre para nós. Então eu acho que nós devemos, eu não sei se o Presidente concorda, com profundidade analisar e discuti-lo com serenidade, não é nem com paixão, nem com isso e nem com aquilo, mas é discutir com serenidade. Eu acho que o General, com todo respeito, merece ser ouvido. Não temos que nos preocupar com a manchete, quer dizer, do que ele falou lá, falar: "Não, agora ele veio falar a tese(F) que ele está apresentando. Eu acho que o Senador Suplicy falou, o Ministro Jobim, eu digo porque ele é importante, porque foi ele, quando Ministro da Justiça, ele foi para lá, ainda me contado ontem à noite, o Milton Seligman, que era chefe de gabinete dele, que eles foram para lá, foram para a região e ficaram eu não sei quantos dias na região, em toda aquela região de fronteira, e ele, era nove horas, seis horas da noite, ele estava de helicóptero, aí o Comandante do helicóptero disse: "Olha, se nós não sairmos daqui em meia hora, nós não saímos mais daqui". E ele ficou até as dez, onze horas da noite, dois helicópteros levantaram, foram até Rio Branco no escuro, os caras não sabem como chegaram aqui. Diz que o Jobim é mais do que corajoso. Como que ele diz? Ele é meio....

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Gaúcho.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É por aí. Eu tomo como carinho, hein, eu não tomo como provocação. Eu recebi, é isso que eu estou dizendo (*risos*), porque eu acho que eu estou totalmente favorável. A única coisa que V. Ex^a. tem que cuidar, viu Senador, é no que tange a trazer o Jobim, que eu acho que tem que trazer, mas não melindrar o Ministro da Justiça lá, para não dizer que--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria fazer uma proposta: o Senador Suplicy, que ultimamente tem atuado muito bem como Líder do Governo, reassumiu as suas convicções, formaliza e nós, então, faríamos uma agenda--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Ex^a. está fazendo uma provocação que não é verdadeira, eu não concordo. O Suplicy não tem agido como Líder do Governo, não é verdade. O Líder do Governo

autêntico, que representa pessoalmente o Governo, é o Senador Jucá. Agora o Líder das idéias, do velho PT, esse é o Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador Romero Jucá, com todo respeito, é o Líder dos Governos. Ele é o Líder do Governo. Bom, de qualquer maneira, então, aprovaríamos o requerimento dele, por questão até de respeito hierárquico, receberia-se o Ministro Jobim e em seguida o General Heleno.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Na mesma Sessão?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, seriam Sessões diferentes, por causa até da hierarquia.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Tem que ser diferente porque o General tem um extirpe, ele é um homem do Exército, tem uma paixão por aquela região, na defesa daquilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente Collor.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Daqui a trinta anos vai nascer uma Nação dentro da Amazônia [ininteligível] O General fala com paixão e o Jobim já é mais objetivo.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Tá bem.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Uma presença pode inibir a outra.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, eu acho que o senhor está com toda a razão. Essa seria a coisa lógica, um e outro, mas eu acho que o General Heleno realmente vai nos trazer informações importantíssimas. Nós precisamos conhecer melhor, saber melhor e ninguém mais do que ele que viveu e que tem essa paixão pela Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos atender a esse apelo do Senador Suplicy, que será de grande valia para ele. Apenas pediria que V. Ex^a. formalizasse.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu só queria lembrar, então, já há mais do que um convite formulado ao Ministro Jobim para esclarecer diversos pontos e a isso estão pendentes, já foram aprovados. Então a minha sugestão--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A convocação do Ministro Jobim--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É um convite, acho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): — ou o convite. Tem algum convite pendente?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pendente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para tratar de quê?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tem diversos, eu mesmo havia feito. Então eu gostaria, apenas, de acrescentar--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Olha, aqui há um convite, mas é para uma Sessão conjunta. Eu apelaria a V. Ex^a. para simplificar, já que o assunto é específico, que fosse feito o convite para a gente discutir exatamente o assunto. Estaria aprovado aqui, convocando-se todos os Senadores, apenas V. Ex^a. formalizaria. Está certo?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu pediria até à Secretaria se puder...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): ...Para providenciar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): ...Providenciar um breve requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Um convite, exatamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas que, na minha avaliação, Sr. Presidente, quem sabe pudéssemos fazer na mesma visita. Não?

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, na mesma visita não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Separado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Dentro da importância que ele tem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Dentre os assuntos que estaria o Ministro para responder--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Ex^a. é de um partido que respeita muito a hierarquia. Não vamos defender a hierarquia do [ininteligível] e quebrar a dos outros.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está um assunto relacionado, de alguma maneira, referente à segurança na Amazônia, porque refere-se àquela reportagem da "Isto É", um esclarecimento sobre em que medida estaria havendo ali um movimento de guerrilhas no Amazonas. Então é um assunto relativamente simples para que o Ministro nos esclareça a respeito. E esse de maior complexidade, obviamente, eu acho que dentre os assuntos, eu me lembro que havia este. Outros assuntos, também, foram de iniciativa de outros Senadores, mas eu não vejo prejuízo de um Ministro, quando vir aqui, para esse assunto relativo a Roraima,

possa também esclarecer este outro episódio. Eu não vejo problema, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pronto. Então os Srs. Senadores que aprovam o requerimento do Senador Eduardo Suplicy permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento nº 29, de 2008 – CRE.

Requerimento nº 26. "Requeiro, nos termos regimentais e constitucionais, que seja convidado a prestar esclarecimento nessa Comissão o Comandante Militar da Amazônia General Augusto Heleno". A fundamentação é exatamente baseada no que foi publicado na imprensa sobre declarações por ele prestadas. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu só queria lembrar, Sr. Presidente, que...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): ... que há um requerimento já aprovado, eu acho que dos Senadores Arthur Virgílio, Senador Pedro Simon, eu próprio e outros apresentamos, no sentido de convidar o Ministro Roberto Mangabeira Unger para aqui expressar as atividades da sua pasta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para falar da Amazônia do futuro. Nós vamos resolver a questão presente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas, de qualquer maneira, foi aprovado o requerimento, então para o momento que V. Ex^a. considerar adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero até comunicar a V. Ex^a. que o assessor do Ministro Mangabeira entrou em contato comigo, com o Presidente da Comissão, já para definir uma data.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então V. Ex^a. será...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Ex^a. me avise a data, a data que o Ministro Unger virá, que além de eu vir eu quero trazer o meu filho para saber qual vai ser o futuro dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, será feita a comunicação a V. Ex^a. e a seu filho. Agora eu quero apenas, Senador Simon, quero apenas que V. Ex^a. me diga se quer que a seu filho eu faça uma convocação ou um convite. De qualquer maneira, eu gostaria da presença dele aqui.

Com a palavra o Embaixador João Batista Cruz.

SR. JOÃO BATISTA CRUZ: Exmo. Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Sra. Senadora, Srs. Senadores, senhoras e senhores. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer a Relatora, a Senadora Rosalba Ciarlini, pelas referências à minha pessoa e cumprimentá-la pelo trabalho realizado.

Eu sinto-me muito honrado em comparecer a esta Comissão e, se me permite, eu gostaria de registrar os meus agradecimentos ao Presidente da República, ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, ao Sr. Secretário-Geral das Relações Exteriores pela oportunidade que me é concedida de, caso vir a ser aprovado por esta Comissão, de ser indicado para o cargo de Embaixador junto a Santa Lúcia.

Santa Lúcia está localizado na região das Antilhas, no Caribe, e a sua história teve início quando os primeiros habitantes, que eram índios procedentes do norte da América do Sul, chegaram ali por volta do Século III.

Devido à importância do porto em Castries, que é a capital de Santa Lúcia, a ilha foi intensamente disputada pelos conquistadores europeus a partir de 1500, tendo trocado de mãos catorze vezes entre franceses e ingleses, terminando, em 1814, sob o domínio da Inglaterra. Em 1967 passou a fazer parte da *Commonwealth* e, doze anos depois, obteve a independência, em 1979.

Eu gostaria de mencionar que Santa Lúcia recebeu dois Prêmios Nobel: em 1979, o Prêmio Nobel de Economia e em 1992 o Prêmio Nobel de Literatura. E é considerada, em função do número de habitantes, como o país que mais recebeu Prêmio Nobel no mundo.

A economia de Santa Lúcia depende fortemente do turismo e do cultivo e exportação de banana, em sua maior parte exportada para a Europa. Em 1999, a decisão da União Européia de extinguir o tratamento preferencial à importação de banana pelas ex-colônias afetou negativamente o comércio de Santa Lúcia, o que levou o Governo às tentativas de diversificação da economia. A partir de então o turismo passou a desempenhar um papel cada vez mais importante na economia do país. Nos últimos cinco anos cresceu o número e o nível dos hotéis em Santa Lúcia que recebem levadas de turistas procedentes, sobretudo, da Europa.

No contexto dos estados insulares do Caribe Oriental, Santa Lúcia se apresenta como pólo político diplomático regional de grande importância, circunstância que se reflete no fato de abrigar a Organização dos Estados do Caribe Oriental, que conta com seis países como membros efetivos e mais três que deverão ser

anexados nos próximos tempos. A OECS conta com um Banco Central, uma Bolsa de Valores, um Supremo Tribunal e uma Agência Conjunta para o controle do tráfego aéreo, o que dá uma certa independência a essa Organização no âmbito do Caribe.

A abertura da Embaixada do Brasil em Santa Lúcia está em sintonia com a orientação no sentido do aprofundamento das relações bilaterais do Brasil com as diversas regiões do mundo em desenvolvimento, o que se constitui em uma base de apoio aos interesses do Brasil nos organismos multilaterais, assim como ao incremento do comércio e, também, a diversificação dos parceiros comerciais.

Os países do Caribe têm aumentado de forma bastante significativa suas relações com o Brasil. Do ponto de vista comercial, o intercâmbio bilateral Brasil/Caribe triplicou nos últimos anos, passando de setecentos mil dólares, em 2003, para mais de dois bilhões de dólares em 2007, sendo que o maior importador, o maior mercado para as exportações brasileiras em 2007 foi exatamente Santa Lúcia, que ultrapassou um bilhão de dólares. O Brasil exporta principalmente produtos derivados do petróleo, álcool etílico, minério de ferro, frangos congelados, óleo de soja, entre outros produtos. Os produtos importados são metais e artefatos de metal, óleos lubrificantes, produtos químicos.

Tem sido demonstrado um grande interesse na aproximação de Santa Lúcia com o Brasil e no fortalecimento das relações em termos políticos e de cooperação no âmbito técnico e científico. Em fevereiro de 2007 foi realizada a visita oficial do Embaixador José Marcus Vinícius de Souza, que é o Assessor Especial do Secretário-Geral para Assuntos do Caribe, como representante do Governo brasileiro a Castries, e em prosseguimento aos entendimentos então iniciados, a Diretora-Geral da OECS, a Dra. Len Ishmael, foi recebida em visita oficial ao Brasil em 2007, tendo visitado diversas instituições como a ENAP, a ESAF, o Instituto Rio Branco e, também, realizou visita ao Senado, sendo recebida pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o Senador Heráclito Fortes.

Ainda neste mês de maio está prevista uma missão a Santa Lúcia em representação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que foi convidado pela OECS – Organização do Estado do Caribe Oriental, para participar do 40º Encontro dos Chefes de Governo da Organização do Estado do Caribe Oriental, que terá lugar nos dias 23 e 24 desse mês de maio. O convite ao Ministro Celso Amorim é visto por mim como uma clara indicação do alto nível de diálogo que vem sendo desenvolvido entre o Brasil e os países da OECS. A Embaixada em Castries, que é a sede dessa Organização, poderá, portanto, desenvolver um amplo trabalho

junto aos seis Estados-Membros e, dentro de pouco tempo, junto aos nove Estados-Membros.

Eu devo dizer que, caso venha a ser aprovado por esta Casa, será para mim uma grande honra participar desse processo de estreitamento e do desenvolvimento das relações entre o Brasil/Santa Lúcia e, conseqüentemente, junto aos países da Organização dos Estados do Caribe Oriental. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 2 da pauta, Mensagem nº 72. “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Carlos Antônio da Rocha Paranhos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente ocupar o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Geórgia e da República do Uzbequistão”. A autoria é do Presidente da República e o Relator é o Senador Pedro Simon. Tendo em vista a ausência do Senador Pedro Simon, eu solicito que o Senador Wellington Salgado exerça o papel de Relator.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, é o Item 2 da pauta. A Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem 72, de 2008, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Carlos Antônio da Rocha Paranhos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Geórgia e a República do Uzbequistão.

O Relator é o ilustre Senador Pedro Simon, eu sou Relator *ad-hoc*. Vamos ao que relatou o ilustre Senador. Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Carlos Antônio da Rocha Paranhos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, além de exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, que hoje também é cumulativo perante a República de Belarus, adicionar, em suas funções de representante diplomático brasileiro, as funções de Embaixador do Brasil junto à República da Geórgia e da República do Uzbequistão.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente – art. 52, inciso IV. O Ministério das Relações Exteriores, aten-

dendo a preceito regimental, elaborou *Curriculum Vitae* do interessado, do qual extraímos para esse relatório as informações que se seguem. Nascido do Rio de Janeiro, filho de Antônio Carlos Azevedo da Rocha Paranhos e Maria Tereza Calazanhos(F) da Rocha Paranhos, concluiu o curso de preparação de preparação à carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1971. No ano seguinte graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também no Instituto Rio Branco concluiu o Curso de Altos Estudos em 1988. Nomeado Terceiro Secretário em 1973, o Diplomata em apreço foi promovido a Segundo Secretário em 1976, a Primeiro Secretário em 1979, a Conselheiro em 1985, a Ministro de Segunda Classe em 1992 e a Ministro de Primeira Classe em 1999, sempre por merecimento. Dentre os cargos exercidos e as missões importantes que participou cumpre destacar os seguintes: Chefe Substituto da Divisão de Política Comercial; Chefe da Divisão da Europa II; Secretário Executivo da Coordenação do Comércio com Países Socialistas da Europa Oriental – COLESTE; Chefe Substituto do Departamento da Europa; Presidente do Grupo Latino-Americano da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO; Ministro Conselheiro Embaixador; Representante Alternado do Brasil na Delegação Permanente em Genebra; e Chefe da Delegação da 10ª Reunião dos Estados-Partes da Convenção contra a Tortura.

Foi, ainda, agraciado com diversas condecorações nacionais e estrangeiras. Consta do processo, além do *Curriculum Vitae* relatado, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores contendo dados referentes às relações bilaterais do Brasil com a República da Geórgia e com a República do Uzbequistão, além de dados gerais sobre a última.

Brasil e Geórgia mantém relações binacionais recentes, iniciadas em dezembro de 1991, quando o Governo brasileiro reconheceu a independência da República da Geórgia. Oficialmente, foi em 28 de abril de 1993 que foram formalizadas as relações diplomáticas. A representação dos interesses brasileiros junto a esta República foram exercidos desde 1996 pela Embaixada brasileira em Moscou. De 1996 para cá, apesar do caráter amistoso no relacionamento entre Brasil e Geórgia, devido às circunstâncias de alternância de ciclos de estabilidade e instabilidade naquela região, não ocorreu oportunidade para aprofundamento nessas relações. Em termos de comércio entre as Repúblicas, ressalte-se que este fluxo teve um ápice de oitenta e sete milhões em 2006, resultado de uma progressão constante e sempre superavitária para o Brasil. De 2006 para cá houve um resfriamento nas relações comerciais, mas elas não perderam a conti-

nuidade, mesmo que em quantidades mais modestas. Hoje é difícil fazer um diagnóstico sobre o futuro das relações bilaterais. De fato há um quadro de incertezas em toda a situação geopolítica que envolve as Repúblicas e Unidades Federativas da antiga União Soviética. Paira uma tensão permanente entre elas e a atual República Russa. As manifestações de caráter de independência étnica e cultural, o desejo de um novo modelo de desenvolvimento de realinhamento político, a adesão de algumas Repúblicas à OTAN, por exemplo, tem contribuído para aumentar a insegurança e a instabilidade da região. Entretanto, como já foi ressaltado, no que se refere ao relacionamento Brasil e Geórgia, se mantida a continuidade do fluxo corrente, a perspectiva natural é de ampliação e aprofundamento nessas relações, que com certeza trarão benefícios a ambos.

A República do Uzbequistão vive um momento de instabilidade política decorrente de ações de grupos religiosos extremistas radicais que, em resposta a atitudes de força do Estado, promoveram, em 2004, uma série de ataques terroristas. Desde então há um forte controle dos meios de comunicação. O Uzbequistão ocupa uma posição estratégica na Ásia central, com a maior população da região, 26,5 milhões de pessoas, um aparato militar que se sobressai localmente, tornando um atraente parceiro para as potências regionais e mundiais. Nessa situação, o Uzbequistão conquistou o apoio dos Estados Unidos para fazer parte da frente mundial de combate ao terrorismo, capitaneado pelos norte-americanos. Em troca, passaram a usufruir de fontes de recursos internacionais, além do apoio do FMI a um conjunto de reformas visitando a modernização e o desenvolvimento do Uzbequistão. Essas mudanças ainda ocorrem de forma muito lenta nas relações bilaterais Brasil/Uzbequistão, que tiveram início em 1993. Vislumbrava-se um quadro positivo de oportunidades de cooperação nas áreas de energia e agricultura. Estes prévios contatos diplomáticos avançaram até o ano de 2007, quando foi assinado o protocolo de entendimento político entre as Chancelarias. No relacionamento comercial, Sr. Presidente, Brasil e Uzbequistão, há que se conhecer que, além de ainda ser incipiente, é parco o volume de transações com o registro máximo da ordem de dez milhões em exportações brasileiras em 2004 e 1,3 milhões em exportação em 2005. Ressalte-se, além do constante estado superavitário para o Brasil nessas relações, o fato de envolver basicamente pouca diversidade de produtos nesse comércio. O Brasil exporta carnes, máquinas e café solúvel e importa algodão, ferro e aço. Claro que a intenção é dinamizar e ampliar este quadro comercial.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório. Sala de Comissões, 30 de abril de 2008. Esse é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Este é o relatório. Antes de iniciarmos a sabatina, eu faço um comunicado. Comunico aos Srs. e Sras. Senadoras que membros desta Comissão realizarão viagem a países da África no período de 10 a 20 de maio do corrente ano. São os seguintes os países a serem visitados: Cabo Verde, Nigéria, Senegal, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola. Os membros: Senador Heráclito Fortes, Marconi Perillo, João Pedro, José Nery e Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu vou também?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro, é evidente, para defender a renda mínima em países que necessitam mais do que os outros. Então sairemos daqui no sábado pela manhã. Está feito o comunicado.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu estou surpreso, porque eu não... Eu preciso até arrumar a minha mala, as minhas coisas [risos]. Domingo é Dia das Mães, eu nem sabia que eu estava nesta delegação, Sr. Presidente. Eu não sabia, fico honrado, mas ainda não sei se vou poder ir.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Ex^a. será a grande estrela dessa viagem porque tem uma tese bem consciente e que todos estão desejosos de ouvir.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, permita, então, aproveitar para informar. Eu recebi, já comuniquei a V. Ex^a., mas à Comissão, a reiteração do convite do Presidente José Ramos Horta para visitar o Timor, e ele já inclusive, em troca de correspondência comigo, informou que a melhor data será na semana de 16 e 17 de junho. No dia 20 e 21 de junho eu terei que estar em Dublin, na Irlanda, para participar como co-Presidente da Coulthier(F) da Rede Mundial da Renda Básica. Então nesta mesma semana eu irei ao Timor Leste para, junto ao gabinete do Primeiro-Ministro Xanana Gusmão e ao parlamento do Timor Leste, expor sobre a Renda Básica de Cidadania. Mas eu temo, Sr. Presidente, que se eu for também à África, ficarei tempo demais ausente das minhas responsabilidades aqui. Eu não posso, eu temo não poder. Eu gostaria de fazer a seguinte sugestão: de me dispor a ir aos países que V. Ex^a. está programando e irá agora e dizer que eu também, lá, me disponho a expor sobre a Renda Básica e tudo, mas eu não consigo ser duas ou três pessoas ao mesmo tempo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Graças a Deus [risos].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então eu agradeço muito de estar na delegação, mas eu acho que agora eu não vou conseguir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Ex^a. é um homem positivo, eu tenho certeza que... E a sua mãe vai compreender a sua ausência no dia, eu tenho certeza [risos]. Não é não, Wellington?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu gostaria de sugerir a V. Ex^a. que, antes de iniciar a Sessão reservada, possa V. Ex^a. nos dar uma breve informação sobre a viagem que, a todos nos interessa, que realizou recentemente à Ásia, como, também, aos Estados Unidos da América, porque sobre as Primárias estão se desenvolvendo decisões de grande relevância. Uma breve palavra sobre o que V. Ex^a. e os demais viram para nós é relevante.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu, antes de dizer a V. Ex^a., nós estamos até concluindo o relatório sobre a viagem da Ásia, como também nos Estados Unidos, no qual fez parte o Senador Virginio. Então eu pediria permissão a V. Ex^a. para se fazer na próxima semana, o que faremos com muito prazer.

Antes de passar a palavra para o primeiro inscrito, para a fase de interpelação, eu passarei a presidência, por alguns momentos, ao Senador Eduardo Azeredo, que deverá aproveitar também para comunicar sua recente ida, representando o Brasil, na Solenidade de Comemoração dos Cem Anos de Imigração Japonesa ao Brasil. Passo a palavra, portanto, ao nobre Senador.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Srs. Senadores, antes de dar seguimento, então, à Reunião, eu quero comunicar que a missão que tive a honra de chefiar junto com o Senador César Borges, Senador Valdir Raupp e o Senador Sérgio Guerra, nós participamos da Solenidade de Comemoração dos Cem Anos da Imigração Japonesa ao Brasil. É muito relevante a importância dada pelo Governo japonês a essas comemorações. Também estavam representantes da Câmara dos Deputados, foram sete Deputados, o Deputado José Rocha, aqui presente, o Deputado Marinha Raupp, o Deputado Jaime Martins, de Minas, o Deputado Osmar Serraglio. Eu não lembro mais, eu estou esquecendo os outros. E os três Deputados de origem japonesa, o William Woo, o Walter Ihoshi e o Takayama, que são os três Deputados Federais que têm origem japonesa e também participaram. A Ministra Dilma Rousseff representou o

Governo Federal, também o Ministro da Aeronáutica, Juniti Saito, que também é de origem japonesa, e o Ministro da Igualdade, recém empossado, o Ministro Edson. Vários empresários brasileiros também estavam presentes, o Presidente da FIESP, Paulo Skaf, os Presidentes das empresas lá de Minas Gerais que têm capital japonês, como a Usiminas, o Presidente Rinaldo Soares, o Fernando Fonseca, Presidente da Senibra, que é uma empresa de papéis Nipo-brasileira, de maneira que a importância dada ao Governo japonês realça a importância que o Brasil também deve dar a estas solenidades, porque a contribuição da colônia japonesa para o crescimento do Brasil é extremamente importante. Hoje nós temos também trezentos mil brasileiros, a maioria são descendentes de japoneses que estão morando no Japão. Então o fluxo que antes foi do Japão para cá, hoje se alterou um pouco, se alterou no sentido inverso. Mas presentes à solenidade estava o próprio Imperador, a Imperatriz, o Príncipe herdeiro, o Primeiro-Ministro do Japão e, ainda, os Presidentes da Suprema Corte, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal do Japão, mostrando, portanto, toda a cúpula do Governo japonês presente, evidentemente também o nosso Embaixador do Brasil, André Matoso, presente, e eu considero que essas comemorações realmente precisam ter a participação permanente do Brasil, na verdade começou apenas e terá uma extensão durante todo esse ano. Senadora Rosalba.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria só de pedir ao Senador Azeredo para que nós pudéssemos ouvir... Estamos ansiosos para ouvir o depoimento do Embaixador João Batista, já foi apresentado o relatório logo no início da Reunião. Ele está aqui para apresentar um pouco do seu conhecimento e das razões de ir para Santa Lúcia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito. Senadora, nós estávamos atendendo a essa fase que o Senador Heráclito fazia as comunicações, tanto é que fiz essa comunicação sobre a revelação da viagem ao Japão, mas em seguida já--

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O que é muito importante, Senador, a sua comunicação é importantíssima e ouvi-lo sempre nos engrandecesse e eu estou sempre aprendendo com o senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigado. Mas eu acho que não havendo mais nenhum Senador inscrito para falar, eu já passaria imediatamente a palavra ao Embaixador. O Embaixador já fez a sua exposição, agora seria só a parte mesmo de algumas perguntas que houverem especificamente sobre Santa Lúcia, se algum quiser falar antes da parte secreta que por questão consti-

tucional nós temos que transformar a Sessão. Algum Senador quer se manifestar ainda? Então não havendo, eu quero transformar a Sessão em secreta, convidando a Embaixadora Gleides para que permaneça conosco aqui também. Suspenso a Reunião para ser secreta e, logo em seguida, nós voltaremos.

Sessão secreta às 11h40.

Sessão reaberta ao público às 11h55.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): A Reunião é reaberta. Senador Romeu Tuma, obrigado pela sua presença. Quero comunicar a aprovação dos Embaixadores João Batista Cruz para Santa Lúcia e, também, para as posições cumulativas do Embaixador Carlos Antônio da Rocha Paranhos na Federação da Rússia, cumulativa com a República da Geórgia e República do Uzbequistão, e para o Embaixador Raul de Taunay, que já está na República do Zimbábue, cumulativo com a República de Malauí. Os três foram aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerro essa Reunião, antes cumprimentando o Embaixador João Batista que, além do mais, é meu conterrâneo de Minas Gerais, desejando muito acesso a ele nas suas novas funções no Caribe, para onde vai representar o Brasil. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 11h56

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2008, ÀS 9:00 HORAS.

Às dez horas e trinta e quatro minutos dia doze de junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores **VIRGÍNIO DE CARVALHO** e **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **PEDRO SIMON**, **MARCO MACIEL**, **ROMEU TUMA**, **JOÃO TENÓRIO**, **INÁCIO ARRUDA**, **ALOIZIO MERCADANTE**, **AUGUSTO BOTELHO**, **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**, **GEOVANNI BORGES**, **JOSÉ NERY**, **FLEXA RIBEIRO**, **TASSO JEREISSATI** e **JEFFERSON PRAIA**. Justificaram a ausência os Senadores **CRISTOVAM BUARQUE** e **JARBAS VASCONCELOS**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente em exercício declara abertos os

trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O presidente convida a Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota e o Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos para comporem a mesa. O Presidente em exercício inicia a apreciação da pauta. **Item 01:** Mensagem (SF) nº 100, de 2008, de autoria do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora Maria Stela Pompeu Brasil Frota, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética*. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **TASSO JEREISSATI**, para fazer a leitura de seu Relatório. **Item 1 – Extrapauta:** Mensagem (SF) nº 115, de 2008, de autoria do Presidente da República, que *submete a apreciação do Senado Federal, o nome da senhora Maria Stela Pompeu Brasil Frota, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein*. O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator Senador **TASSO JEREISSATI**, para fazer a leitura de seu Relatório. O Presidente em exercício retoma a apreciação da pauta. **Item 2:** Mensagem (SF) nº 114, de 2008, de autoria do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Pedro Fernando Brêtas Bastos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda*. O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator Senador **ROMEU TUMA**, para fazer a leitura de seu Relatório. O Senador **HERÁCLITO FORTES** assume a Presidência dos trabalhos. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores **MARIA STELA POMPEU BRASIL FROTA** e **PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS**, para fazerem suas exposições. O Presidente registra a presença do Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe, Manoel Inocêncio de Lacerda Santos Júnior. O Presidente concede a palavra aos Senadores **ROMEU TUMA**, **TASSO JEREISSATI**, **EDUARDO SUPLICY**, **JOÃO TENÓRIO** e **FLEXA RIBEIRO**. O Presidente anuncia a chegada da delegação de Senadores da Comissão de Relações Exteriores do Chile, composta pelo Pre-

sidente da Comissão, Senador Jaime Gazmuri, e pelos Senadores Hernán Larraín, Hosain Sabag Castillo e Sérgio Romero, acompanhados do Embaixador do Chile no Brasil, Álvaro Humberto Días Péres. O Presidente convida o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Chile e o Embaixador do Chile no Brasil para comporem a mesa. O Presidente concede a palavra aos Senadores **JAIME GAZMURI, SÉRGIO ROMERO, HERNÁN LARRAÍN e HOSAIN SABAG CASTILLO**. O Presidente anuncia e agradece a presença na Comissão do Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**, Presidente do Senado, que faz uso da palavra. O Presidente torna a sessão secreta às treze horas. A sessão é reaberta às treze horas e quinze minutos. O Presidente comunica a aprovação dos Embaixadores. O Presidente adia a apreciação da segunda parte da pauta, composta pelos seguintes itens: **Item 1:** Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2008, que *dispõe sobre a apuração do imposto de renda na fonte incidente sobre rendimentos de prestação de serviços de transporte rodoviário internacional de carga, auferidos por transportador autônomo pessoa física, residente na República do Paraguai, considerado como sociedade unipessoal nesse País*. Adiado. **Item 2:** Projeto de Resolução nº 18, de 2007, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-México*. Adiado. **Item 3:** Ofício "S" nº 43, de 2007, que *encaminha ao Senado Federal minuta do Plano Anual de Outorga Florestal solicitando a manifestação do Presidente do Senado Federal, na condição de membro do referido Conselho, sobre a proposta de concessão da Floresta Nacional de Macauã, situada na faixa de fronteira do Município de Sena Madureira, do Estado do Acre*. Adiado. **Item 4:** Ofício "S" nº 47, de 2007, que *encaminha ao Senado Federal, cópia da decisão proferida na Ação Penal nº 2007.30.00.001272-2, movida pelo Ministério Público Federal contra Franklin Mendoza Doria Medina e outro, para ciência e exame de providências que permitam a execução, com segurança e praticidade, de rogatórias na Bolívia*. Adiado. **Item 5:** Ofício "S" nº 48, de 2007, que *encaminha ao Senado Federal, cópia da decisão proferida na Ação Penal nº 2007.30.00.002318-7, movida pelo Ministério Público Federal contra Franklin Mendoza Doria Medina e outro, para ciência e exame de providências que permitam a execução, com segurança e praticidade, de rogatórias na Bolívia*. Adiado. **Item 6:** Requerimento nº 1.048, de 2007, que *requer, nos termos do Artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a emissão de voto de solidariedade ao povo estadunidense pela perda de milhares de entes queridos no atentado terrorista que derrubou as torres gêmeas do complexo de World Trade Center, em Nova Iorque, que atingiu o prédio do Pentágono,*

em Washington, e que levou o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia, em ataque ocorrido há seis anos. Adiado. **Item 7:** Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2008, que *altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º – A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências*. Adiado. **Item 8:** Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2008, que *altera dispositivos da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que "define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração"*. Adiado. **Item 9:** Requerimento (SF) nº 27, de 2008, que *requerem, voto de solidariedade a José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República de Timor-Leste e o pleno restabelecimento de sua saúde, que na manhã de 10 de Fevereiro de 2008 foi alvejado, durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele país*. Adiado. **Item 10:** Requerimento (SF) nº 139, de 2008, que *requerem, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, escolhido pela ONU, para o posto de Juiz Internacional no Timor Leste*. Adiado. **Item 11:** Requerimento (SF) nº 243, de 2008, que *requerem, nos termos regimentais, que o Senado Brasileiro conclame o Congresso Americano a derrubar o veto apostado pelo Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter suspeitos de terrorismo a técnicas duras de interrogatório como o "waterboarding", técnica na qual prisioneiros são submetidos a uma simulação de afogamento*. Adiado. **Item 12:** Requerimento (SF) nº 519, de 2008, que *requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua resolução, aprovada na sessão dos dias 2 e 3 de maio corrente, que dá "Respaldo à Institucionalidade Democrática, ao Diálogo e à Paz na Bolívia"*. Adiado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às treze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **HERÁCLITO FORTES**, Presidente.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA
DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL,

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS E 34 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Havendo número regimental declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária. Submeto então à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Se todos dispensam a leitura, então será dispensada.

Antes de iniciar a apreciação da pauta, convido para compor a Mesa os Srs. Embaixadores e a Sra. Embaixadora. Maria Stela Pompeu Brasil Frota e o Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos, Irlanda.

Submeto a apreciação do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso IV na Constituição Federal e com art. 39 da lei nº. 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Sra. Maria Stela Pompeu Brasil Frota, Ministra de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética. De autoria da Presidência da República e relator Senador Tasso Jereissati.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Tasso Jereissati, relator da mensagem para ler o seu relatório. E queremos incluir também a apreciação... O nome da Sra. Maria Stela Pompeu Brasil Frota que, também, cumulativamente para o cargo de Embaixadora do Brasil junto a Confederação Helvética, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein. Que será também relatado pelo Senador Tasso Jereissati. Concedo a palavra ao Senador.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, Sra. Embaixadora, Srs. Senadores. Essa Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz da Sra. Maria Stela Pompeu Brasil Frota, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética. A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes da missão diplomática de caráter permanente. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* da diplomata do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

Nascida em Recife, Pernambuco, filha de José Pompeu dos Magalhães Brasil e Doris Santos Pompeu Brasil, concluiu no Instituto Rio Branco o curso de preparação à carreira de diplomata em 1974 e ainda o curso

de altos estudos em 91. Nomeada Terceira Secretária em 75, 1975, a diplomata foi promovida a Segunda Secretária em 1978. Por merecimento foi promovida a Primeira Secretária em 1982; a Conselheira em 1987; a Ministra de Segunda Classe em 1994; e a Ministra de Primeira Classe em 2004. Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou cumpre destacar os seguintes: Segunda e Primeira Secretária na Delegação Permanente em Genebra; Assessora na Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais; Assessora na Secretaria-Geral, Conselheira e Ministra-Conselheira na Embaixada em Washington; e Ministra-Conselheira na Embaixada em Paris.

A Sra. Maria Stela Pompeu Brasil Frota possui as seguintes condecorações. A Ordem Nacional do Mérito na França, no grau de Oficial; a Ordem do Mérito Naval do Brasil, no grau de Cavalheiro; Medalha do Mérito Santos Dumont do Brasil; Ordem do Mérito Militar do Brasil, no grau de Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutica, no grau de Comendador; Legião de Honra da França, no grau de Oficial; e Ordem do Rio Branco do Brasil, no grau de Grande Oficial. Consta ainda do processado, além do *curriculum vitae* relatado, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Confederação Suíça. Além de perfis biográficos, há dados básicos e ainda dados sobre política interna e externa, bem como informações sobre as relações bilaterais entre Brasil e Suíça.

Trata-se, a Confederação Helvética, de república parlamentarista, com democracia direta e composta por 26 cantões e cidades-cantões. Possui população superior a sete milhões de habitantes, a qual se caracteriza por sua heterogeneidade, em termos religiosos, culturais e de idiomas. Os próprios cantões gerem suas finanças, polícia e educação pública. Tal descentralização de poder deriva das diferenças culturais e da democracia direta, em que é freqüente o recurso a referendos. Vale dizer que é nesse sistema de participação direta dos cidadãos que reside um dos maiores obstáculos à adesão da Suíça à União Européia. No âmbito da política externa, tem-se destacado a posição adotada pela Suíça em favor da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A ampliação e democratização do órgão são, portanto, defendidas com a ressalva de que atendam a critérios objetivos. Além disso, por meio de ações voltadas para a defesa do meio ambiente, dos direitos humanos, da segurança e da paz, a Suíça vem buscando desfazer junto às Nações Unidas sua imagem de isolamento, herdada em virtude da sua tradicional neutralidade. Aliás, foi justamente sua condição de neutralidade que tornou a Suíça escolha natural de associações, de organizações não-governamentais e de importantes organiza-

ções internacionais para instalação das suas sedes, como a Sociedade das Nações, Organização Mundial do Comércio, Organização Mundial de Saúde, Organização Internacional do Trabalho, entre outras.

Cumpra ainda destacar o crescente interesse da Suíça em fortalecer relações com o chamado BRIC, grupo composto pelas grandes economias emergentes, bem como com outros países em desenvolvimento, por meio das chamadas ajudas bilaterais administradas pela Diretoria da Cooperação ao Desenvolvimento e Ajuda Humanitária do Departamento Federal dos Negócios Estrangeiros. Especificamente em relação ao Brasil, é grande o interesse da Suíça em estabelecer parcerias estratégicas. No campo comercial, o alumínio e a pasta química de madeira somaram 60% dos produtos brasileiros exportados em 2006 para a Suíça. Também se destacam exportações de carnes bovinas desossadas e sucos de laranja. O Brasil, por sua vez, importou, em 2006, principalmente medicamentos seguidos de produtos químicos orgânicos e de máquinas e aparelhos. Vale, por fim, ressaltar que, nesse mesmo ano, a Suíça destacou-se como terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, seriam estas considerações a aduzir no âmbito deste Relatório.

Entretanto, a despeito dessa objetiva análise curricular, que por si só já credenciaria a indicação por seus méritos profissionais assumir nossa Embaixada na Confederação Helvética, gostaria, mesmo não sendo de praxe, de ressaltar outras qualidades de Maria Stela Pompeu Brasil Frota. É que Stela, sou testemunha, traz em si, e em enorme monta, virtudes que apesar de essenciais à carreira diplomática não são apenas cultivadas e amoldadas pelo seu exercício profissional. Nela são naturais a elegância do espírito que a faz reconhecer no outro sempre um igual e a incessante busca pelo conhecimento que a dotou de um vasto cabedal intelectual. Tais atributos forjaram sua personalidade, fazendo compreender que por nossa natureza os problemas da humanidade são também os dos Estados. Por isso tenho certeza do seu sucesso em qualquer função, mormente nos mais altos postos da diplomacia brasileira. Era o que tinha a relatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Passamos ao item 02 que submete a apreciação do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso IV da Constituição, com art. 39 da Lei 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Pedro Fernando Brêtas Bastos, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda. Relatoria do Senador Romeu Tuma. Concedo a palavra--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem. Não tem Liechtenstein, que tem que completar a indicação da embaixadora--

SR. PRESIDENTE SENADOR VIRGÍLIO DE CARVALHO (PSC-SE): Faltou a segunda relatoria. Pois não, então com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz da Sra. Maria Stela Pompeu Brasil Frota, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Confederação Helvética, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* da diplomata, e que nós dispensamos de ler novamente, pois já acabamos de fazer. Consta ainda do... Além do *curriculum vitae* documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Principado de Liechtenstein. Ademais de perfis biográficos, há dados básicos, econômicos e, ainda, dados sobre política interna e externa. Ao final são mencionadas informações sobre as relações bilaterais entre Brasil e Liechtenstein.

O Principado de Liechtenstein tem suas origens no ano de 1719, com a aquisição de domínios pela família austríaca Liechtenstein. Estabeleceu-se, inicialmente, como feudo do Sacro Império Romano Germânico. Sua independência total e definitiva somente ocorreu em 1866, com o fim da Confederação Germânica. É considerado território neutro, tendo sido respeitado, inclusive, durante as duas grandes guerras mundiais. O Reino de Liechtenstein caracteriza-se como monarquia constitucional parlamentarista, cujo Chefe de Estado é o Príncipe Regente. Sua reduzida extensão territorial e as limitações de recursos naturais não impedem a prosperidade da economia, que é altamente industrializada e baseada no setor financeiro. Vale dizer que muitas empresas optam por fixar suas sedes no Reino em virtude do seu baixo índice tributário. Além de formar união aduaneira com a Suíça, Liechtenstein é membro da Área Econômica Européia. Entre suas prioridades, na política externa, podemos destacar as negociações com a União Européia de acordo com vistas à cooperação jurídica no combate à lavagem de dinheiro e fraudes, bem como a busca de maior participação na cooperação humanitária, voltando-se, sobretudo para o hemisfério sul. As relações bilaterais entre Brasil e Liechtenstein são tradicionais e cordiais. Porém, dada às limitações territoriais e a pequena população, são essencialmente protocolares.

Além disso, a União Aduaneira formada com a Suíça inviabiliza a elaboração de estatísticas sobre o comércio bilateral com o Brasil. Por fim, cumpre registrar que as autoridades judiciárias brasileiras têm se mostrado preocupadas com a questão da lavagem de dinheiro naquele país. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Tendo concluído a segunda parte do relatório, relatado pelo Senador Tasso Jereissati, nós vamos então submeter o nome do Embaixador Sr. Pedro Fernando Brêtas Bastos, Ministro da Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda, relatado pelo Senador Romeu Tuma. Concedo a palavra ao Sr. Senador Romeu Tuma, Relator da mensagem para ler neste momento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Quero agradecer ao Presidente Heráclito pela oportunidade que me deu em ser relator da indicação do Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos, que nesses dois últimos anos ou mais já, quatro anos aqui entre nós tem sido um companheiro diário. E no café das quartas-feiras vou sentir falta dele, Senador Tasso. Porque ele é sempre um orientador dos problemas internacionais que esse Congresso e nesta Comissão têm a obrigação de discutir, embaixadora. Então, provavelmente virá outro companheiro substituindo com a mesma capacidade, mas esse relacionamento da sua alegria permanente, seu sorriso, seu carinho para conosco, a sua atenção sempre presente na hora de prestar qualquer tipo de informação, buscar informações sobre os outros colegas em outros países será inesquecível por nós. Espero que a linha de contato não se quebre pela sua ida à Irlanda.

Mas, o Congresso Nacional é chamado a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Pedro Fernando Brêtas Bastos, Ministro da Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda. A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV). O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual se extraem para este relatório as informações que se seguem. Nascido no Rio de Janeiro, filho de Pedro Brêtas Bastos e Alda Dutra Correia Bastos, cursou vários cursos e obteve diplo-

mas. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro. Aprovado em primeiro lugar no concurso para o Instituto Rio Branco, como prenúncio da prodigiosa carreira que iria realizar. Concluiu a Academia Diplomática, também como primeiro colocado, sendo subsequente promovido a Terceiro Secretário, em 1978; a Segundo Secretário, em 1980; a Primeiro Secretário por merecimento, em 1986; a Conselheiro, por merecimento, em 1999; e a Ministro de Primeira Classe e Embaixador, em 2005. Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos possui o curso de Altos Estudos, CAE, no qual é autor da tese sobre “As Relações do Brasil com a Nigéria”. Dentre as condecorações que recebeu cumpre destacar a Ordem do Rio Branco do Brasil, em todas as suas graduações, a Ordem de Maio, da Argentina, a Ordem Bernardo O'Higgins, do Chile, e a Ordem do Mérito de Portugal. Assim, relaciono detalhadamente a seguir o *curriculum vitae* do diplomata Pedro Fernando Brêtas Bastos. Cursos e diplomas: 1959 a 1965, Colégio Militar do Rio de Janeiro, curso médio; 1967, Certificado de Proficiência em inglês, Universidade de Cambridge, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; Certificado Proficiência em inglês, Universidade de Michigan, Estados Unidos da América; Diploma Superior de Língua e Literatura Francesa, Universidade de Nice na França; Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro; Gerência de Capitais, Pontifícia Universidade Católica do Rio; Curso de Desenvolvimento Organizacional, também na universidade Católica; 1970 a 1973, Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro; 1974, Curso de Gerência Financeira I e II, Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro; 1977, Curso de Preparação à carreira diplomática, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores; 1981, Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas Instituto Rio Branco; 1994, Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco, tese “Nigéria: Ilusão de Grandeza e Real Vocação de Liderança – Considerações sobre as relações com o Brasil”. Prêmios da carreira de diplomata: prêmio Lafayette de Carvalho Silva; medalha de prata, primeiro lugar no exame vestibular para a carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco; 1979, Prêmio Rio Branco, do Instituto Rio Branco; medalha de Vermeil, primeiro lugar no curso de preparação à carreira diplomática; 1980, prêmio estágio da Embaixada em Washington, primeiro lugar no curso de preparação à carreira diplomática. Teve algum que foi segundo lugar? [risos] Promoções na carreira diplomática: em 1978, Terceiro Secretário; em 1980, Segundo Secretário, em 14 de outubro; em

1986, Primeiro Secretário, por merecimento; 1991, Conselheiro, por merecimento; 1999, Ministro de Segunda Classe, por merecimento; 2005, Ministro de Primeira Classe e Embaixador; 29 de dezembro, funções na Secretaria de Estado; 1978 e 1980, Divisão da América Central e Setentrional, assistente; 1990 e 1992, Gabinete do Estado, Coordenador Executivo; 1999 a 2004, Divisão da América Meridional 1, Chefe. Ministro de Transportes, Gabinete Assessor Especial do Ministro de Estado; Senado Federal, Presidência, Secretaria de Relações Internacionais, Diretor de 2005 a 2008. Funções no exterior: 1981-1984, Embaixada em Washington, Segundo Secretário; 1984 a 1987 Embaixada em Lisboa, Segundo e Primeiro Secretário; 1987 a 1990, Embaixada em Lagos, Primeiro Secretário Conselheiro comissionado; 1992 a 96, Embaixada em Lisboa, Conselheiro; 1996 a 1999, Embaixada em Asunción, Conselheiro. Condecorações: Ordem do Rio Branco, Brasil, Oficial; 1990, Ordem de Maio, Argentina, Oficial; 1990, Ordem do Mérito Portugal, Oficial; 1990, Ordem Condor dos Andes, Bolívia, Cavaleiro; 1999, Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Oficial; 1990, Medalha Mérito Santos Dumont, Força Aérea Brasileira; 1991, Ordem do Mérito Militar, Exército Brasileiro, no grau de Cavaleiro; 1995, Mérito de Tamandaré, Marinha do Brasil; 2000, Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial; 2000, Ordem do Mérito Aero-náutico, Força Aérea Brasileira, Comendador; 2001, Ordem do Mérito Naval, Marinha do Brasil, no grau de Comendador; Ordem Bernardo O'Higgins Chile, Grande Oficial; Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz. Atividades diplomáticas: Em 1999, Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata, Representante Político do Ministério das Relações Exteriores, de 1990 a 2004. Vou tomar um pouquinho de água porque o currículo está longo aqui. Reuniões na Comissão Mista Brasil Argentina para Ponte São Borja a São Tomé. Coordenador da Delegação Brasileira, 99 a 2004; 2000, Conselho Superior de Preparação de Projeto Aquífero Guarani, representante do Governo Brasileiro, de 2000 a 2003. Reuniões da Comissão do Acordo Transportes Fluviais pela hidrovía Paraguai/Paraná, Chefe da Delegação Brasileira, 2002 a 2004. Comissão Mista Brasileiro-Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Guará; representante do Ministério das Relações Exteriores, 2002 a 2004; 2002, Comissão Mista Brasileiro-Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, representante do Ministério das Relações Exteriores; Conselho Superior de Desenvolvimento do Projeto Aquífero Guarani; Representante do Governo Brasileiro, 2003 e 2004. Reuniões do Comitê Executivo da Comissão Mista Binacional Permanente em Matéria Ener-

gética entre Brasil e Argentina, representando o Ministério das Relações Exteriores, em 2003 e 2004; 2004, Grupo de Trabalho para a Construção da Hidrelétrica de Garabí, no Rio Grande do Sul, representante do Ministério das Relações Exteriores. É Garabi mesmo? Construção da Hidrelétrica de Garabi, no Rio Grande do Sul. No que concerne ao posto para o qual o Embaixador é indicado, a Irlanda trata-se de país de tradições milenares, incrustado nas Ilhas Britânicas. República Parlamentarista e de cultura anglo-saxônica. Possui história marcada por episódios trágicos como a grande fome que começou na década de 1840, e causou a morte de mais de milhão de irlandeses, além da migração de outro milhão. Estima-se que no final daquela década cerca de metade de todos os imigrantes para os Estados Unidos eram originários da Irlanda. Hoje cerca de 12% da população americana tem ancestrais irlandeses. A imigração em massa continuou nas décadas seguintes, declinando apenas no Século XX. Em 1800, os parlamentos britânico e irlandês aprovaram Ato de União que incorporou, em 1801, a Irlanda ao reino da Grã-Bretanha, unindo as coroas. A Irlanda passou, assim, a fazer parte de um Reino Unido expandido, sob as ordens de Londres. No fim do século XIX, início do século XX assistiram ao recrudescimento do nacionalismo na Irlanda, especialmente entre a população católica. Em 1921, um tratado foi firmado entre o Governo britânico e os líderes da revolução irlandesa. Pelo tratado, a Irlanda seria dividida em dois Estados: Irlanda do norte, de maioria protestante, e ainda parte do Reino Unido, e o Estado livre da Irlanda, de maioria católica. O processo político na República da Irlanda se dá em um sistema de democracia parlamentar representativa. Há pluripartidarismo, mas o cenário político é dominado pela Fianna Fáil e pelo Fine Gael – família ou tribo dos irlandeses, entidades historicamente rivais. O Poder Executivo é exercido pelo Governo. O Chefe de Estado é o Presidente da Irlanda. Devido ao sistema parlamentarista o Presidente exerce principalmente funções cerimoniais e protocolares, e é eleito por votação direta e secreta, sob um complexo sistema de volta alternativo ou representação proporcional. O mandato é de sete anos com possibilidade de apenas uma reeleição. O Presidente é auxiliado pelo Conselho de Estado. Em dezembro de 2007 visitou Dublin em missão da PETROBRAS para iniciar conversações com empresas irlandesas detentoras de concessões para explorar petróleo no litoral atlântico do país. A iniciativa do encontro partiu dos irlandeses, que não dispõem de tecnologia, equipamentos e até mesmo capital suficiente para realizar sondagens em águas profundas. A Irlanda já manifestou apoio à expansão do Conselho de Segu-

rança das Nações Unidas em ambas as categorias de assentos. Posteriormente, passou a evitar manifestar-se sobre o tema. Não se manifestou, no entanto, sobre a candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. São fatos de destaque na recente cronologia das relações bilaterais entre Brasil e Irlanda: a abertura da Embaixada do Brasil em Dublin marca o início da intensificação das relações bilaterais, até então praticamente inexistentes, 1991, 1992. Visita oficial do Presidente da Irlanda, Mary MacAleese ao Brasil acompanhada de importante delegação comercial, 2004; abertura da *ECC Leasing Co. Ltd.* filiada ao grupo EMBRAER, em Dublin, em 2004; Visita do Subsecretário-Geral de Política-I (SGAP-I), do Ministério das Relações Exteriores, a Dublin. Assinatura de memorando e entendimento sobre o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas bilaterais anuais entre Brasil e Irlanda, 2006; visita do Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, à Irlanda, a primeira de um Ministro brasileiro, em 2006. Abertura do escritório da Agência Mista de Fomento do Comércio, em São Paulo, com a atuação na América do Sul, 2006.

Diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, submeto a esta Comissão a escolha do Sr. Pedro Fernando Brêtas Bastos, certo de que seus integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação Presidencial do presente Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos. É o Relatório, Sr. Presidente.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse é o relatório. Concedo agora a palavra à Sra. Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota para fazer a sua exposição.

SRA. MARIA STELA POMPEU BRASIL FROTA: Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria em primeiro lugar, se o senhor me permite, agradecer as gentis palavras do Senador Tasso Jereissati, e enfim, dizer que eu tive a honra de ser indicada para representar o Brasil junto à Confederação Suíça e conto com a aprovação de V.Exas para então cumprir a minha obrigação de defender e proteger os interesses do Brasil, quer dizer, do Estado Brasileiro, das empresas brasileiras e dos cidadãos brasileiros na Suíça.

A Suíça, como já indicou o Senador, é um país de pequenas dimensões, 41 mil quilômetros quadrados e uma população de 7,5 milhões de habitantes, mas no ano passado teve um PIB *per capita* de praticamente 50 mil dólares. É um país que é formado... É uma República Federativa formada por 26 cantões que seriam os nossos Estados, e quatro línguas oficiais. O

alemão, francês, italiano e o romanche. A economia da Suíça é que a torna, enfim, um país de extrema importância, é um país onde o setor financeiro é ainda o mais importante, mas o setor industrial, sobretudo na área de produtos químicos e medicamentos a parte de equipamentos de alta precisão torna um país de grande importância econômica. Em relação a esse aspecto, digamos, do financeiro, eu vou destacar só um aspecto específico que talvez seja de interesse. Ele representa 11% do PIB do país e eu vou mencionar então a questão do segredo bancário que a legislação Suíça ainda mantém o segredo bancário, mas houve uma grande evolução no assunto, sobretudo após as pressões da Europa e dos Estados Unidos ligadas essencialmente à questão de terrorismo. Então, hoje em dia a Legislação Suíça prevê que os grandes Bancos, ao receberem novos depósitos de vulto, obviamente, de grande vulto, eles são obrigados a buscar o maior número possível de informações sobre os depositantes. Além disso, há a possibilidade de terceiros países obterem informações sobre contas bancárias na Suíça de seus nacionais e eventualmente até recuperarem fundos depositados nos bancos suíços. Mas, para isso, é claro, é necessário que tenha havido no país demandante um processo judiciário, transitado em julgado já, em que se prove que os fundos tenham tido origem fraudulenta. Há casos já de devolução de fundos, há outros em que, por exemplo, um dos casos que está sendo discutido no momento é o do Haiti, da família Duvalier, e a grande dificuldade do Haiti hoje em dia é comprovar juridicamente devido as dificuldades mesmo do país que, de que aqueles fundos foram originários... tiveram origem fraudulenta. Em termos de política externa, como disse o Senador, a principal característica da Suíça é a sua neutralidade e eles se definem em poucas palavras como “neutralidade ativa” porque participam inclusive da ONU a partir de 2002 e “ativa solidária” que eles participam de muitas ações humanitárias no mundo e enfim “armada” porque tem uma Força Armada para defender o seu país. Quanto a relações bilaterais Brasil-Suíça, ela iniciou-se em... Enfim, primeiros contatos foram ainda D. João VI que permitiu, em 1808, a vinda de cem famílias suíças ao Brasil e que instalaram-se no Rio de Janeiro dando origem então à Nova Friburgo. Reconheceram a Independência do Brasil, em 1829, e a nossa primeira representação, em Berna, se deu no segundo reinado, em 1855, quando teve um Cônsul brasileiro, a primeira representação foi um Cônsul em Berna.

Hoje em dia as relações com a Suíça, nós temos 22 acordos em vigor com a Suíça, a maioria deles ajustes... Enfim, de um acordo de cooperação científica e tecnológica, porque sim, eu também não mencionei,

mas os produtos suíços levam grandes... Um grande valor agregado na área de tecnologia. Então nós temos vários acordos nessa... Na área de Ciência e Tecnologia e temos um de extradição. E está em negociação um novo acordo de cooperação científica e tecnológica para atualizar esses diversos acordos e ajustes nesta área. E também está já em fase de troca de ratificação... De instrumentos de ratificação, o Brasil já ratificou e a Suíça também, um acordo de cooperação judiciária na área penal. Em termos de comércio, os números do ano passado, de 2007 indicam exportações brasileiras de aproximadamente 1,1 bilhão e cem milhões de dólares e importações de 2,2 bilhões. Há um déficit exatamente por causa disso que eu acabei de mencionar do valor agregado dos produtos que nós importamos da Suíça, que são basicamente medicamentos, produtos químicos, equipamentos de alta precisão, relógios e a exportação brasileira é, sobretudo, de alumínio, pasta química de madeira, carne bovina e suco de laranja. Mas se estuda a pauta cruzada dos dois países, há espaço para o Brasil aumentar as suas exportações, sobretudo de aviões, veículos, auto peças... Então há espaço ainda para a expansão. Em termos de investimentos em 2006 realmente a Suíça foi o sexto em fluxo de investimentos. Em 2006 foi o quarto país investidor do Brasil com um volume de 1,6 bilhões de dólares. Um detalhe interessante em relação à parte financeira da Suíça é um número que me chamou muito a atenção: os Bancos suíços, atualmente, segundo os dados do Banco Nacional, o Banco Central suíço, do ano passado, montam os depósitos nos Bancos suíços, na Suíça, montam a 4,7 trilhões de dólares – é até meio difícil de imaginar o que são 4,7 trilhões de dólares. Bom, voltando então para o bilateral, em termos de investimentos em estoque, de 2000 a 2006, a Suíça tinha um estoque de investimentos no Brasil de cinco bilhões de dólares, que o colocava no 11º lugar de países investidores no Brasil. E as grandes empresas que investem no Brasil são muito conhecidas. A Nestlé está aqui desde 1921. Inaugurou no ano passado nova unidade na Bahia. A outra grande empresa é uma empresa de medicamentos da área farmacêutica, que é a Novartis, que tem em Rezende, tem uma fábrica em São Paulo, e está planejando uma terceira fábrica para meningite, para a vacina de meningite em Pernambuco. E tem também, enfim, os Bancos UBS, *Credit Suisse*, que estão também no Brasil. E para encerrar, Sr. Presidente, mencionaria muito rapidamente a comunidade brasileira na Suíça. Em termos de números absolutos não há uma grande comunidade, mas se a gente comparar, por exemplo, com 64, em que havia trezentos e quarenta e poucos brasileiros, hoje, os dados do ano passado, oficiais do Governo

suíço, e lá há precisão dos números, enfim, se pode ter realmente quantos brasileiros residentes se tem no país: são 14.108 para ser preciso, mas comparado, por exemplo, com os nacionais do Kosovo, que agora estão chegando em grande número, eles têm 200 mil pessoas na Suíça.

Então, a nossa comunidade é reduzida, mas muito bem organizada. Eles têm 28 associações de brasileiros na Suíça, dois em âmbito nacional e os demais específicos de alguns cantões. Sr. Presidente, muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de passar a palavra ao próximo sabatinado eu quero fazer o registro aqui da presença do Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe, Manoel Inocêncio de Lacerda Santos Júnior. Na nossa recente viagem a África tivemos o prazer de ser magistralmente bem recebidos pelo nosso Embaixador e podemos, inclusive, chegamos lá no dia de uma crise, estava caindo o Primeiro Ministro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Depois o senhor poderia convidá-lo para nos contar o que estava acontecendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o maior prazer. E há uma curiosidade, um fato muito positivo, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que é a instância maior da Justiça de São Tomé, estudou no Brasil e formou-se na UnB. Tem inclusive... CEUB. Perdão. CEUB. Tem inclusive familiares residindo no Brasil e tem identificação profunda com o Brasil. Com a palavra, um desconhecido Embaixador nesta Casa, que é o Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos. Eu apresento aos Senadores, faço isso com maior prazer e carinho. Nosso Brêtas, como todo mundo sabe, exerce o papel, aqui, de elo de ligação entre o Itamaraty e o Senado da República. Um misto de tristeza e alegria que nós estamos passando por esse processo. Evidentemente que sabemos de antemão que vamos ter na Irlanda um grande representante e um apoio para os brasileiros que para ali se destinam. Com a palavra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, permitiria a palavra... Eu gostaria apenas de complementar em rápidas palavras a alegria que eu, pessoalmente, tenho também de estar relatando e ouvir aqui a exposição da Maria Stela Frota, como nossa futura embaixadora na Suíça. Junto com o nosso Pedro Brêtas aqui, são dois... Dois Embaixadores muito especiais para a Casa e pra mim especificamente. Conheço de perto a vida da Maria Stela, o seu percurso, as suas batalhas, as suas lutas, a capacidade e o talento com que ela enfrentou todas essas batalhas e todas essas lutas e nada mais motivo de orgulho para

nós todos de vê-la agora em Berna, representando o nosso país, e eu diria que o nosso país não podia estar melhor representado por uma mulher que representa, com certeza, a mulher brasileira. A dificuldade da mulher brasileira, a tenacidade de enfrentar as dificuldades, a coragem, a inteligência, e é uma vencedora. E eu queria deixar isso aqui registrado como um testemunho pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Evidentemente que me associo à sua manifestação e sabe o apreço que eu também tenho pela Maria Stela, a amizade, não só por ela mas também pelo seu marido que é o Frota Neto, jornalista de renome neste país...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Futuro embaixatrizo do Brasil na Suíça.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aliás, o Ceará está fazendo uma associação dos esposos de embaixadoras. É ele, o Hélio Barros, temos uma grande...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ele criou o termo embaixatrizo do Brasil. Ele gosta de ser tratado de embaixatrizo do Brasil [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Desculpe os senhores que estão nos ouvindo, que estão presentes, essa descontração, mas esse é um momento para todos nós de muita alegria, pelo carinho que temos aqui pela embaixadora Maria Stela que irá, com toda certeza, aprovada nessa Casa, nos representar na Suíça. Passo a palavra, então, ao nosso caro Embaixador Brêtas. Quero dizer que estou preocupado porque essa semana quatro ou cinco vezes falei com ele por telefone e todas às vezes ele estava estudando para essa oitiva. Espero que tenha estudado também o poder de síntese, já que nós conhecemos bem V. Ex^a. Com a palavra.

SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS: Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Heráclito Fortes, Srs. Senadores, membros desta Comissão, Sr. Relator, Senador Romeu Tuma, meu grande amigo, a quem agradeço com justificado orgulho suas palavras generosas. Senhoras e senhores presentes, amigos e colegas do Itamaraty. Senador Heráclito me disse, nesses telefonemas, que eu ficasse tranqüilo porque eu sou da Casa. Assim sendo, Senador, por ser desta Casa, eu peço permissão para abrir minha breve exposição sobre a Irlanda com uma nota pessoal. A primeira diz da honra de ter sido indicado pelo Itamaraty, pelo Sr. Presidente da República, para assumir a responsabilidade de chefiar a nossa Embaixada em Dublin e representar o Brasil naquele país. Entretanto, maior honra e maior alegria eu terei se esta Comissão, e posteriormente o Plenário desta

Casa, julgarem que tenho méritos para desempenhar essa elevada função. A segunda nota é de tristeza, de tristeza sim, porque, caso aprovado, isso significa que terminarei dentro de poucos meses uma etapa extremamente feliz de minha vida. Deixarei o Senado com muitas saudades e com enorme sentimento de gratidão, sobretudo pelo que pude aprender com os Srs. Senadores. Trabalhar no Senado constituiu permanente desafio e experiência inesquecível. Mas foi também um prazer que se renovou dia-a-dia, não só pela admiração pelos Srs. Senadores, mas especialmente pelas amizades que aqui cultivei nesses quase quatro anos.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria de registrar uma palavra de agradecimento aos Presidentes Renan Calheiros, Tião Viana e Garibaldi Alves com quem tive e tenho o privilégio de trabalhar. A eles dedico a minha lealdade e profunda amizade. Mas vamos à Irlanda.

Como o Senador Heráclito teve a oportunidade de dizer, eu estudei muito esses dias todos e preparei aqui não sei quantas páginas sobre esse país... Sobre esse pequeno grande país...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS: Depois farei isso. Vou passar a limpo e distribuirei. Mas eu gostaria de começar minha apresentação com o ano de 1984. Mencionando, eu gostaria de mencionar aqui 1964, o Presidente dos Estados Unidos, o Presidente da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, o Presidente... O Primeiro Ministro do Canadá; indo para o outro lado do mundo, o Primeiro Ministro da Austrália, o Primeiro Ministro da Nova Zelândia; indo para o oriente médio, o Presidente de Israel; todos eram descendentes de irlandeses. Isso significa que a diáspora irlandesa é maior do que a diáspora dos israelitas. Hoje há nesses países pelo menos 70 milhões de descendentes de irlandeses. A imagem que se tinha do irlandês, até bem pouco tempo, era de um indivíduo empobrecido, num navio, olhando a sua terra que se afastava. No século passado ocorreu uma grande fome na Nigéria que dizimou um milhão de pessoas. Na Irlanda... Irlanda... Nigéria foi onde trabalhei. Na Irlanda dizimou um milhão de pessoas e obrigou um milhão de pessoas--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Realmente V.Ex^a está vendo o seu substituto, o Embaixador Pedro Luiz Rodrigues... Que está na Nigéria. Deve ter sido o subconsciente.

SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS: Mas de repente esse país começa a enriquecer e a ganhar o título de Tigre Celta. Por que isso? Em 1988, a revista *Economist* publicou uma pesquisa sobre a

Irlanda com o título: O mais pobre dos ricos. E previa que o país se rumava para a catástrofe. Em 1997, menos de 10 anos, a mesma revista chamava a Nigéria o tigre Celta... A Irlanda o tigre Celta, a luz brilhante da Europa. E é sobre esse país que eu gostaria de apresentar alguns dados para além daquilo que o Senador Tuma apresentou. O país é pequeno. De norte a sul a distância do ponto extremo norte ao ponto extremo-sul é pouco maior do que a distância de Porto Alegre a Florianópolis. De leste a oeste, a distância do país é mais ou menos a distância entre Aracaju e Maceió. É um país pequeno, sim, mas com um potencial incrível e que ele veio nos últimos anos demonstrando a sua capacidade de enorme crescimento. Por isso ser comparado aos tigres asiáticos. A Nigéria... Não tem jeito. A Irlanda...

[falas sobrepostas]

SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS: É. Pode até substituir. A Irlanda ela é uma democracia cujo sistema de Governo é Parlamentar bicameral. Ela tem um Chefe de Estado que, nos últimos anos, o cargo foi ocupado por duas mulheres, Mary Robinson e Mary McAleese que já estiveram no Brasil, e o sistema legal da Irlanda é baseado na britânica, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria já prevenir a taquigrafia, que onde ele disser Nigéria, lê-se Irlanda. Daqui para frente está resolvido o problema.

SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS: O sistema legal da Irlanda tem como base o sistema inglês, britânico, mas com toda uma característica própria. O país, a Irlanda é um país eminentemente católico, um país extremamente religioso, na própria Constituição da Irlanda a gente vê a menção... Da Irlanda a gente vê a menção...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS: Alguma coisa está querendo dizer aí.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Freud explica.

SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS: Freud explica. É que eu servi na Nigéria dois anos e meio.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS: Eu servi em Lagos. Mas eu fui a Abuja.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quem serve em Lagos nunca esquece. V.Ex^a está perdoado.

SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS: Nunca esquece. A Irlanda tem hoje um PIB de 254 bilhões de dólares. Uma renda *per capita* de 59 mil dólares. É a terceira maior renda *per capita* da Europa. Só perde para Luxemburgo e para a Noruega. Essa rica em petróleo. A inflação da Irlanda está sob controle, ela não passa dos 5%, a taxa de investimento é elevada, 25% do PIB; o desemprego ainda é baixo, 5%; e o país produz uma série de produtos sofisticados, produtos químicos, produtos farmacêuticos, com investimentos, inclusive, da Suíça, maquinaria, computadores, material de transporte, alimentos, bebidas, tabaco... Chegou em determinado momento, em 2001, a Irlanda produzia mais programas de computadores do que os Estados Unidos. Chegou a ser o primeiro produtor de software no mundo. Por que isso? Aí que veio o milagre do Tigre Celta. A base desse milagre está na educação. Nos anos 60 a Irlanda fez uma verdadeira revolução na sua educação. Era um país que tinha uma... Que a educação era para uma elite. Nos anos 60 foram criadas todas as condições para que a população se educasse em massa. Pequenas escolas mal equipadas foram substituídas por escolas modernas, com meios para que se estimulasse ao crescimento do poder de se educar do povo irlandês. Com essa base educacional, e os fundos, os subsídios da Europa comunitária, para onde ela entrou em 1973, ela teve recursos para aplicar numa série de investimentos: infra-estrutura. Continuou a sua... O seu desenvolvimento educacional, mas ela também reduziu drasticamente a taxa de tributação para as empresas. E, com isso, atraiu várias empresas americanas para o seu desenvolvimento, sobretudo a indústria de computador.

Então nós temos na Irlanda a Intel, a Dell, várias empresas que estão lá aproveitando lá essa mão-de-obra altamente qualificada, esses incentivos fiscais para produzirem e fazer da Irlanda o centro de expansão da indústria de informática na Europa. A sede da Microsoft na Europa é na Irlanda. Muito bem, o trabalho do Embaixador do Brasil, da Irlanda, é realmente de colocar o Brasil no mapa da Nigéria. O Brasil ainda é desconhecido... Não adianta. Da Irlanda. Não adianta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS: O trabalho do Embaixador na Irlanda é realmente de colocar o Brasil no mapa. Estimular que as empresas irlandesas venham para o Brasil, missões comerciais irlandesas venham ao Brasil. Mês passado estive aqui o Ministro do Comércio da Irlanda o Ministro Furlan esteve na Irlanda. É preciso dar continuidade a esse trabalho de aproximação dos dois países porque a Irlanda tem um potencial de compra de 100 bilhões de

dólares, e nós estamos aproveitando muito pouco desse enorme potencial. Eles têm... O clima da Irlanda é um clima muito difícil. Eles têm desejos de vir ao... De vir a nossas praias, de pegar o nosso sol, mas não há vôos ainda regulares entre os dois países. Nem em charter. O que dificulta o turismo entre os dois países, um... Um outro aspecto, que eu não diria preocupa, mas que é preciso que nós continuemos a fazer um trabalho, é de proteção à comunidade brasileira que está naquele país. Hoje acredita-se que estejam na Irlanda 17 mil brasileiros. Eles vieram, sobretudo, para a indústria da carne. E estão lá. E precisam ter uma proteção bastante forte da nossa Embaixada, o que, aliás, vem sendo feito. Essa comunidade brasileira na Irlanda tem uma excelente imagem. Uma imagem de ordem, de trabalho, mas que precisa... Hoje em dia ela compete com a mão-de-obra que vem dos países do leste europeu. E com isso nós encontramos as dificuldades naturais, porque a imigração, as autoridades de imigração começam a ficar mais rigorosas. Então nós começamos a ter casos de brasileiros sendo barrados ao chegar na Irlanda. Por quê? Porque agora o país já começa a receber gente demais, que ela não pode absorver. E isso é um trabalho que é muito... Que tem que ser feito com muito cuidado e o Itamaraty tem se dedicado muito a dar o apoio necessário para que nós possamos exercer essa função. O Embaixador, ele tem que ser também um cônsul. Não há um Cônsul do Brasil na Irlanda. O Embaixador tem que fazer o papel do Cônsul na proteção, na defesa, no interesse da comunidade brasileira. Em suma, o Brasil tem que ser representado na Irlanda por alguém que queira representar, que queira defender o interesse nacional como um todo, o interesse do Estado Brasileiro, mas também do cidadão brasileiro que foi para a Irlanda estudar e trabalhar. Porque há uma coisa interessante, é que na Irlanda o estudante de língua inglesa que para lá vai ele pode trabalhar. E isso causa um problema. Porque o sujeito gosta do que ele encontra e quer ficar. E aí ele cai na ilegalidade. Esse é um problema sério. E muitas... E tem ocorrido, nosso Embaixador já chamou atenção, é que muitos estudantes que vão para a Irlanda, eles vão às vezes iludidos. Eles vão iludidos por cursos não... De cursos de inglês não reconhecidos, e ele chega e ele é explorado quando chega. Então, é um trabalho que tem que ser feito com muito cuidado pela nossa... Já vem sendo feito pela nossa Embaixada em Dublin e que eu pretendo dar continuidade caso seja aprovado. Eu acho que já estou há 20 minutos falando, Senador, a minha colega falou--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Embora a metade tenha sido sobre a Nigéria, mas tudo bem. [risos].

SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS: E o pior é que está sendo gravado ali, e depois a vergonha que vou sentir quando ver a gravação. Lembro um grande professor meu que foi fazer uma tese sobre José Bonifácio e o tempo todo da tese ele falava no padre Feijó. Então essa maldição desse grande amigo, desse grande professor José Luis Werneck, caiu em mim. Ele passou durante duas horas falando sobre José Bonifácio, e mencionando padre Feijó, e o padre Feijó, e o padre Feijó. E eu aqui fazendo a mesma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exª fique absolutamente tranqüilo, porque quem paga preço alto por errar nome de cidade é político. O Senador Tasso na sua primeira eleição, jovem candidato a governador do Ceará, errava de vez em quando a cidade onde estava. Mas na época a popularidade dele era muito grande. Mas sabe o vexame que a gente passa quando troca de cidade.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Heráclito, felizmente cidades do meu Ceará eu nunca troquei. Já troquei muito nome, mas não consegui bater o recorde do meu correligionário Franco Montoro. Mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Essa aí geralmente erra o nome da cidade, o ex-Governador João Durval sabe que o erro vem sempre acompanhado de uma vaia. Os inconformados do Município se sentem injustiçados, mas no caso de V. Exª fique absolutamente tranqüilo.

SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS: Eu estou em companhia também de um descendente irlandês, o Presidente Regan quando esteve aqui fez uma saudação à Bolívia. E depois quando corrigido disse: Não, Bolívia é para onde estou indo, e não estava. Estava indo para a Colômbia. Então... Estou em companhia de pessoas ilustres.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, eu comunico que eu tenho como princípio que Sessão da Comissão de Relações Exteriores sem sua presença não vale. Portanto não encerrei o processo de votação lhe aguardando. Gostaria que--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, agradeço muito a sua atenção. Eu peço desculpas à Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota e ao Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos, o Presidente Garibaldi Alves me incumbiu, primeiro, de estar falando na Sessão de cem anos de migração japonesa no Brasil e, segundo, pediu-me que acompanhasse enquanto ele presidia a Sessão os Senadores do Chile que acabaram... Que chegaram há pouco e estão na Presidência aguardando o Presidente Garibaldi Alves. E quando V. Exª me chamou vim para cá

de pronto porque não poderia deixar de dizer uma palavra a ambos, bem como... E os Senadores do Chile estarão chegando daqui a instantes aqui, conforme programado, Sr. Presidente. Mas eu quero muito desejar sucesso à Maria Stela Pompeu Brasil Frota, saudar também o seu esposo que foi meu colega há muitos anos atrás na Folha de São Paulo, como jornalista, Frota Neto, por acaso está aqui? Não veio. Mas deve estar nos assistindo. E...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para evitar que a embaixadora trocasse o nome do país também pela emoção da presença dele. Ele foi cauteloso.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Muito bem. Mas inclusive quero transmitir que acho tão importante que este posto que a senhora terá na Suíça, inclusive estará interagindo com nossos Embaixadores nos diversos organismos que estão na Suíça, como a Organização Internacional do Trabalho, a OMC, e tantos outros ali. Então a senhora terá um local de grande importância, ademais de ser a Suíça um dos países de maior desenvolvimento humano, assim como também o é a Irlanda. E gostaria de transmitir ao Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos, também, o agradecimento pela atenção que teve para com o Senado ao longo desses anos que tem assessorado a Presidência do Senado e a mim próprio, também, o respeito e atenção que sempre teve com o espírito de colaboração comigo e com os Senadores, tão positivo, e tem uma coisa que ambos estamos lamentando, porque... Bom, eu estou embarcando amanhã para o Timor Leste e para a Irlanda, exatamente. Amanhã, Presidente, vou às seis da tarde embarcar para Joanesburgo e o Timor Leste. Joanesburgo... Não. Singapura, Bali, Timor Leste. Passo uma tarde em Bali. Eu ia passar em Darwin, daí recomendaram-me muito que seria muito mais fácil...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não, mas é de fato... Uma pessoa que conheceu muito bem o Timor Leste recomendou que fosse por Bali. Porque é muito mais próximo, só que a passagem só pôde ser comprada graças à Embaixada brasileira no Timor Leste que providenciou assim então... Não sei se V. Ex^a fez esse caminho. V. Ex^a foi por Bali?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fui por Bali.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Ah, então já sabe. Então fez o melhor caminho. Mas em seguida irei--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Ex^a surfista que foi na juventude vai

matar a saudade nessa tarde em Bali, com toda certeza.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): São mais os meus filhos. Mas então, na Irlanda haverá nos dias 19, 20 e 21, o 12º Congresso Internacional da Basic Income Earth Network, e na Irlanda o debate sobre a renda básica de cidadania amadureceu muito. É por isso, inclusive, que escolheram fazer em Dublin esse debate e eu sinto muito que o senhor como Embaixador não estará lá presenciando e assistindo, mas o Embaixador brasileiro hoje, Stênio, não... Inclusive estará... Está muito atento e vai acompanhar-me em tudo que for necessário. Então meu voto já foi depositado, favoravelmente depositando toda confiança e sucesso em seus respectivos trabalhos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Romeu Tuma. Antes, porém eu queria solicitar ao Senador Suplicy que após a oitiva dos Embaixadores nos informasse a situação do sargento do Exército que V. Ex^a é o encarregado de saber o encaminhamento da situação que os dois militares se encontram. Após a...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigada Presidente, eu queria primeiro saudar a nossa embaixadora que vai para a Suíça: a Dra. Maria Stela Pompeu Brasil Frota. Eu pouco teria a acrescentar, porque os elogios choveram tanto aqui que... Aliás, não é negativa da competência dos membros do Itamaraty quando comparecem a essa Comissão para nos ensinar o que realmente acontecem nas relações internacionais, os nossos representantes. Eu não me canso de afirmar que sou contra a indicação de qualquer político para assumir qualquer Embaixada do Brasil. Não pela qualidade individual que possam ou não ter o político de cumprir essa missão. Pela falta de experiência, de conhecimento e de decisões que quase são uniformes dentro da política que o Itamaraty vem a muitos anos professando no exterior e hoje a respeitabilidade dos nossos representantes alcançam altos índices de respeito.

Então V. Ex^a está indo para um país importante para nós. Por que importante? A minha primeira atividade como Delegado de Polícia, isso quando eu era quinta classe, passei por toda a carreira, cheguei a Diretor de Polícia e depois Secretário Nacional da Polícia Federal, meu primeiro caso como quinta classe foi para a quebra de sigilo de uma conta na Suíça, em Genebra.

Eu era Delegado, início de carreira praticamente, uns trinta e tantos anos atrás, foi pedido à Polícia Federal que fizesse uma investigação com respeito a ameaça de seqüestro e morte de um grande empresário de uma multinacional na área da carne. Aqui no Brasil, em São Paulo. O Secretário falou com o então Diretor da Polícia Federal, disse: Não, o senhor não tem o Tuma aí? Eu já estava meio conhecido. Designa o Tuma em nome da Polícia Federal que eu dou o apoio. Eu fui para a Suíça em Genebra, lá chegando nós não tínhamos retornado ainda a Interpol. Foi pelas minhas mãos, graças a Deus, que nós retornamos à Instituição Internacional da qual fui Vice-Presidente, tenho muito orgulho nisso, e procurei o apoio da Interpol. Imediatamente foi colocado à minha disposição dois policiais. Um falava correntemente português. Então não tive dificuldades. Fui perante o juiz, expliquei a situação, fizemos toda a documentação que o juiz nos solicitou. Tive imediato apoio do Embaixador à época na Suíça, que colaborou com toda a orientação, os contatos, quatro dias depois eu tinha autorização do Juiz da quebra da conta que era sigilo e número, e a identificação da pessoa. Infelizmente liguei para o Brasil dando a... Estava no aeroporto já de Paris, de retorno, e passei as informações. Foi feita uma diligência, era o advogado da empresa, tinha uma conta secreta na Suíça e pediu um depósito para não praticar um crime que foi julgado, pelo Juiz suíço, grave, por isso ele optou pela abertura da conta. Ainda não havia terrorismo, nada desse tipo. Então já há muito tempo, talvez... Não sei se eu poderia falar isso com muita alegria, teria sido a primeira autoridade policial que conseguiu a quebra de um sigilo na Suíça pelo sigilo que ela sempre teve na sua orientação econômica e um país de atração de capitais exteriores. E infelizmente foi feita uma diligência à residência do acusado, ele pediu para ir ao banheiro e se suicidou. Não conseguimos cumprir o rito todo para que realmente ele fosse condenado. Mas acho que a justiça de Deus agiu prontamente contra algo que trouxe um desespero muito grande à família à época em razão desta traição à empresa que ela foi feita pelo próprio Advogado. Outras vezes lá voltei. Mais uma vez pelo mesmo motivo de remessa de dinheiro irregular de uma empresa. O juiz me deu 90 dias, bloqueou todos os bens. Ainda não havia o terrorismo, e infelizmente a justiça não conseguiu remeter os documentos competentes para comprovar a ilicitude da remessa do dinheiro. Ele foi obrigado a liberar e o processo continuou e teve outro resultado. Mas, a Suíça é, tem uma visão correta de quando pode ou não abrir o sigilo bancário. Eu tive também uma outra questão da Irlanda: os imigrantes brasileiros vão muito por causa do problema da car-

ne. Eu estava na Secretaria da Receita, eu não sei se estou incomodando a senhora com esses fatos, mas é que essa... A gente traz aqui, há um cinema na vida da gente, e quando se vem fazer aqui um depoimento histórico a gente repassa tudo que aconteceu com o país que está sendo representado. E veio uma comitiva da comunidade européia pela importação irregular de carne bovina. E se referia à língua de boi. Então, eles estavam desconfiados que tinha mais língua do que pata na exportação. Então eles vieram, tivemos a reunião, tivemos alguma dificuldade de uma cooperação mais forte da Receita. Eu impus que se resolvesse, fornecesse todos os dados dos exportadores porque eles estavam investigando os importadores. Então não era um crime só de brasileiros, era dos dois segmentos. Da União Européia e dos exportadores de carne brasileira. Fui com o Ministro da Agricultura na época e abrimos um contêiner do aeroporto, de língua. Não tinha nenhuma língua lá dentro. Não tinha nem o linguarudo que participou da operação que foi contando para todo mundo. Então tem um relacionamento muito forte nessa área de segurança. Nós sabemos que a Suíça não faz parte da União Européia. Tem uma gama de informações aqui, Embaixadora, que a gente tem que ler com calma. Até pela diferença da política interna Suíça de relacionamento com os outros países, sempre bilateral nos acordos, então eu acredito que a sua presença lá pela experiência e por tudo que foi falado pelo Senador Tasso Jereissati e a respeito de V.Ex^a, nós temos certeza que nós seremos bem representados. E ele fez questão, no relatório de Liechtenstein, fazer o alerta da grande preocupação das autoridades brasileiras com a lavagem de dinheiro nesse recanto do mundo. E é um dos principais. Nós... A sub-Procuradora da Suíça, que é uma amiga da gente aqui do Brasil, fala português correntemente. Eles tinham mandado algumas informações não de Liechtenstein, mas da Suíça, da região sobre remessa de dinheiro irregular de um processo que eu não vou dar o nome da pessoa porque não cabe aqui citá-lo. Mas houve imediatamente uma difusão das informações. Ela ligou, disse: "alerta ao Ministério Público: se não retirar essas informações da imprensa nós cancelaremos, não terão validade e não remeteremos o restante de que eles precisam". Imediatamente comuniquei ao Ministério Público, eles decretaram sigilo das informações e aí continuou a operação de levantamento. Então acho que é um papel de V.Ex^a, além disso é mexer com o crime. Eu acho que vai ter um papel importante nesse sentido pela grande preocupação que se tem aqui e desejo boa sorte a V. Ex^a pela simpatia, pelo carinho, pelo respeito que essa Casa tem pelos seus trabalhos que são testemunhas.

E o Pedro é diferente... Eu falo Pedro assim, de repente pelo cuidado de dizer que é Embaixador, porque a intimidade que vai crescendo ao longo do tempo que aqui passamos com o grande orientador da política internacional brasileira pelos seus conhecimentos, ele fala na Nigéria porque a Nigéria foi um país de preocupação brasileira. Eu voltando de uma viagem da Suíça, encontrei à época o Embaixador do Brasil na Nigéria na volta, e eu tinha recebido alguns e-mails sobre o estelionato grave que se praticava contra brasileiros que se pensava que eram muito espertos e acabava entrando num estelionato bem organizado, porque estelionato tem duas figuras. O que pratica o estelionato e o outro que acha que é mais esperto, que vai ganhar dinheiro fácil quando, infelizmente, sofre as consequências. E na Nigéria eles seqüestravam, a pessoa ia ela para pegar o documento que teria o benefício de 70% a mais o que pagou, e confinavam no hotel autoridades nigerianas. Não estou querendo criticar, mas são fatos reais para que pagassem o restante. Senão não teriam liberdade de voltar para o Brasil. E eu falei com o Embaixador que tinha recebido lá pela Interpol umas considerações a respeito. Tuma, não me fala, é um negócio tão terrível que não passa mês sem ter um ou dois que bate na porta desesperado. A a gente fala com as autoridades, eles dão uma embromada na gente e o Embaixador ficava com dificuldade, apenas se preocupando com o brasileiro que lá estava para evitar que sofresse qualquer outra consequência física. Então talvez essa memória do senhor tenha uma validade aqui de se referir à Nigéria, porque a Irlanda não terá o mesmo problema. Agora, aqui vieram ontem três Embaixadores com a mesma preocupação de V. Ex^a. que é a grande preocupação com os imigrantes que se tornam irregulares ou clandestinos pela dificuldade de quererem voltar para o Brasil. Então eu vi aqui também um problema do acordo com o SESC, SENAC da Suíça--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Meu caro Senador, eu queria pedir permissão--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria desejar sorte. Porque o Pedro ainda fala mais um pouco, não fala Embaixador? Falar um pouco mais sobre a Irlanda e sobre a guerra que acho que, graças a Deus, parece que terminou entre católicos e protestantes que era uma coisa muito triste para o mundo cristão. Eu peço desculpas a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu gostaria de interromper por algum momento a oitiva dos senhores Embaixadores para registrar a presença aqui da delegação de Senadores da Comissão de Relações Exteriores do Chile,

que é composta pelo Presidente da Comissão, Jaime Gazmuri, Hernán Larraín, Hosain Sabag Castillo e Senador Sérgio Romero, acompanhando também a delegação o Embaixador do Chile no Brasil Alvaro Humberto Días Péres. Queria convidar o Presidente da Comissão Jaime Gazmuri para compor a Mesa. Sr. Presidente. Convidaria também o Sr. Embaixador Alvaro Humberto para... Esta Comissão se sente honrada com a presença dos senhores no Brasil, numa viagem aguardada e que com certeza será de muito proveito para o estreitamento das nossas relações através do que nós aqui chamamos de diplomacia parlamentar. A diplomacia parlamentar tem sido muito útil para nós aqui no Brasil, Sr. Senador, e essa Comissão tem tido... Tem procurado através de... Do relacionamento direto estreitar as relações comerciais e acima de tudo diplomática com vários países. Para isso empreendemos uma viagem à Ásia, seis países da Ásia no primeiro semestre e agora cerca de 30 dias retornamos de uma viagem a sete países africanos. Foram viagens altamente proveitosas e tenho certeza que a nossa vizinhança, a nossa tradicional amizade com essa presença dos senhores e uma posterior visita nossa ao Chile tem também esse objetivo.

Agradeço e coloco a V. Ex^a o direito de uso da palavra para que diga a todos os companheiros que aqui estão, Senadores, com mais detalhes o objetivo dessa viagem que nós temos a honra dela participar com esse acolhimento aqui na Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR JAIME GAZMURI: Eu gostaria de falar a vocês em português, mas ainda não consigo falar um bom português. Portanto vou falar em espanhol. Agradeço muito ao Senhor Presidente pela oportunidade de poder estar aqui com vocês, com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Brasil. Essa é a terceira vez que nossas comissões de relações exteriores se reúnem, a primeira vez foi aqui em Brasília, há três anos. Uma delegação brasileira esteve em Santiago no ano passado. Hoje, estamos aqui novamente. Essa rotina de reuniões e de intercâmbio de opiniões, experiências e pontos de vista sobre questões bilaterais e sobre assuntos de política exterior é muito útil. Eu gostaria, além de transmitir os cumprimentos da delegação... Somos uma delegação de quatro Senadores chilenos: o Senador Romero, o Senador Larraín, o Senador Sabag. Somos dois Senadores da coalizão do governo e dois da coalizão da oposição, portanto, somos uma representação plural das forças políticas que estão representadas no Senado da República do Chile. Gostaria de dizer que, no Chile, apreciamos muito as históricas relações que existem entre o Brasil e nosso país. Compartilhamos um his-

tórico de relações muito próximas em todos os níveis, e eu diria que também compartilhamos um ponto de vista sobre os principais problemas da região e sobre a agenda multilateral. Essas reuniões, esse contato, esse conhecimento mútuo deveriam servir para reforçar tanto a relação bilateral entre Brasil e Chile quanto nossa ação conjunta na América do Sul, na América Latina e na frondosa agenda multilateral, que está repleta de temas que são preocupações de ambos, como o aquecimento global, a questão energética, a questão do comércio, entre outros.

O Senhor Presidente gostaria de destacar alguns pontos que nos interessam particularmente e que queremos compartilhar com os Senhores. Em primeiro lugar, está nosso compromisso com a União das Nações Sul-Americanas – UNASUL, cujo tratado foi assinado há poucos dias em Brasília. Acreditamos que há um interesse muito grande por parte da diplomacia brasileira em fortalecer esta união das nações sul-americanas. É preciso trabalhar a perspectiva de haver uma voz comum na América do Sul diante do mundo global em que estamos, no qual se constituem grandes blocos. Também entendemos que o interesse do Brasil no fortalecimento da UNASUL está relacionado ainda à convicção dos Senhores de que, ainda que o Brasil tenha dimensões quase continentais, o poderio brasileiro não é suficiente para ter uma voz mais forte no contexto internacional. Portanto, estamos muito comprometidos com a idéia de que a UNASUL cumpra a tarefa de aprofundar nossos processos de integração. É nossa vez de assumir a presidência *pro tempore* da UNASUL durante este ano, e estamos muito empenhados em que essa instituição não frustrasse outra vez as expectativas de nossos processos de integração. Queremos estabelecer uma agenda bastante prática, para avançarmos em processos concretos de integração na área de infra-estrutura e na discussão de uma política energética comum, para fazer com que a UNASUL seja realmente um instrumento de integração da América do Sul, aberto ao mundo e à América Latina. Aí temos um espaço muito atraente para um trabalho em comum.

Foi proposta a idéia de que a UNASUL estabeleça algum tipo de trabalho parlamentar, que é outro assunto que queremos discutir com os Senhores. Não somos partidários da multiplicação de instituições que não tenham finalidades claras, portanto, há a questão de como desenvolveremos uma diplomacia parlamentar sem multiplicar esses organismos sem função. Estamos interessados em compartilhar com os Senhores nossas opiniões sobre nossa participação comum nas forças de paz das Nações Unidas no Haiti, onde o Brasil teve um papel fundamental. O Chile tem uma impor-

tante presença militar. Queremos conversar com os Senhores sobre a necessidade de estabelecermos um horizonte de tempo para a presença latino-americana e sul-americana de tropas no Haiti, com o objetivo de orientar nossos esforços no futuro no sentido da cooperação para o desenvolvimento econômico e social do país, e não apenas para a manutenção de presença militar. Nessa área, também temos um amplo campo de trabalho em comum. Esse mês, estamos recebendo, em Santiago, o grupo de trabalho criado pela UNASUL para instituir um conselho de defesa na América do Sul, iniciativa também promovida pelo governo do Brasil. Nós também colaboramos nessa empreitada. Acreditamos que é útil preservar a América Latina como uma zona de paz, e que devemos aprofundar a colaboração que já existe na área da defesa, com a atuação no Haiti, que é uma prova concreta. Devemos contribuir para a diminuição dos focos de conflito que ainda existem no continente. Portanto, podemos cooperar de maneira muito significativa para estabelecer um diálogo no campo da defesa.

Gostaríamos de afirmar nosso interesse na concretização dos acordos do Presidente Lula com o Presidente Morales e a Presidente Bachellet para que trabalhemos ativamente nos corredores bioceânicos, nos processos de integração das costas atlântica e pacífica. Foi assinado, em Brasília, um compromisso importante entre os presidentes do Brasil, da Bolívia e do Chile. Nossa embaixada propôs um encontro, um seminário, em Campo Grande, durante o mês de julho. Gostaríamos de...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria registrar aqui, com muito prazer, o nosso Presidente da Casa, e convidá-lo para compor a Mesa também. De antemão os senhores já estão vendo o prestígio e a força que o Chile tem no Senado da República. A presença do nosso Presidente Garibaldi é uma demonstração desse carinho.

SENADOR JAIME GAZMURI: Concluo, Senhor Presidente. Eu dizia que temos muito interesse em que funcione esse acordo de fomento dos corredores bioceânicos. A integração física é fundamental se queremos avançar em processos reais de integração e não apenas em retóricas integracionistas. Portanto, queremos sugerir que nesse seminário que está sendo organizado pela nossa embaixada para ser realizado em Mato Grosso do Sul no mês de julho pudéssemos contar com presença parlamentar. Finalmente, do ponto de vista das relações bilaterais, estamos muito interessados em seguir fomentando nossas relações comerciais. Temos uma relação comercial bastante intensa e variada, com uma balança comercial bastante favorável ao Brasil, mas que é um assunto que

não nos gera maiores preocupações. Tivemos alguns problemas e gostaríamos de pedir ajuda. Foram fechados para nós mercados de frutas. Nossa indústria de exportação frutícola é muito importante para nós. Tivemos algumas dificuldades sanitárias que já estão sendo resolvidas, mas gostaríamos que essa questão fosse sanada da maneira mais rápida possível.

Queríamos sugerir ainda, Senhor Presidente, que o parlamento brasileiro aprove um tratado que está sendo debatido, não sei se na Câmara ou no Senado, e que nós já aprovamos no Chile, que estabelece um convênio de cooperação no terreno da previdência. Isso significa que milhares de chilenos que vivem e trabalham no Brasil seriam beneficiados, da mesma forma que os milhares de brasileiros que já trabalham no Chile, com a possibilidade de se transferirem do sistema previdenciário de um país para o do outro. Entendo que há boa vontade do Brasil para aprovar esse convênio.

Esses são alguns pontos da agenda bilateral. Agradeço aos Senhores por nos receberem no Senado brasileiro. Afirmo nosso apreço pelo povo e pelo parlamento brasileiros e nossa vontade de fortalecer nossos laços em todos os níveis. Portanto, acredito que reuniões como estas e a diplomacia parlamentar são muito importantes. Muito obrigado. O Embaixador me avisa que o Seminário em Campo Grande sobre os corredores bioceânicos, do qual falei, está sendo organizado não apenas pela embaixada do Chile, mas também pelos governos do Brasil e da Bolívia. Muito obrigado pela correção, senhor embaixador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu antes de responder alguns dos questionamentos de V.Ex^a, eu quero passar a palavra ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quero cumprimentar o Presidente Heráclito Fortes, a todos os Embaixadores aqui presentes, inclusive o nosso Embaixador ora em visita ao Brasil, Embaixador Alvaro Humberto Días Péres, Embaixador do Chile, a quem já cumprimentei numa visita que ele fez ao lado de Senadores chilenos ao Plenário. Os Senadores estão aqui presentes. Eu quero cumprimentar o Presidente da Comissão pelo trabalho que esta Comissão vem realizando, o Senador Heráclito Fortes, ele tem sido incansável no sentido de estender o trabalho da diplomacia parlamentar a todas as regiões, a todos os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas, e esse trabalho tem tido um êxito muito grande na medida em que também nós temos recebido aqui a visita de delegações como essa do Chile, que nos faz agora essa visita.

E eu quero, cumprimentando o Senador Heráclito Fortes, dizer do apoio que ele vai ter durante essa minha curta gestão à frente da Presidência do Congresso Nacional no sentido de que possamos ver desenvolvido justamente este intercâmbio e esse relacionamento. Eu estou aqui também porque estão sendo sabatinados dois Embaixadores, a embaixadora Maria Stela Pompeu, que vai para a Confederação Helvética cumulativamente, estou vendo aqui, com o Principado de Liechtenstein, e o Embaixador Pedro Brêtas que está ainda me ajudando lá no Gabinete da Presidência sendo ele o responsável pela Coordenação de uma Assessoria Internacional que nós temos na Presidência do Senado. Eu não pensei que por isso ele tivesse uma promoção tão grande assim. Na verdade eu não fui o responsável por isso, mas fico feliz dele alçar esse vôo diplomático, essa conquista, indo nos representar num país como a Irlanda. Então quero desejar a ele aqui toda a sorte, todo o êxito juntamente com a nossa Embaixadora, e quero dizer que se ele levar para a Irlanda isso que ele fez para nos conquistar a todos, lá no gabinete da Presidência, eu sei que ele vai ser muito bem sucedido. Eu quero, portanto, parabenizar a ambos antecipadamente, porque sei que a votação, acredito que lhes será favorável. E agradecer ao nosso Heráclito Fortes e pedir licença, desculpa a todos se não vou poder ficar mais tempo aqui nesse agradável convívio dessa Comissão, principalmente agora que chegou o Senador João Tenório, nosso Senador alagoano. Um grande abraço a todos, e Heráclito, continue assim forte como nunca.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Embaixador Pedro Brêtas com certeza, Presidente, vai lhe receber com muita alegria na Nigéria. Aliás, desculpe, na Irlanda. [risos] Mais uma vez agradeço a distinção do Presidente Garibaldi Alves de vir aqui prestigiar a sabatina de hoje e também a delegação chilena que nos visita. Meu caro Presidente, o... Com toda certeza a implantação da... Do bloco da UNASUL é um avanço para a América do Sul, para o nosso continente. É mais um fórum de debate e que será um fórum de integração. Nós temos já o Mercosul pelo qual nós lutamos pelo seu fortalecimento. A importância do Mercosul para o continente é fundamental. Não para que se torne um bloco econômico com condições de concorrer com blocos já existentes e de grande poder econômico. Mas o Mercosul para nós, aqui, ele teve uma finalidade extraordinária. Foi a estabilidade democrática que nos deu. O Mercosul quando criado, sabem bem como vizinhos nossos, sofremos as mesmas angústias, fomos contemporâneos das dores e dos sofrimentos. Nós vivíamos num continente de golpes e contragolpes e a partir da idéia

do Presidente Sarney, da idéia do Presidente Alfonsín, do Presidente Sanguinetti, da criação do Mercosul, nós tivemos felizmente uma estabilidade democrática.

O Brasil comemorou a semana passada o período mais longo de regime democrático. Então é um fato que nós comemoramos com muita alegria. Os senhores, também, reverteram a situação do Chile e hoje respiram democracia, uma democracia fortalecida, o que é muito positivo. A UNASUL para nós, portanto, será um bloco fundamental. Até mesmo porque nós vivemos um momento de algumas situações que merecem atenção. Nós temos alguns países do nosso continente que merecem de todos nós o cuidado, a atenção e acima de tudo... Vamos falar franco, nós devemos colaborar para evitar exageros. De forma que acho que esse é um fórum fantástico que funcionará e será de auxílio fundamental. Felizmente, até o momento nós estamos livres dessas tentações, mas a carne é fraca. Nós temos que lutar para que esse vírus não nos contamine, até pela responsabilidade de Brasil e do Chile nesse momento. O Chile dá exemplos ao Brasil e ao mundo, por exemplo, na questão do equilíbrio da Previdência. Um dos grandes problemas que o Brasil tem é exatamente nesta área. Portanto, são vários os brasileiros parlamentares e da área administrativa que se deslocam ao Chile para ver o acerto que os senhores conseguiram fazer numa área que é talvez o grande calcanhar de Aquiles no Brasil. De forma que nós temos que... Aí já não fala de bloco, mas falando na nossa vocação de União e amizade bilateral, nós temos que ir trocando essas experiências e acertos. Nós estamos vivendo um momento que o Brasil tem sido motivo às vezes de crítica, às vezes de elogio, pela política que desenvolve no setor agrícola. Os senhores conhecem, mas os países mais distantes, ou por má-fé ou por sabedoria econômica, criam a imagem de que nós teríamos que destruir a Amazônia ou parte dela para continuar explorando, por exemplo, o biodiesel. Quando na verdade não é verdade, os senhores... Não tem nenhum fundamento, os senhores sabem muito bem que essa questão é uma questão de disputa. O nosso etanol é um etanol limpo, um etanol que não desvia o destino dos alimentos, muito pelo contrário, o nosso etanol é o etanol da cana-de-açúcar, bem diferente do etanol que se desenvolve em outros países, como por exemplo, os Estados Unidos. Eu estive o ano passado a felicidade de fazer uma visita a Inglaterra na qual fazia parte o Senador João Tenório, até pedi para ele ficar aqui um pouco, para... Tempo que considerar necessário, explicar um pouco desse programa para os senhores. E ele nessa viagem, ele teve a felicidade de pedagogicamente no Reino Unido mostrar aos ingleses que havia uma distorção no que se faz aqui no

Brasil. Do outro lado, nós temos que ter a consciência de que será através do Chile que o Brasil irá alcançar a Ásia. Os senhores são o grande portão que nós teremos e nós temos que fortalecer através de estradas, através de ligações exatamente essa possibilidade de aproximação com a Ásia até porque é hoje talvez o maior mercado que nós temos. E evidentemente que essa relação que se mantém, essa relação que nós temos, ela tende a ser fortalecida. E é exatamente esse o objetivo. Com relação ao acordo sobre defesa, acabei de pedir informação, ele se encontra na Câmara dos Deputados com pedido de prioridade. Vamos... Nós vamos fazer um apelo à Comissão de Relações Exteriores da Câmara... O Relator é o Deputado Francisco Rodrigues, que é de Roraima. Nós vamos fazer um apelo para vir o mais rápido possível para o Senado. No Senado aqui nós temos uma característica, nenhum acordo demora mais de duas, três semanas. A não ser que tenha uma complicação, o que não é o caso. Nós temos procurado limpar a pauta, como nós dizemos aqui vocês usam exatamente o mesmo termo lá no Chile. Os senhores estão aqui num momento que nós estamos dentro das atribuições da Comissão, essa Comissão é Relações Exteriores e Defesa Nacional. A dos senhores também é defesa?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São duas. Aqui a nossa é unificada. É Relações Exteriores e Defesa Nacional. Estamos aqui fazendo a sabatina de dois Embaixadores que estão sendo indicados. A Embaixadora Stela para a Confederação Helvética e o Embaixador Brêtas para... Para a Irlanda.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vou explicar aos senhores o porque da... Ele serviu na Nigéria e na sabatina... Atualmente ele é Assessor Diplomático do Presidente do Senado. E durante a sabatina ele trocou a Irlanda por Nigéria umas quatro ou cinco vezes. Ele tinha servido. Então evidentemente se nós tivéssemos aqui o poder para isso, que nós não temos, que isso é Ato do Presidente da República, teríamos feito imediatamente a troca. Faria a troca, de forma que ele foi sabatinado, eles foram sabatinados, depois vamos fazer a apuração dos votos e espero que a Comissão tenha compreendido os deslizos que ele cometeu com relação ao país que vai servir. Agora eu queria passar a palavra para o Senador João Tenório, para que ele falasse um pouco sobre a experiência que vive, até porque é um

grande empresário do setor, um dos maiores empresários do Brasil.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Presidente—

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero só lembrar o seguinte. Nós temos um almoço para o qual o Senador está convocado, e nós poderemos continuar no almoço, fazer um almoço de trabalho, continuar tratando esses temas e algum outro tema que os senhores achem conveniente.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Presidente, muito obrigado pela oportunidade de me dirigir aos Srs. Senadores do Chile, mas eu gostaria de dizer o seguinte: depois da iniciativa do Embaixador, nós vamos ter um encontro hoje à tarde, talvez às cinco da tarde mais ou menos, onde nós vamos ter a oportunidade de discutir mais especificamente essa questão das... Dos biocombustíveis de modo geral e a utilização desse tema como vetor de aproximação também da América do Sul, essa nova integração que se faz absolutamente presente e necessária. Eu apenas gostaria de me referir um pouco a um outro tema que tem muito a ver com isso, que é a questão do alimento, do aumento de preço dos alimentos que é uma coisa que tomou conta da grande mídia e da grande preocupação do mundo e dizer o seguinte: eu tive, recentemente, uma semana atrás, em Roma para aquele encontro da FAL. Foi uma coisa importantíssima porque tinha 180 países presentes, 50 Presidentes da República, o Chefe de Estado presente onde demonstra claramente a preocupação como isso tornou-se um tema realmente muito importante na discussão das preocupações do mundo atual. E uma coisa que ficou muito claro pra mim foi o seguinte: queremos ou não, a... Os países europeus, a Europa de modo geral e particularmente a União Européia ainda é a grande formadora de opinião pública no mundo.

Então ela consegue fazer com que as suas opiniões cheguem ao mundo de uma maneira muito convincente. Eles são muito convincentes, até pela cultura, pela história, pela trajetória que esses países apresentavam durante toda a sua história. E evidentemente que eles têm uma visão, eu diria assim, um tanto quanto específica dos seus países no que diz respeito a essa questão de produção de alimento, produção... Competição com bioenergia, esse tipo de coisa. Que é o seguinte: os países da Europa, sobretudo a Europa que forma a opinião, que é a Europa ocidental, a Europa que faz parte da União Européia, eles têm uma... Um coeficiente de utilização das suas terras extremamente elevado. Você vai numa pequena cidade do interior da Itália ou da França ou qualquer dos países, um terreno... Não sei como é que traduziria isso

para o espanhol, um terreno baldio, dentro da cidade, que não tem ocupação específica de construção. Esse terreno é ocupado com trigo, milho, canola, qualquer coisa que o valha. Estava vendo o aeroporto de Roma, é uma coisa impressionante. A agricultura encosta na pista do aeroporto. De um lado e do outro. Isso prova pra mim, fica muito claro que é um território absolutamente, totalmente ocupado. Então eles têm uma preocupação muito grande, porque tem a percepção, e tem até razão de que qualquer iniciativa de produzir algo, que não seja alimentos, ele vai perder área que atualmente produz alimento. Porque ele não tem a opção de dizer não, eu tenho mais área, ou qualquer coisa que o valha. Então eles têm esse tipo de deformação, vamos chamar assim, deformação de entendimento e isso ele entende que o mundo também é assim. Esquece que a África é um continente desocupado. A América do Sul, a América Central são regiões do continente desocupado que tem muito potencial para ocupar, sem ter esse tipo de preocupação.

Evidentemente que a segurança alimentar para os países da Europa é uma coisa muito importante. Eles vêm de duas guerras trágicas que trouxeram dificuldade muito grande em todos os seus segmentos, sobretudo na questão de suprimento de alimentos. Então eles conseguem fazer com que chegue ao mundo essa percepção. E como eles têm uma capacidade muito grande de verbalizar e fazer com que suas opiniões cheguem ao mundo como um todo, eles criam essa opinião, cria essa percepção que na verdade não é uma percepção verdadeira. Mas o que eu queria dizer é que a agricultura voltou a ser uma coisa importantíssima no mundo, até pelas dificuldades que vivem hoje, e dizer também que mais tarde, se ocorrer de fato o encontro, nós teremos oportunidade de conversar um pouco mais especificamente, Presidente Heráclito, com os Senadores. Teria um prazer muito grande de dar uma visita lá à Embaixada quando levarei algumas informações mais precisas sobre essa questão de biocombustível. Acho que é biocombustível, assim como outros... Nós precisamos de vetores importantes, práticos e concretos para estreitar as relações entre os países. Muitas vezes têm muita filosofia, muita... Mas falta alguns vetores que podem estreitar a relação. Então essa questão do biocombustível pode ser sim, e tem sido em algumas outras relações, algo importante para estabelecer um estreitamento das relações entre os países. Gostaria de me referir a presença dos Srs. Senadores com muito prazer e satisfação e agradecer mais uma vez ao Presidente Heráclito Fortes pela oportunidade de...

SENADOR JAIME GAZMURI: Muito obrigado. Esse é um assunto que nos interessa muito. Quere-

mos compartilhar a experiência do etanol com o Brasil, que tem vasto conhecimento nessa área com um importante impacto mundial. Há também a questão da crise alimentar. Acredito que hoje, no encontro das 5 da tarde, teremos oportunidade de conversar sobre isso. Queremos conhecer as experiências dos Senhores e as opiniões sobre essa questão. Podemos, também, estabelecer um campo de cooperação entre Chile e Brasil que vai ser importante no futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Indago se algum dos Srs. Senadores chilenos desejam usar a palavra. Pois não, tem V. Ex^a a palavra. Senador Romero.

SENADOR SERGIO ROMERO: Desde a primeira reunião da Comissão de Relações Exteriores em que estive presente, agradeço muito pela excelente recepção que tivemos. Gostaria de fazer referência a uma matéria que interessa tanto ao Brasil quanto ao Chile, que é a presença de nossos países no Haiti. Nós fazemos parte da missão das Nações Unidas para a estabilização desse país. Uma missão de paz. Gostaria de compartilhar algumas reflexões a respeito do destino final destas missões. Elas não devem ter duração indefinida, mas devem ter etapas a cumprir em relação à possibilidade de transformar a missão militar em uma missão que desenvolva outros aspectos econômicos e sociais no Haiti. Não temos necessariamente que seguir mantendo tropas e efetivos militares no Haiti. Gostaríamos de poder compartilhar uma visão. Temos a impressão de que as Nações Unidas propuseram um plano de consolidação de quatro anos que está baseado em alguns pontos muito vagos e ambíguos. Gostaríamos de pedir um intercâmbio de opiniões para que fosse mais concreto o desenvolvimento de nossas atividades nesse país. Alguns de nós tememos que isso se transforme numa situação incômoda, na qual a população haitiana entenda a missão como uma ocupação, e não como uma missão com o objetivo de promover o desenvolvimento daquele país. Nesse sentido, gostaria de destacar que queremos ter normas, visões um pouco mais concretas, para que essa situação não se prolongue indefinidamente de modo a comprometer nossos esforços. Queremos fazê-lo com os Senhores, e não unilateralmente, desde o ponto de vista da solidariedade, para que outros países da região se interessem em nos substituir, para dar continuidade ao que vimos fazendo nos últimos quatro anos. Muito obrigado, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero dizer que penso exatamente como V. Ex^a. Eu tive agora a oportunidade de ir visitar dois países aonde existe atuação da ONU. Fui ao Timor Leste, e tive agora mais recentemente na Guiné-

Bissau, onde há por parte da ONU uma tentativa de construção e restabelecimento da paz. Ocorre que penso como o colega chileno pensa, acho que temos que construir algo mais duradouro. Porque o meu sentimento é de que essas tropas que vão para ali são tropas para a manutenção do presente, e não tropas que venham auxiliar a consolidação futura. Nesses três casos aqui citados, o vetor de toda a crise é a fome. É a miséria, é a pobreza. Se nós formos... O que eu vi no Timor Leste é assustador, até por falta de perspectiva de futuro. Mas, se cobra uma ação de... Por exemplo, de saneamento básico, de infra-estrutura, de geração de emprego. A ONU não se sente no dever de fazer porque não é da sua... Não é uma função sua. Gasta milhões, fica lá quatro, cinco anos, e nós sabemos que a partir do momento que sair os problemas voltarão. Com relação ao Haiti, há um lado positivo. Nós temos hoje mil soldados, mil homens. Vou esperar o Senador Suplicy distribuir a renda básica dele. Nós temos mil homens no Haiti, mas há um pedido de mais 200. É que os pedidos estão na Câmara e vem para o Senado e nós estamos vendo com boa perspectiva porque os 200 homens pedidos são homens... São militares da área de construção. Que é para a recuperação de pontes, de estradas, é um indício de que finalmente me parece que vai se voltar um pouco, Embaixador, para essa questão da infra-estrutura. O caso da Guiné-Bissau, a Guiné-Bissau, como vários países da África, sofre necessidade de energia elétrica. Eles precisam de uma usina vejam bem vocês, de 30 megas. Vejam bem, 30 megas. Não tem condições de construir. Acho que era um momento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem, tem tudo. Falta iniciativa. Agora, qual é a dificuldade de uma empresa estrangeira investir? É a instabilidade, a insegurança jurídica, e aí tem que ser uma ação patrocinada pela ONU, alguém diretamente ligado à ONU, e no futuro passar para a iniciativa privada. A verdade é que sem energia não se vai para lugar nenhum. Eu me senti no Brasil da década de 50. As pessoas não podem comprar carne, primeiro porque o país não produz, não pode... A carne chega de fora. Se não tem congelador, não tem geladeira, ela estraga. Vive-se basicamente do peixe e de embutidos. Mas a missão está lá. A missão vai ficando, os conflitos internos são graves, mas eles não deixarão nunca de existir se não tiver perspectiva. Eu concordo plenamente. Acho que nós temos que ter uma ação mais efetiva. Essa ação temporária ela é positiva, mas volto a repetir, quando nos ausentarmos, o temor

é que os conflitos retornem. Era essa a pergunta? Mais algum? Algum questionamento?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Os 200. Já temos 1.200. Está sendo pedido mais 200 da área de engenharia. São engenheiros militares, pessoal de construção, que é exatamente para a recuperação.

SENADOR HERNÁN LARRAÍN: Obrigado, Presidente. Em breves palavras, quero me unir ao colega quanto ao questionamento sobre nosso papel no Haiti. Esse não é um problema de uma parte das nações do mundo, é um problema de todas elas. Esse é um Estado falido, e é preciso fazer um esforço para construir esse Estado, através da recriação das instituições e das condições econômico-sociais que permitam a auto-suficiência. A prolongada presença de militares já está gerando idéias e críticas em partidos políticos no sentido de que poderiam ser entendidas como forças de ocupação que favorecem uma posição política determinada e majoritária no Haiti. Por isso, é muito importante esclarecer o objetivo da ajuda internacional e aceitar a solidariedade de muitos países que ofereceram sua ajuda, mas que não a comprometeram.

Em relação à UNASUL, nós valorizamos o esforço que isso significa, que foi muito impulsionado pelo Brasil. Acreditamos que a América do Sul deve entender-se como uma unidade geopolítica importante em nossa região, mas sem prejuízo dos demais contatos com a América Central e o Caribe ou com todas as Américas. Aqui há uma realidade (ininteligível) sul-américa muito importante, e que deveria atuar em ações concretas. Sou dos que têm muito medo da retórica política de nossos países, que falam muito da integração, mas que fazem pouco em termos concretos. Nós precisamos de integração específica, em infra-estrutura, em comunicação, em intercâmbio energético, em tudo o que está relacionado à integração física. Isso é o que faz a integração entre os povos ser necessária. Também acreditamos que é muito importante entender alguns problemas que podem afetar a região, para ter consciência de atuar sobre eles de forma conjunta. Um exemplo é o problema que aflige à Colômbia, esses grupos terroristas das Farc. Não significam uma ameaça apenas à instabilidade política da Colômbia, mas também aos países vizinhos e a toda nossa região. Portanto, agir nessa linha é muito importante. Há dois dias, o Senado chileno aprovou dois acordos. Um deles exige a libertação de Ingrid Bettancourt e de todos os seqüestrados, que somam, segundo nossas informações, algo em torno de 700 pessoas. O outro, que talvez seja mais importante conceitualmente, está

relacionado à necessidade de acabar com as ações terroristas que ocorrem nessa nação, para chegar a uma consciência interamericana que, através do diálogo e da cooperação, ajude a preservar a paz na região e que reconheça os esforços feitos muitas vezes de modo isolado. A UNASUL pode ser um foro que gere instâncias de desenvolvimento verdadeiras, de modo que, como ocorreu com a União Européia, ao final do caminho cheguemos a encontrar instituições como o parlamento europeu. Mas não ao princípio, porque se começamos apenas pelas instituições políticas, e não pelas que promovem verdadeiramente o desenvolvimento econômico e facilitam a cooperação entre os povos, vamos alterar a ordem das prioridades. Tomara que a UNASUL continue progredindo. cremos que, como parlamentares, podemos colaborar. Seria ótimo se tivéssemos apenas uma instância parlamentar na América do Sul, e não o Parlatino, o MERCOSUL e sua agenda parlamentar, a Comunidade de Países Andinos e sua agenda parlamentar. Isso tudo atomiza os esforços que nós, como parlamentares, podemos fazer para a integração. Devemos ter uma só voz em relação às questões mais importantes, à cooperação econômica, para que, ao final, seja criada a região que queremos e que tenhamos uma voz comum e forte, com capacidade de influir mundialmente de acordo com nossos interesses. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu não tenho nenhuma dúvida que o destino da UNASUL será a de não só fortalecer essas relações, mas também, num futuro que não podemos prever, se tornar um organismo único e um grande foro de debate. Também a superposição de organismos com o mesmo objetivo ela é prejudicial. Ela pulveriza. E evidente que tenho certeza que nós iremos encaminhar para isso. Esse passo foi um passo acertado, eis que já... Após essa primeira reunião aqui no Brasil já se fala na moeda comum, que poderá ser uma etapa, uma segunda etapa, terceira etapa, mas realmente é positivo e acho que esse poderá ser um dos caminhos, até para que não fiquemos... Como tivemos três anos atrás a expectativa da criação da ALCA. E depois ficamos patinando. Ela ficou parada, enfrentamos pressões que não podemos desistir, nós todos, e há uma dificuldade que é a assimetria. Você quando entra num bloco desse você tem que estar preparado para as dificuldades assimetrias dos países que dele participam. O Mercosul, por exemplo, no primeiro acordo Mercosul, para o Brasil participar que os outros países aceitassem, nós tivemos que abrir mão, colocaram fora os produtos da Zona Franca de Manaus. Mas o que se pode fazer? Foi um sacrifício do Brasil. E isso haverá também no momento mais decisivo com relação

à UNASUL. Mas eu tenho certeza que essa sua tese é a tese que eu concordo. Nós teremos que marchar para um organismo único de pensamento que fortaleça a nossa posição no continente. Senador Flexa Ribeiro, em seguida... Mais algum Senador... Mais algum dos senhores? Então ouviremos primeiro os visitantes e depois... Com a palavra.

SENADOR HOSAN SABAG CASTILLO: Em primeiro lugar, gostaria de expressar nossa alegria por estarmos aqui, nesse grande e formoso país. Agradecemos pela recepção que nos deram. Nós temos um grande apreço e carinho por essa nação. Somos o sexto país importador e exportador. Nosso intercâmbio comercial chega a quase oito bilhões de dólares, e é amplamente favorável ao Brasil. Estamos muito contentes como isso, e gostaríamos de continuar incrementando essas relações de diplomacia parlamentar de apoio aos nossos governos. Mas queremos dar consistência aos acordos que vão sendo assinados nas várias reuniões, que têm sido meramente sinais de boas intenções. O corredor bioceânico nos interessa, porque podemos incrementar enormemente nosso intercâmbio comercial, e queremos continuar aumentando-o. Queremos aprender com os Senhores a partir de sua experiência como líder mundial na produção de biocombustíveis e de etanol. Somo um país que sofre muito por causa do aumento descontrolado dos preços do petróleo. Temos conflitos por toda parte, porque o preço chegou a um patamar insuportável. Temos que buscar alternativas. E a alternativa, o grito, foi dado pelo Brasil, já faz bastante tempo. Queremos aprender com os Senhores. Queremos apoio quanto às hidroelétricas, as máquinas, em cuja produção os senhores já estão muito avançados. Queremos aprender com os Senhores, e queremos o apoio dos senhores nessa área que tem sido tão delicada para nosso país. Também queremos pedir o apoio dos senhores quanto a algumas travas que perduram com relação à entrada de frutas no Brasil. Há meses tivemos o problema dos ácaros, mas isso já foi largamente esclarecido. Porém, os produtos naturais ainda não podem entrar em nosso país. Nós temos um grande patrimônio na parte sanitária de nosso país, e também somos muito exigentes. Por isso, compramos muita carne bovina do Brasil, que é nosso principal provedor atualmente. Mas gostaríamos que essas dificuldades que enfrentam as frutas e outros produtos pudessem ser resolvidas rapidamente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone] Parlamentar é exatamente isso que estamos fazendo aqui. Estamos discutindo assunto de interesse bilateral e fiquem certos os senhores que vamos cobrar do

Ministério da Agricultura exatamente providências com relação a agilidade. A reciprocidade ela tem que acontecer, ela tem que existir. Essas informações, a partir do momento que nós consolidemos essa determinação de se fazer esse intercâmbio dos Paramentos, com certeza vão beneficiar os dois países. Até porque o Embaixador está aqui, sabe, a diplomacia parlamentar pode tratar com mais abertura alguns assuntos que a diplomacia formal está impedida. Os milindres diplomáticos no mundo inteiro às vezes impedem, mas, no entanto, auxiliam. Então se nós tivermos um entrosamento envolvendo representantes diplomáticos e envolvendo os parlamentos, acho que é uma grande contribuição que nós estaremos dando aos nossos países. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Agradeço e vamos... Seremos parceiros na... Seremos parceiros nessa luta. Mais... Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Heráclito Fortes, Sr. Senador Jayme Gazmuri, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República do Chile, Srs. Senadores, Hernán Larraín, Hosain Sabag Castillo, Jorge Pizarro, Sergio Romero. Sr. Embaixador Alvaro Días Péres, Embaixador do Chile no Brasil, eu quero primeiro saudar a vinda da Comissão do Senado da República do Chile ao Brasil e ao Senado da República brasileira. Sejam bem-vindos. Acho que esse intercâmbio parlamentar é da maior importância porque vai propiciar que tudo aquilo que aqui foi discutido, e tudo aquilo que será ainda tratado, possa ser acelerado e possa ser... Ter a consequência que todos nós queremos. O Chile é um país irmão que tem ao longo da sua história demonstrado para todos nós da América do Sul a sua importância no contexto desse continente. Aqui nós tratamos de vários assuntos. Começamos pela questão do corredor bioceânico, que nós defendemos isso há décadas. Acho que isso é sem sombra de dúvida um dos principais pontos de integração com relação ao continente. Vamos abrir as portas por um caminho mais próximo com a Ásia tanto do Brasil para a Ásia quanto do Chile para a Europa. Ou seja, temos uma... Interesse comum ao abrir esse caminho ao invés de navegarmos dando retorno pelos dois oceanos. Acho que nós já poderíamos ter chegado a isso. A Amazônia brasileira, ela busca também através não só de Mato Grosso, mas através de outros Estados, não só do Chile, mas também pelo Peru, para que possamos chegar ao oceano pacífico, possamos chegar fazendo esse corredor bioceânico. O Senador Hernán Fernandez, ele falou com muita propriedade da necessidade de nós buscarmos através da unidade dos parlamentos dos diversos países, nós possamos ter no futuro uma unidade como aconteceu na comunidade euro-

péia. Foram 50 anos lá para que se tornasse realidade. Poderíamos demorar aqui 50 anos, mas precisamos começar. 50 anos hoje tem um determinado prazo de conclusão em 2058. Se demormos mais alguns anos para iniciarmos vamos passar para 2060, 2070, talvez para o século seguinte. Então eu acredito, eu tenho muita fé nesta União de todos os países da América do Sul para que nós possamos, assim como fez a Europa, formarmos um grande bloco. Um grande bloco comercial, um grande bloco político e uma força também a nível do mundo globalizado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Flexa, eu queria pedir permissão, vou transformar a Sessão em secreta com a permanência dos Senadores chilenos aqui e as autoridades diplomáticas para fazer o processo de apuração dos Embaixadores. Uma maneira de ganhar tempo. Então eu pediria à Comissão que tomasse as providências necessárias e o Senador Virginio Carvalho poderá logo em seguida proceder, já que é o Secretário, proceder à apuração dos nomes para que nós anunciemos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como disse, essa União continental ela passa por uma questão, como já disse o nosso Presidente, uma questão de nivelar os diversos países nas suas condições econômicas, condições políticas e culturais. Mas também temos que começar com a integração da infra-estrutura desses países. Poderemos ter, sem sombra de dúvida, uma rede de energia interligada na América do Sul. Já estamos hoje ligados com a Venezuela, através de Roraima, poderemos...

Sessão secreta às 13h.

Sessão reaberta às 13h15.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está reaberta a Sessão. Comunico a aprovação dos Srs. Embaixadores Maria Stela Pompeu Brasil Frota para representar o Brasil na Confederação Helvética, e cumulativamente com o Principado de Liechtenstein. E o Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos, para representar o Brasil na Irlanda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Os itens da segunda parte da reunião ficam adiados. Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, o Presidente da Comissão parlamentar Brasil-Chile, que é o nosso Vice-Presidente, Eduardo Azeredo, juntamente com os Senadores... Com V. Ex^a e com o Senador Flexa Ribeiro e outros, inclusive eu, que somos membros da Comissão Brasil-Chile, queremos dizer que infelizmente o nosso Presidente não está

presente, mas nós estamos. Portanto só para registrar que havia um pedido nessa direção também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está feito o registro. Nada mais havendo a tratar, eu vou encerrar a Sessão. Antes, porém, desejando à Embaixadora Stela pleno sucesso na sua missão. E veja que é com tristeza que nós aprovamos isso. Tanto no seu caso como no caso do Embaixador Brêtas porque nós gostaríamos de tê-los mais perto de nós. Mas como sabemos que isso faz parte da carreira e vão representar o Brasil, nos resta desejar pleno êxito e felicidade, e que o Embaixador Brêtas desempenhe o seu papel na Irlanda e eu ainda tenho a oportunidade com os companheiros de aí, sim, de realizar seu grande sonho que é aprovar seu nome para Embaixador da Nigéria em um futuro próximo. Por ora é a Irlanda. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h17.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia dezanove de junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **ROMEU TUMA E EDUARDO AZEREDO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **ANTÔNIO CARLOS VALLADARES, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, HERÁCLITO FORTES, MARCO MACIEL, VIRGÍNIO DE CARVALHO, ARTHUR VIRGÍLIO, FERNANDO COLLOR, CRISTOVAM BUARQUE, AUGUSTO BOTELHO, FRANCISCO DORNELLES, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GEOVANI BORGES, VALDIR RAUPP, JOSÉ NERY, CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO E JEFFERSON PRAIA**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente em exercício, Senador Romeu Tuma declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Antes de iniciar a apreciação da pauta o Presidente em exercício comunica que encontra-se a disposição das senhoras senadoras e dos senhores senadores, na Secretaria da Comissão, resposta do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao requerimento de informação nº 47, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, que solicitou

a relação de atos bilaterais e multilaterais, atualmente em negociação, e justificativa sobre o interesse brasileiro na negociação, ademais de seu estágio atual. O presidente convida os embaixadores Santiago Luis Bento Fernández Alcázar, Sérgio de Souza Fontes Arruda, Flávio Helmond Macieira e Ricardo Neiva Tavares para comporem a mesa. O presidente faz a inversão da pauta e inicia a apreciação da mesma pela segunda parte. **Item 4:** Mensagem (SF) nº 113, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Ricardo Neiva Tavares, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Comunidades Européias*”. O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator, Senador **JEFFERSON PRAIA**, para fazer a leitura de seu Relatório. O Senador Eduardo Azeredo assume a Presidência. **Item 1:** Mensagem (SF) nº 85, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Santiago Luis Bento Fernández Alcázar, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Burkina Faso*”. O Presidente em exercício abre o processo de votação. O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator, Senador **VIRGÍNIO DE CARVALHO**, para fazer a leitura do seu Relatório. **Item 2:** Mensagem (SF) nº 94, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Sérgio de Souza Fontes Arruda, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam, desde que obtido o agrément do governo desse país*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **MARCO MACIEL**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. **Item 3:** Mensagem (SF) nº 98, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Flávio Helmond Macieira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua*”. O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator, Senador **JOSÉ NERY**, para fazer a leitura do seu Relatório. O Presidente

em exercício concede a palavra aos Embaixadores **SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR** e **SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA** para fazerem suas explanações. O Senador Romeu Tuma reassume a Presidência e concede a palavra ao embaixador **FLÁVIO HELMOND MACIEIRA** para fazer sua exposição. O Senador Eduardo Azeredo reassume a Presidência e concede a palavra ao Embaixador **RICARDO NEIVA TAVARES** para fazer sua explanação. O Presidente em exercício concede a palavra aos Senadores **ROMEU TUMA, FLEXA RIBEIRO** e **CRISTOVAM BUARQUE**. O Presidente em exercício torna a reunião secreta às doze horas e cinquenta e oito minutos. A sessão é reaberta às treze horas e vinte e quatro minutos. O Presidente em exercício comunica a aprovação dos Embaixadores. O Presidente em exercício retorna à primeira parte da pauta. **Item 1:** Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*Dispõe sobre a apuração do imposto de renda na fonte incidente sobre rendimentos de prestação de serviços de transporte rodoviário internacional de carga, auferidos por transportador autônomo pessoa física, residente na República do Paraguai, considerado como sociedade unipessoal nesse País*”. O Presidente em exercício concede a palavra ao Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. O Presidente em exercício solicita seja encaminhado aos membros da Comissão, cópia de correspondência da Interpol ao Departamento de Polícia Federal, ante ofensas feitas pelo Presidente da Venezuela, conforme solicitado pelo Senador Romeu Tuma. O Presidente em exercício concede a palavra ao Senador **FLEXA RIBEIRO** e **MÃO SANTA**. O Senador Paulo Duque assume a Presidência. O Presidente em exercício submete a apreciação item Extrapauta. **Item 1:** Requerimento nº 37, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro que “*Requer, nos termos do art. 222 do regimento interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão da correspondência por ele recebida, datada de 12 de junho de 2008, subscrita pelo sr. Marco Aurélio Garcia, assessor especial de política externa do Presidente da República, relativo ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado Federal, no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)*”. Aprovado. O Presidente em exercício nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com

o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. — Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente em exercício.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 43 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Se os senhores senadores e senadoras concordarem, fica dispensada. Em votação. Aprovada.

Antes de iniciar a apreciação da pauta, comunico que se encontra à disposição das senhoras e senadores, na secretaria da comissão, resposta do Ministro de Estado Ministro de Relações Exteriores ao Requerimento de Informação nº. 47/2007, da Comissão de Relações Exteriores, de autoria do Senador Fernando Collor, que solicitou a relação de atos bilaterais e multilaterais atualmente em negociação e justificativa sobre interesse brasileiro na negociação, ademais, de seu estágio atual. Passamos agora...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Convido para compor a Mesa os senhores embaixadores Santiago Luis Bento Fernández Alcázar, que vai para Burkina Faso, Sérgio de Souza Fontes Arruda, Flávio Helmold Macieira e Ricardo Neiva Tavares, para comporem a Mesa.

Prazer poder recebê-los aqui conosco. Desculpa a ausência do grande número de senadores, mas o próprio Senador Heráclito, Presidente desta Comissão, está tendo dificuldades, pelo fechamento de alguns aeroportos, de se deslocarem. Muita gente quis ir ver o jogo do Brasil e acabou sofrendo o jogo e agora sofrendo para tentar retornar ao Brasil.

E eu pediria licença se pudesse passar a palavra ao Senador Jefferson Praia, porque ele tem que voltar à sua comissão. Antes eu vou fazer a leitura e passar a palavra a V.Exª, para poder voltar ao seu assunto lá. Eu que agradeço à sensibilidade de V.Exª em comparecer aqui.

É o item 4. Mensagem 113: “*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº. 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Ricardo*

Neiva Tavares, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto às comunidades européias”. Com a palavra o Senador Jefferson Praia, para expor o seu parecer.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente Romeu Tuma, senhores embaixadores, senhores senadores, senhoras senadoras, minhas senhoras e meus senhores.

Muito bem. Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem do Presidente da República nº. 113, de 2008, Mensagem nº. 334, de 30 de maio de 2008 na origem, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, da lei 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Ricardo Neiva Tavares, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto às comunidades européias.

Sr. Presidente, passo, a seguir, então, a ler o relatório:

“*Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Ricardo Neiva Tavares, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às comunidades européias.*

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou ‘currículum vitae’ do diplomata indicado, do qual extraem para este relatório as informações que se seguem.

Nascido no Rio de Janeiro, filho de Tullio Tavares e Maria Celi Neiva Tavares, após a conclusão do Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, foi, subsequente, promovido a Terceiro Secretário, em 1980; a Segundo Secretário, em 1982; a Primeiro Secretário, por merecimento, em 1987; Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 2001; e Ministro da Primeira Classe, por merecimento, em 2005.

Dentre os cargos e missões importantes que realizou, cumpre destacar os seguintes: Embaixada em Paris, Segundo e Primeiro-Secretário, em 1986; Embaixada em Tóquio, Primeiro-Secretário, 1989; Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Eco-

nômico, Assessor, 1993; Secretaria-Geral, Assessor, 1993; Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro, 1995; Embaixada em Camberra, Conselheiro, 1998; Departamento Econômico, Assessor, 2001; Coordenação-Geral de Organizações Econômicas, Coordenador-Geral, 2001; Assessoria de Comunicação Social, Chefe, 2003; Assessoria de Imprensa do Gabinete, Chefe, 2004; Gabinete do Ministro de Estado, Assessor Especial, 2006.

O Embaixador Ricardo Neiva Tavares possui o curso da Escola Nacional de Administração Pública da França, a prestigiosa ENA, e recebeu importantes condecorações, dentre as quais cumpre destacar: Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro, 1985; Ordem Real do Mérito, Noruega, Comendador, 2003; Ordem Al-Alaoui, Marrocos, Comendador, 2005; Ordem da Legião de Honra, França, Oficial, 2006; Ordem de Orange Nassau, Países Baixos, Grande Oficial, 2008; e Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz, 2008.

No que concerne ao posto para o qual o embaixador é indicado, a Representação Permanente do Brasil junto às comunidades européias, em Bruxelas, trata-se de bloco econômico com personalidade jurídica e que participa, como tal, das relações internacionais. Como nota institucional, é de interesse aduzir que as comunidades referidas no plural se referem à Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), criada pelo Tratado de Paris, de 17 de abril de 1952, e às Comunidades de Energia Atômica e Econômica Européia, surgidas com o Tratado de Roma, de 25 de março de 1957.

No que concerne às relações bilaterais com o Brasil, podemos destacar, na recente cronologia de acontecimentos relevantes que se realizou, em 4 de julho de 2007, em Lisboa, a I Reunião da Cúpula Brasil-União Européia, que reuniu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Tróica da União Européia, formada pelo Presidente da Comissão Européia, Durão Barroso, e pelas presidências, de turno e futura, do Conselho da União Européia, que eram, na ocasião, o Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates, e o Primeiro-Ministro da Eslovênia, Janez Jansa.

Nessa data, instituiu-se entre o Brasil e a União Européia um relacionamento bilateral de parceria estratégica, da mesma natureza daqueles que a União Européia mantém com um grupo restrito de países, integrado por Estados Unidos, Canadá, Japão, Rússia, China e Índia.

Pudemos constatar, ademais, que o relacionamento político bilateral entre o Brasil e a União Européia manteve-se, no passado, aquém do seu potencial. Embora tardio, o reconhecimento europeu da liderança construtiva que desempenha o Brasil no mundo e

das dimensões e do potencial da economia brasileira teve por consequência a colocação em marcha de processo extremamente ágil de valorização do relacionamento bilateral.

Brasil e União Européia contam com mecanismos de diálogo e cooperação em temas específicos, entre os quais as reuniões de consulta sobre desarmamento e a não-proliferação, o Comitê Diretivo de Cooperação Científica e Técnica, os diálogos setoriais entre transportes marítimos e sobre a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável e mudança de clima.

Acham-se já acordados ou em fase inicial de implementação: o Diálogo Político Regular de Energia; o Diálogo sobre Desenvolvimento Social; o Diálogo sobre Desenvolvimento Social; o Diálogo Regional em Governança no Setor Público; o Diálogo sobre Desenvolvimento Social; e o Comitê Consultivo Agrícola, com ênfase em questões sanitárias e fitossanitárias. A esses mecanismos cumpre acrescentar novos diálogos setoriais em áreas de interesse mútuo, como os setores de Educação e Cultura e a sociedade da Informação.

O interesse do Brasil em uma maior aproximação política com a União Européia, maior parceiro comercial do País, como bloco, justifica-se pelo fato de que a União Européia é, cada vez mais, um ator 'per se' no cenário internacional. Integrada por 27 países, após o seu recente alargamento, entre os quais algumas das principais economias ocidentais, duas das quais – França e Reino Unido – são membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas; a União Européia tem indiscutível capacidade de ascendência econômica e política.

Sobre uma das principais pautas que interessam ao governo brasileiro, a política de biocombustíveis, o Brasil sediará, em São Paulo, entre os dias 17 e 21 de novembro próximo, a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, que tem entre seus principais objetivos a discussão internacional ampla sobre os desafios e oportunidades oferecidos pelos novos combustíveis. O Presidente Durão Barroso foi, a propósito, convidado a participar da Conferência."

Sr. Presidente, diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, submeto a esta Comissão a escolha do Sr. Ricardo Neiva Tavares, certo de que seus integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. Era isso, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Jefferson Praia, relator na indicação do Embaixador indicado Neiva Tavares.

Eu vou passar, então, de volta para o item 1, que é a mensagem nº. 85/08, que *“submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Santiago Luis Bento Fernández Alcázar, Ministro de Segunda Classe da carreira de diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Burkina Faso”*.

O relator é o Senador Virginio de Carvalho, a quem concedo a palavra para...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Um segundinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, antes o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu assumi um compromisso com o Senador Jefferson Praia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Item 1.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já foi? Por que ele poderia votar e sair, que eles estão discutindo sobre o Amazonas, e eu retirei de lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, está ótimo. O item 4 já está—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigada. Desculpa a interrupção.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A indicação do embaixador Ricardo já está liberada para votação. Então, com a palavra o Senador Virginio de Carvalho.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº. 85/2008, do Sr. Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e art. 39 da Lei nº. 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Santiago Luis Bento Fernández Alcázar, Ministro de Segunda Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Burkina Faso.

“Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer ao Sr. Santiago Luis Bento Fernández Alcázar, Ministro de Segunda Classe da carreira de diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Burkina Faso.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, conforme art. 52, item IV.

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o ‘curriculum vitae’ do diplomata em questão, e, segundo o referido documento, o Sr. Santiago Luis Bento Fernández Alcázar, filho de Manuel Maria Fernández Alcázar e Teresa Pena de Alcázar, nasceu em Funchal, Ilha da Madeira, Portugal, porém brasileiro, de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946, em 19 de março de 1951.

É bacharel em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo ingressado no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, em 1982. Após concluir o Curso em Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1983; foi promovido a Segundo Secretário, em 1987; a Primeiro Secretário, em 1996; a Conselheiro, em 2002; e a Ministro de Segunda Classe, em 2006.

No âmbito da Secretaria de Estado, exerceu funções de relevância, como Subchefe da Divisão de Temas Sociais. Em 2003, chefiou a Assessoria Internacional do Ministério da Saúde.

Em representações diplomáticas do Brasil no exterior, serviu na Embaixada de Belgrado, em 1985; na Delegação junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) em Washington, como assessor, 1994; na Embaixada de Assunção, em 1998. Em 2005 concluiu o Curso dos Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Consta, ademais, do processado informação anexada pelo Itamaraty, sobre Burkina Faso. O país tornou-se independente da França em 1960, tendo passado a ser palco de uma ditadura militar. O golpe militar instaurou o governo de uma Junta Militar, logo substituída pelo Tenente Tomás Sankara, cujo governo apresentava orientação socialista. Novo golpe de estado, em 1987, levou ao poder o atual mandatário, Presidente Blaise Compaoré.

Do documento, cabe destacar, no que tange ao relacionamento político-diplomático do Brasil com aquele país, que nosso país estabeleceu relações diplomáticas com Burkina Faso em 1975, com a criação da Embaixada não existente em Uagadugu. O diálogo bilateral reforça uma decisão do Presidente Lula de conferir uma dimensão às relações do Brasil com os países do continente africano. A visita do Presidente de Burkina Faso ao Brasil, em 2003, foi a primeira de um Chefe de Estado africano depois da investidura do Presidente Lula, que realizou visita oficial a Uagadugu em outubro de 2007. É importante destacar o apoio de Burkina Faso à aspiração do Brasil de obter assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e a manifestação positiva quanto ao projeto da reforma do órgão apresentado pelo G-4, para a inclusão dos países em desenvolvimento.

Ainda no âmbito multilateral, Burkina Faso é membro do 'Cotton-4', ao lado de Benin, do Mali e do Chade, grupo de países africanos ligados à Iniciativa Setorial do Algodão e aliados do G-20 na luta contra subsídios agrícolas dos países desenvolvidos e pela redução das assimetrias internacionais. O algodão foi objeto de cursos e missões técnicas promovidos entre o Brasil e os países do 'Cotton-4'.

O comércio bilateral entre Brasil e Burkina Faso cresceu de forma vigorosa, tendo saído de um patamar de 6,3 milhões de dólares, em 2003, para alcançar um total de 19,3 milhões, em 2005. Entretanto, em 2006 verificou-se uma diminuição no fluxo de comércio entre os dois países, particularmente nas exportações do açúcar pelo Brasil, razão pela qual, na avaliação do Itamaraty, a existência de uma Embaixada brasileira em Uagadugu poderá diversificar e estabilizar a relação comercial, servindo de lastro para agentes do setor privado brasileiro que queiram investir no país africano ou para lá exportar seus produtos.

O documento do Itamaraty cita estatísticas da SE-CEX, que assinalam concentração da pauta comercial entre os dois países em torno de poucos produtos, de baixo valor agregado. Em 2007, o açúcar representou 82,2% das exportações brasileiras para Burkina Faso. Já a pauta das exportações de Burkina Faso para o Brasil é ainda mais concentrada, baseando-se na exportação do algodão debulhado.

O Itamaraty aponta alguns setores como os mais promissores para iniciativas de incremento e diversificação do intercâmbio entre o Brasil e Burkina Faso: combustíveis minerais; automóveis; produtos farmacêuticos; metalurgia; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; produtos químicos; plásticos; e biocombustíveis."

Tendo em vista, Sr. Presidente, a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado ao Senador Virginio de Carvalho, e nós passamos já para o segundo item da pauta, que é a Mensagem 94/2008, que "*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Sérgio de Souza Fontes Arruda, Ministro de Segunda Classe da carreira de diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam, desde que obtido o 'agrément' do governo desse país*".

A relatora é a Senadora Marina Silva, que, por motivos justificados, não pôde aqui comparecer, e de maneira que, para fazer a leitura desse relatório, como relator *ad hoc*, é com muito prazer que eu solicito ao

Senador Marco Maciel que funcione como relator *ad hoc* dessa matéria. Lembrando que o Embaixador Sérgio Souza Fontes Arruda, portanto, está sendo designado para a Federação da Malásia, que tem tido um crescimento da sua relação comercial e diplomática com o Brasil e, portanto, é mais um, é o terceiro Embaixador que nós vamos analisar nesta data de hoje.

Concedo a palavra, com muita honra, ao Sr. Senador Marco Maciel, nosso ex-Vice-Presidente da República.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Eduardo Azeredo, Vice-Presidente no exercício da Presidência desta Comissão, senhoras senadoras, senhores senadores. Sr. Presidente, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação do Senhor Presidente da República do nome do Embaixador Sérgio de Souza Fontes Arruda, Ministro de Segunda Classe da carreira de diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, e, cumulativamente, com o cargo de embaixador junto ao Brasil de Brunei Darussalam, desde que obtido o consentimento do governo desse país.

A Constituição atribui competência privativa, como nós sabemos, do Senado para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha de chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O indicado é um diplomata que nasceu no Rio de Janeiro e concluiu o Curso de Preparação à carreira de diplomata em 1965, sendo promovido a Terceiro Secretário no referido ano; Segundo Secretário em 1967; Primeiro Secretário em 1973; Conselheiro em 1978; e Ministro em 2001.

Cumpru várias missões no exterior, e eu mesmo tive a oportunidade, como Vice-Presidente da República, de acompanhar as suas atividades diplomáticas em diferentes missões a que foi chamado a desempenhar, e possui também o curso da Altos Estudos (CAE), no qual é autor de trabalho sobre, uma tese, podemos dizer, intitulada "Divulgação e Diplomacia Cultural". Possui várias condecorações e, agora, é... Uma vez apreciado pelo Senado, será o embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, que é um país com o qual nós temos crescentemente ampliado nossas relações.

Nos últimos anos, as relações bilaterais entre o Brasil e a Malásia têm experimentado avanços, especialmente na área econômico-comercial. Aliás a Malásia, assim como Brasil, são países-membros do chamado G-15, e entre os países da ASEAN, a Malásia foi, em 2007, o terceiro principal parceiro comercial do Brasil, atrás de Cingapura e Tailândia.

Desde 2006, estão em curso entendimentos para a visita do Primeiro-Ministro Badawi ao Brasil, a qual não se concretizou devido à dificuldade de conciliar sua agenda com a do Presidente Lula. Com as atuais incertezas políticas no país, será difícil prever quando uma visita ao nosso país poderá ocorrer, embora haja interesse brasileiro em materializar um encontro.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório, que eu espero tenha propiciado elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. É esse, portanto, Sr. Presidente, meu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Marco Maciel. Passamos, portanto, ao item seguinte, que é o item 3, que é da mensagem 98/08, que *“submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Flávio Helmholtz Macieira, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua”*.

Relator, Senador José Nery, a quem passo a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, senhores senadores, ilustres ministros, embaixadores, aqui indicados para diversos países:

“Com base no art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e legislação ordinária pertinente, o Senhor Presidente da República, na forma da Mensagem nº. 271, de 14 de maio de 2008, da Presidência da República, submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Flávio Helmholtz Macieira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

Acompanha a Mensagem Presidencial ‘curriculum vitae’ do indicado, bem como várias informações, das quais cabe destacar o seguinte: o Ministro Embaixador Macieira é nascido no Rio de Janeiro, Niterói, Rio de Janeiro; o diplomata em questão é filho de Anselmo Nogueira Macieira e Sra. Yeda Helmholtz Macieira. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, em 1975, e é Mestre em Relações Internacionais pela Universidade da Cidade de Dublin, Irlanda, em 2002.

Ingressou no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, em 1976, tendo sido promovido a Terceiro Secretário, em 17 de outubro de 1977; a Segundo Secretário, em 12 de dezembro de 1979; a Primeiro Secretário, em 30 de junho de 1987;

a Conselheiro, em 20 de dezembro de 1993; a Ministro de Segunda Classe, em 20 de dezembro de 1999; e, por fim, a Ministro de Primeira Classe, em 27 de dezembro de 2007.

Dentre as várias funções e cargos relevantes exercidos na Secretaria de Estado, podemos citar algumas dessas funções: Subchefe e Chefe Substituto da Divisão de Comércio Internacional; Assessor e Chefe Substituto da Divisão de Política Comercial; Assessor e Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores em 2006.

No exterior, o Embaixador Flávio Macieira serviu na Embaixada em Sófia, 1979; no Consulado-Geral em Barcelona; na Embaixada em Bagdá, em 1986; em Paris, em 1994; na Embaixada de Dublin, em 1998; na Embaixada em Berna, em 2003.

Chefiou a delegação brasileira à Reunião Brasil-CEE para acompanhamento e avaliação do Acordo Siderúrgico Bilateral, em 1989, e à IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Reino Unido, em 1991.

O Embaixador Flávio Macieira é autor de vários artigos, entre os quais assinei o que trata do tema ‘O Brasil e as Nações Unidas em 1994: uma Abordagem Política’, bem como é autor de um estudo, de uma tese: ‘O Brasil e o MTCR. Outubro de 1995 a Janeiro de 1998: a Fase Inicial da Participação Brasileira no Regime’, apresentado em 1998, no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. O Embaixador Macieira recebeu a Ordem de Rio Branco, no grau de nível Oficial, em 2007.”

Seria, Sr. Presidente, senhores senadores, também necessário, aí no Relatório, aduzir, aqui, algumas considerações sobre o país em que o Embaixador Macieira vai servir, representando o nosso país, a República da Nicarágua.

“Em linhas gerais, a política externa nicaragüense tomou um novo rumo, uma nova direção, depois da eleição do Presidente Daniel Ortega, em especial no que diz respeito às suas relações com a América Latina e os Estados Unidos. Com esse último, foi estabelecido o que se considera um relacionamento bilateral produtivo.

Parece, por outro lado, haver uma aposta estratégica do Governo nicaragüense em uma aliança política com a Venezuela de Hugo Chávez, com vistas ao programa de ajuda econômica. Existe, também, a aproximação com os países amigos da Venezuela, como Cuba e Irã. O tom das prioridades do novo Governo, em matéria de política externa, foi dado pelas visitas que realizou à Venezuela, Cuba, Líbia, Argélia e Irã, deixando em segundo plano a consolidação dos vínculos históricos com o México, os demais países da América Central e com os Estados Unidos da Améri-

ca. Com os Estados Unidos, principal sócio comercial da Nicarágua, existe um Tratado de Livre Comércio, já ratificado pelos países da América Central e República Dominicana, à exceção apenas da Costa Rica. Houve, mais tarde, visita do Presidente Ortega ao México. No que diz respeito às relações com os países centro-americanos, a relação com Costa Rica é a mais delicada, em razão da crescente imigração nicaragüense não autorizada para São José.

Curiosamente, o documento apresentado pelo Itamaraty menciona o crescimento das relações de cooperação com os Estados Unidos desde a posse do Presidente Daniel Ortega e a ajuda humanitária militar americana à Nicarágua, somada à assistência às Forças Armadas nicaragüenses, que alcançou o valor de 6,8 milhões de dólares em 2006.

Com a Colômbia, a relação da Nicarágua é extremamente tensa e delicada, em virtude da disputa territorial marítima, que envolve a posse das ilhas de San Andrés e Providência.

Em relação à economia, as cifras divulgadas pelo Banco Central da Nicarágua, relativas à atividade econômica no país, mostram um bom desempenho econômico, com crescimento médio de 5,7% contra 4,7% no trimestre anterior.

No que se refere às relações da Nicarágua com o Brasil, estas começaram a se dinamizar a partir de 2006, mas já em 2002 o Brasil realizava um importante gesto em direção ao estreitamento dessas relações, ao perdoar a dívida que aquele país mantinha com o Brasil, no valor de 180 milhões de dólares.

O Brasil mantém importante contribuição no âmbito das relações bilaterais, no apoio à programas na área de saúde, programas esses, inclusive, apoiados pela Organização Pan-americana de Saúde.

Os principais parceiros comerciais da Nicarágua são os Estados Unidos, seguidos por El Salvador, Honduras, México e Costa Rica.

O Brasil exporta para a Nicarágua caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, automóveis, bicicletas e tratores, entre outros produtos. O valor total das exportações brasileiras para a Nicarágua em 2007 foi da ordem de 55 milhões de dólares."

Sr. Presidente, senhores senadores. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aqui aduzir outras considerações no âmbito do nosso relatório, esperando que as informações prestadas sejam suficientes para a deliberação em relação à mensagem enviada pelo Sr. Presidente da República. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador José Nery. Concedo a palavra ao Embaixador Santiago Luis Bento

Fernández Alcázar, para fazer sua exposição. Embaixador indicado para Burkina Faso.

SR. SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ AL-CÁZAR: Muito obrigado, Presidente. Bom dia, senadores, senhores e senhoras, colegas. Para mim é uma grande honra haver sido designado para representar o Brasil em Burkina Faso. É também uma grande honra estar hoje de manhã nesta casa, nesta comissão para me submeter à sabatina.

Burkina Faso é talvez um dos países mais pobres do mundo. É o penúltimo em IDH. É um país, portanto, muito difícil. Eu não quero fazer uma exposição detalhada sobre a geografia do país, sobre a economia do país, porque todas essas informações já foram passadas pelo relator, e gostaria de me ater a alguns pontos talvez até um pouco diferentes.

Eu ousaria fazer uma pergunta: o que levaria o Estado brasileiro a abrir uma Embaixada em um país tão pobre quanto Burkina Faso? Veja que essa pergunta não é irrelevante, porque ela coloca imediatamente a questão em um patamar diferente. Nós não podemos esperar ter as mesmas relações, o mesmo tipo de relações que nós teríamos com um país mais avançado socialmente, mais avançado economicamente, mais avançado comercialmente. É um país com diversas necessidades e essas... esse quadro é o que deve caracterizar a nossa ação em Burkina.

Um dos elementos fundamentais da diplomacia é a oferta de cooperação. Naturalmente que nós também temos certa limitação nisso, porque nós não temos excedentes de recursos para oferecer cooperação. Nós também somos um país em desenvolvimento. Mas a atividade diplomática, enfim, ela pode se caracterizar por dois grandes eixos. Em um primeiro momento, há um discurso. Esse discurso anuncia uma ação. A combinação dessas duas coisas – discurso e ação – é absolutamente necessária no exercício diplomático. Um discurso que não vem acompanhado de uma ação é vazio; uma ação que não é precedida de um anúncio é cega.

Então, nós temos que procurar ter muito consciente o fato de que, quando nós estamos estabelecendo relações diplomáticas com um país com essas características, não basta que nós façamos um discurso. Esse discurso terá, necessariamente, que vir acompanhado de uma ação concreta. E essa ação concreta é a cooperação que eu estou mencionando.

Historicamente, existe uma tradição muito grande da cooperação Norte-Sul, da cooperação oferecida pelos países do norte aos países do sul. Essa cooperação tem um vício muito grande. Ela tem certo viés colonialista. Isso se vê muito na área social. Eu estou, enfim, desde 2003, desde o início do Governo Lula,

na Assessoria Internacional do Ministério da Saúde. Então, estou permanentemente vendo como se realiza a cooperação não apenas Sul-Sul, mas também Norte-Sul, então eu posso conversar com várias pessoas, tive oportunidade de falar com vários Ministros da Saúde da região africana, e a grande queixa deles é que essa cooperação do Norte para os países africanos, para o Sul, é uma cooperação imposta. Mais ou menos, apenas para colocar de uma forma jocosa, se vocês quiserem, enquanto eles estão precisando de bicicletas, lhes oferecem navios. Então, é um pouco absurda a situação.

E a grande queixa, também, porque eles são muito dependentes de recursos, os doadores tendem a ser impositivos em suas políticas. Então, não há um cuidado de fazer uma cooperação voltada para os interesses e as prioridades do país. Há um sentido de fazer a cooperação que sirva aos interesses das agências de cooperação em um determinado país. O grande problema que existe com isso é que os problemas nunca são devidamente tratados. A queixa mais ouvida dos Ministros é sempre de que os problemas continuam os mesmos, que há 40 anos não houve nenhum tipo de avanço, e isso revela bem o vício, o vício grande desse tipo de cooperação.

O que nós, Brasil, poderemos fazer para mudar isso? O Brasil tem algumas vantagens. Existem várias “Burkinas Fasos” dentro do nosso território, portanto, nós entendemos, nós temos uma sensibilidade social muito grande. Nós, a variedade do nosso país, nos permite identificar esse tipo de riqueza.

Eu penso que a melhor forma de abordarmos uma cooperação com Burkina seria a de propor a eles, e isso sempre é uma via de mão-dupla, poder elaborar, poder realizar, poder fazer um plano estratégico, um plano estratégico que sirva a todos os setores, e não apenas, como, enfim, nós temos certo vício, talvez no Itamaraty, de nos concentrarmos na área comercial. Nós temos naturalmente que fazer a área comercial, mas nós temos que... não podemos descuidar da área social. Nós somos muito fortes, aqui no Brasil, nas políticas públicas. Nós somos muito fortes na política de saúde, somos muito fortes na política de esportes, somos muito fortes na política de trabalho, na erradicação do trabalho escravo. Então, nós temos que aproveitar essas experiências, que são muito bem-sucedidas e são reconhecidas internacionalmente como modelos de trabalho bem realizado e podemos levar, então, essa experiência ao país.

Mas isso, naturalmente, são eles que nos dirão como eles querem fazer. Nós apresentamos uma coisa nova: “Nós não vamos oferecer a vocês navios, barcos, nós vamos fazer o que vocês quiserem que nós faça-

mos”. Nós temos este *portfólio* talvez de êxitos, então, nós podemos avançar nisso.

Eu acho que isso é fundamental, esse tipo de cooperação é muito rica. Então, isso se refere à cooperação em um plano bilateral.

Eu estou preparando um plano de trabalho, que eu vou submeter tanto ao Ministro Celso Amorim quanto ao Ministro Temporão para que, enfim, conseguir os apoios necessários, não apenas em termos de pessoas capacitadas nossas que queiram ir para lá e pessoas que virão de lá para cá, mas também de recursos financeiros.

Uma coisa que quero chamar atenção é a necessidade de nós, no Brasil, construirmos bibliografias. A bibliografia sobre Burkina Faso, sobre praticamente todos os países da África, é toda francesa, inglesa, americana. Nós não temos nada publicado no Brasil. Enfim, isso revela o nosso desconhecimento total. Existe, naturalmente, um interesse muito grande de nós construirmos uma bibliografia muito densa com os nossos pesquisadores, com o nosso pessoal capacitado, que têm que conhecer também esse Brasil que está além-mar.

Com relação ao diálogo, que em outro plano um diálogo multilateral, nós podemos, naturalmente, o Senador [soa a campanha] mencionou o interesse de Burkina apoiar o Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas; naturalmente que isso é já um diálogo de confiança que nós temos que estabelecer e continuar mantendo. Mas isso é apenas um dos diálogos possíveis. Existem outros. Existe um diálogo muito denso que nós podemos desenvolver dentro da OMS, existem diversas iniciativas; nós acabamos de aprovar um dos documentos mais importantes da história da OMS, em maio, agora, na assembléia, que é a estratégia global sobre saúde pública, inovação e propriedade intelectual. Isso dá uma arquitetura totalmente nova à questão de como a propriedade intelectual deve ser tratada como uma ótica de saúde.

A implementação dessa estratégia, naturalmente... Isso foi totalmente liderado pelo Brasil, nós tivemos uma atuação muito grande nisso, e isso, então, é mais uma área onde nós podemos facilitar o diálogo. Não sei se eu estou falando demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O senhor pode por demais, Dr.

SR. SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR: Tenho muito para falar sobre Burkina. Enfim, eu estou muito entusiasmado, e não quero--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Nós temos a segunda fase, que é a fase ainda das perguntas dos senadores. Se o se-

nhor puder resumir para a gente ouvir dos outros três e depois voltaria na parte das indagações.

SR. SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR: Está bem, obrigado. Então, apenas para terminar, enfim, é um país, enfim, repito, nós temos um conhecimento muito limitado, e o grande desafio, agora, é colocar Burkina no nosso mapa. Para isso, teremos que realizar várias visitas bilaterais, nos mais diversos níveis; já existem algumas, enfim, os Presidentes já estiveram aqui, mas nós temos [soa a campanha] que adensar isso. Então, esse será o grande desafio de colocar Burkina dentro do Brasil e explorar essa nova visão que eu pretendo realizar em Burkina. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador. Eu concedo a palavra, aqui, portanto, ao Embaixador Sérgio de Souza Fontes Arruda para fazer sua exposição, indicado para a Federação da Malásia, cumulativamente com o Sultanato de Brunei.

O senhor tem dez minutos, seria um bom tempo. Se for necessário, um pouco mais.

SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA: Obrigado, Sr. Presidente. Senhores membros da comissão aqui presentes, demais senadores, senhoras e senhores. Pela segunda vez, tenho a honra de comparecer perante esta Comissão para me submeter ao seu escrutínio. Estou seguro de que essa apresentação e o debate posterior hão de propiciar subsídios de grande relevância para o bom desempenho da tarefa que, porventura, venha a generosidade dos integrantes da comissão a me confiar.

A seguir, de forma a não repetir os dados já circulados com o relatório entre os senhores membros da Comissão, pretendo apenas esboçar, em grandes traços, alguns aspectos da economia da Malásia, referindo-me ao seu entorno regional, à importância da sua política externa, sublinharei nesse contexto algumas certas características ambientais e de abundância de recursos naturais que a fazem integrar, com o Brasil e outros poucos países, o grupo de nações ditas mega-biodiversas.

Passarei, também, em revista o peso fundamental do comércio exterior na vida econômica da Malásia, o desenvolvimento muito promissor do intercâmbio com o Brasil em anos recentes e as perspectivas de sua expansão sustentada em futuro próximo.

Se o tempo me permitir, concluiria com breves considerações sobre o nosso relacionamento com o Sultanato de Brunei Darussalam.

A Malásia que vemos aí no mapa tem um clima tropical equatorial muito semelhante ao da Amazônia; um território de 330 mil quilômetros quadrados entre

a sua parte peninsular e insular, equivalente, mais ou menos, ao nosso Estado do Maranhão; uma população de aproximadamente 27 milhões; e um PIB que foi, em 2007, de 165 bilhões de dólares norte-americanos, valores nominais, ou, se quisermos adotar o critério da paridade do poder de comparação, cerca de 360 bilhões de dólares americanos.

O país vem apresentando, desde a superação da crise asiática de 1997, taxas sustentadas e elevadas de crescimento econômico, uma média, nos últimos cinco anos, de 2007... 2003 a 2007, de 5,5% ao ano.

Em 2008, projeta-se um crescimento da ordem de 5,8%. O seu comércio exterior vem sendo superavitário desde novembro de 1997, portanto, há mais, praticamente 11 anos. E apresenta cifras bastante importantes. Em 2007, as exportações foram da ordem de 170 bilhões de dólares, fazendo da Malásia um dos integrantes do grupo de 20 maiores exportadores do mundo. Desde 2002, aliás, as vendas externas do país superam o PIB. E, naturalmente, tem também importações consideráveis que foram, em 2007, da ordem de 125 bilhões de dólares. É importante notar que o valor agregado do comércio, do intercâmbio comercial da Jamaica... Perdão, da Malásia, ato-falho do antigo posto, é, a rigor, superior ao da América Latina, se excluirmos Brasil e México. Isso dá uma dimensão do potencial do mercado da Malásia para as exportações de bens e serviços brasileiros.

Sob a égide e inspiração do ex-Primeiro Ministro Mahathir Mohamad, que foi Chefe de Governo entre 1981 e 2003, o país fez a transição de uma economia de exportação de produtos primários, que ainda em 85 tinha uma pauta de vendas externas com 53% de *commodities*, como petróleo bruto, madeira, óleo de palma e borracha, para uma condição de ampla e diversificada indústria de transformação. Já em 2005, 45% das exportações da Malásia eram de produtos e equipamentos eletrônicos.

Rico em petróleo e gás natural, petróleo de alta qualidade, leve, baixos teores de enxofre, uma produção diária da ordem de 750 mil barris diários, esses hidrocarbonetos constituem importantes fontes de energia no país e também geram divisas, já que 60% dos volumes produzidos são exportados; divisas que são cerca de 8% da receita das exportações da Malásia.

A partir de 1974, a criação da estatal PETRONAS, a PETROBRAS da Malásia, a sua atuação vem se espalhando na sub-região, na Ásia, uma série de empreendimentos em várias áreas, inclusive, por exemplo, na área de fertilizantes e também em outros continentes, como na África, e exploração conjunta de áreas de blocos *offshore*, como é o caso em Moçambique de uma associação com a própria PETROBRAS.

A Malásia é extremamente ativa nos mecanismos políticos do entorno regional; é sócia fundadora da Associação das Nações do Sudeste Asiático, e isso constitui, de fato, o núcleo mais relevante da sua política externa. Mas, ademais dessa circunstância asiática do seu entorno geográfico, a Malásia tem um fundamento ideológico da sua política exterior, que é o fato de ser um país islâmico. Presidiu, até março de 2007, a Organização da Conferência Islâmica e propugna por uma vertente moderada, aberta e progressista do islamismo.

A mensagem a passar ao mundo, e tem sido passada com grande êxito, me parece, é de que é possível uma nação islâmica ser politicamente organizada, democrática e moderada, economicamente liberal, inclusive, mas com justa distribuição de renda e qualidade de vida digna para a maioria da população, mediante inversões sustentadas em educação, saúde e bem-estar social.

De fato, 45% do orçamento do país é dedicado a gastos sociais. Em 2002, apenas 5% da população encontrava-se abaixo da linha de pobreza, quando, nos anos 70, esse percentual era de 50%. Um progresso extraordinário.

Educação primária universal: 97% das crianças completam a escola primária, a mortalidade infantil tem índices de não-desenvolvido, 6,2% a 8,6% por cada mil nascimentos. E, naturalmente, ela também busca, e tem tido êxito, tornar-se um centro financeiro do mundo islâmico, já é a principal praça emissora de bônus islâmicos no mercado mundial. A isso voltaremos talvez, se desejarem, porque tem uma elevada taxa de poupança de 35%.

A política externa é central para a vida nacional da Malásia e algumas razões facilmente poderia citar que explicam essa circunstância. País jovem, pequena extensão territorial, mais extensas fronteiras terrestres e marítimas, com cinco vizinhos, como poderão se dar conta pela consulta ao mapa, uma região de grande potência estratégica, cavaleiro do Estreito de Málaga, uma das principais vias de navegação do mundo [soa a campanha] por onde passa parcela substancial do comércio mundial. Ao mesmo tempo asiática e muçulmana, e o seu comércio exterior é a principal força de crescimento econômico, assim como os investimentos estrangeiros para o desenvolvimento industrial, sobretudo, japoneses, são absolutamente estratégicos.

Uma breve nota se me permite, Sr. Presidente, sobre as relações bilaterais. Temos uma série de convergências importantes Brasil e Malásia nessa área, seja na defesa do fortalecimento do multilateralismo, na crença nos benefícios da cooperação sul-sul, de

que falava o meu amigo Santiago há pouco, de uma busca de influência--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Embaixador, só um momento, eu só vou pedir licença e pedir ao Senador Tuma que reassuma a Presidência, que eu vou só na comissão de... Nós estamos discutindo a convenção sobre pessoas com deficiência, o Presidente Garibaldi Alves está lá, eu sou relator, eu vou lá só para o encerramento dessa audiência e volto, mas peço ao Senador Tuma que assuma temporariamente. Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V.Sª pode continuar.

SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA: Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A campanha tocou, mas não se assuste.

SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA: Pois não [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vamos ser tolerantes.

SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA: Então essa crescente participação e influência em decisões econômicas comerciais é também uma característica comum aos dois países [soa a campanha] em questões de desarmamentos, sobretudo nuclear, a regulamentação multilateral do comércio, em particular a Rodada Doha, e, sobretudo, tema tão caro à querida Senadora Marina Silva, na área ambiental, ambos tendo essa condição de países megabiodiversos, compartilhamos interesses no estabelecimento de regras equitativas para o acesso a recursos genéticos e proteção de conhecimentos tradicionais. Recordo que a Malásia em 2004 sediou a 7ª Reunião das partes contratantes da Convenção sobre Biodiversidade, cuja Presidência então assumiu, sendo transferido em março de 2006 Curitiba à então Ministra Marina Silva, por ocasião da 8ª Reunião.

A agenda econômica comercial é de fato, como havia dito, promissora. Entre 2001 e 2007 multiplicou-se por quatro o volume das trocas [soa a campanha], de 500 milhões a 2 bilhões de dólares. O Brasil é o principal parceiro comercial da Malásia na América Latina, como aqui já mencionado terceiro mercado de nossas exportações na Ásia, após Singapura e Tailândia.

Há operações de grande porte que tenderiam a anular, se concretizadas, um déficit que se vem notando no intercâmbio. Já houve em 2003 exportações pela Avibras e pela Forças Armadas de um batalhão do sistema Astro de defesa terra-ar, dentro da circunstância estratégica peculiar do país a que me referia. Negocia-se a compra de um segundo batalhão des-

de 2006 e também a EMBRAER tem tratativas para aquisição ou venda de aviões civis e militares. Essas duas operações se concretizando, acrescentaríamos algo em torno de um bilhão de dólares às nossas exportações à Malásia.

Está em estudo pela companhia Vale do Rio Doce com um grupo malásio, um investimento considerável para uma usina de pelotes, 3 bilhões de dólares, lembrando que em 2007 o total de investimentos estrangeiros diretos no país foi da ordem de 14 bilhões. No Brasil já há um grupo malásio KNM produzindo tubos para a indústria petrolífera e uma empresa brasileira de Santa Catarina, a Dalquim, está instalada na Malásia produzindo derivados de óleo de palma para a exportação.

Temos, como já será de conhecimento dos Srs. Senadores, perspectivas ainda mais promissoras, tendo em vista a Ásia pouco a pouco entrar no foco prioritário da política externa brasileira como área de atenção prioritária para a expansão das exportações [soa a campanha].

O Ministro Celso Amorin, em fevereiro passado viajou à região, visitou Singapura e o Vietnã e o nosso Presidente Lula estará em julho próximo em visita à Indonésia, Vietnã e Timor Leste, que aspira o *status* de observador na Associação dos Estados do Sudeste da Ásia. E organiza-se para o Brasil ao final de novembro, creio, uma reunião ministerial Mercosul-Ásia. Infelizmente, Presidente, extrapolei meu tempo, se desejar eu poderia também me referir ao Brunei, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, se V.Ex^a não se importar...

SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA: Muito brevemente, ou deixar para um...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor tem que deixar um espaço para perguntas, se não o senhor já esgota e...

SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sei que já foi votado, mas é importante que os Senadores também possam aproveitar a sua exposição para que realmente questionem algumas dúvidas que tenham. Se quiser uma palavrinha sobre o Brunei. O senhor—

SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA: Eu me limitarei...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Fala por duas representações que fará.

SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA: Apenas para indicar essa situação muito peculiar de um pequeno território.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aliás, o Brunei, eu queria... Só uma historinha aqui. Eu estive em Hong Kong uma vez, fui convidado por um senhor, tinha uma empresa aqui, ele era turco, tinha até um clube de futebol, o dia que eu fui jantar com ele, ele ficou o tempo inteiro no telefone para orientar o jogo da Turquia, do time dele. Mas ele era, é um grande joalheiro, não sei se ainda é, porque tem alguns anos, então ele mostrou uma jóia linda, um cinto, todo de brilhantes, esmeraldas, aí eu falei: "Puxa vida, quem comprou isso?" "Não, é para o Sultão do Brunei, para a esposa dele." Era mais de cinco milhões de dólares. Então há uma concentração boa de renda lá.

SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA: É verdade, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa aí a interrupção...

SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA: Se o senhor me permite então aproveitar a deixa, de fato, o Sultão de Brunei é conhecido, era o homem mais rico do mundo até recentemente. Está entre os mais ricos do mundo e é uma área, aproximadamente, do Distrito Federal do Senador Cristovam Buarque, 5.765 quilômetros quadrados apenas e uma população aproximadamente de Rondônia. E um PIB de 18 bilhões de dólares em 2006. Agora, realmente 90% das exportações são petróleo, 50% do PIB é formado pelo petróleo e claro que há perspectiva de esgotamento em 20 ou 30 anos.

Mas há um projeto grandioso, que é a Visão Brunei 2035, em que o Sultanato busca diversificar a sua economia desenvolvendo setores de infra-estrutura e transportes. Já programou investimentos de 7 bilhões de dólares até 2013, apenas na área para transformar o país num *hub* marítimo, criando um super porto, a exploração do potencial do ecoturismo, eles desejam aumentar em 50% até 2010 as taxas de emprego nessa área e investimentos importantes igualmente em comunicações e serviços financeiros. Há, portanto, boas perspectivas para o intercâmbio bilateral, cooperação nos segmentos aeronáuticos, de novo a EMBRAER, aviões militares e as séries EMB-140 e 170, há tratativas, material de defesa, a Avibras, de novo o batalhão do sistema Astros, e petróleo. Há interesse realmente do Sultanato em cooperação com a PETROBRAS. Muito obrigado, Sr. Senador pela oportunidade também de me referir ao sultão e Sultanato de Brunei.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como se fala muito em assimetria pode ser que diminua a diferença entre o Sultão e o povo [risos].

Depois o senhor conta a história para nós aqui com mais detalhes. Eu passo a palavra ao Embaixador Flávio Helmold Macieira, para fazer sua exposição.

SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA: Sr. Presidente, senhores membros da comissão, senhores profissionais legislativos, profissionais da imprensa, queridos colegas e amigos presentes, sem esquecer a Embaixadora Gladys.

Naturalmente, é uma grande honra que eu compartilho com os meus colegas, de participar desse exercício tão importante, onde nós viemos um pouco expor nossos planos, nossos antecedentes na carreira diplomática, mas também, e muito, ouvir as expectativas do Poder Legislativo em relação às nossas missões.

Com a permissão do Sr. Presidente, eu gostaria de abrir um curtíssimo parêntese para simplesmente comunicar que sou filho de um assessor do Senado Federal, e isso acrescenta uma certa ponta de emoção à minha presença aqui, e já fecho o parêntese porque a emoção é inimiga da boa prestação. Mas de qualquer forma queria registrar a carreira do meu pai Anselmo Macieira por vinte e cinco anos nesta Casa.

A missão de um Embaixador do Brasil em Manágua é uma missão de aproximar duas unidades ou duas escalas muito diferentes, naturalmente. De um lado nós temos o Brasil que é um país, nesse momento, é um país que está transbordando economicamente. Economicamente, politicamente, socialmente. É um país que causa um impacto no mundo e basicamente com mais força no seu entorno, no seu entorno imediato, empenhadíssimo nesse grande projeto da união dos países da América do Sul.

Eu tenho testemunhado a aproximação extraordinária que há entre os países da América do Sul nesse momento, aproximação física, aproximação geográfica, eram países historicamente muitos deles afastados pela barreira da selva, pela barreira dos Andes, e são países que começam a ter comunicação direta e começam a se conhecer muito mais proximamente. E esse é um processo talvez pouco conhecido da opinião pública, mas que está mudando a história da América do Sul. É um processo muito importante. Fundamental. Esse processo e essa presença brasileira importante, impulsionada por nossas grandes empresas, pela força industrial do Brasil, já considerável, por nossa experiência política, por nosso até poder de aglutinação diplomática.

Naturalmente que essa presença brasileira e essa atuação externa tão importante, ela tem gerado expectativas. Essas expectativas não estão só localizadas na América do Sul. Elas já atingem e naturalmente o Brasil, a política externa é um espaço de continuidade. E essas expectativas sempre existiram. Mas elas são

muito presente nesse momento com o crescimento brasileiro e com a experiência de programas sociais brasileiros. E a experiência, naturalmente, de arrancada para o desenvolvimento. Essa expectativa então tem se ampliado, tem ido além da América do Sul. Ela é muito presente na África, onde o nosso Embaixador estará atuando, na nossa vanguarda de atuação na África, ela é muito presente na América Central, que é o que me diz respeito nesse momento.

Do outro lado, nós temos a Nicarágua, que é um país geograficamente pequeno. Um país geograficamente pequeno, mas ao mesmo tempo é o maior país da América Central e é um país historicamente muito importante. É um país que compartilha conosco o passado de formação a partir de uma raiz ibérica, e é um país que teve uma história muito variada. Um país com uma formação nacional muito interessante, empolgante estudar a história da Nicarágua e até, realmente, recentemente um país que teve um desenvolvimento histórico, assim, de uma grande intensidade política. Naturalmente é um país que está empenhado em fazer o seu desenvolvimento, como nós. E partilha dessa expectativa pelo Brasil. A expectativa é imensa pelo que o Brasil possa fazer na região, essa presença.

O Brasil... Vamos lembrar que o Brasil também é um país caribenho, por paradoxal que possa parecer, mas a nossa Costa do Amapá, e a tese do Embaixador José Marcus Vinicius de Souza, é preciso descobrir mais essa vocação caribenha do Brasil, e a vocação caribenha, que também é uma vocação de chegar à América Central, que faz parte do Caribe ístmico, vamos dizer assim.

A expectativa é grande, há toda uma agenda aberta na Nicarágua de reconstrução nacional, de reforço, a Nicarágua passou por um processo bem semelhante ao nosso, de sair primeiro de uma ditadura para uma revolução e para um período de uma longa convivência democrática, re-ordenamento econômico, reforço da base econômica, estabilização econômica, e essas semelhanças então criam um fermento em que as relações podem realmente se intensificar a partir dessa grande expectativa que há sobre a experiência brasileira, logística, de nossas grandes empresas, a Nicarágua então tem planos na área de energia muito importante, onde o Brasil pode estar presente.

Nós, na visita presidencial do ano passado, assinamos com a Nicarágua mais de dez documentos. Esses documentos vão gerar as suas conseqüências nas áreas mais diversas. Nós temos a cooperação econômica evidentemente muito... com grandes possibilidades, grandes potencialidades, mas cooperação em todas as áreas, que o Brasil é o país que tem feito a diferença. É um país que tem gerado, assim, capa-

cidade de resolução dos problemas que ainda está e marcha, naturalmente, a resolução dos problemas. Mas a experiência brasileira é vista com grande interesse. É vista com grande interesse, como uma fórmula de, efetivamente, transitar, vamos dizer assim, de ser um país em desenvolvimento para ser um país plenamente desenvolvido.

Essa é a expectativa e essa são as perspectivas brasileiras na Nicarágua, é uma grande honra para mim substituir a embaixadora Vitoria Cleaver, que está em Manágua, que é uma pessoa muito ativa, fez de tudo para que o relacionamento fosse efetivamente ativado e acho que com algum sucesso, com muito sucesso, eu diria, e a única carência que houve é que havia o acordo de cooperação técnica que precisava transitar aqui pelo Parlamento. Isso está acontecendo agora, o acordo foi aprovado pela Câmara dos Deputados e está nesse momento enviado ao Senado Federal e eu, desde já, agradeço a cooperação do Parlamento nessa luta por ativar as relações com a Nicarágua.

Eu quero dizer e, já para concluir, porque nós deixamos para as perguntas desenvolver mais alguns pontos como esse, e eu acho que eu compartilho com os colegas que nós não podemos garantir sucesso, propriamente, nas nossas missões. Nós temos uma grande fé que elas terão esse sucesso, mas só podemos mesmo, de verdade, garantir empenho, dedicação e uma coisa que nós partilhamos muito com os senhores, que é um grande amor ao Brasil.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Flávio Macieira, Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão chega...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Essa Comissão também é de Relações Exteriores mas é Defesa Nacional. É um assunto [risos]. Nós vamos ouvir então o último embaixador, Embaixador Ricardo Neiva Tavares, indicado para as Comunidades Europeias, em Bruxelas.

SR. RICARDO NEIVA TAVARES: Muito obrigado Presidente, Srs. Senadores, pela oportunidade de estar aqui hoje, poder percorrer um pouco sobre o processo de integração europeia e a sua importância para o Brasil.

O processo começou nos anos 50, pela criação das chamadas três comunidades: a CEEA, a CEEA a EURATOM. Esse processo se desenvolveu essencialmente em duas frentes: ampliação dos países, ou alargamento, e a ampliação dos temas tratados, ou aprofundamento. No primeiro caso as comunidades

passaram dos seis membros originais para os vinte e sete que hoje formam a União Europeia, um processo que ainda não terminou, na medida em que existem ainda candidatos, como é o caso da Croácia e Turquia e potenciais candidatos a ingressar na União Europeia.

No que tange aos temas, as comunidades passaram do tratamento, produção, comercialização de produtos siderúrgicos, criação de uma união aduaneira, política agrícola comum, energia atômica, para o tratamento de temas mais diversos como transportes, sistemas educacionais, sistema monetário, ciência e tecnologia, cooperação externa, entre muitos outros. Essas mudanças foram propiciadas por alteração nos tratados, começar pelo Ato Único Europeu 1987, seguido pelo tratado de Maastricht em 92, que criou a União Europeia e os tratados de Amsterdã e Nice.

A União Europeia tem quatro órgãos principais que foram criados desde o início: o Parlamento, o Tribunal de Justiça, a Comissão e o Conselho de Ministros. Outros órgãos foram sendo criados progressivamente, como é o caso do Conselho Europeu, que surgiu em 1974, o Banco Central Europeu, o Banco Europeu de Investimentos. A atuação da União Europeia se dá essencialmente em duas dimensões que se complementam e se contrapõem. Por um lado a dimensão supranacional, que seria representada pelo tratamento, pela capacidade iniciativa da comissão em temas chamados comunitários, cuja decisão é tomada por maioria qualificada, pelo Conselho, e a segunda dimensão, cooperação intergovernamental que exige unanimidade no processo decisório.

O processo de integração se revelou um difícil equilíbrio entre nacionalismo e federalismo, que no fundo está na origem das principais crises enfrentadas pela União Europeia ao longo da sua história, desde a chamada "crise da cadeira vazia" nos anos 60, quando a União ainda não existia formalmente, até a crise mais recente, em função da recusa do eleitorado Holandês de aprovar o Tratado de Lisboa na semana passada. Hoje mesmo, o Conselho Europeu está reunido para tentar salvar o Tratado de Lisboa que faria modificações importantes dentro da União Europeia, como a criação do Presidente, ampliação do poder do Parlamento e maior capacidade de atuação externa da União Europeia.

As prioridades externas da União são justamente as relações com os Estados Unidos e as relações com países mais próximos, leste europeu, mundo árabe e África. Como é que o Brasil se situa nesse contexto? As relações com o Brasil tiveram início em 1960, levaram certo tempo para se ampliar, nos fizemos acordos de primeira e segunda geração, nos anos 70 e 80, mas

foi a partir dos anos 90 que elas realmente começaram a se ampliar, em duas vertentes essencialmente, a parte bi-regional e a parte bilateral.

Parte bi-regional, fato mais importante foi o início das negociações entre o Mercosul e a União Européia, com vistas ao estabelecimento de um acordo de associação. Essas negociações acabaram sendo suspensas, basicamente por duas razões: em primeiro lugar, porque o mandato da comissão na negociação obriga que ela leve em consideração o desfecho da Rodada Doha, da OMC e, em segundo lugar, até mais fundamental, no plano específico da negociação, que as ofertas apresentadas pela Comissão Européia foram altamente insuficientes, sobretudo na área de produtos agrícolas e agropecuárias.

De toda forma, nós acreditamos que é possível fazer um acordo equilibrado e abrangente, para isso nós apresentamos à União Européia em 2006, os chamados "elementos para um acordo possível" que seriam essencialmente três: a melhora das ofertas europeias na área agrícola e agropecuária, melhora das ofertas do Mercosul na área de serviços e flexibilidade para as assimetrias entre os dois blocos.

No plano bilateral, nós firmamos um acordo em 95, o Acordo-Quadro, que levou à constituição de uma Comissão Mista, que se reúne até hoje para o trato de assuntos muito variados.

No ano passado as relações foram elevadas a um novo patamar, em função do estabelecimento da parceria estratégica que hoje está, enfim, atualmente, este ano está gerando a elaboração de um plano de ação. Essa parceria permitirá, enfim, cooperação dos mais variados itens, desde a área de cooperação triangular, vai beneficiar outros países, até a cooperação na área nuclear e na área de navegação por satélite, por exemplo.

Essa parceria, do nosso ponto de vista, precisa ajudar a resolver os problemas que nós temos e que são, de certa forma, até crescentes com a União Européia. Nós levamos alguns desses problemas para a OMC, no passado, ganhamos dois casos muito importantes, com relação ao açúcar e ao frango salgado, mas outros problemas foram surgindo, no caso na área de propriedade intelectual, dificuldade nas exportações de carne, etanol e, um tema muito atual, que ontem inclusive foi objeto de uma moção de censura no Senado e de uma manifestação do Itamaraty, a questão migratória em função da decisão do Parlamento europeu sobre a chamada Diretiva Retorno.

De toda forma, a União Européia é um parceiro fundamental para o Brasil. Nosso comércio com a União Européia é cerca de 25% do comércio do Brasil, tanto em termos de importações como em termos de

exportações, vem crescendo, cresceu mais de 6% ao longo dos últimos cinco anos, passando de 31.8 bilhões de dólares para 67,1 bilhões de dólares, no ano passado, os saldos, a nosso favor, são também crescentes, passaram de 5.7 bilhões, para 13.6 bilhões no ano passado, os investimentos também, o estoque de investimentos europeus no Brasil atingiu cerca de 160 bilhões de dólares no ano passado, e os investimentos brasileiros na União Européia também estão aumentando, nós investimos cerca de três bilhões de dólares em países da União Européia no ano passado.

Há muita oportunidade para crescer e diversificar. Para os senhores terem uma idéia, o nosso comércio, embora crescente, é apenas 10% do comércio que a União Européia tem com os Estados Unidos, e ele está, do nosso ponto de vista, muito concentrado, ainda, em produtos básicos, que representam cerca de 45% das nossas exportações. A minha intenção, se for aprovado pelos senhores, em Bruxelas, é justamente tentar enfrentar, da melhor maneira possível, os problemas que se colocam no nosso relacionamento e aproveitar ao máximo as oportunidades que existem para ampliação da cooperação nos mais variados campos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado Embaixador Ricardo Tavares. Antes de passar à parte secreta, como prevê a Constituição Federal, eu tenho alguns senadores que já se inscreveram, Senador Romeu Tuma, Senador Flexa Ribeiro e Senador Cristovam Buarque. Então, com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, como nós exigimos rapidez dos embaixadores, vou tentar também, mas é sempre uma atração importante a exposição dos embaixadores, porque acho que eles não vêm aqui para serem interpelados, vêm para dar algumas aulas e nos submeter a buscarmos algumas informações daquilo que temos algumas dúvidas, das exposições que foram feitas. V.Exª irá para um país da África e nós sabemos que o Governo Brasileiro tem, pela apresentação dos embaixadores que aqui vem, uma visão de aprofundar o relacionamento com os países da África. Alguns deles têm, provavelmente, um comportamento difícil, porque advêm de várias revoluções, várias guerras internas, e o Brasil passa a ser, talvez, um grande parceiro na recuperação e na presença na busca de um maior e mais perfeito relacionamento com os países africanos.

Eu li toda a exposição que foi feita pelo relator, também tenho os dados que foram fornecidos pelo Itamaraty, é claro que são materiais que a gente tem que levar e ler com paciência, apesar de o senhor já ter feito uma parcela, porque eu senti que queria falar

mais sobre o país que vai representar e acredito que terá sucesso, até pelo objetivo.

Diz que V.Ex^a mexeu com o ego do Senador Cristovam Buarque, quando pretende escrever sobre, alguma literatura, sobre esses países, que ainda nada é encontrado em território brasileiro. O senhor tem que pedir ajuda para ele, porque eu tenho certeza que isso sairá, até se for possível, da gráfica do Senado. Faço a minha proposta aqui que as nossas cotas possam servir os objetivos demonstrados por V.Ex^a por ser tão importante, até para alunos de alguns cursos especializados, economia, administração, terem conhecimento do que representam esses países hoje no interesse do Brasil no seu desenvolvimento de relacionamento internacional.

Então boa sorte ao senhor, não tenho perguntas, tem aqui... aqui fala sobre a iniciativa setorial do algodão, aliado do G-20, e se fala muito no Mercosul, como membro do Parlamento do Mercosul, como Presidente, a discussão forte lá é a assimetria, principalmente o Paraguai e o Uruguai. E a relação que se busca com a União Européia, através não do Parlamento, porque o Parlamento tem uma limitação muito forte. Tem projetos ou aprovados, sempre na expectativa de sugestões aos governantes que vão se reunir agora em Tucumã, na Argentina, e nós também nos reuniremos lá com o Mercosul, e se fala muito na relação com a União Européia. Então, eu acho que essas assimetrias internacionais são importantes para que haja realmente uma distribuição mais clara de riqueza e a miséria e a pobreza não reinem tão forte na África como temos visto através da televisão e algumas visitas que fizemos a alguns países da África, que é fortemente mulçumana; não sei se o país de Burkina Faso também tem uma forte tendência muçulmana como alguns países africanos.

O senhor vai para a Malásia. E aqui eu li que Brunei, já falei um pouquinho do Brunei, que deve ser um país fascinante, pela forma que o Sultanato dirige. Individualmente [risos].

Não sei como é que vive a população do Brunei. Me parece que há uma tendência de melhoria da renda *per capita* nesse país, no Brunei.

SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA: Uma espécie de rede social que o próprio Sultão propicia.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor fez essa referência ao final do seu pronunciamento.

SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA: E que permite à população, um nível de vida, de conforto, em termos de moradia, alimentação etc. [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se o Suplicy for visitar lá, com certeza ele terá.

SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA: É de pecúnia própria, dom próprio Sultão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas tem uma coisinha aqui que achei interessante que diz: “A Federação da Malásia foi criada em 63, resultando da união dos territórios recém-independentes de Malásia, Sarawak”, é isso mesmo? “Borneo do Norte (Sabah) e Singapura” que saiu dessa associação em 1965, porque Singapura hoje é um país independente, com bom desenvolvimento tecnológico, eu não sabia que ele pertencia à União Malasiana, originalmente. Então é uma coisa, que a gente tem lido muito sobre o desenvolvimento sócio-econômico de Singapura, concorrendo com Japão, com a China e com outros países da Ásia. V.Ex^a que um dia vai nos contar, quando sentir de perto o... Aqui o nosso que vai para a União Européia, eu sei que o Brasil tem uma importância muito grande... Para o Brasil e para o continente sul-americano tem uma importância grande a União Européia. Até porque a gente sente que às vezes os Estados Unidos tenta bloquear esta busca de uma união com a Europa.

E eu, quando estava na Receita e na Polícia Federal, teve um caso com a União Européia... Um caso, não. Fui procurado por peritos da União Européia que vieram de Bruxelas e estavam tendo dificuldades, sobre problema de carne. A exportação de línguas, que tinha um preço aquém do real produto que era exportado para a União Européia. Com o Ministro da Agricultura à época fizemos uma diligência no porto de Santos, abrimos um contêiner e não tinha língua nenhuma [risos].

A nota tinha mais boi do que língua. Mas aí eles vieram, tentaram criar algumas dificuldades na investigação, mas eu estava com a força, Diretor da Polícia e Secretário da Receita, impus que fornecêssemos todos os dados necessários à investigação porque havia uma violência criminal entre os exportadores brasileiros e importadores europeus. E realmente, conseguimos algum sucesso nas investigações, o que aumentou, acho eu, a confiança da União Européia nas autoridades brasileiras. Eu acho que... Isso é um pouquinho de história. Aqui digo assim, por ter pertencido à Interpol, à Polícia Federal, de vez em quando vem na memória alguns fatos ligados aos países, às entidades que V.Ex^{as} vão representar.

E eu teria da Nicarágua um fato mais forte, mais grave. Até porque quando a Presidente Violeta Chamorro assumiu, foi meio pacífica a assunção, porque houve um fracasso da revolução sandinista, não é isso? Sandinista... Foi, então... houve um... Senhor?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, é porque aquilo trouxe uma intranquilidade, uma situação difícil para a população nicaragüense. Porque a miséria tomou conta. O terremoto praticamente destruiu... alguns fatos que eu visitei vários locais. Por que eu estive lá? Porque na Interpol eles... Houve uma explosão de um *bunker*, que tinha um armamento pesado e bombas de fabricação militar mesmo e por um acidente de um elemento do ERP, espanhol, que tomava conta do *bunker*, um acidente que explodiu e destruiu a região e veio a público que lá se encontrava. Então a documentação apreendida trazia o nome de alguns brasileiros que foram seqüestrados no Brasil por organizações anteriormente subversivas, terroristas, que passaram à prática do crime para ter uma vida igual a que poderiam ter, não mais existindo a questão de conquista do poder pela força. Então eu estive lá para colaborar, porque eles tinham perdido a capacidade de juridicamente, o inquérito, a polícia tinham se desligado da Interpol por falta de pagamento das prestações e lá nós conseguimos que a direção da Interpol, na Vice-Presidência fosse perdoada a dívida e que eles pudessem voltar.

E houve uma colaboração na investigação, aonde se chegou à conclusão: aqueles dois chilenos que foram presos e deportados, depois de condenados, estavam com carteiras frias lá dentro do *bunker*. Passaportes frios brasileiros, americanos, uma série de documentos que demonstravam. Só que a investigação mostrava que era uma reserva militar de El Salvador para uma contra-revolução visto que já havia cessado a revolução em El Salvador.

Então essa presença do senhor na Nicarágua pode ter um fator importante. Hoje, eu vejo que os Estados Unidos, conforme o relatório, surpreendentemente os Estados Unidos colabora com a Nicarágua. É um país pobre que precisa de colaboração e me parece, pelo relatório, pela exposição, tem melhorado a sua situação econômica e financeira. Então o Brasil vai ter, talvez, um papel importante na Nicarágua.

Quando anunciaram o senhor, eu falei "Teve sorte". Pegou um país de primeira grandeza. Mas é brincadeira que a gente faz, quando o país é difícil, diz assim: "Esse Embaixador foi castigado". Mas eu sei das suas virtudes e qualidades, conversamos em plenário, e todos os senhores, tenho certeza, casam com o nosso pensamento.

Representante das embaixadas brasileiras no exterior tem que ser gente de carreira. Não dá para improvisar através de políticos ou de qualquer outra

atividade [soa a campanha] pela qualidade e pela experiência que os senhores têm. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Tuma [pronunciamento fora do microfone] Nós ontem aprovamos... O plenário do Senado aprovou as indicações que tinham sido aprovadas anteriormente por essa comissão, são... foram onze embaixadores foram aprovados ontem, e nós esperamos que possamos ver os quatro de hoje, depois da aprovação aqui, também aprovar o mais rápido possível no Plenário.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Depois a hora que V.Ex^a considerar oportuna, eu tenho uma carta que a Interpol mandou para a representação brasileira, sobre as críticas agressivas de Chávez contra a investigação que a Interpol fez na documentação encontrada durante o bombardeio e a morte do líder das FARC na Nicarágua. Então veio um protesto e eu queria também manifestar em nome da Interpol brasileira, o protesto da Interpol brasileira, protesto contra aquilo que Chávez chamou de "palhaçada de investigação". Eu... se não for... Eu entregaria a V.Ex^a, sem eu precisar fazer a leitura--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Tuma, eu vou até pedir aos Srs. Senadores realmente que permaneçam logo após essa parte dos Embaixadores, porque nós temos também um projeto da Câmara nº. 71, não terminativo, mas tem prazo se extinguindo hoje, nós temos que, é com relação à questão de Imposto de Renda de pessoas de--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Portugal?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Paraguai. Prestações de serviços de transporte rodoviário internacional de carga.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Auferidos pelo portador autônomo, Presidente da República do Paraguai. Então nós precisamos ainda discutir. Então eu vou pedir, mas é questão rápida, o parecer é do Senador Mercadante, favorável, com uma emenda que foi aprovada na CAE, então eu vou pedir que logo em seguida, a gente ainda fique aí, nós poderemos discutir também essa questão--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já pode por em votação direto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Isso, e aí discutimos também essa questão da Interpol. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores, senhores embaixadores. Primeiro quero parabenizar a cada um e a todos, o Dr. Flávio Macieira, vai representar o Brasil na República da Nicarágua, Dr. Ricardo Neiva Tavares, nas Comunidades Européias, o Dr. Sérgio de Souza Fontes Arruda, na Malásia, e no Sultanato de Brunei, e o Dr. Flávio... Dr. Ricardo Neiva Tavares nas Comunidades Européias já falei, Santiago Luis Bento Fernández Alcázar na Burkina Faso. Eu tenho certeza, apesar do voto ser secreto, de que todos os senhores serão aprovados aqui na Comissão de Relações Exteriores do Senado e já peço ao Presidente que, após a apuração, que os processos tramitem em regime de urgência para que possam ir ainda hoje ao plenário e dependendo do *quorum*, que se possa votar a todos os senhores ainda no dia de hoje.

Eu gostaria de fazer um questionamento ao nosso futuro Embaixador na Malásia, Dr. Sérgio de Souza Fontes Arruda. Dr. Sérgio, eu participei de uma missão governamental e empresarial na década de 90 à Malásia. Eu represento, no Senado Federal, o Estado do Pará. O Estado do Pará tem uma similaridade com a Malásia por ser também localizado geograficamente nos trópicos, como a Malásia. Eu estava naquele momento, isso em 1995, presidindo a Federação das Indústrias do Estado do Pará. Tinha sido candidato ao Senado em 94, não obtive a eleição, mas...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Romeu Tuma. Mas elegemos o Governador do Estado, o Governador Almir Gabriel. E o Estado naquele momento, numa dificuldade muito grande, sem... com uma auto-estima de sua população muito baixa e nós buscávamos através de uma ação do Governo com o setor produtivo, atrair investimentos para o Estado. E pela Federação nós organizamos uma viagem e buscamos, nessa primeira viagem que foi feita em 95, irmos a um país que tivesse as características da nossa região e do nosso Estado e a Malásia ela, eu diria, ela até se confunde. Lamentavelmente não no desenvolvimento, na qualidade de vida, mas se confunde no clima, nas suas vocações.

Nós verificamos que naquela altura, em 1995, com 35 anos de independência, ela saiu de um país totalmente agrícola e pobre para se tornar, já naquela época, uma... Um tigre asiático. E que todo o desenvolvimento de sua economia tinha sido feito em cima

das culturas da palma, da borracha que foi levada da Amazônia para lá, do cacau e da pimenta do reino. Ora, Senador Eduardo Azeredo, eram as nossas culturas do Pará. Então, nada mais lógico de que nós fôssemos aprender como é que a Malásia, em 35 anos, se transformou num tigre asiático e o Pará, com mais de 300 anos não saía da situação que se encontrava.

E lá chegando, passamos vinte dias na Malásia. Percorremos a Malásia... Tanto a peninsular quanto a oriental e fizemos um trabalho bastante aprofundado no segmento de óleo de palma e no segmento madeireiro. Eu não lembro a empresa que... O nome agora me fugiu da memória, embaixador, não sei se o senhor tem conhecimento da empresa que explora a questão da produção de palma já verticalizada lá. Essa empresa nos recebeu, naquela altura havia um fechamento muito grande da possibilidade de exportar tecnologia e investimentos. Mas também, fomos beneficiados porque já não havia mais possibilidade de aumentar a produção de palma porque não havia terra disponível.

Então os investidores malaios eles estavam buscando parceiros no resto do mundo nas áreas propícias à palma. E o Pará era uma dessas áreas. Nós temos, só no Estado do Pará, mais de dois milhões de hectares de terras apropriadas para o plantio de palma. Somos hoje o maior produtor de óleo de palma do Brasil, e temos apenas e tão-somente 70 a 80 mil hectares plantados. A Malásia é a maior produtora mundial com algo em torno de 2,5 milhões de hectares plantados. Não obtivemos êxito. Não por falta de interesse dos empresários malasianos, mas por falta total de atenção do Governo Brasileiro, que considerava os investidores malasianos como predadores que viriam para a Amazônia para devastar a floresta. E o que nós nos propúnhamos desde aquela época e nos propomos até hoje, com Projeto que tramita de minha autoria no Congresso é utilizar tão-somente as áreas já alteradas, não avançarmos um centímetro sobre floresta, não derrubarmos uma única árvore, mas usarmos as áreas já antropizadas que estão disponíveis em quantidade suficiente para que o Brasil se torne um *player* importante na produção de óleo de palma. E todos nós sabemos das condições superiores ao óleo de soja em todas suas comparações.

Como disse, não obtivemos êxito. O então Ministro do Meio Ambiente, o Ministro Gustavo Krause, a missão que foi comandada pelo ministro dos produtos primários, uma coisa assim lá da Malásia, veio, entrou no Brasil por Brasília. E conversando com o Ministro, o Ministro recomendou que ele não fizesse nenhum negócio na Amazônia porque não seria aprovado pelo Governo brasileiro. E lá chegando, a comitiva [soa a

campanhia] só nos deu um recado dizendo o seguinte: “Olha, se não nos querem no Brasil, nós vamos para outros países. Nós podemos ir para o México, nós podemos ir para o Peru, para a Bolívia, para os outros países que tenham as mesmas características que nós precisamos e fazer os investimentos.”

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o senhor falou com o Sultão, que veio.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É o Sultão, estava todo de acordo—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu... eu queria pedir a V.Ex^a, eu estive semana... Duas semanas atrás num jantar na Embaixada da Malásia aqui em Brasília, com o embaixador e com os representantes dessa empresa que detém a produção do óleo de palma. A Malásia ela já verticalizou o óleo de palma, chegando até a óleo-química, produzindo plástico, produzindo papel a partir do óleo. Nós no Pará conseguimos fechar a cadeia produtiva, vindo desde a produção da palma, do óleo bruto, do refino, do óleo comestível e da margarina. Chegamos até aí. E temos interesse e queremos pedir o apoio de V.Ex^a quando assumir a Embaixada, porque nós pretendemos ainda este ano retornar à Malásia com uma missão do Estado, no sentido de que se possa agora fazer esse intercâmbio comercial para que o Pará venha a ser um grande produtor mundial de óleo de palma. E já o é no Brasil. Mas nós queremos ter a participação a nível mundial.

Então eu quero contar com o apoio da Embaixada do Brasil, e junto com a Embaixada da Malásia para que se faça essa relação entre a Malásia e o Brasil, via Pará, para transformarmos o Brasil em um grande produtor de óleo de palma, que é... que vai ao encontro do interesse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, na produção de biocombustível. E o biocombustível é importante que se diga, produzido pelo óleo de palma, Senador Eduardo Azeredo, utiliza o refugo da produção, ou seja, aquilo que antes de ser transformado em biodiesel era usado como torta para alimento animal. Então, continua sendo o alimento animal, com resíduo menor de óleo, porque está se usando parte disso para produzir biocombustível sem alterar a cadeia de alimentos. Porque o óleo comestível continua sendo feito, a margarina vai continuar sendo feita, quer dizer, não há nenhuma dificuldade para a questão da produção de alimentos que o mundo todo anseia.

É o pedido que eu queria fazer, não é um questionamento, queria fazer a V.S^a porque realmente o país nos impressionou muito, inclusive também no segmento madeireiro, como grande exportador de compensado,

de MDF, de madeira tropical, que no Brasil ainda não existia naquela altura, e temos muito que aprender, e essa relação é importante para o meu Estado.

A outra... Outro questionamento que queria fazer é para o Dr. Ricardo Tavares, das Comunidades Europeias, mas farei durante a Sessão reservada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, palmas para o Senador Flexa [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está defendendo o Estado dele. Senador Cristovam Buarque com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, não há dúvida que cada vez mais no mundo e, obviamente, no Brasil as Relações Exteriores, a política externa vão adquirir uma dimensão crescentemente mais importante. Não há dúvida. Cada país vai deixar de ser o país sozinho e vai entender que vive hoje num grande condomínio chamado Terra.

É nesse sentido que eu fico feliz de ver [soa a campanha] que se eu fosse escolher um item que diferenciase a orientação do Governo Fernando Henrique Cardoso para o Governo Lula eu diria que é a política externa. Claro que do ponto de vista social houve uma ampliação. Muitos programas foram criados na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Do ponto de vista da economia, felizmente o Governo Lula teve o bom senso de manter a responsabilidade fiscal, embora ultimamente possamos ter sinais de certo alívio nisso e esse alívio não é positivo.

Na política externa, eu posso listar pelo menos cinco grandes diferenças, e uma similitude que eu quero trabalhar nela.

Primeiro é que Fernando Henrique Cardoso fechou embaixadas. O Lula abre embaixadas. Isso é fundamental. E eu digo com toda tranqüilidade de quem foi falar com o Fernando Henrique Cardoso para tentar evitar que fechasse embaixadas, como a da Tunísia, um país com quem eu sempre tive relação muito favorável.

A segunda diferença é de que a orientação do Presidente Fernando Henrique era muito de identidade com o primeiro mundo. A do Presidente Lula é de globalização. Não é necessariamente de país pequeno. Ele consegue incorporar os pequenos numa visão global.

A outra, e eu disse isso ao Fernando Henrique Cardoso, é que ele tentava ser um dos Presidentes dos grandes países e terminar virando um simples auxiliar dos grandes países, em vez de ter sido o líder dos países ditos pobres. O Lula conseguiu. O Lula conseguiu assumir essa posição de liderança dos países pequenos, ao mesmo tempo que ele tenta levar adiante a visão global.

A outra diferença é que o Governo Fernando Henrique Cardoso concentrou-se muito na agenda econômica. O Presidente Lula tem trabalhado muito a agenda social.

Outro é que Fernando Henrique Cardoso fez uma política externa muito pessoal. Ele próprio. O Lula faz ele e o Celso Amorim. Ainda não é uma política de nação, de Estado, mas é uma política que combina perfeitamente, criando isso, que haviam chamado de uma instituição chamada Lula-Amorim. Lula-Amorim.

Então, eu acho que essas diferenças fazem com que a gente possa dizer que o marco de reorientação do Governo Lula foi da política externa. O resto é muito parecido.

Agora tem um ponto em comum e esse ponto em comum é que leva a minha fala para os senhores. Em comum é a importância ao comércio. Não há diferença aí entre o período Fernando Henrique e o período Lula-Amorim. A importância ao comércio.

E aí que eu queria trazer o que eu tenho trazido aqui nesses encontros aqui com os senhores candidatos a embaixadores. Quais serão os próximos pontos que a gente vai ter que ter em comum, seja qual for o Presidente daqui para frente? Quais são os itens que a gente vai ter que trabalhar de tal maneira que não haja diferença? Que haja uma política de Estado. O comércio é um.

Mas eu queria saber da posição dos senhores embaixadores, não o que vão fazer em cada país, não o que fizeram onde já ocuparam embaixadas, embora eu ache que dessa vez é a primeira embaixada de todos os quatro. É a sua segunda, é. Eu vou querer que digam quais são os itens da agenda da política externa brasileira para o futuro a ser construída como política de Estado.

Eu, como venho trabalhando isso com outros, lamentavelmente na hora de vocês falarem, vão falar sem gratificação, não vou poder usar isso, a não ser o que estou anotando sem citar nomes, eu coloco o problema da soberania em um mundo de globalização. Coloco também a necessidade da construção de regras éticas internacionais por cima das nações. Certos itens éticos que as nações não poderão usar soberania para passar por cima.

Eu coloco o intercâmbio cultural, que vai ter que crescer, vai ter que ser cada vez maior. Obviamente o meio ambiente. O meio ambiente não é um problema mais do Governo A, B ou C. Tem que ser de todos os governos. O Presidente tem que ao assumir o Governo já saber que tem uma linha a ser seguida no cenário internacional.

O outro item é como enfrentarmos as vulnerabilidades crescentes que hoje tomam conta. Cada gripe

em qualquer país vira uma gripe em qualquer país. As epidemias que se espalham, as crises financeiras.

O outro, obviamente fundamental, é a disputa por recursos naturais. Como é que a gente vai trabalhar com uma visão de Estado, não de Governo A, B ou C, o problema dos recursos naturais? O outro que eu ponho é a migração em massa, especialmente os deslocados. Agora eu li que uma das ilhas do Pacífico, toda população vai ser deslocada com o aumento do nível do mar. Mas há muitos motivos de deslocamentos. E se continua a busca da energia nuclear como única saída, e pode acontecer isso, eu não sou daqueles que não aceita discutir energia nuclear, mas se tivermos, poderá haver necessidade de migração em massa de vítimas de radiação em alguns lugares.

O outro item fundamental é como enfrentar as ilicitudes. Comércio de órgãos, comércio de seres humanos, escravos sendo levados de um lugar para outro. Direitos autorais que vão fazer com que cada vez sejam menos direitos e cada vez seja mais pirataria. A dependência científica e tecnológica. Eu tenho dito por aí e alguns dos tradicionais do meu tempo não gostam, aquele livro "As veias abertas da América Latina", que é um clássico, para mim é uma falha. O que houve foi o tapamento dos neurônios. Não foram as veias abertas que fizeram o Imperialismo, foi o impedimento do desenvolvimento educacional dos países da América Latina. Taparam os neurônios, daí ficou fácil abrir as veias.

E finalmente dois itens. Um é a participação em bloco. Como é que a gente vai enfrentar isso? A gente vai enfrentar entrando em blocos ou ficando fora de blocos e pós-blocos? Agora mesmo com a descoberta das novas reservas de petróleo, vale a pena o Brasil entrar na OPEP ou não? O próprio bloco do Mercosul, onde eu sou um dos parlamentares, a gente tem que analisar com cuidado. É mais interessante entrar ou não entrar?

E finalmente o problema da pobreza a nível mundial, que a meu ver, se continua com o crescimento da desigualdade, não vai demorar muito, haverá uma mutação biológica. Os ricos serão seres diferenciados biologicamente dos pobres. O que vai abrir mão para resolver todos os problemas pela extinção, pela violência, já que deixará de sentir-se a semelhança que há ainda na espécie humana, mesmo entre os mais pobres, que chegou a haver até durante a escravidão, chegou a haver até durante o *apartheid*. Mas se houver uma mutação biológica através da bioengenharia, da engenharia genética, a gente terminará deixando de ter o sentimento de semelhança entre habitantes pobres e habitantes ricos, não importa o país onde eles vivam.

Então, eu coloquei esses temas, sei que são muitos, não vou querer que falem de todos eles, e até preferia que não falassem deles, mas tragam novos temas. Que novos temas podem ser tão importantes, que vão fazer pauta da agenda de qualquer Governo que vier daqui para frente, como hoje o comércio faz? Comércio não houve diferença do Fernando Henrique para o Lula. Nos outros, eu listei cinco ou seis diferenças que eu considero fundamentais e que talvez sejam a marca realmente que ficará do Governo Lula. Não vai ser a Bolsa-Família, porque começou com o Fernando Henrique. Não vai ser a estabilidade monetária, que começou com o Itamar, e se não tomar cuidado vai desaparecer nesses próximos dois anos de Governo Lula, porque essa hoje é minha maior preocupação que é a inflação. Então a marca, de fato, hoje, é a política externa, tendo igualzinho como se comportam no comércio e as diferenças outras que eu listei. Mas que outros itens daqui para frente serão de Estado, como é o comércio e não conforme o gosto de um Presidente ou o seu partido?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam, agradeço seus questionamentos e passarei aos senhores Embaixadores.

Eu queria só fazer um registro como membro do PSDB, que, na verdade, são momentos diferentes. Naquele momento em que houve alguma redução de embaixadas, alguns questionaram realmente, foi um momento que o Brasil estava passando por um ajuste após a implantação do Plano Real, de redução de gastos como um todo. E hoje é um momento felizmente melhor, o Brasil tem mais recursos disponíveis e então pode avançar um pouco mais na sua presença pelo mundo afora. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me permite, que é a primeira vez que vou discordar do Eduardo Azeredo. Mas eu tenho a impressão e falei naquela época com o Malan, falei com o Fernando Henrique, quando fecharam Tanzânia, Tunísia, de que não eram aqueles poucos, poucas centenas de milhares de dólares que faria qualquer diferença nas nossas contas. Absolutamente nenhuma. E fazia uma grande diferença no cenário mundial, que fechar uma Embaixada é um gesto que contamina as relações no país inteiro. Deixar Bangladesh aqui... Aliás essa é uma cobrança que eu falo ao Itamaraty. Eu não entendo como é que a gente não tem ainda uma Embaixada em Bangladesh. Um país daquela dimensão--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Bangladesh. Aquela população.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tudo isso. Fiquei muito feliz de ver, embaixador, quan-

do o senhor falou que o problema de ter embaixada não é uma questão só econômica, é uma questão de presença simbólica e a importância que a gente tem para esses povos. Isso dá força moral ao Brasil. Isso dá representatividade ao Brasil. Bangladesh ainda está fora. Eu espero que o Presidente Lula e o Ministro Celso Amorim abram essa Embaixada o mais rápido possível.

Eu acho que Fernando Henrique de fato tinha uma orientação mais primeiro-mundista, do que global. Ele me disse que eu tinha terceiro-mundista, quando eu fui falar isso para ele, saiu numa revista, ele disse isso para um jornalista. Não. Eu acho que tem global. Aonde inclui a idéia dos países pobres. Até porque para mim, hoje, o terceiro mundo é o planeta. O mundo é um imenso terceiro mundo. Com países pobres, com pessoas pobres espalhados pelo mundo inteiro, inclusive Estados Unidos e França, e países ricos em todos os países, inclusive, em Burkina Faso, certamente vai ter hospital para uma parcela muito pequena, capaz de ter, tão bom como qualquer outro lugar. Os ricos do mundo vivem num país a parte. É um país do primeiro mundo dos ricos. Shopping são iguais. Os produtos são iguais, as grifes são iguais, os pobres é que estão separados deles por essa cortina, que não é mais de ferro, é de ouro, separando os pobres dos ricos. Mas a gente poderia depois, senador, continuar conversando isso, se possível jantando com o Fernando Henrique [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não há na verdade discordância. Eu disse até mesmo que era um momento diferente. Mas eu concordo plenamente que nós devemos abrir. Acho que essa de Bangladesh, inclusive é uma Embaixada que já está tardando, a presença do Brasil pelo mundo afora é muito importante sim, então me referi bem que eu vi assim, apenas algumas não deviam ter sido fechadas realmente. De maneira que não há propriamente a discordância com o Senador Cristovam Buarque nem tampouco aí ao Presidente Lula e o Ministro Celso Acurem, ambos eu respeito, sei do trabalho que vêm realizando. Vamos ouvir então os Embaixadores. Embaixador Santiago.

SR. SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR: Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ainda só para responder os questionamentos. Do Senador Flexa e Senador Cristovam.

SR. SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR: Eu fico--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ

ALCÁZAR: Eu fico feliz com a intervenção do Senador Cristovam Buarque, porque o arco de perguntas é tremendamente relevante no momento que nós estamos passando. Enfim, se posso usar uma imagem é como se estivéssemos num quadro, em que cada tema existe, mas não está ativado, não está borbulhando. De repente, enfim, toda essa variedade de temas, começa a borbulhar, começa a explodir e nós temos que nos defrontar com isso, nós temos que nos ater com esse novo... essa nova circunstância, esse novo problema, e é um quadro muito difícil, enfim, de... primeiro, de entender, segundo, de formular e terceiro, de agir sobre esse quadro.

Eu tenho a impressão, Senador, que nós brasileiros somos herdeiros de uma grande dívida social. Nós temos um quadro de injustiça social, nós temos um quadro de exclusões sociais. Nós convivemos com isso ao longo de nossa história. Mas agora nós temos uma oportunidade de oferecer soluções concretas para isso. O Brasil alcançou um patamar que realmente pode fazer isso. Nós podemos deixar a exclusão para a história. Nós podemos deixar a injustiça social para a história.

Para fazer isso, e a importância enfim que eu vejo, eu não escolheria nenhum tema, ainda que eu ache todos os temas, mudança climática, comércio, imigrações, o aspecto cultural, ainda que ache todos eles importantes, eu acho que, nesse momento, é que nós estamos praticamente iniciando o tratamento à essa crise, nós temos que ter um cuidado muito grande em explorar as possibilidades de ampliar a nossa base política. Um exercício fundamental da política, enfim, não preciso dizer isso aos senhores, mas também da diplomacia, é a aglutinação, influir e liderar processos. Nós temos que ser capazes de aglutinar povos, realidades e circunstâncias diferentes. Nós temos que ser capazes de influir, e nós temos que ser capazes de exercer a nossa liderança.

Eu acho que a pergunta fundamental aqui é o que nós queremos para um país, o que que nós queremos ser como país? Essa é uma pergunta fundamental. E nós vamos atuar segundo as regras que foram desenhadas há muito tempo, vamos agir sobre esse tabuleiro que já existe ou temos capacidade de influir, de aglutinar, de influir e de liderar processos que nos levem a modificar essa estrutura existente, essa arquitetura que já existe? Essa é que é a grande pergunta. Enfim, que país é esse nosso e o que nós queremos? No momento que nós tivermos essa pergunta nós vamos exercer uma diplomacia realmente muito ativa. Acho que nós estamos no limiar disso. Não sei se respondi a sua...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Embaixador Sérgio Arruda.

SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA: [interrupção no áudio] a intervenção do Senador Flexa Ribeiro, agradecendo a aula magna que me proporcionou, era um tema que eu gostaria de abordar. Infelizmente não pude encontrá-lo por problemas de agenda antes dessa Sessão e me coloco à disposição em Brasília nos próximos dias e mais adiante voltarei antes de assumir o posto em julho e agosto para contatos, espero poder visitar o seu Estado.

Devo dizer que o senhor estará provavelmente também ciente, não tinha realmente um registro detalhado dessa visita tão importante, mas um registro que denota já uma das mudanças referidas pelo Senador Cristovam, muito positivo do meu antecessor no posto, de missão semelhante liderada em dezembro de 2007 pelo Governador do Estado do Amazonas, em que o tema do óleo de palma surgiu entre outros, como uma das linhas básicas de cooperação, que a mim leiga-mente me afigurou inteiramente viável.

Vejo que o senhor é um estudioso do tema e conhece com muito mais profundidade técnica. Vou examinar, claro, como cidadão o seu Projeto de Lei. Será seguramente de grande densidade, e como dizia o senhor, a proposta... A referência sua é de treze anos atrás. Como sabe, as limitações de espaço na Malásia levaram o país a se expandir para a Indonésia em termos de plantações. Foram descartadas algumas das opções latino-americanas que o senhor havia mencionado e o Brasil ressurgiu como opção natural. Infelizmente por circunstâncias várias, históricas, mais ou menos recentes, temos de fato um patrimônio de áreas já degradadas, que podem ser reabilitadas com culturas que permitirão inclusão social, um aproveitamento sócio-econômico nobre e, inclusive, ao final da cadeia estaremos chegando aos biocombustíveis. O senhor terá conhecimento, há uma estrutura, enfim, a Malásia é reputada como detendo uma tecnologia mundialmente de vanguarda consolidada ao longo de décadas nessa área.

Portanto eu creio que é uma das áreas centrais de cooperação possível e eu acredito que teria grande prazer em poder também trabalhar com o Estado do Pará, na sua condição de maior produtor nacional, para que o relacionamento bilateral incorporasse essa dimensão, entre outras, que são igualmente viáveis dentro do espírito da cooperação sul-sul em que há um aporte recíproco de insumos válidos. Muito obrigado, Senador, eu me mantenho à sua disposição e vou procurá-lo para aprofundarmos esse diálogo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Embaixador, eu queria só colocar

uma questão também. Olhando a questão geográfica do mapa, verifica-se que a Malásia, ela tem uma parte que é exatamente do Continente Asiático e tem uma parte que é uma ilha, e nessa ilha, a ilha de Borneo, ela tem uma divisão com o território da Indonésia. A questão é pacífica nesta relação da Malásia com a Indonésia?

SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA:

Veja bem, há uma... algumas disputas ainda de fronteiras que estão por ser equacionadas. Mas há dentro inclusive do âmbito da Ásia, um compromisso com o diálogo e inclusive recursos a estâncias como a Corte Internacional de Justiça cujas decisões vem sendo acatadas. Recentemente, a Malásia teve uma decisão favorável e uma contrária. Os dez parceiros da Ásia estão conformes. Houve efetivamente no início da vida independente da Indonésia reivindicações territoriais, inclusive incursões armadas, felizmente essa fase está superada. E há uma convivência harmônica e eu creio cada vez mais entre os parceiros na região.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador. Embaixador Ricardo Tavares, basicamente as questões colocadas pelo Senador Cristovam.

SR. RICARDO NEIVA TAVARES: Obrigado, senador. Senador Cristovam foi meu professor [risos].

Do Instituto Rio Branco, exatamente. Então esse tipo de questionamento me faz lembrar um pouco as aulas--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu não falei isso porque ter ex-aluno embaixador dá uma idéia de velhice muito grande [risos].

SR. RICARDO NEIVA TAVARES: Pois é. Pois é. Mas enfim, esses temas que o Senador coloca são de fato muito importantes. Nós podemos analisar isso sob diferentes aspectos. Mas, como ele pede para que nós coloquemos alguma outra idéia, eu partiria do seguinte. Primeiro, eu sou um convicto defensor do multilateralismo. Eu acho que os países, sobretudo um país como o Brasil, necessita do multilateralismo para poder evitar justamente que medidas nos sejam impostas por parceiros que por contingência tenham maior capacidade de articulação em determinadas... Ou de poder mesmo, em determinadas circunstâncias.

Só que o multilateralismo não é um conceito vazio. Ele se expressa por intermédio do que nós costumamos chamar de geometrias variáveis. Foi isso que nos levou, por exemplo, como Senador falou, a estabelecer o G 20, que tanto resultados positivos tem trazido para as negociações na OMC, foi isso que nos levou a participar, por exemplo, do G 4, em favor da reforma das Nações Unidas, e vários outros grupos poderia citar.

Mas me parece para trazer um elemento um pouco novo e fazendo um pouco de co-relação com a minha própria tese no Curso de Altos Estudos, quando eu fiz isso há mais de dez anos atrás, eu acho que é um elemento interessante, que necessitaria de pouco mais de reflexão, é justamente tanto no plano interno, quanto no internacional, que relação nós queremos ter entre Governo e organizações não-governamentais? Isso tem profunda implicação para, não apenas no plano interno, porque a gente sabe que essas organizações atuam em diferentes países, mas também no plano internacional, na medida em que elas estão presentes nas Nações Unidas e em outros foros.

Que papel nós queremos, gostaríamos, que essas organizações desempenhassem, que áreas nos gostaríamos que elas cobrissem, que colaboração no fundo nós queremos ter entre Governo e Organizações Não-Governamentais? É inegável que essas organizações têm uma enorme energia, têm uma enorme capacidade de articulação, têm um enorme interesse de trabalhar em diferentes áreas que muitas vezes os governos, por razões variadas, não conseguem trabalhar ou que necessitam disso para poder complementar trabalhos que são executados. Elas têm qualidades, mas evidentemente também têm falhas, elas têm uma enorme disposição, são voluntaristas em uma série de aspectos, se nós conseguíssemos, de certa forma, organizar melhor o relacionamento, eu acho que as duas partes certamente teriam resultados positivos. E dessa organização da colaboração, no fundo, surgiriam resultados para vários desses temas mencionados pelo Senador. Por exemplo, quando nós falamos em ciência e tecnologia, elas são atuantes também, porque nós costumamos pensar nas organizações não-governamentais apenas como organizações de caráter humanitário ou de pressão política. Mas elas atuam nas mais variadas frentes. Eu me lembro que quando eu me dediquei a isso no Curso de Altos Estudos, havia cerca de 40 mil organizações não-governamentais espalhadas pelo mundo nas mais diferentes áreas. Defendendo ora interesses de consumidores, ora interesse de produtores... Então, se nós conseguíssemos [soa a campainha], se nós conseguíssemos de certa forma descobrir, organizar, um pouco melhor, estabelecer melhor as relações de parceria entre os dois setores, eu acho que isso teria certamente consequências positivas para várias dessas áreas e para outras mais que existem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-
REDO (PSDB-MG): Embaixador Flávio Macieira.

SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA: Obrigado, Sr. Presidente. O senhor traz uma quantidade de temas aí fascinantes, que estarão na agenda e coincidem

inteiramente, deveria dizer, com as preocupações do Ministro Celso Amorim, do Secretário-Geral Samuel Guimarães, que são grandes pensadores do futuro. Porque fazer diplomacia é tentar ver o futuro.

Mas eu lembraria talvez o provérbio árabe que retrata a dificuldade de ver o futuro, que diz que “Quem deseja falar sobre o futuro mente até quando diz a verdade.” É muito difícil. É um exercício da maior dificuldade. Quando eu participei alguma vez, eu alinhei... De debates sobre essa matéria, o futuro da diplomacia, são raros os debates, eu acho que o senhor tem aqui material para um grande seminário sobre o futuro, que poderia ser convocado. Eu diria que as raízes... Eu me fixaria na visão brasileira. Eu diria que as raízes da diplomacia brasileira do futuro estão no presente. Quer dizer, a nossa preocupação com a integração regional permanecerá. Eu não tenho dúvida sobre isso.

Da mesma forma eu coincido inteiramente com o Embaixador Ricardo Neiva, de que nossa vocação pelo multilateralismo vai continuar. Quer dizer, cada vez mais o Brasil tem que estar nos centros de onde emanam as normas internacionais, isso será sempre de fundamental importância. O senhor pediu algum tema novo, algum tema que não estivesse nessa relação extraordinária, eu colocaria tema das grandes comunidades brasileiras no exterior, cada vez mais relevante para a nossa política externa. E lembraria inclusive o projeto que o senhor apresentou, de dar representação política a essas comunidades, igualando, vamos dizer, o *status* político dessas comunidades aos de outros países, que já proporcionaram essa representação política, que eu considero da maior importância.

Eu acho que o desafio para nós e o Ministério das Relações Exteriores tem se aparelhado nessa direção, é de dar a essas comunidades a oportunidade de não perder o vínculo com o Brasil, e de cultivar, cultivar realmente a nacionalidade brasileira para que não aconteça talvez como tenha acontecido em outros episódios de emigração, de outros países quando os vínculos na segunda ou terceira geração já não são os mesmos. Quer dizer, os brasileiros serão sempre brasileiros e a pátria brasileira os vê como brasileiros dignos de toda a assistência e de toda a, vamos dizer, a preocupação também do Governo Brasileiro. Acho que ficaria por aqui. Obrigado embaixador. Obrigado senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador. Eu vou transformar a reunião conforme prevê a Constituição, em reunião secreta, solicitando à Embaixadora Gladys e os familiares que possam permanecer também. E eu espero, peço aos Srs. Senadores para permanecerem, que nós temos que votar uma questão em

seguida que o último dia de vigência é hoje, o último dia de discussão é hoje.

Sessão suspensa às 12h58.

Sessão reaberta às 13h24.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Reaberta a Sessão. Comunico que os embaixadores foram aprovados por unanimidade, dezesseis votantes. Embaixador Santiago Luis Bento Fernández Alcázar para Burkina Faso, Embaixador Sérgio de Souza Fontes Arruda para a Federação da Malásia e cumulativamente o cargo junto ao Sultanato de Brunei Darussalam, Embaixador Flávio Helmold Macieira indicado para a República da Nicarágua e o Embaixador Ricardo Neiva Tavares para as Comunidades Europeias em Bruxelas, de maneira que nós estaremos então enviando para a aprovação final pelo Plenário.

Antes de encerrar a sessão, e eu solicito aos senhores embaixadores nos darem a honra de permanecer aqui conosco, eu queria então pedir ao Senador Cristovam, voltando ao item 1, que fosse relator *ad hoc* do Projeto de Lei da Câmara nº. 71, de 2008, de autoria da Presidência da República, cujo relator é o Senador Aloizio Mercadante, que trata da questão ligada à “*apuração do Imposto de Renda na Fonte incidente sobre rendimentos de prestação de serviços, transporte rodoviário internacional de carga, auferidos por transportador autônomo pessoa física, residente na República do Paraguai, considerado como sociedade unipessoal nesse país.*” Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, eu creio que ao ler o resumo o senhor já caracterizou a lei, eu vou ler a análise:

“O PLC nº. 71, de 2008, *coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa no processo legislativo, quer à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a.*

A matéria veiculada na proposição não está no rol das competências exclusivas do Congresso ou de qualquer de suas casas. Além disso, atende ao comando do § 6º do art. 150 da Carta Magna, que exige lei específica para regular exclusivamente o benefício fiscal concedido.

A proposição não apresenta vícios de juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa.

No mérito, resolve antigo problema envolvendo o transporte de carga autônomo entre o Brasil e o Paraguai, porque a Lei nº. 7.713, de 1988, tributa as pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil de forma consideravelmente mais benéfica, aplicando-

se a tabela progressiva mensal do Imposto de Renda sobre base de cálculo reduzida, equivalente a 40% do rendimento bruto decorrente do transporte. Em relação aos residentes ou domiciliados no exterior, a base de cálculo é o rendimento bruto, sem qualquer dedução, havendo tributação de forma definitiva na ordem de 25%.

Fica evidente que o transportador autônomo paraguaio, cujo concurso é indispensável para nossas relações comerciais, sobretudo nos momentos de pico de safra de grãos, tem sua atividade laboral e econômica prejudicada, pois não pode embutir no preço do frete o custo do tributo.

Entretanto, os valores da tabela progressiva mensal estão desatualizados, pois se referem ao ano-calendário de 2007. Com efeito, o art. 1º da lei de 31 de maio de 2007, oriunda da conversão da Medida Provisória 340, de 29 de dezembro de 2006, atualiza a tabela progressiva anualmente até 2010.

Diante disso, faz-se necessária a correção do dispositivo, objetivando dar verdadeiro tratamento recíproco aos transportadores autônomos no Paraguai não residentes. Nesse sentido, em sessão realizada em 10 de junho passado a CAE votou Relatório do Senador Antonio Carlos Júnior e aprovou o PLC nº. 71/2008, com a Emenda 01 CAE que justamente efetua a correção apontada e merece nosso apoio. Considerando tudo isso e diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 71/08, com a Emenda 1 apresentada à Comissão de Assuntos Econômicos."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam Buarque. Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Ainda como outro item, eu quero pedir ao secretário da comissão que envie uma cópia aos Srs. Senadores da comunicação entregue pelo Senador Romeu Tuma, nesta reunião, a respeito de correspondência da Interpol ao Departamento de Polícia Federal, ante ofensas feitas pelo Presidente da Venezuela.

Basicamente se trata das questões que os especialistas da Interpol comprovaram que não se criou, modificou ou suprimiu nenhum arquivo de usuário, nenhuma das oito provas instrumentais de caráter informático, depois de sua apreensão com as FARC, realizado em 1º de março de 2008, não entrando no mérito do conteúdo dos arquivos.

De maneira que é uma carta que o Senador Romeu Tuma solicita seja encaminhada a todos Srs.

Senadores através de cópia. Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro, antes de terminar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero aqui trazer a solidariedade minha e tenho certeza de todos os membros da Comissão de Relações Exteriores a V.Exª, pela agressão que V.Exª sofreu do Dr. Marco Aurélio Garcia, numa carta encaminhada a V.Exª e ao final dita que seria aberta ao público, ou seja, não foi uma carta pessoal. Foi uma carta que teria, pelo que V.Exª ontem colocou na tribuna do plenário, teria a distribuição à mídia para que tivesse divulgação.

Quero dizer a V.Exª que todos nós conhecemos a posição de V.Exª com relação a questão das forças terroristas das FARC, na Colômbia, que é comungada pela maioria dos brasileiros.

Alguns, pela miopia política, entendem que aquilo é uma organização, eu diria, com fins beneficentes. Mas, na realidade, ela apenas por não estar, como disse o Dr. Marco Aurélio Garcia na carta que V.Exª leu ontem ao plenário, apenas por não estar considerada pela ONU como organização terrorista, e somente a Al Qaeda está, não teria que ser também considerada pelo Brasil e por ele.

Acho que por ele é uma questão pessoal, que ele deve vir a público e dizer qual o pensamento e qual a visão que ele tem com relação às FARC. Para nós, não temos dúvida, que qualquer organização que usa de ação militar, que usa de seqüestro de mais de 700 pessoas, e que quer impor a sua vontade através de uma luta armada, é, sem sombra de dúvida, uma organização que usando métodos terroristas, é uma organização terrorista.

Eu quero fazer minhas essas palavras de solidariedade e de apoio à posição destemida de V.Exª com relação a essa questão e propor, e propor, em nome da Comissão de Relações Exteriores que seja encaminhado por esta comissão um voto de censura ao Dr. Marco Aurélio, pela forma indevida com que ele tratou um senador e, ao tratar um senador, tratou o Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Flexa, eu fico constrangido, porque na Presidência não posso me manifestar sobre a questão do voto de protesto. Eu solicitaria que isso ficasse para a próxima reunião.

Agora, eu quero só fazer uma explicação, eu fui à Tribuna ontem, na semana passada eu tinha feito exatamente a manifestação a respeito desse mesmo

assunto, o assunto das FARC, e ao fim realmente eu fiz uma menção ao Ministro Marco Aurélio, no sentido de que assim como o Presidente Chávez estava re- vendo suas posições, que também a posição dúbia do Ministro Marco Aurélio, pudesse, citei, que ele pudesse rever sua posição em relação às FARC.

Até aí tudo bem, a minha opinião, a opinião dele, ele poderia e tem todo o direito de dar suas explica- ções. Entretanto, a carta ela é carregada de ironias e de insinuações, e além do PS no final dizendo que se reservava ao direito de dar divulgação pública. Então sendo reservada eu tomei a iniciativa de transformar em pública já que ele já fazia a “ameaça” de que trans- formaria em questão pública.

Então eu pude dizer que, na verdade, as explica- ções dele são muito além do que eu disse, eu apenas me referi... Só um momento.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Fazer uma sugestão--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE- REDO (PSDB-MG): Só um momento, senador, só um momento, acabar, só para eu poder ter o... Então eu apenas fiz exatamente essa explicação, por exemplo, ele dizia que o Brasil não é uma agência de classifi- cação, é claramente uma ironia. Porque ninguém está pedindo que o Brasil seja agência de qualificação. O que eu estava colocando e mostrei que o Brasil, mos- trei inclusive uma entrevista dele no jornal Estado de São Paulo, dia 3 de março, em que ele fazia realmen- te referências claras de omissão em relação ao papel das FARC.

Então eu... Lamento realmente ter que tratar um assunto dessa forma, mas é porque eu realmente me senti atingido da maneira como ele colocou, respeitan- do, evidentemente, o direito de ele pensar diferente e não houve de minha parte nenhum demérito à quali- ficação dele.

O Jornal do Senado fala que eu disse que ele era “um assessor.” Não estou dizendo que seja um asses- sor. Ele é Assessor da Presidência da República, é tra- tado como tal, sei que é um professor, mas considero que realmente, por outro lado ele tem que entender que somos senadores, representantes da população e temos todo direito de falar o que nós tivermos con- vicção, especificamente no meu caso como senador de Minas Gerais, com já uma carreira política ampla e com a votação de alguns milhões de votos.

De maneira que essa foi minha colocação, ele foi realmente irônico, ele fez insinuações que queria fazer uma discussão em termos de substantivos e não pessoais, a minha discussão é em termos substanti- vos, não é pessoal, eu nunca fiz nenhuma agressão a ele, eu falei exatamente dos temas substantivos que

me levam a discordar da posição dele. E reitero que tenho respeito pela posição do Ministro Celso Amorin, que é o Ministro das Relações Exteriores. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): V.Exª uma elegância de Minas, a tradição da polidez da política mineira, eu me lembraria até está assinada aqui uma frase de Disraeli... Aliás, o Ministro Jobim citou, mas é de Disraeli, uma vez, ministro da Rainha Vitória. Ele diz assim: “Não se queixe, não se explique, não se desculpe. Aja ou saia. O que vale é o resultado”. En- tão eu sugeriria a V.Exª inspirado aqui em Disraeli, que V.Exª... Nós não queríamos contrariar aqui a sugestão do nosso senador do Pará. V.Exª cedesse a Presidên- cia, regimentalmente, para o mais idoso que é o grande senador do Rio de Janeiro, e nós votaríamos o voto de solidariedade a V.Exª. A censura... e V.Exª é o mais... Regimentalmente V.Exª pode passar para o Duque e nós votaríamos a solicitação aqui do senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE- REDO (PSDB-MG): Senador Cristovam. Obrigado Se- nador Mão Santa, mas...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quero deixar claro que qualquer voto de solidaria- de com o Senador Eduardo Azeredo terá o meu voto. Quanto à censura, eu creio que a gente deveria ana- lizar com mais cuidado. Gostaria de ver a carta. Inclu- sive ver se não há outra forma melhor de se resolver esse assunto. Porque uma censura, se a gente fizer, tem que levar adiante em todas as consequências, pedindo a demissão dele. Eu acho que eu não tenho instrumentos para votar pela censura. Mas pela soli- diedade ao senhor, sem dúvida alguma.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE- REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pre- sidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE- REDO (PSDB-MG): Eu acredito que como não foi for- malizado, Senador Flexa, eu preferiria que esse assunto fosse formalizado, para a gente discutir em outra reu- nião, eu me sentiria pessoalmente mais confortável.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu ia pedir a V.Exª que encaminhasse cópia da carta ao Se- nador Cristovam, porque ele não... Pelo que ele expôs agora não assistiu o pronunciamento de V.Exª ontem na Tribuna. E fizesse não só a ele, fizesse a todos os senadores, porque a carta não é um desrespeito a V.Exª, é um desrespeito ao Senado Federal. Então ao atingir V.Exª, atingiu a todos nós.

O direito da palavra é constitucionalmente garan- tido aos senadores. E não pode ser, de forma como foi pela carta do assessor Marco Aurélio Garcia, uma

vez eu com o nosso Chanceler presente aqui à Comissão de Relações Exteriores eu me referi a ele como embaixador e fui criticado, entre aspas, pelo Chanceler dizendo “Não, ele não é do quadro do Itamaraty”. Ele não é da carreira diplomática. Ele é assessor. Aí a partir daí eu corriji a impropriedade que tinha feito naquele instante.

Então eu pediria que V.Ex^a fizesse a distribuição para que nós pudéssemos na sessão próxima ter um juízo de valor daquilo que está na carta. Agora, quanto ao voto de solidariedade, eu mantenho a V.Ex^a e peço que seja aprovado pelos membros, se assim acharem que deva ser feito a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Bom, acho que fica uma solução mineira, uma solução mais adequada, então vou pedir ao Senador Paulo Duque que assuma a Presidência em relação apenas ao voto de solidariedade. Então o voto de censura fica para uma próxima reunião em análise.

[troca de presidência]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Assumo a Presidência e submeto desde logo à apreciação dos senhores senadores a proposta do Senador Flexa Ribeiro, no sentido de dar total, integral, ampla solidariedade ao nosso querido Senador Eduardo Azeredo. Em votação. Como vota V.Ex^a? Em encaminhamento. O Presidente também vota. Pela total solidariedade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O Presidente se abstém. Mas voto eu pela total solidariedade. Está aprovado. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 13h40

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DO ANO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e cinco de junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e

dos Senhores Senadores **PEDRO SIMON, JARBAS VASCONCELOS, HERÁCLITO FORTES, FERNANDO COLLOR, CRISTOVAM BUARQUE, MARINA SILVA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, VALDIR RAUPP, JOSÉ NERY E JEFFERSON PRAIA E DO DEPUTADO FEDERAL OTÁVIO LEITE**. Justificaram a ausência os Senadores Virgínio de Carvalho e Romeu Tuma. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente em exercício declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente em exercício inicia a apreciação da pauta. **Item 01:** Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e de seu protocolo facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007*”. O Senador Jarbas Vasconcelos assume a Presidência. Aprovado. O Senador Eduardo Azeredo reassume a Presidência. O Presidente em exercício concede a palavra aos Senadores **PAULO PAIM, JEFFERSON PRAIA, JOSÉ NERY** e ao Deputado **OTÁVIO LEITE**. **Item 02:** Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2008, de autoria do Senador Fernando Collor, que “*altera o art. 17 da lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º-a à lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-a e 50-b à lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o fundo do exército, e dá outras providências*”. Adiado. **Item 03:** Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “*altera dispositivos da lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980, que “define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o conselho nacional de imigração*”. Adiado. O Presidente em exercício registra pesar pelo falecimento da Senhora Ruth Cardoso. O Presidente em exercício concede a palavra à Senadora **MARINA SILVA**. O Presidente em exercício, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e quatorze minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia informatizada da presente reunião. — Senador **EDUARDO AZEREDO**, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

REGISTRO DA ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA DA VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 46 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Dispensada. Em votação. Aprovada.

Passamos à apreciação da pauta. São três itens na pauta. Então, nós vamos começar... Eu queria pedir a... O Item 01 é um item não terminativo, é o Projeto do Decreto Legislativo nº. 90, de 2008, que *"aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu protocolo facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007"*.

Ele já foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, e aqui o relator sou eu. Eu peço ao Senador Jarbas Vasconcelos que assuma a Presidência para que eu possa fazer a leitura do relatório.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com a palavra o Senador, para relatar a matéria, Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Isto. Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo nº. 90, de 2008, que *"aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu protocolo facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007"*.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi aprovada em 28 de maio de 2008, na forma de Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado em Plenário.

Eu registro, aqui, a presença do Deputado Otávio Leite, do Rio de Janeiro, que participou dessa discussão também lá.

O acordo se faz acompanhar de exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar: *"Sugiro que, por se tratar de Convenção sobre Direitos Humanos, os textos sejam encaminhados ao Congresso Nacional com a expressa menção do interesse do Poder Executivo em vê-los incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, com equivalência à emenda constitucional, em consonância com o dis-*

positivo do § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil".

Esse é o encaminhamento do Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Passo à análise. *"A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, objeto desse Projeto de Decreto Legislativo nº. 563, de 2008, versada em 50 artigos, mais seu protocolo facultativo, constituído por 18 artigos, está inserida no processo de construção dos tratados internacionais da ONU, com vistas a oferecer segurança jurídica de proteção aos direitos humanos."*

"É um Tratado Internacional de Direitos Humanos, aprovado na Assembléia Geral da ONU, em 2006, e assinado pelo Brasil, como mencionado, em 2007. Entrou em vigor, juntamente com seu protocolo, em 03 de maio de 2008, após ter sido ratificado por 20 países membros da ONU; portanto, apenas um mês e meio atrás."

"Ela não cria direitos novos nem especiais para as pessoas com deficiência; é um instrumento facilitador para o exercício dos direitos universais, em especial, a igualdade com as demais pessoas."

"Tem como objetivo promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade."

"Define pessoas com deficiência como 'aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial permanentes, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em bases iguais com as demais pessoas'."

"Para essa definição, a Convenção adotou parâmetro aberto, qual seja: a ocorrência de determinados impedimentos pessoais e conjunturais, com potencialidade de obstrução à participação do indivíduo em igualdade de condições. Tem como características os princípios da não discriminação, da afirmação do modelo da sociedade inclusiva, a afirmação da acessibilidade e da autonomia das pessoas com deficiência."

"A sociedade inclusiva é definida pelo respeito e valorização das diferenças; reconhece a igualdade do valor das pessoas; considera que a diferença é um princípio básico, o que torna intolerável qualquer tipo de discriminação. Afirma, ainda, que a existência de pessoas com deficiência faz parte da diversidade humana. A Convenção reconhece que as pessoas com deficiência representam um segmento social marginalizado, cujos direitos, muitas vezes, são ignorados ou violados em todo o mundo."

Daí se justificar a aprovação do Tratado Internacional sobre o tema, pois assegura base jurídica para o conjunto de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. No entanto, tais direitos não se apresentam assim agrupados na Convenção, mas guardam relação e interdependência entre si.

O protocolo facultativo é um instrumento nacional e internacional de monitoramento, que serve para zelar pelo cumprimento das disposições da Convenção. O monitoramento internacional é feito por um Comitê Internacional, cujo reconhecimento pelos países signatários se dá com a ratificação do protocolo facultativo. O Comitê tem a competência para receber e considerar as comunicações de denúncias de violações de direitos garantidos pela Convenção, apresentadas por pessoas ou grupos de pessoas sujeitos à sua jurisdição.

De acordo com a ONU, cerca de 10% da população mundial possui alguma deficiência, ou seja, 650 milhões de pessoas no mundo, sendo que 80% dessas pessoas vivem nos países em desenvolvimento. São 90 milhões vivendo nas Américas, das quais, 82% lamentavelmente estão abaixo da linha da pobreza; crianças em sua grande maioria.

O índice mundial de alfabetização de adultos com deficiência não passa de 3%, apenas 3%, de acordo com o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. E outros estudos da ONU afirmam que a deficiência está diretamente associada à pobreza, ou seja, a pobreza dificulta a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e na vida normal.

No Brasil, dados do IBGE mostram que 14,5% da população – cerca de 25 milhões de pessoas – têm alguma deficiência. E nossa legislação a elas dedicada é considerada bastante avançada, onde se destacam: a reserva de vagas nas empresas de 2% a 5%; nos concursos públicos de 5% a 20%; o benefício de prestação continuada, o BPC; e a Lei de Acessibilidade.

O tratamento internacional da matéria, ao uniformizar e ampliar o espectro de direitos suscitados, parece corresponder à forma mais adequada de enfrentar essa questão.

A tutela dos interesses das pessoas com deficiências físicas é paradigma de política pública brasileira, pelo que a República não pode deixar de subscrever e incorporar o tratado em apreço em primeira hora."

Trata-se, a toda evidência, Presidente Senador Jarbas Vasconcelos, de documento internacional conveniente e oportuno aos interesses nacionais, portador de *status* constitucional privilegiado, haja vista sua natureza de tratado vocacionado à tutela dos direitos humanos.

Assim, por força do § 3º, do art. 5º da Constituição Federal, a Convenção, uma vez adotada pelo Brasil, será equivalente a uma emenda constitucional, caso seja aprovada por 3/5 dos parlamentares da Câmara dos Deputados, o que já aconteceu, e do Senado Federal, também em dois turnos em cada Casa. Se aprovada por maioria simples, terá efeito de lei ordinária.

A Câmara dos Deputados concluiu recentemente o segundo turno da votação, sendo aprovada nos dois turnos por 3/5 dos votos. Cabe, agora, ao Senado Federal fazer a sua parte aprovando também por 3/5 dos votos.

O voto, Sr. Presidente, senhores senadores e senhoras senadoras. Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 90, de 2008.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Em discussão, o parecer do nobre Senador Eduardo Azeredo. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. Os senhores e senhoras senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

[palmas]

A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da mesa para a devidas providências.

Retorno a Presidência dos trabalhos ao Senador Eduardo Azeredo.

[troca de presidência]

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero, então, agradecer ao Senador. Agora cheguei ao Senador. Não, eu queria que o senhor participasse... Você assina, Presidente, por favor.

Agradecer ao Senador Jarbas Vasconcelos, que presidiu esta votação. Agradecer à presença de todos os senhores senadores e senadora. Lembrar, aqui, a atuação sempre permanente do Senador Flávio Arns, que, infelizmente, não está aqui hoje, e também do Senador Paulo Paim e de tantos outros senadores, o próprio Ex-Presidente Sarney.

[palmas]

Senador Paim, eu estava até mencionando a sua luta, a sua participação, lamentando a sua ausência, mas V.Exª chega no horário, em tempo ainda. O senador, o próprio Presidente Sarney, que também sempre deu muito apoio à área, o Senador Heráclito, que é o presidente da nossa Comissão e chega e participa também nesta sessão, que é uma sessão histórica, sim.

Nós estamos referendando essa importante Convenção da ONU, e agora ela irá para o Plenário do Senado, para que, semana que vem, se Deus quiser, nós vamos aprovar por 3/5, mais de 3/5. Vamos aprovar por unanimidade. É o que eu espero que nós possamos aprovar no Senado lá na próxima semana.

[palmas]

Aprovado. Então, eu passo, agora, já para o Item 02. O Item 02 já é outro projeto, é projeto não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº. 62, de 2008, em idade sócio... Ainda, antes de passar, o Senador Paulo Paim, que chegou agora a pouco, quer usar da palavra, Sr. Senador? Quer usar da palavra antes de passar para o outro assunto.

Então, com a palavra Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Eduardo Azeredo, Senador Heráclito Fortes. Eu cheguei agora de manhã do Rio Grande do Sul, estávamos lá em uma diligência sobre conflitos entre os movimentos sociais e a brigada militar, mas, quando cheguei ao meu gabinete, me informaram que a nossa Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência estaria sendo votada nesse momento, e o seu relatório, brilhante, como sobre, apontava e pedia a votação imediata para que a semana que vem a gente possa, enfim, votá-la já no Plenário do Senado.

Eu quero, em primeiro lugar, ainda cumprimentar V.Ex^a, Senador Eduardo Azeredo e também o Senador Flávio Arns e dizer que o Senador Flávio Arns só não está aqui nesse momento porque ele também foi nessa diligência para a Rio Grande do Sul, e, inclusive, foi fundamental a presença dele lá, mas quero dizer que, na quinta-feira passada, em uma iniciativa minha, de V.Ex^a e do Senador Flávio Arns, nós realizamos ainda uma Audiência Pública para discutir essa Convenção Internacional, ou seja, para o que país todo saiba da importância dela.

Teve a presença – inclusive é a informação que recebi, na Comissão de Direitos Humanos – do próprio Presidente da Garibaldi; uma Audiência Pública uma das mais concorridas, eu diria, da nossa Comissão de Direitos Humanos, pela importância do seu relatório, que lá foi analisado, também, e recebeu o aval, eu tenho certeza, de todos os movimentos que tratam desse tema em todo o país.

Então, nesse momento a minha fala é muito mais cumprimentando V.Ex^a. Quero, aqui, também, cumprimentar o Senador Flávio Arns. V.Ex^a é testemunha, como eu, do compromisso que ele tem com essa causa, e eu tenho certeza que a aprovação da Convenção da Pessoa com Deficiência será feita com a maior brevidade possível, e, a partir daí, mediante conversa que já tivemos com os movimentos sociais,

nós poderemos avançar, dentro do tempo adequado, as correções adequadas, quem sabe, para a aprovação também do Estatuto da Pessoa com Deficiência, em consonância, ajustado, com a própria Convenção Internacional.

Por isso, parabéns a V.Ex^a, parabéns ao Senador Flávio Arns e parabéns a todas as pessoas que têm compromisso com essa causa. A aprovação, no dia de hoje, é um marco histórico para o Brasil, que vai se somar a outros países do mundo que mostram o seu compromisso com milhões e milhões de pessoas, de familiares e de militantes da causa das pessoas com deficiência.

Um abraço a V.Ex^a e parabéns a todos vocês que estão aqui prestigiando esse momento histórico. Um abraço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu agradeço ao Senador Paulo Paim. Passo a palavra ao Senador Jefferson Praia e, em seguida, mesmo quebrando o protocolo, eu gostaria de ouvir o Deputado Otávio Leite, já que esse é um projeto de conjunto do Congresso, da Câmara dos Deputados.

Então, com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Senador Eduardo Azeredo, eu quero, inicialmente, parabenizá-lo pelo brilhante relatório e por estarmos neste momento aprovando-o.

Eu gostaria apenas de ressaltar que, muito embora estejamos dando um passo importante, hoje, ao aprovarmos este relatório nesta Comissão, mas muito temos que fazer pelas pessoas portadoras de deficiência. E, aí, eu rapidamente abordo a questão relacionada à participação dessas pessoas no mercado de trabalho.

Nós sabemos que, por mais que as empresas, elas sejam obrigadas a ter de 2% a 5% de pessoas portadoras de deficiências, mas nós temos que trabalhar no sentido de prepararmos essas pessoas, investindo muito na questão da capacitação e da qualificação profissional, quando o Governo Federal, estados e municípios e as empresas também devem fazer esses investimentos. Porque hoje a realidade que existe é aquela em que temos vagas para pessoas portadoras de deficiência nas empresas, mas não temos pessoas preparadas para ocuparem essas vagas.

Era isso que eu tinha a dizer, e parabéns pelo seu relatório. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Sem dúvida

é uma luta permanente, nós temos que estar sempre aprimorando a legislação.

Deputado Otávio Leite, eu vou só aguardar--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Eduardo Azeredo, me permita, só, que eu cometi aqui um equívoco enorme. Está aqui à minha direita o Senador José Nery, que também esteve lá no Rio Grande do Sul ontem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, eu quero registrar que o papel dele lá foi fundamental nessa diligência da Comissão de Direitos Humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Deputado Otávio, eu só vou passar, aqui, a palavra para o Senador José Nery e, depois, para V.Ex^a.

Eu quero também registrar, aqui, como foi bem lembrado pelo Senador Paulo Paim, o Presidente Garibaldi também tem sempre apoiado e, recentemente, teve presença lá, mostrando com a sua presença, ele foi voluntariamente, não tinha nem sido convidado, normalmente. Ele só sabia da reunião e tomou a iniciativa de ir lá. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, senhores senadores, senhor deputado. Primeiro dizer que essa decisão da Comissão de Relações Exteriores de aprovar o texto da convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência é, do ponto de vista do marco legal jurídico, uma conquista importante que reforça a luta de todos aqueles e aquelas que nesse país se dedicam à causa e à defesa dos interesses das pessoas com deficiência.

Não tenho dúvida de que o Plenário do Senado, tal qual V.Ex^a acabou de vaticinar, aprovará, por mais de 3/5, eu creio que a unanimidade, o texto dessa convenção. E o relatório que V.Ex^a apresentou e tão brilhantemente aqui defendeu, ao fazer a menção ao número de pessoas com deficiência existentes no nosso país que dependem do alargamento das políticas públicas, no sentido do atendimento pleno à necessidade das pessoas com deficiência, dizer que, do ponto de vista jurídico legal, das leis, temos uma contribuição importante oferecida pelo Parlamento brasileiro e por iniciativa mesma do Poder Executivo.

O fundamental, nesse momento, é a conclamação a todos os segmentos que trabalham com as pessoas com deficiência, a todas as entidades, a todos os movimentos que se estruturam em cada município, em cada Estado da Federação formar um grande mutirão pela aplicação das leis já existentes. Inclusive, os movimentos das pessoas com deficiência poderiam e deveriam,

no âmbito das campanhas eleitorais municipais, que ocorrerão nos 5.564 municípios brasileiros. Creio que os movimentos, em nível nacional – e o senhor, que já foi prefeito e governador, sabe o quanto é importante que esses temas sociais –, sejam colocados na agenda dos gestores públicos, inclusive no momento em que o gestor, em que o candidato a gestor de uma cidade, de um município, disputa o voto da comunidade, dos eleitores.

É fundamental que o movimento paute essa questão para todos os candidatos a prefeitos e prefeitas dos 5.564 municípios brasileiros, ao mesmo tempo em que leve essa questão para os candidatos a vereadores e vereadoras em todo o país.

Creio que essa é uma forma de fortalecer uma grande aliança entre as decisões tomadas em nível do Congresso Nacional como a aprovação do acordo que acabamos de referendar aqui na Comissão de Relações Exteriores. Mas esse alargamento e as possibilidades do cumprimento dessas definições importantes para garantir a direito destas pessoas eu creio que essas políticas públicas de fato acontecem e se realizam nos municípios brasileiros.

Portanto, mãos à obra em um grande mutirão nacional para comprometer a todos os que pretendem chegar à direção, à gestão dos nossos municípios, das capitais, das regiões metropolitanas dos municípios médios e dos municípios pequenos pelo país. Vamos incluir na pauta das gestões municipais o direito das pessoas com deficiência e buscando compromisso dos futuros gestores com a execução, com a implementação dessas políticas públicas.

Parabéns a V.Ex^a pela Presidência do dia de hoje nesses trabalhos e pela relatório que proferiu e aqui foi aprovado à unanimidade. Um grande abraço e parabéns a todas as pessoas que prestigiam essa sessão da Comissão de Relações Exteriores.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador José Nery, V.Ex^a lembra realmente de um ponto importante, quer dizer, no momento em que se está, nós estamos aprovando essa convenção, ela é da maior importância, porque é um momento em que nós estamos no início das eleições municipais, e é sabido que muitas das providências podem ser tomadas pelos prefeitos; as questões ligadas à acessibilidade, os primeiros atendimentos, o atendimento na área rural, de forma que – eu acho que está muito bem lembrado – tão logo aprovemos, nós poderemos sugerir que já [ininteligível] área de relações públicas do Senado faça o encaminhamento para todos os municípios, para todos os prefeitos, so-

licitando aos partidos, inclusive, que coloquem essa questão na pauta das eleições municipais.

Com a palavra o Deputado Otávio Leite.

DEPUTADO OTÁVIO LEITE (PSDB-RJ): Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo, sobretudo pelo privilégio de poder expressar algumas palavras nesta Comissão importante do nosso Senado.

Ao tempo que o faço, eu queria, inicialmente, cumprimentá-lo pelo consistente, objetivo e, portanto, qualificado relatório acerca da matéria. Eu sou testemunha de que V.Ex^a, ao lado de outros senadores, como o Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns, de há muito abraçam a bandeira da causa das pessoas com deficiência e colaboram efetivamente para o que ordenamento jurídico brasileiro cada vez mais se torne consistente e se torne mais abrangente do ponto de vista das regras, dos benefícios, dos direitos, enfim, daquilo que se possa traduzir em algo concreto em prol das pessoas com deficiência.

Na Câmara, eu vivi intensamente, ao lado de outros colegas, essa mobilização formidável, empreendida pela sociedade civil, por instituições as mais diversas, acorde vários estamentos que abraçam e advogam essa causa para fazer valer aos parlamentares de que é uma oportunidade ímpar, de ouro, de nós elevarmos a estatura da dimensão constitucional do Brasil a um conjunto de regras, de postulados, que se, em alguns instantes, podem até não ser tão compreendidos, sevem, ao mesmo tempo, como vanguarda de um processo social.

A aplicação, a concretude da norma, ela não se dá, às vezes, necessariamente, de imediato, mas a norma, existindo, ela é uma bandeira, em si, para o que processo de mobilização social cada vez mais se fortaleça. Portanto, essa luta, em que pese “n” aspectos importantes que ela traduz, eu diria que a capacidade de humanizar a sociedade brasileira é, em si, talvez um dos predicados mais nobres, mais belos, e que, portanto, todos os democratas, todos aqueles que querem a construção de uma sociedade melhor devem se unir.

Portanto, eu quero, com sinceridade, expressar a minha alegria de poder ter testemunhado esse belo encontro no Senado Federal, e, certamente, semana que vem, vamos brindar o Brasil, pela primeira vez na história, com uma convenção elevada à estatura da dimensão constitucional brasileira. Meus parabéns a todos os senadores que compõem essa Comissão. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Agradeço ao Deputado Otávio Lei-

te. Nós tínhamos, aqui, dois itens ainda, mas, fazendo uma verificação, observo que nem os autores nem os relatores estão presentes, de maneira que, sem nenhum demérito dos projetos, o mais importante que nós tínhamos para votar era a convenção.

Então, eu quero, antes de encerrar, ainda só registrar, aqui, o nosso pesar pelo falecimento de Dona Ruth Cardoso e declarar encerrada esta sessão.

Um momento só, Paulo Paim, a Senadora Marina quer usar da palavra ainda. Só um minuto.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Muito brevemente, Sr. Presidente, para dizer que acho que todos devemos lamentar a perda da Dra. Ruth. Ela foi uma mulher da Academia, que, pelo seu relevante trabalho de caráter humanista e de uma visão ampliada, nos honrou a todos como primeira-dama do nosso país.

Tive a oportunidade de interagir com a Dra. Ruth em algumas oportunidades e não tenho dúvida de que alguns programas importantes que foram criados, sobretudo o programa Amazônia Solidária, a primeira linha de crédito para as extrativistas do Brasil teve a sua contribuição e a sua colaboração, de sorte que eu quero me somar a V.Ex^a, lamentando a sua perda e dizendo que todas as mulheres brasileiras, sem sombra de dúvidas, têm um respeito muito grande pela sua memória, e um respeito muito grande pela sua trajetória enquanto antropóloga, enquanto uma mulher que se dedicou a questões humanistas no nosso País e, principalmente, quando da movimentação à época da demarcação de Raposo Serra do Sol em área contínua. Tem o relato e o testemunho de algumas pessoas de que a Dra. Ruth teve um papel fundamental junto ao Governo para que isso acontecesse.

De sorte que fica, aqui, também os nossos sentimentos de pêsames, juntamente com todos os senhores, sobretudo da bancada do PSDB. Mas, sem sombra de dúvidas, é uma perda para o nosso país, e nós, as mulheres brasileiras todas, com certeza lamentamos a sua perda e celebraremos a sua memória na história da sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senadora Marina, pelo seu testemunho, por suas palavras, eu que sou do mesmo partido do Presidente e da D. Ruth, e, sem dúvida alguma, ela soube exercitar o seu preparo a favor da população mais carente do Brasil.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 11h14.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 3 DE JULHO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia três de julho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, ALMEIDA LIMA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, MARINA SILVA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GEOVANNI BORGES, JOSÉ NERY, CÉSAR BORGES, ROSALBA CIARLINI E FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente designa o Senador Jefferson Praia para compor, com Titular, a Subcomissão Permanente da Amazônia. O Presidente comunica aos membros da Comissão que recebeu o Ofício “S” nº 19, de 2008, do Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, informando que assumiu a Presidência do Conselho de Desenvolvimento de Integração – CODESUL. O Presidente comunica, também, que cópia do referido expediente será encaminhado aos membros da Comissão. O Presidente concede a palavra ao Senador **ROMEU TUMA** que solicita inversão da pauta. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPLICY**, que informa a aprovação de Requerimento no Plenário do Senado Federal, convidando a ex-Senadora Ingrid Betancourt, da Colômbia, a comparecer em Sessão do Senado Federal. O Presidente constitui Comissão de Senadores composta pelas Senadoras Rosalba Ciarlini, Serys Slhessarenko e pelos Senadores Romeu Tuma, Eduardo Suplicy e José Nery para uma visita de cortesia a ex-Senadora Ingrid Betancourt. O Presidente concede a palavra aos Senadores **ROMEU TUMA, PEDRO SIMON, SERYS SLHESSARENKO e ROSALBA CIARLINI**. O Presidente inicia a apreciação da Pauta pela Pauta Extra. **Item 4:** Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto da Exposição de Motivos*

dos Senhores Ministros de Estado da Defesa e das Relações Exteriores, relativa ao aumento do efetivo do contingente brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH”. O Presidente concede a palavra ao Senador **ROMEU TUMA**, Relator “Ad Hoc” para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. Leitura do Requerimento nº 38, de 2008 – CRE, de urgência para o PDS nº 166, de 2008. Aprovado. Pauta **Item 8:** Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “*Altera dispositivos da Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980, que “define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **PEDRO SIMON** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado, a matéria vai à CCJ. **Item 7:** Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2008, de autoria do Senador Fernando Collor, que “*Altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º – A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **ROMEU TUMA** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. A matéria vai à CAE. **Item 9:** Projeto de Resolução nº 18, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “*Institui o Grupo Parlamentar Brasil-México*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPLICY** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado parecer concluindo pelo arquivamento da matéria, e requerendo que sejam tomadas providências para o restabelecimento e reativação do grupo que já havia sido criado em 1991. **Item 2:** Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, assinado em Brasília, em 6 de junho de 2006*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **JOSÉ NERY** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 10:** Ofício “S” nº 43, de 2007, de autoria do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, que “*Encaminha ao Senado Federal minuta do Plano Anual de Outorga Florestal solicitando a manifestação do Presidente do Senado Federal, na condição de membro do referido Conselho, sobre a proposta de concessão da Floresta Nacional de Macauã, situada na faixa de fronteira do Município de Sena Madureira, do Estado do Acre*”. O Presidente concede a palavra a Senadora **SERYS SLHESSARENKO** para fazer a leitura do seu Relatório. Faz a discussão da matéria a Senadora **MARINA**

SILVA. Aprovado. **Item 1:** Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros Decorrentes do Transporte Marítimo e Aéreo, celebrado em Brasília, em 27 de julho de 2005”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO AZEREDO**, Relator “Ad Hoc” para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Leitura do Requerimento** nº 39, de 2008 – CRE, de urgência para o PDS nº 154, de 2008. Aprovado. **Item 13:** Requerimento (SF) 1.048, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *“Requer, nos termos do Artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a emissão de voto de solidariedade ao povo estadunidense pela perda de milhares de entes queridos no atentado terrorista que derrubou as torres gêmeas do complexo de World Trade Center, em Nova Iorque, que atingiu o prédio do Pentágono, em Washington, e que levou o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia, em ataque ocorrido há seis anos”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPLICY** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. Pauta Extra **Item 3:** Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Liga dos Estados Árabes para a instalação da Delegação Permanente da Liga dos Estados Árabes em Brasília, celebrado no Cairo, em 23 de abril de 2007”*. O Presidente concede a palavra a Senadora **SERYS SLHESSARENKO** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. Pauta **Item 4:** Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná, assinado em Montevideú, em 8 de dezembro de 2005”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **INÁCIO ARRUDA** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 3:** Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia, celebrado em Brasília, em 15 de maio de 2006”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO AZEREDO**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item**

5: Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova os textos emanados do XXI Congresso da União Postal Universal – UPU, que são os seguintes: Quinto Protocolo Adicional à Constituição da União Postal Universal – UPU; Regulamento Geral da União Postal Universal; Convenção Postal Universal e seu Protocolo Final; Acordo referente aos Vales Postais e Acordo referente aos Objetos Contra-Reembolso, concluídos em Seul, em 14 de setembro de 1994”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO AZEREDO**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 6:** Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe sobre a Operação do Centro no Brasil, celebrado em Brasília, no dia 12 de setembro de 2000”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 11:** Ofício “S” nº 47, de 2007, de autoria da Justiça Federal de 1ª Instância Seção Judiciária do Estado do Acre, que *“Encaminha ao Senado Federal, cópia da decisão proferida na Ação Penal nº 2007.30.00.001272-2, movida pelo Ministério Público Federal contra Franklin Mendoza Doria Medina e outro, para ciência e exame de providências que permitam a execução, com segurança e praticidade, de rogatórias na Bolívia”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **MARCO MACIEL**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 12:** Ofício “S” nº 48, de 2007, de de autoria da Justiça Federal de 1ª Instância Seção Judiciária do Estado do Acre, que *“Encaminha ao Senado Federal, cópia da decisão proferida na Ação Penal nº 2007.30.00.002318-7, movida pelo Ministério Público Federal contra Franklin Mendoza Doria Medina e outro, para ciência e exame de providências que permitam a execução, com segurança e praticidade, de rogatórias na Bolívia”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **MARCO MACIEL**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 14:** Requerimento (SF), nº 27, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, que *“Requerem, voto de solidariedade a José Manuel Ramos Horta, Presidente da República do Timor-Leste e o pleno restabelecimento de sua saúde, que na manhã de 10 de Fevereiro de 2008 foi alvejado, durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele país”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **INÁCIO ARRUDA**, Relator “Ad Hoc” para

fazer a leitura do Relatório. Faz uso da palavra para discussão o Senador **EDUARDO SUPLICY**, onde solicita a transcrição na Ata da Comissão do relato de sua viagem ao Timor Leste e mensagem eletrônica recebida do Presidente José Ramos Horta. Foi atendido pelo Presidente. O Requerimento foi Aprovado. **Item 15:** Requerimento (SF) nº 139, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros, que “*Requerem, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, escolhido pela ONU, para o posto de Juiz Internacional no Timor Leste*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **CÉSAR BORGES**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 16:** Requerimento (SF) nº 243, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, que “*Requerem, nos termos regimentais, que o Senado Brasileiro conclame o Congresso Americano a derrubar o veto apostado pelo Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter suspeitos de terrorismos a técnicas duras de interrogatório como o “waterboarding”, técnica na qual prisioneiros são submetidos a uma simulação de afogamento*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Faz uso da palavra para discussão o Senador **EDUARDO SUPLICY**, que informa sobre resposta do Ministro da Defesa sobre matéria publicada na Revista “Isto É” sobre a Escola das Américas, “*School of the Americas (SOA)*”. Foi aprovado o envio desta reposta a todos os membros da Comissão. O Requerimento foi Aprovado com as emendas de redação nº 1 e 2 – CRE. **Item 17:** Requerimento (SF) nº 519, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que “*Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua resolução, aprovada na sessão dos dias 2 e 3 de maio corrente, que dá “Respaldo à Institucionalidade Democrática, ao Diálogo e à Paz na Bolívia*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **MARCO MACIEL**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. Pauta Extra **Item 1:** Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Mamoré entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín, celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO**

SUPLICY, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 2:** Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo de Cooperação em Matéria Sanitária e Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina Democrática e Popular, celebrado em Brasília, em 12 de maio de 2005*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 5:** Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo para Conservação de Albatrozes e Petréis*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **CRISTOVAM BUARQUE** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. Leitura do Requerimento nº 40, de 2008 – CRE, de urgência para o PDS nº 151, de 2008. Aprovado. Extrapauta **Item 1:** Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, celebrado em Nova Delhi, no dia 25 de janeiro de 2004*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO AZEREDO** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 2:** Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia, celebrado em Brasília, em 12 de setembro de 2006*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO AZEREDO** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 3:** Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Africana, assinado em Brasília, em 28 de fevereiro de 2007*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO AZEREDO** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 4:** Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 7 de junho de 2005*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **MARCO MACIEL**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 5:** Projeto de

Decreto Legislativo nº 124, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto da Adoção de Emendas à Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Emissão de Certificados e Serviço de Quarto, 1978”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 6:** Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, assinado em La Paz, em 09 de dezembro de 2005”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO AZEREDO**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 7:** Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para Concessão de Permanência a Detentores de Vistos Temporários ou a Turistas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **PEDRO SIMON**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 8:** Requerimento (SF) nº 714, de 2008, de autoria do Senador João Pedro, que *“Requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de censura às declarações que teriam sido feitas pelo empresário sueco Sr. Johan Eliasch, consultor do Governo britânico para assuntos relativos à preservação ambiental, propondo a compra de terras na Amazônia por estrangeiros”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPLICY**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 9:** Requerimento (SF) nº 727, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que *“Requer, nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de censura e repúdio ao Sr. JOHAN ELIASCH, empresário sueco apontado como o maior comprador de terras na Amazônia e diretor da ONG Cool Earth”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPLICY**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 10:** Requerimento nº 41, de 2008 – CRE, de autoria do Senador José Nery, que *“Requer, com base no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores aprove voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares*

colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia). Requeiro ainda que seja manifestado ao governo colombiano o posicionamento de Comissão de que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivido pelo país irmão”. Aprovado. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO AZEREDO**. O Presidente determina que cópia do Requerimento nº 41, de 2008 – CRE, seja encaminhada ao Embaixador da Colômbia no Brasil e ao Embaixador Brasileiro na Colômbia. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPLICY** que solicita seja encaminhado cópia do Ofício de designação de Comissão de Senadores para visitarem a ex-Senadora Ingrid Betancourt, em seguida faz uso da palavra o Senador **PEDRO SIMON** que trata da reativação da quarta frota da Marinha Americana no Atlântico Sul, solicita licença para viagem a França e sobre o convite ao General Augusto Heleno para tratar da Amazônia. Fazem uso da palavra também os Senadores **EDUARDO AZEREDO** e **CRISTOVAM BUARQUE**. O Presidente faz uso da palavra para tratar do Requerimento aprovado convidando o Ministro da Defesa Nelson Jobim e o General Augusto Heleno, em seguida o Presidente solicita que os Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque e Pedro Simon visitem o Embaixador Americano, Clifford Sobel, para tratarem da quarta frota da Marinha Americana. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **HERÁCLITO FORTES**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 3 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 50 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à comissão a dispensa da leitura da ata da sessão anterior. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Atendendo a solicitação--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Do Senador Osmar Dias, líder do PT, objeto do ofício 1708, designo o Senador Jefferson Praia como membro titular da Subcomissão Permanente da Amazônia.

Antes de iniciar a apreciação da pauta, comunico aos membros que esta comissão recebeu para conhecimento o Ofício S, nº. 19 de 2008, do Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, onde informa que assumiu a Presidência do Conselho de Desenvolvimento de Integração-CODESUL, com esse objetivo encaminha cópia da Carta de Porto Alegre assinada pelos Governadores dos Estados brasileiros, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e das províncias argentinas, Chaco, Entre Rios, Formosa e Misiones. CODESUL é o foro legitimado para o tratamento de questões comuns aos seus quatro Estados membros, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e especialmente daquelas relativas ao desenvolvimento econômico e social, à integração e cooperação regional e ao alinhamento com o MERCOSUL. Cópia do referido expediente será encaminhada aos membros da comissão por meio de ofício circular. Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, é que se pudesse, V.Exª por o extrapauta nº. 4, que é o envio de mais 100 militares para o Haiti, pauta extra... pauta extra.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Item 4.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Hum.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como há um pedido de urgência eu não sei se V.Exª poderia inverter, para a gente poder votar esse...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Poderíamos inverter, desde que haja concordância dos companheiros, não há nenhum problema. Pois não, tem V.Exª a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, no dia de ontem, V.Exª foi o primeiro Senador a comunicar, no plenário do Senado, a libertação da ex-Senadora Ingrid Betancourt, que foi candidata a Presidente da Colômbia e que desde 2002 estava sob a... Presa junto aos seqüestradores das FARC. E eu conversei com V.Exª e inclusive, depois, em consonância até com as suas palavras, apresentei um requerimento no plenário mesmo e todos os senadores que

estavam presentes assinaram, eu até queria sugerir, como V.Exª estava em comunhão com este propósito, que possa assinar a original que está... foi apresentada ontem, o próprio Senador Garibaldi Alves fez questão de assiná-la também, uma proposição nos seguintes termos que eu peço autorização para ler brevemente aqui. Os senadores aqui presentes também assinaram, a Senadora Rosalba, o Senador Romeu Tuma, a Senadora Serys diz que quer assinar também.

Mas diz o requerimento: "*Requeiro nos termos regimentais seja convidada a ex-Senadora Ingrid Betancourt da Colômbia, que foi libertada hoje*", ou seja, ontem, "*após ter sido seqüestrada e mantida em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, FARC, desde 2002, para comparecer em Sessão do Senado Federal, com o objetivo de relatar o seu longo cativeiro e também sobre os objetivos que tem expressado para promover a pacificação e a democratização da Colômbia, por meio de instituições e instrumentos de política econômica e social que possam significar a efetiva realização da justiça naquele país.*"

Assim, Sr. Presidente, o requerimento foi aprovado em plenário ontem, eu encaminho à V.Exª a cópia do mesmo para que também na nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, possa ser aqui registrado e ao mesmo tempo saldar, como inclusive ontem, o Ministro Celso Amorim, em entrevista coletiva, disse que foi muito positivo que o desfecho desse episódio tenha se realizado sem que houvesse qualquer tiro, não houve quem quer que fosse ferido, foi uma operação de inteligência bem feita pelo Exército, pelas Forças Armadas do Governo Colombiano e eu acho importante que nós possamos agora, interagir ainda mais e lembrar que a ex-Senadora Ingrid Betancourt, quando candidata a Presidente, ela se dispôs a dialogar com as FARC, ela estava se dirigindo à selva, ao local aonde estavam localizadas as forças, para tentar, inclusive, um diálogo, ela era candidata à Presidência e, infelizmente, foi seqüestrada e ficou por tanto tempo. Mas avalio que ela terá um testemunho de enorme relevância e que será importante nós termos a oportunidade de ouvi-la e, inclusive, as suas proposições junto à Colômbia e a América, as Américas, visando a realização de justiça, para que possamos efetivamente ter paz e democracia em nosso continente. Então...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Deixa eu assinar esse aí, já que vai ficar aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vossa Excelência...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, apenas para comentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não [sobreposição de falas].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que nós estávamos presentes ontem, quando V.Ex^a me comunicou a liberação e depois o Senador Suplicy fez o requerimento e houve um acordo unânime dos presentes. E eu queria também cumprimentar V.Ex^a por estar usando o painel aqui para revelar a situação atual de Ingrid Betancourt no encontro com seus filhos, isto fica registrado, o interesse desta comissão em acompanhar de perto toda esta evolução desse caso que, em tese, traumatizou o mundo. E houve uma postura de garantia da soberania da Colômbia, que não houve nenhuma intervenção estrangeira na operação, e sim uma operação de inteligência, como falou o Senador Suplicy, de forma que acho que, aprovado em plenário, eu acho que é dispensável qualquer votação na comissão, não sei se... Mas seria o endossamento do que foi aprovado pelo plenário. Cumprimento a V.Ex^a por tudo, pela compreensão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço a V.Ex^a. Senador Suplicy, o convite à ex-Senadora, é louvável e deverá ser entregue. Para tanto, eu sugiro que a entrega possa ser feita pessoalmente, uma vez que estou constituindo agora uma comissão composta pela Senadora Rosalba Ciarlini, pelo Senador José Nery e pelo Senador Romeu Tuma para que façam uma visita de solidariedade à senadora em Bogotá. Então, a carta poderá ser levada pessoalmente. Senadora Ciarlini com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A única coisa que se estranha [interrupção no áudio].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É o Senador Suplicy não estar presente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Essa Comissão acha que o Senador Suplicy deveria—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --Estar presente já que ele é autor...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [sobreposição de falas] autor da carta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Participaria da...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se indicado por V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu fico preocupado é com sua agenda, mas se acertaria...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O que está...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Ex^a acertaria.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O que está sendo informado hoje, é que a ex-Senadora Ingrid Betancourt--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vai passar uma semana na França descansando e volta...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está se dirigindo à França, então, precisaria ver o momento adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quando ela retornasse, exatamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Combinar, e eu me disporia sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, com a inclusão do Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só não posso ir no dia 18, porque eu vou a...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Teresina.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): À Teresina, se possível até vou conhecer o Delta do Parnaíba, se aproveitar por ocasião do convite que me foi feito pelo movimento *hip-hop* de Teresina, que convidou os Racionais MC's, que são o conjunto de *rap*, *hip-hop* mais popular no Brasil, mais significativo. E que me pediram que eu esteja lá também. Então, nesse dia eu já estou comprometido, Sr. Presidente. Mas...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu espero que...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quem sabe no diálogo com o Embaixador da Colômbia posamos ver...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exatamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Qual seria o momento adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fica a comissão encarregada de acertar esses detalhes. Agora, eu fico muito satisfeito em saber que V.Ex^a vai ao Piauí, vai ao Delta, e com toda a segurança eu afirmo, que após a sua aparição no Delta, nunca mais ele será o mesmo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senadora Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Gostaria só de exatamente aqui reforçar, Sr. Presidente, e dizer que fico muito feliz com a forma sensata, objetiva, elegante, que o senhor conduz esse assunto, já que vamos em Comissão apresentar, fazer esse convite. É uma visita de solidariedade e eu, como mulher, me sinto com a responsabilidade redobrada, porque a Ingrid Betancourt tem sido para todo... Todo o mundo já um símbolo de força, de garra, de uma mulher que realmente tem demonstrado tanta determinação, uma pessoa muito forte. E para nós, mulheres, de uma maneira muito especial, ela passa a ser para todas nós, um símbolo, na luta de paz, de uma mulher com muita força, com ela temos muito a aprender.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Passamos, portanto, à pauta. O item... Vamos... [interrupção no áudio] Senador Tuma.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Sr. Presidente, a Senadora Serys está aqui um pouco inibida, ela não é de ser inibida para dizer algo que ela está com uma vontade muito grande. Ela gostaria também de dar [sobreposição de falas].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas eu já fiz vários sinais para ela, ela não olha para mim, exatamente para...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Inclusive, ela que representa aqui que...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu só gostaria de saber qual é a obrigação que ela tem [sobreposição de falas]. Qual é a obrigação que ela tem [sobreposição de falas].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Coordena o trabalho em defesa dos direitos de igualdade da mulher. Então, acho que seria muito bom que ela pudesse, e pudesse também estar presente nessa visita de solidariedade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu também gostaria muito da companhia da Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parabéns pelo [sobreposição de falas].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não sei para que, mas eu... Eu não sei para que, mas eu também gostaria da companhia da Senadora Serys, não sei para quê que é, mas eu gostaria também...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Para visitar a Ingrid Betancourt.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Também.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Incluído, também, o nome da Senado-

ra Serys na Comissão que vai visitar a Ex-Senadora Ingrid Betancourt. Vamos, então, atender o Senador Tuma invertendo a pauta. Vamos localizar aqui, senador, nós estamos apanhando no anexo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Página 47 [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 4 da pauta extra, não terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 166 de 2008: “*Aprova o texto da exposição de motivo dos senhores Ministros de Estado da Defesa e das Relações Exteriores, relativa ao aumento do efetivo do contingente brasileiro na missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti*”. Autoria é a Comissão de Relações Exteriores, o relator é o Senador Antonio Carlos Valadares, que estando ausente, solicito o Senador Romeu Tuma para que faça o relatório.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agradeço a V.Ex^a, Srs. Senadores e senadoras, pela inversão de pauta.

“Nos termos do art. 1º da Lei nº 2.953, de 1956, que fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior, o Excelentíssimo Sr. Presidente da República submete à consideração congressional a Mensagem nº 135, de 19 de março de 2008, que visa autorizar o envio, pelo Brasil, de tropas armadas e equipamentos para aumentar o contingente da Companhia de Engenharia Brasileira na Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti em mais 100 militares.” São só 100 militares.

“Após destacar a qualidade do engajamento brasileiro nos esforços das Nações Unidas em favor da estabilização do Haiti e de registrar avanços significativos tanto no campo político quanto no econômico”, não fala na educação, “desde a criação da MINUSTAH em 2004, o Ministro de Estado das Relações Exteriores ponderou, na exposição de motivos que acompanha a mensagem presidencial, o seguinte: ‘Como reconhecimento do papel decisivo desempenhado pelos engenheiros militares brasileiros, o Secretário das Nações Unidas formalizou, em janeiro do ano em curso, pedido de pessoal e material para aumentar o contingente da Companhia de Engenharia Brasileira em mais 100 militares, o que alteraria o nosso efetivo de 1200 para 1300 homens. O aumento do número de militares e de equipamentos da Companhia de Engenharia do contingente brasileiro estaria em linha com a orientação de Vossa Excelência, de prestigiar as iniciativas da comunidade internacional em benefício do desenvolvimento econômico e social do Haiti, sem prejuízo de atividades de segurança. Iria, também, ao encontro das necessidades verificadas pela MINUSTAH no terreno, que poderia assim desempenhar com

maior efetividade e eficiência, para apoiar as tarefas sob sua responsabilidade, nos termos do mandato conferido pelo Conselho de Segurança. Com efeito, o efetivo atual da Companhia é insuficiente para operar, em sua plenitude, os equipamentos disponíveis para o cumprimento de suas atribuições.' fecha aspas.

Análise: "É consabido que o Brasil tem atuado, de forma destacada, na Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti, desde sua criação em abril de 2004, por meio da Resolução 1.542 do Conselho de Segurança. Esse engajamento se dá em conformidade com a tradição brasileira de prestigiar soluções multilaterais para situações como as experimentadas no país caribenho. Suficiente mencionar, em prol do superlativo papel do Brasil no processo de estabilização local, que o comando da missão é exercido, desde o início, por oficiais-generais brasileiros.

A MINUSTAH, consciente de que para assegurar ambiente de paz sustentável não basta abordagem exclusivamente militar, tem atuado buscando a estabilização na área de segurança, objetivando a reconstrução das instituições políticas e visando o desenvolvimento econômico e social. O cumprimento da Missão com os olhos postos nesses três pilares tem assegurado avanços significativos no sentido da estabilização ao longo da presença das Nações Unidas no Haiti.

No entanto, para que a Missão logre cumprir seus objetivos, é necessário assegurar o apoio continuado da comunidade internacional. Só assim serão consolidados os resultados positivos alcançados nos últimos anos. Essa consolidação mostra-se fundamental para garantir o processo de retirada, no momento próprio, das tropas que compõem a Missão. Nesse sentido, o aumento no número de militares e equipamentos da Companhia de Engenharia do contingente brasileiro, é fundamental para dar seqüência ao trabalho até aqui desenvolvido, para contribuir com a estabilização política e econômica do Haiti e para assegurar a perenidade dessa situação.

Convém registrar, ainda, que a dilatação do nosso contingente em solo haitiano, tem por base solicitação expressa do Secretário das Nações Unidas e se dá com foco na reconstrução e no desenvolvimento daquele país. Este aumento visa, em derradeira análise, fomentar o soerguimento social e econômico do Haiti."

Voto: Diante do exposto, considerando "as elevadas responsabilidades do Brasil no contexto em análise, a exemplar atuação das tropas brasileiras no Haiti e nossas responsabilidades vis-à-vis os povos das Nações Unidas, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 166, de 2008." Esse é o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, ao qual eu endosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento. "Requeiro nos termos do artigo 336, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para tramitação do projeto de Decreto Legislativo nº. 166 de 2008, que aprova o texto em exposição de motivo dos senhores Ministro da Defesa e das Relações Exteriores, relativo ao aumento de efetivo do contingente brasileiro na missão estabilizadora do Haiti." Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu vou fazer o seguinte aqui, para a gente agilizar. Nós vamos aproveitar a presença dos Senadores que estão aqui e vamos relatando os presentes. As proposições que tenham os relatores aqui na sala.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, há um projeto que eu vou relatar--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Trinta e oito.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E Que não está aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Como? Perdão.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Há um projeto que eu devo relatar e eu não o vejo aqui na lista.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É porque está na extrapauta.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Extrapauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O 7, eu sou relator também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então eu vou passar para o 8º, porque V.Exª fez um agora, para descansá-lo um pouco.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Minha voz.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 8º. PLS 118.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É o último, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): 8º. Projeto de Lei 118 de 2008: "Altera os dispositivos da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração." Autoria é o Senador Romeu Tuma, relatoria é do Senador Pedro Simon, a quem passo a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Projeto de Lei do Senado, de

autoria do Senador Tuma. Altera os dispositivos da Lei 6.815, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração, de autoria também do Senador Romeu Tuma. A proposição objetiva dar à Polícia Federal agilidade para a Organização Internacional da Polícia Criminal, que é feita através da alteração do Estatuto do Estrangeiro. Diz o Senador Tuma na sua justificativa: *“O § 4º acrescentado no artigo 82 da Lei 6.815, tem a finalidade de instruir a difusão internacional, também conhecida como ‘situação vermelha’, para permitir a representação da autoridade policial brasileira perante o Supremo Tribunal Federal, por meio da INTERPOL. Trata-se de documento aceito em vários países como mandado de prisão internacional, como a Argentina e integrantes da União Européia.”*

Foram apresentadas essas emendas, uma das mais importantes funções da Organização Internacional, a INTERPOL, é exatamente a de auxiliar cada um dos 186 países-membros para compartilhar da questão. Nós aprovamos na forma do substitutivo, Sr. Presidente, que diz o seguinte:

Art. 76: *“A condição poderá ser concedida se formalmente requerida por Estado soberano, para fins instrutórios ou executórios de ação penal, quando se fundamentar em tratado ou mediante promessa de reciprocidade.”*

Art. 81: *“O Ministério das Relações Exteriores retemerá o pedido ao Ministério da Justiça para análise dos requisitos formais de admissibilidade e providências junto ao Supremo Tribunal Federal. A decisão de arquivamento será fundamentada e de competência exclusiva do Ministro da Justiça, não havendo impedimento à formulação de novo pedido, superando o óbice apontado.”*

Art. 82: *“O Estado interessado na extradição poderá, antes da formalização do pedido de extradição, ou conjuntamente com este, requerer a prisão preventiva do extraditado.”*

É isso, Sr. Presidente. Nós somos favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Srs. Senadores que queiram discutir, manifestem-se; não há discussão. Em votação. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 7: PLS 62/08 que *“Altera o art. 17 da Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, que acrescenta o art. 6º-A à Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-A e 50-B à Lei 9.478, de 6 de agosto de 97, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército e dá outras providências.”* O

autor é o Senador Fernando Collor e o relator é o Senador Romeu Tuma a quem passo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Qual é o item? 8? É o 7, desculpa, Presidente. Esta comissão examina o Projeto de Lei nº. 62 de 2008, referente projeto de autoria do Senador Fernando Collor, altera o art. 17 da Lei 9.648, de 27 de maio de 1998; acrescenta o art. 6º à lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1999 e os artigos 50-A, 50-B, à Lei 9.478, de 6 de agosto de—

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Permite? Permite? Permite interromper por uma emergência?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não, Senador.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Porque eu acho que seria muito importante se pudermos ver uma breve palavra da própria Sra. Ingrid Betancourt agora que está mostrando o encontro com seus filhos, se o Presidente permitir por alguns instantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, ela vem falando já há mais de hora.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Não, mas é a repetição do momento crucial, é... um breve flash, depois nós voltamos. É uma homenagem à Sra. Ingrid Betancourt.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Como avalia, V.Exª é o Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu faria um apelo à V.Exª, para que nós não...

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Interrompêsemos a sessão por causa da pauta. Ao final, prestaremos a homenagem devida à Senadora Ingrid, com toda a compreensão de V.Exª. Com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): *“A proposição, basicamente, estabelece compensação financeira pela vitalização de recursos hídricos de que trata a Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989, em 7% sobre o valor da energia elétrica produzida. Essa compensação deve ser paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizam instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgão de administração direta da União.”*

Também dispõe que vinte cinco centésimos por cento da energia produzida pelo, destinados ao Fundo do Exército, criado pela Lei 4.617, de 15 de abril de 1965.

Ao alterar a Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989, a proposição estabelece o recolhimento de cinco décimos por cento ao Fundo do Exército, também a título de compensação financeira pela exploração de recursos minerais.

No que concerne à Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, o Projeto em apreço acrescenta dois artigos, nos termos que se seguem”

Pergunto à V.Ex^a se tendo em vista estar em posse de todos os Srs. Senadores, se eu poderia ler a análise e o voto final.

“Preliminarmente, é importante destacar a missão precípua do Exército Brasileiro de, entre outras nobres tarefas, assegurar a defesa da Pátria, contribuir para a discussão de ameaças aos interesses nacionais, garantir a integridade territorial. Bem lembra o Senador Fernando Collor, na Justificação do Projeto de Lei em apreço que o Exército tem ainda forte compromisso com a solidariedade, manifestada, sobretudo, na assistência às populações mais carentes, e em capital àquelas situadas nas regiões mais remotas do território nacional, bem como em situações de calamidade pública”, fecha aspas.

“Naturalmente, para o exercício das funções, a Força Terrestre carece de recursos. Registre-se que trata da única Força Armada que só recebe recursos fiscais para frente às suas necessidades institucionais, conforme lembrado pelo ilustre proponente. Assim, a Aeronáutica recebe recursos oriundos do transporte aéreo, enquanto a Marinha [ininteligível] recursos e ‘royalties’ de petróleo.”

Eu pediria licença para protestar, porque o Governo não tem repassado um tostão dos *royalties* a que tem direito a Marinha, isso ficou levantado durante...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não tem?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não tem passado. Foi levantado durante audiência de energia nuclear, na Comissão de Ciência e Tecnologia.

“Nada mais justo, destarte, que a Força Terrestre também tenha fonte extra-fiscal” – eles tem mais de 4 bilhões – “para prover recursos visando à sua modernização.”

“No que concerne às competências desta Comissão, parece-nos que a alteração é necessária e benéfica ao Exército Brasileiro e, portanto, aos interesses nacionais. Contribuirá, certamente, para o aumento da eficiência da Força em suas atividades regulares de defesa da Pátria e naquelas ações cívico-sociais que

são, muitas vezes, a única manifestação do estado brasileiro para milhares de pessoas.

A proposição não encontra óbices regimentais ou legais, e é produzida em boa técnica legislativa.”

Portanto, pelo exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do PLS 62. É o nosso parecer, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 9: PRS 18/07 que Institui o Grupo Parlamentar Brasil/México, autoria Senadora Serys Slhessarenko, a relatoria é do Senador Eduardo Suplicy, a quem concedo a palavra.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): 235. Sr. Presidente, com fundamento no disposto no inciso I, do art. 103, é submetido à Comissão de Relações Exteriores o Projeto de Resolução de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que Institui o Grupo Parlamentar Brasil-México.

O Projeto em análise determina a criação deste grupo, composto de parlamentares que a ele aderirem, e que será regido por um regulamento interno, onde deverá prevalecer a decisão da maioria absoluta.

A autora apresentou como justificativa o aumento da influência dos Parlam entos do Brasil e México nas relações internacionais, que vem ampliando-se em razão da crescente participação de legisladores em organizações parlamentares de âmbito regional e internacional, como a União Interparlamentar e o Parlamento Latino-Americano.

Destacamos, Sr. Presidente, que a Resolução nº. 9, de 91, já determinou a criação do Grupo Parlamentar Brasil-México, composto por membros do Congresso Nacional, que a eles aderirem, regido por estatuto próprio, sem ônus para a Câmara.

Além da Resolução citada, existem diversos instrumentos jurídicos, atos internacionais que tratam de convênios entre o Brasil e o México, como o Decreto que estabeleceu em seu art. 3º que fica instituída a Comissão Mista de Coordenação Brasileiro-Mexicana, que terá por finalidade fortalecer a cooperação entre os dois países, e, sobretudo, com vistas aos projetos econômicos de interesse para as relações bilaterais, intercâmbio comercial e as medidas para assegurar seu incremento e diversificação, aperfeiçoamento dos meios de comunicação, cooperação técnica e intercâmbio cultural, científico e tecnológico.

Há ainda o acordo entre os Governos do México e do Brasil, de 28 de março de 2007, para o estabele-

cimento de Comissão Binacional para o enfrentamento de desafios políticos e econômicos e aprofundamento dos esforços conjuntos pela integração latino-americana, mediante ações concretas, especialmente no que pertine ao aprofundamento dos aspectos político, econômico, comercial e financeiro, assim como em matéria de cooperação educativo-cultural e técnico-científica.

E o art. 3º menciona que será formada pelas seguintes subcomissões: de assuntos políticos; de assuntos econômicos, comerciais; de cooperação técnico-científica; de Assuntos de cooperação educativo-cultural, podendo determinar a criação de outros órgãos que considere conveniente, assim como convidar a participar, tanto em suas reuniões como no Comitê de Coordenação, representantes dos órgãos governamentais, necessários para os temas, tratamento dos temas específicos.

E o Tratado de Montevideu de 1980, firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 80, aprovado pelo Congresso Nacional por meio de Decreto de 1981, promulgado em 1982, prevê a modalidade de acordo de complementação econômica, onde os Governos de ambos os países ao amparo do Tratado de Montevideu de 1980, os plenipotenciários do Brasil e México firmaram, em 3 de julho, o 1º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica, que estabelece o regime de solução de controvérsias do ACE-53.

Nunca esquecer que o México, não obstante ser em geografia política um país da América do Norte, é, histórica e culturalmente, uma nação latino-americana e o acordo acima citado, transcrito, contribuiu para a aproximação e para a integração do Brasil com seus vizinhos da América Latina, como preconiza o parágrafo único, do art. 4º, da Constituição.

Diversos são os instrumentos legais hoje existentes, responsáveis pela implementação de uma cooperação política e econômica.

Gostaria aqui de ressaltar que, o Grupo Parlamentar já foi instituído em 91, na verdade, o que precisamos é o estreitamento na diplomacia parlamentar entre os países citados, dando continuidade ao Encontro Parlamentar Brasil-México, vez que em 2001 foi realizado, no México, o primeiro e único encontro, não tendo sido mais dado sequência a tais tratativas políticas. O embaixador do México no Brasil, Andrés Valencia, em 1º de março de 2007, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Vieira da Cunha, solicitando que sejam realizados mais encontros entre os dois países, para e... pedindo a reativação do Grupo Interparlamentar.

Assim, Sr. Presidente, com base no exposto, de um lado, aqui observo, não precisaria haver um novo projeto. O que precisa haver e levando em consideração o propósito da Senadora Serys Slhessarenko é instituir o que já está criado. Não precisaria outra vez criar, ou seja, eu aqui na minha, a minha assessoria simplesmente colocou a sugestão, o arquivamento da Resolução, mas o que eu quero é reforçar que a forma de aprovar o espírito da Resolução é implementarmos o que já está aprovado e pediria, portanto, que V.Exª, Presidente Heráclito Fortes, em consonância e em harmonia com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, possa efetivamente constituir o que já existe.

O propósito da Senadora Serys, salvo melhor engano, mas pelo que a assessoria examinou, é o de constituir o Grupo Parlamentar Brasil-México. Como este já estava criado, mas desativado, o que precisa haver é a implementação do mesmo, é a reativação. Então, Presidente Heráclito Fortes, eu pergunto: para reativar o Grupo Parlamentar Brasil-México é necessário outra resolução ou basta a ação de V.Exª, juntamente com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, de ambos reativarem, formarem o grupo e, portanto, o propósito dela eu quero abraçar e aprovar, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É um grupo formal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Como a assessoria diz que já foi criado, por decisão do Congresso, o Grupo Parlamentar Brasil-México, não precisaria outra vez criar por resolução.

Então, aqui o entendimento que eu pergunto à V.Exª é o seguinte, porque está proposto pela assessoria técnica legislativa, que sugiro o arquivamento, mas eu gostaria aqui até de reformular, dizendo que estando, quer dizer, como já foi aprovada é que seja implementado o que já foi aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente. Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só para a gente... Deixar *stand-by*, até V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, não, eu...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Precisa ser ativado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): *Stand-by* é esse projeto. Até saber se não precisa mais dele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas é que... Ele... O Presidente já pode esclarecer de pronto e ativar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): No meu entendimento, a criação que a Senadora Serys se refere, é porque realmente houve um grupo no passado mas que está desativado. O que está se querendo, na realidade, é que esse grupo volte a funcionar. Talvez, V.Exª poderia substituir a palavra criação, por composição do grupo e resolveria o problema.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Reorganização.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Reorganização do grupo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, Sr. Presidente, eu aqui faço uma alteração, na direção do que V.Exª sugere.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Alteração de redação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): De redação. Então, com base no exposto, sugerimos que seja criado o Grupo Parlamentar Brasil-México, levando em conta que já havia sido aprovado pelo Congresso e que o propósito desta Resolução é o da sua efetiva recriação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, recriação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Certo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, esse, esse é o meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pronto, a Secretaria da Comissão entendeu, vai fazer o devido reparo, mas de antemão coloco em discussão. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Já que não há discussão sobre o assunto. A matéria vai para a secretaria de assunto geral da Mesa para as devidas comunicações e providências.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Agradeceria se a assessoria da Comissão puder ajudar-me no aperfeiçoamento da redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): No espírito do que eu falei, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exª será atendido. Item 2: Projeto de Decreto Legislativo 89, de 2008: "*Aprova o texto do*

acordo de cooperação de domínio da defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, assinado em Brasília, em 6 de junho de 2006."

Eu queria fazer um apelo aos senhores relatores, dentro do possível, que sintetizasse, porque nós temos aí um número grande de acordo para votação e discussão desde que possível, sem prejudicar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ler o voto e dar uma explicação rápida, porque aí dá, está em mãos de todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Uma sugestão positiva de V.Exª. Bom. Autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Câmara dos Deputados e o relator é o Senador José Nery a quem passo a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Vou atender o apelo feito pelo Presidente, embora ontem, no final da sessão, quase a meia-noite, teve um posicionamento muito claro em relação a essa questão das discussões, da fala dos senadores nas sessões, nas audiências, em que muitas vezes são tolhidas de forma bastante inadequada. Mas entendo a urgência, a necessidade de votarmos aqui tanta... Decretos, projetos, portanto, serei bastante breve.

Sr. Presidente, Srs. Senadores. Antes de ler propriamente o relatório, alguns aspectos dele, dizer que na recente missão desta Comissão de Relações Exteriores aos países, a sete países africanos quando o Senador Heráclito Fortes coordenando, presidindo a delegação dessa comissão, juntamente com o Senador Marconi Perillo e João Pedro, tivemos a oportunidade de visitar e conhecer melhor a realidade de Guiné-Bissau.

Lá tivemos encontro com a Assembléia Nacional, com o Presidente da República de Guiné-Bissau, e foi possível ter uma exata noção das atuais condições políticas, sociais, econômicas daquele país que, evidentemente, precisa da cooperação do Brasil em várias áreas. E uma das áreas é justamente a cooperação na área de defesa que está sendo consolidada sob a forma desse acordo de cooperação.

A mensagem que trata o acordo, em dez artigos, foi assinado em Brasília, em 6 de junho de 2006. A necessidade e objetivo de promover essa cooperação bilateral, com ênfase nas áreas de planejamento, pesquisa, intercâmbio de experiência e treinamento militar, registra também que o instrumento prevê a criação de missão mista de cooperação técnico-militar e esclarece, por fim, que o Ministério da Defesa conduziu as negociações, com a participação do Itamaraty. O acordo foi remetido à Câmara dos Deputados em 10 de janeiro de

2006, aprovado em 15 de maio de 2008 e remetido ao Senado em 30 de maio. Em menos de... Em menos... Um pouco mais de trinta dias, o Senado já se pronuncia sobre esse acordo nessa nossa sessão.

Do documento da notícia, Sr. Presidente, do objeto no âmbito dessa cooperação, informa sobre a Constituição dessa missão de cooperação técnico-militar, indica as respectivas responsabilidades financeiras e civis, dispõe sobre a segurança das matérias sigilosas. O texto em estudo contempla, ainda, cláusula relacionada a sua eventual emenda e revisão, bem como a solução de controvérsias, vigência, denúncia e entrada em vigor.

Pelo exposto, Sr. Presidente, tendo em consideração a importância da matéria, para o relacionamento bilateral e interesse do tema para cooperação no domínio de defesa entre os dois países, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 89, de 2008. É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Ninguém para discuti-la, em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dez.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu ia pedir... Obrigada, eu ia pedir isso daí.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Encaminha ao Senado Federal minuta... Não. Ofício S, nº. 43, de 2007: *"Encaminha ao Senado Federal minuta do plano anual de outorga florestal, solicitando a manifestação do Presidente do Senado, na condição de membro do referido Conselho, sobre a proposta de concessão da reserva florestal de Macauã, situada na faixa de fronteira do município de Sena Madureira, no Estado do Acre."*

Senadora Marina, antes de passar a palavra à relatora, eu quero dizer que a distribuição dessa matéria, por se tratar de assunto de seu conhecimento e também do seu Estado, não lhe foi colocada para relatoria porque entrou aqui em período que antecedia o seu retorno ao Senado da República. De forma que eu faço esse registro. Com a palavra a Senadora Serys.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Presidente. Essa matéria veio ao exame da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Ofício S, nº. 43/2007, com expediente, o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional encaminha ao Senado Federal minuta do Plano Anual de Outorga Florestal 2007/2008 e solicita manifestação do Presidente do Senado, na condição de membro do Conselho de Defesa Nacional sobre a inclusão da floresta nacional Flona de Macauã, no Acre, entre as áreas passíveis de celebração de contrato de concessão, segundo a sistemática da Lei nº. 11.274, de 2 de março de 2006, que trata da gestão de florestas públicas.

Sr. Presidente, a análise, todos os Srs. Senadores, senadoras, Senadora Marina, todos já têm conhecimento, eu passaria diretamente ao voto. Ante o exposto, Sr. Presidente, opinamos favoravelmente à aprovação do Plano Anual de Outorga Florestal 2007/2008, na forma como encaminhado, para manifestação do Presidente do Senado, na condição de membro do Conselho de Defesa Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse é o parecer pela aprovação. Em discussão. Srs. Senadores que queiram discutir. Senadora Marina Silva tem a palavra para discutir.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Primeiro lugar, Sr. Presidente, eu quero agradecer a deferência que me fez, dizendo que a relatoria não me foi entregue em função de ser em período anterior e quero dizer também que me sinto inteiramente acolhida no relatório da Senadora Serys e para mim é motivo de satisfação poder estar aqui nessa comissão, eu sei que importantes projetos de interesse do país tanto no que concerne às questões internas, mas também a vários acordos multilaterais passam por essa Comissão e eu me sinto muito feliz de poder estar aqui para contribuir.

O que nós estamos aprovando aqui, na verdade, é sobre autorização para exploração de uso, na modalidade de uso sustentável, da Floresta Nacional do Macauã que é uma Flona, cuja modalidade é exatamente essa da exploração sustentável mediante o manejo florestal, em regime de concessão pública. No caso da Floresta Nacional do Macauã, a autorização que está sendo dada pelo Senado é em função de que ela é em uma área de fronteira e todas as florestas que estão em áreas de fronteira, para que tenha a exploração, devem passar pelo Congresso Nacional.

A lei de gestão de florestas públicas que foi aprovada por essa Casa com o apoio dos Srs. Senadores, ela prevê as diferentes modalidades para que se tenha a exploração das florestas públicas. A primeira modalidade diz respeito à destinação para as populações tradicionais, as populações que originariamente já ocupam aqueles territórios e que são estratégicas

para que seja feita o uso sustentável e que a área continue sendo protegida. Na segunda modalidade, ela se aplica às florestas nacionais em que o gestor público pode realizar a gestão direta contratando ou não o serviço de terceiros. E ainda um terceiro modelo, que se dá quando o órgão gestor público disciplina e quando usa os processos de concessão do direito a uma pessoa jurídica ou a um consórcio, em que mediante licitação, e essas licitações já têm acontecido, inclusive, no Estado de Rondônia, foi um processo exitoso do serviço florestal brasileiro, em que nós já temos o plano anual de outorga, já temos as primeiras licitações, e as primeiras concessões, para que se possa fazer o uso sustentável das florestas brasileiras com o devido cuidado, a proteção e a garantia de que elas continuaram sendo florestas públicas e de que não serão griladas.

E nessa modalidade, nós temos alguns critérios para aqueles que são os ganhadores dessas concessões, serão ganhadores aqueles que apresentarem a melhor proposta ambiental, social e econômica, além do que, esses ganhadores, eles ficam submetidos a auditorias tanto do Serviço Florestal Brasileiro, quanto do Instituto Chico Mendes ou até mesmo do IBAMA, dos órgãos gestores ambientais estaduais e uma comissão técnica que é independente, que pode fazer as vistorias sempre que for necessário ou de cinco em cinco anos, só para se ter uma idéia, do rigor que se teve, para que se possa explorar as florestas nacionais brasileiras.

Há um conjunto de exigências que são feitas, mas também um conjunto de benefícios, porque dessa forma se terá suprimento de madeira feito mediante o manejo florestal, mediante a regras altamente compatíveis com a legislação ambiental e um suprimento de madeira legal para o abastecimento da indústria local e até mesmo de exportação e para outros estados, bem como a geração de emprego e renda de qualidade, no caso nosso, quando chegamos no Ministério do Meio Ambiente, nós tínhamos 300 mil hectares de floresta certificada mediante manejo florestal, hoje são 3 milhões.

Mas, Sr. Presidente, isso ainda é muito pouco diante da quantidade, do potencial que temos para essas explorações em bases sustentáveis, de sorte que o Plano Nacional de Outorga agora se encontra em consulta pública e essa consulta pública, ela tem o auscultamento dos diferentes segmentos da sociedade, o Serviço Florestal Brasileiro lidera esse processo e nesse caso específico, nós estamos dando a autorização, por se tratar de uma área de fronteira.

Eu sempre disse que não se tratava de proibir o desenvolvimento na economia florestal, tratava-se de

coibir o que não se pode fazer, mas criar a forma certa e correta de viabilizar o desenvolvimento econômico e social daquela região, de sorte que eu parabeno a Senadora Serys Slhessarenko, parabeno o Governo do Estado do Acre, particularmente, no caso, o Serviço Florestal Brasileiro, recém-criado, mas já com relevantes serviços prestados ao Brasil, à preservação e o uso sustentável das nossas florestas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não há mais quem queira discutir a matéria. Em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências.

Item 1: PDS 154/08, que "*Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, para evitar a dupla tributação dos lucros decorrentes do transporte marítimo e aéreo celebrado em Brasília, em 27 de julho de 2005.*" Autoria Comissão de Relações Exteriores, a relatoria cabe a este Presidente, que tendo em vista no momento presidir a sessão, transfere com muita honra para o Senador Eduardo Azeredo Tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, o texto foi apresentado a Câmara dos Deputados em 3 de dezembro de 2005, e foi aprovado naquela Casa em 5 de junho de 2008. Submetido ao Senado em 11 de junho de 2008, nós já estamos aqui com menos de um mês analisando, de maneira que, apenas o registro de que houve realmente uma demora maior na Câmara, não aqui; aqui ele chegou agora, há um mês apenas.

O acordo revela-se, ele procura exatamente terminar uma polêmica que estabeleceu, em que "*a questão de cobrança de tributos de empresas de transporte aéreo e marítimo britânico no Brasil, vinha constituindo tema problemático nas relações entre os dois países, causando reclamações por parte do Governo Britânico. Em 67, o Brasil e o Reino Unido, haviam firmado, por troca de notas, o acordo para evitar a dupla tributação de lucros derivados de transporte aéreo e marítimo.*"

O acordo em apreço, não foi, contudo, submetido a apreciação do Congresso Nacional na época, o que em anos recentes, motivou fiscais da Receita Federal a cobrar impostos e contribuições sociais da empresa *British Airways*, no entendimento de que aquele acordo não tinha vigor no Brasil. O Governo britânico, por seu turno, julgava válido aquele instrumento e não tributava as empresas brasileiras. Vê-se, pois, que o acordo objetiva também contornar controvérsia que se estabeleceu entre os dois países referentes à cobrança,

por autoridades brasileiras, de tributos de empresas britânicas de transporte aéreo.

Assim, o Acordo, além de impulsionar a aviação comercial e o transporte marítimo entre os dois países, resolve pendência existente entre os envolvidos e sana perspectiva de eventual tratamento recíproco em prejuízo de empresas brasileiras e do fluxo aéreo bilateral."

O voto, portanto, do Senador Heráclito Fortes, o nosso Presidente, que subscrevo como senador, como relator *ad hoc*, considerando a importância da matéria para o relacionamento bilateral e o relevante interesse do tema, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 154 de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai a Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já com requerimento de urgência para a matéria.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Ta certo

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É o segundo... É a matéria a seguir. Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento de urgência para essa matéria permaneçam como se encontram. Aprovado.

Srs. Senadores, prezados colegas, é com muita alegria que nós aprovamos essa matéria hoje. Estava criando um mal-estar na relação entre os dois países, houve uma falha burocrática da nossa parte, da parte do Brasil e que finalmente conseguimos corrigi-la. Na realidade essa é uma pendência, Senadora Serys, que vem da década de 60 e encontrou-se uma maneira de resolver pela metade, com nosso jeitinho brasileiro, mas estava criando, inclusive, ameaças de arrestos de aviões e navios, o que finalmente agora estamos livres desse constrangimento. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, eu gostaria de ver a possibilidade de a gente relatar agora, se for possível, o item 3 extra-pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O item?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Que é a questão da delegação permanente da liga dos Estados Árabes em Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Qual é o item, Senadora?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Aqui está escrito item 3, pauta extra.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): 3 pauta extra. É relatado por V.Ex^a. Eu vou fazer o seguinte: eu já tinha comunicado ao Senador Suplicy, que ele... O item 13. Vamos ao item 13, depois voltaremos para...

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Sim.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Requerimento 1.048, de 2007: "*Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a emissão de votos de solidariedade ao povo estadunidense pela perda de milhares de entes queridos no atentado terrorista que derrubou as Torres Gêmeas do complexo do World Trade Center, em Nova Iorque, que atingiu o prédio do Pentágono, em Washington e que levou o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia, em ataque ocorrido há seis anos.*" Autoria Senador Marcelo Crivella e o relator é o Senador Eduardo Suplicy a quem passo a palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Sr. Presidente, no dia 11 de dezembro de 2007, sexto aniversário dos atentados terroristas nos Estados Unidos, que atingiram o World Trade Center em Nova Iorque, e da derrubada de um avião da United Airlines, cujo alvo provavelmente seria a Casa Branca, o Senador Marcelo Crivella apresentou o requerimento em análise, cujo principal fundamento, além da solidariedade ao povo norte-americano na data do infausto acontecimento, é a memoraria, a renovação da disposição moral de repúdio ao terrorismo. Nesse sentido não importa a distância no tempo dos ataques desferidos; na ética da solidariedade importa renovar e reforçar, o quanto seja possível, a postura de comunhão do sofrimento com o povo atingido e de rejeição firme a barbárie perpetrada. Com esta leitura que se deve acatar o requerimento de voto de solidariedade no sentido de dor do povo estadunidense e de eternizar a memória da imensa dor daquelas famílias, como um dos caminhos para a purgação da infâmia. Pelo exposto, opino pela aprovação do requerimento do voto de solidariedade 1.048, de 2007. É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprova-

do. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências.

Senadora Serys, vamos atendê-la agora com a devida concordância dos demais companheiros. Projeto de Decreto Legislativo 125, de 2008: *“Aprova o texto do acordo de sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Liga dos Estados Árabes, para instalação da delegação permanente da Liga dos Estados Árabes em Brasília, celebrado no Cairo em 23 de abril de 2007.”* Autoria Comissão de Relações Exteriores e a relatoria é da Senadora Serys Slhessarenko a quem passo a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Obrigada, Sr. Presidente. Essa Comissão, Sr. Presidente, é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo, conforme o senhor já relatou, nº. 125, de 2008, que aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Liga dos Estados Árabes, para a instalação da Delegação Permanente da Liga dos Estados Árabes em Brasília, celebrado no Cairo, em 23 de abril de 2007.

“O texto do referido Tratado foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem 1.011, de 2007, do Poder Executivo, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, datada de 26 de dezembro de 2007. Na Câmara dos Deputados, transformou-se no Projeto de Decreto Legislativo nº. 517, de 2008, submetido, naquela Casa, às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, tendo ido à votação em Plenário em 21 de maio de 2008. Aprovado o Projeto na Câmara dos Deputados, foi remetido ao exame do Senado Federal.”

Passarei rapidamente para a análise: *“A matéria ora em exame representa o comprometimento do Brasil com a Liga dos Estados Árabes, especialmente pelo tratado em tela ser um dos desdobramentos da reunião de cúpula realizada em Brasília, no ano de 2005. Durante o referido encontro, chefes de Estados de diversos países Árabes estiveram em Brasília discutindo com os Países Sul Americanos os rumos da relação bilateral entre os dois grupos de países.”*

A Liga de Estados Árabes foi fundada em 1945 no Cairo, com sete países membros, com o objetivo de reforçar e coordenar os laços econômicos, sociais, políticos e culturais entre os seus membros, assim como mediar disputas entre estes. Hoje a Liga é composta por vinte e dois Estados, com um contingente populacional superior a 200 milhões de habitantes.

A Liga tem função semelhante à ONU, por ter um caráter desenvolvimentista e de promoção, especialmente, cultural das nações árabes.

A gênese do presente acordo remonta ao primeiro semestre de 2003, ano em que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, em Brasília, a idéia de realizar uma reunião de cúpula entre os países árabes e sul-americanos.

A Cúpula América do Sul – Países Árabes, segundo o Ministério das Relações Exteriores, constituiu o primeiro encontro internacional de porte na história recente, que, fora da programação regular de trabalho das Nações Unidas, buscou aproximar dois grandes e importantes blocos de países em desenvolvimento.

Em suma, o propósito central da Cúpula foi estimular e dinamizar o intercâmbio crescente, nas mais demais áreas, aproximando os países Sul-americanos ao bloco regional Árabe, cujos resultados possam ser benéficos para ambas as regiões.

Portanto, o fortalecimento das relações bilaterais do país e do bloco sul-americano com os Estados Árabes tem grande relevância para a estratégia regional de inserção no cenário internacional. Com efeito, ao se aprovar o presente acordo, que garantirá a instalação da Sede da delegação da Liga dos Estados Árabes, estar-se-á dinamizando ainda mais estas relações.”

Sr. Presidente, o voto é que por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 125 de 2008, que aprova o texto do acordo de sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Liga dos Estados Árabes, para instalação da delegação permanente da Liga dos Estados Árabes em Brasília, celebrado no Cairo em 23 de abril de 2007. Este é o parecer, Sr. Presidente. Este é o nosso voto, aliás.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (DEM-PI):** Em discussão. Os Srs. Senadores que queiram discutir, manifestem-se. Não há discussão. Em votação. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria da Mesa para as devidas providências.

Item 4: PDS 103/08 que *“Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federativa do Paraguai para construção de uma segunda ponte internacional sobre o rio Paraná, assinado em Montevidéu, em 8 de dezembro de 2005.”* Autoria a Comissão de Relações Exteriores. Relatoria: Senador Inácio Arruda a quem passo a palavra. Aqui chegou trabalho.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PD DO B-CE):
Não tem dúvida.

[risos].

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (DEM-PI):** Tem a palavra, Excelência.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PD DO B-CE):
Você veja que eu já vinha de um trabalho enorme, es-

tava ouvindo o depoimento de mais dois convidados para tratar do caso VARIG, que deve se estender aí por muitos anos ainda. Sr. Presidente... Na Comissão de Infra-Estrutura e o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, já anunciou nestes termos, que lá vai se estender mesmo esse caso. Então eu gostaria de... no meu parecer, demonstrar... Meu parecer é pela aprovação, nosso voto é pela aprovação. Mas ressaltar esse esforço de integração que vem sendo desenvolvido pelos Governos da América do Sul. Recentemente, no Parlamento do MERCOSUL, nós fizemos visitas às usinas hidroelétricas, porque muito se fala no Brasil de que: "Esse negócio da integração, isso vai terminar fracassando, isso não existe" e tem gente que bota tanto gosto ruim, que só os fatos objetivos para poder contrariar esse tipo de gente. Essa é mais uma iniciativa de integração.

Nós visitamos três hidroelétricas: Itaipu, Brasil/Paraguai, visitamos Yacyretá, na Argentina, Paraguai e Argentina e visitamos salto grande entre Uruguai e Argentina, utilizando as águas de um rio também que tem 2/3 do seu curso dentro do território brasileiro. São expressões da integração que nós estamos realizando, de fato, de forma objetiva no nosso continente. Por isso o meu voto é favorável, pela aprovação, para que a gente possa caminhar de forma mais larga ainda em torno desse objetivo comum, não só do MERCOSUL, mas da integração de toda a América do Sul. Pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai para à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências.

Item nº. 3: PDS 101/08. Da pauta normal, isso aqui é extrapauta, não? *"Aprova o texto do acordo básico de cooperação técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia, celebrado em Brasília, em 15 de maio de 2006."* Autoria a Comissão de Relações Exteriores. O relator é o Senador Wellington Salgado, que, encontrando-se ausente, solicito ao seu conterrâneo e colega, que faça a relatoria, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO: Sr. Presidente, o acordo relatado ele diz respeito, trata-se na verdade do primeiro instrumento celebrado entre o Brasil e a Tanzânia e *"atende a disposição de ambos os Governos em desenvolver a cooperação técnica de diversas áreas de interesses mútuos, consideradas prioritárias, de modo a estimular e aperfeiçoar o desenvolvimento social e econômico. A cooperação técnica prevista no documento, poderá envolver instituições do setor*

público privado, assim como organizações não-governamentais de ambos os países e organismos internacionais. Para tanto, poderão ser convocadas reuniões entre as partes. Ao longo de onze arquivos, o Acordo dispõe sobre as condições para a cooperação técnica entre os dois países."

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do país, a ratificação do Acordo em análise, o parecer é favorável para aprovação do Decreto Legislativo 101, de 2008, assinado pelo Senador Wellington Salgado que subscrevo. Voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Srs. Senadores que aprovam... Queiram discutir, se manifestem. Não havendo, em votação. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai para à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 5, não é? Item 5: PDS 117/08 que *"Aprova os textos emanados do XXI Congresso da União Postal Universal-UPU, que são os seguintes: quinto protocolo adicional à constituição da União Postal Universal; regulamento geral da União Postal Universal; convenção postal universal e seu protocolo final; acordo referente aos vales postais e acordo referente aos objetos contra-reembolso, concluídos em Seul, em 14 de setembro de 1994."* Comissão de Relações Exteriores é autora, O relator seria o Senador Wellington Salgado, que encontrando-se ausente, peço novamente a seu conterrâneo que faça o relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores: *"Trata-se de ato internacional, de índole multilateral, cuida de mecanismos de fluxo de material postal, atendendo a novas necessidades ditadas pela tecnologia, como é o caso dos correios eletrônicos e ligações telemáticas. Cuida, ainda, o Acordo em apreço de buscar formas de facilitar o trâmite de cartas modelo de respostas comerciais, a incluir também o disciplinamento da circulação internacional de vales postais."*

Tratam-se de temas que interessam ao Brasil que tem nos últimos anos ampliado sua participação no comércio internacional, a par da abertura de sua economia, o que conduz inexoravelmente ao aumento de demandas postais internacionais."

O Brasil tem sido desde sempre solidário às manifestações da UPU-União Postal Universal, organismo das Nações Unidas reconhecido pela sua importância para o desenvolvimento e estabilidade da comunidade internacional."

O ato internacional, portanto, é submetido à apreciação legislativa, para efeitos de incorporação ao

ordenamento jurídico interno, de todo conveniente e oportuno aos interesses nacionais. Cremos ser indispensável que o Brasil, no esforço de inserção internacional que faz, busque acompanhar a dinâmica das organizações internacionais das quais faz parte, aderindo às suas decisões e participando ativamente de suas deliberações.”

Em face do exposto, o voto é favorável à aprovação do Decreto Legislativo 117 de 2008, assinado pelo Senador Wellington Salgado, por mim subscrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parecer pela aprovação. Se alguém queira discuti-lo, se manifeste, não havendo manifestação para discussão, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai para a Secretaria Geral da Mesa para as suas devidas providências.

Vamos ao item 6. Projeto de Decreto Legislativo 119, Vamos ao item 6. Projeto de Decreto Legislativo 119, “*Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe, sobre a operação do Centro no Brasil, celebrado em Brasília, no dia 12 de setembro de 2000.*” A autoria é Comissão de Relações Exteriores, a relatoria é do Senador Geraldo Mesquita que, estando ausente, eu solicitaria ao Senador Cristovam Buarque que atuasse como relator *ad hoc*. Item 6, Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, “*Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2008, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe sobre a Operação do Centro no Brasil, celebrado em Brasília, no dia 12 de setembro.*”

Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, o Poder Executivo enviou às Casas legislativas a Mensagem nº. 348, de 25 de julho de 2003, solicitando a apreciação.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi aprovada em 5 de novembro de 2003, na forma do Projeto de Legislativo formulado e aprovado por sua Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.”

O Acordo se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte, Sr. Presidente: “*O presente acordo tem por objetivo estabelecer a moldura jurídica*

necessária ao funcionamento da Secretaria do referido Centro no campus localizado no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em São José dos Campos, São Paulo.

Cumpra-se recordar que a Organização das Nações Unidas, por meio da Resolução AGNU 45/72, de 11/12/90, decidiu estabelecer Centros Regionais de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais em instituições de educação e pesquisa existentes nos países em desenvolvimento, com o objetivo de promover a capacitação endógena de recursos humanos na utilização da ciência e das tecnologias espaciais.

Mais especificamente, tais centros visam ao desenvolvimento das aptidões e dos conhecimentos científicos do pessoal docente de nível universitário, de pesquisadores e de outros profissionais.”

Da Análise, Sr. Presidente: “*Trata-se de ato internacional de natureza multilateral, constituído sob os auspícios das Nações Unidas, a bem do aperfeiçoamento no importante campo das pesquisas espaciais. Como bem aduz a nota do Ministério de Relações Exteriores que acompanha a Mensagem supracitada, o Ministério da Ciência e Tecnologia acompanhou, com interesse, as negociações do Acordo ora apreciado, em seu texto final.*

Estamos a toda evidência em face de ato internacional que contempla temas de grande relevância para o desenvolvimento brasileiro. Os Centros de educação tecnológica, conforme se depreende da Exposição de Motivos em epígrafe, são estabelecidos com base no princípio da afiliação às Nações Unidas para Assuntos de Espaço Exterior. Em princípio, o fato de os Centros se vincularem às Nações Unidas aumenta a possibilidade de atração de doadores e de estabelecimento de relações acadêmicas com instituições nacionais e internacionais relacionadas à pesquisa espacial. Cumpra-se destacar existirem centros de tal natureza na região da Ásia/Pacífico, na Índia, na África setentrional, no Marrocos, e na África anglófona, como é o caso da Nigéria.

Em face de todos esses aspectos, consideramos o ato internacional que ora se submete à apreciação legislativa, para efeitos de incorporação ao ordenamento jurídico interno, de todo conveniente e oportuno aos interesses nacionais.”

O voto, portanto, em face do exposto, é pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo nº. 119, de 2008. Esse é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A

matéria vai para a Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências.

Item 11 [interrupção no áudio] da decisão proferida.

O som, está ligado. Já ligou.

OFS Nº 47/07: “*Ação Penal, 2007.30.00.001272-2, movida pelo Ministério Público Federal contra Franklin Mendonza Doria Medina e outro, para ciência e exame de providências que permitam a execução, com segurança e praticidade, de rogatórias na Bolívia.*” Justiça Federal de 1ª Instância, sessão judiciária do Estado do Acre. A relatoria caberia ao Senador Dornelles que estando ausente, eu rogaria ao Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Justiça que fizesse a relatoria desta matéria.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Presidente Senador Heráclito Fortes, Sras. e Srs. Senadores. A proposição que vou relatar diz respeito a ação penal movida pelo Ministério Público Federal contra Franklin Mendonza Doria Medina e outro, para ciência e exame de providências que permitam execução com segurança e praticidade de rogatórias na Bolívia. Trata-se de ofício proveniente do Exmo. Sr. Juiz Federal substituto da 3ª Vara Federal do Acre, para dar ciência e solicitar o exame de providências acerca de frustrada--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Marco Maciel, queria indagar de V.Exª o seguinte: o item 11 e o item 12... OFS Nº 48/07, que encaminha ao Senado Federal cópia da decisão proferida na ação penal nº 2007.30.00.002318-7, movida pelo ministério público federal contra Franklin Mendoza Doria Medina e outro, para ciência e exame de providências que permitam a execução, com segurança e praticidade, de rogatórias na Bolívia....

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): São semelhantes. São iguais.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São semelhantes. Poderíamos...

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Fazer um relatório dos dois, eu pensei--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Unificá-los, é isso?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Porque não há nenhuma.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): São os mesmos argumentos, as mesmas razões.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mesmos argumentos, as mesmas.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): que eu justifico a conclusão, o voto, que é o seguinte: não há

nada que possa fazer o Poder Legislativo Brasileiro em relação às cartas rogatórias, que são comunicações, como todos nós sabemos, judiciais entre Estados soberanos, que pelo voto, portanto, é pelo arquivamento da presente matéria. E a mesma questão se aplica ao item 12, que consta da página 260 do avulso da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A pessoa contra quem se dirige a ação é a mesma, Franklin Mendoza Doria Medina, e o voto, Sr. Presidente, é na mesma direção do processo anterior. Era o que eu tinha a dizer a V.Exª e aos membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Portanto, os pareceres são pela aprovação. Srs. Senadores que queiram discutir, manifestem-se, não há discussão. Em votação, pelo arquivamento da matéria, os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Matéria vai encaminhada à Secretaria da Mesa para as devidas providências.

Item 14. RQS Nº 27/08 (SF) que “*Requerem voto de solidariedade a José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República do Timor-Leste e o pleno restabelecimento de sua saúde, que na manhã de 10 de fevereiro de 2008, foi alvejado durante um ataque armado à sua casa por grupo dissidentes da política daquele país.*” O autor é o Senador Eduardo Suplicy e outros, o relator Senador João Tenório, que estando ausente, solicitaria ao Senador Inácio Arruda que exercesse o papel de relator *ad hoc*, a quem concedo a palavra. Item 14.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PD DO B-CE): Sr. Presidente, quero me congratular com o Senador Eduardo Suplicy e os demais que subscreveram este requerimento, agraciado com essa homenagem do Senador Suplicy, José Ramos-Horta, é um lutador pela paz no mundo, na sua terra, pena independência, pela libertação do Timor, esteve no Brasil várias vezes, ainda na clandestinidade, mas foi recebido aqui no Brasil, esteve aqui no Congresso Nacional, lembro que ficou hospedado na casa do Deputado Haroldo Lima, hoje Presidente da Agência Nacional do Petróleo, recentemente viajou ao Brasil, foi recebido aqui pelo Presidente da República, no Congresso Nacional e também no Itamaraty, depois desse episódio da vinda dele ao Brasil, ele sofreu um atentado, esse atentado o deixou gravemente ferido, felizmente ele foi socorrido há tempo, atendido adequadamente e teve sua vida salva.

Então, é muito importante que a gente preste solidariedade a esse país, irmão nosso, porque um povo distinto, um povo, digamos assim, diferenciado ali na Ásia, mas que teve também um processo de colonização, que no caso da América, dizimou milhões e

milhões de populações nativas, inclusive, três grandes civilizações, a civilização asteca, civilização Maia e a civilização Inca, numa destruição brutal, por parte dos colonizadores europeus, que maltrataram, massacraram, dizimaram, esse país também foi colonizado, o caso também por Portugal com isso herdaram uma língua que é falada no Brasil e falada no Timor, que é a língua portuguesa, somos, portanto também ligados ao Timor-Leste por essas relações lingüísticas, digamos assim. Mais uma razão para prestarmos solidariedade a José Ramos-Horta e através dele, a todo o povo timorense, que luta para reafirmar a sua independência. Meu voto é pela aprovação do requerimento do ilustre Senador Eduardo Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. Srs. Senadores... Para discutir, tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, gostaria de aproveitar essa oportunidade, para transmitir conforme já expus no plenário, que estive no Timor-Leste, a convite do Presidente José Ramos-Horta, que teve a gentileza de, inclusive, receber-me no aeroporto em jantar com diversos Ministros de Estados, expus tanto aos Ministros, ao Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, ao Ministro... a Ministra das Finanças, a Ministra da Solidariedade, ao Ministro das Relações Exteriores, ao Parlamento Nacional, em palestra de mais de duas horas, em palestra na Universidade nacional do Timor-Leste, a proposta da garantia de uma renda mínima.

Eu encaminho a V.Ex^a a cópia de meu relatório, bem como da carta que enviei ao Presidente José Ramos-Horta, inclusive, atendendo a uma das solicitações formuladas por ele e pelo diretor do Banco Mundial no Timor-Leste, no sentido de que pudesse indicar uma pessoa para estar ajudando o Governo do Timor-Leste em programas de transferência de renda e indiquei, inclusive, com anuência e apoio do Ministro Patrus Ananias e do Presidente Lula o nome da ex-Secretária Executiva do Programa Bolsa-Família, Ana Fonseca, que se dispõe a ir ao Timor Leste, passar ali algum tempo assessorando o Governo do Timor-Leste.

E, então, encaminho o relato de minha viagem à V.Ex^a, peço que seja transcrito, inclusive, esta correspondência e que tem como uma resposta do próprio Presidente José Ramos-Horta, uma mensagem de duas linhas, no seguinte sentido, Sr. Presidente: "*Amigo, estimado Senador, 27 de junho próximo passado. Uma breve nota para lhe agradecer a sua muito amável e produtiva visita ao Timor-Leste. Todos ficaram encantados e inspirados; ontem o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão me disse que agora no nosso Parlamento Na-*

cional toda a gente fala na Renda Básica. Um caloroso abraço, José Ramos-Horta." Encaminho a V.Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A solicitação de V.Ex^a está atendida. Em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências.

Item 15. Requerimento 139/08 (SF): "*Requerem nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, escolhido pela ONU para o posto de Juiz internacional no Timor Leste.*" Autoria é o Senador Arthur Virgílio, a relatoria é do Senador Antonio Carlos Valadares, que estando ausente solicito ao Senador César Borges que atue como relator *ad hoc*.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois não, Sr. Presidente, Srs. Senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, é o requerimento de autoria, é o item 14, não é, Presidente? 15, de Arthur, do Senador Arthur Virgílio, que solicita, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus.

"Vem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, este Requerimento de nº. 139, de autoria do Senador ARTHUR VIRGÍLIO. Em atenção às disposições regimentais, incumbe a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por excelência, manifestar-se sobre propostas legislativas atinentes à política externa e a áreas afins.

O Requerimento ora analisado se faz acompanhar de Exposição de Motivos do seu eminente prolator, da qual cabe destacar o seguinte: 'Em processo internacional de seleção, a organização das Nações Unidas-ONU escolheu um magistrado de Manaus para exercer o posto de Juiz Internacional no Timor Leste. Ele será responsável pela instrução e julgamento de processos cíveis e criminais do País, inclusive os referentes a crimes de guerra praticados durante o período em que o Timor esteve sob ocupação militar pela Indonésia. A avaliação levou em conta a experiência de magistrados de diferentes países. Conheço pessoalmente o Dr. Barroso, que é magistrado de notório saber e muito dedicado às missões que lhe são conferidas. O Dr. Barroso tem mais de 15 anos de prática na área jurídica. Paulista, natural de Ribeirão Preto, mora em Manaus desde 2004 e atualmente é titular da 12ª Circunscrição Judiciária, com jurisdição no Amazonas. Pela honrosa escolha, o Dr. Barroso faz jus a esta homenagem que ora proponho.'

A atuação de profissionais brasileiros da área jurídica em tribunais internacionais e de jurisdições especializadas em outras nações, tem sido motivo de grande orgulho para todo o País. Seguindo a tradição de Rui Barbosa, do qual agora se comemora o centenário, o Brasil se faz representar com brilhantismo e correção nos mais diversos fóruns além de nossas fronteiras, da Corte Internacional de Justiça, na Holanda, ao Órgão de Apelação do sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio.

A indicação do Juiz José Barroso Filho, com sede em Manaus e atendendo todo o Estado do Amazonas, para atuar na justiça militar timorense, é agora motivo de renovado regozijo para toda a Nação.

Diante do exposto, cremos ser a proposta legislativa analisada merecedora de todos os elogios, por revestir-se de conveniência e da oportunidade que devem permear as manifestações legislativas de natureza internacional.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº. 139, de 2008."

Esse é o relato e o voto, Sr. Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A Matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 16. RQS 243/08, que *"Requerem nos termos regimentais, que o Senado Brasileiro conclame o Congresso Americano, a derrubar o veto"*, Senador Cristovam, atenção, *"o veto apostado pelo Presidente dos Estados Unidos George W. Bush, ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter suspeitos de terrorismo a técnicas duras de interrogatório, como o "waterboarding", técnica na qual prisioneiros são submetidos a uma simulação de afogamento."* Autoria é o Senador Eduardo Suplicy, a relatoria é do Senador Aloizio Mercadante que estando ausente, solicito ao Senador Cristovam Buarque que atue como relator Ad Hoc.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Presidente ter me passado. Trata-se, Sr. Presidente, de um projeto da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o requerimento nº. 243, de 2008, que requer, nos termos regimentais, que o Senado Federal conclame ao Congresso brasileiro, americano, a derrubar veto apostado pelo Presidente dos Estados Unidos, George Bush, ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter suspeitos de terrorismo a técnicas duras de interrogatório, como o chamado *"waterboarding"*, que na verdade se traduziria por afogamento, técnica na

qual prisioneiros são submetidos a uma simulação de afogamento. O Projeto vetado pelo Presidente George W. Bush impede as autoridades norte-americanas submeter prisioneiros a técnicas duras de interrogatório por afogamento e outras formas de tortura, o que explicitamente proíbe a qualquer indivíduo que esteja sob custódia e controle de um elemento da comunidade de inteligência, não importando a sua nacionalidade.

Portanto, Sr. Presidente, aqui está um pouco confuso o relatório, mas na verdade o Presidente Bush fez um veto a uma lei que proibia que fosse feito o sistema de afogamento simulado.

Em sua longa Justificação, o Senador Eduardo Suplicy destaca que o projeto de lei vetado pelo presidente Bush, que restringia as técnicas de interrogatório de prisioneiros a 19 práticas, que constam dos manuais de campo do exército americano, fora aprovado por 51 votos contra 45.

O insigne Autor, Senador Suplicy, argumenta que *"o veto do Presidente Bush à lei em questão encerra de forma melancólica o debate americano sobre a tortura. Essa lei foi fruto, a lei que teve artigos vetados pelo Presidente Bush, essa lei foi fruto de amplo debate entre parlamentares que a entendiam como uma resposta às diversas denúncias de tortura surgidas na guerra do Iraque."*

Alega ainda o Senador Eduardo Suplicy, ao comentar o uso da técnica de afogamento simulado, largamente empregada no Iraque, Afeganistão e em Guantânamo, que *"no momento em que o mundo comemora 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos merece uma reflexão a decisão do governo americano, que mantém, por causa desse veto a prática tão cruel de interrogatório"*.

Conclui o ilustre Senador, ressaltando que *"a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 5º, inciso III, estabelece que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante"*.

Da análise, Sr. Presidente:

"Este requerimento do Senador Eduardo Suplicy, firmado por vários outros senadores, é inteiramente meritório. Com efeito, após as denúncias sobre as masmorras de Abu Ghraib e o inferno de Guantânamo, o mundo chocou-se ao perceber que o governo norte-americano, contrariando os ditames da Constituição dos Estados Unidos e da Declaração Universal dos Direitos Humanos e das Convenções de Genebra, havia adotado como prática comum de interrogatório a prática da tortura, especialmente o afogamento simulado.

Até a entrada em vigor do "Patriot Act", legislação adotada no rescaldo dos atentados terroristas de 11 de setembro, os interrogatórios de prisioneiros

sob custódia de autoridades norte-americanas eram cuidadosamente normatizados por manual do exército norte-americano. Esse manual permite apenas o uso de 19 técnicas para o interrogatório. De um modo geral, são técnicas psicológicas, como o isolamento por até trinta dias e o uso de desorientação espacial e temporal. O documento do exército proíbe especificamente maus tratos e punições físicas. Assim, são taxativamente vedadas as técnicas de colocar capuzes nos prisioneiros, desnudar prisioneiros, forçá-los a imitar atos sexuais, submetê-los à hipotermia, golpear os prisioneiros, encenar execuções, etc., etc. Lamentavelmente, todos esses métodos, inclusive o afogamento simulado, foram adotados à larga por autoridades norte-americanas.

Entretanto, a revelação dessa terrível prática de tortura suscitou grande debate no Congresso dos Estados Unidos. Muitos senadores e representantes, deputados, mesmo do Partido Republicano, insurgiram-se contra esses métodos de interrogatório, considerando que eles solapam a autoridade moral dos Estados Unidos e são contraproducentes na luta contra o terrorismo.

Nesse sentido, este requerimento do senador Eduardo Suplicy, ao conchamar o Congresso norte-americano a derrubar o veto, recupera essa discussão. Muito embora a Câmara de Representantes já tenha fracassado em derrubar esse veto na sessão de 11 março, na qual os defensores do projeto conseguiram 225 votos, quando eram necessários, nada impede que o Congresso Norte-Americano volte a tentar a aprovação do projeto por maioria de dois terços, o que revogaria o veto presidencial.

Assim sendo, o requerimento em pauta não é só pleno de mérito, pelo que representa para a proteção dos direitos humanos, mas também oportuno, em razão da possibilidade ainda aberta da derrubada do veto aposto.

Entretanto, temos algumas observações de forma a fazer. Na propositura em apreço, há pequenos erros formais e de redação que precisam ser corrigidos. Em primeiro lugar, a redação da ementa diverge bastante da redação do texto do requerimento, o que contraria a boa técnica legislativa. Em segundo, o texto do requerimento contém pequeno erro de concordância gramatical em sua última frase, na qual o adjetivo "referentes", no plural, é derivado de substantivo no singular. Em terceiro, o uso da conjunção "ou" não nos parece adequado.

Com vistas à correção desses pequenos erros, que de forma alguma retiram o grande brilho da propositura em comento, apresentamos duas emendas na redação."

E o voto:

"Pelo exposto, favorável ao Requerimento nº. 243, de 2008, com as seguintes emendas:

Dê-se a seguinte redação à ementa do Requerimento: 'Requer, nos termos regimentais, que o Senado Federal conclame o Congresso Americano a derrubar veto aposto pelo Presidente ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter suspeitos de terrorismo a técnicas duras de interrogatório, como a de afogamento e que explicitamente proíbe que qualquer indivíduo que esteja sob custódia e controle, não importando a sua nacionalidade ou localização física, seja submetido a qualquer tratamento ou técnica de interrogatório não autorizado pelo Manual de Campo do Exército dos Estados Unidos, referente às Operações do Inquiridor.'

Emenda de Redação. Dê-se a seguinte redação: 'Requeiro, nos termos regimentais, que o Senado conclame o Congresso Americano a derrubar veto ao projeto de lei que impede as autoridades de submeter prisioneiros a técnicas duras de interrogatório, como afogamento e outras formas de tortura, e que explicitamente proíbe que qualquer indivíduo que esteja sob custódia e controle de um elemento da comunidade de inteligência, física, seja submetido a qualquer tratamento ou técnica de interrogatório, não autorizado pelo Manual de Campo.'

Esse é o relatório do Senador Aloizio Mercadante que eu li. Eu tive que ler muito rapidamente, mas embora aqui trate de problemas de concordância gramatical, eu acho que na emenda sugerida, talvez, tenha erro. Na emenda sugerida para corrigir erro gramatical, eu tenho impressão que tem um erro, quando diz "ao Projeto de Lei que impede autoridade de submeter" eu acho que deveria ser "submeterem" suspeitos de terrorismo a técnicas duras. Mas isso eu acho que alguém poderá fazer a revisão correta. O fato é que o Senador Mercadante dá o seu parecer favorável e eu, que fui um dos que assinou graças ao convite do Senador Suplicy, obviamente também sou favorável.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Sr. Presidente. Quero--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem V.Exª a palavra como autor da matéria.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Gostaria de agradecer ao Senador Aloizio Mercadante pelo relatório e pelo aperfeiçoamento da emenda de redação, de novo, estou de acordo inclusive com o aperfeiçoamento sugerido pelo Senador Cristovam Buarque a quem também agradeço e gostaria, a propósito, Sr. Presidente, de encaminhar a V.Exª que a resposta do Ministro do Estado da Defesa, Nelson Jobim ao reque-

rimiento que havia sido apresentado e aprovado nesta Comissão, onde havia, eu solicitava informações sobre uma matéria veiculada na revista "Isto É" de 26 de março passado, sobre o Brasil na academia de repressão. Pois o Comandante do Exército Brasileiro encaminhou o Comandante, General do Exército Enzo Martins Peri, encaminhou um relatório circunstanciado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Gostaria de fazer um apelo a V.Ex^a, nós estamos em votação.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Sim, mas é que se refere a esta matéria, se refere ao problema, de, será que estariam brasileiros aprendendo formas de tortura?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Entendi.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Como as praticadas. E como o General Enzo Martins Peri é muito claro, inclusive esclarecendo que a antiga escola das Américas foi extinta em dezembro de 2000, por decisão do Congresso estadunidense, e em 2001, essa nova escola, *Western Hemisphere Institute for Security Cooperation*, foi criada e com a qual o Brasil vem colaborando tanto, encaminhando alunos, como instrutores para os diversos cursos e aqui assinala os diversos cursos, mas com respeito aos questionamentos contidos nos requerimentos em tela, não se constata nos currículos dos diferentes cursos, nos quais há participação de militares brasileiros, referências a ensino de procedimentos de tortura e nem qualquer outra atividade que contrarie os princípios constitucionais brasileiros ou tratados internacionais do qual o Brasil seja signatário.

Então, acho muito importante esse esclarecimento e encaminho a V.Ex^a e peço que registre, até seja divulgado o teor completo da resposta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas uma indagação, a resposta não tem caráter reservado?

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Não há, inclusive tem o intuito de esclarecer, que... e avalio que seja importante o esclarecimento, inclusive, para a própria revista "Isto É", porque esclarece de maneira muito clara, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Ex^a será atendido e a Comissão encaminhará a cada um dos Srs. Senadores a correspondência recebida de V.Ex^a. Em votação, parecer favorável com duas emendas que apresenta. Os Srs. Senadores, Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências.

Item 17: RQS 519/08 que "*Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos, OEA, por sua resolução aprovada na sessão dos dias 2 e 3 de maio corrente, que dá respaldo à institucionalidade democrática, ao diálogo e a paz na Bolívia.*" O relator é o Senador Mercadante... O autor é o Senador Mercadante, o relator, o Senador Paulo Duque, que estando ausente, solicitaria ao Senador Marco Maciel, para que atue como relator *ad hoc*. Com a palavra, sua Excelência.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): SR. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Sras. e Srs. Senadores.

"Vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Requerimento nº. 519, de 2008, com Base no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, para que seja apresentado voto de louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos-OEA, por sua resolução, aprovada em sessão dos dias 2 e 3 de maio do corrente, que dá respaldo à institucionalidade democrática, ao diálogo e à paz na Bolívia".

Sr. Presidente, a análise da proposição nos induz a dizer, como todos nós sabemos, que a solução pacífica de controvérsias, conquista da civilização de progresso das instituições políticas e jurídicas, impõe à sociedade boliviana, a necessidade de encontrar caminhos pacíficos para suas diferenças dentro do ordenamento jurídico e das posturas internacionais de ordem pública e de segurança coletiva.

Em face do exposto, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do requerimento nº. 519, de 2008, e este é o meu voto e o meu parecer, portanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse é o relatório do Senador Marco Maciel pela aprovação. Não há quem queira discutir a matéria, em votação. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Passaremos, pois agora, à pauta extra. Indago ao Senador Cristovam, dos relatores, é o único presente se deseja inversão de pauta ou aguarda.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, aguardo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, vamos ao item 1 da Pauta Extra. Projeto de Decreto Legislativo 113, do Senado Federal, de 2008: "*Aprova o acordo do texto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para construção de uma ponte sobre o rio*

Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín, celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007." Autoria é da Comissão de Relações Exteriores e o relator é o Senador João Ribeiro. Encontrando-se ausente, solicito ao Senador Eduardo Suplicy que atue como relator *ad hoc*.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado, Sr. Presidente, o relatório do Senador João Ribeiro diz que este acordo foi firmado para ampliar a integração física entre os territórios do Brasil e da Bolívia. Estabelece que as partes se comprometem a iniciar por intermédio das suas respectivas autoridades competentes e com a brevidade requerida o exame das questões referentes a construção de ponte internacional para unir as cidades de Guajará Mirim no Brasil e Guayaramerín na Bolívia, incluída a infra-estrutura complementar necessária e seus respectivos acessos, bem como estabelecimento de um sistema integrado de passe de fronteira.

"O acordo prevê a criação de uma Comissão Mista brasileiro-boliviana, integrada por igual número de representantes de cada país provenientes de órgãos da esfera central e local de cada uma das partes, com a competência para preparar a documentação necessária à construção da ponte e dos acessos, referendar o projeto Executivo da obra e acompanhar a construção e realizar vistorias até o prazo de um ano após a inauguração. Cada parte será responsável pelos gastos decorrentes e sua representação na Comissão Mista.

O acordo determina que os custos da elaboração dos estudos técnicos e ambientais do Projeto Executivo de engenharia de construção serão cobertos pelo Governo da República Federativa do Brasil, sendo que os custos relativos aos acessos e obras complementares serão de responsabilidade de cada parte. Os custos referentes às desapropriações necessárias em cada território serão de responsabilidade exclusiva dos Governos locais.

Brasil e Bolívia estão criando as condições institucionais necessárias para a edificação de uma ponte entre o Estado de Rondônia e o território do país vizinho. O texto do Acordo define normas gerais que devem pautar a realização da obra, com criação de um órgão binacional, a elaboração dos estudos prévios e do projeto e a responsabilidade dos gastos. Essas regras visam a dividir as responsabilidades e custos, determinado o envolvimento dos governos centrais e locais, além de garantir a transparência do processo de construção da nova ponte.

Trata-se de um entendimento bi-governamental com vistas a atender importante demanda por ligação terrestre entre Brasil e a Bolívia, questão vital não só

para as populações locais, como para toda a saúde da economia regional, trazendo conseqüências benéficas para as próprias iniciativas maiores de integração protagonizadas pelo Brasil no cenário da Amazônia.

O incremento do fluxo comercial e das populações fica muitas vezes dificultado pela inexistência de ligações rodoviárias e pelas más condições das ligações hidroviárias. O aprimoramento da via terrestre entre Brasil e da Bolívia constitui-se, indubitavelmente, numa prioridade para a intensificação dos fluxos de comércio terrestre naquela região, além de proporcionar o conforto e a rapidez que nossas populações fronteiriças merecem.

Tendo em vista o impacto social e econômico positivo que causará a Rondônia, melhorando as condições de ligação com o território da Bolívia, entendemos ser de alta relevância a presente proposição, pelo que opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 113, de 2008."

É o relatório do Senador João Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão, não havendo quem queira discuti-la, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. A matéria vai para a Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 2 da Pauta Extra: PDS 123/08 que "Aprova o texto de cooperação em matéria sanitária e veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular celebrado em Brasília em 12 de maio de 2005." Autoria. Comissão de Relações Exteriores, relatoria do Senador Flexa Ribeiro. Estando ausente, solicito ao Senador Cristovam Buarque para atuar como relator *ad hoc*.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Qual o número, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 3, do extra. Da pauta extra

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 2. Retificando, item 2.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O parecer sobre Projeto de Decreto Legislativo 123, de 2008, que aprova texto do Acordo de Cooperação em Matéria Sanitária Veterinária, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, celebrado em Brasília, em maio de 2005.

Em atenção ao disposto no inciso I, do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece a atribuição, o Poder Executivo nos enviou esse acordo e pede nosso

parecer. Na Câmara dos Deputados, aprovou em 21 de maio, na forma de Projeto de Decreto Legislativo. O Acordo se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores.

A análise, Sr. Presidente:

“Versado em nove artigos, o ato internacional que ora se submete à apreciação, possui natureza bilateral e contempla o aperfeiçoamento das relações do Brasil com a Argélia. Vale salientar que a normatização das questões corresponde a importante aperfeiçoamento das condições de base do desenvolvimento do comércio internacional. No caso em questão, o tema se valoriza pela importância do parceiro, com o qual o Brasil poderá desenvolver amplas linhas de comércio de produtos de origem animal. Dar densidade às relações com a Argélia significa, ademais, fortalecer a presença comercial brasileira no continente africano.

Tomando em conta parâmetros internacionais que buscam disciplinar acordos de natureza sanitária como o que ora se considera, o ato internacional em apreço é de todo conveniente e oportuno aos interesses nacionais.”

Por isso, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Item 5 da Pauta Extra. Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal, nº. 151: “Aprova o texto do acordo para conservação de Albatrozes e Petréis.” Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa. Relatoria: Senador Senador Cristovam Buarque, a quem concedo a palavra. É o 5º, V.Exª é o relator.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, eu dei...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero apenas corrigir uma falha aqui, estou sendo alertado. O item anterior encontra-se com a votação dos Srs. Senadores. Aprovado, portanto. Com a palavra, senador

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, eu quero dizer que esse parecer que eu vou ler é um dos que me dá prazer. Vou ser radicalmente favorável [interrupção no áudio] um texto, o texto de um acordo para conservação de Albatrozes e Petréis, duas espécies em extinção.

E o acordo veio com uma exposição de motivo do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar:

“O Acordo para Conservação de Albatrozes e Petréis, em vigor desde 1º de fevereiro de 2004, objetiva contribuir, por meio de ações nacionais e multilaterais,

para a proteção de vinte e uma espécies de albatrozes e sete espécies de petréis, que estão listados em um anexo nº. 1.

Com essa finalidade, estabelece medidas para reduzir a captura não intencional de aves decorrente de atividades de pesca comercial.

O Brasil, na condição de país de ocorrência de diversas espécies contempladas no Acordo, especialmente em Fernando de Noronha e no Atol, participou ativamente do processo negociador desse acordo.

Com o intuito de realçar a estreita correlação que deve existir entre o cumprimento, pelos países em desenvolvimento, das obrigações contidas no Acordo e a provisão, conforme o caso, de assistência técnica e financeira, o Brasil fez aprovar moção à necessidade de cooperação dessa natureza no bojo do art., veja o art. 4º.

Até o momento, onze países assinaram o documento, dos quais 9 já ratificaram. O Brasil aderiu ao Acordo em 19 de junho de 2001, um longo tempo, portanto, até chegar aqui esse projeto.”

Da análise:

“Trata-se de ato internacional de índole multilateral, a bem do preservacionismo, voltado à proteção de espécies ameaçadas, matéria na qual o Brasil tem sido país de grande destaque, pelo lado de espécies em extinção e pelo lado também de um esforço pela proteção deles. A par de sua Constituição que expressamente compromete a República com as mais elevadas obrigações de tutela do meio ambiente, o Brasil precisa estar alinhado com os demais países que protagonizam visões em prol da ecologia.

Pelo exposto, resta patente ser o presente Acordo conveniente e oportuno aos interesses nacionais, com guarida constitucional e legal, pelo que merece ser aprovado.

Versado em Preâmbulo, dezenove artigos e dois anexos, o Ato Internacional em apreço preenche todas as condições técnicas para poder levar a cabo os seus relevantes objetivos.”

Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 151, de 2008, para proteção de albatrozes e petréis, duas espécies em extinção.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento. Requeiro nos termos do art. 336, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, a urgência para tramitação do projeto de Decreto Legislativo 151 de 2008, sala das Comissões, Heráclito Fortes,

Senador. Em votação, Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 1, extra-pauta. Projeto de Decreto Legislativo 102: *"Aprova o texto do acordo-quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, sobre a cooperação no uso pacífico do espaço exterior, celebrado em Nova Deli, em 25 de janeiro de 2004."*, Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo, a quem passo a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, Srs. Senadores. *"Trata-se de Acordo-quadro que está inserido esforço do Brasil em ampliar e consolidar sua cooperação internacional na sensível área do conhecimento científico e tecnológico. O campo das pesquisas concernentes ao espaço exterior revela uma das mais valiosas agendas brasileiras, podendo o país adquirir em breve lapso de tempo grande maturidade no setor."*

Vale salientar que o Brasil possui acordos-quadro semelhantes com o que ora se analisa em sede congressual, com a China, com os Estados Unidos, com a Argentina, com a França, com a Ucrânia e com a Rússia.

Versado em quatorze artigos e um anexo, o acordo enfatiza o intuito de utilização pacífica do espaço exterior, ampliando a postura do Brasil como parceiro confiável no campo de tecnologias de ponta, como é o da área espacial.

Prevendo a possibilidade de denúncia, no bojo de suas cláusulas finais, o tratado em apreço garante condições que mantêm incólume a posição de autonomia e independência dos signatários, sendo de todo conveniente e oportuno aos interesses nacionais.

Em face do exposto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 102, de 2008."

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A matéria... O Parecer é pela aprovação. Em discussão, não havendo quem queira discuti-la. Em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. A matéria será encaminhada para a Secretaria Geral da Mesa, para suas devidas providências.

Item e Extrapauta. Projeto de Decreto Legislativo 105: *"Aprova o texto do acordo de serviços aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia, celebrado em 12 de setembro de 2006."* Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo, a quem passo a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente. *"O advento da Índia como uma das grandes economias que se projetam no cenário internacional, dá ao Acordo de serviços aéreos que ora se celebra com aquele país particular significado. Também nos parece relevante, Srs. Senadores, para a matéria apreciada ressaltar a grande identidade que o Brasil e Índia têm mantido nos foros internacionais, nas deliberações junto às organizações internacionais. Países emergentes com grande necessidade de inserção internacional têm muito em comum, pelo que devem aprofundar suas relações bilaterais."*

Um acordo aéreo, dando dinamismo e fluidez ao transporte de cargas e passageiros entre os dois países, como o que ora se define no âmbito do presente tratado, é de grande oportunidade e de grande interesse para ambos os signatários. Para o Brasil, em particular, significa a possibilidade de ampliar sua presença em região de crescente importância em sua agenda externa, facilitando comércio e investimentos, a par da dinamização das relações políticas e culturais.

O presente ato internacional deveria ser multiplicado inúmeras vezes, abrangendo sempre mais parceiros, a proporcionar ao Brasil um leque cada vez maior de aliados. Tanto na política, quanto no comércio internacional".

Relembro que, trata-se não só de tráfego de passageiros, mas também de tráfego de carga. Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 105, de 2008, na área de cooperação de serviços aéreos, não há ainda nenhum voo Brasil-Índia, mas poderá vir a ter brevemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 3 Extrapauta. Projeto Decreto Legislativo 114: *"Aprova o texto do acordo de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Africana, assinado em Brasília em 28 de fevereiro de 2007."* Autoria: Comissão de Relações Exteriores. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra para proferir seu relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente. *"No mérito, o projeto condiz com a política de aproximação entre Brasil e países africanos. E, como bem assinalado no preâmbulo do Tratado, há interesse das partes em estimular o desenvolvimento"*

socioeconômico em seus países, buscar o desenvolvimento sustentável e progresso técnico.

Iniciativas, ações, programas ou projetos decorrentes do presente Acordo de Cooperação Técnica, poderão abranger apenas um ou mais Estados Membros da União Africana ou o conjunto de Estados Membros. É, ainda, admitida a cooperação trilateral, mediante parcerias com outros países, organizações internacionais e agências regionais. A implementação de programas e projetos de cooperação técnica se dará por meio de ajustes complementares, conforme art. 4º.

Sem prejuízo de outras que possam vir a ser assim consideradas pelas partes, as áreas inicialmente eleitas como prioritárias para cooperação técnica são as seguintes: cooperação para o desenvolvimento; combate à fome e à pobreza; agricultura; saúde; educação; recursos naturais; meio ambiente; e energia. Como tem o combate a fome, poderia incluir o programa renda mínima do Senador Suplicy nesse projeto, não é Senador, na União Africana.

Nos termos do art. 6º, as informações obtidas em decorrência da implementação deste acordo somente poderão ser fornecidas a terceiros mediante prévia autorização da outra parte. Já os arts. 7º e 8º cuidam, respectivamente, do intercâmbio de pessoal e dos privilégios e imunidades de pessoal, que dependerão, evidentemente, de reciprocidade entre as partes e não eximirão o pessoal do cumprimento das leis e regulamentos vigentes no país anfitrião.

Por sua vez, o art. 9º disciplina as isenções de taxas, impostos e demais gravames de importação e exportação sobre os bens, equipamentos e outros itens fornecidos por uma parte à outra para desenvolvimento de programas ou projetos decorrentes deste acordo.

Ainda seguindo, o art. 11 traz dispositivos sobre a entrada em vigor e a denúncia do Tratado. A vigência será de cinco anos, início previsto a partir da data de recebimento da última das notificações de uma parte a outra. Eventuais controvérsias também serão de acordo com o Direito Internacional.

Portanto, o presente acordo representa mais um importante passo na aproximação entre Brasil e países africanos. Consideramos ainda que sua aprovação chega, em boa hora, para estimular e, ainda, regular ações e projetos em diversas áreas de cooperação técnica entre as partes."

O voto, por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 114, de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo em votação. Srs. Senadores que aprovam

permaneçam como se encontram. Aprovada. A matéria será encaminhada a Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 04 Extrapauta. Projeto de Decreto Legislativo 95 de 2008: "*Aprova o texto de acordo de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília em 7 de junho de 2005.*" Autoria: Comissão de Relações Exteriores e a relatoria cabe ao Senador Simon, que estando ausente, eu rogaria ao Senador Marco Maciel que atuasse como relator *ad hoc*.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, Sras. e Srs. Senadores, o acordo cuja meta já foi anunciada pelo Presidente, foi apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo, formulado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, a qual acompanha e instrui a Mensagem Presidencial, informa-nos de que o presente Acordo é de especial importância por ser o primeiro instrumento bilateral celebrado entre Brasil e Belize. Ainda de acordo com o mesmo documento, o presente instrumento internacional atende à disposição de ambos os Governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútua e consideradas prioritárias. Entretanto, o texto do Acordo não revela quais seriam essas áreas, talvez para permitir flexibilidade nos projetos e a revisão periódica dos campos em que a cooperação seja possível.

Face ao exposto, Sr. Presidente, sou pela aprovação do referido Projeto de Decreto Legislativo 95, de 2008. É o meu parecer, Sr. Presidente, e o voto conseqüentemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para suas devidas providências.

Item 05 Extrapauta: Projeto de Decreto Legislativo nº. 124: "*Aprova o texto da adoção de emendas à Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Emissão de Certificado de Serviço de Quarto, de 1978.*" A Comissão de Relações Exteriores é autora, o Senador Tuma é o relator, estando ausente, eu solicitaria ao Senador Cristovam Buarque para atuar como relator *ad hoc*.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, trata-se de um projeto sobre o Decreto Legislativo, nº. 124 de 2008, que aprova texto da adoção de emendas à Convenção Internacional sobre normas

de treinamento de marítimos, emissão de certificados e serviço de quarto. 1978.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto citado. O Projeto incorpora, ao ordenamento jurídico nacional um conjunto de seis emendas à Convenção Internacional. A matéria foi remetida pelo Presidente da República e à Câmara dos Deputados, naquela Casa, foi submetida a exame da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e da Comissão de Viação e Transportes e do Plenário, sendo aprovada em todas as três instâncias. Remetido, em consequência, ao Senado Federal, o Projeto foi distribuído a esta Comissão onde fui designado relator, obviamente *ad hoc*, nesse momento.

A Análise: *“A Convenção Internacional foi adotada no âmbito da Organização Marítima Internacional e se destina a regulamentar, no plano internacional, os parâmetros fundamentais de treinamento dos trabalhadores empregados no transporte naval.*

Essa solução, naturalmente, não era nada satisfatória. A navegação marítima é, por definição, um dos ramos mais internacionalizados da economia mundial e particularmente sensível a questões referentes às condições de trabalho, de segurança e de impacto ambiental. De fato, a Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Expedição de Certificados e Serviços de Quarto é um dos principais instrumentos internacionais a regulamentar a matéria, mas de forma alguma o único.

Em nosso país, a Convenção que ora examinamos foi promulgada em 20 de junho de 1984, sendo que o Brasil é um dos 151 países que a ratificaram, os quais correspondem, hoje, por mais de 99% da carga total mundial.

A emenda de 22 de maio de 91 introduziu modificações nos padrões de treinamento, de comunicações e salvaguarda da vida. A emenda de 23 de maio de 94 introduziu maiores exigências quanto à formação. A emenda de 7 de julho de 1995 constituiu uma revisão profunda da Convenção, introduzindo modificações no sentido de reformular e tornar mais estrito o sistema de avaliação e certificação do aprendizado marítimo e garantir maior observância dos termos da Convenção. As duas emendas de 4 de junho de 1997 impõem disposições específicas, também destinadas ao treinamento. Por fim, a emenda de 9 de dezembro de 1998 fixa critérios de formação, em matéria de segurança, de tripulantes de navios graneleiros.

A aprovação dessa emenda é essencial para a atualização técnica de marinhagem brasileira e a preservação da segurança de tripulantes, passageiros e carga a bordo de embarcações de bandeira nacional, do Brasil.

Quanto à constitucionalidade da matéria, nada há a obtemperar. Ainda, ao Congresso Nacional compete expressamente o mister de resolver definitivamente sobre os tratados. Não cabem reparos, igualmente, quanto à legalidade e juridicidade do Projeto.”

Por isso, diante do exposto, o voto é, constatada a constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. Senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram, aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 6 Extrapauta: Projeto de Decreto Legislativo 104, de 2008: *“Aprova o texto do acordo de cooperação mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, para combater o tráfico de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas transnacionais, assinada em La Paz, em 9 de dezembro de 2005.”* Autoria: Comissão de Relações Exteriores, o relator é o Senador Tuma, que estando ausente, solicito ao Senador Eduardo Azeredo para que atue como relator *ad hoc*.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente. *“O Acordo em apreciação está inserido no contexto mais amplo do combate à criminalidade organizada transnacional pela via da cooperação jurídica internacional. Ele contribui, de modo expressivo, para o enfrentamento do grave problema que é o descaminho de armas e munições, bem assim o narcotráfico.*

Considerando a superlativa dimensão territorial dos países envolvidos, o transporte aéreo torna-se meio adequado à empresa criminosa dedicada ao lucrativo tráfico de drogas e armas. Nesse contexto, o combate a essa forma de atuação deve se realizar por meio de atividades concertadas e harmônicas. Nesse sentido, o presente tratado oferece importante direcionamento à ação conjunta de ambos os países e constitui marco importante no combate às atividades ilegais, concorrendo, ainda, para a fixação de novo patamar no relacionamento bilateral.”

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2008, o relator, o Senador Romeu Tuma, que subscrevo com muita honra.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências. Item 07 Extrapauta: Projeto de Decreto Legislativo 98 de 2008:

“Aprova o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para concessão de permanência a detentores de vistos temporários, ou a turistas, celebrado em Porto Iguaçu, em 30 de novembro de 2005.”, Autoria: Comissão de Relações Exteriores, e a relatoria do Senador Geovani Borges, que encontrando-se ausente, solicitaria ao Senador Pedro Simon, para exercer a função de relator *ad hoc*, com a palavra V.Ex^a.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Totalmente favorável, Sr. Presidente. Aprofundar a integração Brasil-Argentina, dentro do espírito de MERCOSUL, nós somos totalmente favoráveis ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradecendo o poder de síntese do Senador Simon, que é pela aprovação, coloco em discussão, não havendo quem queira discuti-lo. Em votação. Os senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós temos aqui o item, dois itens que são os requerimentos 714, 727, que são, que versam sobre o mesmo assunto, apenas duas autorias, de dois Senadores do Amazonas, vou ler o texto. Item 08: Extrapauta RQS 714/08 *“Requer nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal voto de censura às declarações que teriam sido feitas pelo empresário sueco, Sr. Johan Eliasch, consultor do Governo britânico para assuntos relativos à preservação ambiental, propondo a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.”*

O outro é o Item 09 Extrapauta: RQS727/08 que *“Requer nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de censura e repúdio ao senhor Johan Eliasch, empresário sueco apontado como maior comprador de terras na Amazônia.”* Nós poderíamos juntá-los e... Autoria de um é o Senador João Pedro, de outro o Senador Arthur Virgílio, ambos do Amazonas. A relatoria de ambos, do Senador Tuma, que estando ausente, confiando no poder de síntese, o Senador Eduardo Suplicy, para atuar como relator *ad hoc*.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente. Trata-se de voto de censura e repúdio ao Sr. Johan Eliasch, empresário sueco e Diretor da ONG Cool Earth, apontado como comprador de terras na Amazônia.

Diz o Requerimento que: *“O Brasil vem tomando ciência de numerosas reportagens acerca de questão da venda, a estrangeiros, de terras na Amazônia. A última delas, apresentada no Fantástico, da Globo, mostrou que o Sr. Johan Eliasch, empresário sueco diretor da ONG Cool Earth, adquiriu, em 2005, terras na Amazônia com o argumento de proteger a floresta.*

As terras, nos municípios de Manicoré e Itacoatiara, somariam cerca de 160 mil hectares, uma área maior que a cidade de São Paulo. Há ademais, suspeitas de que as compras seriam mais amplas e acobertadas por meio de empresas não governamentais controladas pelo empresário sueco-britânico.

A ABIN reagiu a essa transação e iniciou investigações que, preliminarmente, apuraram que nenhuma área da Amazônia estaria registrada em nome do empresário. Os negócios do Sr. Eliasch teriam sido feitos por meio de um fundo de investimentos, do qual o empresário seria o principal controlador. A ABIN teria identificado, também, que cinco áreas de proteção ambiental, num total de 145 mil hectares, seriam administradas pela ONG Cool Earth, controlada pelo empresário. Dessas duas dessas áreas... Duas dessas áreas levantam suspeitas por estarem localizadas em terras públicas do governo e por estarem ladeadas por solicitações de pesquisa geológica de reservas de ouro e por repousarem sobre formação geológica rica em um mineral encontrado em áreas de jazidas de diamante.

Quero deixar claro que não se trata de xenofobia, mas a quantidade de terras brasileiras em mãos de estrangeiros é preocupante. Muito embora o governo venha agindo com leniência, conveniência ou, no mínimo, pouco caso com o assunto.”

Isso diz o Senador Arthur Virgílio, que se trata de uma questão de soberania nacional, pelo que exige exame sério e com responsabilidade.

Há também um requerimento de sentido...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está anexado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): De... Estou procurando saber de quem é o outro...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É um do Senador Arthur Virgílio e outro do Senador João Pedro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Do Senador João Pedro, que, praticamente, nos mesmos termos, pede o voto de censura às declarações que teriam sido feitas pelo empresário sueco Johan Eliasch, consultor do Governo Britânico para assuntos relativos à preservação ambiental, propondo a compra de terras da Amazônia por estrangeiros.

Em face do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação tanto do requerimento 714, quanto 727, dos Senadores Arthur Virgílio e João Pedro, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão, não havendo quem queira discuti-las em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprova-

das. As matérias vão para a Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências.

Requerimento sobre a Mesa. Item 10 Extrapauta: Requeiro com base no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores, aprove voto de congratulações ao Governo Colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-Senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e de três soldados americanos que estavam em poder das FARC, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Requeiro ainda que seja manifestado ao Governo Colombiano o posicionamento da comissão de que esse acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado e vivenciado pelo país irmão; sala das comissões, 3 de julho de 2008, o Senador José Nery é o autor da proposta. Srs. Senadores que concordam--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Permaneçam como se encontram. Aprovado. Pois não, V.Ex^a.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, apenas fazer a observação que nós assistimos ainda hoje pela manhã, rapidamente, a chegada dos filhos da Ingrid Betancourt, e as suas primeiras declarações que ela deu e mostram que foi realmente uma operação militar, muito bem-sucedida, que se fez necessária em virtude das condições de relutância das FARC para a negociação. É evidente que com o enfraquecimento, pode ser que agora eles se exponham a uma negociação e leve ao fim desse movimento armado terrorista que por quarenta anos desafia o Governo Democrático da Colômbia.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Mesa solicita que seja encaminhada ao Sr. Embaixador do Brasil... Da Colômbia no Brasil, a aprovação desse requerimento. Eu...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu também quero concordar com o requerimento do Senador José Nery e os termos especiais e ressaltados pelo Senador Eduardo Azeredo, esperando que efetivamente possa, possam as FARC e o Governo Colombiano ter um diálogo visando a pacificação e a passagem dos membros das FARC a uma atividade que se caracterize pela legalidade.

E que possa, inclusive, ser este o espírito com que venhamos a cumprir a missão que V.Ex^a nos designou para visitar a Colômbia no diálogo que lá teremos, tanto com Ingrid Betancourt como com eventuais autoridades do Parlamento e do Governo. E aproveitaria a oportunidade para sugerir a V.Ex^a que, juntamente com este requerimento que V.Ex^a encaminhará ao Embaixador da Colômbia, possa também encaminhar a cópia da carta que V.Ex^a encaminha ao Presidente Garibaldi sobre a designação dos membros dessa Comissão, que têm a missão de visitar a Sra. Ingrid Betancourt para transmitir o convite para ela vir ao Senado Brasileiro, uma vez que ele poderá nos informar a respeito de qual o momento certo para essa viagem, já entrando em contato com a Sra. Ingrid Betancourt.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Mesa faz um registro solicitado por V.Ex^a e apenas deixa marcada aqui a sua posição de estranheza pela demora com que o Brasil teve para se manifestar com relação a solidariedade à Sra. Ingrid Betancourt.

O Governo Brasileiro só manifestou-se, meu caro Senador Suplicy, quatro horas depois, não segue a linha de V.Ex^a, que é rápido e imediato quando se diz respeito a solidariedade. Eu faço apenas esse registro, para que fique nos anais.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Que eu tenha tomado conhecimento, o Presidente tomou conhecimento e de pronto saldou o fato. Ele estava, conforme todo o noticiário ontem relatou o Presidente estava recebendo uma delegação chinesa e de pronto ressaltou a solidariedade e regozijo pelo ato, bem como o Ministro Celso Amorim deu entrevista à imprensa enaltecendo a ação, inclusive, pelo fato de não haver quaisquer feridos na operação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quatro horas depois, senhor.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não queira V.Ex^a que todo mundo tenha a rapidez do Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero apenas fazer esse registro, além do mais foi uma nota... mole, frouxa, como se diz na diplomacia parlamentar. V.Ex^a, Senador Pedro Simon solicitou a palavra, com o maior prazer, concedo-lhe.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Primeiro, eu queria manifestar e acho que ou agora ou oportunamente, eu acho que a Comissão de Relações Exteriores devia manifestar uma posição contrária à reativação da quarta frota que o Presidente George Bush está comunicando a nação, ao mundo.

E surpreendentemente para mim, eu sou fã, tenho muita simpatia pelo candidato Obama, na entrevista que ele dá a Folha ele se manifesta favorável.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O assessor dele.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O assessor dele se manifesta favorável. Eu tenho as piores recordações dessa quarta frota e não entendo porque, numa hora que nem esta, onde as coisas vão muito bem no Brasil, muito obrigado, e na América Latina também vão muito bem, qual é a razão de se recriar a quarta frota com destinação à América Latina.

O Presidente Lula, na minha opinião com muita competência, na mesma hora refutou e a Presidente da Argentina, que estava junto com o Presidente Lula, os dois, na mesma hora, refutaram e acho que cabe a nós aqui também tomar essa posição.

Não sei se é para aprofundar, não sei como é que vamos fazer, mas eu quero dizer que eu sou radicalmente contra, numa hora que agora está se discutindo, nessa altura está se discutindo, inclusive, os familiares do Presidente João Goulart estão requerendo em juízo recompensa pela participação dos americanos no Golpe de 64, está provado no livro do ex-Embaixador no Brasil toda a ação que eles tiveram e eram exatamente os *marines* americanos que estavam aqui, naquela região, como eram os *marines* americanos que interviram em Salvador, em San Salvador, eu acho que não vejo razão. Em primeiro lugar eu acho, na República Dominicana, perdão.

Em primeiro lugar, eu acho um ato ridículo de um ex-Presidente, ex-Presidente mentira, mas um Presidente que está no fim do mandato, essa se fosse uma questão, era para ser decidida pelo novo Presidente, quer dizer, o novo Presidente que vai assumir, toma uma decisão dessa importância e dessa natureza.

Eu acho que é um ato que não tem nenhuma razão, se é assunto para ser discutido, deixa o novo Presidente discutir, agora um Presidente que está em fim de mandato, com projetos... As pesquisas de opinião pública dizendo que na história do americano, desde a Independência Americana, não teve um Presidente com tanta rejeição como tem esse, de repente criar a quarta frota para a América...

Eu acho que nós devíamos, não sei se é agora, não sei se é deixar para a próxima reunião, mas acho que nós podíamos, na minha opinião, já falar agora e fazer eu acho que as duas coisas, já manifestar uma rejeição agora, pelo menos dizer que a proposta está sendo apresentada por mim e... Eu acho, realmente, muito, muito importante nós tomarmos uma posição nesse sentido. Muito clara nossa posição nesse sentido.

Acho que não há razão. Primeiro lugar, até [ininteligível] até eu diria da ética política, o Sr. Bush não há nenhum motivo aqui, não há nenhum fato grave: "Não! Nós precisamos agora criar a quarta frota!" Não há nenhum motivo. Então, no final de mandato, em plena campanha eleitoral, eu acho que em primeiro lugar, sob qualquer ponto de vista que se analisar, não há lógica. E para nós, eu acho que nós temos uma triste memória do que aconteceu lá. Essa é a primeira proposta que eu faço questão de fazer.

A segunda, eu quero comunicar que eu, uma visita particular, estou indo, eu tenho uma enteada minha muito querida, que eu criei e que casou com um inglês e eu vou, agora no segundo semestre do recesso, eu vou à Inglaterra e vou à França. E para mim não dizer que eu estou indo fugido eu estou comunicando à Comissão e estou pedindo licença para que eu possa fazer essa visita que eu farei.

E pretendo conversar com os Embaixadores, e pedir inclusive a V.Ex^a, é uma visita particular minha, mas o que eu puder fazer, puder colaborar alguma coisa eu estaria inteiramente à disposição.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Inglaterra...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A terceira... Inglaterra e França. A terceira é que já passou o tempo. Mas é aquela nossa chamada do... do... Comandante do... do... Exército da Amazônia, que vinha conversar conosco, ficou... V.Ex^a viajou, e nós como V.Ex^a, é uma figura *inter pares* da nossa Comissão, por qualidade, por mérito, podia ser Presidente, teria mérito, e só V.Ex^a teria mérito, mas V.Ex^a, mais a Presidência não estava aqui, nós paramos tudo.

Eu não sei se não era oportuno, claro que depois do recesso, mas eu acho que aquele assunto, talvez até agora, que a água baixou, que não está nas manchetes, não está na notícia, não cria crise nenhuma, mas eu acho que seria muito interessante.

Eu fui e participei ontem de um debate da Comissão de Agricultura, eu acho que este assunto é um assunto, eles decidiram, decidimos fazer lá, na hora da votação, até queriam impedir a votação de um projeto sobre problema de projetos de agricultura e o representante da Amazônia queria trancar e eu achei que não, que nós devíamos ter votado e votamos. Mas lá ficou decidido e eu trago aqui o problema de venda de terra para estrangeiro.

O problema de como é que é isso? Como é que não é? Legislar essa matéria, debater essa questão toda. Então foi tomada uma decisão lá que eu acho que nós devíamos discutir aqui e, talvez, duas ou três Comissões, analisar com tranquilidade, com serenidade de toda essa questão.

Essas questões que estão acontecendo, eu acho que a questão que nós votamos no Congresso, de terra para estrangeiro, a Amazônia, de repente, quarenta anos de concessões renováveis por mais quarenta, que o Supremo levantou dúvida, eu acho que todas essas questões, essa está sendo discutida agora na Comissão de Infra-Estrutura, a questão referente ao cidadão que está oferecendo.

Eu acho que se nós pudéssemos entrar nessa questão, fazer um trabalho de conjunto seria interessante. Fazer uma coisa também aqui, eu digo tranqüila, serena, vamos discutir a Legislação, o quê que é, como é que é, a venda de terra, a concessão de terra para estrangeiro, como é que é e como é que nós achamos que deve ser feito.

Eu acho que seria muito interessante se nós... fazer... V.Ex^a... nós pedimos à assessoria do Senado que trouxesse todo o material, tudo que existe hoje sobre isso, para nós debatermos e discutirmos o que pode ser feito. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu concordo com V.Ex^a e lembro até que no dia foram assinados, foram aprovados dois requerimentos. E por, decisão, aqui a taquigrafia pode, as notas taquigráficas podem esclarecer, por decisão de um companheiro, optou-se por chamar primeiro o Ministro Jobim e em seguida o... o Comandante. Eu quero saber se nós vamos manter o que foi aprovado ou se...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, vamos...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu posso repetir à V. Ex^a. Agora é melhor do que antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está certo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Porque antes era no meio daquela crise, etc. e tal. Agora, aquilo passou, mas a questão é grave e continua em pé.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não é melhor o General primeiro, o Comandante primeiro, depois o Ministro, porque o Ministro...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Veja bem...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não é melhor inverter a ordem. Primeiro o Comandante da Amazônia, depois o Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu achava até que poderia ouvir os dois.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu acho que, com todo o respeito, eu acho que o Sena-

dor está certo. Porque se nós trazermos o Major, o Comandante depois, parece que ele está se contrapondo ao que o Ministro falou. Então, ele vem e fala o que ele tem que falar e o Ministro venha depois, mas primeiro o General.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O que ocorre é que foi aprovado aqui por solicitação de um Senador, não me recordo, era bom até consultar as notas taquigráficas, foi aprovado... Houve uma ponderação aqui e foi aprovada a decisão de que primeiro seria chamado o Ministro.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu acho que é o contrário, Presidente, com toda a sinceridade, porque se o Ministro...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, vamos...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Até porque se o Ministro vem e fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Concorde plenamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E se os dois vierem juntos?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, é que um fica com o outro. É bom o cara vir e falar por conta própria.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então faremos o seguinte: na próxima reunião, na próxima quinta-feira, a gente faz, pede a inversão e já convoca imediatamente o... Senador. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero apenas dar meu apoio ao que o Senador Pedro Simon colocou relacionado com a quarta frota e acrescentar uma sugestão, Senador Pedro Simon.

Talvez não hoje, com tão pouca gente, até porque se essa frota passar aqui alguns dias apenas e for embora, o problema desaparece, mas uma reunião em que a gente decida, por exemplo, de irmos fazer uma visita ao Embaixador americano, para ouvir dele o quê que ele tem a dizer, quais são as razões e manifestar a nossa preocupação. E por quê que eu ponho essa preocupação? Eu não ponho essa preocupação por razões militares. Não. Eu não ponho minha preocupação por razões militares; não creio que esses caras vão jogar bomba atômica aqui e nem invadir o Brasil. Eu ponho por razões diplomáticas.

No momento em que se fala tanto em internacionalização da Amazônia, perda de soberania, essa tropa chega aqui acirra os ânimos brasileiros. A juventude brasileira está preocupada com isso. Há um acirramento, uma suspeita e ajuda a aumentar a suspeita. Diplomáticamente é um gesto muito equivocado e eu

creio que valia a pena a gente fazer esse pronunciamento, viu, Presidente.

O que eu sugeri aqui é que façamos o debate mais adiante sobre a quarta frota, se ela for embora acabou já o problema, mas minha preocupação não é militar, é diplomática. Militarmente, eu estava dizendo, não acredito que vão fazer nada contra o Brasil, mas, há hoje um clima, uma insistência, uma repetição muito grande em relação a essa idéia de internacionalização da Amazônia, perda da soberania. Todo dia sai uma matéria sobre isso em algum lugar. E a vinda dessa esquadra, aumenta essa desconfiança, acirra os ânimos. Por isso a minha sugestão de irmos, um grupo, visitar o Embaixador americano, para manifestar nossa preocupação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A proposta do Senador Cristovam é oportuna e eu solicito, com a concordância, de que V.Exª e o Senador Suplicy hoje mesmo procurem o Embaixador americano para esclarecimentos sobre essa questão da quarta frota.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E... o Embaixador...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas e o Senador Pedro Simon? Também.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Pedro Simon também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É que eu entendi que o Senador Pedro Simon ia se ausentar de Brasília, por isso é que eu não o incluí.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas, caso contrário, com o maior prazer. Agora, a eficácia era se essa visita fosse feita hoje, Senador Suplicy.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Semana que vem para...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então dá tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, ele vai se ausentar hoje de Brasília, não é a viagem para o exterior. O que eu entendi é isso, por isso que eu indiquei...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Vai a Porto Alegre.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Indiquei V.Exª e o Senador Cristovam,

para hoje tomar essa providência, já que V.Exª só viaja para Fortaleza a noite.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pelo menos por telefone...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Conheço sua vida toda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quem sabe para marcar para a próxima semana a visita. Mas eu gostaria de sugerir...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas qual de nós três, Sr. Presidente, faz o contato, tem que ser um fazer o contato.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A comissão solicita aqui, a Secretaria solicita, diz que houve uma delegação, uma aprovação, todos aprovam, então o Senador Suplicy que...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem estreitas ligações com...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quero também sugerir...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o Governo Americano, facilitaria muito esse... Juntamente com V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas eu gostaria de sugerir aproveitando a viagem, mesmo que em caráter privado do Senador Pedro Simon à França e ao Reino Unido, que, se porventura já que a Sra. Ingrid Betancourt estará na França, se o Senador Pedro Simon, até com o diálogo com as embaixadas do Brasil, da Colômbia e as autoridades francesas, puder ter a oportunidade de conversar com a Sra. Ingrid Betancourt ali na França, que ele, inclusive, adiante o propósito da missão, viu, Presidente.

Presidente... Então, se por acaso o Senador Pedro Simon tiver a oportunidade de encontrar-se, de visitar a Sra. Ingrid Betancourt ali na França, em Paris, ou aonde for, que possa já formular o convite que V.Exª atribuiu a nós para irmos à Colômbia porque se ele tiver essa oportunidade...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o maior prazer.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Será ótimo. E que V.Exª então, oficialmente também o designe para eventualmente realizar esta missão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, V.Exª é um diplomata nato. Eu não... Quando ele comunicou a ida a França eu pensei muito nisso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ele sou eu?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, quando V.Ex^a... Mas eu... Qual é a minha cautela? Nós ficamos vendo aqui durante um período as declarações da ex-Senadora e ela declarou que ia à França passar uma semana, ou dez dias, em caráter estritamente pessoal, para matar a saudade dos familiares e voltaria para a Colômbia que ali era a sua pátria. Eu não quero colocar o Senador Pedro Simon...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Mas ele também estará em caráter pessoal, e de repente surge uma inesperada, agradável surpresa e ele, então, pode dialogar com a Sra. Ingrid Betancourt.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Ex^a há de convir que o Senador Simon não passou seis anos no cativeiro; ele tem... Ela tem traumas, ela vai se submeter a exame médico. Agora, fique inteiramente a vontade, eu vou comunicar aos Embaixadores da França e da Inglaterra, essa visita. Se o Senador Simon que é um homem experiente e de discernimento achar conveniente e houver espaço, tudo bem.

Agora não gostaria de dar uma missão dessa natureza, tendo em vista as circunstâncias em que...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é, verdade?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, agradecendo aos colegas pelo avanço que nós conseguimos impor a esta pauta no item acordos.

Nós estávamos realmente com atraso, não por culpa do Senado, mas porque essas matérias não chegavam aqui.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 13h30.

Discurso do Senador Eduardo Suplicy sobre sua viagem ao Timor Leste, aprovada para constar da ATA da Reunião do dia 03/07/2008, pelo Presidente da CRE, Senador Heráclito Fortes.

O despertar da mais nova nação: o Timor Leste
Eduardo Matarazzo Suplicy

Em 28 de janeiro último, a convite de Carolina Larreria, companheira de Sérgio Vieira de Mello, participei no Rio de Janeiro da recepção ao Presidente do Timor

Leste, José Ramos Horta, o qual, juntamente com o Bispo Ximenes Belo, recebeu o Prêmio Nobel da Paz de 1996 em razão do empenho de ambos para que o povo leste-timorense alcançasse sua independência, finalmente conseguida em 2002.

Carolina e Sérgio ficaram muito amigos de Ramos Horta durante o período em que Sérgio coordenou as ações da ONU no Timor Leste e administrou o País por três anos. Em 1999, 80% da população votaram pela independência em relação à Indonésia, elegeram a Assembléia Constituinte e finalmente tiveram seu primeiro governo autônomo iniciado em 2002.

Na recepção no Rio relatei ao presidente Ramos Horta os detalhes da recente viagem que fiz ao Iraque com o objetivo de expor ao governo e ao seu Conselho de Representantes a proposta de uma Renda Básica de Cidadania – RCB. O interesse do presidente leste-timorense pelo assunto levou-nos a continuarmos nossa conversa no dia seguinte.

Por cinquenta minutos expliquei-lhe como o Timor Leste, embora tendo uma das mais baixas rendas per capita no mundo, poderia seguir exemplo semelhante ao do Alasca e prover aos seus um milhão e cem mil habitantes uma Renda Básica de Cidadania, principalmente agora que o país deu início à exploração de petróleo, o que tem gerado cerca de US\$ 100 milhões por mês para um Fundo Petrolífero. Relatei que no Brasil o Congresso Nacional aprovou uma lei nesse sentido, para a introdução da RCB por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como o faz o Programa Bolsa Família. Ele considerou a proposta fascinante e me convidou a explicá-la em seu país.

Inicialmente a viagem para o Timor Leste deveria ser em março, mas no dia 10 de fevereiro o presidente Ramos Horta foi gravemente baleado quando fazia exercícios, próximo de sua residência em Díli. Tão logo recuperado, o presidente reiterou o convite para minha ida ao seu país nos dias 16 a 18 de junho.

Ao chegar em Díli fui recebido no aeroporto pelo Presidente. Para mim, um senador da República, este gesto, além de ser uma grande honra, expressa uma amizade especial para com o Brasil e denota o interesse de Ramos Horta na erradicação da pobreza em seu país. Além disso, demonstra a expectativa de cooperação do governo leste-timorense para com o nosso governo, que deverá ser aprofundada com a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Timor Leste em 12 de julho.

Logo ao chegar pude perceber que o Timor Leste é muito bonito e tem grande potencial para o turismo. Isso me fez pensar em seus indicadores sociais que o retratam como um país bastante pobre com uma ex-

pectativa de vida de 56 anos, taxa de alfabetização de apenas 58% e onde uma em cada dez crianças morre antes de completar cinco anos de idade. 42% de sua população têm até 15 anos e a taxa de crescimento populacional é alta: 5,36% ao ano. A renda per capita em 2007 foi de apenas US\$ 367,00.

No trajeto para o hotel, avistei próximo ao aeroporto um grande acampamento de famílias. Soube que elas tiveram suas casas queimadas em uma das revoltas ocorridas nos últimos anos, fruto da guerra que abalou o país.

No primeiro dia o Presidente ofereceu-me um jantar, do qual participaram as Ministras das Finanças, da Solidariedade, o Ministro das Relações Exteriores, o Diretor do Banco Mundial no Timor Leste, Antonio Franco, o Embaixador de Portugal em Díli, João Nugent Ramos Pinto, o senhor Roque Rodrigues, além do assessor especial do presidente Ramos Horta. Nosso Embaixador, Edson Marinho Duarte Monteiro, acompanhou-me, no jantar e durante toda minha estada naquele país. Nessa ocasião o Presidente Ramos Horta falou acerca da implantação da Renda Básica de Cidadania e observou que, em razão de existir um desnível muito grande na distribuição da renda de seu país, o pagamento do benefício deveria começar pelas pessoas que têm rendimentos mais baixos.

A cada diálogo com as autoridades leste-timorenses constatee a enorme vontade do governo em superar os desníveis sociais. Bem como o interesse em aprenderem com a nossa experiência no que diz respeito aos programas de transferência de renda, de micro-crédito, de crédito para agricultura familiar, de programas educacionais, qualificação de docentes, sobretudo de língua portuguesa. A mesma curiosidade também existe nas áreas de agricultura, pesca, zootecnia, justiça, defensoria pública, promotoria, execução orçamentária, cultural, desenvolvimento empresarial, instrução militar, assessoria parlamentar, dentre outras.

No que concerne à transferência de renda, o governo leste-timorense iniciou um programa piloto denominado Bolsa das Mães, que leva em conta a experiência brasileira do Programa Bolsa Família. A implementação desse programa apresenta alguns entraves tendo em vista a precária estrutura administrativa local, a inexistência de rede bancária e de caixas automáticos, o que impede a implementação de um sistema de cartão eletrônico.

No dia seguinte, fui recebido em audiência pelo Primeiro Ministro Xanana Gusmão, o qual se interessou de tal forma pelo tema que o encontro se prolongou por uma hora e vinte minutos. Na ocasião, também

esteve presente o Vice-Primeiro Ministro José Luís Guterres.

O diálogo seguinte com a Ministra das Finanças, Emília Pires, que descreveu o sistema tributário do país, o qual possui basicamente quatro impostos. Um deles, o imposto de renda que incide sobre os rendimentos dos assalariados que ganham mais de quinhentos dólares mensais e sobre os rendimentos dos negócios dos comerciantes, tem uma alíquota de 10%. Outro imposto importante é o incidente sobre as importações com uma alíquota única de 2,5%.

Relatei à ministra que o professor Anthony Atkinson, da Universidade de Oxford, na Inglaterra, publicou um livro sobre "Finanças Públicas em Ação: A Renda Básica e a Proposta de Imposto Fixo (Flat Tax)", que poderia auxiliar no processo de implantação da RBC no Timor Leste. De nosso diálogo surgiu a proposta de realizarmos, em breve, em Díli, um encontro de alguns grandes economistas como Amartya Sen, Joseph Stiglitz, Jeffrey Sachs, Philippe Van Parijs, Anthony Atkinson e Guy Standing para debater como libertar o Timor Leste da pobreza.

Em minha audiência com a Ministra Maria Domingas Fernandes Alves, pude entender porque aquela mulher, que dos 15 aos 18 anos foi ativista da resistência nas montanhas, tornou-se a Ministra da Solidariedade. Além da Bolsa das Mães, sua pasta dá prioridade aos veteranos combatentes, aos idosos e aos inválidos. Os programas sociais estão iniciando e nesse ano deverão atingir 7 mil famílias.

Em meu encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Zacarias Albano da Costa, juntamente com o Embaixador brasileiro, conversamos sobre eventual cooperação que os Ministérios das Relações Exteriores, Desenvolvimento Social, Agricultura, Justiça dentre outros, poderão oferecer ao Timor Leste.

Nessa visita dialoguei ainda com o diretor do Banco Mundial, Antonio Franco, que solicitou a indicação de um brasileiro para ajudar ao governo leste-timorense na implantação de um programa equivalente ao Bolsa Família até chegar à Renda Básica de Cidadania. Essa pessoa deverá ter a experiência acumulada no Brasil para prestar assessoria em toda a fase de implantação do programa.

Gostaria de parabenizar os inúmeros brasileiros – professores, defensores públicos, procuradores, juízes, médicos, religiosos e técnicos, que prestam serviços nas mais diversas áreas no Timor Leste.

No desfecho de minha visita, proferi duas palestras sobre os fundamentos, o desenvolvimento da idéia, o debate nos diversos países e as experiências pioneiras da implementação da Renda Básica de Cidadania. Como exemplo, discorri sobre a distribuição

de rendimentos do Fundo Permanente do Alasca, do início de um pagamento de uma Renda Básica para os 1005 habitantes de Otjiviero, Omitara, um vilarejo da Namíbia, além de falar da experiência que está por se iniciar em Paranapiacaba, distrito de Santo André. A receptividade sobre o assunto foi muito grande.

A primeira palestra, para 350 pessoas, foi na Universidade Nacional do Timor Leste, e a segunda, no plenário do Parlamento Nacional. Essa era para ser apenas para a Mesa Diretora e para os líderes partidários. Entretanto, cerca de 33 dos 65 deputados estiveram presentes. Ao final das explicações e das respostas às perguntas na Universidade, 75% da plateia se mostraram favoráveis a que o Timor Leste se torne um exemplo da implantação da Renda Básica de Cidadania. No Parlamento, a aceitação também foi intensa pelas palavras e palmas dos parlamentares.

A caminho do aeroporto, passei no gabinete do Presidente José Ramos Horta para me despedir, dar-lhe um abraço e agradecer toda a atenção. Mesmo estando em audiência com o Bispo Emérito da Noruega, Gunnar Stalsett, do Comitê do Prêmio Nobel, me recebeu e foi atencioso.

Na ocasião, o Presidente Ramos Horta reforçou a necessidade da realização, o mais breve possível, de um encontro de economistas para debater como transformar o Timor Leste num país com desenvolvimento sustentável e justiça social. Deixei com o Presidente dois trabalhos que foram apresentados no XII Congresso Internacional da BIEN, Basic Income Earth Network, realizado nos dias 20 e 21 de junho em Dublin, Irlanda: "Timor Leste, Salário Mínimo, Garantia de Empregos, Pagamentos de Bem Estar ou Renda Básica", do Professor John Tomlinson, da Queensland University of Technology, Australia; e "A Renda Básica e o Direito à Existência no Timor Leste", de David Casassas, Daniel Raventos e J. Wark, apresentado na Conferência Européia de Estudos para a Ásia Sudeste, em 12-15 setembro de 2007. Esses estudos concluem pela viabilidade de o Timor Leste ser um exemplo da implantação da Renda Básica de Cidadania.

Ao Presidente José Ramos Horta, Presidente do Timor Leste,

Ao Primeiro-Ministro Xanana Gusmão.

Dublin, 21 de junho de 2008.

Renda Básica no Timor Leste

Prezado Senhor Presidente

Prezado Senhor Primeiro-Ministro

Em nome da Rede Mundial da Renda Básica – BIEN, lhe escrevemos no encerramento do XII Congresso Internacional, realizado em Dublin, Irlanda.

Em primeiro lugar, desejamos-lhe sucesso em sua busca em transformar seu jovem país em uma nação cujos cidadãos tenham liberdade e segurança econômica para desenvolver suas aptidões. Segundo, gostaríamos de nos solidarizar com Vossa Excelência e informar que nos colocamos à disposição para oferecer serviços de assessoria, caso deseje implantar uma Renda Básica como direito fundamental de todos os cidadãos do Timor Leste.

Isso é financeiramente e politicamente factível e fortaleceria o compromisso de longo prazo com a democracia e desenvolvimento econômico e social de seu país.

Cordialmente, – Professor Guy Standing, Co-presidente BIEN guystanding@standingnet.com; – Senador Eduardo /Matarazzo Suplicy, Co-presidente BIEN eduardo.suplicy@senador.gov.br; – Professor Philippe Van Parijs, Presidente, Diretoria Internacional, BIEN. (philippe.vanparijs@uclouvain.be).

To President Jose Ramos Horta,

President of East Timor,

To Prime Minister Xanana Gusmão

June 21, 2008.

Basic Income in East Timor

Dear Mr. President and Mr. Prime Minister,

On behalf of BIEN, the Basic Income Earth Network, we are writing to you on the conclusion of the 12th International Congress held in Dublin, Ireland.

We are writing, first, to wish you every success as you seek to transform your very new country to one in which all your citizens have the freedom and economic security in which to develop their human capacities. Second, we are writing to express our sense of solidarity and to inform you that we stand ready to offer advisory services should you wish to develop a basic income as a fundamental right for all citizens of East Timor.

Such a scheme is financially and politically feasible, and would strengthen the long-term commitment to democracy and inclusive social and economic development.

With our very best wishes,

Yours sincerely, – Professor Guy Standing, Co-chair, BIEN guystanding@standingnet.com; – Senator Eduardo /Matarazzo Suplicy, Co-chair, BIEN eduardo.suplicy@senador.gov.br; – Professor Philippe Van Parijs, Chair, International Board, BIEN (philippe.vanparijs@uclouvain.be).

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE JULHO DE 2008, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia oito de julho de dois mil e oito, na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, do Senado Federal, sob a Presidência dos Senadores **PAULO PAIM** e **EDUARDO AZEREDO**, reúnem-se conjuntamente as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **JARBAS VASCONCELOS**, **VIRGÍNIO DE CARVALHO**, **ROMEU TUMA**, **EDUARDO AZEREDO**, **GEOVANI BORGES**, **CÉSAR BORGES**, **FLEXA RIBEIRO**, **FLÁVIO ARNS** e **PAPALÉO PAES**, e da Senhora Deputada Federal **JANETE MARIA GÓES CAPIBERIBE**. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação do item único da Reunião *“com o objetivo de debater as relações bilaterais entre o Brasil e a França, entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa”*, em atendimento ao Requerimento nº 36, de 2008–CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Papaléo Paes, e ao Requerimento nº 47, de 2008–CDH, de autoria do Senador Papaléo Paes. O Presidente passa a palavra aos convidados presentes: Ministro **EDUARDO GRADILONE**, Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, representando o Chanceler Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores; **ANTOINE POUILLETE**, Embaixador da França no Brasil; e o Deputado Estadual **CAMILO CAPIBERIBE**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá. Ocorrem duas trocas de presidência durante a Reunião: o Presidente, Senador Paulo Paim, passa a presidência para o Senador Papaléo Paes; e o Presidente, Senador Papaléo Paes, passa a presidência para o Senador Eduardo Azeredo. Usam da palavra os Senadores **PAPALÉO PAES**, **ROMEU TUMA**, **EDUARDO SUPLICY**, **FLEXA RIBEIRO**, e à Deputada Federal

JANETE MARIA GÓES CAPIBERIBE. O Presidente agradece a participação de todos e faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezessete horas e cinco minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente em exercício.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA
ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE JULHO DE 2008, ÀS 14 HORAS E 34 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO DO SENADO FEDERAL.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Essa reunião conjunta com a 22ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item único. Audiência Pública. Nos termos do Requerimento nº. 47/08, de autoria do Senador Papaléo Paes, aqui conosco, aprovado em 28/05, de 2008, da realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores, com vistas a debater as Relações Exteriores bilaterais entre o Brasil e a França, entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa.

Nós convidamos para esse evento o Sr. Eduardo Gradilone, chefe do departamento e consultor de brasileiros no exterior representando Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado de Relações Exteriores. Convidamos também o Embaixador da França. Embaixador da França no Brasil. À medida que eu for citando o nome, já os convido para vir para Mesa. Temos aqui o tradutor que é o senhor...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele já pronunciou o nome ali. Então o Embaixador da França no Brasil, eu dei uma treinada antes, vou tentar não errar aqui a pronúncia. Então, Embaixador da França no Brasil, Sr. Antoine Pouillete, está certo? Saí bem, viu?

Convidamos também, está aqui conosco, o Deputado Estadual Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá, o Camilo Capiberibe. Já está aqui na Mesa com a gente.

Me permita, só para situar aqueles que vão assistir esse debate pela Audiência Pública, que eu leia o Requerimento do Senador Papaléo Paes, mais a justificativa, porque a introdução eu já fiz. Justificação da proposta do nobre Senador Papaléo Paes que essa Comissão acatou, aprovou e é o motivo dessa Audiência Pública. "O Estado do Amapá faz fronteira com a Guiana Francesa. Podemos dizer que historicamente há uma boa relação entre o Brasil e esse Departamento Ultramarino, componente da República Francesa, e como tal representado na Assembléia e no Senado Franceses. Nos últimos tempos, no entanto, essa boa relação tem sofrido abalos, devido a denúncias de violência contra cidadãos brasileiros que trabalham no lado francês. Quer seja de forma legal, quer seja ilegalmente. O caso mais recente é o que se refere à brasileira Nerize Dias de Oliveira, morta na Guiana Francesa, quando era deportada para o Brasil. A presente Audiência Pública visa debater ações políticas que possam garantir a segurança, a saúde e a integridade física dos brasileiros naquela fronteira. Bem como buscar soluções para uma convivência pacífica com nossos vizinhos franceses". Senador Papaléo Paes, V. Ex^a. quer fazer alguma consideração? Eu passarei a V. Ex^a. e em seguida passaria para os nossos debatedores aqui na Mesa.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, eu quero pedir permissão para V. Ex^a. para agradecer mais uma vez, primeiro a aprovação do nosso Requerimento aqui nesta Casa. Que foi uma sugestão do Deputado Estadual Camilo Capiberibe, Deputado muito atuante, muito preocupado com as questões sociais do meu Estado do Amapá, e que vive no dia-a-dia as conseqüências negativas que acontecem nessas ações que os governos não têm nada de oficial. São ações que, realmente, nós precisamos ter providências dos governos, tanto do nosso Governo quanto do Governo Francês, e esse é o grande motivo do debate.

E agradecer fundamentalmente, e realmente a responsabilidade dos senhores que comparecem a esta Audiência Pública mostrando que realmente os senhores representam muito bem os países que estão aqui representados, e que nós deixamos o nosso grande respeito à França, porque nós temos certeza absoluta que Brasil e França são integrados e, principalmente, esta integração se dá pela Guiana Francesa e pelo nosso Oiapoque. Por isso a nossa preocupação

em contornar e resolver questões cruciais que existem entre Brasil, entre o Oiapoque e França, Guiana Francesa. Muito obrigado a todos e fico realmente muito satisfeito e honrado em ver que o Amapá está aqui discutindo um tema extremamente importante para o país. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa Presidência assina embaixo, me permita, Senador Papaléo Paes, das suas considerações, fazendo essa saudação ao Embaixador da França, também a nosso Itamaraty, e também ao nosso Deputado Estadual, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Por isso meus cumprimentos Senador Papaléo Paes pela introdução já feita. E eu de imediato vou passar a palavra, pela ordem que eu já tenho aqui que foi preparado pela nossa assessoria, ao Dr. Eduardo Gradilone, que é chefe do departamento consultor e de brasileiros no exterior, representando o Ministro Celso Luis Nunes Amorim. Por favor, Dr. Eduardo, com a palavra. Nós vamos, de praxe, 15 minutos com mais cinco se necessário e com a tolerância da Mesa.

SR. EDUARDO GRADILONE: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, autoridades, colega Embaixador da França. Eu queria primeiro agradecer a honra do convite de estar aqui nessa Audiência como chefe do Departamento de Brasileiros no Exterior, eu tenho sido chamado muitas vezes aqui para conversar com os senhores. Nós estamos chefiando um departamento que faz parte de uma Subsecretaria relativamente nova no Itamaraty. É a Subsecretaria geral mais nova. Eu queria então fazer um pouquinho uma... Uma... Uma explanação geral das atividades dessa Subsecretaria, para depois me referir especialmente à Guiana Francesa.

Essa Subsecretaria geral foi criada no final de 2006, um pouco atendendo a uma recomendação da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista sobre a imigração ilegal. O relatório final dessa Comissão Parlamentar de Inquérito recomendou que houvesse no Governo uma instância de alto nível para cuidar dos brasileiros no exterior. De modo que essa Subsecretaria, a qual eu pertencço então, nasce por um Decreto Presidencial, mas por inspiração desta Casa e por inspiração de um trabalho que é considerado para nós referência. O relatório dessa Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, que focalizou não só a nossa migração para os Estados Unidos, para o Paraguai e para o Japão, foi muito mais além, entrou na problemática da imigração brasileira, entrou em aspectos profundos das dificuldades do mundo hoje com relação à imigração, e também da vertente, digamos, negativa dessa imigração no tocante a ilícitos transnacionais

que acabam um pouco prejudicando o trabalho dos brasileiros no exterior.

Mas essa Subsecretaria tão logo começou suas atividades, decidiu estabelecer quais seriam as suas prioridades. E as prioridades dessa Subsecretaria foram em primeiro lugar com relação às comunidades de brasileiros mais carentes e em situações mais urgentes da nossa vizinhança aqui na América do Sul. Nós tivemos que começar com a Bolívia, porque foi uma época em que o Governo Evo Morales decidiu implementar dispositivo constitucional, que proibia a ocupação de terras na área fronteira, então essa foi nossa primeira urgência, e conseguimos reverter uma situação e transformar um problema num fórum de conversações, na tentativa de criar projetos de ocupação econômica para esses brasileiros. A segunda prioridade foi a dos brasiguaios, que constitui um problema mais ou menos histórico para o Brasil e também conseguimos reverter situações de dificuldades, e transformamos as nossas conversações em grupo migratório e fundiário numa usina de cooperação, de entendimento, que tem inclusive sido fundamental nessa fase de transição do Governo. E a terceira grande prioridade é justamente a dos brasileiros na Guiana. É claro que também nós temos as prioridades com relação à comunidade mais numerosa que é dos Estados Unidos, a que mais cresce que é da Europa, e com a do Japão que é muito peculiar, inclusive devido à comemoração dos cem anos da imigração japonesa, também ela é muito importante para nós. Mas as Guianas constituem uma das grandes prioridades em termos de urgência. E isso fez com que nós tivéssemos então com relação às Guianas e à Guiana Francesa, em particular, uma especial atenção.

Eu, no ano passado visitei Caiena e outras cidades da Guiana Francesa em companhia da Deputada Pimentel e o seu marido, que é o Prefeito de Macapá. Nós fomos numa missão de apresentação, já que essa nossa Subsecretaria, uma Subsecretaria nova, fomos nos apresentar, mostrar nossa intenção de estar mais próximos dos brasileiros e estudar formas de fazer com que a presença positiva, como é a política nossa em qualquer lugar, seja mais positiva possível. De modo que nós tivemos a oportunidade de visitar autoridades de locais de Caiena, fizemos também visitas às comunidades brasileiras, e pudemos escutar reivindicações e demandas da nossa comunidade, inclusive em reuniões que nós fizemos no nosso consulado.

Pois bem, desde então a Guiana Francesa tem recebido uma atenção especial da nossa parte e nós tivemos uma ocasião muito boa de conversar francamente sobre questões relacionadas à nossa comunidade na reunião de cooperação, na 4ª Reunião da

Comissão Transfronteiriça Brasil-França, a respeito da Guiana Francesa, onde durante dois dias nós pudemos tratar de todos os assuntos que interessavam às duas partes, e em especial, inclusive com a presença de Deputados e representantes do Governo do Amapá, questões pontuais que nos preocupavam. O caso, por exemplo, da brasileira Nerize, que provocou grande... Grande... Comoção no Brasil. Tivemos a oportunidade de transmitir nossa preocupação, recebermos as informações, a versão do... Das autoridades franco guianeses com relação ao episódio. Na ocasião, o viúvo da brasileira estava presente por uma permissão especial, no sentido de acompanhar providências relacionadas à exumação do corpo, de modo que nessa reunião nós demonstramos a nossa preocupação com certos episódios e conseguimos de uma certa forma um entendimento no sentido de que nós iniciáramos e pretendemos iniciar em breve um... Um diálogo mais estruturado sobre assuntos migratórios.

Na Ata desse encontro, que foi um encontro que envolveu muitas outras áreas, porque nós temos a eminente construção da ponte sobre o Oiapoque, e isso vai certamente aumentar a quantidade, o número de brasileiros, assim como ocorreu quando da construção em Kolur(F), que mobilizou talvez a maior, mais numerosa partida de brasileiros para um outro país, isso em 64. De modo que nós pretendemos com esse diálogo criar um fórum em que nós possamos justamente com mais franqueza, com mais liberdade e com mais empenho discutir questões de natureza migratória, especificamente.

A grande prioridade nossa no Itamaraty é dissociar a agenda migratória de agendas negativas. De separar criminalidade, crimes transnacionais, terrorismo, segurança, prostituição de migração. Nós queremos separar os fóruns que requerem uma abordagem policial dos fóruns migratórios. Nós não queremos que brasileiros que trabalham, que contribuem para outros países possam ser atingidos por medidas que na verdade devem ter outro endereço. Houve plena compreensão do lado francês para a razoabilidade dessa nossa posição, de modo que de uma certa forma nós nos comprometemos a reforçar a colaboração com os franceses contra o crime, contra as atividades ilegais, mesmo que envolvendo brasileiros. E da parte francesa o compromisso de então inaugurarmos um fórum de diálogo. A nossa proposta é de criarmos um Grupo de Trabalho para Assuntos Migratórios, onde nós possamos discutir formas de ajudar o brasileiro, encaminhar nossos pleitos de desburocratização de certos procedimentos, eliminar certas dificuldades que a área consular tem para prestar essa assistência aos brasileiros e, ao mesmo tempo, contribuir para que haja

valorização da regularidade migratória, que é benéfica tanto aos brasileiros, como é benéfica ao Governo Brasileiro e ao Governo Francês.

De modo que eu acho que essa reunião foi muito importante. As delegações do Brasil e da França estão prestes a se reunir dentro de dois dias para consultas políticas bilaterais. Certamente as conversações que nós tivemos em Caiena serão objeto de conversações, e acho que com essa reunião do dia 12 de junho nós abrimos talvez uma nova era de relacionamento com a França e com a Guiana Francesa. Eu achava importante fazer essas considerações, um pouco para servir de pano de fundo para as discussões que teremos aqui hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Dr. Eduardo, representando aqui o Ministro Celso Luís Amorim. E de imediato eu passo a palavra ao nosso convidado, o Embaixador da França no Brasil, o Senhor Antoine Pouillete. V. Ex^a. está com a palavra.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma grande honra para eu estar aqui no Congresso, e no Senado da República. Desculpa para o meu português, se possível falar em francês com tradução.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]. Está melhor que o meu francês.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: Muito obrigado. [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Sr. Presidente, senhoras e senhores.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Estou aqui mais para responder as perguntas, do que para me expressar diretamente.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Não hesitei em atender seu convite.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Embora tenha entendido que seja pouco inabitual.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Primeiro, em vista do prazo que foi muito exíguo, e pelo princípio também.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Mas tenho como convicção que quando temos a oportunidade de discutir questões problemáticas devemos discutir.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Como bem sabem, Sr. Presidente, senhoras e senhores, o Brasil e a França são vizinhos.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Ou seja, compartilhamos quase 700 quilômetros de fronteira comum, que é a maior fronteira da França com outro país.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Deve ser esse um fator de esperança e progresso.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E, infelizmente, em verdade muitas vezes é um fator de dificuldade e, inclusive, neste nosso caso é um fator de dor.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Quero agradecer o Sr. Deputado Federal por sua presença aqui.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Pois entre as quatro pessoas convidadas aqui, somente temos duas.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Quero dizer, aqui, senhoras e senhores, que temos a vontade de realmente desenvolver o relacionamento entre o Amapá e a Guiana.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: A Guiana não é um território muito extenso e conta com 210 mil habitantes.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: 40% dessa população que vive na Guiana é constituída de estrangeiros.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Esse não é o fato do Brasil.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Eles vêm de todos os países que rodeiam a Guiana.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E, inclusive, o infeliz acidente evocado pelo Sr. Presidente ocorreu no Rio Maná, isto é, na fronteira entre a Guiana Francesa e o Suriname.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Isso dito, havendo morte de pessoa, devemos expressar nossa compaixão e estou aqui para registrá-la.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Enquanto deveríamos estar trabalhando em questão de desenvolvimento, estamos de fato trabalhando em questões de ordem pública.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E quero dizer umas palavras sobre esses problemas de ordem pública.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: São de três tipos.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: A pesca ilícita entre o Brasil e a Guiana.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: A garimpagem clandestina.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E todos os pequenos tráficos, ou grandes tráficos que ocorrem em volta.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Os problemas de pesca sensibilizaram o Itamaraty e a Embaixada da França.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E imagino que os senhores saibam que realizamos um grupo de trabalho muito eficiente sobre os problemas de pesca ilegal.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Pessoalmente penso, e vou dizer francamente, que se trata de um problema de pobreza.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: No entanto, é também um problema de violência. Essa violência não é mais aceitável para a França do que para o Brasil.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: O problema da garimpagem é um pouco diferente.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Porque dá para notar que as coisas são bem mais organizadas.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Vemos que garimpos que reúnem várias centenas de pessoas, quando destruídos, são imediatamente reconstituídos.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Esse também é um fator de desmatamento, contra o qual lutam ambos os governos.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E é um problema também de defesa do meio ambiente, uma vez que os garimpeiros usam mercúrio puro, que tem consequências graves para a saúde pública.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E o terceiro problema é constituído pelos pequenos tráficos que ocorrem em volta, como prostituição, vandalismo, roubos, furtos, etc.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: O que fizemos? O que foi que fizemos?

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Primeiro, a Polícia Federal Brasileira e as Forças Francesas da Ordem trabalharam conjuntamente.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: No Estado do Amapá e do Pará já ocorreram mais de três ou quatro seminários.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Foram realizadas patrulhas conjuntas marítimas e fluviais.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E é preciso saber que caso alguma pessoa em situação irregular, ilegal, seja detida na França, ela é imediatamente objeto de procedimentos judiciais, isto é, ela é levada a um juiz.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: A segunda coisa que fizemos foi trabalharmos aqui no campo.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Pessoalmente, eu fui à Guiana e Amapá, em janeiro passado.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E creio que no Oiapoque foi a primeira vez que houve um encontro entre o Governador do Amapá, o Sr. Góes... O Embaixador Francês no Brasil, o Embaixador da França no Brasil, e o chefe dos serviços administrativos da França no departamento.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: O representante do Governo.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Além disso, os dois Presidentes das Repúblicas, o Presidente Lula e o Presidente Sarkozy assinaram uma declaração conjunta para fixar um rumo político.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Esse rumo é o desenvolvimento, como já disse.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Mas também trata-se de termos um Centro de Cooperação Transfronteiriça.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Um acordo de Segurança Pública.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Um acordo de luta contra a garimpagem clandestina.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Pretendíamos assinar esse último acordo daqui a dois dias em Paris. Parece que vai haver um pequeno atraso, mas será assinado.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Pois é absolutamente necessário termos um marco para organizar e enquadrar o trabalho conjunto.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Agora, Sr. Presidente, além dos problemas de ordem pública, temos problemas de desenvolvimento.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E os dois Presidentes das Repúblicas resolveram abrir uma ponte no Oiapoque em 2010.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Desenvolver os vínculos humanos e econômicos.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Mas trabalhar também na questão universitária em relação à biodiversidade.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E trabalhar na questão da exploração econômica das grandes bacias florestais.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Este é um futuro muito mais motivador, muito mais excitante do que os problemas de ordem pública, a que nos referíamos há pouco.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Agora, evidente que antes de nos interessarmos pelo segundo problema, temos que nos dedicar ao primeiro problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa Presidência agradece ao Sr. Embaixador Antoine Pouillete. E de imediato passo a palavra ao nosso também convidado, e foi um dos que provocou esse evento, ao Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá, Camilo Capiberibe.

Mas antes me permita já registrar, Sr. Embaixador, aqui conosco, que afinal o seu prestígio ao assunto é grande, do Senador Eduardo Suplicy, está aqui conosco, está conosco a Deputada Federal Janete Capiberibe, está conosco desde o início o Senador Papaléo Paes e também o Senador Virginio de Carvalho. Eu passo entre os nossos quatro convidados, ao terceiro agora, para que exponha seu ponto de vista sobre o tema.

DEPUTADO CAMILO CAPIBERIBE (PSB-AP): Muito obrigado Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, que tem colocado a Comissão de Direitos Humanos do Senado da República à disposição das discussões que afligem a população, as populações do nosso Estado. Saudar o Senador Papaléo Paes, que tem sido um parceiro para que nós possamos trazer uma discussão para Brasília, que muitas vezes a dimensão dos fatos que acontecem na província tem dificuldade de chegar aqui ao centro de tomada de decisões. Gostaria de saudar o Embaixador da França que vem aqui democraticamente expor, a convite dessa Comissão. E o Chefe do Departamento Consular, o Sr. Eduardo Gradilone, que coloca também as questões, sua pasta do nosso Governo, Governo Federal, em relação às populações que residem fora de nossas fronteiras.

Em primeiro lugar eu gostaria de dizer que é claro, é muito claro o desejo dos dois países de se relacionarem. E esse desejo ficou cristalizado a partir do dia 28 de maio de 1996, com a assinatura do Acordo Quadro de Cooperação Brasil e França, e que consagrou inclusive um ponto de cooperação regional, local entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa. Então o Art. 6º desse acordo, ratificado pelo Governo através do Decreto 2.200, de 97, consagrou a possibilidade das relações se darem com o apoio, evidentemente, do Governo Federal, mas entre Estados que fazem parte aqui no Brasil Estado, na França Departamento, uma relação direta de cooperação em via de construir o desenvolvimento. E desde esse momento então, nós temos tido uma boa vontade. E é claro, na época do Presidente Jacques Chirac e o Presidente Fernando Henrique Cardoso se encontraram também em território da Guiana para lançar a intenção da construção desta ponte, que agora sabemos deverá ser entregue em 2010.

Treze anos se passaram, compromissos foram assumidos nessa relação bilateral. Foram cumpridos em sua parte. O Governo Francês fez a sua parte ao construir a estrada até São Jorge, e da parte do Amapá, nós aguardamos ainda a conclusão da BR 156 que vai ligar o Estado do Amapá, então, a todas as Guianas. Não apenas a Guiana Francesa, mas também a República das Guianas, ao Suriname e, posteriormente, voltando ao nosso país pelo outro lado da Amazônia, podendo ir para a Venezuela e para Roraima.

É preciso explicar a todos a importância que isso tem para o Estado do Amapá, uma vez que estamos isolados do resto do país pelo Rio Amazonas. Então nos encontrávamos naquele momento, e continuamos nos encontrando, em situação de isolamento. Então para nós é fundamental, tanto que a BR 156 avance até o Oiapoque, como que essa ponte seja construída. Então, alguns avanços foram feitos dos compromissos assumidos. Certamente, o Governo do Estado do Amapá assumiu o compromisso de expandir o conhecimento da língua francesa e concluiu isso através do Centro Danielle Mitterrand de Língua Francesa, que forma, hoje, duas mil pessoas que estudam o conhecimento dessa língua. O Estado do Amapá deve ser um dos maiores Estados com influência da língua francesa. Essa decisão até se impõe como uma necessidade.

Mas gostaria de realçar que fatos como esses que aconteceram, e daqui a pouco vou falar especificamente das questões que afligem o povo amapense, das circunstâncias que aconteceu com a Sra. Nerize Dias de Oliveira, nós temos com preocupação a demora em acontecer a reunião da Comissão Transfronteiriça, que se reuniu em setembro de 97, depois em março

de 99, em janeiro de 2002 e veio se reunir agora em virtude de uma agenda que não é a mais positiva, em 12 de junho de 2008. Queremos ver essa relação e essa cooperação acontecendo num ciclo natural de construção de uma agenda positiva, e não sendo colocada dentro da urgência dessas agendas, que nem sempre são as que nós gostaríamos de discutir.

Mas o povo do Amapá, e eu me senti, particularmente como Deputado Estadual que sou, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, em certos momentos, um pouco desamparado na minha tarefa de responder à minha responsabilidade de Deputado Estadual para com o povo do Amapá, na medida em que recebia as ligações do Suriname, dos amigos da família do Sr. Marlon Dias e da Sra. Nerize, pedindo o apoio que eles não conseguiam resolver certos problemas. Não conseguiam saber o que tinha sido feito com o corpo. Não conseguiam informações e isso me afligia e eu ligava. Liguei várias vezes aqui para o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado pedindo socorro, porque nós do Estado do Amapá tínhamos pouco a fazer, uma vez que essas relações se dão de Estado a Estado. Estado nacional. E por isso então procuramos aqui o Senado da República, para podermos dar algum tipo de satisfação para as pessoas que exigiam de nós medidas.

Porque um fato que eu gostaria de relatar antes desse, no início do ano de 2007, houve outro momento de tensão na relação entre esses dois departamentos, o departamento da Guiana e o Estado do Amapá, com relação ao trabalho dos catraieiros. Veja que o Estado do Amapá se relaciona com a Guiana Francesa, porque somos vizinhos, porque temos relações históricas que nem sempre foram as melhores, mas tem se construído de maneira positiva. Isso é importante para o Estado do Amapá, particularmente para o Município de Oiapoque que depende muito, pelo seu isolamento, da relação econômica com a Guiana Francesa. Relações que podem crescer e se desenvolver.

Eu tenho em mãos aqui um relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Estado, que estiveram os membros em Oiapoque reunindo em um outro momento de tensão, igual a esse, que não chegou até aqui. Então não chegou aqui a situação dos catraieiros que são pessoas que fazem o transporte, um transporte que acontece com a mais absoluta normalidade entre essas duas localidades que, porventura, se encontram afastadas pelo território de duas nações. Isso criou um grande embaraço, uma situação de comoção lá, em virtude que estabeleceriam quebrando as embarcações, e eu vou aqui passar o relatório às mãos do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, relatório que foi feito em 2007, no início de 2007.

Então fomos procurados pelo... Por um pastor evangélico do Suriname. Dizer que a Nerize e o Marlon moram no Suriname, nem Guiana, nem no Brasil, isso torna mais difícil a nossa situação. Sequer moravam em território brasileiro. A comunicação deles era entre o local de habitação deles no Suriname e o local de trabalho da Nerize, que era área de extração de ouro, garimpo clandestino, que ela tinha uma pequena mercearia que vendia produtos lá e depois ela fazia seu trânsito com o Suriname. Então a denúncia é de que teriam 34 brasileiros ilegais que trabalham nas áreas de garimpo e teriam sido abordados pela polícia de fronteira e então, nessa abordagem, ainda resta pouco esclarecido, ela teria caído na água, num choque entre as duas embarcações, ou teria pulado na tentativa de salvar, enfim, o fruto do seu trabalho que é confiscado quando dessas... Enfim, quando da prisão dos ilegais. E o que causa comoção e o que surte um certo desconforto no povo do Amapá é a informação de que ela estaria se afogando e teria sido impedido, pelos policiais de fronteira, que fosse dado socorro a ela. Então essa é a questão que criou comoção no Estado do Amapá e que criou muita pressão sobre todos nós para que, enfim, recorrêssemos às autoridades para que fosse feito algo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Deputado, só essa informação que para mim é chocante. A última frase que ela teria caído, estaria se afogando...

DEPUTADO CAMILO CAPIBERIBE (PSB-AP): Exatamente. E que os brasileiros, as pessoas que estavam na embarcação teriam sido impedidos de prestar socorro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO CAMILO CAPIBERIBE (PSB-AP): Há uma informação. Ou houve um choque de embarcação, ou mesmo as pessoas dizem que ela pode ter pulado na tentativa de se salvar como outros o fizeram.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO CAMILO CAPIBERIBE (PSB-AP): Exatamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO CAMILO CAPIBERIBE (PSB-AP): Veja, ela pediu socorro, ela estava se afogando. E a informação, aí eu vou repetir novamente, que gerou desconforto, para não dizer revolta, foi de que os policiais teriam impedido que outras pessoas pudessem prestar socorro a ela. Então, essa situação... Essa é a situação.

E em segundo lugar, também informo que o barco da polícia de fronteira teria passado sobre a Sra. Nerize, que teria um corte profundo na cabeça dela, que poderia ser... E eu digo isso aqui é um fato narrado pelo marido que esteve no Plenário da Assembléia Legislativa e fez este relato, eu trago o relato dele, e ela poderia ter falecido em virtude disso. Outra questão... Está fazendo a tradução.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

DEPUTADO CAMILO CAPIBERIBE (PSB-AP): Então isso é no fomento da abordagem. No segundo momento, que tem sido relatado também, tem sido difícil a aceitação, é de que não houve, não teria havido da parte das autoridades de Caiena, um esforço para o resgate do corpo. O corpo teria ficado abandonado durante seis dias até que o marido adentrou, e ele é ilegal, com todas as dificuldades lá, no território da Guiana Francesa, para que fosse feito a busca pelo corpo. E aí diziam, "É muito difícil de encontrar, muito difícil", e ele falou "não, vou buscar eu mesmo", e em 42 minutos no rio ele encontrou o corpo. E esse corpo não foi resgatado de maneira condizente, foi arrastado na voadeira pelo barco, pelo rio, teria sido amarrado em um galho lá, aguardando que viesse uma patrulha para socorrer com dignidade. E que, inclusive, uma outra patrulha da guarda da polícia da Guiana teria repreendido eles, esses que estavam lá sem fazer o que deveriam, certo? Então, essas são algumas situações.

E por fim eles entregaram um documento que... Um documento, enfim, um atestado de óbito onde não constava a causa morte da Sra. Nerize, e providenciaram o enterro na cidade de [ininteligível] sem autorização do marido, então ela foi enterrada lá e enfim, depois parece que houveram tratativas para que fosse feita uma exumação. A informação que eu tenho dessa reunião, do dia 12, uma exumação do corpo para que fique detectada a causa mortis. Que é isso que nós queremos saber. Qual é a causa mortis? Para que possamos então ter tranquilidade e passar para a população o que aconteceu. Se foi de fato afogamento, se foi a hélice do barco que teria causado os ferimentos.

E aí chegamos ao ponto fundamental. O que preocupa a população? É que o fato envolve policiais, policiais de fronteira. E então todos acompanhamos o que aconteceu aqui no nosso país, com toda a visibilidade que teve o caso do brasileiro Jean Charles de Menezes, que morreu na Inglaterra em circunstâncias vastamente conhecidas, e a dificuldade que foi para se fazer o encaminhamento de investigação por se tratar de membros da Polícia Britânica. Então essa é a preocupação, enfim, a última preocupação que eu

passaria aos senhores e senhoras aqui presentes que a população tem. Veja que se trata de uma pernambucana, não de uma amapaense, mas de uma pernambucana que morava no Suriname. Mas que o fato em virtude de muitos amapaenses morarem, muitos de maneira legal e alguns evidentemente de maneira ilegal, isso criou realmente um grande... Enfim, uma grande consternação.

E o compromisso até da nossa vinda aqui a Brasília é justamente o de pedir que se faça uma investigação isenta e profunda e que se apresente um resultado para que possamos então passar isso para a sociedade. Essa é a nossa ansiedade. Eu, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, esta é a minha ansiedade. Construíamos, sim, essa relação que está definida pelos dois governos, Governo Brasileiro e Governo Francês, como prioritária. Prioritária para povo do Amapá. É fundamental para o nosso desenvolvimento. Mas temos que observar essas questões porque na medida em que a ponte estiver construída, na medida em que esse trânsito se der com maior fluidez, é preciso que nós consigamos estabelecer esses parâmetros de relacionamento para que evitemos qualquer outro tipo de incidente como esse.

Então era o que eu tinha a dizer, e agradeço mais uma vez o Senador Papaléo Paes, Senador do nosso Estado, ao Presidente da Comissão e aos convidados que aqui vieram prestar os esclarecimentos. Muito obrigado.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço ao Deputado Camilo Capiberibe, estou exercendo a função de Presidente interinamente, e seria eu, caso alguém da Mesa não necessite mais fazer uso da palavra neste momento, seria eu o primeiro por ser o assinante da petição sobre a Audiência Pública.

Eu quero deixar bem claro que o Estado do Amapá, ele através de seus... de governantes. Isso aí nós podemos deixar até estabelecido como marco do início de todo esse processo de estabelecer essa relação Brasil-França, através do Município do Oiapoque, Estado do Amapá e a Guiana Francesa. O marco do início de todo esse processo é no Governo do Governador João Alberto Capiberibe, que iniciou em 1995, e que veio trazer, como consequência, esse trabalho que ele fez, porque nós somos o Estado e esse é um trabalho de nação. De nação. Então, ele fez um trabalho que nós temos que reconhecer que culminou com a celebração do acordo de cooperação Brasil-França em maio de 1996. Como já foi citado pelo Deputado Camilo Capiberibe, Contemplou um tipo de cooperação

inédita na relação entre os dois países. A cooperação na fronteira entre Amapá e a Guiana Francesa, claro.

Aí fica uma pergunta para o Dr. Eduardo e para o Sr. Cônsul. Passados 12 anos da entrada em vigor do tratado, qual é o saldo dessa cooperação, os pontos fortes e os fracos pelo lado da França, e pelo lado brasileiro? Eu vou fazer primeiro as perguntas e os senhores deixam para o final.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pois é. Sr. Embaixador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não, não. Desculpe. Embaixador. Eu agradeço a sua correção. Muito obrigado, Senador Suplicy.

E quanto à questão que acontece ali, os governos centrais desses países, eles muitas vezes ficam alheios ao que acontece nessa clandestinidade, que é extremamente preocupante para todos nós, exatamente por quê? Porque ali não está a presença... Não estão os governos presentes, representados naquelas ações, que são ações realmente degradantes, tanto para um lado, quanto para o outro.

Mas fundamentalmente, Deputado Camilo, o brasileiro é que leva a desvantagem. Se for em questão de hospitalidade, nós sabemos muito bem que nós recebemos os franceses de braços abertos. São pessoas que vão para o nosso Oiapoque, que trazem divisas para o nosso país, são pessoas que normalmente respeitam o nosso país, pessoas muito bem educadas e nós recebemos de braços abertos. Por outro lado, como foi dito, muitos estrangeiros nas Guianas, com a população de 210 mil habitantes, 40% são estrangeiros, nós não estamos aqui fazendo um direcionamento aos franceses. Mas vou fazer um direcionamento às pessoas que moram na França de maneira legal, e que usam essa condição de serem... De ser legalizada a sua presença naquela... Naquele país, naquela Guiana, e comecem a praticar ilicitudes.

Então o que acontece muito que os senhores precisam lembrar? É que essas pessoas com o poder que tem da sua legalização na Guiana, começam a fazer vários... Várias explorações de brasileiros. Vamos citar: a mão-de-obra carpinteiro, pedreiro... Enfim, essa mão-de-obra que é difícil se encontrar no nativo, eles vêm buscar no Brasil. E eles sabem que a maioria é clandestina, que está entrando na França. Os brasileiros vão atrás do salário e exercer o seu trabalho.

E o que acontece muito, também acontece com os garimpeiros. Os garimpos clandestinos. Se os se-

nhores forem lá presenciar, a maioria dos garimpeiros são brasileiros, mas, o comando são de pessoas legalmente estabelecidas na Guiana Francesa. Então, toda consequência vem em cima dos nossos brasileiros, que ficam exercendo uma função de maneira ilegal, cooptados pelo salário, e na hora ou do país francês tomar suas atitudes contra a ilegalidade, ou no momento em que esses brasileiros, os patrões deles não precisem mais, ou tenham alguma dificuldade de remunerá-los, eles fazem a entrega desses brasileiros para a polícia e aqui vem uma... Uma denúncia de que realmente não é contra o país, mas a truculência da polícia francesa é realmente de nos causar terror.

Então, é usada muita força. A questão de direitos humanos não é preservada. A questão fundamental que nós chamamos de respeito ao ser humano, ou de retribuição de respeito ao que nós damos aos franceses não é obedecida. Enfim, nós vivemos nesse conflito que é um conflito de massacre de brasileiros que vão para a Guiana e que voltam deportados, sofridos e desumanamente desrespeitados.

Então a primeira pergunta que deixei, já que sou Presidente mas tenho também tempo limitado, a primeira pergunta já fiz quanto a consequência do tratado, 1996. Vou perfazer uma pergunta ao Dr. Eduardo. Qual tem sido a atuação da organização internacional do trabalho e da autoridade central no Brasil para a implementação da convenção de Palermo contra o crime organizado transnacional na região fronteira, para o combate à exploração do trabalho escravo, que citei ainda há pouco, e ao tráfico de pessoas? Ao senhor.

Ao Sr. Embaixador eu quero fazer... Não sei se V. Ex^a. tem este número. Qual o contingente de imigrantes brasileiros ilegais na França, na Guiana Francesa, e qual o contingente de imigrantes ilegais barrados na fronteira? Se o senhor tiver esse dado será importante para nós. E a pergunta final ao Sr. Embaixador. Já está em operação... É uma pergunta. Já está em operação na fronteira o contingente de mil soldados franceses prometidos pelo Presidente Francês Nicholas Sarkozy, quando do encontro com o Presidente Lula, na primeira quinzena do mês de junho? Há perspectiva de cooperação desse contingente militar com as Forças Armadas Brasileiras? E como se ocorreria essa cooperação? Então, fica essa pergunta ao Sr. Embaixador, e se for o caso de complementação, ao Dr. Eduardo. Então eu quero deixar mais uma vez registrado a todos os presentes. Passo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu realmente não sabia dessa reunião, até porque não estou lá muito bom das pernas hoje. Mas é um caso interessante a fronteira do Brasil com o Amapá.

Eu estive mais uma vez com o chefe da Polícia Federal lá e o Secretário-Geral do Ministério esteve ultimamente na Argentina e na França, não sei se... Estivemos juntos lá por causa da morte de garimpeiros. Que era uma região... Não só a fronteira do... Francesa, como as outras três fronteiras que estão sempre com algum litígio. E tinha uma coisa que era grave, era a troca de produtos... Desculpa. Chama de temperos de alimentos, por droga. Que os barcos traziam, entravam por Belém, tem uma entrada no Rio Amazonas, e lá descia das fronteiras das Guianas, entravam por lá e havia uma vigilância, houve um acordo para que se fizesse uma vigilância completa daquela área.

Tivemos um período que caiu, até foi derrubado um avião naquela região que era de garimpeiro, não sabia se situava no Brasil ou propriamente na própria Guiana. Eu tenho a leve impressão que isso continua da mesma forma. Eu só posso dizer que na Guiana Francesa nós éramos bem tratados. Porque a linguagem era outra. Eles falavam uma língua... Como é que fala? A língua lá é... A língua que fala na Guiana... Da fronteira? Não é bem o francês. É...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Papeamento. E as comunidades indígenas tomavam banho no rio com roupa e tudo. E de vez em quando podia comprar um perfume francês lá que era mais barato. [Risos] E tinha uma harmonia assim. Mas a exploração na parte criminal que era um perigo, o tráfico e o garimpo. Estou falando de maneira geral nas Guianas. Como o senhor fez as perguntas, se pudesse estender mais um pouquinho eu ficaria agradecido. Agradeço a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Agradeço a V. Ex^a. pela sua participação, que tem a experiência *in loco* dessa questão, e realmente V. Ex^a. tocou num ponto muito, muito importante que fica como pergunta aos Srs. Expositores, os Srs. Convidados.

Mas eu citei ainda há pouco essa questão da exploração desse trabalho escravo que pessoas, legalmente estabelecidas no território das Guianas, ou da Guiana Francesa, no caso, quando não necessitam mais, tem algum tipo de problema com os brasileiros que estão clandestinos lá, a saída deles é entregá-los para a polícia, denunciar para a polícia. Então eles se livram daqueles empregados que são clandestinos, mas que não mereciam ser tratados dessa forma de maneira alguma. O que nós requeremos é que pelo menos o policiamento ali, a instrução, a ordem dada a essas pessoas é que tratem os nossos clandestinos de maneira como estabelece as normas internacionais, com respeito.

Mas eu quero também deixar registrado aqui a presença da Deputada Federal Janete Capiberibe, conhecedora profunda daquela região, junto com o João Alberto Capiberibe, porque conhecem a região como nas palmas das mãos, as áreas indígenas, a área de fronteira propriamente dita, as questões que já envolveram situações semelhantes como a atual. E parabenizar mais uma vez também o Deputado Estadual Camilo Capiberibe, que faz parte desse grupo de amapaenses que realmente se preocupa com o Amapá e que nos solicitou essa Audiência Pública, para que nós brasileiros tomemos as iniciativas que o Brasil precisa tomar para o bom relacionamento com a França, que sempre demonstrou, através de suas autoridades, que quer esse bom relacionamento, que é importante esse bom relacionamento, mas que infelizmente, nós não estamos tendo na ponta o resultado que nós desejamos, que é o bom tratamento aos nossos brasileiros que estão de maneira ilegal lá, mas são seres humanos como qualquer um de nós.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, perguntar também como está o efetivo da Polícia Federal lá no Amapá. Porque era relativamente pequeno. A época em que eu fui, o Prefeito era um Sargento do Exército. Não sei. E o efetivo era pequeno. Ele tinha uma... O Diretor tinha uma casinha ali e tal, e a gente sempre reclamou que falta uma presença maciça da Polícia Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Falta, com certeza.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Estou só acrescentando, porque o Brasil tinha um detalhe na Guiana Holandesa, por exemplo, tinha um Coronel que mandava e tinha o Presidente eleito, o Brasil entrava lá para não ter briga. Então ficava lá para apaziguar o campo. O Brasil sempre entrevistou favorável a que não houvesse nenhum distúrbio mais grave dentro da fronteira. Eu estou me metendo, mas a memória vai trazendo os fatos que acho importante. Voltar lá com o senhor para visitar o Amapá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. A pergunta fica para V. Ex^a. Eu já fiz minhas perguntas, o segundo inscrito é o Senador Eduardo Suplicy. Então será respondido logo a primeira do peticionário. E em seguida nós vamos fazer as perguntas pelos Srs. Senadores e Sr. Deputado. Dr. Eduardo Gradilone.

SR. EDUARDO GRADILONE: Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma honra ter a presença do Senador Suplicy, que tem uma visão muito elevada de fenômeno migratório, idéias nobres com respeito à circulação de pessoas, que evoca um pouco o desejo que no fundo está inerente às posições do nosso Departamento, da

nossa Subsecretaria Geral, de um mundo que não tenha barreiras, que as pessoas possam se comunicar, que as pessoas possam intercambiar seus conhecimentos, seu trabalho e suas vidas.

Esse é um ideal que nós temos em parte, se não realizado, em realização no contexto do Mercosul, onde lutamos por uma cidadania mercosulina. No Mercosul nós temos um quadro jurídico que nos ajuda a encaminhar certas situações. Nós estamos procurando expandir esse quadro, por exemplo, no Suriname. O Suriname é um país também que, como a Guiana, como o Departamento da Guiana Francesa é complexo, no tocante a presença de brasileiros, principalmente dado o envolvimento de muitos dos nossos co-nacionais com atividades ilícitas. Nós com o Suriname temos um acordo de regularização regulatória já ratificada no Brasil e ainda por ratificar no Suriname. E as dificuldades para a ratificação desse acordo, que será muito importante para regularizar o dia-a-dia dos nossos brasileiros, está muito nessa contaminação dessa agenda negativa de outros brasileiros que se dedicam a atividades ilícitas.

Eu fico muito honrado também com a presença do Senador Romeu Tuma, justamente por ser uma pessoa muito envolvida, digamos, nessa outra dimensão da presença brasileira que é a dimensão, digamos, mais negativa. E aqui na minha exposição, eu fiz questão de ressaltar que nós gostaríamos de divorciar completamente da área migratória. Nós devemos separar, e é isso que nos inspirará assim que nós abrimos esse canal de diálogo migratório com os franceses e que haja uma separação muito clara entre as pessoas que buscam uma atividade de sustento, honestas, que procuram ganhar a vida por meios de trabalho, com o seu próprio suor, das pessoas que procuram ganhar a vida de outras formas. Eu acho que essa vai ser um pouco a primeira diretriz que nós gostaríamos que vingasse no nosso Grupo de Trabalho Migratório.

Respondendo às perguntas, a primeira, quais foram os resultados desses acordos com a França? Eu acho que houve sim demora na realização dessa 4ª Reunião Transfronteiriça, que só ocorreu agora em junho. Mas houve várias e várias... Vários adiamentos, uma série de circunstâncias, acho que não relacionadas com nenhuma dificuldade, mas providências que haviam que ser tomadas, mudanças de Governo que acabaram dificultando o reencontro. Mas acho que, inclusive para um pouco mostrar que o... Esse tempo todo não foi perdido, nós discutimos nessa Reunião Transfronteiriça do dia 12, uma infinidade de temas, não relacionados só com o aspecto de criminalidade, o aspecto migratório. Discutimos: operação numérica entre França e Brasil em matéria de educação; For-

mação de professores brasileiros e franceses; Operação entre universidades das Antilhas, na Guiana, e universidades brasileiras; Operação na área de ensino técnico; Na agricultura, a busca do mediterrâneo; No meio ambiente, a criação de Academia Franco Brasileira de Diversidade; Cooperação entre a administração de partes; Desenvolvimento em matéria de satélite; Cooperação na área de saúde; Operação combate a doenças; Diálogo sobre normas sanitárias internacionais... De modo que essa cooperação foi evoluindo e acho que... E é isso um pouco que nós gostaríamos de enfatizar. Assinalarmos e enfatizarmos e forçarmos o lado positivo do relacionamento, e colocarmos o lado, digamos, mais dificultoso, o lado dos crimes, na sua precisa dimensão.

Acho que há um contágio muito negativo dessa agenda mais difícil, que nós devemos evitar que se propague. Acho que nós devemos trabalhar para que esses episódios, como o da brasileira, eles sejam... Primeiro, exceções, excepcionalíssimas em relação ao que deve ocorrer. Segundo que nós conjuntamente, tanto franceses quanto brasileiros, cooperemos para não só evitá-los, mas esclarecê-los devidamente. Acho muito importante a observação do Deputado no sentido de que nós devemos evitar que o controle migratório, o controle de circulação, seja visto só por uma faceta policial. Claro, às vezes o corporativismo de entidades, no sentido de evitar talvez averiguações mais profundas, mas acho que nós devemos equacionar esse tipo de situação com o que eu acho que nós estamos fazendo agora.

Nós, nessas conversações na Reunião Transfronteiriça, estamos primeiro abrindo um diálogo novo, que se refere a áreas especificamente obrigatórias, mas estamos estabelecendo vários acordos com o lado francês. Um acordo de cooperação policial, um centro integrado de controle, os franceses nos submeteram e estamos examinando um acordo de trânsito, e temos um acordo de combate ao garimpo ilegal que se não for assinado agora, como poderia, certamente será assinado em breve. Nós acreditamos que haja necessidade de algumas consultas perante outros órgãos do Governo, mas provavelmente nós em breve teremos oportunidade de assinar esse acordo, que faz parte um pouco desse pacote de entendimentos que vai levar talvez a um novo tipo de relacionamento para tratar do brasileiro, especificamente.

Nós estamos convictos, no nosso departamento, que a ilegalidade é um problema para as nossas comunidades regulares. Nós tivemos, todos os senhores acompanharam a nossa crise dos inadmitidos com a Espanha, e uma das nossas mais... Mais, assim, interessantes descobertas, ou verificações nesse episó-

dio, é que nós não tínhamos tido nada parecido com isso nas operações que organizamos de controle mais rígido na entrada de pessoas da América do Sul no continente europeu. Por quê? Porque essas operações estavam dirigidas a evitar a criminalidade. De modo que quando os controles estão dirigidos ao combate ao crime, eles acabam tendo uma maior flexibilidade com questões burocráticas. É muito difícil que esse controle acabe prejudicando o turista, o viajante de boa-fé, ou apenas o viajante que, por alguma razão, e por algum tipo de falta de precaução, não tem uma documentação, o aspecto burocrático.

De modo que nós estamos procurando fazer com que episódios como esses que têm acontecido, que têm causado comoção na opinião pública brasileira, passem a ser uma exceção cada vez menor no futuro, mas que eles sejam evitados principalmente pelo reforço da cooperação policial. É nesse sentido que nós dirigimos, por exemplo, os nossos delegados de polícia que acabaram de regressar há poucos dias da Espanha. Houve uma troca de missões de Policiais da Espanha e do Brasil, para que eles se encontrassem, para que eles trabalhassem conjuntamente, para que eles aprendessem mutuamente quais eram as respectivas preocupações. E para que com esse entendimento houvesse inclusive uma ponte entre os dois governos para examinar situações concretas e evitar que episódios de maior violência ocorressem.

Nós estabelecemos uma linha vermelha, uma *hot line* com a Espanha, justamente para que pudéssemos tratar esses casos rapidamente, e chegamos a esse mesmo entendimento com a França, nessa nossa última Reunião de Cooperação Transfronteiriça. Acho que essas conversações, no sentido da criação do posto policial, há inclusive idéia de transformar num posto binacional, façam com que cada vez menos nós tenhamos que assistir episódios de violência e possamos, ao contrário, trabalhar juntos para que aquela fronteira seja um instrumento de intercâmbio, de aproximação cada vez maior entre os dois países.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço ao Dr. Eduardo Gradilone, que é Chefe do Departamento Consular de Brasileiros no Exterior, que está representando Celso Luis Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores. E concedo a palavra para responder as perguntas feitas ao Embaixador da França do Brasil.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: Muito obrigado, Presidente. [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Sr. Presidente, eu queria repetir com toda força perante o senhor e os senhores, o Brasil e a França têm muitas coisas importantes para fazerem juntos e agora estamos perdendo tempo.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: O Sr. Deputado falou da ponte, da qual se fala há uns 14 anos.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: O projeto de licitação...

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: O projeto de licitação está aqui.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: O acordo, ou seja, a anuência do Ministério da Fazenda aqui está sendo esperado.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Porque diferentemente do caso de outras pontes construídas pelo Brasil, desejamos pagar essa ponte conjuntamente, e não deixar que vocês paguem sozinhos.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: O acordo sobre o trânsito está aqui também.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E não posso ocultar o meu sentimento de que os Presidentes das Repúblicas querem avançar e não estamos avançando.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Eu já disse que me encontrei com o Governador do Amapá, o Walter Góes.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Eu posso garantir sinceramente, é verdade. Quase não falamos de problemas de ordem pública. Falamos do futuro.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Em 2009 teremos o ano da França no Brasil.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E já temos mais de 10 projetos conjuntos, relativos ao Amapá e ao Pará.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E não me esqueço do Estado do Amazonas.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Ou seja, temos grandes coisas para fazermos juntos.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Já falei dos problemas de ordem pública há pouco tempo e não vou voltar a esse tema, mas vou responder as suas perguntas.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Estimamos que sejam mais ou menos 38 mil pessoas, as irregulares na Guiana.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Devemos ter umas 20, dessas 38 mil pessoas, regulares, em situação regular, devemos ter umas 20 mil que vêm do Brasil.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Para responder a sua pergunta, em 2007, tivemos aproximadamente 4500 brasileiros repatriados.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Mais de 80% vindo da Guiana.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Já que sabem que os imigrantes brasileiros no exterior, a França representa um contingente modesto.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Evocaram as discussões de junho passado.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Eu falo sobre o controle de um amigo do Itamaraty, mas agora estamos negociando três acordos.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Um Centro Integrado Transfronteiriço, que é um pouco parecido com aquilo que o Sr. Senador evocou.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Um acordo de luta contra a garimpagem clandestina, pelos motivos que evoquei de luta pela defesa do meio ambiente e...

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E um acordo sobre a segurança pública.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Ambas as polícias federais, a Polícia Federal brasileira e a polícia francesa--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Maior parceiro do Brasil é a Polícia Francesa. Estamos em contato com a [ininteligível], que é quem organiza a parte material de venda de produtos, e diz que o Brasil hoje, mais de 60% do Brasil, é francês.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Falaram dos mil militares franceses prometidos pelo Presidente Sarkozy.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Vieram, de fato.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Fizeram operações contra a garimpagem.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Que foram eficazes.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Mil soldados pode parecer muito.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Mas é mais ou menos aquilo que o Brasil mobilizou--

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Contra as madeiras ilegais.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Não se tratava exatamente do mesmo local, isso limita a cooperação.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Mas é claro que mais uma vez digo que as pessoas fazem isso se informando reciprocamente.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Atrás disso, temos uma questão que o senhor colocou, que o Presidente colocou, a questão dos direitos humanos.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Devem imaginar que para o Embaixador da França ver o seu país sendo questionado

em relação aos direitos humanos é uma experiência sofrida.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Fiquem sabendo que entre os países desenvolvidos, a França é um dos poucos que este ano acordou, concedeu 8.800 asilos.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E na vida política de um país sempre poderão ocorrer acidentes.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Mas muitos amigos brasileiros se lembram de que a França é um país que acolhe de braços abertos.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Agora, ocorre que a França é um Estado de Direito e que acolhe em condições legais.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Há uma imigração legal e, nesse caso, as pessoas estão como em casa.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E existe uma imigração ilegal, em relação a qual o nosso Governo Democrático julga que a imigração ilegal deve ser tratada com deportação.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Isso deve ser feito em condições de dignidade.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E quero repetir, perante a Câmara Alta do Brasil, que todos brasileiros deportados são objeto de um processo judicial.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Podemos confiar ou não na justiça. Aí é outro debate.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Vocês entenderam facilmente que, por ser pessoalmente juiz de formação, tendo a confiar na justiça do meu país.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Agora, sinceramente, eu não posso garantir a vocês que tudo sempre ocorre da melhor forma possível, de forma admirável. Ninguém poderia dar essa garantia.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Mas isso ocorre em condições de direito, em que cada pessoa dispõe de um direito de recurso.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Não sei se, Sr. Presidente, podemos voltar a falar, ou se vamos encerrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É, nós vamos... Vamos fazer agora a sequência de perguntas dos Srs. Senadores e a Sra. Deputada. Então, primeiro inscrito é o Senador Eduardo Suplicy. Quem é o segundo inscrito? Senador Romeu Tuma, segundo inscrito. Senador Flexa Ribeiro, pela primeira vez deixa de se inscrever. É verdade, Senador? Ou V. Ex^a. está inscrito?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Ex^a... Se V. Ex^a. me permitir, eu jamais deixaria de prestigiar uma Audiência de interesse do Brasil e da França e do Estado do Amapá e da Guiana Francesa. Estou aqui para prestigiar V. Ex^a., como nobre representante do Estado do Amapá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Foi o que V. Ex^a. me confidenciou ainda há pouco. Muito obrigado. V. Ex^a. é o terceiro inscrito, Senador Flexa Ribeiro. E faço uma concessão à Deputada Federal Janete Capiberibe, se V. Ex^a. deseja sua inscrição. Então V. Ex^a. é a quarta. [soa a campainha]. O fato de V. Ex^a. ser a quarta inscrita não significa falta de cavalheirismo dos Srs. Senadores. Então com a palavra o Senador...

Então vamos fazer as perguntas, Senador Suplicy. Sugestão: todos fazem as perguntas e no final das perguntas dos senhores quatro congressistas, nós vamos fazer as respostas. E peço que dirijam as perguntas aos Srs. Expositores. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, quero cumprimentá-lo por ter tomado a iniciativa, a partir do apelo do Deputado Camilo Capiberibe, para trazer aqui este tema. E, sobretudo, o episódio em que a brasileira Nerize Dias de Oliveira acabou sendo morta na Guiana Francesa, e com o depoimento de seu marido a respeito do que é que aconteceu com as autoridades da Polícia Francesa. Cumprimento também o Embaixador Antoine Pouillete, que aqui vem trazer a sua preocupação e com muita sinceridade e com o desejo de que esse caso, na medida em que, de alguma forma fere os sentimentos normais de respeito aos direitos humanos, fere tanto a França, que é uma nação conhecida

na sua história pela defesa dos direitos humanos, da democracia.

E gostaria de assinalar que quando o Sr. Eduardo Gradilone aqui mencionou que de fato eu tenho tido uma preocupação com respeito ao direito de ir e vir, a exemplo do que ocorre na União Européia hoje, em que, diferentemente do que 30, 40 anos atrás, em que embora portugueses fossem em grande número para a França e estão lá vivendo em Paris, muitos, antes do tempo em que era permitido, agora se permite, naquele... 30, 40 anos atrás não permite, mas muitos foram e há uma enorme colônia de portugueses em Paris, que eu pude ouvir ali quando Portugal foi tão bem no último... Eu por acaso estava um dia em Paris quando vi a seleção portuguesa ter um extraordinário desempenho e os portugueses fizeram uma festa, deu para ver o número tão grande ali. Mas hoje, diferentemente do que 30, 40 anos atrás, sejam os portugueses, os gregos, os espanhóis e pessoas de outras nacionalidades, agora até do leste europeu, tem a liberdade de estar trabalhando, estudando, vivendo na França, na Itália, na Alemanha, e assim por diante.

Então, quando o senhor mencionou que eu quero muito ver o direito de ir e vir entre todos os países da América, sim, eu acho que este é que deve ser o nosso objetivo. E que os cidadãos do Amapá, como do Pará e de São Paulo e de Porto Alegre, um dia possam ter a liberdade de entrar na Guiana, mais facilmente do que hoje o fazem. Felizmente tem havido, conforme o Sr. Eduardo Gradilone mencionou, já entre os países do Mercosul, o entendimento em que primeiro nem mais se precisa de passaporte, basta para nós brasileiros, se o desejarmos ir à Argentina, ao Paraguai, ao Uruguai, ao Chile e Bolívia. Hoje fazemos simplesmente com a carteira de identidade. E mais e mais tem havido acordos para que se facilite e chegue um dia aos... Àquilo que já existe na União Européia. Quem sabe um dia possamos ter isto para o Planeta Terra. Mas vamos em especial pensar no objetivo de ter entre os países da América do Sul e se possível das três Américas.

E se a França, ao final do Século 19, deu um presente que é tão conhecido no mundo aos Estados Unidos da América, a Estátua da Liberdade, para justamente ali sensibilizar que podiam aqueles que se viam perseguidos em seu país, poderia ser a França, ou a Irlanda, ou qualquer que fosse ir aos Estados Unidos fazer América ali, o iam com toda liberdade. E se fosse vivo hoje Thomas Paine, que os franceses o elegeram constituinte francês em 1792, e que através de *common sense*, disse, certa vez, que contrariava o bom senso que uma ilha dominasse um continente. E, por causa disso, levou os americanos a lutarem e proclamarem a sua independência. Este homem, que

escreveu Justiça Agrária, que hoje tem tanta influência no mundo para a Assembléia Nacional Francesa, em 1795. Fosse ele vivo, ele também estaria dizendo que contraria o bom senso que um país, que recebeu da França a Estátua da Liberdade, que aplaudiu a queda do Muro de Berlim, que recomendou recentemente a Israel para não construir o muro com a Cisjordânia, estivesse agora um muro que separe os Estados Unidos do México e do restante da América Latina.

Mas para termos a liberdade de movimento de seres humanos, que é um ideal que deveríamos lutar para ter o quanto antes, é claro que será importante nós tornarmos homogêneos os direitos sociais das pessoas entre os que são brasileiros, os que são da Guiana e dos demais países das Américas.

E na Guiana, por exemplo, como a vigência da lei francesa, como da... [pronunciamento em francês]

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Que provê aos residentes da Guiana direitos a garantia de renda com determinados valores, não sei exatamente hoje quanto o é, mas certamente se todos os brasileiros que ali fossem... Passassem a ter já esse direito, a situação se complicaria um pouco para o Governo da Guiana, e então é preciso que estas coisas venham a ser harmonizadas com o devido tempo.

Então o caminho adequado para isso, conforme o Embaixador Antoine Pouillete mencionou, que é importante também falar do futuro, do porvir. Então eu até aqui aproveito a oportunidade [soa a campainha], porque a sua mãe Janete teve aqui, me prestou um depoimento dizendo que o Deputado Camilo Capiberibe, não sei se é tão justo, porque ele não... Ocorresse. Mas o depoimento da mãe dele é que o Camilo é ainda melhor do que o João e a Jaqueline juntos, do que o pai e a mãe juntos. Então... E eu gostaria... Eu vou lhe encaminhar, não sei se já tem o meu livro, A Renda Básica de Cidadania, que o Sr. Jean-François aqui nos brinda com a sua excelente tradução. Eu tive a honra de tê-lo como tradutor disso em francês, só tenho em meio eletrônico, não tenho ainda uma editora que tenha feito a tradução, mas eu vou lhe dar meu livro de presente, porque o importante é que possa o Amapá, pode começar por Macapá, ou por quaisquer Municípios do Amapá. Hoje já há o Bolsa Família, mas a lei diz que por etapas, a critério do Poder Executivo, nós vamos chegar um dia à renda básica de cidadania, quando todos os cidadãos do Amapá e do Brasil tiverem isto, aí é possível que se equipare melhor com o [pronunciamento em francês].

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Que existe do outro lado, e poderá o Amapá estar dando um exemplo bom para os franceses também instituírem uma renda básica incondicional, e aí para lá ou para

cá, as pessoas estarão muito mais livres das condições de trabalho escravo que porventura surgirem. Porque ao terem uma renda garantida constitucionalmente, diante de qualquer oferta de trabalho que possa ser considerada humilhante para colocar a vida em risco da pessoa, esta poderá dizer: Olha, graças à renda básica eu não preciso aceitar esta única oferta.

Então, assim como os programas de renda mínima associados à educação e o Bolsa Escola começaram localmente, poderá o Deputado Camilo dizer ao Governador Walter Góes e a todos aqueles que agora são candidatos a Prefeito ou Prefeita, vamos começar aqui e eu me coloco à disposição para ajudar e...

Permita só uma palavra a mais, porque houve um acontecimento na semana passada que teve grande repercussão no mundo, no Brasil, na França, na Colômbia, que foi a libertação da Sra. Ingrid Bittencourt. Permita aproveitar a oportunidade para transmitir ao Embaixador Antoine Pouillete, que no momento que soubemos, eu próprio e todos os Senadores presentes na Sessão de quarta-feira passada, aprovamos um Requerimento de minha iniciativa, pelo qual a Sra. Ingrid Bittencourt, Ex-Senadora, está convidada a vir ao Senado Brasileiro, logo que ela puder, para falar de seu longo tempo de cativeiro, também dizer de seus esforços visando a democratização, pacificação da Colômbia, as diversas proposições. E ela que foi candidata a Presidente pelo Partido Verde, e o Sr. Jean-François, que conhece bem a proposta da renda básica de cidadania, sabe que todos os partidos verdes praticamente no mundo defendem essa proposta. Por isso eu teria muita vontade também de dialogar com a Sra. Ingrid Bittencourt, porque é mais do que natural. Ela que fez um grande agradecimento a todos partidos verdes do mundo, como os partidos verdes europeus todos defendem essa proposta, será importante que tenhamos a oportunidade de interagir com ela. Então queria informar ao senhor dessa iniciativa. Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou dar ao Camilo esse livro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço a V. Ex^a., e quero lembrar aos Srs. Senadores, Sra. Deputada e Srs. Expositores, membros que estão compondo a Mesa, que nós temos regimentalmente a condição de ter que suspender a nossa Audiência Pública, importante Audiência Pública quando começar a Ordem do Dia. Por isso eu peço objetividade nas perguntas, senão nós vamos perder essa grande oportunidade de termos essas respostas interessantes. Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vou ser bastante rápido. Presidente. Primeiro, Sr. Senador Supply, V. Ex^a. antes de sair, eu vi uma entrevista da

Senadora Ingrid dizendo que gostaria de vir ao Brasil se fosse convidada. Portanto, o convite...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pelo Senado já está.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então já está comunicada. Mas eu que tive o prazer de encontrar o adido policial francês aqui, que quando era... Quando Diretor da Polícia Federal, nós criamos a Ditância, Dr. Eduardo. O senhor deve lembrar, e praticamente cinco ou seis países logo nomearam seus adidos policiais. E o principal foi a França, que imediatamente após o acordo internacional nomeou seu adido militar. Eram três adidos, com quem tivemos oportunidade de trabalhar bastante. E Embaixador, pela primeira vez, eu tomei um *Kir royal* na França, às custas do adido policial.

E é difícil. O que o Dr. Eduardo falou está certo. Separar a parte do crime do turista que vai por boa vontade. O que acontece? Quem dá o visto é a autoridade diplomática. Ela que concede ou não o visto. Quem fiscaliza? É a polícia que está no aeroporto. Ela que sabe se deve ou não aceitar aquele visto. Normalmente é isso que acontece por uma série de razões, se tem dinheiro, se tem já reserva de hotel... Então houve uma mudança muito grande, Dr. Eduardo, na Europa. V. Ex^a... Sei que V. Ex^a. conhece muito mais do que eu, mas a Europa, ela tinha uma facilidade muito grande de entrada e saída. Várias vezes estive na Europa, nunca me pediram visto em lugar nenhum. Na Inglaterra, na França... Nenhum país me pediu visto. Hoje, em qualquer ponto de fronteira, eles pedem o visto. Para atravessar, por exemplo. Vai da França para a Suíça, eles pedem o visto para saber se está regular ou não o veículo com outros dados. Então existe esta possibilidade que foi uma criação na União Européia, para evitar a clandestinidade que vinha aumentando. O que aconteceu? Acho que com a queda do Muro de Berlim houve uma imigração muito grande para a Europa.

Eu mesmo, numa estada em Gênova, num trabalho com o mercado comum europeu, no aeroporto, deixei uma pasta e fui trocar um dinheiro. Quando voltei, minha senhora foi ajudar uma outra senhora, e a pasta sumiu. Eu procurei a Polícia Suíça, e ele disse que depois da queda do Muro de Berlim, ninguém mais vive sossegado aqui. Então houve o desemprego, a miséria, que foram migrando para a Europa e praticamente o crime cresceu. Não quero dizer que tem que separar o crime da segurança normal, V. Ex^a. está colocando corretamente, mas eu vi que a Europa se assustou um pouco com a imigração.

Quando o Presidente Collor dirigia o país, ele foi à reunião da ONU e advertiu sobre isso. Falou: "Olha, há um sacrifício muito grande, problema de inflação,

tudo isso. Se por acaso o brasileiro começar a sentir falta, necessidade da alimentação, ele vai começar a ocupar a Europa e os Estados Unidos. A migração vai aumentar automaticamente por necessidade". Então o que acontece hoje? A gente sabe das dificuldades que tem. Agora, o acordo fronteiriço é uma coisa importante. Eu estou no Mercosul, como Parlamentar. Hoje o Presidente Lula apresentou a proposta de não precisar mais de visto para entrar em qualquer país do continente americano. E foi aceito por todos. E quando estava na Polícia Federal, a gente lutava muito para criar a identidade do fronteiriço. Por exemplo, com as Guianas. O Amapá e Pará... E outros. E tem a carteira. Ele pode atravessar tranquilamente, entrar no país, comprar, sair, e fazer uma miscigenação de convivência pacífica. Então separar o joio do trigo não é difícil. O difícil é deixar misturar sem que haja nenhum tipo de providência.

Eu tenho a impressão que o Itamaraty tem feito um bom trabalho, no sentido de aperfeiçoar os acordos internacionais. Nós tivemos fatos graves nos Estados Unidos que o próprio Senador Crivella teve várias vezes lá para tentar libertar vários imigrantes, e agora com a nova Legislação. Hoje mesmo eu li no jornal, não sei se o Dr. Eduardo pode confirmar ou não, os Estados Unidos estimulando a Europa a aumentar a vigilância sobre a clandestinidade. Não sei se eu li corretamente, ou não. [soa a campainha] Mas ela vai se agravando. A gente tem que... Realmente eu tenho muita obrigação com a [ininteligível], uma empresa francesa constituída de policiais que sempre nos apoiaram e o Pró Amazonas que existe hoje, que a capacidade operacional da Polícia Federal se deve muito a essa cooperação da França.

Recentemente, já Senador, o ano passado ou retrasado teve uma delegação de militares oferecendo a cooperação para a construção do navio... Do submarino nuclear e outros armamentos também com financiamento francês. O francês vende, faz o financiamento e transfere a tecnologia. Pelo menos ao tempo que eu sempre estive lá. E eu acredito que seja o mesmo e é um bom parceiro do Brasil. Agora, o que acontece? Com essa decisão da União Européia é que o Brasil tem que interferir rapidamente para evitar que isso se assome condições quase que incontroláveis amanhã de uma condição permanente de direitos humanos de cada cidadão. Você pode ter 1, 2% de bandido, o resto não é. Isso que queria pôr apenas. E agradecer ao Dr. Eduardo, e ao Embaixador também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Agradeço a V. Ex^a. E imediatamente passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para depois ouvirmos a Deputada Federal Janete Capiberibe.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Papaléo Paes, que preside essa Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa nacional, da Comissão de Direitos Humanos, Senhores convidados, Embaixador Antoine Pouillete, Embaixador Eduardo Gradilone, Deputado Eduardo Capiberibe, Deputada Janete Capiberibe.

Gostaria de perguntar, Presidente Papaléo Paes, ao representante do Chanceler Celso Amorim e ao Embaixador Antoine Pouillet, que a fronteira entre o Amapá e a Guiana me interessa esse assunto porque é de interesse do Brasil e porque o Amapá é um Estado irmão do Pará. Sofremos as mesmas consequências dessa... Desse problema de fronteira com as Guianas. Então a fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa representa a única fronteira física de dois grandes blocos econômicos. A União Européia, a Comunidade Européia, e o Mercosul. Em que medida as autoridades do Brasil, ao Embaixador Eduardo Gradilone, e da França, ao Embaixador Antoine Pouillet, tem aproveitado essa aproximação física entre esses dois grandes processos de integração? Que medidas pontuais a diplomacia brasileira tem adotado para evitar ou solucionar os problemas sociais, a exemplo da prostituição e tráfico de drogas, decorrente da migração de brasileiros para a Guiana Francesa? Ao Embaixador Eduardo Gradilone.

Perguntaria ao Embaixador Antoine, quais os possíveis impactos sobre o fluxo migratório de brasileiros para a Guiana Francesa da adoção de novas regras de migração contidas em projeto de diretiva de retorno, já aprovado pelo Parlamento Europeu? E ao Deputado Estadual Camilo Capiberibe, qual o encaminhamento dado pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá para eventuais denúncias que chegam a seu conhecimento sobre abusos cometidos contra brasileiros em território da Guiana Francesa? Eram essas as questões, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. E em seguida fará uso da palavra a Deputada Federal Janete Capiberibe.

DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE (PSB/AP): Sr. Presidente, em exercício da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Senador Papaléo Paes, eu quero elogiar a sua atitude de aprovar o Requerimento que torna possível essa Audiência Pública na vossa Comissão, e Deputado Camilo Capiberibe, eu... Aliás, eu não agradeço. O Sr. é um Senador eleito pelo nosso Estado do Amapá. O Deputado Camilo é estadual. Aqui estamos três representantes legítimos do povo

do Estado, do nosso Estado, e Senador Papaléo Paes e eu representantes do povo brasileiro.

Eu quero deixar o registro de... Da importância dessa Audiência Pública. E direi os motivos pelo qual eu considero que é muito importante e parabeno o Deputado Estadual Camilo que está na ponta lá recebendo diretamente o impacto da falta de prevenção com políticas públicas, para que o povo do Amapá, o povo do Estado do Pará, o Senador Flexa Ribeiro acaba de mencionar, e de outros Estados do Brasil que adentram a França por essa fronteira.

Quero fazer uma saudação ao Chefe de Departamento Consular e de brasileiros do exterior, Eduardo Gradilone. E comentar também que já em 2003, em 2007, dei entrada em documento, no formato de ofício, buscando respostas a perguntas que eu acredito que podem sair agora aqui dessa Audiência Pública.

Excelentíssimo Sr. Antoine Pouillet, Embaixador da França no Brasil, é um prazer para nós estarmos como Estado, aqui dois Estados, e o Estado que é exemplo de zelo dos direitos do acontecimento dos Direitos Humanos. Quando da... do período da Ditadura Militar no Brasil, seu país recebeu inúmeros brasileiros e brasileiras que não podiam ter a sua vida no dia-a-dia aqui no Brasil por politicamente se confrontarem, e eu sou uma dessas mulheres brasileiras, não estive exilada no seu país, mas estive em outros países.

Eu quero pedir nesse momento dessa Audiência Pública, aqui, o apoio dos Senadores que aqui estão presentes, participando. Eu quero pedir a compreensão do Ministério das Relações Exteriores e eu, aqui, não se trata de uma polarização onde nós estejamos trazendo uma agenda negativa para o debate aqui, Dr. Ministro Eduardo Gradilone, eu me desculpo com o senhor, mas eu tenho que dizer isso, porque eu faço parte dessa agenda negativa aqui, como o Senador Flexa Ribeiro mencionou, 650 quilômetros de fronteira brasileira do nosso país com a Europa está aí nesse espaço que torna possível o acontecimento dessa Audiência Pública.

E eu gostaria de comentar diferenças existentes nos estatutos de cada país, de cada país Estado. A Guiana, ela é um Departamento, ela é como se fosse uma unidade federada do Brasil, do país França, que está do outro lado do oceano Atlântico. Enquanto a relação com o Suriname e a República das Guianas pode ser mais fácil para o Ministério das Relações Exteriores porque aí o tratado é de país para país, e a Guiana não é um país, a Guiana é a França. E o senhor me desculpe, Embaixador da França no Brasil, mas eu quero dizer para o senhor assim, de coração. De coração, eu aprendo tanto, todos os dias, com a prática da democracia. Eu vejo que a França recebe

um contingente enorme de exilados, nesse momento, não foi só nesse período da Ditadura no Brasil, é uma conjuntura mundial e que faz com que a França tenha abrigos imensos, lotados de exilados, e que receba com os braços abertos. Então nós não estamos perdendo tempo aqui, de forma nenhuma, nós estamos tratando de uma brasileira entre os vários problemas existentes aí na nossa fronteira.

Um deles é sério, é grave, é a prostituição, é o tráfico internacional de meninas e mulheres brasileiras por essa fronteira de 650 quilômetros do Brasil. Não é só com a Guiana. Vejam bem, porque a Guiana, da Guiana para atravessar o oceano é muito rápido. E essa prostituição, esse tráfico é para a Guiana e é para a França e é para a Europa. E é muito sério esse fato que está acontecendo.

Eu, no início do ano, como Presidenta da Comissão da Amazônia, eu conversei com a embaixadora aqui e relatei mais uma vez tudo isso que eu estou externando nesse momento, que eu acho que é da maior importância para nós paralisarmos e criarmos um mecanismo, uma forma de através da qual o Ministério das Relações Exteriores passe a olhar com outros olhares essa região fronteiriça aí. Esse é um dos problemas.

O outro, que culminou com a morte da brasileira, a brasileira Nerize de Oliveira, e que o Deputado Camilo recebe os familiares da Sra. Nerize de Oliveira solicitando. Ele ouve o clamor de famílias que estão em situações difíceis do lado do nosso Estado Brasileiro, Senador Suplicy. A educação, a saúde, o trabalho, para que cada um, cada cidadã possa ficar no nosso país. É de conhecimento de todos aqui que qualquer cidadão brasileiro para seguir para a França de um outro Estado, ele não precisa do visto de entrada. Mas nós aí, Senador Papaléo Paes, Deputado Camilo, eu se... Passamos por aí, vamos via Guiana, nós temos que ter um visto pelo controle que não controla nada. Entende?

Desculpe-me colocar, mas os dois Estados, brasileiro e francês, com relação no que diz respeito a essa fronteira, terão que sentar e muito mais, Ministro Eduardo Gradilone, a ação concreta do Estado Brasileiro através do Ministério das Relações Exteriores, para dar visibilidade, porque a Senadora Ingrid Bittencourt foi dada toda uma visibilidade internacional. Está certo. Não é correto você viver em cativeiro. Mas, há muitas cidadãs e cidadãos como a Sra. Nerize de Oliveira, de 36 anos. O mundo, o Brasil não enxerga, não fala. Então por esse motivo, acho que esse momento é da maior importância, e eu quero deixar ao Ministro Eduardo Gradilone uma pergunta. E que ela pode ser respondida imediatamente aqui, mas ela se

tornar objeto de trabalho, de um grupo de trabalho no seu departamento para marcharmos ao encontro do respeito aos direitos humanos, os cidadãos que vão e vêm por essa maior fronteira única entre o Mercosul e a União Européia. Mas que é uma cortina de fumaça, e que é necessário, Embaixador, que nós falemos sim, certo? Para que através do debate, através dos encaminhamentos dos debates, da representação parlamentar, da representação diplomática, da representação de países, de um país e de outro país que nós poderemos ver o início do fim dessas situações muito graves que acontecem na fronteira do Brasil com a França. Eu digo do Brasil com a França.

Meu muito obrigado. Parabéns ao Deputado Camilo Capiberibe, que sai da sua esfera estadual para o Congresso Nacional, para fazer ouvir a voz daqueles cidadãos e cidadãs que estão vivendo esse momento tão difícil lá no nosso Estado. Obrigada.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço à Deputada Janete Capiberibe, e convido o Senador Eduardo Azeredo, como membro da Comissão de Relações Exteriores, mais propriamente Vice-Presidente, para assumir o comando dos trabalhos desta Audiência Pública.

Antes, Senador Azeredo, me permita mais uma vez enaltecer o Deputado Estadual Camilo Capiberibe por ter motivado essa Audiência Pública, que tenho certeza absoluta, Sr. Embaixador e Sr. Chefe do Departamento Consular de Brasileiros no Exterior, que os senhores estão aqui participando de uma Audiência Pública que vai marcar, isso tenho certeza absoluta, um novo tempo, isso tudo estimulado pelo Estado do Amapá. Muito obrigado.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Papaléo, vamos continuar então a Audiência. E eu passaria a palavra para o Camilo Capiberibe. Primeiro, Deputado Camilo Capiberibe para as suas considerações. Deputado, com a palavra.

DEPUTADO CAMILO CAPIBERIBE (PSB-AP): Eu agradeço, Senador Eduardo Azeredo. Gostaria de mais uma vez agradecer ao Senador Papaléo Paes, que em nome do povo do Amapá aqui no Senado da República aprovou Requerimento para que essa Audiência Pública pudesse acontecer. Ao Senador Paulo Paim que preside a Comissão de Direitos Humanos, que desde o início tem escutado nossos apelos lá do Amapá por telefone, quando a gente ligava perguntando: "Como que a gente vai resolver, de que maneira encaminhar? Como fazer? Nós aqui no Estado não temos competência para tratar de questões entre nações". E pela boa vontade do Senado da República, nós pudemos

então aqui conversar, dialogar, trazer essas questões à público, trazer ao Senado, ao centro tomador de decisões do nosso país, questões que acontecem lá nas profundezas do Brasil, às vezes até nas profundezas fora do nosso país, na vizinhança.

E esse sentimento de impotência, eu aproveito já para responder a pergunta do Senador Flexa Ribeiro sobre os encaminhamentos, nós encaminhamos as denúncias que chegam à Comissão de Direitos Humanos para as comissões tanto da Câmara quanto do Senado, para a Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal, Ministro Paulo Vannuchi, dialogamos com a Polícia Federal no Amapá. Isso foi nosso primeiro passo, quando recebemos a denúncia, foi entrar em contato com a Polícia Federal para saber da possibilidade de estar intervindo, e, infelizmente, lá a informação que o Superintendente, Delegado Ruy deu no momento foi de que, como aconteceu fora das fronteiras brasileira, não havia o que ser feito. Ligamos para a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, conversamos com o Subsecretário de Direitos Humanos, e ele nos colocou também das dificuldades que vive para se encaminhar. Então foi essa falta de opção, essa falta de encaminhamento possível horizonte que nos fez trazer, apelar ao Senado que, aqui sabemos, que em Brasília, através do Senado da República, teríamos a oportunidade então de estar dialogando e estar externando essas questões para as autoridades, para que isso possa sim então encontrar, enfim, um encaminhamento proveitoso para o povo do Amapá.

Sabemos que existem outras iniciativas. Nós temos lá o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Legislativa, Deputado Paulo José, que vem a ser meu Vice-Presidente na Comissão de Direitos Humanos, que também é muito ativo. Gostaria de destacar a atuação dele, veio aqui em Brasília, esteve com a embaixadora Edileusa, que trata da questão da União Européia, e enfim. Tem o Deputado Sebastião Bala na Câmara que também se movimenta, que tenta levar as questões adiante, então todos em virtude da gravidade dos fatos. Aí eu retomo esse ponto apenas para dizer que aqui não se trata de questionar as credenciais da República francesa como trata a questão de direitos humanos. Não se trata disso. Mas se trata sim de dizer que um fato aconteceu e que esse fato precisa ser esclarecido. Esclarecido para o povo brasileiro e esclarecido para as instituições francesas, que tem esse respaldo internacional de proteção, de defesa das liberdades individuais e dos direitos humanos.

Então ninguém questiona isso. Em hipótese nenhuma. Apenas demonstramos a nossa preocupação em que se tratando de policiais e tendo já tido a experiência da Inglaterra, no caso de também é outro país

que também tem história de acolher, enfim, foi tão difícil, tão difícil foi que a gente fica na preocupação que essa investigação aconteça e que se chegue a um termo claro para que se possa colocar.

Agora, eu vejo que o incidente trouxe um ponto positivo. Porque provocou a reunião da Comissão Transfronteiriça, depois de muitos anos que não se encontrava. Então acredito que o momento crítico talvez seja o fato de que as relações estão se intensificando, que a ponte está chegando e que a BR 156 está sendo, e aqui faço questão de frisar por determinação do Governo Federal, e aqui esclareço melhor ainda do Presidente Lula, de ver essa rota do desenvolvimento sendo construída.

Então esta estrada está acontecendo. É preciso lembrar que quem primeiro tomou essa decisão foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso, colocou no Avança Brasil, assinou o tratado, o acordo quadro. Então veja, é o trabalho de muitas pessoas. Então não vai ser um caso como esse que vai interferir nas relações dos dois países. Mas isso precisa ser discutido, precisa ser esclarecido e em nome do povo do Amapá que eu represento, da Comissão de Direitos Humanos, eu trouxe e sempre trarei na medida em que houver esse pedido do povo do Amapá, apelaremos a quem for preciso para que elas sejam esclarecidas.

Então agradeço ao Senador Papaléo Paes, Senador Paulo Paim, Senador Eduardo Azeredo a presença sincera, democrática e paciente do Embaixador da França que aqui se faz presente, e do Sr. Representante do Ministro Celso Amorim, Ministro Eduardo Gradilone, e a todos Senadores que aqui engrandecem. Agradecer ao Senador Eduardo Suplicy de dizer eu já tinha seu livro, sim, já tinha inclusive lido, mas eu não tinha um exemplar autografado. Então muito me honra recebê-lo e me aprofundar muito mais sobre a questão combate à pobreza. E parabenizar o seu trabalho, que eu acompanho seu trabalho, como tive a felicidade de ler seu livro porque inclusive fala do Amapá aqui, o senhor fala da experiência do Amapá na implantação desde 1996 do Bolsa Família. Então agradeço a todos e todas. [Interrupção no áudio] Me coloco a disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Desobrigado, Deputado Camilo Capiberibe. Vamos ouvir as palavras de encerramento do Embaixador Eduardo Gradilone, e depois ouviremos o nosso Embaixador da França que muito nos honra com a presença aqui, Antoine Pouillete. Com a palavra Eduardo Gradilone.

SR. EDUARDO GRADILONE: Obrigado. Deputado Capiberibe, suas palavras me tocaram muito e eu gostaria dizer algumas esperando também que

elas sensibilizem a todos aqui. Há muitas coisas que não são vistas por todos. O Deputado Capiberibe deu exemplos que passam-se longe dos olhos da opinião pública. Na verdade, apenas alguns casos mais... talvez dramáticos, cheguem às manchetes e acabem no conhecimento de todos.

Mas eu queria que todos soubessem que nós temos no Itamaraty, no meu departamento da Divisão Assistência Consular, um grupo de pessoas, de jovens que compõem o nosso NABE – Núcleo de Assistência a Brasileiros no Exterior. Esse núcleo é um grupo de verdadeiras heroínas, porque a maior parte delas são moças jovens, idealistas, que fazem a intermediação entre o brasileiro aqui no Brasil e o brasileiro no exterior. As famílias que têm problemas com seus parentes, amigos no exterior, se dirigem a nosso NABE. Quando não conseguem contato no Consulado, Embaixada, por exemplo, no caso da França, quando o primeiro caso da pesquisadora Patrícia Magalhães ocorreu, ela tentou se comunicar com o nosso Consulado em Madri que recebe, era um domingo, em finais de semana, esse consulado recebe 150 chamadas de emergências. Então, o telefone de plantão estava ocupado, teve que haver um retorno à chamada telefônica, essas pessoas se dirigem ao nosso Núcleo de Assistência Brasileira. De modo que esse núcleo está 24 horas por dia, de dia pessoalmente, de noite de plantão, atento a tudo que acontece. Então, nós presenciamos o que acontece praticamente no mundo inteiro e ficamos tocados com que acontece com muitos brasileiros. São brasileiros que são furtados, que são explorados, que são objeto de todos os tipos... Tipos mais diferentes de exploração. São os nossos presos que precisam de assistência. São os acidentes, são... Enfim, todos esses episódios do dia-a-dia.

Quando houve o caso da brasileira Nerize, esse centro imediatamente tomou conhecimento. Esse centro praticamente se articulou com uma rede de outros brasileiros que mandaram fotos, mandaram depoimentos, gravações, relatórios, de modo que nós estamos, sim, embora o mundo possa não ter conhecimento dessas coisas, o nosso núcleo dificilmente deixa de ter conhecimento disso. E nós, invariavelmente, tomamos as providências. Inclusive, porque esses funcionários são idealistas e, praticamente, se voluntariam para defender os brasileiros que passam por essas situações.

O caso da Guiana Francesa é até especial. Nós temos, por exemplo, contatos com brasileiros que produzem trabalhos. Nós temos um trabalho magistral sobre a situação do brasileiro na Guiana Francesa, do Manoel Sousa Pinto, que praticamente é uma das coisas mais atualizadas, mostrando a problemática do brasileiro na Guiana Francesa, e as complexidades. De

modo que nós estamos com antenas absolutamente ligadas na situação dos brasileiros.

Eu aproveito para dizer que no dia 17 e 18 nós vamos realizar no Rio de Janeiro um encontro inédito das Comunidades Brasileiras no Exterior. Nós estamos trazendo os representantes, líderes comunitários, representantes de apoio e união de brasileiros no exterior. Nós estamos financiando a vinda de 55 representantes. Foi feito um mapeamento e seleção deles, vem de todos os lugares do mundo, inclusive da Guiana Francesa. E além deles virão por conta própria mais de 150 outras lideranças. Vamos juntar ao Governo, o Estado, os acadêmicos, a imprensa, e discutir todos os problemas que os brasileiros passam no exterior, inclusive os problemas da Guiana Francesa. Acho que o importante é que vocês saibam que nós estamos atentos. E que nós fazemos o que também é possível.

E, imediatamente, no caso da Sra. Nerize, nós encaminhamos ao Governo Francês, à Embaixada da França aqui, aos nossos... Aos nossos Diplomatas em Caiena, para que pedissem ao Governo Francês explicações ao que tinha acontecido. De modo que jamais suspeitem de que o Itamaraty possa não estar tomando providências em relação aos brasileiros. Nós vamos inclusive com esse... Com essa conferência que me referi, buscar formas inclusive de nos aparelharmos melhor. Muitas vezes nós temos uma dificuldade de receber as denúncias.

Agora, nós temos uma enorme dificuldade de ajudar a quem está na ilegalidade. É muito mais difícil. Isso não é fator de diferenciar tratamento. Nós temos um lema no Itamaraty, que todos os brasileiros legais ou ilegais, e mesmo os criminosos que exigem todo o nosso trabalho de assistência aos presídios, recebem atenção do Governo. Agora, é muito mais difícil você defender os direitos, defender melhorias de tratamento e defender o auto desenvolvimento de comunidades que estão, por uma série de fatores, mais ou menos envolvidas em atividades não legais.

Eu não vou me referir mais ao episódio da Sra. Nerize, o nosso colega, Embaixador da França está aqui, ele poderá talvez fazer algum comentário sobre o episódio, mas eu queria dizer também é o seguinte: que, nessa Reunião Transfronteiriça, nós tivemos desde a preparação uma presença muito grande do Governo do Amapá, uma presença muito grande dos representantes do povo do Amapá. E eu já havia me referido que uma das minhas primeiras missões no exterior depois da Bolívia e do Paraguai, que eram as duas principais prioridades da nova Subsecretaria criada, foi uma visita à Guiana Francesa em companhia da Deputada Lucemira Pimentel e do marido dela que era Prefeito da... Prefeito de Macapá. Nós visitamos

autoridades, visitamos comunidades brasileiras, fizemos apresentações em rádio. E nessa Reunião Transfronteiriça, em Caiena, os delegados, alguns delegados do Governo do Paraná, inclusive Deputado Bala, participaram conosco. Quer dizer, todos esses novos acordos que estamos entabulando com a França e todas essas conversações vão contar com a presença fundamental de representantes do Amapá. Praticamente todos os grandes projetos importantes que serão tocados daqui para frente, ou retocados, necessitam dessa participação. De modo que eu peço confiança do Estado do Amapá e dos seus representantes, dos seus governantes para esse trabalho que está sendo realizado e contamos com a continuada colaboração deles para que ele tenha êxito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Agradecemos ao Dr. Eduardo Gradilone. Os esforços realmente do Itamaraty são reconhecidos em relação aos brasileiros no exterior, o número tem crescido, não se sabe o número. Ainda outro dia estava uma polêmica se são três milhões de brasileiros ou cinco milhões.

SR. EDUARDO GRADILONE: A estimativa mais conservadora de três e a mais, digamos, exagerada de quatro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): De quatro. Existe inclusive um projeto aqui, uma proposta de emenda constitucional do Senador Cristovam Buarque, eu sou o relator. Ela já foi aprovada, falta a aprovação em Plenário, que acreano, os representantes dos brasileiros no exterior, os Deputados que estarão aqui no Congresso Brasileiro, mas representando os brasileiros que estão morando no exterior. Acredito que virá se somar a esse esforço de dar melhor proteção aos brasileiros no exterior. Alguns países têm esse sistema, a Itália tem sistema, representa os italianos daqui lá no Congresso Italiano. Na França, não sei.

Mas vamos então passar a palavra ao Embaixador Antoine Pouillet, que é Embaixador da França no Brasil, para suas considerações finais.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Vou ser muito breve.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Há quatro perguntas, tentarei dar quatro respostas.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: O Senador Suplicy, de forma acho eu muito inteligente, enfatizou o problema da homogeneidade.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Eu poderia dizer ao senhor uma verdade. Na Guiana, 60% do espaço prisional está ocupado por estrangeiros.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Mas também 60% dos hospitais.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Portanto, o problema da homogeneidade é fundamental.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Não vou ocultar que fiquei muito impressionado com o que li na imprensa nas últimas semanas.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Fala-se aqui antes de tudo de xenofobia.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E dizem coisas acertadas. Na hora da globalização, os cidadãos devem ter a liberdade de irem e viverem e trabalharem onde quiserem.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Mas é sabido que a liderança requer regras.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Porque oito dias depois, o mesmo jornal dá a notícia de que estrangeiros não podem comprar terras.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E a forma de conciliar essas duas posições é justamente a convicção de que a liberdade requer regras.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: O honrado Senador evocou a questão dos blocos do Mercosul e da União Européia, dizendo que ocorre um movimento, digamos, além das nações.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Devemos todos ter consciência de que uma organização regional, ou internacional da nossa segurança...

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Essa organização supõe que adaptemos uma parte da nossa soberania.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: O Sr. Ministro do Itamaraty deve lembrar que em agosto passado foi detido um barco que continha droga. Em agosto passado.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: O Brasil e a França assinaram um acordo. Uma cláusula é que aquele país que prende o barco cuida da tripulação. E, obviamente, o prende adequadamente.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Isso não é um acordo bilateral, é um acordo internacional.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E isso mostra que se quisermos ser eficientes juntos, é preciso que nossa soberania deve ser diferente.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Não é um problema fácil. É um problema eminentemente político.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: A terceira pergunta é: Se novas iniciativas européias terão impacto sobre a movimentação da população do Brasil para a Guiana ou vice-versa.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Não. Não terá impacto. Porque a Guiana não faz parte do Espaço Schengen. Está fora do Espaço Schengen, do espaço europeu.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Agora, não adianta esconder um fato. A política europeia e a política francesa, em matéria de imigração, ficará mais clara.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Pretendemos favorecer o asilo, o direito de asilo.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Precisamos aprimorar a imigração legal.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E devo repetir que a emigração ilegal terá por consequência a devolução ao país de origem.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: O honrado Deputado falou... Perdão. A honrada Deputada falou com muita humanidade sobre vários temas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Embaixador, queria só pedir que o senhor fosse mais rápido, que essa campanha está na Ordem do Dia.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: Muito rápido. [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: A senhora poderá sempre contar com o Embaixador da França para lutar contra arbitriedades. Nunca poderá contar com ele para lutar contra a lei.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: E já que a senhora citou o nome da Sra. Oliveira, por quem já manifestei minha compaixão...

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Quero citar o nome da senhora.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Que morreu no Oiapoque.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Um mês depois da Sra. Oliveira.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Devido a um choque entre voadeiras, sendo que uma delas, segundo a polícia brasileira, era clandestina.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Eu quis citar o nome dessa pessoa nessa Audiência Pública...

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Para provar que a compaixão não é um sentimento nacional.

SR. EMBAIXADOR ANTOINE POUILLETE: [pronunciamento em francês].

INTÉRPRETE: Mas é um sentimento universal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecemos, portanto, aos convidados que compareceram. Em especial ao Embaixador Antoine Pouillete, o Embaixador Eduardo Gradilone, o Deputado Camilo Capiberibe, os Parlamentares que aqui estiveram, senhoras e senhores. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 17h05.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS.

Às onze horas e seis minutos do dia dez de julho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores **ROMEU TUMA** e **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY**, **PEDRO SIMON**, **MÃO SANTA**, **JARBAS VASCONCELOS**, **PAULO DUQUE**, **MARCO MACIEL**, **VIRGINIO DE CARVALHO**, **EDUARDO AZEREDO**, **JOÃO TENÓRIO**, **CRISTOVAM BUARQUE**, **INÁCIO ARRUDA**, **FRANCISCO DORNELLES**, **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**, **GEOVANNI BORGES**, **CÉSAR BORGES**, **MARCO ANTÔNIO COSTA** e **JEFFERSON PRAIA**. Justificou a ausência o Senador **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente em exercício declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente em exercício inicia a apreciação da Pauta. **Item 1:** Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, na Área da Tecnologia Militar, celebrado na cidade de Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **JEFFERSON PRAIA** para fazer a leitura do seu Relatório. Discussão pelos Senadores **MÃO SANTA** e **VIRGINIO DE CARVALHO**. Aprovado. **Item 5:** Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Repú-*

blica Argelina Democrática e Popular no Campo da Proteção dos Vegetais e da Quarentena Vegetal, celebrado em Brasília, em 12 de maio de 2005”. O Presidente concede a palavra ao Senador **INÁCIO ARRUDA** para fazer a leitura do seu Relatório. O Presidente em exercício anuncia a presença dos atletas Bernard Rajzman (COB), Rogério Sampaio (Campeão Olímpico – Judô) e Marcelo Ferreira (bi-Campeão Olímpico – Vela). Aprovado. **Item 7:** Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, assinado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006.”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **JEFFERSON PRAIA** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 3:** Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Trilateral em Agricultura e Áreas Afins entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República da África do Sul e da República da Índia no âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul – IBAS, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006, durante a I Cúpula do IBAS”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **JOÃO TENÓRIO** para fazer a leitura do seu Relatório. Discussão pelos Senadores **JEFFERSON PRAIA** e **INÁCIO ARRUDA**. Aprovado. O Presidente em exercício concede a palavra ao Senador **VIRGINIO DE CARVALHO** para fazer relatório sobre viagem ao Zimbábue onde acompanhou as eleições Presidenciais. Usaram da palavra para discussão os Senadores **EDUARDO SUPLICY**, **MÃO SANTA**, **INÁCIO ARRUDA** e **PAULO DUQUE**. **Item 4:** Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto dos Atos do XVIII Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal – UPAEP, celebrados no Panamá em setembro de 2000, a seguir relacionados: Constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal – UPAEP e Regulamento Geral da UPAEP”*. O Presidente concede a palavra ao Senador **PEDRO SIMON** para fazer a leitura do seu Relatório. O Senador Mão Santa assumiu a Presidência. Aprovado. **Item 2:** Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China sobre Isenção*

Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, em 20 de outubro de 2005". O Presidente concede a palavra ao Senador **MARCO MACIEL, Relator "Ad Hoc"**, para fazer a leitura do Relatório. O Senador Romeu Tuma reassume a Presidência. Aprovado. **Item 6:** Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia, celebrado em Brasília, em 16 de janeiro de 2006"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **MÃO SANTA, Relator "Ad Hoc"**, para fazer a leitura do Relatório. Discussão pelo Senador **MARCO MACIEL**. Aprovado. Extrapauta **Item 1:** Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto dos Atos da União Postal Universal – UPU, concluídos em Beijing, em 15 de setembro de 1999, a seguir relacionados: Sexto Protocolo Adicional à Constituição da União Postal Universal, Regulamento Geral da União Postal Universal, Convenção Postal Universal e Protocolo Final e Acordo Referente aos Serviços de Pagamento do Correio"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** para fazer a leitura do seu Relatório. Discussão pelo Senador **MARCO MACIEL**. O Senador Heráclito Fortes assume a Presidência. Aprovado. **Item 2:** Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Salvador, em 29 de outubro de 2005"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **MARCO MACIEL** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 3:** Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio – TRIPS – da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho-Geral daquela Organização, em 6 de dezembro de 2005"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **JEFFERSON PRAIA, Relator "Ad Hoc"**, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 4:** Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto da Convenção nº 102 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, relativa à fixação de normas mínimas de seguridade social, adotada em Genebra, em 28 de junho de 1952"*. O

Presidente concede a palavra ao Senador **VIRGINIO DE CARVALHO, Relator "Ad Hoc"**, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 5:** Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, celebrado em Bridgetown, em 17 de maio de 2005"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPLICY, Relator "Ad Hoc"**, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 6:** Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Equatorial, assinado em Brasília, em 24 de agosto de 2005"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **INÁCIO ARRUDA, Relator "Ad Hoc"**, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 7:** Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia e os Anexos, celebrados em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004 e 19 de março de 2005, respectivamente"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **INÁCIO ARRUDA, Relator "Ad Hoc"**, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 8:** Requerimento nº 43 de 2008 – CRE, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e Senador Inácio Arruda, que *"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência pública convidando o Diretor Executivo do Banco Mundial para o Brasil em Washington, Dr. Rogério Studart, assim como o Diretor no Brasil da Internacional Finance Corporation – IFC, Dr. Andrew Gunther, para perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, exponha as linhas de atuações do Banco Mundial no Brasil e as possibilidades de investimento em Estados e Municípios"*. Aprovado. O Presidente concede a palavra aos Senadores **PAULO DUQUE e INÁCIO ARRUDA**. **Item 10:** Requerimento nº 45 de 2008 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que *"Requer, em aditamento ao Requerimento nº 43, de 2008 – CRE, a realização de Audiência Pública, em conjunto, com a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença do Senhor Rogério Studart, Diretor Executivo do Banco Mundial para o Brasil em Washington, e Andrew Gunther, Diretor no Brasil da Internacional Finance Corporation – IFC, para que exponham as linhas de atuações do Banco Mundial no Brasil e as*

possibilidades de investimentos em Estados e Municípios”. Aprovado. O Presidente concede a palavra aos Senadores **EDUARDO SUPLICY, PEDRO SIMON e MÃO SANTA**. **Item 9:** Requerimento nº 44 de 2008 – CRE, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “*Requeiro sejam convidados, separadamente, os Senhores Clifford Sobel, Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil; o Ministro Nelson Jobim, Ministro de Estado da Defesa; e o Ministro Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para prestarem esclarecimentos sobre a reativação das atividades da Quarta Frota da Marinha Americana no Atlântico Sul*”. Discussão pelos Senadores **PEDRO SIMON e INÁCIO ARRUDA**. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às treze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – **Senador HERÁCLITO FORTES**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 6 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Havendo número regimental declaro aberta a 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Se os Srs. Senadores e Senadoras concordarem fica dispensada. Dispensada a leitura. Aprovada.

Item 1, PDS 96/08 não terminativo. Senador Jefferson Praia, aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, na área de tecnologia militar celebrado na cidade de Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005. V.Exª está em condições de ler? Por favor, então. O item 1. Página 7.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente Romeu Tuma, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sob o Projeto de Decreto Legislativo Nº 96/2008 que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil, a República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, na área de tecnologia militar celebrado na cidade de Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.

Passo a ler agora o Relatório, Sr. Presidente. Esta Casa é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 96/2008 que aprova o texto do ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina na área de tecnologia militar celebrado na cidade de Puerto Iguazú em 30 de novembro de 2005. Em cumprimento ao disposto no art. 49 inciso I, combinado com o art. 84 inciso VIII da Constituição Federal, o Sr. Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do Ato Internacional acima referido. O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 15 de maio de 2008 tendo naquela Casa passado pelo crivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Acompanha a posição... Ou melhor, a proposição a mensagem nº. 183/06 do Poder Executivo que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional e a exposição de motivos 00072 de 22 de fevereiro de 2006 do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores do qual cabe destacar o seguinte. O referido Ajuste Complementar tem como objetivo a intensificação e a regulamentação da colaboração nas áreas de desenvolvimento, aquisição e manutenção de materiais, fornecimento de tecnologia militar e a elaboração de projetos de sistemas de armas. Os projetos deverão ser implementados pelo Exército Brasileiro e pelo Exército Argentino por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia e da Evolución Tecnológica, respectivamente. A exposição de motivos ressalta ainda que a primeira etapa do instrumento consiste no desenvolvimento conjunto de viatura leve de emprego aéreo transportável com suas especificidades técnicas operacionais estabelecidas por Comissão bilateral e com os trabalhos prosseguindo com a elaboração de desenhos preliminares e estudo de viabilidade técnico econômica. As negociações foram conduzidas pelo Ministério da Defesa com a participação do Itamaraty.

A análise. Em um cenário de crescente preocupação com a segurança no sistema internacional e regional, um acordo entre países de relevância de Brasil e Argentina, particularmente no campo da defesa e da Ciência e Tecnologia deve ser acolhido com entusiasmo. Afinal, a cooperação entre essas duas grandes democracias do continente americano, países parceiros nas mais distintas áreas contribui para a promoção da paz não só regional, como globalmente. Além disso, tem-se o estímulo ao desenvolvimento da indústria de defesa nos dois países, aspecto de grande relevância para qualquer nação que queira ocupar papel de destaque no cenário internacional e também atividade que per-

mite a independência Brasileira e Argentina em área de tamanha sensibilidade. Cada vez mais a aproximação entre Brasil e Argentina demonstra o desenvolvimento da integração no âmbito do MERCOSUL e a disposição dos dois países em cooperarem em áreas sensíveis e essenciais como a defesa. A cooperação em matéria de defesa é muito salutar e assinala a predisposição dos dois maiores países da América do Sul em manter a paz e a estabilidade regional. Assim o presente acordo instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil.

Voto. Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº. 96/08. Esse é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, peço licença ao Senador Jefferson para fazer apenas um passadinho entre o Brasil e a Argentina, com respeito às relações principalmente políticos militares. A época em que eu fui aluno do CPOR, portanto lá se vão alguns passos de anos, o Exército Vermelho era o Exército Argentino. E o Brasil era o Exército Azul nos treinamentos que se fazia da guerra por ser considerada a Argentina como um inimigo. Então toda força militar mais potente do Brasil era transferida para o sul. Lá tinha todos os quartéis de cavalaria, armados e tudo e hoje foram para a Amazônia em razão do Presidente Sarney e o Presidente Sanguinetti criarem o MERCOSUL e uma amizade forte que vem se desenvolvendo. E eu lembro agora recentemente a Embaixadora deve lembrar melhor do que eu, a guerra das Malvinas quando a Argentina tentou retomar a Ilha da Inglaterra e perdeu várias naus de guerra, e que foram por falta de dinheiro e falta de equipamento algumas recuperadas no arsenal de Marinha de Guerra do Brasil. Portanto, hoje existe lógica de relação aproximada que é do meu conhecimento, dentro do trabalho que desenvolvi e que vem em boa hora este acordo, que são dois países que estão lutando para sobreviver. E tem um papel de muita influência, são os dois principais participantes do MERCOSUL. Então acho que o Relatório de V.Ex^a é condizente com a situação e ponho em votação.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se os senhores quiserem... Senador.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Aproveitando aí essas observações feitas por V.Ex^a, eu entendo que o grande parceiro do nosso país ao longo da história é a Argentina. Sempre o foi na história. Desde que

vi aquele tratado de Tordesilhas que dividiram o mundo espanhol, o mundo português, aquela cidade colônia do sacramento, ela foi construída pelo Prefeito do Rio de Janeiro. Porque naquele tempo era de português. A guerra da farroupilha, que naquele período da nossa história, Romeu Tuma, vamos dizer, da independência, a República muito tumultuada, e o mundo a maiores tumultos foi a guerra da farroupilha. Não foi contra o Brasil que eles quiseram libertar não. É porque eles trabalhavam muito e eles vendiam carne mais barata, o charque. Então Bento Gonçalves, que era grande criador eles eram ricos. A guerra da farroupilha não foi de pobre, não. Eles se sentiram... eles não queriam se libertar do Brasil não, eles queriam era ter vantagens alfandegárias porque o charque da Argentina entrava no Brasil com menor custo. Como hoje eu acho que o Pedro Simon tem que ser o herói do vinho. O vinho dele sofre o mesmo... O vinho argentino hoje aqui está mais barato que o brasileiro. Então aquela guerra da farroupilha foi porque o charque que eles produziram... E são muito trabalhadores. A história diz por que é que Buenos Aires muito tempo foi considerada a capital da América do Sul. Porque eles não entraram na Segunda Guerra mundial, eles tiveram essa habilidade e venderam alimento para os dois lados, para o Japão, para o Hitler, para Mussolini, venderam trigo e gado e construíram a beleza de civilização que é Buenos Aires. Então eu entendo que o MERCOSUL é uma necessidade, está aí o exemplo do mundo europeu, como melhorou, como se reconstruíram da guerra, eu fui então... e a base, as duas pernas principais do MERCOSUL sem dúvida nenhuma o Brasil e Argentina.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Senhoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Virginio, queria cumprimentá-lo ontem pela Audiência Pública sobre radio, as colocações que V.Ex^a fez. Foram bastante interessantes. Acho que foi uma Audiência de um brilhantismo invejável porque se tocou em vários pontos importantes e um dos pontos que V.Ex^a levantou acho que tem uma validade grande para ser discutida mais um pouco.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Agradeço, Presidente, pela referência e pra mim é sempre importante assuntos como esses, eu sempre gosto de me manifestar e talvez eu não me pronunciei tanto nessa Casa porque eu sempre aguardo os momentos específicos onde realmente eu me sinto envolvido. E eu fico grato que eu tenho tido durante o período que estou aqui nessa Casa, tenho tido a atenção especial dos senhores e em vários momentos tenho me manifestado e ontem foi assim um assunto

que eu acho de suma importância para a segurança do nosso país. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Embaixadora. A senhora pode estranhar de eu estar falando de uma Audiência Pública sobre rádio e televisão. Sabe por quê? Porque surgiu um ponto importantíssimo. Foi levantada pelo Diretor de rádio e televisão do Paraná a intervenção de rádios clandestinas do MERCOSUL, principalmente no Paraguai e na Argentina transmitindo e trazendo problema para pilotos brasileiros. Depois vou pegar a cópia para a senhora dar uma analisada que vamos levar para discutir no MERCOSUL. Por isso que eu estou tocando no assunto, aproveitando a presença de V.Exª aqui. Senador Jefferson, o item 5 é do senhor também.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, é aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ah, tá o Senador. O item 5. O do senhor é o 7 não é? O item 5 é do Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Espera, deixa eu ler só aqui. PDS141/08 que aprova o texto do acordo de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e da República Argelina Democrática e Popular no campo da proteção dos vegetais e da quarentena vegetal celebrada em Brasília em 12 de maio de 2005. Com a palavra o Senador Inácio Arruda pelo seu parecer que é favorável.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Esse é mais um importante acordo entre o Brasil e uma nação amiga. Argélia. A Argélia, que como V. Exª sabe, recebeu algumas centenas de brasileiros perseguidos pela ditadura militar. Uma República democrática Popular. Então é importante--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sou um pouco testemunha, porque durante as madrugadas eu gravava a rádio tirana daquela região toda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Como V.Exª sabe a rádio tirana não era clandestina. Todo mundo podia pegar. Mas é importante o comentário que V.Exª fez a respeito das rádios no MERCOSUL. Por sorte nós temos a Internet que está liberada. Todo mundo pode fazer uma rádio na Internet e transmitir para o mundo inteiro. Essa é a nossa sorte. Está sem essas amarras mais conservadoras que querem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, não. Não pode impedir a transmissão por rádio via Internet. Aliás, nem pode transmitir rádio nem imagem, nem som nem imagens. Quer dizer, a Internet mesmo com as restrições que no mundo inteiro se busca realizar para buscar com ela auferir lucros, vantagens, licenciar a famosa liberdade de expressão, que é muito levantada para defender a liberdade de expressão de meia dúzia. Não é liberdade de expressão para o povo. É para uma meia dúzia. Então acho que na Internet nós podemos dizer aqui então para a nossa Embaixadora, está livre. Não tem clandestinidade na Internet. Dito isso, nós vamos aqui ao nosso projeto que eu considero muito importante de proteção dos vegetais e da quarentena vegetal. Isso tem muito significado, Sr. Presidente, porque o Brasil é um grande exportador de produtos vegetais. A Argélia não só é consumidora, mas também exporta. Então, a nossa relação, inclusive com os países da África, agora mesmo o Ceará importou--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor dá licença. O nosso grande jogador Bernard Rajzman veio nos visitar, acompanhado Rogério Sampaio, do judô e Marcelo Ferreira, da vela.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Por favor. É razão suficiente para interrompermos qualquer Sessão, é razão para interrompermos até uma Sessão do STF imagina aqui da nossa Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nosso companheiro e Deputado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos agradecer a sua presença e dizer que nós estamos alinhados na defesa do Brasil para conquistar não só conquistar muitas medalhas em Beijin, como também conquistar a vaga para que o Brasil possa sediar os jogos olímpicos de 2016.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Espero que ele nos represente como diplomata lá.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É o nosso Embaixador. Você é muito bem vindo Bernard aqui entre nós. Nós temos mais dois campeões olímpicos. Rogério Sampaio do judô...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Anuncia aí, Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Rogério, vem cá. Não dá o golpe, não. Vem cá só para--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Com esse físico aí eu sou o rei do sertão. Com o corpo deles eu ganho qualquer luta.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Obrigado pela presença.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Temos um judoca também aqui entre nós, o Senador Jefferson Praia. Depois nós vamos pedir aí umas orientações. Se o clima esquentar no Plenário, a gente pede as orientações para o Jefferson.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Vai ter que discutir com o Arthur Virgílio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Põe ele na linha de frente. São dois amazonenses. Sr. Presidente, muito oportuna a visita do Bernard, uma equipe de campeões brasileiros e na Comissão Ministério das Relações Exteriores exatamente porque eles vão para um evento internacional com dois propósitos, trazer muitas medalhas para o Brasil, os nossos atletas saem de lá campeões, e ao mesmo tempo a busca de uma conquista importantíssima para toda a América do Sul. Não é apenas para o Brasil. É a primeira olimpíada que pode vir para a América do Sul. Isso se reverte então, tem um imenso significado. E eles são com certeza os nossos Embaixadores nessa missão grandiosa. Vermelha, amarela, azul, preto e branco, não importa. Todas as bandeiras para o Brasil.

Então eu gostaria, Sr. Presidente, de oferecer meu parecer favorável, um acordo muito significativo entre o Brasil e a República Argelina na questão da... Isso aqui tem repercussões, quer dizer, um acordo já firmado, nós somos já disse grandes exportadores de produtos vegetais, cada vez mais se busca criar barreiras fitossanitárias e são os acordos e a diplomacia nossa que vão permitir que o comércio bilateral nessa área e o exame e o estudo científico para nós aprimorarmos a nossa produção e para impedir que as barreiras fitossanitárias impeçam o crescimento das nossas nações. Acho que esse é o grande significado do acordo que nós estamos discutindo e que dou o parecer favorável neste momento. É o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Em discussão o excelente voto do Senador Inácio Arruda. Senhoras e Srs. Senadores que queiram discutir, por favor. Não havendo quem queira discutir, em votação. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. Vamos ao item 7, Senador Jefferson Praia, se tiver em condições de fazê-lo.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Só um minutinho para eu fazer a leitura aqui.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Pois não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): PDS 147/08 que aprova texto do acordo quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, sobre a cooperação nos usos pacíficos do espaço exterior assinado em Lima, 17 de fevereiro de 2006. Com a palavra o Senador Jefferson Praia, para exarar seu parecer que é favorável.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr.

Presidente, Sras e Srs. Senadores. Passo a ler agora o Relatório. Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo 147/08 que aprova o texto do acordo quadro entre o Governo da República do Peru sobre a cooperação nos usos pacíficos do espaço exterior assinado em Lima em 17 de fevereiro de 2006. Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, o Poder Executivo enviou às Casas Legislativas a mensagem 436 de 7 de junho de 2006 solicitando apreciação do aludido texto. Na Câmara dos Deputados a mensagem foi aprovada em 12 de junho de 2008 na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Também foi apreciado pelas Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Constituição e Justiça e Cidadania. O acordo se faz acompanhar de exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores da qual cabe destacar o seguinte. O acordo prevê a cooperação entre o Brasil e o Peru nas seguintes áreas: Ciência e Tecnologia espaciais, avaliação e monitoramento do meio ambiente mediante sensoriamento remoto, desenvolvimento de missões conjuntas de satélites com fins científicos, tecnológicos e de aplicações espaciais, desenvolvimento de foguetes de aplicações científicas com fins pacíficos e serviços de lançamento. A implementação do acordo poderá ser objeto de acordos específicos a serem firmados pelas entidades executoras designados pelos dois países. Para o acompanhamento da execução do acordo foi estabelecido grupo de trabalho conjunto peruano brasileiro sobre usos pacíficos do espaço exterior a reunir-se conforme necessário a pedido de uma das partes. Caberia registrar que o presente acordo foi elaborado levando em consideração os tratados e acordos multilaterais sobre a exploração e o uso do espaço exterior dos quais ambos os Estados são parte. O acordo

quadras assinado com o Peru para a cooperação nos usos pacíficos do espaço exterior é o segundo dessa natureza firmado pelo Brasil com países da América do Sul, tendo sido primeiro assinado com a Argentina. Sua primeira assinatura amplia, pois a parceria do Brasil com seus parceiros sul-americanos para a aplicação da tecnologia espacial ao desenvolvimento sustentável de nossa região.

Analise, Sr. Presidente. Trata-se de ato internacional de índole bilateral acerca do aperfeiçoamento e do aprofundamento das relações entre o Brasil e o Peru, abordando a relevante área de cooperação científica e tecnológica integrando os dois países em um sistema internacional comumente acordado acerca da exploração pacífica do espaço exterior. Consideradas as relações históricas, políticas e culturais entre os dois países, todos os entendimentos visando o aperfeiçoamento das relações são de grande importância, solidificando aliança que já se verifica há muitos anos. Como aduz a justificativa apresentada pelo Poder Executivo, o acordo em apreço explora nova fronteira da diplomacia brasileira buscando criar um espaço latino americano de cooperação na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico a bem comum do desenvolvimento sustentável. O acordo é versado em preâmbulo 14, aqui, artigos mais anexo com especificações técnicas e terminológicas, e preenche todas as condições formais para poder levar acordo seus relevantes objetivos buscando fomentar atividade científica comum no plano bilateral. Vale salientar ainda que a aproximação entre Lima e Brasília é muito importante no plano multilateral, pois garante uma aliança que se revela valiosa nas demandas em fóruns internacionais como a OMC, onde temos reiteradamente estado em lados não conflitantes. Ademais a República do Peru é nação com larga tradição de política externa virtuosa e cultura no Direito Internacional público.

Voto, Sr. Presidente. Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 147/08. Esse é o parecer Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão o parecer do Senador Jefferson Praia. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. O Senador... O item 3... Senador João Tenório solicita urgência para sua leitura em razão de ter outro compromisso. Eu pergunto se V.Exª já está em condições de ler o Relatório do item 3? É o texto que PDS 110/08 que aprova o texto do memorando de entendimento sobre cooperação trilateral em agricultura e áreas afins

entre os governos da República Federativa do Brasil, da República da África do Sul e da República da Índia. No âmbito do fórum de diálogo Índia/ Brasil/ África do Sul. Com o parecer favorável do Senador João Tenório. Com a palavra o Senador. Se quiser fazer um resumo, V.Exª esteja à vontade.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito bem. Na verdade, essa proposição de entendimento sobre cooperação trilateral em agricultura, sobretudo, e áreas afins entre o Governo Federativo do Brasil e a República da África do Sul e a República da Índia, no âmbito do fórum de diálogo Índia-Brasil-África do Sul, ele tem uma característica que eu gostaria de ressaltar muito importante. Eu sou da atividade... Atividade agrícola, e aprendi uma coisa que acho que merece haver uma reflexão sobre ela. Todas as soluções de agricultura para os países chamados tropicais, que é o caso específico da África do Sul, da Índia e pelo menos uma parte grande da Índia e do Brasil, são atividades, são desenvolvimento agrícola que tem que ser criado nessa região. Nós não temos de onde portar, quando você quer fazer uma televisão de plasma, você tem uma tecnologia importar e escolhe o país de onde quer importar. Um telefone celular, idem. A agricultura tropical não existe regiões mais desenvolvidas para que se possa realizar, trazer os procedimentos, trazer o conhecimento, a tecnologia para, digamos assim, andar mais rápido com a implementação dessas tecnologias, desse desenvolvimento. Então, são... É uma atividade que tem que ser criada na região. Não há como você fazer uma migração de conhecimento dos países mais desenvolvidos que detêm outro tipo de tecnologia aplicando-se no caso para a agricultura. Então, esse tipo de memorando e entendimento ele é absolutamente importante, porque traz na sua essência a possibilidade de pegar três regiões, todas elas situadas fundamentalmente no mundo tropical, e criar um mecanismo de troca de informações de troca de tecnologia que permita com que os conhecimentos e a sua implantação ande mais rápido. Então acho que o grande mérito desse entendimento é esse aí. Eu gostaria então de para resumir, Sr. Presidente, relatar apenas o voto, visto que o mérito pra mim o maior mérito é exatamente esse que eu acabei de dizer. Cria as condições para que esses países que detêm um nível de tecnologia já bastante razoável possa trocar suas informações e dessa forma fazer com que o andamento mais rápido da implementação de ganhos tecnológicos aconteçam. Então dentro dessa visão, dentro dessa percepção eu leria apenas o voto, que é o seguinte. Tendo em consideração o relevante interesse do memorando, tanto do ponto de vista de eventuais benefícios ao Brasil quanto da possibilidade de troca de experiências

com países do mesmo patamar de desenvolvimento do nosso, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 110/08. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a palavra o Senador Jefferson Praia. Em seguida V.Ex^a. Desculpa que ele já tinha pedido. Não vai falar de Eva aqui, que ele falou de maçã...

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Tudo bem. Gostaria de parabenizar o Senador João Tenório pelo seu parecer. E percebo que nós aqui aprovamos essa cooperação técnica de fundamental importância e entre três países em desenvolvimento. Na minha avaliação, quem não possui muitos recursos, quem não possui muito dinheiro tem que fazer parcerias. E através das parcerias nós conseguimos realizar mais e termos melhores resultados do que se ficarmos dependendo das nossas próprias ações. Portanto eu entendo quando V. Ex^a colocou essa questão relacionada às parcerias, ao que pode ocorrer as trocas de informações quando um país pesquisa, faz uma pesquisa na área da agricultura e nós podemos aproveitar essas informações, quando também nós iremos fazer essas pesquisas e também poderemos compartilhar essas informações, portanto todos têm a ganhar com iniciativas dessa natureza. Gostaria, portanto mais uma vez de parabenizá-lo pelo parecer. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, para ressaltar esse aspecto levantado pelo Senador João Tenório, é que estes países detêm tecnologia, digamos assim, de ponta. Por sorte nós não precisamos importar a tecnologia nessa área. Nós somos exportadores de tecnologia. Eu lembro de visita do Ministro da Agricultura ao Japão, e o Primeiro Ministro do Japão se reportar à Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária, a EMBRAPA, puxa vida, queríamos no Japão também uma EMBRAPA. Isso muita gente na Europa quer, e mesmo os americanos que tem grande senso de pesquisa tecnológica, reconhecem a capacidade do Brasil especialmente de produzir tecnologia digamos assim de grande valor para a produção na área agrícola, na área pecuária e, sobretudo com isso ajudando... Eu lembro que a Índia, João Tenório, a Índia há pouco tempo atrás, não sabia nem como era um pé de caju. Sabe hoje e é uma das maiores produtoras e exportadoras de caju via EMBRAPA. A mesma coisa vários países da África do norte ou mesmo na parte

sul da África estão produzindo caju hoje via EMBRAPA. Estivemos nós, o Senador Simon, o Senador Suplicy na Embaixada do Sri Lanka. Também não conheciam o caju. Tive que dizer para a Embaixadora olha, é lá do nordeste brasileiro. Ela disse é mesmo? É. Pensei que era da EMBRAPA. Pois é, é da EMBRAPA. É caju do Brasil, caju do nordeste, da alta tecnologia desenvolvida no nosso país. Portanto esse acordo ele vai ser um acordo de grande valia e cooperação entre essas três grandes nações. Brasil, Índia e África do Sul. Sendo que uma delas é a segunda mais populosa do mundo. Então tem grande significado para nós um acordo desse porte. Parabéns então ao nosso Relator, João Tenório, e quero apenas ressaltar esse aspecto que ele levantou no seu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Inácio Arruda e Senador Jefferson Praia, vê como é importante às vezes alguém relatar uma matéria que tenha profundo conhecimento. Imediatamente todos captam a idéia, a tese, e aprovam com muita tranquilidade. O Senador tem sempre trazido aqui ao conhecimento as explicações, eu o vejo... Ontem estive na Tribuna falando sobre o programa de agricultura, se não me engano, e essa diversidade de conhecimentos que os Senadores têm, trazem um alargamento daquilo que a sociedade tem que tomar conhecimento. E V. Ex^a fez referências, como a exemplo em outros países, Senador Jefferson também o fez, então eu gostaria de endossar esse cumprimento, Senador. A V. Ex^a. E colocar em votação o Relatório do Senador. Se não houver mais ninguém para fazer uso da palavra, eu pergunto se os senhores concordam com a sua aprovação... Permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. Senador, o senhor queria fazer uma exposição, por favor.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Uma Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Esteja a vontade. Aí a gente... Porque tem outros que querem fazer o relatório e não chegaram ainda.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Eu quero agradecer por me dar esta oportunidade, Sr. Presidente, que diante aqui dos Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, na qualidade de membro dessa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, representante do Senado Federal, fui convocado no dia 19 pela Presidência para acompanhar como Observador Internacional a realização do segundo turno das eleições presidenciais de Zimbábue, que ocorreu no dia 27, na cidade de Harare, em Zimbábue, continente africano. Senti-me honrado em poder representar esta Casa nessa missão que tem objetivo principal

acompanhar, na qualidade de Observador Internacional o desenvolver do processo eleitoral do segundo turno das eleições de Zimbábue. Viajei no dia 23 de junho em direção àquele país, e já no dia 24 quando aguardávamos a conexão para darmos continuidade à nossa missão, fomos então comunicados que a situação de Zimbábue teria piorado, e que o candidato a Presidente pela oposição, Morgan Tsvangirai do Movimento pela Mudança Democrática, ele teria renunciado. E que as eleições seriam suspensas visto que o país não estaria seguro para a presença de estrangeiros, e que a nossa missão perderia então ali o seu objetivo. Estivemos aguardando a continuidade da missão com a expectativa de que o Presidente Robert Mugabe pudesse atender ao clamor internacional e permitisse então a realização das eleições com a garantia da participação do candidato da oposição Morgan Tsvangirai. Fomos então comunicados no dia 26 que o Ministro da Justiça de Zimbábue havia garantido a realização das eleições, mesmo com a renúncia do candidato da oposição. E que em minha opinião seria uma tentativa de legalizar um golpe na democracia daquele país. Acompanhamos então o desenrolar do quadro político eleitoral com as informações que chegavam através das pessoas, das televisões, jornais, etc, a questão, conforme os relatos, estava muito grave.

A eleição, que por fim foi realizada, deu-se com baixo comparecimento e relatos de coerção. Houve notícias por parte dos Estados Unidos e da União Européia consideraram uma farsa as eleições e afirmaram não aceitar o resultado, segundo os jornais. O ex-candidato opositor, Morgan Tsvangirai, do movimento democrático refugiou-se na Embaixada da Holanda, em Harare capital de Zimbábue. E de lá denunciou o Exército de intimidação em massa com pessoas em todo o país sendo obrigada a votar. Posteriormente, Morgan baixou o tom e disse que poderia negociar com o Governo após o pleito. Contrariando assim as declarações anteriores. A situação era de muita tensão, a apreensão da população era reportada por todos que acompanhavam o momento político daquele país, houve relatos ao *New York Time* de que em algum subúrbio de Harare residentes disseram que foram reunidos na véspera da eleição, forçados a cantar o hino pró-Mugabe e depois levados às sessões eleitorais onde foram então assim obrigados a copiar os números de série das cédulas. Votei em Mugabe porque não queria arriscar a vida. Era o que deveria escrever. Disse um dos eleitores ao jornal. Em áreas rurais tivemos notícias de que eleitores foram forçados a se declarar analfabetos para permitir a entrada na cabine de votação de assistentes que eram leais a Mugabe. Sobre as críticas foi publicado pelos jornais que Mugabe

chegou a rechaçar dizendo: Quero ver que líder africano levantará o dedo contra Zimbábue. Em síntese, Sr. Presidente, os observadores internacionais, de um modo geral, identificaram que o voto foi marcado pelo medo e pela intimidação. O senso geral foi de que as pessoas queriam apenas conseguir a marca de tinta indelével para se protegerem da violência. Mugabe sagrou-se vencedor com 85,5% dos votos, Morgan, mesmo sendo retirado à candidatura teve ainda 9,3% e 5,2 foram votos nulos.

Sr. Presidente, esse era o clima que se viria naquele país. Muitos outros relatos foram feitos entre as pessoas que acompanhavam o processo eleitoral, relatos muito mais fortes, mas que o meu senso crítico e de responsabilidade não me permite abordá-los oficialmente. Penso, Sr. Presidente, que a grande preocupação de agora em diante é sobre o ponto de vista da segurança da população, a preservação de ordem e da paz. Era o que nós tínhamos... Era o que tínhamos a relatar, Sr. Presidente, e agradecer a oportunidade de representar o Senado brasileiro, especialmente esta Comissão de Relações Exteriores nessa difícil missão, que apesar de ser entre cortada de grande tensão, informações desencontradas e de muita instabilidade, em momento algum me fez recuar das minhas obrigações. Portanto eu queria pedir, fazer constar na Ata da Comissão este Relato.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Parabéns. Pergunto à Embaixadora se tem interesse de cópia desse Relatório. Então eu queria que a secretaria enviasse uma cópia para o Itamaraty. Com a palavra o Senador Suplicy para questionar. Primeiro gostaria de cumprimentar pela elegância do Relatório.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Virginio de Carvalho por esta missão tão importante em que nos representou a todos Senadores no Zimbábue. O seu relato é de grande significado para nós. Nós obviamente temos o anseio de que em cada uma das nações deste mundo, e em especial no continente africano possa haver a realização de eleições democráticas e a vida normalizada. Então, o que se passa no Zimbábue é de enorme preocupação para todos nós. Ainda há poucos dias, o próprio... A própria TV Globo mostrou uma reportagem que foi passada na... Nas emissoras internacionais de televisão, salvo engano a BBC, onde um soldado, o policial, foi forçado a votar. Acho que eram... Era um soldado membro... Ou policial, foi forçado a votar porque senão teria ameaça de morte. Ele filmou... Teve tudo isso filmado e saiu do país. E na condição já de exilado, levou este material que agora está sendo exibido nas emissoras internacionais de

televisão, a Rede Globo, por exemplo, e outras emissoras mostraram isso. Então, o relato que o Senador Virgínio de Carvalho nos mostra é muito grave e eu gostaria de aqui propor que inclusive como resultado da observação dele em que constatou que houve de fato irregularidades, possamos externar que o Senado Federal está extremamente preocupado com isto. Gostaria de sugerir que possamos até redigir um... Uma manifestação de preocupação do Senado brasileiro com esta situação obviamente inadequada, que isto seja encaminhado às próprias autoridades do Zimbábue, sugiro que inclusive possa o documento do Senador Virgínio de Carvalho ser traduzido para o inglês, que é a língua que eles falam, não é? Seja traduzido oficialmente para o Senado para o inglês, que haja a manifestação dele como uma preocupação de todos nós Senadores, que isso seja encaminhado ao Zimbábue, ao próprio Presidente da República sugerindo que esta situação seja inteiramente reformulada, refeita, com efetiva eleição democrática, e que isto também seja transmitido... Avalio que assim como temos a OEA, temos... Existe a organização dos Estados africanos e que isso seja transmitido também à ONU e à organização dos Estados africanos. Então, é a sugestão que formulo. Quem sabe possamos... Se outros Senadores tiverem sugestões, nós poderíamos formular bem uma declaração bem feita de preocupação do Senado que inclusive possa ser transmitida junto com o Relatório dele ao Ministro Celso Amorim, sugerindo que o Governo Brasileiro também expresse este sentimento à OEA, à ONU e ao próprio Zimbábue.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pergunto se mais alguém queira se manifestar a respeito do Relatório do Senador Virgínio de Carvalho.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Nós só queremos manifestar nossos aplausos ao Senador Virgínio de Carvalho, e ele quebra por vezes tabu. Fala-se de suplente. Essa Casa tem essa riqueza. Basta dizer o Fernando Henrique Cardoso, entrou aqui como suplente, não é? E ninguém pode negar que ele é o grande estadista do país. E o Senador Virgínio de Carvalho traz Deus para essa Casa, está precisando. Ele simboliza aqui Deus, e a sua participação eu tive a oportunidade de presidir a Casa quando ele fazia o primeiro pronunciamento. E abalou o mundo. Eu recebi muito e-mail, porque eu afastei a lei Camata. A lei Camata é aquela que cinco minutos é quatro. Foi a tolerância que V. Ex^a me ensinou, então ele dissertou sobre a sua visão e a sua participação no Senado. Agora quando começou essa reunião, V. Ex^a teceu elogios a participação dele na área de comunicação e agora ele presta com muita

clareza, com muita coragem uma grande contribuição à democracia mundial.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Espero que o Relatório dele não sirva de ensinamento a políticos malandros aqui. Que ele deu uma aulinha aí meio perigosa. Desculpa. Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu também quero me congratular com o Senador Virgínio de Carvalho, ainda mais o Senador que traz a divindade para o plenário da Comissão. Grande importância. Uma missão importante. Acho que demonstrou também disposição, coragem para entrar num país que, digamos assim, ainda meio que conflagrado. Essa é a verdade. Talvez fosse importante a gente ressaltar a atitude das potências imperialistas, que colonizaram a África. Que vias de regra acham que a razão, a democracia, a civilização e a sabedoria estão com elas. E não com os povos. Normalmente querem impor a sua ordem aos outros povos. Acho que as nações africanas elas buscam um processo de aprendizado muito grande do povo, não é só das suas elites, mas do povo africano que conquistaram a independência recentemente. Se nós quisermos falar em tempo histórico. Muito recentemente se livraram da presença opressora das potências, principalmente dos ingleses, mas hoje têm uma presença muito forte do ponto de vista econômico dos Estados Unidos, então foram colonizados por portugueses, espanhóis, holandeses, todos querendo levar para lá a civilização. A civilização era o seguinte, exporta para a América do Sul cem milhões de negros. E mata, só no transporte, cinquenta milhões e o resto põe como escravo em toda a América. Assim que foi a civilização dos imperialistas e de alguns democratas, entre aspas, que ficam, vira e mexe, defendendo ardorosamente a democracia no mundo, mas assim que defendem a democracia nas nossas regiões, nos nossos povos. Repito só pra gente lembrar uma vez mais. Na América eles soterraram civilizações. A civilização Asteca, a civilização Maia, a civilização Inca, foram quase que dizimadas. E mesmo as tribos do Brasil, a nação Tupinambá que contribuiu muito com a nossa língua, os marajoaras, não é assim que chama Jefferson? Os guaranis, mas os que ocupavam toda a faixa litorânea do Maranhão até a Argentina, a civilização que eles trouxeram para cá foi atroz. Foi de massacre absoluto. Chegou a ponto de se dizer que negro e índio não tinham alma. Podia chicotear, assar, fazer o que quisesse porque não era gente. Era um bicho qualquer. Hoje que se descobriu que também somos um bicho homem. Então é importante a luta democrática no Zimbábue, mas ao mesmo tempo temos que examinar as posições dessas nações que ficam querendo exportar a sua regra, sua

lei, suas normas para impor seus interesses, e não interesses daquele povo que está... Principalmente no caso da África que vive muitas conturbações. Não só no Zimbábue, mas muitas nações estão em processo de conflagração entre tribos, entre etnias, buscando seu caminho, mas com muita dificuldade. Acho que o Brasil tem condições sim de ajudar, de contribuir, acho que o Senador Virginio mostra isso. Quer dizer, é possível dar sua contribuição. E aproveito para não ficar interferindo mais, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tudo que é histórico é importante Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. Tem um episódio recente aqui no nosso país, o... Nós estamos assim, digamos, examinando, Senador Suplicy, Senador Pedro Simon, Senador Cristovam, João Pedro, estiveram recentemente na Embaixada dos Estados Unidos, foram lá para pedir explicações, saber o que está acontecendo, o que é mesmo o significado dessa quarta frota porque os americanos também têm... Depois de terem conseguido a independência dos ingleses, também passaram a exportar civilização. Então para nós é muito importante. Saber qual o significado dessa quarta frota. O que é mesmo essa quarta frota? Por que é que nós precisamos dessa quarta frota monitorando as águas do Atlântico sul? Então essa questão acho assim de grande relevância. Talvez fosse o caso de nós aqui conjuntamente convidarmos o Embaixador dos Estados Unidos para vir à nossa Comissão. Ele já tem vindo outras vezes para tratar de outros assuntos. Acho que era importante um Requerimento conjunto. Não um Requerimento de um Senador, não. Todos. Para que a gente possa ouvir diretamente do Embaixador americano na nossa Comissão essas opiniões. É importante a opinião do Senador Suplicy, do Senador Pedro Simon, porque estiveram presentes. Acho que é uma oportunidade. Eu pego uma carona aqui no Senador Virginio de Carvalho para que a gente possa também introduzir na nossa Comissão esse tema e talvez sair daqui hoje com uma proposta como essa. Vamos conjuntamente pedir ao Embaixador que venha aqui dar suas explicações, opiniões, explicar para nós o que é o carro chefe da quarta frota, é um porta-aviões chamado George Washington, 14 andares, com uma tripulação enorme, propulsão nuclear. E mais outras coisas. É importante que a gente tomasse conhecimento, e pela voz do próprio representante que é o Embaixador Americano.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, permite só uma palavrinha? Esta quarta frota retorna depois de quatro anos, é isso? Às vésperas do anúncio do restabelecimento do patru-

lhamento da quarta frota, se o senhor se lembrar, o Ministro da Marinha deu uma entrevista das grandes dificuldades que a Marinha tem para preservar as águas litorâneas brasileiras. Às vésperas. Não sei se foi coincidência ou não, talvez o Suplicy possa explicar melhor que eu, mas outro dia eu estava lendo. Por que é que... O Ministro da Marinha falou, uma semana depois se anunciou a presença da quarta frota novamente. Porque eu participei uma vez da... Movimentação da UNITAS que era uma força da Marinha do Brasil, Argentina, e Americanas que percorria o litoral em exercício de Marinha. E sumiu. E era no porta-aviões.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Na-quele tempo, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Naquele tempo, com porta-aviões e tudo. Agora o Ministro reclamou da grande dificuldade que tem de recompor sua matéria de defesa do litoral e em seguida a Marinha americana já se pôs a postos não sei se concordar com a palavra do nosso Ministro ou não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esteve aqui na costa nossa, o porta-aviões, já em Pernambuco foi visitado pelo Governador e pelo Prefeito da capital, foi ao Rio de Janeiro, acho que é oportuno. Eu proponho um Requerimento. Um Requerimento conjunto. Partindo de V.Ex^a que está presidindo... Claro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite um aparte, Senador Inácio Arruda, o Senador Heráclito Fortes, Presidente da CRE pediu que pudéssemos dar o informe da visita ontem ao Embaixador dos Estados Unidos no momento em que ele estará aqui presente, ele está por chegar de uma visita ao oftalmologista, e ele pediu para que aguardássemos, inclusive então poderemos considerar, estou de acordo com a proposição de V.Ex^a, mas faremos o relato logo da chegada. O Senador Cristovam Buarque também está por chegar aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não há dúvida.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer ainda um pequeno esclarecimento diante do que... Eu vi a compreensão dos...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor vê a importância do seu Relatório.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Eu não coloquei os pés no Zimbábue. Porque no

meio do caminho as autoridades brasileiras, nossos diplomatas eles pediram que aguardássemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está implícito no seu Relatório.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Exatamente. Está implícito. Eu fiquei acompanhando de perto a situação, mas não cheguei a entrar no país. Apesar de que a minha vontade pessoal era de entrar. Eu tenho uma experiência de África de 20 e poucos anos, eu já enfrentei situações acho que muito mais fortes do que essa, e naquele momento eu representava o Governo sueco quando nós fazíamos os trabalhos naqueles países quando estávamos em plena revolução na década de 70, toda aquela região de Moçambique, Madagascar, etc. Então a gente já tem um trâmite, sabemos como conviver na África. E isso não atemoriza muito. É tanto que eu digo eu lamento não ter podido entrar. Mas eu gostaria aqui de deixar claro para que não haja... Eu fiquei na Europa. Fiquei na Bélgica, onde nós temos maiores condições de relacionamentos, e acompanhamos através das embaixadas e de todos os jornais europeus que automaticamente ali nós também temos muitas informações vindas dos Estados Unidos e nós sabíamos que muitos outros diplomatas gostariam de entrar, mas alguns ficaram na Europa e outros em África do Sul aguardando essa oportunidade. Por isso eu queria deixar claro e... Agora, o meu clamor, o meu pedido de que se faça alguma coisa para dar uma sustentação ao povo eu continuo essa...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu pediria então se possível, botar em votação a proposta do Senador Suplicy se não houver contrariedade de V.Ex^a.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Não há contrariedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aqueles que concordam... Pois não, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu tenho a impressão que formulou uma série de procedimentos. Vários requerimentos. Mas eu só me fixei num. Em um. Ele propõe o envio de um expediente, naturalmente ele vai redigir o expediente, não é isso? À Organização dos Estados Africanos. Eu ignorava que houvesse essa entidade internacional. Acho que esse é o único oportuno. Porque lembro que uma vez uma das primeiras vezes que eu estive aqui na Comissão e propusemos... Não sei se foi ele, propusemos o envio de um expediente a Hugo Chavez, e deu uma certa confusão que V.Ex^a se lembra bem. É um assunto muito delicado. Esse negócio de meia dúzia de Senadores, ou uma Comissão do Senado representando o Plenário talvez, se dirigir ou propor intervenções em países

estrangeiros. Tenho muito cuidado com isso. Essa é a minha sugestão meu caro Senador.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): O que eu... Minha sugestão é que nós, diante do relatório do Senador Virginio de Carvalho, que deverá estar anexo a uma manifestação de preocupação da parte de nós Senadores para com as eleições livres e democráticas que queremos que aconteça. Sugiro a V.Ex^a que ajude na elaboração desta manifestação nos termos adequados. Uma vez que a nossa Constituição, V.Ex^a bem aqui faz uma referência a Estado de espírito, propõe que nós respeitemos a autodeterminação dos povos. E queremos respeitar. Mas, podemos externar a nossa preocupação que as formas de eleições se dêem de maneira democrática. Que havíamos inclusive designado um Senador para observar e tais foram as condições que o próprio Governo Brasileiro achou melhor que não estivesse lá diante dessas condições. Então, que será então... É mais uma expressão de sentimento. Não é de interferir. E... Na autodeterminação do povo do Zimbábue. É de externar uma preocupação para que quando houver eleições lá não se repitam estes episódios aqui relatados. É este o sentido. Como consideramos as nações africanas irmãs do Brasil, que expressemos este sentimento eu acho normal. Sem ferir o princípio da autodeterminação dos povos que sabemos está escrito na nossa Constituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Suplicy, diante do proposto do Senador Paulo, não poderia ser feito só para o Senador Celso Amorim para ele tomar as outras providências? Porque não é imperativa sua proposta. É uma sugestão para que se modifique o comportamento. Talvez só para o Itamaraty para que não haja a intervenção que se preocupa V. Ex^a.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Eu concordo...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não conseguiu entrar no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele foi aconselhado a não entrar.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E não entrou. A verdade é essa. E tudo que nós sabemos foi publicado no jornal. E a nossa Embaixada lá?

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): E o que a própria Embaixada deles informa. A nossa Embaixada lá eles que solicitaram de que não entrasse. Foi assim que eu recebi a mensagem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mais uma vez isso reforça meu ponto de vista. Nós não tivemos um Senador oficialmente dentro do país, conflagrado etc, etc. E vamos nos meter novamente na confusão?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tenho a impressão que a proposta é razoável para ir para o Itamaraty.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O Itamaraty ou a OEA.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Itamaraty é um proposta intermediária muito boa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A missão dele foi cumprida.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ele cumpriu a missão, mas infelizmente os brasileiros que estão lá não deram força a ele para entrar. Não vem assim. Nós garantimos. Não houve isso. Pelo contrário. Não venha não.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Senador, é uma questão somente de prudência do Embaixador brasileiro, da Embaixada brasileira visto que oficialmente no país eles não estavam aceitando a presença de estrangeiros, de observadores estrangeiros. Então creio que foi uma questão de respeito e certamente para não ter problemas diplomáticos. Nós sabemos que a situação, o Senador Suplicy a quem eu muito agradeço, ele fez uma síntese muito bem feita daquilo que nós tentamos expressar. E eu creio que se nós acomodarmos aquilo que o Senador Suplicy acabou de falar e o Presidente Romeu Tuma, eu creio que isso será de bom alvitre para a diplomacia brasileira e mostrarmos assim que nós não abandonamos nossos irmãos africanos. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em votação. Senhoras e senhores que concordam com a proposta final permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone]— um expediente em relação à Organização dos Estados Africanos. É a minha sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, Senador Suplicy, ele acrescenta que tem que ir para os Estados Africanos. A sua proposta. Então permanecem as duas. Itamaraty e--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Só adota uma proposta do Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a palavra o Senador Pedro Simon, se possível, item 4. Desculpa, vou fazer a leitura só do item 4 para V.Ex^a... Senador Virginio, conforme solicitação de V.Ex^a, Senador Virginio, conforme solicitação constará da ata o Relatório por inteiro de V.Ex^a e mais as propostas aqui verificadas. Item 4 PDS 121/08 que aprova o texto dos atos do 18º Congresso da União Postal das Américas Espanha e Portugal, UPAEP celebrados no Panamá em setembro de 2000, a seguir

relacionados: Constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal, e regulamento geral da UPAEP. Relator Senador Pedro Simon, com parecer favorável. Com a palavra o Senador Relator.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, estamos a apreciar os atos que formalizaram no foro União Postal das Américas, Espanha e Portugal, organização intergovernamental que tem origem sul americanas que remontam ao Século 19. Nesse momento o que nós estamos apreciando é exatamente aprovar o Projeto de Decreto Legislativo nº. 121/06, 2008, perdão, que ratifica o acordo alinhado com os princípios que regem as nossas relações internacionais notadamente o prescrito no art. 9º do... Parágrafo 9º do art. 4º da Constituição Federal, o qual se expõe o texto dos Atos do Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal celebrados no Panamá em setembro de 2000. Nós estamos aprovando então, Sr. Presidente, por esse Projeto de Lei fica aprovado o texto dos atos 18 do Congresso da União Postal das Américas Espanha e Portugal celebrados no Panamá em setembro de 2000 a seguir relacionados. Constituição da União Postal das Américas Espanha e Portugal. Ficam sujeitos a aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar na revisão dos referidos atos. Entra em vigor exatamente nesse momento. Eu sou totalmente favorável. É um ato que nós devemos festejar e que faz uma integração ainda maior na América Latina Brasil, toda América, Portugal e Espanha. Sou favorável, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Em discussão o parecer do Senador Pedro Simon. Alguém quer discutir o parecer do nobre Senador Pedro Simon?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Para não diria estranhar, mas alertar que este... Esse ato sobre o qual nós vamos nos manifestar agora é uma questão surgida no ano 2000? 2000, Senador Pedro Simon? Estou vendo aqui. Quatro anos. Oito anos depois. Olha aqui. Parece que pelo texto inicial atos do Congresso realizado em setembro de 2000, o que eu acho aqui, queria expor aos membros, é que demorou muito esta... Entre a assinatura desses atos e a chegada desse texto afinal, para... São oito anos praticamente. Demorou um pouco. E não sei. Talvez tenha havido muitas mudanças entre 2000 e 2008 em relação ao assunto aqui relacionado. Ninguém sabe aqui, explicar isso. Mas sem dúvida que eu estou de acordo com o parecer do Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O Senador Pedro Simon tem algo a acrescentar às observações do Senador Paulo Duque? Não

havendo quem queira discutir mais, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai a secretaria-geral da Mesa para as devidas providências. O item 2, o Relator era o Senador Cristovam Buarque. Então, convidamos para Senador *ad hoc* o professor Marco Maciel. De professor para professor. Item 2, para fazer a leitura do Relatório do Senador Cristovam Buarque. Seria possível? PDS 107/08 que aprova o texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da região administrativa especial de Hong Kong, da República popular da China, sobre isenção parcial dos lícitos celebrado em Brasília em 20 de outubro de 2005. Relator *ad hoc*, Senador Marco Maciel. Item 2.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa, Srs. Senadores. Nos termos do art. 49 inciso I, combinado com o art. 84 inciso VIII da Constituição Federal, o Sr. Presidente da República submete à consideração Congressional, mediante mensagem de 18 de julho de 2006 o texto do ato acima epigrafado que V.Ex^a acabou de fazer referência. A exposição de motivos do Sr. Ministro de Relações Exteriores esclarece que o acordo foi assinado com o objetivo para facilitar as formalidades de viagens e isentará de visto a entrada, o trânsito e a permanência de brasileiros portadores de passaportes válidos no território da região administrativa especial de Hong Kong, bem como de chineses com passaporte idem no território da República Federativa do Brasil para negócio, turismo por período não excedente a 90 dias, renováveis de acordo com a Legislação pertinente em vigor. Composto por sete art.s e um considerando, o acordo prevê que os nacionais de quaisquer das partes que desejarem permanecer por período superior por determinado período já fixado deverão obter o visto adequado anteriormente à chegada em seu destino. Ademais os beneficiários não estarão isentos de cumprir as leis e as normas em vigor no território da outra parte contratante sobre a entrada e permanência de estrangeiros que não estarão habilitados a empregar-se ou a desenvolver qualquer atividade remunerada durante o período de gozo do privilégio trazido pelo acordo. Guardando os respectivos países a prerrogativa de negar a entrada ou reduzir a permanência de nacionais de outra parte contratante considerados indesejáveis segundo sua Legislação ou por razões de segurança ou de ordem política ou proteção à saúde. Hipótese que poderão suspender temporariamente a aplicação de todo o acordo.

Análise. O acordo em análise nada fere os cânones constitucionais legais ou regimentais sequer encontra-se eivado de antijuridicidade. No que tange

ao mérito, é conveniente e oportuno mercê do intercâmbio comercial e cultural e da cooperação técnica e tecnológica chino-brasileira em franca expansão a exigir instrumentos de facilitação e promoção das atividades bilaterais. Em face do exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do PDS nº. 107/08. É o que tinha a dizer ao nobre Senador Romeu Tuma, que ora preside a presente reunião.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Em discussão o Relatório do Sr. Senador Marco Maciel. As Sras. e Srs. que queiram discutir, por favor... Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. Em seguida o item 6 do Senador Relator Augusto Botelho, solicito ao Senador Mão Santa se poderia fazer a leitura. Eu vou ler o texto então. PDS 143/08 que aprova o texto do acordo de cooperação na área de educação superior, pesquisa e tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia. O senhor está feliz hoje, heim, Senador Inácio? Mais um. Celebrado em Brasília em 16 de janeiro de 2006. Senador Mão Santa para a leitura do relatório favorável do Senador Augusto Botelho.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto de acordo da cooperação na área de educação superior, pesquisa e tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia. Celebrado em Brasília, em 16 de janeiro de 2006. Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais o Poder Executivo os enviou as Casas Legislativas a mensagem nº. 158 de 13 de março de 2006, solicitando a apreciação do aludido acordo. Na Câmara dos Deputados a mensagem foi aprovada em 12 de junho de 2008 na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e redação. O acordo se faz acompanhado da exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe a destacar o seguinte. O instrumento tem por objetivo o desenvolvimento das relações entre Brasil e a Tunísia, na área educacional ao estabelecer o marco jurídico necessário para a concretização da cooperação nesse campo. Além de contribuir para o melhor conhecimento recíproco, fortalecer e aprofundar as relações de amizade, o referido acordo, ensejará a possibilidade de realização de projetos na área da educação superior dos

dois países. O acordo prevê entre outras modalidades de cooperação, intercâmbio de professores universitários, a organização de jornadas científicas em benefício dos doutorandos de ambos os países, e a organização de missões destinadas aos pesquisadores nas diversas áreas de interesse mútuo. Além de mecanismos de colaboração para o incremento da produção científica e da troca de informações acadêmicas.

Análise. Trata-se do ato internacional de natureza bilateral revelando a recente vocação internacional do Brasil de buscar aproximar-se de vários parceiros aptos a prover cooperação voltada à área do desenvolvimento cultural, educacional, científico e tecnológico. Quanto à República da Tunísia, trata-se de nação africana que tem demonstrado apreciáveis níveis de desenvolvimento, de estabilidade política, constituindo um importante parceiro para o Brasil. Com a possibilidade de aproximação acadêmica aberta pelo acordo ora examinado, ambos países poderão auferir significativas vantagens como só os intercâmbios universitários podem proporcionar. Estão a toda evidência em face de ato internacional que contempla temas de grande relevância para o desenvolvimento brasileiro a proporcionar aproximação cultural e acadêmica do país com a Tunísia, com grande repercussão na área política e econômica.

Voto. Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno, os interesses nacionais opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 143/08. Augusto Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão o relatório lido pelo eminente Senador Mão Santa. Pois não, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone]— saber, não sei se essa Comissão tem condições de informar isso, seja pela sua infra-estrutura, seja algum membro da Comissão, se já houve algum ato objetivo entre os dois países no sentido de um aproveitar um ensinamento do outro em qualquer área, em qualquer sentido?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dos três. Portugal--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Se alguém pode informar. Ou sucesso. Algum entendimento, algum aproveitamento. Talvez Senador Eduardo Suplicy possa esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Marco Maciel. Está aí o Senador Marco Maciel?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Já houve alguma coisa positiva entre Tunísia e Brasil?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Marco Maciel, ele está fazendo um

questionamento, talvez o senhor quando na Presidência poderia responder. Senador, acho que o Senador Marco Maciel pode responder. Intercâmbio Brasil...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Já é e notório. Agora, está presente aqui a embaixadora Gladys, é do Itamaraty, habilitada, poderá dar melhores esclarecimentos. Mas eu diria que o Brasil, até pela sua tradição histórica tem um... Tem excelente relacionamento com todos os países. Nós somos um dos países do mundo que praticamente não tem... Não é que não tem de forma explícita ou implícita nenhuma dificuldade de relacionamento. Por isso que se diz até que o melhor passaporte que existe no mundo é o passaporte brasileiro. Porque o Brasil é um país que... Porque o que porta um passaporte brasileiro tem livre acesso a qualquer país do mundo. E há uma certa reciprocidade com relação a isso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Marco Maciel.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, acho que não faz... Foi recente a designação, arguição de Embaixador brasileiro para a Tunísia. E nós tivemos então, eu não tenho aqui de pronto de memória, o relato dos passos que vêm sendo efetivados de bom relacionamento entre o Brasil e a Tunísia. Até pedi ao Secretário Alexandre, porque certamente ali há informações solicitadas pelo Senador Paulo Duque.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Realmente, Senador Paulo Duque, ultimamente nós temos nos referido à importância que o Brasil tem dado aos países da África. Esses acordos... Na designação de Embaixadores de primeira grandeza, tem crescido muito esse relacionamento. É claro que a Comissão fica obrigada a lhe remeter todos os dados que V.Ex^a solicita.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ela se atém apenas a aprovar esse ou aquele relatório, esse ou aquele... Vamos dizer assim, aquele ato informativo. Agora mesmo nós tivemos uma informação preciosa. Fizemos um ato de grande boa vontade com esse país que eu não me lembro o nome, enviando um membro dessa Comissão que não pertence ao Itamaraty, mas

que foi aconselhado pelo Itamaraty a não ingressar no país.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Zimbábue.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Zimbábue. Podia ser... Qualquer coisa assim parecida. Mas isso é que me estranhou. Isso que me fez ficar assim meio desanimado. Porque o Brasil toma uma posição tão generosa, tão boa, tão cordial, tão amiga, tão fraternal, e chega lá olha, não passa dessa fronteira aqui não hem. Quando bala perdida qualquer um pode levar. Em qualquer lugar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O que eu entendi, a preocupação da diplomacia brasileira não era a proibição do Governo do Zimbábue, era o risco que o nosso representante poderia correr pela situação interna lá.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu gostaria de agregar uma informação de que nós mesmo sem este tratado que nós vamos apreciar agora, o Brasil já na... No seu esforço de relação acentuada com a África, o Brasil já tem recebido um conjunto de estudantes da Tunísia que estão espalhados em universidades, principalmente no nordeste brasileiro, mas também no Rio de Janeiro, também em São Paulo e aqui em Brasília. Então, é um esforço de relações entre o Brasil e a África, nesse caso específico com a Tunísia, mas o Brasil tem buscado atrair esses estudantes, é importante para o Brasil, é importante para a África, embora ainda sejam poucos os estudantes brasileiros que querem ir para a África. Mas hoje o esforço de relações... Hoje nós temos muitos estudantes, entre eles muitos estudantes da Tunísia, o que reforça a necessidade de estabelecermos então o Tratado de Cooperação porque isso melhora a relação entre as duas partes. Os estudantes da Tunísia vão ser recebidos de outra forma, porque há um tratado protegendo essa relação e também estudantes brasileiros que desejem fazer cursos de especialização, mesmo mestrado, doutorado, ou graduação naquele país, também tem um Tratado que os protege e dá garantias para que eles possam exercer essas suas atividades na área da ciência, da tecnologia e, sobretudo da graduação e da especialização em várias áreas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, acho que V.Ex^a merece algumas outras informações. A secretaria terá... Já está tirando cópia para fornecer ao senhor da exposição do Embaixador brasileiro que foi para a Tunísia.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já está providenciando.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, obrigado pela gentileza. Outra coisa, veja V.Ex^a, na Segunda Guerra Mundial, deixa eu trazer aqui esse assunto. Como foi rápido o Brasil ceder as suas áreas, o norte--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O nordeste, especialmente. Rio Grande do Norte e Ceará.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O nordeste, especialmente. Isso aqui é em homenagem ao Senador Inácio Arruda. Para colocar lá as bases aéreas que tem, de onde seria mais curta a distância para fazer os ataques à África, dominada pelas forças alemãs na época. Foi rápido. Custou aquela...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Foi rápido, foi.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Possibilitou que o Brasil tivesse no final uma grande siderurgia. Mas isso é outro assunto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vai dar um bom debate.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Um bom debate. Mas a visita do nosso representante foi uma visita generosa. Mas muito generosa. Num país conflagrado. Mas é que eu não estou... Entendeu? Se pudesse botava uma farda, ia para lá.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Problema é saber de que lado V. Ex^a vai ficar quando chegar lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou colocar em discussão o Relatório do Senador Mão Santa. Não havendo quem queira discutir, em votação. Sras. e Srs. Senadores que concordarem, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. Sem fugir a responsabilidade de fornecer ao Senador Paulo as informações solicitadas. Tem aqui extrapauta, se os senhores concordarem, estando presente o Senador Wellington Salgado, que é o Relator, eu colocaria também em discussão e votação. É o PDS 148/08 que aprova o texto dos atos da União Postal Universal, concluídos em Beijin em 15 de setembro de 99, a seguir relacionado: 06 protocolos adicionais à Constituição da União Postal Universal, regulamento geral da União Postal Universal, Convenção Postal Universal e protocolo final em acordo referente a serviço de pagamento do Correio. Pergunto ao Senador Wellington se está em condições de ler e se os Srs. Senadores concordam. Então com a palavra o Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a como Presidente estou sempre preparado. Eu queria antes de relatar, queria só Sr. Presidente Romeu Tuma, hoje nós tivemos aqui

a presença de três medalhistas olímpicos e numa reunião da Comissão Relações Exteriores que foi algo atípico. E essa presença desses atletas se resume ao fato de que eles estão com alguns problemas para que se possa ser aprovado hoje a verba de oitenta e poucos milhões para que nós possamos continuar participando ou tentando ser a capital dos jogos olímpicos, não é? 2016, segundo o Senador Inácio Arruda, que está acompanhando direito. Então nós temos alguns problemas, e eu pediria aos Senadores presentes na reunião do Congresso que pudessemos fortalecer para que pudessemos aprovar. Porque existe... Parece, Senador Romeu Tuma, parece que existe alguma coisa que um grupo não foi atendido e de repente está tentando fazer uma barganha política, que nós somos do ramo e sabemos que isso acontece muito aqui nessa Casa. No Congresso. Mas que não numa situação em que possa prejudicar o Brasil. Então pediria aos Senadores que estão aqui presentes, com certeza estarão na reunião do Congresso que fizéssemos aqueles embargos auriculares aos companheiros porque não só Senadores como também Deputados para que pudessemos aprovar esse empréstimo. Era isso que eu queria colocar antes de ler o Relatório.

Em cumprimento ao art. 49, inciso I da Constituição, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional os atos internacionais em epígrafe por meio da mensagem 963 de 27 de dezembro de 2004. Iniciando-se pela Câmara dos Deputados, em 29 de dezembro de 2004, a mensagem foi apreciada nas Comissões de Relações Exteriores Defesa Nacional, de Constituição e Justiça e Cidadania, de Ciência e Tecnologia Comunicação Informática daquela Casa. Dando origem ao Projeto de Decreto Legislativo que foi aprovado em plenário em 5 de junho de 2008. A proposição foi em seguida recebida no Senado Federal em 3 de julho de 2008 designada para apreciação pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de junho, foi distribuída para o relator que subscrevo no dia 27 de junho subsequente.

Análise. Eu queria só ler porque tem algumas considerações aqui que eu achei muito importante e é importante também para o conhecimento dos Senadores. Alguns dados. A mensagem presidencial faz-se acompanhar disposições de motivos do Ministro de Estado de Relações Exteriores onde faz constar que [ininteligível] dos governos dos países membros da União Postal Universal reuniram-se em Congresso na cidade de Beijin no mês de setembro de 1999. E adotaram sob reserva de ratificação os seguintes atos da União que entraram em vigor em primeiro de janeiro de 2001. Seis Protocolos Adicionais a Constituição da União Postal Universal, Regulamento Geral

da União Postal Universal, Convenção Postal Universal e Protocolo Final e Acordo referente aos serviços de pagamento do Correio. Aí segundo a nota ministerial, esses atos são de extrema importância para conferir maior dinâmica e integração do serviço postal brasileiro aos serviços equivalentes a demais membros da União, uma vez que estabelecem regras comuns aplicáveis ao serviço postal internacional e as correspondências e encomendas postais. A consultoria jurídica do Ministério das Relações Exteriores indicou posição favorável a constitucionalidade juridicidade dos atos da UPU em questão, especificamente os atos em análise são os seguintes.

Acordo referente aos serviços de pagamento do Correio, composto de 10 capítulos que se reportam a emissão de ordens entre parênteses no que se concerne a moeda, conversão e montante e taxas, a transmissão de ordens ao demonstrativo e contas de ligação, ao pós-cheque, a rede *post net* e reembolso postal.

Item 2. Sexto Protocolo Adicional a Constituição da União Postal Universal composto por quatro art.s que inserem alterações na Constituição da União Postal Universal concluída em Viena em 10 de julho de 1964.

Item 3. Regulamento Geral da União Postal Universal composto de seis capítulos referente ao funcionamento dos órgãos da União Postal Universal e sua secretaria internacional as finanças instituições e ao procedimento de arbitragem.

Item 4. Convenção Postal Universal com uma parte de disposições gerais sobre os serviços postal universal liberdade de trânsito pertença dos objetos postais, unidades monetárias, taxas e seguranças postais com outra intitulada regras aplicáveis objetos de correspondências e comendas postais.

Item 5. Protocolo final da convenção postal universal composto por 27 art.s sobre direito de propriedade sobre objetos postais, taxas, execução e isenção de franquia postal, serviço de base, pacote postais, impressos e encomendas, recebimento entre outros assuntos postais. Durante a negociação vários países inclusive o Brasil fizeram reservas a diferentes dispositivos desses atos que estão especificados nos instrumentos respectivos.

Esses dados que eu gostaria de passar aos Senadores. A União Postal Universal com sede em Berne, na Suíça, e com 191 países é a segunda organização mais antiga do mundo. Os serviços postais fazem parte do dia-a-dia dos povos de todo mundo. E mesmo em plena era digital, ainda é o meio mais acessível de comunicação e entrega de mensagem. Os serviços postais dos 191 países que compõem a União Postal

Universal formam a maior rede física de distribuição de mensagens e encomendas no mundo. Mais de 5 milhões de empregados trabalham em aproximadamente 660 mil agências, para assegurar, veja bem, senhores senadores, para assegurar 435 bilhões de itens de correspondência sejam processados e entregues a cada ano nos mais variados rincões do globo. Ou seja, se nós temos aí uma população de mais ou menos seis bilhões, vamos dizer assim só para arredondar, no mundo, se nós temos 435 bilhões de itens todo ano, dá uma média aí razoável, não é? De itens por habitante. Por pessoas que vivem no mundo. Habitantes da terra. Os Atos internacionais ora em exame, vem ao encontro dos objetos gerais da organização, uma vez que buscam aperfeiçoar seu arcabouço legal de forma que atinjam com mais eficácia os serviços prestados.

Voto. Pelo exposto, em vista da conveniência jurídica e de mérito dessa mensagem, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 148/08. Mas eu queria... Eu li todo, Sr. Presidente, porque esses dados são incríveis. São... 191 países, mais de cinco milhões de empregados que trabalham junto a esse Correio, a União Postal Universal, e aproximadamente 660 mil agências para assegurar 435 bilhões de itens de correspondências que são processados a cada ano nos mais variados pontos do globo.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira, só uma observação. Não sei se consta do seu parecer, mas o Brasil já teve a oportunidade de presidir a União postal Internacional. Cerca de 25 anos atrás, aproximadamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Acho que o nome dele era Osvaldo Boto. Boto, o peixe. Boto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente. Ele era oficial do Exército. E era um especialista no assunto e integrava o Conselho da União Postal Internacional e uns 20 anos atrás ele foi Presidente durante dois anos da União Postal Internacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Wellington. Sabe qual é a importância do seu relatório? É que ontem o Paulo Paim esteve na Tribuna e disse que foi designado para tentar um acordo para acabar com a greve do Correio que está cheio de nego aí que não consegue pagar a conta, não consegue receber correspondência pela grandiosidade da greve dos Correios. Passo a Presidência ao Senador--

[troca de presidência]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu como sou suplente do Ministro, quer dizer, hoje Senador, eu recebi o encaminhamento do Deputado Gilmar Machado, da minha cidade de Uberlândia, e também para que possa ajudar nesse acordo. Ainda não tive a reunião com o Ministro Hélio Costa para saber como é que estão as coisas para levar ao Deputado Gilmar, tem um canal com os servidores, tentando um canal por fora, mas em política tudo é possível, todo o contato é... levando sempre a regularização. Despacho inclusive sem protocolo. Então, bem colocado V. Ex^a. Agora, Senador Marco Maciel, eu queria que a Presidência colocasse que não está no meu relatório que um brasileiro presidiu a União postal universal --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Mas ele já faleceu.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já faleceu?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro. Aí o Senador quando aparece um carguinho, ele já reivindica logo. Esse é o PCdoB. Não tem jeito.

[Risos].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É um carguinho para V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos deixar os assuntos fisiológicos para após a Sessão. Vamos colocar em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O senhor está enxergando melhor agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Melhorando.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Ex^a veio do oculista.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ainda bem que meu descolamento poderia ser de retina, e não de rotina. Mas não tem nada não. Está ok. Extrapauta, item 4. Projeto de Decreto Legislativo nº. 150. Aprova o texto do acordo de cooperação do domínio do turismo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrada em Salvador, em 29 de outubro de 2005. Autoria

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, relatoria do Senador Marco Maciel, a quem passo a palavra.

[falas sobrepostas]

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Heráclito Fortes, Sras. e Srs. Senadores. Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo 150/08 que aprova o texto do acordo de cooperação no domínio do turismo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Salvador em 29 de outubro de 2005. Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal estabelece atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar Atos Internacionais, o Poder Executivo enviou às Casas Legislativas a mensagem nº. 557 de 18 de julho de 2006 solicitando a apreciação do aludido texto. Na Câmara dos Deputados a mensagem foi aprovada em 12 de julho deste ano na forma de Projeto de Decreto Legislativo formulados e aprovados pela Comissão de Relações Exteriores Defesa Nacional, Turismo e Desporto e Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. O acordo se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores da qual cabe destacar o seguinte. “O acordo de cooperação concluído com a República Portuguesa, visa a incrementar o fluxo de turistas e de investimentos. O Ministério do Turismo participou das negociações e aprovou o texto final do acordo. Como a ratificação do presente acordo depende de prévia autorização do Congresso Nacional, nos termos do art. 84 inciso VIII da Constituição Federal, submeto a V.Ex^a o anexo projeto de mensagem presidencial encaminhando o referido instrumento a apreciação do Poder Legislativo.

Análise. Trata-se de Ato Internacional de índole bilateral, como se vê no exposto, acerca do aperfeiçoamento do aprofundamento das relações luso-brasileiras abordando a relevante área do desenvolvimento turístico. Considerado as relações históricas e culturais entre os dois países, o número de turistas ainda estão muito abaixo do que se poderia razoavelmente esperar. Tanto os brasileiros necessitam conhecer mais as suas origens, como os portugueses precisam visitar mais o Brasil com toda sua carga sentimental que nutrimos uns pelos outros. O acordo que ora se analisa, Sr. Presidente, versado em 14 art.s e um preâmbulo preenche todas as condições técnicas para poder levar a cabo os seus relevantes objetivos. Buscando aproximar as autoridades da área turística dos países signatários a bem da criação dos mecanismos que facilitem o fluxo bilateral de turistas. Enfatiza, outrossim, a importância da atividade turística de sua contribuição para o desen-

volvimento econômico e social dos povos. Vale salientar finalmente ainda que a aproximação geográfica de Portugal, particularmente do nordeste brasileiro com a criação de vôos diretos para as capitais nordestinas e as cidades de Lisboa e o Porto, tem revelado grande vocação regional para recepção de turistas ibéricos. Isto é, Portugal e Espanha. Isso poderá receber um fluxo ainda maior com adoção de Atos Internacionais como o que ora se analisa. Pelo exposto, resta patentecer(F) o presente acordo conveniente e oportuno aos interesses nacionais com guarida constitucional e legal pelo que merece ser aprovado.

O voto. Portanto, em face do exposto por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais que o Projeto de Decreto Legislativo nº. 950/08 seja acolhido por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, nobre Senador Heráclito Fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Projeto de Decreto Legislativo 109. Extrapauta. Aprova o texto protocolo de emenda ao acordo sobre aspecto dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio –TRIPS– da organização mundial de comércio, adotado pelo conselho geral daquela organização em dezembro de 2005. Autoria Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o Relator é o Senador Francisco Dornelles, que estando ausente solicito ao Senador Jefferson Praia que exerça a função de Relator *ad hoc*.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Passo a ler... Peço a permissão para... Ler o Relatório e depois o voto. Em razão de a análise ser um pouco extensiva.

Relatório. Nos termos do art. 49 inciso I combinado com o art. 84 inciso VIII da Constituição Federal, o Exmo. Sr. Presidente da República submete a consideração congressional mediante a mensagem nº 83 de 22 de fevereiro de 2007 o texto do ato acima epigrafado. O acordo é acompanhado de exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores que relata o processo de negociação do tratado e seus motivadores políticos. Explica a chancelaria que o texto atende a reivindicação de países, sobretudo o continente africano no sentido de dar caráter permanente a solução provisória estabelecida pela decisão do conselho geral da organização adotada em 30 de agosto de 2003 que regulamenta o parágrafo sexto da declaração ministerial de Doha sobre tríplice e saúde

pública. Aprovado por unanimidade nas Comissões de Constituição e Justiça e Cidadania, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Seguridade Social e Família e de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Casa iniciadora em seu Plenário em 15 de maio de 2008 foi remetido o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto de protocolo de emenda a esta Casa Parlamentar para a devida análise. Sr. Presidente, permita-me então aqui... Vou direto ao voto do nobre Senador Francisco Dornelles. Em vista do que somos pela aprovação do PDS nº. 109/08. Esse é o Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em votação o Relatório é pela aprovação. Em votação. Srs. Senadores que queiram se manifestar... Não há manifestação. Portanto, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai para a Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Projeto de Decreto Legislativo 122 constando da pauta extra. Aprova o texto da convenção nº. 102 da Organização Internacional do Trabalho, OIT, relativa a fixação de normas mínimas de seguridade social votada em Genebra em 29 de junho de 1952. Autoria Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a relatoria do Senador Dornelles, que estando ausente eu solicitaria ao Senador Virgínio de Carvalho que exercesse a função de relator *ad hoc*.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Vem a apreciação dessa Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº. 122/08 que submete apreciação do Congresso Nacional a convenção nº. 102 adotada sob o número... Sob os auspícios da Organização Internacional do Trabalho, em 1952. A convenção nº 102 diz respeito a adoção de parâmetros normativos mínimos aplicáveis da seguridade social. A matéria foi remetida inicialmente à Câmara dos Deputados pela mensagem nº. 496 de 20 de agosto de 2004 tendo recebido naquela Casa a designação do projeto de Decreto Legislativo nº 1547 de 2004. Tramitou perante as Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e Cidadania. Aprovado em todas as comissões e também em Plenário em 21 de maio de 2008 a matéria foi remetida ao Senado e a esta Comissão na qual fui designado Relator *ad hoc*.

A convenção nº. 102 aprovada na 35ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em 21 de junho de 1952 é uma das sete convenções que após a Segunda Guerra Mundial se ocuparam de regulamentar. No plano internacional as questões referentes a seguridade social das quais contudo o Brasil ratificou até o presente momento apenas duas, as convenções nº.

118 de 1962 sobre igualdade de tratamento entre gênero e convenção nº 168 de 1968. Sobre promoção de emprego e proteção contra o desemprego. A presente convenção como consta do memorial encaminhado juntamente com a mensagem presidencial foi apresentado ao Congresso Nacional pela primeira vez em 1964. Ocasão em que foi rejeitada devido as limitações do alcance da Previdência Social à época. Composta de 87 art.s e anexos a convenção estabelece de forma retalhada parâmetros aplicáveis à seguridade social em suas diversas facetas. As disposições referentes a serviços médicos art. 7 a 12 estabelece as ocorrências, doenças mórbidas de qualquer origem, gravidez e parto, que devem ser cobertas as categorias dos segurados a desfrutar de cobertura bem como os critérios de cooparticipação do segurado e de duração de benefícios.

A parte terceira compreende as disposições sobre o auxílio doença arts. 13 a 18 ao passo em que a parte 4º arts. 19 a 24 dispõe sobre o Seguro Desemprego. Os arts. 25 a 30 compõem a parte 5º e regulamenta a concessão de benefícios de velhice. A parte 6º arts. 31 a 38 diz respeito ao benefício de afastamento por acidente de trabalho. Os arts. 39 a 45, parte 7º, são atinentes ao benefício familiar para a manutenção de filhos. O auxílio maternidade é regulamentado pelos arts. 46 a 52 que compõem a parte 8ª. A parte 9ª, arts. 53 a 58, sobre o benefício de invalidez. A parte 10 é arts. 59 a 64 contempla o benefício de sobreviventes em decorrência do falecimento do segurado. Além dos benefícios a serem concedidos, a convenção também estabelece critérios gerais de fixação e de abrangência da cobertura contidos na parte 9º, arts. 65 a 67. Padrões a serem cumpridos pelos pagamentos periódicos. A parte 10, art. 68, igualdade de tratamento de residentes estrangeiros. As partes 8º, arts. 69 a 72, aliás, a 14º, arts. 73 a 77 e a 15ª arts. 78 a 87, contem respectivamente as disposições comuns, as disposições diversas e disposições finais da convenção e dizem respeito particularmente a suspensão de benefícios. Art. 69, ao direito de recursos do segundo quanto a recusa da concessão de benefício. Sua quantidade ou qualidade, art. 70. Ao financiamento dos esquemas de seguridade social e a participação dos segurados em sua gestão arts. 71 e 72. O art. 76 estabelece que os Estados que retificam esta convenção devem obrigatoriamente apresentar ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, memória anual que especifique a Legislação que dá efeito as cláusulas da Convenção e provas de cumprimento das condições estatísticas especificadas. A convenção nº. 102 foi ratificada desde sua adoção por 43 países, dos quais destacamos a Bolívia e a Venezuela. Nos termos do art. 103 § 1

do Regimento Interno do Senado Federal a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional compete a apreciação de disposições referente aos atos e relações internacionais.

Da análise do texto da Convenção, não se verifica a presença de inconstitucionalidade dado que a União compete privativamente legislar sobre seguridade social. Arts. 22 e 23. Na Constituição Federal. E ao Congresso Nacional cabe exclusivamente dispor sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, conforme art. 49 item 1. A matéria ademais se encontra em consonância com as leis nº. 8212 e 8213 ambas de 24 de julho de 91 que estabelecem respectivamente o plano de custeio e de benefício de seguridade social e com a lei nº. 7998 de 11 de janeiro de 1990 que regula o programa de Seguro Desemprego. A ratificação da convenção não importa em si na adoção de novos encargos materiais ao caixa da seguridade social ou do fundo de amparo ao trabalho, que custeia o Seguro Desemprego. Por quanto os benefícios atualmente já concedidos ao trabalhador brasileiro pelas normas acima referidas já se igualam ao mesmo superam os parâmetros fixados na convenção. Sua ratificação, contudo é importante para sinalizar ao plano internacional que o Brasil adere aos critérios mínimos de proteção social dos trabalhadores e de suas famílias que a comunidade internacional entende devidos. Destarte justa e adequada a sua aprovação.

O voto. Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 122/2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pela aprovação. Em discussão. Senadores que queiram discutir, se manifestem. Não há manifestação à discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada para a Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Item... O Projeto de Decreto Legislativo 142 é extrapauta. Aprova o texto de acordo de cooperação cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, celebrado em Bridgetown em 17 de maio de 2005. Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relatoria Senador Geovani Borges, que se encontrando ausente solicito ao Senador Eduardo Suplicy que exerça a função de Relator *ad hoc*.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, este diploma legal foi aprovado pela Câmara dos Deputados, onde passou pelo crivo das Comissão de Constituição e Justiça, de Educação, Relações Exteriores e Defesa Nacional. Acompanha a proposição a mensagem do Executivo, exposição

de motivos de primeiro de setembro de 2005 onde o Ministro de Relações Exteriores observa a assinatura deste instrumento atende a disposição de ambos governos desenvolverem cooperação para promover intercâmbio de experiência entre instituições culturais públicas e privadas dos dois países, Barbados e Brasil, bem como difundir suas respectivas culturas. Trata-se de acordo de cooperação cultural com o objetivo de aumentar o nível de conhecimento mútuo ensino de cultura nos dois países. As partes se comprometem a promover o intercâmbio de experiências nas áreas de artes plásticas, cênicas e músicas, encorajar o contato direto entre instituições culturais, museus e bibliotecas.

A aproximação entre o Brasil e Barbados demonstra o desenvolvimento de integração entre América do Sul e Caribe, a disposição dos dois países em cooperar em área importante como da cultura. É benéfico para as boas relações e por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno os interesses nacionais constitucionais e legais, versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 142/08.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Projeto de Decreto Legislativo 93/08. Aprova o texto do acordo básico de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República da Guiné Equatorial assinado em Brasília 24 de agosto de 2005. Autoria, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relatoria cabe ao Senador Aloizio Mercadante, que estando ausente solicito ao Senador Inácio Arruda que exerça a função de Relator *ad hoc* a quem passo a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, o relatório apresentado pelo Senador Aloizio Mercadante, a análise que ele realiza é bastante pertinente e o acordo técnico de cooperação entre o Brasil e a Guiné Equatorial eu ressalto mais um Projeto de Decreto Legislativo que reforça as relações entre o Brasil e os países africanos. Acho que tem muito... Eu sublinho, tem muito significado para o Brasil e para os povos africanos. Portanto, para economia processual eu vou direto ao voto. Diante do exposto votamos pela... Votamos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo 93/08 que aprova o texto de acordo básico de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República da Guiné

Equatorial. Assinado em Brasília em 24 de agosto de 2005. É o parecer e o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parecer pela aprovação. Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O último... O último item. Temos aqui requerimentos. Projeto de Decreto Legislativo 91/08, aprova o texto de acordo de comércio preferencial entre o MERCOSUL e a República da Índia e os anexos celebrados em Nova Délhi, em 25 de janeiro de 2004, e 19 de março de 2005 respectivamente. Autoria, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, relatoria cabe ao Senador Aloizio Mercadante, que estando ausente... Eu queria indagar se tem algum Senador presente que seja da bancada do MERCOSUL. Senador Simon e Senador Arruda. Um dos dois. Eu quero só retificar que o número é 91. Então Senador Inácio Arruda. Por solicitação e acordo com o Senador Simon.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sras. e Srs. Senadores, é um acordo também que eu considero também de muito significado entre a Índia e os países do MERCOSUL. Importantíssimo. Que nós votamos favoravelmente. Porque estabelece uma relação preferencial de comércio entre a Índia, um país que já tive oportunidade de me referir, a esta importante nação hoje, um dos acordos que firmamos aqui, aprovamos, é o país com a segunda maior população do mundo. E num processo de desenvolvimento razoável. Então, a preferência de comércio entre MERCOSUL e a Índia tem... Reveste-se de grande importância para a economia das duas nações. Por todas essas questões expostas sobejamente no Relatório do Senador Aloizio Mercadante, nós consideramos convenientes e oportunos aos interesses nacionais, constitucional e legal e nesses termos somos pela aprovação do Decreto Legislativo nº. 91/03. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone] Requerimento nº 45 de 2008 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que requer nos termos do art. 58 parágrafo segundo. Da Constituição Federal e dos art.s 90, inciso II de 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública convidando o Diretor Executivo do Banco Mundial para o Brasil em Washington, Dr. Rogério Studart assim como Diretor do Brasil da International Finance Corporation, IFC, Dr. Andrew Gunther para que perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional exponham as linhas de atuações do Banco Mundial no Brasil e as possibilidades de investimento em Estados e Municípios. Sala das Comissões, Senadores Serys

Slhessarenko e Inácio Arruda. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Por falha da Presidência não coloquei em votação o item anterior. Eu vou apenas pedir que com relação ao item 91, foi relatado pelo Senador Inácio Arruda, relativo ao acordo com a China, os Senadores que queiram discutir se manifestem. Não havendo discussão, Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai para a Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Da vez passada, no seu pronunciamento anterior, está propondo seja convidado para vir a esta Comissão um membro, um Embaixador ou representante do Brasil nesse órgão internacional. Qual é o órgão?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone] O Executivo do Banco Mundial para o Brasil em Washington.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Para o Brasil em Washington? Outra questão. É um brasileiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E pelo visto cearense.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ótimo. E propõe mais um. Qual é o outro?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Como Diretor no Brasil do International Finance Corporation, Sr. Andrew Gunter. São os dois.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): São os dois. Um brasileiro e o outro é?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O outro é estrangeiro. Não é brasileiro. É Diretor do banco.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É Diretor do banco lá.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu tenho minhas dúvidas. Se é apropriado convocar esse segundo nome. V.Ex^a acabou de dizer. Tenho dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Olha, eu... Eu não teria nenhuma opinião a respeito até porque é preciso examinar qual é o porque da convocação. E foi a Senadora Serys que fez. O Senador Arruda tiver justificativa da convocação...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu posso explicar rapidamente, Sr. Presidente. Nós temos um Diretor no banco, um Diretor brasileiro, o banco é uma agência multilateral, portanto não há inconveniente do convite para que eles possam dar explicações a respeito neste caso em particular dessa instituição a IFC é uma instituição dentro da estrutura das agências

multilateral, dentro da estrutura do Banco Mundial. Qual é o propósito? Essas agências elas dispõem de recursos para aplicação em programas ambientais. Esses recursos são a fundo perdido, e é preciso que principalmente o brasileiro, mas como nós temos um outro Diretor que não é brasileiro mas é da instituição, eles ofereçam informações do caso aqui nosso aos Senadores para que a gente possa também utilizar desses recursos que são importantíssimos e estão dentro da agência multilateral. Nós fazemos parte, o Brasil contribui com dinheiro para essa agência multilateral, o Brasil aporta recursos, nessa agência multilateral, então é importante que o Brasil possa utilizar esses recursos que são destinados a fundo perdido para programas ambientais. Esse é o propósito do nosso...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): ótimo. Eu indago de V.Ex^a ou de qualquer outro Senador se conhece, Sr. Presidente, algum caso em que o Brasil já se socorreu dessa organização para obter algum tipo de recurso. Não sei se V.Ex^a pode explicar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já. Não especificamente na questão ambiental, mas em múltiplos programas a fundo perdido do banco o Brasil já se socorreu para áreas degradadas, programas de recuperação. Há um programa inclusive na área de desertificação que é apoiado pela instituição. Então acho que o Brasil busca fazer este esforço. Mas isso não pode ficar apenas...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): No papel.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, não pode ficar apenas como se fosse uma informação privilegiada. Algumas Prefeituras ou alguns Governos dos Estados têm a informação e somente estes entram solicitando os recursos. O que nós queremos é que seja feita a exposição pública, no Senado Brasileiro, na Comissão de Relações Exteriores para que todos tomem conhecimento de que mecanismos eles podem utilizar para irem em busca desse recurso.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): De pleno acordo com o Requerimento de V.Ex^a. Depois dos esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Repetir...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Estou de pleno acordo que sejam convidados para vir a esta Comissão os dois membros do banco, após os esclarecimentos dados pelo Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Talvez, Senador Paulo Duque, se V.Ex^a quiser aperfeiçoar ou aprofundar essa colocação, poderia solicitar que fosse feita de maneira conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até aí acho que seria...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Está bem. Nada a opor.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito oportuno.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Entraria até em contato com a... Fecharíamos o leque. Acho que o convite é oportuno até porque lembrou bem o Senador Inácio Arruda, essa questão de desertificação nós somos do Estado que está vivendo problema mais acelerado de desertificação que é a nascente do rio Parnaíba, Município de Gilbués é preciso realmente nós correremos um pouco com essa questão. Como também tratar com o Banco Mundial do fortalecimento das nascentes. Nós temos que recuperar a nascente dos rios brasileiros. Talvez seja uma das grandes causas que nós temos tido aí da morte desses rios que são rios importantes. A começar do Rio São Francisco. Ainda bem que V.Ex^a é homem lógico e prático e com argumentação feita imediatamente concordou. Mas eu avançaria apenas, sugeriria que fosse também colocado à Comissão de Relações Exteriores para que... De Assuntos Econômicos para que nós pudéssemos de maneira mais robusta tratar desse assunto. Há concordância de todos? Em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Indago aos Srs. Senadores se alguém tem algum assunto a tratar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Eduardo Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, na última reunião da Comissão de Relações Exteriores o Senador Pedro Simon aqui expressou a sua preocupação com respeito à quarta frota dos Estados Unidos da América, da Marinha, que estaria realizando operações proximamente na América Latina, no Caribe e na América do Sul. Recordando episódios havidos no passado. E em função disso, nós Senadores dessa Comissão, Pedro Simon, eu próprio, Cristovam Buarque e João Pedro, que não é da Comissão, mas se interessou por participar, fizemos uma visita ontem ao Embaixador Clifford Sobel.

Na segunda-feira, por ocasião de festa da independência, de celebração da independência dos Estados Unidos, eu encontrei o Embaixador Clifford Sobel em São Paulo, na [ininteligível], expressei esta vontade dos Senadores visitá-lo e ele de pronto marcou para

ontem, às 9h15m na Embaixada dos Estados Unidos da América aqui em Brasília. E especialmente o Senador Cristovam Buarque, o Senador Pedro Simon, expressaram as razões de nossas preocupações. Eu estarei compartilhando com o Senador Pedro Simon este relato. O Senador Cristovam Buarque está participando neste instante da comemoração dos 18 anos da ECA e nos delegou esta missão.

Pois bem, o Embaixador Clifford Sobel nos explicou que o restabelecimento da quarta frota reflete como que um compromisso dos Estados Unidos em trabalhar em parceria com as nações da região, sobretudo com quatro objetivos. O de responder a desastres naturais, estar atendendo situações como que recentemente aconteceu na Nicarágua, com desastre natural, oferecer assistência de natureza humanitária e participar, e inclusive no que diz respeito a assistência à saúde, estar participando de operações visando a prevenção do tráfico de narcotráfico, de drogas, e ainda de participar de exercícios navais tradicionais com parceiros regionais, incluindo o Brasil. Nós lembramos de alguns episódios no passado, que denotaram a preocupação dos Senadores, como por exemplo, o Senador Pedro Simon lembrou que o Embaixador Lincoln Gordon, dos Estados Unidos no Brasil, mencionou em seu livro que quando do golpe militar de 1964 estavam navios da frota da Marinha dos Estados Unidos junto à costa brasileira para eventualmente até realizar uma operação de intervenção se assim considerassem necessário dependendo de possível reação que pudesse ocorrer no Brasil. Recordamos também que, por exemplo, houve momentos em que a frota dos Estados Unidos interviu, realizou uma intervenção na República Dominicana. Recordamos os tempos em que na América Latina e, sobretudo na América do Sul, no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Peru, em inúmeros países nós aqui vivemos com regimes militares que inclusive tinham uma interação muito forte com o Governo dos Estados Unidos. E o Senador Pedro Simon expressou... Ele vai completar, mas a certa altura, de uma maneira muito sincera e amiga e franca, porque afinal o Governo dos Estados Unidos que está ao final do mandato do Presidente George Walker Bush estaria tomando essa iniciativa tendo em conta que as nações, sobretudo na América do Sul e... Estão todas vivendo normalidades democráticas, um Estado de normalidade democrática com governos constitucionalmente eleitos, reconhecidos pelo povo, claro, pode haver divergências e tudo, mas será que não seria melhor tomar uma decisão desta ordem que causou preocupação inclusive porque o anúncio das operações da quarta frota se dão logo após a descoberta de reservas de petróleo do pré-sal, na costa brasileira, se dão

também num momento em que há um grande debate internacional sobre a possível internacionalização da Amazônia? Será que não seria mais adequado que o Governo do Presidente George Walker Bush deixasse isso para o novo Presidente dos Estados Unidos já que haverá eleições em outubro próximo, com os Senadores John McCain e Barack Obama, com uma visão possivelmente diferente? Será que já teria havido entendimento com eles? Nós, inclusive, expressamos que gostaríamos de ter a oportunidade de inclusive dialogar com os dois candidatos à Presidência, Barack Obama e John MacCain a respeito deste assunto e de outras matérias de interesse comum, e lembrei que V.Ex^a, Senador Heráclito Fortes, nos mencionou que existe a possibilidade já em princípio um convite para que Senadores acompanhem as eleições dos Estados Unidos neste segundo semestre, ocasião em que quem sabe houvesse até esta oportunidade. Ressalto que o Embaixador dos Estados Unidos da América Clifford Sobel se mostrou muito respeitoso, construtivo e elegante conosco, nos colocou à disposição o artigo que inclusive ele havia publicado sobre a quarta frota no Globo de segunda-feira, o Senador Pedro Simon havia já me alertado, eu havia lido este artigo que sugiro possa até ser distribuído a todos os Srs. Senadores, mas ele inclusive diante de perguntas como a do Senador João Pedro, que disse... Quando ele mencionou que esta quarta frota seria mais um grupo de 120 homens especializados em inteligência e outros aspectos relacionados aos objetivos que estariam ali em Miami, na Flórida, perto de Miami, não me lembro agora exatamente o nome da cidade, mas onde ali teriam o seu Quartel General, e que de lá é que estariam coordenando esforços e que isso não significaria necessariamente a presença de navios de qualquer natureza andando por aqui, mas poderia significar, isto não ficou inteiramente claro que navios como este porta-aviões que recentemente esteve aqui na costa brasileira, mas então como se trataria de uma ajuda humanitária, inclusive de assistência à saúde, assistência médica, Senador João Pedro perguntou o senhor poderia nos informar quantos são os médicos que estariam dentre esses 120 homens? E o Embaixador Clifford Sobel disse que não necessariamente seriam médicos, mas que ele encaminharia um detalhamento das informações sobre isso, para nós chegou a mencionar que até o final do dia de ontem. Ainda não recebi. Pelo menos não sei se o Senador Pedro Simon teria recebido alguma informação adicional ou se o próprio Senador João Pedro, mas ele nos encaminharia todos, e ainda não chegou esta informação complementar.

Senador Cristovam Buarque mencionou que gostaria inclusive de proporcionar a oportunidade de um novo encontro dele com todos nós, pois ele sairia hoje por 10 dias do Brasil, e ele disse que se dispôs, seja a estar conosco, os membros da Comissão de Relações Exteriores e outros Senadores interessados num possível almoço, que o Senador Cristovam Buarque disse que então procuraria organizar, entretanto também foi aí aventada a hipótese e ele se colocou à disposição inclusive fazer uma visita à Comissão de Relações Exteriores. O que coincide com a proposta hoje formulada pelo Senador Inácio Arruda de convidarmos o Embaixador Clifford Sobel para que ele detalhe mais e possa transmitir a todos. Queria registrar que o Senador Pedro Simon fez uma sugestão que me pareceu muito adequada, que possamos os membros desta Comissão inclusive transmitir ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre o que aqui estamos relatando, mas acho que já falei demais. Senador Pedro Simon, por favor, V.Ex^a terá meios de enriquecer melhor este breve relato. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Simon, com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu praticamente não tenho nada a acrescentar. Acho que o Senador Suplicy foi absolutamente feliz e preciso na sua explicação. O Embaixador americano estranhou a nossa ida lá, porque achou que nós iríamos agradecer a vinda da tropa. Que a tropa veio em missão de paz, médicos que estarão a disposição de serviço humanitário... Aquilo realmente uma coisa muito estranha, que eu acho, é um Presidente que está no fim de seu mandato, e a imprensa americana diz que não houve na história dos Estados Unidos um Presidente que chegasse no fim de mandato com índice de credibilidade tão baixo como o dele. E tem dois candidatos a presidente da república, isso é uma missão pelo menos para deixar para o próximo Presidente. Por que é que vai tomar no final do mandato uma decisão dessa natureza que implica um relacionamento interrogativo com relação à América Latina? Eu acho que não há de se esperar nada porque a informação que a gente sente dele é que é uma decisão já tomada. Que para voltar atrás, na minha opinião é só uma manifestação talvez dos Presidentes dos países da América. Agora, eu acho que nós deveríamos conversar com o Ministro da Defesa. Acho que seria realmente... E falei com ele pelo telefone, e ele disse que está a nossa inteira disposição. A hora que quiser, podemos falar com ele. Acho que o interessante era nós irmos lá porque se vem aqui é a mesma coisa... As mesmas razões que nos levaram a ir ao Embaixador, devemos ir ao Ministro da Defesa e conversar com ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Simon, talvez fosse importante também a mesma Comissão conversar com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Porque naturalmente tramita...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Plenamente de acordo. Foi bom V.Ex^a dizer até para dizer... Eu só não falei no Ministro das Relações Exteriores porque ele está... Só vem no fim da semana. Que ele está com o Presidente na caminhada. Eu acho muito importante as manifestações do Presidente brasileiro foi a pessoa mais prestigiada na reunião no Japão. Onde levantou a tese do problema do aumento do preço dos alimentos no mundo inteiro e a versão aquela que dava a entender que era a produção do etanol a culpada, ficou provado que hoje o mundo inteiro reconhece que produzir álcool a partir da cana-de-açúcar é absolutamente normal, e a gravidade que há é o americano que aumentou a produção de milho como nunca, diminuindo a produção de soja, e usou a metade da produção de milho para produzir álcool, o que deu essa questão que está acompanhando. Acho que se falar com o Ministro da Justiça seria realmente... Perdão, da Defesa, seria realmente muito interessante e concordo com V.Ex^a no início da próxima semana já podemos deixar marcado também uma visita com o Ministro das Relações Exteriores. Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Mão Santa sobre a matéria.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não é sobre a matéria, não. Posso falar sobre o que vem do coração?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pode.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Heráclito Fortes, eu quero dar aqui um testemunho do Piauí. V.Ex^a está sendo vítima de explorações e o Piauí orgulha de V.Ex^a. Há uma virtude, Senador Arruda que todos nós... Eu não digo que teria inveja, porque eu tenho é admiração. É o perfil do piauiense Heráclito Fortes fazer amizade. Isso é um perfil que o Piauí o admira. E o torna mais forte do que eu. Como líder e como político. Olha, todo Piauí... Ele tem essa capacidade. Todo o Brasil viu e o Piauí, a amizade que ele disputou com Tancredo Neves. Tancredo Neves morou na casa dele. Todo o Piauí e o Brasil admiram a maneira como ele conseguiu entrar no coração de Ulysses Guimarães. Todo o Piauí e o Brasil a maneira... Renato Archer. Comandante Rolim. Um Mauá das nossas épocas de hoje, um empresário, homem de visão. Ele chama é de irmão camarada. No gabinete do Heráclito ele tem muitíssimo, ele já foi. Mas eu vi uma carta do Rolim... Não vou dizer que tive inveja, tive é admiração. Mas o

Rolim dizendo que... Olha que o Rolim é um homem mundo, das terras aos céus. Ele não cita meia dúzia de pessoas que ele gostava de conviver. Está lá o nome do Heráclito Fortes. Aliás, convivi também com o Rolim e não entrei na carta, mas de qualquer jeito...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em contrapartida tem uma foto lá na sala vip em São Paulo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eduardo Magalhães, Antonio Carlos Magalhães irmão camarada. Eles tinham Heráclito como filho. Eu mesmo a vida política dei uma trombada com eles e foi o Heráclito, que vaselinou essas trombadas que no final... O Ludwig, Ministro. Então Heráclito esse é o seu perfil. Se V.Ex^a é... Mas V.Ex^a eu quero dar um testemunho para acabar. Desse orgulho de piauiense. Olha, eu estava em Genebra. E Genebra é a capital mesmo da paz, não entra em guerra. Representando o Parlatino. V.Ex^a representava com José a União Européia. Eu via o Presidente da europa, via o Heráclito agradecer que tinha ganho as eleições, o Presidente eu estava recebendo o Parlatino. Agradecendo que tinha sido eleito pelos votos que o Heráclito tinha concedido com a amizade dele na América do Sul e outros. Então nós queremos dizer e dar este testemunho. E nós mesmos somos um exemplo. Sempre tivemos partido diferente. Mas sempre tivemos muito respeito um pelo outro, que é a base da amizade. Receba a solidariedade do Piauí que eu represento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone] A questão americana aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A questão americana, pois não. Senador Mão Santa, quero agradecer a V. Ex^a as palavras de amizade e dizer a V. Ex^a que se há uma coisa que não me tira o sono--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, V.Ex^a tem a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Me desculpe. Mas eu me integro totalmente ao pensamento de Mão Santa e quero levar meu abraço meu carinho a V.Ex^a. Conheço a vida de V.Ex^a, a história de V.Ex^a, a luta de V.Ex^a ao longo do tempo e tenho a convicção absoluta da dignidade, da competência e da responsabilidade de V.Ex^a. Acho que o discurso de V.Ex^a ontem foi oportuno e foi absolutamente completo e eu me solidarizo com V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço a V.Ex^a e quero dizer que eu não aceito, não rotulo ninguém e não aceito ser

rotulado. Essa rotulagem que tentaram me fazer com o empresário Daniel Dantas, pra mim não me move. Até gostaria de conhecê-lo mais de perto. Porque demonstrou capacidade como Economista, como homem que produz no país. As questões envolvendo essa briga dele com setores do Governo, não me diz respeito. As intervenções que eu tive, todas elas foram para proteger de violências que quisessem cometer nessa Casa contra uma irmã sua. Agora, o que me choca, o que me dói é que os que me rotulam e eu não aceito, como amigo do Sr. Dantas, foram os que rotularam no passado os que eram amigos de Maluf, os que eram amigos do Collor, amigos de fulano... E que hoje estão juntos. Convivendo com a mesma... Porque os interesses remetem a isso. Eu, meu caro Suplicy, a minha vida inteira eu venho perseguindo descobrir minha ideologia. Ninguém me carimba de direita nem de esquerda. Não tenho ideologia. Nisso sou burro. Eu olho para frente. Eu sou de um país que você querer vencer por posições ideológicas, é oportunismo. Nós não temos idade, o Brasil não tem idade, o Brasil não tem história, o Brasil não tem movimento para isso. Copiar os modelos de outros países é uma questão de charme. Eu não conheço nada mais charmoso do que setores da esquerda brasileira. Nada mais violento do que setores da direita. Eu tenho horror aos dois. Sou antiochado. Eu olho para frente, eu olho para o país. De forma que eu agradeço, Senador Mão Santa, mas quero dizer que eu tenho a consciência tranquila. E aprendi na vida que mais cedo ou mais tarde a virtude triunfa sempre. Coisa mais lógica que eu acho Senador Simon é que se realmente se quer chegar à verdade tem que se buscar os fatos.

E me estranha o Ministro da Justiça não ter requerido ainda ao Governo italiano o processo que deu início a toda essa briga. Ter requerido ao Governo americano o processo que deu início a essa disputa que, como diz o Sr. Gushiken, é uma disputa societária. Como eu não sou sócio das partes, deixe que os sócios briguem e eu sigo em frente. Senador Suplicy com o maior prazer.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Senador Heráclito Fortes, também prestei atenção no seu pronunciamento de ontem e avalio que V.Ex^a inclusive deu uma contribuição importante porque pôde relatar os inúmeros episódios que viveu nesses últimos anos em que teve um relacionamento, V.Ex^a explicou, de amizade com a pessoa que tem uma relação como parente do Sr. Daniel Dantas, que explicou exatamente cada um dos episódios em que teve um relacionamento normal. V.Ex^a mesmo já havia nos transmitido que em certa altura dos acontecimentos que... De apuração dos fatos, certo dia na sua própria residência convi-

dou o Ministro da Justiça então Marcio Thomaz Bastos para um diálogo--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É diferente um pouco. Vamos só colocar. O Ministro Marcio Thomaz Bastos, através do então Deputado Sigmaringa Seixas, pediu que eu promovesse um encontro na casa dele no momento em que a base do Governo fugia com apoio ao próprio governo, na crise do Sr. Paloccci e que era importantíssimo para a governabilidade que houvesse aquele encontro. Eu sem saber do que se tratava liguei para o cunhado do empresário que é meu amigo para que localizasse o empresário e visse a possibilidade de ele vir a Brasília. Fui apenas o hospedeiro. Não conheço o teor da conversa porque tiveram a conversa a dois. Espantou-me que no dia seguinte ou três dias depois saísse versão inclusive numa revista de circulação nacional, mas dado pela parte interessada. De forma que graças a Deus eu trilho pela transparência. Está aí o Sr. Marcio Thomaz Bastos, o Sigmaringa Seixas, o José Eduardo Cardoso que foi vitimado por divisão partidária. O José Eduardo Cardoso foi agarrado, numa maneira de dizer, na hora de se dirigir para a minha casa. Ele chegou no Ministério da Justiça o Ministro já estava se dirigindo e foi convidado a acompanhá-lo. E como é fraterno amigo, participou. Eu quero só esclarecer, a pedido da governabilidade, nós tínhamos compromisso com ela naquele tempo, até para manter o programa econômico que defendi quando Governo, abri as portas da minha casa para esse encontro. E acho que cumpri um papel para o país.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então V.Exª aqui detalha mais um episódio. Eu quero lhe transmitir que neste nosso relacionamento às vezes até de divergências, mas V.Exª até com... Por vezes com humor soubemos construir uma relação de respeito e acho que V.Exª ao esclarecer estes episódios todos contribuiu para que nós saibamos melhor inclusive a forma como procura agir e nos limites do que considera ser adequado o procedimento como Senador que se amigo é de tal ou qual pessoa, procura agir sempre com a defesa do interesse maior, do interesse público. E então manifesto meu respeito por V.Exª. E eu gostaria de... Como ainda não tínhamos concluído aqui a... O episódio, propor que de acordo com o que há pouco anteriormente tinha... V.Exª ainda não tinha chegado, com respeito ao diálogo com o Embaixador Clifford Sobel, que no espírito até do que conversamos ontem, que possamos em agosto próximo um dia convidá-lo para ele ter um diálogo com a Comissão, que isso seja até uma decisão de todos. E aí terá até o Embaixador Clifford Sobel a oportunidade de esclarecer e responder algumas das perguntas que foram formuladas e ele

disse que nos viria encaminhar depois e que isso seja uma decisão conforme V.Exª propõe, de todos. Toda a Comissão. E quero ainda, Sr. Presidente, encaminhar a V.Exª... Primeiro, esclarecer que no diálogo entre nós dois, tendo em conta a decisão da última semana, ponderarmos que melhor do que um grupo tão grande que se entusiasmou de Senadores irem a Colômbia para transmitir o convite à Sra. Ingrid Betancurt, possa haver a manifestação de convite a ela e--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senador, nós vamos ter que ir para Paris. Porque ela está morando em Paris. O sacrifício vai ter que ser mais longe.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Certo. Mas isso não precisaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A proposta do Senador Suplicy é transformar a ida... Em um convite...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É. Que a nossa ida possa ser transmitida por carta, por telefonema. Como o Presidente Garibaldi Alves Filho, em virtude de o Requerimento ter sido aprovado em Plenário, preparou e encaminhou ao Ministro das Relações Exteriores o convite à Sra. Ingrid Betancurt, eu passo às mãos de V.Exª, o Presidente ontem eu pedi que fosse dada a cópia, e isso foi encaminhado ao Ministro Celso Amorim. Eu tomei a iniciativa, Sr. Presidente, de inclusive por fax ontem passar ao Embaixador Bustami, que disse que iria tentar o contato direto com a Sra. Ingrid Betancurt.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, me permite? Casualmente eu estarei em Paris por conta própria, uma viagem pessoal que farei--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exª foi solicitado a cumprir essa missão aqui inclusive...

[falas sobrepostas]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Irei por conta própria. Não causa despesa nenhuma. Mas me coloco à disposição de representar o Senador Suplicy e--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está acolhida a solicitação de V.Exª. Com o apoio de todos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quero felicitar o Senador Pedro Simon, que com a sua esposa Ivete vai ter mais uma... Perdão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Conhecer Paris.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Vai poder ter mais uma lua-de-mel em Paris...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Conhecer.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Conhecer, não. Vou pela 10ª vez. Vou por conta própria.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Visitar a cidade luz. E agora acaba de me telefonar o auxiliar... O Secretário da Embaixada, a pedido do Embaixador Bustami, refere a seguinte pergunta. Ao ser encaminhada a carta à Sra. Ingrid Betancourt, pediria que o Senador Pedro Simon dialogue logo pessoalmente com ela dizendo do nosso propósito que possa ser esclarecido e eu não sei... Não sou quem decide, se ela então aceitar o convite, o Senado Brasileiro providenciará as despesas de viagem e hospedagem? É a pergunta que eu formulo a V.Exª. Quem sabe tenha que ser feito à Mesa também. Mas quando se faz um convite dessa natureza, qual é a providência? É a informação que o Embaixador Bustami nos pede, prezado Presidente Heráclito Fortes. Peço que encaminhe, por favor...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senador, está falando meio sem graça, mas eu falo sério mesmo. Eu vou estar em Paris--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, eu sei.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu aceitaria essa incumbência e levarei pessoalmente o convite como Embaixador brasileiro. Farei com o maior prazer.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito bem. Que bom. Mas e esse aspecto precisa V.Exª ter a informação, se a viagem ao Brasil será arcada...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Supply, nós vamos examinar a maneira. Agora, de antemão sugiro que caso não tenhamos verba para isso V.Exª abra uma lista de uma vaquinha para que a gente faça... Adquiras as passagens.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Nessa parte não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está resolvido. Essa questão...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Da minha parte...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, estamos falando já de outra parte. A vinda da embaixadora...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V.Exª falou de vaquinha, o pessoal que está assistindo já não está entendendo.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É o caso da Senadora.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Em havendo qualquer dificuldade, em havendo qualquer dificuldade de hospedagem, certamente Senador Pe-

dro Simon, mas eu também me disponho a hospedá-la no apartamento funcional do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Mesa tomará as providências. Eu queria apenas Senador Supply interrompeu minha palavra, mas quero agradecer a V.Exª pela manifestação. E a V.Exª. O que eu acho que temos que acabar com algumas hipocrisias. Senador, o que me irritou ontem e me fez ir à tribuna é porque o vazamento de algumas calúnias estavam saindo de gabinetes conhecidos aqui por esta prática. Esta prática de dossiê seja escrita, ou seja, oral precisa acabar. Principalmente envolvendo companheiros. As pessoas têm que ser diretas ao assunto. Até porque as pessoas que se viram nesse episódio não se manifestaram com relação ao Sr. Roberto Teixeira, que pratica tráfico de influência, usando acesso e intimidade que tem na órbita governamental. Então essa indignação selecionada, seletiva, é que não tem nenhum sentido de acontecer. O silêncio, o se colocar debaixo do tapete os escândalos é inaceitável. A questão contra mim ela tem algumas fontes, ela tem algumas origens, inclusive a minha posição com relação à CPI das ONGs. A quantidade de e-mails que recebi de pessoas se solidarizando sobre o assunto de pessoas das mais distantes, desse país, deixou isso bem claro. De forma que isso não me abala. Eu tenho a consciência absolutamente tranqüila. No dia que eu quiser exercer uma atividade que não seja parlamentar, tenho dito isso às minhas filhas, tenho dito isso a meus amigos. Minha filha é cineasta, faz cinema, eu não aceito sequer que receba incentivo de órgão de Governo. Eu tenho muito cuidado e muita cautela nessas questões. De forma que não é por aí.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sua filha puxou V.Exª. Tem o dom artístico.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exatamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, o Senador Supply fez referência a uma solicitação que eu tinha encaminhado à Mesa que entrasse como uma espécie de requerimento extrapauta. E que a gente pudesse aprovar. Requerimento nº 44 de 2008 – CRE, de autoria do Senador Inácio Arruda, que requer o convite ao Embaixador sem prejuízo dessas manifestações da Comissão. Nós podemos ir ao Ministro da Defesa, podemos ir ao Ministro Celso Amorim, em seguida, que ele está em viagem, só depois poderíamos fazer, mas que além da conversa importantíssima que eu considero, a missão que os senhores conduziram até a Embaixada dos Estados Unidos, que a gente pudesse convidar, todos convidados o Ministro Embaixador, o Ministro Celso Amorim e o Ministro da Defesa para virem aqui separadamente, que não é

oportuno que seja em conjunto, separadamente para vir aqui à Comissão tratar desse assunto que eu considero ele tem muita relevância. Mas muita.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quarta frota. Deixar bem claro. A questão da quarta frota. V.Ex^a tem toda razão. Eu antes de encerrar a Sessão queria mostrar aqui uma estatística--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Terça-feira vamos ao Ministro Jobim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Terça-feira?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Vamos ao Ministro Jobim. E eu posso garantir pela amizade e carinho que tenho pelo Ministro das Relações Exteriores, que ele chegando aqui talvez na próxima terça-feira falamos com ele. E depois...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Certo. Queria apenas passar informação, Senador Simon, Senador Suplicy, Senador Paulo Duque, todos presentes, Senador Inácio Arruda. É um Relatório sucinto das matérias aprovadas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no primeiro semestre. Veja que número nós alcançamos. Inclusive a de hoje. Mensagem de indicação de Embaixadores: 35. Só nesse semestre. Ofício Senado 3. Projeto de Decreto Legislativo acordo tratado convenções, 34. Projeto de Lei da Câmara, 3, Projeto de Lei do Senado 4, projeto de resolução do Senado 01, Requerimento do Senado 10, Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 32. Audiências Públicas, 5 Audiências Públicas. Uma sobre a integração sobre o São Francisco, uma com a presença do Ministro Celso Amorim para falar sobre o conflito Colômbia Equador, discussão do PL 27 de 2008 que tratava sobre a RTU uma sobre combustível preço e alimento de biocombustível e uma sobre o conflito do Amapá com a Guiana Francesa sobre a morte de uma brasileira. Essa foi a atividade da nossa--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Que boa a nossa Comissão. Nenhuma Medida Provisória. Não passa por aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Felizmente não. Daí porque esse flui.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, então fica considerado aprovado o requerimento? Que a gente só formaliza.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Formaliza. Todos concordam com a aprovação do requerimento? Em votação. Ninguém se manifesta contra. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h56.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DO ANO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS.

Às doze horas e vinte minutos do dia dezesseis de julho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **MÃO SANTA**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, PEDRO SIMON, ALMEIDA LIMA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, VIRGINIO DE CARVALHO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, GEOVANI BORGES, JOSÉ NERY, CÉSAR BORGES, MARCO ANTÔNIO COSTA, ROSALBA CIARLINI, FLEXA RIBEIRO E JEFFERSON PRAIA**. Justificou a ausência o Senador **ROMEU TUMA**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente em exercício declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente em exercício inicia a apreciação da pauta. Inversão da pauta. **Item 04:** Requerimento (SF) nº 580, de 2006, de autoria do Senador Magno Malta, que *"Requer, nos termos regimentais, ouvida a Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional, seja criada Comissão de Representação Externa a fim de acompanhar as negociações entre o Governo Brasileiro e o Boliviano, no que diz respeito à exploração de gás e óleo pela Petrobrás naquele país, bem como a situação dos Brasileiros proprietários de terras no território boliviano"*. O Presidente em exercício concede a palavra ao Senador **INÁCIO ARRUDA** para fazer a leitura do seu Relatório. Faz uso da palavra para discussão o Senador **PEDRO SIMON**. Aprovado o parecer pelo arquivamento da matéria. O Presidente concede a palavra ao Senador **PEDRO SIMON** que comunica que terá duas audiências: uma com o Chanceler Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e outra com o Senhor Nelson Jobim, Ministro de Estado da Defesa, acompanhado de outros Senadores, para tratar da questão da reativação da Quarta Frota da Marinha Americana. Comunica, também, que viajará para a França, onde entregará convite à ex-Senadora Ingrid Betancourt para

participar de Audiência Pública no Senado Federal. **Item 05:** Requerimento (SF) nº 1.423, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que *“Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso pelo transcurso do cinquentenário do maior movimento de jovens do mundo, o Movimento Leo de Liderança – Experiência e Oportunidade, LEO CLUBE”*. O Presidente em exercício concede a palavra ao Senador **INÁCIO ARRUDA** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. O Presidente em exercício informa que os Itens 1, 2 e 3 ficam adiados. **Item 01:** Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, assinado em São Domingos, em 6 de fevereiro de 2006”*. Adiado. **Item 02:** Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina Relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência, celebrado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003”*. Adiado. **Item 03:** Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon, que *“Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro”*. Adiado. O Presidente em exercício, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia informatizada da presente reunião. – **Senador MÃO SANTA**, Presidente em exercício.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2008, ÀS 12 HORAS E 20 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Dia 16 de julho de 2008. Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Ninguém sendo contrário, está dispensada. Em votação. Aprovada a dispensa da leitura da Ata.

Vamos solicitar... aqui está presente o extraordinário senador do PCdoB do Brasil, mas oriundo do Estado do Ceará, o grandioso Estado que teve a coragem de primeiro libertar os escravos desse Brasil.

Então, convidamos o Senador Inácio Arruda, relator no Item 4. Presente também o extraordinário Senador, pai moral e ético desta Casa, Pedro Simon. V.Exª.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Olha, que eu vou ler aqui primeiro, o Item 4 é não terminativo. É o Requerimento nº 580/2006 e desde 2006 está andando aqui.

Requer, nos termos regimentais, ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que seja criada a comissão de representação externa a fim de acompanhar as negociações entre o Governo Brasileiro e o Boliviano no que diz respeito à exploração de gás e óleo pela Petrobrás naquele país, bem como a situação dos brasileiros proprietários de terras no território boliviano. Autoria do Senador Magno Malta, o Relator é o Senador Inácio Arruda. E depois comentário de Pedro Simon, que bem conhece a política da América do Sul. Foi o primeiro idealizador do Mercosul, o primeiro Governador na história do Brasil a fazer uma Secretaria de Indústria de Comércio e de Desenvolvimento. Foi o Pedro Simon.

Então, nós teremos que ouvi-lo, porque esse relacionamento é fundamental já que no passado nós fomos desastrosos na América do Sul quando compactuamos na destruição do Paraguai, que era a melhor civilização da América do Sul, era alfabetizada, industrializada. E depois daquela história vergonhosa, nós temos que ter agora esse Senado a inspirar boa convivência para nascer aquele MERCOSUL idealizado por Pedro Simon.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Senador Mão Santa, da Parnaíba para o Piauí, o Brasil e o mundo, quero dizer a V.Exª que as razões que conduziram o Senador Mão Santa a apresentar requerimento para a criação de uma comissão externa já foram, digamos assim, sobejamente superados.

Tratava-se de uma crise entre o Brasil e a Bolívia. Essa crise foi resolvida nas questões comerciais entre

as empresas bolivianas e a Petrobrás e na questão que diz respeito à presença de brasileiros, isso tem sido motivo de negociação entre a nossa chancelaria e o Governo Boliviano, e podemos dizer hoje que essa é uma questão resolvida.

Por essas razões, nós somos pelo arquivamento do requerimento do Senador Magno Malta, que repito uma vez mais, àquela ocasião era um requerimento, digamos assim, oportuno, necessário, mas isso tudo foi superado. Temos quase um ano que se passou esse episódio, ou mais de um ano, e esses assuntos foram tratados entre o Governo Brasileiro e o Governo Boliviano. A matéria, na minha opinião, deve ser arquivada. Esse é meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): As considerações do Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Estou plenamente de acordo, Sr. Presidente. Eu acho que a matéria deve ser estudada com profundidade e eu sugeriria ao nobre Relator que, oportunamente, a gente voltasse ao assunto com o devido cuidado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu quero acatar aqui a orientação do Senador Pedro Simon, que tem sentido. Nós vamos arquivar, a minha proposta é pelo arquivamento da matéria, mas temos duas oportunidades de debater o assunto das relações já num outro patamar. Quer dizer, a situação já é outra, a realidade é outra. Agora, é o aprofundamento das relações entre Brasil e Bolívia que podemos realizar tanto nesta comissão como na comissão do Mercosul.

Quero dizer que ontem estive aqui na Casa, inclusive, o Embaixador da Bolívia discutindo, com uma reunião que realizou ali no gabinete do Senador José Nery, discutindo exatamente essa nova situação de relações entre o Brasil e a Bolívia.

Então, é uma realidade nova que nós devemos trazer... Foi uma reunião no âmbito do gabinete do Senador muito proveitosa. Agora, nós temos que trazer esta discussão também para a Comissão de Relações Exteriores, quem sabe convidando o Embaixador da Bolívia para aprofundar o debate e conhecer essa que estabeleceu no país vizinho e irmão que é a Bolívia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Então, é muito oportuno a presença da Comissão de Relações Exteriores nesse *affair* de energia entre Brasil e Bolívia uma vez que no passado nós tivemos relações estremecidas.

Então, o criar ou nascer do Acre foi conflituoso, e eles chegaram a ser uma Nação... E graças às ações do Barão do Rio Branco, também com interferência deste Senado da República, hoje o Acre nos pertence e nos pertence a paz. E entendo que deveria... este

convite ao Embaixador, porque eles politicamente estão num momento difícil, e nós poderíamos, como país líder da democracia na América do Sul, eu acho que é uma fonte de inspiração para o problema deles que é a manutenção da unidade. Nós que, sem dúvida nenhuma, podemos ensinar ao mundo a manutenção da unidade. Graças a... Vamos dizer, a existência no país de um Imperador que teve essa vocação de pacificação e o Brasil é uno, é a mesma língua, a mesma gente e eles enfrentam o problema de divisão.

Então, todos aprovam, estão de acordo com o Relator?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Aprovado, então, o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Aprovado. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, aproveito essa reunião para dois aspectos importantes.

Convido os nobres Senadores que nós temos duas Audiências da Comissão de Relações Exteriores hoje de tarde às 15h30 com o Ministro das Relações Exteriores e às 17h30 com o Ministro da Defesa. Nós vamos discutir o problema da Quarta Frota. Em nome da Comissão, nós estivemos visitando o Embaixador americano. Ele fez uma série de exposições, e nós vamos levar o assunto para conversar com o Ministro das Relações Exteriores e com o Ministro da Defesa. Posteriormente, nós acreditamos ser muito importante que a gente se reúna, debata e analise o posicionamento sobre esta matéria.

Eu tenho uma posição muito firme sobre essa matéria e eu acho que sinceramente nós vivemos numa época em que o mundo praticamente não tem regras.

Nós vivemos num momento praticamente que a ONU, praticamente teve um esvaziamento de credibilidade perante a Nação. Que foi quando a ONU praticamente, por unanimidade, à exceção de dois países, determinou a não invasão no Iraque, e o americano fez por conta própria.

Nós estamos vivendo agora uma situação mais ou menos nesse sentido. Eu creio que uma decisão dessa natureza, o americano resolve criar a Quarta Frota para a América do Sul e para o Caribe... É uma decisão que não envolve apenas uma Nação. Eu acho que por uma questão de respeito, considerando que somos aliados, somos amigos, integramos a Organização dos Estados Americanos, é uma decisão que deveria ser exposta, debatida, analisada pelo conjunto dos Estados Americanos.

Eu, sinceramente, tenho pior saudade dessa Quarta Frota e não vejo razões de periculosidade nenhuma, Presidente. Não vejo nada que esteja acontecendo no Atlântico Sul que determine a presença da Quarta Frota nem no Atlântico e nem no Pacífico.

Então, eu creio, nós vamos falar com o Ministro das Relações Exteriores para ver... O Presidente Lula, a imprensa já manifestou, já publicou a sua manifestação contrária. A Presidenta da Argentina, a mesma coisa. O Chanceler argentino, a mesma coisa. Mas eu creio que não pode ficar uma manifestação. Eu acho que alguma coisa a gente deve fazer nesse sentido. Se acharem que não é problema, que é normal que fique... Tem uma manifestação no jornal de hoje muito infeliz de um Almirante reformado, onde diz que é problema do americano, se ele quiser pode ser... Uma infelicidade... Que... Fiquei...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Brasileiro? Não, brasileiro. Sei lá... Mas assim... Indiferente. Ele acha que se tem razão pode criar.

Então, eu acho que seria muito interessante, eu acho que estamos agindo deliberadamente com muito cuidado. Nós fomos visitar o Embaixador, não avançamos o sinal, não estamos indo para a Tribuna.

Então, eu quero apenas salientar, dizer à comissão que essa questão está sendo levada adiante. Vamos falar com o Chanceler hoje e com o Ministro da Defesa hoje. E creio que nós devemos nos reunir para ver uma posição. Vamos ver como é que o Chanceler pensa, como é que o Ministro da Defesa pensa, porque eu acho que... Eu estou levando... Meu pensamento é não fazer o que é muito simples, o Senado dá uma nota, um manifesto, sei lá o quê? Mas nós temos que ver o que é mais fácil de nós agir em conjunto com o Governo. Quer dizer, não queremos nem deixar mal o Governo e nem deixar mal o Brasil. Então, eu acho que se nós conseguirmos com o Chanceler, o qual tenho maior admiração e maior respeito, e o Ministro da Defesa, que inclusive uma coisa muito interessante sobre... Nós vamos analisar sobre esse ângulo, foi criada os Estados da América do Sul, uma entidade para unificar a... Os Estados da América do Sul, como é que eles vêem essa questão.

A segunda questão, Sr. Presidente, eu estou viajando por minha conta para a Inglaterra e França amanhã. Eu tenho... Eu criei uma filha muito querida, e ela cresceu, venceu, e hoje está casada há mais de 10, 12 anos, e mora em Londres, ela morou nos Estados Unidos. O seu marido é Diretor da companhia telefônica de Londres. Ela todos os natais vem passar comigo e uma mágoa dela é que o pai dela nunca foi

visitá-la. Então, eu estou indo eu, minha mulher e meu filho. Estou indo a Londres e estou indo a Paris.

Aí, o Senador Suplicy lembrou, e eu concordei, que foi tomada uma decisão aprovada pelo Plenário do Senado para convidar a ex-senadora americana para... Colombiana, perdão, para fazer... Receber uma homenagem do Senado Brasileiro e se falava até da possibilidade de ir uma representação. Quando se fez isso ela estava na Colômbia, mas agora ela está lá em Paris e como eu vou estar lá, eu me coloquei à disposição e estou recebendo um ofício do Presidente do Senado endereçado ao Embaixador do Brasil em Paris e à senadora para levar esse convite dizendo que nós, com muita honra, a receberemos aqui.

Como a mim será uma satisfação, uma honra muito grande, e para o Senado é custo zero, eu comunico, então, que amanhã estarei indo e na próxima semana estarei falando com a Senadora junto com o Embaixador brasileiro e acredito que ela vai receber o convite, vai aceitar o convite.

De qualquer maneira, eu acho que é uma manifestação muito positiva do Senado Brasileiro, aprovada por unanimidade no Plenário, de se prestar uma homenagem a uma mulher que foi um exemplo fantástico de resistência, de capacidade e de dignidade. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Pedro Simon, na Presidência, o que nós temos a considerar eu acho que nunca o Senado tem uma felicidade de uma pessoa de tanta grandeza representá-lo tão bem nessa missão. Não é de solidariedade àquela mulher como líder colombiana.

E queria dizer também e V.Ex^a traduz uma apreensão, daí a razão desse Senado, quando vemos adentrar aqui o Prof. Cristovam Buarque.

Pedro Simon, Senador Pedro Simon, a apreensão de V.Ex^a tem suas razões. A história se repete. É sabido que mais ou menos nos anos de 1865 esse país cortou relações com a Inglaterra, porque existiu um embaixador muito poderoso e muito truculento, que não estou lembrado o nome, inglês. Então, ele impunha as leis inglesas aqui. Teve uma vez que marinheiros ingleses foram presos, ele exigiu a soltura e pedido de desculpas do Governo Brasileiro. Chegou ao cúmulo de não estarem satisfeitas, não é? Naquele tempo tinham as leis de tráfico negreiro, de navio negreiro, ele aprisionou... Os ingleses aprisionaram cinco navios brasileiros em terras nossas, em mares nossos. Daí, o Brasil ter cortado relações com o poder econômico da Inglaterra. E agora... Olha aí a música boa... Olha aí. Tá ouvindo? Deixa tocar. Pára aí. Sim...

E agora, Pedro Simon, está ocorrendo... Embora V.Ex^a vai em Londres, naquele tempo eles tinham um

poder econômico universal e perverso. Eles nos deram dinheiro para destruir o Paraguai. Essa é a verdade, e nós tivemos que cortar relações pelo abuso que eles... [ininteligível]. Então, é muito oportuno... Aí que em medicina se chama “prevenção”, a profilaxia.

V.Exª advertiu o Ministro das Relações Exteriores e da Defesa para essa participação. Que no passado os ingleses fizeram... Tinha Governo, era o Imperador e tinha o Senado também.

Então, V.Exª, como sempre, enriquece o Brasil com as participações. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, é o Item 5.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Item 5, não terminativo. Requerimento nº 1423, desde 2007 ele circula.

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso pelo transcurso do cinquentenário do maior movimento de jovens do mundo, o Movimento Leo de Liderança, Experiência e Oportunidade... LEO Club. Isso é autoria do Senador Arthur Virgílio e relatoria de Inácio Arruda.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, Relator do projeto, para ler o seu parecer.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, a despeito da simbiose tucana com o vermelho, vamos ver se a gente avermelha, pelo menos esses tucanos ficam róseos, certo? Com a nossa presença na relatoria desse projeto do líder do PMDB, o Arthur Virgílio.

Mas ele propõe um voto de louvor ao LEO Club. O LEO Clube é um braço juvenil do *Lions Clube Internacional*. Eles fizeram 50 anos atrás, 1957, eles constituíram uma organização juvenil. Essa organização juvenil trata principalmente de colaborar para que a juventude entre no mundo do trabalho, no desenvolvimento profissional, isso tem tido muito significado, no Brasil mais de 10 mil jovens participam nesse movimento.

Eu considero que a iniciativa do Senador Arthur Virgílio é importante para que a gente possa incentivar à juventude a estar organizada, participando não só da formação profissional, nessa busca da formação profissional, mas, sobretudo, reforçando o espírito da juventude em defesa do seu país. Embora o movimento seja internacional, mas eu considero que a nossa juventude tem que estar imbuída deste dever de defender o nosso país. Então, o nosso voto é pela aprovação da iniciativa do Senador Arthur Virgílio.

Eu aproveito a oportunidade para dar dois pitacos a respeito do Senador Pedro Simon. O primeiro é em relação à questão da Quarta Frota. A Quarta Frota, o Governo americano, então, anunciou que iria reativá-la, e a Quarta Frota, V.Exª sabe muito bem, ela surgiu ali

no período da Segunda Guerra Mundial, digamos que à época, na Segunda Guerra Mundial, você tinha uma justificativa – o mundo está em guerra – guerra mundial. Os lados estão postos, né? Os partidos cada um tomando as suas posições. O Brasil adotou a posição de se unir aos aliados, que compõem-se então com os Estados Unidos, a Inglaterra, a França. Então, digamos que, àquela época, naquela situação de guerra mundial, você poderia dizer: “Bom, os Estados Unidos vieram aqui no Brasil”. Constituíram bases, fizeram uma base naval, fizeram base aérea, construíram. Isso tudo tinha uma explicação. Está em guerra. Uma guerra mundial e o Brasil estabeleceu um lado.

Esta situação é totalmente distinta, Sr. Presidente. O que o Senador Pedro Simon e os Senadores, que o têm acompanhado nessa missão, têm absoluta razão em exigir explicações, quer dizer, não é possível aceitar, digamos assim, “Não, deixa isso aí. Não tem problema”. Quer dizer, essa posição do Almirante, embora de pijama, mas é um Almirante, quer dizer,... É de dizer que “não, isso é um problema dos americanos”. Se quiserem podem fazer a Quarta Frota, a Sexta, a Décima. Então, todo mundo pode fazer a Quarta Frota e largar nos mares do sul?

Eu acho que isso não é correto, não é correto principalmente porque ela se dá depois do anúncio de uma articulação brasileira, que nós estamos fazendo isso há muito tempo, não é uma coisa de agora, mas na hora que o Brasil comprovou que aquilo que era, digamos assim, um estudo, etc, se materializou. Que é você ter no mar, e é dentro do mar territorial brasileiro, você ter campos gigantescos de petróleo e também provavelmente de gás – tem sido anunciado aí que também vai ter muito gás. Então, você põe uma Quarta Frota em cima do mar Sul? O Atlântico Sul? Quarta frota é um trambolho de guerra extraordinário, não é uma coisinha qualquer. Só um porta-aviões do George, 14 andares, propulsão nuclear, ele produz o combustível lá mesmo no porta-aviões, ele é auto-suficiente em tudo, em tudo.

Então, eu acho que a iniciativa da comissão através do Senador Pedro Simon, Cristovam, Senador Nery ficou de ir também, Senador Suplicy, eu acho que tem significado e muita importância, muita importância.

Eu acho que aqui é uma hora de unidade. Uma hora que nós não podemos nem deixar o Governo mal, como disse o Senador Pedro Simon, nem muito e jamais deixar o Brasil mal, que o Governo é transitório, [ininteligível] mas é problema do Brasil. Eu acho que a gente tem que estar muito, mas muito atento a esse movimento americano.

Pós anúncio de que teríamos o pré-sal com muito petróleo, que se materializou em seguida, teve o

anúncio do Ministro da Defesa da criação do Conselho de Defesa dos países aqui da América do Sul. Acho que talvez os americanos tenham considerado que é uma afronta, porque a defesa diz respeito a eles. Mas é uma unidade da América do Sul, um pouco dizendo o seguinte. Nessas bandas aqui a questão da segurança internacional dos países da América do Sul, nós somos irmanados, fronteiriços, amarrados pelas próprias fronteiras. Nós podemos dar conta disso. Nós podemos resolver isso.

Então, depois do petróleo e depois do anúncio do Ministro da Defesa do Brasil, articulado com os Ministros da Defesa da região, que foram... salvo um ou outro que colocou a questão do tempo, mas favorável à proposta brasileira me vem um anúncio de que a Quarta Frota seria reativada. E agora até anunciaram que até ela já foi reativada. Precisa de pouca coisa para ser reativada, porque o porta-aviões já está pronto. Os navios que acompanham também estão prontos. E então, é só pôr no mar esse Exército de alto poder belicoso que é a Quarta Frota americana.

Eu considero injustificável, mas acho que está correta a posição do Senador Pedro Simon. Vamos ouvir o embaixador americano, o Ministro da Defesa, o Ministro das Relações Exteriores para que depois a gente possa casar uma ação conjunta que envolva o Parlamento, que envolva o Governo e que envolva o conjunto da sociedade brasileira. Eu acho que é um movimento maior do que o Congresso, maior do que o Senado, maior do que o Governo que diz respeito ao Brasil, diz respeito à América do Sul, diz respeito ao Mercosul, onde nós também militamos como representantes do povo brasileiro.

E por último, a respeito da Colômbia. Eu acho que a posição do Brasil em relação à libertação da Ingrid Betancourt foi corretíssima e dos partidos também, partidos da esquerda, centro e direita. Eu acho que todos querem a liberdade das pessoas. Num requerimento anterior, Srs. Senadores, aprovou a ida de uma missão brasileira à Colômbia para tratar do mesmo assunto que só... Só que vendo os dois lados. É que imprensa sempre anuncia 700 prisioneiros nas mãos da guerrilha, mas não anuncia que tem 1.000 guerrilheiros presos na mão do Governo e que são prisioneiros políticos, isso só guerrilheiros e mais algumas milhares de pessoas que estão presas por conta da atividade política ser considerada subversiva. São quase 5 mil presos na Colômbia, número altíssimo. Além disso, há um novamente de perseguição política muito forte em cima de pelo menos duas senadoras. Gloria Inês, que é do Pólo Democrático que foi o partido que disputou a última eleição com Uribe e uma senadora também brava, corajosa do Partido Liberal, porque essa ger-

rilha das FARC's começou com o Partido Liberal – foi quando assassinaram o candidato a presidente do Partido Liberal que começou a guerrilha das FARC's e uma senadora do Partido Liberal chamada Piedad Córdoba, que tem sido grande ativista em defesa dos Direitos Humanos e pela libertação dos presos que estão com as FARC's e também dos presos que estão com o Uribe. Essas senadoras têm seguidamente sido ameaçadas de morte, sofrido grandes perseguições políticas e chegou ao ponto de que os filhos da Córdoba tiveram que se retirar do país, porque as ameaças eram permanentes.

Então, a... Eu acho que uma coisa é a nossa... O nosso ato em torno da Ingrid Betancourt que eu acho que ela tem um papel muito importante nessa luta pela paz na Colômbia, que ajuda a América do Sul inteira, aliado também à luta que tem sido desenvolvida pela Senadora Piedad Córdoba e pela Senadora Gloria Inés que estão a despeito da sua luta em defesa da libertação dos presos de ambos os lados, elas terminaram sendo perseguidas porque, como tem uma atuação no campo do centro para a esquerda, que é do Partido Liberal e do Pólo Democrático, ficaram sendo perseguidas porque elas estariam mais próximas da esquerda que tem relações com as FARC's do que com o Governo de Uribe.

Então, é importante essa nossa atuação distinguindo essas personalidades que estão lutando pela paz na Colômbia. São ambas Senadoras, as duas, e uma ex-senadora que acaba de ser libertada que estava com as FARC's.

Assim, eu considero justa, justíssima a missão do Senador Pedro Simon na França. Duas missões muito justas: uma, visitar uma filha querida e a segunda, entregar esse nosso convite a uma pessoa que é estimada pelo mundo pela sua luta em defesa da paz na Colômbia. Ela foi seqüestrada na época da campanha eleitoral, inclusive o candidato opositor na prática era o Uribe, e o Uribe terminou ganhando a eleição quase que por *WO* em função do seqüestro da Senadora Ingrid Betancourt.

Mas eu acho que o desfecho que nós temos que desejar e lutar para que aconteça na Colômbia é um desfecho de paz. Porque se a Colômbia encontrar o caminho da paz interna, isso vai ajudar a consolidação do MERCOSUL, do Conselho de Defesa. Acho que tudo isso será consolidado se nós ajudarmos e acho que nós temos que dar essa contribuição a ambos os lados para que cheguem num acordo e o acordo resulte num processo democrático de paz na Colômbia. Muito importante, nós tivemos um debate na segunda-feira da semana passada na *Record News* e aqui normalmente a gente inclui artigos de jornal nos anais e etc, eu vou

pedir para incluir esse debate de uma hora entre dois professores e o repórter da *Record News* acerca dos episódios na Colômbia para a gente compreender o conjunto do que acontece na Colômbia. O que está acontecendo mesmo naquele país. Aliás, nós estamos falando da Quarta Frota, um dos problemas da Colômbia é a presença militar americana naquele país, quer dizer, insistentemente por todos os meios.

Então, a questão é assim muito delicada na Colômbia. Precisa da nossa contribuição naquilo que a gente puder ajudar sem nunca atropelar aquilo que é sagrado para nós que é a autodeterminação do povo colombiano. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Muito justo os comentários, então não vamos conseguir... Falou em discussão o parecer de V.Ex^a, Senador Inácio Arruda, sobre o LEO Club. Quem estiver de acordo permaneça como está, com o Relator. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Os Itens 1, 2 e 3 ficam adiados devido à ausência dos senhores Relatores.

Agora, quanto ao comentário sobre a América do Sul de Inácio Arruda, a Colômbia tem a sua cultura e a sua história que a gente para entendê-la tem que ler Gabriel García Márquez: *Viver para contar + cem anos de solidão*.

Mas o que eu entendo que tudo isso, Pedro Simon, V.Ex^a sonhou o Mercosul e eu acho que V.Ex^a tem que ser o presidente do Mercosul. Eu sei que nós fomos bem representados pelo Leomar Quintanilha, pelo Geraldo Mesquita, pelo nosso líder do PT. Mas V.Ex^a sonhou. Foi o primeiro, no Rio Grande do Sul, quando Governador e depois no Governo Sarney o estimulou. E eu acredito que esses problemas de pacificação e compreensão do MERCOSUL ninguém mais do que V.Ex^a pela grandeza do nosso país e pela grandeza de V.Ex^a que é... Que é do tamanho da América do Sul toda.

Então, V.Ex^a, eu acho, eu não sei, V.Ex^a talvez por humildade, não digo que é defeito, porque "a humildade une os homens, o orgulho divide os homens", foi Lacordaire que disse, o filósofo. Então... Mas V.Ex^a tem que assumir para consolidar esse MERCOSUL. Está aí o exemplo recente da União Européia, o renascer da Europa. Hoje você vê no próprio euro, não é? Na própria história, cultura da civilização. Então, eu acho que ninguém mais, eu acho, V.Ex^a sabe que é muito sincero de minha parte... Ninguém mais. E eu procuro entender essas civilizações todas. A do Chile que é encantadora, é uma civilização de cultura, muita informação inglesa, tem dois Prêmios Nobel de li-

teratura. A nossa, a Argentina, como a civilização que tem uma conscientização política muito forte, que eles foram tão inteligentes que não entraram na Segunda Guerra Mundial. Eles ficaram ali. Ali que eles fizeram Buenos Aires, vendendo alimento para os dois lados, não é? Trigo e carne.

Então, eu entendo... E V.Ex^a foi o primeiro que sonhou. V.Ex^a é uma necessidade. Eu queria essa reunião, mas aposto ser o senhor o presidente da consolidação do Mercosul. Até nesse fenômeno natural de Venezuela que é uma história rica, muito se próxima da gente e tal, né? Nessa transição aí de políticas sociais, V.Ex^a podia unir. Outro dia eu fui ali em Palmas, nessa EADECON... É um sistema de ensino universitário pela internet. E tinha vários... O Diretor-Presidente, ele é colombiano. E tinha vários países que já tem essa EADECON. Paraguai é representante, Venezuela... Sediaram em Palmas. Eu acho que porque eles conseguem levar grandes professores de Brasília para Palmas para dar aquelas aulas que entram hoje já em mais de 1.400 municípios. No Piauí tem 3 mil alunos por esse sistema.

Então, Pedro Simon, essa é a missão de V.Ex^a. V.Ex^a vai consolidar o MERCOSUL.

E a apreensão da Quarta Frota é muito justa, e eu queria lhe explicar. João Goulart bravo, João Goulart, que era mais forte do que o Luis Inácio. João Goulart, engenheiro, prefeito e escolhido de Vargas, gaúcho, né? João Goulart, por que é que ele não reagiu ao golpe? Eu li, li muitas coisas. Sabe o porquê, Pedro Simon? Porque ele tinha ido aos Estados Unidos e o levaram a ver essas forças de guerra americana. Então, quando... Logo em seguida, né? Esse movimento, impulsionado pelos norte-americanos, não militar, Embaixador Lincoln Gordon, ele estremeceu que sabia se ele reagisse, viu Dr. Pedro Simon? Então, João Goulart, confessou, eu li suas memórias, que ele confessou que ele podia, vamos dizer, debelar as forças que se opõe a ele aqui. Mas ele não teria forças de frear o potencial americano que estava por trás. Então, se aquilo atemorizou nosso Presidente, essa discussão da Quarta Frota pode intimidar a todos nós. Então, V.Ex^a antecipadamente está reagindo.

Então, nós queremos estar presentes e convidamos todos a que estejam 15h30, com a Relações Exteriores, e 17h30. E tem alguma coisa ainda, meu Secretário-Executivo?

Então, só cumprimentando esses extraordinários Senadores que trouxeram aqui os vastos conhecimentos e as preocupações, que o Brasil continue liderando a democracia não só na América do Sul, mas como no mundo.

Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h58.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS
COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2008.

Às nove horas e nove minutos do dia dezoito de junho de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO PEDRO, JAYME CAMPOS, GILBERTO GOELLNER, FLEXA RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ NERY, JOÃO TENÓRIO E JOÃO DURVAL**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, Carlos Dunga e Osmar Dias. Deixa de comparecer por motivo justificado a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 12 de 2008 – CRA**, de autoria do Senador **Gilberto Goellner**, aprovado em 4/6/08, com o objetivo de discutir as ações a serem tomadas pelo Governo Brasileiro após a aprovação pelo Tribunal da Organização Mundial do Comércio – OMC, que deu razão à queixa apresentada pelo Brasil relacionada ao comércio de algodão, bem como a aplicação de sanções contra os Estados Unidos, com a participação dos seguintes convidados: **Sr. Luciano Mazza de Andrade** – Conselheiro – Coordenador-Geral de Contenciosos – **MRE**; **Sr. Helinton José Rocha** – Diretor de Programa da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – **SDC/MAPA**; **Sr. Haroldo Rodrigues da Cunha** – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – **ABRAPA**; **Sr. Helio Tolini** – Consultor Externo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – **ABRAPA**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores: Gilberto Goellner e Jayme Campos. **RESULTADO: AUDIÊNCIA**

PÚBLICA REALIZADA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR NEUTO DE CONTO, PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA – CRA

14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2008, ÀS 09 HORAS E 09 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa ordinária, da 53ª legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº. 12/08, da CRA, de autoria do Senador Gilberto Goellner, aprovado em 4 de junho de 2008, com o objetivo de discutir as ações a serem tomadas pelo Governo Brasileiro após aprovação pelo Tribunal da Organização Mundial do Comércio, OMC, que deu razão à queixa apresentada pelo Brasil, relacionado ao comércio de algodão, bem como aplicação de sanção contra os Estados Unidos com a participação dos seguintes convidados, que desde já convido para comporem a Mesa: Dr. Luciano Mazza de Andrade, conselheiro Coordenador-Geral do contencioso do Ministério das Relações Exteriores, MRE; Dr. Hélio Tollini, consultor externo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, APRABA. Os dois já se encontram à Mesa. Gostaria de saber se o Dr. Helinton José da Rocha, por favor, Diretor do Programa da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e o Sr. Dr. Haroldo Rodrigues da Cunha, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão. Passarei neste momento a palavra aos senhores...

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner, autor do Requerimento da presente Audiência Pública.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Neuto De Conto, senhores painelistas dessa grande Audiência Pública que visa analisar os recentes ganhos do Governo Brasileiro em relação à

questão de subsídios à lavoura algodoeira dos Estados Unidos, subsídios esses que totalizam não só no algodão, mas todas as culturas norte-americanas, mais de 290 milhões de dólares. Essa contribuição que o Governo Brasileiro dá à cultura algodoeira americana promove preços artificiais, aquém dos verdadeiros custos de produção, influenciando diretamente nos países que não fazem esses subsídios e diretamente à lavoura algodoeira brasileira e dos países de baixa renda, de pequenos proprietários, como os africanos, outros países do ocidente europeu também, de produções de... Inclusive de países que não têm rentabilidade suficiente e com isso têm preços deflacionados, incompatíveis, como eu já falei, no custo de produção, e é o que ocorre atualmente com a lavoura brasileira. Infelizmente ela passou de 1100 dólares por hectare para 2900 dólares de um produto posto numa fábrica ou posto num porto, com todas as despesas de frete e logística. E isso está a inviabilizar a lavoura brasileira. O Brasil que já foi um grande exportador, passou a ser importador por um grande período, retornou a produção que era especificamente no nordeste e no Paraná, iniciou uma produção do algodão no centro-oeste, esse algodão é competitivo, é de excelente qualidade, as entidades de classe como a ABRAPA e as estaduais, em mais de oito estados, estão contribuindo para viabilizar mercados internacionais, o algodão é aceito internacionalmente, possui condições de fibra, e todo excedente brasileiro é exportado, e nós vemos com preocupação que o momento de um ganho, aonde toda a cadeia do algodão participou, tanto os produtores colocaram recursos para viabilizar essa ação administrativa e judicial contra os subsídios norte-americanos, a cadeia de insumos, de máquinas e equipamentos, todos contribuíram numa inversão de recursos acima de três milhões de dólares que foram, que possibilitaram esse ganho ao Itamaraty. Com a sua competência, nós chegamos numa posição inédita, onde a OMC coloca em xeque todo esse programa de subsídio norte-americano.

E a minha, a nossa preocupação ao colocar a essa Comissão do Senado a discussão, é para que o Brasil não perca a grande oportunidade e traga realmente como retaliação uma contribuição à agricultura brasileira. As taxações hoje, de um produto como o álcool, a entrada dele nos mercados americanos, europeu, está hoje dificultando a produção, a competitividade e viabilização de mercado. Só para dar um exemplo, então retaliações comerciais que possibilitam em ganhos dessa grande conquista seriam bem-vindas e compatíveis com a necessidade atual da agricultura brasileira, especialmente cotonicultura. Então, nesse sentido, Sr. Presidente, vejo que devemos aqui, Senadores, debater

isso aí, para dar subsídio ao Itamaraty, que conquiste realmente vantagens dessa grande conquista que tivemos na OMC. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado eminente Senador Gilberto Goellner. Ouviremos como primeiro convidado na lista, o Dr. Luciano Mazza de Andrade, que é do Conselho Coordenador-Geral de Contencioso do Ministério das Relações Exteriores. Com a palavra.

SR. LUCIANO MAZZA DE ANDRADE: Bom dia. Obrigado Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de participar desse encontro em representação do Embaixador que infelizmente se encontra em Genebra para as reuniões atividades de Doha, e muito me honra estar aqui representando o Embaixador e espero poder esclarecer alguns aspectos e contribuir para a essa discussão, trazendo um pouco o ponto de vista do Itamaraty em relação a todo esse contencioso. Como bem disse o Senador Goellner, é um caso emblemático na OMC, eu acho que é o primeiro caso em que um país conseguiu, de maneira bem sucedida, comprovar violação de regras, matéria de subsídios na OMC, em relação a programas de subsídios agrícolas tão importantes e tão próprios desse setor, como são aqueles mantidos pelos Estados Unidos, não só na área de algodão, mas para outros produtos também.

Então, foi um caso complexo que teve nas suas origens em 2002, ao longo desse processo, uma parceria muito importante com a ABRAPA, com a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, que foi fundamental, instrumental para o desenvolvimento bem sucedido desse processo. O caso, ele é importante em vários aspectos, não somente pelo seu resultado concreto, de ter conseguido trazer essa condenação tão ampla aos subsídios americanos, mas também por ter despertado a consciência, diria, em torno internacional da gravidade da situação dos subsídios, mobilizou setores internacionais, e muitos e muitos anos, inclusive ONGs voltadas para o tema do desenvolvimento e tudo mais, que endossaram essa causa e permitiram colocar no centro das discussões em plano internacional e também na OMC, a questão dos subsídios, especificamente subsídios ao algodão. A tal ponto, que hoje, quando nós pensamos nas negociações na rodada de Doha, existe uma discussão própria; específica... Não somente o tema de subsídios é um tema central e sem uma solução satisfatória para esse tema, dificilmente haveria um resultado satisfatório nessas negociações, como o próprio algodão é tratado de maneira específica, como sendo um aspecto, um tema de interesse fundamental para os países e para os negociadores. Então, acho que no caso do algodão, ao longo do tempo, além desse resultado excelente, concreto que tive-

mos dessa vitória óbvia da condenação dos subsídios, teve também efeitos complementares, adicionais muito importantes para as negociações e para despertar a consciência de toda a comunidade internacional quanto à gravidade desse tema desse subsídio.

Gostaria de muito rapidamente, só contar um pouquinho o histórico do caso para situar onde nós estamos hoje, para discutir com mais propriedade e quais seriam os próximos passos nesse contencioso. Como eu disse, o painel original começou lá atrás, 2002, 2003, e durou até 2005, quando houve a condenação final dos subsídios norte-americanos, por parte do órgão de apelação da OMC, que é a instância recursal do mecanismo de solução de controvérsias da OMC. Esses resultados condenaram os subsídios americanos de maneira muito ampla, então são subsídios de duas naturezas, subsídios internos do algodão, que é apoio interno, subsídios entregues aos produtores de algodão internamente e também subsídios à exportação, essencialmente, garantias de crédito à exportação, que eram fornecidas pelo governo norte americano em condições muito facilitadas e que permitiam, portanto, que os produtores de algodão competissem no cenário internacional com uma vantagem artificial em relação a outros produtores.

Tanto o painel no caso original, quanto o órgão de apelação, endossaram plenamente as teses brasileiras e condenaram amplamente os subsídios, tanto os subsídios internos, quanto os subsídios às exportações, consideraram que esses subsídios eram irregularidades e contrários às normas da OMC. A partir desse resultado, os resultados foram evidentemente adotados pelo órgão de solução de controvérsias, que é o órgão da OMC que supervisiona a aplicação do mecanismo de solução de controvérsias, e os Estados Unidos, surgiu para os Estados Unidos, portanto, a obrigação de modificar esses programas e torná-los compatíveis com as regras da OMC. O que aconteceu a partir de então? Foi um pouco no final de 2005, começo de 2006, os Estados Unidos deu alguns pequenos passos voltados para o cumprimento dessas decisões, passos que o Brasil considerou muito insuficientes, muito limitados. O Brasil questionava, por exemplo, três programas internos de apoio doméstico, os Estados Unidos foi lá e tirou o menor daqueles programas, um programa pequeno, chamado Step 2, que representava 20% dos pagamentos aproximadamente, esse programa foi eliminado. Da mesma forma, em relação às garantias de crédito à exportação, o Governo norte-americano promoveu medidas administrativas, que no entendimento dos Estados Unidos, representavam o cumprimento das decisões do mecanismo de solução de controvérsia.

Então o que aconteceu? Havia uma situação a partir de 2005, na qual os Estados Unidos diziam que cumpriram as decisões e o Brasil considerava que de maneira nenhuma, que as medidas que foram tomadas eram largamente insuficientes para dar cumprimento àquelas decisões. Um quadro como esse, tendo em vista os procedimentos e as regras do mecanismo de solução de controvérsia da OMC, obriga o país pleiteante, no caso o Brasil, país demandante, a de novo suscitar o tema junto no mecanismo de solução de controvérsias, para examinar se as medidas adotadas pelos Estados Unidos eram suficientes ou não. Então, é uma questão legal que, de acordo com os procedimentos da OMC, fazem com que seja necessária a análise do tema como painel de implementação, que é um painel específico na OMC, que tem o objetivo de examinar se o país que tinha essa obrigação, deu cumprimento às decisões originais, no caso, ou não deu. Então, o Brasil se viu compelido a retomar a discussão do tema, dentro do mecanismo de solução de controvérsias, haja vista a sua insatisfação com as medidas que foram adotadas pelo Governo norte-americano, e, portanto, em 2006 foi dado reinício a essa nova etapa do caso, justamente para discutir esse cumprimento. Embora teoricamente devesse ser um painel mais simples, um painel com o foco muito específico, voltado especificamente para a análise das medidas de implementação, na prática foi um painel muito complexo também, tendo em vista a natureza do questionamento legal feito aos subsídios americanos, o Brasil, na verdade, viu-se obrigado a demonstrar novamente que a violação existia, ou seja, que os subsídios que permaneciam e que não foram alterados continuavam causando prejuízo ao Brasil, continuavam ilegais, e o Brasil teve que apresentar todo um conjunto probatório, uma série de argumentos bastante cuidadosos, para novamente demonstrar que aqueles conjuntos de subsídios dos Estados Unidos continuavam a ser ilegais e continuavam a causar prejuízo ao Brasil e a outros países também.

Esse processo durou de 2006 até final de 2007 quando saiu o relatório do painel de implementação, o painel de implementação novamente endossou totalmente nossas teses, considerou que o Estados Unidos não havia dado cumprimento às decisões originais do caso, que as medidas adotadas pelos Estados Unidos eram insuficientes e que, portanto, a situação de ilegalidade continuava. Os Estados Unidos apelaram dessa decisão, de acordo com os procedimentos previstos na OMC, o tema foi novamente submetido ao órgão de apelação, que como eu disse, é a instância recursal do sistema. O órgão de apelação analisou a apelação norte-americana, analisou todas as questões que foram submetidas a ele, e agora no comecinho de junho, 2

de junho, foi emitido o relatório de ordem de apelação, no qual as decisões do painel foram totalmente mantidas e a ordem de apelação confirmou, portanto, que é a nossa avaliação desde o começo, que os subsídios americanos remanescentes são irregulares, são incompatíveis com as regras da OMC e continuam a causar prejuízos aos produtores brasileiros e a outros produtores internacionais. Então, é um resultado muito importante porque é a última oportunidade que surgia, que havia para os Estados Unidos, para discutir o mérito da questão. Então podemos dizer com uma certa segurança que foi uma condenação agora, definiu desses programas, e com a adoção do relatório do órgão de apelação e do painel que será efetuado no próximo dia 20, nesta sexta-feira, o órgão de solução de controvérsia que é a instância política do sistema, vai adotar esses dois relatórios, a partir do momento que esses relatórios são adotados, surge para os Estados Unidos imediatamente a obrigação de dar cumprimento a essas decisões. Então, no dia seguinte a adoção, logo após o dia 20, os Estados Unidos estará numa situação, digamos, de inadimplemento, de mora, de descumprimento das decisões. É importante ressaltar que, diferentemente do que acontece num painel original, no caso de um painel de implementação, o estado que perde a disputa, ele não tem prazo adicional para dar cumprimento às suas obrigações, porque ele já teve esse prazo lá atrás e utilizou mal esse prazo, ele não cumpriu o que tinha que cumprir, portanto, agora ele não terá um novo prazo, ele imediatamente já tem que tomar providências para trazer as suas medidas a uma situação de consistência, de regularidade com as normas internacionais de comércio.

Então, como eu disse, esse relatório será adotado agora dia 20, surge essa obrigação para os Estados Unidos e surge para o Brasil a possibilidade, o direito, a prerrogativa de retomar procedimentos previstos nos mecanismos de solução de controvérsias da OMC, para levar o tema a uma arbitragem, que é um mecanismo próprio; específico do mecanismo de solução de controvérsias, para conseguir autorização para eventualmente, adotar contramedidas contra os Estados Unidos, caso permaneça essa situação de inadimplemento. Por que é necessária essa arbitragem? O país que é bem sucedido num pleito na OMC, ele tem o direito líquido e certo, após todas essas etapas que eu relatei, de adotar contramedidas com o objetivo de incentivar o país em descumprimento a adotar medidas de cumprimento. Então, essa é a lógica da contramedida. No entanto, o país que é demandado e poderia sofrer essas contramedidas, tem o direito de dizer: “tudo bem, eu sei que estou sujeito a essas contramedidas, mas eu considero nesse caso concreto

o valor das contramedidas que está sendo solicitado, assim como a forma que essas medidas estão sendo propostas, não seriam corretas”. Então, ele pode objetar e foi o que o Estados Unidos fez, objetou o montante solicitado pelo Brasil, que é num valor total de quatro bilhões, valor tentativo que o Brasil calculou, e questionou também as modalidades de contramedidas que o Brasil se propôs a adotar.

Eu ressalto a respeito, que o Brasil apresentou oportunamente um pedido para adoção de contramedidas bastante amplo, que envolve a possibilidade, o pedido brasileiro inclui possibilidade de adoção de contramedidas em várias áreas de comércio, não somente na área de bens, mas em outras áreas como serviços, propriedade intelectual, outros temas, nós achamos por bem fazer o pedido mais amplo possível para, eventualmente ter mais flexibilidade nessa matéria. Então, à luz dessa objeção norte-americana, o tema poderá agora, a pedido brasileiro, ser remetido a uma arbitragem que definirá esses dois aspectos, definirá qual o montante de retaliação que o Brasil terá direito e qual as modalidades da retaliação. Então, é mais ou menos nesse ponto que estamos. A partir da adoção, recai no Governo Brasileiro o direito, a prerrogativa, de remeter o tema novamente a uma arbitragem, que é um procedimento relativamente curto, de três a quatro meses, no qual serão definidos o valor e as modalidades de uma eventual retaliação.

Esse tema está em análise, o Governo Brasileiro, o Itamaraty especialmente, deve relatar um pouco essas informações que eu transmito aos senhores, aos outros Ministérios que ainda não estão plenamente informados do resultado final do caso, provavelmente submetamos essa discussão à própria CAMEX, que é a Câmara de Comércio Exterior, para aprofundar essa discussão e poder avaliar os próximos passos aí do contencioso. Então, acho que isso dá um pouco o pano de fundo, Senador, Sr. Presidente, para que nós possamos evidentemente discutir com mais profundidade, estou a disposição para esclarecimentos e continuar as discussões.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós agradecemos ao Dr. Luciano e as perguntas serão feitas ao final, depois de ouvirmos todos os senhores convidados, ouviremos de imediato então, o Dr. Helinton José da Rocha, Diretor do Programa da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

SR. HELINTON JOSÉ DA ROCHA: Bom dia a todos Senadores, Senador Neuto De Conto, Presidente, demais autoridades da Mesa. Eu, aqui represento o Ministério e a Secretaria de Desenvolvimento Agrope-

cuário e Cooperativismo, o Secretário está em viagem, o Márcio Porto Carrero, e esse tema é um tema que o Ministério, juntamente com a Secretaria de Relações Internacionais, aqui representado pelo Benedito Espírito Santo, tem acompanhado esse tema desde o início dos trabalhos, da montagem do painel, e estamos... E nesse acompanhamento, essas possibilidades todas poderão ser levadas a uma retaliação que seria um cenário pouco desejável. O mais desejável seria sempre que os Estados Unidos reconhecesse e mudasse a sua política, é essa a nossa grande esperança, porque todas as outras possibilidades são piores do que essa. Essa é a melhor das possibilidades. Logicamente que o acompanhamento disso, das conseqüências desse painel é importantíssimo para nós, porque não é justo o que tem ocorrido, principalmente com o pequeno, médio produtor, na cadeia do algodão. Quer dizer, eles foram tirados porque não têm a competitividade que teve, que alcançou o algodão de alta escala hoje, feita no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, esforço esse que eu pessoalmente participei, porque era coordenador de sementes e mudas no Mato Grosso do Sul, na época em que a Itamaraty 1 começou a adotar essas tecnologias, enfrentando todos os percalços e a profissionalização, hoje vendendo em bolsas, produtos de altíssima qualidade, com fibras de qualidade, uma cadeia que se tecnificou de uma maneira muito importante e muito recentemente.

A classificação evoluiu, a maneira de comercializar evoluiu, a organização dos produtores alcançou nível de profissionalismo difícil de ser comparado com outras cadeias e desse mal sofrem todos os países produtores de algodão. Então, realmente não é justo que todas essas vitórias sejam alcançadas no painel da Organização Mundial do Comércio, e que na hora de cobrar o pênalti a gente não consiga eficácia nisso. Então, nós temos acompanhado isso exatamente nesse sentido. O Brasil não é um país isolado, nós temos, de certa maneira, dependências importantes, tecnológicas, e o setor necessita ser o maior beneficiado desse painel, essa é a nossa, esse é o motivo pelo qual nós acompanhamos. Se algum outro benefício vier ser gerado, ele pode ser gerado a toda a sociedade, mas prioritariamente o setor necessita ser beneficiado com essa luta toda aí. E as outras opções como eu disse, não são desejáveis; o desejável é que o acordo caminhe para que os Estados Unidos reveja sua posição de maneira que não haja necessidade de nenhum confronto de outra ordem.

Acho que isso que a gente gostaria, nós temos esperança disso, que vejo que num determinado momento a Organização Mundial do Comércio também tem que se fazer valer, porque o pênalti está marcado,

o que nós precisamos é que ele seja cobrado, se for o caso, e toda essa ordem está questionada por essa ação, brilhantemente conduzida pela equipe do Ministério das Relações Exteriores, que nos lidera nesse processo e que nós consideramos que tem demonstrado uma competência impressionante nessa área e de virada desse placar que infelizmente tem ocorrido nos abusos do poder dos países mais ricos contra os outros. Obrigado. Era isso que eu tinha a falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Helinton, Ouviremos agora o senhor Dr. Haroldo Rodrigues da Cunha, Presidente da Associação Brasileira dos produtores de algodão, ABRAPA. Com a palavra o senhor.

SR. HAROLDO RODRIGUES DA CUNHA: Bom dia. Bom dia Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Gilberto Goellner que nos convidou para essa Audiência Pública, demais Senadores, componentes da Mesa, senhoras e senhores. Para falarmos um pouco sobre a questão da OMC, o painel da OMC, nós gostaríamos de colocar a importância do Brasil na questão do algodão, sua posição em relação ao mundo e discutir um pouco como foi o histórico dessa ação e envolvimento da ABRAPA, o quê que nós esperamos que aconteça daqui para frente e um retrato superficial dos prejuízos que nós tivemos, e de qual seria talvez o cenário se a gente tivesse algumas melhorias, não só em relação a subsídios, mas também algumas questões internas que tem tirado a rentabilidade do algodão. Próximo por favor.

Bom, esse é o quadro dos principais produtores de algodão do mundo, o Brasil é o 5º maior produtor, China em primeiro, Índia em segundo, Estados Unidos em terceiro, Paquistão, Brasil e Uzbequistão, então nós somos o quinto maior produtor e o quarto maior exportador. Próximo por favor.

Essa lâmina identifica até 2007, ano que nós estamos hoje, dali para frente seria uma projeção do ICAC, de onde estaria a produção de algodão, nós vemos a China e a Índia fortemente dominantes nesse cenário, os Estados Unidos perdem espaço na produção e o Brasil tem uma possibilidade de ganho aí, de chegar até 2012 a quase dois milhões de toneladas de produção de algodão. Próximo por favor.

A exportação mundial, vocês verificam quem é o principal exportador, os Estados Unidos, sempre foram grandes exportadores, chegaram a 2005 a mais de três milhões e meio de toneladas, mesmo com toda perca diária para milho, a indústria americana vem se definhando, existe uma projeção de que nas situações atuais, em se considerando subsídios e a nova lei agrícola que foi aprovada, os Estados Unidos ainda mantém essa firme posição de exportador em

mais de 2,5 milhões de toneladas, tirando espaço de outros países que poderiam estar competindo pela sua real capacidade e competência de produção de pluma. A Índia se destaca pelo aumento de produtividade, principalmente em função da biotecnologia, a partir de 2003 a Índia começou a adotar o algodão BT, e ela vem obtendo ganho de produtividade consideráveis a cada ano e mesmo com sua indústria crescendo a ritmos bastante elevados, ela passou a ser hoje o segundo maior consumidor, do lado da China que é o maior consumidor mundial. Próximo por favor.

Bom, o painel, o nosso colega aqui, o nosso amigo do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Luciano Mazza, já deixou mais ou menos, ele colocou mais ou menos a cronologia do que aconteceu e a gente gostaria de estar focando do ponto de vista da ABRAPA, como foi a participação da ABRAPA nesse processo. O Ministro Pratini, no ano de 2002, nos convidou, existia na época a intenção de se abrir um painel com relação à soja, e a soja... tinha havido uma virada nos preços, a soja começou a ser bastante rentável, ele convidou então o Presidente Jorge Maeda, e sugeriu e trocou uma idéia se o setor, se a Associação aceitaria o desafio de participar junto com o Governo nessa disputa. A previsão inicial era de que a Associação talvez teria que desembolsar 220 mil dólares, contratando os advogados, e nós levamos isso para Diretoria, a Diretoria aprovou, achando que seria 220 e de repente já 220 foi para 400 mil dólares, enfim, mas o papel da ABRAPA era contratar o escritório, os advogados, e acompanhar todo o processo do ponto de vista da definição das estratégias, juntamente com o Ministério, mas da parte técnica a ABRAPA que mantinha todo esse contrato através do Dr. Hélio Tollini, com os escritórios nos Estados Unidos, que foram escolhidos nos Estados Unidos, porque eram os mesmos advogados que tinham feito o caso da EMBRAER. Bom, o painel foi estabelecido em 2003, o relatório do painel saiu em 2004 e nesse momento a gente já tinha gastado já, mais de três milhões de dólares. Uma das estratégias dos Estados Unidos era exatamente, no começo eles chamavam nós de catadores de algodão, era exatamente tentar dificultar, do ponto de vista financeiro, então eles iam apelando e colocando questões em todo o processo que dificultava mais e mais e a ABRAPA contratou não só escritórios de advogados, mas econométristas dos Estados Unidos, isso foi gerando um custo, mas já tínhamos entrado no processo e não podíamos abandonar, e todo o processo de defesa, produtores, toda a sugestão dele de como, mandamos produtores, pessoas envolvidas no setor para mostrar os prejuízos, pessoas que tinham saído da atividade, tudo isso foi coordenado pela ABRAPA.

Enfim, o relatório saiu em 2004, o Governo resolveu aguardar para ver se os Estados Unidos implementariam, demos um prazo que eles teriam o prazo de um ano para implementar e não fizeram, então o Brasil entrou, fez a solicitação do painel de implementação em 2006. Próximo.

O resultado em 2007. Próximo por favor.

E aí, quando saiu esse resultado do painel de sempre garantindo a vitória brasileira, os Estados Unidos mais uma vez entraram com apelação e isso foi levado à Genebra mais uma vez e somente agora no dia 2 de junho saiu realmente a decisão final, que já foi comentado e realmente não cabe mais recursos aos Estados Unidos. O que existe agora é a questão da arbitragem em função do valor pedido pelo Brasil e da modalidade de retaliação. Próximo.

E são os prazos que temos aí pela frente a partir da definição desse valor, a decisão do Brasil de aplicar ou não, as medidas compensatórias. Próximo por favor.

Bom, o que nós questionamos? Na época, a ação baseou-se basicamente nisso, os subsídios concedidos no período de 99 a 2002 com valores anuais da ordem de 3.4, 2.4, 4.1 e 3.1 bilhões de dólares por ano no total de 13 bilhões de dólares, o Brasil questionava basicamente, são sete subsídios, tanto subsídios internos à produção como subsídios à exportação. Na época que o Brasil tomou essa decisão, houve um fato muito importante porque a África depende basicamente, existem países africanos, que a economia deles depende basicamente do algodão, e a economia do país e esses países simplesmente, no ano de 2002, que foi acho que o pior ano da história do algodão aonde o preço do algodão chegou em Nova York a 29 centavos por libra/peso, para vocês terem uma idéia, hoje esse valor está em 70, esses países praticamente estavam morrendo de fome, muita gente estava até morrendo de fome e houve uma liderança do Brasil dentro do ICAC, que é o Comitê Consultivo Internacional do Algodão, em função dessa ação. E o Brasil passou a ser ouvido e esse assunto começou a ir muito forte dentro desse organismo e isso deu muita credibilidade ao Brasil, tanto na posição em relação ao algodão. Paralelamente a isso, o que aconteceu? A Austrália deixa de produzir algodão por problemas climáticos e o Brasil, que já vinha tendo seu nome ligado a esse processo, o Brasil passou a ocupar um espaço cada vez maior, foi onde a gente deu um salto muito grande em termos de exportação e conquistamos um mercado que nós éramos, para se ter uma idéia, em 97, o Brasil era o terceiro maior importador de algodão, e já em 2004 já era o quinto maior exportador do algodão, então foi todo um crescimento da produção de algodão, da or-

ganização do setor, e muito em função desse painel, da importância e da seriedade com que foi conduzido isso daí pelo setor, pelo Governo Brasileiro e com o apoio do setor. Próximo por favor.

A ABRAPA entendia... Isso daí foi a tese dos nossos advogados, que os efeitos, evidentemente que a depressão dos preços mundiais, e nesse período os Estados Unidos passaram de 17% para 42% a sua participação no mercado mundial, valor que eles estão até hoje mais ou menos próximos a isso, em torno de 40% das exportações são americanas. As exportações mais do que dobraram e os produtores brasileiros tiveram a perda, de acordo com nossos econométricos, de 478 milhões de dólares, tanto no que se referia a preço, no que se referia a possibilidade de exportação que o Brasil deixou de fazer em função dos subsídios americanos. O estudo ainda mostra que sem os subsídios, a produção americana seria 28,7% inferior ao que ela efetivamente era, e a exportação seria 41% menor e os preços internacionais seriam pelo menos 12,6% superiores aos que eles eram nesse período. Isso daí é o custo nosso, o que a ABRAPA teve de custo com a ação, de uma previsão de 220 mil dólares para 3 milhões de dólares, e além de a gente pagar o custo, a gente teve, inclusive, que pagar os impostos para poder enviar esse dinheiro para o exterior, fazendo uma ação para beneficiar o país e tivemos problemas de impostos pesados aí, e que no começo a gente não tinha conhecimento, ninguém conseguia explicar como é que funcionava isso, a gente teve que buscar essa informação nos Estados Unidos também. Próximo por favor.

O que nós esperamos? O que o setor do algodão, quando a ABRAPA entrou nisso daí, o que a ABRAPA sempre esperou? A redução dos subsídios, essa é a primeira questão, nós nunca imaginamos em retaliação, nada. O que a gente queria era competir em igualdade, porque hoje, o Brasil é a maior produtividade de algodão de [ininteligível] do mundo, só perdemos em produtividade para a Austrália, o pouco que a Austrália planta que é algodão 100% irrigado, é a maior produtividade de algodão do mundo, e uma das melhores qualidades de algodão do mundo. Queríamos competir em igualdade de condição. O que nós estamos vendo hoje são dois caminhos, e o nosso amigo do Ministério também coloca, existe a possibilidade de retaliação. Isso não é uma decisão do setor do algodão, não é uma decisão nossa, mas nós temos a mesma opinião de que um processo tão longo, um processo tão exemplar, um processo tão bem montado, acho que foi o pioneiro, e o Ministério das Relações Exteriores sempre teve muito ligado à gente, dando todas as informações, acho que foi um processo ímpar dentro da OMC, eu acho

que nós não podemos agora, deixar isso daí no zero a zero, temos que fazer alguma coisa. Acho que o Brasil precisa tomar uma decisão, se o setor do algodão não é tão grande como é carne, como é soja, o setor, a cadeia têxtil brasileira é a segunda maior empregadora no país. Então, existe o algodão na produção, existe a cadeia têxtil que é extremamente importante. Então em caso de retaliação, o que nós pedimos? Benefício direto ao setor, ao setor algodoeiro, ao setor produtivo que seja em bens, em serviços, isso cabe ao Governo fazer estudo e não queremos realmente que isso nos prejudique, de repente vai haver uma taxação de alguma coisa que vai onerar o nosso custo de produção, tem que ser estudo muito bem feito, e a retaliação cruzada é a outra possibilidade que, em se fazendo a retaliação, no caso de patentes, que isso também fosse revertido ou em alguns outros setores da economia, mas o nosso principal apelo é que seja a benefício direto ao setor e imaginamos que mais importante, que o nosso objetivo olhando lá em cima de vermelho que a redução de subsídios, é o Brasil se aproveitar dessa decisão na rodada de Doha, o Brasil cresceu muito a sua participação, o Ministro Roberto Azevedo, sua participação como coordenador, como liderança dos países agrícolas em Doha e acho que o Brasil precisa se aproveitar disso para negociar, para fechar uma negociação que existem indicativos bastante interessantes de que haja possibilidade de redução significativa nos subsídios, apesar dos americanos acabarem de aprovar a lei agrícola, mantendo e até aumentando esses valores, quer dizer, passando por cima que tudo que a OMC vem definindo. Próximo por favor.

Isso aí foi um exercício que nós fizemos, para se ter uma idéia da situação que o setor hoje se encontra, o custo de produção dessa safra 2007/08 foi de 4.500 reais. A produtividade em arrobas de pluma por hectare, de acordo com os números da CONAB, de 95,5. Esse preço médio de comercialização, ele está envolvendo a parte exportada e a parte de mercado interno, a parte exportada foi feita dois anos atrás, numa situação de mercado muito diferente e numa situação cambial onde o dólar era 2,10, 2,19. Então hoje, nós temos um preço médio de 34 reais para um preço mínimo do Governo de 44,60. Uma receita de 3.247, e nós teríamos um resultado negativo hoje, o setor estaria com um resultado negativo hoje, de 1.253 reais por hectare. Pra gente fazer um exercício, acho que isso é muito importante, acho que é um momento que nós precisamos e contamos com os senhores senadores e demais parlamentares, acho que é exatamente o momento que a agricultura tem, a questão cambial é fundamental nisso daí, mas é uma questão macro econômico, é uma questão política do Governo,

que nós, não é esse setor que vai definir. Agora, é um momento extremamente importante, Senador, para analisarmos os outros setores, as outras questões que estão pendentes e que poderiam nos garantir rentabilidade, nos garantir sustentabilidade e que talvez nós estamos perdendo o bonde de estar discutindo isso. A questão dos subsídios, se usar o mesmo raciocínio de 12,5% sobre o preço, ele nos daria mais 455 reais de receita, pensando que os preços poderiam ser 12% maiores, em cima dos 70 centavos que temos hoje. A nossa biotecnologia, com o atraso que nós temos, isso não implica investimentos, é simplesmente o Brasil aprovar, nós estamos 10 anos atrasados na biotecnologia, no *Bougard 2 IRR*, que é o algodão resistente ao glifosato, como existe na soja, na soja transgênica, é exatamente isso, a soja resistente ao glifosato, teríamos uma redução de custo de 263 reais, isso viraria uma receita e um ganho em produtividade de 195 reais. A questão da logística é uma outra questão também pela situação que nós estamos enfrentando hoje, nós estamos falando aí da logística tão-somente da logística do algodão em pluma, da algodoeira até o seu destino, pelas condições de estrada, pela questão de seguro, pelo custo de frete, pela dificuldade de portos, pelo valor que tudo isso tem gerado, a gente está deixando de ganhar pelo menos 125 reais. Não estamos falando na logística, na questão dos insumos para propriedade que seria talvez um outro ganho. Então, veja bem, só nisso daí a gente estaria revertendo 1037 reais daquele prejuízo, ficando um déficit apenas de 214. Existe uma questão cambial que é extremamente séria para o setor produtivo, setor exportador, mas vocês vejam que em algumas coisas, a gente consegue dar uma melhorada no cenário do produtor de algodão e vendo a sustentabilidade num país que é considerado o único país que pode estar produzindo algodão, produzindo alimentos, crescendo em área e produtividade, o Brasil é a bola da vez se a gente começa a resolver alguns desses problemas aí. Próximo por favor.

O impacto de toda essa questão dos preços, nós estamos vendo a possibilidade nessa safra, isso é uma posição otimista apresentamos no encontro com os exportadores agora, redução de 14% na área brasileira. Isso é extremamente otimista, porque em se continuar a valorização do real e o algodão não acompanhar a valorização de soja e milho, a nossa perda de área pode chegar a 30% e isso deve estar sendo observado daqui até outubro, que é quando a gente está fazendo a decisão de plantar. Então, essa era a nossa mensagem, mostrar um pouco desse histórico e o impacto que isso tudo tem causado num setor extremamente organizado, extremamente competente, não está conseguindo sobreviver e precisando estar recorrendo ao

Governo pedindo Pep(F), pedindo Pep(F), quando não é mesmo negociação de dívidas passadas, acho que a gente precisa pensar pouco mais proativamente e garantir a sustentabilidade do setor, garantir que esses produtores com a competência que têm, isso são grandes e pequenos que seriam beneficiados com tudo isso daí, possam efetivamente produzir, ocupar seu espaço e trazer mais divisas e emprego para nós, para esse país aqui e o algodão está disposto a fazer isso, temos organização e vontade de fazer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Haroldo.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pela ordem, queria fazer pelo menos--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, Deputado Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu queria fazer uma pergunta--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Perdoe, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): É rápida. Na nossa produção, qual o percentual que é exportado, ou seja, qual é o percentual da nossa exportação nesse atual momento?

SR. HAROLDO RODRIGUES DA CUNHA: Hoje o Brasil, nós devemos produzir nessa safra, um milhão e meio de toneladas, 520 mil exportadas dessa safra. Existe já mais de 900 mil toneladas. Esse valor, a gente tem uma previsão porque existem contratos de exportação que o produtor faz diretamente com a *Trade* e que ela botar no mercado interno ou no mercado externo, o contrato permite as duas coisas. Então a gente imagina, esse número de 520 é o número que imagina com as próprias *Trades* que exportam, que seja executado, e pode chegar a 700 ou mais, dependendo da situação, mas com certeza não vai, porque o mercado interno em função da questão cambial, deve ficar mais atrativo, então a gente está imaginando 520 de um milhão e meio.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ouviremos o Dr. Hélio Tollini, consultor externo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão. ABRAPA.

SR. HÉLIO TOLLINI: Sr. Presidente, muito obrigado. Quero cumprimentar a Comissão de Agricultura por realizar esta Audiência Pública, um dos temas mais importantes, eu acho, da história da agricultura brasileira, e acho que isso vai ficar mais claro à medida que os anos passarem, e quero cumprimentar em particular o Senador Gilberto Goellner, homem que conhece muito bem esse problema todo, que acompanhou de perto essa ação, esse contencioso do al-

godão e que solicitou a instalação dessa audiência. Embora os subsídios ao algodão americano tenham começado em 1933, portanto, uma longa história de subsídios ao algodão, naquela época evidentemente eram subsídios mais recatados do que são agora, mas de qualquer maneira subsídios, o fato é que nos últimos anos, talvez 10, 20 anos, a coisa se acirrou. Por quê? As populações nos países ricos estão mais ou menos crescendo muito pouco e a demanda por esses produtos é função basicamente do crescimento da demanda, um pouco do crescimento da renda, também, evidentemente, mas o crescimento da demanda é importante e as projeções mostram que do início desse século até o ano de 2025, a população mundial deve passar de 6 para 8,2 bilhões de pessoas, são 2,2 bilhões de pessoas a mais. E o que é mediante é que 95% desses 2,2 bilhões estarão vivendo em países em desenvolvimento.

Os países ricos, países industriais, países desenvolvidos não terão crescimento interno da demanda por esses produtos significativo, eles têm que contar principalmente dos países em desenvolvimento para poderem continuar crescendo no setor agrícola e acho que esta ação é sobre isso, é muito mais do que algodão. É algodão, que é muito importante, mas é sobre desenvolvimento da agricultura e de subdesenvolvimento econômico nos países em desenvolvimento. Eu acho que isso vai ficar claro à medida que o tempo passar como eu disse antes. Durante meio século das negociações internacionais, aqui o nosso colega e amigo do Ministério das Relações Exteriores pode falar isso melhor do que eu, nunca se mencionava agricultura, a agricultura nunca foi um assunto, porque essas negociações eram totalmente denominadas por interesse dos países industriais, e os países em desenvolvimento, na maioria dos casos, mal preparados e facilmente cooptados pelas grandes nações não sabiam nem qual era seus interesses e qualquer ajuda externa resolveria um problema de... digamos, de tentativa de colocar interesses nos países em desenvolvimento.

Então, meio século que nunca se falou em agricultura. Apenas na rodada de Doha é que se conseguiu fazer um acordo sobre a agricultura. Um acordo longo; muito longo; muito complexo, acho que demasiadamente complexo, ou intencionalmente complexo, quase que tornando inviável para um país em desenvolvimento, sem recursos humanos, sem recursos financeiros, abrir qualquer ação contra os países ricos que são os que subsidiam. O mais interessante, eu acho até vergonhoso, não sei como é que isso passou, é que poucos países se reuniram e estabeleceram o que se chamou de cláusula da paz. Acho o nome cláusula da paz até uma afronta aos países em desenvolvimento.

Cláusula da paz simplesmente significava que: “Bom, temos agora um acordo sobre a agricultura, mas ninguém pode questionar os subsídios dos países industriais, se eles se mantiverem nos níveis de 1992”. Se ultrapassar, pode, embora seja muito difícil provar que ultrapassaram, mas poderia questionar, mas se não ultrapassar, não pode. Como os subsídios já eram altos no ano de 92, essa cláusula da paz era uma garantia de que nada ia acontecer em termos de confrontação nos órgãos internacionais, na OMC, em relação aos subsídios agrícolas. É interessante mencionar, eu vou mencionar porque não foi mencionado. Que essa ação do algodão foi, eu acho, em grande parte uma vitória, devido à competência do nosso Ministério das Relações Exteriores, o órgão de solução de controvérsias foi muito competente, como foi o Ministério da Agricultura ao preparar os documentos iniciais para justificar a abertura dessa ação, essa ação decorreu toda dentro da vigência ainda da cláusula da paz. Então, na verdade, o que parece que foi apenas uma ação para provar que os subsídios causavam dano, etc, etc, nós tivemos uma outra ação primeira, para mostrar que eles tinham violado a cláusula da paz e foi muito difícil, foram milhares de páginas, centenas de cálculos para poder comprovar. Porque quando se comprovava usando o orçamento que tinha sido gasto, dizia: “não, mas não é pelo orçamento, quanto por unidade por produto que foi o subsídio”, e aí eles recalculavam, foram três cálculos, todos três cálculos o Brasil mostrou que eles tinham violado a cláusula da paz, e aí o primeiro painel decidiu não tomar nenhuma decisão, mas deixar a ação continuar, que na prática eu acho que significava que o painel concordava com a posição do Brasil com relação à violação da cláusula da paz. Então, foi uma vitória extremamente difícil, um contencioso longo, com vários painéis, com muitos recursos, só na primeira fase, o quanto eu lembro, foram duas mil páginas no documento central e cinco mil páginas nos anexos que sustentavam cada uma das afirmativas que eram feitas. Agora, o restante da ação não sei quantas outras mil páginas foram produzidas.

Em 1992 eu trabalhava em Washington, eu era o chefe da divisão de agricultura do Banco Interamericano, fui convidado por um conhecido meu para fazer uma palestra para o corpo de assessores econômicos do Congresso Americano, sobre os prejuízos que a política agrícola americana causava aos países em desenvolvimento. Eu fui com a condição de que eu falasse como Hélio Tolini, não envolvendo o banco Interamericano e que eu falasse sobre os prejuízos para o Brasil. Tinha um outro companheiro meu, de um país asiático, fez a sua palestra toda xingando a mãe, a vó e a bisavó dos americanos pelo subsídio, se queixando. E a mi-

nha palestra foi no sentido que eu não ia explicar os danos porque deviam conhecer aquilo melhor do que eu; que eles viviam aquilo no dia-a-dia, e eu não ia me queixar porque não adiantava nada, não adiantava nem, o Brasil, formalmente se queixar. Eu achava que o Brasil tinha que utilizar os meios legais existentes internacionalmente para apresentar as suas queixas, digamos assim, com relação aos prejuízos que sofria com a política agrícola americana e eu jamais pensei a que o Brasil chegaria a fazer o que fez, na verdade era quase um sonho naquele momento, mas isso aí, finalmente em 2002 havia um ambiente no Brasil de se questionar os subsídios contra a maior potência do mundo, contra a maior agricultura do mundo, formalmente na OMC. Em 2002 foram feitas as consultas informais e em 2003, em fevereiro de 2003, o Brasil então abriu o contencioso formalmente. Eu acho que ocorreu aí, por acaso, o que eu, costuma-se dizer que é um princípio da máfia. A máfia, os mafiosos dizem que os amigos deles têm que pensar que eles são muito mais fortes do que eles são. Cada *Capo* tem que parecer muito mais forte aos seus amigos do que ele realmente é, e tem que parecer muito mais fraco do que ele é aos seus adversários, seus inimigos, isso ocorreu por acaso, os produtores americanos, quando se mencionou que o Brasil poderia abrir um contencioso na OMC, começaram a dizer, o Haroldo já mencionou isso, "ah não precisa se preocupar, são apenas catadores de algodão". Eles pensavam que era uma forma desorganizada de produzir e apenas gente sem tecnologia, atrasada, e que não poderiam causar dano nenhum à grande organização de produtores de algodão dos Estados Unidos. Acho que parte, essa vitória que o Brasil conquistou foi causada por um grupo muito bem treinado, muito bem preparado do Itamaraty, muito competente, por assessores, o Haroldo mostrou aí nos seus *slides*, assessores legais e assessores econômicos extremamente competentes, e nós utilizamos. Foi o primeiro caso na OMC em que se usou o modelo econométrico e que as conclusões foram consideradas seriamente pelo painel. Então, esse modelo econométrico nós não construímos, nossos assessores não construíram do nada, nós utilizamos o modelo econométrico que o Senado americano usa para fazer as alocações de recursos dentro da política agrícola. Quer dizer, seria difícil para eles questionarem aquele modelo. Todo modelo pode ser questionado em suas premissas, suas formas, suas equações algébricas, o que se quiser, mas aquele era difícil porque era o que os Estados Unidos usavam. Então devia merecer fé dos Estados Unidos. Ele foi tão bem feito que um polonês, professor de econometria que era membro do painel, ficou tão entusiasmado que começou a elogiar e o pró-

prio economista, que na verdade eram os advogados que representavam os Estados Unidos, mas tinham economistas assessorando, o economista americano ficou muito impressionado com a qualidade do trabalho econométrico que os nossos assessores apresentaram e teve que receber um puxão de orelha do advogado chefe para calar a boca, não falar mais nada.

Então, acho que foi uma vitória realmente da competência, do começo ao fim. Não se entra numa corrida de Fórmula 1 com um Fusca, você tem que entrar com o equipamento necessário, e o Brasil entrou, entrou em termos de assessoria legal, assessoria econômica, o grupo do Itamaraty, as pessoas do Ministério da Agricultura que contribuíram, a própria que contribuiu. Então, acho que isso aí é uma lição importante. Se nós pensarmos em abrir qualquer outro contencioso, acho que a gente deveria pensar nisso seriamente, nós vamos ter que pensar em fazer a coisa entrar com carro de Fórmula 1 e não com um Fusca.

A retaliação, que é o objetivo realmente aqui da nossa discussão, retaliação é difícil, eu sempre pensei nesse caso, pensava no Mike Tyson, se o Mike Tyson pisar no seu pé, você pode achar ruim, mas você não expressa, você não vai dar um empurrão nele, você não vai dar um tapa nele, vai tirar seu pé debaixo e pedir culpas pelo seu pé estar lá embaixo. A situação é mais ou menos essa, então é uma coisa delicada. Como vamos tirar o Mike Tyson de cima da gente? Acho que isso aí o Governo Brasileiro tem competência para analisar, tenho certeza que a ABRAPA estará pronta para cooperar com o Governo no que for preciso e a gente vai poder descobrir uma forma de retaliar. Deve retaliar? Não deve retaliar? É claro que se surgir uma negociação boa para o Brasil que implique na não retaliação, que é sempre um dano moral para os Estados Unidos, campeões de livre comércio, isso deve ser considerado seriamente, mas se não houver uma negociação boa, eu acho que o Brasil deve retaliar. Porque se nós não retaliarmos depois de ter chegado a esse ponto, eu acho que o Brasil perde um pouco da força que ganhou e do respeito que ganhou por agir de uma forma tão competente, tão séria, numa ação que se julgava impossível de ganhar, quando se ganhou se julgava impossível de levar.

Então essa é minha mensagem, devemos sim pensar seriamente em retaliar, eu julgo que isso o Governo Brasileiro está fazendo muito bem, tanto o Ministério das Relações Exteriores quanto o Ministério da Agricultura, acho que eles estão trabalhando em conjunto, tenho certeza que a ABRAPA contribuirá e diria que, claro isso tem que ser um trabalho de mineiro, tem que ser em silêncio, não se pode dizer o quê que nós estamos fazendo ou vamos fazer. Isso deve ficar,

digamos, dentro do Governo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós que agradecemos doutor, pela explanação. Nós então passamos agora a palavra aos Srs. Senadores para que, após cada um fazer as suas considerações, passamos para os debatedores formularem suas respostas. Com a palavra o autor do Requerimento, eminente Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Paineleistas, Ministério da Agricultura, do Ministério das Relações Exteriores, Hélio Tolini, consultor e Haroldo, Presidente da ABRAPA. Realmente foram muito proveitosas todas as colocações, muito competentes, eu vejo que informaram o suficiente para levantar o questionamento, e nos resta agora uma pergunta ao Itamaraty. Ao Itamaraty, a quem cabe a decisão agora de aproveitar os resultados desse contencioso que o Brasil ganhou. Qual a política que o Itamaraty vai adotar? Já que o Ministro Roberto Azevedo, o Ministro, Chanceler Roberto Azevedo agora passa a ser o Embaixador do Brasil na OMC, já está lá, pelo que eu sei. Dia 20 vai ter uma grande decisão que vai ser letal, definitiva, mas a pergunta inclusive da imprensa nacional, no dia de ontem, no Estadão foi colocada uma dúvida. O que o Brasil vai fazer? Que linha política o Itamaraty vai adotar? E como já foi apresentado pela Associação dos Produtores de Algodão, pelo consultor, Dr. Hélio, pelo Ministério da Agricultura, realmente a cultura do algodão está passando por uma situação difícilíssima, não por questões de inflação interna de alguma situação que pudesse estar causadora, que dependesse do Governo, mas sim, por uma situação que está ocorrendo em todo mundo com o aumento dos fertilizantes, a demanda grande por fertilizantes, está inviabilizando os custos, o principal componente hoje, a logística brasileira do centro-oeste como já mencionei, está, com aumento do petróleo, está inviabilizando a rentabilidade da cultura do algodão no país, e também a situação cambial que é inerente à uma política econômica que o Brasil adota. E isso está influenciando em toda a cadeia do algodão.

A indústria têxtil de Santa Catarina, Senador Neuto, do seu Estado, ela sofre as consequências da política nefasta que o câmbio causa à produção brasileira, os produtos exportáveis do Brasil e o algodão *in natura*, o algodão, já depois fios e toda a indústria têxtil que possuía um grande mercado no mundo todo, ele perdeu sua competitividade e está com a situação... Principalmente pela situação cambial. Então, nos resta resolver os gargalos dessa produção. Os custos, como foi apresentado pela ABRAPA. Agora, a pergunta é: O que o Itamaraty pode fazer de concreto, politicamente,

para, diminuindo os subsídios norte-americanos, faça com que o agricultor americano se retraia na produção e abra condições para que o algodão brasileiro consiga fluir mais e melhor em todo mundo. E também alimentar a indústria brasileira que hoje consome ao redor de 900 mil toneladas e o país hoje, tudo que é produzido aqui, é consumido aqui apenas dois terços, um terço é exportado. Então qual é a política? Essa é a pergunta que eu faço ao conselheiro Luciano Mazza, qual é a política que o senhor acha que está sendo definida pelo Itamaraty?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua... Pode fazer as respostas? Deixa eu...

SR. LUCIANO MAZZA DE ANDRADE: Senador Gilberto Goellner, V.Ex^a suscitou vários temas, acho que relevantes para essa discussão e aonde estiver ao meu alcance gostaria de fazer alguns comentários que espero que ajudem esclarecer um pouco essa questão.

A lógica do sistema de solução de controvérsias é justamente conseguir que o país que tenha cometido uma ilegalidade, um irregularidade, tenha sido comprovado que aquele país se encontra em descumprimento de suas publicações, o objetivo é conseguir trazer esse país de novo para uma situação de legalidade. Então o objetivo fundamental desse processo, desde quando se começou o caso e diria que até hoje com mais razão ainda, é conseguir fazer com que os Estados Unidos possa efetuar mudanças nos programas de subsídios que sejam suficientemente significativas para eliminar ou mitigar de maneira muito importante os efeitos negativos que esses subsídios reconhecidamente causam no mercado internacional, então dos expositores aqui foram muito felizes demonstrar vários aspectos desse processo e o Dr. Haroldo mostrou um pouco essa avaliação de que em função de uma produção excessiva de algodão, uma exportação excessiva dos Estados Unidos, sendo o maior exportador mundial, há uma avaliação de que poderia, sem esses subsídios, ter um benefício em termos de preços de talvez em torno... Hoje atualizado 10 a 13% como bem demonstrou o Dr. Haroldo. Então, é evidente que o nosso objetivo é conseguir uma situação em que isso seja revertido, então a finalidade justamente é alcançar o cumprimento das obrigações.

E é um pouco esse conceito que está para trás de todo o sistema de solução de controvérsias, inclusive a lógica da chamada retaliação que tecnicamente no acordo de entendimento de solução de controvérsias chamado de contramedida tem esse objetivo. Na lógica internacional como V. Ex^a sabe não há uma idéia de sanção do país, quer dizer, a norma não de: "Ah. Você

é culpado”, então impingir uma penalidade ao país. Não é esse o objetivo. O objetivo da retaliação ele é duplo. De um lado é estabelecer um certo equilíbrio de condições, à luz de uma violação que aconteceu que desequilibrou a realidade de compromissos, de direitos e obrigações, e fundamentalmente, acho que é o elemento mais importante, é estimular, um pouco encorajar esse país que foi considerado em violação a dar cumprimento a suas normas. Então esse é o objetivo principal da retaliação. Se nós pudermos chegar a esse objetivo sem retaliar, muito melhor, ou seja, se for possível no contexto da negociação de Doha que estão em um momento, entendo eu, crucial, seja em função de outras negociações da dinâmica interna dos Estados Unidos, se chegar a um resultado equivalente, ou seja, nós conseguirmos alcançar o cumprimento das obrigações dos Estados Unidos sem a necessidade da retaliação, eu acho que é o resultado mais adequado e mais satisfatório. No fundo, a retaliação é quase como um efeito colateral de sistema, e não é o objetivo, acho que é interesse de todos não chegar a esse ponto, o interesse é realmente alcançar o cumprimento.

E acho que os expositores mencionaram e eu gostaria de reforçar esse aspecto, a adoção de contramedidas não é uma tarefa simples. E não é uma tarefa simples menos por questões de ordem política que acho que não são as mais relevantes, mas por questões de ordem técnica. Então, justamente, desenhar um sistema de retaliação que seja, que tenha de um lado esse condão de auxiliar, de estimular o país que se encontra em descumprimento a cumprir e ao mesmo tempo traga benefícios para o país que impõe a retaliação, ou seja, não traga custos adicionais, é um desafio técnico e muito complexo, muito difícil de se superar. Como bem disse o Dr. Haroldo, não interessa aumentar uma tarifa de um fertilizante, aumentar a tarifa de um insumo agrícola um simplesmente, ao invés de trazer um benefício ao setor, vai simplesmente aumentar os custos, piorar a situação, uma situação já ruim, já agravada pela existência de subsídios. Então, a questão da retaliação impõe uma série de desafios para as autoridades brasileiras e no fundo para todos os países que se vêem nessa situação que é conseguir um desenho, uma articulação, arquitetura dessa retaliação que seja adequada, que de um lado tenha o benefício de estimular o cumprimento e de outro não seja prejudicial ao país. Porque essa é uma crítica que se faz ao sistema, infelizmente é algo que não se conseguiu superar até hoje. Eu vou impor contramedidas, mas muitas vezes estou dando um tiro no pé. Essa medida ao invés de estar me beneficiando, pelo contrário está causando mais prejuízos ao país.

Então, essa é um pouco a equação que nós e teremos um pouco que trabalhar e equacionar, encontrar uma formulação, se o Governo Brasileiro se colocar na situação, à luz do descumprimento continuado dos Estados Unidos, onde o curso natural, onde não haja uma alternativa partir para essa decisão, façamos um trabalho técnico muito aprofundado que envolverá, isso é um temário que foge em grande medida ao Itamaraty exclusivamente, porque obviamente são medidas internas que têm que ser adotadas, então caberá ao Governo como um todo, coordenação dos vários Ministérios, diálogo com o setor, ABRAPA, e com outros interessados encontrar formulações que permita, se for o caso, uma imposição de contra medidas que seja adequado. Faço essas ponderações simplesmente para chamar atenção dos desafios que existem na adoção dessas contramedidas que são essencialmente desafios de ordem técnica. Razão pela qual, o ideal é que não precisemos fazer isso, então de novo, a nossa expectativa com essa reiteração da condenação de subsídios norte-americanos quando se reforça uma situação de ilegalidade de subsídios, um contexto onde há uma deslegitimação ainda maior dos subsídios, o foco todo, as luzes todas recaem novamente sobre os Estados Unidos, a nossa expectativa é que, inclusive tendo uma negociação satisfatória na rodada de Doha, é que nós possamos chegar a algum acordo que nos seja favorável, que possa trazer os Estados Unidos novamente para uma situação de legalidade.

Agora, obviamente, é um movimento que nós não controlamos plenamente, então, evidentemente o Governo Brasileiro terá que estar preparado para qualquer eventualidade; nós teremos que fazer essa discussão, essa discussão já está começando, eu acho que o Governo Brasileiro não pode ficar parado nisso, o Itamaraty já começa agora, à luz desse resultado final do órgão de apelação, já começa contatos com outros Ministérios e certamente com o setor também, esses contatos serão mantidos para começar um trabalho de base, para avaliar, no momento oportuno, uma tomada de decisão a respeito disso. Eu só gostaria de esclarecer uma questão procedimental, como eu havia mencionado antes, a próxima etapa que nós teremos, sem prejuízo da decisão concreta que dependerá de toda essa avaliação técnica de coordenação da adoção de contramedidas ou não, é de interesse brasileiro preservar e nós pretendemos fazer isso, preservar o seu direito de retaliar. Então não queremos abrir mão desse direito, para tanto o Brasil deverá continuar esse processo de arbitragem para definir o montante da retaliação a que ele terá direito e as modalidades de retaliação que ele terá direito. É de posse dessa autorização, como eu disse é um procedimento que

levará alguns meses, não é um procedimento longo, mas é procedimento relativamente complexo, de posse dessa autorização, portanto, o Brasil terá mais elementos inclusive para avaliar concretamente como será possível fazer essa retaliação, se houver uma decisão nesse sentido.

Nós esperamos que ao longo do tempo nesses próximos meses e tendo em vista esse cenário negociador que vai avançando, nós tenhamos novidades felizes o suficiente para não requerer que esse caminho seja necessário, mas o Brasil não abrirá mão desse direito e pretende continuar o procedimento adequado para conseguir ter essa autorização e ter essa autorização em mãos para qualquer eventualidade. Então, acho que é um pouco essa situação que encontramos hoje. Como eu disse antes, a expectativa, nosso interesse fundamental, interesse do setor também é assegurar que esse cumprimento ocorra, então se puder acontecer sem adoção de medidas mais drásticas acho que é melhor para todo mundo inclusive para o setor e o Brasil como um todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Jayme Campos, do Mato Grosso, estado produtor de algodão.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Neuto De Conto, senhores convidados, eu serei bem pragmático nas observações sobretudo nas indagações. Antes de mais nada eu quero louvar a iniciativa do ilustre Senador Gilberto, de convidar as ilustres autoridades do setor para virem aqui, naturalmente travarmos esses entendimentos, sobretudo trazermos aqui as nossas indagações e acima de tudo, também, a resposta em relação ao assunto discutido nessa Comissão, que tem papel preponderante em relação à agricultura brasileira.

Na verdade, meu entendimento particular, nós conhecemos bem o setor da agricultura, o setor da indústria americana, até porque eu tive oportunidade ímpar de ir numa exposição no Texas, especificamente na cidade de Houston, e que tem maior exposição agropecuária dos Estados Unidos, e ali deixou muito claro que os Estados Unidos subsidia sobremaneira essa área. Eu tive a curiosidade, Sr. Presidente, de participar dessa exposição e fazer algumas observações que me chamou muito a atenção. Conversando com alguns pecuaristas da região do Texas, ali eu vi o quanto é importante, o que representa a agricultura e a pecuária para os Estados Unidos. Conversando com um deles, vi ali que a placa do automóvel da sua caminhonete era diferenciada dos demais automóveis que ali participavam do evento e eu perguntei por que da diferença da placa dele dos demais automóveis de outros pecuaristas ali. Ele disse o seguinte: “De

que... o cidadão que produz lá – ou seja, o pecuarista, o agricultor – quando vai comprar uma caminhonete, tem todo o subsídio possível, se não bastasse isso aí, até o policial rodoviário que está nas rodovias nos Estados Unidos quando vê uma placa diferenciada entre o cidadão comum que não é produtor e o produtor, ele passa a ser mais respeitado, ou seja, o tratamento já do policial em relação a esse cidadão, já é um tratamento mais carinhoso, mais respeitoso e assim por diante”. Essa observação eu fui obtendo lá. Me causou surpresa e sobretudo hora satisfação de ver como o homem que produz, trabalha, lavoura a terra, tem um tratamento respeitado, valoroso, porque ele é um homem que realmente trabalha, produz e constrói com certeza aquele país. Mas objetivamente eu quero perguntar o seguinte, dessa produção nossa, Haroldo, depois perguntar para o Conselheiro Luciano, a produção nacional que você disse aqui, 33% mais ou menos que deu para entender, nós exportamos. E 67% ficam no mercado nacional. O Brasil chega também importar também algodão, imagino, tendo em vista que a mesma qualidade que nós produzimos aqui talvez não seja a qualidade da Austrália que você disse que é o melhor algodão, etc, alta qualidade. Mas eu particularmente entendo de que além de nós termos uma pequena participação no mercado internacional, apenas 33%, está sendo suficiente para nos prejudicar aqui, prejudicando sobremaneira.

Entretanto, eu acho de que o mais grave nesse exato momento é a questão do câmbio, até porque, lamentavelmente o câmbio ontem, ainda caiu mais. Acho que o produtor brasileiro, os nossos empresários de maneira geral são muito competentes. Acima de tudo quando você vê, o dólar hoje está na faixa de menos de 1.6, caiu ontem para hoje, 1.2, 1.6, demonstra que o brasileiro de maneira geral é muito competente, é um cidadão, em que pese não termos boas políticas públicas para aquilo que produz, contudo está superando e conseguindo até equilibrar nossas receitas e despesas. Contudo, eu acho que o fundamental é que o Brasil, Dr. Luciano, tem que impor mais. Tem que impor mais. Lamentavelmente nós não estamos impondo realmente o que nós temos as condições suficientes de poder impor diante, frente, naturalmente da política perversa em relação à nossa exportação. Para ter uma noção, o senhor deve estar a par, o Brasil, Mato Grosso, vou dar um exemplo aqui. Mato Grosso tem 3200 propriedades do SISBOV. Das 3200, 1600 são áreas habilitadas para exportação no mercado comum europeu, etc, etc. Todavia, de todas essas 1600 que estão habilitadas, apenas 100 a 104 propriedades foram aqui, ou seja, através da missão européia que esteve aqui no Brasil, estão em condições de exportação.

E eu pergunto: Aonde, como nós temos capacidade, sobretudo, apoiado pelo Governo condições de impor nós situação? A nossa carne hoje, lamentavelmente é apenas 104 propriedades rurais de Mato Grosso, que produz o bovino lá, tem hoje, está habilitado para exportação. Então são políticas perversas que estão procrastinando contra nós aqui.

Dessa vitória que tivemos na OMC, eu pergunto ao senhor: Qual a chance real de fato de tirar esse subsídio? O Brasil vai ter condições de impor lá, fazer com que esse resultado, essa vitória no exterior, possa obrigar o Estados Unidos a tirar esses subsídios? É uma pergunta bem objetiva para sabermos se temos realmente condições de exigir aquilo que é direito nosso; líquido e certo, que acho que a última instância que temos que recorrer é a OMC. Quero ver se essa vitória na prática vai acontecer ou vai continuar esse mesmo marasmo que hoje estamos tendo lamentavelmente em relação ao algodão brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra os palestrantes.

SR. HAROLDO RODRIGUES DA CUNHA: Olha, acho que a gente precisa, o setor está muito, está muito ansioso com essas medidas e com o possível desenrolar da negociação de Doha, acho que o conselheiro colocou muito bem, o que é mais importante, o que realmente vai trazer uma solução para nós é esse negociador, se negociar bem a redução de subsídios em Doha. Porque a retaliação pelo que nós já tivemos vendendo, a retaliação, e pela dificuldade até desse estudo, ela vai atingir uma parte muito pequena dentro do setor de algodão e isso acaba se transformando quase que em um prêmio de Consolação. O prejuízo que o setor já teve no passado, ele não volta. Isso aí não tem como ser refeito. E se a gente não conseguir efetivamente reverter a questão de subsídios, os danos vão continuar no futuro. Agora, aí nós nos deparamos com a questão cambial, por exemplo. Acerca de quatro anos, o custo de uma lavoura de algodão era em torno de mil dólares. O Senador sabe isso, era comum a gente falar isso, era mil dólares.

O preço da pluma de algodão, quem mexe com pecuária, era comum falar que a arroba de pluma de algodão era igual arroba de boi gordo. Hoje estamos falando de um boi de 90 reais e estamos falando de algodão de 38. O peso do câmbio é fundamental, nós tínhamos uma situação dolarizada, quando os fertilizantes, o diesel para nós era 30 centavos de dólar, hoje o diesel está, quanto está o diesel? 1,30 dólar por litro, a parte dolarizada dos nossos custos de produção era em torno de 60%, hoje ela está caindo para quarenta e poucos porque a medida que o real se valoriza, vai descolando e o que é pior, como aconteceu em 2002,

quando o câmbio chegou a 4 para 1, o que era... A justificativa era o dólar, tudo subia porque o dólar subiu, máquina, peça, aí tinha a questão do aço nas máquinas, e depois que sobe não volta mais. Então, essa questão hoje é fundamental, a questão cambial que o Senador colocou e eu acho que por mais que a gente entenda que isso não está, não é específico do setor, mas acho que cabe, exatamente a essa Casa que está levando os anseios nossos, para que haja, e se não há alguma coisa nesse sentido, então, onde pode ser mexido, se não vai mexer no câmbio, onde pode mexer para a agricultura voltar a ter rentabilidade. Esse é o mais importante, não deixar passar esse momento para fazer esses ajustes, nós não podemos ser competitivos somente em momentos onde as bolsas internacionais, onde essas *commodities* atingem preços absurdos. A soja, por exemplo, está no preço que está, existe a questão da própria desvalorização do dólar, mas o estoque mundial de soja hoje, em relação ao consumo, é de 20%, o do milho é de 10%, do algodão é de quase 50%. Então, nós não temos muito espaço no algodão, em fundamentos técnicos para a alta de preço.

Então, é extremamente importante a posição firme brasileira nisso daí, a redução, as medidas que nós colocamos ali, principalmente o apoio para que a gente tenha essas medidas que desonerem o setor, vem aí Reforma Tributária que a gente precisa estar atento, exatamente para que haja uma desoneração e do setor... E acho que não é só algodão, quando ouvimos falar, os problemas só mudam de nome, de carne para algodão, para soja, para milho... Os problemas são os mesmos, de todo o setor produtivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Conselheiro.

SR. LUCIANO MAZZA DE ANDRADE: Senador, obrigado. Eu só acrescentaria alguns comentários. Evidentemente o Brasil não é uma potência agrícola à toa, acho que o fruto disso é a competência e a capacidade dos produtores brasileiros que ao longo dos anos souberam enfrentar e superar obstáculos tanto internos como no cenário internacional. Acho que na vertente internacional, que nós temos já ao longo dos últimos anos é um esforço muito grande e acho que o Governo Brasileiro, o Itamaraty na parcela com que ele compete tem buscado trabalhar na abertura de novos mercados e redução e eliminação daqueles subsídios que distorcem esses mercados e criam ao produtor brasileiro uma situação de grande injustiça em termos de competitividade, em termos de condições de concorrência no cenário externo.

Como mencionou o Dr. Helio Tollini, anteriormente, o histórico das regras de agricultura no regime multi-

lateral de comércio é muito recente, só em 94 que começamos a ter um regramento mais claro na área de agricultura, abertura de mercados, subsídios, alguns constrangimentos a isso, e foram ainda regras muito iniciais. Então hoje temos uma batalha muito importante na rodada negociadora de Doha de conseguir efetivamente, limitar e criar instrumentos mais precisos e mais fortes de contenção, de limitação da concessão de subsídios pelos países desenvolvidos. Então, acho que é a nossa janela principal hoje, o Itamaraty, não é a minha área específica de atuação, mas é uma área correlata, evidentemente, nós acompanhamos com muito cuidado, muita atenção, tem atuado com muita firmeza ao tentar assegurar que essa negociação para ser bem sucedida assegure claramente benefícios na área agrícola e uma vertente fundamental disso é a questão do subsídio. Então, tanto o tema do algodão, especificamente, como subsídio de maneira geral, estão no centro dessa negociação e eu entendo que do nosso ponto de vista não haverá uma negociação bem sucedida se essa questão do subsídio não estiver equacionada de uma maneira satisfatória.

Então, acho que essa é a janela principal que temos hoje, e creio que dentro das nossas limitações, dentro do que é a participação brasileira, é muito importante na rodada de Doha, acho que o Itamaraty tem, junto com outros Ministérios que acompanham as negociações, agido com bastante firmeza. Agora, são negociações muito complexas, muito delicadas, e nós sabemos o quão esses países são tradicionais subsídiadores, Estados Unidos, União Européia, principalmente, mas alguns outros também, quão aferrados eles ficam à manutenção desse *status quo*. Então, realmente é uma discussão muito complexa, é uma batalha longa para conseguir realmente assegurar uma melhora nessa situação, mas eu acho que a gente está insistindo muito nisso e temos confiança de que o resultado será satisfatório. Se nós tivermos um bom resultado, como mencionou o Dr. Haroldo, nós teremos uma sinalização muito favorável em todas as áreas agrícolas, mas também na área de algodão. Se os sinais não forem favoráveis, caberá ao Brasil tomar atitudes mais drásticas na área de contenciosos também, mas eu acho que enfim, nós ganhamos uma batalha que foi esse tema do contencioso específico do algodão, mas a guerra é longa, eu acho que nós não temos garantia de que nós já tenhamos alcançado os resultados que nós precisamos alcançar.

Então eu acho que é um empenho de todos, do setor, das várias áreas do Governo, do Itamaraty, para continuar essa luta e conseguir os esses resultados, mas eu gostaria de acreditar que temos nos empenha-

do, do que está ao nosso alcance, da melhor maneira possível para alcançar os resultados.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, eu teria uma última pergunta a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Se realmente não se conseguir que o ganho maior que seria para que o algodão brasileiro tivesse um ganho, seria realmente que os Estados Unidos cumprisse essa parte de subsídios, zerasse, vamos dizer, subsídios, sete subsídios, que ele tirou um, que representava 480 milhões, que é o Step 2, e isso em não acontecendo, em não acontecendo, o setor de algodão não vai ter o benefício que se espera, naturalmente. Agora, o Brasil então começa a fazer as negociações tipo o que há dois anos atrás já foi proposto pelo Ministro Furlan, então Ministro da indústria e comércio, que era de facilitar a entrada do etanol brasileiro nos Estados Unidos. O que eu gostaria de saber no decorrer que o setor de algodão brasileiro fosse informado permanentemente, é de que todos os esforços fossem feitos para que realmente o setor de algodão tivesse benefício e não outros produtos, como quebra de patente que está se fazendo, falando, na área de produtos acabados de informática, e quer dizer, entrando em outros méritos, mas que não esses que hoje poderiam estar contribuindo com o desenvolvimento da cultura algodoeira no país. E a geração de empregos é muito grande no país, em todo mundo, o algodão é uma das culturas que mais emprega, eu não tenho, Dr. Hélio, Dr. Haroldo poderiam informar isso aí, mas são milhões de pessoas que vivem hoje do algodão no mundo e que poderiam serem beneficiados, porque não é só a cultura do algodão no Brasil, é o mundo todo que sai beneficiado. Então a pergunta é: Qual é a linha que o senhor vê que todo o Itamaraty vai estar atuando mais? Realmente forçar que os Estados Unidos retire o subsídio ou que encontre outras negociações?

SR. LUCIANO MAZZA DE ANDRADE: Senador, eu creio que a prioridade, evidentemente, é alcançar uma solução específica, direta, satisfatória para o algodão, evidentemente, como nós mencionamos antes. No contexto das negociações hoje, nas quais os subsídios estão no centro das discussões na área agrícola, existe uma negociação específica somente sobre algodão, como foi mencionado aqui, é um tema de interesse internacional vinculado a questões muito sensíveis de desenvolvimento, de nações muito pobres do terceiro mundo, na África, um grupo de países que é muito dependente da produção de algodão, então por razões, inclusive humanitárias de desenvolvimen-

to, esse tema virou um tema muito central da agenda negociadora.

Então, tanto do ponto de vista da discussão do subsídio de maneira geral, nas negociações de Doha, como também, com essa vertente específica da área algodoeira, a expectativa é que as negociações tragam resultados que sejam satisfatórios, diretamente benéficos ao setor. Então a nossa expectativa é essa e o acompanhamento das negociações, esperamos... Estão em um momento crucial hoje, muito importante, esperamos que elas possam ser exitosas, não dependem somente do Brasil, evidentemente, mas nós esperamos que possam realmente alcançar esse resultado. Na vertente do contencioso, nós não, como eu mencionei anteriormente, caso nós não tenhamos uma mudança drástica de cenário que possa assegurar ao Governo Brasileiro o entendimento de que há um cumprimento, claro, das normas, se colocará ao Brasil a possibilidade de avaliar a adoção de contramedidas e eu acho que aí é que entra a questão técnica mais complexa, de encontrar maneiras, como eu mencionei antes, que possam ser benéficas ao Brasil como um todo, e também especificamente ao setor. Então, acho que essa é uma conversa que a gente tem que começar agora, e já estamos começando, envolvendo outras áreas do Governo e também o setor, para, um pouco, se precaver diante dessa possibilidade, se o Brasil efetivamente se defrontar com a necessidade de tomar uma decisão pra concretamente adotar uma contramedida, que essa contramedida, na medida do possível seja benéfica ao Brasil e ao setor.

Acho que esse é um desafio, eu não tenho uma resposta pronta para dar em relação a isso, porque é um tema novo também, é uma novidade, mas acho que isso tem que estar na pauta. E o foco da nossa atuação tem que ser esse. Eu concordo plenamente com a avaliação que depois de tanto empenho, esforço e essa parceria bem sucedida com a ABRAPA, com o setor algodoeiro, é fundamental que o benefício seja canalizado para o setor especificamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Realmente, o Requerimento e a proposta do Senador Gilberto nos tem dado a oportunidade de nos aprofundar. Um tema tão importante para a economia do Brasil quanto o do algodão e realmente tenho falado muito, senhores palestrantes, de que esse país é abençoado por Deus, tem terra, tem água, tem sol, tem clima, tem tecnologia, e tem o homem e que desse complexo todo tem em todos os segmentos dando uma resposta fantástica; elevando esse país a um terço do seu PIB sai do produto interno primário. Corresponde a praticamente 36% da exportação do país, e além de alimentar os 190 milhões de brasilei-

ros. Passamos a ser, sem dúvida nenhuma, o maior exportador de alimento do mundo e seremos na próxima década, talvez a terceira maior nação do mundo, ficando atrás somente dos Estados Unidos e da China. E a agricultura será 50% do PIB nacional.

Esses números nos dão a importância do segmento e a preocupação do Governo de todos seus segmentos públicos na sua defesa, na sua proteção e principalmente na defesa da própria parte. Quando se trata do algodão, e uma cultura praticamente nova, e que além de fazer todo esse quadro de evolução, nós alcançamos as barreiras internacionais. Primeiro foi o acesso ao mercado, com todas as dificuldades possíveis. Os subsídios das exportações, as barreiras tarifárias dos outros países, que as elevam na entrada com tributos... Temos a terceira fonte que é o apoio doméstico, é o apoio para quem produz e que só buscando a solução dos problemas dos outros países é que nós teremos sucesso na produção interna.

E eu quero cumprimentar aqui, aqueles que estão lutando para que esse mercado não seja protegido, seja aberto como uma atividade da humanidade e que todos possam ganhar iguais. Eu fiquei aqui com algumas preocupações, até sobre o preço do mercado interno e externo, não sei se para o produtor é o mesmo, ou se ele tem alguma diferença. Eu falo isso porque, embora o dólar caindo, nós encontramos no setor de, principalmente de frangos, de suínos, uma atividade que prospera muito, e praticamente exporta para 180 países do mundo. Aí nós vamos ver o próprio, a preocupação dos outros países sobre a produção de alimentos, e que estão preocupados porque não conhecem o Brasil, porque nós deveremos e somos, já somos e deveremos ser por muito tempo o maior exportador de alimentos para o mundo e seremos também, a segunda preocupação, maiores produtores e exportadores de bioenergia. Eu não tenho dúvida nenhuma nesse quadro.

Aí eu faria a segunda preocupação e gostaria de ter um esclarecimento, sobre os prejuízos até aqui, diz italiano que "surra e dinheiro não volta mais", em italiano fica mais significativo. Certamente os prejuízos até aqui não serão recuperados, mas a preocupação nossa é estancá-los. Que nesse trabalho nós encontramos uma maneira de que possamos participar nos mercados sem ter novos prejuízos e certamente a elevação do nosso preço está ligado com o nosso trabalho, com o trabalho dos Ministérios para que encontre o caminho e a forma, e certamente o ganho, para que os outros países deixem de dar subsídios e conseqüentemente teremos a elevação, como temos na maioria dos nossos produtos, para competirmos no mercado internacional. E com isto eu deixaria para que cada um pudesse

dar algumas respostas se ficaram pendentes e façam também suas considerações finais. Muito obrigado Dr. Haroldo. O primeiro com a palavra.

SR. HAROLDO RODRIGUES DA CUNHA: Obrigado, Senador. Em relação ao questionamento de preço, o que existe hoje é o seguinte. O Brasil importa e exporta, então, os preços são baseados pela paridade de importação e paridade de exportação. Evidentemente quando a gente deflagra algumas situações gritantes como nós temos vivido nos últimos três anos especificamente, em função de que o algodão, o mercado que o Brasil buscou lá fora é o mercado que a gente começou a vender, que era o mercado da Austrália, a Austrália chegava a vender quatro safras antecipadas, nós começamos, vendíamos uma safra, vendíamos duas e passamos a vender três safras antecipadas. Então, o grande descasamento que acontece hoje, principalmente no caso das exportações, e que a gente tem ido ao Ministério da Agricultura e tem conseguido respaldo exatamente para justificar o suporte do Governo em relação aos leilões de PEPRO, é exatamente isso, o mercado de algodão vinha de 45 centavos, 48 centavos de dólar por libra/peso, aí ele foi para cinquenta e poucos, ele foi para sessenta, e naquele momento, quando o produtor fazia conta, por exemplo, o que está vendido para agora, ele é basicamente, são contratos feitos em 2006, nem em 2007 foram feitos, foram contratos de 2006. Naquele momento, o algodão a 58 centavos por libra/peso, que é a média que está vendida, era bom negócio. O algodão vinha de 50, de repente chegou a 58, um monte de gente foi e vendeu. Não tinha fundamento técnico para a alta do algodão. Se a gente lembrar que a soja aqui no Brasil em 2006, em setembro de 2006, no auge da crise, se alguém falasse em vender soja a nove dólares e meio, todo mundo vendia soja de nove dólares e meio, em setembro de 2006, hoje falamos em soja de 25 dólares, 28 dólares, porque 20 nem remunera. 20 dólares nem remunera. Então, esses contratos foram feitos naquela época.

Então, hoje o mercado interno está em torno de... Se a gente fizer a conversão para reais e arroba de pluma, o mercado interno hoje está em torno de 39 reais, e esses contratos que foram feitos estariam sendo performados a 30, 31, mas é porque são contratos feitos lá atrás. Hoje a exportação, a gente estaria pegando para esse ano, talvez 72 centavos de dólar, que estaria muito próximo a 75 do mercado interno. E a indústria também faz a conta. Para ela importar, ela tem o custo da logística que também não é... o frete marítimo, tem a taxa para importação, porque tem que ter uma taxa de 10% para a entrada do algodão, então fica sempre nessa coisa. E nós só conse-

guimos isso porque nós conquistamos o mercado lá fora, o mercado brasileiro, enquanto a gente não era exportador, o mercado era abaixo do mercado internacional, porque nós não tínhamos opção de vender lá fora, nós ficávamos na mão da indústria, agora o senhor imagina uma oferta em um período concentrado, um grande número de produtores e o mercado dominado por três, quatro grandes indústrias. Então, a conquista do mercado externo foi fundamental para a gente conseguir essa equiparação de preço.

E o produtor, percebendo todo esse movimento de alta dos valores das *commodities* e a valorização do real, o produtor parou de vender antecipado. Do ano passado para cá muito pouca foi vendida, mas já temos aí 500 mil toneladas comercializadas para a safra que vem. Então esse é um pouco o cenário, acho que o produtor hoje está muito reticente às próprias indústrias, com muito medo de fazer esses negócios tão antecipados como a gente vinha fazendo, porque hoje a volatilidade é muito grande e mesmo não só os produtores como as grandes *Trades* perderam muito dinheiro em todos esses movimentos especulativos que a gente verifica nas bolsas.

Eu queria aproveitar e fazer as minhas considerações finais. Eu acho que foi um momento muito importante, Senador, agradeço o convite para participar dessa audiência e dizer que a ABRAPA espera, e temos tido um respeito muito grande por parte do Governo, quando deixamos de contribuir financeiramente para a ação, o Governo Brasileiro continuou com o processo, com muita responsabilidade, tanto o Ministério da Agricultura, o Ministério das Relações Exteriores, e nós temos a certeza e vamos estar junto cobrando exatamente que essa negociação venha a nos favorecer de alguma maneira. O mais importante, como a surra e o dinheiro não voltam, é realmente que daqui para frente a gente pare de apanhar e de perder dinheiro. Muito obrigado e a ABRAPA está à disposição para discutir tudo que for importante nesse processo e qualquer assunto relativo ao algodão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado. Quer fazer considerações finais, Dr. Helinton?

SR. HELINTON JOSÉ DA ROCHA: Gostaria de cumprimentar a iniciativa de levantar esse assunto, acho que ele manifesta, de certa maneira, tanto o interesse que há dessa Casa, quanto do setor, e essa ação tem surpreendido os céticos desde o seu início. Está se trabalhando no limite de fatos, quer dizer, estamos inovando, essa ação é inovadora em todos os aspectos. Espero que seja também inovadora em alcançar o bom termo da negociação, e espero também que se houver necessidade de uma arquitetura

da contramedida, ela seja também inovadora na sua eficácia, mas como digo, essa é a possibilidade que a gente menos espera, nós aguardamos que realmente haja uma mudança de postura por parte dos Estados Unidos e que isso venha a chegar um bom acordo para as partes que é o mais desejável.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Helinton. Ouviremos, então, o conselheiro Luciano.

SR. LUCIANO MAZZA DE ANDRADE: Obrigado, Sr. Presidente, Senador Neuto De Conto, obrigado Srs. Senadores. Acho que caberia simplesmente agradecer a oportunidade, a iniciativa, Senador Gilberto Goellner; acho que é um tema de extrema relevância, é um tema que hoje estamos focados e bastante atentos e trabalhando continuamente na continuidade dessa disputa. Foi uma oportunidade excelente para ouvir as opiniões, as percepções dessa Casa sobre a questão, foi uma discussão muito enriquecedora para o Itamaraty, na área específica de contenciosos traz insumos muito importantes para o nosso trabalho e não tenho mais que agradecer a oportunidade e dizer que foi uma honra poder participar desse encontro e gostaria dizer que nós estamos à disposição para qualquer esclarecimento e para continuar essa conversa sempre que necessário. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Dr. Hélio Tollini. Por favor.

SR. HÉLIO TOLLINI: Muito obrigado, Presidente. Agradeço o convite, cumprimento mais uma vez a Comissão e o Senador Gilberto Goellner pela iniciativa e quero fazer, passar uma informação que o senhor mencionou a questão de preços, isso foi análise estatística que foi feita na época. Os preços domésticos seguem os preços internacionais, são afetados pelos preços internacionais, mas os preços internacionais não são afetados pelos preços domésticos. Essa é a primeira informação e a outra uma reivindicação. Quer dizer, eu tenho certeza que o Itamaraty, o Ministério da Agricultura e a ABRAPA vão manter essa chama acesa, que ela representa para o Brasil muito mais do que parece, que é apenas um caso de vender mais algodão, não é isso, todo o processo Distrito Federal desenvolvimento da agricultura brasileira está baseado nesse tipo de ação. Eu tenho a impressão que o Governo Brasileiro pensou em um processo sobre soja, depois viu que estava difícil, passou para o algodão que era um caso muito melhor, muito mais evidente, e que... Eu acho que nós aprendemos a apresentar nossos interesses a nível internacional. Que o Governo Brasileiro, o Itamaraty, Ministério da Agricultura, principalmente, têm melhorado, digamos assim, a sua capacidade ao longo do tempo, ainda não chegamos lá totalmente, mas

temos melhorado bastante e eu acho que essa ação, essa questão externa vai continuar sendo acompanhada, vamos aguardar para ver o resultado.

Agora, o que surpreende é que há problemas que não depende de ninguém lá fora, não depende de nenhuma OMC, depende apenas de a gente e são barreiras internas muito importantes, tão prejudiciais quanto a competição desigual que esses subsídios criam lá fora. Eu acho que isso não dá para entender por que é que não consegue resolver. Qualquer setor produtivo precisa de ordem para trabalhar, nós não temos isso no Brasil. Qualquer setor produtivo precisa de uma infra-estrutura para trabalhar, nós também somos muito deficientes nisso. E qualquer setor precisa de um sistema financeiro que apóie essas operações produtivas, nós também não temos isso muito bem.

Eu espero que algum dia, internamente, sem depender de ninguém lá fora, sem depender do Governo dos Estados Unidos possa equacionar e melhorar muitas condições internas, removendo essas barreiras que temos aqui dentro do nosso país. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ouviremos, ainda, o Senador Augusto Botelho, nos dá o prazer também de participar.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu sou do Estado de Roraima, represento o meu Estado aqui no Senado, e infelizmente não pude participar de toda audiência para ouvir e também, mas vou dar o recado que eu queria dar aqui. É que a EMBRAPA lá do meu Estado, de Roraima, já vinha mais ou menos entre sete e dez anos, não sei precisar bem o tempo, estudando um germoplasma e fazendo controle de pragas e adaptação do solo em relação ao algodão e os resultados lá estão sendo razoáveis, bem esperançosos. E nós temos uma área de cerrado, de um milhão e 700 mil hectares, própria para a agricultura e esse seu programa vai ser visto por todos os produtores de algodão do Brasil, tenho certeza disso, só que queria dar um recado a eles, que quando começarem a pensar em expandir ou fazer novas fronteiras, que Roraima está aberta e nós já estamos nos preparando para receber os produtores de algodão no meu Estado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Botelho. Acho que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado quer agradecer imensamente a todos os senhores palestrantes, Dr. Luciano Mazza de Andrade, o Dr. Helinton José da Rocha, cumprimentá-los e agradecer a ABRAPA, na pessoa do Dr. Haroldo Rodrigues da Cunha e também do Dr. Hélio Tollini que nos dão a alegria e satisfação apresentar a esta Comissão e ao Brasil tema tão importante, significativo para a agricul-

tura e a economia do Brasil. Agradecendo a presença das senhoras e Srs. Senadores, não havendo mais nada a tratar, encerramos a presente reunião.

Sessão encerrada às 10h56.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2008.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia dois de julho de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, eventual, do Senador **JOÃO PEDRO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores (as): **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, PEDRO SIMON, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, CARLOS DUNGA, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, ROMERO JUCÁ, VALTER PEREIRA, JOÃO TENÓRIO E SÉRGIO GUERRA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Delcídio Amaral, Expedito Júnior, Leomar Quintanilha, Neuto de Conto, Heráclito Fortes, Gilberto Goellner e Kátia Abreu. Deixa de comparecer por motivo justificado a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, eventual, Senador João Pedro, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 14 de 2008 – CRA**, de **autoria** do Senador **João Pedro**, aprovado em 12/6/08, com o objetivo de expor e esclarecer a situação de compra e venda de terras na Amazônia, particularmente no Município de Manicoré – AM, conforme tem sido noticiado pela imprensa, com a presença dos seguintes convidados: **Sra. Socorro Marques** – Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – **INCRA – AMAZONAS**; **Sr. Henrique Pereira** – Superintendente Regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA – AMAZONAS**; **Sr. Sebastião de Souza Nunes** – Diretor-Presidente do **Instituto de Terras da Amazônia – ITEAM**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores: José Nery, Jayme Campos e Osmar Dias. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA. EXTRA-PAUTA:**

ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 474, DE 2007. TERMINATIVO. EMENTA: Altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema de pecuária intensivo. **Autoria:** Senador João Tenório. Tramitando em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 555, DE 2007. TERMINATIVO. EMENTA:** Altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo ao desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária. **Autoria:** Senador Antônio Carlos Valadares. **Relator:** Senador Osmar Dias. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 474, de 2007 na forma do substitutivo que apresenta e pelo arquivamento do PLS nº 555, de 2007. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Osmar Dias, Paulo Paim, José Nery, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Pedro Simon e Jayme Campos. Na fase de votação da matéria, a mesma foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO:** Aprovado a Emenda nº 1 – CAE/CRA (Substitutivo) ao PLS nº 474, de 2007 e arquivado o PLS nº 555, de 2007. Foi aprovado ainda Requerimento de Dispensa de Interstício (art. 281 – RISF) para imediata apreciação do Substitutivo em turno suplementar. De acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado federal, não houve apresentação de emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado. À Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 15 DE 2008 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 281, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de interstício, para apreciação em Turno Suplementar, do Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2007, que “altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema de pecuária intensivo”, de autoria do Senador João Tenório. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Na fase de votação da matéria, a mesma foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – SENADOR **JOÃO PEDRO**, Presidente, eventual, da Comissão.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA – CRA

15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE JULHO DE 2008, ÀS 09 HORAS E CINQUENTA E DOIS MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO

(PT-AM): Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que com a anuência do Plenário é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº 14, de 2008, de autoria do Senador João Pedro, que está presidindo momentaneamente essa Sessão, aprovada no dia 12/06, com o objetivo de expor e esclarecer a situação de compra e venda de terras na Amazônia, particularmente no Município de Manicoré, conforme tem sido noticiado pela imprensa, com a presença dos seguintes convidados... Então eu chamo, vou compor a Mesa da Audiência Pública convidando a Sra. Socorro Marques, que é Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Amazonas. Chamar o Dr. Henrique Pereira, que é Superintendente Regional do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA, também no Amazonas. Dr. Sebastião de Souza Nunes, Diretor-Presidente do Instituto de Terras da Amazônia, o ITEAM. Gostaria de registrar aqui a presença do Procurador do INCRA, Dr. Carlos Alberto de Salles, da Superintendência, também o Diretor do Instituto de Terras do Amazonas, Dr. Miguel Emile Abi Abid, que se faz presente, que se deslocaram do Estado para participar desta Audiência Pública.

Além das três instituições que nós convidamos, o Instituto de Terras do Amazonas, o INCRA e o IBAMA, que se fazem presentes, eu quero agradecer a participação de vocês, nós convidamos também a Ghetal, que é o Instituto de Madeira Compensada lá do Amazonas, Ghetal Amazonas, de Itacoatiara e da Cool Earth, que é a ONG que detém a posse das terras lá no Município de Manicoré. Eu vou ler aqui uma... da Ghetal se justificando pelo não comparecimento. Diz o seguinte: Audiência Pública, o assunto, “Ilustres Senadores. Em atenção ao convite enviado por esta Comissão para participação na Audiência Pública a ser realizada no dia 02 de julho de 2008, viemos por meio do presente asseverar o interesse da Ghetal Amazonas S.A. em

colaborar com o esclarecimento das questões suscitadas no Requerimento de nº 14, do nobre Senador João Pedro. Informamos, entretanto, que considerando as investigações e processos judiciais e administrativos aos quais a Ghetal Amazonas vem respondendo no presente momento, a empresa não está em posição de comparecer à Audiência Pública convocada. Nos colocamos à disposição para responder a quaisquer questionamentos desta Comissão, bastando que para tanto nos sejam encaminhados por escrito. Esclarecer mais uma vez que em 2005 e 2006 a Ghetal Amazonas paralisou as suas atividades de exploração e beneficiamento de produtos florestais, madeira. Nenhuma atividade de exploração ou manejo de suas áreas foi realizada desde então. Historicamente o controle acionário de capital estrangeiro é uma característica bastante comum nas indústrias madeireiras de grande porte. Neste sentido, essas empresas controlam grandes porções de terras nos Estados da região amazônica. Essa característica do setor é antiga conhecida dos órgãos ambientais estaduais e federais e confronta perfeita guarita na legislação brasileira. Por último, informamos que a empresa apresentará, no devido tempo, a defesa junto ao IBAMA, na certeza de que todas as acusações a ela imputadas carecem de qualquer fundamento legal. Sem mais para o momento, permanecemos à disposição de V. Ex^{as}. para outros esclarecimentos que se entendam necessários. Itacoatiara, 1º de julho de 2008”.

Eu vou pedir à nossa Secretaria que providencie cópia para distribuir para os convidados aqui.

Da Cool Earth também há uma outra comunicação aqui, eu vou ler para ficar nos anais e para que todos possam, principalmente a imprensa, ter conhecimento. “Exmos. Srs. Senadores integrantes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Audiência Pública a ser realizada no dia 25 de junho. No dia 19 de junho foi comunicado, através do correio eletrônico, de que a Cool Earth estaria sendo convocada a comparecer à Audiência Pública requerida pelo Exmo. Sr. Senador João Pedro, a ser realizada no dia 25 de junho próximo. Tal Audiência teria por objetivo o esclarecimento de questões relativas à compra de terras no Município de Manicoré, Estado do Amazonas. Primeiramente gostaria de salientar que a Cool Earth considera de extrema importância qualquer iniciativa por parte do Governo brasileiro no sentido de elucidar para benefício do interesse público, a atuação de Organizações Não Governamentais em território nacional. Em relação à compra de terras, entretanto, a Cool Earth esclarece mais uma vez que não é e não pretende ser direta ou indiretamente proprietária de terras no Brasil ou em qualquer outro país onde seus

objetivos estão localizados. A Cool Earth é uma entidade sem fins lucrativos, criada em meados de 2007, com o intuito de arrecadar fundos a serem destinados à proteção de florestas tropicais. A Cool Earth tem procurado esclarecer que as doações que arrecada não se destinam à aquisição de terras, mas sim ao patrocínio de projetos que visem o desenvolvimento sustentável em conjunto com comunidades ou Organizações Não Governamentais locais. O trabalho da Cool Earth em Manicoré, desenvolvido em conjunto com a Prefeitura e a comunidade local, restringe-se no momento ao auxílio à Escola situada em Democracia, que conta com cerca de trezentos alunos. A Cool Earth acredita que a educação representa, ao longo prazo, um dos pilares para a implementação de ações visando a promoção do desenvolvimento sustentável. O projeto da Cool Earth, em Democracia – Democracia é a localidade no Município de Manicoré, localidade com 160 mil hectares de terras – deverá concretizar-se nos próximos três meses, prevê a construção de novas instalações que acomodarão uma biblioteca e uma sala de computadores. Num segundo momento, a Cool Earth pretende propiciar aos alunos da escola acesso à Internet, bem como os meios necessários para que possam se beneficiar de programas governamentais de educação à distância. A COOL EARTH está também estudando e discutindo com autoridades locais a possibilidade e viabilidade de implementação de um barco-biblioteca visando atender as crianças que vivem em comunidades ribeirinhas e que estejam devidamente matriculadas nas escolas locais. Como é do conhecimento público, a COOL EARTH é uma entidade com sede na Inglaterra e até o presente momento não contamos com representantes ou filiais no Brasil. Por essa razão, não poderemos participar da Audiência Pública que se realizará no próximo dia 25 de junho. De todo modo, me coloco desde já à inteira disposição de V. Ex^{as}. para prestar os esclarecimentos que se entendam necessários. Quaisquer dúvidas poderão ser a mim encaminhadas por escrito através de e-mail ou por correio no endereço indicado no nosso site na Internet. Acredito sinceramente que através dessa comunicação poderemos finalmente esclarecer a verdade dos fatos para o bem do interesse público brasileiro. Respeitosamente, Mathew Owen, Diretor da Cool Earth”.

Eu fiz questão de ler para que todos possam ter acesso a esses dois comunicados. Senador José Nery, V. Ex^a. ouviu o comunicado da ONG que tem sede na Inglaterra e não tem sede no Brasil, mas já tem terra em Manicoré. Primeiro eu quero dizer, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, que estes dois comunicados, tanto da Ghetal como da Cool

Earth, elas não atendem ao interesse do Senado, não atendem ao interesse desta Comissão, que quer travar um debate público, eles perderam e nós vamos tomar as providências cabíveis, porque este é um assunto de interesse nacional, este é um assunto de interesse da nossa região, este é um assunto de interesse no sentido de nós fazermos a regularização das terras lá na Amazônia. A ausência no debate é uma ausência que não contribui com a transparência nas negociações na aquisição destas terras. Este assunto mereceu da mídia no Brasil grande importância e na hora em que nós travamos num ambiente legítimo, adequado, democrático do povo brasileiro, as duas, a Ghetal que está lá no Amazonas desde a década de 70, desde 1972, se ausenta. Eu quero deixar aqui a nossa crítica e a falta de uma postura das duas entidades, de uma empresa e de uma ONG, uma falta de postura pública, republicana, de participar de um debate tão importante para a sociedade brasileira.

Dito isto, nós vamos ouvir os três dirigentes, eu já mencionei, já agradei aqui a participação de vocês, o deslocamento que eu sei que não é simples e quero, em nome da Comissão, agradecer desde já a participação de vocês. Então nós vamos convidar o Sr. Henrique Pereira, responsável pelo IBAMA no Estado do Amazonas. Com a palavra o professor Henrique.

SR. HENRIQUE PEREIRA: Bom dia Srs. Senadores, bom dia senhoras e senhores. Atendendo ao convite desta Comissão, eu acabei de entregar ao Senador João Pedro um relatório que conta a história, a trajetória da empresa e em especial o Plano de Manejo, os Planos de Manejos Florestais sustentáveis que a empresa possui no Estado do Amazonas. Eu vou fazer um resumo, Sr. Senador, porque são muitas as informações, e me ater especialmente das perguntas que constam do convite formulado por V. Ex^a.

A Ghetal é uma empresa brasileira, ela tem origem já há cinquenta e dois anos, ela surgiu como uma empresa florestal em Caxias do Sul e em 1972 ela instalou uma laminadora na cidade de Itacoatiara. Laminadora é uma das fases da produção da madeira compensada. Naquela época, nos anos 70, a empresa usava principalmente madeira oriunda da várzea e essa madeira laminada era reexportada para o sul do país e daí para a fabricação dos compensados, sendo que o principal mercado era a sua sócia alemã. Em 1988 a empresa instalou uma fábrica de compensados e passou a produzir esse produto florestal inteiramente em Itacoatiara. A partir dos anos 90 a empresa iniciou um processo de reestruturação administrativa e chegou a ter um dos departamentos florestais mais bem estruturados na região. A Ghetal chegou a possuir a certificação florestal, esse é um processo voluntário

da certificadora *Forest Stewardship Council* e chegou a ser a primeira empresa a produzir compensados com esse certificado voluntário. A Ghetal possui esses Planos de Manejo no Amazonas distribuídos nos seguintes Municípios: Carauari, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Novo Aripuanã e Manicoré.

As nossas informações passam então a ser do Plano de Manejo em Manicoré, o Projeto Democracia, que era o Plano de Manejo Florestal que estava ativo após 2003; os demais já haviam sido suspensos em anos anteriores. A somatória total dos imóveis que compõem esses seis Planos de Manejo no Amazonas é da cifra de 88 mil hectares e a área manejada desses imóveis que compõem esses seis Planos de Manejo é cerca de 40 mil hectares. Então nós estamos falando, portanto, de um dos mais importantes empreendimentos de manejo florestal no Estado do Amazonas.

Em 1999 a Universidade Federal do Amazonas produziu um diagnóstico sócio-ambiental do Município de Manicoré como parte do processo de zoneamento econômico-ecológico do Estado. Eu considero esse relatório relevante porque ele fala dos conflitos sociais decorrentes da instalação desse empreendimento, o conflito com comunidades indígenas, especialmente nas áreas conhecidas como Lotes Pinatuba, no Rio Mautará, e os conflitos sócio-ambientais com as comunidades extratoras de castanha no lote conhecido como Democracia. Aliás, democracia é o nome do principal castanhal de Manicoré. Esse relato consta no documento da Universidade e faz parte desse relatório que o IBAMA apresenta à Comissão.

Eu vou abreviar a história e passar para o momento que é novembro de 2005. Naquele ano a empresa Ghetal assinou um Termo de Ajustamento de Conduta com o IBAMA reconhecendo o não cumprimento de exigências legais e recebendo um prazo de trezentos e setenta dias para a sua regularização. Esse prazo expirou em novembro de 2006, em fevereiro de 2007 a empresa foi notificada do descumprimento, apresentou suas justificativas, e finalmente, após a segunda análise, o IBAMA considerou por completo o descumprimento desse Termo de Ajustamento de Conduta. A questão central nesse Ajustamento de Conduta era a apresentação dos certificados de regularidade cadastral desses imóveis. Em resumo, isso significa dizer que a empresa precisava obter, junto ao INCRA, o documento próprio, suficiente para que comprovasse a sua relação com as terras que explorava e a sua dominialidade e titularidade. Foi por não cumprir especialmente esse quesito do Termo de Ajustamento de Conduta que passou-se à aplicação das sanções previstas nesse Termo de Ajustamento de Conduta. O Termo prevê que ao descumprir a empresa está sujeita há duas formas

de sanções: aquelas previstas na Lei de Crimes Ambientais e uma sanção pecuniária estipulada em cinco mil reais por hectare explorado.

Talvez uma das dificuldades nesse diálogo com a sociedade brasileira é a compreensão de o que significa essa exploração ser declarada nesse momento irregular, embora em momento anterior tivesse sido autorizada. Isso é uma particularidade da administração que pode rever os seus atos e nesse caso o que acontece ao descumprir o Termo, as autorizações anteriores se tornaram inválidas, o que significa dizer que a exploração, portanto, havida, é irregular, não comprovada em tempo hábil, conforme o Termo que a própria empresa firmou junto ao IBAMA, a irregularidade, a titularidade e utilização das áreas que explorava. Em decorrência disso, surgiram nove autos de infração, essas sanções previstas na Lei de Crimes Ambientais foram aplicadas por cada uma das nove autorizações obtidas pela empresa durante a vigência do Plano de Manejo Florestal Democracia. Esse Plano, aprovado em 1997, teve a sua primeira exploração autorizada em 1999, seguida de outras oito autorizações e a última em 2005.

E para encerrar essa primeira intervenção, a Procuradoria Federal especializada junto ao IBAMA, a Procuradoria Federal ajuizou na Justiça Federal do Amazonas uma ação cautelar preparatória de ação civil pública com pedido de liminar. Este pedido foi concedido e a liminar define que a empresa está obrigada a apresentar o diagnóstico ambiental da área, de toda a área de uso, posse e cessão, apresentar um projeto de recuperação de área degradada, essa liminar decretou a indisponibilidade de todas as áreas originalmente da empresa, suspendeu todas as atividades que envolvam a extração retirada de produto e nessa liminar, a pedido do IBAMA, há feito estendido um convite ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, à União, ao INCRA, ao ITEAM para que se manifestem sobre a sua intenção de integrar esta lide. Na semana passada o IBAMA do Amazonas concluiu a fiscalização destas áreas e a inspeção pós-exploratória. Os relatórios estão ainda em fase de finalização, mas a parte da fiscalização detectou 4.973 m³ explorados entre 2005 e 2006 e 1.817 m³ nas áreas anteriores de exploração. Essa madeira encontra-se nos pátios dessas áreas de floresta. Isso significa dizer que a empresa teve esse material também, esse produto florestal apreendido.

A discussão em torno do controle por Organizações não brasileiras, essas informações não são de domínio do IBAMA. Eu encerro aqui neste momento dizendo então que toda a situação que é de responsa-

bilidade do IBAMA envolve a autorização concedida à empresa Ghetal Amazonas S.A. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado ao Dr. Henrique. Nós vamos passar imediatamente a palavra à Sra. Socorro Marques, que é Superintendente Regional do INCRA Amazonas.

SRA. MARIA SOCORRO MARQUES FEITOSA: Bom dia a todos e a todas aqui presentes, Srs. Senadores, agradecer aqui ao Senador João Pedro pelo convite de podermos esclarecer algumas das informações no que envolve o CCIR emitido pelo INCRA com relação ao caso da Ghetal. Por favor.

Aqui nós vamos primeiro só fazer uma fase preliminar, como diz o documento. Das fases, o que cabe ao INCRA na questão da negociação, que depois eu acredito que o nosso Procurador, algum dos nossos levantamentos feitos, nós informamos que nós estaríamos em campo, o nosso Procurador, Dr. Carlos Alberto, chegou essa madrugada, porque veio de Manicoré no dia anterior, que foi ontem, portanto, as informações, elas ainda estão, ele pode depois fazer uma contribuição, mas digamos que em fase de conclusão.

Aquisição de terra por estrangeiro, aqui a nossa informação é a quem está vedada. Toda a pessoa física estrangeira não residente no país, pessoa jurídica não autorizada a funcionar no país. Ela está limitada a toda pessoa física estrangeira residente no país e a pessoa jurídica autorizada a funcionar no país. As limitações, a quem está limitada? Pessoa jurídica brasileira com capital estrangeiro, de acordo com o Parecer da AGU 181, o dispositivo que fazia restrições às pessoas jurídicas brasileiras com capital estrangeiro e que não foram recepcionadas pela Constituição Federal de 1988 e estaria revogada. Por favor, o próximo.

Bom, como está funcionando hoje ainda no Brasil, para nós, para o INCRA, a Lei que é a 5.709, no art. 1º, o estrangeiro residente no país e pessoa estrangeira autorizada a funcionar no Brasil só poderão adquirir imóvel rural na forma prevista desta lei. No § 1º, fica, todavia, sujeito ao regime estabelecido por esta lei a pessoa jurídica brasileira da qual participe a qualquer título pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, que tenham a maioria do seu capital social e residam e tenham sede no exterior. Esse Parecer da AGU é que nós estamos, ainda, digamos, que é um dos impedimentos. O Parecer da AGU, aprovado pela Presidência da República, publicado, possuindo, portanto, força vinculante para a administração federal. Afastou a aplicação deste parágrafo, uma vez que considerou como não recepcionado pela Constituição Federal de 1988. O próximo, por favor.

Estrangeiro pessoa física, aquisição ou arrendamento. O que é residente no país, o que a gente colocou,

não pode ceder a cinquenta módulos de exploração definida, área contínua ou não. Não se aplica as restrições da lei aos casos de sucessão legítima, ressalvado para os imóveis localizados na faixa de fronteira ou em área de segurança nacional. Assentimento do Conselho de Segurança Nacional, área de segurança nacional, faixa de fronteira até 750 quilômetros, sendo nula de pleno direito, sujeitos responsáveis a responder civil e criminalmente. O próximo.

Aqui nós colocamos esse quadro, como demonstrativo, até três módulos de exploração indefinida, como está apresentado, três módulos de exploração indefinida e autorizada sem projeto, vinte módulos de exploração indefinida, autorizado com projeto de exploração, acima de cinquenta módulos que é as duas leis, a 558, a pessoa física autorizada especial pelo Congresso Nacional e acima de cem pessoa jurídica autorizada em especial do Congresso Nacional. Esse modo de exploração fiscal é indefinida, unidade de medida da área é expressa em hectares, que varia de 5 a 100 hectares, de acordo com a região. Até três módulos nós sabemos que não precisa dessa autorização do INCRA. O próximo, por favor.

Aqui nós colocamos só um exemplo para identificar. O módulo, no caso aí no Amazonas, nós estamos pegando ali Japurá, que é 70 hectares o módulo, é maior. Pessoa física até 3.500 hectares e pessoa jurídica 7.000 hectares, que é o módulo do Município. O próximo.

O entendimento da pessoa jurídica brasileira e aí nós vamos começar entrando já no mérito da questão da Ghetal. Atualmente orienta a aquisição de imóveis rurais por pessoa jurídica brasileira com capital estrangeiro, o Parecer da AGU, que é o 181 que nós falamos, 17 de dezembro de 1997, que examinou o Parecer da AGU nº 4, da Consultoria-Geral da União. Pessoa jurídica brasileira cujo capital societário, mesmo que participe pessoa estrangeira ou qualquer percentual de pessoa física ou jurídica, não necessita requerer autorização para adquirir imóveis rurais no território nacional. É o caso da Ghetal aqui, que é o uma empresa brasileira, mas que tem um capital estrangeiro. Essa situação permite a ocupação desenfreada de terras em nível nacional por estrangeiro, mascaradas legalmente com a justificativa de serem adquiridas por empresas brasileiras. Além disso, os serviços registrares entendem por ser necessário a comunicação à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado e ao INCRA a relação dessas aquisições. Por favor, o próximo.

O que está obrigado, que é essa questão, eu coloquei como título de informação da 5.709, que é a lei, que determina os cartórios a fazerem essa informação trimestral com o órgão, que é o INCRA, se houver

essa aquisição de terra por estrangeiro no trimestre. O próximo, por favor.

A certificação dos imóveis rurais, que hoje é o que está em vigor, que é a 10.267, que prevê exatamente todos os requisitos que qualquer empresa, qualquer imóvel, ele tem que apresentar ao órgão, ao órgão que é o INCRA, que ele está adimplente e que ele poderá trabalhar qualquer tipo de manejo. O próximo, por favor.

Aí nós vamos entrar especificamente no caso da Ghetal. Em cima das questões que foram argumentadas para o INCRA com relação aos imóveis e o estágio em que estão esses imóveis no INCRA. Imóvel Ghetal da Amazonas, Indústria Madeireira Compensada, Portaria 12, que incorpora as duas leis, de 24 de janeiro de 2006. Aqui nós estamos demonstrando, na verdade eles têm cinquenta e sete imóveis no Estado, envolvendo seis Municípios, uma área de 121 mil hectares. Esses são os números que nós temos na instituição, no Sistema Nacional de Cadastro Rural, essas informações e como eles estão apresentados. Primeiro nós estamos colocando aí, no caso, esses três imóveis que eles ultrapassam e que teriam, no caso, passariam pela fiscalização que são acima de 5 mil hectares. Nós temos aí na Fazenda de São Sebastião uma área de 11 mil hectares, na Fazenda Bonfim, isso no Município de Carauari, mais uma área de 15 mil, totalizando 26.075 hectares. No Município de Humaitá nós temos Belo Desejo, com essa área de 6.407, e os imóveis no Município de Humaitá que são mais seis, que estão abaixo e que somando dariam 14.420. A empresa Ghetal foi intimada a apresentar essa documentação comprobatória e ela não compareceu ao órgão para tratar do seu cadastro. Essa informação que nós estamos dando e que nós estamos ainda na pesquisa, que envolve esses seis Municípios, nós estamos agora nos Municípios para ver nas Comarcas da legitimidade, se há ainda essas certidões, se há imóvel ainda em nome da Ghetal. A informação é essa, agora já trazida pelo Dr. Salles, que eu gostaria que depois ele desse a palavra, Senador, para que ele completasse essa informação, porque ele retornou de Manicoré ontem com a informação cartorial. O próximo, por favor.

Em Manicoré nós temos trinta e dois imóveis, que é o que nós estamos tratando, é uma área de 42.777 hectares, estão inibidos, portanto, para o caso que a Ghetal transacionou essa questão da venda, se houve de fato, ela não estaria em condições, não estaria habilitada para fazer essa negociação, visto que os certificados dela estariam, dentro do Sistema de Cadastro Nacional, inibidos. No Aripuanã nós temos essa área de 18 mil hectares, que no total com Itacoatiara, que é 41 mil hectares e mais em Lábrea, é que

perfaz esse número de 121 mil hectares, envolvendo cinquenta e sete imóveis no Estado do Amazonas. O próximo, por favor.

A nossa sugestão com relação a esse Parecer da AGU é que com esse Parecer, ele pode permitir à administração federal estender limitações gerais a essas pessoas jurídicas brasileira com capital estrangeiro, ou seja, nós ficamos, a partir de 1985, impossibilitados, o INCRA perdeu de fato esse controle, abrindo para o capital estrangeiro, e essa exploração, portanto, hoje, para nós, ficou limitado para que nós pudéssemos fazer esse controle. Então nós estamos aguardando esse Parecer 181, que seja revisto. A segunda alteração da Lei 5.709 é que nós estamos pedindo adequação também, isso é o INCRA nacional que está trabalhando, a sede, fazendo essa proposição e discutindo para que possa fazer essa alteração e possamos então nas nossas regionais poder monitorar melhor essa aquisição de terra por estrangeiro. E a parceria que o INCRA está buscando com a Corregedoria-Geral da Justiça Estadual, Junta Comercial, Ministério da Justiça e o Instituto de Registro Imobiliário, que é o IRIB, Associação dos Notários e Registradores. Na verdade hoje o nosso parceiro são os órgãos de terra, que é o ITEAM, o IBAMA, já são nossos parceiros, porque nós fazemos o cruzamento das informações. No entanto, essas demais parcerias, como a Corregedoria-Geral de Justiça, ela é importantíssima. Esse trabalho com os cartórios, mais ainda, porque a seriedade toda que vai para os órgãos, ela, primeiro, nós temos que nos reportar aos cartórios que é onde fazem os registros, seja ele de compra, de venda, qualquer tipo de negociação feita no Município. Então o INCRA, ele deve se reportar aos cartórios. Portanto, eu acho que essa é a nossa sugestão, no mais é que sejam nas regionais, mas uma proposta de Governo mesmo que possa fortalecer as instituições na ponta para que nós possamos, então, trabalhar melhor nos nossos cartórios, nas áreas como a geografia da Amazônia imensa e nós podemos, então, ter um controle maior com relação a essas áreas.

Eu quero agradecer a oportunidade. Aqui nós estamos aqui colocando o mapa fundiário do Estado do Amazonas, aqui está mostrando as terras da União, essa é a área em vermelho são os assentamentos do INCRA, esse amarelinho aqui são as áreas indígenas, aqui estão todos as unidades, esse escrito de verde maior é a unidade de conservação que está no Estado. Então nós procuramos e vamos deixar que esse material para que vocês possam melhor olhar, entendeu, como que está no Estado do Amazonas essa distribuição das áreas do Estado do mapa fundiário e, portanto, passando ao próximo mapa, aqui a gente mostra o

Município de Manicoré, essa área azul são terras da União, aqui em vermelhinho são os assentamentos e esse é o Município de Manicoré como está distribuída as áreas, aí estão as propriedades da Ghetal e as áreas da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Onde está a Ghetal?

SRA. MARIA SOCORRO MARQUES FEITOSA: A Ghetal está nesse pequenininho, nesse vermelhinho aqui. Aqui é da União e ele vai estar distribuído aqui. Obrigada, gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Vamos passar em seguida para o Presidente do Instituto de Terras do Estado do Amazonas, Dr. Sebastião Nunes.

SR. SEBASTIÃO DE SOUZA NUNES: Sr. Presidente da Comissão João Pedro Gonçalves, do PT do Amazonas, quero agradecer ao convite feito ao ITEAM, estamos aqui com o nosso Diretor-Técnico Miguel Emile e também com a nossa assessora Kiko Emuróia(F), que poderão contribuir com informações também para a Comissão. Eu quero agradecer ao Senado por essa brilhante iniciativa, porque traduz a preocupação dos Senadores desta Casa, do Congresso Nacional e da população brasileira com o que vem ocorrendo, com possíveis ações danosas que possam estar ocorrendo na Amazônia, ferindo a soberania nacional. Então eu quero parabenizar ao Senado por essa iniciativa.

Quero dizer para o Senador João Pedro, que apresentou essa proposição no Congresso, que eu acho que o fundamental dessa discussão aqui é tentar construir, como ele acabou de falar para mim, que o objetivo é construir uma legislação, que é trabalhar uma legislação no sentido de corrigir as distorções que vêm acontecendo com relação à venda, aquisição de terras por estrangeiros, não só na Amazônia, mas no Brasil todo.

Eu queria dizer para vocês o seguinte: o Estado do Amazonas tem uma população de 3.221.000 habitantes e é detentor de uma área territorial de um 1.570.745,680 Km², o que representa 18,45% do território nacional. Tem 2,05 habitantes por Km². É o maior Estado da Federação, possui sessenta e dois Municípios. No que diz respeito à dominialidade da terra, 60% do território amazonense é de domínio da União, 39% de domínio do Estado e 1% de domínio de Municípios. Isto posto, tratando-se de dados aproximados. O Município de Manicoré localiza-se a uma distância de 332,3 quilômetros de Manaus, na mesma região sul amazonense, formada por Boca do Acre, Curuz e Madeira, mas especificamente na quinta sub-região, região de Manicoré, composta pelos Municípios de Borba, Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã e Apuí. É

o décimo Município do Estado em extensão territorial, com 48.282 Km², o que representa 2,1% do território amazonense. É o Município mais populoso da região do Madeira, com 44.327 habitantes. Temos em Manicoré 0,91 habitantes por Km², quer dizer, menos de um habitante por Km², isso é uma realidade. Eu estou passando esses dados para que a gente possa compreender um pouco a realidade da Amazônia, de Manicoré.

Foi divulgado pela mídia que o empresário sueco Johan Eliasch seria detentor de 160 mil hectares de terra em Manicoré. Do ponto de vista da Lei 5.709, de 07 de outubro de 1971, que regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiros residentes no país ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, do ponto de vista desta lei tal empresário poderia até adquirir esta quantidade de terra, ou seja, 160 mil hectares em Manicoré, do ponto de vista da lei. Se não, vejamos. Diz o art. 12 desta lei o seguinte: "a soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, não poderá ultrapassar a ¼ da superfície dos Municípios onde se situam, comprovada por certidão de registro de imóveis com base no livro auxiliar de que trata o art. 10". Bem, se Manicoré possui 48.282 Km², ¼ de sua superfície territorial corresponde a 12.070,5 Km², ou seja, um 1.207.050 hectares. Como determinados setores da mídia alardearam que ele havia comprado 160 mil hectares em Manicoré, obviamente que tal número de hectares estaria dentro do permissivo legal, porque ¼ são 12 milhões, são 12 milhões de hectares em Manicoré, e 160 estaria dentro do permissivo legal. Ocorre, porém, que o sueco não agiu dentro da legalidade. Não há provas de que ele adquiriu essas terras, não há provas da aquisição legal das terras, não há provas pelo menos até agora. Nós estamos, nós do ITEAM, estamos tomando uma série de providências, averiguando nos cartórios. No nosso acervo fundiário não consta nenhuma terra com esse nome, cujo proprietário é Johan Eliasch, o sueco, empresário sueco. Não consta também nos cartórios esse nome. Então ele pode ter adquirido as terras através da possível compra da Ghetal, precisamos comprovar isso também. Ele comprou de fato a empresa Ghetal? Quais são as provas que nós temos para saber se ele efetivamente comprou? De que maneira comprou? Então a gente precisa responder a essas questões.

O fato é que o Município de Manicoré possui em seu território terras do domínio da União, como, por exemplo, a Gleba Matupiri, terras de domínio do Estado como as glebas Mundo Novo, Marmelos, Atiníngá, Bom Futuro, inúmeras terras indígenas como, por exemplo, Piratuba, a Terra Indígena Lago Capanã, a Terra Indígena Lago Jaurai, a Terra Indígena Rio Mani-

coré, a Terra Indígena Tora, Unidades de Conservação Estadual, a RDS Rio Madeira, a RDS Amapá, temos Unidades de Conservação Federal, uma grande extensão de terra de várzea e terra de particulares. De acordo com as nossas pesquisas em nosso acervo fundiário, detectamos e plotamos uma lista de vinte e cinco títulos definitivos como sendo imóveis de interesse da empresa Ghetal Amazonas S.A. – Indústria de Madeira Compensada no Município de Manicoré, perfazendo um total de 34.315 hectares. Sete imóveis apresentados na relação que o IBAMA encaminhou para a gente através de um processo, não foi encontrado nenhum registro no acervo fundiário do ITEAM e tais imóveis equivalem a 8.795 hectares. Detectamos que o Município de Manicoré emitiu sete escrituras de compra e venda com base em dispositivo de sua Lei Orgânica, cuja legalidade está sendo averiguada pelo ITEAM, perfazendo este um total de 8.795 hectares. No Município de Humaitá detectamos e plotamos uma lista de cinco títulos definitivos, cinco imóveis como sendo imóveis de interesse da Ghetal, num total de 12.560,94 hectares. No Município de Borba detectamos e plotamos uma lista de dez imóveis, com títulos definitivos, como sendo imóveis de interesse da Ghetal, perfazendo um total de 25.074,999 hectares. No Município de Itacoatiara o INCRA apresentou uma lista de doze títulos, num total de 41.186 hectares. O cartório apresentou uma relação apenas de dois títulos, Santa Rita e Bela Vista ou Vista Alegre, com 1.993,43 hectares. No que pertine a Itacoatiara, ainda estamos averiguando no cartório informações. Nós já solicitamos de um cartório, precisamos receber a certidão de outro cartório para que a gente possa fazer a devida averiguação nos nossos acervos. O INCRA apresentou uma lista também com cinco imóveis em Novo Aripuanã, perfazendo um total de 8.836,6 hectares. Estamos em processo de averiguação no ITEAM. Apresentou também uma lista com imóvel em Caruari, área de 11.088 hectares, em processo de averiguação. Apresentou também em Lábrea, com 2.930 hectares, que estamos averiguando.

O que conseguimos comprovar através de pesquisas em nosso acervo fundiário, relativos a Manicoré, foram vinte e cinco títulos definitivos, num total de 34.315 hectares. Relativos a Humaitá foram cinco títulos, num de 12.560,94 hectares. Relativos a Borba foram dez títulos definitivos, no total de 25.070 hectares, perfazendo um total geral de 71.950,41 hectares. Esses 71 mil nós já conseguimos identificar junto ao nosso acervo, quer dizer, a Ghetal, até agora, até o momento, ela possui essa quantidade de terra em seu nome. Agora qual é a relação que ela tem com o

sueco, nós não temos essa informação, precisamos averiguar.

No que pertine à aquisição de imóvel rural por estrangeiro, é importante observarmos alguns dispositivos dessa lei, por exemplo, a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no país já foi colocada aqui pela Socorro, eu não vou mais falar sobre isso, mas é importante percebermos o seguinte: que há muitas distorções no que diz respeito à Lei 5.709, de 07 de outubro de 1991, com o que foi aprovado na Constituição de 1988, com os dispositivos existentes, atuais. Então a lei é de 1971, certo? Permite que o estrangeiro possa ter até $\frac{1}{4}$ do território de um Município. Naquele tempo como que era a relação? Havia Unidades de Conservação Federal, Estaduais, como que era a situação da terra na época? Então nós estamos nos baseando, conforme a Socorro falou agora a pouco, num Parecer da AGU. Esse Parecer é que está nortear a vida, as relações de compra e venda com estrangeiros.

Então eu fiquei feliz agora, Senador João Pedro, com essa iniciativa de V. Ex^a. e da Comissão aqui de Agricultura e Reforma Agrária por trazer à baila o tema, certo, e também por tentar construir uma nova legislação, moderna, que permita que o estrangeiro participe da economia nacional, que participe da vida nacional, mas com regras claras. Eu acho que essa iniciativa aqui é histórica. Eu quero parabenizar a todos vocês, eu quero entregar aqui os mapas com as plotagens dos imóveis de interesse da Ghetal, eu não diria que é da Ghetal, que são imóveis da Ghetal, porque ela precisa comprovar também através de cadeia dominial, certo, se são dela de fato esses imóveis. Ela precisa dizer que ela adquiriu. Nós do ITEAM estamos demonstrando que esses imóveis que ela apresenta como de interesse dela, ela apresenta uma relação, os órgãos também encaminharam para a gente uma lista desses imóveis, nós estamos comprovando que existem no nosso acervo, quer dizer, o Estado no passado concedeu para particulares esses imóveis. Agora se efetivamente a Ghetal legalmente adquiriu esses imóveis, aí é outra história que precisa se comprovar, precisa se verificar nos cartórios e aí o INCRA está verificando isso, o Dr. Carlos Alberto Salles está aqui para apresentar a sua posição e também estar verificando, certo, mas era importante que essa Comissão do Congresso pudesse convocar, pudesse convidar os cartórios desses Municípios que nós citamos para que eles pudessem apresentar aqui no Senado toda a averbação, todo o registro desses imóveis, porque a lei também permite o seguinte: tem um livro próprio para registro dos imóveis relacionados a estrangeiros, verificar se os cartórios têm esses livros auxiliares. Quando

eles averbam, eles fazem o registro, o cartório é obrigado por lei para encaminhar esta relação de imóveis comprados por estrangeiros à Corregedoria-Geral de Justiça, saber se existe essa relação de imóveis na Corregedoria-Geral de Justiça, certo, se o Ministério da Agricultura tem esses dados, porque também a lei orienta que tem que haver um projeto, um projeto ligado à agricultura, um projeto ligado à indústria, quer dizer, eu acho que esse tema é extremamente importante, o Senado tem uma tarefa muito grande.

Eu quero agradecer aqui a nossa participação, trouxemos, Senador João Pedro, alguns mapas aqui, vamos deixar para a Comissão, eu quero passar aqui os mapas, esse daqui é do Município de Manicoré, Município de Manicoré também, Município de Humaitá, mapa do Município de Borba, onde nós conseguimos identificar imóveis que a Ghetal diz ser dela, uma relação aqui de certidões cartoriais, certo, para a Comissão, e, também, um quadro que consta se esses imóveis que a Ghetal diz ser dela, se estão devidamente registrados no nosso acervo fundiário. Então está aqui a relação de todos os imóveis que a Ghetal tem interesse. Eu quero agradecer a nossa participação, estamos aqui à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu vou chamar para compor a Mesa o Dr. Carlos Alberto, que é Procurador do INCRA, sentar aqui ao lado do Dr. Sebastião, e já passo a palavra para o Senador José Nery, do PSOL.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador João Pedro, a quem quero cumprimentar pela iniciativa do requerimento que garante aqui a realização dessa Audiência Pública. Cumprimentar e agradecer a presença do Dr. Henrique Pereira, Superintendente Regional do IBAMA do Amazonas, Socorro Marques, Superintendente do INCRA no Estado do Amazonas, Dr. Sebastião Nunes, Diretor-Presidente do Instituto de Terras do Amazonas, e ao Procurador do INCRA que agora tem assento à Mesa. Cumprimentar também as representações de entidades, instituições que se fazem presente nessa Audiência Pública.

Eu, sinceramente aqui, tal é a gravidade desse assunto que teria a dificuldade de por onde começar. É um tema da mais alta significação para a soberania do nosso país e a garantia dos direitos do povo brasileiro. Lamentar a ausência da imensa maioria dos membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, porque pela importância que tem essa questão esse Plenário deveria estar completo.

O desacato da empresa Ghetal e da ONG Cool Earth, a ausência deles aqui tem que ser interpretada por nós, Senador João Pedro, como um desacato a esta Comissão e ao Senado Federal. Proponho, então,

possamos tomar a medida adequada. Foi feito para essa Audiência, a partir do requerimento de V. Ex^a., foi feito um convite e eu vou propor e proponho a V. Ex^a. que possamos fazer uma convocação para que tenham a obrigatoriedade de vir aqui prestar esclarecimentos de acordo como tão brilhantemente pede o seu requerimento.

O assunto que nós estamos tratando aqui é próprio para uma Comissão Parlamentar de Inquérito, tal a gravidade que ele encerra, e o mais extraordinário absurdo é estarmos sob a tutela de um Parecer da Advocacia-Geral da União, desde 1998, para permitir que empresas controladas por capital estrangeiro possam comprar terras em qualquer lugar do Brasil de forma ilimitada, sem nenhum controle do Estado brasileiro. Esse é que o verdadeiro absurdo. Não é um absurdo, isso é um escândalo nacional. Seria um assunto para uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas eu acho que não devemos... Podemos até chegar a isso, porque não é um problema de Manicoré, não é um problema do Amazonas, não é um problema dos Estados da Amazônia brasileira, é um problema do Brasil, porque se olharmos, São Paulo é o campeão em número de propriedades em nome de pessoas de outros países, com um total de 11.424 terrenos, num total de 504 mil hectares. O Mato Grosso tem 1.377 propriedades espalhadas numa extensão de 754 mil hectares, comprado, registrado em nome de estrangeiros. Então o problema é de uma gravidade difícil até de mensurar.

Antes mesmo de propor, que seria um assunto próprio para uma CPI e a partir da iniciativa de V. Ex^a., Senador João Pedro, creio que poderíamos propor aqui no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a criação de uma Subcomissão Temporária para analisar e estudar todos esses fatos, e no âmbito da sua preocupação manifestada desde o início dessa Audiência, quando inclusive propôs o requerimento, para qual urgência necessária propor a revisão imediata dessa legislação fajuta, irresponsável e criminosa que permite que isso possa ocorrer no Brasil da forma como vem acontecendo. E como estamos sob a égide de um Parecer da AGU para permitir a apropriação criminosa de parte do território do nosso país por estrangeiros, claro, baseado numa lei, o Parecer, ele extrapola, mas ele está baseado numa lei federal. Sugerir que deveríamos pedir, Senador João Pedro, exigir do Governo a imediata revogação desse Parecer para que pelo menos possamos não no limite do pedir agora, mas pelo menos dar uma basta nisso. Então a proposta seria a revogação imediata, porque ela pode ser feita de forma administrativa, desse Parecer da AGU, que é um escárnio, que é um crime contra a soberania do nosso

país. Possa estar aqui e alguém pode dizer: "Mas isso é exagero". Não é, porque os relatos que nós temos escutado sobre a aquisição de enormes áreas de terra no Pará, no Amazonas, no Mato Grosso, no Tocantins, sobretudo orientada nesse processo de especulação imobiliária tem, além da aquisição de enormes estoques de terras, muitas vezes quem adquire grandes áreas é para revender até a terceiros.

Essa especulação vem na esteira desse processo de ampliação do plantio de cana-de-açúcar para a produção de etanol, do milho e soja, enfim, ou se toma uma posição decisiva sobre esta questão ou a chamada internacionalização do Brasil, do país, da Amazônia, tão colocada por setores que preservam ainda algum sentimento de nacionalidade, de nacionalismo, como as Forças Armadas, que há pouco tempo, há poucos dias um General chegou a afrontar uma decisão judicial quando questionou de forma desregrada o Decreto Presidencial de demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, e ontem fomos tratar disso com o Presidente do Supremo Tribunal Federal numa Audiência de uma Comissão de Senadores, Deputados da Amazônia, onde V. Ex^a. e eu estivemos participando, toda uma admiração, um escândalo por conta da demarcação da terra indígena de 1.700.000 hectares em Roraima, porque isso seria um perigo para a segurança do país, para a soberania nacional, termos terras indígenas de fronteira, isso era uma ameaça à segurança. Mas a venda de milhões de hectares para estrangeiros sem nenhum controle no Brasil e na Amazônia especialmente, isso não é uma ameaça à segurança nacional, isso não é uma ameaça à segurança do país. É impressionante como ninguém até agora levantou a voz para questionar, por exemplo, um projeto proposto por um colega nosso, o Senador Sérgio Zambiasi, que propõe a diminuição da faixa de fronteira de 150 quilômetros para 50 apenas nos Estados do sul, da região sul do país, onde está aquífero Guarani, importante reserva de recursos hídricos para o país, para a região, para a América, para os países latino-americanos do sul, e aí é quando a gente se lembra, lembram que há três anos atrás quando o senhor do império desencadeou o combate ao terrorismo internacional, lembram-se quando eles invadiram o Iraque, também acharam que o Eixo do Mal também tinha a presença de terrorista no Cone-Sul?

Então são esses absurdos que nós precisamos tratar, porque tudo isso que está intrinsecamente ligado à questão da soberania do nosso país. Se não bastasse aqui os jornais hoje estampando, em primeira página, o fato do Governo dos Estados Unidos colocar e reativar a quarta frota da marinha americana para realizar operações militares, manobras militares na América do

Sul, Central e no Caribe. Isso é uma ameaça ao continente latino-americano, aos nossos países.

Então essas questões todas têm a ver com soberania. Por isso, Senador João Pedro, seria muito importante requerermos ao Presidente Lula, de forma imediata, de forma imediata e ver os meios jurídicos legais para revogar esse Parecer criminoso da AGU. Segundo, se for de acordo com V. Ex^a. e com os demais Senadores que compõem a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, propor a criação de uma Comissão Temporária que possa, no âmbito dessa Comissão, estudar, propor medidas, investigar, levantar essa questão de forma muito adequada para, como o senhor pretende, e o senhor havia me convidado para essa tarefa para o qual tem a mais absoluta solidariedade e empenho, para propormos aqui de forma imediata uma revisão dessa legislação entreguista, que não pode prosperar sob pena da chamada internacionalização da Amazônia, que não se dá como aconteceu anteriormente com apenas a ocupação do território. Como é que essa internacionalização acontece hoje? Como é que a geopolítica, como é que as relações de poder sobre espaço, principalmente na Amazônia, estão ocorrendo atualmente? Através da influência na tomada de decisão do Estado brasileiro no sentido de garantir que os interesses dos grandes grupos econômicos se apropriem das riquezas minerais, explorem as riquezas minerais, paguem migalhas ao Estado e à sociedade.

Então ou a gente faz uma revisão desses procedimentos ou nós estaremos entregando de mão beijada a nossa soberania, que vem sendo atacada violentamente pela compra de terras de estrangeiros, pela presença cada vez mais de empresas madeireiras na Amazônia, porque não é só a Ghetal. A Ghetal é uma, entre dezenas, que se apropriam do território, dos nossos recursos naturais para explorar, muitas vezes até com a prática de trabalho degradante, trabalho escravo, de forma que essa questão da terra, da forma como ela vem sendo operada, da forma como ela vem sendo feita, não pode continuar, e aí essa iniciativa de V. Ex^a. deveria aqui estar referendada, reconhecida. É certo que a Comissão aprovou o requerimento e estamos realizando a Reunião, a Audiência Pública, mas é preciso a participação de todos os Senadores e Senadoras e de todos os partidos, uma convocação geral para que um tema de tamanha importância para o país seja tratado com a importância que merece do Senado Federal e desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

São essas, Sr. Presidente, senhores convidados e convidadas, algumas das nossas avaliações e proposições que fazemos no sentido de apressarmos

as medidas que possam por termo a essa verdadeira entrega do território, das riquezas, à exploração de capitais internacionais e que nós não podemos assistir de braços cruzados. Ou reagimos enquanto há tempo, ou a cobiça sobre a Amazônia, sobre os nossos recursos hídricos, a nossa água, nossas florestas, nosso minério, a nossa terra, estará em pouco tempo consolidada, e a reação à altura desse desacato, dessa violência, tem que ser agora ou será tarde demais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Senador. Só para a Mesa entender. V. Ex^a. apresentou na realidade dois requerimentos. Um requerimento de convocação da Ghetal e da Cool Earth, de convocação, e um outro requerimento que é da revogação da AGU, da decisão do Parecer 181, da AGU, à Presidência da República?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, na verdade eu queria fazer exatamente essa proposição, mas com a aquiescência, Senador João Pedro, de V. Ex^a. Primeiro, eu acho que a ONG e a Madeireira devem ser convocadas no âmbito mesmo da Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): A mesa acata o requerimento e nós vamos--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): -- de Agricultura e Reforma Agrária. Segundo, esse pedido de revogação é mais uma definição, é uma deliberação mais política, porque para encaminhar no âmbito da Comissão um pedido desse ao Presidente da República, precisaria de uma aprovação aqui, ter essa participação mais... é... uma deliberação. Essa daqui é mais uma orientação para que nós pudéssemos aí, de forma política, nos manifestar, em nome dos nossos mandatos, ao Presidente da República para pedir a imediata revogação desse Parecer. E, terceiro, se V. Ex^a. for de acordo, propor que nós formalizássemos, através de requerimento submetido ao Plenário da Comissão, da criação de uma Subcomissão Temporária, ou até avaliarmos se dada a gravidade e a necessidade se não era necessário até propormos uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Por enquanto eu ficaria... Porque a Comissão Parlamentar de Inquérito nós temos que propor lá no Plenário. Aqui seria apenas, inicialmente, coloco para avaliação, a idéia de constituirmos uma Subcomissão Temporária para analisar esse importante tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): A Mesa encaminha da seguinte forma: essa terceira propositura de V. Ex^a., essa nós temos que submeter à Comissão. As outras duas proposições da convocação e da revogação imediata do Parecer da AGU, a Mesa acata. É importante formular isso, mas

fica acatado, porque a Reunião tem quorum, os Senadores estão nas outras Comissões, a Mesa considera aprovada, e a outra nós vamos submeter à Subcomissão ou quem sabe até mesmo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu agradeço enormemente a V. Ex^a., para que os nosso ilustres convidados do Amazonas, dos órgãos ilustres que estão aqui, perceberem que as Audiências Públicas, que às vezes alguns questionam, quer dizer, são medidas, são atitudes, são tarefas, são encaminhamentos como esses, Sr. Presidente, que mostram que esses debates têm muito sentido quando provocam iniciativas como essa que nós estamos conseguindo adotar aqui.

Obrigado a V. Ex^a. e parabéns pela iniciativa de trazer tão importante tema a essa Comissão e, com certeza, a Amazônia e o Brasil vão se orgulhar dos encaminhamentos, das tarefas, dos desdobramentos práticos que essa iniciativa vai proporcionar. Muito obrigado a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Só para cumprir a praxe, a Mesa submete à discussão essas duas proposições, V. Ex^a. já o fez, a Mesa considera aprovada as duas proposições. A outra a gente vai submeter à Comissão. E esta presidência vai sugerir à nossa Secretaria, em função da fala, da exposição do Dr. Sebastião Nunes, que a nossa Secretaria possa solicitar dos cartórios dos Municípios onde a empresa Ghetal tem terras, foram seis Municípios apresentados aqui: Humaitá, Borba, Manicoré, Carauari, Itacoatiara e Lábrea. Nós vamos oficializar os cartórios, esta Secretaria da Comissão, para informar negociações com terras e conseqüentemente registros de terras nesses municípios a estrangeiros, está certo?

Então eu passo em seguida a palavra ao Procurador da União, Dr. Carlos Alberto de Salles, que é servidor do INCRA do Estado do Amazonas.

SR. CARLOS ALBERTO DE SALLES: Nós cumprimentamos a todos os senhores, em primeiro lugar a Mesa, na pessoa do Senador João Pedro, cumprimentamos os demais Senadores e todos os presentes.

O Amazonas vem com uma experiência bastante avançada sobre o combate à grilagem. Em meados de 2001, em um trabalho inédito em todo o país, em conjunto com a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, conseguimos, o INCRA, evidentemente, cancelar aproximadamente 49 milhões de hectares que se encontravam registrados de forma irregular, inclusive em nome de empresas estrangeiras. Podemos dar exemplo: a empresa chamada Mabral, que detinha uma área de quase 500 mil hectares em área no Município de Manicoré e Município de Manacapuru. Essas

áreas foram canceladas e também nesse combate à grilagem encontramos uma área de 313 mil em nome de uma outra empresa detentora de capital estrangeiro, de Malaio, destinada exclusivamente ao serviço de madeira. Nós estamos com uma ação em conjunto com o Ministério Público Federal para cancelar esse registro. Todas as atividades foram encerradas dessa empresa, são áreas grandes que nesse serviço de combate à grilagem foram detectadas.

Com relação a esse trabalho que estamos fazendo sobre a empresa Ghetal, o INCRA entrou em campo em primeiro lugar no Município de Manicoré. Fizemos a visita no cartório, acompanhado por técnicos especializados na matéria, e constatamos que na realidade a Ghetal Imóveis Administradora, que foi a última do Grupo Ghetal a receber imóveis, ela possui poucos imóveis. Foram repassados, primeiro, para a empresa denominada TBU Participações Ltda. e em seguida essa empresa transferiu para a EFA – Empresa Florestal da Amazônia Ltda., com sede na cidade de São Paulo, quase todo esse patrimônio foi repassado para essas empresas. Ghetal ficou aproximadamente com quatro ou cinco imóveis, enquanto os demais se encontram já em domínio de outra pessoa jurídica. E com relação à questão--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Dr. Salles, um minuto. V. Ex^a. está falando só das terras, dos imóveis no Município de Manicoré--

SR. CARLOS ALBERTO DE SALLES: De Manicoré.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): ou entre os seis Municípios?

SR. CARLOS ALBERTO DE SALLES: Só no Município de Manicoré.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Só em Manicoré que a Ghetal então já passou--

SR. CARLOS ALBERTO DE SALLES: Já passou todos os imóveis para a empresa TBU e, em seguida, a TBU passou para a empresa EFA – Empresa Florestal da Amazônia Ltda., com sede na cidade de São Paulo. Na realidade não existe nenhum imóvel em nome de estrangeiro. Depois da Constituição de 1988 acabou-se a distinção entre empresas nacionais e empresas estrangeiras. Então todas as empresas que são criadas em território nacional, elas são consideradas empresas nacionais, razão pela qual as compras são feitas sem nenhum impedimento e sem nenhum limite de tamanho de área. E para regulamentar essa questão constitucional foi que a AGU deu a esse Parecer que está sendo aqui ora tratado.

Então era o que tínhamos a dizer com relação a essa parte relacionada à Ghetal. No Município de

Manicoré a Ghetal só tem em nome dela, no registro de imóveis, três ou quatro imóveis de uma relação de trinta e dois; os restantes foram repassados para outras empresas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Esses dados são dados novos, não é isso?

SR. CARLOS ALBERTO DE SALLES: São dados de ontem, recentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Junto ao cartório de Manicoré?

SR. CARLOS ALBERTO DE SALLES: junto ao cartório de Manicoré, feito todo o trabalho por técnicos e por mim orientados e depois revisto em todos os livros que foram feitas as análises.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O INCRA, eu pergunto, o INCRA tem alguma programação no sentido de fazer-se o mesmo trabalho que foi feito em Manicoré nos outros Municípios onde a Ghetal tem terras?

SRA. MARIA SOCORRO MARQUES FEITOSA: Sim, nós estamos, primeiro, concluindo essa parte de Manicoré, que o nosso foco mudou agora para a Ghetal, uma vez que foi feita essa informação no Fantástico, que havia sido realizada a compra da empresa, ou seja, nesse momento o que nós entendemos é que foi comprado o ativo da Ghetal, que por hora não existe, não foi a aquisição da terra. E nós estamos sim vendo em todos os Municípios, são seis Municípios no caso, começamos com Manicoré e seguiremos em Carauari, Humaitá, onde nós temos mais áreas. Esse é o nosso trabalho agora e acreditamos, trinta dias, o Dr. Salles aí está fazendo a colocação, primeiro que Manicoré, até para conseguir voo é uma dificuldade agora, nós estamos pensando em fazer fretamentos, e nos outros Municípios com certeza. Eu acho que em sessenta dias daria para a gente ir nos seis Municípios, cinco agora, mas esse é o nosso trabalho e queremos sim, a Procuradoria vai estar fazendo uma análise, eu acredito que o INCRA poderá fazer isso posterior aos sessenta dias, emitir um Parecer com relação a tudo que for levantado nas Comarcas, se há ainda algum registro no nome da empresa Ghetal.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu vou fazer uma pergunta ao Dr. Salles, que é um Procurador experiente, eu conheço o trabalho do Dr. Salles, tivemos a oportunidade de trabalharmos por um bom período, acerca se V. S^a. tem alguma sugestão no sentido de trabalharmos um controle da aquisição de terras em mãos de estrangeiros. V. Ex^a. tem alguma sugestão? Mas antes eu quero perguntar também ao IBAMA, e em seguida ele responde, sobre essas informações que o Procurador deu agora na medida em que o IBAMA autuou a Ghetal, dessas informações que

a Ghetal já passou para uma empresa jurídica que já passou para uma terceira, nessas terras em questão, justamente em foco, que é Manicoré. Pela ordem, eu vou ouvir a sugestão aí. V. S^a. tem alguma sugestão sobre a aquisição de terras nas mãos de estrangeiros? Em seguida o IBAMA fala.

SR. CARLOS ALBERTO DE SALLES: Com relação à pessoa física, ainda continua em pleno vigor a Lei 5.709 e seu regulamento. Agora com relação à pessoa jurídica, aí tem que se mudar a Constituição Federal, estabelecer o que é empresa nacional e o que é empresa permitida a funcionar aqui no país, como era anteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Henrique, por favor.

SR. HENRIQUE PEREIRA: Sr. Senador, é pouco tempo para o IBAMA aqui trazer as informações sobre os aspectos ambientais, mas eu gostaria de deixar claro que o que nós estamos enfrentando nessa situação é mais do que a questão sobre a nacionalidade da personalidade da pessoa física ou da pessoa jurídica que controla a terra. Nós estamos falando da tutela, da proteção do recurso natural. Quando uma empresa solicita, pede ao órgão ambiental uma autorização para explorar uma floresta e obtém essa autorização, há um compromisso pela manutenção da floresta manejada. O que nós estamos detectando no caso da Ghetal, primeiro, não há que causar nenhuma estranheza, é decorrente do modo de produção do capital. Uma empresa se constitui, explora um recurso natural, ela entra em, vamos dizer assim, crise financeira, que é o caso da posição de compensados, adquire um financiamento privado de vinte milhões de dólares e acaba tendo que entregar todos os seus ativos para um fundo que é controlado por uma grande organização econômica não brasileira. Isso não é de nada estranho no mundo do capital.

O que é estranho, Sr. Senador, e por isso o IBAMA age conforme manda a lei, é inaceitável o abandono do Plano de Manejo Florestal, a decisão de suspender a atividade econômica isso é do próprio agente econômico, nós não estamos nos imiscuindo no direito e na direção do próprio capital, mas um Plano de Manejo Florestal significa dizer que ele é assumido na condição de ser sustentável e essa sustentabilidade prevê um ciclo de cortes de vinte e seis anos e, portanto, um compromisso de pelo menos trinta anos do detentor do Plano de Manejo Florestal com a manutenção da floresta. Esta é uma situação grave e na minha avaliação a situação, o desenrolar do Plano de Manejo Florestal Democracia representa, para a história do manejo florestal da Amazônia, uma tragédia. É a falência da idéia do princípio da sustentabilidade e do

manejo florestal, isso decorrente das razões próprias da exploração que se dá nos moldes, como disse, ditado pela forma como o capital se produz e reproduz. É também uma tragédia social porque ao autorizar a exploração da floresta e não haver nenhuma medida do Estado brasileiro para o ressarcimento dos danos causados diretamente ao ambiente e indiretamente à sociedade brasileira, é que levou à Procuradoria Federal especializada do IBAMA a ingressar com o pedido inicial numa futura ação civil pública.

Eu entendo que do ponto de vista do Poder Executivo, a administração pública ambiental, as medidas necessárias e de força cabíveis estão adotadas. Vir a uma Audiência Pública no Senado é para tentar trazer aos Srs. Senadores os esclarecimentos solicitados e pedir que esta questão seja analisada em toda a sua complexidade e que vai mais além da questão, como disse, sobre a natureza ou a cidadania do capital ou da pessoa física que obtenha uma autorização para explorar os recursos naturais da Amazônia. É a própria questão da exploração dos recursos naturais da Amazônia. É do conhecimento do IBAMA sim, porque nós solicitamos à empresa que apresentasse todos os seus contratos, a mudança do controle da terra da Ghetal para a TBU, que aconteceu antes de 2001, quando isso não estava vedado. O que não era de conhecimento e por isso a empresa negou-se a apresentar, a partir de 2005, são as transações ocorridas após essa data, Senador. O INCRA nos informou, em 2005, que os certificados de cadastro de registro desses imóveis estavam suspensos, inibidos, portanto, em 2001, o que vale dizer que essas mudanças na propriedade da terra são todas irregulares e passíveis de serem consideradas nulas de pleno direito, e, se nulas, a empresa Ghetal, que acabou tendo um contrato de comodato com o dono da terra, também a explorou em completa irregularidade. Esse contorno da transação dos arranjos do capital para explorar os recursos é que são trágicos e que merecem uma análise aprofundada. Lhe digo que dos órgãos de administração ambiental estas análises estão em curso desde 2001 e a gente espera que esse caso possa suscitar, no âmbito do Congresso Nacional, uma discussão que vá mais além, além da questão da natureza ou da cidadania do capital, se é que podemos imaginar que o capital tenha cidadania.

Essa questão da mudança da FLOREAM(f), que era o nome da TBU após a aquisição do controle acionário pelo *Brazilian Forest Infan Investment*(F) e o surgimento da EFA já consta na ação civil pública. Nessa liminar cautelar os requeridos são Ghetal Amazonas S.A. Indústria de Madeira Compensada e EFA – Empresa Florestal da Amazônia Ltda. Então em resposta

ao seu questionamento, sim, é do conhecimento do IBAMA, é do conhecimento da Procuradoria Federal e a empresa atual controladora das terras já está intimada no âmbito dessa ação preparatória em que já obtivemos a liminar cautelar.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Após ouvir as palavras do representante do IBAMA, Sr. Henrique Pereira, nós queremos conceder a palavra ao ilustre Senador João Pedro, autor desse requerimento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente Jayme, eu vou ter que sair rápido para dar uma entrevista e volto, mas eu gostaria de perguntar para o IBAMA, para o representante do IBAMA. Esses seis Municípios em que a Ghetal detém esses imóveis, todos têm projeto de manejo? Se todos esses lotes de terra possuem projeto de manejo e para quanto tempo tem projeto de manejo? Na medida em que a Ghetal chegou aí na Amazônia, ela foi mudando um pouco o seu objeto, embora trabalhando com madeira, mas ela foi mudando os seus objetivos em função do comércio, das commodities, enfim. Eu gostaria de saber disso, se todas as áreas possuem Plano de Manejo?

SR. HENRIQUE PEREIRA: Senador, alguns desses imóveis, do conjunto de imóveis que foram ou de posse ou de controle da Ghetal, alguns deles foram apresentados ao IBAMA e fazem parte de Projetos de Manejo Florestal. Existe em Carauari, esse plano foi autorizado em 1991 e suspenso em 1997, ou seja, encerrada o seu ciclo por decisão da empresa. Em Humaitá houve um Plano de Manejo autorizado em 1997, mas ele nunca foi tornado ativo, ou seja, não foi emitida nenhuma autorização para exploração. Em Ita-coatiara também um plano aprovado em 1991, mas só que só teve exploração até 2002. Em Lábrea o plano esteve ativo até 2003. Em Nova Aripuanã até o ano de 2000. Em Manicoré, o único Plano de Manejo que estava ativo no período entre 2003 e 2006.

É importante que o ambiente jurídico, as leis brasileiras tanto na questão da área fundiária como na questão florestal sofreram importantes mudanças, alterações e que tornaram essas leis mais claras, mais precisas e mais rigorosas, e é por isso então, uma das razões, a empresa vem alegando desde 2003 dificuldades em obter as autorizações, mas documentos da própria empresa afirmam que desde 2000 o Fundo que adquiriu o seu controle já considerava perdido o investimento de vinte milhões de dólares por causa da defasagem cambial, a concorrência com o compensado produzido por empresas asiáticas e etc.

Esses Planos de Manejo que estiveram ativos até 2003 estão também sendo novamente analisados pelo

IBAMA para que seja feita a cobrança de pendências. Uma pendência certamente que a empresa tem é que, por ter tido um Plano de Manejo autorizado, anualmente tem que apresentar o seu relatório de manutenção da floresta manejada. Como esses planos estavam inativos e a empresa possuía apenas um único plano ativo, a concentração do nosso interesse era no Projeto Democracia, mas com esse levantamento completo nós podemos considerar muito provavelmente que todos os outros planos apresentam também pendências e terão certamente pendências. Um deles, o cancelamento é óbvio, porque a terra indígena englobou completamente o imóvel, no caso do Plano de Manejo que existia em Lábrea. Todas essas informações, Senador, estão no documento que atualizei e entreguei à sua assessoria no início da Sessão.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, eu gostaria que o INCRA informasse a esta Comissão, que seria uma pergunta feita à Ghetal, se o grupo tem pago os seus impostos territoriais? É grande a quantidade de terras, são seis Municípios em que o grupo trabalha, e essa quantidade toda de terras, o INCRA tem informações de que a Ghetal vem pagando o ITR, o Imposto Territorial Rural?

SRA. MARIA SOCORRO MARQUES FEITOSA: Bom, na verdade o INCRA tem informação sim e desde 2002 eles nunca apresentaram os seus documentos para atualizar no Sistema Nacional de Cadastro Rural, que é o SNCR. Na verdade esses dois imóveis, eles estariam irregulares do ponto de vista cadastral, ou seja, impossibilitados para fazer qualquer tipo de negociação com as terras para qualquer terceiros. Então do ponto de vista cadastral eles estariam na ilegalidade no órgão para negociar, porque o CCIR, que é o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural é o documento que habilita, que possibilita a empresa, ao proprietário negociar, fazer as negociações, ter créditos, enfim, trabalhar com a área. Então do ponto de vista cadastral, para o INCRA, ele está irregular, ou seja, o ato que foi feito, realizado da Ghetal para com essa terceira empresa, passando para a TBU e a EFA, na verdade estaria na ilegalidade porque ele não possui esse certificado, ele não estaria habilitado no órgão para apresentar. E aí seria o quê? Seriam os impostos, seria tudo, o georeferenciamento, que é o cumprimento da 10.267, que é a norma, para que ele pudesse estar apto, dizendo na legalidade desses imóveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Complementando, me permita, com a *devida vênia* do Senador João Pedro, à Dra. Socorro. Nesse caso, quais as providências que o INCRA toma em relação à falta, ou seja, a inadimplência de pagamento do ITR? Outro: [ininteligível] que não tem

o GEO, não tem a LAO, eu imagino que esteja impossibilitado, neste caso também, de não só contrair eventualmente algum financiamento para essa área ser explorada como também a transação imobiliária. Nesse caso o INCRA, órgão responsável pelo setor imobiliário no nosso país, nesse caso eu imagino que algumas providências tenham que ser tomadas, até porque ele está inadimplente, como a senhora bem disse aqui, em relação aos pagamentos desde 2002, me parece que não foi fornecido ainda os documentos em relação ao recolhimento desse tributo, como também em relação ao GEO que obrigatoriamente se faz necessário fazer, como também a LAO, que é a Licença Ambiental Única. As providências os INCRA está tomando ou não está tomando em relação a essa propriedade?

SRA. MARIA SOCORRO MARQUES FEITOSA:

É, nós estamos notificando, fazendo notificação com a empresa, creio que a fiscalização já fez isso desde o começo do mês para que eles pudessem apresentar se têm, se possuem essas informações para que possa ser emitido o certificado. Isso nós estamos fazendo com a JUCEA do ponto de vista também da legalidade da empresa, nós estamos fazendo na verdade um levantamento como esse colocado agora pelo Procurador nos cartórios. Então nós estamos fazendo, com relação à Ghetal, tudo que cabe ao INCRA e que na verdade nós podemos elucidar qual é o quadro da Ghetal diante do cadastro, diante do ponto de vista ambiental que nós estamos fazendo essas informações com o IBAMA, nós estamos levantando sim e ele não poderia estar omissa no sistema, porque ele apresentou ao órgão todos os documentos comprobatórios que ele pudesse ter esse certificado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Tendo em vista que ainda temos aqui uma matéria extrapauta, nós pretendemos até o retorno do ilustre Senador João Pedro, autor da convocação desta Audiência, nós pretendemos suspender temporariamente.

Todavia, eu quero fazer aqui mais uma indagação à responsável pelo INCRA do Estado do Amazonas, de que há poucos dias atrás, eu imagino que V. S^a. tomou conhecimento de uma matéria jornalística feita pelo brilhante jornalista Zeca Camargo, da Rede Globo de Televisão, especificamente no Programa Fantástico, ele denunciava naturalmente de que estava sendo levado a cabo a compra de terra, até via Internet, na medida em que para conservar cento e trinta toneladas de dióxido de carbono, vinte e duas aves adultas, seis espécies de animais em extinção, trezentos e vinte e duas plantas e mais de onze mil espécies de insetos, o cidadão recebia um certificado de doação pela Rede

Mundial de Computadores. Nesse caso, essa picaretagem, que eu posso chamar assim, se pagava apenas cento e quinze reais por hectare. Se tem fundamento ou se não tem fundamento essa matéria jornalística feita pelo jornalista Zeca Camargo, que estava sendo realizado no Estado do Amazonas?

SRA. MARIA SOCORRO MARQUES FEITOSA:

Bom, eu acredito, primeiro, que isso seria um caso de Polícia Federal. A Polícia Federal deveria estar investigando, porque todas essas vendas que estão na Internet de terras, o INCRA não pode estar intercedendo e consultando se ora é uma terra da União, se é terra de particular, se é terra do Estado. Então a pessoa poderia vender, não nesse caso, entendeu, o INCRA ter esse poder dessa informação ou de coibir, isso seria mais para a Polícia Federal porque o INCRA não tem poder de polícia. Então na verdade a orientação que é dada, toda a aquisição ela deve, primeiro, ser consultada ao órgão no sentido de ver a legitimidade do título ou se for terra da União consultar o INCRA e o INCRA dirá, entendeu, se tem legitimidade essa área.

Agora quanto à matéria veiculada dessa aquisição, eu estive na Polícia Federal e nós vamos estar... todo o levantamento que o INCRA estará fazendo com o IBAMA, o IBAMA já passou parte dessa informação, nós vamos estar também socializando aonde o INCRA já está trabalhando com a Procuradoria no sentido de elucidar essas aquisições como colocou o Dr. Salles agora. Isso nos cabe. Agora quanto a essa informação, não posso dizer se é procedente. Por quê? Porque sai muita coisa na mídia e que na verdade são áreas que fogem ao controle do INCRA de dizer se é terra de particular ou essa negociação que é feita na Internet.

SR. CARLOS ALBERTO DE SALLES: Eu queria um aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pois não.

SR. CARLOS ALBERTO DE SALLES: Por exemplo, essas terras, geralmente elas são virtuais, elas não existem na realidade no solo. Nós tivemos uma situação idêntica a essa num Município chamado Candutama(F), com área de 2.402.000 hectares e foram registrados, naquele cartório, aproximadamente dez milhões de hectares. Precisava de quatro andares para poder suportar o número de terra que foi ali registrado. Então essa situação ocorre através da Internet em questões semelhantes a essa, questão puramente virtual, essas terras não existem, é como V. Ex^a. falou, verdadeira picaretagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu pergunto ao Plenário, aos ilustres Senadores, se alguns dos Srs. Senadores gostaria de indagar aos convidados?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): A nossa preocupação aqui é o seguinte: nós estamos tendo uma Reunião da Comissão de Justiça lá, vários membros daqui estão lá, eu estava lá também, e nós temos um projeto de extrema importância para votar. Eu pergunto se não seria possível encerrarmos a Audiência Pública para votarmos os projetos de grande interesse para o país?

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Nós queremos comunicar ao Senador Osmar Dias que esta Audiência, convocada pelo ilustre Senador João Pedro, já está concluindo o seu trabalho, até porque o Senador está retornando, e com certeza, através da informação da assessoria da Mesa, o projeto de interesse desta Comissão virá à pauta.

Eu pergunto aos ilustres convidados, para concluir os trabalhos, que nada mais temos a tratar, nós queremos agradecer a presença dos ilustres convidados e declarar encerrada a presente Audiência Pública. Muito obrigado aos ilustres convidados.

[Encerrada a Audiência Pública]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Projeto de Lei extrapauta do Senado Federal nº 474 de 2007, de autoria do Senador João Tenório, que altera os arts. 48 e 103, da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir entre os objetivos do crédito rural o estímulo à substituição do sistema de pecuária extensiva pelo sistema de pecuária intensiva. Comunico à Comissão que a matéria tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 555 de 2007, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, a qual obteve Parecer pela aprovação do PLS nº 474, de 2007, nos termos da Emenda nº 1-CAE, substitutivo, e pelo arquivamento do PLS nº 555, de 2007. Informo que o presente projeto é de natureza terminativa, exigido quorum e votação nominal. Com a palavra o Senador Osmar Dias para proferir o relatório.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu relatei esse projeto ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, lá ele foi votado, aprovado por unanimidade e hoje tenho o mesmo privilégio de ser o Relator aqui. Agradeço ao Presidente a confiança. Os dois projetos são muito importantes e muitos oportunos. V. Ex^a., inclusive, participou do debate ontem.

O projeto do Senador João Tenório, ele vem de encontro com esse debate mundial e, principalmente

aqui no Brasil, da crise de alimentos e o que fazer para resolver essa crise de alimentos. Ele está propondo que o Brasil, na sua Lei Agrícola, Lei 8.171 de 1991, coloque o inciso VII, no art. 48, dizendo o seguinte: “apoiar a substituição do sistema de pecuária extensiva pelo sistema de pecuária intensiva. O que significa isso? O que o Senador João Tenório está propondo é que o Brasil, que tem hoje 210 milhões de hectares aproximadamente de pastagens, sendo que segundo a EMBRAPA 70% dessas pastagens estão degradadas e com baixíssimo índice de produtividade, tanto é que nós temos mais ou menos 210 milhões de cabeças de gado no país, o que dá uma cabeça por hectare, temos um pouquinho mais até de 210 milhões hoje de cabeças, então dá menos de uma cabeça por hectare, e se nós incentivarmos os produtores a aplicarem a tecnologia nessas pastagens degradadas ou viabilizando essas pastagens para produção de carne mesmo, ou seja, reformando pasto, aplicando tecnologia, aplicar calcário, fertilizantes, uma gramínea de melhor adaptação àquele clima, àquele solo, um rebanho geneticamente melhorado, um manejo do gado mais apropriado, vai melhorar para essas regiões a renda, o emprego, porque vai haver uma produtividade maior.

Se essas pastagens forem direcionadas para a produção de grãos, nós estaremos dando uma grande contribuição a esse debate internacional. Falta comida, falta matéria-prima para a produção de biocombustível e o Brasil tem a resposta que pode produzir tanto para um quanto para outro, comida e energia. Se utilizássemos, por exemplo, esses cinquenta milhões de hectares que está sendo proposto pelo governo para a readequação dessas pastagens e colocadas a serviço da produção de grãos no país, seria praticamente, Senador Paim, dobrar a área que nós temos hoje. Nós plantamos mais ou menos cinquenta milhões de hectares no Brasil para colher cento e quarenta, cento e quarenta e quatro milhões, que será a produção deste ano de grãos. E veja: se nós tomarmos esses cinquenta milhões de hectares e direcionarmos tudo para a produção de grãos, significa que nós poderíamos estar produzindo ou produzir, com esse direcionamento, 280 milhões de toneladas de grãos. Isso significaria uma oferta de grãos para o mercado interno, tanto para a produção de alimentos quanto para a produção de energia, e um cedente para exportar.

Ainda hoje os jornais publicam a nova política energética da União Européia que está definindo o seguinte: que até 2020, 10% de todo o combustível que será consumido na União Européia terá que ser de origem biológica, ou seja, biocombustível, e quem tem a capacidade para fornecer à Europa, no caso de biocombustível, é o Brasil, assim como os Estados

Unidos, que vão ter problemas agora e estão tendo, V. Ex^a. é do ramo, está acompanhando, problemas com o milho, eles não vão ter milho para fazer o álcool que eles estão projetando e eles têm até 2017, o ano de 2017, uma projeção de utilizarem 20% de álcool no lugar da gasolina. Então quem pode suprir tudo isso é o Brasil. Até o Senador João Tenório fez um cálculo interessante ontem: se a gente pegasse cinquenta milhões de hectares e plantasse só cana-de-açúcar neles, seriam 250 bilhões de litros de álcool que seriam produzidos ao invés dos 25 bilhões que estamos produzindo hoje, multiplica por dez.

É claro que alguns produtores vão optar pela pastagem mesmo, a pecuária mais intensiva, mais produtiva, outros vão para produzir grãos e outros para colocar cana-de-açúcar, outras culturas, mas, enfim, o que está sendo proposto aqui é tomar essas áreas que não estão... tomar, que eu digo, sentido positivo, direcionar o crédito para essas áreas que estão hoje com baixo índice de produtividade para ter mais renda, mais emprego, o Brasil ganha com isso. Então é um projeto oportuníssimo que nós vamos votar aqui, que já votamos lá, aqui em caráter terminativo, por isso que eu estou acelerando aqui a fala para a gente garantir o quorum.

E o projeto do Senador Valadares, cadê o Senador Valadares?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Foi votar na CCJ.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): O Pedro Simon está pedindo aqui para votar logo porque ele precisa ir para a CCJ. Então vamos lá. Agricultura orgânica: cresceu no ano passado 25%, vai crescer esse ano 25%, o Brasil exporta 70% do que produz, somos o segundo país produtor de orgânicos no mundo, é um mercado promissor, cresce em função da exigência cada vez maior dos consumidores do mundo inteiro e oferecer crédito neste momento para a produção orgânica é uma obrigação que o Governo tem, não precisava nem ser lei, mas o Senador Valadares acha que precisa ter uma lei para que o Governo se sinta com a responsabilidade de aplicar.

E para votar logo, Sr. Presidente, esse é o meu voto, voto favorável, parabéns ao Senador João Tenório, parabéns ao Senador Antonio Carlos Valadares e parabéns ao Senador Sérgio Guerra que está ali para votar também.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Estamos todo mundo impressionado. Vamos votar, Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Quero registrar que a liderança do Governo acompanha o voto do Senador.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Esse é o meu líder.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Antes de fazermos o início da votação, eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só quero fazer esse apelo: a gente votar logo e depois, quem quiser fazer consideração, faz em seguida.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isso. Vamos votar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Em discussão o relatório do ilustre Senador Osmar Dias.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Vamos votar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Depois você fala, depois você fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): O João quer falar.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, deixa eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Vou conceder para o João aqui. Pela ordem, João.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É que eu estou aqui desde nove e quinze nesta Comissão e nós estávamos travando aqui um debate sobre terras da Amazônia. Esse projeto tem a ver com a Amazônia, tem a haver com a Amazônia e, meu querido Senador Sérgio Guerra, nós temos uma legislação hoje, quer dizer, uma legislação não, nós temos um Parecer da AGU que facilita os estrangeiros, esse sueco que agora tem 160 mil hectares de terras por conta de um Parecer, de um Parecer da AGU. Então veja só V. Ex^a.: nós precisamos tratar a Amazônia com o devido interesse nacional. E eu passei aqui, estava o IBAMA, estava o INCRA, Procuradores, tinham dois Senadores. E aí chegou todo mundo, bem-vindos. Mas é o tipo do debate que não é menor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador João Pedro, me permita um aparte?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Que não é menor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita um aparte, Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Que não é menor porque nós estamos tratando do Brasil, não é da Amazônia, mas é da posse de riquezas nas mãos de estrangeiros sem ser claro isso, porque não tem projeto. Então esse projeto aqui, eu estou lendo rapidamente e chegou um quorum privilegiado, aí de mim se votar contra, mas eu estou chamando a atenção para isso. Nós passamos a manhã aqui discutindo a

Amazônia e temos que votar agora, diz aqui na justificativa, justamente para que a pecuária extensiva não se prolongue pela floresta amazônica. Eu estou de acordo com isso, mas é o tipo de projeto que carece de um debate mais aprofundado para que nós possamos votar em defesa mesmo das populações que lá vivem na Amazônia, são vinte e cinco milhões de brasileiros que estão lá na Amazônia. Não é simples trabalhar a economia para a Amazônia por conta da importância da floresta. A minha concepção aqui não é deixar a Amazônia intocável, não, mas é como tocar na Amazônia. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador João Pedro--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permite, Sr. Presidente. Senador João Pedro, só para dizer que o nosso próprio partido estava nos chamando em três Comissões para votar, inclusive o piso salarial dos servidores públicos. Então nós só não estávamos aqui a maioria, eu acho, porque estávamos votando em outras Comissões, sem prejuízo do debate da Amazônia, que haveremos de fazer sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Vamos discutir o projeto agora em pauta. Após ouvir o Relator, o Senador Osmar Dias, concluímos para a aprovação do projeto.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a palavra o Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu estava comentando aqui com o Senador Osmar Dias sobre a importância do projeto. No entanto, eu creio que nós precisaríamos melhor discutir essa questão e queria, sem maiores argumentações, dizer a V. Ex^a. que acho importante e tomei aqui uma decisão de pedir vista do projeto para análise em Reunião posterior. Peço vista para um melhor estudo do projeto e oferecer uma contribuição melhor ao debate, tendo em vista que não estava com todas as informações que possam aqui oferecer um voto que seja consentâneo com a importância do projeto.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pela ordem, Senador Osmar Dias, em que pese ser regimental o pedido do Senador José Nery, mas concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Primeiro eu quero dizer ao Senador João Pedro que bronca de Senador eu não aceito nem hoje e nem nunca, principalmente porque eu não estava aqui porque estava

relatando o projeto de piso salarial dos professores, que é muito importante. Portanto, esse tipo de coisa que parece que só um está trabalhando e os outros não, vamos parar com isso, é isso que acaba depreciando a imagem do Senado. Eu, sinceramente, fico tão indignado com isso que a coisa vem na garganta mesmo. Eu não aceito esse tipo de coisa porque parece que os outros Senadores que estavam aqui vieram correndo para votar um projeto. Vieram para votar um projeto importante, estavam votando outros projetos importantes. A discussão da Amazônia é permanente nesta Casa e a gente discute todo dia. Agora voto a gente tem que dar na hora, porque senão depois não tem mais jeito. Então este é o primeiro ponto, eu estava relatando o projeto de piso salarial e estou aqui porque vim para relatar o projeto que pretende apoiar a agricultura orgânica do país e não sei quem pode ser contra a agricultura orgânica no país, porque ela é implantada principalmente pela agricultura familiar que alguns defendem no discurso e depois na prática parece que não tem muita vontade de votar um projeto desse.

Segundo, o projeto do João Tenório, pecuária intensiva, ele vai preservar as florestas, porque se nós aproveitarmos as áreas de pastagens degradadas nós não vamos invadir as florestas, mas parece que esse projeto também não tem importância. Então vamos fazer o seguinte: vamos pedir vista, aí a semana que vem não vota, aí entra em recesso, quem sabe o ano que vem a gente vota o projeto, mas é um direito constitucional, é um direito do Senador e eu não vou contestar o pedido de vista do Senador João Nery.

Mas pelo amor de Deus, vamos parar com esse negócio de, para a televisão, ficar com o dedão duro estendido, parece que os outros não estão trabalhando, só tem um trabalhando, isso é conversa mole, Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, peço a palavra?

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu gostaria de, em primeiro lugar, enaltecer a posição do Senador Osmar Dias diante da importância da matéria que ele relatou e também reconhecer os méritos do Senador José Nery, da sua preocupação para com a Amazônia. Os debates que aqui foram travados hoje, infelizmente nós, que somos dessa Comissão, não pudemos participar, não foi em razão do desprestígio que quisemos mostrar contra o Senador José Nery, pelo contrário, é que nós estávamos já na Comissão de Justiça, como todo mundo

sabe dia quarta-feira a Comissão de Justiça se reúne e hoje nós tínhamos várias matérias para serem votadas, inclusive a do piso salarial do professor, que é uma exigência nacional. Todos os professores estavam acompanhando no Brasil inteiro a votação da Comissão de Justiça, Senador José Nery. Então eu faço, como autor desta matéria, que V. Ex^a. é um homem que defende a agricultura familiar, conseqüentemente o fortalecimento da agricultura orgânica. Por isso, Senador José Nery, eu gostaria que V. Ex^a. levantasse esse pedido, de vez que praticamente já estamos no recesso e se esta matéria for colocada para votar em outra Sessão, quem sabe nós não tenhamos mais número para votar. Então se V. Ex^a. estiver por acaso magoado, está magoado sem razão. Nós não estivemos aqui presentes não foi para ofender a V. Ex^a., mas por causa de uma votação inadiável que se referia aos professores do Brasil, que V. Ex^a. tanto defende. Então eu gostaria que V. Ex^a.--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senador Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): — reconsiderasse o seu pedido e nós colocássemos em votação hoje mesmo nessa Sessão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): V. Ex^a. me permite um aparte?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com muito prazer, Senador líder do Governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senador Valadares, outros Srs. Senadores, Sr. Presidente Jayme Campos. Na mesma linha que colocou aqui o Senador Valadares, eu queria fazer um apelo. Eu queria registrar, primeiro, que num primeiro momento, até a orientação do Ministério da Agricultura, de alguns setores do Governo, era que não se votasse esse projeto, mas eu tive o cuidado de examinar o projeto e vi que o projeto, na verdade, prioriza algumas questões, inclusive da agricultura orgânica, agricultura orgânica que eu acho que para a Amazônia é fundamental, porque eu tenho defendido no meu Estado de Roraima, inclusive, que as comunidades indígenas fossem apoiados para fazer agricultura orgânica. Imagine um produto orgânico produzido na Amazônia por comunidades indígenas que tipo de peso de marketing teria no processo de venda. Então eu gostaria também no mesmo sentido fazer um apelo ao Senador José Nery e ao Senador João Pedro que nós pudéssemos votar essa matéria. Se não há nenhuma discordância, quer dizer, não há nenhum tipo de obrigatoriedade, não há nenhum tipo de imposição.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senador, eu não pedi vista do projeto, eu estou aqui para votar,

quero dizer que eu estou desde nove horas aqui na Comissão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): É só uma priorização, quer dizer, é só uma recomendação, uma explicitação política de prioridade, eu gostaria realmente de, em nome do Governo, apoiar o projeto do Senador Valadares, a relatoria do Senador Osmar Dias e pedir esse apelo para que a gente pudesse votar a matéria hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Concedo a palavra ao Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Jayme Campos, primeiro eu queria dizer, aos colegas Senadores, que o pedido de vista não tem nada a ver com a Audiência Pública realizada anteriormente. Muito embora eu tenho dito aqui e está registrado, lamentei sim que numa Audiência Pública que trata de um tema da maior importância para o país, para a soberania do país, que é o escândalo da compra e venda de terras na Amazônia, no Brasil, mas especialmente na Amazônia, por estrangeiros, baseado numa legislação fajuta e criminosa, porque não preserva o interesse nacional em nenhum momento. Eu lamentei que não tivesse tanto audiência, mas eu sei o quanto aqui nós somos assoberbados para tratar de tantos temas ao mesmo tempo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas isso tem que ser dito junto.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Não precisa ser dito porque todo mundo sabe disso, todo mundo sabe disso, todo mundo sabe disso.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Quem está em casa não.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Todo mundo sabe que aqui nós temos três Comissões funcionando ao mesmo tempo, somos membros de três Comissões ao mesmo tempo, realmente é difícil. Agora--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exato, exato. Eu acho que é preciso inclusive, Sr. Presidente, isso dá motivo para que a gente pense que as Comissões têm que trabalhar pelo menos mais um dia na semana, na segunda ou na sexta. É impossível você atuar aqui com o mínimo de qualidade, de intervenção, com esse corre-corre que você não dá conta. Você começo um assunto, não conclui, corre para o outro. Quem sabe isso ajude a gente a modificar o Regimento nesse aspecto para permitir uma atuação nossa mais integral nas Comissões. Quanto ao projeto--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não precisa mudar o regimento, cumprir o regimento, marcar a nossa Reunião para sexta-feira, pronto.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Correto, e aí para--

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu solicito ao Senador José Nery para concluir.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Para concluir, Sr. Presidente. Eu não sou uma pessoa intransigente, tenho uma posição muito clara sobre os assuntos que devemos aqui defender ou combater ou votar contra ou votar a favor. Como eu disse a matéria é meritória, é importante, não tinha evidentemente aqui todos os elementos para fazer uma votação aqui como que eu gostaria de ter, enfim, todas as informações para que o voto seja como tem que ser. O voto do Senador, o voto de qualquer um de nós aqui não pode ser por votar, mas como é uma questão de mérito e tem uma questão concreta de não votando agora realmente nós poderíamos ter um problema e não votar nesse semestre e não há uma questão aqui fundamental, agora o pedido de vista que eu havia feito não tem a ver como uma retaliação pela ausência ao debate, não tem nada a ver com isso, que fique claro também, embora eu tenho lamentado a ausência. Então, Sr. Presidente, aquiesço ao pedido feito e estamos pondo aqui para a votação, tendo em vista que não é uma questão--

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Quer dizer que o senhor retirou o seu pedido de vista?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Retiro o pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, pela ordem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Vamos deixar clara a posição do líder do PSOL. O que ele está levantando aqui é uma questão muito importante. Ele quis aproveitar um projeto em cima do qual há uma unanimidade, pedindo vista para que se debata outra questão. Eu acho que seria oportuno, meu líder, discutir realmente a questão da venda de terra para estrangeiro. Eu acho que é um assunto sobre o qual nós temos que nos aprofundar e temos que realmente tomar uma posição. A imprensa está dizendo que é venda para cá, é venda para lá, não se tem a mínima idéia de como isso é feito. Então eu acho que a primeira coisa que nós tínhamos que fazer é marcar uma série de Audiências Públicas para debater as questões, vamos trazer, ouvir o pensamento de todo mundo e vamos ver qual é a legislação que nós vamos fazer. Eu acho que há uma unanimidade nesse sentido, não me passe pela

cabeça que ninguém pense de maneira diferente, então vamos discutir essa matéria. Então eu faria um apelo, Presidente, vamos realmente colocar na ordem, vamos estabelecer uma pauta de discussão em torno disso e vamos ver a legislação, o que deve ser modificado, o que deve modificar, vamos verificar isso.

Agora essa matéria eu voto totalmente favorável, eu acho que é realmente muito importante, o Senador Osmar Dias há muito tempo, na minha opinião, devia ser ele o Ministro da Agricultura, eu acho difícil encontrar uma pessoa que entende e deu um show em oito anos na Secretaria de Agricultura no Paraná, o Senador Alvaro Dias, mas essa é uma questão importante, é outra questão. Isso daqui na maneira de usar, a forma orgânica do aproveitamento intensivo ao invés de extensivo, nós estamos é facilitando a entrada na Amazônia. Então eu acho que esse projeto não tem nada a ver com qualquer dúvida sobre a Amazônia. Agora eu concordo com os líderes da Amazônia que é para discutir, que se discuta isso, que se fale sobre a Amazônia. Então vamos tomar uma decisão, vamos votar esse projeto, mas vamos debater com profundidade, quer dizer, é índice que nós vamos colocar, abrir o debate em torno de terras da Amazônia. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Vamos então por em votação. Não havendo quem mais queira discutir, em votação. Quem vota com o Relator, vota sim ao substitutivo apresentado no PLS 474, de 2007, e pelo arquivamento do PLS 555, de 2007. Farei a chamada nominal. Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador Osmar Dias?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com os autores e com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador José Nery?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Voto sim, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS

(DEM-MT): Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS

(DEM-MT): Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS

(DEM-MT): Senador João Tenório, Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS

(DEM-MT): Foram computados dez votos sim.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu consulto--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS

(DEM-MT): Pela ordem, Senador Osmar Dias e Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu acho que eu vou esperar o pela ordem dele, porque eu acho que resolve o meu.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Presidente, há uma preocupação--

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS

(DEM-MT): Antes de concluir quero dizer, antes de dar a palavra ao Senador Antonio Carlos, está aprovado o substitutivo e pelo arquivamento do PLS 555. Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Há uma preocupação de todos nós porque essa matéria exige um turno suplementar, mas o art. 285(F) dispensa, no caso de requerimento aprovado pela Comissão, a utilização desse expediente, a votação em turno suplementar. Tendo em vista a urgência da matéria, consultando o Relator, eu gostaria de pedir a V. Ex^a., de acordo com o 285, a dispensa desse trâmite regimental.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS

(DEM-MT): Senador Romero Jucá, pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Que é o interstício.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr.

Presidente, apenas para acrescentar, há o requerimento de quebra de interstício solicitado, eu solicito que também seja feita prontamente a votação, e como estão presentes os mesmos Senadores, que seja contado novamente os mesmos votos dados no primeiro turno.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Era essa a minha questão de ordem. Tendo em vista a solicitação dele, que seja considerado o mesmo voto para o turno suplementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS

(DEM-MT): Em votação o requerimento para dispensa de interstício. Em votação o requerimento. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Vamos para o turno suplementar. Não sendo oferecida Emenda, o projeto é definitivamente aprovado e adotado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Agora vai a Plenário, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS

(DEM-MT): Encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h07

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLA-
TURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia dois de julho de dois mil e oito na sala dezenove, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Gim Argello, Presidente Eventual da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Geovani Borges, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Marco Maciel e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Antônio Carlos Júnior, João Tenório e Sérgio Zambiasi. Justifica a ausência o Senador Virgínio de Carvalho. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado do cargo. O Senhor Presidente Eventual Senador Gim Argello registra a presença para acompanhar a Audiência Pública o Deputado Alfredo Kaefer (PSDB/PR). Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Gim Argello submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 012, de 2008 – CCT, que “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação

e Informática (CCT), para discutir o “atual estágio de desenvolvimento tecnológico da produção de energia nuclear no País. Deverão ser convidadas a expor seus pontos de vista autoridades, lideranças acadêmicas e cientistas credenciados a debater o tema em questão. Os nomes serão encaminhados à Secretaria da CCT oportunamente.” Comparecem a Audiência Pública o Sr. Odair Dias Gonçalves – Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN; Dr^a. Nise Hitomi Yamaguchi – Assessora do Ministro da Saúde – Clínica Oncologista; Contra-Almirante (EN) Carlos Passos Bezerril – Diretor do Centro Tecnológico da Marinha – São Paulo/SP; Alfredo Tranjan Filho – Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil – INB e Dr. José Soares Júnior – Presidente da Sociedade Brasileira de Biologia, Medicina Nuclear e Imagem Molecular – SBBMN. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Romeu Tuma, Augusto Botelho, autores do requerimento e Flávio Arns. Nesse momento, os Senhores Senadores Romeu Tuma e Flávio Arns requerem, oralmente, a inclusão Extra-Pauta de requerimentos, com o que todos concordam. Extra-Pauta, Item 01: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 11, 2008 – CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Nos termos dos arts. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal e 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro em aditamento ao Requerimento n.º 11, de 2008 – CCT, de minha autoria, seja convidado o Senhor Marcos Tolentino da Silva, Rede Brasil de Televisão – RBTv, e a Senhora Regiane Coimbra Muniz de Goes Cavalcanti, Advogada, para debater, em audiência pública, assuntos relacionados às interferências prejudiciais entre emissoras de TV e Retransmissoras tanto na região metropolitana da cidade de São Paulo como no interior do estado.” O requerimento é aprovado. Item 02: Aditamento nº 02 ao Requerimento Nº 34, 2007 – CCT de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, “Em aditamento ao Requerimento Nº. 34/2007 – CCT, requeiro a participação do Sr. Cezar Telles, Presidente da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (AERP), para explanar na Audiência Pública que debaterá a interferência de rádios clandestinas no controle de tráfego aéreo brasileiro, acerca dos graves prejuízos causados por emissoras de rádio instaladas em regiões fronteiriças fora do Brasil, e que transmitem programação em língua portuguesa para o território brasileiro, prejudicando as emissoras de rádio legalmente constituídas no País, e a sociedade brasileira de maneira geral. É sabido que a existência dessas rádios é uma realidade recorrente em toda a extensão de fronteira do

Brasil, ocasionando interferências de sinal com emissoras brasileiras que operam conforme as nossas leis, que passam por todo um processo de homologação e fiscalização diante do Poder Público nacional, pagam impostos, direitos autorais, e prestam relevantes serviços de utilidade pública às populações brasileiras, fato contrário ao que ocorre com essas rádios clandestinas instaladas no exterior.” O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente Eventual Senador Gim Argello, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião, às doze horas e nove minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – SENADOR **GIM ARGELLO**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE JULHO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Invocando a proteção divina damos por aberta mais uma Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Havendo número regimental declaro, portanto aberta a 22ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura que se realiza nessa data, em 02 de julho de 2008.

Ao dar início aos trabalhos dessa reunião submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Aos Srs. e Sr^{as}. Senadores que concordam com seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, CCT do Senado Federal, participou nos dias 04, 05, 06 e 07 de junho de 2008 do 52º Painel da Associação Brasileira de Telecomunicações, a Telebrasil, na Costa do Sauípe, Salvador. Onde foi representado pelo Ex^o. Sr. Senador Antonio Carlos Júnior. O evento promovido pela Telebrasil, teve como objetivo promover o debate entre empresários de tele-

comunicações, radiodifusão, produtores de conteúdo e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo sobre o processo de convergência das comunicações e seus aspectos tecnológicos e mercadológicos legais e regulatórios. Neste contexto, os representantes das operadoras de telefonia defenderam sua participação no negócio de distribuição de vídeo, de forma a ampliar a penetração da TV paga no Brasil e estimular a criação de um mercado nacional de serviços *Triple Play*, caracterizando pela oferta conjunta de serviço de voz, internet banda larga e TV por assinatura.

As discussões sobre a reformulação da Legislação que rege o setor tiveram grande destaque com foco no Projeto de Lei, PL nº 29/07, que dispõe sobre a organização e exploração das atividades de comunicação social, eletrônica e dá outras providências, ora em tramitação na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Durante a participação do evento, o Senador Antonio Carlos Júnior representando essa Presidência destacou a importância da distinção entre a distribuição limitada ao transporte de sinais pelas redes de comunicações, de telecomunicações e a produção, programação e empacotamento do conteúdo audiovisual, atividades específicas da indústria do audiovisual. Neste contexto, o Senador entende que é possível analisar a viabilidade de se propor dois marcos legais, distintos, que regulem essas atividades.

Antonio Carlos Júnior defendeu também que o Senado Federal aprofunde as discussões sobre as cotas para o conteúdo nacional das operações de TV por assinatura, dispositivo previsto no PL nº 29/07. Essa Comissão preparou um relatório sobre todo o evento e que foi encaminhado por e-mail ao gabinete de cada parlamentar, membro desta Comissão.

Parabenizo o nobre Senador Antonio Carlos Júnior pela sua participação e estamos aguardando que o PL nº 29 chegue aqui na nossa Comissão e venha para o Senado. Está na Câmara ainda e se encaminhando para o Senado.

Quero nessa oportunidade lembrar o teor da correspondência, o porquê dessa nossa Audiência Pública. O teor da correspondência, aviso nº. 587 do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, contendo cópia do pronunciamento feito pelo Exmo. Sr. Ministro Marcos Vinícios Vilaça, em Sessão Ordinária do Plenário daquele Tribunal, a respeito de sua visita a fábrica de combustível nuclear, das indústrias nucleares do Brasil, INB, situado em Rezende, no Rio de Janeiro, conforme é de conhecimento de V. Ex^{as}. suscitando o profícuo debate resultou na presente Audiência Pública para discutir o atual estágio de desenvolvimento tecnológi-

co da produção de energia no país. Recordo ainda V. Ex^{as}. que o Ministro Vilaça manifestou sua satisfação com aquela visita, onde constatou a alta tecnologia empregada, os cuidados no sistema de segurança e os modernos equipamentos, porém, foi o alto profissionalismo que encontrou nos obstinados servidores da INB, que mais o sensibilizou.

Por indicação dos Senadores presentes, o Ministro Vilaça foi convidado para participar como expositor nessa Audiência Pública, porém, ao agradecer o convite informou à Secretaria dessa Comissão que compromissos assumidos anteriormente o impediu de comparecer. Nessas condições faço votos que os debates que aqui se produzam, dada a importância do tema e elevado nível dos expositores convidados, possam produzir os resultados altamente qualificados para o desenvolvimento da utilização da energia nuclear em nosso país.

Para darmos início aos trabalhos dessa reunião, pedir ao nobre Senador Augusto Botelho, que foi um participante ativo da última discussão e que conhece profundamente também esse tema e nos ajudou a compor a Mesa.

Nesse momento pergunto se algum Senador gostaria de falar antes, ou se já podemos passar para o primeiro expositor? Com a concordância do Plenário, peço ao nobre visitante e Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Dr. Odair Dias Gonçalves, que faça a introdução enquanto estão acertando o nosso teleprompter.

Dr. Odair, por falha do nosso computador da nossa Comissão que está terminando de colocar o teleprompter, vou então pedir para que o primeiro apresentador seja o Dr. José Soares Júnior. Dr. José Soares Júnior, por favor, S. Ex^a. está com a palavra. Dr. José Soares, por questão seqüencial, quem pediu para fazer uso da palavra primeiro foi o Dr. Trajano. Então, por favor, Dr. Tranjan, V. Ex^a será o primeiro, Dr. Odair o segundo e V. Ex^a. será o terceiro.

SR. ALFREDO TRANJAN FILHO: Bom dia, senhores. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senador Gim Argello pelo convite, ao Senador Augusto Botelho que já estivemos juntos mais de uma vez em outras Audiências Públicas. Cumprimentar meus companheiros de Mesa e dizer que eu pedi para falar o quanto antes, tanto eu, quanto o Dr. Odair, o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, porque nós fomos convocados pela Ministra Dilma. E convocação da Ministra Dilma, se a gente chegar atrasado um minuto vamos tomar uma enorme bronca. Então, tenho uma apresentação formal com todos os *slides*, mas acredito que é possível dar aos senhores uma idéia apenas usando as palavras. Não é a melhor forma de

comunicação para os engenheiros, mas vou fazer um esforço em função dessa necessidade que nós temos que sair o quanto antes.

A minha apresentação começa dizendo quais são... Qual é a missão da nossa empresa, Indústrias Nucleares do Brasil. Nós temos como missão garantir o atendimento da demanda do ciclo do combustível no país, esta é a missão oficial da nossa empresa. Mas a partir do momento em que nós configuramos uma nova Diretoria, nós colocamos uma luz vermelha, porque nós queremos um pouco mais para o futuro, não só atender as necessidades brasileiras, como poder a vir participar do mercado internacional, em todo o ciclo do combustível. Desde a sua produção do combustível, do urânio, seu beneficiamento, sua conversão para hexafluoreto de urânio, seu enriquecimento, enfim, a construção dos elementos combustíveis para entregar esse combustível às usinas nucleares, sejam brasileiras ou não.

Eu teria uma apresentação da organização do setor nuclear brasileiro. Mas para que os senhores tenham idéia, eu vou falar apenas na linha em que a INB está colocada. É a Presidência da República, o Ministério de Ciência e Tecnologia, sob o Ministério de Ciência e Tecnologia a Comissão Nacional de Energia Nuclear e sob a Comissão Nacional de Energia Nuclear as indústrias nucleares do Brasil. Essa é a configuração que nós temos dentro do Governo Brasileiro.

A nossa obrigação dentro do ciclo do combustível começa a partir da mineração. Que tem sido alvo de discussão nessa Casa, houve recentemente a votação de um pedido de emenda constitucional em função das... Da manutenção ou não do monopólio, essa PEC foi votada e foi recusada, o monopólio... Ou está mantido...

Passa para a segunda, por favor. Bom, essa é a organização que falei para os senhores. Presidência da República, a linha... Apenas a linha da INB, Ministério de Ciência e Tecnologia, Comissão Nacional de Energia Nuclear e nós indústrias nucleares do Brasil. Próximo, por favor.

O ciclo do combustível, de maneira esquemática mostrada para os senhores. Começa com a mineração e beneficiamento, que é essa coisa amarela que está sendo vista, que é chamada de *yellow cake*, é o primeiro momento em que a gente já faz um beneficiamento em cima do minério que contém o urânio. Depois esse material é convertido para gás, porque tecnologicamente nós só sabemos enriquecer a partir do gás. E este gás então é enriquecido para os teores necessários a serem utilizados nos combustíveis nucleares, sejam de usinas nucleares, seja para outras coisas. Esse gás enriquecido é reconvertido em pó,

esse pó é sintetizado feito pastilhas e essas pastilhas são cocadas em conjunto numas varetas dentro de um elemento que é chamado elemento combustível e uma quantidade de elementos combustíveis forma um núcleo de um reator nuclear. Então, nós somos responsáveis no Brasil por todas essas atividades, até a entrega do combustível para usinas nucleares brasileiras. Próximo, por favor.

Essa é a nossa condição atual em quantidade, em reserva de urânio no país. Hoje o país tem aferidas 309 mil toneladas, o que significa já nesse momento com apenas 30% de pesquisa no território nacional a sexta colocação, a sexta maior reserva do mundo. Além desta já aferida e conhecida, nós temos prognosticadas duas outras. O que significa prognosticada? Significa que já há um caminho de reserva prospectada a tal ponto que se conheça bastante, mas não de forma absoluta, a quantidade de urânio ali presente. Então, a expectativa para Pitinga, que se encontra na Amazônia e para Rio Cristalino que fica no Sul do Pará são de mais de 150 mil toneladas em cada uma delas, isso nos levaria a cerca de 600 mil toneladas. E mais uma especulação em torno do que nós viremos a ter de cerca de 500 mil toneladas. Próximo, por favor.

Essa especulação é feita em cima do mapa geológico tanto do Brasil, quanto da Austrália, quanto do Canadá. Austrália e Canadá têm grandes reservas, Austrália a segunda maior reserva mundial. E o pré-cambriano que é o ponto onde se encontra, são os locais onde se encontram as minas, as anomalias de urânio, tanto no Brasil, quanto no Canadá e Austrália são muito similares, a mesma área, enfim, etc. E como a Austrália e Canadá tem cerca já de um milhão e cem mil toneladas de reserva conhecida, nós especulamos que o Brasil também com um pouco de trabalho poderá garantir essa um milhão e cem mil toneladas. Isso nos colocaria na segunda, terceira ou quarta colocação, nas maiores reservas mundiais. Próxima, por favor.

Isso aí é apenas uma demonstração da área do pré-cambriano do Canadá. Próxima, por favor. Esta é do pré-cambriano australiano, mostrando que as áreas são compatíveis com as nossas áreas, portanto o que se encontrou lá é muito provável que também se encontre aqui.

Próximo, por favor. Esses três mapas agora em conjunto e aquelas características ali na área... Na área de pré-cambriano brasileiro, nós temos três milhões e 400 mil quilômetros quadrados, na Austrália três milhões e oitocentos mil, e no Canadá quatro milhões de quilômetros quadrados. [Soa a campainha]

Pois bem, isso significa que muito provavelmente teremos as mesmas quantidades encontradas tanto na Austrália, quanto no Canadá. Esses números

que eu estou apresentando aí são números de 2003, porque é a possibilidade de comparação que eu encontrei com os dados do Canadá. Nós sabemos que Canadá tem uma... Tem uma reserva muito maior do que essa. Já está na ordem de 900 mil toneladas. Próximo, por favor.

As maiores reservas mundiais são Austrália com um milhão e pouco, Cazaquistão, Canadá, África do Sul e aqui colocados estamos em quinto lugar com 262. Na verdade estamos em sexto lugar. Próximo, por favor.

A lavra de recursos minerais no Brasil, as minas que estão em operação, a mina que está em operação é a mina de Caetité que está sendo explorada uma anomalia, que é chamada de Anomalia 13, e nós já estamos trabalhando nas Anomalias 03 e 09, de tal forma que venhamos a aumentar a capacidade produtiva de Caetité. Próximo, por favor.

Atualmente, a capacidade nominal da nossa Mina de Caetité é de 400 toneladas/ano. Estamos fazendo algumas modificações tecnológicas, mudança de processo de retirada de urânio do material do minério propriamente dito, de tal maneira que a partir de 2011 tenhamos dobrado a nossa capacidade produtiva passando de 400 toneladas para 800 toneladas/ano. Próximo, por favor.

Acabamos de fechar no último dia 19 de junho, a parceria para exploração do projeto. Trata-se de uma mina de fosfato com urânio associado. E dentro desta parceria a expectativa é que a partir de 2012, na primeira fase do projeto se produza 180 mil toneladas de urânio por ano, o que representaria para a INB 1500 toneladas de urânio. E na segunda fase, a partir do ano 2017, passar efetivamente a este número que os senhores estão vendo aqui, 240 mil toneladas por ano, o que significa a produção de 1500 toneladas/ano. Este volume, este total de urânio a ser produzido em Santa Quitéria, somado a urânio produzido em Caetité, nos daria condição de atender a demanda do Programa Nuclear Brasileiro mais otimista para 2030, que seria Angra 01, Angra 02 e Angra 03 e mais oito novas usinas de mil megawatts. Próximo, por favor.

O quadro que vou apresentar a seguir mostra o nosso aumento de produção e uma ordem de grandeza das demandas. É lógico que isso se modificará ao longo do tempo, mas uma ordem de grandeza das demandas até 2030. Até 2012 a produção da Mina de Cachoeira atende a demanda prevista com um pequeno déficit, que é atendimento de Angra 01 e Angra 02. E em 2003 foi considerada a demanda do núcleo da nova usina nuclear de Angra 03, que é um valor bastante grande, que é uma demanda bastante grande de urânio. Enfim, vamos adiante. Próximo, por favor.

Aqui está com Santa Quitéria produzindo com a mudança de lavra a céu aberto para lavra subterrâneo, a entrada das novas anomalias e a produção de Santa Quitéria e a demanda provável para os dois cenários que estão aqui colocados, que é Angra 01, 02 e 03 mais quatro usinas ou, Angra 01, 02 e 03 mais oito usinas mostrando que nessas condições aqui temos condições de atender esta demanda e esta demanda que está aqui. Então, com relação à questão do urânio e a sua produção, o caminho já está tomado, as providências estão tomadas para atender as necessidades futuras do Programa Nuclear Brasileiro. Próximo, por favor.

Aqui é a nossa fábrica em Resende, é a Unidade 02, onde estas atividades são levadas a efeito. O número 1 aqui do prédio é onde se faz a reconversão, que é a transformação do urânio já enriquecido em pó. Aqui no nº. 02 é onde se fazem as pastilhas para serem colocadas nos tubos que formarão o elemento combustível. E essa parte 03 e 04 é onde o urânio brasileiro é enriquecido e será enriquecido para o atendimento da nossa demanda futura. Próximo, por favor.

Aqui não vou entrar nesse detalhe, se alguém quiser fazer alguma pergunta, o Comandante Bezerril está aqui, ele é o Papa disso que está aqui, ele poderá informar, mais bem informar do que eu. Por favor, próximo.

Isso aqui é a nossa fábrica de enriquecimento, essa é a parte construída, nós estamos na fase de implantação do módulo da etapa nº. 01, que são quatro módulos de dez cascatas. O que nos dará uma condição de produção desta ordem de unidades de trabalho de serviço ao ano. E uma segunda etapa com dois módulos que nos dará essa capacidade. Isso aos senhores não diz nada, mas no próximo *slide* vai se ter um entendimento do que isso significa. Próximo, por favor.

A primeira etapa, conforme dito ali abaixo, até 2010 atenderia a necessidade de 60% de Angra 01 e 02. A segunda etapa, 100% de Angra 01 e 02, e a terceira etapa que seriam outros módulos além daqueles que estamos mostrando que seria o módulo 05 e 06, atender 100% da demanda brasileira, da demanda de Angra 01, Angra 02 e Angra 03, e a partir daí, porque Angra 03 entra em operação em 2014, e a partir daí acompanhar a necessidade de demanda a medida que novas usinas nucleares forem implantadas. Próxima, por favor.

Com relação a nossa capacidade de conversão, hoje já temos implantado em Resende uma capacidade de 160 toneladas/ano. Isso significa que já podemos hoje atender a demanda de Angra 01, Angra 02 e Angra 03 e duas novas nucleares. Próximo, por favor.

Com relação à produção de pastilhas, a nossa capacidade implantada é de 120 toneladas por ano, o que já nos dá condição de atendimento de Angra 01, 02 e 03 e mais uma nova usina nuclear. Próximo, por favor.

Componente de montagem. A nossa capacidade implantada é muito além daquela que a gente necessita no dia de hoje e já atenderia Angra 01, Angra 02 e Angra 03 e mais quatro usinas nucleares.

Eu fiz essa apresentação numa velocidade que normalmente não faço em função da nossa pressa. Eu me coloco à disposição, sei que isso pode suscitar algumas dúvidas, não sei como vai ser o processo de debate, porque com certeza às 10 horas 30 minutos terei que sair daqui com medo de tomar uma bronca da Ministra. Senhores, muito obrigado. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Nós agradecemos e vamos passar então de imediata concordância do Plenário, para o Presidente da Comissão de Energia Nuclear, Dr. Odair Dias Gonçalves. Agradecendo o Dr. Tranjan pela sua apresentação relâmpago.

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES: Senador Gim Argello, demais Senadores, meus cumprimentos na figura do Senador Augusto Botelho com quem já tivemos o prazer de falar em algumas reuniões, Alfredo Tranjan, Presidente da INB, Carlos, Dra. Nise Yamaguchi, Assessora do Ministro de Saúde, e Dr. José Soares, demais presentes. É um grande prazer estar de volta a essa Casa e antes de começar a minha exposição eu gostaria de fazer duas notas rápidas. Primeiro, me desculpar por ter que me ausentar às 10 horas e 30 minutos, como o Dr. Alfredo já colocou, e segundo por utilizar um pouco mais do que os 10 minutos que me foi solicitado.

A razão dessa necessidade é que falar sobre o atual estágio de desenvolvimento tecnológico da produção de energia nuclear no Brasil, que é o tema dessa Audiência, ela... Ou me tomaria meio minuto, onde eu diria que nós estamos ótimos, que nós sabemos fazer tudo e temos capacidade de fazer tudo, que é verdade, ou eu daria uma explicação e a partir dessa explicação procuraria abordar algumas dificuldades que nós estamos tendo e o que está faltando para a gente ter o Programa Nuclear realmente andando. Então, para poder fazer isso eu me permito fazer uma exposição um pouco mais longa, onde eu vou tentar cobrir toda a amplitude do Programa Nuclear Brasileiro, que é extremamente vasto. Para vocês terem uma idéia, só a Comissão Nacional de Energia Nuclear nós temos três mil pessoas trabalhando em cinco institutos distribuídos no país, responsáveis por toda a área de

fiscalização e controle da área nuclear brasileira, responsável pela produção de rádio fármacos, ou seja, é muito grande. Há necessidade de se tomar uma série de posições inclusive legais, umas decisões que eu vou elencar ao longo da minha palestra. Então, por favor, o próximo *slide*.

A primeira coisa que eu vou abordar é a questão da geração de energia elétrica especificamente. Porque é conveniente, porque o Brasil fez a opção pela energia nuclear dentro da sua matriz de geração de energia elétrica. Em segundo lugar vou falar em pouco sobre o ciclo de combustível, mas muito rapidamente, porque o Tranjan já abordou bastante detalhadamente o assunto. Eu vou falar um pouco sobre um ponto polêmico que é a questão da energia nuclear e meio ambiente, vou falar sobre as outras aplicações e aí entra a área de medicina, vou falar um pouco sobre futuro e vou falar um pouco sobre desafios. Vou tentar fazer isso no menor tempo possível. Próximo, por favor. Próximo.

Por que energia nuclear? Próximo. Infelizmente essa projeção não está muito definida, mas isso é um mapa de fotos noturnas tiradas por satélite e montadas para parecer noite em todo o globo terrestre. Esses pontos luminosos são os pontos onde existem luz na terra a noite. E os pontos onde não aparece luz é aonde a distribuição de energia realmente chega de uma maneira muito precária. Vocês vêem que existe uma correlação direta entre desenvolvimento econômico e produção de energia elétrica e uso de energia elétrica, e nesse ponto o Brasil ainda tem muito a desenvolver. Então, quando falamos em energia, estamos falando em crescimento, estamos falando em desenvolvimento econômico. É uma coisa fundamental. Próximo, por favor.

Outra coisa importante, quando se fala em energia nuclear é que energia nuclear é produzida a partir da fissão de um núcleo. Veja que não é um átomo, é um núcleo. É a parte pequeninha dentro do átomo. Esse núcleo, ele não se aperte espontaneamente, mas se um nêutron atinge esse núcleo ele se parte, ele se partindo libera uma energia muito grande e libera outra partícula que vão bater em outros núcleos e que vão produzir novas fissões. É a forma de produção de energia nuclear, chamada fissão.

E para vocês terem só uma idéia do que nós estamos dizendo, quando a gente fala em termos de potencial energético, 10 gramas de urânio equivale a 700 quilos de óleo e equivale a uma tonelada e duzentas de carvão. E vocês vêem que então quando eu falo em energia nuclear, estou falando de uma coisa completamente diferente do que produzir, por exemplo, energia através de carvão. Próximo, por favor.

A energia elétrica de maneira geral, com exceção da solar, ela é produzida através de um giro, de um movimento de um dínamo. Se um dínamo gira, ele produz energia elétrica. É o mesmo processo que gira energia elétrica num automóvel. O automóvel carrega a bateria com um dínamo. O que varia produção de energia elétrica em geral é o que faz a energia elétrica girar. O próximo, por favor.

No caso da usina nuclear, é uma usina nuclear que produz vapor e o vapor faz a turbina girar. Então, é um processo como qualquer térmica, como qualquer usina térmica, usina a gás, a óleo, todas elas queimam, produz água fervendo e a circulação dessa água faz girar a turbina. No caso da nuclear, a energia nuclear é usada aqui no centro do reator. Aqui é que ocorre a reação nuclear, essa reação nuclear esquenta a água que circula num circuito absolutamente fechado, sem nenhum contato com o meio ambiente, isolado num prédio de concreto projetado para resistir a um impacto de um avião e tudo isso acontece aqui dentro. Essa água aquece uma outra água que faz girar a turbina novamente em circuito fechado, a única parte que entra em contato com o meio ambiente é a refrigeração, que é a terceira circuito de água, esse realmente troca um pouquinho de calor com o meio ambiente. Mas como vocês vêem, a questão da segurança é absolutamente garantida a partir desses edifícios de contenção que a gente tem aqui. Próximo, por favor.

E aí mostra claramente a diferença entre os acidentes que aconteceram em Chernobyl e em *Tree Mile Island*, e o que nós temos hoje no Brasil. Chernobyl não tinha esse edifício de contenção, Chernobyl era praticamente um barraco comparado com a tecnologia dos novos reatores. Então, isso absolutamente seria absolutamente... Seria completamente impossível de ocorrer num reator brasileiro. O fato é, por exemplo, em *Tree Mile Island*, o que aconteceu foi um acidente grave, mas não houve sequer uma fatalidade. Não houve nenhuma fatalidade, foi controlado e foi... Apesar da gravidade, foi resolvido. Uma coisa que existe só na área nuclear é que, por exemplo, o acidente de *Tree Mile Island* ensinou coisas. As lições aprendidas desses acidentes, elas são incorporadas nos regulamentos futuros. Então, o que houve foi um problema com a válvula e um problema de falha humana. A gente aprende e isso é incorporado e imediatamente divulgado para todo o sistema de reatores ocidentais. E eles... Aí as autoridades nacionais, no caso a Comissão Nacional de Energia Nuclear emite uma ordem e esses novos elementos de segurança são obrigatoriamente incorporados a todas as usinas existentes. Então, cada pequena falha que existe, existe uma correção que gera uma nova regulamentação, que gera uma nova

exigência dentro das usinas. Eu não conheço nenhum outro... área empresarial que tenha um procedimento similar. Próximo, por favor.

Aqui mostra, por exemplo, qual é o estágio em dezembro de 2005, nós tínhamos cerca de 443 usinas nucleares no mundo e isso estava parado, era um quadro que vinha praticamente desde 20 anos atrás. Próximo.

No final da década de 90 começa uma nova discussão, eu tenho o prazer de dizer que o Brasil foi um dos primeiros a levantar esse ponto, a discutir e a enfrentar a necessidade da energia nuclear, e mudou-se. Por que é que mudou-se de posição em relação à energia nuclear? Principalmente porque primeiro, e principalmente, a questão econômica. Certamente, o preço do petróleo no mundo inteiro gerou uma necessidade muito grande de buscar alternativas. Segundo, mesmo no Brasil o potencial hidrelétrico vocês vão ver, ele já está começando a ficar limitado, apesar de ser a nossa grande vocação e riqueza. E finalmente a questão do meio ambiente. A questão do meio ambiente passou a ser tão drástica e a usina nuclear, ela só produz o vapor d'água, ela não produz nenhum gás que provoque efeito estufa. [Soa a campainha] Não provocando... Não gerando gases que provoquem efeito estufa, ela é hoje provavelmente a energia mais limpa disponível. Com exceção, claro, de solar e vento. Mas solar e vento são caras, muito mais caras que a nuclear e segundo, não são possíveis de serem utilizadas em larga escala. Próximo, por favor.

O resultado é que hoje existem cerca de 24 usinas em construção, em construção no mundo, e 13 em licenciamento nos Estados Unidos e mais 20 em planejamento. A China falando em 30 novas usinas, a Índia está falando em 16 novas usinas, ou seja, o mundo inteiro de repente viu a necessidade. Países que tinham decidido não continuar com a energia nuclear, como a Itália hoje, já assumiram que vão voltar a planejar reatores. Próximo, por favor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

O número anterior que existe hoje? Só o outro...

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES: 440.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

440? Então, tem 5% a mais de crescimento. Seria mais ou menos isso?

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES: Isso já, agora foi praticamente de repente. A idéia é que até 2030 a gente dobre o número.

Além disso, outras ações estão sendo tomadas para a retomada da energia nuclear. Uma delas é a extensão da vida útil das unidades. Tem verificado que as usinas resistem muito mais do que se esperava. Isso tem um trabalho tem muito grande, no Brasil inclusive

estamos substituindo gerador de vapor de Angra 01, o que vai dar uma sobrevida de pelo menos 30 anos para a usina. Próximo, por favor.

Isso mostra porque o Brasil, mesmo dispondo de tanta energia elétrica proveniente de hidrelétrica, ele precisa de outras formas de energia. Por volta de outubro nós temos uma baixa dos reservatórios em todo o país. É uma época de seca mais ou menos constante e isso acontece curiosamente em toda a extensão do país, portanto, nessa hora é que nós corremos o risco devido a falta de outras fontes de energia. E nessa época do ano é que nós precisamos de outras alternativas. Então, a nossa matriz precisa contar com outras possibilidades que não só a hidrelétrica. Próximo, por favor.

Aqui existe outra razão do aproveitamento de potencial hídrico. O Brasil em 50 tinha essa região mais utilizada e explorada de energia dos reservatórios, o nosso potencial hídrico. Hoje estamos numa situação similar a essa aqui, o que resta ainda é só indo para a Amazônia. A Amazônia é uma região muito complicada, porque é uma região plana e necessitaria de reservatórios muito amplos e esses reservatórios muito amplos seriam em região protegida, seja por reservas indígenas, seja por reservas ecológicas. Próximo, por favor.

Nesse caso então, como eu falei, a gente realmente hoje está numa situação privilegiada, nós dominamos toda essa tecnologia do ciclo de combustível, nós somos um dos três únicos países do mundo que domina toda a tecnologia do ciclo de combustível e também possui urânio. Que domina as tecnologias são só sete, mas só os outros quatro não possuem urânio em quantidade significativa. Infelizmente, nós perdemos muitos anos, nós ficamos parados cerca de 20 anos, nós poderíamos estar num estado muito mais avançado e hoje temos algum risco, inclusive a possibilidade de perda da competência adquirida. Próximo, por favor.

Os nossos reatores são PWR e eles utilizam urânio enriquecido até 3,5%. Vou explicar o que é urânio enriquecido, mas só para explicar que se eu quisesse fazer uma bomba, por exemplo, eu preciso de um urânio enriquecido a mais de 90%, em geral 95%. E existe um espaço muito grande entre isso, a nossa Constituição não permite esse enriquecimento, as nossas instalações não dispõem de facilidade de capacidade para enriquecer. Então, qualquer boato que já surgiu em países exteriores tentando dizer que o Brasil está envolvido em qualquer coisa, é pura balela, obviamente isso não dá para acreditar de maneira nenhuma. Próximo, por favor.

O ciclo de combustível, o Tranjan já falou. Próximo. Queria dizer mais ou menos qual é o nosso estágio. O que a gente tem que fazer... Primeiro a gente pega o urânio do solo, isso aí são as nossas minas, como o Dr. Tranjan já falou. Nós renovamos isso e fazemos também o processamento. Nós convertemos para gás, só que essa é uma tecnologia simples, o Brasil já domina, a Marinha está instalando em Aramar uma planta piloto, mas isso hoje nós ainda fazemos fora. Nós ainda fazemos no Canadá e que depois para poder ser enriquecido, porque a gente tem que transformar o urânio em gás, porque as centrífugas enriquecem o gás, então para isso é preciso fazer essa parte chamada conversão. Ainda não temos instalada, mas temos a capacidade. O enriquecimento a gente já começou a fazer no país, já existe uma pequena parte da fábrica instalada, mas por enquanto a grande parte ainda é feita na Europa. Próximo, por favor.

Depois a gente transfere novamente para pó, de pó a gente produz aquelas pastilhas que eu falei, que é equivalente, cada pastilha dessas é equivalente a 1200 quilos de carvão em termos de potencial energético, é montado no combustível e vai para a usina. Próximo.

Essas são as fotos, o Tranjan mostrou exatamente essa foto aqui também. Próximo, por favor. Volta um, por favor. Volta um atrás. Isso aqui mostra só para dar uma idéia, que quando se faz o enriquecimento, não basta uma centrífuga, eu tenho que ter milhares de centrífugas, uma atrás da outra e o gás vai passando seguidamente de uma a partir da outra, é preciso de muitas centrífugas para conseguir enriquecer. O que é enriquecer? É que o urânio natural, ele é formado de diversos tipos de urânio, diversos núcleos diferentes de urânio. O que varia nesses tipos diferentes de urânio é que alguns se fissionam mais fácil e outros são mais difíceis de fissionar. O urânio que se fissiona mais fácil e é mais utilizado aqui é o urânio 235. Então, eu preciso é do urânio 235. É um tipo de urânio. No minério que vem, ainda na natureza, ele vem 0,7%. Então, eu preciso conseguir mexer nesse minério, de maneira a aumentar a proporção de 0,7% para 5% do urânio 235. Se eu quisesse bombas, preciso quase que puro o urânio 235. Então, o que nós fazemos nas centrífugas é passar o urânio que é 0,7% para 5%. Ele vai separando o urânio e tornando cada vez mais rico a mistura em urânio 235. Próximo, por favor.

Isso aí é só ter uma idéia do que aconteceu em função da retomada da área nuclear. Nós saímos de 2002 de um preço de 10 dólares por libra de urânio, atingimos quase 140 em 2007, hoje começou a descer novamente, mas principalmente em função da disponibilidade de urânio das bombas. Eles estão desmon-

tando bombas e usando esse urânio das bombas para diluir e fazer combustível. Próximo, por favor.

Essas são as reservas, não vou falar mais nisso porque urânio o Tranjan já falou nesse assunto, próximo, por favor. Agora a questão no meio ambiente. O próximo. Para vocês terem uma idéia da emissão de gases de efeito estufa que hoje é uma das grandes preocupações da humanidade, uma usina a carvão, a cada quilowatt/hora de energia elétrica gerada, ele produz um quilo praticamente de gases que geram efeito estufa. Uma usina a óleo 800, usina a gás praticamente meio quilo e uma usina nuclear produz só quatro gramas. E essa quatro gramas não é que é produzido na queima do urânio, ele é produzido para fazer o aço que é usado na usina. Então, ela é absolutamente, no conceito ambiental, uma energia limpa. Próximo, por favor.

Outra coisa que contribui muito é por ser tão potente, por ser tão reduzido o volume que a gente tem, toda a logística envolvida é muito menor. Por exemplo, para uma usina de mil megawatts por ano eu preciso de três caminhões de dez toneladas de urânio, enquanto eu preciso de cinco navios de gás, ou sete petroleiros de óleo, ou 11 cargueiros de carvão. Claro que a possibilidade de acidente é muito menor nesses casos de transporte melhor. Próximo, por favor. Isso levou inclusive a ambientalistas como o fundador de Greenpeace a mudar de opinião e ser pró-energia nuclear. Próximo, por favor.

Os rejeitos nucleares. Isso eu sei que é uma preocupação que todo mundo tem e é sempre o que é explorado na empresa. Alguns dados e eu vou dizer para vocês que a coisa não é tão clara, não é tão complicada e não é tão difícil. Primeiro, uma coisa que nós precisamos partir, é um ponto de partida é uma premissa, todas as formas de produção de energia elétrica produzem efeitos, rejeitos e/ou interferem com o meio ambiente. Não dá para produzir energia sem interferir com a natureza, isso é inevitável, não tem outra alternativa. O problema hoje de estocagem do rejeito do combustível usado nas usinas, ele não tem uma solução chamada definitiva. O que significa solução definitiva? Solução que garanta que em milhões de anos não vá... Eu não vou gerar nada, não vai haver risco nenhum em períodos de milhões de anos. Que eu acho complicado. Qualquer coisa hoje no mundo você dizer que milhões de anos... Lembre-se, a terra não tem tantos milhões de anos assim. Mas é isso que se fala. O que acontece é que na situação hoje nós temos que guardar esses rejeitos e guardá-los de uma maneira segura. Está se trabalhando muito para conseguir uma solução definitiva, por exemplo, mudando a radioatividade do elemento através de processos físicos.

Isso está em pesquisa e provavelmente vai estar disponível em 30 anos. Mas nesse momento nós não temos, temos que guardar esses rejeitos. E como é que vamos guardar? Próximo, por favor.

Só para comparar, esse problema de estocagem de rejeito acontece também em todas as tecnologias que a gente conhece industriais. A única que equacionou o problema em médio prazo, ou seja, que nós sabemos como fazer isso por centenas de anos e, principalmente, nós somos a única área que armazena todos os rejeitos, até a roupa das pessoas que entram na usina, elas são guardadas e controladas, ou seja, a gente tem que fazer isso e podemos fazer isso por centenas de anos. Isso cabe obviamente ao Estado. Próximo, por favor. Próximo.

Por exemplo, aí diz... Mostra um dos grandes problemas de hoje que é a questão de plástico. Uma discussão no mundo é quem é responsável pelo plástico, se o responsável é a empresa, se o responsável é o consumidor, ou se o responsável é o Governo. No caso da energia nuclear, isso não existe. Nós somos responsáveis, o Governo é responsável, a Comissão Nacional de Energia Nuclear é responsável e sabemos exatamente como guardá-los. Próximo. E isso é a maneira como a gente guarda o que nós chamamos de resíduo de média e baixa atividade. São coisas extremamente limpas, ascéticas, em reservatórios absolutamente controlados e policiados. Próximo, por favor. Próximo.

Voltando então, só explicando que temos dois tipos de rejeito. Existe um que nós chamamos de rejeito de alta, que é o combustível usado, e existe o rejeito de média e baixa que são as roupas, rejeitos da área médica, rejeitos de água que foram tratadas, filtros, porque o ar não sai da usina, o ar que fica lá dentro ele é todo filtrado e se houver qualquer traço de radioatividade eles ficam nos filtros, a gente guarda os filtros também. Próximo. Isso aí eu só falei um pouquinho mais... Esse é o status no mundo, mais ou menos como o nosso também. Próximo.

O combustível usado de alta, o que se faz? Hoje é armazenar eles nas piscinas dos reatores. E vale dizer que nunca, nunca na história da energia nuclear houve qualquer acidente com rejeitos de alta atividade. Nunca. Próximo.

E agora alguns números para mostrar claramente que não é um problema tão grande assim. Se eu pegar 40 anos de operação de uma usina de mil megawatts, ela produz cerca de mil metros cúbicos de combustível radiado. Isso cabe numa piscina de 20, por 10, por cinco de profundidade. Uma usina de carvão, equivalente, ele produz cerca de 28 milhões de metros cúbicos de rejeitos. O fato é que 60 anos de operação

de 20 usinas nucleares, eles podem ter seus rejeitos guardados numa área, praticamente uma piscina de 20, por 30, por cinco. O equivalente praticamente a um campo de futebol. Veja que não fala de um problema tão grande e tão insolúvel assim. Manter sob guarda e isolada uma área dessas realmente não é uma coisa de outro mundo. Próximo, por favor. E aí mostra nossos reservatórios que existem na Usina de Angra. Próximo. E aí mostra as piscinas. Vêem que as piscinas aqui de Angra 01 e Angra 02. Próximo.

No futuro nós estamos também já projetando junto com a eletro nuclear um protótipo de um reservatório, esse reservatório será subterrâneo e guardado devidamente. Próximo, por favor. Esse é o projeto do reservatório de longo termo, dentro de uma caverna. Próximo.

Agora vou falar em outras aplicações. Por que é que eu falei tanto só na questão de energia e de ciclo de combustível? Porque essa é a parte polêmica. Existe uma parte que tenho certeza que Soares e a Nise vão falar de maneira mais detalhada que é a aplicação médica, ninguém questiona isso. Agora, uma coisa que é importante saber, o Brasil só tem competência na área das outras aplicações porque nós investimos na área de produção de energia elétrica. Se não fosse isso a gente não teria. Porque para vocês terem uma idéia, se eu chamar de cem o investimento necessário para a energia elétrica, eu posso dizer que o investimento para combustível é 10, e eu posso dizer que todo os outros investimentos, inclusive em toda a parte de segurança e controle vale um. Então, todas áreas de aplicação médica, industrial, as fiscalizações, a manutenção dessas coisas todas, isso aí custa um comparado com o cem da energia elétrica. Então, dentro de um planejamento econômico, certamente um não tem sentido sem o outro, ou nós fazemos um programa nuclear coerente, ou não fazemos programa nuclear. Próximo, por favor.

As outras áreas são aplicações médicas, tanto em diagnóstico, como terapia, como esterilização de alimentos, usa-se muito esterilização de equipamento médico inclusive com radiação. Para ter uma idéia, as empresas não gostam de falar nisso, porque uma das maiores aplicações é esterilização de preservativos masculinos, ou seja, irradia lá para preservar. Então, eles não gostam da propaganda, porque eles acham que ainda existe aquele preconceito quanto à irradiação.

E a produção de rádio fármacos. Próximo, por favor. Nós temos aplicações industriais fora isso, que é a radiografia industrial. Eu posso observar solda com radiografia de fontes radioativas, esterilização de alimentos, levantamento e pesquisa geológica, pesqui-

sa de aquíferos e muitas outras aplicações. Próximo, por favor.

O futuro. Próximo. Esse é o Programa Nuclear Brasileiro, da maneira como ele está estruturado hoje. Ele realmente cobre e ele está confirmado, está configurado e já é um consenso uma série de coisas. Desde a produção de energia elétrica como diz o Tran-jan, com a construção de Angra 03 e mais entre 04 e 08, dependendo do desenvolvimento econômico do Brasil, acreditamos que podem ser necessárias mais do que oito usinas nucleares, até a auto-suficiência na produção de rádio fármacos, até a auto-suficiência na produção de combustíveis e eventualmente até exportação de excedentes. Próximo.

As diretrizes gerais desse programa são fins pacíficos e não proliferação, segurança e proteção, e a política segura dos rejeitos. A nossa proposta, ela se divide em algumas áreas, e as áreas como eu já falei são: geração núcleo-elétrica, produção de combustível, aplicações, regulação e segurança e recursos humanos. Próximo.

Nós temos já algumas decisões. O Conselho Nacional de Política Energética decidiu em 2007 o reinício de Angra 03, também o início do processo da escolha do próximo local de reator. O MCT fez todo um programa na área nuclear sobre complementação no ciclo de combustível, reforço nas áreas de aplicações médicas industriais, fortalecimento das ações de regulação e recomposição de Recursos Humanos. E, além disso, nós estamos pensando também no futuro. Nós temos uma rede nacional hoje se preocupando com fusão, que provavelmente a nova forma de geração de energia para daqui a 50 anos, pelo menos. A visão de futuro nós pretendemos que energia nuclear passe a ser cerca de 6%, de 5 a 6% da matriz energética brasileira. Próximo. Nós temos alguns desafios estratégicos para chegar a esse ponto. Próximo.

Os nossos desafios, o primeiro deles é dar início ao Programa Nuclear Brasileiro de fato e oficialmente. Existe a necessidade de institucionalização do programa. Porque o programa hoje já é um consenso, a opinião pública concorda hoje, segundo levantamento da Folha, com 65% dessa opinião. Nós temos todas as condições já estruturadas, foi constituído um conselho de Ministros para gerir, porque é necessário fazer de uma maneira coordenada e concatenada, mas é necessário fazer um marco. É necessário que se estabeleça esse programa e que, principalmente, transforme esse programa, não num programa de Governo, mas que seja um programa de Estado, onde o Estado Brasileiro assuma esse programa como um programa prioritário. Porque ele é programa de médio e longo prazo, ele não é programa de um ou dois anos, ele

é um programa que precisa de pelo menos 10 anos para se fortalecer. Precisamos estabelecer programas especiais de financiamento e acompanhamento, nós precisamos completar as instalações do ciclo de combustível, aumentar a produção de urânio, iniciar principalmente a estratégia de formação e contratação de recursos humanos. Com a política que hoje é praticada pelo planejamento de segurar as vagas e realmente fazer ela de uma maneira muito a conta-gotas, não é possível fazer o programa nuclear brasileiro. É necessário fazer um programa especial de contratação. Nós já temos o programa de apoio de bolsas e formação, A Comissão Nacional de Energia Nuclear tem trabalhado muito nisso junto com o CNPq, com a FINEP, e o dinheiro não é o problema hoje, o dinheiro está chegando direitinho, sem problema nenhum. O que a gente precisa é conseguir um programa que nos permita contratar parte dessa mão-de-obra que está sendo formada, não pode ser simplesmente bolsa de pós-graduação, não, nós precisamos de contrato para essas pessoas. Precisamos recompor a capacidade anuncia no setor nuclear brasileiro e principalmente precisamos que seja um programa de Estado e não programa de Governo. Próximo.

Como eu disse, o Comitê Interministerial Gerenciador do Programa Nuclear Brasileiro, que é o que vai se reunir agora, vamos ter que sair às 10 horas e 30 minutos para isso, é formado pela Casa Civil, pelo Ministro de Minas e Energia, Ciências e Tecnologia, Comércio e Indústria, Defesa, Relações Exteriores, Planejamento, Meio Ambiente, Assuntos Estratégicos do Futuro, – eu sempre me atrapalho um pouco o nome desse Ministério – e o Gabinete de Segurança Institucional. Isso já está para sair um decreto determinando a criação desse conselho, o decreto deve sair nos próximos dias. Próximo.

Nós já temos algumas coisas decididas dentro desse programa. Na consolidação do arcabouço legal, nós precisamos fazer uma revisão de todo o arcabouço legal, nós precisamos ampliar o ciclo de combustível, concluir a planta de produção de UF6 em Aramar para conseguir a conversão e instalar depois uma planta definitiva, nós precisamos capacitar e adequar a Nuclep, que eu não falei nada.

A Nuclep é a única empresa brasileira e principalmente é a única empresa do hemisfério sul com capacidade de fazer peças específicas para reatores. Ela tem, por exemplo, um torno de cerca de 12m de diâmetro, ele é um dos três ou quatro no mundo, é de uma capacidade incrível e ela está subutilizada hoje.

Nós precisamos de uma empresa brasileira de rejeitos, nós já temos o projeto da criação dessa empresa, tirar a área de rejeitos da Comissão Nacional

de Energia Nuclear e criar uma empresa nacional. Vamos criar uma empresa brasileira de rádio fármacos, também não tem sentido uma autarquia ficar produzindo rádio fármacos. Vocês não imaginam o nó em pingo d'água que a gente tem que dar para gerir uma empresa que gera cerca de 70 milhões por ano, ou seja, com o dinheiro vindo só no começo do ano, via orçamento e fontes de custeio usuais. E nós precisamos também retomar, ampliar as ações de pesquisa e desenvolvimento e inovação. Próximo.

Isso mostra claramente. É só para vocês terem uma idéia, o orçamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear e vocês vejam aqui que a partir de 2003 nós tínhamos aqui uma certa estagnação. Isso aqui foi na época do Presidente Collor, onde praticamente se extinguiu a área nuclear, mas as pessoas resistiram, se recuperam um pouquinho e vocês vejam que hoje nós estamos numa situação bastante priorizada dentro do Ministério e dentro do Governo. Próximo, por favor.

Era só isso que eu tinha a dizer, obrigado. Desculpe a velocidade, desculpe também ter ultrapassado meu tempo dessa maneira.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Nós que agradecemos, Sr. Odair. Vamos à Comissão. E vou comunicar também presença do Deputado Alfredo Kaefer do PSDB do Paraná, que é autor da PEC 122/07 monopólio estatal da produção de energia nuclear. E só um minutinho, Sr. Deputado. Gostaria de perguntar aos Srs. Senadores, Senador Augusto Botelho, Senador Flávio Arns se gostariam de fazer alguma pergunta aos nossos... Por hora os nossos oradores que antecederam, os nossos palestrantes.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu acho que é um prazer, em primeiro lugar, ter os expositores aqui na Comissão, termos novamente a participação do Dr. Odair Dias Gonçalves, que já esteve aqui no Senado, na Comissão de Educação, naquela época Subcomissão de Ciência e Tecnologia, inclusive eu tenho aqui as notas taquigráficas ainda daquela reunião. E na minha opinião foi algo assim extremamente claro, e haveria assim eventualmente considerações a fazer, mas da minha parte, pelo menos, eu gostaria de ouvir a exposição integral e saber... Sabendo que o Dr. Odair tem que sair, ele já se justificou inclusive, para que nós pudéssemos ter o quadro global da situação da aplicação da energia nuclear, não só como foi colocado para energia elétrica, mas com uma preocupação inclusive na área da aplicação disso na área da saúde, que também foi objeto de uma Audiência Pública no final do ano passado na Comissão de Assuntos Sociais, quando o Brasil pode-se dizer parou, parou em termos de saúde e em termos de atendimento de uma população que precisava dos exames para hoje, não

é para amanhã, nem para semana que vem, o Brasil parou porque o Canadá deixou de enviar os produtos necessários para que exames com energia nuclear fossem feitos. Então, exames assim que a vida da pessoa dependia do exame, e simplesmente de um momento para o outro o Brasil não tinha mais componente nuclear. E nós questionamos naquela ocasião inclusive muitos dos aspectos que foram levantados do investimento, de recursos humanos, de uma posição do Brasil nesse conserto internacional impensável, o Brasil ficar dependente do Canadá para algo tão fundamental. E eu sei que é um problema em que só três ou quatro detêm a tecnologia, mas é uma questão de soberania e que inclusive com lucros naquela época. Quer dizer, se nós porventura produzíssemos isso passaríamos a ser até exportadores, vamos dizer, de tecnologia, de produtos.

A gente sabe que essa questão é uma coisa muito sensível a nível mundial, mas, ao mesmo tempo, precisamos ter aí soluções que apontem para o futuro. Particularmente... No conjunto, não só na saúde. Foi muito bem colocado, em outras áreas de produtos, de agricultura. E outras coisas que possam vir a ser pesquisadas naturalmente.

Então, nesse sentido que é a preocupação de ter essa clareza, da minha parte pelo menos achei extremamente clara a apresentação, como já havia sido na outra ocasião, e gostaria de saber como é que o Brasil está se comportando soberanamente, democraticamente. Gostaria de saber se ano passado, de dezembro para cá houve avanços? Se o Brasil está mais independente? Se depende tanto e para não acontecer um apagão novamente, em termos de atendimento do cidadão.

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES: Senador, eu vou tomar a liberdade já que tenho que sair de responder. Porque aquela Sessão que nós tivemos aqui, inclusive a sugestão que nós procurássemos a Argentina que já produzia, ela foi extremamente rica. Eu devo dizer que o senhor está a par que o Presidente assinou junto com a... O Presidente Lula assinou junto com a Presidenta Kirchner um acordo de uma série de áreas de Ciência e Tecnologia, inclusive na área nuclear.

Nós realizamos um seminário recentemente em Foz de Iguaçu de cerca de 200 pessoas, 100 brasileiros e 100 argentinos para discutir ações conjuntas. E uma das propostas é a constituição de uma iniciativa bilateral Brasil-Argentina, que nos permite inclusive uma maior independência em relação à questão do Canadá. Claro que para construir um reator são pelo menos 10 anos e não se resolve tão rapidamente assim. Mas aquela Sessão que houve nessa Casa foi extremamente produtiva e nos deu essa visão de constituir uma empresa

junto com a Argentina provavelmente, que forneceria para toda a América Latina. Existe hoje uma vontade muito grande de ambos os países de aprofundar as iniciativas nessa área.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com cessão do Plenário e pela convivência dos Congressistas, eu passo agora a palavra ao Sr. Deputado Alfredo.

DEPUTADO ALFREDO KAEFER (PSDB-PR): Obrigado, Sr. Presidente. Eu também vou ter que me ausentar, porque sou um dos autores do Requerimento da vinda do Ministro Mantega à nossa Comissão de Finanças lá na Câmara. Mas eu queria usar a palavra para fazer menção à autoria da PEC 122 que nós fomos autores, onde também permite a iniciativa privada sob forma de concessão a exploração da produção de energia elétrica através do sistema nuclear. Então, que modifica o Art. 21 e 177 da Constituição permitindo que a iniciativa privada possa explorar.

Entendemos que o Estado brasileiro dificilmente tem... Vai ter recursos nos próximos anos para investir nessas oito usinas que ele tem, porque há o planejamento, eventualmente até mais que se fizerem necessários. Nós sabemos que a União gasta 1% do PIB em infra-estrutura e com tanta carência em outras áreas, saúde, educação, segurança, certamente porque não permitir a iniciativa privada a exploração, a construção de usinas de exploração de energia elétrica através do sistema nuclear com monitoramento e supervisão do Estado? Então, tenho inclusive distribuir um material onde tem um anexo no Art. mencionando justamente o Patrick, que foi um dos fundadores do Greenpeace, que como o senhor mencionou faz menção a que é realmente a energia do futuro, limpa, e realmente o Brasil, o mundo inteiro vai precisar de energia elétrica. Então, por que não? E nós vamos defender a abertura à iniciativa privada a exploração da energia nuclear para fins de energia elétrica. Era isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Nós que agradecemos, Sr. Deputado. E nesse momento gostaria de agradecer muito a presença do Dr. Alfredo Tranjan Filho, que é Presidente das Indústrias de Gás no Brasil, nosso muito obrigado Dr. Tranjan. Sem pré que o senhor é chamado aqui o senhor está sempre à disposição e nosso muito obrigado em nome da nossa Comissão. Da mesma forma Sr. Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Dr. Odair Dias Gonçalves. Muito obrigado Dr. Odair e tenha uma boa reunião com a nossa Ministra Dilma, levando nosso abraço. Nós agradecemos e o senhor sempre está pronto para a nossa Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu só quero até fazer uma correção naquilo que

eu havia dito, que o Dr. Alfredo também, me desculpe Dr. Alfredo, junto com o Dr. Odair já havia estado aqui no Senado também fazendo esse debate, naquela ocasião, na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e é bom revê-lo hoje novamente na continuidade disso e com a discussão com a sociedade brasileira diante também. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Nesse momento convido a fazer uso da palavra ela, PhD, Dra. Nise Yamaguchi, que é Assessora do Ministro de saúde. Ela também é oncologista e imunologista da Universidade de São Paulo e do Ministério da Saúde pelo Estado de São Paulo. Por favor, Dra. Nise. V.Ex^a. está com a palavra.

SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI: Bom dia a todos. Em primeiro lugar gostaria de saudar essa Comissão que traz a baila um assunto tão fundamental para a medicina e para a saúde brasileira. O Senador Gim Argello e também através do Dr. Augusto Botelho, saúdo a todos os Parlamentares. Eu gostaria também de saudar o Senador Romeu Tuma que fez um levantamento dessa situação acerca de três anos atrás, onde ainda havia pouca disponibilidade para o lado médico com relação a investimentos, etc.

Eu queria salientar a importância dessa Casa no que concerne à saúde do cidadão, essa preocupação que se estende à aplicabilidade dos recursos tão importantes que a nossa terra tem. Então, o Brasil é um país, como nós vimos que tem uma base de solo muito especial, de riquezas naturais, mas de verdade, aquilo que chega para o cidadão acaba sendo insuficiente, dentro inclusive da demanda necessária para aplicação dentro da medicina.

Nós temos dentro dos benefícios da saúde a questão básica... O próximo *slide*, por favor. Próximo slide. A questão básica relacionada a diagnóstico e a tratamento dos pacientes. Na minha área, que especifica de forma mais direta é a oncologia clínica, nós sabemos que temos uma deficiência fundamental com relação ao acesso. Nós vamos ver na palestra do Dr. José Soares, que enquanto no Canadá nós temos cerca de 64 procedimentos por mil habitantes, no Brasil nós temos 3,8 procedimentos por mil habitantes para a área da saúde complementar, e cerca de 2,1 procedimentos por mil habitantes na área do SUS. Significa que nós estamos também como na área de energia, aquele mapa do vazio que nós dispomos no país, um grande vazio também com relação ao acesso real da população a isso. Cumpre ao Estado então a responsabilidade de viabilizar todas as etapas tanto da produção, como da comercialização para que esse processo seja casado. Que os investimentos, eles não onerem o indivíduo na ponta, porque o próprio Estado acaba pagando para

ser o mantenedor desse processo. Então, no momento em que você tem um custo alto de produção, ou de investimentos, esse custo ele não pode ser repassado para o usuário, já que o [ininteligível], a medicina nuclear, eles são fundamentais para a escolha dos tratamentos adequados. Eles fazem diagnóstico precoce e segmento do tratamento das doenças, quer seja... A diferença entre você curar um paciente de câncer, ou de outras doenças e você manter o paciente custando muito mais para o Sistema Público de Saúde. O próximo, por favor.

Então, nós temos um grande problema com relação ao [ininteligível], acho que tem que ser, sim, tratado dentro de comissões especiais, devido à segurança, devido aos resíduos que são produzidos após, a exposição de todo o corpo de profissionais que atuam nessa área, nós para isso dispomos de alguns centros de excelência, mas essa distribuição geográfica está absolutamente insuficiente, já que se concentra nas grandes capitais e o acesso do indivíduo em regiões mais distantes acaba sendo bastante difícil. Então, nessa composição de desenvolvimento, nós temos que estar prevendo também o acesso das redes de atuação para que nós tenhamos então uma distribuição geográfica equitativa num país de dimensões continentais e que deve atender a toda a sua população.

Nós temos ainda uma grande questão relativa às fontes pagadoras. O SUS é considerado então o grande pagador do sistema de saúde, acaba sendo onerado e, como eu voltei a esse assunto do valor que são pagos, os custos operacionais dos exames que existem hoje impedem que o SUS assuma apesar de reconhecer a importância, apesar de reconhecer que as tecnologias novas elas são realmente necessárias para o exato diagnóstico e tratamento dos pacientes, ele tem dificuldades de em cima dos valores exercidos pelas próprias produtoras, então aqui no caso a parte do IPEN e do CNEN, nós não temos condições enquanto SUS de absolver. Eu vejo com muito bons olhos a questão da parceria que está sendo estabelecida, por exemplo, em São Paulo, eu sou a representante do Gabinete do Ministro para o Estado de São Paulo com relação a desenvolvimento de tecnologia conjunto, que permita fazer um acesso melhor, mas o custo ainda não foi discutido.

Nós temos ainda um grande problema, acho que aí essa Casa pode ter um poder muito grande com relação à Agência Nacional de Saúde, onde estão os convênios médicos. Os convênios também teriam que estar entrando nessa contabilidade, já que cerca de 30 a 40% dos pacientes na região sudeste e em várias regiões do país são assegurados por esse sistema. Então, nesse montante deveria estar incluído um processo

de desenvolvimento de acesso à tecnologia para essa rede de pessoas que fica a mercê do que eles dizem: “Esse procedimento não é coberto por uma tabela de 1900 e alguma coisa”. Tabelas desatualizadas, que não consideram a aquisição de tecnologia e os pacientes ficam à míngua. Aqueles que entram com ações conseguem, mas isso não deve ser a forma de gerir. Acho que a questão de tecnologia, a ANS deveria estar discutindo também o acesso, a viabilização, a diminuição de custo, entrar nessa contabilidade, porque eles são responsáveis por essa questão também.

E a questão de custo/benefício, como eu já citei, quanto custa um paciente curado para o sistema. Ele custa muito menos se ele ficar doente, ele custa menos se ele ficar curado e além do que ele passa a ser produtivo. Então, tem toda uma rede de processos em que a pessoa curada ela não custa para a Previdência, ela não custa para a sua família, os filhos vão ser atendidos. Tem uma cascata de situações que vem juntamente com aquilo. Então, esse custo/benefício não pode ser dado somente pelo valor dos exames, mas além da acessibilidade, ele tem que levar em consideração toda a gama e o custo de uma vida que é incomensurável. A gente não tem como medir o custo de uma vida. O próximo, por favor.

Então, o câncer no Brasil é a segunda causa de morte por doença, ela atinge todas as faixas etárias com maior impacto em pacientes acima de 45 anos de idade, compromete todas as faixas sociais. O cigarro tem o fator preponderante de mais de 30% dos casos, sendo que existem fatores ambientais e genéticos. Eu trouxe algumas informações para que os senhores também aproveitem essas oportunidades para trazer ao conhecimento em relação a como é que a gente... O próximo *slide*, por favor. Como é que a gente trabalha essa questão da clastogênese no mundo multifatorial.

Existem aspectos genéticos em menos de 5%, em 50 e 80% são fatores ambientais passíveis de prevenção. Existem as heranças, principalmente... O próximo. De resultados de uma complexa interação gene/ambiente. Por exemplo, nessa sala nós estamos aqui expostos de maneiras diferentes as mesmas substâncias. Se todos nós ingeríssemos uma quantidade de veneno, alguns conseguiriam eliminar rapidamente e não seriam mortos pelo veneno, outros eliminariam lentamente e seriam mortos mais rapidamente, então nós temos heranças de como é que nós lidamos com as toxinas ambientais. Como é que nós lidamos hoje com aquelas... Quando uma criança nasce, tem no cordão umbilical mais de 200 substâncias tóxicas relacionadas a adubos, inseticidas, substâncias ruins para o organismo. Então, por que é que nós estamos

tão doentes? Por que é que nós temos algumas dessas crianças que não têm fatores de detoxificação? Elas vão ficar doentes mais rapidamente além dos cânceres, doenças tipo diabetes, doenças auto-imunes, doenças inflamatórias, enfim, todas essas doenças podem estar associadas a essa parte ambiental. O próximo, rapidamente.

Então, nós temos uma gama de coisas, a carne gordurosa, ela é ruim, temos fatores protetores. A questão dos transgênicos que acho que está ainda pouco esclarecida, apesar dos achados dos cientistas de que já existe segurança. Fazendo levantamentos na literatura, poucos trabalhos realmente em seres humanos, existe uma grande divulgação dos efeitos benéficos, mas de verdade, de toxicologia em seres humanos existem pouquíssimos estudos. O próximo *slide*, por favor.

Danos à vida de elementos radioativos, de todas as camadas, a dificuldade da Camada de Ozônio, enfim, as disposições ambientais que nós desconhecemos ainda. Nós temos toxinas e carcinogênicos frequentemente em todas as nossas comidas. Isso faz com que haja sem dúvida nenhuma uma grande capacidade de resistência. Eu diria assim: Por que é que nós estamos vivos? É a grande pergunta. Porque nós temos mecanismos fantásticos de permanecermos vivos. Apesar de que dizem que a vida é uma doença transmissível sexualmente com 100% de mortalidade. Porque na realidade todos nós iremos. Agora, podemos ir mais rápido, ouvi em algumas discussões que “Todos nós vamos morrer”. Bom, todos, mas podemos morrer mais rápido de doenças evitáveis, etc. Acho que cabe a nós uma responsabilidade de gestão. O próximo então.

Então, assim, eu acho que a gente trabalhar os hábitos, trabalhar a questão de como é que nós brasileiros vamos lidar com a educação da nossa população, programas de saúde, programas de modificação real, já que se nós nos alimentarmos corretamente, tivermos exercícios, não fumarmos, não bebermos em excesso, nós vamos ter cerca de 60% a menos de câncer no país. Isso gera sem dúvida uma economia em escala e sem dúvida alguma também traz uma qualidade de vida maior ao brasileiro.

Eu vou parar por aqui, já que nós temos em benefício do tempo, mas eu queria dizer que nesse momento o desenvolvimento de tecnologias acessíveis se torna uma questão de prioridade de saúde pública. Porque nós passamos a partir daí estabelecermos diagnósticos precoces e cura para pacientes que muitas vezes poderiam ter a sua vida ceifada por questões absolutamente preveníveis, passíveis de prevenção, e que nós com certeza podemos trabalhar não só no nosso micro ambiente, cada um dos senhores é uma pessoa

que tem um grau de influência numa comunidade muito grande e certamente os Senadores representando seus Estados também e as questões de saúde nacional. Então, muito obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado Dra. Nise. Agora passaremos ao próximo expositor, Almirante Carlos Passos Bezerril, Diretor do Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo.

SR. CARLOS PASSOS BEZERRIL: Excelentíssimo Sr. Senador Augusto Botelho, gostaria de agradecer por essa convocação, demais Senadores, senhoras e senhores. Vou a poucas palavras tentar ser o mais breve possível, apresentar o estado tecnológico do Programa Nuclear da Marinha. Próximo.

A Marinha, o objetivo maior da Marinha quando entrou na área nuclear era a obtenção do submarino nuclear. Mas a Marinha vislumbrou que existia a necessidade de ter o domínio completo de duas áreas bastante tecnológicas, que era a parte do ciclo do combustível, que já é uma tecnologia conquistada, e a parte de reatores, que é uma parte que não está ainda totalmente dominada, como nós veremos a seguir. Próximo.

Dessa maneira, o Programa Nuclear da Marinha é dividido nesses dois grandes projetos. O projeto do ciclo de combustível e o projeto do laboratório de geração núcleo-elétrica, que nós chamamos de labigene. Esse projeto do labigene, não é nada mais nada menos do que uma planta nuclear totalmente produzida e fabricada no Brasil. Ela servirá de base para... E de laboratório para qualquer outro projeto de outros reatores que faremos no Brasil no futuro. E pela dualidade do projeto, essa energia elétrica, ela pode ser tanto utilizada para propulsão de um submarino, ou então para a iluminação de uma cidade, ou para fazer alguma máquina funcionar.

Durante a perseguição dessas tecnologias, nós contamos com diversos, centenas de parceiros, mas existem três parceiros que foram parceiros desde o início e de toda hora. Principal deles, o Instituto de Pesquisa Energética Nuclear de São Paulo, que é o nosso parceiro coirmão, todas nossas tecnologias tivemos deles, da USP, Universidade de São Paulo, e do Instituto IPP. Próximo, por favor.

O programa tem como objetivo o desenvolvimento, capacitação tecnológica nacional na produção do combustível nuclear, o que já foi conseguido, e no projeto construção, comissionamento operação e manutenção de reatores tipo PWR, que é o mesmo tipo dos utilizados em Angra 01 e Angra 02. Portanto serve

tanto para a geração de energia, quanto para servir de propulsão de submarino. Próximo.

Vamos entrar no ciclo do combustível. O Dr. Tranjan e o Dr. Odair já andaram falando sobre o ciclo do combustível, mas o meu viés vai ser um pouco diferente. Eu vou mostrar o que já nós dominamos na parte industrial de cada dessas etapas. A primeira etapa é a prospecção, depois temos a mineração e o beneficiamento do minério até chegar a um produto chamado *yellow cake*. Essas fases são todas dominadas e são dominadas pela INB, Indústrias Nucleares do Brasil. A próxima fase que é a transformação desse *yellow cake* em gás, é um processo chamado conversão e o produto dessa conversão é chamado exafluoreto de urânio, ou UF6. Nós já dominamos essa tecnologia, n

A área de enriquecimento já é uma área que nós dominamos do Brasil, começou a enriquecer urânio em 1982. Mas, até o ano de 2000 tinha um caráter muito de laboratório. A partir do ano 2000 foi assinado um contrato entre a Marinha e a Indústria Nuclear do Brasil, para implantação de uma planta de enriquecimento em Resende. A previsão inicial era para em 2008 nós estaríamos produzindo 60% das necessidades de Angra 01 e Angra 02. Isso não foi possível, por causa da falta de recursos, recursos financeiros. Hoje em dia, para os senhores terem uma idéia, apenas 33% do valor que deveria ser aportado foi aportado. E esse... E o que estava para terminar em 2008, agora está previsto para terminar em 2012. Esse atraso é quase que impossível de ser retirado, mas atraso para as futuras plantas é bem possível de ser retirado. Como? Fazendo novas instalações com tecnologia modernas para a fabricação de outra centrífuga. Para isso é necessário um aporte de 35 milhões de reais é o que nós estamos prevendo, vamos gastar na montagem dessa fábrica, desse complexo para a produção de ultracentrífuga. Então, com esse tipo de iniciativa nós podemos a partir de 2012 produzir uma central a cada dois anos e com isso tirar todo o atraso.

A próxima etapa que é a etapa da conversão, que é transformar o gás enriquecido em pastilha, já é totalmente dominado, tanto na parte tecnológica, como na parte industrial, a parte de pastilha também, a parte de elemento de combustível também. Então, podemos dizer que tecnologicamente o Brasil domina todo o ciclo do combustível e na parte industrial estão faltando essas duas parcelas para se tornarem realmente ter uma conotação industrial. Próximo, por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. CARLOS PASSOS BEZERRIL: 35 milhões de reais. Aqui é uma fotografia da nossa fábrica de conversão, a produção dela é só para 40 toneladas. Ela é uma

fábrica estratégica, atende apenas as necessidades da Marinha. Ou seja, para os nossos submarinos essa fábrica produz o suficiente, produz 40 toneladas, mas para o Brasil é muito pouco. Para os senhores terem uma idéia, hoje em dia seria necessário 400 toneladas para atender Angra 01 e Angra 02. Próximo.

Agora nós entramos no laboratório de geração de energia núcleo elétrica. Isso aqui é uma concepção artística do que será esse laboratório. Nós vemos aqui vários prédios, não são prédios comuns, vários deles são prédios sísmicos, como esse da turbina, esse do reator, esse prédio do combustível, são prédios bastante caros para se fazer, mas que nós já estamos iniciando a construção desses prédios. A última vez que se trabalhou nesse complexo foi no ano 2000, até 2008 ele estava parado. Mas a partir de 2008 com os recursos que estão entrando agora, aqueles recursos prometidos de 130 milhões que vieram em 2008 nós já estamos construindo três prédios aqui. Este, o da turbina e uma subestação que está aqui atrás. E já estamos fazendo licitação dos outros. Esperamos que em 2014 esse complexo todo esteja funcionando. E o que é isso? Isso não é nada mais nada menos que uma planta nuclear. Aqui dentro vai ser colocado um reator. Mas que tipo de reator? É reator parecido com de Angra com uma pequena diferença. Os reatores de usinas nucleares são projetados funcionar numa determinada potência. Este não, ele é projetado para variar a potência, ou seja, o submarino quer ir mais rápido, mais potência, mais devagar, menos potência. Então, tem algum viés tecnológico diferente do de Angra. Mas na concepção geral é muito parecido. Próximo. Próximo.

Então, o que nós vamos colocar dentro daqueles prédios? Vamos construir primeiro um casco do submarino. Toda essa parte vai ser colocada dentro daquele prédio e dentro de um casco de submarino do diâmetro do submarino que a Marinha pretende construir. Aí nós vemos aqui a parte nuclear, a parte das auxiliares, turbina, geradores e a parte do motor principal. Para os senhores terem uma idéia, 90% desse equipamento já está pronto. Esta parte aqui nuclear está quase totalmente toda pronta. O reator está pronto, o pressurizador já está pronto, a bomba já está pronta, o gerador de vapor está com 99,9% pronto. Até o final de julho fica pronto. [Soa a campainha] Aqui todos os equipamentos prontos, desse conjunto todo que está faltando, o grande equipamento que está faltando é o motor elétrico principal que nós já estamos em contato com a Veg e vamos produzir aqui no Brasil. Então, essa instalação propulsora é o que vamos colocar dentro daqueles prédios. Ou seja, a tecnologia de reatores nós temos que comprovar que está dominada. O projeto já está feito, nós temos que construir o pré-

dio e colocar para funcionar. A partir daí é assim, está funcionando. Próximo.

Aqui são as peças, aqui os internos do reator, o vazo do reator, várias outras peças que já estão prontas. Na realidade, nós temos 130 milhões de dólares de equipamento pronto estocado, pronto para ser colocado em funcionamento após o término da construção da obra civil. Bem, senhores, era isso que eu tinha que apresentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado. O próximo será o Dr. José Soares Júnior, Presidente da Sociedade Brasileira de Biologia, Medicina Nuclear e Imagem Molecular, SBBMN. V.Ex^a. tem a palavra.

SR. JOSÉ SOARES JÚNIOR: Vou me permitir falar aqui em pé. Excelentíssimo Sr. Senador Augusto Botelho, senhores membros da Mesa, Senadores presentes, senhoras e senhores. A mim me coube a parte mais bonita. Vou usar a palavra bonita no sentido mais amplo, que é justamente a aplicação direta da energia nuclear na medicina. Os meus antecessores, acho que já abriram todo o caminho, principalmente a Dra. Nise que já colocou brilhantemente como é que isso pode acontecer, essa aplicação, mas nós estamos aqui justamente para isso, para não só falar da energia nuclear como sua aplicação direta na medicina, tendo a contraponto o paciente que é a população na área da saúde, mas justamente para envolver toda a problemática que passa aí no meio, que não é só energia nuclear que passa por outras esferas como a Dra. Nise já colocou.

Quero agradecer essa oportunidade, essa demonstração de sensibilidade justamente para envolver toda a problemática convidando aqui nós médicos, eu não sou engenheiro, nem físico, sou médico. Mas a Sociedade Brasileira de Biologia e Medicina Nuclear congrega todos que trabalham na área de medicina nuclear. Não só médicos, físicos, químicos, bioquímicos, tecnólogos, radio farmacêutas, etc. Próximo.

E nós usamos os isótopos. Eu não vou entrar em muito detalhe aqui, os isótopos são energia nuclear pura. Sem isótopo não existe medicina nuclear. Quero fazer um parêntese, da ciência, da arte, todo homem, acho que já viram aquelas pinturas antigas, dos primeiros cirurgiões abrindo aquelas figuras para estudar a anatomia humana, para ver como é que está lá dentro. Então, o diagnóstico por imagem, de uma forma não invasiva que é o que se faz em medicina... O que é não invasiva? Eu não preciso entrar lá dentro, eu vou ver, ele vai espelhar esse fascínio do homem mesmo para ver do lado de fora sem precisar entrar lá dentro, o que está acontecendo lá dentro de doença, de fisiologia, e é isso... Próximo. O que nós fazemos

com a medicina nuclear. Acho que passaram dois aí de uma vez, volta para mim, por favor. Não, pode ir para frente, então. Acho que abriu... Estava aberto, certo aí? Desculpa, mas acho que abriu errado, mas em todo caso...

Como é que isso é transformado em energia? Em imagem? O isótopo está dentro do corpo, ele é injetado no paciente e isso é transformado em imagem. Como é que isso acontece? Através de equipamentos. Os equipamentos eram muitos antigos, isso não é novo, não, desde a década de 50 surgiram as primeiras câmaras de ventilação. Transforma a radiação que está no paciente em uma imagem. Mas eles evoluíram muito, os equipamentos de hoje estão aqui, o Pet, que a gente vai falar bastante, o emprego amplo em oncologia medicina nuclear, e aqui já começam os pontos como é que a gente vai disponibilizar para trazer esses equipamentos que são todos importados, e fazem parte do serviço de medicina nuclear, para vocês terem uma idéia, os impostos que incidem aqui são 60% do custo do equipamento. Quer dizer, se custa um Pet que custa mais caro mais de um milhão de dólares para trazer para o Brasil, você pode por um milhão e setecentos mil só de impostos. Sem os equipamentos obviamente nós também não temos imagem, e a gente não vai falar só de imagem, vai falar também de terapia, porque a medicina nuclear também faz terapia. Quando a gente usa esses materiais radioativos que vão para determinado órgão numa quantidade bastante grande, eles vão destruir o tumor, destruir também diagnóstico e terapia. Próximo.

Aqui estão os exemplos de imagens obtidas através de isótopos. Vocês vejam que nós temos atualmente imagens dinâmicas do rim, do coração, da tireóide, o Pet, exame do corpo inteiro utilizando justamente esse princípio da medicina nuclear, injetar o material radioativo e isso se traduz em imagem. Dá para estudar o corpo inteiro. Acho que todo mundo aqui já ouviu falar que a medicina nuclear é fisiológica, estuda a fisiologia. Se não ouvirem falar, é isso que a nossa especialidade faz. Por quê? Ao injetar esses radiofármacos que emitem radiação, eles estão ligados a moléculas que entram dentro daquela célula, daquele órgão alvo. E tem "n" radiofármacos diferentes. Por isso que nós estudamos o coração, aplicação grande, doença arterial coronária, no rim, aqui o coração batendo, aqui uma imagem de pulmão, aqui o cérebro e o Pet, o estudo de corpo inteiro do metabolismo. Então, vamos... Rapidamente. Próximo. Pode passar para frente, por favor.

Aqui era o *slide* anterior àquele que eu queria mostrar como surgiu que já é antigo a transformação da radiação numa imagem e depois a evolução para aqueles equipamentos lá que são modernos e que

têm imposto muito alto sobre eles. Então, a gente usa radioisótopos e todo exame de medicina nuclear chama cintilografia. Porque isso aqui, radiação provoca cintilação no cristal que depois é isso que transforma na imagem.

Vejam só, ligação direta energia nuclear. Os radioisótopos são produzidos em reatores, ou em Síncrotron, e tem "n", isótopo tecnécio e outros iodo 131, iodo 123, talho 201, o rênio, o ítrio, o índio, o rubídio, o galho, todos utilizados na medicina. Dá um clique, por favor. O tecnécio. Dá um clique aí, por favor. Ele vai marcar uma série de substâncias que também são os... Antes de ser marcados não está radioativo, a partir do momento que marca, torna radioativo de substâncias diferentes. Próximo. E os radioisótopos produzidos em Síncrotron que nós temos o flui 18, é um clique, e nós usamos aqui o Pet scan, e aqui medicina nuclear convencional e aqui o Síncrotron. Um clique a mais. Aqui injetados nos pacientes... Próximo.

E eu vou parar um pouquinho aqui. A gente então... Senador Flávio já havia comentado o problema que nós fizemos o ano passado. Apesar da Comissão Nacional de Energia Nuclear, o IPEN em São Paulo ser extremamente parceiro da medicina nuclear, produz, mas não produz tudo, produz uma parte dos rádio fármacos utilizados. É bom que se diga que o pessoal do IPEN tem uma consciência de que o paciente vai usar lá é muito grande. Então, com falta de recursos humanos que a gente sabe, eles se preocupam demais com essa parceria da medicina nuclear, porque sabem que se faltar o material, se não for recebido o paciente que não vai receber. Isso precisa ser dito. Mas esse isótopo, esse reator, nós não temos como produzir o tecnécio. Foi o que faltou do ano passado que vem do Canadá, então faltou, não tem exame. E o Síncrotron, que já existe no país e essa Casa foi uma das responsáveis pela flexibilização do monopólio estatal, hoje pode ter Síncrotron privado, tanto é que Brasília já tem um em operação para fornecer o material para o Pet scan. Próximo.

O que acontece? Veja só, só para vocês terem uma idéia, uma distribuição mais ou menos 300 laboratórios de medicina nuclear no país, dentro de hospital ou fora, uma média aproximada. Região norte obviamente que tem menos. A Dra. Nise colocou isso, como disponibilizar isso com a problemática envolvida? Isso aqui que é montado no IPEN, mas vem de fora, é o isótopo padrão, usa para marcar uma série de substâncias. Um clique, por favor. Tem que ser distribuído de São Paulo para o país inteiro, toda semana, porque é um material radioativo decai. É um decaimento físico. Chega hoje, amanhã tem menos, depois de amanhã tem menos e assim vai. Toda semana, todos os serviços

de medicina nuclear têm que receber esse material. Esse e tantos outros para fazer os exames diferentes. Então, temos uns heróis que acho que acabaram de montar o primeiro serviço de medicina nuclear de Porto Velho, Rondônia. Por quê? Então, é o equipamento, é o material que tem que ser distribuído semanalmente e tudo mais. Então, toda essa problemática envolvida que vai dificultar, entre aspas, a montagem dos serviços e o que se pretende disponibilizar. Próximo.

É importante a real produção de radioisótopos e radiofármacos a nível nacional. E inclusive com uma política de preços de bom senso, obviamente, porque se produz hoje bastante, e eu já disse que eles têm uma consciência social muito grande disso tudo, mas precisa muito investimento para se produzir totalmente. Se tivermos um reator de alto fluxo podemos enriquecer urânio e produzir esse gerador em tecnécio para ir para o país inteiro, que é o isótopo, parte que vai gerar um grande número de exames de medicina nuclear, e assim por diante, todos os outros radiofármacos. Aqui entra a ANVISA, os órgãos reguladores da medicina nuclear, Comissão Nacional de Energia Nuclear, é uma pena que o Dr. Odair teve que se retirar, mas ele sabe muito bem, a gente tem conversado bastante e a ANVISA.

Então, eles exigem que a gente se adéque a normas, e claro, estão completamente cobertos de razão, e a Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear apóia, mas isso requer investimento grande dos serviços de medicina nuclear, equipamentos de monitoração, monitoração de radiação, exige-se que cada serviço tenha mais de um equipamento, dois, três, supervisor de proteção radiológica... Enfim, isso acaba o que? Onerando os exames. Nós somos favoráveis à qualidade, a mesma coisa, a ANVISA também vai entrar como fiscalizadora da parte mais de farmácia, administração dos isótopos, e tudo mais, mas isso tudo requer que os serviços de medicina nuclear se adéquem e pode se onerar o produto final, que é o exame. Então, é uma parceria em busca de soluções viáveis, acho que é fundamental. Próximo.

Bom, aqui para mostrar a gama de exames que existem em medicina nuclear. Pode dar mais um clique, por favor. Todos os sistemas, aqui não estão todas as tabelas. Próximo. Para entrar a gente faz muito coração, muito câncer, e para entrar justamente o que a Dra. Nise já colocou, inclusão de procedimento na tabela. Não estamos falando nem do Pet que é um exame mais novo, a gente vai falar daqui a pouco, medicina nuclear convencional. Tem vários exames usados em oncologia que não estão na tabela do SUS. Não constam também do rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, um deles, só para citar

um exemplo, esse, não é Pet, é barato esse exame, é Pesquisa do linfonodo sentinela. Injeta-se um material radioativo, por exemplo, paciente que tem câncer de mama. Ao redor do tumor, ele vai drenar para o primeiro linfonodo da cadeia linfonodal, que é aonde o tumor denominaria para ter metástase. Lá na cirurgia, então você detectou radioativamente esse linfonodo, entra lá com o Probe, que é um detector de radiação, acha esse linfonodo, analisa-se na hora o linfonodo, que é o linfonodo pai, o linfonodo sentinela, se tiver livre de doença não precisa tirar nada dos linfonodos da paciente. Não é coberto pelo SUS, é barato, nós precisamos promover esse e alguns outros que não estão lá. Fora isso, tem exames deficitários que não paga nem a dose dão material. Precisamos ver isso também. Próximo.

E passando para o Pet, a tomografia por emissão e pósitrons. Eu já disse que essa Casa foi uma das responsáveis para a emenda constitucional que possibilitou a flexibilização do monopólio estatal para a produção de radioisótopos de meia vida curta. Aqui muda um pouco. Enquanto aquele gerador de tecnécio podia ser mandado e pode ser mandado para o país inteiro, através de avião, ou se for perto terrestre, aqui não, a vida disso é curta. Duas horas decai pela metade. Tem que ter Síncontron em cada região para poder distribuir. E é o que está acontecendo, nós temos cerca de 17 equipamentos Pet instalados para fazer exame, concentra a maioria em São Paulo, mas aqui em Brasília já tem inclusive, e apenas três cidades de Síncontrons em operação. Isso está mudando, já tem projeto da própria CNEN, já vai instalar no nordeste, vai instalar em Porto Alegre, e isso eu preciso ter em cada região. Porque senão eu não tenho o exame Pet scan... Próximo. Que a gente vai falar dele agora que é a imagem molecular, imagem do metabolismo de glicose in vivo.

Os tumores captam bastante glicose. É aí que a gente vai entrar, oferecer uma abordagem muito diferente da assistência médica e pronto. A Dra. Nise já colocou bastante bem qual é o benefício disso, principalmente planejar terapia. Dá um clique, por favor. E evitar procedimentos desnecessários. Ela colocou muito bem, o exame custa caro, entre aspas? Custa. Mas tudo que ele pode evitar, que ele poderá trazer, isso aí tem que ser pesado na balança na hora de se tentar, que o que a gente vem pleiteando faz tempo, de incluir o exame na tabela de procedimento. Próximo. Deixa voltar aqui a apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A Dra. Nise quer fazer uma observação.

SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI: Eu queria aproveitar enquanto estão colocando os *slides*, a importância de tudo isso que o Dr. José Soares está debatendo, e a possibilidade dessa Casa ser o porta-voz para as diversas instâncias. Acho que deve ser feito um requerimento da sociedade, para que haja vistas em relação esse custo de importação do material, o custo de importação dos aparelhos, a diminuição do custo em nível da produção para a área pública, a inclusão em tabelas, acho que esse é um aspecto fundamental, onde o Senado Federal pensando população e no acesso, pode exercitar a sua ação maior de Legislação, mas também de cobrança da sociedade de que as ações sejam efetivas.

E queria aqui fazer menção, agradecer a essa flexibilização que houve, onde o Dr. Tuma, o Dr. Botelho, Dr. Flávio estiveram extremamente envolvidos para que houvesse essa possibilidade. Então, se hoje o paciente pode fazer um Pet CT aqui em Brasília, ou no Rio de Janeiro, se deve a essa questão. Então, isso dá uma capilaridade, quantos pacientes nós já curamos com esse procedimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aliás, quando a senhora esteve aqui, o grande problema era a vida do produto quando vinha do CNEM. Praticamente se perdia mais da metade de alguns doentes pela falta de identificação rápida do contraste. Então, isso afligiu muito todos os Senadores, talvez essa outra idéia que a senhora traga, nos colocar num projeto para que todos nós sem dúvida daremos encaminhamento e o resultado dessa Audiência vai ser bastante importante.

SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI: Com certeza. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu tenho certeza que daqui nós vamos--

SR. JOSÉ SOARES JÚNIOR: Bom, essa interrupção foi providencial, porque justamente o que nós viemos fazer aqui é colocar o papel da energia nuclear na saúde através da medicina nuclear, que é quem faz esses exames e faz essas terapias. E eu estou quase finalizando só para mostrar para vocês um Pet scan, tomografia por emissão de pósitron, que estuda, é exame de corpo inteiro, acompanhamento no paciente aqui que tem linfoma... Todas essas áreas aqui são áreas da doença, aqui quando o paciente chegou. Depois fez quimioterapia, olha como diminuiu. É o acompanhamento do metabolismo desse tumor que capta bastante o FDG, que tem que ser produzido no local para ser disponibilizado para o serviço de medicina nuclear para a gente fazer os exames. Aqui só uma captação cardíaca, isso aqui é normal, porque

a glicose vai para o organismo inteiro. Rim, normal, normal. Mas olha aqui o temor, diminuiu muito depois do sexto ciclo de quimioterapia. Voltaram umas áreas focais, estão vendo aqui? O paciente ainda tem doença, tem mais doença ainda. Aqui decidiu-se mudar a quimioterapia, isso que é escolha de conduta, não está adiantando, o paciente ainda continua com doença. E desapareceu após o outro ciclo de mudança terapêutica. E é isso que o Pet faz.

Aqui no caso do linfoma é mais quimio e radioterapia, mas quantas vezes você não evita uma cirurgia desnecessária por quê? Por exemplo, tem o câncer de pulmão. Tem o câncer de pulmão e a tomografia, outros métodos que a gente chama anatômicos, só acham que o câncer está no pulmão e não detecta mais nada. E o Pet vai com sua sensibilidade e diz: "Não, infelizmente não é só no pulmão. Tem também metástase em supra-renal, tem em outros locais." Com esse conhecimento você muda a conduta do paciente, você muda. Não vai operar um paciente que já tem metástase, você ia operar antes do Pet. Então, evita justamente procedimentos, desgastes, trauma para o paciente e porque não dizer custos para a saúde. Próximo.

Então, para finalizar, então existe a ligação direita da energia nuclear, sem o qual nós temos que ter eu acho que um reator de alto fluxo para produzir os isótopos que vão país fora aí na medicina nuclear convencional. Nós temos que ter mais Síncontron que vão produzir os isótopos do Pet que tem que ser regional, que tem meia vida curta, não dá para distribuir isso muito longe. Então, a nacionalização da produção de radioisótopos e radiofármacos é fundamental para viabilizar. Viabilizar o que? Fazer com que haja mais serviços de medicina nuclear disponíveis, que os preços dos exames e das terapias sejam mais acessíveis e de tal forma que a gente pode atender.

A Dra. Nise leu o que a gente colocou, viu os dados, o Brasil faz muito pouco exame de medicina nuclear, quando comparado com outros países. Um dos motivos certamente é toda essa questão que eu coloquei. Redução dos impostos dos equipamentos, que são na maioria equipamentos importados, e aí não é só equipamento que faz o exame, são os mais caros, mas tem muitos outros equipamentos que o serviço tem que ter: monitores de radiodifusão, exijo pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, os próprios dosímetros, contador de dose... Enfim, uma série de equipamentos. Parceria com os órgãos estatais fiscalizadores, a gente colocou aqui, quem não fiscaliza por parte de proteção radiológica e a própria Comissão Nacional de Energia Nuclear, Dr. Odair estava aqui, e a AN-VISA agora na parte mais de farmácia. Então, existe uma série de exigências, todas elas que realmente a

gente reconhece que são importantes para a qualidade, para a proteção, mas uma parceria nesse sentido para viabilizar como isso pode se tornar melhor, mais adequado para que não incida no preço dos exames, eu acho fundamental. Inclusão nos procedimentos na tabela SUS, o Pet, por exemplo, que a gente acabou de dizer não está incluído na tabela nem da ANS, rol de procedimentos, e nem no SUS. Precisamos toda uma luta nesse sentido que a Dra. Nise já colocou, a remuneração também mesmo estando em tabela alguns procedimentos são deficitários e isso vai levar a aumento do número de laboratórios no país, aumento dos exames e das terapias. Próximo.

Então, esse é o link, energia nuclear, chegar a atendimento dos pacientes da população que passa não só pela produção de energia, mas como todo esse contexto, eu acho que como todos os assuntos. Gostaria de dizer também que por mais que claro, o Programa Nuclear Brasileiro está sofrendo uma expansão, muito investimento, que acho que é o que a Dra. Nise colocou, nós estamos indo... Eu sinto assim que a reboque. Não é essa sensação que eu queria ter. Que a saúde ela precisa estar priorizada nesse programa, não ir a reboque, que daí saindo toda a questão de energia que obviamente não é importante para isso, também vai sair alguma coisa para a medicina, não. Acho que precisamos nos impulsionar e sensibilizar e colocar para frente através dessa Casa, que a saúde precisa ir, sim, como um dos pontos importantes desse programa nuclear. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado Dr. José Soares Júnior. Agora, nós passaremos à fase das perguntas dos Senadores. Com a palavra o Senador Romeu Tuma, que é autor do Requerimento. Porque ele é autor do Requerimento, tem prioridade. É um dos autores do Requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A gente praticamente, Senador Augusto Botelho, pouco tem a falar, porque quando eu fiz o Requerimento foi mais para conseguir saber qual era a extensão dos investimentos brasileiros na área nuclear. Não só na área da medicina, como da tecnologia, principalmente da Marinha que desde que eu estava na Polícia Federal eu acompanhava com muita... Muito entusiasmo e muita tristeza a falta de investimentos no submarino nuclear. Visitei algumas vezes o Arsenal de Marinha, e quantos anos tem? Já tem 20 anos o submarino em construção? Por aí.

E quando nós aprovamos alguns anos atrás um projeto da remessa de lucro de empresas de tecnologia, uma porcentagem era para ficar para emprego em

pesquisas. E eu perguntei ao pessoal do Ministério de Ciência e Tecnologia, se uma parte ia para as Forças Armadas, porque elas também tinham... Principalmente a Marinha tinha uma busca de pesquisa no interesse nacional de desenvolvimento da energia. Eles garantiram que sim, mas eu estou achando que não. Não sei. Vou conversar depois porque está dentro do projeto não só para a área médica, porque também está incluída na universidade. Acho que as universidades têm uma fome de dinheiro para pesquisa. Ela não pode ficar alheia ao que acontece no mundo.

Sua exposição, infelizmente não vi a sua, mas estava lendo aqui alguma coisa, as aflições foram demonstradas na visita a senhora com a equipe médica, voltada para a energia nuclear, teve até um Senador que a esposa precisava aqui e conseguimos aprovar o projeto. E acho que isso é importante. Falaram muito aqui, não sei se a gente não deve lutar por uma isenção de impostos de produtos desses, que são necessários para atendimento à população carente. Porque ninguém pode talvez pagar um exame Pet desses.

Eu já fiz, lá no HC. Eu achava engraçado Dra. Nise, é quando passava no HC dizia: "Energia nuclear". O que o médico faz com energia nuclear? Porque a gente é meio analfabeto. O Dr. Augusto Botelho deve conhecer bem. Depois eu vi no John Hopkins com o Rogério também, o setor de energia nuclear para oncologia. E também no Memorial Hospital de Nova York. Eu falei: "Puxa vida, deve ter uma importância muito grande a energia nuclear". Quando vocês aqui vieram, fizeram uma exposição, eu mesmo... Não sei se o iodo radioativo tem qualquer coisa nuclear ou não, porque eu queimei a tiróide com ódio radioativo e me deixaram três dias isolado.

Mas é uma coisa tão maravilhosa o Pet, porque quando a gente faz o exame e identificar às vezes doenças, ou não ter a doença e acharem que tem, ela... Não, fica tranquilo que não tem nada. Você, não apareceu nada... Vamos identificar o que é. A gente começa, o médico acho que elimina pelo mais grave, ele não elimina pelo menos grave. Porque o menos grave é dar o medicamentozinho, não é Doutor? O senhor sabe, a doutora sabe, vai pelo mais grave. Quando elimina o mais grave a gente sente que o médico fica aliviado quando conversa com a gente. Então, é importante essa reunião, acho que os dados que aqui ficam não só a gravação, a fala, mas os gráficos, as projeções que a senhora, que o senhor trouxe.

Eu trabalhei um pouquinho com a CNEM, na época que eu era Diretor da Polícia Federal. Era o único órgão que podia mexer com energia nuclear, não tinha nenhum outro setor que... Então, era sempre a busca de investigação, de furto, roubo dos materiais nobres

que o Brasil tem, eu vi um mapa, acho que o senhor que trouxe um mapa do que existe de material para o uso de reatores e tudo, no Brasil, os locais, todos locais do país, os Municípios que têm e a CNEM tem uma vigilância sobre isso. Porque havia furto, remessa ilegal desses produtos, porque tem país que tem desenvolvimento tecnológico na área nuclear, mas não tem a matéria-prima. Então, tinham que vir buscar onde poderia oferecer. Como ficava no meio do mato, no interiorzão, o sujeito enchia uma caixa e levava. É verdade ou não é? Havia sempre uma possibilidade de a gente ter que vigiar, fiscalizar, abrir processo... E o CNEM tem as suas virtudes, porque ela abraçou no início todo desenvolvimento nuclear brasileiro.

A Marinha, ela com todas as dificuldades de ordem financeira, ela nunca paralisou as suas pesquisas. Eu sei que o convênio que tem com a USP em São Paulo, outro dia numa cerimônia na... No QG de São Paulo, da Marinha, o Diretor, ele fez uma exposição muito grande de angústia pela falta de verba para continuar o desenvolvimento tecnológico, principalmente na área nuclear. E hoje a área militar tem um desenvolvimento tecnológico que fica difícil. Ainda recentemente eu vi o comandante da Marinha reclamar a falta de investimentos para patrulhar a costa brasileira. Pede submarinos convencionais e pede um submarino nuclear, se eu li direito. Se eu li direito, e eu acompanho de perto porque eu acho que a gente tem obrigação moral de aqui estar representando o país e buscar aquilo que seja importante para o desenvolvimento.

E tem os *royalties*, que a Marinha nunca recebeu um tostão de *royalty*. E ela tem o *royalty* da Petrobras, os Municípios recebem. Só que o órgão federal, a Marinha e outros órgãos que provavelmente tenham direito a algum tipo de *royalty*, não recebe um tostão. Não sei quanto a Marinha tem de reserva de *royalty*. É total, que o Governo deveria ter a sensibilidade de mandar pagar também. Porque ela vai ter que patrulhar, agora com o descobrimento da reserva de Tupi não sei da onde, só tem a Aeronáutica que comprou o Avião P3 reformado, para patrulhar a Amazônia Azul, que eles chamam de Amazônia Azul, o mar territorial brasileiro e a Marinha com seus navios obsoletos, que praticamente não dá para correr atrás de um bandido que esteja buscando a prática de crime na área.

E a área médica, eu acho que tinha que ter uma prioridade enorme, isenção de impostos, busca de equipamentos modernos... Agora teve a feira médica recentemente em São Paulo, eu tive conversando com o Dr. Sérgio Nahas que me fez uma cirurgia, disse que tinha equipamentos altamente, tecnologicamente perfeitos, mas era caro demais. E os impostos também acabam acumulando. As universidades deveriam ter

uma prioridade praticamente para importar sem imposto, porque o único hospital que atende realmente com competência o cidadão são os hospitais universitários. Eu sei por que eu sou cliente de um hospital universitário e sei o que significa. Por que as vezes dizem: "Vamos a tal hospital...". Não, deixa eu ir ao HC porque lá eu estou garantido, porque a gente conhece a história do hospital e a dedicação dos médicos, o exemplo está aí. Quando a senhora cuidou do Giovanni, que foi meu médico... Desculpa. Uma pessoa que eu queria muito. Era mais que um irmão.

SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI: Se a gente homenageia o Dr. Giovanni Bellotti e toda a gama de grandes cientistas que lutaram muito para trazer tecnologia, conhecimento e acesso. Não é?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que teve que usar depois, no fim da vida.

SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI: E ele mesmo teve que usar, porque tinha um câncer muito avançado. E eu me lembro como ele lutava por cada paciente. Tirando as vezes a pessoa de um estado gravíssimo, tirava uma parada cardíaca e ele conseguia fazer...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E ele ia todo dia depois que eu operei o coração, ele ia à minha casa seis e meia, sete horas da manhã saber como eu estava. Um dia chegou e falou: "Não vou mais tratar de você". "Não fiz nada, estou fazendo tudo que o senhor manda". "Eu não tenho condição. Eu estou sendo envolvido pela sua doença. E eu fico confuso. Eu preciso te passar para outro médico". Passou para o Edmar, porque ele não tinha condições psicológicas, que me tratava como um irmão.

SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI: Viraram amigos. E o senhor também apoiou bastante na hora "h", que ele precisava. Essa visão, veja como é que a gente sensibiliza, como é que a gente traz para o diário. No momento fala tantas mortes. 200 mil mortes por tabaco no Brasil. O que é um indivíduo. Uma mulher que não tem que fazer a dissecação total da axila e vai ficar com aquele braço inchado o resto da vida, às vezes curada do câncer, mas ineficiente, ela não vai poder carregar um peso...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Psicologicamente fica...

SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI: Destruída. Então, trazer essa noção para essa Casa da percepção do indivíduo, o que é você estar precisando de um exame e aquele exame não estar disponível. Aquilo pode fazer diferença entre você estar vivo ou não daqui a pouco.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O que ele explicou agora.

SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI: Exatamente. Então, acho muito importante isso e agradeço o seu depoimento, porque realmente a gente precisa sensibilizar os gestores para que isso ocorra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agora, eu proponho que se dê continuidade a essa discussão. E que eles possam nos sugerir algumas sugestões sobre Projetos de Lei, de isenção, de produtos que possam ser importados, conforme a proposta que eles estão fazendo. Eu não quero tomar mais tempo, mas eu saio daqui entusiasmado, que nós temos futuro em energia nuclear, não só para parte médica, mas para o desenvolvimento da tecnologia nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Tuma, nós já combinamos aqui, vou tornar público, que eles vão nos enviar algumas sugestões de alteração que tem que fazer na Legislação, para melhorar a acessibilidade a essas tecnologias de ponta, para você por exemplo... Um aparelho desse leva 70% de imposto mais ou menos em cima, segundo o Dr. José Soares. Então, se custa um milhão, passa para um milhão e setecentos, se conseguir baixar isso aí, especificamente, criar uma Lei, já tem algumas coisas nesse sentido de tentar isentar aparelhos médicos de impostos aqui dentro. Mas a senhora vai nos mandar e nós vamos fazer um levantamento do que está tramitando na Casa, e aperfeiçoar, ver. Tem leis que estão cinco anos, 10 anos, tramitando. Inclusive na direção disso, isenção de impostos de aparelhos. Está bom?

SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI: [Pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Algumas, é. E agora passo a palavra ao Senador Flávio Arns para a sua participação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até já tinha me manifestado um pouco antes, mas eu só quero destacar novamente a qualidade de todas as exposições. Profundidade, conhecimento, a reflexão sobre temas assim tão importantes. O Dr. Odair e o Dr. Alfredo, que falaram com uma ênfase maior na parte da produção de energia, a partir do componente nuclear e... Mas não esquecendo de mencionar e não detalharam, porque também havia os outros expositores para fazer isso.

E o Doutor, também Almirante, Diretor do Centro Tecnológico da Marinha, também de uma maneira muito adequada, muito competente mostrando os avanços que inclusive estamos tendo. E necessidades assim que têm que ser enfrentadas com a participação do Senado, particularmente na área de formação de Recursos Humanos. Isto é uma coisa que tem que ser pensada em longo prazo. Nós não podemos dizer

vamos ter recursos humanos no ano que vem. Daqui a dois anos. Isso é impossível. Tem que haver uma política de formação de recursos humanos hoje para daqui a alguns anos, porque é uma formação que exige tempo, assim como a tecnologia, a construção. Quando se fala: "Não, vamos ter o equipamento pronto em 2012, 2014". Tem que começar hoje. Não pode ficar esperando mais um ano, mais dois anos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, acho que é importante que o senhor coloca, para a Marinha convênio vários anos com a USP tenta formar o pessoal tecnologicamente perfeito em engenharia nuclear. E vem desenvolvendo isso há muitos anos. Mas eu também acho que falta é a verba para que possa realmente aumentar a capacidade de desenvolver essa... As pessoas que poderão no futuro prestarem a esta atividade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É. E depois, hoje em dia nós observamos que a independência, uma época atrás a gente enfatizava muito a mão-de-obra barata. E o Brasil ficava dependente de outros países, por ter uma mão-de-obra barata. Hoje em dia o Brasil corre o risco, caso não dê o valor devido a esses aspectos todos de ficar dependente pela falta de conhecimento, que o conhecimento leva à dependência também. Então, mesmo que não produzamos alguma coisa, precisamos ter o domínio do conhecimento naquela área para, assim, desenvolver, caso seja necessário.

E mesmo quando a Dra. Nise colocou, e quero parabenizar tanto a Dra. Nise, tinha me referido aos outros três, mas da mesma forma a participação da Dra. Nise e do Dr. José Soares. Quando mencionou essa necessidade, quer dizer, nós precisamos desenvolver isso no Brasil. Precisamos ter a tecnologia a nossa disposição.

Há questionamentos, assim, sempre a gente pensa, Dra. Nise mencionou os planos de saúde. A gente sabe que 25% da população brasileira têm planos de saúde. Mas, nem todo plano de saúde pode se aprofundar em todos os detalhes, porque é uma questão de... Eu tenho me debruçado bastante, porque eu sou relator de alguns Projetos de Lei de planos de saúde. O plano de saúde é uma equação financeira também. Não é verdade? Quer dizer, a pessoa tem que pagar, e pelo que paga recebe determinados serviços. Por isso que uma das discussões grandes que acontecem no Brasil é a questão da segmentação dos planos de saúde. Talvez um determinado grupo de pessoas queira ter acesso a consultas, por exemplo, consultas. Então, na consulta já existe o pagamento de um determinado valor. Não quero entrar na fila, não quero fazer isso, não quero fazer aquilo. Ou com exames, ou

mais hospitalização, mais isso, mais psiquiatra, mais psicólogo, mais nutricionista, mais isso e o custo vai aumentando, como aumentaria também em qualquer lugar para essa situação. Então, essa discussão dos planos de saúde também precisa ser feita para se ver como envolver tudo isso.

Eu não vou mencionar o plano de saúde, mas eu tenho um plano de saúde que sou dependente inclusive da minha esposa no plano de saúde, plano empresarial, ela é professora de uma escola e paga como os outros professores pagam e eu sou dependente. E quero dizer que é algo extraordinariamente bom. Extraordinariamente bom, porque qualquer necessidade realmente a pessoa... Nós somos atendidos. Sem a necessidade de dizer se sou Senador ou não sou, nunca menciono isso. Quer dizer, eu sou usuário do plano de saúde. Inclusive em detalhes, por exemplo, a minha esposa fez a cirurgia de câncer de mama nesse ano ainda, então a discussão sobre o linfonodo sentinela vamos dizer é uma discussão que a gente fez lá em casa três meses atrás. Fez o exame também, identificou, começou a cirurgia retirando o linfonodo sentinela, foi para o exame, e não precisou tirar o restante da cadeia. Porque a gente sabe perfeitamente aquilo que foi falado dos problemas que isso às vezes é necessário. Se é necessário, tem que ser feito. Mas os problemas que isso pode... Um procedimento dessa natureza pode acarretar. Então, é a medicina. Então... E ela fez inclusive a prótese mamária, no caso pelo plano de saúde e o médico disse que era de alta qualidade. Foi tudo feito pelo plano de saúde.

Só que a gente discute agora essa questão da CSS. Todos nós dizemos: "Não, nós pagamos uma carga tributária enorme". 50 milhões de brasileiros pagam plano de saúde. Pagam 70% dos impostos nos equipamentos, e assim por diante. Ainda... Quer dizer, quando que vai terminar isso? Então, nesta área, e eu quero dizer inclusive que no ano passado fui operado de câncer de tireóide e também quando mencionaram aquilo, digo olha, pra mim também está muito vivo tudo isso porque faz meio ano, sete meses, posso perfeitamente saber e no caso novo apagão do iodo radioativo, porque isso é produzido aqui, mas na mesma época houve o problema de exames. As pessoas tinham que ser operadas e não podiam ser operadas. E você fazendo o exame, você vê com clareza o que precisa, o que não precisa. E fui operado em Curitiba, mesmo onde existem médicos também... Como no Brasil inteiro, muito competentes e muito bons nessa área.

Mas eu gostaria assim só de dizer claramente, tenho sempre dito isso para o Ministério da Saúde. Porque também estou num debate grande com o Ministério da Saúde a favor da concessão de medicamentos ex-

cepcionais de alto custo para doenças crônicas. Quer dizer, autorizados pela ANVISA, nada de coisa experimental, coisa semelhante. Eu digo para o Ministério: "Olha, vocês não querem às vezes dar o remédio", está na lista, já não atualizam a lista faz seis anos. Imagina, seis anos que o Ministério da Saúde do Brasil não atualiza uma lista de medicamentos excepcionais de alto custo. Quer dizer, a pessoa está doente, existe o medicamento, e a pessoa não tem acesso ao medicamento, porque o Ministério da Saúde acha caro. Eu digo olha, esse negócio de caro é aquilo que foi falado, vamos ver o custo/benefício. Tem fibrose cística. Uma criança identifica tem fibrose cística, se for atendida, vai ter uma vida... Vamos dizer, quase normal. Estuda, vai para frente. Se não for atendida, uma vez por mês está na UTI. E daí? Quanto custa UTI, quanto custa o remédio, quanto o pai pára de trabalhar, a mãe pára de trabalhar e tal? Quer dizer, qual é o custo/benefício?

E na área nuclear eu só gostaria, para concluir, de dizer o seguinte. A gente precisa realmente de ter o desdobramento dessa reunião. O Presidente já falou isso, o Senador Romeu Tuma também. Para que nós possamos não só na área da energia, da Marinha que também devemos fazer isso, mas também na área da saúde. Termos muito claramente o que é necessário ser feito. E isso nada melhor que as pessoas da área nos digam o que é... O que pode ser feito. Por exemplo, foi apontado o item da nacionalização. Então, está bom. O que significa nacionalização? Ou impostos. O que significa impostos? Porque é algo perfeitamente possível haver uma articulação dentro do Congresso Nacional, eu imagino, para não se pagar imposto de equipamentos médicos. Eu acho que isso é viável. É possível de ser feito. Ou as tabelas do SUS que eu anotei até aqui, as tabelas, os procedimentos às vezes simples. Essa questão do... Eu nem sabia que isso não... Quer dizer, eu não sabia que isso não estava na tabela. É uma coisa tão elementar, tão básica, eu diria, e tão fácil de ser feita, e com tantas possibilidades, a pessoa ter uma vida muito... Com muito mais qualidade na seqüência, além do risco e tal, cirurgia, essas coisas todas. Quer dizer, é impensável não ter isso numa tabela. E a mulher aí, e quantas mulheres que estão fazendo isso e fazendo pelo SUS, não fazendo só pelo plano de saúde, mas fazendo pelo SUS, mas seja pelo plano de saúde ou pelo SUS tem que ter isso.

Então, a gente deveria ter da parte dos expositores, do Dr. José e da Dra. Nise, assim, o detalhamento desses aspectos para que a gente possa dar continuidade a isso aqui no Senado. E isso não fazemos uma Audiência Pública, sugiro que se faça um Grupo de Trabalho para falar isso, aquilo, não, acrescenta, tira, põe, não sei o que, num Grupo de Trabalho isso

funciona mais agilmente para que a gente possa talvez levar as conclusões para uma Audiência Pública novamente depois. Para compartilhar isso com o Brasil também.

Então, eu penso assim da minha parte pelo menos, eu sou membro da Comissão de Assuntos Sociais, também titular, aqui eu sou suplente, mas de qualquer forma gosto de participar aqui da Comissão, a questão de saúde é na Comissão de Assuntos Sociais, mas como envolve Ciência e Tecnologia, acho que pode perfeitamente haver uma combinação das duas comissões, não é Dr. Augusto? Dr. Augusto é médico também, então a gente trabalhar junto nas duas comissões e fazer isso. O que eu acharia pena é a gente tomar conhecimento dos graves problemas apresentados e nós temos a autoridade, pelo menos como Senado Federal, para ajudar a resolver o grave problema que foi explicitado pelos expositores. Então, contribuir para a solução. Então, eu diria, vamos fazer isso com a participação da USP, com a participação dos expositores anteriores também, não é? Da AN-VISA, do Ministério da Saúde e falar para o Ministro: Olha, se é preocupação a saúde da mulher, por exemplo, é preocupação linfonodo sentinela, não só eu diria para o câncer de mama, mas para outras situações em que isso.

Então, Sr. Presidente, eu só gostaria assim de deixar muito claro que até pedindo assim uma data logo que no final desse primeiro semestre que é daqui a duas semanas, isso aqui... Porque eu acho que para quem trabalha na área, só se sentar e já está com tudo na cabeça, não precisa nem pesquisar. E colocar numa ordem de prioridade, porque vamos dizer, nem tudo é possível. Mas, quer dizer, numa ordem de prioridade, vamos elencar para termos prazos, cronologia, quer dizer, até tal data, até tal data, até tal data. E mesmo dizendo se o Canadá tem 64 casos por mil de pessoas que se utilizam disso e o Brasil tem, dependendo da situação, dois para o SUS e três ponto alguma coisa para planos de saúde, que foi apontado, quer dizer, de 64 para quatro, se alguém disser não, a saúde da pessoa está tendo acesso... E ao mesmo tempo separando também as coisas porque, vamos dizer, hoje em dia... E vocês separam, lógico, porque vocês vêm de entidades muito sérias também.

Porque existe também uma tendência de empurrar tecnologia que todo mundo "Ah, não, qual é o filão da coisa?" Empurrar tecnologia. Mas a gente tem que separar o joio do trigo. O que é empurrar tecnologia e o que é realmente ter condições. É interessante isso, porque toma procedimentos. Por exemplo, eu sempre faço cintilografia do coração. Faço, faço, faço, e o médico pediu mais recentemente que havia o equipamento

aquela coisa da tomografia, olha o grau de obstrução, e não sei o que mais. E havia uma obstrução pequena. Ele disse "Olha, toma esse remédio e tal". E aí tomo. O procedimento para se evitar, lógico se possível, evitar um procedimento mais dramático na seqüência.

Então, só dando os exemplos pessoais, porque eu sempre tenho opinião que aquilo que eu desejo pra mim eu desejo para todo mundo. Eu gosto de ser bem atendido, particularmente quando a gente está mal de saúde. Mas eu tenho certeza que todo mundo gosta de ser bem atendido quando tem algum problema de saúde. E a gente fazer um esforço para que esse bom atendimento aconteça é um sentido de solidariedade. Vamos colocar na pele da outra pessoa para que não aconteça, por exemplo, que 80 mil pessoas no Brasil que têm câncer e não estão sendo atendidas, porque não tem o... Quer dizer, a instrumentação... Lá em Curitiba mesmo, o acelerador linear, que é uma coisa tão básica, quebrado e a pessoa não é atendida. Então, a gente precisa dar um jeito nisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Senador Flávio.

SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI: Eu queria só para finalizar, agradecer as pontuações do Senador Flávio e do Senador Tuma, Senador Botelho. Na realidade, nós vemos o seguinte. Eu acho que essa Comissão aqui, ela traz uma possibilidade de trabalhar o acesso a partir do custo, porque se você conseguir ter a questão da isenção de impostos, a tecnologia acessível na produção dos radioisótopos a menor custo, a gente torna isso disponível para o SUS. O que é difícil realmente é incorporar as tecnologias como o senhor mesmo mencionou, existe uma demanda muito grande, existe uma Comissão de Estudos de Incorporação de Tecnologia dentro do SUS, mas há o custo existente. Ou das medicações de alta complexidade, onde um medicamento custa 12 mil reais os mês ou 15, 20 mil reais ao mês.

Ou seja, isso também dentro dessa Comissão de Ciência e Tecnologia que desenvolve a questão da nacionalização da produção, a questão da transferência de tecnologia, o PAC da Saúde, Programa de Aceleração do Crescimento para a saúde também, na questão do PAC produtivo da saúde eu acho muito salutar que essa discussão ocorra nesses dois níveis, da Ciência e Tecnologia e da parte social onde, sem dúvida, o paciente se beneficia e vai ser... Vai ser contemplado. Mas a forma de se chegar lá, ela pode desonerar o sistema para permitir que isso ocorra de uma forma mais gradual... Não gradual, mas de uma maneira mais orgânica. Que não tire recursos de outras áreas onde deveria ser. Na dúvida de que o dilema do gestor é enorme, não é? Onde? Como? Mas algumas

coisas que fazem muita diferença também dependem de uma pressão social. Que é o que essa Casa traz, ela traz os anseios de um povo. Aí vem as listas de prioridades e de viabilidade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gostaria de destacar uma questão, porque tivemos uma Audiência com a então Ministra Presidente do Supremo Tribunal Federal, em relação a medicamentos excepcionais de alto custo. A questão da judicialização, porque a Constituição diz que o atendimento é integral, universal... Então, a gente diz que o Ministério da Saúde tem que mudar a Constituição ou atender. Mas o Dr. Arnaldo Barbano, que é dessa área farmacêutica, ele disse para a Ministra claramente que não era uma questão financeira. Não é um problema financeiro. Então, isso foi dito de uma maneira muito clara. Então, eu diria aqui que se não é um problema financeiro, até dizer para os doentes do Brasil, é uma grave irresponsabilidade. Porque se não é um problema financeiro e a ANVISA já autorizou o medicamento, já autorizou, não é nada experimental e o medicamento não é concedido para o paciente, isso podendo resultar na qualidade de vida ou na morte ou na vida da pessoa, e o Ministério da Saúde não atualizar a lista há seis anos é uma irresponsabilidade.

As pessoas deviam ser acionadas por atentado à vida, já que o Dr. Arnaldo colocou para a Ministra, Presidente do STF, que não era um problema financeiro. Então, que tipo de problema que é? A pessoa dizer eu não quero conceder. E isto não pode acontecer. Então, se tem pessoas morrendo, e o Ministro inclusive se preocupando, por exemplo, em instalar máquinas de camisinhas nas escolas. Eu digo: Também é importante educação sexual, prevenção de doenças e tudo. Mas, há seis anos uma lista não ser atualizada, e não tendo problema financeiro, de acordo com o Ministério da Saúde, isso é um crime. Crime contra a pessoa e uma afronta à nossa Constituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra agora o Dr. José Soares Júnior.

SR. JOSÉ SOARES JÚNIOR: Tenho muito pouco a complementar porque já foi dito tudo. Estou muito satisfeito, porque se demonstrou realmente a sensibilidade para toda essa problemática. E nós temos uma porta aberta concreta agora, sem dúvida, para o encaminhamento dessas questões.

Eu estou na área da medicina nuclear há mais de 20 anos. E assumi a Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear a dois anos e meio. E não foi uma vez só que nós fomos ao Ministério da Saúde, à Ciência e Tecnologia para levar todas essas reivindicações e sei que a problemática é ampla, mas a gente agora,

concretamente, vamos colocar todos esses pontos da forma com que o Senador colocou, da forma mais rápida possível também para dar encaminhamento.

Só para esclarecer essas questões, e isso é muito importante que tenha sido vivenciado. A questão do iodo... No Brasil, o que acontece na Comissão Nacional de Energia Nuclear? O Iodo 131 é usado para diagnóstico mas para terapia, para tratar o câncer da tireóide. E primeiro, a CNEN só produz 40% do iodo. E quando falo em terapia, é uma quantidade muito grande, porque eu vou, na verdade, destruir as células tumorais, não é mais diagnóstico de quantidade pequena. Na ocasião que teve o problema do Canadá, o iodo vinha de fora também, mais de 60%. Então, pacientes ficaram sem terapia, sem fazer o exame.

O tecnécio usado para as imagens inclusive, para o linfonodo sentinela, isótopo pai, a gente chama assim porque ele marca uma série de substâncias que vai fazer uma série de imagens, distribuído para o país todo parou. Porque aqui não se produz o tecnécio que vem do urânio, só se mostra o gerador. Já é muito montar o gerador? Claro. É muito importante. É diferente trazer o gerador pronto de fora que ia ficar muito mais caro. Mas eles montam no IPEN e distribui. Mas não temos aqui, a produção zero de tecnécio que é distribuído para o país. Isso é muito importante, já foi colocado e acho que todos estão sensibilizados.

Para falar do Pet então, que precisa do Síncontron regionalmente, porque a meia vida é curta, então isso só após a iniciativa privada ter entrado, a CNEN está investindo muito então nós já temos em Brasília, por exemplo, o Síncontron. E a comunidade dos médicos nucleares e todos que trabalham, eles perguntam agora vai produzir mesmo? Já está produzindo Brasília, Recife... Porque senão nós vamos comprar o Pet. Aí não tem o material. Então, é uma roda. E claro, passa pelas tabelas dos procedimentos que não está contemplado na tabela, nem no rol de procedimentos, como é que vai fazer? É uma questão muito ampla, não vou discutir mais isso aqui, mas em geral o que acontece? O benefício é que esse paciente tem que vai se traduzir, principalmente para ele próprio mais também custo final, porque você vai evitar procedimentos que são muitas vezes mais dispendiosos do que o próprio exame. Mas isso precisa ser visto num macro contexto. Se pegar lá o preço, ah o exame custa três mil reais, não, está completamente fora. Não é assim, precisa ter um contexto. Ele é complexo, o Senador já colocou, dos planos de saúde e tudo mais, mas é viável e nós acreditamos muito nisso.

E como médico do INCOR, do Hospital das Clínicas, nós tivemos o primeiro Pet do Brasil em 2003. Logo depois surgiram vários... Hoje temos 17 países afo-

ra, inclusive Brasília, e mais 10 ou 15 já comprados devido essa dinâmica da produção de Síncotron. Agora, problemas da tabela continuam e a gente pretende aproveitar para encaminhá-los e todos. O linfonodo sentinela é baratíssimo. Porque é técnico, é gestão, não tem nada a ver com Pet, é barato e também não paga. Agora, acredito por conta do que já foi colocado, uma questão de logística. Nós fomos por ocasião de uma das vezes que fomos ao Ministério, a Secretaria, vamos ver quanto gasta com medicina nuclear, todos exames diagnósticos que o SUS cobre. 0,00 alguma coisa do orçamento, só que isso tem um contexto. Então, nós agradecemos muito, vamos preparar tudo e vamos encaminhar essas questões que eu considero como fundamentais porque a outra ponta é o paciente que está precisando do diagnóstico, assim como de toda as demais assistências básicas e tudo mais que se contempla. Bom, obrigado e vamos encaminhar certamente todas essas questões.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, o senhor permite por um minutinho?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pois não, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vi aqui várias colocações indicando alguns responsáveis pelo atendimento na área do Executivo. Se pudesse nos fornecer os nomes para a gente fazer uma Audiência Pública com eles para responderem os questionamentos que foram levantados aqui, o porquê da dificuldade do Governo em atender aquilo que está na Constituição e os apelos que são feitos pela parte operacional, que são os médicos, CNEN e outros órgãos. Talvez se desse o nome de três ou quatro a gente convidaria para vir e explicar o porquê da dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Tuma, nós vamos receber as sugestões deles, acho que após isso a gente poderia partir para essa sugestão de V.Ex^a, não é? Que a gente saberia que direção, onde é que estão os gargalos e tudo que a gente vai ver que...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Inclui-se a receita, para saber possibilidade de isenção nos impostos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu também quero só esclarecer que em termos de medicamentos excepcionais de alto custo, no caso é um debate intenso aqui dentro do Senado. Existe o projeto do Senador Tião Viana, existe o meu projeto também que nós fizemos Audiências Públicas na Comissão de Direitos Humanos com os grupos de doentes e a partir do que os doentes diziam foi construído o Projeto de Lei. Inclusive a Dra. Nise também deve saber que existe uma Comissão dentro do Ministério da Saúde que trabalha

com a aprovação de medicamentos excepcionais. Em que a gente considera essa questão do custo/benefício, se é medicamento novo, se é mais barato, se é mais caro, se traz mais benefícios e tudo isso está escrito na Lei. No Projeto de Lei.

Porque hoje em dia a gente não sabe quem que é da Comissão, a pessoa fica senta em cima do processo durante quatro, cinco anos, não dá atenção nenhuma, não existe consulta pública, não existe absolutamente nada. E o Ministério da Saúde fica com medo da pressão dos laboratórios e tal... Eu tenho dito para o Ministério, os doentes também, a melhor forma de se combater pressão de laboratório é tornar o processo transparente. Todo mundo participa, todo mundo sabe, a USP, o Paraná, o INCOR, todo mundo pode opinar sobre o projeto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): De torná-lo aberto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso tem que estar na Lei. Porque o Ministério tem a tendência de fazer tudo escondido. Ninguém sabe o que acontece, o que se faz. Então, é a hora de ter uma mentalidade nova, adequada, porque eu também acho que existe pressão de laboratório. "Ah, não, bota isso, a gente vai vender mil doses, duas mil doses, 10 mil, 20 mil", mas a gente tem que saber. Todos nós estamos sujeitos a pressões. A gente tem que lidar com pressões e uma das formas de se lidar é tornar o processo absolutamente transparente. E todo mundo sabe, tenho que fazer isso, tem que provar, tem que ter o custo/benefício, tem que ter preço, tem que ter comparação com que existe, comparação com o novo... E coisa semelhante. Aí a coisa vai para frente.

O que não pode é um de nós ter uma doença e a gente ter certeza de que aquele medicamento autorizado, disponível no Brasil, vai me curar da doença e eu não posso ter acesso por causa desses debates burocráticos, administrativos, infundáveis e que as pessoas não têm o mínimo de sensibilidade com o drama da população. Eu falo até desse jeito, porque de fato precisa ser falado desse jeito, porque senão as pessoas não entendem a linguagem, infelizmente. Mas não é do meu feitio ficar falando desse jeito, mas nessa área da saúde está se cometendo um crime contra a vida dos brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Senador Flávio. Quando eles enviarem as sugestões que chegarem aqui na Comissão aí a gente vai... Eles vão tratar... Sobre isso e depois a gente vai... Vamos nós três mesmos que vamos discutir esse assunto.

Mas eu gostaria também de pedir... Apresentar desculpas do Almirante Passos Bezerril, que foi cha-

mado para a reunião que os outros dois já tinham ido. O Ministro da Defesa chamou com urgência, ele teve que sair correndo e não pôde se despedir.

Mas essas discussões, Senador Flávio, acho que geram frutos, sim. Porque eu cheguei aqui em 2003. Acho que foi 2004, ou 2005, nós começamos a discutir energia nuclear aqui dentro. O orçamento da energia nuclear até 2002, 2003, era 60 milhões. Depois passou para um pouquinho mais de 60 milhões. Hoje o orçamento está 140 milhões. Lógico que está mais dirigido para a nossa... Para o nosso programa da Marinha e do nosso conhecimento de energia nuclear. Porque conhecimento de energia nuclear ninguém vende, ninguém presta, ninguém dá. Nós temos que fazer o nosso e nós estávamos com o nosso programa caminhando que ficou quase 20 anos dormindo. Foi iniciativa boa dos Parlamentares e do Presidente Lula de melhorar o orçamento, chegar agora em condições de montar o nosso reator que está praticamente pronto, só faltando ser montado. O reator pequeno que tem geração de energia e geração de potência motriz também. Mas ali gera um conhecimento. Porque o nosso... Nós, por exemplo, nosso conhecimento no Brasil nós conseguimos produzir energia nuclear para reatores com uma diferença de quase 35% a menos do custo que os outros países.

Quando reclamo que o Brasil não permite inspeção, ter aquele *Larry Rohter*. Uma vez já me botou uma reportagem dizendo que o Brasil não permitia inspeção e tal. Está mentindo, porque nós permitimos a inspeção dentro das normas internacionais. Só não permitimos o acesso ao nosso conhecimento, eles não permitem a gente acessar o conhecimento deles. Certo? Então, esse reator que o José Soares fala aí é uma coisa que nós temos que partir para estudar, para elaborar. E vai sair por ali, por aquele caminho mesmo. Pela USP e pelo conhecimento da Marinha, que são eles que detêm o conhecimento no Brasil. E nós aqui nessa Comissão vamos trabalhar nesse sentido.

É lógico que a parte da energia tem mais visibilidade, porque uma coisa que dá retorno imediato. Quer queira, quer não, as coisas funcionam na base da economia agora. Com essa descoberta do petróleo, o submarino nuclear da Marinha vai ter que ser acelerado, porque como é que vai guardar essa imensidão aí? A Marinha chama de Amazônia Azul, cheia de petróleo. Quando ele mostrou a projeção das áreas pré-cambrianas, onde existe material radioativo, dizem que é paranóia nossa. Justamente coincide com a maior parte das nossas áreas indígenas lá em Roraima e Amazonas. Justamente, mas ninguém tinha nem pensado em negócio radioativo. Pensa mais é em ouro, diamante, todos lá. Justamente as áreas

indígenas são projetadas em cima das reservas minerais. Eles não gostam dos pobres dos nossos índios. Quem gosta dos índios somos nós que os mantemos vivos, tratamos como irmãos e vivendo com eles. Eles querem é o minério. Dizem que a gente tem paranóia de quererem tomar a Amazônia da gente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Antigamente só tinha a areia para as mulheres ficarem mais bonitas. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Exato. Mas eu acho que assim, com certeza essa Audiência vai gerar frutos principalmente na área médica. Sou médico também, tenho compromisso visceral com a saúde e com a educação por terem me colocado aqui nessa Casa. E tenha certeza, a coisa aqui não acontece no dia seguinte. Infelizmente quando cheguei aqui, achei que a Justiça era lenta, e tal, tal. Mas o Parlamento também é lento. Eu culpava sempre a Justiça, quando eu não tinha participado do Parlamento.

E nós vamos elaborar, provavelmente vai surgir uma outra Audiência, Senador Tuma, como V.Ex^a. falou para a gente encaminhar melhor a coisa e onde houver um gargalo chamar a pessoa aqui para explicar. Principalmente essa coisa de radiofármacos. Isso.

Eu gostaria de agradecer a presença da Dra. Nise Yamaguchi, Assessora do Ministro da Saúde e o do Dr. José Soares, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, antes de V.Ex^a. encerrar, teria um aditamento a uma Audiência Pública sobre interferência das rádios clandestinas e tudo. Se pudesse aprovar esse aditamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Tuma, tem o Requerimento de V. Ex^a e do Senador Flávio Arns. Vou colocar os dois em votação já, já. Assim que... Antes de encerrar eu coloco isso.

Queria só agradecer o Dr. Odair Dias Gonçalves, Presidente do CNEN; a Dra. Nise Yamaguchi, Assessora do Ministro da Saúde, Clínica e Oncologista; Almirante Carlos Passos Bezerril, Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo; Dr. Alfredo Tranjan Filho, Presidente da ANB, Indústrias Nucleares do Brasil; e ao Dr. José Soares Júnior, Presidente da Sociedade Brasileira de Biologia, Medicina Nuclear e Imagem Molecular.

Agora antes de dar a palavra final para os senhores, eu gostaria de colocar em votação esses dois requerimentos. Requerimento do Senador Flávio e do Senador Tuma que ele apresentou verbalmente e por escrito, e Requerimento do Senador Flávio Arns que

poderia fazer a expressão verbal do requerimento dele que está aqui inscrito.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É só um aditamento, um Requerimento já aprovado para convidar o Senhor César Telles que é Presidente da Associação das Emissoras de Rádio e Difusão do Paraná, para explanar em Audiência Pública, interferência de rádios clandestinas no controle de tráfego aéreo brasileiro acerca dos prejuízos causados por emissoras de rádio instaladas em regiões fronteiriças, fora do Brasil e que transmitem programação de língua portuguesa no território brasileiro prejudicando as emissoras de rádio legalmente constituídas. Então, nesse sentido do aditamento ao Requerimento, para que dentro dessa questão de rádios clandestinas esse aspecto, particularmente das regiões fronteiriças, possa também ser debatido.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Os senhores verificam que a gente faz clínica geral aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Vou colocar em votação o Requerimento do Senador Tuma e Senador Flávio Arns. Os dois na mesma direção. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado os requerimentos. E passo a palavra à Dra. Nise Yamaguchi e ao Dr. José Carlos, primeiro para as suas considerações finais.

SRA. NISE HITOMIYAMAGUCHI: Quero agradecer a presença de todos e a nossa possibilidade de debate nessa instância. Eu quando comecei esse debate eu não era ainda do Ministério, eu sou recentemente no Ministério, mas estarei levando ao Ministro da Saúde as questões que são clamor da população e as necessidades que a gente enxerga dentro do sistema.

Meu papel dentro do Estado de São Paulo é exatamente auscultar as necessidades e detectar ações que possam ser realizadas em sintonia com o Ministério. Eu acho que é uma necessidade também de regionalização das demandas e da percepção no ambiente de alta tecnologia como nós temos em São Paulo, que certamente tem um eco também na... Eu sou paranaense, nasci no Paraná, então acho que existe uma demanda a ser resolvida e, sem dúvida, o diálogo e as discussões vão alicerçar uma possível resolução desse problema.

Então, quero agradecer e para mim é um momento em que eu me sinto acrescida de conhecimento, a partir de todas as áreas, e essa interface, essa clínica geral que o senhor mencionou que é extremamente útil para nós brasileiros, cidadãos brasileiros. Acho que conhecer mais o sistema é fundamental, até para podermos ajudar na sua melhoria. Então, muito obrigada e bom dia a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado à Dra. Nise. Com a palavra o Dr. José Soares Júnior.

SR. JOSÉ SOARES JÚNIOR: Também só tenho a agradecer essa participação. Acho que depois de muita luta, nós finalmente encontramos o caminho das pedras aí para usar uma palavra... Algumas palavras que essa Casa para levar adiante esses projetos que aqui foram discutidos, para gente chegar no ponto final que é melhorar e disponibilizar o atendimento aí para população. Muito obrigado e estamos à disposição, a Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear, ela tem sede em São Paulo, representa o país todo, como eu já disse, e estamos à disposição para esclarecimentos para população, para os Srs. Senadores e todos a fim. E vamos nós temos já tudo planilhado e para dar continuidade então às soluções aí. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Declaro encerrada a Sessão e agradeço a presença de todos os expositores. Muito obrigado. certamente encaminhar tudo que foi sugerido aqui que a gente fizesse,

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e sete minutos do dia nove de julho de dois mil e oito na sala dezenove, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Geovani Borges, Valter Pereira, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, Fátima Cleide, Gim Argello, Marco Maciel e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Demóstenes Torres, João Tenório e Cristovam Buarque. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado do cargo. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Deputado Celso Russomanno (PP/SP). Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a 1ª Parte da presente reunião, convocada na forma

de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 034, de 2007 – CCT, que “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater as interferências de rádios clandestinas no controle do tráfego aéreo brasileiro. Deverão ser convidadas a expor seus pontos de vista as autoridades nominadas a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da CCT: 1 – Sr. Edilson Ribeiro dos Santos, Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); 2 – Sr^a. Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; 3 – Major-Brigadeiro Ramon Borges Cardoso, Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA); 4 – Sr. Lúcio Martins da Silva, Professor da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília (UnB); 5 – Sr. Ronald Siqueira Barbosa, Assessor Técnico da ABERT; 6 – Sr. Edilson Ribeiro dos Santos, Superintendente de Fiscalização de Radiofrequência da ANATEL, e ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 034, de 2007 – CCT, que em aditamento ao Requerimento Nº. 34/2007-CCT, requeiro a participação do Sr. Cezar Telles, Presidente da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (AERP), para explicar na Audiência Pública que debaterá a interferência de rádios clandestinas no controle de tráfego aéreo brasileiro, acerca dos graves prejuízos causados por emissoras de rádio instaladas em regiões fronteiriças fora do Brasil, e que transmitem programação em língua portuguesa para o território brasileiro, prejudicando as emissoras de rádio legalmente constituídas no País, e a sociedade brasileira de maneira geral. É sabido que a existência dessas rádios é uma realidade recorrente em toda a extensão de fronteira do Brasil, ocasionando interferências de sinal com emissoras brasileiras que operam conforme as nossas leis, que passam por todo um processo de homologação e fiscalização diante do Poder Público nacional, pagam impostos, direitos autorais, e prestam relevantes serviços de utilidade pública às populações brasileiras, fato contrário ao que ocorre com essas rádios clandestinas instaladas no exterior, ao Requerimento nº 011, de 2008 – CCT, que “Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados para fins de debater, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, assuntos relacionados às interferências prejudiciais entre emissoras de TV e Retransmissoras tanto na região metropolitana da cidade de São Paulo

como no interior do estado, as seguintes autoridades: 1 – Sr. Ara Apkár Minassian – Superintendente de Comunicação de Massa da ANATEL; 2 – Sr. Edilson Ribeiro dos Santos – Superintendente de Fiscalização da ANATEL; 3 – Sra. Zilda Beatriz S. Campos de Abreu – Secretária de Serviços de Comunicação de Massa do Ministério das Comunicações; e 4 – Sr. Everaldo Gomes Ferreira – Gerente Regional da ANATEL e São Paulo”, ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 011, de 2008 – CCT, que “Nos termos dos arts. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal e 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro em aditamento ao Requerimento n.º 11, de 2008 – CCT, de minha autoria, seja convidado o Senhor Marcos Tolentino da Silva, Rede Brasil de Televisão – RBTv, e a Senhora Regiane Coimbra Muniz de Goes Cavalcanti, Advogada, para debater, em audiência pública, assuntos relacionados às interferências prejudiciais entre emissoras de TV e Retransmissoras tanto na região metropolitana da cidade de São Paulo como no interior do estado. Justificam a ausência o Sr. Lúcio Martins da Silva, Professor da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília (UnB) e a Sra. Zilda Beatriz Silva de Campos de Abreu, Secretária de Serviços de Comunicação de Massa do Ministério das Comunicações. Comparecem a Audiência Pública o Sr. José Joaquim de Oliveira – Gerente Geral de Radiofrequência e Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu – Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; Sr. Cel. Av. Jeferson Ghisi Costa – Chefe do Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo (SRPV-SP); Ronald Siqueira Barbosa – Assessor Técnico da Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão (ABERT); Yapir Marotta – Gerente Geral de Administração de Planos e Autorização de Serviço de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Marcus Aurélio Ribeiro Manhães – Pesquisador em Telecomunicações; Everaldo Gomes Ferreira – Gerente Regional da Agência Nacional de Telecomunicações, (ANATEL) em São Paulo; Cezar Telles – Presidente da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná – (AERP); Marcos Tolentino da Silva – Presidente da Rede Brasil de Televisão (RBTv); Regiane Coimbra Muniz de Góes Cavalcanti – Advogada. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Valter Pereira e Romeu Tuma, autores dos requerimentos e os Senhores Senadores Virgínio de Carvalho, Sérgio Zambiasi e Gim Argello. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a autorização para uso

da palavra do Sr. Roberto De Raphael, Presidente Executivo do Shop Tour. Inicia-se a 2ª Parte da Presente Reunião, Pauta– Extra, Item Único: Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2008, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente da República, que “Autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC e dá outras providências.” O relator, ad hoc, designado é o Senador Gim Argello e o parecer favorável e pela rejeição da emenda n.º 01 apresentada pelo Senador Antonio Carlos Valadares é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião, às treze horas e trinta e seis minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – **SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO
E INFORMÁTICA – CCT

23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, nove de julho de 2008.

Dando início aos trabalhos dessa reunião submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As senhas e senhores que concordam com os termos permaneçam como se encontram. Aprovado. A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A presente Audiência Pública atende ao Requerimento nº. 34/07 de autoria do Senador Valter Pereira, aqui presente, aditamentos nº. 01 e 02, de autoria respectivamente do Senador Valter Pereira e Flávio Arns. E o Requerimento nº 11/2008 e ao aditamento nº 01 do Senador Romeu Tuma, que tem o objetivo de debater as interferências de rádios clandestinas no

controle do tráfego aéreo brasileiro e as interferências prejudiciais entre emissoras de TV e retransmissoras, tanto na região metropolitana da Cidade de São Paulo, como no interior do Estado. Os debates e os temas em pauta são de extrema importância, tanto em termos das graves consequências à vida de passageiros, tripulantes e possíveis outras vítimas dessa hedionda violação promovida por indivíduos inescrupulosos que não possuem o mais primário respeito e consideração pelo outro, como também o respeito aquele que exerce sua cidadania ao andar dentro da legalidade, e com o objetivo de daí poder tirar com dignidade seu sustento de sua família prestando serviço de utilidade pública relevante social à população brasileira. Ao fim ao cabo das discussões que aqui teremos, poderemos além de outras conclusões analisarmos a eficiência, a eficácia das ações envolvida pelos órgãos competentes do Poder Executivo, além de sugerir ações que permitam possíveis melhorias em sua atuação. Aproveito ainda para comunicar que o professor Lúcio Martins e a Sra. Zilda Beatriz de Campos Abreu, Secretária do Ministério das Comunicações, justificaram suas ausências do nosso debate hoje.

Dando segmento à reunião, peço ao digníssimo Senador Gim Argello, que acompanhe os expositores a comporem essa Mesa.

Convidados. Autoria do Requerimento, aditamento Senador Valter Pereira, Senador Romeu Tuma. Convidados: José Joaquim de Oliveira, Gerente Geral de Radiofrequência e Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL; Coronel Jefferson Ghizi Costa, Chefe do Serviço Regional de Proteção ao Voo São Paulo, SRPV São Paulo; Ronald Siqueira Barbosa, Assessor Técnico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT; e Yapir Marotta, Gerente-Geral de Administração de Planos de Autorização de Serviços de Comunicação de Massa Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL. Marcus Aurélio Ribeiro Manhães, pesquisador em telecomunicações; Everaldo Gomes Ferreira, Gerente Regional da Agência Nacional de Telecomunicações em São Paulo; Cezar Telles, Presidente da Associação das Emissoras de Rádio do Paraná, AERP; Marcos Tolentino da Silva, Presidente da Rede Brasil de Televisão, RBTv; e Regiane Coimbra Muniz de Góes Cavalcanti, Advogada.

Eu queria dizer também a todos aqui presentes também, à TV Senado, que como se trata de uma Audiência Pública com uma quantidade grande de convidados, teremos combinado... São quantos minutos? Cinco minutos, eu acho pouco. Vamos botar aí 10 minutos, no máximo. Como é uma quantidade grande de convidados, eu vou ter que ser rigoroso quanto

ao tempo. Espero que isso não possa parecer até ser descortês, ou ao mesmo tempo mal-educado, mas eu vou ter que conduzir.

Inclusive, Senador Romeu Tuma, Senador Valter Pereira, autores dos requerimentos, me procuraram muitas pessoas sobre essa Audiência de hoje. Acho que é uma Audiência super importante, vi o quanto tem problemas nesse sentido, conflitos envolvendo até documentação falsa que me apresentaram, eu fico até muito preocupado, Senador Romeu Tuma, porque diante do que vai acontecer aqui, nós poderemos ter até uma CPI ou não sobre essa situação que está acontecendo. Eu fiquei muito preocupado com que eu presenciei, o que eu vi. Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu peço desculpas a V.Ex^a., eu tive uma cirurgia e fiquei meio fora de órbita e vim por causa dessa Sessão, em razão do respeito e amizade que V.Ex^a. tem, o Dr. Walter, e provocar essa Comissão. Realmente os telefonemas, precisei pedir para não ligar mais. A [ininteligível] é testemunha, de tanta queixa que há a respeito do que está acontecendo na concessão de rádios e televisão.

Nós tivemos um objetivo, talvez não sei se o Dr. Walter seja o mesmo. O nosso deputado. Era buscar o que está trazendo intranquilidade aos pilotos, interferência em outras rádios. Não nas concessões, que é um problema do Ministério. E nós temos feito aqui o possível para analisar os projetos que chegam a centenas. Talvez, diante do que foi falado esses dias por telefonema, e agora V.Ex^a. expõe, talvez formar uma Comissão Especial junto ao Ministério, para saber realmente como é que está se concedendo a matéria para pôr no ar rádio e televisão. Tem gente com mais de 100 rádios. Sabe que tem mais de quatro, cinco mil ainda processos para a gente julgar aqui. Então eu fiquei assustado mesmo. Acho que diante dessa reunião, nós vamos ter que tomar alguma outra providência por esta Comissão, sob a Presidência de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria dizer para V.Ex^a., se V.Ex^a. se sentir desconfortável, tudo será gravado e poderá ser passado, se V.Ex^a. tiver que se retirar. Eu mandarei o DVD, porque sei que V.Ex^a. está vindo de uma cirurgia. E o Senador Valter Pereira, um grande também lutador, tenho certeza que conduzirá também que poderá fazer qualquer problema. Senador Gim Argello.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, acostumei aqui no Senado a prestar muita

atenção no que fala o Senador Romeu Tuma. Se o Senador Romeu Tuma está dizendo da gravidade que é esse assunto com essas interferências todas que ele está citando esse assunto. V.Ex^a. é Presidente da Comissão, parabéns por ter feito essa Audiência Pública, mas pelo que ele está dizendo é muito mais grave do que estamos vendo. Então nós temos que ir realmente a fundo nisso. Se é isso mesmo, se tem interferência, se tem várias rádios sem autorizações funcionando, se está funcionando em vários lugares, fazendo interferência em nível de aviação, temos que dar uma solução nisso e definitivamente. A Comissão é essa, o lugar é esse aqui. E se precisar uma atitude mais firme ainda, até proponho à V. Ex^a, que o senhor proponha uma atitude muito mais firme ainda. Temos que acabar com isso que não podemos aqui saber de uma denúncia grave dessa, com pessoas que fazem a telecomunicações no país e saber que está tendo interferência de aviões, fazer interferências como o Senador colocou e não tomarmos uma providência. Primeiro parabenizar o senhor por essa Audiência, e dizer que vou ficar muito atento, porque esse assunto é realmente muito grave.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Queria dizer, que eu fui também procurado por pessoas que obedecem a lei. Entendeu, Senador Romeu Tuma? Trabalham dentro da Legislação. Inclusive conversei com o Ministro sobre essa Audiência de hoje, o Ministro... Tem que ser obedecida a lei. Se existe as concessões para determinados locais, esses locais têm que ser obedecido. É um trabalho que a fiscalização é da ANATEL. O Ministério acaba sendo... Autoriza e depois a ANATEL tem que fiscalizar.

A ANATEL tem sido uma grande companheira dessa Comissão, ao longo de toda a instalação dessa Comissão, tem dois anos que vai fazer agora, sempre nos atendeu muito bem, tanto os membros como também o Sr. Ara, que está muito ligado a essa área. Então nós temos que conduzir o processo firme, sabendo que a ANATEL também vai estar ao nosso lado com relação a qualquer descumprimento de lei que venha a ocasionar. Vamos direto à pauta--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu proporia a V.Ex^a. o encerramento dessa Audiência Pública, todas as notas taquigráficas fossem encaminhadas ao Ministério de Comunicações, para que ele pudesse analisar o que realmente vem acontecendo, que

talvez não tenha chegado ao conhecimento dele para as providências necessárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tudo bem. Secretaria, depois encaminharemos todas as notas taquigráficas para o Ministério e também para a ANATEL, por favor.

Obedecendo, nós temos um problema, vou primeiro ouvir o Coronel Jefferson Ghizi Costa que tem um compromisso, e atrasou um pouco a Sessão, a quem passaria primeiro a palavra. Com a palavra o Coronel Jefferson Ghizi Costa, Chefe do Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo, SRPV São Paulo.

Queria lembrar que estamos ao vivo com a TV Senado, que essa é uma Audiência Pública cujo objetivo é debater a interferência de rádios clandestinas no controle do tráfego aéreo brasileiro e as interferências prejudiciais entre emissora de TV e retransmissoras, tanto na região metropolitana do Estado de São Paulo como no interior do Estado. Requerimento de autoria do Senador Valter Pereira, do Senador Romeu Tuma. Com a palavra, Coronel.

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: Ok. O meu muito bom dia a todos presentes. Uma honra para o Comando da Aeronáutica estar participando dessa Audiência Pública. Vamos apresentar, eu sou Coronel Aviador Jefferson Ghizi Costa, sou Chefe do Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo, responsável pela área terminal São Paulo e Rio de Janeiro. Estou representando o Exmo. Sr. Diretor-Geral da DECEA, Tenente Brigadeiro do Ar Ramon Borges Cardoso, tenho 19 anos de experiência na área do CCAB, e venho a essa Casa com o objetivo de colaborar com o Senado Federal e com a sociedade brasileira no que tange as interferências e serviços de tráfego aéreo no Brasil. Representando o Comando da Aeronáutica e o DECEA, o nosso Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

Senhores, indo diretamente ao assunto, nós temos um *slide* aqui da área de controle terminal de São Paulo, a principal terminal do Brasil, que abrange os aeródromos de Congonhas, Guarulhos e Campinas, e nós temos ali representado todas as interferências em termos de números do ano de 2007. Então os senhores podem acompanhar que nós tivemos aí um pico em junho de 250 interferências e sempre variou em termos de 50, 100 interferências ao longo do ano passado, onde nós tivemos realmente um agravamento dessas interferências.

Além do número, eu gostaria de frisar que não apenas o número em termos de quantidade, mas também o grau da interferência, de cada uma dessas interferências, esse grau de interferência é fator primordial

para que a gente tome as nossas ações contingenciais em termos de tráfego aéreo, para que nós não percamos a segurança.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Coronel.

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Essa interferência é só a comunicação, ou pode atrapalhar o piloto dando uma ordem contraditória, ou alguma coisa que possa prejudicar o seu acompanhamento de voo?

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: Afirmativo. Se o senhor me permite, aqui só em termos de números. Na sequência nós mostremos inclusive um exemplo, aonde a gente consegue notar o que eu disse, o grau de interferência também é levado em conta. Porque às vezes uma interferência, dependendo do grau ela atrapalha o contato do piloto controlador, ou seja, o piloto pode não ouvir uma determinada orientação, e o controlador também pode não receber a resposta desse controlador. Então, numa área terminal de São Paulo, onde nós temos em torno de 1.600 movimentos por dia, ele acaba se tornando um fator bastante complicador. Por favor.

Continuando na parte estatística, em termos de números, em 2008 nós fizemos levantamento até junho, então sempre em torno de 60, 80, chegando até o pico de 90 em abril, número de interferências. Por mês. Conforme nós colocamos, eu acredito que um exemplo dessas interferências nós coletamos alguns dados e conseguimos fazer um exemplo dessas interferências na qual talvez o som fique mais claro para todos aqui do nível de interferência. Por favor.

[apresentação do áudio].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Comandante, essa interferência é de uma rádio pirata ou rádio legal?

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: Em termos de controle, controle do tráfego aéreo, nós não temos essa informação. Na verdade toda a interferência, seja rádio outorgada ou não, é gravada, repassada para a ANATEL--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas se a torre quiser entrar ela não consegue porque está em interferência?

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: Exatamente. Como o senhor percebeu, essa é a interferência que estamos para passar as informações para o piloto, e ele diz que recebe em determinados momentos melhor a rádio do que o próprio controlador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Quer dizer que se o cidadão vai lá na Santa Efigênia, compra um equipamento desse, põe na pista, ele falar com o avião tranquilamente?

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: A informação é que desde que esse aparelho não esteja funcionando de acordo com as normas da ANATEL, ou seja, ele não tem mecanismo de se transmitir numa frequência para a qual ele foi estabelecido, ele pode interferir como a gente consegue comprovar pelos exemplos na nossa frequência.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Põe em risco mesmo a vida do...

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: Afirmativo. Então, dando continuidade, a gente gostaria de mostrar que podemos perceber que diminuiu um pouco a interferência de 2007 para 2008, em termos de números. Isso é decorrente de uma... De ações coordenadas entre o Comando da Aeronáutica, a ANATEL e a Polícia Federal, ou seja, diminuíram, mas ainda estão em níveis preocupantes para o controle do tráfego aéreo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A Polícia Federal só pode intervir quando a ANATEL solicita, não é?

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: Afirmativo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque por iniciativa própria ela não pode.

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: A partir da nossa comunicação com a ANATEL, a ANATEL fala com a Polícia Federal que tem o poder de polícia e eles, dentro das informações que eles têm, eles tentam fechar a rádio, ou tomar alguma providência.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E o crime ainda é com pena muito leve, não é? Não tem uma pena pesada. Apreende o material e depois recompra e continua sem nenhuma preocupação.

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: Afirmativo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Por isso tem que mudar a Legislação, Presidente.

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: Dando continuidade, por favor. Próximo *slide*.

Ah sim, as contingências. Aí para a gente explicar em termos de o que é feito dentro do órgão operacional, quando nós verificamos que existe interferência. Então, no primeiro instante a gente muda de equipamento, ou seja, a gente tenta fazer com que um equipamento reserva ou outro que esteja disponível, se a gente consegue diminuir o nível de interferência. Se não surtir efeito, a gente tenta mudar a frequência. É bom a gente esclarecer que para cada um dos setores de controle nós temos uma frequência principal e uma frequência alternativa para cada setor. Além disso, temos a frequência de emergência conforme diz o nosso regulamento, que nós temos que ter uma frequência de emergência para fazer a comunicação.

Dando continuidade, a gente também, se nenhuma dessas contingências surtirem efeito, ou seja,

até concomitantemente com isso, a gente já começa a fazer uma separação maior entre as aeronaves, em operações de pouso e decolagem para exatamente que se a gente precisar... Então a gente aliado a essa interferência, a gente começa a dar uma separação maior para que se por acaso o piloto não escute, ou imediatamente faça uma... Não cumpra... Não consiga ouvir uma determinada diretiva, a gente já começa a separar.

Como eu expliquei, nós temos 1.600 movimentos na terminal São Paulo, já dá para ter uma idéia em termos de volume de tráfego, se a gente começar a espaçar as aeronaves o que isso vai representar em termos para a sociedade. Ou seja, nós vamos ter atrasos, muitas vezes outras restrições, a gente ter que segurar decolagem de aviões, algumas aeronaves vindas de outro setor, de outro centro, a gente inclusive acaba segurando fora da terminal para que sempre, sempre a segurança esteja em primeiro local aí para nós. Por favor.

Em termos de providências tomadas desde que começaram essas interferências, nós instalamos essas frequências em mais sítios, porque muitas vezes a gente percebeu que a interferência é um sítio. O sítio é o local onde essa interferência dentro da terminal está instalada. Então nós temos a opção de colocar em outros sítios, de modo que a gente possa tentar ver se um determinado sítio está sendo menos interferido do que outro.

Como já comentei, todas as nossas ocorrências, elas são imediatamente enviadas à ANATEL, ou seja, a partir do reporte do piloto nós pegamos as informações de coordenadas, telefone, que muitas vezes a gente consegue, o próprio piloto consegue, olha: "Estou recebendo, captando uma informação de uma determinada rádio e nós temos o telefone". Isso imediatamente a gente passa para a ANATEL, para que a ANATEL tenha, vamos dizer assim, uma ação imediata em cima desse interferidor. Além disso, nós temos a participação do nosso grupo especial de inspeção em vôo, o GEIV, que é uma organização dentro do próprio DECEA, um grupo que tem aeronaves, dentro dessas aeronaves eles têm equipamentos que podem ajudar a ANATEL a localizar o interferidor, além de outros equipamentos que eles utilizaram.

Só para citar, o GEIV inclusive não só já conseguiu detectar algumas interferências em VHF, que é a nossa faixa de frequência que a gente fala com o piloto, como inclusive já conseguiu captar interferências em equipamentos de precisão, de pouso de precisão, que é o ILS. Tanto no Galeão, como Guarulhos e no NDB de Porto Alegre. Então, através de rádio monitorada,

de rádio localização, o GEIV já conseguiu localizar e tentar impedir essas interferências.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Coronel Jefferson, esse é o aparelho que faz a ligação quando o avião está vindo e diz qual é o caminho que ele tem que seguir, não é isso?

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: Afirmativo. O ILS é uma frequência que o piloto coloca no equipamento de bordo e ele consegue fazer um pouso de precisão. Já conseguimos detectar interferência inclusive nesse... GEIV? É o Grupo Especial de Inspeção em Voo, que fica localizado no Rio de Janeiro.

Só finalizando, por favor, o próximo *slide*. Então, aqui eu fiz questão de mostrar para os senhores, a tela do controlador de um determinado momento em São Paulo que nós podemos ver cada um daqueles pontinhos representa um avião. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O amarelo?

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: É. Cada pontinho amarelo desse... O radar, ele fornece essas informações, aqui a gente chama de etiqueta, nós temos aviões. Então podemos ver que nessa tela de computador nós temos mais de 40 aviões, então isso consegue justificar a nossa preocupação em termos de interferência.

Então, finalizando, o Comando da Aeronáutica ele prima pela segurança das operações, e tendo em vista que incidentes e acidentes aeronáuticos são consequência de vários fatores envolvidos, não se descarta a possibilidade de que as interferências, que ora nós tratamos, seja realmente um fator contribuinte a se considerar nesse caso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Coronel Jefferson. Nada como um militar que obedece o tempo. Senador Tuma. Passaremos ao segundo expositor, segundo convidado, o Sr. José Joaquim de Oliveira, Gerente-Geral de Radiodifusão e Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações. Eu pediria também ao Sr. José que procurasse dentro dos 10 minutos... Como aqui no... Na carreira militar nos mostrou. 10 minutos. Com a palavra o Sr. José Joaquim de Oliveira, Gerente-Geral de Radiofrequência e Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, a quem eu passo a palavra.

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: Bom dia Srs. Senadores, bom dia à Mesa aqui representada, demais presentes, é uma satisfação eu estar aqui discutindo esse importante assunto, certo? E vou tentar no breve tempo que nós temos estabelecer as linhas gerais da atuação da fiscalização da ANATEL.

Eu começo dizendo aos Srs. Senadores, que a fiscalização não cria regras. A fiscalização é consequência de todo o arcabouço de normas e leis que precisam ser conferidas se elas estão sendo seguidas pelos demais entes que utilizam o espectro de radiofrequência, que ele é um bem muito escasso e que se não for muito bem organizado, todos nós sairemos perdendo. Então, este é o princípio da atuação da ANATEL. Ou nós fazemos uma organização rigorosa do uso desse bem escasso, ou todos nós sairemos perdendo. Eu pediria então que passasse a próxima transparência.

Eu vou insistir, assim como o Coronel Ghizi, em dois exemplos aqui para mostrar aos senhores. Nós temos além das interferências provadas por rádios, e aqui o Senador Romeu Tuma fez uma pergunta no início da apresentação, se eram só rádios clandestinas que produzem interferências. Não, Senador, o fenômeno da interferência é produzido por diversos fenômenos. Pode ser produzido também por rádios outorgadas, só que no caso da rádio outorgada o trabalho da ANATEL que vai combater aquela interferência fica facilitado, porque nós sabemos com quem falar, sabemos onde funciona a rádio, sabemos que a entidade tem interesse de resolver o problema... Então, os esforços são convergentes para a solução do problema. A dificuldade nossa é quando nós não sabemos qual é a fonte geradora da interferência e, principalmente, quando a pessoa da interferência sabe que está cometendo um crime e procura de todas as maneiras se esconder da presença do estado representada pela ANATEL.

Outra fonte de interferência também provocada que está crescendo muito é o telefone sem fio de longo alcance. Muitas fazendas compram esses aparelhos, muitas vezes eu até admito que seja de forma inocente, mas que produz um estrago muito grande também na comunicação da Aeronáutica, porque funciona exatamente dentro da faixa da comunicação da Aeronáutica. Eu vou pedir aqui então para marcarmos esse ponto aqui para nós ouvirmos uma interferência produzida por um telefone sem fio. Não é via satélite. Telefone de longa distância, só que o alcance dele é de 40 quilômetros. Aí a pessoa digitando, isso o copiloto está ouvindo.

[apresentação de áudio].

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: Telefone comum, só que de longo alcance. Telefone sem fio. Telefone turbinado, desses que a gente usa, telefone sem fio, só que o alcance dele em vez de ser de alguns metros, ele alcança até 40 quilômetros. E as pessoas muito às vezes compram esses telefones, são telefones importados, não são homologados pela ANATEL, não são licenciados, usam uma faixa de frequência militar e no país de origem onde são fabricados está escrito

lá, nós já mandamos traduzi-lo, ele vem escrito em caracteres que não são romanos, em outros caracteres, já pedimos para ser traduzido, está escrito que esse telefone não pode ser usado no país de origem onde ele é fabricado. Inclusive onde ele é fabricado ele não pode ser usado, no entanto, ele é vendido para exportar problemas para os outros países.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Monta no cavalo, vai ver a boiada e consegue falar no telefone.

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: Consegue falar com telefone comum, só que ele é de longo alcance. Como ele irradia para todos os lados, o avião que está passando está sendo interferido, porque ele usa a faixa de frequência da comunicação móvel Aeronáutica.

A segunda parte aqui de baixo, eu não vou apresentar, porque o Coronel já apresentou uma série de... Na mesma linha. A comunicação entre o piloto e a torre, e no meio entra uma música, entra uma propaganda, uma coisa que atrapalha totalmente o piloto. E nesta que eu gravei aqui que eu trouxe, o exemplo, a torre tenta mudar o canal, fica dizendo: "Estou tentando mudar o canal para melhorar a comunicação, e não estava conseguindo mudar o canal". O canal alternativo não estava funcionando, e o piloto tem que se virar tentando ouvir como nós ouvimos aqui--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: Sim. Exatamente. Nós temos essa interação muito grande com a Aeronáutica. Internamente, dentro da ANATEL, nós tratamos a interferência, ela é classificada de três níveis, interferência de risco à vida, então as comunicações, quando houver reclamação de interferência da Aeronáutica nós já a classificamos como risco à vida, e essa interferência é tratada imediatamente. Pode ser que não consigamos resolver o problema imediatamente, mas o início do tratamento da interferência é feito imediatamente após a comunicação. E eu recebo diariamente um relatório feito por um sistema que me mostra a relação das denúncias de risco à vida que estão em tratamento em todo país. Então, é dado uma prioridade absoluta nessa questão da interferência de risco à vida.

Existem outras interferências, interferências comerciais que é dado um prazo para nós iniciarmos o tratamento até 15 dias quando nós recebemos, e os demais tipos de interferência, quando o cidadão reclama que minha televisão estava pegando e agora não está mais. Esse tipo. Então precisamos separar exatamente para dar prioridade à questão da interferência de risco à vida. Eu queria... A próxima transparência.

Essa transparência eu trouxe aqui para ilustrar as diversas fases de um vôo. Nós temos aqui a primeira fase de um vôo que é... Onde o avião é comandado pela torre. Pelo TWR. Depois tem uma outra fase que o avião é comandado pelo APP, que é o sistema de aproximação, e, finalmente, o sistema que comanda o avião quando ele está em vôo de cruzeiro. Então essas três fases do vôo precisam ser permanentemente protegidas, porque em qualquer uma dessas fases onde houver interferência ela é prejudicial. Porque o comandante da aeronave precisa estar permanentemente sendo monitorado, sendo acompanhado do vôo desde o aeroporto A, até o aeroporto B.

Aqui embaixo tem as faixas de frequência. Esse 108, a 118 é a faixa de frequência do ILS. Observe como ela é vizinha da faixa de frequência do FM. O FM vai de 88 a 108. O ILS, o VOR que é aquele aparelho que faz a localização no início da cabeceira da pista, ele funciona na faixa de 108 a 118. Uma faixa muito próxima da faixa de frequência. E esses outros sistemas, o TWR da torre, a aproximação e o controle de vôo de cruzeiro, na faixa de 118 a 137 megahertz. Então os aparelhos que são importados ilegalmente, que entram pelo país sem serem homologados [soa a campainha]... Que não são homologados pela ANATEL, não tem licença nenhuma, eles entram nessa faixa aqui ou nessa outra faixa. E interferem plenamente, comprometendo a segurança de vôo.

Daí a minha satisfação de estar aqui discutindo esse assunto porque nós estamos... Teve uma fase que nós sentimos que estávamos praticamente enxugando gelo. Felizmente, de um ano para cá o nosso combate tem sido muito intenso, tem sido divulgado bastante essa preocupação e esse número de reclamações tem diminuído, mas ele ainda é alto e preocupante. É muito alto e preocupante. Eu tinha outras coisas aqui para apresentar, mas infelizmente, como o Presidente da Mesa já me avisou daqui, eu tenho pouco tempo para expor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só uma perguntinha. V.Ex^a. que falou em MERCOSUL, ou não?

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: Não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tenho um documento aqui. Como a gente faz parte do MERCOSUL, eu queria levar alguma coisa pra gente discutir lá. Parece que eu vi interferência em Foz do Iguaçu grave.

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: Nós temos uma região do país que é muito problemática, muito parecida com São Paulo, que é aquela região de Foz do Iguaçu que tem fronteira com o Paraguai e Argentina, que é aquela faixa do dial, onde as pessoas sin-

tonizam, se você for correndo o dial vai encontrar de 30 a 40 rádios. Então é uma região muito problemática em relação também a parte de interferências. As interferências, eu asseguro ao ...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só um minuto. Senador Botelho desejava fazer alguma consideração?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está bom.

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: Eu asseguro aos senhores que a ANATEL tem recebido constantemente as reclamações de interferências da Aeronáutica, nós temos canais diretos, além da comunicação centralizada para nós fazermos a estatística das nossas reclamações e fazermos o acompanhamento, os diversos órgãos da ANATEL espalhados, porque a ANATEL tem representação em todos os estados da Federação, recebem diretamente essas reclamações e partem imediatamente para o campo verificar o trabalho da interferência.

O trabalho fica mais complicado quando se trata da não outorgada, porque a não outorgada, ela quando percebe que o estado está chegando, elas desligam a rádio e dificulta a nossa localização. Porque os nossos instrumentos funcionam muito bem quando a rádio está no ar. Aí temos os instrumentos chamados goniômetros, que fazem exatamente a localização de onde está. De vários pontos faz a localização de onde se encontra a estação. [soa a campainha] Mas só para concluir. Quando a estação está desligada, fica então o trabalho tremendamente dificultado pela... Por causa desse fenômeno.

O Dr. Everaldo, que é o Gerente do Escritório de São Paulo, na sua apresentação vai mostrar algumas fotografias da ousadia dos não outorgados de... Com a dificuldade que eles criam para a fiscalização. De colocar os transmissores e os sistemas irradiantes, que são o conjunto de antenas, nos pontos mais difíceis para chegar a... A presença da ANATEL chegar lá. Então era isso eu queria dizer aos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valter Pereira gostaria de fazer uma consideração. Com a palavra, Senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Uma questão só metodológica. Vamos fazer uma interface imediata? Ou vamos fazer... Ouvir todos primeiro e depois fazer as perguntas? Essa que é a questão, que eu acho que é crucial.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a. depois que passou a usar o laptop constantemente, usa as palavras... Interface... É o Senador tecnológico da Casa. Eu queria dizer, da melhor maneira que a Comissão decidir.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que essa... De repente fala uma coisa, a gente pergunta e tem a resposta. Se deixar passar o tempo, não vai lembrar mais. O senhor está certíssimo no seu raciocínio. Só que a gente é tão ansioso, porque o assunto é meio desconhecido, e foi tão surpreendente a preocupação com tanta gente a ligar, mandar e-mail, que a gente fica ansioso para fazer pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu só pediria, Senador Romeu Tuma, Senador Valter Pereira, demais Senadores presentes, como eu estou sendo aqui o mal, por definir o tempo, que essas intervenções fossem rápidas e eu vou descontando. E que os demais componentes da Mesa, se acharem que estou dando o desconto muito grande, por favor falem aqui baixinho, porque estamos ao vivo. Mas que é difícil administrar essa quantidade de convidados.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de esclarecer o seguinte. Eu não tive a idéia de criticar nenhum tipo de procedimento, porque acho que realmente qualquer tipo de procedimento cumpre a finalidade. Não é esse o objetivo. Apenas para eu poder me inserir na discussão.

Então, o que eu gostaria de perguntar ao Dr. Joaquim, José Joaquim, é o seguinte. A tecnologia não avançou a ponto de permitir que se faça uma fiscalização mais eficaz, que se localize as rádios? Porque eu tenho ouvido algumas notícias sobre interferências que chegam a chocar. Às vezes até o locutor chega a dizer: "Olha, nós temos que ajudar essa rádio aqui, porque essa rádio às vezes entra e às vezes tem que sair... às vezes nós temos que esconder da fiscalização, porque isso aqui é uma rádio popular, uma rádio que não tem dinheiro", e às vezes a rádio fica trabalhando a serviço do crime, recebendo subsídios do crime. Eu já ouvi notícias nesse sentido, quando o locutor diz claramente que é preciso agir com rapidez, é preciso cumprir determinada tarefa com mais celeridade a fim de que, efetivamente, se concretize algum negócio, alguma coisa assim. Então todo esse tipo de coisa eu tenho ouvido. Isso daí causa um espanto muito grande. Porque de repente a rádio pirata está sendo mais uma ferramenta, e uma importante ferramenta para o aliciamento a ações criminosas.

Então, a indagação que eu faço é o seguinte. Existem equipamentos? Esses equipamentos estão

disponíveis no Brasil? Ou tem equipamentos mais modernos fora que precisam ser importados a fim de que a fiscalização seja aumentada, seja ampliada?

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: Senador, vou começar respondendo pela parte mais fácil que é sobre os equipamentos. Nós temos de fato, nós já temos equipamentos instalados, temos equipamentos que fazem até portáteis, que fazem a identificação, a localização da estação. Evidentemente não é na quantidade que a fiscalização gostaria de ter. Certo?

Como nós cobrimos o país inteiro em 26 Estados mais o Distrito Federal e tem Estados grandes onde esse problema se agrava mais, a quantidade de recursos que nós gostaríamos de ter, evidentemente, como qualquer gestor, sempre acha que os recursos são insuficientes. São limitados. Mas nós temos esses equipamentos que fazem a localização da rádio, exatamente o ponto onde ela se encontra. A primeira dificuldade, já está respondida, que é recursos tecnológicos para fazer a identificação da rádio.

A segunda dificuldade é a esperteza que o não outorgado tem, porque os equipamentos de radiofrequência para serem localizados, eles precisam estar no ar. Precisam estar funcionando. Então, eles não colocam muitas vezes a rádio 24 horas no ar. Funciona numa certa hora e tira do ar. Mudam de local. Nós já tivemos rádios clandestinas em Kombis. Ou seja, elas não têm um ponto fixo onde operarem.

Segundo ponto, elas colocam em pontos onde muitas vezes o Estado tem dificuldade de chegar lá. Certo? De acesso. Em favelas de difícil acesso, em locais onde eles têm olheiros que quando percebem a presença da ANATEL a rádio já saiu do ar. E elas avisam umas às outras. Muitas vezes nós estamos localizando uma estação, tem um local que tem três, quatro estações, quando a gente aborda uma, as outras três, quatro também já saíram do ar. Ou seja, cria dificuldade. E quando a ANATEL chega, prende os equipamentos, como são equipamentos hoje, são equipamentos baratos, uma semana já estão no ar de novo. Mais de 90% das não outorgadas são reincidentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem que fazer uma lei mais rigorosa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Outra... O Coronel Ghizi falou sobre a contribuição que tem dado o tal do GEIV para esse tipo de trabalho. Quais são os equipamentos que esse grupo utiliza? E se existe também uma articulação entre esses órgãos todos, porque o que eu sinto é que na área de controle desses sinais existem vários... Várias áreas que são afetadas e que se articuladas poderiam dar um resultado sinérgico capaz de levar ao infrator e levar ao fe-

chamento da emissora. Então queria saber se existe essa articulação, se esses órgãos falam entre si, ou se cada um age individualmente, a ponto de dificultar ou de não dar essa eficácia, esse sinergismo que é tão necessário para essa fiscalização?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pediria que fosse a última consideração, senão nós não vamos conseguir administrar.

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: Certamente, V.Ex^a. Eu trouxe aqui, inclusive eu tenho *slides* que pelo tempo a gente acabou não mostrando, mas eu tenho inclusive fotos dos equipamentos GEIV, são equipamentos embarcados dentro de aeronaves próprias para efetuar juntamente com a ANATEL a identificação. Temos equipamentos a bordo das aeronaves já comprados, para serem instalados dentro das aeronaves, temos outros equipamentos móveis, assim como a ANATEL tem o GEIV ele também tem algumas viaturas que eles podem se deslocar em complemento à ANATEL e tentar identificar o interferidor, além de equipamentos portáteis, equipamentos transportáveis e equipamentos centrais que também utilizam.

Uma outra coisa que gostaria de salientar é que até para ajudar a ANATEL no trabalho de pesquisa e localização das interferidoras, nós fizemos dois convênios permitindo que eles colocassem uma antena dentro do próprio terreno da Aeronáutica, uma lá no SR em São Paulo e outra na Base Aérea de São Paulo. Fizemos o convênio permitindo que fosse instaladas antenas para ajudar a ANATEL.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): As antenas então são equipamentos importantes nessa fiscalização?

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: Sim, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Passaremos então... Sr. José Joaquim de Oliveira, obrigado pelas considerações--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deixa eu fazer uma perguntinha final ao Coronel Ghizi. Se as antenas são equipamentos importantes, gostaria de fazer uma outra indagação, que é a seguinte. Existem muitas antenas integradas nesse serviço de fiscalização? Que também o Dr. José Joaquim pode responder também.

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: Nós temos sistemas de grande porte que fazem que fazem varredura do espectro radioelétrico, numa faixa muito grande, que são chamados sistemas de gestão do espectro, SGME, certo? Nós temos 56 estações já adquiridas que são as estações fixas, que nós estamos instalando exatamente em áreas protegidas junto à Aeronáu-

tica, junto ao Exército e temos outras 27, 28 estações móveis transportáveis, que essas que o Coronel Ghizi se referiu, através de viaturas, que vão facilitar esse trabalho de varredura, localização do espectro. E esses sistemas de varreduras são integrados com nossos sistemas internamente. Quando ele detecta uma frequência no ar, o nosso sistema interfaceia com os computadores da ANATEL para verificar se aquela frequência é licenciada ou não naquela localidade. Não é uma coisa que o técnico vai verificar a frequência, vai entrar em contato com a administração--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nesse sistema está integrado o GEIV também? É essa que é a questão. Que acho que tinha que ter uma articulação, a mais abrangente possível, para que todos carreassem as informações para um comando.

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: Nós temos uma integração administrativa muito grande. Nós precisamos trabalhar, evidentemente, estamos trabalhando nessa parte de ampliar esse sistema nosso. Já temos projetos até 2009 de colocar esse equipamento nos sítios dos aeroportos para garantir realmente proteção ao espectro rádio elétrico da comunicação móvel Aeronáutica, porque ele não serve só para finalidade. Ele serve também para outras finalidades de outros espectros que a ANATEL gera todo o espectro do país. Tanto o sistema móvel aeronáutico, sistema móvel marítimo, sistemas celulares, sistema de telefonia fixa... Todos esses sistemas sofrem interferência e precisam ser geridos e combatida a interferência. Então uma das funções desse equipamento é fazer isso. Então nós poderíamos, já temos convênio para colocar esses equipamentos dentro das áreas do aeroporto, porque só assim a gente garante que tem a cobertura do sistema móvel aeronáutico.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Coronel Ghizi, nós percebemos o seguinte, que a atividade Aeronáutica, o vôo especificamente pode dar uma contribuição substancial na detecção desses locais. Pois bem, V.S^a. disse aí também que existem equipamentos que podem ser acoplados às aeronaves. Se houvesse uma obrigatoriedade para que as aeronaves de determinado porte tivessem que ter necessariamente esses equipamentos, isso aí ajudaria? Como é que esta hoje essa utilização? É disponibilizado para as aeronaves? Ou as aeronaves... As companhias não têm mostrado interesse... Como é que funciona essa... Esses equipamentos?

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: Eu poderia responder da seguinte maneira. Hoje quem faz isso é apenas o GEIV, tendo em vista que é um equipamento... Ele é voltado para essa área. Então, na realidade a aeronave já é comprada com esse equipamento a

abordo. Então ele é específico, exatamente o que a gente chama de caça fantasmas, exatamente uma aeronave do GEIV, que a tripulação, os técnicos têm que ser treinados para esse tipo de missão. Então hoje, o que nós temos é--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O senhor considera que se houvesse uma Legislação que obrigasse essas aeronaves a utilizarem esses equipamentos e a informar uma central sobre essas ocorrências, isso daí ajudaria substancialmente?

SR. JEFFERSON GHIZI COSTA: Provavelmente, sim.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O senhor concorda, Dr. José?

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: Quanto mais informação a gerência de fiscalização receber, mais fácil fica a solução do problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): muito obrigado, ao Sr. Joaquim, que desejou ser chamado não de José Joaquim, mas de Joaquim. Passaremos aqui para um acordo na Mesa ao terceiro expositor convidado, Sr. Everaldo Gomes Ferreira. Seria o Sr. Ronald Siqueira, mas o Sr. Ronald já é sócio dessa Casa, passou a vez para o Sr. Everaldo Gomes Ferreira, Gerente Regional da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, em São Paulo.

Queria lembrar que está sendo gravado para os telespectadores da TV Senado, que essa é uma Audiência Pública cujo assunto é debater as interferências de rádio clandestina no controle do tráfego aéreo brasileiro, Requerimento nº. 34/07, e aditamento. Interferências prejudiciais entre emissoras de TV e retransmissoras tanto na região metropolitana do Estado de São Paulo como no interior do Estado. Autoria do Requerimento Senador Valter Pereira e autoria do requerimento também do Senador Romeu Tuma. Com a palavra o Dr. Everaldo Gomes Ferreira, por favor.

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Muito obrigado pela oportunidade, bom dia a todos. E o acordo foi para que a apresentação que o Dr. Joaquim fez e o Coronel Ghizi ficasse no mesmo tema, já que depois vamos partir para uma parte mais teórica e sistêmica. Então, no popular é o seguinte. Eu sou o operacional. Eu sou o que vai pôr o sino no gato. Depois de comunicado, alguém tem ir lá fechar a rádio.

E na apresentação que o Coronel fez, e os números felizmente bateram, esse ano nós recebemos cerca de 78 comunicações, está aqui, todas elas imediatamente com providências e interrupção. E todas elas, respondendo a uma pergunta que o Senador Romeu Tuma fez anteriormente, se essas interferências que a Aeronáutica nos passou se eram de rádios

outorgadas ou não. Todas não outorgadas, ou seja, clandestinas.

Nesse ano e no ano passado não tivemos um caso de interferência de rádio outorgada. No final do ano passado, em novembro, nós tivemos no aeroporto de Ribeirão Preto uma rádio outorgada que interferiu no ILS, que estava testando o sistema digital deles de implantação. Mas isso como o Dr. Joaquim falou, é imediatamente localizado, tira, sana o problema, cai. Então são frações de segundo daquela interferência.

O muito importante aqui. Todas elas foram agidas ali com precisão. O Dr. Joaquim disse: "90% são reincidentes". Eu falo não são reincidentes, são tri, qua, reincidentes. Reincidente caberia uma, são duas, três, quatro. E nós sabemos, até complementando, e eu ousou em dizer aqui que nós sabemos onde estão todas elas. Ligadas ou não. Porque elas já foram alvo de uma ação nossa. Só que a minha ação para caracterizar um flagrante em conjunto com a polícia, ela precisa estar operando. Senão aí eu parto para aquele outro quadro lá que é aguardando Ordem Judicial. Que eu sei que está ali, está naquele endereço, tenho todos os indícios, as provas que ela está funcionando, mas só através de um mandado de busca e apreensão que eu posso entrar no ambiente. Então isso é que retarda um pouquinho essas ações nossas no sentido.

Tem um fator muito importante aqui que o pessoal do Ministério, não sei se estará aqui...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Me desculpe fazer uma interferência aqui, que nós estamos falando tanto em interferência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É em cima do que o senhor falou. O Poder Judiciário tem contribuído muito com liminares para que essas emissoras funcionem na clandestinidade?

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Já contribuiu mais. Hoje ainda contribui, porque quem faz o apelo, e aí é muito importante a sua colocação, porque quem faz o apelo, ou busca uma proteção judicial é aquele que está buscando uma rádio comunitária. Não esse que não tem nada a ver, porque esse é um dado importantíssimo, todos esses que foram alvo de interferência e com apreensão, esses que eu digo que são re, tri, qua, reincidentes, nenhum deles demonstrou interesse junto ao Ministério das Comunicações para ser uma rádio comunitária. Por quê? Todos eles foram pegos com potência no mínimo com 300 watts. As rádios comunitárias operam com 25. Nós temos caso ali com 10 quilos. 10 mil watts. E na Av. Paulista,

operando via satélite, e ligada ao crime, comprovado já pela polícia.

Então, não, está na cara, evidente, mais cristalino impossível, porque a rádio comunitária tem frequência própria. Hoje definida pela ANATEL, 87,5, 87,7 ou nove, depende da região. Todas essas operam no meio do dial, quer dizer, entre 88 e 109. E aí respondendo uma pergunta sua mesmo, se tem tecnologia, qualquer tecnologia ela é aviltada e afrontada quando você bota um sistema aleatório no meio. A hora que você ocupa indiscriminadamente, aleatoriamente o espaço tanto físico como do espectro do éter, você provoca interferência. Então não há tecnologia que envolva contra uma invasão dessa naquele ambiente. Então essa é a consciência que temos que criar da rejeição desse tipo, que acabam assumindo o guarda-chuva da rádio comunitária, que aí sim o juiz dá liminar, e a gente comprova e derruba. Mas tudo isso tem custo muito alto para o Estado, porque são milhares de ações, mesmo quando a gente fecha, até transitar em julgado, no mínimo cinco anos que vem para destruir o equipamento depois. Então o Estado ainda arca com o ônus da destruição que tem um custo de armazenagem--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O senhor tem o registro de liminares que acabam assegurando o funcionamento irregular por longo tempo?

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Tem. Inclusive para rádios oficiais.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Inclusive para rádios oficiais?

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Sim. Que isso é um problema seriíssimo, não é só para a clandestina. Você tem uma rádio oficial que consegue uma liminar e ninguém derruba aquela liminar. Aí ela fica operando, "A rádio está ilegal", sim, mas tem a tutela de uma liminar. Isso no Brasil todo. Então não é só o problema. Acho que voltando ao foco da interferência da Aeronáutica... Não é só um problema de São Paulo, isso é Brasil. Que são essas rádios não outorgadas, a maioria na mão de falsos pastores que arrecadam, que criam igrejas frias para arrecadarem, e o senhor sabe hoje que as igrejas são isentas de tributação, então cada realzinho arrecadado lá pode se lavar alguns milhares de reais.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Everaldo, hoje não, há muito tempo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, nós fizemos a Legislação agora, não. Já vem... Inclusive acho que está na Constituição. Junto com partidos políticos,

junto com uma série de outras instituições. Pois não, Sr. Everaldo, continue.

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Nesses casos de interferência relatados ali, que são 75, que nós agimos imediatamente, nenhum era rádio comunitária ou rádio oficial. Separando. Porque esse pessoal já aprendeu que isso faz mal. Então quem quer isso, é reincidente, tri reincidente, é o crime e tem outros interesses.

E a pena, como o Senador lembrou, é uma pena branda, tanto pelo Art. 70 do Código Brasileiro de Telecomunicações, como pelo Art. 183 da Lei Geral de Telecomunicações, que são penas passíveis de transação. Então fica fácil.

O que nós estamos conseguindo agora e ainda não temos, que é a aeronave, a gravação da aeronave para nós para tentarmos enquadrar no 261 do Código Penal, que é atentado contra a vida. Que aí é reclusão imediata. Então, esse é um outro fator que precisa ser aprimorado, mas aí não cabe nem a Aeronáutica e nem a ANATEL. Aí a ANAC que tem gerência sobre as companhias aéreas de permitir que nos dê a gravação de bordo. Porque essas gravações que o Coronel mostrou é gravação da torre, mas quando vai para o Ministério Público oferecer a denúncia, "Mas espera aí, interferiu no avião? E cadê a gravação do avião?". Aí fica difícil, então fica um crime pequeno. Então nós estamos tentando para aprimorar essa engenharia da operação, conseguir a gravação na torre, a gravação de bordo para oferecer a denúncia que aquilo foi um risco à vida, para agravar.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Eu queria somente colocar aqui a questão da rádio clandestina. Uma questão é uma dessas que o senhor acabou de citar, que a lei ela dá todo esse direito às igrejas, inclusive a isenção de impostos. E justamente por isso as igrejas também sentem dificuldade de alcançar uma rádio oficial. E daí parte para a clandestinidade. Isso é uma das questões de ser revista para não pensar somente na questão da sua isenção e com isso não se concede as rádios. Por não conceder as rádios, as igrejas muitas vezes, ou especialmente pastores que não têm uma responsabilidade, às vezes igrejas até que não são tão oficiais assim, então isso prejudica as igrejas oficiais, as igrejas que realmente tem a sua história, e etc. E essas ficam no prejuízo, porque não conseguem ter uma rádio, uma comunicação, não é?

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Senador, de maneira alguma eu quis fazer alusão só as igrejas.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Certo. Eu aproveitei a deixa, justamente porque

nós estamos diante de um público televisionado, então justamente para esclarecer onde fica a dificuldade, que as igrejas, as igrejas históricas que têm seus registros e tudo não conseguem com facilidade, é muito difícil conseguir uma autorização para ter uma rádio oficial, enquanto elas estão limitadas, outras que não são igrejas realmente oficiais então abrem a sua clandestinidade. Muito obrigado.

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Mas aí vou lembrar meus conhecimentos bíblicos e citar aqui a Segunda Carta de Pedro aos Coríntios que diz: "Primeiro obedecer as autoridades e as leis".

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Daí que eu digo que isso só parte das igrejas clandestinas, e não das igrejas que são históricas.

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Vamos passar para outro. Estamos dentro do prazo aí. Por favor, o próximo *slide*.

Olha, eu queria chamar muita atenção, isso está impresso aí, a ousadia hoje que eles usam para fazer isso. Toda uma rádio oficial, ela coloca o transmissor no chão e o seu sistema irradiante apenas com as parábolas lá em cima. Para dificultar a fiscalização, aquilo é um bombeiro subindo numa torre altamente protegida, muito bem... Aquela torre tem 60 metros de altura, o Bombeiro subindo ali para gente tirar. Aquele negócio preto lá em cima é o transmissor, para a gente não ir lacrar. O próprio bombeiro, com medo, num ato heróico conseguiu ir lá. Agora, como é que eles conseguem instalar aquilo naquela altura? É apenas um dos artifícios que estão usando e aquele transmissor tinha 2500 watts.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone] 2500 watts àquela altura, acho que cria uma capacidade chamada Erp, que vai a quanto mais ou menos aí?

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Isso ele pode chegar num raio, por exemplo, numa cidade como São Paulo, chega a um raio de até 10 quilômetros, descobrimos. Não sei se prestaram atenção no *slide* anterior, todas elas próximas ao aeroporto. Por que aeroporto? Infelizmente os aeroportos são uma região alta que é de fácil propagação. Então eles recorrem a isso. Pode passar a próxima, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tecnicamente, a onda de FM é uma onda que cai assim, não é isso? Então quanto mais alto maior a capacidade de cobertura.

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Como se fosse um cone, só que eles não protegem para cima.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): AM acho que vai assim, não é?

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: É. Aquela foto a direita para os senhores sentirem, aquilo foi em Mauá, essa rádio tinha 10 kws, olha o banco que eles construíram para botar o transmissor dentro. Aquilo, o grupo de operações especiais da polícia teve que usar bomba para explodir aquilo para a gente entrar. E olha o tamanho do equipamento que estava lá dentro, 10 quilos. E um equipamento de um fabricante nacional de renome.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O fabricante não tem culpa, ele vende e não sabe quem está comprando. Agora, queria saber o seguinte. Qual é a capacidade daquele transmissor?

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: 10 mil watts.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quanto custa?

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Cerca de 300 mil reais.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, nós temos que dentro do projeto--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 300 mil reais.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigar a comissão, o órgão competente de quem adquire o equipamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 300 mil reais é um valor.

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Aí não é o pastor da igreja que comprou, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acho bom a gente ir numa outra linha. Continuando.

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: A outra foto. Aí a tecnologia que eles usam. Aquele aparelhinho que tem um botãozinho vermelho, aquilo é o equipamento que faz o link com o satélite. Quer dizer, é muita ousadia, muito grande. É muita sofisticação. Não é coisa de comprar na Santa Efigênia, não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Lá vende.

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Vende também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se não tiver encomenda, não é?

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Mas isso aí é comprado na internet. Eu queria para ganhar o tempo e mostrar que hoje uma outra fonte interferente, além do telefone celular, são câmeras de telefone sem fio, aquelas de bonequinho, de bibelozinho, aquelas para fazer espionagem, elas também trabalham numa frequência da Aeronáutica. E teve uma lá em Viracopos, a última interferência que derrubava o ILS, que ela trabalhava na frequência do ILS, são equipamentos normalmente oriundos de descaminho, e que a ANATEL não conseguiu pôr na Lei da Receita Federal para não ser importada, e ser considerada contrabando, mas acho que isso depende de um Projeto de Lei, eles trazem esses equipamentos para fazer até monitoração. Nós ficamos 15 dias para restabelecer o ILS em Viracopos, porque uma empresa de segurança para monitorar os caminhões que saíam do pátio dos contêineres, botou em cima de um poste. Agora imagina eu achar uma anteninha dessa em cima de um poste? É procurar agulha no palheiro, mas a gente acha. O avanço tecnológico ele avança também a interferência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Essa questão de câmera, só queria fazer uma observação, Senador Romeu Tuma, que na cidade de Uberlândia onde eu moro, o Prefeito colocou lá uma série de câmeras para segurança. Claro. Mas em frente a cada candidato agora a Prefeito tem uma câmera. [Risos] Em frente à casa de cada candidato tem uma câmera de segurança.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: É. Só para finalizar aí, você vê que além daqueles outros artifícios, olha o que eles estão usando de engenharia para botar o transmissor. Não é só esconder, viu Dr. Joaquim, é dificultar também lá. E isso tem um custo tremendo que talvez num Projeto de Lei, aí é um desejo meu, Senadores, que além da agravação da pena para esses reincidentes que não se trata de levar a palavra, a comunicação, o direito de expressão, mas para esses que interferem na Aeronáutica que a pena fosse agravada. E que desse à ANATEL um poder da destruição in loco desses equipamentos, para ele não voltar para o crime, como o senhor disse. Porque vai para receita, as vezes é leiloadado e volta por outro caminho para o crime. Precisariamos destruir isso imediatamente para dizer fica lá a prova material do crime, mas destruído sem condições de operar, senão ele volta para o crime. Acho que para complementar está aí a expressão, é só.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Foi muito bem colocada pelo Sr. Everaldo que é o... Everaldo

Gomes Ferreira, Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL São Paulo.

Passaremos ao próximo que irá falar mais uma vez, Sr. Ronald, cedeu a vez ao Sr. Yapir Marotta. Por que isso? Porque os assuntos nós estamos procurando colocar os expositores de acordo com o assunto para que nós não venhamos a perder a sequência e as dúvidas que estão sendo retiradas. Então, com a palavra o Sr. Yapir Marotta, que é o Gerente-Geral de Planos e Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, a quem eu passo a palavra.

SR. YAPIR MAROTTA: Srs. Senadores, a minha intenção aqui é apenas demonstrar aos senhores por que é que aquelas emissoras que são outorgadas e que se encontram instaladas dentro das condições que foram autorizadas, elas não têm como provocar esse tipo de interferência nos aeroportos.

Então, só para tentar explicar melhor a natureza dessas interferências, a rádio FM está aqui operando nessa faixa de 88 a 108 megahertz e logo a cima vem o serviço aeronáutico. O serviço aeronáutico, como já foi dito, tem três tipos de sistemas operando nessa faixa. Um é o sistema de pouso por instrumentos. Outro, é o sistema de auxílio à navegação de curto alcance, ou seja, até 370 quilômetros, não é tão curto assim e, finalmente, o que foi mais explorado aqui é o sistema de comunicação de voz móvel aeronáutico, da torre com o avião. Mas, a interferência em ILS, que é o sistema de aproximação do aeroporto, nós já vimos alguns vídeos já apresentados pela Aeronáutica, e é impressionante que a interferência indica uma posição totalmente errada ao piloto sobre a localização da pista de... Do aeroporto. Então, isso aqui também é uma interferência gravíssima que ocorre. Esses três sistemas aqui então, nós temos no banco de dados da ANATEL, nós temos a localização de cada estação dessas aqui da Aeronáutica. Nós somos capazes, temos a localização e temos a frequência delas. E somos capazes de prever se elas serão ou não interferidas. Pode passar para o seguinte.

Os tipos de interferência, elas são calculadas através de uma recomendação da União Internacional de Telecomunicações. E elas podem ser provocadas por potência excessiva de uma estação autorizada, como dentro da premissa aí que foi levantada pelo Everaldo, algumas emissoras autorizadas obtêm liminares em condições ou de operar com potência superiores autorizadas, ou de mudar o seu local de instalação. Então, todo aquele serviço de proteção que nós fizemos para assegurar que não exista a interferência, vai por terra. Então uma estação autorizada instalada em condições diferentes pode vir a criar interferências.

E temos o problema também do receptor da aeronave. Por quê? Porque o receptor da aeronave é projetado para receber um sinal de baixa potência enviado pela torre. E as emissoras de frequência modulada, as emissoras de radiodifusão têm uma potência muito elevada. Então, quando o avião passa nas proximidades de uma emissora de alta potência, o receptor passa a trabalhar numa condição que nós chamamos de não linear. Ele, quando entram duas ou três frequências ao mesmo tempo nesse receptor, ele transforma o batimento dessas duas ou três frequências numa terceira, ou numa quarta frequência, dentro da faixa do... Do serviço de proteção ao voo. Então, as interferências não são geradas só como no caso do telefone sem fio, que foi levantado pelo Joaquim por transmissão dentro da faixa da Aeronáutica, mas também por transmissões fora devido à potência excessiva, ou combinação de frequências de emissoras de radiodifusão. Quando a estação é outorgada, simplesmente, a ANATEL interrompe o funcionamento. Quando a estação é não outorgada, além da interrupção do funcionamento existe a apreensão dos equipamentos.

Toda emissora de radiodifusão devidamente outorgada, ela faz parte de um plano básico. Esse plano básico, para nós incluirmos uma frequência nesse plano básico existe todo um trabalho, uma ferramenta que entra com, não só com a localização das estações da Aeronáutica, mas também com a localização e frequência das emissoras de radiodifusão e estabelece todas as combinações possíveis com base naquela recomendação da União Internacional de Comunicações. Então, se o computador diz que aquela emissora não vai provocar interferência, nós podemos ter essa certeza.

Isso aqui é um relatório, infelizmente não dá para ver muito direito, mas na tela do computador aparece o cone de aproximação do aeroporto. Esse cone, na realidade, ele é em três dimensões, e existem aí um sem número de pontos de teste, pelo menos uns 300 pontos de teste aqui, em que o computador vai ver se existe ou não possibilidade de interferência.

Aqui no caso nós simulamos a introdução de um canal de FM em São Paulo e considerando a existência de outros dois de FM já instalados. Um em Itapeverica da Serra e outro também em São Paulo. O relatório deu que de todos os pontos testados, pelo menos em sete pontos ocorreria interferência. Então, com certeza, esse canal aqui não será incluído no plano de radiodifusão. Porque existe a possibilidade forte de vir a prejudicar interferência ou no VOR, ou no ILS, ou no computador de... No sistema de voz com a torre. E aqui no caso a interferência foi encontrada no ILS. Essa tela de baixo aqui apresenta pontos de VOR, que esses pontos já

são mais espaçados ao longo da rota dos aviões e a interferência nesse sistema é bem mais difícil. A problemática realmente é ou no ILS, ou na comunicação de voz com a torre. Pode passar o seguinte.

Então aqui voltando as duas faixas, a do FM e do serviço móvel Aeronáutica, com base naquele sistema nós plotamos as emissoras que podem funcionar, por exemplo, em São Paulo. Então, existem as frequências autorizadas. Obviamente, quem quer uma não... Quer instalar uma emissora não autorizada vai procurar uma brecha entre as frequências, e essa brecha então vai provocar uma interferência em cima dos equipamentos de proteção ao vôo. Ou seja, os clandestinos aproveitam os espaços entre as estações outorgadas, ou instalando-se no limite serviços que seria nessa faixa aqui, ou então gera inter modulações na faixa destinada aos serviços aeronáuticos. Então isso é o que eu tinha a dizer para os senhores, rapidamente, ainda sobrou um minuto aí, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos gastar com o Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Presidente, eu acho que esta audiência está cumprindo a finalidade. Indiscutivelmente. Eu vou ter que me ausentar, porque eu tenho um projeto da mais alta importância que está sendo discutido lá na Comissão de Constituição e Justiça, da qual eu sou Vice-Presidente e não posso estar ausente.

Mas eu gostaria aqui de dar uma sugestão. Deixar aqui uma sugestão. Que nós constituamos um Grupo de Trabalho desta Comissão, a fim de cotejar todas as sugestões que foram dadas e prepararmos um Projeto de Lei desta Comissão, a fim de coibir esses abusos. Sinto aqui que as normas estão frouxas. E isso contribui para que a clandestinidade viceje.

E existem, por exemplo, algumas deficiências como a concessão de medidas liminares, que precisam encontrar uma barreira. A liminar não pode servir de proteção ao crime. Ao contrário. A medida judicial, ela tem que levar em conta o interesse da sociedade. Ficou muito evidenciado e agora na fala do Dr. Yapir, o grande risco a que está sujeita a aeronave no momento em que chega ao aeroporto, onde existe um conjunto de interferências. Ou que existe uma interferência tão forte, que pode levar o piloto a se equivocar até na localização do pouso. Então, nós não temos que esperar novas tragédias, ou uma tragédia que tenha sido provocada especificamente por essas interferências para depois legislar.

Acho que é preciso que nós façamos um esforço concentrado, aproveitando a experiência e o conhecimento que estão sendo ministrados aqui, ainda falta o

Dr. Marcos para falar, e eu infelizmente não vou poder assistir a fala dele, mas as contribuições aqui foram muito objetivas, muito claras e acho que nós temos que aproveitá-las para elaborar um trabalho a fim de coibir esta prática.

Acho que essa idéia, essa proposta de se destruir o material incontinente, no momento em que ocorre a infração, é extraordinária, porque vai interferir no bolso do infrator. Vai causar também um impacto psicológico, porque ocorrendo aquela destruição há todo um simbolismo. Foi destruído o objeto do crime. Além de impedir que esse objeto volte amanhã a ser utilizado para prática de novas infrações. Quer dizer, acho que cumprimos a finalidade, eu vou pedir licença para me retirar, mas deixo aqui essa proposta para a Comissão, a fim de que nós possamos dar a nossa contribuição. Certo Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Valter Pereira, V.Ex^a. que é o Vice-Presidente da Comissão da CCJ, que com certeza se o nosso partido tiver nos acordos a Presidência é um forte candidato a Presidente da CCJ nos próximos dois anos. E queria deixar bem claro que V.Ex^a. poderá ter acesso ao DVD que está sendo gravado, para que possa num outro momento que tiver mais a vontade assistir a continuidade dessa reunião.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Fa-lo-ei.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já me pediram também, mas eu não vou abrir mão DE que o Sr. Ronald fale agora, porque já foi posto gado várias vezes. Então com a palavra o Sr. Ronald Siqueira Barbosa, Assessor Técnico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT, e um sócio dessa Comissão que está sempre presente aqui. Inclusive tivemos a oportunidade de estar na feira internacional em Las Vegas, onde eu tive a oportunidade de também ouvi-lo fazer uma explanação sobre a questão da rádio digital. Onde V.S^a. também é um especialista. Com a palavra o Sr. Ronald.

SR. RONALD SIQUEIRA BARBOSA: Bom dia a todos, quero cumprimentar o Exmo. Senador Wellington Salgado e aproveitar para cumprimentar todos os membros da Comissão, todos os parlamentares aqui presentes, os colegas de Mesa, autoridades. E agradecer em nome da Diretoria da ABERT, o privilégio de estar aqui participando mais uma vez de um debate tão importante para a sociedade brasileira.

Eu gostaria de iniciar dizendo que interferência é uma preocupação de toda a engenharia de radiodifusão e de todo o engenheiro que trabalha com comunica-

ção, porque senão ele não consegue nem realizar o seu serviço se ele já começar em princípio trabalhando com a questão sem levar em conta a interferência. Então... Pode passar.

Nós temos para identificar, inicialmente, que levantar alguns problemas com relação a essa questão da interferência. Existe a interferência, como no caso da aviação, é uma interferência que pode dar risco à vida, é uma interferência que pode causar a morte por um acidente no avião. Mas essa não é só a interferência que nós temos como engenheiros, como quem faz a Legislação, como quem regulamenta deve ter em consideração, porque nós temos uma sociedade inteira que necessita de serviços de comunicação com qualidade, recepção com qualidade. Então a recepção de sinais das estações, as áreas de cobertura têm que estar asseguradas para que esteja coberta a maior parte da população numa cidade, acho que isso tem que ser levado em conta, e a interferência muitas vezes impede isso. A interferência prejudicial do serviço, que é aquela interferência que não deixa o outro trabalhar. E a questão da regulamentação, eu acho que esses são os problemas que a gente poderia levantar para começar um debate nesse sentido. Pode assar.

Quais são as possíveis soluções? No meu ponto de vista, do ponto de vista da engenharia e da radiodifusão, nós entendemos que deveremos tratar com a questão do ambiente regulatório o gerenciamento do espectro de rádio elétrico, as limitações do espectro rádio elétrico, a questão da interferência prejudicial, os modelos de propagação que nós utilizamos hoje em dia no Brasil, a situação nos grandes centros que não necessariamente representam uma situação verdadeira em todas as outras cidades brasileiras, e as consequências e a regulamentação nesse sentido.

Na questão do ambiente regulatório, é lógico ele tem que estimular através de um conjunto de leis, decretos, portarias, normas, a retomada de investimento para o setor. É muito importante que isso nunca seja perdido. Dar acesso a novos usuários, otimizar esse processo e a principal é normalizar a convivência entre executantes ou prestadores de serviços. Esse eu acho que deveria ser uma preocupação dentro do ambiente regulatório que se pretende criar, ou se pretende evoluir.

Na questão do ambiente regulatório, deve ser ainda como disse o Dr. Yapir, a questão de organismos internacionais, como é o caso da OIT, da Citel, do MERCOSUL. Porque quando você participa de discussões internacionais, você acaba trazendo recomendações que possam balizar a sua Legislação de forma que você não tenha proliferação de estações, que você assegure a área de serviço das estações

que operam e você diminua a questão da interferência existente entre serviços, sejam eles na mesma faixa, sejam em faixas contíguas, como é o caso do serviço móvel aeronáutico com o serviço de FM. E ainda assim o ambiente regulatório deve levar em conta as limitações do espectro de radiofrequência. Isso é fundamental. Pode passar.

O espectro de radiofrequência esse é o espectro eletromagnético. Ele não é o espectro de radiofrequência. Esse espectro, ele é encontrado na natureza. Todos os comprimentos de onda, de ultravioleta, infra vermelho estão dentro do espectro eletromagnético. O espectro responsável rádio elétrico é exatamente isso aqui. Eu gostaria que clicasse com o mouse exatamente em cima desse espectro. Esse espectro é o responsável pela comunicação no mundo inteiro. Todas as faixas de comunicação, de radiodifusão inclusive estão dentro desse pequeno espectro de rádio elétrico que faz parte do espectro eletromagnético. Nesse espectro, aqui tem um serviço móvel aeronáutico que é lado a lado do FM. E todo espectro que vai de 300 a 3000 gigas, ele deve ser aonde estão todos os serviços e todos os usuários do mundo. Existe a necessidade de uniformizar e de fazer com que esses serviços convivam um com os outros harmoniosamente. E esse é o papel que os órgãos reguladores, o Ministério das Comunicações tem tido essa preocupação e é uma preocupação também da engenharia de radiodifusão.

Quais são as limitações do espectro? É porque cada serviço tem serviço diferente de modulação, de codificação, de transmissão, e é necessário um grande serviço para que a gente faça a existência desses serviços sem que haja problemas de interferência por proximidade entre um serviço e outro. Por isso é necessário que na hora que a gente for trabalhar com o serviço, é importante que se conheça as características técnicas desse serviço e veja como é possível a convivência dele com outro serviço existente. Por favor.

Uma grande importância também é a certificação de equipamento. Toda vez que você tem o órgão regulador gerenciando essa certificação, o que você tem a garantia é de que ele vai estar dentro dos parâmetros da norma. A primeira coisa que ele não causa é uma questão como foi dito aqui pelo Dr. Yapir, da inter modulação. Essa inter modulação, ela acaba por ser... Não tem nenhum tipo de certificação, ou por proximidade de uma emissora oficial pode gerar uma terceira frequência que vai cair na faixa da Aeronáutica causando um problema de comunicação. Agora é certo que pelos cuidados que a radiodifusão tem tomado, nós temos informação, como disse o Dr. Everaldo, nenhum caso de emissora outorgada aconteceu problemas de interferência com a Aeronáutica no ano passado. Po-

demos checar que em todo o Brasil esse número não passa de 3%. E toda vez que surge posso garantir que tanto a emissora como a engenheira, elas vão buscar identificar essa interferência, entender e solucionar a questão da interferência. Essa é uma preocupação que acho que é da engenharia toda do Brasil que trabalha na radiodifusão.

É importante também que a gente veja as características de cada localidade. Nós temos uma especificidade lá em São Paulo, nas grandes capitais, mas São Paulo principalmente, que a Legislação, a regulamentação que deve ser evolutiva, ela deve sempre levar em conta, como é a questão... Podemos passar. Eu estou... Que deve ser em conta a edificação.

Também temos o serviço de radiodifusão comunitária, que por ter lei, decreto, norma, e todos os instrumentos legais, ele como a radiodifusão comercial, ele também não tem problemas de interferência junto à Aeronáutica. Todas as emissoras que trabalham corretamente dentro da Legislação da radiodifusão comunitária também não têm condições de estar criando problemas de interferência, porque ela está dentro de um planejamento, um plano básico da ANATEL e ela atende a toda a normatização existente. Então essa não seria a questão.

Os serviços de radiodifusão nós conhecemos todos eles, são onda média, onda tropical, onda curta, frequência modulada, a radiodifusão comunitária e a televisão.

Aqui nós temos uma situação de interferência prejudicial. É quando uma estação ela se coloca dentro da... Ou próximo a área de cobertura de uma outra impedindo que a sociedade... Essa parte da sociedade fique sem ter condições de ter a recepção de seus serviços. Isso aqui, teoricamente, uma interferência prejudicial é isso. E no caso da aviação, a gente tem um problema de risco, nessa aproximação de aeroportos, é quando existe a estação que está sem certificação espalhando sinal numa grande faixa, inter modulando, batendo com outra oficial, gerando sinal dentro da faixa da Aeronáutica, criando problema muito sério para o ILS, colocando em risco não só quem está dentro do avião, mas toda a população que está embaixo que poderia sofrer consequências também com essa interferência. Essa resolução 259 da ANATEL, ela define o que é interferência prejudicial e todos nós podemos estar atentos a essa questão da emissão, da radiação e da obstrução dos serviços de telecomunicações. [soa a campainha]

Uma coisa importante que eu queria deixar registrado aqui são esses modelos de propagação. São instrumentos importantes para avaliar a cobertura e as possíveis interferências que existe entre estação

do mesmo serviço. E eles devem ser evolutivos esse modelo de propagação. O modelo de propagação... Os antigos planejamentos de televisão, por exemplo, eles levavam os canais de dois a seis e de sete a treze, como canais de geração e retransmissão de televisão. Hoje você na cidade de São Paulo, você utiliza canais de 14 a 69. São canais em frequência muito mais altas. E esses canais têm problemas na hora de você levar em conta a edificação, na hora de levar em conta o multi-percurso, na hora de levar em conta o espalhamento que existe. Esses canais precisam ter uma outra investigação, que são a maioria dos canais que nós temos hoje para planejamento, diferentemente dos canais de dois a seis, de sete a treze. Eu gostaria que passasse.

Pois é. Por quê? Porque numa cidade como São Paulo, você tem uma série de irregularidades. Primeiro é a variabilidade da direção de propagação. Para qualquer lado que você aponte em São Paulo, para o aeroporto, Centro, Morumbi, qualquer direção tem um comportamento diferente. Tem um número de edificações diferentes. Então você precisa... Antigamente se fazia o perfil para grandes distâncias. Hoje é necessário fazer perfil para pequenas distâncias. Com isso, muitas que existem teoricamente, quando você chega na prática você vai medir, porque numa cidade como São Paulo não é possível você fazer nada sem medição, você conclui que não existe essa interferência. Na prática não existe, ela só existe teórica, por quê? Porque o planejamento, a regulamentação foi feita sem considerar o crescimento da edificação, a quantidade de túneis, de viadutos, de coisas que podem atrapalhar a propagação do sinal e o sinal está muito aquém daquele que a gente imagina que deveria estar. Então você tem problemas na cobertura da estação são reduzidos. A estação aparentemente deveria ter 10 quilômetros e na verdade tem cinco. Deveria ter 30 quilômetros e na verdade tem 15. Então, nem a estação ela consegue cobrir a área que ela gostaria de cobrir, porque os grandes problemas num centro como São Paulo são necessários.

E eu gostaria de passar também esse *slide*. Em termos de regulamentação, eu acredito que é importante a gente considerar esses parâmetros que possam modular com precisão. Já que existe a intenção dos Senadores em tratar de uma Legislação de interferência, é muito importante que haja também essa consideração de parâmetros que possam fazer com que a cobertura teórica tenha um erro de precisão muito pequeno em relação à cobertura prática, que haja uma compatibilidade efetivamente entre o que está teórico e o que está prático. Porque hoje o que está teórico está muito além do que na verdade se encontra na prática.

E realmente nós temos um problema na regulamentação. Na área de cobertura, com potência, sistemas irradiantes, transmissores, a localização, o desempenho digital e a certificação porque nós estamos numa tecnologia a ser implantada, que é a tecnologia digital para o rádio e para a televisão. Acho que essa é uma oportunidade muito grande para que a gente possa na regulamentação levar em conta parâmetros evolutivos que não se levava.

E eu gostaria de passar para o último *slide* que seria na recepção, que a gente faz, que os receptores que nós nunca cuidamos dos receptores que são colocados no mercado brasileiro, que eles tenham uma qualidade de sensibilidade, de seletividade, de modo que eles dificultem também a que a sociedade fique cativa na estação que ela escolheu para ouvir. Por causa de uma clandestinidade, esse sature receptor e o receptor fica perdido como uma estação Aeronáutica. Você quer ouvir a estação que você sempre gostou, mas não pode por causa da qualidade desse receptor. É importante que na recepção a gente veja a qualidade dos receptores que são colocados no mercado brasileiro. É isso que eu gostaria de agradecer a oportunidade Senador. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Ronald Siqueira. Eu queria aqui... A secretária mudasse agora, parece que temos mais três convidados e trocassem aqui para tomar senso. Poderíamos os três primeiros que falaram poderiam trocar.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Presidente, enquanto está fazendo essa permuta dos convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Senador.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Eu gostaria de perguntar ao Sr. Yapir Marotta, que agora eu ouvi... A interferência que é feita de uma estação se a outra estiver muito próxima. E o Senador falou muito sobre o plano básico. Quem é que autoriza... Porque o plano básico construído deve ser construído com todos os critérios, principalmente preocupou muito esse caso da interferência da Aeronáutica. O plano básico, quem autoriza mudança no plano básico para acontecer o que foi mostrado no *slide* ali, de uma estação trazer frente ou sombra perto de outra estação? Que foi colocado. Isso deve acontecer com televisão também, com rádio e televisão. A saturação. Porque falou em São Paulo tudo tem que ser medido e agora eu vi naquele desenho que é justamente que o senhor falou. Quer dizer, existe isso? É permitido que uma estação

esteja invadindo outra? Isso está existindo atualmente? Não está existindo?

SR. YAPIR MAROTTA: Não, Isso não existe. O Ronald estava se referindo a uma estação não autorizada...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone] Cativo de uma televisão que ele não gostaria de ouvir outra e ficava cativo de uma terceira.

SR. RONALD SIQUEIRA BARBOSA: Realmente aquela interferência que estava mostrando é de uma estação clandestina dentro de uma área de cobertura de uma estação outorgada. Porque o plano básico hoje existente, ele tem condições muito severas de distâncias a serem respeitadas que a situação de interferência não existe na prática. A gente tem visto na televisão e no rádio que não se consegue medir essa interferência com os equipamentos disponíveis que a gente tem hoje.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria fazer uma pergunta antes de ele sair da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Acho que é de interesse público a pergunta, foge um pouco da Audiência programada para isto. A NET, recentemente está propondo a troca do equipamento para digital. E tirou do ar vários canais que, por contrato, não sei se a gente tem direito ou não. Não tem conseguido captar aquela 40 e outros, mais de dez estão fora do ar. Se eu não quiser o digital, ele não é obrigado a transmitir aquilo que eu já pago para eles? Quem é que controla isso? É a ANATEL?

SR. RONALD SIQUEIRA BARBOSA: O senhor está se referindo à NET São Paulo?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): NET São Paulo. Aqui eu pego. São Paulo não. É uma queixa que está generalizando, porque tem um projeto que está sendo discutido na Câmara se vai ter que pagar cada ponto, ou se é um ponto só que entra na Casa e aí redistribui. É um projeto em andamento e é sério para nós aqui também. Agora, esse de cortar abruptamente e cobrar todos os canais como se no ar estivesse sendo apresentado, traz uma preocupação, se é direito ou não de eles exercerem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma, só aproveitando esse momento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria

dizer também que essa Comissão ela vem sempre ao longo dos dois anos que vão fazer em dezembro que eu estou presidindo essa Comissão, tenho a honra de presidir, sempre defender os produtores de conteúdo nacional. Sempre. Sempre.

Nós tivemos aí há pouco tempo a SKY cortando o sinal, claro que por algumas razões publicadas, mas cortando o sinal de alguém que produz conteúdo nacional, que é muito importante para a cultura brasileira. Então, eu queria pedir, isso com certeza vai ser transmitido para a TV Senado, que as duas instituições chegassem a um acordo. Porque todo mundo sabe que o programa que foi proibido é um programa para o jovem. É um programa com uma boa audiência para os jovens. E como é uma produção de conteúdo nacional, é realmente desagradável para essa Comissão ficar fora de um assunto desse sentido. Embora tenham duas grandes empresas nacionais, de um lado a SKY de outra a Abril, e que surgiram problemas que não chegaram a um acordo. Então eu pediria aqui, eu acho que eu falo em nome da Comissão, que essas duas procurassem chegar a um acordo para que não fiquem os jovens de todo o Brasil não tendo acesso a esse programa, que é importantíssimo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É na ANATEL que elas têm que fazer esse acordo?

SR. RONALD SIQUEIRA BARBOSA: Existe o aspecto técnico e existe o aspecto comercial do serviço. Quando se faz uma... Uma mudança tecnológica, a primeira premissa é que todos os canais que estavam sendo sintonizados na tecnologia anterior passem a ser sintonizados na tecnologia nova. Agora, tem que ser verificado também se do ponto de vista técnico, isso é possível acontecer.

O senhor está falando aí que quando se muda aquele *set-top box* do analógico para o digital está havendo perdas de canais que sintonizava antes. Esse é um aspecto que vou precisar verificar, se o regulamento do serviço permite ou não fazer essa perda desses canais. Entendeu, Senador? Eu não tenho condições aqui de lhe dizer exatamente se existe uma... Uma obrigatoriedade ou não dessa...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Depois o senhor comunicaria a Presidência?

SR. RONALD SIQUEIRA BARBOSA: Sim. Depois a gente faz essa comunicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Poderemos passar ao próximo convidado expositor. Sr. Marcus Aurélio Ribeiro Manhães, é um grande pesquisador em telecomunicações e fará a sua exposição nesse momento. Com a palavra o Sr. Marcus Aurélio Ribeiro Manhães.

SR. MARCUS AURÉLIO RIBEIRO MANHÃES:

Obrigado a todos e de forma singela eu cumprimento e saúdo a todos e vou passar diretamente. Primeiro vou convidá-los a pedir licença também para conduzi-los no meu raciocínio. Eu gostaria de primeiro apresentar esse... Por favor, o eze(F), esse E3.EXE. A Daniela vai ser a nossa aeronauta, ela vai conduzir a nossa aeronave. É um simulador que principalmente mostra para o público leigo o efeito das interferências, do ponto de vista da interferência sendo provocado pela combinação de emissoras e quando uma emissora sozinha tem potencial de interferência. Isso aí vai estar disponibilizado para os senhores, é muito fácil de operação. Por favor, avance um pouco com a tecla.

Então, a aeronave vai... Continua vindo para frente. A aeronave está se aproximando dessa seta aí. Pode parar, por favor. Essa seta é o doc. Pode parar, por favor. Essa seta é a seta de aproximação, é a referência na verdade do ILS. As interferências quando acontecem dentro dessa seta, ela tem um significado. O cumprimento dela é de 46 quilômetros. Então, é uma área bastante abrangente, por exemplo, Cumbica e Congonhas cobrem praticamente a grande São Paulo, na seta de cada um desses aeroportos. O sinal, ali naquela barrinha embaixo, na medida em que a aeronave se aproxima da emissora, o sinal de recepção vai aumentando. F1, F2, F3, F4, são frequências de estações distintas. Por favor, prossiga. Pode parar, por favor.

Existe um nível de corte e existe um nível de ganho. Esses níveis para o receptor aeronáutico é que são determinantes para ocorrer a interferência. Então, aquele áudio que foi mostrado para os senhores, quando ele é captado na torre, ele não tem nada a ver com a interferência na aeronave. Por quê? Porque a interferência acontece no receptor em questão. O que o receptor da torre está ouvindo, não é necessariamente o que o receptor da aeronave está ouvindo. Então quando a gente... Por favor, prossiga. Pára, por favor.

Aí, o que acontece? Aquela estação F1, a aeronave se aproximou da estação F1. Nesse momento o nível da estação é bastante forte no receptor, isso já é em si uma condição de interferência, que os senhores acabaram de falar que não se considera. É extremamente importante. Por quê? Ela dessensibiliza o receptor. E isso faz com que o ganho do receptor aumente e potencializa ainda mais que as outras interferências provocadas pela combinação de frequências aconteça. Então isso é sério, e as emissoras com potência elevada, eu considero essa interferência inevitável. Porque inevitavelmente... Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCUS AURÉLIO RIBEIRO MANHÃES:

Não é exatamente uma saturação, mas é um nível forte que pode provocar... É como estamos falando, conversando aqui tranqüilamente, se estivéssemos numa torcida do futebol, no momento do gol, todo mundo estaria gritando, um não iria conseguir ouvir o outro. O nosso ouvido perde a capacidade ideal e audição até se adaptar, é o que acontece com o receptor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCO AURÉLIO RIBEIRO MANHÃES:

Exatamente. Por favor, pode prosseguir. Pára aí, por favor.

Olha, aí veja só, eu tenho agora duas emissoras, F1 e F2 com nível de gatilho e tenho a F3 que atingiu o nível de corte. Esta situação provoca intermodulação. Apareceu aquela F-Int(F), que é a frequência de intermodulação. Esta frequência, eu digo que ela é interferente. Ela é interferente por uma razão simples, ela coincide com uma frequência Aeronáutica que está sendo utilizada naquela localidade. Se ela coincidir com a frequência Aeronáutica que está acontecendo em outra localidade, ela surgiu, mas ela não é interferente. Pode seguir, por favor. Pára aí.

Agora aconteceu. Está vendo, a F4 também atingiu o nível de corte. Então eu tenho uma frequência que é resultante da combinação de F1, F2 e F3 e a outra que é resultante da combinação de F1, F2 e F4, são quatro estações distintas, eu não estou analisando se elas são regulares ou não. A aeronave está se aproximando do aeroporto voando no doc. Pode seguir, por favor. Pára aí.

Observa o seguinte. Como nenhuma das emissoras atingiu o nível de gatilho, embora em termos de frequência eu tenha uma potencialidade de interferência, a interferência não está acontecendo. Pode seguir, por favor. Pode seguir vai até o aeroporto. Aterriza. Apareceu de novo... Pode aterrissar, vai até o aeroporto. Os senhores têm esse dispositivo em mãos, podem brincar bastante com ele. O que importante a gente observar aí? Que eu preciso levar em conta frequência, eu preciso levar em conta as combinações de frequência na localidade, eu preciso levar em conta a distância do receptor aeronáutico dos pontos onde a emissão está acontecendo e eu preciso levar em conta a potência da emissora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Doutor, o que é nível de gatilho. Desculpa a pergunta.

SR. MARCUS AURÉLIO RIBEIRO MANHÃES:

Nível de gatilho é o nível máximo no receptor aeronáutico, que faz com que ele provoque a intermodulação. Se nenhuma das emissoras atingiu o nível de gatilho, embora os sinais possam ser fortes, a intermodulação

não vai acontecer. A interferência por combinação não vai acontecer. E o que é importante salientar? Quem vai provocar o nível de gatilho será uma emissora clandestina com uma potência daquele tipo, dez quilowatts que nós vimos, ou uma emissora comercial que está operando regularmente na área dele.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aquele decreto que houve na época que não houve muita comunicação com as aeronaves-

SR. MARCUS AURÉLIO RIBEIRO MANHÃES: Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigava a rádio da cidade comunicar você está passando por tal cidade. Isso morreu ou continua vivo?

SR. MARCUS AURÉLIO RIBEIRO MANHÃES: Eu não tenho a experiência do ponto de vista administrativo aeronáutico para informar ao senhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque a época fizeram o decreto para identificar a localização do avião quando passar.

SR. MARCUS AURÉLIO RIBEIRO MANHÃES:

A norma adotada internacionalmente e adaptada pela ANATEL considera os níveis máximos. Os níveis máximos e a interferência B2. E eu afirmo para os senhores que isso está crítico no Brasil. Não sei se a ANATEL está tendo o poder de cobrar. Porque o rádio difusor quer uma potência elevada? Porque quer ampliar a área de cobertura dele, a potência é extremamente pertinente. Como o Dr. Ronald falou. Do ponto de vista terrestre, para os receptores terrestres o ambiente influencia bastante. Mas do ponto de vista da aeronave, ela está acima do nível da cidade, acima dos efeitos de morfologia, dos prédios, das edificações. É uma configuração completamente diferente.

Por favor, vamos rapidinho para a apresentação. Vou ser bem breve na apresentação. Vamos ver se eu controlo daqui. Você pode... Acho que eu estou conseguindo controlar. Eu não faço análise de riscos, você pode seguir que eu não estou conseguindo controlar daqui? Vamos ver se eu consigo... É. Exatamente.

Então, a interferência isolada de uma emissora ela é a B2. A interferência de combinação é a B1. Assim dizem as normas. Então estas duas são as emissões que as rádios na faixa de FM estão contribuindo. Os sistemas os senhores já viram, a área do doc, portanto ela é bastante importante, acontecem interferências nos três sistemas, inclusive aqui em Brasília, que a maioria dos senhores fazem uso do aeroporto com uma certa frequência, há problemas no ILS em relação ao *glaid in* que dá a rampa de descida e a direção. Eu não sei dizer se é um problema de interferência, ou se é problema de alinhamento do dispositivo. Mas existe. Vou

passar essas informações... Tem informações interessantes em relação a evidência.

O VOR... O que é importante salientar? O que é mais comentado é a interferência no VOR. Por quê? Porque o aeronauta, ele percebe claramente na hora da comunicação de voo. Às vezes a interferência no ILS é tão rápida e ele está num procedimento tão crítico em velocidades elevadas, que ele sequer percebe e o sistema tem uma certa instabilidade elevada. E o aeronauta trabalha com redundâncias, ele não usa apenas o ILS. O ILS é crítico especialmente quando não há visibilidade, que chama-se de Cat 02, Cat 03, o nível de função do teto visibilidade para o aeronauta.

As combinações de frequência, isso está claro, agora tem uma outra coisa importante. Aquele áudio que mostraram gravações para os senhores, ele não é necessariamente o áudio provocado por uma estação que seja irregular. Por quê? O áudio que aparece lá no dispositivo é o áudio da emissora que chegar no receptor com sinal mais fraco. Às vezes uma emissora que está mais distante chega com sinal mais fraco, mas atingindo aquele nível mínimo de corte, o gatilho está considerado pelas demais, então o aeronauta está ouvindo uma emissora totalmente regulamentada, mas entendendo que é uma estação clandestina. E essa análise simples não denuncia quem está irregular. Perfeito, senhores? Isso é o cuidado para a gente separar na linha da bíblia, vamos separar o joio do trigo. É extremamente importante isso.

A interferência B2. Ela não é a mesma, os níveis, não é o mesmo para toda a faixa de frequência. Nos canais abaixo de 102 megahertz, ele admite potência bastante elevada. Nos canais mais próximos da frequência Aeronáutica, apenas menos 10 DBM. Então a locação espectral, a posição no dial é que é extremamente importante. Aí que é... Observa-se o seguinte. As emissoras que devem operar com frequência, com potência mais baixa do ponto de vista técnico, um ponto de vista, elas poderiam ser alocadas mais próximos das faixas mais altas, porque são aquelas que menor probabilidade tem de interferência, desde que a coisa funcione efetivamente organizada e controlada.

A classificação das emissoras. Da rad com até a classe mais elevada a gente sai de 100 quilowatts, 100 mil watts, e na rad com, 0,025 quilowatts. Então há uma diferença muito grande. Quem trabalha com potências mais elevadas tem maior probabilidade de ser um interferente. O ILS de Congonhas tem um alinhamento tal, o ILS de Guarulhos tem outro alinhamento. Então isso é pertinente para a região de São Paulo, perfeito?[soa a campainha] Há uma sempre posição desses ILSs, e há uma coisa interessante. Na interceptação em direção a Cumbica, a aeronave sobrevoa

a região do Jardim Paulista, onde há maior densidade de emissoras de radiodifusão do Brasil, com potências elevadas. Portanto, a aeronave que passa aí ela sofre interferências do tipo B2...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCUS AURÉLIO RIBEIRO MANHÃES: Exatamente. Na região da paulista. O piloto não percebe isso, mas a interferência ocorre em todos os sistemas. Em todos os três sistemas. E potencializando ainda mais a interferência de combinação.

Aqui algumas emissoras de São Paulo. Veja, elas estão regulares. A questão não é essa. Estou simplesmente apontando que ali naquela região a gente tem emissoras com 75 quilowatts, com 60 quilowatts, onde a aeronave se aproximando dela, ela estará digamos assim hipoteticamente submetida a uma interferência do tipo isolada. Vejam, isso é importante também para separar o joio do trigo.

Quem realmente é comunitário, quem tem consciência e quer buscar a regularização, parabenizo a posição da ANATEL fazer essa distinção aqui. Por quê? Quem trabalha em 25 watts, imagina, ainda que esteja clandestino, sem que a sua frequência esteja... Tenha sido coordenada pela ANATEL, dependendo da frequência, observem os senhores, ela... O afastamento mínimo é de 200 metros. Então ela não será interferente, especialmente na baixa canalização. Nos canais mais críticos, acima dos 280, por exemplo, é um quilômetro e meio de afastamento. Então, que se façam Legislações rigorosas para quem é bandido, para quem é pirata. Mas para quem é comunitário, tem um vínculo com a comunidade, quer trabalhar no serviço social comunitário, ele não precisa ser identificado pelo sistema de rastreamento. Ele fez o tem cadastramento e deu o endereço dele. Eu sou fulano tenho tal, a minha estação está em tal endereço. E essa atribuição de frequência e locação espectral nos dá segurança. Então observem os senhores que é possível sim ter o controle para quem está correto.

Conclusões de uma forma sintética. As emissoras e os canais mais altos têm maior potencialidade de interferência. Regiões com maior concentração, a capital, São Paulo, tem essa probabilidade. Os níveis de corte, se nenhuma atingiu o nível de corte, não vai ter interferência. A junção de emissoras de baixa potência. A baixa potência pode se tornar uma interferente, mas somente se todas as emissoras envolvidas atingirem o nível de corte e ao menos uma atingir o nível de gatilho. Então façam o rigor da lei, prendam os bandidos, mas observem com muito cuidado. Isso é técnico, isso é científico, isso é verdadeiro. A ação

deve ser rigorosa, mas tem que ter um parâmetro de análise.

Mitigação de interferência. Tipo A, aquelas que são emissoras fora da faixa, a certificação de transmissores, esses rádios, telefones que operam em faixa irregular não devem ser admitidos. A interferência do tipo de combinação de frequências, senhores, é preciso dar poder e centralização à ANATEL, ela precisa coordenar. Toda a posição geográfica das emissoras, ela precisa saber a coordenada, a altura da torre, a frequência e a relação dela com as demais. Não só para controlar a interferência Aeronáutica, como garantir a qualidade na área de cobertura, no serviço. Quando uma emissora que recebe a autorização para trabalhar numa localidade, ela é deslocada para outra, ela muda totalmente esses parâmetros. Então, ela potencializa tanto a interferência Aeronáutica, quanto a interferência nas demais rádios. Isto é muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Marcos.

SR. MARCUS AURÉLIO RIBEIRO MANHÃES: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Dei lhe três minutos além, mais três. Se V.S^a. puder fazer um resumo e fechar...

SR. MARCUS AURÉLIO RIBEIRO MANHÃES: Vou concluir é o último item. A aplicação de regras, convivência e controle deve ser aplicada para todas as classes. As comunitárias e as não comunitárias. A ANATEL deve apresentar, isso é um convite da ANATEL, acho que os senhores deviam cobrar da ANATEL. Porque se a ANATEL tem os controles como dizem que tem, ele tem que apresentar amanhã um relatório com os níveis de interferência potencial das emissoras isoladas e das combinações. A bibliografia está aí e essas apresentações estão disponíveis nesse site que o amigo disponibilizou e vão estar também a disposição do Senado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Nós acabamos de ouvir o Sr. Marcus Aurélio Ribeiro Manhães, pesquisador em telecomunicações.

Queria reafirmar que essa é uma Audiência Pública, cujo assunto é debater a interferência de rádios clandestinas no controle do tráfego aéreo brasileiro. Requerimento nº34/07 da CCT e aditamentos. E interferências prejudiciais entre emissoras de TV e retransmissoras tanto na região metropolitana do Estado de São Paulo, como no interior do Estado. Autoria do Requerimento e aditamento Senador Valter Pereira, autoria do Requerimento nº. 11/08 CCT aditamento, Senador Romeu Tuma. Passaremos agora à Sra. Re-

giane Coimbra Muniz de Góes Cavalcanti, Advogada do setor de telecomunicações para fazer a sua explanação.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCANTI: Bom dia a todos. Eu agradeço aos Srs. Senadores pelo convite. E na verdade a minha fala complementa um pouco a fala do Dr. Manhães, pelo seguinte. O que nós temos hoje no espectro de frequência é mesmo as rádios que estão, que possuem outorgas, elas estão trabalhando de forma irregular. Trabalhando de forma irregular, operando de forma irregular. Você pode ir no primeiro quadro para mim das irregulares, por favor.

Como os senhores podem observar hoje, nós encontramos no espectro de frequência três problemas bastante sérios. O primeiro problema são as rádios que estão... Que têm outorgas permitidas para operarem numa determinada localidade e estão instaladas em outra localidade. Nós vemos aqui, por exemplo, a 92.1, que tem outorga para Mogi das Cruzes, ela tem outorga, ela tem a concessão do Poder Público, todavia, ela está instalada em São Paulo. E isto, evidentemente, vai interferir nas outras emissoras que estão operando de forma regular. E isto é que precisa ser fiscalizado pela ANATEL.

Então, hoje eu represento o espectro de frequência de São Paulo e os rádiodifusores que trabalham legalmente e também os consumidores que têm o direito de receber o sinal limpo, uma emissão limpa e não estão conseguindo. Por exemplo, Arujá, 102.1, ela tem outorga para Arujá, ela está instalada em São Paulo. Então hoje é uma situação que se vê atualmente no espectro de frequência de São Paulo. Que embora houvesse inúmeras denúncias junto à ANATEL para a fiscalização, o espectro continua dessa forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Doutora, só uma colocação. E aí eu vou... Não é para proteger a ANATEL. Essas duas rádios existem em alguma decisão judicial com uma liminar?

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCANTI: Não, não porque isso é absolutamente ilegal. O que existe e, é fato realmente, são algumas rádios que na verdade tiveram algumas concessões, essas concessões a princípio foram cassadas e elas conseguiram liminares para poderem operar. Como, por exemplo, é o caso da 92.5, que é uma rádio que está nessa situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Queria deixar uma colocação de que uma rádio sob liminar, nós não podemos culpar a ANATEL por não fiscalizar, porque já passou por uma questão judicial.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Só uma curiosidade, Presidente. Para a Dra. Regiane.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: Pois não.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O transmissor está na Av. Paulista, ou o estúdio está na Av. Paulista?

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: Está instalada. Nós vamos ver outros... Está instalada.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas instalada o quê?

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: Não, a rádio está instalada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O estúdio?

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: O estúdio.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): A questão está... Aqui que é um ponto interessante. A licença, a autorização é para Mogi das Cruzes. O transmissor está em Mogi das Cruzes, o estúdio não precisa estar lá.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: Sim, mas o transmissor está fora.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Porque o estúdio é móvel, instala onde quiser.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: Está instalado em São Paulo. E deveria estar instalado em Mogi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O transmissor, sim.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: Sim.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O transmissor obrigatoriamente tem que estar em Mogi.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: Mas está instalado fora da área de instalação. Ele deveria estar instalado em uma localidade e não está.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O transmissor?

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: É, o transmissor. Quando nós vamos ver os segundos casos em que há o aumento de potência. Então eles têm outorga para funcionar com uma determinada potência, e estão funcionando com potência... Com aumento de potência, que são os segundos casos que vou apresentar.

Então, isto é uma situação que foi vista pelos engenheiros de São Paulo e o espectro hoje está dessa forma. Se o senhor me permitir, existe um outro quadro, por favor. Mais para frente. Esse, ainda são das

emissoras que estão instaladas irregularmente. Por favor, mais para frente, que é a segunda... Mais um pouquinho. Esses.

Olha, esses são as emissoras que operam com potência superior a das suas outorgas originárias. Então o senhor vê, por exemplo, esta, a 90.1, ela está trabalhando com uma potência além do que poderia ser permitido na sua outorga. O caso, por exemplo, da... Da rádio 90.9, ela tem na outorga trabalhar... Operar com 14.5. Ela está operando com 35 quilowatts. Quer dizer, há um aumento de potência considerável.

O que acontece? O aumento de potência considerável, aquilo que cai no que o Dr. Manhães falava. Se a rádio regular, ela está operando... E ele pode me corrigir se eu estiver errada. Se a rádio regular, aquela que tem concessão, e não se fala em permissão, porque os atos que são praticados pela ANATEL não podem ser atos em nível precário. Então são concessões. Não existem permissões. Então se ela tem concessão pública para operar com uma potência determinada, porque foi feito o estudo de viabilidade técnica. Se ela está fora da potência, aí há interferência. Aí o risco de vida no caso dos aeroportos. Se ela está cumprindo com a sua potência e está instalada, inclusive o seu retransmissor, no local das suas outorgas originárias, aí nós não temos problemas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E qual é a consequência disso?

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: A consequência disso é interferência nas rádios que estão operando--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, consequência jurídica.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: Consequência jurídica é que pode aplicar o Art. nº. 183, tanto do Decreto de Telecomunicações, como da própria Lei nº 9472--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas quem faz isso? É a ANATEL?

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: A ANATEL, em conjunto com a Polícia Federal. A ANATEL pode lacrar. Então a gente fala de um regulamento severo, mas a ANATEL hoje já tem instrumentos. Todo esse espectro de frequência é de São Paulo. Tudo isso é de São Paulo. É a situação. Aí depois nós vamos falar ainda daquelas que receberam outorgas e como é que elas estão trabalhando ainda de forma precária. Isso são documentos que estão aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tenho uma pergunta depois.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como é feita a outorga hoje e a concorrência. Pelo número de autorizações tem vindo aqui ao Senado, que é assustador.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN- TI: Posso tentar esclarecer ao senhor?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aí o Presidente decide.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma, pelo que sei tem que primeiro colocar, enquadrar no plano básico. Ou seja, o que é o plano básico? Deve ser os dials que não interferem no outro. Cabe e não cabe. Aí, em função disso vê-se a necessidade de uma cidade se precisa ou não. Aí tem um canal que cabe. Aí se abre uma licitação. Você vai lá tal dia... Pública. Você vai, dá um lance, lacrado e fica guardado. Aí a hora que decide se abrir, abre o envelope e vê quem ganhou. E vai se ver se aquilo tudo é verdade que está ali. O que acontece, Senador Romeu Tuma, é que existia um grupo de pessoas que davam o lance, criava-se uma empresa, dava-se o lance, e depois ficava no mercado vendendo essa rádio.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Parece que existem escritórios especializados em preparar documentação para rádio.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Existem alguns escritórios especializados para preparar rádio--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Existe de tudo. Cria-se empresa, dá um lance de 10 milhões, ele não tem capital para isso, depois que dá o lance e ganhou, ele vai no mercado: "Estou vendendo uma rádio, ganhei por dez milhões". Ele tinha tempo, que é o tempo do Congresso para a provação dessa rádio, então esse é o tempo que ele fica negociando. Começa a negociar pedindo por mais os dez que ele deu, depois em função do mercado ele chega ou não. Vai sair e não tenho dinheiro para dar o lance. E existia também algumas possibilidades que ele fica postergando a publicação para poder levantar e com isso ele fica ali, dono de um papel e a mercê do que acontece no mercado.

O Ministro vem tentando corrigir isso, ele tem tentado colocar que no momento que é aberto o envelope vai ter que fazer um depósito. Acho que quando ele faz isso, ele acaba com essa especulação. Se você ganhou abriu o envelope e ganhou, tem que depositar 50, 30%, 40%. Que aí a pessoa tem que botar ao dinheiro e acaba com essa especulação. A gente tem uma série de rádios hoje que acaba postergando pelo trânsito de influência até, por que é que não, e

segurando para que possa negociar isso aí no mercado. Esse é o maior absurdo que acontece hoje na radiodifusão brasileira. Por quê? Porque uma cidade pequena que muitas vezes tem interesse naquela rádio vem alguém do sul, compra no norte, do norte compra no sul, sudeste e começa a negociar isso. E o objetivo não é esse. O objetivo é que a rádio venha para a região para poder--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É de utilidade pública, cara.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para poder fazer com que aquela região tenha comunicação, a sua própria cultura seja defendida e não acontece.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ainda bem que o senhor é o Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu acompanhei muitas situações nesse sentido que hoje o Ministério vem tomando decisão. O Ministro Hélio Costa vem procurando, mas é difícil, a Legislação tem que ser mudada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem que mudar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Agora eu acho o seguinte, ganhou, tudo bem. Deposita 40%. Mostra, você tem interesse ou que tem uma empresa séria por trás. Agora, Senador Romeu Tuma, eu recebi algumas pessoas, e realmente eu vi gente que deu lance de sete milhões e não tem condições nem de 300 mil reais, 100 mil reais, querendo negociar isso.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Wellington, e por que é que não foi...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Isso é estelionato.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Por que é que não definiu.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Ministro vem tentando. O Ministro vem tentando corrigir a Legislação.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Quem é que pode mexer na Legislação?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nós.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): A ANATEL? O Ministério? Nós aqui? Um Decreto ministerial?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim. Aí eu acho que tem o Departamento Jurídico do Ministério junto com o Ministro Hélio Costa e podemos fazer uma visita e conversar com o Ministério.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Se é tão gritante e está tão claro, tem uma indústria de profissionais que montam os processos e vendem. Tem acesso privilegiado das informações, montam os processos e vendem. Vendem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Olha, é uma situação grave.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu imagino que deva ser uma das primeiras ações do Ministro. Quem quiser ter uma concessão, vai participar de um leilão, como em qualquer outro leilão paga. Não é assim?

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador, ele paga no futuro. No mercado futuro. Então com isso ele vê uma rádio, ele já... Como é técnico, ele sabe qual é a capacidade de abrangência daquela rádio, e de repente ele fala: "Olha, essa rádio está sendo cotada a um milhão de reais", mas com a abrangência dela pode valer cinco. Dá o lance de três, ou dá um de cinco e depois tenta ganhar alguma vantagem.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim, mas eu pergunto. É um leilão, sendo um leilão não deveria obedecer as regras normais de um leilão. Não seria assim?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): São cartas fechadas. Não é leilão de um contra outro. Não é um leilão progressivo, é leilão de carta fechada, quem der mais levou. Tem informações e tem prova disso de que havia leilões que se colocava o envelope contra a luz, se via o valor do último, ia lá, de alguma maneira alterava o envelope dele e botava dez mil reais a mais.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sr. Presidente, o que eu estou dizendo é que o vencedor do leilão terá que obrigatoriamente num prazo de cinco a dez dias depositar um lance.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse é o objetivo do Ministro, um percentual sobre isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Abre uma empresa e bota o capital de 50 mil reais e dá um lance de cinco milhões.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas é isso.

Abre-se uma empresa com 50 mil reais e dá esse lance de cinco milhões.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Presidente, agora... Dentro dessa lei de mercado, essa disputa que está tendo, pelo menos o Ministro Hélio Costa melhorou muito que está fazendo isso e está verificando--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está tentando fazer, Senador.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Então estamos prontos a ajudar. Agora, o que a Advogada está trazendo Para a gente aqui difere um pouquinho disso e é muito mais grave. O que ela está colocando aqui, veja você, quanto vale uma rádio no interior? Deve ter um valor. Estou colocando--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 600 mil reais, vamos supor.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): E quanto é uma rádio que ela está dizendo que foi o que eu entendi que o Senador Zambiasi perguntou na é capital é na... Na...

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCANTI: Não, ela tem uma concessão, as suas características de concessão originárias, ela acaba mudando. Então ela tinha um alcance, deveria estar instalada inclusive com transmissor em Mogi, e ela está operando em São Paulo. Quer dizer, fora da sua--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Doutora, eu recebi uma denúncia agora de uma TV, um canal de TV que precisa de consulta prévia para a mudança do canal. E com base num ofício teria sido, o Ministério das Comunicações teria autorizado a transferência para outra cidade. É possível isso? Pelo ofício 443/06?

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCANTI: Olha, Excelência, na verdade a questão da... De transmissão de rádios--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Até o canal 46. Não sei. Para Osasco.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCANTI: A rigor não poderia. A resposta é negativa. Agora, só se foi--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Doutora, me permita, Senador Romeu Tuma, também Senador Gim, a colocação do Senador Sérgio Zambiasi é correta. Porque o poder da rádio está aonde vai entrar a onda da rádio. Leva ao estúdio... O estúdio móvel para poder fazer uma entrevista, alguma coisa. Agora, o poder financeiro dessa rádio é só se o sinal chegar na Av. Paulista. Quero saber o seguinte. Como é que ele está conseguindo chegar na Av. Paulista o sinal?

Porque um estúdio móvel pode levar para fazer uma entrevista, alguma coisa. Agora como ele consegue o sinal chegar?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): A localização do transmissor, se ele consegue aumentar o tamanho da antena, se ele colocar 30 metros na ponta da antena, uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas aí está fora do que foi autorizado.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: Exatamente.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas aí é relativo. Isso é o detalhe. Muito relativo. Se o cara consegue se instalar no morro mais alto aí de Santo Antonio da Posse, os um quilowatts dele vai equivaler a dez de quem estiver aqui embaixo. Entendeu? Quer dizer, quem tiver... Quem não tiver edifício nem morro pela frente, vai ter maior capacidade de transmissão. E aí não tem lei que regule. Depende de uma estratégia de instalação do equipamento.

O problema é medir a antena. E eu estava ouvindo o Dr. Marcos com relação a algumas rádios comunitárias ou não, legalizadas ou não, o problema de algumas dessas pequenas emissoras é que tem seus 25 quilowatts de potência, porém mete uma antena de 100 metros de altura... Ganha quase um quilowatt de alcance.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: Exatamente. Mas o que se leva em conta--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, doutora. Na autorização dele, Senador Sérgio Zambiasi, essa altura tem limite. Segundo informações.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Tem limite. É que aqui que está a transgressão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E quem fiscaliza? A ANATEL. E por que é que a ANATEL não fiscaliza esses casos?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E não é na localização da antena. Porque a localização é estudada, é técnica. Quer dizer, recebe autorização. O problema é que tu recebe a autorização para instalar a antena e aí tu dá um ganho de altura numa FM é tudo. Numa transmissão de FM é tudo e de televisão também.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: Me permita, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora... Senadora, não. Me desculpe. Poderá ser um dia, porque num Estado democrático pode se candidatar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, se V.Ex^a. pudesse urgenciar, a gente marcar uma outra. Porque estou vendo que o negócio cada hora está agravando mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma, o autor foi V.Ex^a. V.Ex^a. que trouxe esse fator importante para cá.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está interessante o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos lá, Regiane.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: Na verdade só respondendo V.Ex^a. que conhece bem a área, o que nós temos? Para essa concessão já foi estudado o projeto. Quer dizer, é condição para a concessão. O projeto de viabilidade técnica, que inclusive verifica o projeto de antena. Então, evidentemente, essas pessoas, essas rádios receberam essa concessão depois de analisado essa conjugação de fatores. E estão operando fora das suas características, aumentando potência, aumentando antena... Porque se parte do pressuposto que se elas conseguiram a concessão, foi analisado que elas deveriam se cingir às características da concessão que foi outorgada. Então o que a gente vê na prática não é assim. O que se precisa o pleito dos rádios difusores que estão absolutamente legal e toda a comunidade como consumidora desse serviço, de radiodifusão, é de que haja uma fiscalização mais efetiva.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas Dra. Regiane--

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN-TI: Em conjunto inclusive com a Polícia Federal. Porque eu tenho um caso, Senador, isso é importante considerar de denúncias que foram levadas para a Polícia Federal e que foi expedido um ofício para a ANATEL que faz três anos e ainda não foi respondido.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): A questão das antenas das localizações elas são relativas porque vou dar um exemplo local. Eu sou do Rio Grande do Sul. Quero dizer que não sou nem proprietário e nem sócio. Eu trabalhei como empregado, com minha carteira assinada em emissora de rádio. A minha vida inteira. Mas tem essa questão da localização. Por exemplo, Rio Grande do Sul. Se uma emissora ganha uma autorização para instalar-se na região serrana, ela entra rasgando em Porto Alegre e não há como impedir. Não há como impedir. Porque Porto Alegre é mais baixo. Então ela consegue enviar esse sinal sem nenhuma interferência.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, poderia--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu pediria o tempo que fosse seguro para que o Senador Romeu Tuma deu a idéia de que o responsável pela fiscalização pudesse falar dois minutos sobre esse caso. Dois minutos, está bom assim? Quem vai falar? O Sr. Everaldo?

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Delegado aqui pelo meu superior aqui, já foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok.

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Todos esses casos já foram objeto de fiscalização, inclusive de Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal, todos eles já foram equacionados e respondidos. Tudo isso aí está para julgamento no Ministério das Comunicações. A maioria tem ato do Sr. Ministro aprovando essas mudanças.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN- TI: Desculpa, Doutor. Na verdade, hoje corre junto ao Dr. Nicolau Moura Sacco, Procurador do Ministério Público aqui do Distrito Federal, uma representação dos rádiodifusores, justamente com esse problema do espectro de frequência. Essa representação foi recebida pelo Dr. Nicolau e ela continua tramitando. Então o que eu trouxe é uma situação que me foi trazida por esses rádiodifusores, inclusive com projetos de engenharia, que foram feitos, e foram levados ao Ministério Público do Distrito Federal, que hoje na pessoa do Dr. Nicolau Moura Sacco está tramitando. Então, nestes casos especificamente e eu só posso dizer se não estaria sendo leviana com relação ao espectro de frequência de São Paulo. É esta a minha... A minha fala é com relação ao espectro de frequência de São Paulo. As questões atinentes ao plano básico de FM em que hoje no Estado de São Paulo--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Me diga só uma coisa. Por exemplo, Arujá. Essa situação que está sendo colocada por V.S^a. não tenho conhecimento concreto da situação, inclusive eu conversava aqui com o Sr. Yapur e ele me dizia que existia uma Legislação anterior e depois uma nova Legislação. Então na Legislação anterior permitia. Então não quero ser injusto aqui, por isso eu consultei. Explique o seguinte. Quanto vale uma rádio FM em Arujá, hoje questão de mercadológico?

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN- TI: Não saberia responder ao senhor as questões de ordem comercial.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou fazer o seguinte. Quantas vez mais vale uma rádio instalada na Av. Paulista em relação a de Arujá.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Depende da audiência dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas se nós contrarmos o Senador para fazer um programa lá, Senador? V.Ex^a. que é líder... Que foi líder na época, acho que ainda é líder na programação do Rio Grande do Sul. Se V.Ex^a. for para a Av. Paulista, se for de Arujá para Paulista...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu me esforçaria muito para que ela atingisse o melhor valor de mercado.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN- TI: Na verdade, isso acredito ser calculado comercialmente pelo âmbito de cobertura. Pelo âmbito de cobertura. Daí porque o aumento de potência, Excelência, porque você possa cobrir uma área maior. Por isso o aumento de potência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas o aumento de potência não é autorizado pela ANATEL? Esse aumento de potência foi autorizado, ou não foi autorizado pela ANATEL?

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN- TI: Mas se o aumento de potência só pode ser autorizado se você tiver contornos protegidos. Se isso não vai haver interferência em outra rádio. Claro, mas estou falando de casos em que pode até... Não poderia haver a ANATEL jamais poderia dar e não dá o aumento de potência, ela coibiria isso, se houvesse interferência em outras rádios. Isso não aconteceria. O problema não é o que a ANATEL, sob meu ponto de vista, concede ou deixa de conceder. É um problema... E eu sei das dificuldades, reconheço porque é amplo, é difícil a fiscalização. Mas o que nós só estamos pedindo é que seja uma fiscalização mais severa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Dra. Regiane, ali a V. Sr^a. colocou que a potência é 18,6 quilowatts e, no entanto, está funcionando 70. Isso a ANATEL autorizou os 70 ou não?

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCAN- TI: Não. Não autorizou.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quem me-

diu os 70? Porque aqui está colocado 70, quem mediu isso?

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCANTI: Os engenheiros. Você consegue... Inclusive tem um programa próprio que você verifica quais são as outorgas originárias. E você mede--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas como V.S^a. chega aqui e diz que está com 70? Como comprova isso?

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCANTI: Porque os engenheiros mediram. Tem o laudo técnico.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem um documento com relação a isso, com processo e tudo.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Tem que ter o transmissor...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, queria um aparte, já que ela falou de fiscalização mais severa. Fiscalização não é mais severa, nem menos severa. Fiscalização tem que cumprir as regras. Radiodifusão é um assunto do Ministério das Comunicações. Nós recebemos a demanda do Ministério, todas essas situações aí foram fiscalizadas. Nós pegamos o resultado da fiscalização, e enviamos para o Ministério das Comunicações. Ele tem que decidir. A rádio outorgada no ponto A, a fiscalização constatou que ela está operando no ponto B. Ao Ministério vai receber aquela informação ali e vai decidir o que foi. Pode dizer, está aqui porque eu autorizei.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aí eu quero defender aqui o meu Ministro. Porque não temos nenhum convidado para defender o Ministério. Vou levar inclusive e na próxima reunião fazer a colocação aqui.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Deixa eu fazer uma pergunta agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Senador.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Deixa eu agora complementar. Estou dizendo que... Até me instalou uma dúvida aqui. Porque sei de inúmeras emissoras cujos transmissores estão em cidades da região metropolitana, das regiões metropolitanas e os seus estúdios, Dr. Yapir, estão nas capitais onde fica mais adequado, digamos assim, desenvolver o trabalho. Tem incompatibilidade com isso, ou é possível?

SR. YAPIR MAROTTA: Não, não há essa incompatibilidade, não.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Não há incompatibilidade. O transmissor é que deve estar lá. O estúdio não necessariamente.

SR. YAPIR MAROTTA: Não. E existe--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O estúdio tem que estar, tem que ter um móvel, não é isso?

SR. YAPIR MAROTTA: Pode ter dois estúdios, pode ter o estúdio auxiliar. Mas Senador, por exemplo, em regiões metropolitanas, vamos pegar um caso lá do Rio Grande do Sul. Uma cidade próxima, Guaíba, por exemplo, que é uma cidade baixa. Eu posso colocar um transmissor da emissora de Guaíba no morro da polícia em Porto Alegre. Porque lá em cima no morro da polícia ele vai cobrir melhor ainda Guaíba, do que se estiver localizado em Guaíba. Então isso a Legislação permite. A regulamentação técnica permite. Desde que seja demonstrado de que é para melhor entender a localidade de outorga. Isso é permitido.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Então, quer dizer, em princípio a emissora de Arujá, ela pode ter o seu estúdio na Av. Paulista sem nenhum problema.

SR. YAPIR MAROTTA: Se existir essa justificativa teórica, sim.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Quer dizer, e a questão das potências também. Uma potência de 18 para 70, doutora, tem que ter um transmissor... Tem que ter um canhão. Uma mudança de transmissor que passa forçosamente pela fiscalização.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Gim Argello, V.Ex^a. que é do Distrito Federal, nós temos duas rádios ali que são de Goiás, Estado que eu tenho maior carinho também, mas quanto é uma rádio lá em Goiás e outra aqui? Qual é a diferença mais ou menos que V.Ex^a. acha que pode estar?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): A diferença deve ser, Sr. Presidente, umas 20 vezes o valor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por exemplo, se ali em Corumbá 600 mil, ela aqui vai valer 12 milhões. É isso?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): 12 milhões. É o preço de uma rádio FM em Brasília hoje a última licitação que foi feita, que está no ar aqui essa Band News foi esse valor. Exatamente esses números.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ou seja, você ganha lá, aumenta a potência, valoriza em 20 vezes mais?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Isso que está acontecendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É um tremendo negócio.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Agora, tem que ver se é regular. Peço já que seja encaminhado todos esses documentos para o Ministério que foi colocado no começo aqui, essas notas no Ministério das Comunicações, para a ANATEL, o Ministério Público do Distrito Federal, Ministério Público Federal para a Polícia Federal... Quer dizer, não podemos ficar escutando tudo isso aqui sem tomar uma providência. Porque esses casos de São Paulo, o que me preocupou muito foi essa interferência com os aviões que estão sendo feitas que não é brincadeira. Daqui a pouco derrubando avião aí, nós estamos sabendo disso--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós estamos vendo uma coisa interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A nossa preocupação era com o risco de vida de quem vive em aeronaves. Estamos entrando num terreno comercial. Economicamente aqui falando no comercial. Então pegar a rádio para vender para o mais caro e trocar para o outro lado. Porque praticamente não tem a segurança da comunicação, mas sim a vantagem econômico-financeira. Acho que isso que a gente está acabando discutindo aqui. O que V.Ex^a. levantou. Vale cem? Vem para cá e vale 10 milhões? Daqui a pouco ponho um boteco aí na esquina e começo a vender rádio. Faço feira de rádio. Desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda compramos os equipamentos em São Paulo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Na Santa Efigênia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Coronel precisa se ausentar, ele queria saber se nós temos alguma pergunta a mais.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Acho que aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a. já tirou todas as dúvidas no momento da apresentação, não é? Acho que... Dra. Regiane.

SRA. REGIANE COIMBRA MUNIZ CAVALCANTI: Agradeço. E na verdade, o que nós queremos uma ação conjunta que possa auxiliar no espectro de frequência pelo menos de São Paulo. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria passar agora a palavra e queria rapidamente, porque a barriga dos Senadores devem estar roncando. Nós estamos aqui desde as nove horas, são três horas e meia. Sr. Cezar Telles, Presidente da Associação de Emissoras de Radiodifusão no Paraná. A quem eu passo a palavra.

SR. CEZAR TELLES: Muito obrigado, Senador Wellington Salgado. Senadores presentes. No nosso caso fomos convidados pelo Senador Flávio Arns para apresentar uma questão mais particular no Estado do Paraná, especificamente das regiões de fronteira de Foz do Iguaçu, da tríplice fronteira. Vamos passando os *slides* que vou explicando cada um deles.

São as interferências prejudiciais a vida humana, rádios piratas, aeroportos, sistemas de navegação, áreas de fronteira e interferências nocivas à sociedade, que são rádios comunitárias, rádios e TV educativa e rádios comerciais. As interferências prejudiciais à vida humana são principalmente as rádios piratas. No Paraná, graças a Deus ações de fiscalização da ANATEL tem coibido bastante o surgimento de emissoras piratas. Isso já é um trabalho de longos anos já. Talvez seja um dos Estados que tem menor problema em todo o Brasil, nesse caso. Poucos aeroportos em área densamente povoadas, são poucas interferências. Os problemas surgem de fato no Paraná na área de fronteira de Foz do Iguaçu, que são as rádios piratas instaladas nos países vizinhos que interfere no aeroporto local.

Recentemente nós fizemos... Não tão recente na verdade foi em agosto do ano passado, levantamento das condições de funcionamento em Foz do Iguaçu. Foi feito com um equipamento extra-oficial, emprestado de engenheiros do Estado do Paraná, e as irregularidades verificadas acontecem principalmente na fronteira com o Paraguai e Argentina. São praticadas a maioria por brasileiros que se aproveitam da falta de fiscalização nos outros países e que a seguir vamos relatando como vem ocorrendo.

A cidade de Foz do Iguaçu e região conta hoje com um parque de telecomunicações que excede e muito a capacidade de operação. Seja econômica, técnica que discutimos agora. Se deve a proximidade de fronteira tríplice, onde um grande número de emissoras opera irregularmente com suas bases em Foz do Iguaçu e sistemas transmissores localizados no Paraguai e também na Argentina. As emissoras localizadas nos países vizinhos atuam como se fossem rádios brasileiras, e de fato é o que ocorre. As regularmente instaladas são prejudicadas por concorrência desigual e somos fiscalizados, totalmente fiscalizados, inclusive

não foi dito aqui, nós pagamos para ser fiscalizados. Tem a taxa do FISTEL anual, no meu caso quatro mil por ano, a gente paga para ser fiscalizado. Talvez seja a única... O único meio de sobrevivência no Brasil que paga para ser fiscalizado.

As emissoras que operam nos países vizinhos ferem todos regulamentares para uma boa irradiação e não são fiscalizadas. São causadas por sobre modulação para quem não entende, vamos dizer assim a grosso modo, sobre modulação é o volume da rádio.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deixa eu fazer uma colocação. Senador Romeu Tuma, as universidades também pagam para ser fiscalizadas. A pessoa quando vai e deposita. Para não ficar numa questão só da radiodifusão, você vê que são dois setores para serem fiscalizados.

SR. CEZAR TELLES: Desculpa, as universidades então. Muito obrigado, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Também pagamos Imposto de Renda para ser fiscalizado.

SR. CEZAR TELLES: Exatamente. Esse trabalho com equipamentos sem a devida manutenção totalmente desregulados em frequências não autorizadas, por isso que provocam interferências--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria uma intervenção, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que nós estamos participando ativamente do Parla Sul, Parlamento do MERCOSUL. Todo mês há uma reunião em que se discute assuntos de interesse dos quatro países e mais a Venezuela que faz parte como ouvinte ainda não ingressou. Eu pediria, se fosse possível, Presidente, que se preparasse um documento para discutir no Parlamento a regulamentação de Legislação igualitária nesses países, para evitar o que o senhor está descrevendo aqui. Porque realmente no Paraguai, e Foz do Iguaçu, na *Ciudad del Este*, você compra todo e qualquer equipamento que desejar para qualquer tipo de ação, principalmente de rádio e comunicação.

Talvez a gente pudesse apresentar durante a próxima reunião que será dia 27 um projeto que se equipare em todos os países, ou se há ou não acordo binacional ou internacional com o MERCOSUL a esse respeito. Achei interessante, eu estou aqui até agora para ver esse negócio do MERCOSUL. Como dizia assim, se põe em Arujá e bota na Paulista pega. Não custa nada pôr em Foz do Iguaçu para pegar São Paulo.

SR. CEZAR TELLES: Na verdade já existe uma Comissão que chama-se Comissão Tripartite. Que é

do Brasil, Paraguai e Argentina e que se reúne periodicamente se não me engano, Dr. Yapur me ajude, acho que pelo menos anualmente, e que discute. Existem legislações inclusive... Já existe legislações inclusive que são iguais--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor teria essa--

SR. CEZAR TELLES: A questão é fiscalizar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor tem essa fiscalização para nos fornecer?

SR. CEZAR TELLES: Sim, nós podemos fornecer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor poderia providenciar para gente poder discutir o assunto?

SR. CEZAR TELLES: Marco regulatório. Isso. Existe. Na verdade, o que ocorre é que o Brasil fiscaliza bem mais que os outros países. Essa é a verdade. O aeroporto de Foz sofre algumas interferências, já tivemos notícias da ANATEL do Paraná que de fato já teve reclamações, que se a gente for analisar o espectro de São Paulo com o espectro de Foz do Iguaçu, eu ousou até dizer que talvez o espectro de Foz do Iguaçu seja mais poluído do que o de São Paulo. As medições que fizemos, para vocês terem uma idéia, o equipamento mede até 150% de interferência sobre modulação. Das que nós medimos nos outros países, o equipamento não conseguia medir, porque extrapolava 150%. Sendo que nós temos que trabalhar 100%, no máximo aqui e somos multados se ultrapassarmos 110%. Lá o equipamento nosso não conseguia medir. Extrapolava muito além dos 150%. Continuando, por favor.

Aí relacionamos algumas transmissões que transmite em português com canalização correspondente a países vizinhos e as emissoras não estão necessariamente instaladas em países detentoras de canais. nem nas localidades constantes no plano. Hoje essa configuração já se alterou. Pode passar, por favor.

Aí agora algumas... Alguns exemplos do que nós conseguimos detectar em Foz do Iguaçu. Emissora Jovem Pan frequência 91.1, no canal 216, está no plano básico da Argentina, na cidade de Vanda, distante 52,4 quilômetros de Foz do Iguaçu. Transmite em português, inclusive retransmissora da Rede Jovem Pan. Não estou dizendo que é ilegal, estou dizendo o que ocorre. Não é uma...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É o tutinha internacional.

SR. CEZAR TELLES: Exatamente. É o tutinha internacional.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone] Em língua portuguesa.

SR. CEZAR TELLES: Exatamente. Na verdade, tem várias em outras línguas. Essas são as de língua portuguesa. Uma evangélica em português 95,3, transmite no canal 237 no Paraguai, em *Ciudad del Este*, distante em 11,24 quilômetros da cidade de Foz do Iguaçu. Ainda Mundial uma FM 95,7 no canal 239 também do Paraguai transmite da *Ciudad del Este*, 11,4, transmite também 100% português, comercializa no Brasil. A Rádio Gospel 96.9, canal 245 da Argentina, distante 12.27 quilômetros de Foz do Iguaçu, também transmite em português. Ainda existe FM Gospel 98.9, 255 e não está previsto em nenhum, pelo menos não detectamos nem no Paraguai, nem na Argentina. Seria fria, pirata, 100% pirata instalada no caso aí não sabemos se exatamente na Argentina ou no Paraguai. Mas são 100% pirata e com altas potências, coisa de 10, 20 quilowatts permanência interferindo. E ainda numa rádio gospel em português, 264, também da Argentina, que transmite praticamente 13 quilômetros de Foz do Iguaçu. Todas elas com excesso de modulação, com excesso de potência, com alta interferência, então acho que Foz do Iguaçu, a exemplo de São Paulo é uma bomba relógio, que cedo ou tarde vai acontecer alguma coisa lá e eu acho, Senador Romeu Tuma, que de fato tem que conversar mesmo com o MERCOSUL, isso tem que ser muito bem visto.

Aqui como já disse para vocês, foram citadas emissoras que irradiam português, mas existem outras que irradiam em espanhol também. E extrapolam também totalmente todas as... Todos os níveis de tolerância. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Na verdade, Sr. César, acho que essas são rádios que sobem por satélite e descem lá, não é isso?

SR. CEZAR TELLES: Não, não. Obrigatoriamente são estúdios em Foz do Iguaçu.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas não desce de satélite?

SR. CEZAR TELLES: A exemplo da Rádio Cidade que consta ali, ele transmite no estúdio de Foz do Iguaçu e inclusive transmitia com um link de Foz do Iguaçu. A ANATEL foi lá, lacrou esse link, eles simplesmente compraram da internet e continuam transmitindo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Do lado brasileiro. De foz.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vai pela internet?

SR. CEZAR TELLES: O transmissor está na Argentina ou no Paraguai e o estúdio está dentro de Foz do Iguaçu. Transmitindo e comercializando 100%, sem

problema nenhum. A princípio vamos dizer assim, essa Legislação a gente não sabe se tem alguma coisa que possa proibir isso. Há Legislação que diz que o próprio anunciante pode ser responsabilizado nesses casos de rádio piratas, mas isso não tem ocorrido.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Na evolução tecnológica que está acontecendo hoje no meio de telecomunicações, daqui uns dias nós vamos ter um rádio, um carro com rádio que pega pela internet uma rádio de qualquer lugar do mundo. Nós vamos chegar a isso?

SR. CEZAR TELLES: Já existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já existe?

SR. CEZAR TELLES: Já existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como é que nós vamos controlar isso?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ondas curtas não pega em qualquer lugar do mundo?

SR. CEZAR TELLES: Praticamente. Mas ondas curtas hoje eu desafio alguém sair aqui em Brasília e achar um receptor que tem ondas curtas. É muito raro. Principalmente em automóveis. Praticamente está fora de uso.

Nós teríamos alguns exemplos de transmissão, mas que até nós tivemos dificuldade, não conseguimos rodar, eu acho desnecessário, já foram transmitidos tantos exemplos. Vamos ganhar tempo. Por favor.

Os trabalhos foram apresentados ao Ministério das Comunicações e também à ANATEL, tendo sido apresentado em reunião do grupo do MERCOSUL, já foi apresentado, Senador, e ainda não temos resultados concretos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que ali quando fala MERCOSUL, tem os chefes de Governo e tem o Parlamento. Provavelmente no Parlamento ainda não foi tratado.

SR. CEZAR TELLES: Exatamente. Ele deve ter chegado na ANATEL deles lá, ou no Ministério das Comunicações deles lá. A Comissão Tripartite é mais ou menos num comparativo meio chulo, mas é mais ou menos isso. Talvez no Parlamento não tenha discutido isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já vou levar um documento pronto assinado pelo meu Presidente e...

SR. CEZAR TELLES: Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o maior prazer, Senador Romeu Tuma. V.Ex^a., MERCOSUL

sei o carinho especial que V.Ex^a. tem com atenção a essa discussão.

SR. CEZAR TELLES: Só complementando essa pauta. Recebemos então correspondências da ANATEL, do Ministério das Comunicações dizendo que o nosso... As nossas medições de fato não eram oficiais e de fato não eram mesmo. Foram medições caseiras que fizemos com bons equipamentos, mas não oficiais. E que estariam fazendo trabalho medições oficiais, uma vez apresentado o relatório, que também posso trazer o relatório completo, hoje não trouxe aqui trouxe apenas a minha apresentação e algumas outras coisas, posso trazer o relatório completo para essa Casa, para que vocês possam ver. E até hoje continua inalterada em Foz do Iguaçu. Acho que hoje até tem mais. Não fomos mais fiscalizar, mas acho que até aumentou. Está impossível ouvir rádio em Foz do Iguaçu.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só uma coisa. V.Ex^a. está falando aqui, mais duas projeções, comercializam. Eles vendem programa é isso?

SR. CEZAR TELLES: Exatamente. Comercializam, é o que eu estou falando, eu penso que são duas coisas, Senador Wellington Salgado, se permitir. A pessoa só vai para a pirataria--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A rádio educativa tem--

SR. CEZAR TELLES: A educativa tem limitações quase iguais das comunitárias. O que acontece é que a pessoa vai para a clandestinidade, vai para o irregular quando ela tem como faturar. Tem uma Legislação que diz que não pode fazer propaganda normal. Mas como não há fiscalização e isso sempre conflita entre a ANATEL e o Ministério das Comunicações, quem fiscaliza conteúdo, quem fiscaliza a parte técnica sempre há essa... Acaba não sendo punidos. Então isso daí acaba incentivando para que as pessoas possam... Porque é que quero uma rádio, pago 10 milhões numa rádio na Av. Paulista. Porque lá tenho para quem vender o meu comercial. Talvez não tenha lá em Araçatuba, em outro lugar onde eu vender meu comercial. Então, infelizmente, Senador, essas coisas acabam se confundindo. Até coloquei mais algumas coisas nos slides que não tem a ver com a parte técnica, mas acho que tinha que ser apreciado também, a parte de comercialização também, porque acaba se confundindo e incentivando a irregularidade.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): O senhor falou agora há pouco que nessa cidade do sul do Brasil--

SR. CEZAR TELLES: Foz do Iguaçu.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Foz do Iguaçu, está o mesmo caso de São Paulo. É uma bomba relógio. É isso?

SR. CEZAR TELLES: Exatamente. Acho que é uma bomba relógio. Até comentava nos bastidores aqui atrás. Imagina mais tarde que tem interferência em Foz do Iguaçu, um avião caindo em Foz do Iguaçu com passageiros internacionais, que o aeroporto de Foz do Iguaçu recebe, a repercussão mundial que poderia dar nisso. A gente tem medo disso, lógico que não está tão grave, esperamos que não venha acontecer, mas é uma bomba relógio. Cada vez pior. Apresentamos o trabalho há um ano, não vemos resultado e acho que é temeroso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu fico muito preocupado com essas colocações, porque a gente sabe que aqui no Senado quando você começa a ter atitudes como essa, uma rádio que vale um milhão passa a valer 12, sem fiscalização, ou que não se consiga corrigir isso, si vai acabar numa CPI. A única maneira de você fazer uma investigação para poder descobrir o que realmente está acontecendo. Não sei se o Senador Gim Argello e o Senador Romeu Tuma estão entendendo da mesma maneira que estou entendendo. Porque chega aqui e diz que não está fazendo... Acho que você comprar uma rádio por um milhão e mudar e ela valer 12 milhões?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Mais do que isso, Senador, a gente escutar o pessoal responsável da Aeronáutica aqui e colocar um vídeo, um áudio para a gente escutar que tem interferência, que faz 1600 pousos e decolagens em Congonhas, Estado de São Paulo, 1600 pousos, que corre o risco do comandante da aeronave não escutar o que ele tem que fazer, ou a torre não escutar o que ele diz que vai fazer. Isso tudo aqui para a gente. Quando ouve. Deus me livre, acontece outra tragédia, dizer que não escutou o que disse. E nós estamos sabendo disso agora. Temos que tomar uma providência. Aí vem o representante das rádios aqui dizer que isso é uma bomba relógio...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É um exemplo.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): É mais grave do que estamos falando. Deus me livre acontecer alguma coisa em Foz do Iguaçu, todos nós somos corresponsáveis. Agora, quando você escuta o pessoal da ANATEL aqui falar, desculpa o rapaz que falou agora há pouco, dizer que "Já tomamos nossa providência, vamos tocar para frente". Não fale isso, não. Não faça isso não, porque o negócio está no lugar errado, tem não sei o que, foi botado, o Ministério Público está sabendo, e qual a providência efetiva tomada? O que

nós estamos fazendo aqui? Quer dizer, tem alguma coisa errada nisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Gim, Senador Romeu Tuma, eu queria ver se nós poderíamos marcar uma reunião, eu vou marcar com o Ministro Hélio Costa, diante do que está acontecendo aqui, nós formarmos uma Comissão e vamos ao Ministro. O Ministro do qual sou suplente e que hoje ao tomar café com ele, ele falou que isso é um problema sério que precisa ser corrigido. O Ministro colocou isso: “É Wellington Salgado, é um problema sério que precisa ser corrigido, a questão de rádios em locais errados, coisa séria que precisa ser corrigido”. Quer dizer, o Ministro está... Ele quer que tome as atitudes que precisam ser tomadas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V.Ex^a. vê que nós somos observadores. Estamos sentindo de perto o que está acontecendo. Eu pediria que V.Ex^a. também convidasse um assessor técnico que entendesse de radiodifusão, para nos acompanhar para poder elaborar realmente um projeto firme que pudesse punir aqueles que realmente tragam... Põe em perigo a vida de terceiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Vou marcar essa Audiência. Mais alguma consideração? Sr. Cezar Telles.

SR. CEZAR TELLES: Já que criticamos, também temos... Singelamente vou tentar dar algumas sugestões que achamos ser necessário para a ANATEL e também para o Ministério. Se puder passar para frente, por favor. A solução no nosso modo de ver, singelo, não somos donos da verdade, mas entendemos assim. Que seria necessidade da representação do Ministério nos Estados, criação das delegacias. O que aconteceu? Ao final do Governo Fernando Henrique Cardoso todas as delegacias se não me engano, coisa de 15 mais ou menos foram extintas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Qual foi o Ministro que extinguiu isso?

SR. CEZAR TELLES: O último Ministro do Fernando Henrique Cardoso. O Miro Teixeira?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Diz a INTEL?

SR. CEZAR TELLES: A ANATEL.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Antes do Miro quem era? O Juarez?

SR. CEZAR TELLES: Mas na verdade foi uma decisão da... Presidencial, na verdade. No final do Governo Fernando Henrique Cardoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Governo tucano é com o Azeredo. Explica isso aí, Senador Azeredo.

SR. CEZAR TELLES: Então o que acontece? O que aconteceu a respeito disso daí? Se fosse recriado, inclusive o Ministro nos pediu que questionássemos com os parlamentares sobre isso, é um pedido dele também, não tem como você simplesmente fiscalizar uma emissora de rádio de Porto Alegre e você ver um projeto instalação, doutora, também que reclamou bastante disso, daqui de Brasília. É impossível a 1500, 2000 quilômetros de distância, é impossível você fazer uma fiscalização de um projeto de instalação. Isso é do Ministério das Comunicações. Então, nós achamos de vital importância que fossem reabertos os escritórios do Ministério das Comunicações. E que poderiam trabalhar sim como já trabalharam estruturas praticamente conjuntas com a própria ANATEL, que era o caso de Curitiba, que atendia Paraná e Santa Catarina. Acho que não seria nada tão caro e estaria prevenindo com certeza problemas bem mais graves.

Passando para frente também a celeridade... Desculpa, passando para frente só no mesmo *slide*. A celeridade nas análises de projetos de conteúdo. É isso que eu acabei de falar para vocês, não se analisa conteúdo, premia-se o criminoso que faz a propaganda irregular e incentiva que se instale mais emissoras irregulares e clandestinas. Isso precisa ser acelerado. Temos conseguido liminares de juízes locais com multas para emissoras seja piratas ou... Na verdade emissoras comunitárias que fazem propaganda irregular. Isso está sendo coibido, mas pela justiça, quando que a lei já é bastante clara e poderia ser resolvido sem precisar ir para a justiça.

Dotar o Ministério das Comunicações de ferramentas e análises que podem ser utilizadas. O Ministério das Comunicações deveria facilitar o auto cadastramento das fiscalizações e serviços, a exemplo do que está fazendo hoje a ANATEL. Um exemplo meu particular, eu tive que fazer uma vistoria para a renovação de outorga da minha emissora. Pasmem os senhores que eu tive que ouvir do engenheiro da ANATEL dizendo assim: “Pega todas as correspondências que você mandou, do que você pediu e todas as alterações que fez nos últimos 10 anos, porque nós não temos recebido do Ministério das Comunicações essas informações. Então a que você nos mostrar é que vamos fiscalizar”. E foi assim que aconteceu e deve estar acontecendo isso em diversos outros lugares, imagino também.

Na verdade tem um atraso de até 10 anos do Ministério, devido a essa... Vamos dizer, a essa extinção das delegacias, tem 10 anos de atraso para a aprecia-

ção de renovação de outorgas. É um absurdo. E a gente reconhece, Senador Wellington, o esforço do nosso Ministro Hélio Costa. Ele de fato tem se esforçado, mas ele não tem estrutura para isso de fato.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse Ministro é nosso mesmo.

SR. CEZAR TELLES: É verdade. Pressionar os países do MERCOSUL para fiscalizar as fronteiras, isso já ficou... Senador Romeu Tuma já vai providenciar isso, esperamos que seja tão bom no MERCOSUL quanto tem sido no Brasil, Senador. E punir exemplarmente as emissoras educativas, comunitárias que fogem a seu escopo. É isso que de fato tem acontecido menos. As educativas e comunitárias têm feito--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. CEZAR TELLES: Eu desconheço. É possível. Acho que enquadraria na Lei Rouanet. Mas eu não vi nenhuma. Senhores, era o que tinha a apresentar, é isso. Agradeço a atenção de todos. Obrigado, Senador Wellington.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): César, só vou lhe pedir Dr. César.

SR. CEZAR TELLES: Pois não.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Vou pedir se o Presidente permitir, que encaminhe ao Senador Tuma essas planilhas e essas interferências passo é feito no aeroporto do sul do país, porque aí no MERCOSUL mostrar que o Paraguai está interferindo na aviação nacional e no pouso de decolagem de aviões internacionais tenho certeza que o país vizinho vai tomar providências.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos criar uma CPI, tem que ser abrangente então. Colocando aviação e tudo, não é Senador Tuma? Para os estudarmos isso. O último expositor, muito obrigado Sr. Cezar Telles. Acho que estamos sendo transmitidos pela TV Senado, não sei se ao vivo, mas voltando, essa é uma Audiência Pública cujo assunto é debater interferência de rádio clandestina no controle do tráfego aéreo brasileiro, Requerimento nº 34/07 da CCT e aditamento. E as interferências prejudiciais entre emissoras de TV e retransmissoras tanto na região metropolitana do Estado de São Paulo, como no interior do Estado. Requerimento nº 11/08 CCT. Autoria do Requerimento Senador Valter Pereira, e autoria do aditamento Senador Romeu Tuma.

Passaremos então ao último convidado, quer dizer, o último na explanação, ao Sr. Marcos Tolentino da Silva. Presidente da Rede Brasil de televisão, RBTv,

a quem eu passo a palavra também por 10 minutos e com a devida tolerância.

SR. MARCOSTOLENTINO DA SILVA: Obrigado Senador, excelentíssimos Senadores, obrigado especial também ao Romeu Tuma que deu essa oportunidade. E eu gostaria de saber, Senador Wellington, a possibilidade de eu fazer umas três perguntas para o Sr. Yapir, se é possível até para não poder gerir dúvida sobre o meu posicionamento até como forma de denúncia ou não, para que tenha na verdade um amparo legal que o Dr. Yapir conhece bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se o Dr. Yapir não houver problema, se ele concordar ou não concordar. Vou deixar a seu critério porque no momento, na verdade o tempo é para que V.S^a. possa fazer sua explanação. Não que venha fazer perguntas ao Dr. Yapir, se ele não quiser responder não responde, mas aí eu passo a palavra para ele.

SR. YAPIR MAROTTA: Não sei se eu conheço tão profundamente o assunto de forma a poder responder. Mas talvez com o apoio aqui até da...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que ele devia fazer a exposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Marcos Tolentino, queria que V.S^a. fizesse sua explanação e o debate que eu sinto que V.S^a. está animado para o debate, nós estamos com uma fome terrível. que já estamos desde as nove horas, mas vamos escutá-lo e depois vamos ver se sobra alguma energia para esse debate. Com a palavra.

SR. MARCOSTOLENTINO DA SILVA: Uma das primeiras posições na verdade é sobre uma consulta pública nº. 430 de 20 de fevereiro de 2003, publicado no Diário Oficial em 5/03. Ou seja, a consulta pública 20 de fevereiro, 5/3 a consulta pública subentende-se que haja necessidade de 30 dias para a manifestação, até mesmo para que posteriormente possa ser homologada. Perdão, de 2003 mesmo. Perdão, foi só um erro aqui. Então o Diário Oficial 430, saiu no Diário Oficial a consulta no dia 20 de fevereiro de 2003, e no dia 5/03/2003 mesmo, dentro de 15 dias, essa consulta pública na verdade foi publicado na verdade a autorização para o canal 46 ser na verdade instalado junto à Av. Paulista no número--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso deve ter sido durante o carnaval. 20/03.

SR. MARCOSTOLENTINO DA SILVA: Então foi assim, 15 dias... 10 dias na verdade a consulta pública que eu subentendo que era a pergunta que eu queria fazer para o Yapir, a necessidade dos 30 dias até que

outros membros possam impugnar, ou contestar e para dar validade a essa homologação. Então isso aconteceu dentro da ANATEL de São Paulo, em 12 a 15 dias ele estava na verdade publicado esse ato.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É consulta ou--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Dr. Yapir, precisa disso?

SR. MARCOSTOLENTINO DA SILVA: A consulta e depois a autorização. Foi feita aqui a portaria.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Dr. Yapir, precisa disso?

SR. YAPIR MAROTTA: Atualmente estamos dando esses 30 dias. Nessa época eu confesso que essa parte não ficava na minha autoridade. Mas passava entre 10... O mínimo de 10 dias e o máximo de 30 dias, dependendo de quantas emissoras, ou quantas alterações eram contempladas numa mesma consulta pública. Existiam as mais complexas e as menos complexas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então esse poderia ser um ato legal.

SR. MARCOSTOLENTINO DA SILVA: Excelência, só um pouquinho. Só que o prazo foi estipulado 30 dias na consulta pública. 30 dias, na verdade foi publicado com 12 dias aqui. Está estipulado até porque teria que ser 30 dias.

SR. YAPIR MAROTTA: Mas eu não estou entendendo só o que quer dizer foi publicado. Porque ela é assinada num dia e pode ser publicada depois.

SR. MARCOSTOLENTINO DA SILVA: Veja só o que aconteceu. Antes desses 30 dias foi publicada a portaria autorizando antes de ser homologada, até que depois ela é homologada. Já a portaria para ser instalado o canal 46 na Av. Paulista. Com na verdade, outro na verdade--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só uma pergunta. Foi autorizada a instalação. Instalação de quê? De estúdio ou de antena?

SR. MARCOSTOLENTINO DA SILVA: Da torre. A torre na Av. Paulista. Na Av. Paulista. Com outro, na verdade, a posição. O Senador Romeu Tuma mora em São Paulo, talvez as pessoas em Brasília quando foi dito, com grande porém. Av. Paulista, 2900, cidade, Osasco. Na verdade documentos dentro da ANATEL que em vez de constar que a Av. Paulista seja Cerqueira César, na verdade isso dentro dos olhos da ANATEL em São Paulo na verdade foi comum aceitar como endereço de Osasco. Eu diria na verdade com endereço

falso, que Osasco seria não endereço da Av. Paulista, salvo se a Paulista se estendeu para Osasco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCOSTOLENTINO DA SILVA: É. Só que não tem. Está instalado em São Paulo, desses dias foi publicado antes da homologação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A única Av. Paulista que tem lá é o Bradesco. Também o Itaú está em Osasco? É mesmo?

SR. MARCOSTOLENTINO DA SILVA: Então essa é uma das posições que eu gostaria na verdade de saber o que é permitido ou não. Porque dentro disso, a consulta foi dada em 30 dias. Em 12 a 15 dias saiu na verdade publicado autorização para instalar o canal--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pelo visto faz cinco anos?

SR. MARCOSTOLENTINO DA SILVA: Cinco anos. Isso daí, cinco anos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pelo menos 2003 para 2008...

SR. MARCOSTOLENTINO DA SILVA: Cinco anos. A documentação está aqui, isso até foi assinado pelo Gerente na verdade Everaldo mesmo, com o endereço que eu vejo Av. Paulista – Osasco, pelo menos eu gostaria de saber se a Paulista mudou para Osasco, a documentação está aqui para ser juntada...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sem querer fazer alguma colocação, pelo que está sendo dito pelo Sr. Tolentino, V.S^a. que assinou lá?

SR. YAPIR MAROTTA: Precisaria ver. Porque 2003, se eu assino mais de 30 mil documentos por ano lá eu precisaria ver isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então V.S^a. fará uma colocação e mandará para essa Comissão. Aguardaremos.

SR. YAPIR MAROTTA: Agora, Senador, complementando. O ato da nossa autorização decorre de uma aprovação anterior. É mero ato burocrático de depois da vistoria ter. Mas eu quero ver isso aí.

SR. MARCOSTOLENTINO DA SILVA: Eu até entendo a posição dele, desde que não tivesse ferido os 30 dias, na verdade, que são os 30 dias--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Marco Tolentino, Senador Tuma, se eu estiver errado, V.Ex^a. me corrija. Mas V. Sr^a. está inscrito para fazer a implantação. Vai fazer a implantação ou vai fazer algumas de

núncias? Se for denúncia, nós temos que protocolar e seguir o caminho.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Na verdade eu gostaria até no final deixar protocolado como denúncia mesmo outro fato aqui importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas a explanação vai acontecer ou não?

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Já está acontecendo. Vou soltar a imagem e chamar outro assunto. Se puder soltar a imagem até para poder dar uma posição...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Sim, ótimo. Dentro dessa posição que é outra pergunta, quando foi viabilizado esse canal, que é uma pergunta... Coloca o segundo, para ver se é o segundo, por gentileza. Aqui, Everaldo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A assinatura é sua, Everaldo?

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone] Três pontinhos também.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Aqui ó. E dentro da posição 30 dias para consulta pública para todo mundo, pelo direito impugnar ou contestar. Aí se quiser passar para outra posição, isso não sei se confere. Passar para outra imagem. Dos outros acontecimentos que estamos lá. Pode seguir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Marcos Tolentino, vou voltar e não quero ser descortês com V.S^a. V.S^a. vai fazer uma explanação ou vai fazer uma denúncia? Se for fazer denúncia, a nossa Comissão recebe as denúncias. Agora, não sei se os Senadores... Qual é a colocação? Continua deixando explanar as denúncias?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Pode deixar explanando, Senador Wellington, até porque o que ele está dizendo é muito grave mesmo. Não é brincadeira não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Estou preocupado, porque o Sr. Everaldo está aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se for denúncia deixar toda a documentação para encaminhar ao órgão competente para responder depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E ele continua fazendo a explanação com as denúncias? Ok.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Obrigado pela gentileza. Obrigado, Senadores. Pode seguir. Pode seguir. Pode seguir, por gentileza. Pode seguir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso deve ser problema lá de trás. Não é desse Governo, não. É outro lá atrás. É do Itamar?

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Vamos ao desenho. O contorno protegido. Outro. Embaixo. Isso. Ótimo. Olha, uma posição aqui. O que é o contorno protegido do canal 45? O contorno protegido do canal 45. Osasco está aqui. Assim que essa portaria ela foi publicada, na verdade, o canal veio para cá entrando no contorno protegido do canal 45, dentro desse prazo, não dentro do direito pátrio, não obedeceu os 30 dias. O canal veio para cá para Av. Paulista, dentro do contorno protegido, que eu entendo que o contorno protegido não poderia ter outro canal em cima do contorno protegido. Ainda mais sendo... Se tratando de canal adjacente.

Outra coisa, dentro da posição do canal, o que acontece? O canal 46, o contorno protegido é esse aqui. Do 45 é esse. Ele invade desse jeito 13 a 14 quilômetros o contorno protegido. Só que isso também, independente da parte do Everaldo que eu contesto, a viabilidade do canal quando foi incluído dentro do plano básico, nós entendemos que ele não podia incluir um plano básico, um canal adjacente se ele na verdade já entraria no controle protegido do canal 45.

Desde o início esse canal ele foi incluído na verdade no plano básico, desde o início ele começou errado. Ele começou foi incluído o canal 46 no plano básico, como na verdade entrando contorno protegido do canal 45. Se não bastasse isso, houve várias denúncias, o que? Que o canal 46 utiliza em vez de uma antena que é nulo de 10 para 194 para São Paulo, canal nulo para São Paulo, a documentação está aí. Ele não satisfazendo, ele utiliza uma antena que é uma antena que ele utiliza além dessa parte que é direito dele, ele entra 360 graus. Ele esquece, ele na verdade desrespeita a parte nulo, e usa uma outra antena onidirecional, que foi fiscalizada e ninguém retirou.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estava aqui com o Sr. Yapur, ele disse que como é autorizado pela ANATEL, a antena tem que estar numa direção e aí não acontece isso. O que está acontecendo é que essa empresa está colocando uma outra antena numa outra direção. Aí a ANATEL não pode ser cul-

pada disso. Ela tem que fiscalizar. Mas quando chega lá o que eles fazem?

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Na verdade, assim, eles desligam a antena, e ficam só com a antena Oni, eles utilizam duas antenas simultâneas. A ANATEL vai fiscalizar, desliga a segunda antena--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Espera aí, uma pergunta. Mas o que eu entendo de rádio, tem uma torre e tem uma antena em cima. Ele sobe lá e tira?

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Não, não. Você deixa duas antenas simultâneas, com dois cabos, e simultaneamente você só muda a chave.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas se a ANATEL for lá e olhar na torre vai ver duas antenas.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Mas já viu, foi dito em vários relatórios e a ANATEL não tomou a providência de pedir para retirar a segunda antena.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Everaldo, V.S^a. não pode ser citado sem falar. Como é que é isso? Chega lá, vê a antena, aí não tira a antena, aquela está desligada, é uma chave que tira...

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Eu acho bom o Sr. Tolentino lembrar que na quinta e sexta-feira passada, tudo isso que ele está dizendo aqui foi acompanhado por ele, pelos engenheiros dele, pelo engenheiro do outro, ambos assinaram, foi feito tudo isso em conjunto para acabar com essas denúncias. Esse relatório consubstanciado está na mão do Ministério para decidir isso. Porque essa antena que ele diz que está lá e não foi autorizada, ela teve uma autorização pelo Ministério para ser testada.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Tem essa autorização, Dr. Everaldo? Desculpe.

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: O senhor questione isso ao Ministério, na reunião o senhor questionou e eles mostraram.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Então é o problema mais grave acima de tudo isso. Está na verdade o Dr. Everaldo fez várias denúncias, ele na verdade não conseguiu na verdade eliminar, e esse documento que eles se amparam na verdade que não é de fato o Dr. Everaldo, o assunto é mais sério, é um documento falso que estou aqui na verdade fazendo essa denúncia, é um documento falso para comprovar aqui, eu estou com o primeiro documento falso--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Sr. Everaldo não é falso.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Não, não. O Dr. Everaldo, o problema é a consulta pública e a fiscalização que eu entendo--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O senhor está falando do Dr. Everaldo. Você está sendo transmitido pela TV Senado.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Faça bem as colocações para que os telespectadores não tenham uma imagem incorreta. Isso é um problema da sociedade midiática que a gente vive. Está aqui na Mesa do Senado, na Comissão do Senado, coloque bem claro. O Sr. Everaldo assinou um documento correto, aí apareceu um outro documento falso. É isso?

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Vamos sair na verdade da ANATEL, deixa eu ser mais claro. A parte da ANATEL é a parte da consulta pública que tem ser apurado o porquê daquele período e demais fiscalizações, que não se ligasse ao segundo procedimento. O documento que ele se baseia nesse momento, que o Ministério na verdade autoriza como se fosse um teste, há muitos anos fazendo um teste, que o teste é por 90 dias, se houver denúncia de interferência, automaticamente teria que ser desligado. Houve 10, 12 denúncias que não tomaram essas providências.

Só que a partir dessa semana, chegou em nossas mãos agora esse ofício aqui, o 443 que eu gostaria de mostrar agora aqui, você vai ver que isso aqui são dois ofícios. O 443 se refere à inclusão do canal e esse mesmo ofício que eu quero mostrar aqui, 443 em nome do Sr. José Roberto de Rafael, do TV Shopping Tour, assinado pelo Sr. Jonilson(F), que foi exonerado dois dias depois, ele utilizou um ofício, não sei na verdade dentro dessa facção quem na verdade ajudou, ou se foi de dentro para fora, quem está se beneficiando. Essa denúncia que se o Exmos. Senadores entenderem, eu queria enviar para a Polícia Federal para apurar dentro dos agentes na verdade interno do Ministério, que já não é a ANATEL nesse caso, a ANATEL a posição é da consulta pública, que esse documento... São dois documentos. Queria entender. Um você que levanta é o documento correto. O outro que eles apresentam que eu já estou juntando a denúncia aqui, não tem nada a ver é esse documento que eles se baseiam até hoje para falar eu tenho autorização. Até mesmo enganando o próprio Dr. Everaldo nesse ponto, o Ministro, estive no gabinete do Ministro--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só uma coisa. O Dr. Everaldo não assinou nenhum dos documentos aqui?

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Isso que eu falei. Agora aqui é o Ministério. A parte do Everaldo, da ANATEL é só consulta pública. O Ministério, o Dr. Everaldo falou, eles têm uma autorização. Essa autorização ela foi espelhada--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Onde o Dr. Everaldo entra nisso?

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: O Everaldo é só na ANATEL. Só consulta pública e as denúncias que achei que é um procedimento de um auto que ele entende.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então sai o Everaldo. Nós temos dois documentos, inclusive co-nheço a pessoa que assina aqui.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Ótimo. Quem foi beneficiado? Shopping Tour, em nome do Sr. José Rafael, os engenheiros eu estive com o Ministro--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas são documentos de...

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Mas são os mesmos documentos. Foram espelhados os documentos, Senador. O assunto é mais sério aqui. 443 foi espelhado num documento antigo de uma consulta de uma inclusão de canal. Foi espelhado esse documento público.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Inclusive aqui tem um encaminhamento do Sr. Ara, que é uma pessoa de bem, correta...

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Idônea... O problema não é Ara.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O problema é o Sr. José Roberto e Sr. Rafael.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Isso, que é da TV Shop Tour. Esse documento que eles utilizam mostrando para a ANATEL, "Olha, eu tenho uma autorização de teste".

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Senhor José Roberto está presente?

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Está presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Gostaria de fazer uso da palavra? Por favor. Concorda Senador Gim? Por favor, aqui. Porque isso são acusações sérias e...

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Eu concordo, sim senhor. Eu queria saber já do pesquisador das explicações, se isso que ele está mostrando é realmente um negócio errado que está funcionando em São Paulo. É isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: São canais adjacentes. Então há no sistema de transmissão de TV analógica, há uma proteção em relação a esses canais adjacentes, porque o receptor não tem capacidade de distinguir os dois canais. Então um acaba interferindo no outro. Mesmo nesse caso que ele usa aquele 45 mais, que ele tem um pequeno deslocamento, a Legislação--

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Está errado mesmo então. Então tá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nesse sentido, sim.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Está errado há pouco tempo isso? Quanto tempo funcionando um negócio errado desses em São Paulo?

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Nós entendemos pelo menos pela consulta pública, se ela tem 30 dias e foi no edital, não sei se havia edital 30 dias e foi publicado com 14, 15, entendo na verdade que começou trabalhar erroneamente. Depois de 2007 comecei as denúncias dessa segunda antenna. Não tinha conhecimento até então dessa consulta pública e fomos levantando processos administrativos. Estive com o Ministro há uns três, quatro meses, na verdade o Senador sabe disso, eu até falei sobre esse teste, esse ofício de teste, expliquei e falou: "Vou pedir para revogar agora". Ele pediu que fosse revogado, mas ele não sabia também que era um documento falso. A Dra. Beatriz encaminhou para o Jurídico da Dra. Esmeralda, que na verdade... Aí sou fiscalizado de novo por essa denúncia. Sou fiscalizado e ela não publicou. Falei não, tinha que fazer... Fiz na verdade informei a revogação e eles impugnaram. Então parece que os engenheiros impugnaram, na verdade--

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): O senhor informou o Ministro e o Ministro mandou tomar providências?

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Não. O Ministro não sabia. Foi meu Ministro sobre o ofício autorizando um teste ad eterno. Aí o Ministro no momento chamou o Secretário dele, falou: "Olha, tome as providências e manda revogar". Ele não sabia dessa parte de falsidade. Até então isso foram documentos novos que chegaram na mão, usaram os documentos e espelharam.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por que você

não marcou outra audiência com o Ministro para levar essa documentação?

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Porque essa documentação chegou em mãos e eu já estava em Brasília. Agora tem 48 horas essa documentação. Essa documentação, onde ele se baseia de se manter dentro da Av. Paulista, com esse documento falseado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Gim Argello, se V.Ex^a. concordar, eu acho que é uma acusação muito séria e o proprietário do canal que todos nós conhecemos, que é o Shopping Tour, que faz seu trabalho, gostaria de ouvi-lo por três minutos para que pudesse fazer a sua colocação, visto que foi citado aqui numa acusação muito séria. Com a palavra.

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Alô. Ok. Muito obrigado por essa oportunidade, Senador. O que eu gostaria de colocar só é que eu tinha entendido que a pauta da reunião era as interferências na cidade de São Paulo, e 99% do que foi dito aqui foi sobre a interferência das FMs em São Paulo, que acho que é um trabalho belíssimo, e eu como piloto--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deixa eu fazer uma colocação?

Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Porque pode ter alguém ligado a TV Senado agora. Eu acho que 70% foi sobre o problema com os aviões. Dessa colocação. Ao final, os três expositores, surgiu esse problema aqui. Inclusive eu acho que foram 70% sobre o problema da aviação.

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Acho que mais do que isso, chega a 90%.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E para poder ser bem justo, eu citei várias vezes aqui, deixa só eu me colocar, do que é o tema da Audiência Pública. E sempre citei falando que a Audiência Pública também se relacionava com a questão do problema da Av. Paulista colocado no Requerimento pelo Senador Romeu Tuma. Então todo o assunto está dentro... Aqui repetindo. Assunto: Audiência Pública. Aprovado pela Comissão. Debater as interferências de rádio clandestina no controle do tráfego aéreo brasileiro. Foi debatido e tomou 70% da nossa Audiência. Da mesma maneira que estou dando o direito de V.S^a. fazer sua ponderação, quero deixar bem claro o que aconteceu. Alguém pode estar ligando agora a TV Senado e sair com uma interpretação errada. E interferências prejudiciais entre emissoras de TV e retransmissoras. Tanto na região metropolitana da cidade de São Paulo como no inte-

rior do Estado. Requerimento nº. 11/08 e aditamentos. Autoria: Senador Romeu Tuma, que acabou de deixar a Comissão. Então, quer dizer, vamos...

SR. EVERALDO GOMES FERREIRA: Eu só queria colocar nos meus três minutos é que a importância é muito forte sobre essa questão da interferência na Aeronáutica. E essa interferência da Aeronáutica em nenhum minuto foi dito aqui que foi causada pelas redes de televisão. Nenhum minuto. Nem no ano passado, nem esse ano houve um caso de interferência na Aeronáutica de atuações outorgadas a televisão. Então, eu só queria dar o peso necessário às duas coisas. Quanto as denúncias aqui feitas, se o senhor me permite, Excelência, acho que o senhor foi perfeito em dizer o seguinte. As explicações, principalmente os convidados podem falar o que quiser, acho que deve protocolar essas informações, essas denúncias, que são gravíssimas e nada tem a ver com interferência no sistema aeronáutico de São Paulo, nem do Brasil, mas são gravíssimas e que merece resposta. Parte do Ministério das Comunicações que é quem fez as outorgas, autorizações, que fez um trabalho belíssimo, e parte da ANATEL que tem sido a empresa que tem conseguido com seus curtos, pessoal e tecnologia dá a cobertura que nossas radiodifusão precisamos.

Portanto queria dizer o seguinte. Acho que deve ser protocoladas as denúncias para que as partes possam se defender, ninguém tem conhecimento, eu não tenho conhecimento, a minha empresa não tem conhecimento de documento falso nenhum. E essa assinatura minha é dentro de um documento oficial que foi assinado pelo Sr. Ara, que é uma pessoa respeitabilíssima dentro da ANATEL, foi assinado no momento pelo Secretário-Geral do Ministério das Comunicações, e que a ANATEL cumpriu. Então, as acusações para mim são esdrúxulas e que merecem, sim, que essa Comissão que tem a maior seriedade no tratamento de seus temas investigue também. De quem parte, quem são as pessoas que estão aqui sobre a Mesa, e investigue também a origem dessas coisas. Porque está sendo trazido para esse Plenário, discussões comerciais que não deveria ter sido usado pelo Poder Público para gente usar quando não há competência para ir ganhar e perder mercado lá em São Paulo. Então desculpe, Excelência, eu me excedi um pouquinho, mas só isso que eu gostaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu abri a colocação para V.S^a. para que se colocasse que são acusações sérias. Mas se V.S^a. prefere que um órgão fale pela defesa de V.S^a., é escolha de V.S^a. Acho que essa Comissão como é uma parte do Senado e o Senado é o povo brasileiro, quer dizer, nós representa-

mos o Estado, mas ao mesmo tempo temos que ouvir tudo que está acontecendo, eu abri espaço. Acho que fiz corretamente.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Presidente, o negócio é grave. Estamos falando de uma rede que todo mundo conhece, o pessoal... Um está dizendo que é falso, outro está dizendo que não é falso... Presidente, são dois...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Não, já pedi, estou questionando isso aqui. Você está dizendo que tem um documento falso.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Isso. Estou afirmando que o documento...

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Agora está dizendo que não tem nada de errado.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Além da interferência.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): O Senhor que é da ANATEL, por favor, isso é assim mesmo que acontece.

SR. YAPIR MAROTTA: Eu... A ANATEL só inclui, posso falar pela minha parte, tá? Que é a consulta pública que ele se referiu que teve 30 dias de duração, então foi o período usual para a apresentação de comentários, e eu posso assegurar que no projeto que foi apresentado a ANATEL e com as características do canal que foi incluído no plano básico, a proteção contra interferências é garantida. Então não poderia existir nunca essa superposição de contornos que ele está apresentando aí. Seria outra coisa também a ser verificada. Mas ela não poderia existir. Dentro dessas condições, a ANATEL simplesmente não incluiria o canal no plano básico.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Olha, estou muito preocupado, Senador Gim Argello, acho que V.Ex^a. também, ficamos nós dois aqui nessa reunião, porque ser apresentado numa Comissão do Senado Federal uma documentação falsa de tráfico de influência dentro de um órgão público, e órgão sério como é a ANATEL, e Ministério das Comunicações no qual sou suplente do Ministro. E antes de vir para cá, conversei com o Ministro e o Ministro falou tem que ser resolvida essa situação. Tenho procurado no Ministério solucionar, temos procurado jurídicos, onde existe liminar que protege, não protege, quer dizer, denúncias sérias. Nós como Senadores temos que levar isso à frente. Eu, Senador Gim Argello, não podemos aceitar isso. Vou pedir informações ao Ministério, ao Departamento Jurídico, o que está valendo, o Sr. Ara eu conheço pessoalmente, é homem de bem, não faz parte de

documentação falsa e encaminhamentos. Estou muito preocupado com a situação e vou sentar após a reunião com o Senador Gim Argello, para que possamos traçar o que nós... Qual a atitude que vamos tomar, até mesmo a criação de uma CPI se for dessa maneira que está acontecendo. Então queria para V.S^a. colocasse para finalizar, vou dar mais dois minutos.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Ótimo. Suficiente, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nós temos também uma atitude para tomar aprovação de um projeto.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Senador, só para deixar bem certo aqui. Foi um ofício para o Sr. Ara. Aproveitaram esse ofício, esse protocolado, espelharam esse ofício e esse ofício que utilizam desde 2006 para fazer teste com essa Antena Omni. E fazendo o quê? O próprio Dr. Everaldo não teria conhecimento, não tem conhecimento, ele está... Tem o teste, não tem teste... Neste ponto tem que ser justo. Estamos aqui para ser justos, mas queria deixar bem claro que as únicas pessoas beneficiadas por isso, chama-se TV Shopping Tour, que seja levantado os agentes na verdade, que na verdade esse documento se você olhar aqui embaixo, tem aqui ó, J alguma coisa. J que seria quem? É o rapaz do Ministério que embaixo no computador quando você olhar, eles esqueceram de olhar no computador a máquina que é impressa. Como se fosse o código. Você vê que mudou. Que esta nesse documento que eu te passei agora, eles esqueceram de mudar isso. Então é até uma falsificação barata. E foram se utilizando desse documento e não aparecia esse documento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O que é esse código aqui?

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: É como se fosse as iniciais. Só um pouquinho, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): CCO, GGO, DOC... São duas pessoas diferentes. Uma aqui em cima é o Joanielson(F). O outro é...

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Um seria o seguinte. Aqui embaixo outro seria Jaime Marques de Carvalho, não quer dizer que foi ele, mas foi usado o computador dele. Autenticação dele. Jaime Marques de Carvalho que nessa época não estava lotado na Coordenação-Geral de engenharia. Que é mais grave também. Ele não estava lotado. Então é com esse documento que a TV Shopping Tour que na verdade utiliza dentro do Ministério, estive com o Ministro, ele não sabia do fato, ele pediu que revogasse, ficou pa-

rado na mão da Dra. Esmeralda, ela falou: “Mande o ofício revogando a portaria. Eles contestaram e expugnaram”.

Não juntou, gostaria que juntasse aqui, e se contestaram ou não, ele, na verdade TV Shopping Tour e os engenheiros, não sei quem participou, se for possível, que seja enviado para apurar, seja a Polícia Federal, que sejam todos chamados. Só teve um beneficiário. Chama-se TV Shopping Tour, que prejudica sim o canal 45 prejudica muito. Não é contorno protegido dele, não importa se o canal 45 não existisse. Ele só pode estar do final teoricamente do final da Paulista para Osasco. Com uma consulta pública que não foi na data, eu entendo que as coordenadas o Dr. Yapur pode falar, em Osasco nulo para São Paulo como é as coordenadas dele. E dou por encerrado. Agradeço e só gostaria de uma cópia se fosse possível, Senador, que na verdade se não fosse... Não sei se a Comissão vai enviar para o Ministério Público, fosse possível uma cópia para que nós...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A Comissão envia. A Comissão vai receber, pedir explicação, o Ministério Público é uma entidade--

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Gostaria de uma cópia para enviar ao Ministério Público, se o Senador na verdade não se incomodasse. E se fosse enviado para a Polícia Federal para apurar os engenheiros que estão e o pessoal. E obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso aí é um problema de V.S^a. com a Polícia Federal e com o Ministério Público. São órgãos independentes do Senado Federal. O Senado Federal nós vamos, a nossa Comissão vai pedir informações a quem nós devemos. Ao Ministério das Comunicações e a ANATEL. O restante e caminho que os prejudicados deverão seguir são os caminhos que estão na Constituição que define o direito de cada um.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Por esse motivo que a gente está solicitando hoje documento falso, na verdade documento público. Por esse motivo, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, eu acho que os prejudicados devem tomar... Como nós na Comissão vamos tomar as decisões cabíveis. Bom, acho que estamos satisfeitos, Senador Gim?

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Preocupados. Satisfeitos, mas preocupados. Porque esse assunto de avião poder cair em São Paulo porque tem interferências de... E na cidade do sul, de Foz do Iguaçu, que tem interferências, nós temos que tomar algumas

providências, mais rápido possível. Quer dizer, então a ANATEL agora está avisada oficialmente que está tendo interferência pela Aeronáutica, interferências que podem fazer que aconteçam uma tragédia. Vou registrar isso mais uma vez. Está avisada, a ANATEL como órgão fiscalizador, que está tendo interferência no aeroporto de Congonhas e que pode ter uma tragédia. E que tem interferência, avisada aqui pelo Sr. Cezar Telles que também no aeroporto de Foz do Iguaçu a palavra que ele usou, nós estamos numa bomba relógio. Então, o senhor representante da ANATEL que é o órgão encarregado de fiscalizar, estão sendo avisados na Comissão Oficial do Senado que tem problemas graves no aeroporto de São Paulo e no aeroporto de Foz do Iguaçu.

Então, Sr. Presidente, é preocupante isso. As medidas que tem que ser tomadas para que isso não venha acontecer uma tragédia? Quem tem que nos dizer isso são os técnicos, as pessoas especializadas em interferência, em contorno e tudo mais. O que não pode é dizer: Não, tudo bem, as medidas, vai sofrer isso, tem o gatilho, e isso"... E o pessoal da Aeronáutica colocar uma fita onde todos nós escutamos a dificuldade do piloto. Então tem que ser tomado providências nisso. Nós vamos entrar em recesso agora, Sr. Presidente. Eu não sei o prazo, V.Ex^a. termina. Mas dentro de 20, 30 dias a ANATEL não informar o que foi feito oficialmente para que sejam tomadas as providências devidas, eu aconselho V.Ex^a. que a gente faça, instale uma CPI, façamos uma CPI aqui para que isso tome jeito. Que não pode estar acontecendo isso, a gente saber disso e não tomar uma providência. Porque Deus me livre acontece uma tragédia, o mundo todo vai falar sobre essa fala aqui e que ninguém tomou providência nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado.

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. José Joaquim, por favor.

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: O Senador citou a fiscalização. Eu queria dizer, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Gim concorda? Pois não.

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: Que a fiscalização está tomando providências. Não tem nenhuma denúncia de interferência que a fiscalização não tome providências imediatamente. Principalmente quando

são denúncias de risco à vida, semelhante a essas que o Senhor citou.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Gim.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Chefe da Fiscalização. Eu vejo que o senhor tomou providências. Quem falou que está interferindo e mostrou o áudio aqui é a Aeronáutica. O comando da Aeronáutica responsável por isso no país. Agora, o que é que tem que ser feito para resolver o problema? Não é um dizer que está tendo interferência e não está conseguindo o piloto falar na hora de pousar. O outro, diz não, está sendo feita a fiscalização. Muito bem. O que precisa ser feito então para solucionar esse problema? Para que os pilotos, 1600... 1600 pouso e decolagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E tem dinheiro. O FISTEL tem dinheiro para isso.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Então o que precisa ser feito para corrigir, acabar esse problema? Não podemos escutar isso, o senhor me desculpa, Sr. Chefe de Fiscalização, e escutar a fiscalização já fez sua parte.

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: Não estou dizendo que já fez. Está fazendo e continua fazendo. As interferências elas ocorrem. A gente combate aquela interferência, cessa aquela, outra interferência surge, a gente vai correndo atrás para fazer o trabalho.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): A sua situação é mais difícil aqui. Porque o chefe do... Representante da Associação Paranaense veio aqui dizer que nós estamos em cima de uma bomba relógio. E veio dizer que tem interferências que estão acontecendo no aeroporto dele. Ele está sentado aqui. O Sr. da Aeronáutica que já foi embora, o Coronel. Mas o outro está sentado aqui. O outro mostrou, ele não falou, não. Espera um pouquinho, vou mostrar para vocês o áudio. Escuta aí.

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: Eu também trouxe o áudio, Senador.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): O que precisa ser feito? Que recurso existe para isso, o senhor está na Comissão oficial do Senado da República, o que precisa ser feito para que a gente possa ter a tranquilidade de quem estiver comunicando com posto, com a base de pouso... Eu falo isso, sabe por quê? Porque depois se acontecer qualquer tragédia, nós não possamos nos sentir culpados. Nós temos que dar solução para o assunto. Nós sabemos que hoje todos os pousos e decolagens do Aeroporto de Congonhas, dito pelo chefe da Aeronáutica estão comprometidos. Isso é muito grave. E agora o Cezar Telles, Presidente

da Associação está dizendo que no aeroporto também de Foz do Iguaçu que tem... Recebe... Aeronaves nacionais e internacionais está comprometido também. Espera um pouquinho. O que precisa ser feito para deixar de ter comprometimento, que possam fazer o trabalho deles de forma profissional sem sofrer interferência? O que é que tem que ser feito? É a pergunta que eu digo.

SR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA: Só um aparte, Excelência, eu gostaria de deixar aqui bem claro que o que faz parte da fiscalização da ANATEL no Paraná, nas rádios oficiais instaladas e com autorização brasileira são fiscalizadas sim. Isso é mais um problema de relações internacionais até do que da própria ANATEL. Gostaria de deixar isso claro, que a ANATEL tem feito sim a fiscalização. Infelizmente em cima de nós regulares. Infelizmente do Paraguai e da Argentina, nós não temos alcance. Isso é relações internacionais que o Senador Romeu Tuma já pediu inclusive documentação, que estamos fornecendo a ele para ele poder providenciar isso.

SR. MARCOSTOLENTINO DA SILVA: Senador, pela ordem se puder, única palavra, a partir desse momento--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, aprenderam bastante.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Aprendemos, não é Senador? O Dr. Everaldo a partir desse momento, dessa denúncia é verdade se vai tomar alguma providência mediante a segunda antena que ele utiliza jogando para o lado nulo de São Paulo, onde ele não teria autorização?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com relação ao Senado Federal, quero dizer o seguinte, que o Dr. Everaldo vai fazer é um problema da ANATEL. Não estou aqui dizendo o que ele tem que fazer ou não. Sei o que eu e essa Comissão vamos fazer. Eu não vou aceitar que V. S^a. usar a palavra que nós demos aqui no Senado, que venha pressionar um funcionário público na frente da televisão. Ele vai cumprir o trabalho que ele tem que fazer junto à ANATEL e nós da Comissão, se tivermos inclusive mandar um ofício para ver se está cumprindo, vamos fazer.

SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA: Já é suficiente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Agora o que não pode é usar a Mesa, como convidado, para pressionar funcionário público nessa Casa, nós não vamos de maneira alguma concordar e aceitar. Agora o seu trabalho está feito, sua denúncia foi feita, nós temos

dúvidas, eu e o Senador Gim Argello vamos sair daqui e vamos conversar sobre o assunto, inclusive almoçar tudo fazer um resumo de tudo que aconteceu aqui, acho que está satisfeita essa Comissão mostrou muitas questões aqui.

Então queria agradecer outra vez, quero dizer que este foi uma Audiência Pública cujo objetivo é debater a interferência de rádio clandestina no controle do tráfego aéreo brasileiro, e as interferências prejudiciais entre emissoras de TV e retransmissoras tanto na região metropolitana da cidade de São Paulo, como no interior do estado. Autoria do Senador Valter Pereira que esteve presente e também Requerimento 11/08 do Senador Romeu Tuma.

Tivemos presentes aqui o Sr. José Joaquim de Oliveira, que está presente, aliás, é o Gerente-Geral de Radiofrequência e Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações; A Sra. Zilda mandou documento que não estaria presente, justificou; O Coronel Jefferson Ghizi Costa, Chefe do Serviço Regional de Proteção ao Voo São Paulo; O Sr. Ronald Siqueira Barbosa, Assessor Técnico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT; O Sr. Yápir que ainda está presente, todos estão presentes, aliás, Gerente-Geral de Administração de Planos de Autorização de Serviços de Comunicação de Massa Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL; O Sr. Marcus Aurélio Ribeiro Manhães, pesquisador em telecomunicações; Sr. Everaldo Gomes Ferreira, Gerente Regional da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL em São Paulo; o Sr. Cezar Telles, Presidente da Associação das Emissoras de Rádio do Paraná, AERP. Queria que mandasse um abraço para o nosso amigo do Paraná que é o Presidente da ABERT, não é? Eu costumo chamar de garoto prodígio, não é? Um abraço para ele, por favor encaminhar.

Sr. Marcos Tolentino da Silva, Presidente da Rede Brasileira de Televisão, RBT que fez graves denúncias aqui e a Sra. Regiane Coimbra Muniz de Góes Cavalcanti, Advogada, presente também convidada, e não tendo mais nada a declarar... Desculpe, não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada a primeira fase dessa reunião e agradecendo a presença de todos e também aos telespectadores da TV Senado.

Passaremos agora à segunda parte, que na verdade é simplesmente Projeto de Lei da Câmara nº. 94/08, que vamos ler o relatório. Que autoriza a criação da empresa pública de tecnologia eletrônica avançada, CEITEC, e dá outras providências. Autoria do Presidente da República, está em caráter de urgência, relatoria do Senador Casagrande que justificou a sua ausência, e pediu para que o Senador Gim Argello fizesse... Relatasse *ad hoc*. O Parecer é favorável pela

rejeição da emenda 01, apresentada pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Observação 01, projeto foi oferecido uma emenda de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares no prazo único regimental. Observação 02. A matéria tramita simultaneamente na CCT e na CCJ, em regime de urgência nos termos do Art. da Constituição Federal combinado no Art. 375. Resultado. Queria pedir então que o Senador Gim Argello fizesse uso da palavra para relatar esse projeto.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Agradeço Sr. Presidente Wellington Salgado, a pedido do nobre Senador Renato Casagrande eu peço V.Ex^a., porque o senhor já fez o preâmbulo do que diz esse Parecer, eu gostaria de pedir V.Ex^a. para ir direto ao voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por favor, visto que inclusive os Senadores que estavam aqui presentes declararam voto a mim pessoalmente. O Senador Romeu Tuma e também o Senador Sérgio Zambiasi. Por favor.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): O voto. Diante do exposto, o voto é contrário às pretensões da Emenda nº. 01 e, portanto, favorável à aprovação integral do Projeto de Lei da Câmara nº. 94/08. Esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Cumprindo. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. E o Senador Romeu Tuma já me envia dado voto, também Senador Sérgio Zambiasi. Portanto aprovado o projeto. Nada mais tendo a tratar...

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Só fazer um registro que eu acho importante, porque V.Ex^a. agora que já é pai de vários filhos, mas tem dois, com a D. Sabrina lá em Uberlândia, agora fiquei sabendo há pouco que V.Ex^a. vai ser pai agora de uma filha. Parabéns, Sr. Presidente, que o senhor é merecedor disso. Parabéns a D. Sabrina.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Gim Argello. É uma menina, a minha esposa tinha dois homens e uma menina realmente é um momento maravilhoso. Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada essa reunião. Muito obrigado a todos presentes.



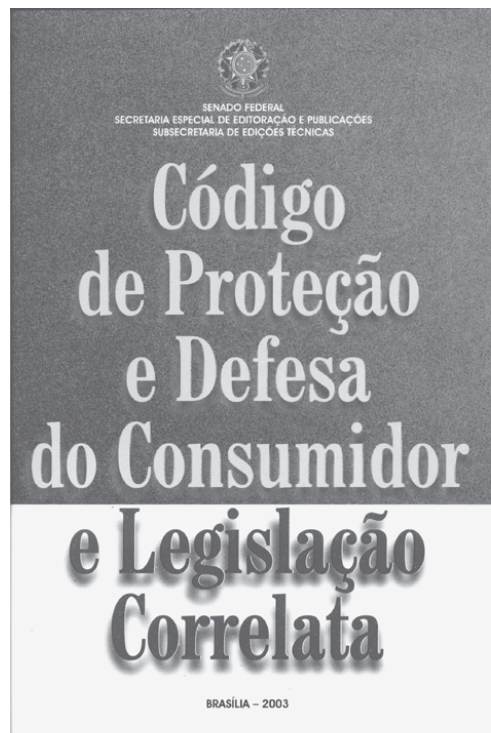
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 522 PÁGINAS

(OS: 14610/2008)